Publicação comemorativa do 23.º aniversário do
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
em 29 de maio de 1959.

ENCICLOPÉDIA
DOS
MUNICÍPIOS BRASILEIROS

PLANEJADA E ORIENTADA

por

JURANDYR PIRES FERREIRA

PRESIDENTE DO I. B. G. E.

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DE

SPERIDIÃO FAISSOL
Secr.-Geral do C. N. G.

HILDEBRANDO MARTINS
Secr.-Geral do C. N. E.

SUPERVISÃO GEOGRÁFICA

DE

ANTONIO TEIXEIRA GUERRA
Dir. de Geografia

SUPERVISÃO DOS VERBÊTES

DE

RAUL FIGUEIREDO ROCHA
Inspetor Regional

SUPERVISOR DA EDIÇÃO

ADOLPHO FREJAT
Superintendente do Serviço Gráfico

29 DE MAIO DE 1959

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

XVI VOLUME

RIO DE JANEIRO
1959

PREFÁCIO

BANHADO pelo Atlântico e virado para o norte, o Ceará desfruta das belas praias de sua costa, onde as areias movediças orlam a perspectiva no encantamento iluminado da paisagem.

O cearense do litoral, por conseguinte, dedica-se principalmente à vida aventurosa das pescarias. A brisa contínua ameniza o clima quente que depaupera o nordestino. Por outro lado, vales largos como que aproximam o sertão da costa e pode-se mesmo dizer que o vale do Jaguaribe abre uma faixa amena que se prolonga até o Cariri.

Vindo da Paraíba, a região semi-árida se inflete indo até a costa marítima no limite do Rio Grande do Norte com o Ceará.

Próximo, em redor de Fortaleza, uma faixa verde de terras molhadas dão um certo alento à gleba sêca dêste Estado, com a floresta tropical da encosta de Baturité. Além disto a mancha florestal, ao norte de Itapipoca e a encosta da serra de Ibiapaba, oferecem condições vantajosas para estabelecimentos agrícolas.

O Ceará foi sempre chamado o Estado das sêcas do nordeste, mas sua altura pluviométrica é maior do que na Paraíba, do que no Rio Grande do Norte e mesmo do que uma faixa de Pernambuco.

É verdade que a declividade constante do Jaguaribe, atravessando um solo impermeável, justifica o escoamento rápido das águas e, conseqüentemente, oferece condições propícias para as sêcas, cujo efeito tem sido dramático para o Estado.

A encosta da planície do Araripe, ao sul do Estado forma na região do Cariri, um verdadeiro oásis em contraste com o sertão semi-árido do nordeste.

Em combate à deficiência de umidade das terras, se planejou, e se vem executando no Ceará, uma série de açudes capazes de suprir as necessidades sequiosas do solo.

Acontece, entretanto, que não teve o mesmo tratamento a complementação das irrigações necessárias e, como conseqüência, pràticamente só se aproveitou as áreas circunvizinhas dos açudes. As terras não sendo permeáveis não se estende a umidade além do efeito benfazejo da área onde as águas são represadas.

Por outro lado, o solo, com grandes quantidades de sais, vem tornando as águas dos açudes cada vez menos potáveis.

O clima quente, marcando uma viva evaporação, vai concentrando cada vez mais a quantidade dos sais em dissolução. Se a renovação das águas se processasse por um largo consumo realizado pela irrigação, certamente todos êsses males seriam afastados e os benefícios, para o desenvolvimento do Ceará, seriam extraordinàriamente eficientes.

Entretanto, a zona a jusante dos açudes ainda hoje é assolada violentamente pelas sêcas. Vale constatar, entretanto, o quadro das terras nordestinas consideradas semi-áridas, onde uma simples chuva transforma num verdejante aspecto o calcinado solo de dias anteriores. A rapidez da recuperação vegetal é tão notável que dá um aspecto milagroso à transformação.

A política de açudagem realizada no nordeste, planejada para a recuperação do solo não tem efetivamente atingido, por inteiro, o seu objetivo, pois a preocupação tem sido muito maior em se tratar da criação de peixes do que pròpriamente da finalidade superior para que foi projetada.

É ainda à base do aproveitamento das vazantes dos açudes que se estabelece a economia agrícola atual. É evidente que o esfôrço tem sido muito grande para represar essa imensa quantidade de água sem que ela se distribua por uma vasta área, ávida do precioso líquido.

O Ministério da Agricultura, em alguns pontos do nordeste, e em especial no Piauí e Maranhão, realizou um trabalho, pode-se dizer, experimental, de irrigação por asperção. Mas em quantidades tão pequenas e a preços unitários tão altos, em razão exatamente da falta de extensão das referidas obras, que não deram os resultados evidentes que deveriam oferecer.

Pràticamente, se pode destacar alguns pomares florescentes em áreas mínimas, obtidos por essa iniciativa.

O sistema de canais para irrigação, que no Ceará era em 1957 de 322 km ao todo, não satisfaz por completo. Sua grande utilidade é o encaminhamento das águas às tomadas necessárias, porque sendo as terras impermeáveis, o umedecimento por infiltração é muito pequeno. Mas se as terras do Ceará podem ser recuperadas por um sistema de irrigação por asperção, criando-se nessa região um celeiro do Nordeste, graves problemas de outra espécie estão a estrangular a economia do Estado. Para se ter uma pálida idéia do progresso que o Estado do Ceará vem apresentando no aproveitamento agrícola de suas terras, com as precárias irrigações tanto no Cariri, como no espraiamento pelas encostas do Apodi, da irrigação pelos olhos dágua das fraldas do Araripe e com as manchas da Baturité, basta dizer que de 1955 a 1957, o Ceará aumentou a sua produção agrícola de 172% contra o aumento de apenas 33%, nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Vê-se daí a capacidade para desenvolvimento que oferece êsse Estado, tão mais impressionante quando se constata que êle foi obtido à custa de tão pequenas obras de irrigação.

Mas, dizíamos que apesar de tudo isto há um estrangulamento na sua economia e êsse estrangulamento resulta da necessidade de transporte, hoje realizado, pràticamente, por estrada de rodagem, de custo elevado por unidade transportada.

A Rêde Viação Cearense atravessa uma crise das mais sérias, no seu tráfego, aliás, crise que não é privilégio seu, mas se estende a todo o sistema ferroviário nacional.

Crise idêntica se espraiou por todo o mundo, em razão da simultaneidade de vários meios de transporte, mas foi aos poucos se ajustando em todos os quadrantes do planêta, mantendo-se, entretanto, no Brasil, pelo abandono em que se tem deixado as estradas de ferro, angustiadas ante à intensa concorrência rodoviária.

O velho sistema do período do monopólio das estradas de ferro, ainda perdura nas nossas vias férreas onde as tarifas de compensação, que criaram a penetração civilizadora dêsses meios de transporte com as tarifas diferenciais parabólicas das chamadas bases-padrões, estrangulam a sua economia. Há, ainda, a destacar, a larga gama de compensações que protege as matérias-primas e produtos perecíveis, à custa do gravame dos transportes das mercadorias mais nobres.

Quando estas últimas se deslocam, evidentemente, para o tráfego sôbre pneus, deixam às estradas de ferro apenas o ônus do protecionismo dos produtos de baixa resistência ao frete. Agrava-se, ainda, com a deficiência da intensidade no tráfego ferroviário, que disso resulta, aumentando o custeio por unidade deslocada pois se oneram por um custo de operação mais elevado.

Êsse círculo vicioso vai agravando cada vez mais o sistema ferroviário nacional.

As estradas de ferro não atendem hoje ao transporte das grandes massas a grandes distâncias, satisfazendo à necessidade de baixo frete, fundamento essencial para a elevação do nível de vida das populações sertanejas. Daí o velho adágio do caboclo do sertão quando diz: "que o frete come o legume".

Na realidade, a voracidade do alto custo do transporte rodoviário vai destruindo a possibilidade do soerguimento das zonas distantes dos centros de consumo.

A Rêde Viação Cearense há largos anos que se debate ante êste problema de concorrência rodoviária e se encaminhou para a política de ajustes que ainda mais a tem definhado. Mas falando-se desta Estrada vale recordar um aspecto anedótico: por volta de 1940, quando a Rêde Viação Cearense apresentara uma reforma tarifária como esperança salvadora de sua situação financeira, propunha, entre outras coisas, tarifas especiais de concorrência, em vagão lotado, para transportes de tira-linhas e de estojos de desenho.

Mas o pitoresco desta anedota histórica diz bem do estado de angústia em que se via a Rêde Viação Cearense ante à mutação do quadro econômico de sua exploração, face à abertura pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, das grandes vias rodoviárias que hoje cortam êsse estado nordestino.

A citação dessa anedota não é nem para desmerecer as tentativas heróicas que a estrada vinha experimentando para sua sobrev vência nem, tampouco, para tirar o mérito fundamental que representa para a economia do Ceará as rêdes rodoviárias, que nêle se instalaram, mas tem o sentido de focalizar, como uma caricatura, a inadaptação que a velha tradição ferroviária oferece ante o aspecto revolucionário de instauração da rêde rodoviária.

Sem dúvida, os dois meios de transportes se completam e se ajudam e até mesmo se tornam imprescindíveis com o crescimento econômico das regiões que servem, funcionando concomitantemente, cada um se incumbindo dos transportes que lhes cabe, para que se aproveite no máximo, o mais racional escoamento. O Congresso de Engenharia de Santiago do Chile realizado em 1940, definiu com clareza êste problema, dizendo que as utilidades se devem deslocar pela linha de menor resistência econômica, pelo sistema de transportes que fôr específico, atendendo às condições intrínsecas das mercadorias deferidas pelo seu valor venal e por sua densidade.

Mas não é só a deficiência ferroviária o que vem sacrificando a economia cearense; as dificuldades do seu pôrto, há tantos anos tratado sem sucesso tem sido um fator importante de estrangulamento. Finalmente se está ultimando a construção do pôrto de Mucuripe. É verdade que ainda não se pode dizer que oferece êle as condições para atender às necessidades do Estado.

As areias movediças de tôda a costa, depois que o litoral se inflete, perdendo as defesas nos arrecifes que vão até Pernambuco, dificultam o estabelecimento de um pôrto; daí o assoreamento intenso que se manifesta no de Mucuripe e que exprimiu os fracassos das tentativas anteriores.

É verdade que o prolongamento do molhe até a batimétrica de equilíbrio, certamente melhorará, de muito, as suas condições, mas as correntes que se alteraram na costa, em virtude da construção do molhe, vêm criando, também, alguns problemas para Fortaleza, entre êles a destruição total da legendária Praia de Iracema, tão bela em sua tradição quanto no encanto branco de suas areias.

O pôrto de Mucuripe foi, entretanto, projetado por volta de 1937, quando não se dispunha do Laboratório de Hidráulica Experimental para obras marítimas, que só agora está sendo instalado no Rio de Janeiro.

Contudo, é certo que, mediante um trabalho de dragagem um pouco mais vultoso que vai ser necessário fazer, em razão inclusive da demora em que vem sendo construído o molhe, atingirá, sem dúvida, em final, o seu objetivo.

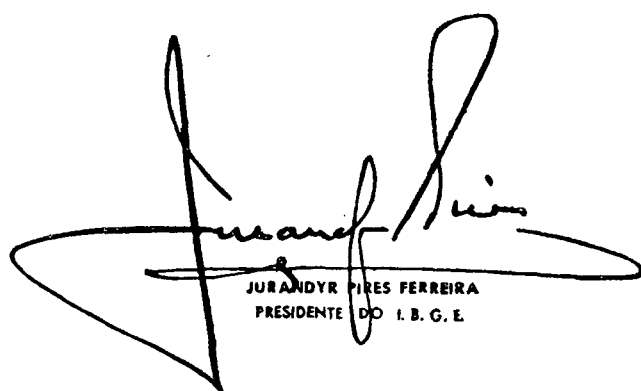
Não bastará, entretanto, para atingir o Estado cearense a posição que lhe cabe na economia brasileira, sòmente a irrigação de suas terras e a racionalização do escoamento de sua produção. É fundamental que se institua as indústrias-pilôto capazes de oferecer um mercado de trabalho suplementar e a criação de utilidades de bases para o surto efetivo de seu progresso. Nos limites do Ceará e do Piauí existe a Baía de Cajueiros em condições razoáveis para o estabelecimento de um pôrto, que se localizará nas proximidades de ja-

zidas de ferro e de manganês, que se situam na divisa do Piauí com o Ceará e nos espigões da Serra de Ibiapaba. E é ainda de notar que no Município de Viçosa está localizada a maior jazida de minério de cobre da América do Sul. O Estado do Piauí, como tôdas as condições geológicas indicam, oferece possibilidade de carvão mineral e daí se infere que a instauração da indústria pesada no nordeste deve ser localizada, exata e precisamente, nas proximidades das duas matérias-primas: carvão e minério. Essa localização, além disso, está nas condições de facilitar o escoamento de sua produção siderúrgica para atender o nordeste.

As reservas de minério de ferro que o Ceará dispõe em vários pontos de seu território representará o seu futuro industrial, com larga repercussão em tôda a economia nordestina.

Mas se o Ceará tem perspectivas brilhantes para um surto industrial é, ainda, na base da agricultura e da pecuária que vem consolidando a sua economia.

É o segundo Estado do Brasil em produção de algodão, sòmente sobrepujado por São Paulo.

Coloca-se em 7.º lugar entre as unidades federadas no valor das culturas temporárias.

A população bovina é a 7.ª do Brasil, a caprina a 3.ª, a ovina a 4.ª e a suína a 10.ª.

Classifica-se o Estado em 10.º lugar quanto à renda nacional.

Mas o de que se orgulha o Estado é do valor e da tenacidade de seus filhos. Foram os cearenses que povoaram a Amazônia nas heróicas levas de emigrantes em busca de fortuna no período áureo da borracha.

Por todo o País o cearense se destaca pela fama justa de sua atividade.

Foi o Ceará o 1.º Estado que aboliu a escravatura e, na sua história, se registra tanto o heroísmo das lutas contra os franceses, quanto as sangrentas batalhas com que enfrentaram os invasores batavos.

Não ficou o Ceará tampouco ausente do movimento libertário da revolução do Equador que gravou nas páginas de nossa história o prólogo de nossa independência política.

JURANDYR PIRES FERREIRA
PRESIDENTE DO I. B. G. E.

INTRODUÇÃO

GUSTAVO BARROSO

Membro da Academia Brasileira de Letras. Diretor do Museu Histórico Nacional

Quando o Ceará dá entrada na história do Brasil, oficialmente, êste se encontrava com Portugal incorporado ao Império Espanhol, em cujas vastíssimas terras jamais se punha o sol. Até certo ponto êsse domínio espanhol foi benéfico para a nossa expansão territorial. Porque, se provocou ataques e conquistas dos inimigos da Espanha, fêz com que, na luta contra êles, se afirmasse nos campos de batalha um espírito nìtidamente brasileiro, expresso na firme vontade de permanecer fiel ao seu destino luso-cristão. Durante os sessenta anos de duração dêsse domínio, não veio para o nosso país uma autoridade espanhola e, como fôsse o mesmo Rei que cingia as duas coroas da Península, a audácia bandeirante à sombra dêsse pretexto riscou do mapa o famoso meridiano de Tordesilhas, que nos entanguia no desconhecimento da chamada *largura do sertão*.

Essa linha divisória de zonas de influência e conquista fazia do Brasil primitivo um verdadeiro triângulo, cuja base seria uma linha traçada da foz do Amazonas, ao norte, à barra da Laguna, ao sul, e cujo vértice era o cabo de São Roque. Devido ao regime dos ventos e correntes que regiam a navegação a vela da época, os navios vindos do outro hemisfério no rumo de sudoeste aproavam sôbre êsse cabo ou o de Santo Agostinho e daí desciam ao longo da costa que foi sendo batizada, nos seus principais acidentes, de acôrdo com as datas do calendário católico. É nesse litoral, entre os pontos extremos de Itamaracá e São Vicente que surge e se desenvolve no primeiro século de sua vida a civilização brasileira. Os esforços para dilatá-la até o rio da Prata não foram coroados pelo êxito, como também naufragaram as tentativas de colonização do Maranhão e do estuário do Amazonas.

Havia, pois, um hiato na linha costeira ocupada pelos colonizadores. Para explorá-lo, não desceriam os lusos do norte, onde não possuíam estabelecimentos; mas subiriam do sul, servindo Pernambuco de base a essa expansão. Não se deve esquecer que acima do Punaré, o atual Parnaíba, se encontravam aventureiros franceses carregando o pau-de-tinta, e na foz do Grão Pará os ingleses fincavam seus fortins. Em 1585, a Paraíba, muito freqüentada pelos normandos, fôra conquistada pelo ouvidor geral Martim Leão, que plantou nas areias de Cabedelo a fortaleza de Santa Catarina. Dali os portuguêses avançariam para o Potenji, em cuja barra, calçada de arrecifes, Manuel de Mascarenhas cravou os alicerces do forte dos Reis Magos. À sua sombra, nasceu a vila de Natal a 25 de dezembro de 1599.

Para o setentrião se desenvolvia ensolada e branca a arenosa costa, balizada de onde em onde, de pontos já mais ou menos reconhecidos: as salinas de Mossoró, a foz do rio das Onças, o Jaguaribe, a enseada do Mucuripe, o Buraco das Tartarugas ou Jericoacoara e o pôrto do Pote, o Camocim dos indígenas. Seguia-se-lhes a Ibiapaba com suas abruptas ribanceiras e o Punaré aonde nunca pusera os pés um português. Todo êsse trato de chão semi-árido era povoado, segundo se dizia, de canibais e feras. O Atlântico banhava-lhe o litoral ao norte e a nordeste, mais ou menos entre 2°50' e 7° de latitude meridional, baixo, regular e coberto de alvas dunas movediças. Numa vasta curva desenvolvida de noroeste a sudeste, o planalto da Serra Grande, Ibiapaba ou Terra Talhada, o dos Cariris, o do Pereiro e o do Apodi, seguindo-se uns aos outros, formavam como que as ribanceiras de antiqüíssimo gôlfo, do qual se retiraram as águas nas primitivas idades geológicas. Nesses chapadões, como também nas serras isoladas sertão adentro, ilhas do antiqüíssimo gôlfo, nas máximas altitudes, vegetação praieira, mangues, crustáceos, peixes fossilizados. Todo o terreno subindo como uma rampa para o interior com rios de regime torrencial, espraiando-se em alagadiços e lagamares junto as dunas costeiras e secando ao terminar a estação chuvosa. O solo ora rico, ora pobre, aqui umbroso, ali com rala e espinhenta vegetação, verde e florido de janeiro a junho, nos anos de bom

inverno, pardo e crestado de julho a dezembro, desnudo, hostil, calcinado, com raros oásis de verdura, nos tempos de prolongada estiagem, de sêca feroz e braba. Natureza feita de contrastes com uniformidade de aspectos e processos de verdadeira extenuação. Província vasta, sem portos e inculta, diz o poeta Santa Rita Durão nas estrofes do "Caramuru".

O gentio feroz resistiu à conquista e à catequese até o século XVIII, quando a miscigenação e as guerras de corso e de morte extinguiram as derradeiras tribos: Tupis e Cariris. Aquêles de mais fácil absorção, êstes quase inassimiláveis.

Pero Coelho de Souza, cunhado de Frutuoso Barbosa colonizador da Paraíba, empreendeu em 1603 a primeira exploração do Ceará, determinando a sua ousada aventura a integração de grande parte do litoral do norte do Brasil no domínio da coroa portuguêsa. Requereu e obteve a patente de capitão-mor e as necessárias concessões e prerrogativas para desbravar e colonizar o que se entendeu denominar Província do Jaguaribe e Ceará, graças à proteção do Governador-Geral do Estado do Brasil, Diogo Botelho. Com 65 soldados brancos e 200 auxiliares indígenas iniciou uma trágica epopéia que lhe custaria a fortuna e a vida dos próprios filhos mortos de inanição na sua retirada, após a conquista da Ibiapaba e o malôgro dos estabelecimentos fundados. Caberia ao jovem Martim Soares Moreno, um dos seus companheiros de jornada, firmar a posse de Portugal naquela região, em 1609, fundando a Capitania do Ceará Grande, para diferençar do Ceará Mirim ou Ceará Pequeno. Os jesuítas Francisco Pinto e Luiz Figueira estabeleceram as primeiras aldeias da catequese.

Que significa Ceará? Não se sabe ao certo. Baseado em Aires do Casal, José de Alencar nos oferece uma etimologia poética: de *cemo,* cantar com fôrça, e *ará,* pequena arara, — o *Canto da Jandaia.* O cônego Ulisses Penaforte quer que o têrmo venha de *cetá,* muitas, e *ará,* serra, — *Reunião de Serras* ou *Cordilheira.* Para Teodoro Sampaio vem de *cii,* papagaio, e *ará,* redundância, — *Bandos de Papagaios.* Saint-Adolphe e Pizarro lembram *suia,* caça, e *ará,* estação, — *Estação de Caça.* Apoiando-se em Montoya, João Brigido aventa *ciri,* o crustáceo, e *ara,* alvacento, isto é, o *Graucá,* abundantíssimo nas praias cearenses. Ainda há *ciriá-poá* e os que pretendem ver o nome do deserto do Saará transposto para nossas plagas.

A Martim Soares Moreno seguiu-se o instável e precário domínio holandês, que terminou na segunda metade do século XVII. O povoamento foi se fazendo aqui da praia para o sertão, ali de Pernambuco e Bahia, transposto o chapadão do Cariri, rumo da costa, ao longo dos rios, o gado acompanhando a marcha do homem e até a precedendo. Foi árdua a sua fixação e difícil o seu desenvolvimento ante a rudeza do clima. Aos poucos se traçaram os caminhos, domaram as resistências e se fundaram as vilas. A primeira, servindo de capital, se erigiu no Aquirás, no fim do século. Em 1726 é que se inaugurou a de Fortaleza. E as charqueadas constituíram a grande riqueza do território até a terrível sêca de 1790 a 1792.

Sete anos mais tarde, separava-se o Ceará da capitania de Pernambuco com govêrno independente. O século XIX se iniciou com a cultura do algodão exportado em grande escala para a Inglaterra. O Ceará participou das revoluções republicanas de 1817 a 1824, depois de ter aderido com entusiasmo à proclamação da Independência e ajudado pelas armas à libertação do Piauí e do Maranhão. Assim foi se formando a Província, que, durante o Segundo Reinado, deu ao Brasil intelectuais como José de Alencar e Juvenal Galeno, políticos como o Senador Pompeu e o Senador Alencar, soldados como os Generais Sampaio e Tibúrcio. Ela foi a primeira província do Brasil a libertar os escravos e com os seus homens, enrijecidos no sacrifício e na dor pelas sêcas periódicas, povoou o Amazonas e conquistou o Acre.

Suas vilas e cidades, nascidas quase tôdas do ruralismo pastoril, representam extraordinário esfôrço civilizador desde o seu início, tendo algumas atingido um alto índice de progresso. Todos os pormenores informativos sôbre os municípios cearenses estão compendiados neste volume da "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros", obra admirável empreendida e realizada pelo I.B.G.E. com a colaboração dos mais reputados técnicos. Ela representa um verdadeiro manancial de informações sôbre todos os municípios do Brasil, ainda os mais distantes e menos importantes. Se um dicionário geocorográfico como o de Milliet de Saint-Adolphe, antiquado, cheio de falhas e mesmo de erros, é indispensável a todos quantos estudam as coisas do nosso país, que dizer dêstes sólidos volumes, recheiados de dados absolutamente verídicos, senão que até hoje não se tinha realizado trabalho de tanta magnitude e utilidade.

Traçando em largas pinceladas um esbôço do panorama da formação histórica do Ceará, estamos convencidos de que êsse desvalioso pórtico não corresponde à grandeza do edifício que anuncia. Mas é melhor entrar por uma porta modesta e deslumbrar com um panorama arquitetônico admirável do que atravessar um arco de triunfo para ter a decepção de encontrar uma choupana. Foi pensando assim que, como cearense que muito ama sua terra natal, aceitamos o honroso convite do ilustre e esforçado Presidente do I.B.G.E., Dr. Jurandyr Pires Ferreira, para fazer a introdução dêste tomo da grandiosa "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros" em que o Ceará surge com sua alma, sua gente, suas coisas, seu passado, seu presente e seu futuro, nas onimodas atividades de sua vida municipal.

Índice dos Municípios

Município	*Págs.*

MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ

2 — 24 932

ACARAÚ — CE

Mapa Municipal na pág. 59 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Os primeiros habitantes, fundadores do Acaraú, na opinião do Barão de Studart eram pescadores vindos do Sul. Atraídos pela fartura dos bancos pesqueiros, instalaram-se, inicialmente, no lugar denominado Presídio, transferindo-se, mais tarde, para melhor situação, em local mais seguro, ao fundo do delta formado pelo rio Acaraú.

Contestando a ocupação dos primitivos habitantes, João Brígido escreve que "no longo período da guerra holandesa, o interior do Ceará começou a receber população de origem portuguêsa. Muitas famílias tiveram de abandonar o litoral para viver nas matas, ocupando-se de plantações ou no sertão, criando gado. Fundaram-se, então, as primeiras fazendas de criar no alto sertão da Bahia, Sergipe, Pernambuco e Paraíba. Daí os sertanistas foram seguindo até o alto Jaguaribe. O gado que situaram teve incremento espantoso. Procedia das ilhas portuguêsas. Pelo litoral vieram também povoadores para o Ceará, sendo quase exclusivamente de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande. Desta origem são as famílias que primeiro se estabeleceram na bacia do Acaracu".

"A êsses pescadores — afirma Renato Braga — vieram juntar-se os criadores que, dos fins do século XVII e comêço do XVIII, estabeleceram-se com os seus gados na *ribeira do Acaracu*. Pescadores e criadores foram, por conseguinte, os primeiros habitantes do Acaraú. Alguns dêles, talvez, pescadores e criadores ao mesmo tempo, como ainda hoje existem no litoral cearense. Donos de currais de gado e currais de pesca. Donos de bois e de jangadas".

O primitivo núcleo da Barra do Acaracu servia de ancoradouro às pequenas embarcações que aí se dirigiam, vindo a chamar-se de Pôrto dos Barcos de Acaracu. A povoação ficava localizada na margem direita do rio, encravada na légua de terra adquirida, em 23 de dezembro de 1793, por José Monteiro de Melo, ao padre Basílio Francisco dos Santos e a seus irmãos, capitão Manuel José dos Santos e D. Maria Joaquina, casada com Antônio José Peixoto, moradores em Lisboa, pela quantia de um conto e duzentos mil réis, deixando-a, por sua morte, ocorrida em 1806, a Nossa Senhora da Conceição, padroeira da freguesia, que nesse tempo era a de Sobral.

É ainda Renato Braga quem relata: "Quando surgiu a indústria da carne-sêca, em tôrno da qual girou tôda a economia setecentista do Nordeste pastoril, coube a êsse lugarejo centralizá-la ao norte da Capitania. Para tanto lhe permitia a sua excepcional situação geográfica. Plantado na embocadura de uma ribeira rica de gados, onde o sal abundava e as navegações encontravam acesso seguro, tornou-se não só grande centro de fabrico de carnes, como entrepostos das que vinham de Sobral.

"Passou a chamar-se Oficinas, nome encontrado por êsse tempo em mais de um ponto do litoral nordestino, dedicado aos centros de beneficiamento de carnes-sêcas.

"Para Oficinas, durante a safra, rumavam as boiadas, rechinavam os carros de Sobral e navegavam as sumacas. Estas transportavam carne, couros e solas com destino a Pernambuco e Bahia.

Vista aérea da cidade

"O povoado acordou para uma nova vida. Já não dependia do mar, e sim do sertão. O boi vencera o camurupim. Palhoças e taipas derramaram-se à roda dos currais e matanças. Mas veio a sêca de 1790-93 conhecida na crônica sertaneja pelo nome pouco eufônico de *sêca grande*. Durou três anos, matou os gados, morreu muita gente de fome e acabou de uma vez por tôdas com a indústria de carne-sêca.

"O povoado regrediu e voltou-se para a pesca. A denominação Oficinas não sobreviveu à crise, afogou-se com ela. Foi substituída pela de Barra do Acaracu".

Muito antes do povoamento, o território do município abrigou a esquadra de Jerônimo de Albuquerque, quando êste empreendia viagem ao Maranhão com o fim de expulsar os franceses ali estabelecidos. Nesse mesmo local — a enseada da Jaricoacoara — Jerônimo de Albuquerque lançou os fundamentos de uma povoação denominada Nossa Senhora do Rosário, por volta de 1613, onde ergueu um fortim de pau-a-pique, de existência curta "mas cheia de episódios de intensa dramaticidade. Junto a seus muros desenrolaram-se lutas mortíferas entre lusitanos e naturais; também, ali, feriu-se contra os franceses um sangrento combate, em que o vigor e qualidades heróicas dos nossos antepassados dalém-mar se evidenciaram mais sobejamente".

Em 1614 o Governador Gaspar de Sousa, sabedor das graves aperturas por que passava a pequena guarnição do forte de Nossa Senhora do Rosário, despachou um caravelão com 300 homens armados, sob as ordens do capitão Manuel de Sousa d'Eça, que exercia, em Pernambuco, as funções de Provedor de Defuntos e Ausentes. Tendo partido do Recife a 28 de maio, o capitão açoriano, durante a viagem, distribuíra a guarnição dos fortins que ficaram na retaguarda, tendo chegado a Jericoacoara com 18 comandados, em 9 de junho do mesmo ano. Figurava ao lado de Manuel d'Eça um sobinho de Jerônimo de Albuquerque, de igual nome. A 18 de junho de 1614, o forte era atacado pelo veleiro do corsário francês Du Prat que fêz desembarcar na enseada cêrca de 200 homens dispostos à luta. Depois de intensa fuzilaria, em que era notada a superioridade numérica dos atacantes, na proporção de um português para dez franceses, êstes tentam escalar o forte a descoberto e são batidos impiedosamente pelos dezoitos denodados portuguêses dirigidos por Manuel d'Eça

e Jerônimo de Albuquerque. Os que sobreviveram ao combate fugiram precipitadamente para o navio, deixando no campo da luta "mais de doze mortos e cêrca de trinta feridos". Feitos os preparativos para sustentar o próximo reencontro, à falta de munição, foram os pratos de estanho transformados em balas. Mas para surprêsa dos defensores do forte, os franceses se retiraram para o Maranhão, temerosos de nova derrota. Dias depois aportou na Jericoacoara uma frota comandada por Jerônimo de Albuquerque, vinda do Recife com instruções para desalojar os franceses do Maranhão. Realizou-se a 5 de outubro de 1614, com grande aparato religioso, a festa de Nossa Senhora do Rosário, a ela não faltando os exercícios de infantaria da tropa de Jerônimo de Albuquerque. Por capricho dêste ou em cumprimento à ordem de Gaspar de Sousa, o Forte de Nossa Senhora do Rosário, reconhecida sua inutilidade, foi demolido em 12 de outubro de 1614.

Almofala constituiu o primeiro aldeamento do município de Acaraú. Refere o Des. Álvaro Gurgel de Alencar que Almofala era sede da antiga missão dos índios Tremembés, datando de 1608, época em que os Jesuítas os aldearam nas praias dos Lençóis. Em Almofala fica a igrejinha que a Rainha, D. Maria I, de Portugal, mandara construir em 1712 para os índios.

Inclina-se o padre Antônio Tomaz a "aceitar a tradição legada por velhos moradores do povoado, aos seus descendentes, de haver sido ela construída a expensas da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, anteriormente ali erecta sob os auspícios dos padres que então dirigiam aquela missão".

O fato é que a Provisão de 12 de setembro de 1766 criou na antiga Missão dos Tremembés a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Almofala, transferindo-a para

Igreja-Matriz

a povoação de Barra do Acaracu o Decreto-Geral de 5 de setembro de 1832. Essa situação, por motivos políticos, foi alterada, sendo a sede da freguesia transferida para a Capela de Santana, elevada à freguesia pela Lei n.º 139, de 10 de setembro de 1838, que também restaurou a de Almofala. Nesse mesmo ano, a Lei provincial n.º 150, de 22 de setembro, extingiu o distrito de paz, restabelecendo-o a de n.º 253, de 19 de novembro de 1842. A 15 de dezembro de 1842, a Lei n.º 283 transferiu para a Barra do Acaracu a freguesia de Santana, com a denominação de Nossa Senhora da Conceição da Barra do Acaracu, tendo sido suprimida a de Almofala. Pela Lei provincial número 480, de 31 de julho de 1849, criou-se a vila e o município, com território desmembrado do município de Sobral, com sede na povoação de Barra do Acaracu e a denominação de vila do Acaracu. Era Presidente da Província do Ceará o Sr. Fausto Augusto de Aguiar. A 5 de fevereiro de 1851, realizou-se a solenidade de instalação do município, presidindo-a José Victor Memória.

No primeiro exercício financeiro, a Câmara Municipal da Barra do Acaracu apresentou os seguintes números:

Receita	523$300
Despesa	504$705

A pesca — atividade de maior monta na época — contribuiu com a parcela de 396$000 para os cofres da comuna.

O município, de conformidade com a Lei provincial n.º 1 814, de 22 de janeiro de 1879, tomou a denominação de Acaraú, nome que conserva até hoje. A Lei n.º 1 115, de 27 de outubro de 1864, firmada pelo Presidente Lafaiete Rodrigues Pereira, elevou o têrmo à categoria de comarca, sendo esta transferida para Santana pela Lei número 1 237, de 27 de novembro de 1868.

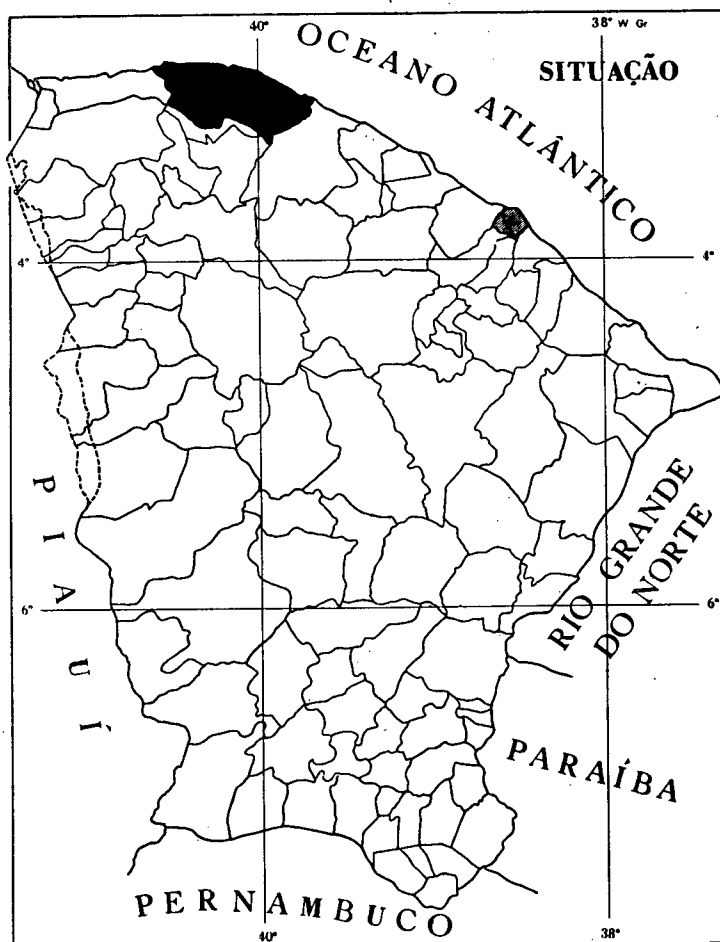
O primeiro Juiz de Direito da comarca, o egrégio magistrado Dr. Francisco Urbano da Silva Ribeiro — foi nomeado em 1865 pelo Presidente da Província, Dr. Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo. A Lei n.º 2 019, de 16 de setembro de 1882, elevou a vila de Acaraú à categoria de cidade. Com o advento do regime republicano, o Decreto estadual n.º 196, de 5 de junho de 1891, suprimiu a comarca de Santana, passando o têrmo a pertencer à comarca de Granja, mas a Lei n.º 445, de 8 de agôsto de 1898, restaurou, porém, a comarca de Acaraú, sendo o juizado substituto de Santana transferido para Acaraú em 1900. Em 1908 o povo de Acaraú, que jamais concordou com a dependência do patrimônio de Nossa Senhora da Conceição à freguesia de Sobral, desde sua doação, por morte de José Monteiro de Melo, resolveu não pagar mais as rendas das terras que lhe eram aforadas. O vigário, padre Antônio Tomás, levou o caso à Nunciatura Apostólica do Brasil, obtendo os acarauenses decisão favorável aos seus interêsses. O patrimônio passou, então, ao domínio da freguesia do Acaraú, mediante a indenização de três contos de réis, arbitrada, segundo a decisão, pelo Bispo diocesano do Ceará, D. Joaquim José Vieira, a qual foi imediatamente satisfeita por subscrição popular. Em 1911 o município compunha-se dos distritos de Acaraú, São Francisco e Santa Cruz, tal como figura na divisão administrativa do Brasil referente àquele ano. Em 1924 foram

Sede do Clube Recreio

fundadas pelo tenente Manuel Gomes da Silva várias colônias de pescadores, com o fim de tornar mais bem orientada a atividade pesqueira no município e proporcionar à laboriosa classe os benefícios da vida associativa, com a criação de escolas para as crianças e meios de assistência médico-social. Os Decretos estaduais números 193 e 1 156, de 20 de maio de 1931 e 4 de dezembro de 1933, respectivamente, mantiveram o município de Acaraú com os mesmos distritos da divisão anterior. Entretanto, no quadro da divisão administrativa referente a 1933, o município conta com os distritos de Acaraú, Jericoacoara, Santa Cruz, Tanque do Meio e Timbaúba, assim permanecendo na divisão de 1936. No quadro territorial datado de 31-XII-1937, e bem assim no anexo ao Decreto-lei n.º 169, de 31 de março de 1938, retificado pelo de n.º 378, de 20 de outubro do mesmo ano, o município se compõe dos distritos de Acaraú, Extremas, Itarema, Jericoacoara, Santa Cruz e Timbaúba. O Decreto-lei estadual n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, substituiu os topônimos de Tucunduba e Santa Cruz pelos de Aranaú e Bela Cruz, extinguindo, ainda, o distrito de Extremas, cujo território passou a integrar o de Itarema.

Nas divisões administrativas estabelecidas no Decreto-lei estadual n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943, e na Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, o município de Acaraú é formado dos mesmos distritos constantes do quadro anexo ao citado Decreto-lei n.º 448. A comarca que fôra suprimida em 1931 pelo Decreto n.º 206, de 6 de junho, e o têrmo anexado a Camocim, depois a Itapipoca, em virtude da Lei n.º 1 271, de 29 de maio de 1934, foi restaurada pelo art. 22 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado, situação confirmada pela Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948.

A composição da Câmara Municipal eleita a 3 de outubro de 1954 é de nove (9) vereadores. É Prefeito Municipal o Sr. Geraldo Benone Gomes da Silveira.

LOCALIZAÇÃO — Acaraú é o mais setentrional dos municípios do Estado. Está localizado na Zona Fisiográfica do Litoral, no extremo norte, tendo por limites os municípios de Itapipoca, Marco, Santana do Acaraú e Camocim. A faixa litorânea se estende desde a foz do rio Guriú até a enseada dos Patos, na embocadura do rio Aracatiaçu. A sede municipal que dista, em linha reta, de Fortaleza 203 quilômetros, tem as seguintes coordenadas geográficas: 2º 52' 53" de latitude Sul e 40º 07' 22" de longitude W.Gr. É o único dos municípios cearenses, pela sua posição geográfica, inteiramente fora da linha de contôrno do "Polígono das Sêcas."

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Apenas 10 metros na sede municipal. É, juntamente, com Granja e Camocim, a cidade que apresenta menor altitude em relação às demais comunas.

CLIMA — Ameno e saudável, no litoral. Registra-se, ainda, o clima de sertão. Observam-se temperaturas variáveis de 18 a 34 e médias de 26 graus centígrados. A precipitação pluviométrica atinge 1 270 milímetros.

ÁREA — A extensão territorial do município é da ordem de 2 914 quilômetros quadrados, o 13.º na colocação estadual.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Junto à praia há um serrote — o Jericoacoara, na ponta de igual nome — considerado ponto extremo do Estado. Compõe-se de dois grandes morros de areia vermelha, um com 110 e outro com cêrca de 90 metros de altitude. O rio Acaraú corta o município de sul a norte "oferecendo o seu vale amplas coroas e várzeas de magníficas terras agrícolas". Banha a cidade, que fica na sua margem direita, 6 quilômetros distante do mar, e divide-se em dois braços — Cacimbas e Mosqueiro —, formando um pequeno delta. São importantes as lagoas do Guriú, Caiçara, Jijoca, Castelhanos, Monteiros, Jenipapeiros e outras de menor porte. Destas, a Jijoca, situada no distrito de Jericoacoara, tem cêrca de 56 quilômetros de perímetro.

RIQUEZAS NATURAIS — Destacam-se, como riquezas naturais, os carnaubais nativos e oiticicais e jazidas de argila plástica que fornecem matéria-prima para a fabricação de tijolos, telhas e vasos de barro em geral.

POPULAÇÃO — A população de Acaraú, segundo o Recenseamento Geral de 1950, correspondia a 54 973 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 27 547; mulheres — 27 426; brancos — 24 922; pardos — 21 866; pretos — 7 970. Das pessoas de 15 anos e mais (em número de 28 201), 92 898 eram solteiros; 16 889 casados; 1 269 viúvos; 5 desquitados; 140 sem declaração. Tôda a população era de nacionalidade brasileira. Em religião predominaram os que se declararam católicos apostólicos romanos, em número de 54 644 (27 390 homens e 27 254 mulheres); protestantes 64 (31 homens e 33 mulheres); sem religião 6 (5 homens e 1 mulher); 259 não declararam o credo professado (121 homens e 138 mulheres). A densidade demográfica era de 18,861 habitantes por quilômetro quadrado. Localizavam-se no quadro rural 92,22% da população, totalizando 50 694 habitantes, sendo 25 570 homens e 25 124 mulheres. Situa-se em 6.º lugar na relação dos municípios mais populosos do Estado, como se demonstra abaixo:

Fortaleza	270 169	habitantes
Sobral	70 011	"
Itapipoca	64 907	"
Quixadá	61 631	"
Juàzeiro do Norte	56 146	"
ACARAÚ	54 973	"

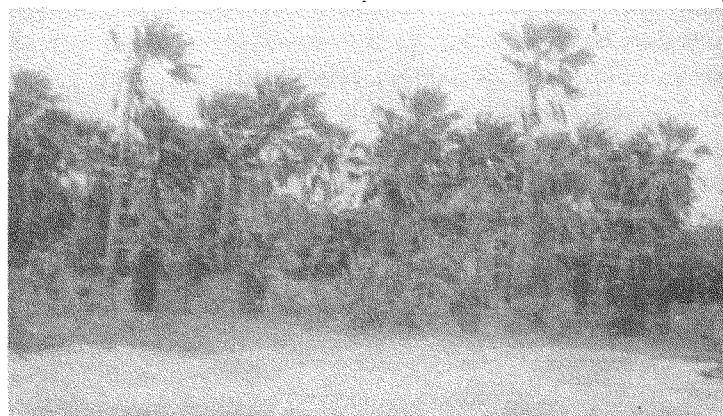
Estimativa da Inspetoria Regional de Estatística revela que o efetivo da população do município, em 1.º de julho de 1957, era de 68 554 habitantes, na qual se verifica um acréscimo de 13 581, ou seja, 24,70% sôbre os dados do último Censo.

Aglomerações urbanas — Segundo revelação do Recenseamento Geral de 1950, eram 5 as aglomerações urbanas do município — a cidade de Acaraú, com 1 807 habitantes (813 homens e 994 mulheres); as vilas de Aranaú, com 345 habitantes (164 homens e 181 mulheres); Bela Cruz, com 1 257 habitantes (592 homens e 662 mulheres); Itarema, com 325 habitantes (147 homens e 178 mulheres) e Jericoacoara, com 545 habitantes (261 homens e 284 mulheres). Na zona urbana da cidade existiam 1 000 habitantes (872 homens e 128 mulheres) e na zona suburbana 2 279 pessoas (1 105 homens e 1 174 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As condições especiais do solo abrangido por Acaraú fazem dêsse município um dos mais ricos da região norte do Estado. O território, que se estende quase todo em planície, é, contudo, de fisionomia diversificada, destacando-se, nìtidamente, a zona praiana, coberta de coqueirais, o vale humoso do Acaraú, povoado de imensos carnaubais, e a zona sertaneja. Resulta dessa heterogeneidade, em comum com a vastidão territorial, a variedade produtiva, no que tange ao desenvolvimento agrário, em demanda do progresso, que vinha sendo visìvelmente retardado, em virtude da deficiência de vias de comunicação e transportes, para uma fácil expansão da riqueza produzida. Só ùltimamente foi construída uma rodovia ligando a sede do município à capital do Estado, fato que não deixa de vir contribuindo para maior grandeza econômica do município, antes pràticamente insulado durante a época invernosa, não obstante a existência de um aeroporto e de movimento marítimo de certa expressão. Em que pese a produção industrial e do pescado, produção essa reconhecidamente de grande vulto, a principal fonte de riqueza do município é a pecuária, seguindo-se-lhe a agricultura, pôsto que com muito menor pêso na balança econômica. Conforme apurou o último Recenseamento, 83,11% dos habitantes de 10 e mais anos, correspondentes à população ativa do município, eram ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

O rebanho atingiu, em 31 de dezembro de 1955, de acôrdo com elementos do Departamento Estadual de Estatística, 134 649 cabeças, no valor total de .... Cr$ 86 127 140,00, segundo discriminação a seguir: 41 000 bovinos — Cr$ 61 500 000,00; 9 514 eqüinos — ...... Cr$ 9 514 000,00; 6 994 asininos — Cr$ 3 147 300,00; .... 2 256 muares — Cr$ 512 000,00; 36 576 suínos — .... Cr$ 4 389 120,00; 15 738 ovinos — Cr$ 1 259 040,00, e 22 571 caprinos — Cr$ 1 805 680,00. Com referência à população galinácea, o município é um dos que mais criam, no tocante a galos, frangos e frangas, sendo de mediana relevância a criação de patos, marrecos e gansos. O total dessas aves domésticas foi estimado pela mencionada Repartição em 90 319 cabeças, avaliadas em .... Cr$ 963 202,00 (87 335 galos, frangos e frangas — .... Cr$ 73 350,00 e 3 209 patos, marrecos e gansos — ...... Cr$ 89 852,00).

A produção de origem animal, sem referir a de ovos, mel e cêra de abelha, foi a seguinte: 3 600 000 litros de leite de vaca — Cr$ 10 800 000,00; 10 000 quilogramas de queijo — Cr$ 260 000,00 e 12 000 quilogramas de banha de porco — Cr$ 312 000,00, tendo sido nula a produção de manteiga, que costuma ser fabricada, na sua quase totalidade, para consumo próprio do fazendeiro. O rebanho, como é de ver, ultrapassa o consumo natural do município, sendo o excedente exportado, principalmente para a praça de Fortaleza.

Relativamente à lavoura, e ainda de conformidade com apuração do Departamento Estadual de Estatística, foram cultivados, no ano de 1955, estimativamente, 8 587 hectares de terra, com uma produção agrícola no valor global de Cr$ 11 013 455,00, correspondendo à colheita dos seguintes produtos: 100 arrôbas de algodão arbóreo — ..

Vista de um carnaubal

Cr$ 10 000,00; 8 000 arrôbas de algodão herbáceo — .... Cr$ 800 000,00; 1 040 toneladas de batata-doce — .... Cr$ 1 040 000,00; 1 535 toneladas de cana-de-açúcar — Cr$ 345 375,00; 17 500 sacos de 60 quilogramas de feijão — Cr$ 3 850 000,00; 30 000 quilogramas de mamona — Cr$ 84 000,00; 33 600 toneladas de mandioca brava — Cr$ 10 080 000,00; 15 000 sacos de 60 quilogramas de milho — Cr$ 2 550 000,00; 55 000 cachos de banana — Cr$ 1 100 000,00; 5 400 centos de côco-da-baía — ...... Cr$ 972 000,00 e 5 040 centos de manga — Cr$ 252 000,00. Os principais compradores da produção agrícola de Acaraú são os mercados de Fortaleza e Parnaíba.

Segue-se a produção industrial, sobressaindo a extrativa do pescado, da cêra-de-carnaúba e do sal marítimo, elementos produzidos em larga escala. O peixe extraído é em parte industrializado, notadamente o camurupim, para o que existe uma importante fábrica de conserva, produzindo não sòmente para consumo local, mas também para exportação. Há 8 colônias de pescadores em constante atividade, localizadas em Jericoacoara, Monte Alto, Aranaú, Curral Velho, Espraiado, Volta do Rio, Itapagé e Almofala. No ano de 1956, consoante dados apurados pela XXI Campanha Estatística e pelo Registro Industrial, foram extraídos 1 769 quilogramas de peixes — .... Cr$ 22 997 000,00; 170 000 quilogramas de cêra-de-carnaúba — Cr$ 10 200 000,00 e 8 600 toneladas de sal — Cr$ 1 720 000,00. No mesmo ano, e ainda de acôrdo com e XXI Campanha Estatística, a extração de castanha de caju avultou a 330 000 quilogramas — Cr$ 495 000,00; a de tucum, a 14 000 quilogramas — Cr$ 475 000,00 e a de sementes de oiticica, a 35 000 quilogramas — Cr$ 87 500,00. Acaraú produz, ainda, farinha de mandioca e aguardente de cana, para o que possui 115 casas de farinha e 10 alambiques. O fabrico de farinha, em 1956, atingiu 1 525 000 quilogramas, no valor de Cr$ 5 579 250,00, verificando-se, quanto à aguardente, uma produção de 98 000 litros, valendo Cr$ 1 327 000,00.

A energia elétrica produzida no município, no mesmo ano, foi da ordem de 24 000 kWh, conforme dados do Registro Industrial, importando em Cr$ 84 000,00, correspondendo ao fornecimento de luz elétrica e particular, pela municipalidade. Dentre os 8 estabelecimentos fabris que preencheram os boletins do Registro Industrial, com informes referentes a 1956, e que ocupavam 5 pessoas e mais, 4 se dedicavam à produção de sal, 1 à de vinho de caju, 1 à conserva de peixes, 1 à panificação e 1 à fabricação de latas de fôlhas-de-flandres. Contam-se como principais emprêsas industriais em Acaraú as salinas Saguim, Papagaio, São Bento, São José e Fábrica Santo Antônio (vinho de caju); Padaria São João; Fábrica Dulce (conserva de peixes), além de uma fábrica de latas de fôlhas-de-flandres.

A florística do município compreende, na classe das oleaginosas, copaíba, batiputá, oiticica, marfim, mamona, gergelim, coqueiro, notando-se que os coqueirais se estendem, não sòmente em tôda a faixa praiana, mas também em variadas zonas do território municipal. Na classe das forrageiras avultam a monguba, a canafístula, o feijão-bravo, o pajeú, o juá, o cardeiro e o xiquexique. Como medicinais medram ipecacuanha, pega-pinto, quinaquina, cambará, cabeça-de-negro, jurubeba, erva-de-chumbo, urucu, mulungu e mais algumas. Na ordem das fibrosas ou têxteis, carnaúba, com tucum, malva, pacopaco, piteira, etc., constando as espécies tintureiras do anil, da tatajuba, do mangue, da violeta e do jucá.

COMÉRCIO — Existe na sede municipal 20 estabelecimentos varejistas e 3 atacadistas em plena atividade. O comércio é muito movimentado, mantendo transações com as praças de Fortaleza (CE), Recife (PE), Rio de Janeiro (DF) e Paraíba (PB). Segundo os dados do Censo Econômico de 1950, havia em todo o município 168 estabelecimentos varejistas, os quais, em 1949, venderam .... 8 280 milhões de cruzeiros. Os atacadistas eram em número reduzido, existindo apenas 3, que efetuaram vendas de 2 179 milhões de cruzeiros. Acaraú importa tecidos, café, açúcar, arroz, calçados, chapéus, etc. Exporta madeira, lenha, palha de carnaúba, cêra de carnaúba, pescado, algodão, sal, feijão e mandioca.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Acaraú é servido por uma estrada de rodagem (Acaraú—Fortaleza), construída recentemente, e por linha regular de navegação marítima e aérea. As ligações com os municípios limítrofes e com a capital Estadual são feitas por intermédio dos seguintes meios de transportes: a Camocim, marítimo — 93 km ou rodoviário — 120 km; a Itapipoca, rodoviário — 110 km; a Marco, carroçável — 30 quilômetros; a Santana do Acaraú, rodoviário — 72 km; à capital Estadual, rodoviário — 252 km. Próximo à cidade há um campo de pouso.

ASPECTOS URBANOS — A cidade possui boas construções, destacando-se entre elas o prédio da Escola Normal Rural. Possui 612 prédios, sendo 505 exclusivamente residenciais. Sua área é pavimentada na proporção de 10%, a paralelepípedos para 90% sem pavimentação. É dotada de luz elétrica, possuindo 190 ligações domiciliárias. Existem no município 3 pensões, cobrando a diária média de Cr$ 60,00, com alimentação e pousada. Encontram-se cadastrados na Prefeitura 1 automóvel, 11 caminhões e 15 jipes. O serviço de limpeza pública e remoção do lixo é mantido pela Prefeitura, sendo beneficiados 8 logradouros. Em 1954 a sede municipal compunha-se de 23 logradouros, sendo 2 parcialmente pavimentados a paralelepípedos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há no município um Pôsto de Puericultura mantido pela Legião Brasileira de Assistência e um Pôsto de Higiene mantido pelo Govêrno do Estado, os quais prestam assistência médica especializada e geral aos habitantes da cidade. No exercício da profissão encontram-se na cidade 2 médicos, 3 dentistas e 2 farmacêuticos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Fundado em 1935, o "Círculo de Operários e Agricultores Católicos São José" é a única organização de caráter puramente associativo existente no município de Acaraú, prestando assistência permanente aos seus associados. Há, também, cinco conferências vicentinas que, durante o ano de 1956, deram assistência de natureza social a 288 pessoas. Durante o mesmo ano, o círculo operário acima mencionado proporcionou assistência permanente aos seus 203

sócios. A Cooperativa Agrícola Mista de Acaraú, com a finalidade de prestar assistência econômica ao agricultor, foi fundada em 11 de janeiro de 1953, sendo instalada no dia 1.º de agôsto do mesmo ano. Congrega 210 cooperados.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 verificou a existência de 44 198 pessoas de 5 anos e mais. Destas, 11 846 sabiam ler e escrever, sendo 5 836 homens e 6 010 mulheres. Por êsses dados se vê que as pessoas alfabetizadas representavam 27% da população compreendida no período de idade aludido. Na sede municipal, entretanto, já era bem acentuado o desenvolvimento de alfabetização, pois 68% das pessoas recenseadas na cidade de Acaraú sabiam ler e escrever, conforme se observa do seguinte: total de pessoas — 1 534; alfabetizadas — 1 044 (458 homens e 586 mulheres).

Ensino — O ensino primário fundamental comum se distinguia, em Acaraú, em 1956, com a matrícula de 3 101 alunos, em 117 estabelecimentos. O município conta com 2 estabelecimentos de ensino extraprimário, localizados na sede municipal. São êles: Escola Normal Rural Virgem Poderosa e Ginásio São José. Nos dois estabelecimentos de ensino extraprimário mencionados, foram matriculados em 1956: no curso ginasial 61 alunos (30 homens e 31 mulheres); e no curso normal 14 alunas. Em 1955 concluíram curso nos mesmos estabelecimentos: ginasial — 8 (homens); normal — 6 (mulheres).

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há no município um periódico, "O Acaraú", editado quinzenalmente, órgão apolítico e independente, de finalidade noticiosa e literária, e também, um cinema, o "Cine-Teatro", com capacidade para 200 pessoas. Na cidade funciona uma tipografia. Cita-se ainda a Liga Esportiva Acarauense, entidade destinada ao fomento do futebol, verificando-se prélios de interêsse local, assim como os campeonatos intermunicipais.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	243	562	493	140	259
1951	485	595	575	199	534
1952	469	520	743	222	762
1953	417	699	994	215	821
1954	338	723	885	138	714
1955	451	1 217	1 146	382	861
1956 (1)	...	...	1 350	435	1 350

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Em primeiro lugar, encontra-se a Matriz da sede do município que, pela amplitude e beleza de suas linhas arquitetônicas, é considerada um dos templos mais imponentes do Ceará. Seguem-se a Capela de Nossa Senhora da Conceição, de Almofala, templo histórico, edificado pelos Jesuítas em 1772, a mandado de D. Maria I, Rainha de Portugal; o Obelisco do Centenário, erigido em 1949, na Praça Marechal Deodoro, em comemoração do primeiro centenário do município; a Herma do Padre Antônio Tomaz, príncipe dos poetas cearenses, localizada na Praça que ostenta o nome do saudoso vate; e o Arco de Nossa Senhora de Fátima, construído na vila de Bela Cruz, em comemoração à passagem da Virgem Peregrina pela mesma vila, a 5 de novembro de 1953.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As principais festas são de caráter religioso e, entre outras, destacam-se as da Padroeira da Paróquia, a de Nossa Senhora da Conceição, a de Corpus Christi e a de São Sebastião, cujas procissões se verificam em 8 de dezembro, em junho (móvel) e 20 de janeiro respectivamente. As procissões são dirigidas pelo vigário da Paróquia, com vários andores, estandartes e bandeiras entre duas filas de fiéis, tomando parte saliente as associações pias com suas respectivas insígnias, percorrendo as principais ruas da cidade, entoando hinos e louvores aos santos da festa. Entre os festejos populares do município, sobressaem os tradicionais reisados ou "bumba-meu-boi" e a festa de São Gonçalo. Os reisados, que se realizam nos meses de janeiro e fevereiro, constam de mascarados com indumentárias e máscaras grotescas além de figuras ou bichos, como o Boi, o Carneiro, o Cabeça-de-fogo e a Ema. As funções se realizam à noite, em recintos prèviamente preparados, cercados de bancos de carnaúba, para assento das pessoas gradas. Nesses recintos se executam, ao ritmo da sanfoma, as danças características de cada *bicho* ou figura, que são dirigidos pelos mascarados, sendo o dono da casa tratado por capitão. Quanto às festas de São Gonçalo, também são realizadas à noite, em casas prèviamente contratadas para tal fim. A função se verifica no terreiro da casa convenientemente iluminada por fogueiras, nela tomando parte grande quantidade de pessoas, dirigida por um *mestre-de-cerimônias*, que executa estranho ritual, cantando versos que o povo repete em côro.

VULTOS ILUSTRES — Antônio Tomaz (Padre) nasceu em 14 de setembro de 1868 e faleceu em Fortaleza em 1941, ano em que deveria comemorar as bodas sacerdotais. Poeta espontâneo, dono de grande imaginação, versejava por uma inelutável imposição de temperamento, trazida do berço. Muitas antologias nacionais se enriquecem de lavôres do vate sertanejo. Dentre os seus famosos sonetos, foram consagrados pela admiração de todos: "Contraste", "Eva", "Palhaço", "No Entêrro de um Anjinho" e "Judas". Em concurso promovido pela revista "Ceará Ilustrado", no ano de 1924, sagrou-se Príncipe dos Poetas Cearenses. Pertenceu à Academia Cearense de Letras; Dr. Antônio Gomes Pereira Júnior, eminente professor de Direito e político de grande evidência no tempo do Império, tendo chegado a Presidente Interino da Província do Ceará e de Goiás; General Humberto Sales de Moura Ferreira, foi Diretor das Docas do Recife, ilustrado oficial superior do Exército, Deputado Federal em diversas legislaturas; e Landri Sales Gonçalves, ilustre oficial superior do Exército, Interventor Federal do Piauí e Diretor-Geral dos Correios e Telégrafos, cargos em que revelou suas grandes qualidades de administrador. Os dois primeiros já falecidos e os dois últimos servem ao Exército. Anota-se, ainda, o Doutor Adalberto Rodrigues de Andrade, médico ilustre, e o Doutor Antônio Gonçalves da Justa Araújo, engenheiro-civil, notável auxiliar do Presidente José Júlio de Albuquerque Barros (Barão de Sobral), que idealizou e construiu, em

Fortaleza, o Parque da Liberdade, depois remodelado, Parque da Independência e transformado hoje em Cidade da Criança.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Examinando-se o que de belo a natureza concedeu à visão humana no município de Acaraú, pára-se na enseada de Jericoacoara, pela atração do deslumbramento com que êste fenômeno envolve a alma daqueles que se sentem saciados por meio do contato com as belezas naturais. Pode ser ainda mencionada como objetivo de turismo a capela de Almofala, famoso templo construído pelos Jesuítas .

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O povo de Acaraú tem a sua naturalidade identificada por "acarauense". O município, apesar de ser encravado na orla marítima, não é servido de pôrto. Há em Acaraú duas Paróquias, com 13 igrejas, além das duas matrizes correspondentes. A Paróquia de Nossa Senhora da Conceição tem a Matriz e 9 outras igrejas e a sua sede está no distrito de Acaraú; a Paróquia de Nossa Senhora de Fátima, além da Matriz possui mais 4 igrejas, achando-se localizada na vila de Itarema. A primeira é assistida por 2 sacerdotes e a outra por 1. O culto protestante tem em Acaraú uma unidade religiosa denominada Igreja Evangélica Interdenominacional de Acaraú, fundada em 1940, com 19 adeptos, conforme dados da Campanha Estatística de 1956. Dirigem essa unidade religiosa 1 ministro oficiante e 1 presbítero.

Sôbre a origem do topônimo, transcreve-se, de "O Ceará" — 2.ª edição — 1945 — Raimundo Girão e Antônio Martins Filho, o seguinte:

"O nome Acaracú, posteriormente mudado para Acaraú, provém do rio em cuja embocadura está situada a cidade. Segundo Martius (Glossaria Linguarum Brasiliensium, p. 489), resulta de acará, peixe, acá, côrno, e hy: — rio dos peixes de cornos, ou *acará goa çu*, grande, e *hy*: — rio de peixes grandes. Para José de Alencar (Iracema, notas aditivas), compõe-se de *acará, garça*, e *có*, buraco: rio do ninho das garças. Paulino Nogueira, abalizado conhecedor das línguas indígenas (Revista do Inst. do Ceará, vol. 2.º, pág. 211), pensa que nenhuma dessas opiniões é aceitável "pois nem o rio tem grandes peixes de cornos, nem *có* significa buraco, como assevera B. Caetano na Rev. Brasil, T. 2, pág. 351. A verdadeira me parece: *acará, garça*, e *có*, quinta ou roçado: — quinta de garças brancas grandes e pequenas, pardas, grandes e pequenas; e azues, conhecidas pelo nome de tamatião". Com a ortografia oficial, Acaraú, a significação será, acrescenta o Dr. Paulino Nogueira, — "rio das garças", de acará, e hú, água.

O Dr. Tomaz Pompeu Sobrinho, culto indianólogo brasileiro, dá, a êste respeito, a sua opinião: "Acaracú é o nome com que até 1878 se designava o rio, hoje chamado Acaraú. Os pesquisadores de timologia indígena já indicaram quatro significações diferentes para esta palavra, evidentemente tupi. Ei-las na ordem em que surgiram: *Acará, peixe*, mais *guaçú*, grande, mais *hy*, água, rio — rio de peixes grandes (von Martius). *Acará*, garça mais *có*, buraco ou ninho — "ninho das garças", isto é, "rio de ninho das garças" (José de Alencar). *Acará, garça* mais *có*, quinta, roçado — "quinta de garças" (Paulino Nogueira). Corrução de acará y, donde acará hú que, pela forte aspiração do último elemento, deu acará-cú, cujo significado é "rio dos acarás" (Teodoro Sampaio). Tôdas essas interpretações não nos parecem satisfatórias porque, quanto à primeira, acará é o nome de alguns peixinhos dágua doce, já estudados pelo nosso primeiro naturalista, o velho Maregrav, ao tempo do Brasil holandês. As reduzidas dimensões dêstes peixes tornam a análise de Martius inverossímil. Quanto à segunda, acará é também o nome da Ardea egretta ou garça branca, também conhecida do naturalista holandês pelo nome de guaratinga. Mas, *có*, não significa buraco e muito menos ninho, o que invalida a interpretação de Alencar. Buraco de garças seria quando muito acaracoara e se muitos fôssem os buracos, acará coacoára, formação semelhante a jurucocoára, buracos de tartaruga. "Ninho de garça" no falar tupi seria certamente acararóca. Quanto à terceira análise, có, é roçado, limpo para plantação; mas entre nós *có* não se transforma em *cú*, portanto de acaracó, roçado de garças, não se passa a acaracú. O *u* pode provir de *y* gutural; acaraú de acaray ou da grafia do fonema que muitos registradores de vocabulários representavam por *b* puro ou um *v* ou ainda pela semivogal w. Relativamente à quarta interpretação, o ilustre tupinólogo, Dr. Teodoro Sampaio, explica a transformação do *hú* em *cú* por efeito da forte aspiração do primeiro elemento, mas cumpre notar que, se assim fôsse, se teria um caso excepcional, sem apoio na natureza dos fatos fonéticos até agora observados no tupi. Realmente, temos gereraú e não gereracú, maracanaú e não maracanacú, jaçanaú e não jaçanacú, curiaú e não curiacú. A mais antiga grafia dêste vocábulo é caracu e aplica-se ao rio referido, bem como a uma lagoa e a um córrego perto de Parangaba.

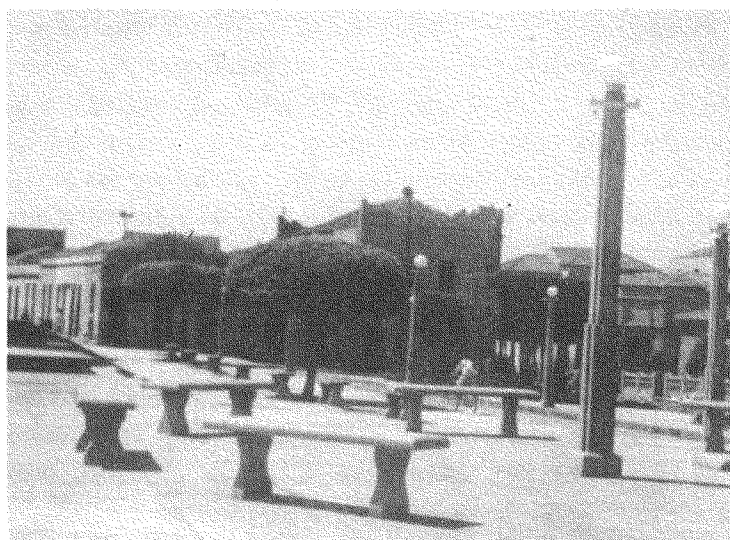
"A aférese do *a* constitui acidente fonético muito comum. A primeira parte da palavra tanto pode significar o peixinho já aludido, como a garça branca. Pode também nada significar, porque o prefixo acará, do tupi antigo, aparece algumas vêzes sem significação apreciável: tem-se caracatú por catú, bom, carapina por pina, raspar, limpar, e, como se vê em montoya, caracú por cú bebida, vinho de raízes. Talvez, pois, antigamente cú pudesse significar, por extensão, água, líquido, bebida. "Dêsse modo, caracú poderia ser "Água das garças" ou "água dos acarás". A primeira significação estaria mais de acôrdo com a maneira de expressar-se do índio. "Parece-nos, porém, melhor traduzir caracú por "bebida das garças". De certo, o índio querendo dizer água das garças, usaria a palavra acaraú, da mesma forma como usava maracanaú, água das maracanãs, curiaú, água dos curiás, jaçanaú, água das jaçanãs". "Isto é tanto mais plausível, quanto é certo que nas matas próximas ao rio, sobretudo no trecho litorâneo, havia uma extraordinária abundância dêsses *Ardeideos*, especialmente as alvíssimas Leucophoy candíssimas, por cujas *aigrettes*, têm sido bàrbaramente sacrificadas, sem que as amparem as leis atuais da proteção das aves".

ACOPIARA — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O povoamento da região compreendida nos limites do atual município de Acopiara, no alto sertão do Ceará, começou por volta das primeiras décadas do século XVIII, mediante concessão de uma sesmaria, em 4 de julho de 1719, pelo capitão-mor Salvador Alves da Silva, ao alferes Antônio Vieira Pitta. Em sua petição, diz o alferes Antônio Vieira Pitta "que êle, suplicante, tem seus gados vacuns e cavalares e não tem terras em que os possa acomodar, e porque tem descoberto um riacho chamado Quincorê que deságua na parte sul do riacho Truçu, no qual se pode acomodar com seus gados, pede a V.M. seja servido conceder-lhe, em nome de Sua Majestade, que Deus guarde, três léguas de terra de comprido pelo dito riacho acima, e meia de largo para cada banda, para si e seus herdeiros ascendentes e descendentes".

Depois de informada favoràvelmente essa petição, pelo Escrivão das Datas, Manuel de Miranda, Salvador Alves da Silva, "Cavaleiro professo da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, Capitão Mayor da Capitania do Ceará Grande", houve por bem conceder as terras pedidas, "com tôdas as suas águas, campos, matos, testados, logradouros e animais úteis que se acharem".

Foi o início da penetração.

Praça da Matriz

Tratando-se de excelentes terras de ribeira, foram afluindo à zona famílias que pretendiam nela fixar-se, visando a melhores prosperidades, através de uma agricultura realmente compensadora. Os primeiros habitantes eram da família Pereira Silva, clã que ali passou a ser cognominado de "O Lajes", apelido oriundo da natureza do terreno, bastante pedregoso. Com o correr do tempo, a localidade ficou sendo chamada simplesmente Lajes. O povoado de Lajes, com a inauguração da estação ferroviária da Rêde de Viação Cearense, em 10 de julho de 1910, passou a ter maior desenvolvimento, superando de logo os núcleos de Quincoê e Trussu que até então pareciam de maior progresso, dada a situação geográfica invejável de que desfrutavam como povoações banhadas pelas águas dos rios de igual nome. Dois anos antes, com sede no núcleo de Lajes, havia sido criado o distrito policial, por ato estadual de 17 de junho. No quadro da divisão administrativa do Brasil relativo ao

Pôsto de Puericultura

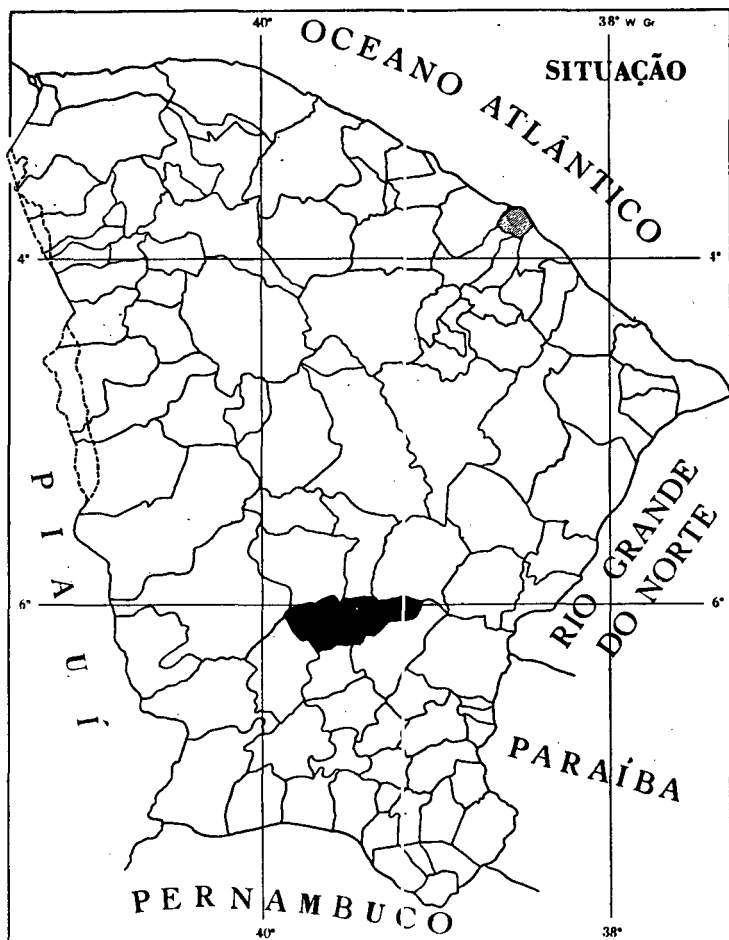
ano de 1911, o distrito de Lajes figura no município de Iguatu, assim permanecendo nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1920. Desmembrando-se de Iguatu, o próspero núcleo foi elevado à categoria de município, pela Lei n.º 1 875, de 28 de setembro de 1921, passando o povoado à vila. Sua instalação verificou-se em 14 de janeiro de 1922. O município ficou constituído de três distritos: Lages, Quincoê e Trussu, os dois últimos em razão dos riachos que os irrigam. A nova comuna foi inaugurada, em meio da alegria geral da população, a 14 de janeiro de 1922. Em concomitância com a criação do município, Dom Quintino Rodrigues de Oliveira, primeiro Bispo do Crato, percebendo o progresso que vinha tendo o lugar, resolveu criar a Paróquia, idéia que teve a mais ampla repercussão e a mais franca receptividade por parte do povo, sendo, afinal, concretizada em meados de outubro de 1921. Fundada a Paróquia, subordinada ao Bispo do Crato e tendo por Padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, foi nomeado como seu primeiro Vigário o padre Leopoldo Rolim.

A igreja Matriz, não há negar, representa um dos mais belos templos do interior do Estado. Pelo Decreto n.º 1 156, de 4 de dezembro de 1933, o município e a vila de Lajes passaram a denominar-se Afonso Pena. Sobrevindo a vigência do Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, a vila recebeu foros de cidade. O nome Afonso Pena, por proposta do Prefeito Municipal, foi substituído pelo de Acopiara, o que se efetivou no Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de de-

Prefeitura Municipal

zembro de 1943. O têrmo judiciário de Acopiara, instituído na mesma data da criação do município, foi transformado em sede de comarca de primeira entrância, em obediência ao art. 22 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual, situação que se efetivou em 9 de junho de 1948, pela Lei n.º 213. De acôrdo com a Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, o município se compõe dos distritos de Acopiara, Isidoro, Quincoê e Trussu.

Realizadas as eleições municipais em 3 de outubro de 1954, a escolha da população se definiu na pessoa do Prefeito Alfredo Nunes de Melo. À Câmara Municipal foram eleitos Alvino Guedes Cavalcante, Ananias Alves de Lima, Isaías Batista de Albuquerque, João Alves de Lima, José Alves do Nascimento, Paulo Florentino Teixeira, Raimundo Teixeira Lima, Sátiro Florentino Teixeira e Waldir Cabral Herbster.

LOCALIZAÇÃO — Acopiara é município da Zona Fisiográfica do Sertão do Salgado e Alto Jaguaribe. Formam-lhe os limites os municípios de Saboeiro, Mombaça, Senador Pompeu, Iguatu, Jucás e Solonópole. A sede municipal, distante da capital do Estado, em linha reta, 280 quilômetros, tem as seguintes coordenadas geográficas: 6° 06' 48" de latitude Sul e 39° 27' 26" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 280 metros.

CLIMA — Temperatura variável de 20 a 37 graus centígrados, com média de 28. A altura da precipitação pluviométrica é da ordem de 625 milímetros.

ÁREA — É o 28.º município cearense em extensão territorial, com 2 048 km², e o segundo da Zona Fisiográfica de

Casa Paroquial

que faz parte, de vez que apenas o superava Icó, antes de ocorrer o desmembramento dos distritos de Guassossê, Igarói e Orós.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia não apresenta sensíveis ondulações. Notam-se algumas serras: Luna, Moca e Lapa. A do Maia, que serve de limite com o município de Mombaça, apresenta elevações de cêrca de 500 metros.

RIQUEZAS NATURAIS — Jazidas de pedra e cal e argila plástica e pedreiras em exploração representam as principais riquezas minerais.

POPULAÇÃO — A população de Acopiara, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 31 755 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 15 849; mulheres — 15 906; brancos — 14 128; pardos — 15 494; pretos — 2 066; sem declaração — 67. Das pessoas de 15 anos e mais (em número de 16 445), 6 191 eram solteiros (3 395 homens e 2 796 mulheres); 9 260 casados (4 595 homens e 4 665 mulheres); 3 desquitados (1 homem e 2 mulheres); 34 sem declaração (10 homens e 24 mulheres). Quase tôda a população era de nacionalidade brasileira. Apenas 1 mulher foi registrada sem declaração de nacionalidade. Em religião, predominaram os que se declararam católicos apostólicos romanos, em número de 31 426 (15 676 homens e 15 750 mulheres); havia 289 protestantes (154 homens e 135 mulheres); 1 espírita (mulher); sem religião 5 ho-

Correios e Telégrafos

Pôsto de Saúde

mens; sem declaração 33 (13 homens e 20 mulheres); e de outra religião 1 homem. A densidade demográfica era de 15,50 habitantes por quilômetro quadrado. Localizavam-se no quadro rural, 88,57% da população, totalizando 28 126 habitantes, sendo 14 138 homens e 13 988 mulheres. A população de Acopiara, estimada pela Inspetoria Regional de Estatística, para 1.º de julho de 1957, é de 35 369, verificando-se o acréscimo de 3 614 pessoas sôbre os resultados censitários, ou seja, 11,74%.

Aglomerações urbanas — Quatro (4) são as aglomerações urbanas do município — a cidade de Acopiara, com 2 967 habitantes (1 378 homens e 1 589 mulheres); vilas de Isidoro, com 267 habitantes (128 homens e 139 mulheres); Quincoê, com 87 habitantes (44 homens e 43 mulheres) e Trussu, com 308 habitantes (161 homens e 147 mulheres). No quadro urbano da cidade e vilas existiam 2 034 habitantes (947 homens e 1 087 mulheres) e no quadro suburbano 1 595 pessoas (764 homens e 831 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O solo do município é banhado por vários rios que proporcionam aos habitantes locais excelentes terras ribeirinhas. Sendo o terreno bastante montanhoso, possui quadras altamente produtivas do melhor algodão do Estado. Além do algodão, que é o produto básico da economia do município, cultiva-se, em regular escala, a cana-de-açúcar, que serve de matéria-prima essencial à indústria da rapadura, regularmente desenvolvida no seu território. A safra agrícola de 1955 foi estimada

Clube Social

pelo Departamento de Estatística em mais de 53 milhões de cruzeiros, sobressaindo os produtos a seguir discriminados: 300 520 arrôbas de algodão — 33 milhões de cruzeiros; 25 000 toneladas de cana-de-açúcar — 7,5 milhões de cruzeiros; 24 200 sacos de feijão, valendo aproximadamente 5 milhões de cruzeiros; 145 000 sacas de 60 quilogramas de milho — 1,7 milhões de cruzeiros; 13 200 sacos de 60 quilogramas de arroz, estimados em mais de 3 milhões de cruzeiros; 72 000 cachos de banana, no valor de mais de 2 milhões de cruzeiros. As culturas de menor porte são mandioca-brava, mandioca-mansa, manga, fava e côco-da-baía. Os produtos agrícolas locais encontram mercado nas cidades de Iguatu e Fortaleza, no Ceará, e Campina Grande, na Paraíba, que são as principais praças compradoras de Acopiara. O município era, em 1955, o segundo produtor de algodão em todo o Estado, superado apenas por Iguatu, conforme apurou o Departamento Estadual de Estatística do Ceará. A pecuária tem alta significação econômica, contribuindo, poderosamente, para o equilíbrio da balança comercial do município, vez que Acopiara é um dos principais criadores do Estado. Possui rebanho bem numeroso, permitindo-lhe a exportação de gados para outros centros consumidores, tais como Fortaleza, no Ceará, e Campina Grande, na Paraíba. Por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, 8 452 pessoas (8 185 homens e 267 mulheres), ou seja, 90,97% do total da população ativa (10 anos e mais), declararam como ocupação principal o ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

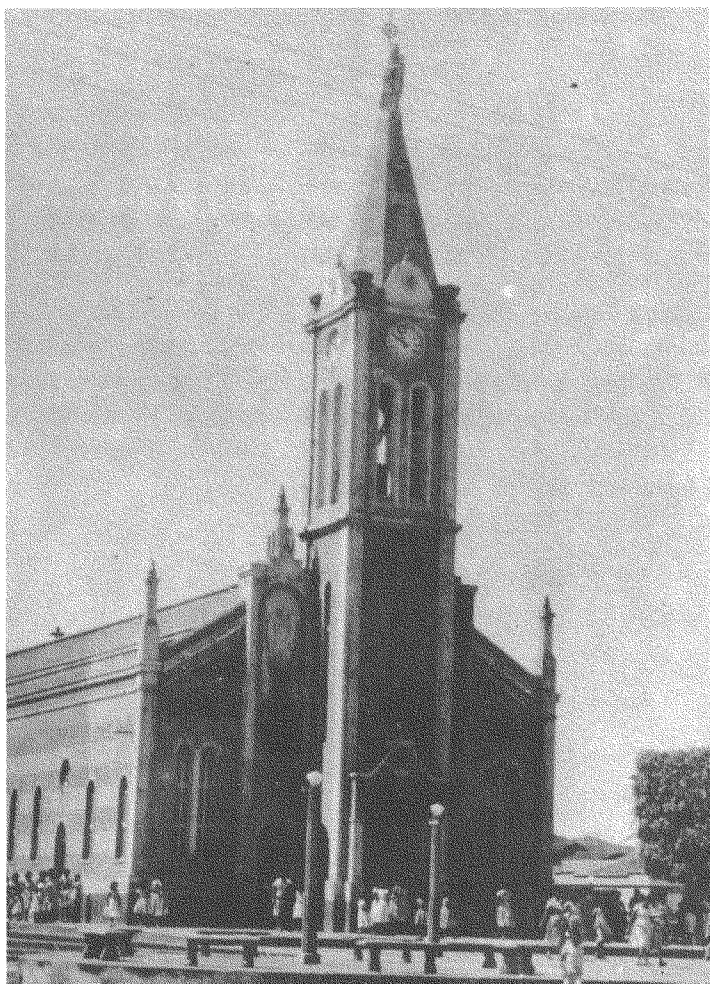
Praça Ramos Brito

De acôrdo com os dados publicados pelo Departamento Estadual de Estatística do Ceará, em 31 de dezembro de 1955, existia o seguinte efetivo de população pecuária (93 000 cabeças, avaliadas em quase 65 milhões de cruzeiros), assim discriminados: 25 000 bovinos — 50 milhões de cruzeiros; 4 000 eqüinos — 4 milhões de cruzeiros; 3 000 asininos — 1,2 milhões de cruzeiros; 2 000 muares — 4 milhões de cruzeiros; 8 000 suínos — 800 milhares de cruzeiros; 28 000 ovinos — 2,8 milhões de cruzeiros; e 23 000 caprinos — 2 milhões de cruzeiros, mais ou menos.

Os produtos extrativos mais desenvolvidos são, no reino vegetal, a madeira para fins domésticos e industriais, com produção superior a 1 milhão de cruzeiros; no setor mineral a pedra calcária, com produção de 300 milhares de cruzeiros e a argila (barro), empregada na fabricação de tijolos

e telhas, com produção de 240 milhares de cruzeiros; e, no campo animal há peles silvestres, notadamente de teús, gato-maracajá e gato-pintado, com produção de 420 milhares de cruzeiros, segundo elementos da Campanha Estatística de 1956.

A produção de peixe foi da ordem de 11 000 quilogramas, avaliados em 165 milhares de cruzeiros.

A indústria de transformação do município é bem modesta. Conforme Registro Industrial de 1956, funcionavam no seu território 11 estabelecimentos industriais com obrigação de prestar informação nos boletins de produção, sendo que dois dêstes ocupavam mais de 5 pessoas e em 9 trabalhavam menos de cinco empregados, inclusive proprietários. Os demais estabelecimentos oriundos de atividades agropastoris constaram da Fôlha Coletiva de Produtores, por constituírem pequenos fabricos de rapadura e farinha de mandioca, sem maior importância. Dos 11 estabelecimentos industriais, pròpriamente ditos, os dois mais importantes exploravam o ramo têxtil (beneficiamento de algodão); três se dedicavam à fabricação de tijolos e telhas; quatro ao abate de animais; um à produção de energia elétrica e um à fabricação de pães de trigo.

Igreja-Matriz Nossa Senhora do Perpétuo Socorro

A produção de energia elevou-se a 86 000 kWh, sendo 70 000 kWh para consumo particular e 16 000 para consumo público.

Em 1955, ainda de acôrdo com o Departamento Estadual de Estatística, os engenhos locais produziram 800 toneladas de rapadura, estimadas em 3,2 milhões de cruzeiros e a produção de farinha de mandioca atingiu, no mesmo ano, cêrca de 80 mil sacas de 60 quilogramas, valendo 4 milhões de cruzeiros.

Associação Comercial

COMÉRCIO E BANCOS — Possui a sede municipal, em plena atividade, 67 estabelecimentos varejistas, 12 que exploram o ramo grossista e uma agência bancária. De acôrdo com o Censo Econômico de 1950, havia em todo o município 114 estabelecimentos varejistas e 48 atacadistas. As vendas realizadas em 1949, com referência aos estabelecimentos varejistas, foi de 6,855 milhões de cruzeiros. O comércio local mantém transações com as praças de Fortaleza, Iguatu, Crato, Juàzeiro do Norte, Campina Grande (PB), Recife (PE), São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (DF). São artigos importados pelo município, tecidos e miudezas em geral, farinha de trigo, fumo, açúcar, sal, café, etc., e exportados algodão arroz e pedra calcária. As vendas efetuadas pelo comércio atacadista, em 1949, foram de 9,009 milhões de cruzeiros.

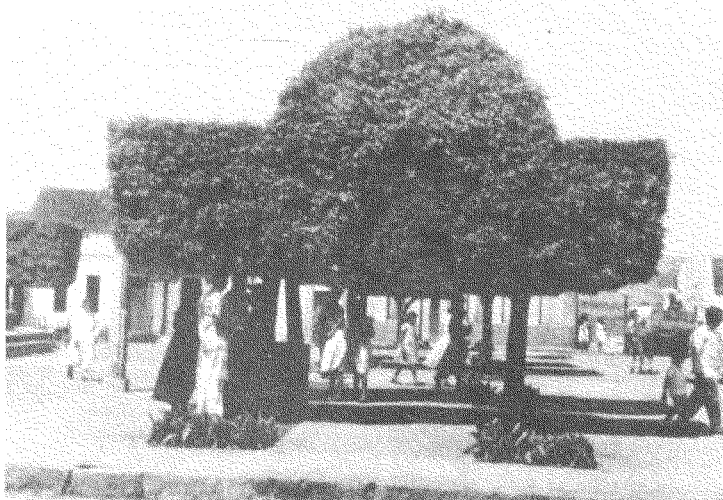
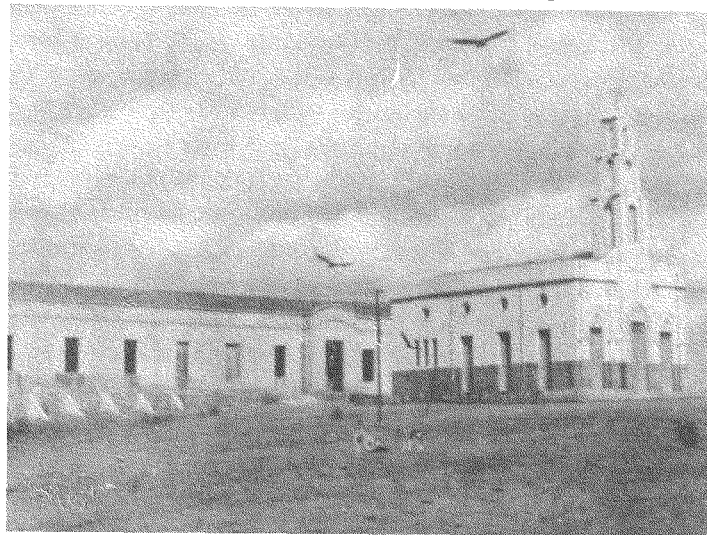
MEIOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES — A cidade é servida por estradas de rodagem e pela Estrada de Ferro de Baturité, da Rêde Viação Cearense e um pequeno campo de pouso da Prefeitura, no qual, esporàdicamente, aterrissam aviões de passageiros. Liga-se com os municípios vizinhos e com a capital do Estado, pelos seguintes meios de transporte: Iguatu — ferroviário, 51 km e rodoviário 47 km; Jucás — a cavalo, 91 km ou misto: a) ferroviário, até Cariús, 92 km e b) rodoviário 4 km; Mombaça — a cavalo, 72 km ou misto: a) ferroviário 75 km, até Senador Pompeu e b) rodoviário 36 km; Saboeiro — a cavalo 96 km ou misto: a) ferroviário 75 km, até Iguatu e

Trecho da Rua Manuel Deodoro

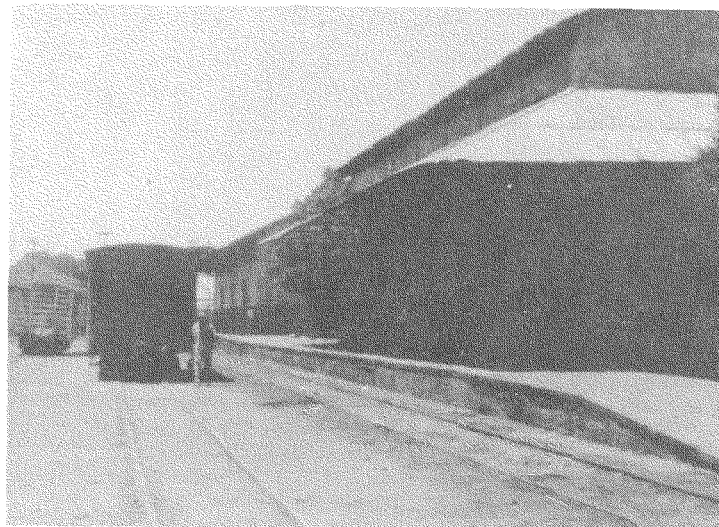
Cadeia Pública

b) rodoviário 98 km; Senador Pompeu — ferroviário 75 km e rodoviário 76 km; Solonópole — rodoviário 66 km; e capital do Estado — ferroviário 365 km.

Funciona na sede municipal uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e uma rêde Telefônica Interdistrital com 3 aparelhos, de propriedade da Prefeitura, para uso público. Existem, ainda, na cidade, um Serviço de Radiocomunicações da Polícia Militar e uma Agência Telegráfica da Estação Ferroviária da Rêde Viação Cearense, ambos de uso privativo dessas repartições.

ASPECTOS URBANOS — Acopiara é uma cidade progressista, possuindo vários logradouros públicos, residências modernas e uma bela matriz, recentemente construída. Conserva-se a cidade sempre limpa principalmente no centro urbano, onde se encontra bonita avenida. Possui 1 101 prédios, sendo 658 exclusivamente residenciais e o restante para outros fins. Sua área pavimentada a paralelepípedo corresponde a 2% e sem pavimentação, 98%. É dotada de luz elétrica, contando-se 495 ligações domiciliares. Existem na cidade 5 pensões, com uma diária média de Cr$ 80,00. Encontram-se cadastrados na Prefeitura Municipal 9 automóveis e jipes e 21 caminhões. É mantido pela Prefeitura o serviço de limpeza pública e remoção de lixo, sendo beneficiados 14 logradouros. Em 1954 a sede municipal era composta de 27 logradouros dos quais 1 inteiramente pavimentado a paralelepípedos e 7, parcialmente.

Praça da Matriz

Hospital Municipal

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Possui o município um Pôsto de Puericultura, mantido pela Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, que presta assistência médica especializada aos habitantes da cidade. Estão em atividade na sede municipal 2 médicos, 4 dentistas e 1 farmacêutico.

Estação ferroviária da Rêde Viação Cearense

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Círculo Operário de Acopiara, cuja fundação data do ano de 1940, tendo como finalidade principal a beneficência mutuária, presta importantes serviços à população local da comuna, no que tange à assistência social. Contava com 736 associados, em 31 de dezembro de 1956. A Sociedade São Vicente de Paulo também desenvolve suas atividades no

mesmo setor assistencial e socorre a pobreza local. No distrito-sede funciona a Cooperativa Central de Crédito Limitada, fundada no ano de 1948, achando-se sòlidamente organizada. Em 31 de dezembro de 1956 possuía 245 sócios.

ALFABETIZAÇÃO — Conforme os resultados censitários de 1950, existiam em todo o município 25 881 pessoas em idade escolar. Dêsse número, 5 419 sabiam ler e escrever, sendo 2 844 homens e 2 575 mulheres, o que representava 21% do total dos 25 881 habitantes. Das 2 465 pessoas de 5 anos e mais da sede municipal, 1 135 eram alfabetizadas, sendo 517 homens e 618 mulheres.

Ensino — Conta Acopiara com 75 escolas de ensino primário fundamental comum, cuja matrícula inicial em 1956 atingiu 1 333 alunos de ambos os sexos. A taxa de matrícula em 1950 foi de 17,89%, enquanto que no Estado atingiu 24,3%.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há na sede do município uma biblioteca de caráter geral, com 2 641 volumes, designada Biblioteca Capistrano de Abreu. É franqueada ao público, sendo bastante intenso o movimento de consultas.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	148	1 067	618	220	746
1951	149	1 189	738	303	686
1952	151	1 302	818	317	862
1953	144	980	1 171	318	1 038
1954	54	1 351	962	242	1 086
1955	106	1 847	1 324	436	1 314
1956 (1)	—	—	1 485	498	1 485

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Como festejos tradicionais comemoram-se, com novenas e procissões, as festas de São Sebastião e da Padroeira, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, respectivamente, em 20 de janeiro e no último domingo do mês de setembro.

VULTOS ILUSTRES — Antônio Bruno de Almeida Braga, um dos pioneiros na conquista do Acre para o Brasil.

Barragem Municipal

Edifício de indústria de beneficiamento

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Acopiara é um dos maiores centros produtores de algodão do Estado. Em todo seu território existem mais de 50 açudes públicos e particulares, com a capacidade total de mais de 35 milhões de metros cúbicos. A cidade, muito embora acidentada, apresenta aspecto urbano bem interessante. O seu comércio é regularmente desenvolvido. Não há feiras no município. Às têrças-feiras e sábados, há maior afluência no comércio, ocasionada pela chegada do misto (trem) que faz o percurso até Iguatu, voltando na tarde do mesmo dia.

Eclesiàsticamente, o município é dividido em uma única paróquia, com a invocação de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Existem em tôda a comuna 15 templos católicos, dos quais 2 ficam situados na cidade, e 7 associações religiosas.

Em 1954 estavam inscritos 6 109 eleitores e votaram 3 544 no pleito do mesmo ano. A Câmara Municipal está composta de 9 vereadores.

Os habitantes do município são denominados acopiarenses. "Acopiara" significa lavrador, agricultor. De origem tupi, o vocábulo compõe-se de *aco*, roça, roçado, cultura; *pi* de *pina*, limpar; e *ara*, sufixo que indica o agente.

AIUABA — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Bebedouro, primitivo nome do município de Aiuaba, se origina da lagoa de igual nome existente na localidade, onde se construiu uma barragem de pedra e cal. As terras do município estão situadas na data de sesmaria concedida, aos 20 de agôsto de 1721, pelo capitão-mor Salvador Alves da Silva, a Lourenço Alves Feitosa, completamentada com os terrenos sesmeiros de Ventura Rodrigues de Sousa e Domingos Rodrigues. O distrito foi criado pelas Leis estaduais de números 929, de 6 de agôsto de 1860, e 1 128, de 21 de novembro de 1864. Na divisão administrativa do Brasil, relativa ao ano de 1911, Bebedouro figurava como distrito de Arneiroz, mas, em 1933, aparece como distrito de Jucás. Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, Bebedouro figura sob a dependência administrativa do município de Saboeiro, sendo considerado subdistrito judiciário. No quadro anexo ao Decreto-

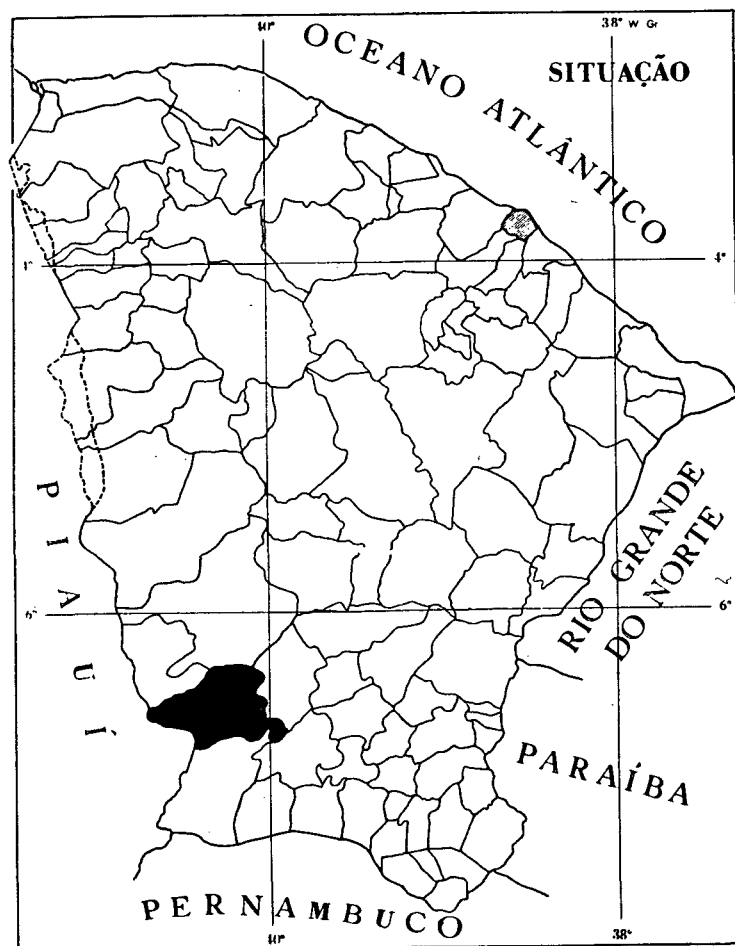
Vista parcial da cidade

lei estadual n.º 169, de 31 de março de 1938, o distrito de Bebedouro permanece incorporado ao município de Saboeiro, elevando-se, em virtude dêsse documento legal, o povoado à categoria de vila, com a mesma denominação do distrito. Bebedouro continua, ainda, sob dependência administrativa de Saboeiro, no quadro anexo ao Decreto-lei número 448, de 20 de dezembro de 1938, que fixou a divisão territorial do Estado para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, assim permanecendo no anexo ao Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943, passando, entretanto, a partir dessa data, a denominar-se Aiuaba. A vila e o distrito, em face da Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, permaneceram subordinados ao município de Saboeiro, até 15 de setembro de 1956, data em que a Lei n.º 3 338 restaurou os municípios de Baixio e Umari e criou os de Aiuaba, General Sampaio, Itaiçaba, Orós e Parambu. A vila, em virtude dessa última Lei, recebeu foros de cidade, tendo ocorrido sua instalação e a do município a 22 de outubro de 1956, em meio a inequívocas demonstrações de júbilo da população local. As eleições municipais para a escolha do Prefeito e vereadores, com data marcada para 4 de agôsto de 1957, foram presididas pelo Juiz de Direito da Comarca de Assaré.

Dois candidatos foram apresentados pelas correntes políticas à mais alta investidura municipal — Pedro Alves Feitosa, Agente Fiscal do município, e Raimundo Edmundo Braga, vereador à Câmara de Saboeiro. Com a maioria de 197 votos, venceu o Sr. Raimundo Edmundo Braga, juramentado e empossado no dia 9 de setembro de 1957, perante a Câmara Municipal de Aiuaba, instalada no dia anterior, ocasião em que foram empossados os vereadores eleitos. A primeira

Praça do Comércio

Mesa ficou constituída do Presidente Francisco Paes de Oliveira Sobrinho e do Secretário Sebastião Braga. O Município compõe-se, atualmentes, dos distritos da sede, Barra e Mucambo, os dois últimos criados pela citada Lei n.º 3 338, com território desmembrado do distrito de Aiuaba.

LOCALIZAÇÃO — Desmembrado de Saboeiro, acha-se o município de Aiuaba situado numa das 12 Zonas Fisiográficas em que se subdivide o Estado — a do Sertão do Sudoeste, que abrange os municípios de Crateús, Independência, Saboeiro, Tauá e Parambu. Limita-se com o Estado do Piauí e com os municípios de Saboeiro, Assaré, Campos Sales, Parambu e Tauá. A cidade de Aiuaba fica, aproximadamente, a 165 quilômetros, em linha reta, da capital do Estado, e possui as seguintes coordenadas geográficas calculadas: 6º 38' de latitude Sul e 40º 7' de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Colocando-se em 33.º lugar, em ordem decrescente, juntamente com os municípios de Saboeiro e Umari, a altitude é de 290 metros na sede municipal.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Zona do Sertão, observando-se temperatura variáveis entre 20 e 35 graus, e maior freqüência em 30. As estiagens vão de junho a fevereiro, ocorrendo precipitação pluviométrica sòmente no período hibernal, que vai de março a maio, com chuvas irregulares, quase sempre precedidas de trovoadas.

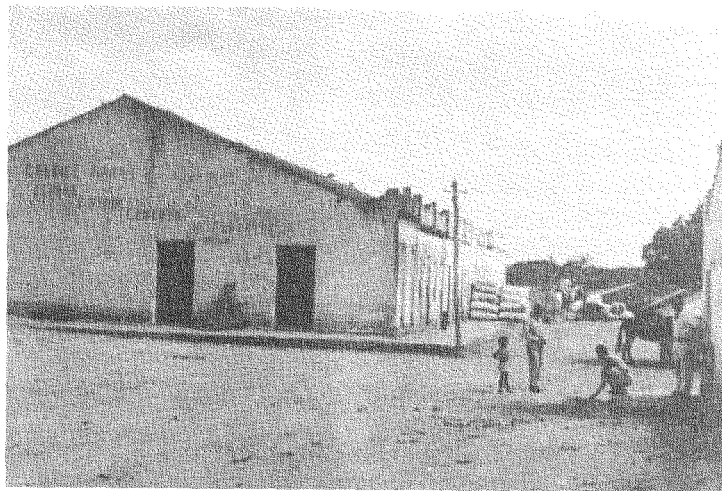
ÁREA — A área do município é de 2 339 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O riacho do Umbuzeiro que, com seus afluentes, constitui um tributário às nas-

Capela Nossa Senhora do Patrocínio

centes do imponente Jaguaribe, é um dos principais acidentes geográficos do município, banhando-o de oeste a leste. É seguido em importância pelo riacho Serra Nova, ponto de referência para fixação da linha divisória com Campos Sales. A serra do Marçal, não só pela soberba saliência que bem a define dos terrenos baixos, mas ainda pelo fato de servir de divisor entre o município e o vizinho Estado do Piauí, é outro acidente digno de nota. As serras Cana Brava e dos Bois, com altitudes de 700 e 500 metros, respectivamente, são outros acidentes que se agrupam no sertão de sudoeste, em cuja área está compreendido o município de Aiuaba. A serra do Umbuzeiro, se outra particularidade não a identifica, dá origem à nascente do riacho de mesma denominação. Merece destaque a serra Nova, de onde defluem as águas que formam o riacho a que empresta o nome. Definindo os acidentes geográficos de Aiuaba, torna-se imprescindível fazer alusão, ainda, às serras do Silveira e do Charito, fronteiras do município com Parambu e Arneiroz.

Rua da Matriz

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas naturais que mais se destacam na vida do município podem ser: a) — no setor mineral, as fontes calcárias, b) — no setor vegetal, caroá, oiticica e umbu (esta fruta é nativa no município); e c) — caças de pequeno porte que abundam na serra do Umbuzeiro e outras localidades do município, e teús que se encontram por tôda parte do território municipal.

Trecho da rua principal da cidade

POPULAÇÃO — A população do município de Aiuaba, segundo o Recenseamento Geral de 1950, quando ainda distrito do município de Saboeiro, era de 9 005 habitantes, sendo 4 485 homens e 4 520 mulheres (o município foi criado pela Lei n.º 3 338, de 15 de setembro de 1956 e instalado em 22 de outubro do mesmo ano). Na área rural encontravam-se 8 421 habitantes, dos quais 4 218 homens e 4 203 mulheres, correspondendo a 93,51% da população total. Estimativa da população elaborada pela Inspetoria de Estatística revela que em 1.º-VII-1957 havia no município 12 019 habitantes.

Aglomerações urbanas — A cidade de Aiuaba, única aglomeração urbana do município, compunha-se de 584 habitantes (267 homens e 317 mulheres), conforme os dados censitários de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica do município tem o seu maior fundamento na tríade agricultura, pecuária e indústria de transformação agrícola. A indústria extrativa também oferece boa contribuição para o desenvolvimento econômico de Aiuaba, visto ser vultoso o seu oiticical. Município novo, criado e instalado em 1956, não dispõe de uma catalogação de dados numéricos sôbre todos os seus aspectos, figurando nas tabelas estatísticas de Saboeiro o montante da sua produção. Todavia, num grande esfôrço de pesquisa, é possível enumerar dois dos produtos que têm significação na sua vida econômica. São êles: farinha de mandioca que, em 1956, se apresenta com o volume de 325 800 quilogramas — Cr$ 1 447 200,00; e rapadura, com uma produção de 92 toneladas — Cr$ 650 000,00.

COMÉRCIO — As transações comerciais do município de Aiuaba são feitas, principalmente, com o município de Iguatu, praça que centraliza as atividades econômicas da região

3 — 24 932

Grupo Escolar

em que está localizada a comuna. Os estabelecimentos comerciais instalados no território aiuabense elevam-se a 30 e as suas atividades são limitadas às transações varejistas.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município não é servido por estrada de ferro. As suas ligações com outras comunas, com a utilização de veículos rodoviários, são feitas por estradas carroçáveis que ficam interrompidas por ocasião da estação invernosa. Não há linha regular de transporte, mas três (3) caminhões conduzem cargas dêsse para outros municípios e vice-versa, em transações comerciais. Uma Agência Postal do Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos atende a população do município em suas comunicações com outras paragens do Estado é do País. A maior transação do município efetua-se com o município de Iguatu, centro de convergência da região e adjacências, cuja sede é uma das cidades mais importantes do Ceará.

ASPECTOS URBANOS — Um pequeno hotel atende aos visitantes, cobrando diária de Cr$ 60,00. Pouco mais de cem prédios agrupados em sistema de logradouros, de arruamentos assimétricos, formam a urbe aiuabense.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Duas farmácias, localizadas na sede do município, representam o que de fato se pode registrar como elemento de assistência médica à população aiuabense.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — A indiferença do povo do sertão cearense, com raras exceções, às organizações de caráter associativo, faz com que venham aparecer como órgãos de assistência social nas cidades interioranas quase que exclusivamente as conferências de São Vicente de Paulo, unidade de que dispõe o povo de Aiuaba nesta particularidade interessantíssima da vida.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 verificou a existência de 490 pessoas de 5 anos e mais, das quais 146 (54 homens e 88 mulheres) sabiam ler e escrever, representando essa parcela 29,79% da população local.

Ensino — Durante o ano de 1956, funcionaram em todo o município 15 unidades de ensino primário fundamental comum, ministrando instrução às crianças de Aiuaba em idade escolar e de ambos os sexos.

FINANÇAS PÚBLICAS — Aiuaba é um município novo que ainda não tem finanças municipais a registrar, mas a partir de 1953 tem havido no município arrecadação de rendas estaduais, em face da fixação de um órgão do fisco. A arrecadação do Estado, no período 1953-1956, se caracteriza como se vê no quadro abaixo:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)
1953	248
1954	169
1955	180
1956	422

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — A "Casa do Umbuzeiro", localizada no município de Aiuaba, é o único marco de notoriedade histórica que pode ser apontado como particularidade de relêvo. Não são as minúcias arquitetônicas de sua construção, nem tampouco o seu valor material que constituem a excelência do seu destaque. O caráter secular do seu aspecto, ligado às efemérides que a tornaram célebre, coloca-a como página escrita a ouro na história do município em que está encravada. Construída há mais de duzentos anos pelo padre José Bezerra do Vale, dela descende um clã proeminentíssimo que se destacou na vida social, cultural e política do País, valendo ressaltar o Presidente Venceslau Braz e o Professor José Carlos de Matos Peixoto, consoante faz crer Waldery Uchôa em seu "Anuário do Ceará", 1.º volume 1953-1954, páginas 200 e 201.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal cerimônia religiosa é a festa da padroeira Nossa Senhora do Patrocínio, tradicionalmente festejada por tôda a população local, no mês de agôsto de cada ano. Por ocasião dos festejos se realizam quermesses, retretas, leilões e outras atrações populares, com grande animação, movimentando tôda vida citadina e rural do município. Aos domingos verificam-se movimentadas feiras para livre oferta, quando os agricultores do município e criadores das comunas adjacentes comparecem com o fito de vender seus produtos e promover visitas de cordialidade, após o santo sacrifício da Missa dominical.

ATRAÇÃO TURÍSTICA — No lugar denominado Poço do Boi ou Pé Queimado, há um vestígio dos caprichos da natureza, dêstes que deixam estupefatos os mais frios obser-

Vista de uma casa residencial

vadores das cousas naturais. Trata-se de uma casa submersa em que a mão da natureza "esmerou-se quanto pôde" em arquitetá-la.

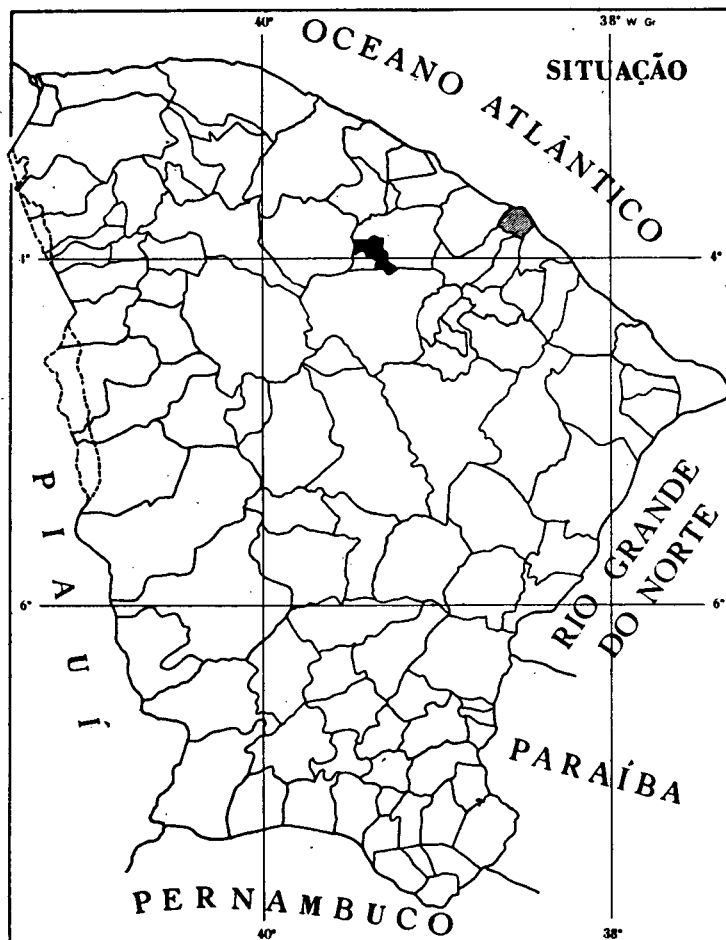
OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Com a denominação de aiuabense, os habitantes do município se apresentam agora com autonomia local, em virtude da existência dos podêres do Govêrno primário, constituídos que foram com a primeira eleição para a escolha dos mandatários municipais. Entretanto, sendo sòmente em relação à autonomia político-administrativa, que se refere a Lei que criou o município, êste continua subordinado judiciàriamente ao têrmo e comarca de Saboeiro, sede do município do qual fôra desmembrado.

Praça Central

APUIARÉS — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Jacu — antiga denominação de Apuiarés — foi criado distrito de Paz pela Lei n.º 1 135, de 24 de novembro de 1864, pois já contava certo número de habitantes e tinha para dirigir seus destinos espirituais um páraco — o padre Manuel Ribeiro. Criado o distrito de Pentecoste, com os limites da freguêsia, a Lei n.º 1 300, de 31 de outubro de 1869, extinguiu o de Jacu, o qual, em obediência à Lei n.º 1 330, de 10 de outubro do ano seguinte, o restaurou, com território desmembrado do distrito de Pentecoste. Anteriormente, era Jacu denominado Arraial do Jacu e pertencia a Canindé. Na divisão administrativa do Brasil, relativa ao ano de 1911, Jacu figura como distrito subordinado ao município de Pentecoste. Nas divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 169, de 31 de março de 1938, retificado pelo de número 378, de 20 de outubro dêste último ano, o distrito de Jacu pertence a Pentecoste, figurando ainda nesse município nas divisões subseqüentes estabelecidas pelos Decretos-leis números 448, de 20 de dezembro de 1938 e 1 114, de 30 de dezembro de 1943. Nesse último Decreto-lei, o distrito de Jacu é denominado Apuiarés. A Paróquia de Apuiarés foi fundada em 2 de fevereiro de 1946; tendo São Sebastião como orago, superintende os distritos de General Sampaio e Tejuçuoca (êste último pertencente a Itapagé), além do da sede onde se localiza a igreja Matriz. A Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, que modificou a divisão territorial e administrativa do Estado para vigorar sem alteração até 31 de dezembro de 1953, conservou, ainda sem modificação, o distrito de Apuiarés no município de Pentecoste, mas a de n.º 3 338, de 15 de setembro de 1956, desmembrou de Pentecoste os distritos de General Sampaio e Apuiarés, criando o município de General Sampaio, o qual, antes de ser instalado, dividiu-se em duas unidades municipais, surgindo, pela Lei n.º 3 529, de 25 de janeiro de 1957, com território desmembrado de General Sampaio, o município de Apuiarés. O município foi instalado, simbòlicamente, no dia 1.º de março de 1957, ficando Apuiarés subordinado administrativamente a Pentecoste, até a posse dos podêres constituídos. Aos 4 de agôsto do mesmo ano, realizaram-se as eleições para Prefeito e vereadores, cujos resultados foram favoráveis ao candidato a Prefeito, José Alves Filho. À Câmara elegeram-se Antônio Cardoso Bezerra, José Gadelha de Góes, João Alves da Luz, Raimundo Pinto de Freitas, João Oliveira de Sousa, Raimundo Jaci Alves e Carlos Jaime Pinto. Apuiarés é têrmo judiciário da comarca de Pentecoste.

LOCALIZAÇÃO — Apuiarés situa-se na Zona Fisiográfica Sertão Centro-Norte. Limita-se com os municípios de Itapagé, Pentecoste e General Sampaio. A cidade dista da capital do Estado, em linha reta, 101 km, e possui, aproximadamente, as seguintes coordenadas geográficas: ...... 3º 55' de latitude Sul e 39º 25' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O município de Apuiarés apresenta o clima comum do sertão: quente e sêco. As chuvas abundam nos meses de fevereiro a maio e escasseiam de junho a dezembro.

ÁREA — A área do município é de 443 quilômetros quadrados, colocando-o no 86.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia do município é pouco acidentada. A serra da Várzea Grande e alguns serrotes são os únicos relevos conhecidos. Sua hidrografia compreende, como principal artéria fluvial, o rio Curu e alguns riachos, como o Tamanduá e o Tejuçuoca.

RIQUEZAS NATURAIS — Citam-se apenas sementes de oiticica e extração de lenha.

POPULAÇÃO — O município de Apuiarés, por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, era distrito administrativo de Pentecoste e possuía 8 399 habitantes, sendo 4 259 homens e 4 140 mulheres. Na zona rural, habitavam 7 826 pessoas (3 984 homens e 3 842 mulheres), ou seja, 93,18% de sua população total. Todos os seus habitantes eram de nacionalidade brasileira. Predominava na comuna a religião católica. A estimativa procedida pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal no Ceará, para 1.º de julho de 1957, dá a Apuiarés 9 854 habitantes, verificando-se um aumento de 1 455 pessoas, isto é, 17,32% sôbre a população levantada pelo Recenseamento Geral de 1950.

Vista de uma rua da cidade

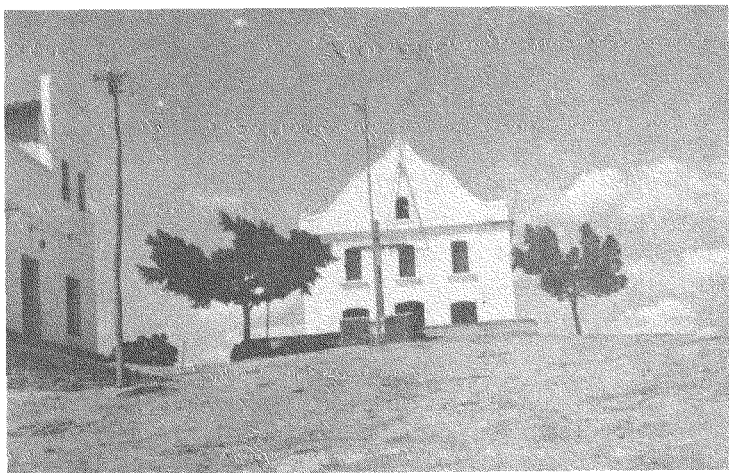
Aglomerações urbanas — O único centro urbano existente no município é a cidade de Apuiarés, com 573 habitantes, sendo 275 do sexo masculino e 298 do feminino, conforme os resultados Censitários de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade fundamental à economia do município é a agricultura, seguida da pecuária, embora pouco desenvolvida. Os principais produtos agrícolas produzidos pelo município são: algodão arbóreo e herbáceo, milho, feijão, mandioca, mamona, arroz e banana, que são vendidos nas praças de Maranguape e Fortaleza. A pecuária, ainda subdesenvolvida, tem relativa importância econômica não só no abate de animais destinados ao consumo da população, como no fornecimento de leite e exportação de gado em pequena escala para os municípios de Fortaleza, Maranguape, Caucaia e Pentecoste. Prepondera no município a espécie de gado vacum, seguida da caprina, lanígera e suína. Em Apuiarés não existem estabelecimentos industriais pròpriamente ditos. Apenas funcionam pequenos aviamentos (casas de farinha) cuja modesta produção destina-se exclusivamente, ao consumo de seus fabricantes. Os produtos extrativos existentes são apenas de origem vegetal e animal, como seja, semente de oiticica, lenha, peixe dágua doce e peles de animais silvestres, os quais não apresentam valores apreciáveis. A produção de energia elétrica em 1956 foi de 2 400 kW, distribuídos para a iluminação, sendo 1 000 para a particular e 1 400 para a pública.

Vista central da cidade

COMÉRCIO — O movimento comercial de Apuiarés tem pouca expressão econômica, sendo representado por apenas 12 pequenos estabelecimentos varejistas localizados nos diversos pontos do município. As transações comerciais são feitas com as praças de Fortaleza, Maranguape e Pentecoste (CE). Os principais artigos exportados são: algodão, cereais, couros e peles, gado para abate e semente de oiticica, em quantidades relativamente pequenas. Importa o comércio local: tecidos, ferragens, louças, miudezas, açúcar, café, sabão, conservas, charque e rapadura.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido, apenas, por estradas de rodagem. Sediada na cidade, uma emprêsa de transporte serve o município, dispondo de um ônibus e um caminhão que fazem linhas regulares para transporte de cargas e passageiros. A cidade liga-se com os municípios limítrofes e capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: General Sampaio — rodoviário — 14 km; Pentecoste — rodoviário — 33 km; Itapagé — rodoviário — 42 km; capital do Estado — rodoviário — 127 km. Como meio de comunicações existe, apenas, uma Agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos, localizada na sede municipal.

Vista parcial de uma rua da cidade

Igreja-Matriz

ASPECTOS URBANOS — Apuiarés, recentemente criada, é uma das menores cidades cearenses. Nas zonas urbana e suburbana existem 7 logradouros com 130 prédios, aproximadamente. Possui iluminação elétrica pública e particular, sendo de 80 o número de ligações domiciliares. Em dezembro de 1956, existiam 4 veículos motorizados em todo o município. No distrito-sede funciona uma modesta pensão, cobrando a diária de Cr$ 50,00.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — A Conferência de São Vicente de Paulo, instituição caritativa fundada em 1938, proporciona pequenos e variados auxílios à pobreza desvalida do município.

ALFABETIZAÇÃO — Tendo-se por base os resultados do Censo Demográfico de 1950, existiam em Apuiarés 480 pessoas em idade escolar (5 anos e mais), das quais 286 sabiam ler e escrever, ou seja, 60% (133 homens e 153 mulheres) .

Ensino — Funcionam, atualmente, em todo o município de Apuiarés, 6 unidades escolares, que ministram o ensino primário fundamental comum, com 229 alunos matriculados, de ambos os sexos.

FINANÇAS PÚBLICAS — As rendas federais e estaduais são arrecadadas pelo município de Pentecoste. Em virtude de o município ter sido instalado em março de 1957, não houve arrecadação municipal nos anos anteriores.

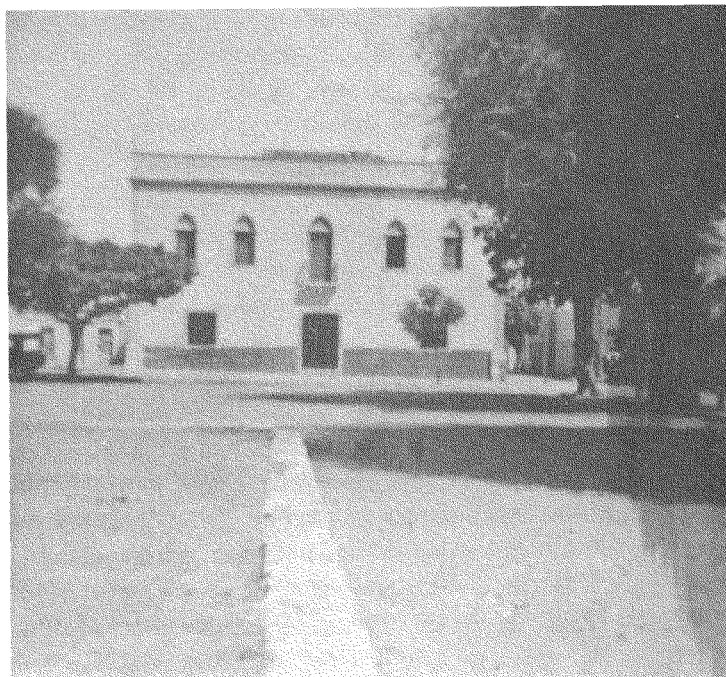
MANIFESTAÇÃO RELIGIOSA — A única manifestação de caráter popular que se realiza no município é a festa do Padroeiro da Paróquia, São Sebastião, iniciada no dia 11 de janeiro, seguida de novena e encerrada com missa solene e procissão do Santo festejado, com afluência de elevado número de fiéis.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Há no município a Paróquia de São Sebastião que conta com 8 templos, inclusive a igreja Matriz, e 8 associações religiosas. Pertence à Arquidiocese de Fortaleza. Dos 3 590 eleitores inscritos, 1 396 votaram para Prefeito e vereadores do município, no primeiro pleito realizado em 4 de agôsto de 1957.

Os habitantes locais são denominados apuiareenses. Apuiarés — nome que substituiu Jacu para designar o distrito, desde 1943 — recorda uma tribo de selvagens que habitou a região.

AQUIRAZ — CE

Mapa Municipal na pág. 93 do 4.º Vol.

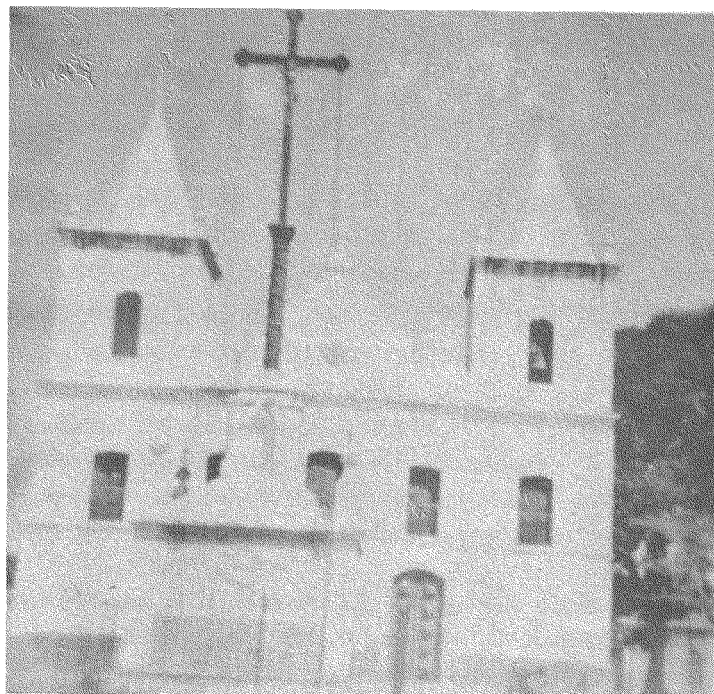
HISTÓRICO — Aquiraz, que para o Ceará, de apenas três e meio séculos, representa a velhice da Sé de Braga do velho Portugal, que traz à lembrança Henrique de Borgonha — senhor do Condado Portucalense, célula-mãe do glorioso e épico Portugal dos descobrimentos marítimos — constitui importante núcleo de população do Ceará. É assim a porta principal pela qual terão de passar todos os cronistas que pesquisarem a história do Ceará, tendo-se em vista, sobretudo, a circunstância de ter sido a primeira vila da Capitania, criada por despacho datado de 13 de fevereiro de 1699, por ordem de El-Rei de Portugal. Uma das fortes razões pela qual se criou o primeiro município do Ceará foi a de que, com "ela e com as suas autoridades constituídas", El-Rei mantinha o seu propósito de pôr têrmo às insolências e aos desmandos que, aqui, eram perpetrados pelos capitães-mores, senhores absolutos. Efetivamente, por ordem do Governador de Pernambuco, em 1700, foi instalada a novel vila, com sede no núcleo de Fortaleza. As suas primeiras autoridades, escolhidas em pleito, foram as seguintes: Juízes Ordinários: Manoel da Costa Barros, Cristovam Soares de Carvalho; para a Vereança, saíram vencedores: João da Costa Aguiar, Antônio da Costa Peixoto e Antônio Dias Freire, sendo Procurador João de Paiva Aguiar. Em 1701, transferiu-se a sede do município para o local Barra do Ceará, posteriormente chamado de Vila Velha e que havia recebido a sede do Govêrno municipal por oferecer melhor segurança naqueles recuados tempos de pirataria. Em 1706, instala-se novamente no núcleo originário de Fortaleza. Pela segunda vez, ainda em 1706, volta a Barra do Ceará, retornando a Fortaleza, em 1708. Em 1910 a vila recebe a denominação de São José do Ribamar do Aquiraz, devendo-se isso à transferência da sede do município para a localidade do Aquiraz, medida sòmente efetivada em 1713, pôsto que o Alvará de 11 de março de 1711 fêz reverter para Fortaleza a sede do município. A Ordem régia de 30 de janeiro de 1711, executada, entretanto, pela de 9 de maio de 1713, é que transferiu, de ma-

Prefeitura Municipal

Vista parcial da Rua Nogueira Acioli

neira definitiva, para Aquiraz, a sede municipal. Pela Ordem régia de 11 de outubro de 1721, foi determinado que a sede do município se conservasse em Aquiraz, e a de 11 de março de 1725, mantendo a anterior, ordenava que se criasse outro município na capitania do Ceará, sediado em Fortaleza. Aquiraz toma novos rumos como sede de administração e, da noite para o dia, vê-se apinhada de gente que aportava à nova vila na busca de riqueza e poder. Ali passam a residir milhares de forasteiros, pequenos e grandes comerciantes, gente de vida fácil, tentadores de fortuna, aventureiros de tôda espécie, vendedores de quinquilharias, o que transformou a pacata localidade em agitada colmeia de turbulências e questões. Governando a Província Manuel Francês, homem de poucas palavras, de muita ação e firmeza de caráter, logo tratou de mandar tropas para manutenção da ordem. A Câmara se reunia diàriamente e em sessões agitadas profligava os erros, inclusive, de certas autoridades, como o Ouvidor Mendes Machado que, pelos seus muitos despautérios, de parceria com grossa capangagem a seu sôldo e com seu prestígio, viu-se obrigado a fugir, acossado pela maioria do povo com a vereança à frente. A Câmara, em sessão especial, nomeia novo Ouvidor, cuja escolha recaiu na pessoa de Valentim Calado Rego, juiz mais velho da dita Câmara.

A primeiro de maio de 1733, os vereadores de Aquiraz enviam forte representação a El-Rei contra o descaso do vigário Antônio Aguiar que, ao invés de fazer residência em Aquiraz, "como é do seu dever", morava em Fortaleza. El-Rei atende aos reclamantes enviando ordens severas para o Bispo de Olinda a fim de que o mesmo corrigisse a falta do vigário. Pela Resolução de 12 de setembro de 1739, tôda a vereança se dirige, novamente ao Rei de Portugal, solicitando que lhes mandasse pagar dois mil réis como "ajuda de custo às festas e procissões a que tivessem de assistir, pois assim era de costume nas demais câmaras existentes". O pedido foi atendido. Aos 16 de abril de 1742, D. Luís de Santa Teresa, Bispo de Pernambuco, recebe enérgica reclamação dos vereadores de Aquiraz contra grosserias praticadas à Câmara pelo Padre Visitador que os havia desconsiderado nas festas e procissoes religiosas. Assim vivia, brava e altiva, cônscia de suas responsabilidades, a Câmara de Vereadores do Aquiraz de outrora...

Por volta de 1726, aportam no Ceará os padres João Guedes, Manuel Batista, Felix Capelli e Irmão Manuel da Luz. Eram Jesuítas e vinham com a missão de levantar um hospício para a residência de dez padres da congregação. Visitaram o capitão-mor João de Barros Braga e da conferência resultou que partiram para Aquiraz, onde lhes foi doado terreno para a emprêsa a que se propuseram com a condição única de, aos sábados, celebrarem missa perpétua em intenção do capitão-mor e de seus parentes vivos e mortos... Manuel Batista e Felix Capelli foram os construtores da obra, cujos paredões ainda hoje se erguem num eloqüente atestado do prestigioso passado histórico de Aquiraz. As terras do hospício foram doadas em escritura de 14 de março de 1727, pelo coronel João de Barros Braga, que as comprou ao coronel Manuel Rodrigues de Sousa, herdeiro de Manuel Fonseca Leitão. Êste as comprara ao primeiro donatário Estêvão Velho de Moura, fundador do sítio Aquiraz. "Na grande sêca (1790-1793), José Lopes Barreira, filho de Baltazar Lopes Barreira, natural de Braga, em Portugal, já era grande proprietário em terras de Aquiraz, onde possuía o Sítio Cajueiro, fertilíssima terra entre Aquiraz e Cascavel. O Cajueiro serviu-lhe de sede no Almoxarifado da Fazenda, que exerceu, por alguns anos, sem qualquer ônus para a Fazenda Real, mas a tradição guardou-lhe o nome e lhe fêz justiça, dando a seu sítio a denominação Cajueiro do Ministro, em virtude de sua permanência, ali, como representante de El-Rei".

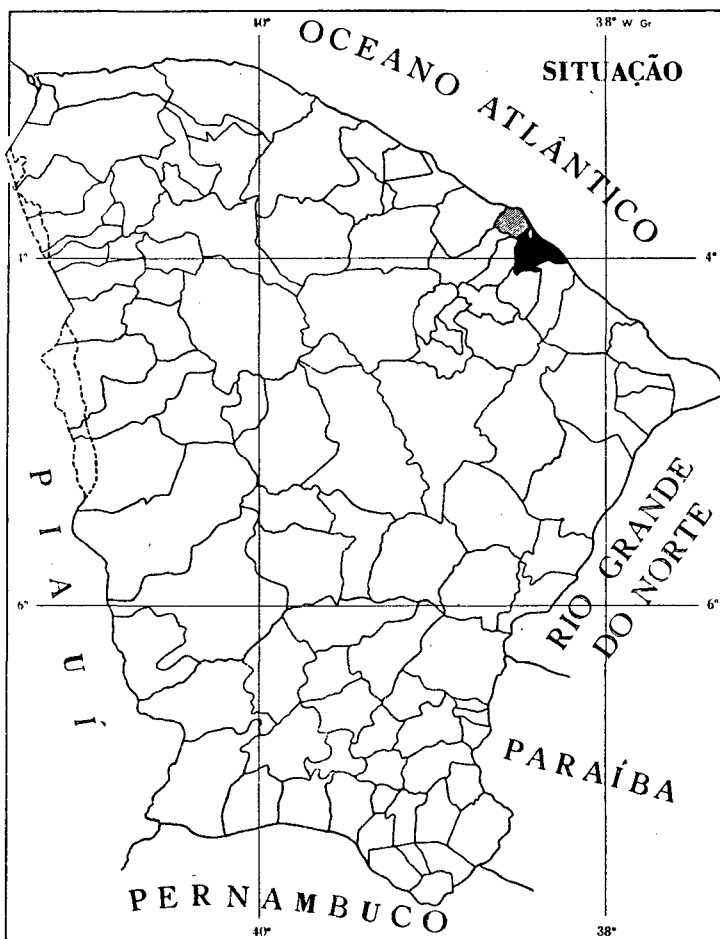
"Essa terrível e calamitosa sêca aniquilou a pecuária do sertão saárico e combusto, dizimou os homens, ricos e pobres, e fêz a população sertaneja procurar o litoral. Para as vastas e férteis terras de Aquiraz, pertencentes ao capitão-de-milícias José Lopes Barreira, vieram vários membros da família Queiroz, de Quixadá, na qual era casado o sargento-mor José Lopes Barreira. Entre êstes Queiroz, contava-se José de Queiroz Lima, que, fixando residência e fazendo domicílio no novo meio, contraiu matrimônio com

Igreja-Matriz de São José do Ribamar

Rio Pacoti

uma filha de Francisco Xavier da Costa, tenente-capitão-mor de Aquiraz".

A igreja Matriz de Aquiraz é obra de rico valor histórico, pois datando a sua construção de 1769, ainda guarda, nos seus altares as velhas imagens do Hospício dos Jesuítas e a sua decoração, feita naquela época distante, mas que ainda estão perfeitas e encantam pelo seu colorido. Ali, se observam lindas alfaias trabalhadas na quadra colonial e guardadas como preciosidades. Ressalta-se a existência de enorme cruz e de linda custódia, em prata pura, que datam do século dezessete. Outro monumento histórico de Aquiraz é a sua Casa da Câmara, construção sólida, cujas paredes têm um metro de espessura. Do seu mobiliário antigo, o Museu Histórico do Estado guarda uma grande mesa, trabalhada em puro jacarandá e que serviu para despacho dos capitães-mores.

Em quadro da divisão territorial do Brasil, datado de 1911, Aquiraz figura composto de três distritos: Aquiraz, Iguape e Morará. A Lei estadual de n.º 1 258, de 27 de julho de 1915, elevou a vila de Aquiraz à categoria de cidade. O Decreto estadual n.º 193, de 20 de maio de 1931, injustamente suprimiu o município de Aquiraz, anexando o seu território ao município de Cascavel, rebaixando a histórica localidade à condição de simples povoado. Restabeleceu, porém, o município, o Decreto estadual n.º 1 156, de 4 de setembro de 1933, do Interventor Federal do Ceará, capitão Roberto Carneiro de Mendonça, restituindo o seu antigo território e o predicativo de vila. Em 1933, Aquiraz figura, no quadro da divisão territorial, com os seguintes distritos: Aquiraz, Eusébio, Iguape, Lagoa Sêca, Ôlho d'Água e Telha. Pelo Decreto estadual n.º 169, de 31 de março de 1938, Aquiraz continua com a mesma distribuição territorial, exceto o distrito de Ôlho d'Água, que, pelo Decreto estadual n.º 1 591, de 23 de maio de 1935, foi transferido para o município de Guarani (Pacajus). O Decreto n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, elevou a vila à categoria de cidade, figurando na divisão territorial de 1939-1943 com os distritos de Aquiraz, Eusébio, Iguape e Serpa, êste numa homenagem a um dos maiores cearenses, filho de Aquiraz, Dr. Justiniano de Serpa, que foi Presidente do Estado. O Decreto-lei estadual de número 1 114, de 30 de dezembro de 1943, fixou-lhe o quadro territorial para vigorar de 1944 a 1948 com a seguinte composição: Aquiraz, Eusébio, Jacaúna (ex-Iguape) e Serpa. A Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, que outorgou nova divisão territorial-administrativa ao Estado, deu ao município a composição que se segue: Aquiraz, Eusébio, Jacaúna e Justiniano Serpa. A primeira comarca do Ceará foi criada por Provisão régia de 8 de janeiro de 1723, desanexada da de Paraíba, com sede no Aquiraz. A Ordem régia, de 18 de janeiro de 1760, pondo têrmo ao litígio entre as duas localidades — Fortaleza e Aquiraz —, sediou, definitivamente, nessa última, a referida comarca. O Decreto n.º 196, de 5 de junho de 1891, extinguiu a comarca, passando o têrmo a pertencer à comarca de Cascavel. Nos demais quadros territoriais e administrativos do Estado, Aquiraz permaneceu como têrmo da comarca de Cascavel até a promulgação da Constituição do Estado, aos 23 de junho de 1947, quando o Art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias restaurou a Comarca, classificando-a em primeira entrância, situação esta mantida pela Lei de n.º 213, de 9 de junho de 1948. Nas eleições gerais de 1954, foram eleitos: Prefeito — Abdon Correia Lima; Vereadores — Francisco Moura Abreu, Horácio Pereira de Assunção, Isidoro Assunção Filho, João Pires Xavier, José Carlos Gadelha, José Leite de Freitas, Lourival de Serpa Sales, Pedro Brasil Façanha e Virgílio Coelho.

LOCALIZAÇÃO — Aquiraz situa-se na zona Fisiográfica do Litoral, banhado pelo Oceano Atlântico. Limita-se com os municípios de Fortaleza, Pacatuba, Cascavel e Pacajus e com o Oceano Atlântico. A cidade dista 21 km em linha reta da capital do Estado, na direção de 43° 38' S.E. e possui as seguintes coordenadas geográficas: 3° 54' 02" de latitude Sul e 38° 23' 33" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 30 metros de altitude.

CLIMA — O clima do município é ameno, por fôrça da aragem que sopra na zona litorânea, sendo sêco no verão e úmido no inverno. A temperatura varia entre 28 e 36 graus centígrados e a precipitação pluviométrica, em 1955, atingiu 1 053 mm. A época mais chuvosa vai de fevereiro a abril.

ÁREA — A área do município é de 521 km², ocupando o 81.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico é o rio Pacoti que corta o município na direção sudoeste-nordeste, formando um vale de constituição sílico-argilosa; deságua no Atlântico. Citam-se ainda 2 pequenos açudes e várias lagoas. Destas, as principais são: Encantada, Traiçuru, Tapuio, Catu, Eusébio, Gibóia, Guaribas, Garças, Junco, Mari, Pombas, Parnamirim Periquito e Ramos.

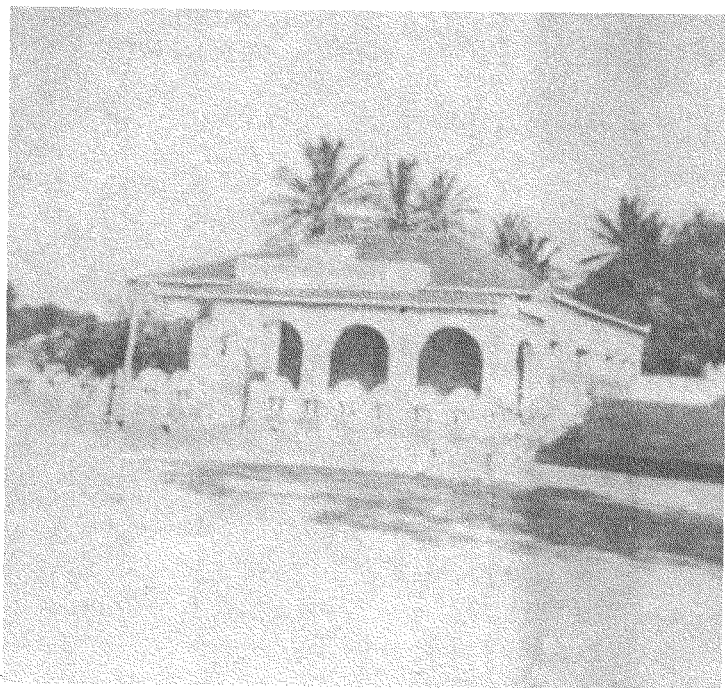
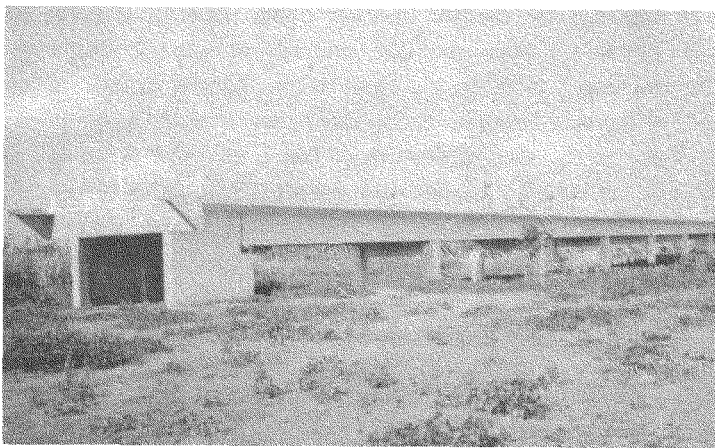
RIQUEZAS NATURAIS — Barro (argila), pedra calcária, carnaubais, cajueirais, lenha, peixes, mel e cêra de abelha.

POPULAÇÃO — A população de Aquiraz, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 23 870 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 11 794; mulheres — 12 076; brancos — 9 060 (4 435 homens e 4 625 mulheres); pardos — 8 243 (homens 4 124 e 4 119 mulheres); pretos — 6 546 (3 225 homens e 3 321 mulheres); sem declaração de côr — 21 (10 homens e 11 mulheres). Das pessoas de 15 anos e mais (em número de 13 428), 5 458 eram solteiras (2 757 homens e 2 701 mulheres); 7 181 casadas (3 554 homens e 3 627 mulheres); 769 viúvas (218 homens e 551 mulheres); 20 sem declaração de estado conjugal (5 homens e 15 mulheres). Quase tôda a população era de nacionalidade brasileira, no total de .... 29 864 habitantes (17 789 homens e 12 075 mulheres), com apenas 2 homens naturalizados e 1 de nacionalidade estrangeira. Em religião predominaram os que se declararam católicos apostólicos romanos, em número de 23 415 (11 571 homens e 11 844 mulheres); protestantes 291 (144 homens e 147 mulheres); espíritas 76 (42 homens e 34 mulheres); sem religião 45 (18 homens e 27 mulheres); e sem declaração de religião 43 (19 homens e 24 mulheres). A densidade demográfica era de 45,81 habitantes por quilômetro quadrado. Localiza-se no quadro rural, 92,30% da população, totalizando 21 794 habitantes, sendo 10 821 homens e 10 973 mulheres. Ocupa o 8.º lugar em densidade demográfica, dentre os municípios do interior do Estado. Segundo estimativa elaborada pela Inspetoria Regional de Estatística, para 1.º de julho de 1957, o município de Aquiraz apresenta o efetivo populacional de 26 821 pessoas, verificando-se um acréscimo de apenas 2 951 pessoas sôbre os resultados censitários. A quota de crescimento nos últimos sete anos, é da ordem de 12,36 %, contra 18,54 % em igual período, para o Estado.

Pôsto de Püericultura da L.B.A.

Outro aspecto da Rua Nogueira Acioli

Aglomerações urbanas — São 4 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Aquiraz, com 1 390 habitantes (528 homens e 611 mulheres); as vilas de Eusébio, com 109 (44 homens e 65 mulheres); Jacaúna, com 741 (352 homens e 389 mulheres) e Serpa, com 87 (49 homens e 38 mulheres). No quadro urbano da cidade e vilas existiam 1 141 habitantes (550 homens e 591 mulheres) e no quadro suburbano, 935 pessoas (423 homens e 512 mulheres), segundo revela o Recenseamento Geral de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Situado na chamada "Zona dos Tabuleiros do Ceará", aberta em extensas várzeas cortadas pelo rio Pacoti, terrenos de natureza argilo-arenosa, zona plenamente apropriada às culturas, consiste a lavoura a principal fonte de riqueza do município. Rebanho de reduzida significação, não obstante virem as terras cansando, em virtude do uso prolongado e generalizado, necessitando de adubo em determinados quadrantes, Aquiraz é o que se pode chamar, sem receio do lugar comum, um município essencialmente agrícola. Prepondera, como tal, o cultivo da cana-de-açúcar, da mandioca e de fruteiras, dentre estas sobressaindo vantajosamente o côco-

Ponte sôbre o rio Pacoti

-da-baía, produzindo em larga escala, sobretudo na zona praiana. Conforme se deduz do Recenseamento Geral de 1950, achavam-se concentrados, àquela época, no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", 78,55% da população ativa do município, constituída dos habitantes de 10 e mais anos. A safra de 1955, segundo elementos do Departamento Estadual de Estatística, ultrapassou os 67 milhões de cruzeiros, correspondendo aos seguintes produtos, por ordem de importância: 35 000 toneladas de mandioca-brava (Cr$ 24 500 000,00); 80 000 centos de côco-da-baía (Cr$ 20 000 000,00); 300 000 centos de manga .... (Cr$ 9 000 000,00); 25 000 toneladas de cana-de-açúcar (Cr$ 7 000 000,00); 200 000 cachos de banana .... (Cr$ 4 000 000,00); 3 000 sacos de 60 kg de feijão ...... (Cr$ 900 000,00); 4 200 sacos de 60 kg de milho ...... (Cr$ 714 000,00); 600 toneladas de batata-doce .... (Cr$ 600 000,00); e 70 000 abacaxis (Cr$ 420 000,00). O excedente da produção agrícola é todo transportado para a capital do Estado, que dista apenas 30 quilômetros, e é o principal mercado comprador dos produtos locais.

A pecuária, embora pouco numerosa, não deixa de ter uma certa importância econômica, porquanto serve à população local, no tocante ao fornecimento de carne e leite, não se verificando, porém, exportação para outros mercados consumidores. Conforme apuração do Departamento Estadual de Estatística, relativamente ao mesmo ano de 1955, existia um rebanho avaliado em Cr$ 12 330 000,00, assim distribuído: 2 000 bovinos, 1 500 eqüinos; 800 asininos; 1 000 muares; 2 000 suínos; 400 ovinos e 3 000 caprinos.

No que respeita à indústria, sobressai a de rapadura, tijolos de alvenaria e telhas, cêra de carnaúba, cal, farinha de mandioca e aguardente de cana. Foram obtidos, em 1956, conforme elementos do Registro Industrial, 7 013 000 quilogramas de rapadura (Cr$ 10 972 280,00); 26 090 milheiros de tijolos, (Cr$ 9 738 200,00); 2 193 milheiros de telhas (Cr$ 1 113 000,00); 74 431 quilogramas de cêra de carnaúba (Cr$ 5 301 520,00); 6 375 toneladas de cal (Cr$ 3 400 000,00); 263 660 litros de aguardente de cana (Cr$ 2 729 600,00); 477 600 quilogramas de farinha de mandioca (Cr$ 2 815 900,00); 153 244 quilogramas de açúcar bruto (Cr$ 932 964,00); e 2 750 litros de cajuína (Cr$ 49 500,00), sem referir a produção de uma padaria existente na sede municipal.

Quanto à energia elétrica, a produção foi estimada, para 1955, em 11 000 kWh, distribuída pela municipalidade, para a iluminação pública e particular.

A população de Aquiraz alimenta-se principalmente de peixes, verificando-se a existência de duas colônias de pescadores, uma localizada no povoado de Barra do Catu e outra na vila de Jacaúna. No ano de 1955, o pescado avultou a 134 990 quilogramas, importando em .... Cr$ 2 250 000,00, de acôrdo com elementos do Departamento Estadual de Estatística.

Os estabelecimentos fabris que preencheram os boletins do Registro Industrial com informes relativos a 1956 foram em número de 81, dos quais 20 ocupavam 5 pessoas e mais. Dêstes últimos, 17 se dedicavam à produção de tijolos de alvenaria, 1 ao fabrico de aguardente de cana, 1 à extração de cêra de carnaúba e 1 à indústria panificadora.

COMÉRCIO E BANCOS — Na sede municipal encontram-se 13 estabelecimentos varejistas em plena atividade. O comércio é pouco movimentado, mantendo transações sòmente com Fortaleza. Segundo os dados do Censo Econômico de 1950, existia em todo o município 137 estabelecimentos varejistas que efetuaram vendas calculadas em 5,725 milhões de cruzeiros. Aquiraz importa café, tecidos e cereais em geral e exporta rapadura, aguardente, cajuína e cêra de carnaúba.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Aquiraz é servida por estradas de rodagem, possuindo linhas regulares de caminhões e ônibus, para transporte de cargas e passageiros. Liga-se aos municípios vizinhos e à capital do Estado, pelos seguintes meios de transporte: Cascavel: rodoviário, 42 km; Pacajus: rodoviário, 61 km; Pacatuba: a cavalo, 39 km; capital do Estado: rodoviário, 30 km. Como meio de comunicações, conta a cidade com uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e uma rêde telefônica de uso público, com 6 aparelhos instalados, que ligam a cidade à capital do Estado e distritos da própria comuna.

ASPECTOS URBANOS — Há na cidade 21 logradouros públicos, dos quais 5 possuem arborização e pavimentação de pedras tôscas (12 860 m^2), ou seja, 10% da área total da cidade. Existem 299 prédios na sede do município, sendo 223 residenciais. Aquiraz é servida por iluminação elétrica pública e particular, sendo de 122 o número de ligações domiciliárias. A Prefeitura mantém um chafariz público para abastecimento dágua à população. Para hospedagem existem 3 pensões modestas que cobram a diária média de Cr$ 60,00. A Prefeitura Municipal mantém serviço de limpeza pública que beneficia todos os logradouros da cidade e 241 prédios.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Neste particular estão situados na cidade o Serviço Médico do Círculo Católico de Aquiraz e o Serviço Médico do Pôsto de Puericultura, assistidos por médicos da capital do Estado.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Desempenham atividades no setor da assistência social o Círculo Operário de Aquiraz, fundado em 1954, cujo efetivo social, ao encerrar-se o ano de 1956, foi de 461 operários:

o Pôsto de Puericultura da Legião Brasileira de Assistência, regularmente montado; Conferência de São Vicente de Paulo e a Associação das Mães Cristãs. Dada a facilidade de transporte entre Aquiraz e a capital do Estado, o sistema cooperativista ainda não foi praticado na comuna.

ALFABETIZAÇÃO — Verifica-se, de acôrdo com os dados do Recenseamento Geral de 1950, que existiam, em todo o município de Aquiraz, 19 867 pessoas de 5 anos e mais, sendo que, dêste total, 20% sabiam ler e escrever, ou seja, 3 909 (1 689 homens e 2 220 mulheres). Na sede municipal, dos 940 habitantes existentes, com a mesma idade escolar, 489 eram alfabetizados, sendo 204 homens e 285 mulheres.

Ensino — No início do ano de 1956 funcionavam em todo o território do Aquiraz 47 unidades do ensino primário fundamental comum, apresentando uma matrícula bem apreciável de 1 933 alunos de ambos os sexos. Em 1950 a taxa de matrícula do município foi de 2,26%, ao passo que a do Estado atingiu 24%.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	219	343	406	92	286
1951.......	320	373	460	105	279
1952.......	402	425	587	102	471
1953.......	326	548	932	110	278
1954.......	415	535	972	166	824
1955.......	478	876	918	109	774
1956 (*)....	402	1 002	1 000	140	1 000

(*) Dados referentes até setembro de 1956. Receita até novembro.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Há na sede no município a igreja matriz, cujo prédio se destaca pelo seu valor histórico e arquitetônico, remontando ao século XVIII, com suas portas artìsticamente trabalhadas em madeira de lei e de espessura também admirável. Êste vetusto templo foi edificado pelos Jesuítas, em 1753, segundo o Desembargador Alencar Araripe que lera em 1850 a data acima mencionada, gravada no frontispício dêsse prédio. É um vastíssimo edifício, mesmo para os dias atuais e maior é o seu valor se considerarmos a época em que foi construído, o recuado ano de 1753. O interior bem revela o gôsto artístico dos nossos antepassados, transparecendo ainda, através da sólida estrutura, todo o esplendor de uma era de profunda fé católica. Em seus bonitos altares encontram-se belas imagens, na sua maioria da capela dos Jesuítas, além de preciosas alfaias, tôdas trabalhadas por primorosos artistas da época colonial, destacando-se uma belíssima cruz de prata maciça, com artísticos lavôres, pesando exatamente 25 quilogramas, e uma custódia, também de prata maciça, pesando três quilogramas, artìsticamente trabalhada, constituindo uma raridade de fino gôsto e legítimo orgulho para os filhos da terra. O seu orago, São José do Ribamar, é representado por uma singularíssima imagem, porque, usando botas e esporas, tem a sua lenda bem contado pelos mais velhos. Segundo essa lenda, a imagem foi em remotíssima época encontrada nas alvas praias adjacentes e que devendo ser transportada para outra paróquia, não houve quem pudesse conduzi-la, em virtude do seu enorme pêso, superior à fôrça de três juntas de bois que não podiam arrastar o carro em que era conduzida, tendo que voltar ao seu primitivo nicho, onde se encontra venerada pelos seus fiéis vassalos. O Cruzeiro da Matriz destaca-se também, pois, pelas linhas de sua construção e material empregado, torna-se o mais belo de quantos existem no Ceará. Há no município, se bem que já em ruínas, os restos da construção do colégio dos padres Jesuítas, obra que remonta ao ano de 1725, situada a poucos passos da cidade, em propriedade do conceituado industrial Alberto Targino. Cita-se, ainda, o prédio da Câmara Municipal, construção sólida, edificada no século XVIII.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As principais festas são de caráter religioso. Destacam-se: na sede, a de São Sebastião, a 20 de janeiro; a de São José, a 19 de março e enfim a do Menino Deus, a 31 de dezembro, tôdas culminando com uma procissão, às quais afluem inúmeros fiéis ostentando andores e estandartes. Percorrem religiosamente as ruas, recitando o têrço ou entoando hinos de louvores aos santos do dia, nos principais logradouros da cidade. As festas são realizadas, também, nas capelas de Fagundes, povoado de Tapera, vila de Justiniano Serpa e de Eusébio, que têm como orago, respectivamente, Nossa Senhora da Conceição, São Francisco, Nossa Senhora Santa Ana, obedecendo em tudo ao ritual supradescrito.

Os festejos populares do município, já em decadência porque praticados ainda de preferência na zona rural, são os reisados, de caráter regional, de iniciativa de grupos de pessoas que, caracterizados ou mascarados, envergando trajes originais e em linguagem e tom de voz diferente, saem a cantar os "Reis" nas casas prèviamente anunciadas, isto no período que vai de dezembro a 6 de janeiro.

VULTOS ILUSTRES — Justiniano de Serpa nasceu em 6 de janeiro de 1852. Fêz quase por si, e sem mestre, os estudos primários, roubando minutos ao mister de caixeirinho de loja em sua cidade natal. Vindo para Fortaleza (1880), aproveitaram-no no corpo redatorial da "Constituição", fôlha conservadora da qual se fêz redator principal. Era o comêço da sua longa, agitada e vitoriosa vida política e jornalística. A oratória foi um dos seus grandes dons e fascínios. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife. De Ciência Jurídica foi mestre catedrático na Faculdade do Pará. Deputado à Assembléia Provincial Cearense em várias legislaturas, conquistou a Presidência do Ceará no quatriênio 1920-1924, não o terminando, porém, em virtude de haver falecido em 1.º de agôsto de 1923. Fundador da Academia Cearense de Letras, publicou além de outros trabalhos: "Oscilações" — poesias — 1883, "Três Liras" — com Antônio Bezerra e Antônio Martins —, versos de propaganda abolicionista — 1883, e "Sombras e Clarões" — poesias — 1885.

Dr. Alberto Sá, engenheiro civil e de minas. Cursos de distinção e prêmio de viagem à Europa; Padre Antônio Correia de Sá — paroquiou Boa Viagem e foi deputado provincial em 1868 e 1869; Antônio Ferreira de Lafaiete, o célebre boêmio e interessante jornalista que durante mui-

to tempo dirigiu o jornal "Meirinho" que êle próprio compunha sem escrever os originais; Dr. Antônio de Oliveira Ramos — magistrado no Amazonas e Procurador da República no Ceará; Dr. Ananias Teófilo de Serpa — advogado e Promotor na capital Federal; Padre João José Cavalcante — culto sacerdote, tendo estudos especiais feitos em Roma; jornalista e professor do Seminário de Fortaleza; Joaquim da Costa Nogueira — professor de humanidades muito reputado; fundador e Diretor do conhecido "Instituto de Humanidades", por todo o tempo de sua existência considerado a nossa melhor instituição de ensino primário e secundário. Foi professor do Liceu do Ceará. Falecido; Júlio de Matos — Ibiapina — jornalista vibrante e professor do Colégio Militar do Ceará e do Colégio Militar do Rio de Janeiro. Foi deputado estadual e é autor de vários livros didáticos sôbre línguas estrangeiras, e finalmente, Dr. Manuel Ambrósio da Silveira Tôrres Portugal — deputado provincial e também geral na legislatura 1886-89; deputado federal no regime republicano e professor do Liceu do Ceará.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Aquiraz, situado na Zona do Litoral, é um dos municípios mais próximos da capital do Estado para onde converge, diàriamente, grande parte de sua população ao encontro de melhores facilidades, na solução de seus problemas de ordem econômica, social, etc. Possui uma Paróquia, denominada "São José do Ribamar", com 11 templos, destacando-se a igreja Matriz. Conta o município com 10 associações religiosas, do culto católico, com elevado número de adeptos. Existem 7 cultos protestantes, todos situados no interior da comuna, com pequeno efetivo de membros, como, também, 3 centros espíritas.

Em 1954 estavam inscritos 3 898 cidadãos, votando nas eleições gerais do mesmo ano 2 410 pessoas .

Os habitantes do município são denominados aquirazenses. O topônimo Aquiraz, segundo Tristão de Alencar Araripe ("História da Província do Ceará" — 1867) não é de origem indígena e sim portuguêsa. Seria o nome de uma vila de Portugal. Paulino Nogueira, no entanto, discorda, conforme trabalho publicado na revista "A Quinzena" e transcrito no seu "Vocabulário Indígena" ("Revista do Instituto do Ceará", vol. 1.º, pág. 220), sustentando que a origem é indígena. Argumenta que nos antigos registros da Câmara Municipal de Aquiraz encontram-se repetidas vêzes: Aquirás, Akirás, Akirazes, que significa "gentio da terra". Fazendo referência a uma nota do padre John Breiver, que estêve muitos anos no Ceará, diz que a palavra, primitivamente, deveria ter sido Igikirá, de *ig* (água), *iki* (pouco, vizinho, perto) e *yrá* (adiante), significando "água pouco adiante". Depois corrompeu-se em *agoakirá*. O indígena que aí chegasse diria, naturalmente: *ig iki yrá, agoakirá* ou *aquiraz* como se escreve atualmente, isto é, "água pouco adiante". Acrescenta que, se de fato o nome fôsse de origem portuguêsa, deveria constar do Mapa de Portugal, de João Batista de Castro, ou do "Dicionário Geográfico de Paulo Perestelo," nos quais nada consta (em "O Ceará" — 2.ª edição — 1945, de Raimundo Girão e Antônio Martins Filho).

ARACATI — CE

Mapa Municipal na pág. 101 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — No início do século XVII o capitão-mor Pero Coelho de Sousa partiu da Paraíba para o fim de empreender a conquista da Ibiapaba; onde os franceses mantinham comércio com os índios Tabajaras. A expedição dividiu-se em dois grupos: enquanto um seguia diretamente para o rio Jaguaribe, o outro, sob a chefia do capitão-mor, atingia o mesmo ponto, por terra. Os indígenas da região, no entanto, estavam em hostilidades, o que obrigou o chefe da expedição a demorar-se ali, com o objetivo de pacificar o território. Para isso mandou erguer um fortim, a que deu o nome de São Lourenço, por ser êste o santo do dia — 10 de agôsto de 1603. Tratando-se de local seguro para as embarcações, êsse ponto veio a ser chamado de São José do Pôrto dos Barcos, e, sucessivamente, Cruz das Almas e Santa Cruz do Aracati. Mais tarde, com a expulsão dos holandeses do Recife, colonos portuguêses, pernambucanos e paraibanos instalaram-se na várzea do rio Jaguaribe. Com êsse afluxo de imigrantes, começou a desenvolver-se o lugarejo, constituindo-se, de pronto, em centro de interêsse comercial.

"Em seus primeiros dias o povoado — possuidor de enormes charqueadas e onde pela primeira vez se explorou a indústria de carne sêca, no Brasil, fêz convergir para o seu núcleo não pequeno número de forasteiros, dando margem a que o comércio não só de charque, como de couros salgados de boi, vaquetas, couros da cabra e pelicas brancas se desenvolvesse de modo assombroso, transformando em pouco tempo a face do humilde arraial, que se tornou um dos mais procurados e populosos daquelas eras da então capitania" ("Álbum do Jaguaribe", de Eusébio de de Sousa).

Em 1714, os charqueadores construíram uma capela, frente de tijotos, coberta de palha, que desabou numa das "cheias" do rio Jaguaribe, não obstante ter sido fortificada em 1719 e 1728. O padre José Lopes de Lima começou, em 1747, a erigir novo templo que não chegou a ser terminado, tendo ruído quando as paredes não haviam ainda sido concluídas. Em 24 de julho de 1744, o 6.º Ouvidor do Ceará, Manuel José de Faria, era favorável à criação da vila, que "viria a ser a côrte dêste Siará em breves anos por ficar às margens do rio Jaguaribe, navegável a sumaças em

Vista parcial da cidade

Sede do Tiro de Guerra 248

distância de três léguas e de fato ao seu pôrto vêm todos os anos vinte e cinco e mais que, a trôco de fazendas, que trazem, levam a carne e courama de dezoito e até de vinte mil bois para Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro". Foi a proposta aprovada pelo Governador de Pernambuco, no ano seguinte, a 4 de maio, com parecer favorável do Conselho Ultramarino, exarado em 12 de dezembro do mesmo ano.

Núcleo populoso e desenvolvida praça de negócios, a localidade transformou-se em vila, pela Resolução de 11 de abril de 1747, sendo inaugurada em 10 de fevereiro de 1748 pelo Ouvidor Manuel José de Faria que no dia 24 mandou erigir o pelourinho, e a 3 de março empossou a Câmara, composta do coronel Domingos Tavares da Fonseca, Manuel Moreira de Sousa, José Batista de Freitas, José Pimenta de Aguiar e João da Silva Costa, o meirinho-geral Luís da Costa Faleiro e o escrivão Adriano Coelho de Araújo. As terras nas quais se instalou a vila tinham a dimensão de meia légua quadrada, com o que não se conformavam os aracatienses que, desgostosos, afirmavam nas ruas: " a criação ficara incompleta e a vila informe como cabeça sem corpo". Em 1779, a vila era dos mais importantes centros comerciais do Ceará Grande, realizando-se tôdas as transações com a Bahia e Pernambuco, por intermédio de sua praça. Escreve João Brígido que "os sertanejos vendiam ali os seus gados e se proviam de fazendas e artigos importados exclusivamente de Portugal". Êsse predomínio sôbre os demais núcleos populacionais então existentes no Ceará dava ânimo a que se reivindicasse a retificação daquela área. Era a vila sede de curato, desmembrado da freguesia de Russas, desde 20 de junho de 1780, e contava cêrca de duas mil pessoas, cinco ruas com algumas casas de sobrado e mais de setenta lojas de mercadorias. Realçadas as primazias da vila, o Ouvidor-Geral do Ceará, Dr. Manuel Magalhães Pinto e Avelar, encaminhou, a 8 de agôsto de 1787, à Côrte de Lisboa representação dos aracatienses, que foi atendida por D. Maria, em Provisão régia de 17 de dezembro de 1793, ratificando parecer de D. Tomaz José de Melo, de 17 de maio do mesmo ano, no qual era proposto "o terreno que vai desde a banda

Trecho da Avenida Coronel Alexanzito

Grêmio recreativo

oriental do rio Jaguaribe até Mossoró, extrema da Capitania do Ceará, e desde o litoral até Passagem das Pedras, incluindo o Giqui e a Caatinga do Goes". Posteriormente, a banda ocidental do Jaguaribe, por Decreto imperial de 16 de fevereiro de 1820, passou ao domínio da vila de Aracati, em virtude de solicitação dos oficiais da Câmara que alegavam ter ficado a vila "privada das abundantes e férteis fazendas de mantimentos e algodões, situadas na parte ocidental, com cujos lavradores tendo a mais íntima comunicação de comércio, quando acontece faltarem a êstes a boa-fé dos seus contratos, experimentam os negociantes a dura necessidade, ou de desampararem os seus interêsses ou de recorrerem a vila do Aquiraz na distância de 20 léguas, para intentarem as suas ações, sustentarem os seus direitos com gravíssimo incômodo e dispêndio".

Durante a "Confederação do Equador" a vila foi atacada e tomada pelas tropas rebeldes, chefiadas por Tristão Gonçalves de Alencar Araripe (1824). Ao dar entrada na cidade, as tropas rebeldes encontraram-na vazia: a população fugira rumo a Mossoró, no Rio Grande do Norte. No dia anterior — 17 de outubro — os imperialistas que pelejavam por Aracati, fiéis à Constituição outorgada pelo Imperador, defenderam bravamente a vila, resistindo à tropa de Tristão e ao bombardeio impiedoso da artilharia dos republicanos, que dominavam a margem esquerda do Jaguaribe. Durante a noite, utilizando-se de embarcações roubadas, os "confederados" transpuseram o rio e, ao amanhecer, em meio a balbúrdia, sem quase resistência, submeteram o que restava à nova ordem. O sargento-mor Luís Rodrigues Chaves, "sem tropa regular, faltando munição de guerra, abandona a vila e com todo o povo retira-se para Mossoró a pedir socorro à província limítrofe".

Ginásio Salesiano

Escreve Alberto Gurgel Costa Lima que "os revolucionários aquartelados em Aracati, e até então entregues aos prazeres deleitosos de uma vitória fácil, sentiram que o calendário da vida da visionária República tinha chegado à sua última fôlha". É que Tristão tivera notícia do Bloqueio de Fortaleza pela esquadra Imperial de Lord Cochrane, e em conseqüência decidira, com sua oficialidade reunida "no prédio n.º 81, da antiga Rua do Comércio, e que servia de palácio provisório à Presidência da República do Equador e de quartel às fôrças revolucionárias", marchar com seu exército para o interior, a fim de estabelecer junção com José Pereira Filgueiras. Assim abandonaram o Aracati a 23 de outubro, levando o produto do saque que fizeram, entre carros, animais, dinheiro e mantimentos. Restabelecida a ordem, as famílias retornaram aos seus lares, encontrando a vila arruinada.

Maternidade Dr. Eduardo Dias

Em 1829, em vista do desenvolvimento da vila, foi apresentada na Assembléia Geral do Ceará um projeto de lei pelo qual se transferia a sede do Govêrno da Capitania para a vila de Aracati. Em 10 de dezembro de 1831, surgiu em Aracati o primeiro número de "O Clarim da Liberdade", órgão político, que trazia ao lado de um clarim a quadra:

> Constante denodado
> No meu clarim cantarei
> Ou a pátria federada
> Ou a vida perderei.

A Resolução de 6 de maio de 1833 criou a comarca de Aracati, juntamente com cinco outras do Ceará em sessão extraordinária do Conselho da Província, reunido para dar execução ao Código de Processo Criminal, na conformidade do que se dispunha no Decreto de 13 de dezembro de 1832.

Decorrido quase um século é que a vila de Santa Cruz do Aracati veio a elevar-se à condição de cidade, pela Lei provincial n.º 244, de 25 de outubro de 1842, quando governava o Ceará o brigadeiro José Joaquim Coelho, depois

Barão de Vitória. Não demoraria muito, o intenso intercâmbio comercial de Aracati teria de ceder a supremacia à Fortaleza. "Grande parte do comércio do interior — diz Eusébio de Sousa — que se fazia por seu pôrto marítimo (o fortim que já abrigou cinco a seis embarcações de nacionalidade estrangeira e de grande calado, carregando para a Europa) diretamente para a praça do Recife, foi desviado, mui propositadamente, em benefício do comércio de Fortaleza". Para isso concorreram a instalação do Pôrto de Fortaleza e a construção da Estrada de Ferro de Baturité, além de inclementes sêcas.

O periodismo em Aracati, iniciado com "O Clarim da Liberdade" é assaz movimentado e inúmeros foram os jornais que circularam no século passado. Citam-se "Coruja", "Aracati", "Época", "Gaspar da Terra", "Lince", "O Alvo", "Liz", "Judas Iscariote", "O Ordeiro", "A Barquinha", "Montanha", "O Pudor", "Trombeta", "Barrete Frígio", "Tribuna do Povo", "Voz da América", "Jornal do Aracati", "A Liberdade", "Colibri", "Farol", "O Trocista", "A Pátria", "A Voz" e "Nuvem".

Sede da A.A.B.B.

No princípio dêste século, veio a lume "A Revista", e lhe seguiram os passos "O Sapo", "Canoé", "O Malho", "O Noticiador", "O Aracati", "A Estrêla", "O Sol", "A Gazetinha", "O Rosário", "O Lírio", "O Correio da Semana", "O Raio", "A Instrução", "Fôlha do Comércio", "O Jaguaribe", "A Alvorada", "O Progresso", "Jornal Pequeno", "O Porvir", "A Semana", "A Palavra", "O Flirt", "Estrêla do Mar", "A Região", "O Jaguaribe", "Aracati por Dentro", "A Reforma", "A Ordem", "A Idéia", "A Lanterna", "O Farol", "O Estudante", "Iara" e o "Tacape".

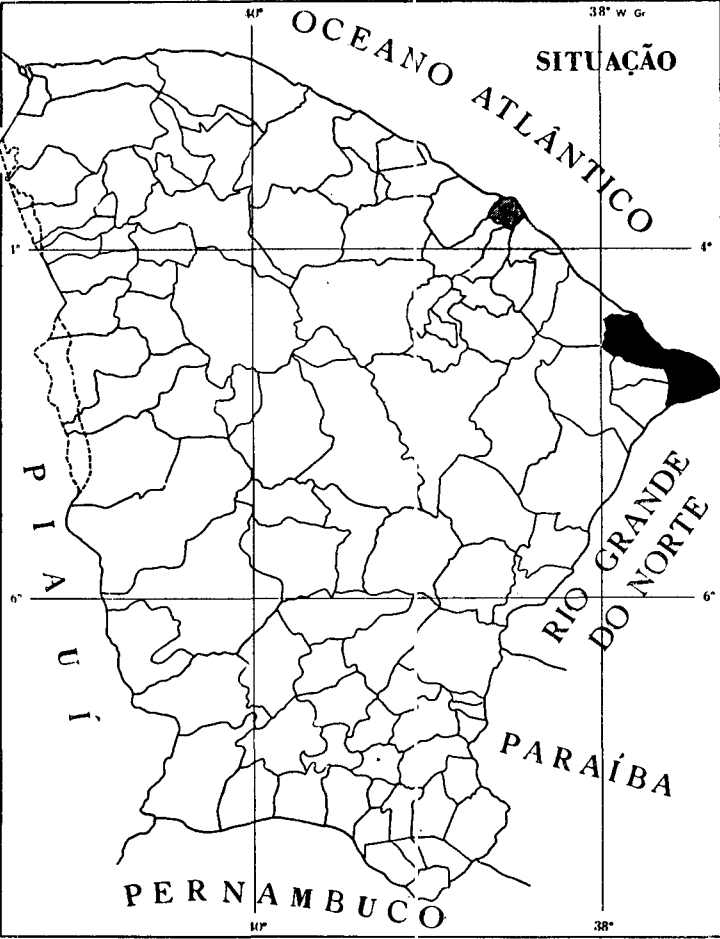
Igreja do Bonfim

Pelo Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943, que fixou o quadro territorial para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, o município de Aracati se compõe dos distritos da sede, Cabreiro, Cuipiranga (ex-Tibau), Fortim, Ibicuitaba (ex-Areias), Mata Fresca e Icapuí (ex-Caiçara), quadro administrativo que permanece, sem alteração, até hoje.

No último prélio eleitoral (3 de outubro de 1954), foram eleitos: Prefeito Municipal — Abelardo Gurgel Costa Lima, advogado, ex-deputado estadual, e escritor com vários trabalhos sôbre o município de Aracati; vereadores Antônio Felix Rebouças, Antônio Ponciano da Costa, Armando Dias Simões, Francisco Nogueira Cavalcante, João Adolfo Gurgel do Amaral Filho, José Rodrigues Viana,

Trecho da Rua Coronel Alexandrino

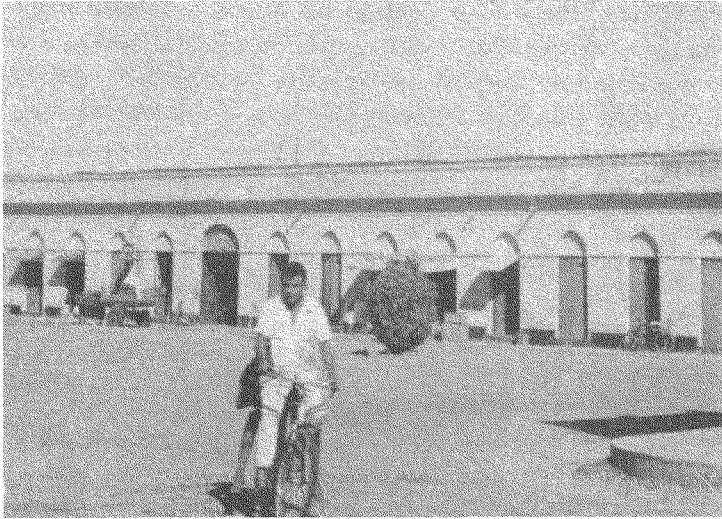
Raimundo Gurgel Graça, Ruperto Cavalcante Porto e Temístocles Pereira de Sousa.

LOCALIZAÇÃO — Aracati situa-se na Zona Fisiográfica do Litoral. Limita-se com os municípios de Beberibe, Jaguaruana, Itaiçaba, com o Estado do Rio Grande do Norte e com o Oceano Atlântico. A cidade, à margem direita do rio Jaguaribe, dista da capital, em linha reta, 122 km, na direção 43° 26' S.E. e possui as seguintes coordenadas geográficas: 4° 33' 39" de latitude Sul e 37° 46' 12" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 30 metros de altitude.

CLIMA — Aracati apresenta o clima litorâneo: quente e úmido, suavizado pela brisa marinha. Sua temperatura média compensada é de 25 graus. As chuvas são abundantes de fevereiro a maio. A época sêca vai de julho a dezembro. A precipitação pluviométrica é de 443 mm.

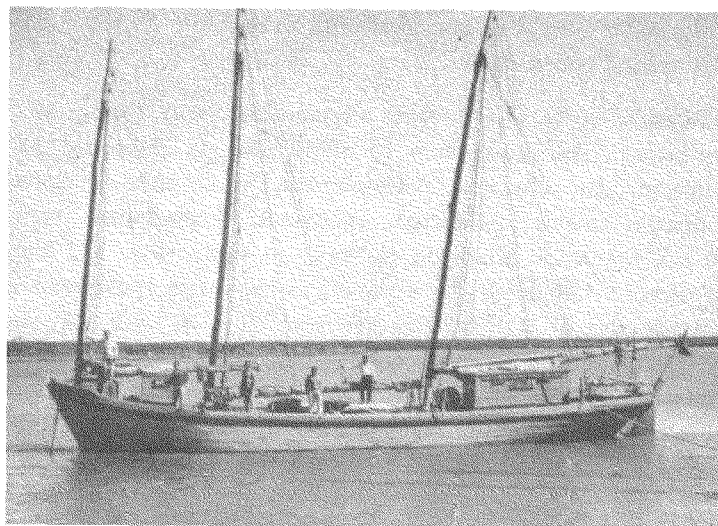
ÁREA — A área do município é de 1 894 km². Ocupa o 28.° lugar em relação às áreas das demais comunas, do interior cearense.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia do município é mais ou menos plana, constituindo-se quase que só de extensas planícies. O seu principal acidente geográfico é o rio Jaguaribe, considerado o maior rio sêco do Brasil, que corta o município pelo centro e deságua no Oceano Atlântico. Na sua foz encontram-se as ilhas das Pedras, Pinto, Grande e Mulungu. Outros dois cursos d'água de menor importância são os rios Palhano e Pirangi. Além

Mercado Público

dêsses, há vários riachos. Entre as várias lagoas existentes, as principais são: Girau, Tanque Salgado e Saco da Velha. Ao sul eleva-se o serrote do Areré, ao nordeste o morro do Tibaú e a suleste a serra Dantas de Dentro, servindo de extrema com o Rio Grande do Norte. Na faixa litorânea, coberta de alvas e movediças dunas, encontram-se os ancoradouros Fortim e Barra Grande, as pontas Grossa e Cajuais e a enseada do Retiro. Há no município vários açudes, públicos e particulares, dentre os quais se destaca o "Lagoa das Pombas", construído nos tempos imperiais.

RIQUEZAS NATURAIS — Sal marinho, cêra de carnaúba, barro (argila), palha de carnaúba, madeira, lenha, carvão vegetal, mel e cêra de abelha, castanha de caju e peixes.

Sobrado Barão de Messejana

POPULAÇÃO — A população de Aracati, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 36 842 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 17 684; mulheres — 19 158; brancos — 20 200 (9 677 homens e 10 523 mulheres); pardos — 8 351 (4 008 homens e 4 343 mulheres); pretos — 8 174 (3 948 homens e 4 226 mulheres) e sem declaração de côr 117 (51 homens e 66 mulheres). Das pessoas de 15 anos e mais (em n.º de 20 778), 8 170 eram solteiros (3 780 homens e 4 390 mulheres); 11 416 casados (5 623 homens e 5 793 mulheres); 35 desquitados (17 homens e 18 mulheres); viúvos 1 096 (296 homens e 800 mulheres) e 61 sem declaração (22 homens e 39 mulheres). Quase tôda a população era de nacionalidade brasileira: 36 827 pessoas, sendo 17 672 homens e 19 155 mulheres; naturalizados 5 homens; estrangeiros 6 homens e sem declaração 4 (1 homem e 3 mulheres). Em religião predominaram os que se declaram católicos apostólicos romanos em número de 36 594 (17 554 homens e 19 040 mulheres); protestantes 137 (77 homens e 60 mulheres); espíritas 69 (32 homens e 37 mulheres); sem religião 6 (4 homens e 2 mulheres). Não declararam o credo professado 36 pessoas (17 homens e 19 mulheres). A densidade demográfica era de 19,45 habitantes por quilômetro quadrado. Localizam-se no quadro rural 67,75% da população, totalizando 24 963 habitantes (12 415 homens e 12 548 mulheres). De acôrdo com estimativa levada a efeito pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal no Ceará, para 1.º de julho de 1957, Aracati possuía, àquela data,

Barcaça no rio Jaguaribe

43 527 habitantes, verificando-se um acréscimo de 18,15% com relação à população recenseada em 1950.

Aglomerações urbanas — São 7 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Aracati, com 8 952 habitantes (3 905 homens e 5 047 mulheres); as vilas de Cabreiro, com 798 (377 homens e 421 mulheres); Cuipiranga, com 219 (104 homens e 115 mulheres); Fortim, com 795 (346 homens e 449 mulheres); Ibicuitaba, com 481 (240 homens e 241 mulheres); Icapuí, com 544 (251 homens e 293 mulheres) e Mata Fresca com 90 habitantes (46 homens e 44 mulheres). Situa-se a cidade em

Praia de Majorlândia

Ginásio São José

6.° lugar na relação das mais populosas do Estado, como demonstram os dados seguintes: Fortaleza — 205 052 habitantes; Juàzeiro do Norte — 41 999; Sobral — 22 628; Crato — 15 564; Iguatu — 10 063; Aracati — 8 952. No quadro da zona urbana da cidade e vilas, existiam 5 456 habitantes (2 283 homens e 3 173 mulheres) e no quadro suburbano 6 423 pessoas (2 986 homens e 3 437 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município de Aracati tem sua base econômica na extração do sal, cêra de carnaúba e indústria têxtil, representando a agricultura, por sua vez, uma boa fonte de renda, com especial relêvo as culturas do côco-da-baía, do feijão, da mandioca-brava e do milho. Segundo revelou o Recenseamento Geral de 1950, no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", estavam concentrados 47,19% do total da população ativa do município, constituído dos habitantes com 10 anos e mais. A safra agrícola de 1955 foi estimada pelo Departamento Estadual de Estatística em Cr$ 37 127 325,00, correspondendo aos seguintes produtos, por ordem de valor monetário: côco-da-baía — 33 100 centos (Cr$ 11 154 700,00); feijão — 20 000 sacos de 60 quilogramas .... (Cr$ 6 000 000,00); mandioca-brava — 14 000 toneladas (Cr$ 5 600 000,00); milho — 24 000 sacos .... (Cr$ 3 185 000,00); cana-de-açúcar — 10 000 toneladas (Cr$ 3 000 000,00); algodão herbáceo e arbóreo — 18 375 arrôbas (apenas 375 arrôbas do arbóreo) — .... (Cr$ 2 480 625,00); mandioca-mansa (macacheira) — 4 500 toneladas (Cr$ 2 250 000,00); batata-doce — 560 toneladas (Cr$ 1 400 000,00); banana — 24 200 cachos (Cr$ 1 210 000,00) e manga — 12 100 centos .... (Cr$ 847 000,00).

Vila Padre Manuel Pacheco

Quanto à população pecuária, verificou-se, em 1955, segundo apurou o mesmo Departamento, a existência de 6 000 bovinos, avaliados em 12 milhões de cruzeiros; 1 300 eqüinos, por 1 690 milhares de cruzeiros; 1 100 asininos, no valor de 990 mil cruzeiros; 1 700 muares, estimados em 2 550 milhares de cruzeiros; 3 000 suínos, valendo 3 milhões de cruzeiros; 7 000 ovinos, importando em 1 750 milhares de cruzeiros, e igual número de caprinos, no valor de 1 400 milhares de cruzeiros. Como se pode concluir da leitura dos números acima, os rebanhos mais numerosos são os de bovinos, ovinos e caprinos, o que evidencia a preferência dos criadores por essas espécies pecuárias. A produção de leite, em 1955, foi da ordem dos 350 000 litros, avaliados em 1 150 milhares de cruzeiros, a de queijo atingiu 2 000 quilogramas, valendo 80 mil cruzeiros, a de manteiga somou igualmente 2 000 quilogramas, correspondendo a 140 mil cruzeiros, e a de banha de porco 1 300 quilogramas, importando em 52 milhares de cruzeiros.

Hotel Central

Constituem as diversas indústrias de produtos agrícolas outro ramo importante da atividade da população de Aracati. De acôrdo ainda com o Departamento Estadual de Estatística, a indústria agrícola montou, no ano de 1955, em Cr$ 7 205 000,00, correspondendo a 200 mil litros de aguardente de cana, no valor de Cr$ 3 000 000,00; 7 000 sacos de 60 quilogramas de farinha de mandioca, importando em Cr$ 3 240 000,00; 6 000 quilogramas de goma,

Igreja-Matriz de Nossa Senhora do Rosário

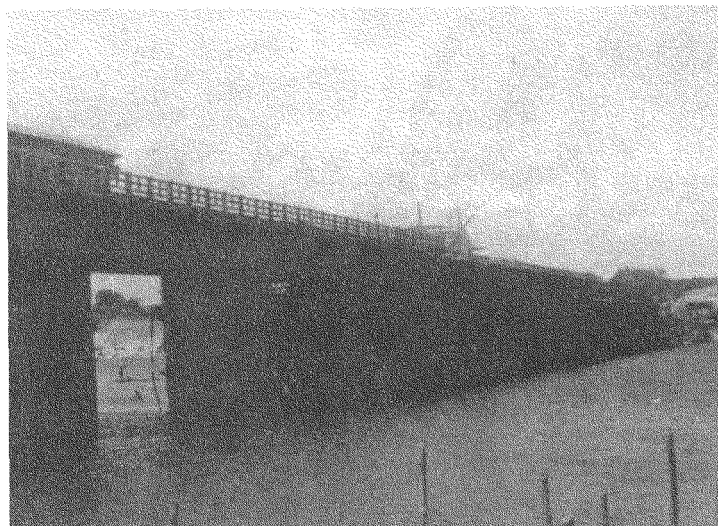
valendo Cr$ 15 000,00, e 190 000 quilogramas de rapadura, no valor de Cr$ 950 000,00. Dentre as demais indústrias de transformação sobressai a têxtil, representada pela produção de fio em novelos e tecidos para sacaria de aniagem. Na indústria alimentar tem especial importância a produção de doces de caju e refrigerantes, produtos tendentes a desenvolverem-se ainda mais, com o incentivo que está tendo o cultivo do caju. A panificação atingiu, em 1956, de acôrdo com o Registro Industrial, o volume de 243 000 quilogramas de pães, bolachas e biscoitos, valendo .... Cr$ 2 790 000,00.

A produção de óleo de caroço de algodão avultou, no mesmo ano, em 1058 550 litros, no valor de .... Cr$ 1 463 550,00, sendo que os correspondentes subprodutos (torta e línter) totalizaram 854 655 quilogramas, no montante de Cr$ 2 393 630,00. No Município, as indústrias extrativas de produtos minerais e vegetais são representadas, respectivamente, pela produção de sal e cêra de carnaúba. O Registro Industrial referente a 1956 acusou o montante de 15 528 toneladas de sal, que, ao preço unitário de Cr$ 200,00, lançado na XXI Campanha Estatística, importam em Cr$ 3 105 000,00, observando-se a extração de cêra, que atingiu 62 814 quilogramas, valendo .... Cr$ 1 886 470,00. A Campanha Estatística de 1956, registrou, ainda, no reino mineral, 70 000 toneladas de barro, avaliadas em Cr$ 700 000,00; no reino vegetal, 50 toneladas de carvão, valendo Cr$ 40 000,00; 1 250 metros cúbicos de madeira para construção, para fins industriais e domésticos, no montante de Cr$ 130 000,00; 100 toneladas de castanha-de-caju, no valor de Cr$ 300 000,00, e no reino animal, 3 000 litros de mel de abelhas e 700 quilogragramas de cêra, importando, respectivamente, em ...... Cr$ 60 000,00 e Cr$ 28 000,00.

A energia elétrica não constitui indústria de vulto, sendo produzida e fornecida para luz pública e particular. Dos 10 estabelecimentos fabris que funcionaram em 1956 e que preencheram os boletins do Registro Industrial, 3 se dedicavam à extração de sal, 3 à panificação, 2 à produção de óleo de caroço de algodão, 1 à produção de fois de algodão e tecidos para sacaria de aniagem e 1 à fabricação de doces de caju e refrigerantes, dentre os quais, 7 ocupavam 5 e mais pessoas. São os seguintes os principais estabelecimentos industriais de Aracati: Salina Edvirges; Salina Nazaré; Salina de José Fernandes Gurgel; Usina São Francisco e Fábrica de Óleos, ambas dedicadas à produção de óleo de caroço de algodão; Fábrica Santa Tereza, para a produção de fio em novelos e tecidos; Fábrica Tabajara, produzindo doces e refrigerantes; Padaria de José Ferreira de Andrade; Padaria de João Batista Cajàzeiras e Padaria de João de Sousa Coelho.

O pescado é extraído em vantajosa escala no município, tendo avultado, no ano de 1956, em 316 500 quilogramas, no valor de Cr$ 2 250 000,00. Existem 6 colônias de pescadores, assim localizadas: sede municipal, Fortim, Canoa Quebrada, Majorlândia, Icapuí e Tremembé.

Uma atividade característica do município digna de nota é a decorrente de sua indústria doméstica de rendas e bordados, que produz, em grande escala, finíssimos labirintos, destinados à exportação para outros centros, não só do Estado, como do sul do País, com reflexo econômico para a vida do município.

COMÉRCIO E BANCOS — Aracati é o mais importante município do Baixo e Médio Jaguaribe e a sua sede é também a mais destacada da região. Daí por que o movimento da Agência do Banco do Brasil S. A., aí licalizada, é dos mais intensos, em relação ao que se verifica em suas congêneres do Ceará. Como único estabelecimento de crédito a operar na região econômica centralizada por Aracati, é inestimável a coadjuvação da unidade que o Banco do Brasil S. A. mantém no importante centro de convergência sócio-econômico não só dos municípios cearenses circunvizinhos, como também de várias unidades primárias da federação potiguar. Quanto ao comércio, foroso é salientar que se trata de um dos mais prósperos do interior cearen-

Ponte Presidente Juscelino, sôbre o rio Jaguaribe

Rio Jaguaribe visto de uma árvore

se, bastando para explicar esta assertiva os 15 estabelecimentos comerciais com transações de cunho atacadista. Isto caracteriza Aracati como centro de comércio de grande raio de ação. O comércio varejista, por sua vez, contando com 55 estabelecimentos, é dos mais movimentados do Ceará, abastecendo uma população de cêrca de 10 000 pessoas, cujo poder aquisitivo não é dos piores. A indústria, relativamente bem desenvolvida, força uma centralização operária com salários que dão melhores possibilidades de aquisição das utilidades necessárias ao consumo de cunho proletário, oferecendo oportunidade de maior progresso do comércio varejista. Dispondo de um pôrto com que se liga comercialmente com várias praças litorâneas, Aracati projeta-se no comércio de exportação e importação, transacionando com os importantes centros comerciais do sul do País e, não raro, com alguns congêneres do exterior, sendo a cêra de carnaúba o principal recurso com que conta para êsse intercâmbio internacional. Fortaleza, Jaguaruana, Morada Nova e Russas, também ligam-se comercialmente com Aracati.

O Recenseamento Geral de 1950, enumera um volume de vendas verificadas em Aracati, em 1949, de ...... Cr$ 5 812 000,00 no comércio varejista e de .... Cr$ 55 495 000,00 no comércio atacadista. Quanto ao ramo grossista, o seu volume de negócios no interior do Estado, só foi superado por Sobral e com pequena margem de ascensão.

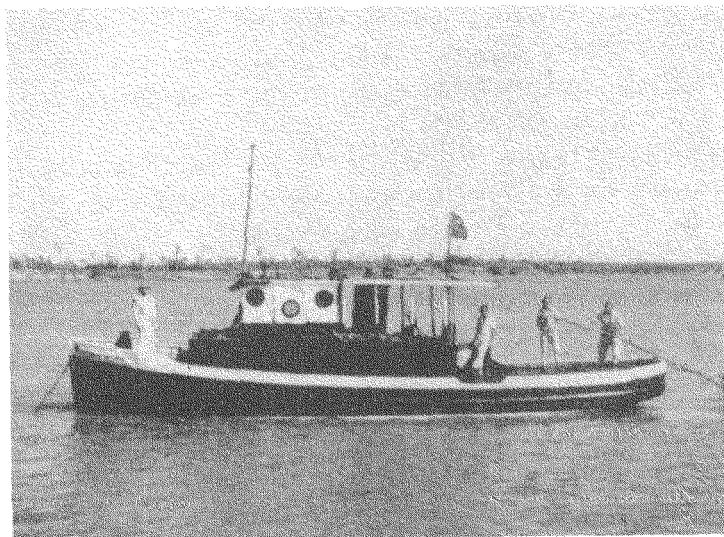
MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Aracati teve o seu primeiro pôrto na atual vila de Fortim. No local existia uma velha estrada de ferro, ligando o pôrto aos armazéns existentes e à salina em Canoé. Com o correr dos tempos, as marés começaram a lançar areia no local da acostação. Hoje, o ancoradouro se localiza à altura da entrada da barra do rio Jaguaribe.

O município continua a ser servido por navegação marítima. As principais vias de comunicação, entretanto, são as estradas de rodagem, ligando-o à Capital Federal, via Feira de Santana, Estado da Bahia (2 710 quilômetros) e à do Estado (159 quilômetros), bem como aos municípios vizinhos de Beberibe, via Fortim (84 quilômetros e a via Boqueirão do Cesário (174 quilômetros); Russas (70 km); Jaguaruana (40 km); Itaiçaba (19 km); Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte (108 km) e Areia Branca, também no Rio Grande do Norte (km). O transporte para a Capital Federal ainda pode ser feito: a) diretamente por via marítima (2 737 km), itinerário menos comum, visto que o pôrto de Aracati é de limitadas proporções, mais apropriado à atracação de barcos ou navios de pequeno calado, destinados ao comércio de cabotagem, e b) por via aérea (2 624 quilômetros). O transporte geralmente utilizado é o rodoviário, dando uma idéia dêsse movimento o número de veículos registrados na Prefeitura Municipal, em 31 de dezembro de 1956: 1 ônibus e 13 jipes para passageiros, e, para carga, 30 caminhões comuns e duas camionetas, havendo transportes diários para Fortaleza. Quanto a meios de comunicações, há na sede municipal uma Agência Postal Telegráfica, mantida pelo Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — Aracati é uma das cidades de relêvo do Ceará, abrigando uma população que se eleva, aproximadamente, a 10 000 habitantes (8 952 por ocasião do levantamento censitário de 1950), distribuídos em cêrca de 2 000 residências. Segundo elementos das campanhas estatísticas do município, a cidade de Aracati conta com 2 248 prédios, 59 dos quais de dois pavimentos, agrupados em 27 logradouros. Dos 27 logradouros que constituem a urbe de Aracati, 8 são inteiramente pavimentados e 1 parcialmente. A área pavimentada é de 21 900 metros quadrados, sendo 21 600 metros de paralelepípedos e 390 metros quadrados, de pedras irregulares. A arborização se estende por quatro logradouros. A cidade é bem iluminada, contando com 916 ligações elétricas.

O serviço de limpeza pública é relativamente desenvolvido, não se limitando apenas à remoção do lixo das vias públicas. A coleta de lixo domiciliário serviu, em 1956, a 1 110 prédios.

Para movimentação noturna da cidade, funcionam 3 cinemas; e, para a acomodação dos visitantes, há dois hotéis e duas pensões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O Pôsto de Higiene de Aracati, o Pôsto de Puericultura da Legião Brasileira de Assistência, o Ambulatório do I.A.P.E.T.C., o Serviço Dentário Municipal, o Serviço Dentário do Grupo Escolar, o Ambulatório do I.A.P.M. e o Núcleo do Serviço Social da Indústria, formam o conjunto de estabelecimentos de assistência médica de Aracati. Além dos servi-

Rebocador no rio Jaguaribe

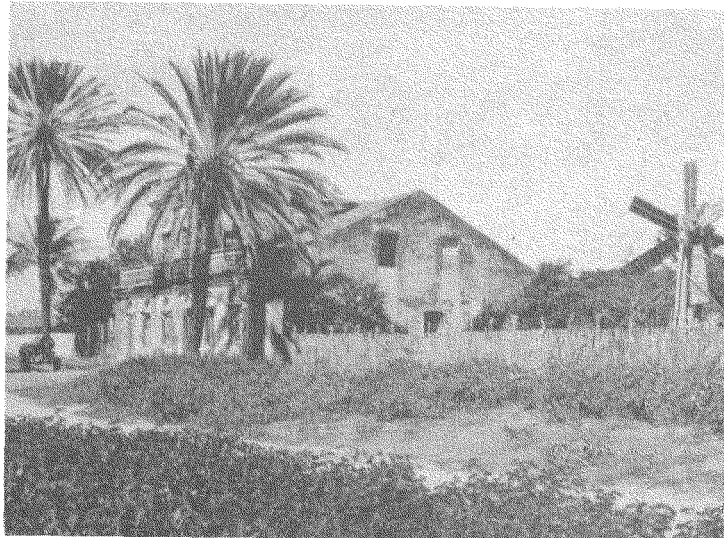
ços de assistência acima enumerados, funcionam em Aracati 2 farmácias — a Farmácia Lourdes e a Farmácia São José.

No que diz respeito ao número de profissionais do serviço de assistência médico-sanitária, têm-se a registrar: 3 médicos, 2 dentistas, 2 farmacêuticos, 1 enfermeiro, uma auxiliar de enfermagem e uma visitadora social.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Em todo o território cearense ainda deixa muito a desejar o desenvolvimento associativo, havendo mesmo grande número de municípios em que a assistência social é proporcionada apenas pela sociedade de São Vicente de Paulo. Aracati, além da sociedade de São Vicente de Paulo, tem assistência social prestada pela Sociedade das Senhoras de Caridade, União Operária Santa Teresa e Círculo Operário de Aracati. O Círculo Operário de Aracati e a União Operária Santa Teresa, além da defesa da classe, proporcionam auxílios diversos aos seus associados.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 30 301 pessoas de 5 anos e mais. Destas, 8 318 sabiam ler e escrever, sendo 3 648 homens e 4 670 mulheres. Como se pode verificar pelos dados acima, as pessoas alfabetizadas representavam 27% da população, compreendidas no referido período. Na sede municipal, o total de pessoas da mesma idade escolar era de 7 496, sendo alfabetizadas 3 772, das quais 1 556 eram homens e 2 216 mulheres.

Ensino — Conta o município com 91 escolas do ensino primário fundamental comum, cuja matrícula inicial do ano de 1956, atingiu a 3 136 alunos de ambos os sexos. A taxa de matrícula foi, em 1950, de 33,27% em Aracati e no Estado de 24%. O município possuía ainda em 1956 quatro estabelecimentos de ensino extra-primário assim denominados: Ginásio Marista de Aracati, Colégio e Escola Normal São José, Escola Profissional Waldemar Falcão e Escola de Corte e Costura do S.E.S.I. A Matrícula inicial nestes estabelecimentos foi de 228 alunos (100 homens e 128 mulheres), sendo de 39 alunos (15 homens e 24 mulheres) o total de conclusões de curso.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há, na sede do município, 3 cinemas: o Cine-Moderno, com 550 lugares; o Cine-Aracati, com 60; e o Cine-Marista, com 170 lugares.

Vista de uma velha fazenda

Rendeira no seu trabalho quotidiano

Existe também um salão, auditório do Ginásio São José, com capacidade para 196 espectadores. Editam-se 2 jornais, com finalidade noticiosa: "O Aracati" e "O Jaguaribe". Há, ainda, na cidade uma agremiação cultural — o Centro Cultural Francisco José do Nascimento — cuja finalidade é desenvolver a cultura no seio da juventude. Conta, ainda, a sede, com os serviços de 2 tipografias.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	2 745	2 080	981	475	982
1951.......	2 516	2 831	1 580	635	1 195
1952.......	3 303	5 905	1 155	598	1 122
1953.......	3 006	4 179	1 358	424	1 224
1954.......	3 095	3 988	1 594	773	1 542
1955.......	2 314	2 353	1 543	...	1 766
1956.......	4 514	2 926	2 175	795	2 229

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Na sede municipal, vários prédios que evocam as velhas construções do passado. Dentre êles destaca-se um velho casarão que serviu de palácio da presidência da visionária e efêmera República do Equador, no qual Tristão Gonçalves instalou o seu quartel-general, e de onde partiu em busca de sonhadas vitórias que o destino transmudou na tragédia sangrenta de Santa Rosa. Entre os monumentos históricos merece referência especial a Cruz das Almas, monumento antiqüíssimo, de significação ignorada, cuja data não se pode precisar.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Apesar de não ser São Sebastião o Padroeiro de Aracati, a sua festa, realizada entre 10 e 20 de janeiro, é a de maior repercussão verificada na região do baixo Jaguaribe. Enquanto reúne na sede municipal quase tôda a população do município, atrai gente de todos os municípios vizinhos, bem assim grande parte dos seus ilustres filhos que habitam outras plagas. Êstes, aproveitando o ambiente festivo para rever a terra natal, sempre se fazem acompanhar de figuras proeminentes da vida social, cultural e política das metrópoles nacionais, orgulhosos de mostrar aos que conquistam alhures, a pompa e a animação humana que se constata na cidade em que nasceram, por

Bordadeira fazendo labirinto

ocasião da festa em alusão. Parques de diversão de vários tipos, se erguem por todos os recantos da cidade, onde um povo dá expansão à sua euforia. O "Fandango" festa popular de alto porte, se desenrola em uma barca bem ornamentada, sob a direção de um personagem que, metido em agaloada farda, representa um comandante de fôrças do mar, no qual se tem que apreciar o que de bizarro exibe a sua figura envôlta em galões e bordados e a austeridade de caráter militar. As encenações pastorais, são de outros tantos encantamentos folclóricos, sociais e alegres, atraindo muita gente que se locomove para ver as pastôras na elegância de suas indumentárias, num rodopiar de danças típicas tendentes a identificar o que no mesmo gênero é representado em Belém. O tradicional "bumba-meu-boi", que pelas ruas de Aracati se desenvolve numa transfusão ao povo, constitui uma outra festa de cunho popularíssimo. O "boi" desfilando pelas artérias da urbe e o "toureador", acompanhado de seus ajudantes, são os componentes dessa festa típica, com encenações à espanhola, pelo menos no que diz respeito a indumentária.

Todo êste desenrolar de festejos, de tão contagiante euforia, se verifica por ocasião da comemoração natalina, com exceção da festa de São Sebastião.

Os festejos de "momo" também merecem destaque em Aracati, visto ser esta uma das poucas cidades do interior cearense em que o carnaval é festejado. Por êste fato, muitos foliões de cidades vizinhas vêm aqui dar expansão ao "gênio da folia" que sentem em seu ser.

VULTOS ILUSTRES — *Benedito (Beni) Augusto Carvalho dos Santos,* nasceu em 3 de janeiro de 1886, Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife. Foi nomeado catedrático do Colégio Militar do Ceará, transferido em 1937 para entidade congênere do Rio de Janeiro.

Na carreira do Magistério Militar atingiu o Generalato. Vice-Presidente do Estado e Deputado Federal. Interventor Federal no Ceará em 1945-1946.

É membro do Conselho Nacional de Educação. Criminalista e Filólogo. Prosador de límpido estilo e autor de excelentes composições poéticas, vazadas de uma forma elegante, que excelem pelo surto da inspiração e pelo castiço da linguagem.

Publicou: *Chama Extinta* — poesia — 1937, *Morfologia e Sintaxe do Substantivo Português* — tese de concurso e vários estudos sôbre criminalidade.

Júlio César da Fonseca Filho, nasceu em 10 de janeiro de 1850. Mal lhe sorria a juventude, aos dezenove anos, sobressaía, fundando jornais como o "Barreto Frígio" em 1870 e "Jornal de Aracati" em 1873. Homem que, segundo o Barão de Studart, podia ser considerado, no seu tempo, "o de maior erudição e o que mais lê", não saiu de relativa obscuridade, resultante do seu temperamento esquivo e por demais independente. Vindo para Fortaleza, abraçou o movimento de libertação dos escravos e, com Guilherme Studart, criou o "Centro Abolicionista". Orador fluente, sabia prender os auditórios com a sua palavra mágica, cheia de fascinações que deslumbravam. Foi um dos fundadores do Instituto do Ceará. Faleceu em 18 de abril de 1931.

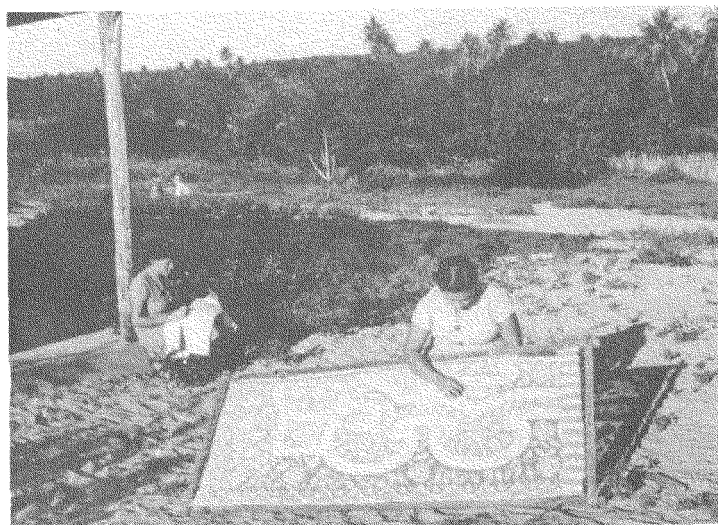
Adolfo Ferreira Caminha, nasceu em 29 de maio de 1867, muito jovem ingressou na Escola Naval e alcançou o pôsto de segundo-tenente em 1888. Já nesse tempo se dava às preocupações literárias e de sua excursão aos Estados Unidos, como oficial do cruzador Almirante Barroso, resultou o livro *No País dos Yankees,* narração de viagem. Publicou ainda os romances *A Normalista, Bom Crioulo* ambos de cunho fortemente realista, além de *Judite e Lágrimas de um Crente* (Contos), *Vôos Incertos* (Versos).

Publicou ainda *Cartas Literárias*. Ao falecer, na Capital Federal, em 1.º de janeiro de 1897, tinha em preparo o *Emigrante,* romance de costumes cearenses, e *Ângelo,* estudo psicológico. O seu romance *Tentação* é obra póstuma.

Abelardo Gurgel Costa Lima — Autor do livro *Terra Aracatiense,* foi Deputado estadual e por duas vêzes prefeito de sua terra natal.

Alfredo Ramos Chaves — Distinguiu-se na guerra do Paraguai. Reformou-se em 1897 no pôsto de coronel. Residiu muitos anos no Rio Grande do Sul, onde uma cidade tem o seu nome.

Alberto Jaques Klein — foi comerciante. Em Fortaleza se destacou nos meios musicais. Dirigiu, como Presidente, a Sociedade de Cultura Artística e foi diretor do Conservatório Alberto Nepomuceno.

Olipio Luís Pereira da Silva — Publicou "Considerações gerais sôbre as províncias do Ceará e Rio Grande do

Bordadeira, no sítio São Francisco

Norte" e deixou inédita uma monografia sôbre a Serra de Baturité. Faleceu em 1900.

Dr. Álvaro Caminha Tavares da Silva — Por três vêzes representou o Ceará como deputado-geral. Faleceu a 18-3-1897.

Dr. Antônio Manoel da Costa Barros — Poeta e jornalista de vastos recursos.

Dr. Antônio Manoel de Medeiros — Prestou grandes serviços na guerra do Paraguai, como delegado do cirurgião-mor do exército no Ceará. Cavaleiro da ordem de São Bento de Aviz, da Rosa e de São Gregório Magno de Roma.

Dr. Antônio Pacheco Mendes — Médico de grande projeção. Catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia, de cuja capital foi prefeito. Fêz parte da Assembléia Estadual. Autor de vários livros e monografias. Alguns de seus trabalhos científicos foram escritos em francês.

Padre Dr. Antônio Barbosa de Sá Leitão — Bacharelou-se em direito a 21-9-1866. Dedicou-se ao sacerdócio e recebeu ordens em Pernambuco em 3-1-1903. Fundou em Aracati a 1.ª sociedade São Vicente de Paulo, em 1879.

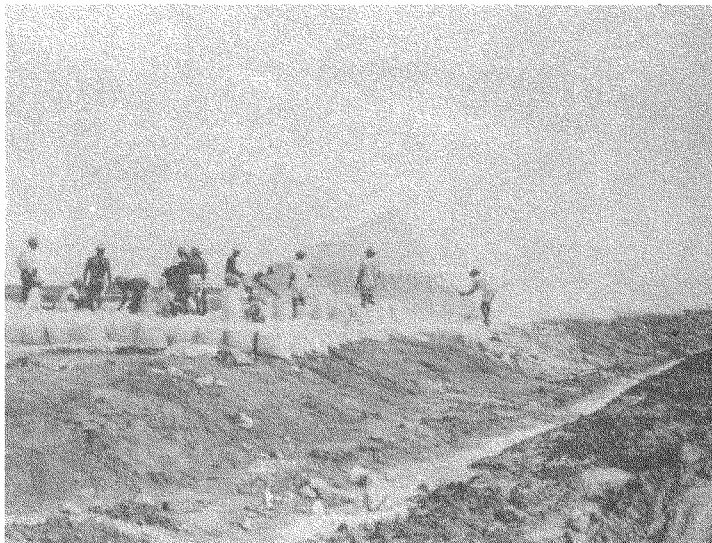
Comendador Antônio Teodorico da Costa — Por duas vêzes, foi deputado estadual, 1864-65 e 1880-1881, como vice-presidente governou o Ceará. Lente do Liceu do Ceará.

Monsenhor Bruno Rodrigues da Silva Figueiredo — Ordenou-se a 1875 — Educador de grande nomeada. Lente do Liceu, dirigiu o Ateneu Cearense. Fundou o Instituto de Humanidades foi vigário-geral do Bispado do Ceará.

Conselheiro José Liberato Barroso — Doutor em direito. Deputado provincial e geral, ministro do Estado de Pernambuco. Lente da Faculdade de Direito. Publicista de notável mérito.

Dr. José Lourenço de Castro e Silva — Médico de grandes recursos. Diretor da Instrução Pública e lente do Liceu. Autor de valiosas publicações científicas.

Dr. José Pereira da Graça — (Barão do Aracati) — Magistrado. Deputado Geral. Desembargador no Maranhão e membro do Supremo Tribunal de Justiça.

Francisco José do Nascimento — Expressão máxima da bravura cearense. Encabeçou o memorável movimento abolicionista, no Ceará. O seu amor a causa dos escravos lhe valeu a alcunha gloriosa de "Dragão do Mar".

Salinas nas margens do rio Aracati

Catavento nas salinas do rio Aracati

Francisco de Paula Nei — Poeta e jornalista; é considerado o mais genial dos boêmios brasileiros.

José Amintas da Costa — Dêle diz Barão de Studart — "Comandante do Batalhão Patriótico Floriano Peixoto", foi o braço direito do General Carneiro, na luta sangrenta no Paraná.

Senador Liberato de Castro Carreira — Médico muito caridoso. Senador do Império. Autor de várias publicações extraordinárias. Era membro do Instituto Histórico Brasileiro.

Dr. Manoel do Nascimento Castro e Silva — Foi deputado-geral em 7 (sete) legislaturas. Senador Ministro do Império. Ocupou a presidência do Rio Grande do Norte. Representou o Ceará em Lisboa, onde brilhou.

Dom Manoel do Rego Medeiros — Ordenou-se a .... 29-6-1853 — Capelão do Exército, Secretário de D. Antônio Macedo Costa e eletivo bispo de Pernambuco.

Dr. Pedro Pereira da Silva Guimarães — Jornalista e crítico de alto mérito. Magistrado no Pará e Ceará. Representou o Ceará na Câmara Geral, onde apresentou decretos relativos à liberdade dos escravos.

Pedro Muniz — Um dos fundadores e o secretário do Centro Literário, prestou relevantes serviços à Fênix Caixeiral.

Dr. Virgílio de Aguiar — Médico de muito conceito e orador fluentíssimo.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Como se não bastasse o aspecto de visão espetacular que nos apresentam as vastas planícies de várzeas cobertas de carnaubais, se perdendo ao longe como vértices de gigantescos ângulos e a beleza tradicional estampada nas fachadas revestidas de azulejos dos velhos sobradões que se erguem na cidade, concedeu a natureza a Aracati o privilégio de localizar aí a formosa, bucólica e encantadora praia de Majorlândia, jóia natural que agrada aos olhos, ao corpo e à alma. À beira-mar, as elevações de natureza sílico-argilosa, caprichosamente recortadas, oferecem panorama de rara beleza, tal sua variedade de formas que lembram animais, portais, colunas, etc. Fontes que emergem da rocha proporcionam agradável complemento ao banho de mar.

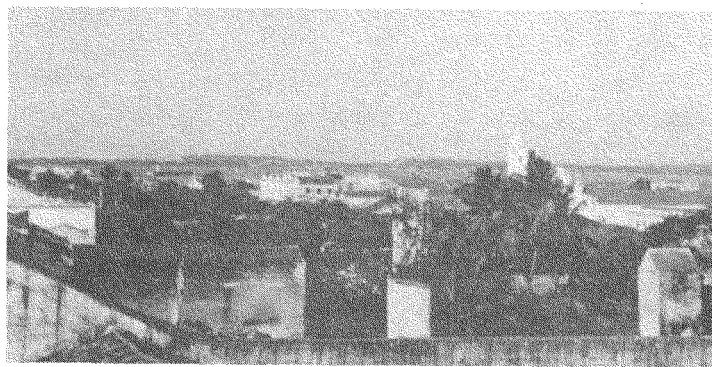
OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Aracati, por ocasião das cheias do rio Jaguaribe, não raro tem porção da

sua urbe inundada, em que se vê pequenos botes a remo navegando por sôbre o lençol d'água, formado na parte baixa da cidade. A três quilômetros da sede, está em construção já bem adiantada uma gigantesca obra de engenharia sôbre o rio Jaguaribe, que irá atrair maior progresso para a terra de Adolfo Caminha. Trata-se da ponte Juscelino Kubitschek que, concluída, obrigará a passagem por Aracati dos veículos que ligam Fortaleza ao Rio Grande do Norte.

Aracatienses é como são denominados os habitantes do município.

Por ocasião das eleições gerais de 1954, estavam alistados em todo o município, 9 294 eleitores, dos quais, 4 932 votaram naquele ano.

Várias são as versões sôbre o significado do topônimo Aracati. Paulino Nogueira escreve "Pedra branca comprida para cima, no lugar Passagem de Pedras, Barba Alardo, Memória sôbre a Capitania do Ceará, na Rev. do Inst. cit. vol.; p. 262; bonança, oportunidade. G. Dias, Dic.: mas a verdadeira é — bons ares, de *ara*, tempo e *catú*, bom. Martius, Gloss, cit. pág. 539. Era assim que os selvagens do sertão chamavam o vento do norte, que soprava regularmente das sete às oito horas da noite, e se derramava pelo interior da província. Daí chamar-se Aracati, o lugar donde vinha a monção (Vocabulário Indígena, na Rev. do Inst. do Ceará, vol. 2.°, pág. 222). João Brígido (Rev. do Inst. vol. 16, pág. 121), também escreveu: "Aracaty ou Aracatú". Estas duas palavras tupis, combinadas, dão a idéia perfeita de uma região, que impressionava pela claridade e mansidão de suas águas, na embocadura do Jaguaribe. *Ara* — claro, *catú* — bonançoso. O *ú* de *catú* tinha som a meio, ou intermediário de *Y* na língua tupi, daí dizer-se hoje — Aracaty. É provável que, em começo, a palavra tivesse seu sufixo em *y* ou catuy formando *Aara-catu-*, que

Capela da Escola Normal e Ginásio São José

Vista parcial da cidade

se converteu, por corruptela, em Aracaty. O *y* nessa expressão designava água. Aracatuy ou Aracat'y, por sinalefa quer dizer águas claras e bonançosas". No modo de ver de Teodoro Sampaio, a palavra significa "vento muito", "rajada forte": Aracaty é corrutela de aracatiy ou ara-catú. Também pode ser "aragem cheirosa", "vento que cheira" (Vocabulário Geográfico Brasileiro). O Barão de Studart (Geografia do Ceará, na Rev. do Inst., vol. 38, pág. 121) aceita a significação de Aracati ou Aracatu como "tempo bom". Chamavam os índios Aracatu o vento que soprava do Norte e refrescava os ardores do estio. Segundo Pompeu Sobrinho, a interpretação mais correta e que não comporta outra é a oferecida por Martius, in *"Glossaria Linguarum Brasiliensium"*, 1863 "(in "O Ceará" — 2.ª Edição — 1945 — Raimundo Girão e Antônio Martins Filho)".

ARACOIABA — CE

Mapa Municipal no 5.° Vol.

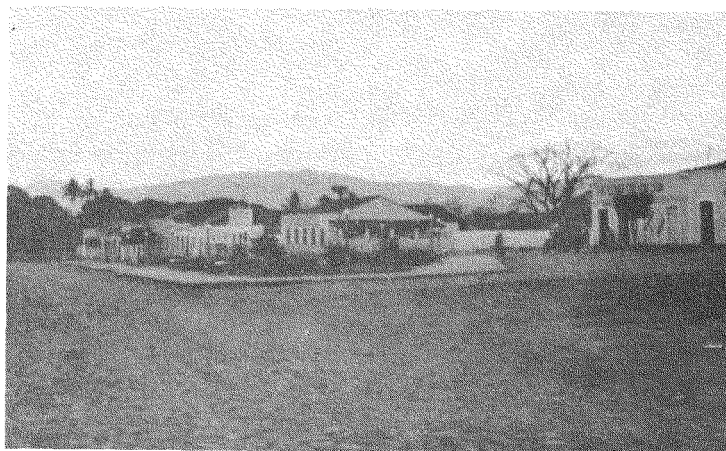
HISTÓRICO — Data de 1735 a primeira concessão de terras no município de Aracoiaba.

Domingos Simões Jordão, "cavalheiro professo na ordem de Cristo, capitão-mor da Capitania do Ceará Grande e Governador da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção", despachando petição do capitão Pedro da Rocha Maciel, concedeu-lhe "três léguas de terras contínuas, principiando e confrontando tudo na forma da petição do suplicante, para êle e seus herdeiros ascendentes e descendentes com tôdas as suas águas, campos, matos, testados e logradouros que nelas houverem". Ficava a sesmaria de Pedro da Rocha Maciel "em um riacho que nasce na serra de Baturité e deságua no rio Choró", conhecido pelo nome de Aracoiaba.

Era de esperar que as terras marginais do rio Aracoiaba viessem a ser ocupadas por lavradores, em razão das vantagens que proporcionavam em águas e fereza à agricultura, especialmente ao cultivo da cana-de-açúcar.

Assim é que foram, então, surgindo as primeiras moradias que formaram a pequena aldeia denominada "Canoa", onde, anos depois, o Ato provincial de 18 de agôsto de 1871 a transformou em sede de distrito policial.

O distrito de paz, criou-o a Lei provincial n.° 1 607, de 21 de agôsto de 1874.

Iniciara-se em Fortaleza, em 1870, sob a iniciativa da Companhia Cearense de Via Férrea Baturité, a construção da estrada de ferro destinada a servir ao sul do Estado. A via férrea alcançou a povoação em 1880, na administração do engenheiro Carlos Mórsing, realizando-se, aos 14 de fe-

Praça 16 de Agôsto

vereiro, a inauguração da estação ferroviária no lugar a que chamam Moamba, Muamba ou Arraial de Santa Isabel, um pouco afastado do núcleo de Canoa. Desde então viram os canoenses maiores perspectivas de progresso e encontraram meio fácil de escoar seus produtos para Fortaleza.

Tal era o desenvolvimento que a povoação de Canoa vinha conhecendo que, em 16 de agôsto de 1890, o Decreto estadual n.º 44, criou a vila e o município, com território desmembrado de Baturité e a denominação de Aracoiaba. A vila foi instalada a 7 de setembro do mesmo ano.

O fôro civil data de 1896, criado pela Lei n.º 324, de 2 de setembro, e inaugurado a 24 do mesmo mês.

No quadro da divisão administrativa do Brasil, relativa ao ano de 1911, o município de Aracoiaba compõe-se dos distritos da sede e Vazantes, êste último criado por Lei provincial n.º 20, de 6 de setembro de 1882, e Ato provincial de 28 de fevereiro de 1885.

Em 1931, sendo Interventor Federal do Ceará o Doutor Manuel do Nascimento Fernandes Távora, o município veio a ser suprimido com a respectiva vila, pelo Decreto n.º 193, de 20 de maio, passando o seu território a pertencer ao município de Baturité. Entretanto, o capitão Roberto Carneiro de Mendonça, novo Interventor Federal no Ceará, tomando conhecimento das ponderações apresentadas pela Comissão incumbida de rever a divisão administrativa do Estado, restaurou o município de Aracoiaba, juntamente com outras unidades, pelo Decreto de n.º 1 156, de 4 de dezembro de 1933.

Na divisão administrativa referente a êsse último ano, bem como nas divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 1937, e no quadro anexo ao Decreto-lei número 169, de 31 de março de 1938, ratificado pelo Decreto estadual n.º 378, de 20 de outubro do mesmo ano, o município de Aracoiaba figura com os distritos da sede, São Sebastião e Vazantes, notando-se apenas que em 1933 êsse último distrito aparece grafado sem o *s* final.

Pelo Decreto n.º 1 422, de 26 de dezembro de 1934, o município de Aracoiaba é têrmo judiciário da comarca de Baturité.

Ainda no ano de 1938 foi publicado o Decreto-lei número 448, de 20 de dezembro, que estabeleceu o quadro territorial para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, no qual o município de Aracoiaba é formado dos distritos da sede, Jurema, São Sebastião e Vazantes. A vila, em face dêsse Decreto-lei, recebeu foros de cidade.

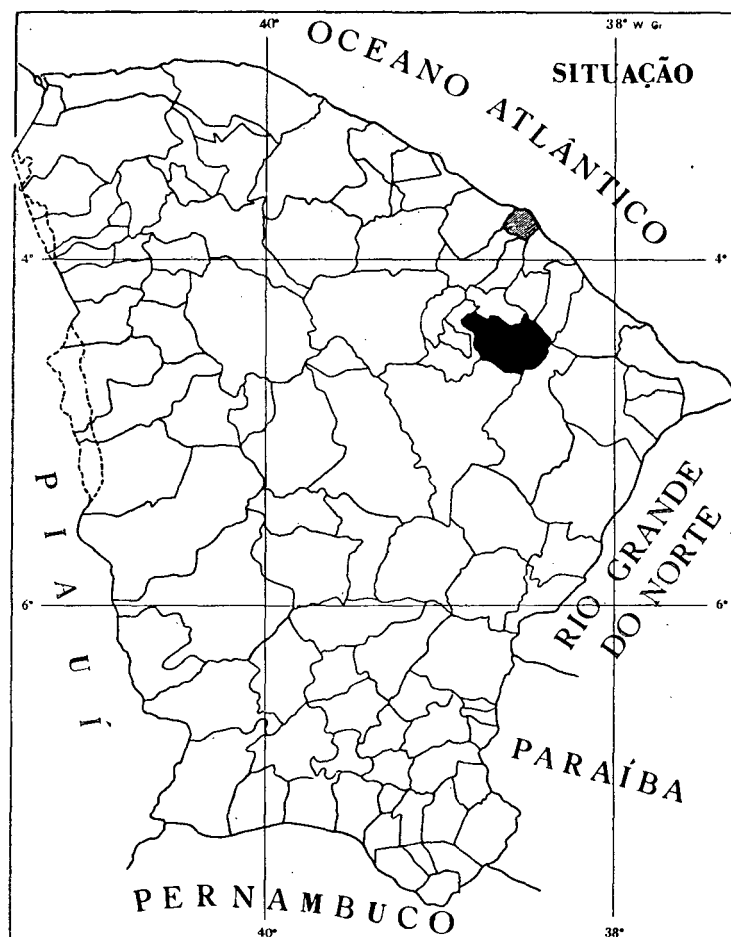
Os distritos de Jurema e São Sebastião tiveram seus topônimos alterados, respectivamente, para Ocara e Curupira, em virtude do Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943.

Promulgada a Constituição Estadual, em obediência ao artigo 22 do Ato das Disposições Transitórias, o têrmo de Aracoiaba foi transformado em comarca de primeira entrância, situação que se confirmou na Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948.

O município não sofreu qualquer alteração com a nova divisão administrativa do Estado, determinada pela Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, permanecendo, por conseguinte, com os distritos de Aracoiaba, Curupira, Ocara e Vazantes.

Em 3 de outubro de 1954, realizaram-se as eleições para a escolha dos governantes municipais, sendo elevado à dignidade de Prefeito o Sr. Solon Lima Verde. O legislativo Municipal compõe-se de nove (9) vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Aracoiaba é município da Zona de Baturité. Formam-lhe os limites os municípios de Baturité, Redenção, Pacajus, Cascavel, Morada Nova e Quixadá.

A sede municipal dista da Capital do Estado, em linha reta, 78 quilômetros, e tem as seguintes coordenadas geográficas: 4° 21' 20" de latitude Sul e 38° 49' 40" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 101 metros a sua altitude na sede municipal.

CLIMA — Temperatura variável de 27 a 33 graus centígrados, com média de 30. A altura da precipitação pluviométrica é da ordem de 838 milímetros.

Matriz de Nossa Senhora da Conceição

ÁREA — O município tem a área de 1 446 km², ocupando o 37.º lugar com relação às áreas dos demais municípios do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico é a Pedra Aguda, penhasco visível a grande distância e inteiramente isolado de qualquer serra, semelhando ao Pão de Açúcar, porém menor. Serve de baliza aos aviadores, pois o interessante monólito não se confunde com nenhum serrote da redondeza. Não longe da Pedra Aguda, se vê outro serrote original: é a chamada Serrota da Tamanca. O nome é bem aplicado, pois, vista de determinado ponto, a configuração da serrota é a de uma tamanca emborcada. Vêm, depois, as lagoas Panelas, Sítio, Capivara e Jurema.

RIQUEZAS NATURAIS — Jazidas de pedra para construção e calcária, caulim, argila (barro), madeiras, côco babaçu e cajueiros.

POPULAÇÃO — A população de Aracoiaba, segundo o Recenseamento de 1950, era de 24 258 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 12 266; mulheres — 11 992; brancos — 10 887 (5 543 homens e 5 344 mulheres); pardos — 11 352 (5 676 homens e 5 676 mulheres); pretos — 2 001 (1 028 homens e 963 mulheres); sem declaração 18 (9 homens e 9 mulheres); Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 13 114, 5 124 eram solteiros (2 722 homens e 2 402 mulheres); casados — 7 290 (3 633 homens e 3 657 mulheres); desquitados — 13 (4 homens e 9 mulheres); viúvos — 658 (197 homens e 461 mulheres); sem declaração — 29 (13 homens e 16 mulheres). Tôda a população era de nacionalidade brasileira. Em religião predominavam os que se declararam católicos romanos em número de 23 772, sendo 12 032 homens e 11 740 mulheres; protestantes — 417 (194 homens e 223 mulheres); espíritas — 22 (13 homens e 9 mulheres); sem religião — 16 (12 homens e 4 mulheres); 31 não declararam o credo professado (15 homens e 16 mulheres). A densidade era de 16,77 habitantes por quilômetro quadrado. Da população, localizavam-se 79,90% no quadro rural, num total de 19 384 habitantes, sendo 9 827 homens e 9 557 mulheres.

A Inspetoria Regional de Estatística estima em 29 019 habitantes o efetivo da população de Aracoiaba. Em relação ao Censo de 1950, verificou-se o acréscimo de 4761 pessoas, ou seja, 19,63%.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São 4 as aglomerações urbanas do município — a cidade de Aracoiaba, com 2 154 habitantes, sendo 1 044 homens e 1 110 mulheres; a vila de Curupira, com 1 008 habitantes (519 homens e 489 mulheres); a vila de Vazantes com 725 habitantes (371 homens e 354 mulheres). Na zona urbana da cidade e vilas existiam 2 344 habitantes (1 143 homens e 1 201 mulheres) e no quadro suburbano, 2 530 pessoas (1 296 homens e 1 234 mulheres), segundo revelação do Recenseamento Geral do Brasil — 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As principais fontes de riqueza dos habitantes do município são as decorrentes das atividades agropastoris, em função das quais vive a maior parte da sua população.

Segundo o Censo Demográfico de 1950, 6 169 pessoas trabalhavam na "agricultura, pecuária e silvicultura", numa percentagem de 91,33% do total da população presente em idade ativa, com 10 anos e mais.

Na agricultura, o produto fundamental é o algodão, seguido de arroz, milho e feijão.

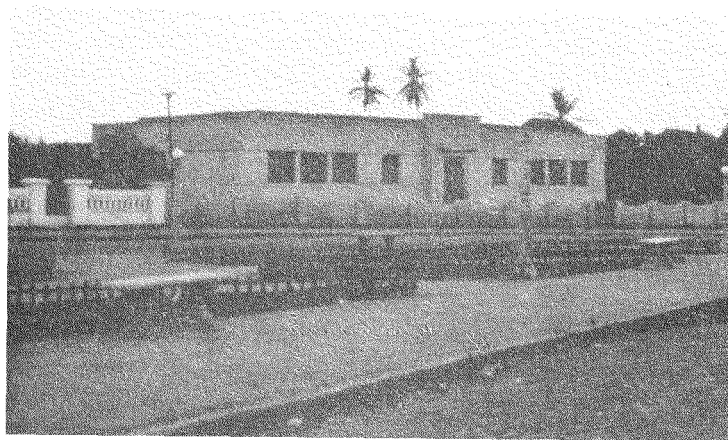
Em 1955, segundo dados divulgados pelo Departamento Estadual de Estatística do Ceará, a safra agrícola foi avaliada em mais de vinte e três milhões de cruzeiros, salientando-se as seguintes colheitas: algodão — 100 mil arrôbas (12 milhões de cruzeiros); arroz — 12 300 sacos de 60 quilos (mais de 3 milhões de cruzeiros); mandioca-mansa — 900 toneladas (1,8 milhões de cruzeiros); milho — 15 000 sacos de 60 quilos (1,8 milhões de cruzeiros); feijão — 7 000 sacos de 60 quilogramas (1,4 milhões de cruzeiros).

Há, ainda, outras culturas de menor porte: a batata-doce, a banana, a manga, a mandioca-brava, a mamona, a cana-de-açúcar.

Os principais mercados compradores dos produtos agrícolas são a Capital Estadual e os municípios de Baturité e Redenção.

A pecuária não tem importância econômica vez que não há exportação de gado, limitando-se esta atividade ao criatório e ao fornecimento de carne e leite à população local.

Em 31 de dezembro de 1955, o valor dos rebanhos era, segundo dados do Departamento Estadual de Estatística do Ceará, de mais de 28 milhões de cruzeiros, destacando-se os seguintes espécimes: 9 600 bovinos (9,6 milhões de cruzeiros); 6 000 eqüinos (4,8 milhões de cruzeiros); 4 200 asininos (2,1 milhões de cruzeiros); 2 000 muares (3,6 mi-

Rua Santos Dumont

Grupo Escolar Aluísio Pinto

lhões de cruzeiros); 6 000 suínos (4,8 milhões de cruzeiros); 5 000 ovinos (1,5 milhões de cruzeiros); 6 800 caprinos (mais de dois milhões de cruzeiros).

Os produtos extrativos em exploração no campo vegetal são madeira para fins domésticos, com produção de 1,4 milhões de cruzeiros; cêra de carnaúba (750 milhares de cruzeiros); e semente de oiticica (14 milhares de cruzeiros); no setor mineral há que referir a pedra calcária (1,2 milhões de cruzeiros); barro para fabricação de tijolos e telhas (1,5 milhões de cruzeiros); pedra para construção (750 milhares de cruzeiros); e, finalmente, no reino animal, as peles silvestres, no valor de 400 milhares de cruzeiros.

Havia, em todo o município, 7 estabelecimentos industriais com a obrigatoriedade de prestação de informes nos boletins do Registro Industrial de 1956, sendo que apenas um ocupava mais de cinco pessoas. Os seis restantes possuíam menos de cinco empregados, inclusive os proprietários. Dentre êstes, um explorava o ramo têxtil (beneficiamento de algodão), 2 a indústria de panificação e 4 a indústria da cal.

As demais indústrias agrícolas, pelo seu pequeno porte, constaram da Fôlha Coletiva de pequenos produtores.

O principal estabelecimento industrial do município é a Usina Castro, de beneficiamento de algodão e óleos vegetais.

Segundo apurou o Departamento Estadual de Estatística do Ceará, em 1955, foram produzidos no município

Rua Raimundo de Castro

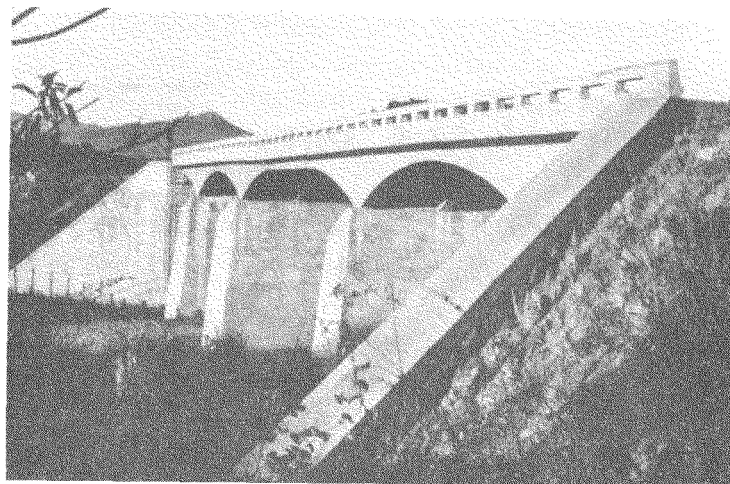
18 000 sacas de 60 quilos de farinha de mandioca (mais de 3 milhões de cruzeiros) e 280 000 quilogramas de rapadura, — (840 milhares de cruzeiros).

A produção de energia elétrica atingiu 9 000 kWh, distribuídos para iluminação pública (4 100 kWh) e particular (4 900).

COMÉRCIO — Na cidade encontram-se, em plena atividade, 26 estabelecimentos varejistas e 6 atacadistas. Conforme os dados do Censo Econômico de 1950, existiam em todo o município, 106 estabelecimentos varejistas e 8 atacadistas que efetuaram, em 1949, vendas de 6,250 e 1 445 milhões de cruzeiros, respectivamente.

O comércio do município mantém transações com as praças de Fortaleza e Baturité.

Aracoiaba importa tecidos, café e cereais em geral e exporta cêra de carnaúba, rapadura, cal, farinha de mandioca e algodão.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade é servida por estradas de rodagem e pela Estrada de Ferro de Baturité da Rêde Viação Cearense. Liga-se com os municípios vizinhos e com a Capital do Estado pelos se-

Ponte Stenio Gomes da Silva, sôbre o rio Aracoiaba

guintes meios de transporte: Baturité: ferroviário R.V.C. (10 km), rodoviário (9 km); Redenção: misto: a) ferroviário R.V.C. (25 km) até a Estação de Acarapé e b) rodoviário (2 km); ou rodoviário (18 km) via Antônio Diogo; Cascavel: misto: a) ferroviário R.V.C. até Fortaleza (93 km) e b) rodoviário (69 km); Morada Nova: a cavalo (180 km); Pacajus: misto: a) ferroviário R.V.C. até Fortaleza (93 km) e b) rodoviário (49 km); carroçável (58 km); Quixadá: ferroviário R.V.C. (97 km) rodoviário (90 km); Capital estadual: ferroviário R.V.C. (93 km), rodoviário (82 km); a Capital Federal: Via Fortaleza.

Existe, na sede municipal, uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos que mantém comunicações com os centros populosos. Há, ainda, outra Agência Telegráfica da Estação Ferroviária da R.V.C., de uso privativo.

ASPECTOS URBANOS — Aracoiaba é uma cidade progressista, possuindo boas construções, como o Grupo Esco-

lar do município. Conforme o Recenseamento Geral de 1950, sua população atingiu 2 154 habitantes. Possui 595 prédios sendo 451 exclusivamente residenciais e o restante para outros fins.

Sua área é pavimentada na proporção de 20% de seus logradouros, em pedras irregulares e 80% sem pavimentação.

É dotada de luz elétrica, possuindo 125 ligações domiciliares.

Encontram-se cadastrados na Prefeitura Municipal 7 jipes e 12 caminhões. É mantido pela Prefeitura o serviço de limpeza pública e remoção do lixo, sendo beneficiados 12 logradouros e 300 prédios.

Em 1954, a sede municipal se compunha de 25 logradouros, sendo 6 inteiramente pavimentados a paralelepípedo, e 1 parcialmente.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há na cidade 1 dentista e 2 farmacêuticos, prestando assistência aos seus habitantes. Funcionam na localidade 2 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A assistência social é prestada por duas Conferências de São Vicente de Paulo. O Círculo Operário São José, entidade de beneficência mutuária, fundada em 1944, presta esta assistência aos seus associados.

O cooperativismo, como acontece em vários municípios do Estado não é ainda difundido em Aracoiaba.

ALFABETIZAÇÃO — Existem, em todo o município, segundo os resultados do Recenseamento Geral de 1950, 19 788 habitantes com 5 anos e mais. Dêste total 3 608 sabiam ler e escrever (1 773 homens e 1 835 mulheres), o que representa 18% sôbre as 19 788 pessoas. Na sede municipal, dos 1 792 habitantes, com a mesma idade escolar, 688 eram alfabetizados, sendo 312 homens e 376 mulheres.

Ensino — Contava o município, no início do ano letivo de 1956, com 35 unidades do ensino primário fundamental comum, com matrícula de 914 alunos de ambos os sexos. Era 18,83% a taxa da matrícula em 1.950, quando a do Estado atingiu 24%.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Como na quase totalidade dos municípios cearenses, o futebol é o único es-

Estação da Rêde Viação Cearense

Ponte da Rêde Viação Cearense sôbre o rio Aracoiaba

porte com que conta Aracoiaba para facilitar o seu intercâmbio de vida esportiva com outras comunas.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	491	413	104	481
1951	—	747	429	132	415
1952	—	947	496	150	498
1953	—	886	633	159	250
1954	—	1 101	716	144	995
1955	—	1 579	916	233	892
1956 (2)	153	2 378	1 299	332	1 299

(1) A Coletoria Federal foi instalada neste município no dia 10/I/56.
(2) Orçamento, com exceção das receitas federal e estadual.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E EFEMÉRIDES — A única festividade realizada no município é a festa da padroeira, Nossa Senhora da Conceição, no mês de dezembro, a qual consiste em novena, leilões e outras atrações, encerrando-se com missa solene e procissão da imagem da santa cultuada, no dia 8 de dezembro.

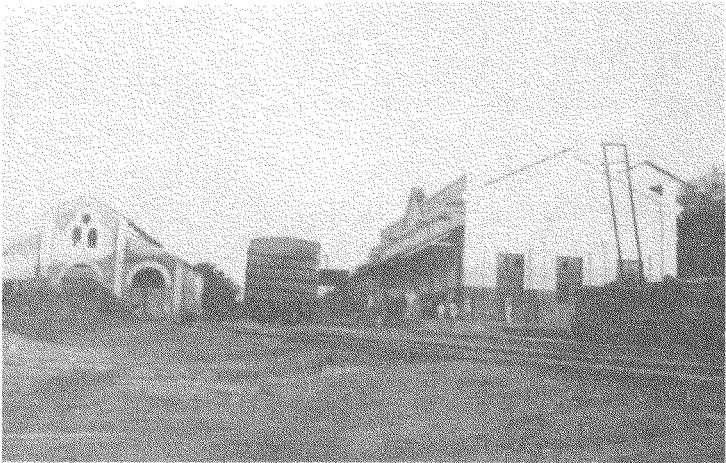
VULTOS ILUSTRES — *Dr. Antônio Horácio Pereira* — Homem culto, advogado da Federação Nacional das Indústrias, Deputado Federal pelo Ceará em duas legislaturas;

Dom Raimundo de Castro e Silva — Vigário colado de Maranguape, depois Bispo de Oeiras, Piauí, e atual Bispo Auxiliar de Fortaleza; *Padre João Machado,* da Congregação dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora; educador emérito.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O território do município de Aracoiaba é cortado pela Estrada de Ferro de Baturité. Os 3 mais importantes reservatórios de água possuem uma capacidade de 3 milhões de metros cúbicos, aproximadamente.

A paróquia, com a invocação de Nossa Senhora da Conceição, sediada na cidade, possui 9 templos, inclusive a Igreja-Matriz. Há 10 associações religiosas em todo o município de Aracoiaba.

Em 1954, estavam inscritos 5 406 eleitores. O número de votantes nas eleições gerais do aludido ano foi de 2 849.

Os habitantes do município são denominados aracoiabenses.

ARARIPE — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Os primitivos povoadores do município, segundo depoimento de pessoas arraigadas às terras, vieram do Icó, aos quais, posteriormente, se juntaram outras procedentes da região dos Inhamuns, citando-se Manuel Rodrigues de Lima e parentes.

Por volta de 1850, Antônio Liberalino fundou a primeira escola, tendo aí exercido o magistério até fins de 1852, ano em que emigrou. Nesse mesmo ano, Antônio João de Barros instalou nova escola, aliás de curta duração. Teve a povoação outra escola, em abril de 1862, regida por Pedro José de Menezes, sucedido em maio do ano seguinte pela professôra Angelina Correia Lima, que lecionou até outubro de 1877.

Já em 1849, havia na povoação casas residenciais, apontando-se, entre elas, uma ainda existente na Rua Alexandre Arrais, na qual foi celebrada a primeira missa da povoação. Documentos do arquivo da Paróquia registram que no ano de 1871, seguinte ao da criação da freguesia (5 de novembro de 1870) o padre Henrique José Cavalcante, encontrando arruinada a antiga capelinha de Brejo Sêco, construiu com grande massa de povo a igreja-matriz, hoje completamente destruída. Essa passagem revela que naquela época contava a povoação de Brejo Sêco com apreciável contingente humano, atraído, na sua maioria, pela presença do ardoroso missionário.

A capela de Santo Antônio da povoação de Brejo Sêco, sede da freguesia, compreendia os distritos de paz de Brejo Sêco e Poço da Pedra, desmembrados da freguesia de Assaré. A freguesia de Brejo Sêco foi instituída canônicamente pela provisão de D. Luís Antônio dos Santos, datada de 1.º de dezembro de 1871 e provida a 10 do dito mês pelo padre Antônio Pereira de Oliveira Alencar, removido da coadjutoria de Lavras.

A povoação de Brejo Sêco foi transformada em sede do município de mesmo nome, recebendo em conseqüência foros de vila, pela Lei provincial n.º 1 661, de 3 de agôsto de 1875.

Por circunstâncias próprias da época, a vila crescia lentamente. Em 1877, o capitão Pedro Alves de Oliveira Castro, explorando o seu prestígio pessoal e ajudado pelo administrador dos bens patrimoniais da Matriz, da vila de Brejo Sêco — José Arnaldo Pereira de Alencar — e ainda com simpatia e colaboração de todos os habitantes do lugar, deu maior impulso ao seu desenvolvimento, facilitando e estimulando a construção de casas, fazendo com que a vila se projetasse no cenário político da Província, onde teve êle próprio destacada atuação.

O topônimo Brejo Sêco, em face da Lei provincial número 2 172, de 23 de agôsto de 1889, foi alterado para Araripe, designação por que é conhecida a Chapada em que se localiza o município.

Já no período republicano, o têrmo judiciário de Araripe, criado pela mesma Lei que instituiu o município, até então subordinado à comarca de Assaré, tornou-se sede de comarca, abrangendo o têrmo de Brejo Grande (hoje Santana do Cariri), em face do Decreto estadual n.º 21, de 7 de junho de 1890. Esta teve pouca duração, voltando à situação de têrmo dependente da comarca de Assaré no ano seguinte, por determinação do Decreto estadual n.º 196, de 5 de junho.

Suprimidos o município e o têrmo judiciário de Araripe, pela Lei estadual n.º 523, de 19 de julho de 1889, sòmente em 1905, pela Lei n.º 798, oe 11 de agôsto, foram novamente restaurados: o município, com território desmembrado de Campos Sales, ao qual se juntara por fôrça da Lei anterior; e o têrmo judiciário, que continuou subordinado à comarca de Assaré.

No quadro da divisão administrativa do Brasil, relativa ao ano de 1911, Araripe figura com os distritos de Xique-Xique e Brejinho, além do da sede municipal.

Araripe, sob a direção do coronel Pedro Silvino de Alencar, líder político de prestígio, teve destacada participação na luta contra o Presidente Franco Rabelo, em 1914. Deflagrada a luta no Cariri, o coronel Pedro Silvino foi dos escolhidos para comandar um batalhão de jagunços que, partindo do Crato, em breve, assediaria a Capital do Estado.

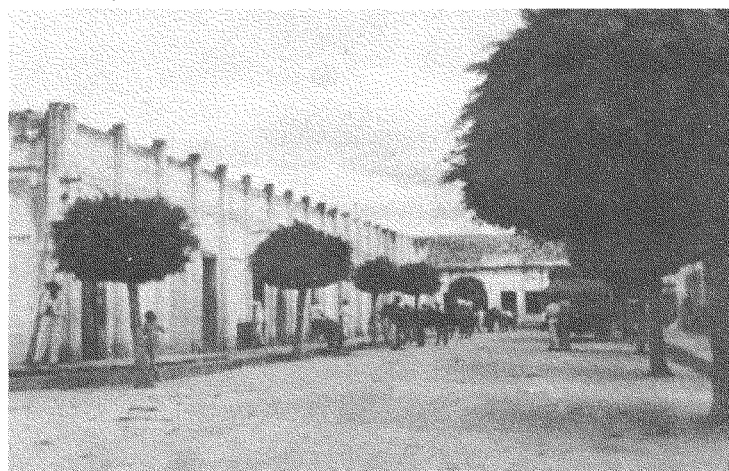
Assinado o Decreto estadual n.º 193, de 20 de maio de 1931, pelo Interventor Federal do Ceará, Dr. Manuel do Nascimento Fernandes Távora, o município de Araripe foi supresso e o seu território anexado a Santana do Cariri.

Na divisão administrativa referente ao ano de 1933, Araripe é distrito de Campos Sales, mas o Decreto estadual n.º 1 540, de 3 de maio de 1935, da Interventoria Felipe Moreira Lima, restaurou o município, constituído dos distritos de Araripe e Xique-Xique.

No quadro da divisão territorial datado de 31 de dezembro de 1936, o município de Araripe figura composto dos distritos da sede e Xique-Xique, porém no quadro referente a 1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei n.º 169, de 31 de março de 1938, retificado pelo Decreto estadual de n.º 378, de 20 de outubro do mesmo ano, o município aparece constituído dos distritos da divisão anterior e mais o distrito de Brejinho, que figura em 1937, como subdistrito.

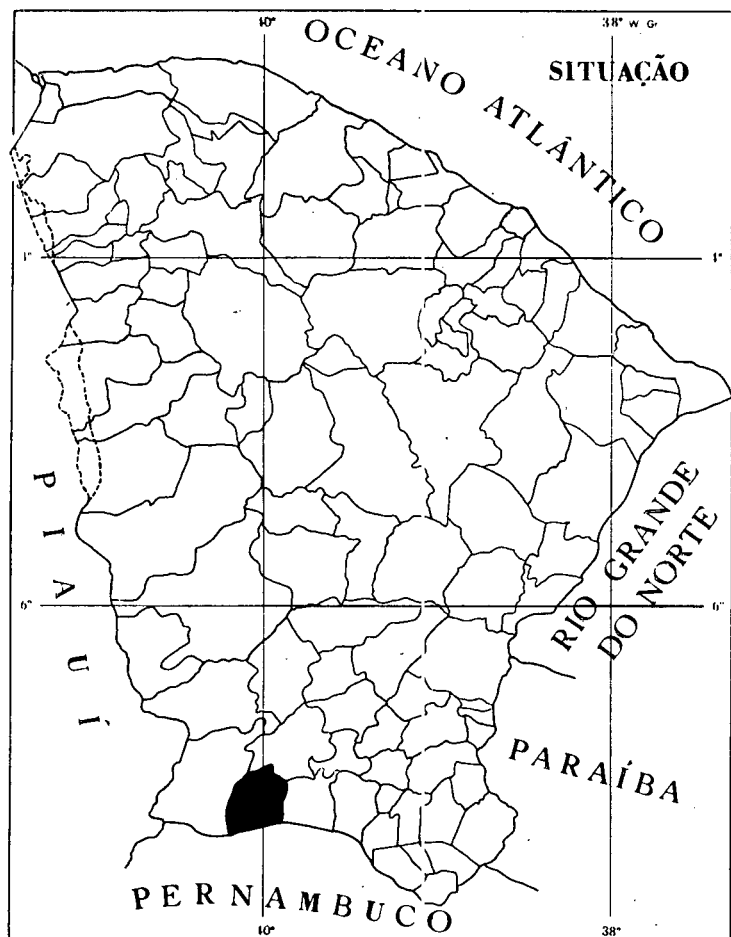
O Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, deu à vila foros de cidade.

O distrito de Xique-Xique recebeu nova denominação — Potengi — por determinação do Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943.

Araripe voltou a ser cabeça de comarca (de primeira entrância), em obediência ao art. 22 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual. A Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948, confirmou tal situação.

Travessa 15 de Novembro

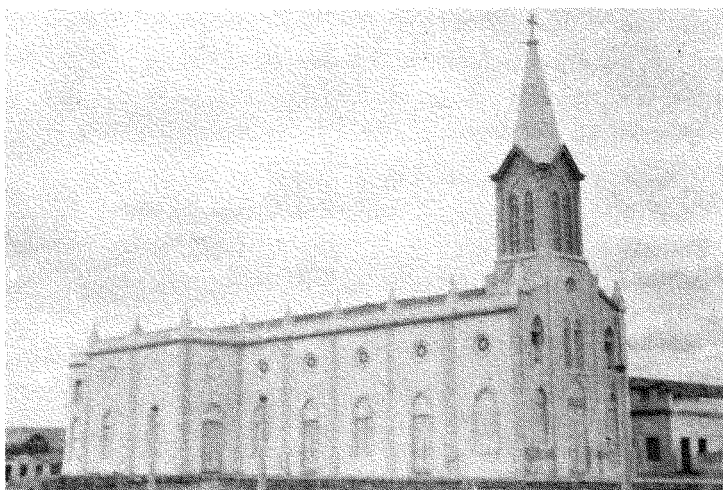
O distrito e a vila de Potengi, em 1951, conforme a Lei n.º 1 153, de 22 de novembro, receberam a denominação de Ibiatiara.

O Govêrno Municipal, eleito em 3 de outubro de 1954, é exercido pelo Prefeito, Sr. Simplício Alexandrino de Alencar e Silva, e vereadores Oscar Loiola de Alencar, Luiz Gonzaga de Figueiredo, Augusto Ulisses de Alencar, Joaquim Nunes Teixeira, José Pereira Lima, José Alves Batista e Carlos Salatiel de Alencar.

LOCALIZAÇÃO — Acha-se o município situado na Zona Fisiográfica do Araripe, uma das 12 em que se subdivide o Estado e que abrange os municípios de Araripe, Campos Sales e Santana do Cariri. Limita com os municípios de Campos Sales, Assaré, Santana do Cariri e com o Estado de Pernambuco. A cidade é, entre as que se localizam na região, a 2.º mais afastada da Capital, da qual dista, em linha reta, 421 quilômetros. Suas coordenadas geográficas são as seguintes: 7° 12' 49" de latitude Sul e 40° 08' 24" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 550 metros na sede municipal, sendo o 12.º em ordem decrescente de altitude no Estado.

CLIMA — Situado, em parte, na chapada do mesmo nome, o município apresenta clima agradável, sendo que na serra o termômetro desce a 12° centígrados. O período normal das chuvas vai de janeiro a abril, com ocorrência de trovoadas de janeiro a março, e o de sêcas prolonga-se de maio a dezembro.

ÁREA — Por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, a área de Araripe era de 1 064 km². Na atual configuração do

Igreja-Matriz de Santo Antônio

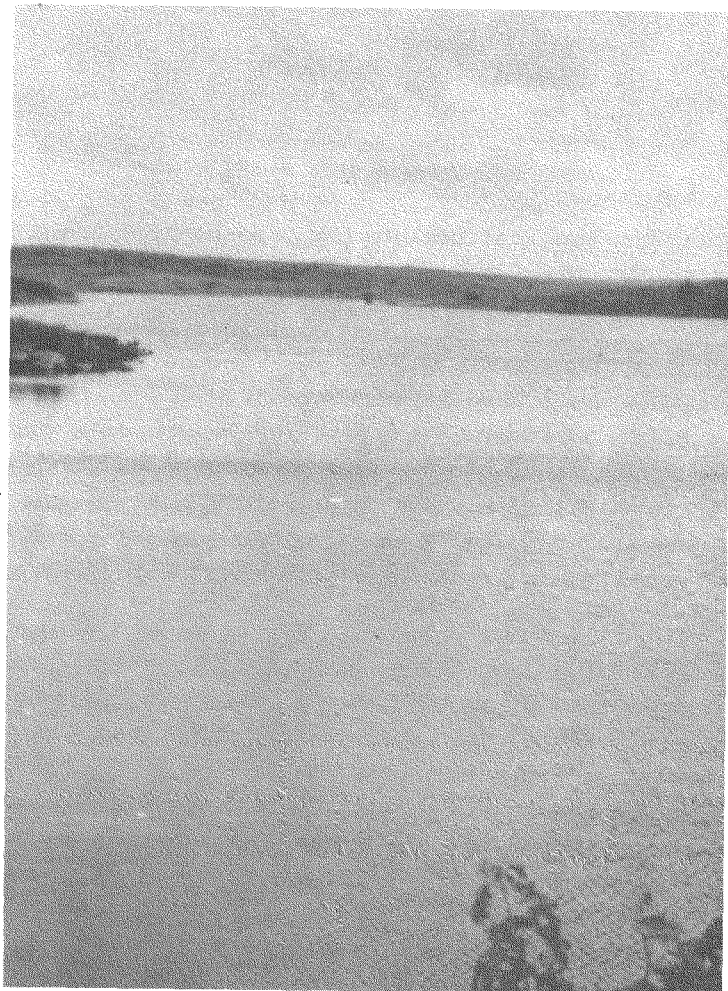
município, essa área fica um pouco inferior, em face do desmembramento do então distrito de Ibitiara, atual município de Potengi.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico em Araripe é a própria serra dêsse nome, imensa planície ocupada em parte pelo território municipal, que se desdobra, também, por fraldas e sopé da mesma serra. Podem ser citados, ainda, o rio Brejinho, o riacho Ipueira, as lagoas denominadas Assaré, Grande, Pau Prêto e Campinas, bem como os açudes João Luís, Monte Belo, Ipuçaba, Araripe Novo e Baixio do Lima.

RIQUEZAS NATURAIS — Não há riqueza mineral em evidência além de jazidas de barro. A região da serra do Araripe, abrangida pelo município, é abundante em frutos silvestres, de valor alimentício, notadamente o pequi, procurado em larga escala, pelo povo, e secundàriamente o cajuí, a guabiraba, o cambuí e outros. Com referência a madeiras, sobressaem no município as de cumaru, maçaranduba, pau-d'arco, angico, aroeira, canafístula marmeleiro, etc. Verifica-se a existência de cajueiros esparsos pelo município, de reduzida importância econômica. Como riqueza animal, no que respeita a êste tópico, é praticada a caça, especialmente na região serrana, atividade que tende a diminuir cada vez mais, em razão da constante exploração das terras e crescente penetração rodoviária. Há, ainda, o peixe, em pequena quantidade nos açudes do município.

POPULAÇÃO — A população de Araripe, segundo o Recenseamento de 1950, era de 14 873 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 7 244; mulheres — 7 629; brancos — 4 580 (2 234 homens e 2 346 mulheres); pretos — 1 339 (701 homens e 638 mulheres); pardos — 8 952 (4 308 homens e 4 644 mulheres); sem declaração — 2 (1 homem e 1 mulher). Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 7 432 (3 513 homens e 3 919 mulheres), 2 704 eram solteiros (1 327 homens e 1 377 mulheres); casados — 4 319 (2 102 homens e 2 217 mulheres); desquitados — 6 (2 homens e 4 mulheres); viúvos — 399 (80 homens e 319 mulheres); sem declaração — 4 (2 homens, 2 mulheres). Tôda a população era de nacionalidade brasileira. Em religião predominaram os católicos romanos, em número de 14 787, sendo 7 206 homens e 7 581 mulheres; protestantes — 74 (27 homens e 47 mulheres); sem religião — 11 (10 homens e 1 mulher); 1 homem, apenas, não decla-

rou o credo professado. A densidade era de 13,97 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 81,89% da população localizava-se no quadro rural, num total de 12 180 habitantes (5 961 homens e 6 219 mulheres).

Estimativa elaborada pela Inspetoria Regional de Estatística dá ao município de Araripe o efetivo populacional de 18 450 pessoas, para 1.º de julho de 1957, verificando-se o acréscimo de 3 577 pessoas, nos últimos sete anos, correspondendo a 24,05% sôbre os resultados censitários.

Vista parcial das águas do Açude João Luís

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São 3 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Araripe, com 1 246 habitantes, sendo 572 homens e 674 mulheres; a vila de Brejinho, com 680 habitantes (349 homens e 331 mulheres); a vila de Potengi (atual Ibitiara), com 767 habitantes (362 homens e 405 mulheres). Nas zonas urbanas da cidade e vilas existiam 1 526 habitantes (689 homens e 837 mulheres) e no quadro suburbano 1 167 pessoas (594 homens e 573 mulheres), segundo revela o Recenseamento Geral do Brasil — 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade fundamental à economia do município é a industrialização da mandioca brava, pois Araripe é um dos principais produtores da farinha de mandioca, possuindo cêrca de 300 aviamentos que produzem, anualmente, 200 000 sacos de 60 quilogramas dêste artigo.

Dêstes aviamentos há alguns de grande porte, valendo salientar a existência de uma grande fábrica, considerada uma das maiores e mais bem aparelhadas do Nordeste.

Na atividade agrícola salientam-se as culturas da mandioca brava — 25 400 toneladas, no valor de mais de 3 milhões de cruzeiros; do arroz — 13 000 sacos de 60 quilogramas, valendo 2,6 milhões de cruzeiros; do algodão — 21 500 arrôbas, valendo pouco menos de 3 milhões de cruzeiros; do milho — 29 000 sacas de 60 quilogramas, estimadas em mais de 2 milhões de cruzeiros; do feijão — 7 100 sacos de 60 quilos, estimados em mais de 1 milhão de cruzeiros.

As outras culturas de pequena importância são abacaxi, amendoim, banana, batata-doce, cana-de-açúcar, fava, laranja, mamona e manga.

A atividade pecuária, conquanto não se verifique exportação de gado, em grande escala, para outros centros consumidores, tem significação econômica na criação e no fornecimento de carne aos habitantes locais.

Conforme publicação do Departamento Estadual de Estatística do Ceará, em 31 de dezembro de 1955, existia uma população pecuária de 60 750 cabeças (estimadas em quase 40 milhões de cruzeiros) assim discriminada: 13 100 bovinos, 3 200 eqüinos, 2 800 asininos, 1 950 muares, 12 500 suínos, 13 200 ovinos e 14 000 caprinos.

Os dados acima evidenciam a preferência dos criadores locais pelos espécimens bovinos, suínos e ovinos, cujos rebanhos são mais desenvolvidos em Araripe.

Os produtos agrícolas locais são transportados para os mercados de Crato, Iguatu e Fortaleza, os maiores compradores do município.

Os principais produtos extrativos vegetais em exploração são madeiras para fins domésticos e industriais, com produção inferior a 300 milhares de cruzeiros; e no campo mineral há sòmente o barro (argila) para a fabricação de tijolos e telhas.

O principal ramo da indústria de transformação de produtos agrícolas é a fabricação da farinha e goma de mandioca, produzida em alta escala por grande número de aviamentos e 6 fábricas de grande porte.

Há, ainda, pequenas indústrias de transformação, as quais, por se constituírem de pequenos produtores, não são dignas de registro, nos boletins de produção do Registro Industrial, figurando, por isso mesmo, na Ficha de Inscrição Coletiva do referido inquérito anual.

Ainda de conformidade com elementos divulgados pelo Departamento Estadual de Estatística, em 1955, os aviamentos espalhados por todo o município de Araripe produziram cêrca de 127 000 sacas de farinha de mandioca, valendo aproximadamente 9 milhões de cruzeiros, e 381 000 quilogramas de polvilho de mandioca (goma), no valor de 603 milhares de cruzeiros.

No mesmo ano, a produção da rapadura foi da ordem de 98 000 quilogramas, avaliados em 288 milhares de cruzeiros.

COMÉRCIO — Estão em plena atividade na sede municipal 23 estabelecimentos varejistas e 1 atacadista. Havia em 1950, em todo o município, 27 estabelecimentos varejistas e 10 atacadistas, segundo os dados do Censo Econômico. As

vendas realizadas em 1949, atingiram 3 199 e 3 965 milhões de cruzeiros, respectivamente. O comércio local mantém transações com as praças de Crato, Iguatu, Juàzeiro do Norte, Fortaleza (CE) Recife (PE) e Mossoró (RN).

Araripe importa tecidos, gasolina, querosene, sabão, arroz descascado, café, açúcar, sal, manteiga, ferragens, louças, calçados, bebidas, farinha de trigo, chapéus e miudezas em geral.

Exporta: farinha de mandioca, feijão, milho, algodão e rapadura.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município de Araripe é servido por diversas estradas de rodagem.

Liga-se com a Capital do Estado e municípios vizinhos, pelos seguintes meios de transporte: Assaré — rodoviário — 78 km; Campos Sales — rodoviário — 35 km; Santana do Cariri — rodoviário (via Ibitiara) — 72 km; Araripe (PE) — rodoviário — 66 km; Bodocó (PE) — rodoviário — . . .; Ouricuri (PE) — rodoviário (via Araripina) — 126 km; Capital Estadual: misto a) rodovia, 96 km, até Crato; b) ferroviário — R.V.C. — 601 km.

A cidade de Araripe é servida por uma Agência Postal-telegráfica do D.C.T..

ASPECTOS URBANOS — Araripe é uma pequena cidade situada no cimo da serra de igual nome, de clima ameno.

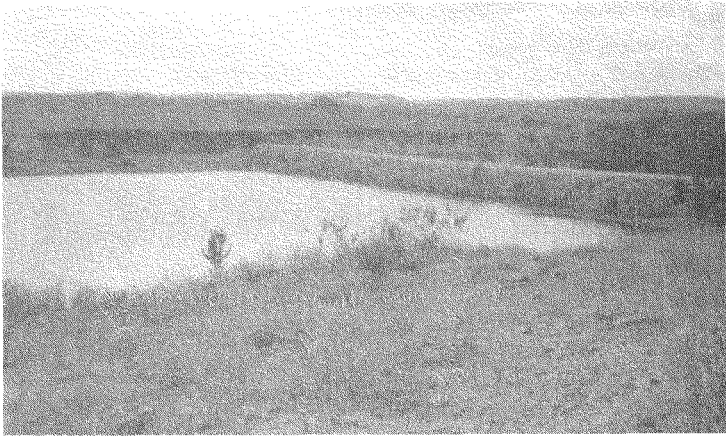
Sua população, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 1 246 habitantes. Possui 370 prédios dos quais 263 exclusivamente residenciais e o restante destinado a outros fins, formando 13 logradouros públicos, sendo 5 pavimentados, 4 arborizados e 1 ajardinado. De sua área, 12% são pavimentados, sendo 5% a paralelepípedo e 7% a pedras irregulares.

Dotada de iluminação elétrica pública e particular, é de 120 o número de ligações domiciliárias. É mantido pela Prefeitura um serviço de limpeza das vias públicas, beneficiando 11 logradouros da cidade. Há um chafariz público, de propriedade da Prefeitura, para abastecimento de água à população.

Como meio de hospedagem, conta com uma regular pensão que cobra a diária de Cr$ 80,00, fornecendo alimentação e pousada. Em 1956, estavam registrados na Prefeitura Municipal 8 caminhões de propriedade particular.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — No que toca à assistência médico-sanitária, funciona na cidade o "Centro Municipal de Saúde Lia Loiola" que atende à população pobre com a distribuição de leite e medicamentos.

Desenvolvem atividades profissionais, na cidade, 1 dentista e 1 farmacêutico. O comércio de medicamentos é exercido por uma farmácia.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — No campo da assistência social, prestam auxílios diversos à população menos afortunada do município, duas Conferências de São Vicente de Paulo, o "Centro Municipal Lia Loiola" e a "União Beneficente de Ibitiara", com entidades de beneficência mutuária, proporciona esta modalidade de assistência aos seus associados.

Vista da barragem do açude João Luís

ALFABETIZAÇÃO — Existiam no município, segundo revelam os dados do Recenseamento Geral de 1950, com a idade de 5 anos e mais, 12 013 habitantes. Dêste total 2 253 pessoas sabiam ler e escrever (1 198 homens e 1 055 mulheres), ou seja, 19% das pessoas em idade escolar. Com a mesma idade residiam na cidade 1 034 pessoas, sendo 186 do sexo masculino e 848 do feminino.

Ensino — Funcionavam no município, no início do ano de 1956, com a matrícula de 889 alunos, 37 unidades do ensino primário fundamental comum. A taxa da matrícula em 1950 era de 14,53 % em Araripe, e de 24 % a do Estado.

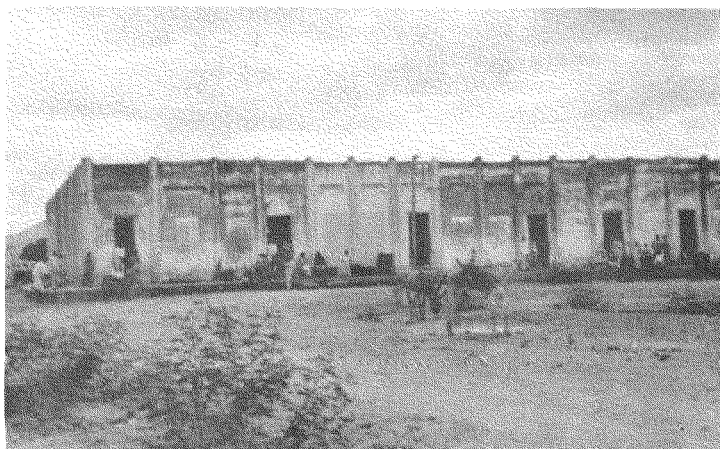
OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Encontra-se em fase de organização a "Biblioteca Municipal Monte Arrais". O futebol, como sempre acontece nos demais municípios do Estado, é praticado em Araripe.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	277	376	142	256
1951	...	291	392	143	490
1952	...	317	490	149	511
1953	...	359	803	205	706
1954	...	353	735	258	727
1955	...	497	736	239	699
1956 (1)	...	960	992	237	992

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Realizam-se, anualmente, no município, as seguintes festas religiosas: São Sebastião, com início no dia 11 de janeiro e término a 20 do mesmo mês; de São José, na vila de Ibitiara, no dia 19 de março; de Santo Antônio (Padroeiro da cidade), de 4 a 13 de junho e de Santa Teresinha, no dia 3 de outubro. Tôdas as festas mencionadas são encerradas com a realização da procissão do Santo festejado, pelas principais ruas da localidade. Aos sábados realizam-se feiras populares, às quais aflui grande parte da população rural, trazendo ao mercado gêneros alimentícios para abastecimento geral, principalmente dos habitantes urbanos. As feiras desempenham papel muito importante no desenvolvimento do intercâmbio comercial da região.

VULTOS ILUSTRES — *Antônio Girão Barroso* — Nasceu a 6 de junho de 1914. Em 1925 mudou-se para a Capital.

Mercado Municipal, visto do lado leste

Estudou no Liceu, diplomou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará. Poeta modernista. Integra o Grupo Clã. É jornalista militante, Professor de História Econômica Geral e do Brasil da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará e Assistente de Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade do Ceará. Publicou alguns poemas, em 1938: Os Hóspedes (de parceria) 1946; Novos Poemas — 1950.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Araripe é um dos florescentes municípios da Zona Fisiográfica do Cariri.

Possui 14 importantes açudes públicos e particulares, cuja capacidade ascende a mais de 23 milhões de metros cúbicos, que servem à criação nas épocas de estios.

Conta com uma Paróquia sob a invocação de Santo Antônio, sendo em número de 5 os templos existentes. A sua fundação data de 1870. Sete associações religiosas de considerável efetivo social, militam no município.

Dos 2 411 eleitores inscritos em 1954, votaram 1 375 nas eleições gerais do mesmo ano. A Câmara Municipal é constituída de 7 vereadores.

Os habitantes do município são denominados de araripenses.

Na opinião do tupinólogo Thomaz Pompeu Sobrinho, "o topônimo Araripe aplica-se à chapada muito conhecida que se estende entre o Ceará e Pernambuco: uma planície elevada a cêrca de 900 metros sôbre o nível do mar e de 300 a 400 sôbre os sertões vizinhos. Êstes são amplamente descortinados dos bordos da Chapada tanto para o lado sul (Pernambuco) como para o lado norte (Ceará). A expressão Araripe poderia significar literalmente "no rio das araras", mas, como se não aplica a rio e sim ao grande planalto, a análise etimológica deve ser: *ara* (dia, tempo, mundo e até claridade) + *ari* (o começo ou o nascimento, isto é começar ou nascer êle) + *pe* (em lugar onde). Portanto, lugar onde começa o dia, alusão ao fato de ser na chapada, lugar muito elevado ou o mais elevado da região, onde a claridade da aurora primeiramente aparece".

Para Paulino Nogueira que aceita a etimologia de Martins, vem de *ARARA-YPE* — habitação ou lugar de araras.

O Barão de Studart registra *ara-ripe* — o caminho das aves e *arara-ipe* — lugar, habitação de araras.

ASSARÉ — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O Reverendíssimo Serafim da Penha, em manuscrito intitulado "Razão de Família", diz que "com a notícia do ouro nas bandas do riacho Salgado, vieram às lavras muitas pessoas e até famílias de Pernambuco. Muitos marinheiros portuguêses fizeram fortuna e voltaram; outros, mais cautelosos, ficaram, receosos do confisco; e espalhados nas ribeiras, onde já era moradia dos baianos Castro e Mota que desde outro século (XVII) faziam comércio com a Bahia".

Assim, se estabeleceram Carlos Gonçalves ("Santa Rosa"), Bento Francisco da Costa ("Caiçara"), Manuel da Silva Pereira ("Malhada de Pedra"), Amaro Pereira de Barros ("Várzea"), Inácio Rodrigues da Silva ("Morcego"), Manuel Nunes de Sousa ("Cana Brava"), e outros menos importantes. O entrelaçamento da prole dêstes fazendeiros implicou na formação de uma única família, unida pelo parentesco, usando, embora, diferentes sobrenomes. Muitos, desprezando por completo os sobrenomes de origem, adotavam os de estranhos. Por isso a família Silva, descendente de Manuel da Silva, embora também o fôsse dos Gonçalves, Castro, Alencar e outros, tornou-se mais numerosa e respeitada até hoje, por conservar o nome daquele fazendeiro.

Até o ano de 1775, o local onde assenta a cidade de Assaré não era povoado em suas adjacências, num raio de três léguas, consistindo apenas em um campo nu de vegetação, à exceção de algumas carnaubeiras e moitas de "pereiros", uma ou outra oiticica às margens de pequenos regatos que sulcam o terreno e correm no inverno; alguns rochedos esparsos pelas várzeas, coroados de "xiquexique", completavam o pitoresco destas paragens; e mais uma infinidade de pequenos olhos-d'água, nas encostas da serra e nas gargantas e cachoeiras e a soberba pastagem nas várzeas e "escalvados", tornavam-no apropriado para a criação em geral.

Naquele ano Alexandre da Silva Pereira, filho de Manuel da Silva, adquirindo as terras do local e adjacências,

Rua Municipal, onde se vê a Prefeitura ao canto

União Operária Beneficente Assareense

veio estabelecer-se com a família, criação e escravatura, à margem do regato mais volumoso da região, ficando-lhe ao norte a várzea de carnaubal, e ao sul, os campos de "lagoa de Pedra".

O proprietário que tinha tanto de franqueza e agrado, tornou-se em breve conhecido e respeitado, mesmo em zonas distantes, dada a facilidade de comunicação, por que aqui se cruzavam as mais transitadas estradas da época — a Cariri—Inhamuns com a Piauí—Sertões de Baixo (Paraíba, Pernambuco e Rio Grande). De tudo resultou um "pouco certo" e confortável para os transeuntes que aproveitavam as ocasiões para transações, transformando a fazenda em entreposto comercial. O inteligente proprietário, conquanto não fôsse dos mais abastados da zona, soube aproveitar-se destas vantagens, tanto na instrução da prole, como no plano de fundar um povoado.

Um mestre de leitura, reza e latim lecionou ali ao findar-se o século. Nessa escola, dirigida pela palmatória de José Serafim, afilhado, continuador de "Razão de Família", afilhado e discípulo do Reverendíssimo Serafim da Penha, beberam as primeiras letras, entre outros, Antônio Pereira de Alencar e Oliveira, João Gomes de Castro, clérigos; João Bento, professor régio; Joaquim Dias de Almeida e Silva ou Joaquim Gonçalves Paz de Castro, mestre de latim no Icó.

Visando a promover o povoamento fêz o proprietário diversas doações de terras em tôrno da fazenda, tanto a parentes e compadres, como a estranhos, tendo o cuidado de reservar uma parte mais conveniente para o patrimônio do orago da futura freguesia.

Durante o tempo colonial, só mui lentamente foi progredindo a nascente povoação de Assaré. Os demais núcleos povoados que floresciam e prosperavam, como Icó, Crato e São João (Tauá) lhe ficavam à distância de 30 léguas, o primeiro e o último, e a 20 o segundo.

Em 1823 um acontecimento veio concorrer para melhorar as condições do povoado, naquele tempo formado de bem poucas moradias, em tôrno da capelinha que servia de cemitério.

Os independentes do Ceará Grande, organizando a expedição que foi conhecida por "Marcha de Caxias", a fim de sufocar os rebeldes do Piauí, transformaram o povoado em campo de concentração, sob as ordens do comandante João da Silva Pereira, filho de Alexandre da Silva, apoiado pelo prestígio belicoso dos comandantes João Batista Vieira, Manuel Carlos José dos Prazeres, Manuel Barros Cavalcante e Francisco Fernandes Vieira, depois Barão do Icó .

Para aquartelar os revoltosos, um sem número de barracas estende-se na várzea. Bem pouco durou o acampamento. Logo no terceiro mês surgiu Tristão Gonçalves, nomeado general-em-chefe da expedição que, levantando o campo de Assaré, foi acampar em Várzea da Vaca, ordenando o incêndio da "Babilônia" improvisada, a despeito da oposição que lhe fazia o comandante Silva. Essa oposição não teve funestas conseqüências dada a intervenção do prestimoso diácono Antônio Pereira, parente estimado de ambos. Não obstante êsses acontecimentos, o povoado continuou como entreposto comercial e importante centro de criação, nisso só inferior a Quixeramobim e São João.

Por outro lado, a lavoura se desenvolvia na zona do "Quincuncá", produzindo não só para o consumo interno como ainda exportava de tudo sem nada importar das regiões vizinhas.

Em 1831 ia ser elevado a distrito de paz, quando a revolução capitaneada por Joaquim Pinto Madeira irrompeu no Cariri, vindo a zona a ser teatro de correrias de liberais e corcundas que se revezavam nas posições, causando aos habitantes as maiores aperturas e desolações, onde imperavam o roubo, o assasinato, o espancamento e todo um cortejo de misérias.

Passada a onda revolucionária, a terra estava refeita, em poucos anos, dos males e prejuízos.

Em 1838, passou à freguesia, sendo a 1.º de agôsto dado o patrimônio reservado por Alexandre da Silva, que o fêz já octogenário. A sede da freguesia, entretanto, coube a Santana do Brejo Grande, muito embora fôsse local impróprio, quase despovoado, tendo nas proximidades apenas duas engenhocas de madeira, atoladiço no inverno e sem vias de comunicação, ao contrário de Assaré que oferecia, entre outras vantagens, população mais densa, clima salubre, patrimônio constituído de terras com fazendas de gado.

Em 1842, Assaré é elevado a distrito de Paz, sendo nomeado Juiz o capitão Antônio Gonçalves de Alencar Tamiarana, por indicação da Câmara de São João do Príncipe que era então sede do têrmo, donde logo passou para a comarca do Crato.

A construção da igreja-matriz começou em 1842 numa saliência do terreno mais ao norte da várzea, onde existia a primeira capelinha.

Aspecto da feira

Também são daquele ano as primeiras casas de tijolo, construídas nas proximidades da igreja nova pelo padre Antônio Pereira, capitão Antônio Gonçalves e D. Maria Isabel da Penha.

Em 1844, construiu-se, a expensas da padroeira, o açude "Bangüê", depois chamado "Açude de Nossa Senhora". Até bem pouco, esta obra consistia em uma barragem de 2 metros de altura, 1 de largura e 24 de comprimento. Hoje, já reconstruído, tem mais um metro de altura e sua represa circunda a cidade pelos lados oeste, sul e norte.

Assaré passou à sede da freguesia, em virtude da Lei provincial n.º 520, de 4 de dezembro de 1850, sendo seu primeiro Vigário colado o padre José Tavares Teixeira, um dos chefes mais prestigiosos do partido liberal no sul da Província. Era a freguesia de Santana do Brejo Grande que se transferiu para Assaré.

Em 1857, uma comissão científica, da qual fazia parte o célebre cantor dos "Timbiras", deu a Assaré a glória de hospedar pela primeira vez um doutor, causando muito júbilo e entusiasmo aos habitantes.

Com território desmembrado do município de Saboeiro, foi criado o município pela Resolução provincial número 1 152, de 19 de julho de 1865, que elevou à vila a povoação de Assaré, conservando-lhe essa denominação. A nova vila foi instalada em 11 de janeiro de 1869.

Naquele tempo, contava o município com vultos respeitáveis e prestigiosos pelas suas qualidades morais: eram Antônio Leite Leão, Luís Antônio de Mato Arrais, José da Silva Pereira, Raimundo José Arrais, João Galparda Silva Pereira, Inácio de Loiola, Inácio Soares, Pedro Onofre de Farias e muitos outros.

Na guerra do Paraguai, foram sacrificados mais de trinta patriotas dos cinqüenta e sete voluntários fornecidos pelo Assaré, falecendo o último veterano — Antônio Gonçalves Valente — em 1922. Um dêstes era o poeta Matias dos Passos Rodrigues, do Corpo de Cavalaria que Tibúrcio comandava na batalha de 24 de maio.

Em 1873, a Lei n.º 1 787, de 28 de dezembro, denominou comarca de Assaré a comarca de Saboeiro, determinando que a sede fôsse na vila de Assaré. Foi seu primeiro juiz de direito o Dr. Sousa Lima (depois Presidente da Província do Piauí), sendo substituído pelo Dr. Francisco Garcia, e em seguida pelo Dr. Manuel Cândido Machado.

O advento da República em nada alterou pràticamente os usos e costumes a que estavam afeitos os habitantes da gleba.

Pôsto de Puericultura

Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores

A notícia do notável acontecimento, que saiu de Fortaleza no dia 17, só alcançou Assaré no dia 27 de novembro de 1889.

Em 3 de dezembro, pelo correio, chegou a papelada das demissões e nomeações, e instruções para adesão à República e o convite ao principal chefe dos liberais, então o Capitão Francisco Gomes de Oliveira Braga, para comparecer urgente na Capital. Com a volta dêste, organizou-se uma passeata a que o povo assistiu com indiferença, fazendo parte dela apenas os empregados e funcionários do Estado.

Com o desmembramento de Brejo Sêco (Araripe) e Santana do Brejo Grande (Santana do Cariri) o território municipal ficou bastante reduzido. Sem embargo disso, Quixará foi elevado a município, deixando Assaré quase sem território, transferindo-se ainda a sede da comarca para Brejo Sêco e só mais tarde reconduzida a Assaré.

No quadro da divisão administrativa do Brasil, relativa ao ano de 1911, o município de Assaré consta ùnicamente do distrito da sede.

Os Decretos estaduais n.º 193, de 20 de maio de 1931, e 1 156, de 4 de dezembro de 1933, mantiveram o município de Assaré, figurando êste na divisão administrativa referente ao ano de 1933 com os distritos da sede, Amaro, Araras, Brejinho, Xique-Xique e Tarrafas.

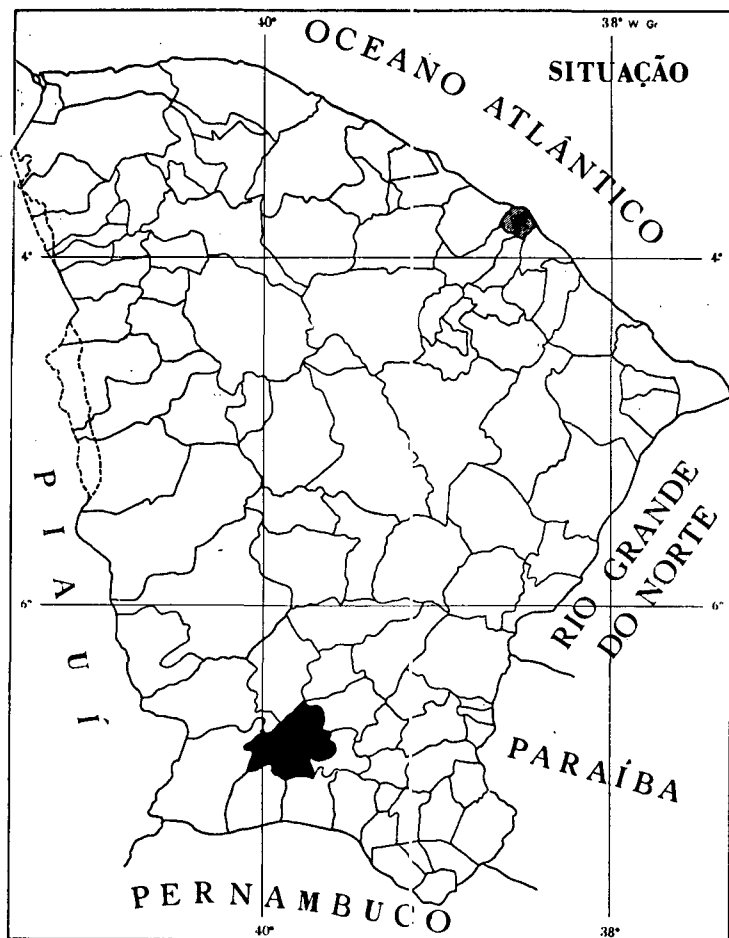
Em 1936, o distrito de Xique-Xique já não pertence a Assaré, que, na divisão de 1937 e no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 169, de 31 de março de 1938, retificado pelo Decreto estadual n.º 378, de 20 de outubro do mesmo ano, figura sem o distrito de Brejinho.

A vila foi alçada à condição de cidade pelo Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938.

O distrito e a vila de Araras, constante das divisões anteriores, teve seu topônimo alterado para Aratama. Tal alteração se processou em virtude do Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943.

Em face da Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948, a comarca de Assaré é de segunda entrância.

É Prefeito Municipal o Sr. Raul Onofre de Paiva, eleito em 3 de outubro de 1954, juntamente com os vereadores Raimundo Moacir de Alencar, José de Freitas Filho, Deoclécio de Almeida Brandão, José Ribeiro de Oliveira, Antônio Saturnino do Prado, Antônio Antunes dos Santos e José Esmeraldo de Melo.

LOCALIZAÇÃO — Assaré situa-se na Zona Fisiográfica denominada "Sertão do Salgado e Jaguaribe", na confluência dos riachos Boqueirãozinho e Cachoeira, subafluentes do rio Bastiões. Limita com os municípios de Campos Sales, Saboeiro, Jucás, Cariús, Farias Brito, Santana do Cariri, Araripe e Aiuaba. A cidade dista da Capital do Estado, em linha reta, na direção 23° 27' S.O., 375 km, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 6° 52' 26" de latitude Sul e 39° 52' 25" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Mede 425 metros a altitude na sede municipal.

CLIMA — O município de Assaré apresenta o clima comum do sertão, quente e sêco. A temperatura média em graus centígrados é: das máximas — 36,2; das mínimas — 35,8. A precipitação pluviométrica no ano de 1956 foi de 422,20 mm. As chuvas são freqüentes no período do inverno, que vai de janeiro a junho e escassas no período de verão, que se estende de julho a dezembro. A época mais chuvosa é fevereiro a abril.

ÁREA — A área do município é de 1 616 km², ocupando o 31.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Assaré tem sua topografia acidentada, constituída de serras, serrotes, rios, riachos e lagoas. Distante da cidade e pela encosta da serra dos Bastiões, corre o rio do mesmo nome, o mais importante curso de água do município, o qual, atravessando Cariús, deságua no rio Jaguaribe, em Iguatu. Entre os afluentes e subafluentes mais importantes do rio Bastiões estão os riachos Verde, São Miguel, Quincaré, Filipe, Cachoeira e Boqueirãozinho. As lagoas principais são: Peri-peri, Tabocas e das Pombas. O principal relêvo é o morro do Pilar, com 425 m de altitude. Além da serra dos Bastiões que é a principal, encontram-se as serras de Quincuncá, Araçás e Pombas.

Há no município 11 açudes, públicos e particulares, que armazenam mais de 7 milhões de metros cúbicos de água. Os reservatórios principais são o Bangüê, com 3 milhões e o Laranjeiras, com 1,5 milhões.

RIQUEZAS NATURAIS — De origem vegetal, madeiras; de origem animal, mel e cêra de abelhas e peles de animais silvestres; de origem mineral, argila.

POPULAÇÃO — A população de Assaré, segundo o Recenseamento de 1950, era de 27 142 habitantes, sendo 13 492 homens e 13 650 mulheres. Lidera a raça branca com 20 491 pessoas, sendo 10 141 homens e 10 350 mulheres; pretos — 6 463 (3 247 homens e 3 216 mulheres); pardos — 8 (3 homens e 5 mulheres); sem declaração — 180 (101 homens e 79 mulheres). Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 13 824 (6 721 homens e 7 103 mulheres), 4 861 eram solteiros, sendo 2 504 homens e 2 357 mulheres; casados — 8 085 (4 013 homens e 4 072 mulheres); viúvos — 777 (167 homens e 610 mulheres); sem declaração — 101 (37 homens e 64 mulheres). Quase tôda a população era de nacionalidade brasileira, em número de 27 139 pessoas, além de 3 sem declaração. Predominava a religião católica romana, com 26 970 adeptos, sendo 13 413 homens e 13 557 mulheres; protestantes — 64 (30 homens e 34 mulheres); maometano — 1 homem; sem declaração — 107 (48 homens e 59 mulheres). A densidade era de 16,79 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 82,32% localizavam-se na zona rural, num total de 23 973 habitantes (12 028 homens e 11 945 mulheres).

A população de Assaré, estimada pela Inspetoria Regional de Estatística, para 1.º de julho de 1957, é de 33 742 habitantes, tendo apresentado nos últimos sete anos o aumento de 6 600 pessoas, que representa cêrca de 24,31%.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São 4 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Assaré, com 2 196 habitantes, sendo 1 020 homens e 1 176 mulheres; a vila de Amaro, com 470 habitantes (213 homens e 257 mulheres); a vila de Aratama, com 169 (84 homens e 85 mulheres); e a vila de Tarrafas, com 334 (147 homens e 187 mulheres). Nas zonas urbanas da cidade e vilas existiam 2 304 habitantes (1 060 homens e 1 244 mulheres) e no quadro

Sociedade São Vicente de Paulo

suburbano 865 pessoas (404 homens e 461 mulheres), segundo elementos do Censo Demográfico de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O produto fundamental à economia do município é o algodão de que é Assaré um dos principais produtores no Estado.

Possuindo excelentes terras de ribeiras, a agricultura tem ali franco desenvolvimento, destacando-se as seguintes colheitas: algodão — 298 000 arrôbas, avaliadas em quase 36 milhões de cruzeiros; cana-de-açúcar — 31 100 toneladas, valendo mais de 9 milhões de cruzeiros; feijão — 18 600 sacos de 60 quilos, estimados em quase 4 milhões de cruzeiros; milho — 25 800 sacos de 60 quilos, no valor de aproximadamente 4 milhões de cruzeiros; banana — 123 000 cachos, estimados em 2,5 milhões de cruzeiros; mamona — 217 500 quilos, estimados em 566 milhares de cruzeiros.

Há pequenos cultivos de agave, amendoim, arroz, batata-doce, côco-da-baía, fava, fumo, laranja, limão, mandioca brava, mandioca mansa, manga e tangerina.

A safra agrícola total é estimada pelo Departamento Estadual de Estatística em 60 milhões de cruzeiros, aproximadamente.

Os produtos agrícolas são exportados para as cidades de Crato, Tauá, Iguatu, no Ceará e Exu, em Pernambuco e Mossoró, no Rio Grande do Norte.

A pecuária do município é de pouca monta, uma vez que o seu povo se dedica mais à agricultura. Seus campos não se prestam pròpriamente à criação.

Há exportação de gado, exclusivamente para corte, e em pequena escala, sendo os maiores compradores os mercados de Crato, Iguatu, no Ceará, e Bodocó em Pernambuco.

Segundo dados divulgados pelo Departamento Estadual de Estatística do Ceará, em 31 de dezembro de 1955, existia um rebanho de 113 100 cabeças, estimadas em 95,5 milhões de cruzeiros, assim discriminadas: 15 000 bovinos, 3 800 eqüinos, 3 000 asininos, 3 300 muares, 25 000 suínos, 28 000 ovinos e 35 000 caprinos.

Conforme se conclui das informações acima, os rebanhos que tinham maior desenvolvimento eram os de caprinos, ovinos, suínos e bovinos, que contribuíram com a parcela de 76,5 milhões, ou seja, 80% do valor total.

O Recenseamento geral de 1950 apurou que no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" estavam ocupados 7 384 pessoas (7 152 homens e 232 mulheres), numa percentagem de 95,36% do total da população em idade ativa (10 anos e mais) de todo o município.

No tocante à indústria extrativa vegetal há em exploração a madeira para fins industriais e domésticos, com produção de pouco menos de 2 milhões de cruzeiros e, no reino animal, salientam-se mel e cêra de abelha, com produção de 137 milhares de cruzeiros, e peles de animais silvestres.

No campo extrativo mineral há, sòmente, a argila (barro) para fabricação de tijolos, telhas e vasos de barro.

Por ocasião do Registro Industrial de 1956 havia, em todo o município, 9 estabelecimentos industriais sujeitos ao preenchimento dos boletins de produção, dos quais 6 ocupavam cinco ou mais pessoas.

Dentre êles, dois se dedicavam à fabricação de pães de trigo, dois à indústria de calçados, dois à indústria de farinha de mandioca, um ao beneficiamento de algodão, um à fabricação de aguardente e um à fabricação de rapadura.

A produção de energia elétrica se destina ao fornecimento público e particular, alcançando o total de 18 522 kWh.

COMÉRCIO E BANCOS — Na sede do município funcionam 35 estabelecimentos varejistas e 2 atacadistas. Em 1950, de conformidade com os dados do Censo Econômico, existiam em todo o município 67 estabelecimentos varejistas e 48 do ramo grossista que efetuaram vendas calculadas em 4,062 e 3,765 milhões de cruzeiros, respectivamente. O comércio é pouco desenvolvido, mantendo relações com as praças de Crato, Juàzeiro do Norte, Iguatu (CE), Campina Grande (PB) e Recife (PE). Assaré importa tecidos e seus artefatos, ferragens, estiva, miudezas, louças, sabão, café e outros gêneros de primeira necessidade, e exporta farinha de mandioca, feijão, milho, algodão, etc.

Não existindo estabelecimento bancário, o comércio local efetua suas transações em praças dos municípios mais próximos.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município de Assaré é servido, apenas, por estradas de rodagem, ligando-se com os municípios vizinhos e com a Capital do Estado, pelos seguintes meios de transporte: Araripe: rodoviário, 78 km; Campos Sales: rodoviário, 90 km; Farias Brito: a cavalo, 42 km; — rodoviário, 48 km e 54 (via Altaneira); Jucás: rodoviário, 70 km; Saboeiro: a cavalo, 48 km e rodoviário, 60 km; Cariús: a cavalo, 72

Prefeitura Municipal

quilômetros e rodoviário, 84 km; Santana do Cariri: rodoviário (via Latão), 54 km e a cavalo (via Aratama), 60 quilômetros; Capital do Estado: a) misto — a cavalo, 72 quilômetros (até Cariús) ou rodoviário 84 km e b) ferroviário, R.V.C., 457 km.

Como meio de comunicações, funciona, na sede municipal, uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Assaré, com 2 196 habitantes, segundo revela o último Recenseamento Geral, possui 592 prédios, sendo 556 residências e o restante para outros fins. Há 15 logradouros públicos, sendo 4 arborizados e 1 pavimentado parcialmente a paralelepípedo, com a área de 386 m^2.

É dotada de boa iluminação elétrica pública e particular, sendo de 320 o número de ligações domiciliárias. É mantido pela Prefeitura um serviço de limpeza pública e remoção de lixo, beneficiando 9 logradouros e 253 prédios.

Como meio de hospedagem, existem duas pensões, cobrando a diária média de Cr$ 90,00. Em 1956, estavam registrados na Prefeitura Municipal 5 jipes e 5 caminhões de propriedade particular.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população do município de Assaré é assistida por 2 dentistas. Na sede Municipal, acha-se instalada uma farmácia.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — Contam-se no município 3 Conferências de São Vicente de Paulo, entidades de caráter filantrópico, que prestam, dentro de suas possibilidades financeiras, assistência social à população pobre.

ALFABETIZAÇÃO — Pelos resultados do Recenseamento Geral de 1950, existiam no município de Assaré 22 212 pessoas de 5 anos e mais. Dêste total, 18 % sabiam ler e escrever, ou seja, 4 059 habitantes (2 198 homens e 1 861 mulheres). Na sede municipal, das 1 900 pessoas, com a mesma idade escolar, 829 eram alfabetizadas, assim distribuídas: 365 homens e 464 mulheres.

Ensino — Em 1956, havia, no início do ano letivo, 1 319 alunos de ambos os sexos matriculados em 47 escolas de ensino primário fundamental comum. A taxa de matrícula em 1950 era de 10,07% em Araripe e 24% no Estado do Ceará.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Como se verifica noutros municípios cearenses, o futebol é também praticado em Assaré, em prélios amistosos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	424	128	97	129
1951	...	538	144	92	144
1952	109	615	493	106	493
1953	132	586	790	67	790
1954	101	712	712	90	712
1955	...	914	696	130	696
1956 (1)	...	—	786	233	786

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — São poucos os festejos populares realizados no município, os quais não possuem características dignas de destaque. A novena de São José, os exercícios marianos (durante todo o mês de maio) e os juninos, são celebrados ainda com o gôsto tradicional das coisas do passado. Seguindo-se a êstes, vêm as festas da padroeira da freguesia, Nossa Senhora das Dores, a 15 de setembro, e o Natal (24 de dezembro), com a missa do galo. Ambos têm o seu significado puramente cristão, quando as famílias se confraternizam.

Açude Urucus

VULTOS ILUSTRES — *Raimundo de Monte Arrais* — Nasceu em 21 de julho de 1882. Grande a sua operosidade intelectual. No ceará foi advogado e jornalista. Na administração pública cearense ocupou, duas vêzes, o cargo de Secretário de Estado e foi Deputado Estadual. Tendo-se transferido para o Rio Grande do Sul, publicou a obra "O Rio Grande do Sul e suas Instituições Governamentais", em 1925. Na Câmara Federal, como representante cearense, teve sempre a mais saliente projeção. Em Terra Redimida, deixou capítulos admiráveis de defesa do Nordeste, isto em 1937. Pertenceu à Academia Cearense de Letras.

Reside no Rio de Janeiro, onde é notário público.

Publicou, além das obras aludidas: O Habeas Corpus e a Autonomia Municipal — 1918, Do Poder do Estado e dos Órgãos Governamentais — 1935, Estudos Parlamentares — 1935-1947, Cidadão de Dois Mundos (interpretação de Rui Barbosa) 1952.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — No município existem pequenos rios ou riachos e lagoas que são aproveitadas para o plantio de arroz, na época invernosa.

Os 11 açudes públicos e particulares do município favorecem aos seus numerosos rebanhos nas épocas de estio.

A Paróquia de Nossa Senhora das Dores, fundada em 1850, possui 10 templos, inclusive a igreja-matriz. 11 associações religiosas com mais de 3 000 associados, existem dentro do município.

Em 1954, estavam inscritos 3 884 eleitores. Dêstes, 2 140 votaram nas eleições gerais do citado ano.

Os habitantes do município têm a denominação de Assarêenses.

Analisando o topônimo, Paulino Nogueira registra "corruptela de *iça*, estaca e *eré*, partícula afirmativa". Naturalmente algumas estacas ali encontradas pelos indígenas e que lhes atraiu a atenção.

O Barão de Studart e Teodoro Sampaio acordam em que *aça-ré* signifiquem atalho.

AURORA — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Aurora nasceu de uma fazenda de gado, sendo seu fundador o coronel Francisco Xavier de Sousa, descendente da família Xavier, do Icó e Barbalha.

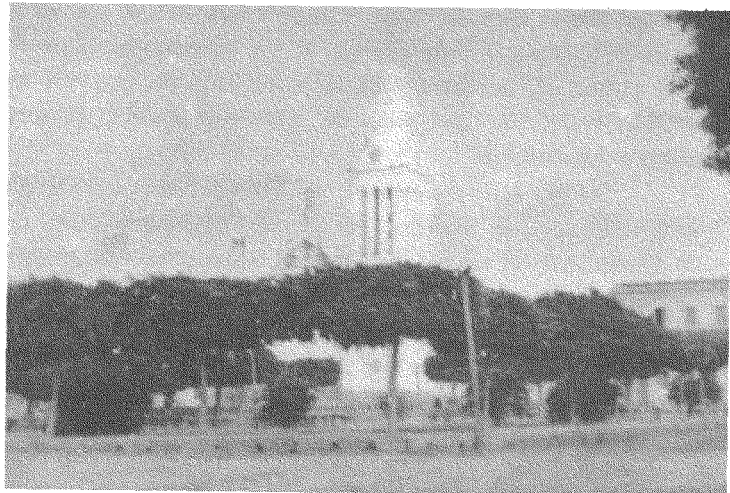
Primitivamente chamou-se Xavielina, nome dado por seu fundador em 1836.

Francisco Xavier de Sousa, herdeiro de David Cardoso dos Santos, que tinha sido comandante da Guarda Nacional do Crato, cumprindo voto de sua mulher, Maria Xavier dos Santos, erigiu na fazenda Logradouro uma capela dedicada ao Menino Deus, no mesmo local onde está situada a matriz. Há notícia, porém, de que o primeiro templo religioso de Aurora foi construído por um prêto velho, chamado Benedito, "que teve de ir à Côrte a fim de entender-se, pessoalmente, com D. Pedro II. Êste ouviu com todo interêsse as suas pretensões e presenteou a capela com imagens, paramentos sacros e um sino com as armas imperiais, bem como retratos a óleo do Imperador e da Imperatriz.

"A capelinha tomou a denominação de São Benedito, que foi, assim, o primeiro patrono da Paróquia de Aurora".

Atualmente existem apenas os escombros da capela de São Benedito, no subúrbio da cidade, perto do leito do Salgado. Das dádivas do Imperador resta, apenas, o tradicional sino que tem as armas do Império e a inscrição: "Capela da Irmandade de São Benedito", servindo hoje à matriz do Menino Deus, adaptado ao seu relógio.

Existia, primitivamente, em Aurora Velha, uma taberna de comestíveis e beberagens que servia de hospedagem aos transeuntes que se dirigiam ao sul do Estado ou dêle regressavam. Essa taberna deu ao lugar o antigo nome de Venda.

O padre Agostinho Afonso Ferreira, após o falecimento do coronel Francisco Xavier, aparece na povoação de Venda e realiza melhoramentos na capelinha. A êsse tempo, outros moradores já se encontravam na localidade estabelecidos com casa de comércio e fazendas onde se praticavam a agricultura e o criatório justificando a criação da vila, tão ansiosamente aguardada e reclamada pelos habitantes. A emancipação do povoado veio a efetivar-se em 1883, pela Lei n.º 2 047, de 10 de novembro, criando-se, então, o município e a vila, com sede na povoação de Venda, que, a partir dessa data, passou a chamar-se Aurora.

Praça da Matriz

Vista parcial da Rua Santos Dumont

As festividades inaugurais do município só se realizaram dois anos depois, aos 30 de maio, em meio à alegria geral.

Sendo bispo do Ceará D. Joaquim José Vieira, a provisão de 27 de junho de 1893, "tendo em consideração as repetidas súplicas que nos hão dirigido os habitantes da povoação de Aurora, da freguesia de Lavras, em que nos têm exposto a grande dificuldade que encontram para alcançar o pasto espiritual, em razão da grande distância em que se acham de sua matriz — separou e desmembrou, tornando-a em tudo independente, da freguesia de Lavras, a freguesia de Aurora, com a denominação de freguesia do Menino Deus de Aurora". Serviu-lhe de primeiro pároco o padre Vicente Pinto Teixeira "homem hábil, trabalhador e virtuoso".

Ainda não haviam sido esquecidas as manifestações de regozijo pela instalação do município, quando a Lei número 2 111, de 12 de dezembro de 1885, decorridos pouco mais de seis meses, o extinguiu, para restaurá-lo a de n.º 2 141, de 29 de julho de 1889, com território desmembrado do município de Lavras.

No quadro da divisão administrativa do Brasil, relativa ao ano de 1911, o município de Aurora se compõe, apenas, do distrito da sede, assim permanecendo, sem maiores alterações, até a reforma administrativa determinada no decreto n.º 193, de 20 de maio de 1931, da Interventoria Federal do Ceará, quando foi supresso mais uma vez.

Sobrevindo a Interventoria do capitão Roberto Carneiro de Mendonça, a comissão encarregada de rever a divisão territorial em vigor, opinou pela restauração do município, o que se efetivou com a aprovação do Decreto estadual n.º 1 156, de 4 de dezembro de 1933, figurando Aurora, no quadro anexo ao referido decreto com os distritos da sede, Ingàzeira e Boa Esperança.

Ainda nos quadros das divisões territoriais de 1936 e 1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei n.º 169, de 31 de março de 1938, retificado pelo de n.º 378, de 20 de outubro dêste último ano, Aurora permanece com os mesmos distritos da divisão anterior.

A vila de Aurora, por determinação do Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, foi elevada à categoria de cidade.

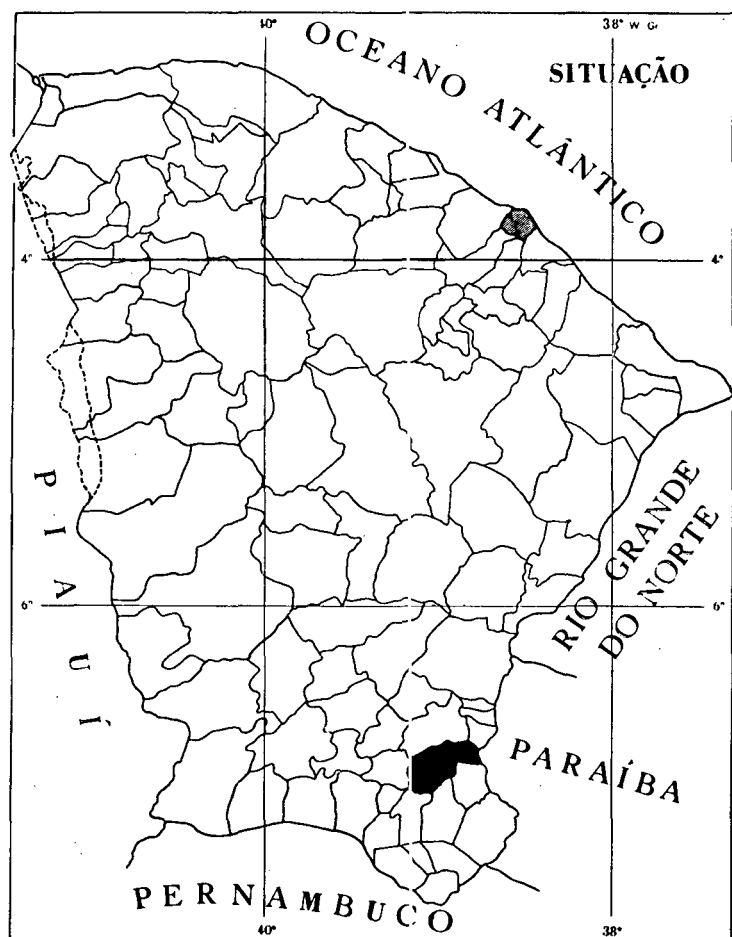
Passados os cinco anos de vigência da divisão territorial anterior, o Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro

de 1943, que fixou o quadro para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, verificou-se em Aurora apenas alteração toponímica do distrito de Boa Esperança que passou a denominar-se Iara.

Restabelecida a ordem constitucional, o art. 22 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado elevou à sede de comarca de primeira entrância o têrmo de Aurora, situação que se efetivou com a Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948.

A Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, que fixa a divisão territorial e administrativa do Estado, para vigorar sem alteração até 31 de dezembro de 1953, desmembrou do município de Aurora o distrito de Iara, em favor do município de Barro, criado na mesma data.

O Govêrno Municipal é exercido pelo Prefeito José Gonçalves Leite e vereadores Afonso Leite Gonçalves, José Tavares da Cruz, Valdivino Leite Teixeira, José Vicente de Oliveira, Antônio Bezerra dos Santos Matias, Benício de Oliveira, Antônio Alexandrino das Chagas, Moacir Soares Pinto e Anastácio Pinto Gonçalves.

LOCALIZAÇÃO — O município situa-se numa das 12 Zonas Fisiográficas em que se subdivide o Estado — a do Sertão do Salgado e Alto Jaguaribe, em pleno polígono das sêcas. Limita com os municípios de Caririaçu, Lavras da Mangabeira, Baixio, Barro, Milagres, Missão Velha e o Estado da Paraíba. A cidade, situada à margem esquerda da Estrada de Ferro de Baturité, da Rêde de Viação Cearense, dista da Capital, em linha reta, 355 quilômetros. Suas coordenadas geográficas são as seguintes: 6° 56' 37" de latitude Sul e 38° 58' 21" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Pôsto de Saúde Alencar

ALTITUDE — 265 metros na sede municipal, que é a 40.ª em ordem crescente de altitude no Estado do Ceará.

CLIMA — Comum do sertão: sêco e quente, variando a temperatura entre 28 e 35 graus centígrados, com a maior freqüência em 32 graus. Foi de 1 056 milímetros a precipitação pluviométrica verificada em 1956, no período normal das chuvas, de janeiro a maio. Ocorrem trovoadas em fevereiro e sêcas de junho a dezembro.

ÁREA — A área do município era de 886 quilômetros quadrados, sendo o 60.º, em ordem decrescente, no Estado, na época do Recenseamento Geral de 1950.

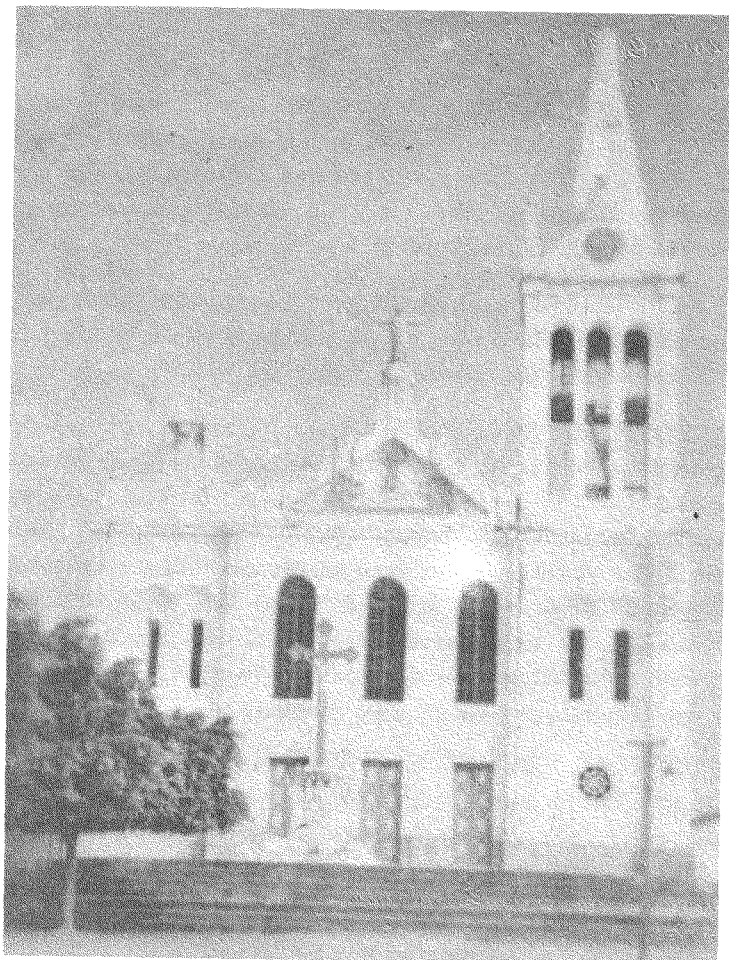
ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Planas e sêcas, em sua maioria, as terras do município são boas e quase tôdas misturadas. Corta parte do município o rio Salgado, afluente do rio Jaguaribe, não havendo outras depressões importantes. São de maiores relevos as serras "Várzea Grande", "Areia", "Cajuí" e das "Balanças", com 150, 150, 350 e 120 metros de altitude, respectivamente, sendo que a última divide o município com o Estado da Paraíba. A vegetação é representada por capoeiras e campos.

RIQUEZAS NATURAIS — Além de argila, que é extraída em todo o município, existem jazidas de pedras calcárias em franca exploração. Quanto ao reino vegetal, destacam-se alguns carnaubais e oiticicais.

POPULAÇÃO — A população de Aurora, segundo o Recenseamento de 1950, era de 22 234 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 10 993; mulheres — 11 241; brancos — 8 240 (3 931 homens e 4 309 mulheres); pretos — 892 (440 homens e 452 mulheres); pardos — 13 050 (6 604 homens e 6 446 mulheres); sem declaração — 52 (18 homens e 34 mulheres). Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 11 918 (5 781 homens e 6 137 mulheres), 4 319 eram solteiros (2 210 homens e 2 109 mulheres); casados — 6 803 (3 386 homens e 3 417 mulheres); viúvos — 770 (178 homens e 592 mulheres); sem declaração — 26 (7 homens e 19 mulheres). Quase tôda a população era de nacionalidade brasileira, num total de 22 231, além de 1 estrangeiro e 2 sem declaração. Em religião, predominaram os católicos romanos, em número de 22 213, sendo 10 982 homens e 11 231 mulheres; protestantes — 4 (2 homens e 2 mulheres); de outras religiões — 7 (4 homens e 3 mulheres); sem declaração

— 10 (5 homens e 5 mulheres). A densidade era de 22,23 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 83,15% localizavam-se na zona rural, num total de 18 489 habitantes (9 270 homens e 9 219 mulheres).

A população estimada para 1.º de julho de 1957, calculada pela Inspetoria Regional de Estatística é de 21 316, inferior aos dados obtidos em 1.º de julho de 1950, em face do desmembramento do distrito de Iara.

Aglomerações urbanas — São 3 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Aurora, com 2 496 habitantes, sendo 1 123 homens e 1 373 mulheres; a vila de Iara, com 518 (254 homens e 264 mulheres); a vila de Ingàzeira, com 731 habitantes (346 homens e 385 mulheres). Nas zonas urbanas da cidade e vilas existiam 787 habitantes (347 homens e 440 mulheres) e no quadro suburbano 2 958 pessoas (1 376 homens e 1 582 mulheres).

Matriz do Senhor Menino Deus

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica do município, se funda principalmente na agricultura, destacando-se algodão arbóreo, cana-de-açúcar e arroz. O valor da produção agrícola do município, em 1955, se elevou a Cr$ 14 601 000,00, contribuindo os três produtos mencionados com Cr$ 12 360 000,00 e, entre êstes, o algodão arbóreo se sobrepõe com Cr$ 9 600 000,00.

A pecuária, com um efetivo cujo valor não vai além de Cr$ 22 730 000,00 tem menos atuação no desenvolvimento da economia local, visto que a sua produção faz circular muito menos riqueza que a produção agrícola. Das espécies que constituem a pecuária no município, se destaca a bovina, com 9 000 cabeças, no valor de Cr$ 12 600 000,00. Das pessoas ativas (de 10 anos e mais), 89,51%, conforme revela o VI Recenseamento Geral, tinham atividades no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura.

Rua Coronel Xavier

A indústria predominante é a de transformação dos produtos agrícolas que, afora beneficiamento de algodão (a rigor também integra o ramo), atingiu, em 1955, o valor de Cr$ 3 090 000,00. Dêste valor destaca-se o relativo à produção de rapadura, expresso em Cr$ 2 800 000,00.

Dos estabelecimentos industriais existentes no município, apenas dois funcionam com mais de 5 pessoas. A produção de origem animal, peculiar, mesmo, ao efetivo pecuária, é de cêrca de Cr$ 200 000,00.

A indústria extrativa se expressa pelo valor de .... Cr$ 408 750,00, de acôrdo com os dados da Campanha Estatística de 1956, sendo a de origem mineral da ordem de Cr$ 125 000,00 e a vegetal de Cr$ 283 750,00. Do setor mineral, apenas um produto, a cal, aparece. Dentre os produtos de origem vegetal, se destacam pelo valor que apresentam: lenha — Cr$ 80 000,00; cêra de carnaúba — Cr$ 67 500,00; e semente de oiticica — Cr$ 64 000,00.

Os produtos agrícolas e os oriundos da sua transformação, excedentes do consumo local, são exportados para Fortaleza, Crato e Juàzeiro do Norte, no Estado do Ceará, e para alguns municípios do Estado da Paraíba, principalmente Campina Grande. O algodão beneficiado, isto é, em pluma, é totalmente exportado, e Campina Grande é a praça para onde se destina quase tôda a produção. Dos produtos oriundos da indústria extrativa, registra-se a cêra de carnaúba e a semente de oiticica, sem consumo local, porquanto totalmente exportados.

COMÉRCIO — Em 1956, tinham atividades na sede municipal 47 estabelecimentos comerciais varejistas e 2 atacadistas, com regular sortimento de artigos diversos.

Casa Paroquial

Pavilhão Monsenhor Vicente Bezerra

Conforme revelam os Censos Econômicos, existiam no ano de 1950, em todo o município, 87 casas comerciais de venda a retalho, cujas transações, em 1949, atingiram 6,920 milhões de cruzeiros.

O comércio local mantém transações com as praças de Fortaleza, Crato, Juàzeiro do Norte (CE), Recife (PE), Campina Grande e Cajàzeiras (PB). Importa: açúcar, café, sal, farinha de trigo, farinha de mandioca, arroz, ferragens, medicamentos, miudezas, tecidos, etc. e exporta, algodão beneficiado, couros e peles, sementes de oiticica e cêra de carnaúba.

Aos sábados, são realizadas pequenas feiras, sem afluência de pessoas de outros municípios, trazendo, apenas, ligeira alteração no movimento comercial da cidade, que é mais ou menos ativo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade é servida por estradas de rodagem e pela Estrada de Ferro de Baturité, da Rêde Viação Cearense.

Associação Beneficente Boulevard Joaquim Távora

Liga-se com os municípios vizinhos e com a Capital do Estado, pelos seguintes meios de transportes: Ipaumirim: 1.º misto: a) ferroviário R.V.C. até a Estação de Baixio, 78 km; e b) rodoviário 9 km; 2.º misto: a) ferroviário R.V.C., até a Estação de Lavras da Mangabeira, 26 km; e b) rodoviário, 30 km; a Lavras da Mangabeira: ferroviário R.V.C., 26 km; Caririaçu: a cavalo ou rodoviário, 48 quilômetros; Milagres: a cavalo ou rodoviário, 72 km; e misto: a) ferroviário R.V.C., até a Estação de Missão Velha, 48 km; e b) rodoviário 30 km; Missão Velha: ferroviário R.V.C., 48 km; Barro: rodoviário, 52 km; Cajàzeiras (PB): ferroviário R.V.C., 135 km; Capital do Estado: ferroviário R.V.C., 517 km.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Aurora, situada à margem esquerda da Estrada de Ferro de Baturité, da Rêde Viação Cearense, tinha, conforme revela o Recenseamento Geral de 1950, 2 496 habitantes.

O segundo prédio à esquerda nos mostra a fachada do Círculo Operário

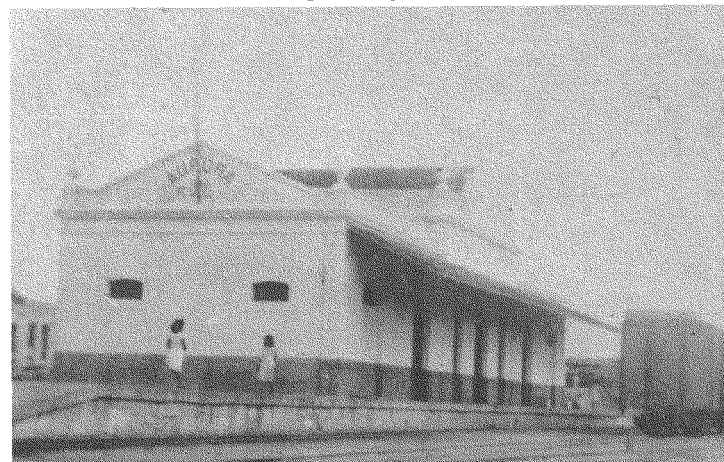
Possui 23 logradouros públicos, sendo 8 pavimentados a paralelepípedos e pedras irregulares, abrangendo uma área de 5% e 7%, respectivamente, do seu perímetro urbano e suburbano. Há 5 ruas e 2 becos arborizados.

Existem, aproximadamente, 850 prédios, dos quais 708 são residenciais e os restantes se destinam a outros fins.

Conta com iluminação elétrica pública e domiciliária, que serve a 310 prédios; um serviço de limpeza pública e remoção de lixo que beneficia 8 logradouros e 290 prédios.

Em 31 de dezembro de 1956, estavam registrados na Prefeitura Municipal, 9 caminhões, 1 jipe e 1 automóvel.

Funciona na cidade uma pensão de instalações modestas, cobrando a diária de Cr$ 80,00.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existem no município as seguintes organizações: "Pôsto de Proteção à Maternidade e à Infância", da Liga Aurorense de Proteção à Maternidade e à Infância; "Pôsto de Saúde Alencar Araripe", da Prefeitura Municipal; e "Serviço Materno-Infantil", do Centro Recreativo de Assistência Social, os quais prestam relevantes benefícios à população de Aurora.

Estação da Rêde Viação Cearense

Mercado da Carne

ASSISTÊNCIA SOCIAL — Têm atividades neste setor a "Liga Aurorense de Proteção à Maternidade e à Infância"; "Centro Recreativo de Assistência Social", "Pôsto Alencar Araripe", "Associação da Senhora de Caridade" e 7 "Conferências de São Vicente de Paulo". Contam-se, também, instituições de beneficência mutuária, denominadas: "Associação de Beneficência Aurorense e o "Círculo Operário de Aurora".

ALFABETIZAÇÃO — Do total de habitantes em número de 18 291, 6 476 sabiam ler e escrever em Aurora, segundo dados do Recenseamento Geral de 1950. Dessas pessoas 3 214 eram do sexo masculino e 3 262 do feminino e representavam 35,4% da população presente em idade escolar, sendo, aliás, a taxa mais elevada dos municípios do interior cearense.

Na cidade habitavam 2 056 pessoas com cinco anos e mais, das quais 1 139 eram alfabetizadas (511 homens e 628 mulheres).

Ensino — A instrução primária em Aurora é ministrada por 95 unidades de ensino fundamental comum, em que estavam matriculados, no início do ano letivo de 1956, cêrca de 1 976 alunos de ambos os sexos.

Em 1950, a quota de crianças matriculadas atingiu 17,68% em Aurora e 24,3% em todo o Estado do Ceará, consideradas as idades de 7 a 14 anos.

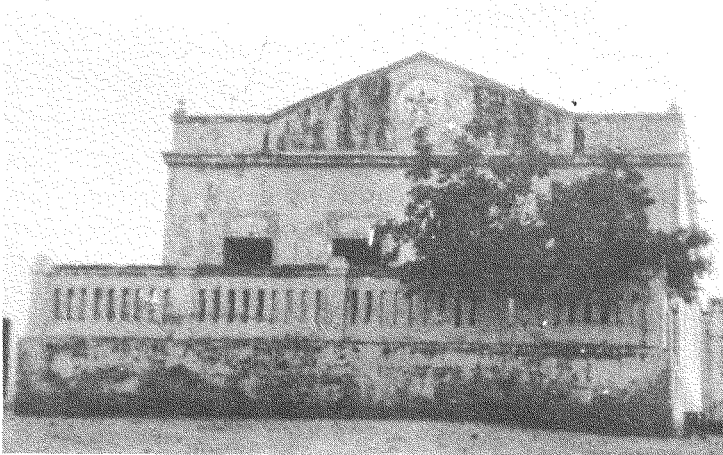
OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funciona na sede do município um cinema, o "Cine 15 de julho", com capacidade para 84 espectadores. Há, também, uma agremiação social, o Centro Recreativo e de Assistência Social, destinado a prestar assistência social e recreativa aos sócios, dispondo de campo de futebol, esporte praticado em prélios locais e intermunicipais.

Patronato São Vicente — Boulevard Joaquim Távora

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	108	838	493	171	512
1951	192	908	600	202	609
1952	263	1 139	631	197	609
1953	174	1 059	1 006	174	1 019
1954	253	1 400	824	172	828
1955	296	1 744	862	176	867
1956 (1)	—	—	1 081	225	1 081

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Ainda existe na cidade de Aurora a primeira casa construída, pelo seu fundador, coronel Francisco Xavier de Sousa, na Praça da Matriz, com o n.º 30, conforme afirmam os seus descendentes.

Cadeia Pública

Das dádivas que o prêto velho, chamado Mestre Benedito, recebeu de D. Pedro II, destinadas à primeira Capela de Aurora, por êle construída, ainda perdura na atual Matriz da cidade o célebre e precioso sino, contendo as Armas do Império e a seguinte inscrição: "Capela da Irmandade de São Benedito".

No subúrbio da cidade, perto do leito do rio Salgado, restam, apenas, os escombros da primitiva capelinha.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Antes do "dia de reis" na sede municipal, elementos populares formam os conhecidos e tradicionais reisados ou bumba-meu-boi, à maneira do que acontece noutras cidades do interior. A convite dos apreciadores dos festejos, são realizadas demonstrações de danças exóticas, ao som de viola ou harmônica, mediante pagamento da pessoa que fêz o convite. Por meio da "sorte", ou seja, a entrega de um lenço vermelho aos espectadores, nêle são depositadas as contribuições, em dinheiro, de cada um. Hoje, esta tradicional festa popular não tem mais a animação de outrora.

As procissões que têm mais significação na vida religiosa são: a de "Corpus Christi"; a do Menino Deus (pa-

Vista do Açude no sítio Aurora

droeiro da paróquia), no dia 6 de janeiro de cada ano, com novena iniciada no dia 28 de dezembro. À festa do Menino Deus comparece gente dêsse e de outros municípios; uns, por sentimento religioso, outros, por interêsse comercial (venda de comestível, miudezas, etc.). São improvisadas, durante os dias da novena, em local afastado da matriz, quermesses, diversões populares, como olas de cavalinhos, balanços, etc., em geral promovidas pela comissão organizadora das festividades, cujos resultados financeiros revertem em benefício das obras da paróquia.

As festividades obedecem à orientação do vigário, durante as quais, a seu pedido, não se realizam festas dançantes.

Aos sábados fazem-se pequenas feiras, sem afluência de pessoas de outros municípios, trazendo, apenas, ligeira alteração no movimento comercial da cidade.

VULTOS ILUSTRES — *Dr. Ari de Sá Cavalcante* — Advogado, professor catedrático da Escola Preparatória de Fortaleza e da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará. Ocupou a Pasta da Fazenda Estadual, no Govêrno Raul Barbosa; *Padre Januário Ribeiro Campos* — Atual Delegado Regional do Ensino; e *Francisco Leite Serra Azul* — Poeta e professor.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Conta o município de Aurora com 36 açudes públicos e particulares, cuja capacidade supera 19 milhões de metros cúbicos. Possui 2 estações ferroviárias da R.V.C.: a da cidade e a da vila de Ingàzeira onde se verifica regular movimento de embarque de cargas e passageiros.

No setor espiritual, existe a Paróquia do "Senhor Menino Deus", com 8 templos e 7 associações religiosas.

Com a extensão das linhas da CHESF ao Ceará, o distrito de Ingàzeira será o ponto-chave dêste importante melhoramento, trazendo, conseqüentemente, para a indústria, comércio e agricultura de Aurora, uma série de importantes benefícios.

Em 1954, encontravam-se inscritos, em Aurora, 3 126 eleitores. Votaram nas eleições gerais do mesmo ano 2 333 cidadãos.

Os habitantes do município são denominados aurorenses.

BAIXIO — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Baixio era, nos primórdios, uma fazenda de propriedade de Liberalino José de Carvalho, situada no município de Umari, criado em 1883, pela Lei provincial n.º 2 046, de 12 de novembro. A partir de 1922 é que a fazenda veio a se tornar núcleo mais populoso, em virtude da construção do ramal da estrada de ferro da Rêde de Viação Cearense, que parte de Arrojado em direção à Paraíba. Surgiu então o povoado, com casario formando ruas.

O município de Umari, suprimido pela Lei n.º 1 794, de 9 de outubro de 1920, e restaurado, com o nome de Baixio, e sede na vila de Umari na Interventoria Federal do Dr. Manuel do Nascimento Fernandes Távora, pelo Decreto n.º 193, de 20 de maio de 1931, teve sua sede transferida para a povoação de Baixio no ano seguinte. Efetivou-se a mudança, em obediência ao disposto no Decreto n.º 650, de 30 de junho de 1932, sendo o povoado erigido em vila. A vila e o município passaram a ter o mesmo topônimo: Baixio.

O têrmo judiciário, que até então tinha sede em Umari, foi transferido para Baixio, pelo Decreto estadual número 1 014, de 9 de maio de 1933.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, fixada pelo Decreto n.º 1 156, de 4 de dezembro, o município de Baixio se compõe dos distritos da sede, Alagoinha, Ôlho-d'Água, Ouro Branco e Umari, permanecendo com êsses mesmos distritos no quadro da divisão territorial de 1936.

No quadro territorial de 31-XII-1937, bem como no anexo ao Decreto-lei n.º 169, de 31 de março de 1938, o município é formado pelos distritos de Baixio, Alagoinha, Ôlho-d'Água e Umari.

A vila de Baixio, nos têrmos do Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, recebeu foros de cidade, e a vila de Ôlho-d'Água teve o topônimo alterado para Felizardo.

Novo Decreto-lei, o de n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943, que fixou o quadro administrativo judiciário do Estado para vigorar sem alteração no qüinqüênio 1944-1948, deu ao distrito de Alagoinha o nome de Ipaumirim.

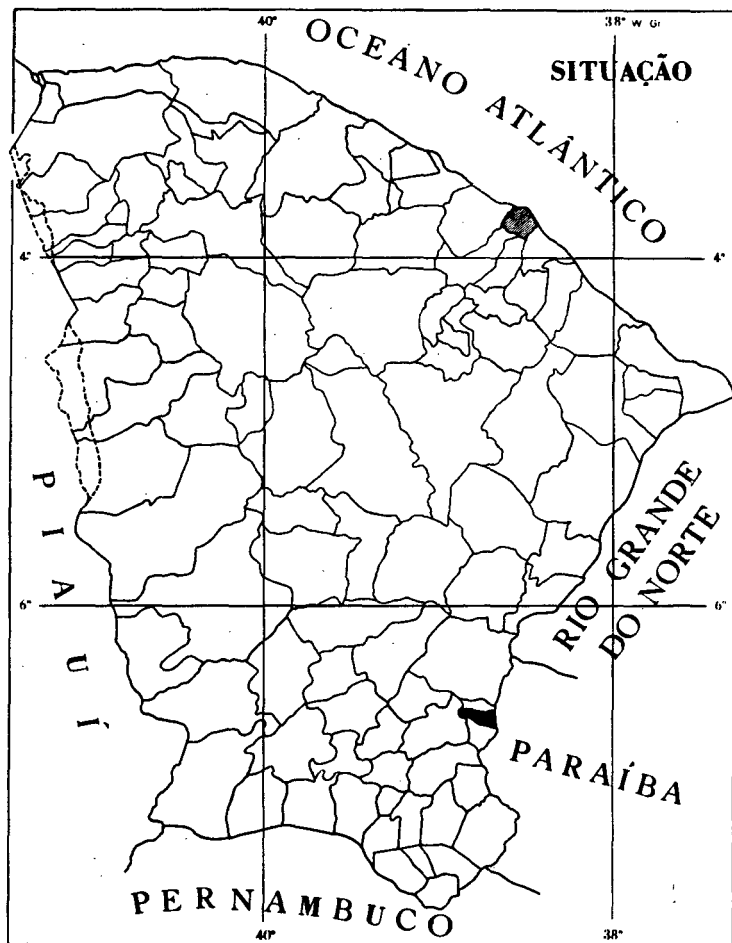
Após a divisão territorial do Estado, fixada pela Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, tendo em vista o maior progresso que experimentava a vila de Ipaumirim, de comércio mais ativo e ligação rodoviária com as cidades marginais da BR-13, a sede municipal transferiu-se a 1.º de janeiro de 1954, com tôdas as repartições e cargos públicos lotados em Baixio, para a vila de Ipaumirim, *ex vi* da Lei n.º 2 161, de 12 de dezembro de 1953. Ipaumirim teve foros de cidade, enquanto Baixio foi rebaixado à condição de vila, sede do distrito do mesmo nome.

Ipaumirim é sede de comarca de primeira entrância desde 1947 (Art. 22 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado, e Lei n.º 213 de 9 de junho de 1948).

Realizadas as eleições municipais, em 3 de outubro de 1954, foi elevado ao cargo de Prefeito o Sr. Oswaldo Ademar Barbosa, empossado em 1955, em cujo govêrno se efetuou o desmembramento de Ipaumirim em três unidades municipais: Ipaumirim, Baixio e Umari, os dois últimos res-

taurados. O citado desmembramento obedeceu à Lei número 3 338, de 15 de setembro de 1956, ficando Baixio sob a dependência administrativa de Ipaumirim, até a realização das eleições de 4 de agôsto de 1957.

O município e a cidade foram instalados no dia 22 de outubro de 1956.

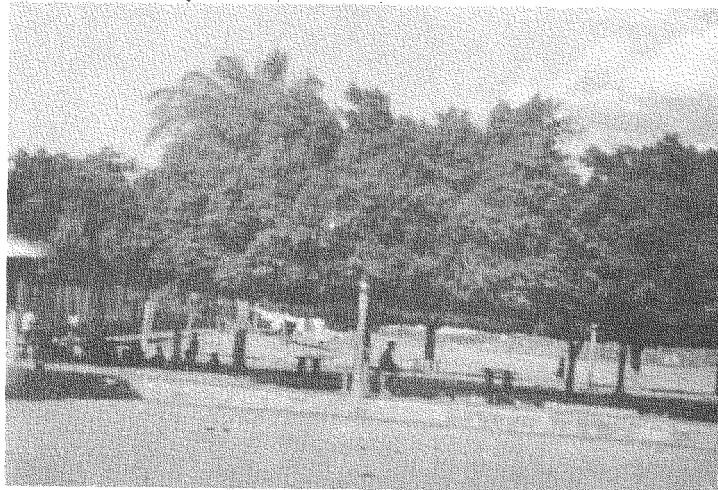
LOCALIZAÇÃO — Baixio situa-se na Zona Fisiográfica denominada "Sertão do Salgado e Alto Jaguaribe". É banhado pelo riacho Caio Prado e limita com o Estado da Paraíba, Umari, Ipaumirim e Lavras da Mangabeira. A sede dista da Capital do Estado, em linha reta, na direção 3° 50' S.O., 329 km e possui as seguintes coordenadas geográficas: 6° 43' 47" de latitude Sul e 38° 43' 19" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 264 metros na sede municipal.

CLIMA — O município de Baixio, como os demais situados na Zona do Alto Jaguaribe, apresenta um clima fresco e salubre. A temperatura varia entre 22 e 34 graus centígrados. A precipitação pluviométrica em 1956 foi de 860 mm. As chuvas são freqüentes no período janeiro a junho, época invernosa, tornando-se escassas entre julho e dezembro, época do verão.

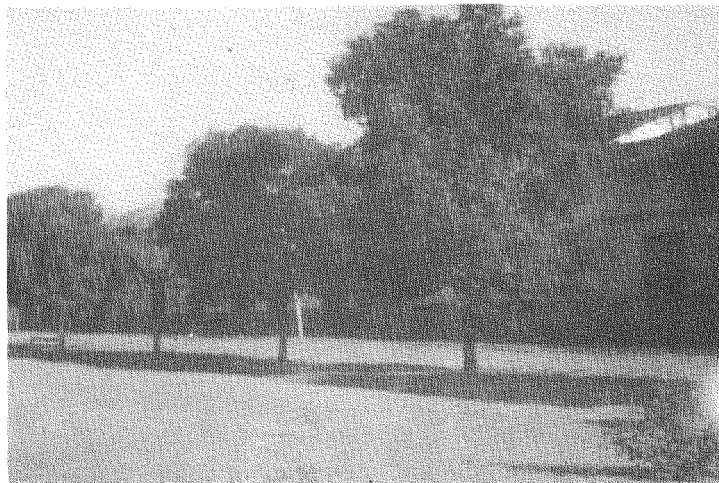
ÁREA — A área do município é 137 km², ocupando o 99.° lugar com relação às áreas das demais comunas cearenses.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Baixio apresenta uma topografia pouco acidentada; não tem serras nem rios importantes. Há apenas o serrote das Pombas e sua hidrografia se constitui de riachos, entre os quais se destacam o Caio Prado, que banha a cidade, o do Guia e o Pendência, que é o principal.

RIQUEZAS NATURAIS — O amianto é a principal riqueza mineral; a extração de madeiras em geral para construção e sementes de oiticica constituem a principal riqueza vegetal do município.

Vista da praça principal da cidade

POPULAÇÃO — Por ocasião do último Recenseamento Geral o município se compunha dos distritos de Baixio, Felizardo, Ipaumirim e Umari. Sua população, nessa época, era de 17 448 habitantes, sendo 8 686 homens e 8 762 mulheres. Liderava a côr parda com 8 780 pessoas. sendo 4 370 homens e 4 410 mulheres; brancos — 7 777 (3 854 homens e 3 923 mulheres); pretos — 859 (450 homens e 409 mulheres); sem declaração — 32 (12 homens e 20 mulheres). Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 9 356 (4 661 homens e 4 695 mulheres), 3 532 eram solteiros, sendo 1 879 homens e 1 653 mulheres; casados — 5 351 (2 660 homens e 2 691 mulheres); viúvos — 451 (116 homens e 335 mulheres); desquitados — 4 (1 homem e 3 mulheres); e sem declaração — 18 (5 homens e 13 mulheres). Tôda a população era de nacionalidade brasileira. Predominava a Religião Católica Romana, com 17 384 adeptos, sendo 8 656 homens e 8 728 mulheres; protestantes — 34 (14 homens e 20 mulheres; espíritas — 2 homens; maometano — 1 homem; sem religião — 4 (3 homens e 1 mulher); e sem declaração — 23 (10 homens e 13 mulheres). A densidade era de 30,16 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 82 % localizavam-se na zona rural, num total de 14 309 habitantes (7 207 homens e 7 102 mulheres).

Com a transferência da sede municipal para Ipaumirim, Baixio foi rebaixado à condição de distrito e, posterior-

Prefeitura Municipal

Praça Estevam

mente, restaurado, com território desmembrado do município de Ipaumirim. O efetivo populacional do distrito de Baixio era, na época da operação censitária, de 4 367 habitantes, tendo 2 154 homens e 2 213 mulheres. Dêsse total, 83,23%, ou seja, 3 635 (1 821 homens e 1 814 mulheres), localizavam-se no quadro rural.

A estimativa da população para 1.º-VII-1957, levada a efeito pela Inspetoria Regional de Estatística dá a Baixio 5 375 habitantes, verificando-se um acréscimo de 1 008 pessoas, ou seja, 23,08% sôbre o efetivo populacional de 1950.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Eram 4 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Baixio, com 732 habitantes, sendo 333 homens e 399 mulheres; a vila de Felizardo, com 254 (130 homens e 124 mulheres); a vila de Ipaumirim, com 1 465 (691 homens e 774 mulheres); e a vila de Umari, com 688 (325 homens e 363 mulheres). Nas zonas urbanas da cidade e vilas existiam 2 039 habitantes (950 homens e 1 089 mulheres) e no quadro suburbano 1 100 pessoas (529 homens e 571 mulheres).

Atualmente conta o município com apenas uma aglomeração urbana — a da cidade de Baixio.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Como quase todos os municípios do Ceará, Baixio centraliza o fundamento de sua economia na exploração agropastoril. Destaca-se a agricultura entre os setores que constituem o ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

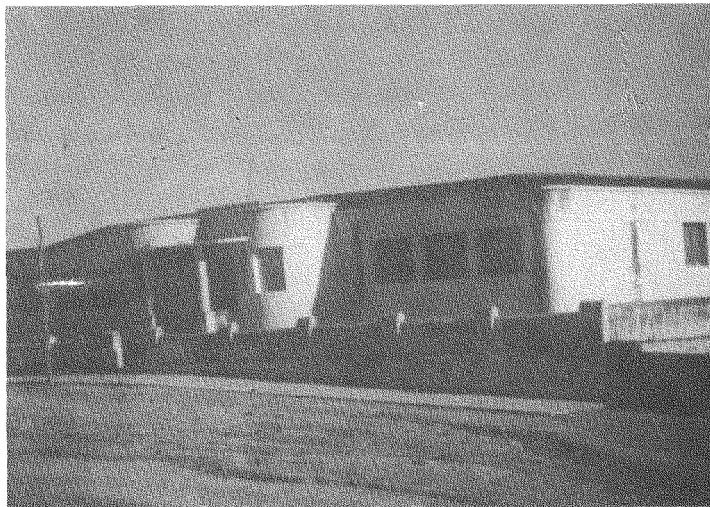
A pecuária, apesar de ocupar posição imediatamente aquém da agricultura, se salienta com relêvo no conjunto

Coletoria Estadual

em que se alicerça o panorama econômico de Baixio, visto que bem significativa é a sua exportação de gado para os municípios de Sousa, Cajàzeiras e Campina Grande, do vizinho Estado da Paraíba.

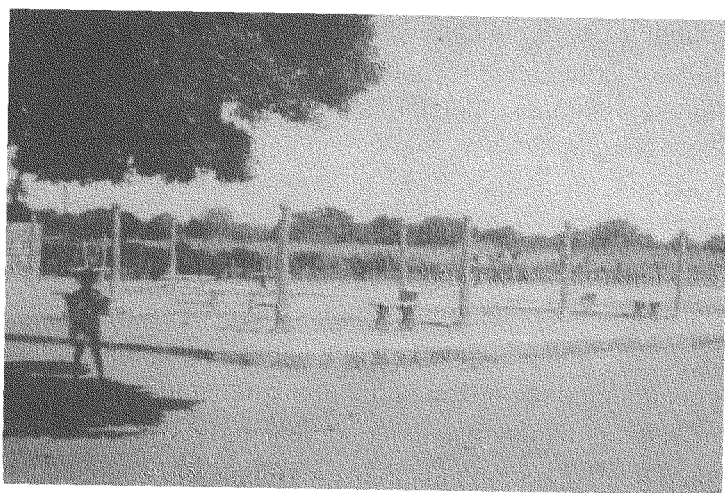
Sendo a cana-de-açúcar um dos principais produtos da agricultura local, a indústria de transformação agrícola se salienta como um dos expoentes da economia de Baixio. Além de produzir destacado volume de rapadura, produto de consumo popular que vem aumentando de valor à proporção que o tempo se escoa, esta indústria dá serviço e, conseqüentemente, salário a inúmeros proletários que têm melhorado o respectivo poder aquisitivo e proporcionado maior circulação de riqueza.

A indústria extrativa também dá a sua contribuição relativamente valiosa ao progresso econômico do município, originando-se não sòmente da ordinária extração de lenha, madeira em geral e semente de oiticica, verificada em quase todos os municípios cearenses, bem como da extração de amianto que, não obstante ainda deixar a desejar para apresentar-se como indústria organizada, tem certa expressão no que se refere à economia local.

A exportação do que excede ao consumo local, relativa ao que produz o município, tem como destino, principalmente, os municípios de Sousa, Cajàzeiras e Campina Grande, no Estado da Paraíba e Fortaleza, Iguatu, Juàzeiro do Norte e Crato, no Estado do Ceará, para o que é excepcionalmente beneficiado pelo ramal de Pombal da Estrada de Ferro de Baturité, da Rêde Viação Cearense.

Grupo Escolar

COMÉRCIO — Funcionam, na sede municipal 14 estabelecimentos comerciais atacadistas, com sortimento variado e regular movimento financeiro.

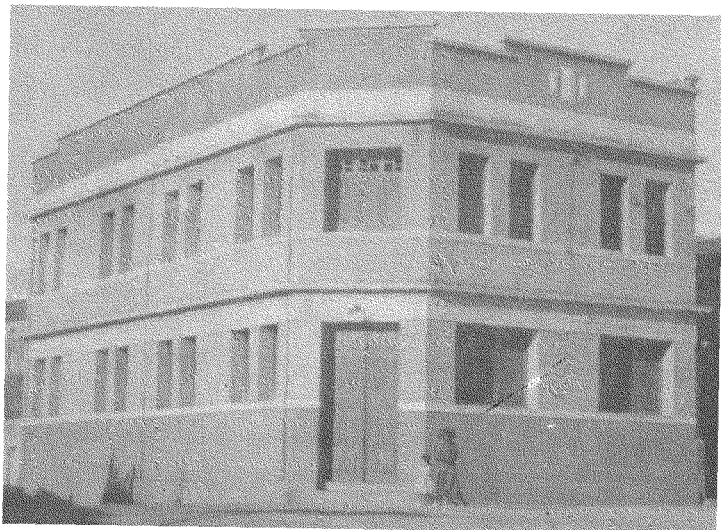
Segundo se observa dos resultados do Recenseamento Geral de 1950, operavam em todo o município de Baixio 90 estabelecimentos de comércio retalhista e 3 do grossista, que apresentaram, em 1949, um montante de vendas no valor de 5,327 e 1,124 milhões de cruzeiros, respectivamente. Com êsses elementos, verifica-se que o comércio varejista de Baixio era superior, muitas vêzes, ao atacadista, fato que se repete, comumente, nos pequenos centros comerciais do Estado.

São Paulo, Fortaleza, Cajàzeiras, Campina Grande (PB) e Recife (PE) são as principais praças com as quais o município mantém suas transações comerciais.

Outro aspecto da principal praça da cidade

Os artigos importados são: tecidos, chapéus, bebidas, sal, farinha de trigo, açúcar, medicamentos, ferragens, fumo, etc. Exporta: algodão em rama, semente de oiticica, peles e couros, gêneros alimentícios, amianto, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Baixio é servida por estradas de rodagem e pela Estrada de Ferro de Baturité (ramal de Paraíba) da Rêde Viação Cearense.

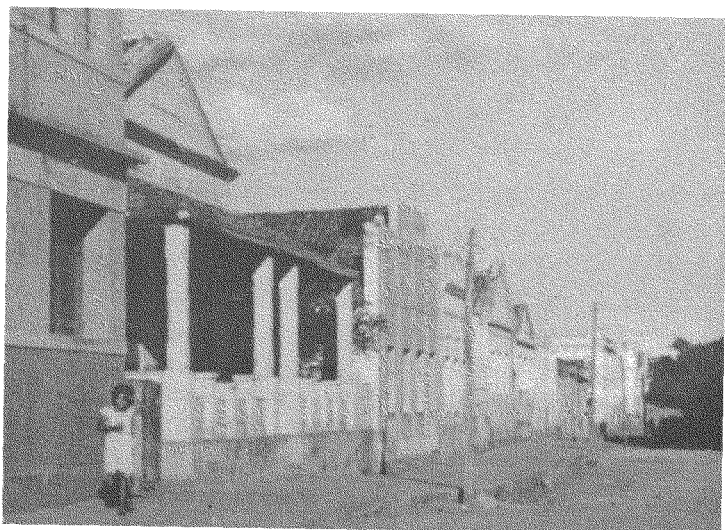
Liga-se com os municípios vizinhos e a Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Umari: rodoviário, 12 km; Lavras da Mangabeira: ferroviário (via Amaniutuba e Arrojado), 52 km; e rodoviário: (via Ipaumirim), 39 km; Ipaumirim: rodoviário, 9 km; Antenor Navarro: ferroviário (via Santa Helena e Brejo), 33 km e rodoviário, 32 km; Capital do Estado: rodoviário (via Ipaumirim), 477 km e ferroviário (via Amaniutuba), 516 km.

Funciona, na sede municipal, uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, como também outra da Estação Ferroviária da R.V.C., de uso privativo.

Sede da Sociedade Beneficente Mutuária

ASPECTOS URBANOS — A cidade é iluminada a luz elétrica, pública e particular, com 7 000 e 3 500 velas, respectivamente, sendo de 65 o número de ligações residenciais.

Possui 13 logradouros públicos, com regular número de prédios residenciais e destinados a outros fins.

Há uma pensão na cidade que cobra a diária de Cr$ 70,00, fornecendo alimentação e pousada. Na Prefeitura Municipal estão registrados em data de 10-9-957, 8 veículos, sendo 4 jipes e 4 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há 1 farmácia na cidade e apenas um farmacêutico atende a população do município.

Vista parcial da Rua Grande

ALFABETIZAÇÃO — No Recenseamento Geral de 1950, foi computada a população de 14 449 pessoas, com 5 anos e mais, das quais 3 676 eram alfabetizadas, sendo 1 868 homens e 1 808 mulheres, numa percentagem de 25 % do total de pessoas em idade escolar. A sede municipal possuía 616 habitantes. Dêste total, 272 eram alfabetizados (129 homens e 143 mulheres).

Ensino — O município de Baixio conta 10 escolas de ensino fundamental comum, com a matrícula inicial de 272 alunos de ambos os sexos. A taxa anual de matrícula atingiu, em 1950, a 26,52% em Baixio e 24,3% no Estado do Ceará.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Modestamente instalado, 1 cinema funciona na sede municipal.

FINANÇAS PÚBLICAS — O município de Baixio, restaurado em setembro de 1956, passou a ter a sua autonomia político-administrativa em setembro de 1957, com a posse do Prefeito Municipal. As receitas arrecadadas de 1950 a esta parte, constam do movimento financeiro do município de Ipaumirim, a que antes pertencia, como distrito administrativo.

Estação ferroviária da Rêde Viação Cearense

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — O município, a exemplo das demais comunas cearenses, celebra as festas juninas e natalinas em 24 de junho e 25 de dezembro, respectivamente, bem como a tradicional festa religiosa dedicada ao Padroeiro, São Francisco das Chagas, que termina no dia 4 de outubro, sendo encerrada com missa cantada e imponente procissão, em que toma parte grande número de devotos do milagroso santo.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município de Baixio, recentemente instalado e composto de um único distrito administrativo, encontra-se ainda numa fase de progresso estacionário, sendo, no entanto, de futuro promissor, dada a capacidade de trabalho de seus habitantes e fertilidade do seu solo.

Já se encontram instaladas a Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores.

Os habitantes do município, adotam o gentílico baixienses.

BARBALHA -- CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Aludindo a Barbalha, comentava João Brígido em 1865: "Com vinte anos de existência não tem um graveto com que acender o lume, nem uma gota d'água com que molhar a guela. E não está situada nos pampas da Cisplatina. É que o solo tem o seu dono, que reserva as matas para o seu uso, a água corre em delgados fios e tem o seu senhorio. Quem de uma e outra cousa precisa, a vai mendigar. Foi triste lembrança criar uma vila em terrenos que pertencem a particulares: foi julgar que os homens podem fazer de avestruz, congregá-los em sítio, onde não existe água potável para uso comum".

Nascida realmente em terrenos particulares, sob o signo de uma verdadeira prosperidade econômica, dentro da qual se desenvolveu uma sociedade laboriosa, afortunada e nobre, a cidade de Barbalha originou-se nas terras do capitão Francisco Magalhães Barreto e Sá, casado com D. Maria Polucena de Abreu Lima, sergipana, em Vila Nova, o qual, obtendo licença do visitador Manuel Antônio da Rocha, em 5 de março de 1778, erigiu uma capela sob a invocação de Santo Antônio, dando-lhe o patrimônio de meia légua de terras e gados, cujo templo foi sagrado pelo padre André da Silva Brandão, Vigário de Missão Velha, aos 23 de dezembro de 1790, em obediência à provisão firmada por Dom Diogo de Jesus Jardim, Bispo de Pernambuco, datada de 6 de junho de 1778.

Francisco Magalhães Barreto e Sá, o consagrado fundador de Barbalha, descendia de Mem de Sá, 3.º Governador-Geral do Brasil, e era filho do alferes Antônio Pinheiro de Magalhães, falecido a 16 de setembro de 1751, em Milagres, em cuja capela foi sepultado, e de Inês de Sá Souto Maior.

O sítio, que fôra adquirido em 1735, por compra do capitão Magalhães a Inácio de Figueiredo Adôrno, denominava-se Barbalha, por ter ali residido uma mulher assim chamada; e viera às mãos de Inácio por dote do seu sogro, coronel João Mendes Lobato, da família Lobato, oriunda de

Vista da Praça José Américo

Penedo, Estado de Alagoas, que residia no Sítio Santo Antônio, hoje Missão Nova, onde faleceu.

Natural de Santo Antônio do Urubu de Baixo, em Sergipe, o capitão Francisco Magalhães Barreto e Sá fixou-se no vale do Salamanca, tornou-se grande latifundiário e deixou numerosa e ilustre descendência. Foi em redor da capela por êle erguida que surgiram as primeiras casas, com as quais se formou o pequeno arraial, por cujo desenvolvimento foi elevado a freguesia, criada por Lei provincial n.º 130, de 30 de agôsto de 1838, tendo como primeiro Vigário o padre Pedro José de Castro e Silva. Quatro anos depois passou a distrito policial, por Ato provincial de 18 de março de 1842.

O município e o têrmo judiciário foram criados pela Lei n.º 374, de 17 de agôsto de 1846, que alçou a povoação à categoria de vila, desmembrando-a do município de Crato. Finalmente, Barbalha recebeu os foros de cidade através da Lei provincial n.º 740, de 30 de agôsto de 1876, quando já havia passado de têrmo judiciário à categoria de comarca, pela Lei n.º 1 492, de 16 de dezembro de 1872, estando o município dividido atualmente em dois distritos: Barbalha e Arajara (ex-Farias).

Opulenta pelas riquezas naturais e rica de precioso capital humano, Barbalha está incorporada aos episódios mais significativos da história do Ceará. De Barbalha partiu o capitão-mor José Pereira Filgueiras, do seu Sítio São Paulo, aos 11 de maio de 1817, para dominar — como dominou — os revolucionários de Crato. Em 1822, saiu novamente Filgueiras para implantar a Independência no Ceará, Piauí e Maranhão. E, finalmente, partiu mais uma vez de Barbalha para sacrificar-se pelos ideais republicanos, ombro a ombro com os Alencares.

Em 1864, vindo de Missão Velha, chegou a Barbalha o Reverendo Padre José Antônio de Maria Ibiapina, cujo primeiro sermão proferiu a 14 de novembro. Durante sua rápida estada, construiu um cruzeiro, considerado o melhor de Cariri, o cemitério dos coléricos, o alicerce das novas edificações da Matriz e quase concluiu a Cacimba do Povo, começada havia uns dez anos. Voltando a Barbalha, o padre Ibiapina inaugurou a Casa de Caridade, em 28 de março de 1869, num terreno doado por Mendo de Sá Barreto e com um auxílio de dez contos de réis, ofertados por Pedro Lobo de Menezes.

Embora integrado uma região onde as competições político-partidárias sempre culminaram com luta armada, Bar-

balha pôde reagir contra o meio, através do ensino e do cultivo das letras. Aos 14 de maio de 1889, foi fundado o Gabinete de Leitura, ao qual, tempos depois, foi anexado um "Juvenato". Outra agremiação similar e contemporânea foi o "Progresso Artístico Literário".

Em 1903, com a chegada do Dr. Manuel Soriano de Albuquerque, novo Juiz de Direito, Barbalha entrou na posse de um estabelecimento de ensino, o Colégio Leão XIII, instalado por aquêle educador, em sessão solene, a 7 de janeiro do mesmo ano. O "Leão XIII" mantinha um curso noturno para os empregados do comércio. José Joaquim Marrocos Teles lecionava Português, Francês e Latim. Em seguida, Soriano fundou o Colégio Coração de Maria, destinado ao sexo feminino, entregando a direção do mesmo à sua irmã Maria Albuquerque.

Como acentua o sociólogo Abelardo F. Montenegro, a hinterlândia cearense, naquela época, vivia entregue à prepotência do coronel, do senhor rural todo-poderoso apoiado em inúmeros capangas armados.

Prefeitura Municipal

A 23 de novembro de 1903, depois de ingentes esforços, circulou o "Jornal do Cariri", com oficinas na Rua do Comércio, n.º 8. Órgão da "Emprêsa Tipográfica Caririense", da qual era presidente José Marrocos, secretário Soriano Albuquerque e tesoureiro José Bernardino Carvalho Leite, o "Jornal do Cariri" destinava-se à defesa dos interêsses da agricultura, do comércio, da indústria, das artes e de tudo que pudesse servir à sociedade, à religião e à pátria. Seu lema: "Terá de tudo para todos; só exclui o partidarismo político". "Cetama" foi outro jornal que marcou época em Barbalha, dirigido por Henrique Lopes Sobrinho.

Contrastando com êste surto de civismo e progresso intelectual, graves acontecimentos agitaram Barbalha, cujo ápice foi a deposição do coronel Manuel Ribeiro da Costa (Neco Ribeiro), realizada por João Macedo, a 3 de março de 1906.

No dia 22 de janeiro de 1914, às 11 horas, irromperam em Barbalha as fôrças policiais que pela segunda vez haviam sido rechaçadas em Juàzeiro do Norte, trazendo como refém o coronel Antônio Pinto de Sá Barreto, Vice-Presidente da Assembléia Revolucionária do Juàzeiro, aprisionado nas Malvas.

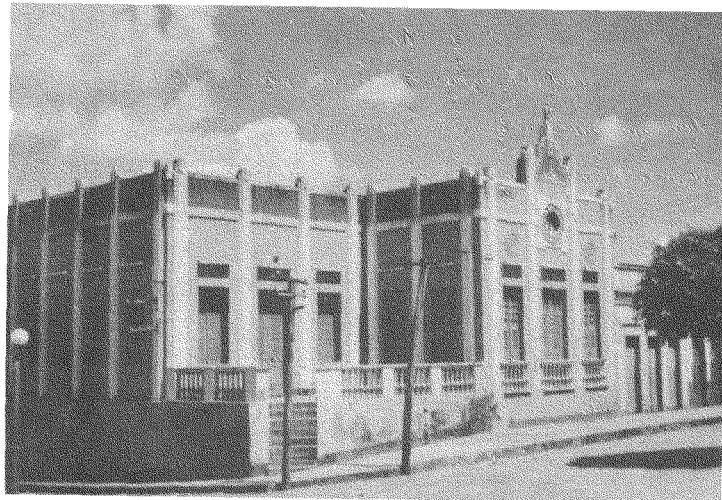
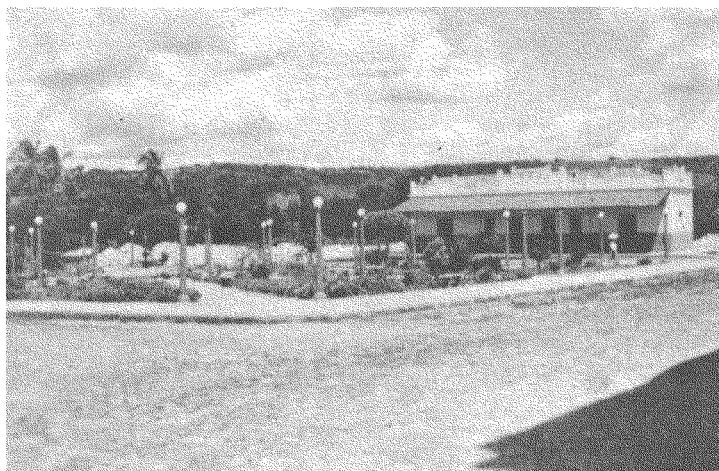
Ao alvorecer de 24, sob o clamor público, a fôrça expedicionária abandonou a cidade em direção ao Crato, por estar sendo atacada pelo cabecilha José Pedro. No alto do

Praça Filgueira Sampaio

Barro Vermelho, a tropa foi recebida com gritos de desafio da jagunçada, que em bandos assaltava o comércio e residências da heróica cidade. O comandante, major Ladislau Lourenço de Sousa, deu então o seu último comando aos soldados que êle próprio desmoralizara, e que passou à história como exemplo de grande covardia de um chefe: "Cada qual procure seu rumo!".

Barbalha, cuja população havia abandonado os seus lares por ocasião da partida do Batalhão Policial, foi invadida no dia 27 de janeiro por 3 mil jagunços, sob a chefia de Canuto Reis. O então maior centro comercial do sul do Estado caiu em mãos da horda sinistra, passando a ser vítima de um saque sem precedente na história do Ceará. Nada escapou à volúpia do roubo. Até o prelo do "Jornal do Cariri" foi levado nos ombros dos jagunços para Juàzeiro, bem assim o grotesco canhão de Emílio Sá, que Ladislau deixara enterrado nos fundos da Cadeia Pública.

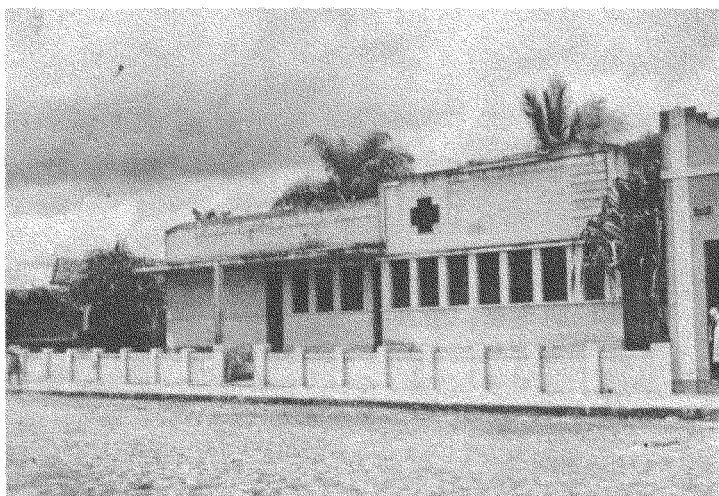
O saque de Barbalha foi, sem dúvida, uma torpe vingança de Floro Bartolomeu contra o povo barbalhense. De fato, em outubro de 1912, sob a presidência de Moreira de Sousa, Barbalha reuniu os representantes de 18 municípios, com os quais hipotecou solidariedade ao Presidente Marcos Franco Rabelo.

Depois de um período de relativa paz, a zona caririense começou a sentir efeitos do cangaceirismo ressurgido. No dia 25 de novembro de 1926, o grupo dos Marcelinos atacou o Sítio Brejinho, de propriedade do capitão João Quezado Sobrinho, a uma légua de Barbalha. Êsse bando organizou-se em terras do município, no Caldas, de onde eram naturais

Círculo São José

Praça 17 de Agôsto

os seus componentes: Francisco Gomes, Pedro Miranda, Lua Branca, Joaquim Gomes, Manuel Toalha e outros. Chefiava-o João Marcelino, vulgo João 22. Sua zona preferida de operações era a Serra do Araripe e adjacências. Assaltava sítios, comboios e estafetas do correio. Nas estradas que ligam Crato, Barbalha e Jardim, os bandidos cobravam impôsto estadual de trezentos réis por cargo. Àqueles, porém, que transitavam a cavalo, os bandoleiros declaravam que o impôsto era federal e exigiam três mil réis por cabeça. Tudo isto ocorria sob o govêrno de um ex-magistrado, Desembargador José Moreira da Rocha.

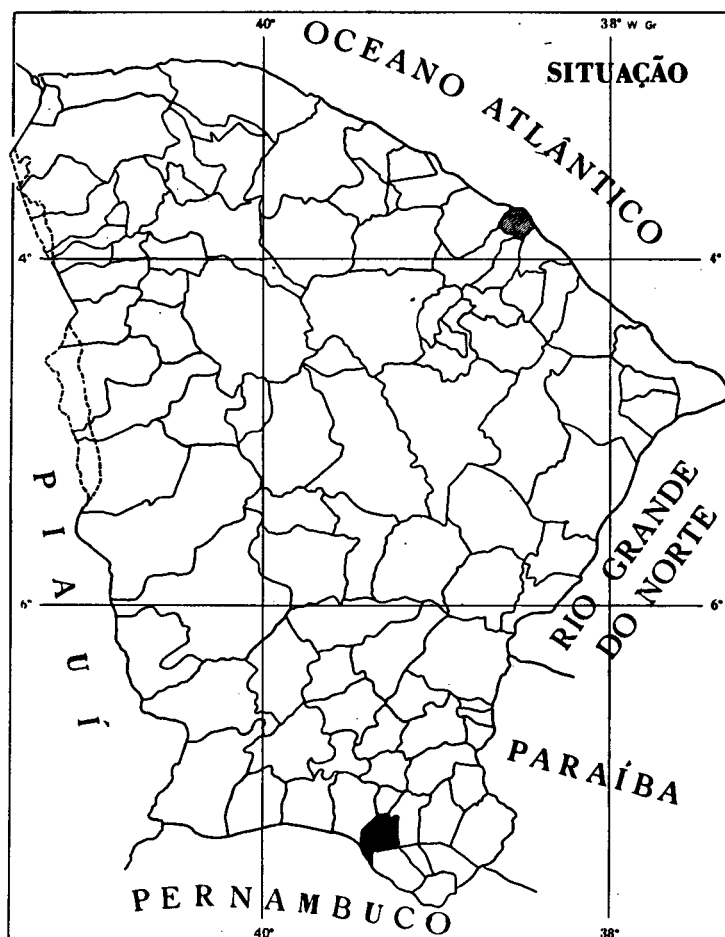
Diante de tal situação, o Prefeito Municipal de Barbalha pediu providências ao Govêrno. O Dr. Juvêncio Joaquim de Santana, Secretário do Interior e Justiça, escolheu o sargento José Antônio do Nascimento para liquidar o grupo de João 22. Comandando 15 soldados, o sargento José Antônio atacou de surprêsa o grupo na Serra do Mato, no município de Missão Velha, ao limiar do ano de 1928, morrendo o chefe do bando e saindo ferido Lua Branca. Joaquim Gomes, Pedro Miranda, João Gomes e Manuel Toalha caíram prisioneiros.

Recolhidos à cadeia pública de Barbalha, dali foram êles retirados no dia 5 de janeiro pela mesma volante que os prendeu. Horas depois, foram fuzilados no Alto do Leitão.

As pontas de trilho da "Baturité" já repousavam no sopé da Serra do Araripe, quando o triste episódio do Alto Leitão fechou o ciclo de cangaceirismo organizado na região do Cariri.

Pôsto de Tracoma

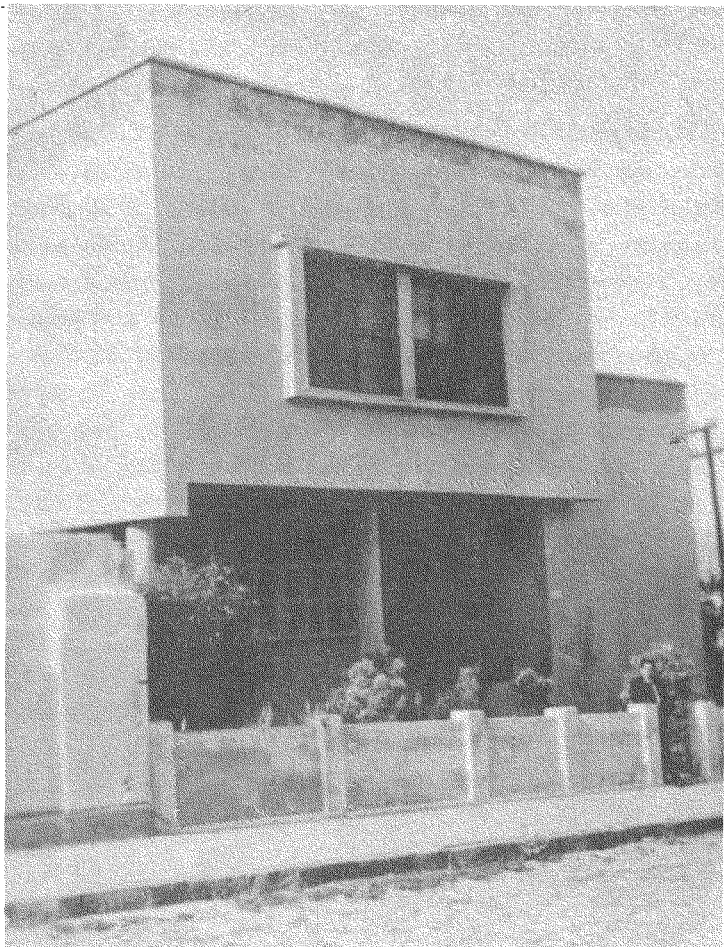
Com a vitória da Revolução Liberal de 1930, assumiu o Govêrno Municipal de Barbalha o advogado Antônio Duarte Júnior.

A 17 de agôsto de 1946, na administração do Prefeito Antônio Duarte de Sá Barreto, Barbalha comemorou o centenário de sua emancipação política. No decorrer dêstes 112 anos de autonomia municipal, em que pese aos males que lhe causaram o banditismo e a incúria de governos estaduais, contra os quais reagiu com a dignidade do silêncio, Barbalha, com esfôrço de seu povo, venceu uma boa etapa no caminho do progresso, mantendo, sobretudo, o seu rico patrimônio de tradições cívicas.

LOCALIZAÇÃO — O município de Barbalha, num dos Estados que integra o Polígono das Sêcas, situa-se na Zona Fisiográfica do Cariri — região privilegiada do Nordeste brasileiro, perenemente irrigada por águas de fontes naturais. Fica o município, portanto, regularmente abrigado contra o flagelo das sêcas periódicas que assolam o Polígono. Limita-se com os municípios de Crato, Juàzeiro do Norte, Missão Velha, Jardim e o Estado de Pernambuco. Banhada pelo riacho Salamanca, em cuja margem direita está localizada, a cidade de Barbalha dista, em linha reta, 401 quilômetros da Capital do Estado, colocando-se em 7.º lugar na ordem decrescente, e possui as seguintes coordenadas geográficas calculadas: 4º 21' de latitude Sul e 38º 50' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

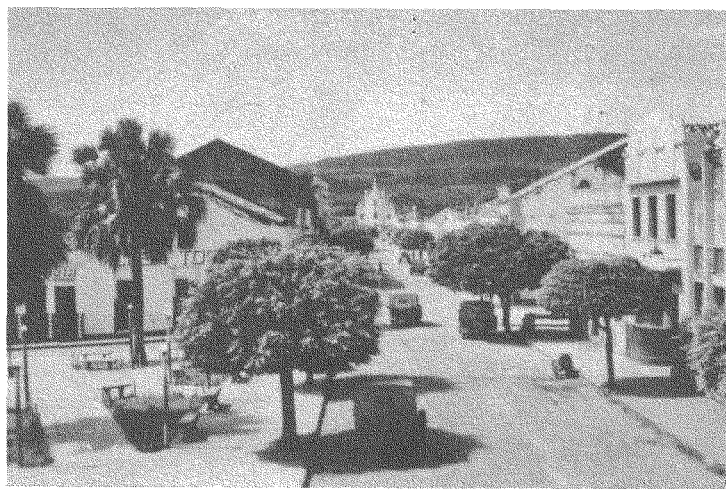
ALTITUDE — É de 420 metros na sede municipal, sendo a 21.ª em ordem decrescente de altitude no Estado do Ceará.

CLIMA — O município apresenta um clima excelente, próprio da Zona do Cariri, variando a temperatura entre 21,5°C no inverno e 35,3°C no verão, com a média compensada de 29,2°C. O período normal de chuvas prolonga-se de dezembro a abril e o de sêcas, de maio a novembro. A ocorrência de trovoada verifica-se sempre de janeiro a março.

ÁREA — A área do município é de 537 quilômetros quadrados, sendo um dos menores do Estado, figurando em 80.° lugar em relação às áreas das demais comunas.

Agência dos Correios e Telégrafos

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O solo é pouco acidentado, muito fértil, um tanto argiloso e arenoso, havendo terras boas, regulares e inferiores. Quase não há matas, existindo capoeiras. Os principais acidentes geográficos são: a Chapada do Araripe, que serve de limite com o Estado de Pernambuco; o rio Salamanca, que nasce no município e corre de oeste para leste; e a "Caverna do Farias", situada no sopé da Serra do Araripe, nesta penetrando 500 metros em sentido horizontal.

RIQUEZAS NATURAIS — A riqueza natural de maior evidência no município é o babaçual, seguida por pequizal e pequena reserva de matas para extração de lenha. As minerais consistem em jazidas de gipsita, ocre e cal preta, das quais apenas a última vem sendo industrializada.

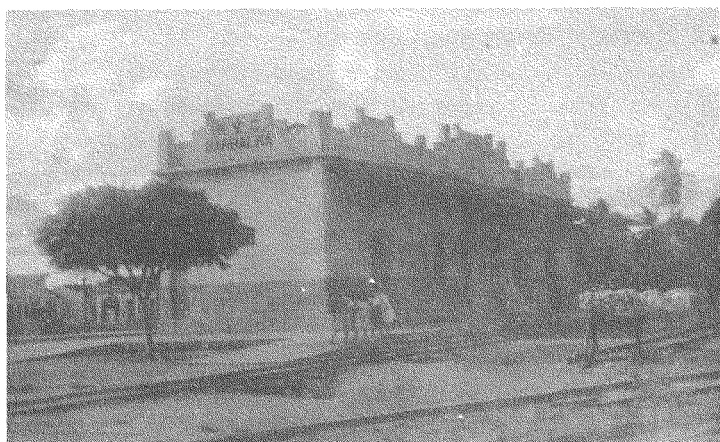
POPULAÇÃO — A população de Barbalha, segundo o Recenseamento de 1950, era de 22 987 habitantes, sendo 11 023 homens e 11 964 mulheres. Lidera a raça parda, com 15 797 pessoas, sendo 7 715 homens e 8 082 mulheres; brancos — 5 182 (2 316 homens e 2 866 mulheres); pretos — 1 983 (977 homens e 1 006 mulheres); e sem declaração — 25 (15 homens e 10 mulheres). Das pessoas de 15 anos e mais,

Rua do Vídeo

em número de 12 508 (5 699 homens e 6 809 mulheres), 4 687 eram solteiras, sendo 2 121 homens e 2 566 mulheres; casadas — 6 983 (3 445 homens e 3 538 mulheres); desquitada — 1 mulher; viúvas — 819 (125 homens e 694 mulheres); e sem declaração — 18 (8 homens e 10 mulheres).

Tôda a população era de nacionalidade brasileira. Predominava a Religião Católica Romana, com 22 960 adeptos, sendo 11 012 homens e 11 948 mulheres; protestantes — 6 (2 homens e 4 mulheres); sem religião — 2 homens; e sem declaração — 19 (7 homens e 12 mulheres). A densidade era de 42,80 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 81,34% localizavam-se na zona rural, num total de 18 698 (9 125 homens e 9 573 mulheres). Com essa densidade demográfica, Barbalha ocupa o 10.° lugar, entre os municípios do interior Cearense.

Pela estimativa elaborada pela Inspetoria Ragional de Estatística para 1.° de julho de 1957, verificou-se que a população de Barbalha era àquela data de 23 715 habitantes, havendo por conseguinte um aumento de 728 pessoas, ou seja, 3,17% sôbre o efetivo populacional constatado pelo Recenseamento de 1950.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São 2 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Barbalha, com 4 165 habitantes, sendo 1 832 homens e 2 333 mulheres; e a vila de Arajara, com 124 (66 homens e 58 mulheres). Nas zonas urbanas da cidade e vila existiam 3 516 habitantes (1 546 homens e 1 970 mulheres) e no quadro suburbano, 773 pessoas (352 homens e 421 mulheres), conforme resultados censitários de 1950.

Ginásio Santo Antônio

Estação da Rêde Viação Cearense

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município tem como base fundamental a exportação de rapadura, seu principal sustentáculo. Vem em segundo lugar, mas em muito menores proporções, a exportação de farinha de mandioca e amêndoa de côco babaçu.

No município tem grande desenvolvimento a cultura da cana-de-açúcar, em conseqüência da grande produção de rapadura, de que é matéria-prima essencial. A sua colheita é a maior do Estado e eleva-se a 108 000 toneladas, no valor de 17 milhões de cruzeiros.

Há, em Barbalha, cêrca de 200 agricultores que se dedicam quase exclusivamente ao cultivo da cana-de-açúcar.

As demais culturas, por ordem decrescente, são mandioca-brava — 7 474 toneladas, no valor de mais de 2 milhões de cruzeiros; algodão herbáceo — 9 544 arrôbas, valendo mais de 1,5 milhões de cruzeiros; arroz — 5 050 sacos de 60 quilogramas, avaliados em pouco mais de 1 milhão de cruzeiros; banana — 12 480 cachos, valendo 450 milhares de cruzeiros; milho — 405 sacos de 60 quilogramas, estimados em 405 milhares de cruzeiros; e mandioca-mansa — 528 toneladas, no valor de 290 milhares de cruzeiros.

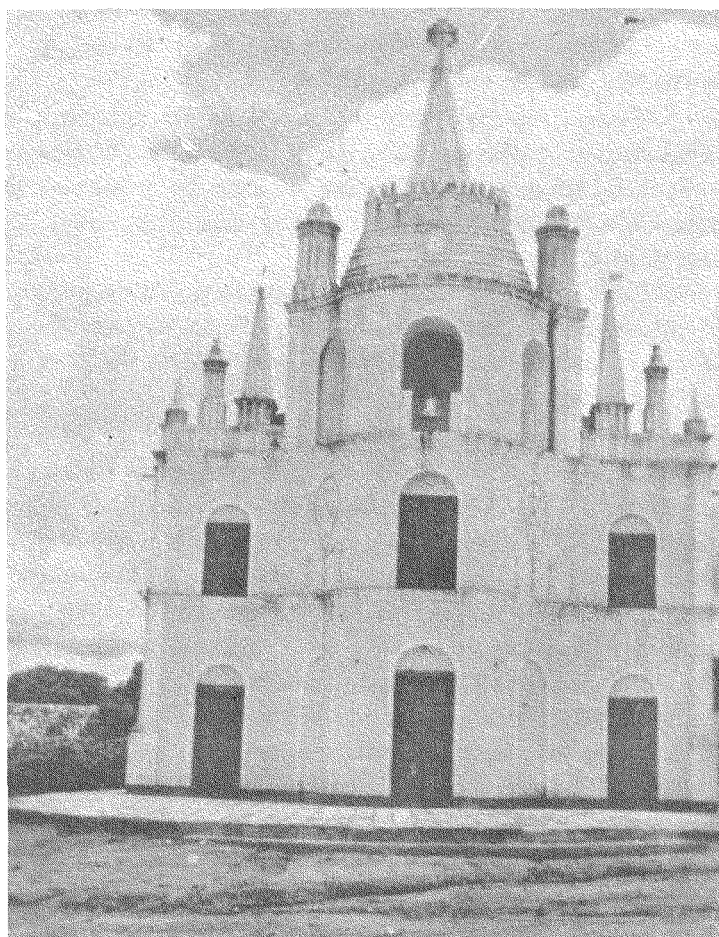
Os outros cultivos de menor porte são abacate, abacaxi, batata-doce, côco-da-baía, feijão, fumo, laranja e manga.

Os compradores dos produtos agrícolas se originam dos Estados da Paraíba, do Rio Grande do Norte, de Pernambuco e ainda de outros municípios do Estado, que no período de junho a setembro visitam o município com êste objetivo. Cêrca de 250 caminhões transportam, mensalmente, mercadorias de Barbalha, de fácil aceitação no comércio varejista, numa espécie de permuta com outros artigos de

Agência Municipal de Estatística

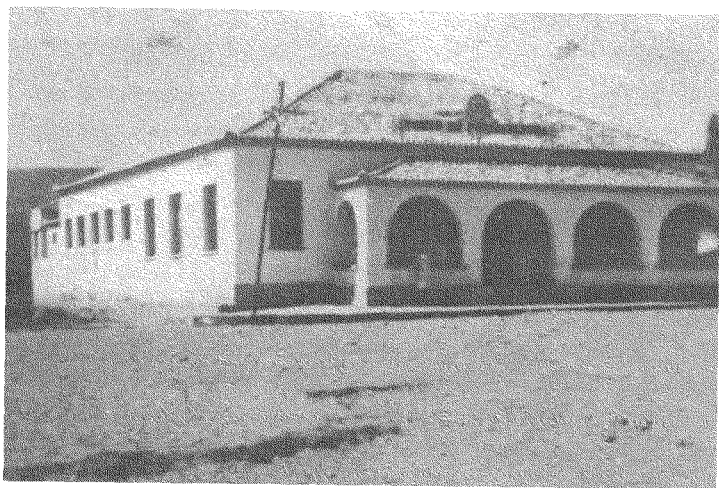
consumo obrigatório, com reais benefícios para o comércio local.

É limitada a atividade pecuária, restringindo-se esta à produção de leite. Os criadores locais têm suas fazendas localizadas no Estado de Pernambuco, nos municípios de Serrita, Bodocó e outros, sendo, portanto, de pouca significação para a vida econômica do município.

Em 31 de dezembro de 1955, de acôrdo com elementos divulgados pelo Departamento Estadual de Estatística, o efetivo da população pecuária de Barbalha era 41 555 cabeças, avaliadas em mais de 46 milhões de cruzeiros, destacando-se os seguintes rebanhos: 9 370 bovinos, 1 965 eqüinos, 2 690 asininos, 2 120 muares, 15 980 ovinos e 7 980 caprinos.

Igreja de Nossa Senhora do Rosário

Pelos dados do Recenseamento Geral de 1950, 4 803 pessoas (4 666 homens e 137 mulheres) declararam como ocupação principal o ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", as quais representavam 71,84% do total da população em idade ativa, com dez anos e mais.

A produção extrativa vegetal é relativamente desenvolvida, estando em exploração neste setor a amêndoa de côco babaçu, com produção anual superior a 1,2 milhões de cruzeiros; a madeira para fins domésticos, com produção de 200 milhares de cruzeiros; o pequi, com produção de 359 milhares de cruzeiros e pequena produção de carvão vegetal. No campo mineral há extração de barro (argila) e cal preta, no valor total de aproximadamente 400 milhares de cruzeiros.

Dos 25 estabelecimentos industriais existentes em Barbalha 20 possuíam mais de cinco empregados. Dêste total, 20 se dedicavam à fabricação de rapadura, 1 à extração

Pôsto de Puericultura da L.B.A.

de cal preta, 1 à extração de amêndoas de babaçu e 3 ao fabrico de tijolos e telhas.

Merece especial relêvo a produção de rapadura no município, a qual é estimada em 9 milhões de quilogramas anuais, situando-se em 1.º lugar no Estado. O número de engenhos espalhados por todo o município é 67, todos êles movidos a fôrça motriz.

Também os aviamentos em número de 120 devem ser referidos, pôsto que a produção de farinha de mandioca é bem expressiva, valendo salientar a existência de 25 aviamentos dotados de fôrça motriz.

Em 1955, ainda conforme dados do D.E.E., Barbalha produziu 16 000 sacas de 60 quilogramas de farinha de mandioca, no valor de aproximadamente 1,5 milhões de cruzeiros e 8 520 000 quilogramas de rapadura, avaliados em pouco menos de 30 milhões de cruzeiros.

A produção de energia elétrica é de 3 160 kWh para consumo público e 6 712 kWh para consumo particular.

A Subestação Experimental de Barbalha, desde 20 de julho de 1933 vem imprimindo novos rumos à vida agrícola do município, aperfeiçoando seus métodos de cultivo, outrora muito rudimentares, notadamente da cana-de-açúcar, cujo rendimento duplicou com os novos ensinamentos técnicos, com reais proveitos para a economia local.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio de Barbalha, outrora florescente no conjunto das outras cidades do Cariri e além, veio, pouco a pouco, passando para segundo plano, entre outros motivos pela deficiência de transportes. Até mesmo a Estrada de Ferro de Baturité, ao penetrar na região até Crato, estação terminal, deixou de lado a cidade de Barbalha, esquecida entre Missão Velha, Juàzeiro do Norte e Crato, fato de que muito se ressentiam seus filhos, com justificada razão.

Nos últimos tempos, no entanto, alguns benefícios de ordem administrativa lhe têm sido concedidos, entre os quais se mencionam construções rodoviárias, ligando a sede municipal com outras cidades próximas, e sobretudo o ramal ferroviário Juàzeiro do Norte—Barbalha, o que não deixa de vir contribuindo para o levantamento comercial do município.

A principal atividade comercial é a exportação de rapadura e, em muito menores proporções, a de farinha de mandioca, tendo certa relevância, também, a de amêndoas e côco babaçu.

Em regra geral, o município exporta seus produtos para os mercados de Recife, Campina Grande, Mossoró, Juàzeiro do Norte, Crato e Fortaleza, importando a mercadoria de que necessita das praças de Recife (tecidos e artefatos, chapéus, ferragens, material elétrico, motores, bebidas, etc.); de Campina Grande (café em grãos, farinha de trigo, combustíveis e outros); de Mossoró (sal, farinha de trigo e outros gêneros alimentícios); e de Fortaleza (medicamentos, combustíveis, etc.).

Há na sede municipal 8 estabelecimentos atacadistas e 55 varejistas, inexistindo bancos ou casas bancárias além da Cooperativa de Crédito de Barbalha Limitada.

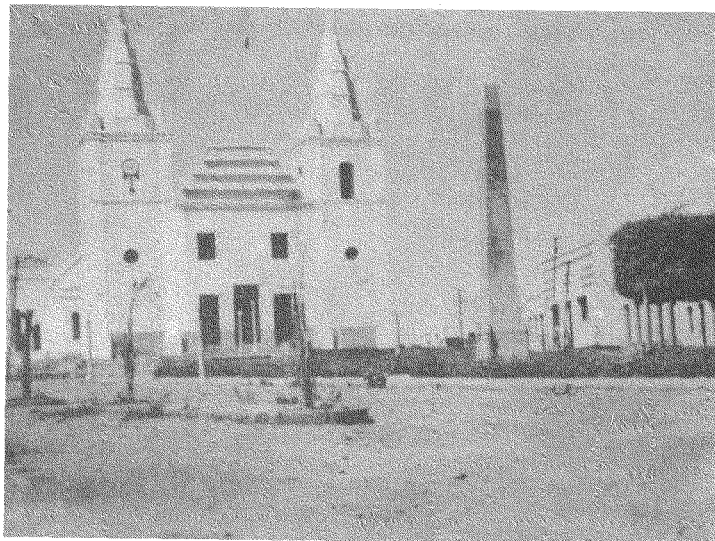
Na cidade de Barbalha se realizam feiras aos sábados, às quais acorrem pessoas inclusive dos municípios vizinhos, despertando geral e estimulador movimento comercial.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade é servida por estradas de rodagem e pela Estrada de Ferro de Baturité, da R.V.C. (Ramal de Juàzeiro do Norte). Cortam o centro urbano várias linhas regulares de ônibus, caminhões, etc. que se destinam a vários municípios do Estado e de Estados vizinhos.

Liga-se com os municípios limítrofes e com a Capital do Estado, pelos seguintes meios de transporte: Crato — rodoviário — 27 km; Jardim — rodoviário — 42 km; Juàzeiro do Norte — rodoviário — 15 km e ferroviário — 16 km; a Missão Velha — rodoviário — 23 km; Serrita (PE) — cavalo (via Ori) — 96 km; Capital do Estado: misto a) rodoviário (até Juàzeiro), 15 km e b) ferroviário — 588 km ou ferroviário via Juàzeiro do Norte — 604 km.

A sede municipal conta com uma agência postal-telegráfica do D.C.T. Funciona, ainda, na Estação Ferroviária da R.V.C., uma agência telegráfica de uso privativo daquela repartição.

ASPECTOS URBANOS — Barbalha é uma das mais belas cidades da região do Cariri, cercada por verdes canaviais e fontes de águas perenes. O seu clima é ameno. Suas ruas são bem traçadas e seu aspecto urbano demonstra sobriedade e bom gôsto. Abriga elevado número de estudantes vindos de outros municípios, dado o conceito que desfrutam seus modelares estabelecimentos de ensino.

Em 1950, conforme os dados do Recenseamento Geral, sua população era de 4 165 habitantes.

Matriz de Santo Antônio

Possui, atualmente, 37 logradouros públicos, dos quais 4 são arborizados, 2 ajardinados e 1 arborizado e ajardinado, simultâneamente, e 20 pavimentados de paralelepípedos e pedras irregulares numa área aproximada de 22 000 metros quadrados.

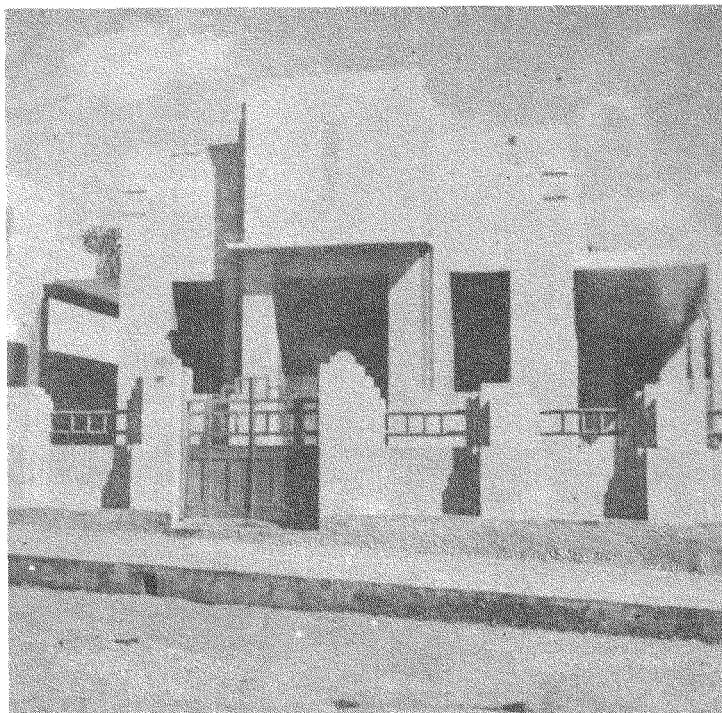
É servida de boa iluminação elétrica, pública e particular, sendo de 565 o efetivo de ligações domiciliares, e de um serviço de limpeza pública da Prefeitura, que beneficia 32 logradouros e 812 prédios. Dos 1 333 prédios de que se forma a cidade, 1 206 são exclusivamente residenciais e os restantes têm finalidades diversas.

A cidade é abastecida por um serviço de água canalizada, da Prefeitura Municipal, que serve 8 logradouros, sendo 82 o número de prédios beneficiados, além de 6 chafarizes públicos.

Encontram-se, regularmente instaladas, 3 pensões na sede municipal que atendem, diàriamente, o elevado número de transeuntes, cobrando uma diária de Cr$ 90,00.

Militam na cidade de Barbalha, 4 médicos, 2 dentistas, 1 farmacêutico e 1 agrônomo. Na Prefeitura Municipal estavam registrados em 31 de dezembro de 1956, 3 automóveis e 7 caminhões.

De propriedade da Prefeitura Municipal funciona na cidade um possante serviço de alto-falante.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — No que toca à assistência médica, conta o município de Barbalha com os seguintes estabelecimentos: "Pôsto de Tracoma de Barbalha" (federal); "Pôsto de Puericultura da L.B.A." e "Pôsto Móvel de Barbalha" (federal), destinado ao tratamento de tracoma. A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, apesar de ainda não possuir estabelecimento destinado à assistência médica, vem desenvolvendo notáveis atividades na prestação de benefícios que lhe são peculiares.

Monumento ao motorista

Sede do Cetemo Clube

A população da comuna é assistida por 4 médicos, 2 dentistas e 1 farmacêutico.

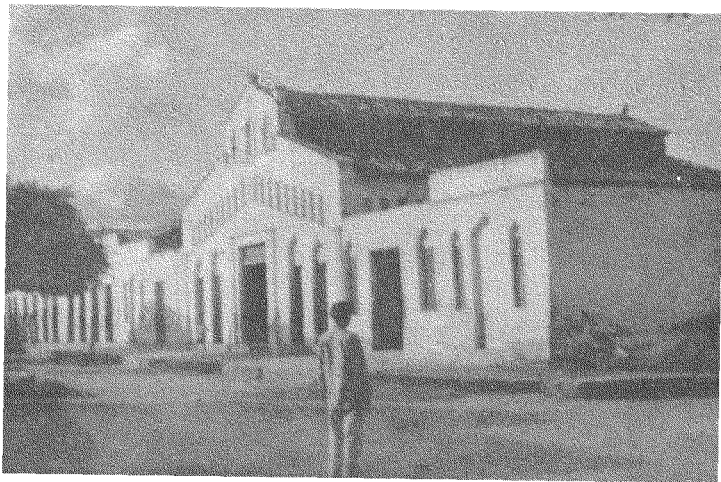
ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A assistência social é também praticada no município pelo "Círculo Operário São José de Barbalha", que atende não só aos seus associados como também a estranhos. Foi fundado em 1932, e seu efetivo social em 31 de dezembro de 1956 era de 1 181 componentes; "Sociedade São Vicente de Paulo" e "Associação das Senhoras de Caridade".

O "Centro de Melhoramentos de Barbalha" e a "Liga Contra o Analfabetismo", não se descuidam de difundir, mesmo indiretamente, a assistência social na terra barbalhense.

Existem no município 2 órgãos cooperativistas, com 913 sócios: a "Cooperativa de Crédito de Barbalha Limitada" e a "Cooperativa Agrícola de Barbalha" com um movimento financeiro bem apreciável. Com exceção do município de Crato, Barbalha é líder no movimento cooperativista, dentre os demais da zona do Cariri.

ALFABETIZAÇÃO — A população de 5 anos e mais no município de Barbalha, conforme o Recenseamento Geral de 1950, somou 18 917 habitantes. Dêste total 4 204 eram alfabetizados sendo 2 006 homens e 2 198 mulheres.

O total de pessoas de 5 anos e mais na cidade de Barbalha foi de 3 489, dos quais 1 693 sabiam ler e escrever (748 homens e 945 mulheres).

Ensino — Barbalha possuía, em 1956, na cidade e no restante do município, 84 unidades escolares com uma matrícula inicial de 1 527 alunos masculinos e femininos. A taxa anual em 1950 chegou a 25,96% e 24,3% no Estado do Ceará. Existia ainda no município em 1956 um estabelecimento de ensino extraprimário, denominado Ginásio Santo Antônio de Barbalha, com dois cursos: ginasial e normal,

Mercado Público

com a matrícula inicial de 207 alunos (89 homens e 118 mulheres). O total de alunos que concluíram cursos em 1955, estava assim distribuído: 12 homens e 10 mulheres.

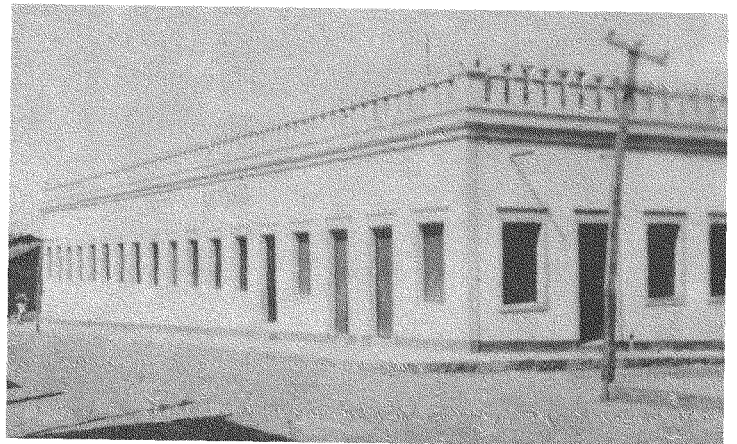
OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Encontram-se em pleno funcionamento, na cidade, 1 livraria; 1 cinema, o "Cine Odeon", com capacidade para 150 lugares, funcionando 4 vêzes por semana; 1 associação cultural, a "Liga Barbalhense Contra o Analfabetismo", com finalidade cultural, educacional e recreativa; o Centro de Melhoramentos de Barbalha, "sui generis" associação dos filhos e amigos de Barbalha que trabalham pelo progresso da terra, sendo inúmeras as suas realizações nos setores social, cultural e assistencial; 2 bibliotecas, sendo 1 do Gabinete de Leitura, com 3 000 volumes, de natureza geral e a outra, pertencente à Prefeitura, também de natureza geral, com 2 500 volumes. Possui, ainda, 1 pequeno periódico de publicação mensal, "O Clarim", órgão da Congregação Mariana, de finalidade noticiosa e religiosa.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	466	814	460	170	476
1951	705	1 001	750	178	707
1952	900	1 270	729	202	741
1953	1 140	1 220	1 154	197	1 091
1954	970	1 389	1 044	194	1 095
1955	1 112	1 523	1 281	335	1 248
1956	670	2 154	1 712	338	1 702

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Há, na cidade, o "Monumento ao Motorista", e o "Obelisco", comemorativo da passagem de Nossa Senhora de Fátima pela Comuna.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Os principais festejos são de cunho religioso. Ocorrem anualmente, no período de 1.º a 13 de junho, as festividades em honra ao padroeiro, Santo Antônio, sempre celebradas com muito brilhantismo. No último dia das comemorações, é realizada a procissão com tôda a pompa como manda o ritual católico. É um espetáculo magnífico, no qual tomam parte todos os fiéis do município e das localidades adjacentes.

VULTOS ILUSTRES — *Tristão Gonçalves de Alencar Araripe* — Nasceu em 1790. O grande herói da Revolução de 1817. Com Pereira Filgueiras, foi a figura central da expedição de Caxias, que libertou o Piauí e o Maranhão do jugo português. Alma da República do Equador no Ceará, e por isso aclamado o seu presidente (1824). Morreu heròicamente no lugar Santa Rosa, batalhando pela vitória de seu ideal. *José Martiniano de Alencar* — Nasceu em 16 de outubro de 1794. Representou o Ceará na Constituinte Portuguêsa, e a abandonou por motivos políticos, refugiando-se na Inglaterra. Eleito Deputado Geral pelo Ceará e por Minas Gerais ao mesmo tempo, preferiu representar sua terra. Foi Senador do Império; prócer de grande prestígio político, mentor do Partido Liberal no Ceará, duas vêzes governou o seu Estado natal fazendo profícua e memorável administração. Nasceu no sítio "Lambedor", vizinho à cidade de Barbalha e faleceu a 15 de março de 1860. Era irmão de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe. *Coronel Joaquim Pinto Madeira* — Nasceu na fazenda "Coité". Grande patriota, homem de coragem extraordinária, lutou denodadamente pela volta de D. Pedro I ao trono. Era capitão-mor em Crato, na época da prisão dos Alencares, os tendo enviado ao capitão-mor de Icó. Inflingiu sérias derrotas às fôrças legalistas, sendo afinal derrotado. Foi julgado e fuzilado em Crato, no lugar denominado "Barro Vermelho", em 28 de fevereiro de 1834. *Dr. José Martins D'Alvarez* — Nasceu em 14 de setembro de 1903. "Escritor e poeta de muita vivacidade e originalidade. Membro da Academia de Letras do Ceará. Formado em Odontologia, exerce sua profissão na Capital Federal. Professor da Faculdade Nacional de Odontologia da Universidade do Brasil" (R. Girão). Escreveu um livro de poesias, "A Ronda das Horas Verdes" e a novela "Quarta-Feira de Cinzas", que mereceu Menção Honrosa da Academia Brasileira de Letras. Publicou, ainda, em Fortaleza, "Vitral", poesias e "Morro do Moinho", seu único romance. No Rio de Janeiro publicou: "O Norte Canta", poesia regional; "Chama Infinita", poesia; "No Mundo da Lua", poesia infantil e "Ritmos e Legendas", destinada só aos amigos e admiradores. Escreveu, ainda, sôbre assuntos da sua técnica odontológica: "A Saúde e os Dentes", "O Problema do Canal Radicular", "Tecnologia do Amálgama Dentário", "Calor e Temperatura em Odonto-metalurgia", "A Odontologia em Face da Ciência Contemporânea", "Efeitos da Fusão sôbre Ligas de Cromo e Cobalto". *Dr. Leão Sampaio*, médico ilustre, grande filantropo, sendo considerado no Ca-

Gabinete de Leitura

riri o "maior amigo dos pobres". Representou o Ceará por 2 vêzes na Câmara Federal, como Deputado. *Dr. Mariano de Luna Alencar* — Ilustre jurista, Desembargador no Estado do Amazonas, onde exerceu também os cargos de Chefe de Polícia e Promotor Geral do Estado.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Barbalha dispõe de dois importantíssimos pontos de atração turística. A Fonte Termal de Caldas, cuja tradicionalidade já vai tornando-a célebre; é a que mais se destaca, em virtude da crença terapêutica que é dada às suas águas. Do movimento que é feito em tôrno dêsse presente que a natureza concedeu a Barbalha, originou-se a construção de uma piscina e um hotel para servir aos que o procuram. A "Caverna do Farias" no sope da Serra do Araripe, com 500 metros de profundidade, de onde emergem duas fontes.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Barbalha é a parte mais ubérrima do Vale do Cariri, banhando-a o rio Salamanca. Tendo localizada em seu território a "Fonte Termal de Caldas", a qual serve de atração às pessoas de outras paragens que sentem desequilíbrio de saúde, vem servindo de consultório a destacados médicos, entre os quais vale ressaltar o Dr. Leão Sampaio.

O município centraliza o Vale do Cariri, ficando entre Missão Velha, Jardim, Crato e Juàzeiro do Norte.

O topônimo Barbalha tem sua origem de um sítio do mesmo nome, adquirido, segundo Antônio Bezerra (Algumas Origens do Ceará — pág. 122), em 1735, pelo capitão Francisco de Magalhães Barreto e Sá. Aquêle sítio recebera o nome de Barbalha "em conseqüência de nêle ter habitado uma mulher assim chamada" (O Ceará — 2.ª edição — Raimundo Girão e Antônio Martins Filho).

BARRO — CE

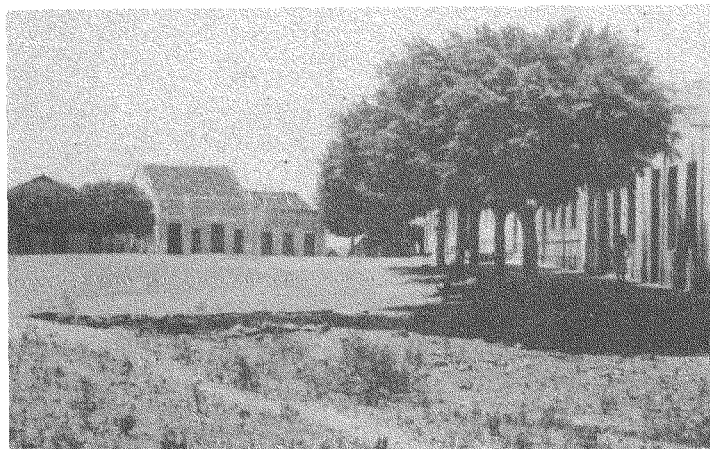
Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Ao findar do último quartel do século XVIII, as terras que hoje constituem o município de Barro principiaram a ser trabalhadas por vários colonizadores, dentre os quais merecem destacados o capitão Nicolau da Silva de Jesus, casado com Dona Angélica Ferreira da Silva e o coronel Joaquim Jorge Papinha, chefe de numerosa família.

Em 1786, era concedida data e sesmaria, compreendendo gleba vasta situada nas ribeiras do Cumbe, ao dito Nicolau da Silva Jesus.

Em 1832, Joaquim Jorge Papinha já era homem de vastos cabedais, com casarão de fazenda cercada de moradores que laboravam a terra, e agregados que cuidavam do gado.

Anos mais tarde, a conhecida Data do Cumbe, a sesmaria mais importante da região, era desmembrada; dela se originaram várias propriedades constituídas em sítios excelentes que se denominavam de Timbaúba, Xique-Xique, Gangorra, Catolé, Bálsamo, Mandasaia e o de Barro que daria nome ao município.

Como era natural, o agrupamento tornou-se mais denso, onde havia fartura de água boa e nos pequenos va-

Vista de uma praça da cidade

les, que prodigalizavam rendosas safras e condições propícias à sobrevivência das criações.

Exatamente onde os riachos Cumbe e Barro fazem junção, surgiu o povoado, com pequena concentração urbana, arruado singelo, casario de beira e bica.

Em 1880, erigia-se uma capelinha dedicada a Santo Antônio, construída por autorização de Ana de Sousa, espôsa de Januário José de Sousa. O patrimônio de Santo Antônio, doado por Ana de Sousa, compreendia as terras onde hoje se localiza a praça da capela.

Um dos fatos que concorreu para que Barro se tornasse conhecido, foi o predomínio, o poderio e o absolutismo do famoso coronel José Inácio de Sousa, conhecido mais por José Inácio do Barro.

Era o coronel José Inácio, fazendeiro, proprietário de muitas terras. Dominava tudo a ferro e fogo. Representou com muita fidelidade a arrogância do coronelismo botocudo que dominou os sertões na quadra da política de campanário, do eleitor a bico de pena.

As façanhas de José Inácio e do bando que lhe obedecia cegamente tingiram de sangue vasta região da zona sul do Estado, sobretudo a cidade de Aurora.

Foi o coronel Benjamin Barroso, então Governador do Estado, que em 1922, forçou o famoso caudilho-mirim a ponto de o mesmo abandonar as suas propriedades e retirar-se para os sertões de Goiás onde teria sido assassinado.

Passados os dias de terror, o pequeno lugarejo voltou a prosperar, e a 20 de janeiro de 1929, realizava-se a primeira feira comercial, solenemente abençoada pelo ilustre historiador cearense, padre Antônio Gomes Araújo.

Nesta nova fase de desenvolvimento do Barro devem-se ressaltar os nomes de Justino Alves Feitosa, Raimundo Inácio de Sousa, filho de José Inácio, Manuel Américo de Araújo Lima, que além de outros benefícios, ajudados por outros antigos fazendeiros do município, aumentaram o patrimônio da capelania.

Pelo Decreto estadual de n.º 378, de 20 de outubro de 1937, Barro foi elevado à categoria de distrito do município de Milagres.

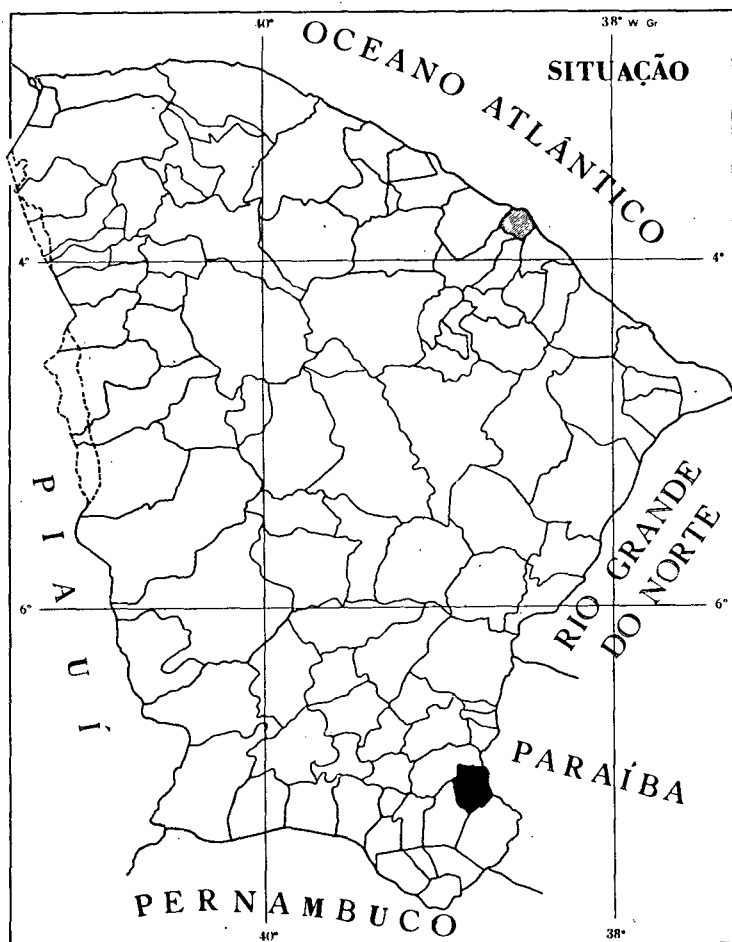
De conformidade com a Lei estadual n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, o distrito foi elevado a município e a vila à categoria de cidade, cuja instalação ocorreu a 25 de março de 1955.

O município está constituído dos distritos de Barro (sede municipal), Cuncas, que pertencia a Milagres, e Iara,

Rua da Rodagem

antigo Boa Esperança, que fazia parte do município de Aurora.

Era têrmo da comarca de Milagres até que a Lei número 3 508, de 20 de dezembro de 1956, sancionada pelo Governador Paulo Sarasate, transformou-o em comarca de primeira entrância, provida de Juiz de Direito e Promotor de Justiça. Seu primeiro e atual Prefeito é o coronel Justino Alves Feitosa, chefe de numerosa família e a quem o município deve inúmeros melhoramentos.

LOCALIZAÇÃO — O município de Barro situa-se na Zona Fisiográfica do Cariri — região privilegiada do Nordeste brasileiro, de terras férteis, fartamente irrigadas por águas de fontes perenes. Limita com o Estado da Paraíba e os municípios de Milagres, Aurora e Mauriti. A cidade dista da Capital, em linha reta, 379 quilômetros e possui as seguintes coordenadas geográficas calculadas: 7° 10' de latitude Sul e 38° 47' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 255 metros na sede municipal, sendo a 42.ª colocada em ordem de altitude no Estado do Ceará.

CLIMA — O município apresenta o clima comum do Cariri, diferenciado das demais zonas. A temperatura oscila entre 23°C e 34°C, cuja média compensada é da ordem de 30° centígrados. O período de inverno estende-se de fevereiro a junho e as trovoadas verificam-se de janeiro a abril.

ÁREA — A área do município é de 500 km², sendo um dos menores do Estado, figurando em 82.° lugar em relação às áreas das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são as serras de São Gonçalo e das Balanças, nos limites com o Estado da Paraíba. O território de Barro é de formação argilosa, pouco acidentado.

RIQUEZAS NATURAIS — Barro (argila), carnaubal, oiticical e coroàzal.

POPULAÇÃO — A população do município de Barro, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 9 385 habitantes, sendo 4 755 homens e 4 630 mulheres. Nessa época o município em aprêço era distrito pertencente ao município de Milagres e, isoladamente, contava apenas 3 390 habitantes, os quais, somados aos habitantes de Cuncas (3 137) e Iara (2 858), também recenseados em 1950, totalizam a população acima descrita. Os distritos de Barro e Cuncas foram desmembrados de Milagres e o de Iara do município de Aurora, para, em conjunto, formarem o município de que o primeiro distrito mencionado é a sede, conforme Lei n.° 1 153, de 1951.

Na área rural o município abrigava, consoante revela o Recenseamento já aludido, 7 878 habitantes, sendo 4 024 homens e 3 854 mulheres, representando 83,94% da população total do município.

Segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística Municipal, calculada para 1.° de julho de 1957, a população de Barro era, àquela data, de 9 865 habitantes, constatando-se um acréscimo de 5,11%, ou seja, 480 pessoas sôbre o efetivo populacional de 1.° de julho de 1950.

Aglomerações urbanas — As três aglomerações urbanas existentes no município de Barro se dividem quanto aos quantitativos demográficos, da seguinte maneira: cidade de Barro — 789 habitantes (380 homens e 409 mulheres); vila de Cuncas — 200 habitantes (97 homens e 103 mulheres); e vila de Iara — 518 habitantes (254 homens e 264 mulheres), consoante revelou o Recenseamento Geral de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica do município reside no cultivo agropecuário. O algodão arbóreo é um dos maiores contribuintes para o realce do valor da produção agrícola local. No setor da pecuária, o maior contingente se constata na espécie bovina. A indústria de transformação dos produtos agrícolas caminha de parceria com outras atividades para a formação da economia de Barro.

Município essencialmente agrícola, Barro concentra no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" a maior par-

te de sua população ativa, considerados os habitantes de 10 anos e mais.

A safra agrícola de 1955, segundo dados fornecidos pelo Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, foi estimada em mais de 15 milhões de cruzeiros, salientando-se os seguintes produtos: algodão arbóreo, 67 000 arrôbas no valor de 8 milhões de cruzeiros; cana-de-açúcar, 16 000 toneladas valendo 2 milhões; feijão, 13 300 sacos no total de 1,9 milhões; arroz, 4 000 sacos de 60 kg no valor de 1,6 milhões de cruzeiros. As culturas de menor importância são: milho, mandioca, frutas, amendoim, fava e batata.

O excedente da produção agrícola do município é transportado para diversas praças dos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, mercados principais para seus produtos.

O efetivo pecuário em 1955, segundo elementos fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística do Ceará, era o seguinte: bovinos — 12 434 = Cr$ 12 400 000,00; eqüinos — 1 904 = Cr$ 2 400 000,00; muares — 663 = Cr$ 1 000 000,00; suínos — 7 126 = Cr$ 1 000 000,00; asininos — 1 232 = Cr$ 246 000,00; ovinos — 6 498 = Cr$ 325 000,00 e caprinos — 7 048 = Cr$ 425 000,00.

A produção extrativa apresentou, em 1956, o montante de Cr$ 1 895 300,00, assim discriminado: mineral (cerâmica) Cr$ 414 880,00; vegetal, Cr$ 1 331 500,00 e animal Cr$ 49 920,00. Os produtos principais são: tijolos e telhas de barro, cêra e palha de carnaúba, oiticica, madeira, mel e cêra de abelha e peles silvestres.

Os engenhos, alambiques e casas-de-farinha espalhados pelo município produzem anualmente cêrca de 1 280 000

Capela na vila de Iara

Vista de uma casa residencial

quilogramas de rapadura, 64 000 litros de aguardente e 4 800 sacos de farinha de mandioca.

Os principais estabelecimentos que preencheram em 1956 os boletins do Registro Industrial foram cinco e exploravam as seguintes atividades: panificação e fornecimento de energia elétrica. Os demais, pequenos estabelecimentos fabris, se ocupavam da fabricação de farinha de mandioca e rapadura.

COMÉRCIO — O comércio do município de Barro tem as suas principais vinculações com Crato e Juàzeiro do Norte, no Estado do Ceará e com Cajàzeiras e Campina Grande, no Estado da Paraíba. Uma firma comercial com atividades atacadistas e três ativando o comércio varejista constituem êste ramo da vida "barrense".

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pela rodovia BR-13 (Transnordestina), da qual saem na margem esquerda, à altura do município de Ipaumirim, a artéria rodoviária que conduz à Paraíba e na direita, no município de Milagres, a estrada por onde se demanda às cidades de Juàzeiro do Norte e Crato.

O município não dispõe de linha regular de transportes, mas 11 caminhões fazem o seu intercâmbio comercial com as praças compradoras, no que diz respeito ao transporte de cargas. Quanto à locomoção de passageiros, é atendida pelos ônibus da emprêsa rodoviária "Expresso de Luxo", nas linhas Fortaleza—Crato, Fortaleza—Recife e pela "Transnordestina", que faz a linha Fortaleza—Cajàzeiras.

Barro liga-se aos municípios vizinhos e à Capital Estadual pelos seguintes meios de transporte: a Cajàzeiras (PB): rodoviário — 42 km; a Jatobá (PB): rodoviário — 42 km; a Aurora: rodoviário — 32 km; a Milagres: rodoviário — 26 km; a Mauriti: rodoviário — 38 km.

Uma agência postal-telefônica, localizada na cidade, atende a população do município, no que concerne às suas comunicações com outras comunas do Estado e com outras localidades do País. Esta unidade de comunicações pertence ao Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Barro, segundo os dados do Recenseamento de 1950, possuía população de 3 390 habitantes. A sua área pavimentada é de 5% de pedra irregular e o restante sem pavimentação.

A sede municipal é servida de luz elétrica pública e particular, possuindo 60 ligações domiciliárias.

É mantido pela Prefeitura Municipal o serviço de limpeza das vias públicas e remoção de lixo, beneficiando 8 logradouros da sede do município.

Como meio de hospedagem conta com 3 hotéis cobrando a diária média de Cr$ 115,00, fornecendo alimentação e pousada.

Em 1956 estavam registrados na Prefeitura 8 caminhões de propriedade particular.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Encontram-se prestando assistência médico-sanitária aos habitantes do município 1 dentista e um farmacêutico prático. Funciona na sede municipal 1 farmácia.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — O sentimento associativo é muito pouco difundido no interior do Ceará, de vez que, rara é a cidade que apresenta algum desenvolvimento neste particular, porquanto o que sempre aparece são as "Conferências de São Vicente de Paulo", unidades com que conta o povo de Barro como órgão de assistência social.

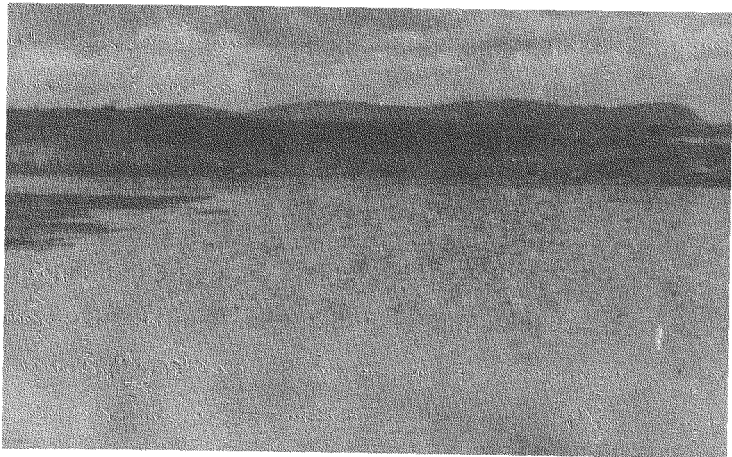
ALFABETIZAÇÃO — Das 665 pessoas de 5 anos e mais recenseadas na então vila de Barro, 333 sabiam ler e escrever, sendo 108 homens e 125 mulheres .

Ensino — Em 1956 o município de Barro dispunha de 35 estabelecimentos de ensino primário, nos quais foram matriculados 583 alunos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	534	—	—	—
1951	...	460	—	—	—
1952	...	617	—	—	—
1953	...	598	—	—	—
1954	...	671	—	—	—
1955	...	1 010	—	—	—
1956	...	1 576	712	80	562
1957 (1)	...	—	797	155	797

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A festa que mais se destaca no município de Barro é a de São Gerardo, de caráter religioso, realizada no dia 16 de outubro de cada ano. No período dos festejos, que vai do dia 7 a 16 daquele mês, há convergência de quase tôda a população do município e de muita gente dos municípios vizinhos, transformando a quietude de ordinária em animação que dá à pequena cidade um aspecto extraordinàriamente bizarro.

Vista de uma rua da cidade

Vista da Barragem

As festas religiosas da cidade de Barro sempre atraem cantadores que, de improviso, ao som da viola, não deixam de rememorar "José Inácio de Barro".

VULTO ILUSTRE — *Dr. Normando Feitosa*, professor de vários estabelecimentos em Campina Grande e vulto de destaque na magistratura daquele Estado.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município de Barro, no que diz respeito à Justiça subordina-se ao têrmo e comarca do município de que foi desmembrado Milagres. A Lei que o criou, não trata da questão judiciária. Trata apenas da categoria geográfico-político-administrativa, porquanto apesar de sua autonomia política, continua como distrito judiciário da comarca de Milagres.

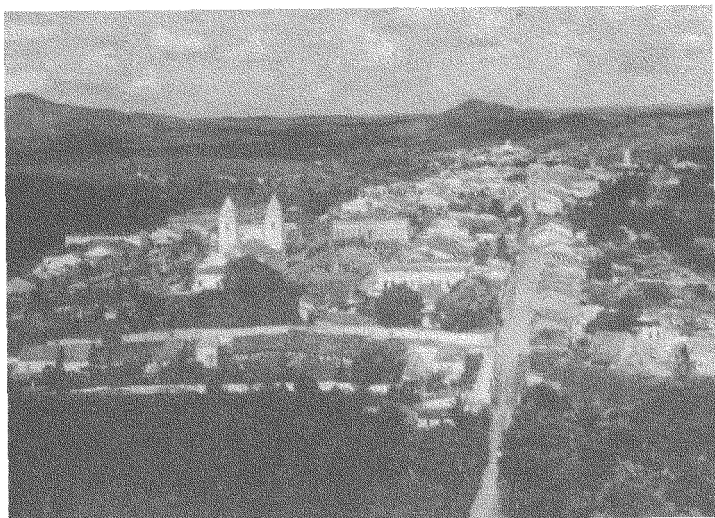
Nas eleições Gerais de 1950 estavam alistados no município 2 549 eleitores, tendo votado, por ocasião das eleições daquele ano, 1 636 pessoas.

BATURITÉ — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — As mais antigas referências que se conhecem quanto ao devassamento do território de Baturité vêm do ano de 1746, quando Inácio Moreira Barros e André Moreira de Moura fizeram uma petição ao capitão-mor, Governador do Ceará Grande, João Teive Barreto de Menezes, para que lhes fôsse concedida uma sesmaria entre o rio Choró e a serra de Baturité.

"Quando, em 1759, veio ao Ceará, em comissão o desembargador Gama Casco, encarregado de estabelecer o Govêrno Civil, reduzindo as aldeias, que habitavam os índios, a vilas e lugares da jurisdição real, e fazendo cessar o poder temporal dos Religiosos, elevou a lugar com a denominação de Monte-mor o Novo a aldeia dos Paiacus, não podendo elevá-la à categoria de vila porque não possuía 150 casais, como exigia o Diretório, mas apenas 122" (Almanak Municipal, 1896, pág. 160, citado por Aires de Montalbo).

O local era uma aldeia dos índios paiacus, missionados pelos padres Jesuítas que aí teriam chegado em 1741, trazendo, com jeito e convicção, os índios para "um sítio que chamaram "Comum", por isso mesmo porque era de todos,

Vista parcial aérea da cidade

nas proximidades da futura Monte-mor e aí os aldearam em tendas", com o nome de "Aldeia da Conceição".

Em 1763 a Secretaria dos Domínios Ultramarinos expediu aviso autorizando Luís Diogo Lobo da Silva, Governador de Pernambuco, a confiar ao Ouvidor do Ceará, Vitorino Soares Barbosa, o estabelecimento de novas vilas na Capitania. Assim é que Lobo da Silva, em carta de 6 de agôsto, autorizou a criação das vilas de Baturité e Crato. Em 31 de março de 1764 foi publicado o edital para a instalação da vila, no mesmo lugar da Missão de Nossa Senhora da Conceição.

No mês seguinte, isto é, aos 14 de abril — registra Aires de Montalbo, um artigo inserto no jornal "A Verdade", de Baturité — pelas três horas da tarde, em presença de todos os moradores, no meio da praça, mandou o Ouvidor Vitorino Soares Barbosa levantar o pelourinho e aclamou a nova vila que denominou de Monte-mor o Novo da América, declarando que o seu orago ficava sendo Nossa Senhora da Palma, de sua própria freguesia, e, padroeiro, São João Nepomuceno. A freguesia de Nossa Senhora da Palma fôra criada em 19 de julho de 1762. Em presença dos juízes, vereadores e procuradores do Conselho, foram determinados os limites do têrmo da Vila, os quais se estendiam desde o lugar Ipu, no riacho Acarape inclusive, até a fazenda Caifaz, inclusive no riacho do Choró, continuando por êste riacho abaixo em direção ao nascente, até a fazenda Umari, desde as serras cujas vertentes deságuam no Choró.

O Ouvidor não descurou dos cuidados imediatos relativos à instrução, realizando o alistamento de 73 crianças, das quais, os meninos em número de 37 foram entregues ao escrivão Cosme Paes Maciel de Carvalho, para o aprendizado da leitura, e deixou à índia Maria de Oliveira a incumbência de ministrar às meninas conhecimentos sôbre costura e confecção de rendas, cabendo aos pais pagar aos professôres a contribuição que lhes era devida.

Documento antigo citado por Aires de Montalbo revela que "na frente oposta à entrada da praça alinhou o Ouvidor a nova Igreja com 80 palmos de fundo e 40 de largura, ficando em proporção dupla", mas refere-se ainda a uma "tradição de certo peso que diz ter sido ela (a igreja) em parte construída por Francisco Xavier de Medeiros, homem ativo e empreendedor, que edificou, também, a matriz de Canindé (não a atual Basílica)".

E mais adiante, citando um documento que lhe enviou Frei Venâncio de Willeko, que escreve a História religiosa de Canindé, diz que "Francisco Xavier de Medeiros no verão trabalhava na construção desta nossa matriz e, no inverno na de Canindé". Diz mais Santos Lessa que "quando Xavier de Medeiros desgostoso, abandonou esta cidade em companhia de Simão Barbosa Cordeiro, deixou a igreja de Baturité sem as tôrres e a de Canindé sem a 2.ª tôrre e o assoalho".

A Matriz, em 1824, por ser a Câmara demasiado pequena para comportar tanta gente, serviu de local onde se realizou memorável pleito de adesão à Confederação do Equador. Presidiu a sessão o juiz Alexandre Pereira Liberal Pitiguari, impondo a todos o solene juramento de fidelidade à revolução, no qual sobressaía em primeiro lugar a defesa da religião católica, seguindo-se a promessa de dar a última gôta de sangue para manter a Confederação, ser-lhe fiel e fazer guerra ao govêrno Imperial. A requerimento do capitão José Freire da Silva, o Presidente confederado Tristão Gonçalves de Alencar Araripe enviou 180 barris de pólvora, 220 carros de granadeiros, 3 barris de chumbo, um quintal de ferro e uma roda de aço, utilizando-se a matriz por arsenal, a cuja porta foram postadas sentinelas armadas para garantia e defesa da importante carga.

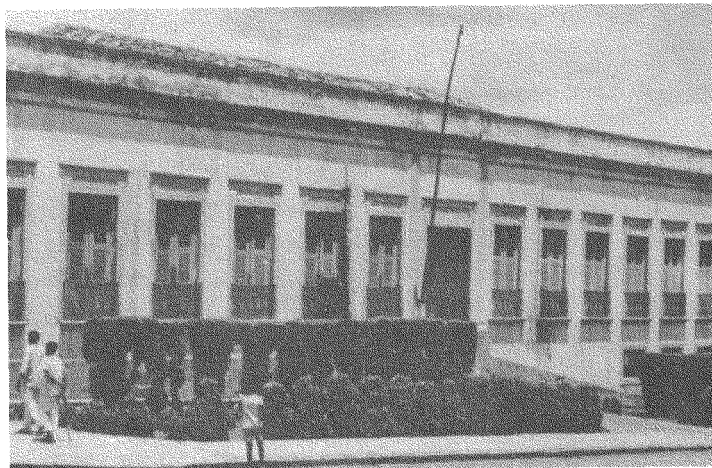
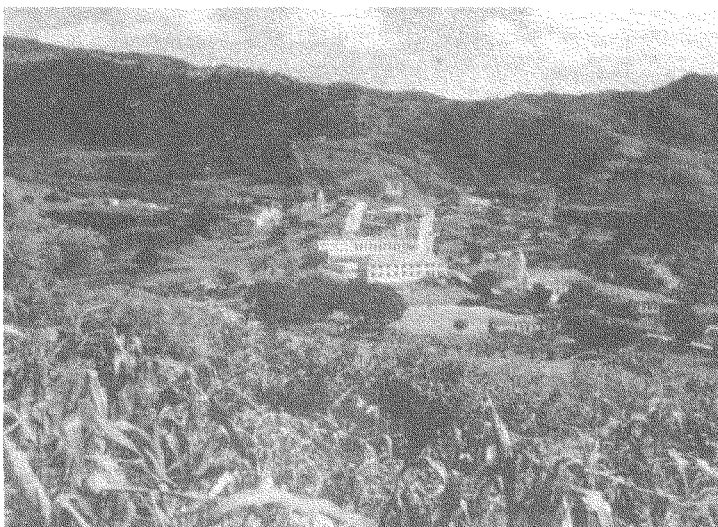
Manuel Felipe Castelo Branco introduziu, em 1824, na serra de Baturité, a cultura do café, com mudas trazidas do Pará. Alguns anos depois a cana-de-açúcar começou a ser cultivada. Em 1858 já havia criação de gado.

Por ato provincial de 18 de março de 1842 foi criado o distrito de Paz.

A Lei provincial n.º 844, de 9 de agôsto de 1858, elevou a vila à categoria de cidade, com a denominação de Baturité.

Fato interessante sôbre Baturité registra Waldery Uchôa, *in* "Anuário do Ceará — 1953-1954 — 1.º volume: "... a Imperial Sociedade Zoológica de Aclimação, fundada por Geoffrey de St. Hilaire, fez ver o Barão de Capanema a possibilidade da criação de camelos no nordeste e, de modo especial, no Ceará.

"Assolado pela sêca, o nordeste seria bem servido pelos ruminantes que aqui chegaram a bordo do "Spendide", acompanhado de quatro árabes.

"Não é preciso descrever o que foi a chegada dos camelos ao Ceará. Fortaleza em peso foi assistir ao desembarque da preciosa carga. Até mesmo o Presidente da Pro-

Prefeitura Municipal

Vista da cidade, destacando-se o Ginásio Domingos Sávio

víncia lá estava... Foram até apelidados de anti-Cristo, segundo nos relata o professor Inácio Raposo, em crônica interessante.

"Organizou-se, então, a primeira viagem. Os preparativos duraram dias. Era preciso muito cuidado, pois a experiência era preciosa. E, aos 14 de setembro de 1859, partiu a caravana, a cuja frente marchava o "Aschr", de todos o mais civilizado...

"Por onde passavam, a sensação era tremenda. O povo ficou mesmo assustado, pensando em coisas do outro mundo. Cansados, fizeram parada em Pacatuba, para repouso, e logo mais, seguiram viagem até Baturité, depois de mil peripécias pelas ladeiras íngremes..."

A imprensa local apareceu em 1873 com o jornal "Aracoiaba".

Estando em construção a estrada de ferro que se destinaria a servir a zona sul do Estado, estabelecendo ligação com a Capital, era do projeto ligar Baturité por ramal à linha principal que passava em Aracoiaba. João Cordeiro, então radicado à cidade serrana, defendeu a idéia de fazer passar a via férrea na localidade. Opondo-se à inconveniência de um ramal, saiu vencedor nas suas pretensões, inaugurando-se a estação a 2 de março de 1882.

Nesse mesmo ano, a cidade de Baturité, engalanou-se para receber José do Patrocínio que visitava o Ceará em missão da sua memorável campanha abolicionista, e que tinha em João Cordeiro fervoroso seguidor.

Por volta de 1895, a cultura em Baturité merecia verdadeiro realce: havia a biblioteca "16 de Novembro", com aula primária noturna anexa; o "Apostolado Literário", que mantinha aula de cultura cívica, Geografia e História do Brasil; banda de música "Carlos Gomes", dirigida pelo maestro Luis Maria Smido, italiano, professor de piano, Música e Canto; externato São Luis de Gonzaga, dirigido pelo Dr. João Augusto Perdigão; um "Externato", sob os cuidados da professôra Maria Estelita, situado na Rua 7 de Setembro; Escola Pública do professor Raimundo Joaquim da Silva Viana; outra, primária, para o sexo masculino, dirigida pela professôra Filomena Gomes; para meninas, havia duas escolas públicas, além de outras, entre as quais se mencionam aquelas dirigidas por D. Guilhermina Araújo, Donana Bilhar, Edwiges Castelo Branco e Maria Tereza Furtado.

No quadro da divisão administrativa do Brasil, relativa ao ano de 1911, Baturité compõe-se dos distritos da sede, Caio Prado e Castro, mas nos quadros de apuração do Recenseamento de 1920, além dêstes figuravam os de Putiú, Candeia, Guaramiranga, Pernambuquinho e Riachão.

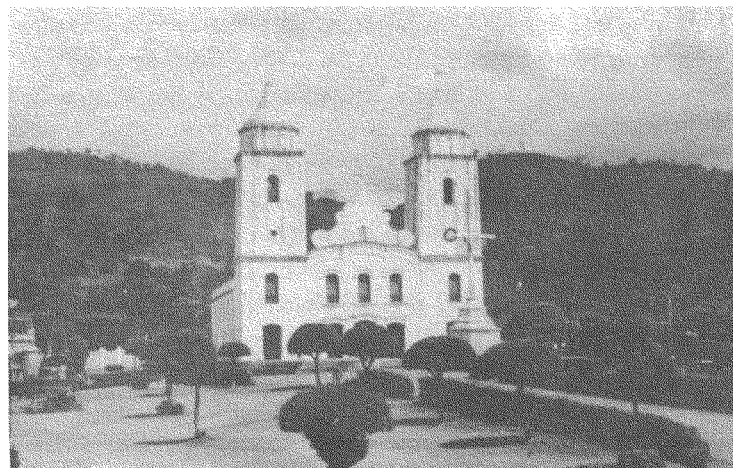
Durante as duas primeiras interventorias federais do Ceará, após a Revolução de 1930, surgiram os Decretos n.os 193, de 20 de maio de 1931, e 1 156, de 4 de dezembro de 1933, que modificaram a divisão então vigente e deram a Baturité os distritos de Baturité, Caio Prado; Candéa, Capistrano de Abreu e Itans, omitindo os demais que constavam em 1920. Nos anos seguintes, nenhuma alteração se verificou nos quadros territoriais do município.

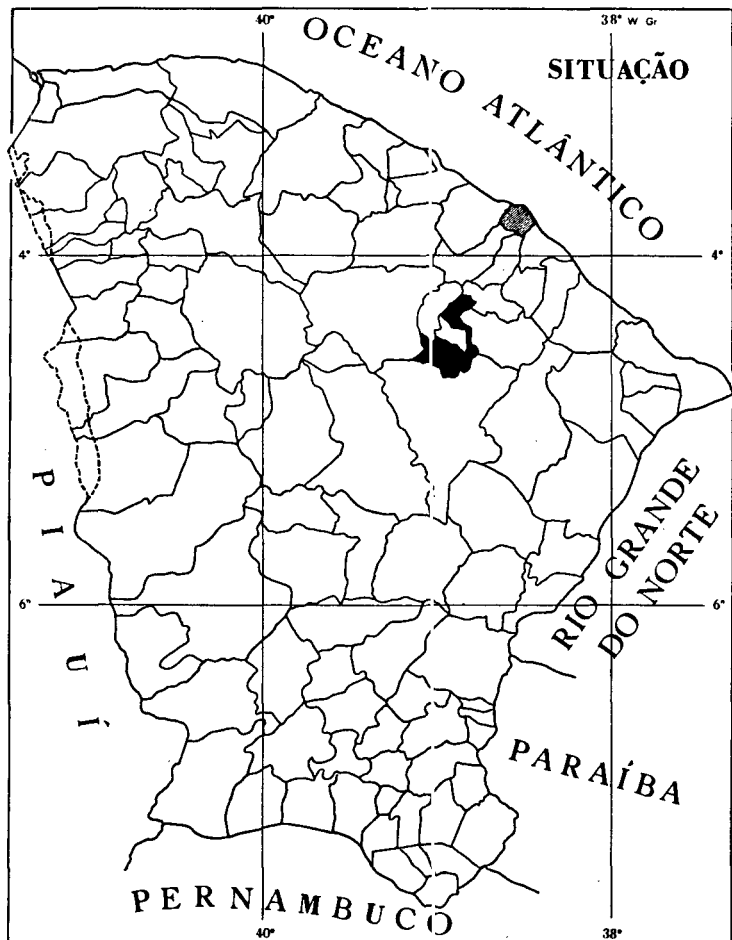
Em 1938, o Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro, deu a Baturité parte do distrito de Pindoba, extinto e pertencente a Pacoti, sendo também anexado ao distrito da sede o território de Candeia. Assim ficou Baturité, além da sede, com os distritos de Capistrano (ex-Capistrano de Abreu), Itaúna e Caio Prado.

Na divisão territorial fixada para 1943, o Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro, mudou para Itapiúna o nome do distrito de Itaúna.

Nos têrmos da Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948, Baturité, que é cabeça de comarca desde 1841 (Lei provincial n.º 226, de 9 de janeiro), figura como comarca de terceira entrância.

A Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, deu a Capistrano autonomia municipal, desmembrando-o de Baturité. Posteriormente, pela Lei n.º 3 559, de 20 de maio de 1957, foi criado o município de Itapiúna, formado dos distritos de Itapiúna e Caio Prado, ambos desmembrados de Baturité, ficando por conseguinte o território do município de Baturité reduzido ao do distrito-sede; entretanto, até que se realizem as eleições municipais, Itapiúna continua subordinado administrativamente a Baturité.

É Prefeito Municipal o Sr. Francisco Rosuel Dutra Ramos, eleito em 3 de outubro de 1954, com os seguintes vereadores: Aluísio Joaquim de Castro, Rufino de Sousa Barros, José Lopes Paixão, Raimundo Viana, Valdemar Antunes Freitas, Manuel Soares Furtado, Manuel Francelino de Oliveira Filho, Francisco Martins Filho e Luiz Bento dos Santos.

Igreja-Matriz de Nossa Senhora da Palma

LOCALIZAÇÃO — O município de Baturité está situado na Zona Fisiográfica do Baturité. Limita com Canindé, Pacoti, Capistrano, Redenção, Aracoiaba e Quixadá. A cidade dista da Capital do Estado, em linha reta, 74 km na direção 32° 32' S.O. e possui as seguintes coordenadas geográficas: 4° 19' 46" de latitude Sul e 38° 52' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 177 metros a altitude na sede municipal.

CLIMA — O município apresenta um clima quente no verão, exceto na zona serrana onde é sempre fresco. A época chuvosa vai de janeiro a junho. A temperatura varia entre 25 e 37 graus, sendo mais freqüente 30 graus.

ÁREA — A área do município é de 993 km² e ocupa o 53.° lugar em relação às áreas das demais comunas do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia de Baturité é acidentada na parte oeste. Além da Serra do Baturité que é o acidente geográfico mais importante, contam-se ainda as serras: Verde, São Francisco, São Paulo e Pelada. A hidrografia compreende, afora outros de menor importância, os rios Aracoiaba, Putiú e Nilo, os riachos Jaburu e Condaia e mais cêrca de 18 açudes públicos e particulares.

RIQUEZAS NATURAIS — Cal, caulim, barro (argila), madeira, lenha, carnaúba e caju.

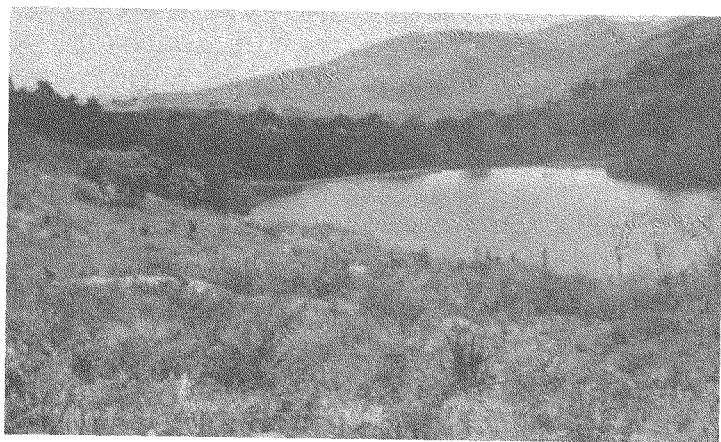
POPULAÇÃO — A população de Baturité, segundo o Recenseamento de 1950, era de 37 927 habitantes, sendo 18 624 homens e 19 303 mulheres. Predominava a raça parda, com 23 764 pessoas, sendo 11 876 homens e 11 888 mulheres; brancos — 10 370 (4 843 homens e 5 527 mulheres); pretos — 3 603 (1 815 homens e 1 788 mulheres); e sem declaração 190 (90 homens e 100 mulheres). Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 20 982 .... (10 139 homens e 10 843 mulheres), 8 290 eram solteiros, sendo 4 269 homens e 4 021 mulheres; casados — 11 398 (5 572 homens e 5 826 mulheres); desquitados — 11 (2 homens e 9 mulheres); viúvos — 1 138 (230 homens e 908 mulheres); e sem declaração — 145 (66 homens e 79 mulheres). Quase tôda a população era de nacionalidade brasileira, em número de 37 866 pessoas, seguida de 5 naturalizados, 23 estrangeiros e 33 sem declaração. Predominava a Religião Católica romana, com 37 564 adeptos, sendo 18 425 homens e 19 139 mulheres; protestantes — 84 (42 homens e 42 mulheres); espíritas — 39 (26 homens e 13 mulheres); outras religiões — 1 mulher; sem religião — 92 (56 homens e 36 mulheres); e sem declaração — 147 (74 homens e 72 mulheres). A densidade era de 33,65 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 79,72 % localizavam-se na zona rural, num total de ... 30 195 (15 179 homens e 15 016 mulheres).

Aglomerações urbanas — São 4 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Baturité, com 5 194 habitantes, sendo 2 241 homens e 2 953 mulheres; a vila de Caio Prado, com 657 (311 homens e 346 mulheres); a vila de Capistrano, com 1 013 (488 homens e 525 mulheres); e a vila de Itapiúna, com 868 (405 homens e 463 mulheres). Nas zonas urbanas da cidade e vilas existiam 4 893 habitantes (2 094 homens e 2 799 mulheres), e no quadro suburbano 2 839 pessoas (1 351 homens e 1 488 mulheres).

Estimativa feita pela Inspetoria para 1.° de julho de 1957 dá a Baturité uma população de 28 789 habitantes, ocorrendo um acréscimo de 21,15%, ou seja, 5 025 pessoas sôbre o efetivo populacional que constou no Recenseamento Geral de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária constituem a principal fonte de riqueza do município, notadamente as culturas do algodão arbóreo, mandioca, milho, feijão e café, produtos que, em comum com a fruticultura, são básicos à economia local.

Segundo revela o Recenseamento Geral de 1950, no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" estavam concentrados 81,75% do total da população ativa, considerados os habitantes de 10 anos e mais.

Pôsto Agropecuário Municipal

Barragem Tijuca na serra de Baturité

A safra agrícola de 1955, conforme elementos do Departamento Estadual de Estatística, foi estimada em .... Cr$ 34 356 400,00, correspondentes aos seguintes produtos, por ordem de valor monetário: 100 000 arrôbas de 15 quilos de algodão arbóreo — Cr$ 10 000 000,00; 16 000 toneladas de mandioca-brava — Cr$ 8 000 000,00; 40 000 sacos de 60 quilos de milho em grão — Cr$ 4 800 000,00; 16 880 sacos de arroz em casca — Cr$ 3 088 000,00; 5 000 arrôbas de 15 quilos de café em grãos — Cr$ 2 250 000,00; 9 000 sacos de feijão — Cr$ 1 440 000,00; 70 000 cachos de banana — Cr$ 1 120 000,00; 8 000 toneladas de cana-de-açúcar — Cr$ 1 040 000,00; 20 000 centos de laranja — Cr$ 1 000 000,00; 5 000 centos de abacate — ...... Cr$ 750 000,00; 60 000 centos de manga — .... Cr$ 480 000,00; 5 000 centos de tangerina — .... Cr$ 250 000,00; 3 500 quilos de uva — Cr$ 85 000,00; 200 sacos de fava — Cr$ 36 000,00; 295 centos de côco-da-baía — Cr$ 35 400,00; 9 toneladas de batata-doce — Cr$ 18 000,00 e 4 000 quilos de mamona — .... Cr$ 14 000,00.

O algodão de Baturité, que se planta na zona sertaneja do município, é o mocó, de fibra longa, cujo comprimento varia de 46 a 48 centímetros. É produto de alta qualidade, além de possuir a vantagem de resistir bem às sêcas, pois suas raízes aprofundam-se de 7 a 9 metros no solo, em busca de umidade, permitindo-lhe produzir mesmo na época das longas estiagens.

O excedente anual da produção agrícola é transportado para as praças de Fortaleza e Recife, que são os seus principais mercados compradores.

Quanto à pecuária, o D.E.E. estimou-a, para o ano de 1955, em 34 619 cabeças, na importância total de .... Cr$ 41 006 850,00, assim distribuídas: 7 157 bovinos — .. Cr$ 17 176 800,00; 5 470 eqüinos — Cr$ 10 940 000,00; 2 547 asininos — Cr$ 2 037 600,00; 2 258 muares — .... Cr$ 4 967 600,00; 5 088 suínos — Cr$ 4 070 000,00; 4 227 ovinos — Cr$ 634 050,00, e 7 872 caprinos — .... Cr$ 1 180 800,00.

Da leitura dos números acima, conclui-se que os rebanhos mais numerosos são os de bovinos, caprinos, ovinos e suínos, donde se evidencia a preferência dos criadores pelas referidas espécies.

A produção de leite foi da ordem de 140 000 litros, valendo Cr$ 702 500,00; a de queijo somou 1 860 quilos, na importância de Cr$ 73 600,00; a de banha de porco foi de 2 000 quilos, importando em Cr$ 44 000,00, sendo inexpressiva a produção de manteiga.

Com referência à população avícola, o D.E.E. estimou-a, igualmente para 1955, em 8 316 galos, frangos e frangas, no valor total de Cr$ 166 320,00, e 2 814 patos, marrecos e gansos, importando em Cr$ 70 350,00.

As fontes de riquezas naturais não são numerosas. As de maior evidência, quanto à exploração, são as calcárias. Em 1956, foram produzidas 370 toneladas de cal — .... Cr$ 183 890,00; 200 toneladas de caulim bruto — ...... Cr$ 120 000,00; 340 metros cúbicos de madeira para construção, fins industriais e domésticos, — Cr$ 120 394,00; 40 000 quilos de côco babaçu — Cr$ 400 000,00; 14 700 quilos de peixe — Cr$ 248 000,00, verificando-se uma pequena produção de castanhas de caju e cêra de carnaúba.

A indústria têxtil é representada pelo beneficiamento de algodão. Em consonância com o Registro Industrial, dados de 1956, foram produzidos 1 198 199 quilos de pluma — Cr$ 41 424 586,00, atingindo os respectivos subprodutos 2 714 920 quilos — Cr$ 8 400 370,00.

Verificou-se no mesmo ano a produção de 150 552 kg de óleo de caroço de algodão — Cr$ 2 393 864,00, e o subproduto correspondente (resíduo) montou em 1 028 288 quilos — Cr$ 1 922 433,00.

Relativamente à pequena indústria rural, constatou-se a produção de 320 730 quilos de rapadura — .... Cr$ 21 616 050,00; 84 690 litros de aguardente de cana — Cr$ 667 520,00; 227 350 quilos de farinha de mandioca — Cr$ 950 300,00; 18 000 quilos de fubá de milho — Cr$ 126 000,00 e 2 520 quilogramas de café moído — .... Cr$ 90 600,00. Um outro beneficiamento importante é o do arroz, que atingiu 504 000 quilos, valendo .... Cr$ 5 544 000,00, avultando o subproduto correspondente (farelo) em 163 600 quilos na importância de .... Cr$ 180 540,00.

Finalmente verificou-se, a fabricação de 128 100 quilos de pães, bolachas e biscoitos — Cr$ 1 985 917,00; .... 24 000 quilos de sabão — Cr$ 530 000,00; 2 000 pares de calçados para homens, senhoras e crianças — .... Cr$ 260 000,00; 2 680 m² de mosaico — Cr$ 268 100,00; 232 milheiros de tijolos e 50 milheiros de telhas — ... Cr$ 87 000,00 e Cr$ 22 500,00, respectivamente.

A energia elétrica, que é fornecida pela Municipalidade, somou 87 074 kWh no mesmo ano de 1956, correspondendo à luz pública e particular — Cr$ 174 149,00.

Escola Capatazes Desembargador Gonzaga

Do total de 9 estabelecimentos fabris existentes, verificou-se que 3 se dedicam ao beneficiamento de algodão; 1 à panificação; 1 ao fabrico de calçados em geral; 1 ao de mosaicos, marmorites, etc.; 1 à produção de óleo de caroço de algodão; 1 à fabricação de farinha de mandioca e 1 à produção de luz e fôrça.

São os seguintes os principais estabelecimentos industriais de Baturité: Usina Putiú, Usina Itaúna e Usina Antunes, destinadas ao beneficiamento de algodão; Padaria Santo Antônio; Sapataria "O Bom Calçado"; Fábrica de Mozaico Baturité e Emprêsa Municipal de Luz e Água.

COMÉRCIO E BANCOS — Há, na sede municipal, 52 estabelecimentos varejistas, 6 atacadistas e 5 bancários sendo 3 matrizes e 2 agências, dentre estas se destacando o Banco do Brasil S. A.

O movimento comercial do município é expressivo, contando-se com firmas importantes. Mantêm transações com o comércio de Baturité as praças de Pacoti, Aracoiaba, Capistrano, Fortaleza, etc.

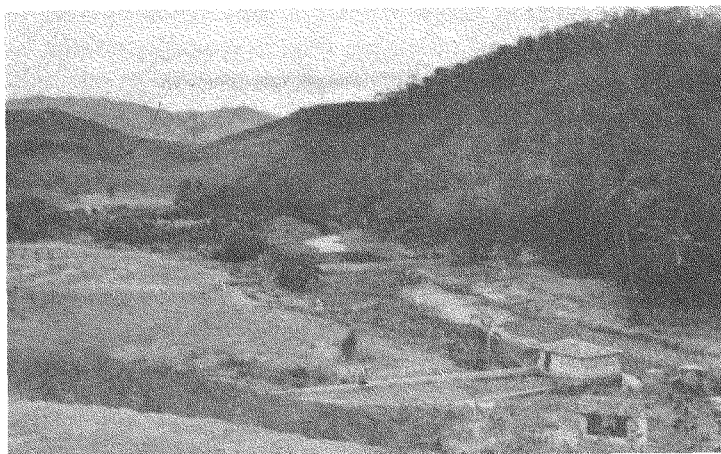
Baturité importa tecidos, perfumarias, miudezas e outras mercadorias necessárias ao consumo do município. Exporta algodão, café, rapadura, farinha de mandioca, etc.

Segundo os dados do Censo Econômico de 1950, existiam em todo o município 179 estabelecimentos varejistas e 21 atacadistas que efetuaram vendas em 1949 calculadas em 10 355 e 6 708 milhões de cruzeiros, respectivamente.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade é servida por estradas de rodagem e pela Estrada de Ferro Baturité da R.V.C. Possui, também, próximo à cidade, um campo de pouso, onde baixam, sem regularidade, aviões comerciais.

Liga-se com os municípios limítrofes e com a Capital do Estado, pelos seguintes meios de transporte: Aracoiaba: ferroviário R.V.C. (10 km); rodoviário (9 km); Capistrano: ferroviário R.V.C. (19 km); rodoviário (18 quilômetros); Canindé: rodoviário (80 km); Pacoti: rodoviário (35 km); Quixadá: ferroviário R.V.C. (87 km); rodoviário (98 km); Redenção: misto: a) ferroviário (35 km) até Acarape e b) rodoviário (2 km) ou rodoviário (36 km); Capital estadual; ferroviário R.V.C. (103 km); Capital Federal: Via Fortaleza, já descrita. Daí ao DF.

A sede municipal conta com uma Agência Postal-telegráfica do D.C.T. Funciona, ainda, na Estação Ferroviária da R.V.C., uma Agência Telegráfica de uso privativo daquela repartição.

Usina Putin, de beneficiamento de algodão e extração de óleo

Vista aérea do Pôsto Agropecuário

ASPECTOS URBANOS — Baturité é uma cidade moderna, com ruas limpas, boas praças, jardins. Sua população, segundo o Recenseamento de 1950, é de 5 194 habitantes.

Em 1954, compunha-se de 1 259 prédios, dos quais 915 eram exclusivamente residenciais e o restante para outros fins. Seus logradouros são em número de 45 sendo 25 pavimentados e 8 arborizados. O total da área pavimentada é de 36 128 metros quadrados, sendo 150 metros quadrados a concreto, 2 896 metros quadrados a paralelepípedo e 33 082 em pedras irregulares.

Dotada de iluminação elétrica pública e particular, possui 528 ligações domiciliárias. A cidade é servida pelo serviço de água canalizada mantido pela Prefeitura Municipal, abastecendo 20 logradouros, 497 prédios e 4 chafarizes públicos.

Possui um serviço de limpeza das vias públicas e remoção do lixo, beneficiando 1 100 prédios e 20 logradouros.

Como meio de hospedagem há, na sede municipal, 2 hotéis e 2 pensões, fornecendo alimentação e pousada.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há, em Baturité, o Ambulatório do Pobre Santa Luíza de Marilac e a Maternidade D. Maria Felícia Ribeiro, mantida pela Associação São Vicente de Paulo, Pôsto de Puericultura, mantido pelo Govêrno Municipal, Pôsto de Saúde de Baturité e o Pôsto do Departamento Nacional de Endemias Rurais, mantido pelo Ministério da Saúde, todos prestando assistência geral e especializada aos habitantes do município.

Há, na sede municipal, 2 médicos, assistindo aos habitantes daquela localidade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existe, na cidade, a "Vila S. Vicente de Paulo" que serve de asilo aos indigentes, mantida pela Associação de São Vicente de Paulo. Em 31-12-956, era de 45 o número de asilados; data a sua fundação do ano de 1939. As duas organizações Vicentinas existentes mantêm, ainda, o "Ambulatório do Pobre Santa Luíza de Marilac" e a "Maternidade Dona Maria Felício Ribeiro", além da assistência que presta a domicílio. O "Círculo Operário de Baturité", entidade de beneficência mutuária, fundada em 1924, presta assistência social aos seus associados, cujo efetivo era em 31-12-956, de 619 membros. O "Pôsto de Puericultura", da municipalidade, ainda não aparelhado para prestar a assistência que lhe é peculiar, mantém, em pleno funcionamento o seu lactário.

O movimento cooperativista é bem desenvolvido em Baturité, contando o município com 4 estabelecimentos do gênero, denominados: "Agência Bancária da Cooperativa Central de Crédito Industrial Ltda." (filiada), "Cooperativa de Consumo do Círculo de Operários de Baturité" (central), "Cooperativa Banco Rural de Baturité Ltda." (central) e "Banco Comercial e Agrícola de Baturité, Cooperativa Ltda." (central). Era de 2 570 o número total de sócios em 31-12-956. No mesmo ano, foram feitos 550 empréstimos, no valor global de Cr$ 2 546 039,00.

ALFABETIZAÇÃO — Existiam no município de Baturité, segundo o Recenseamento Geral de 1950, 31 446 pessoas de 5 anos e mais. Destas, 6 546, ou seja, 21%, sabiam ler e escrever, sendo 2 973 homens e 3 573 mulheres. A sede municipal possuía 4 417 habitantes da mesma idade escolar; entre êstes, 2 173 eram alfabetizados (866 homens e 1 904 mulheres).

Ensino — Em 1956, contava o município com 73 unidades escolares de ensino fundamental comum, com a matrícula inicial de 2 421 alunos de ambos os sexos. A taxa de matrícula alcançou 23,99% em 1950. No município e no Estado do Ceará, 24,3%. Em Baturité, havia, ainda, em 1956, 8 estabelecimentos de ensino extraprimários com as seguintes denominações: Ginásio Salesiano Domingos Sávio, Ginásio da Escola Apostólica de Baturité, onde se preparam jovens para a carreira eclesiástica, Instituto Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora, com os cursos ginasial e normal e 4 cursos de Iniciação Profissional, os quais se denominam respectivamente: Altair C. Lima, Ma. Dalva B. Lopes, Ma. Iracema Alencar, Patronato Nossa Senhora do Livramento e a Escola de Capatazia Rural Desembargador Gonzaga, contando com a matrícula inicial de 427 alunos de ambos os sexos, sendo 182 do sexo masculino e 245 do sexo feminino. Lograram concluir curso, em 1955, 63 estudantes (12 homens e 51 mulheres).

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade, há 1 periódico em circulação, o semanário "A Verdade", órgão noticioso e religioso. Existem, também uma tipografia e uma livraria. Funciona uma biblioteca com número superior a 5 000 volumes. Há, ainda, 2 cinemas com freqüência regular — o Cine Baturité, com 160 lugares e o Cine Odeon, com 294.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	929	1 193	1 296	394	1 128
1951	977	1 291	1 291	536	1 348
1952	1 222	3 007	1 647	735	1 633
1953	1 324	2 903	2 021	818	2 077
1954	1 591	3 369	2 111	808	2 151
1955	882	3 778	1 901	719	1 601
1956 (1)	1 009	6 131	2 522	884	2 522

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — O Colégio dos Jesuítas é uma monumental obra religiosa, criada no século XVIII. Pertence, hoje, à Escola Apostólica e é sàbiamente dirigida pelos filhos da Companhia de Jesus.

A matriz de Baturité é outro esplêndido monumento da era colonial. "Construída em 1764, segundo o historiador Pedro Catão, ampliada e remodelada graças ao Monsenhor Manuel Cândido dos Santos e ao incansável Apostolado do Comendador da Santa Sé, jornalista Ananias Arruda" (Anuário do Ceará, Waldery Uchôa). É um belo templo referto de tradição e de valor arquitetônico servindo hoje de Matriz à Nossa Senhora da Palma.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Várias são as festividades de cunho religioso realizadas em Baturité, destacando-se a festa da Padroeira, Nossa Senhora da Palma, que decorre com muita pompa e singular espírito de religiosidade, encerrando-se com missa solene e imponente procissão da imagem da Santa cultuada, assistidas por milhares de fiéis.

VULTOS ILUSTRES — *Augusto Linhares* — Nasceu a 24 de novembro de 1879. Médico pela Faculdade do Rio de Janeiro. Iniciou a sua vida profissional no Amazonas passando depois para o Rio de Janeiro. Freqüentou a Universidade de Liverpool e aperfeiçoou os conhecimentos técnicos de sua especialidade — otorrinolaringologia nos hospitais de Paris, Bordéus, Viena, Berlim e Nova York. Ao mesmo tempo que exercia a clínica, dedicava-se às belas letras. É escritor imaginoso e de estilo facêto. Chamaram-lhe "o Fradique Mendes do bisturi". Gosta de fazer poesia humorística.

Escreveu, entre outros trabalhos: Dúvidas e Afirmações; Ora Direis... (versos); Voltando ao Columbário; Raimundo Correia (polêmica); Coletânea de Poetas Cearenses (1952). Sob o pseudônimo de Boris Freire, publicou Discos Voadores, 1952 (versos de ironia e bom humor).

João Franklin da Silveira Távora — Nasceu no sítio Serrinha da Glória, em Baturité, em janeiro de 1842. Estudou e se formou em Direito no Recife. Foi Diretor da Instrução Pública de Pernambuco e ali Deputado à Assembléia Provincial. O seu primeiro romance "Os Índios do Jaguaribe", 1862, é o primeiro "romance cearense". Os seus romances — O Cabeleira, 1876, O Matuto, 1878 e Lourenço, 1881, tido êste como a sua obra-prima e todos publicados quando o autor já residia no Rio de Janeiro, compõem a tripeça sôbre que o audacioso novelista ideou assentar a sua inovação literária. Cultivou o teatro (drama e comédia), a crítica e a história. Era funcionário da Secretaria do Império e pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual foi secretário e orador oficial. Patrono da Academia Cearense de Letras. Publicou ainda os seguintes trabalhos: Trindade Maldita (contos) 1861; A Casa de Palha (romance), 1866; Um Casamento no Arrabalde (romance), 1869; Cartas de Semprônio a Cincinato (crítica) 1871; Lendas e Tradições Populares do Norte, 1878; Sacrifício (romance) 1879, e duas peças dramáticas: "Um Mistério de Família" e "Três Lágrimas".

Júlio Barbosa Maciel — Nasceu no dia 28 de abril de 1888. Fêz os primeiros estudos em Fortaleza. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Exerceu a magistratura em vários municípios cearenses. Versejador de delicada imaginação lírica, às vêzes um tanto triste, dotado de graciosa naturalidade e de forma legìtima-

mente parnasiana. Começou as atividades literárias no "Grêmio Barbosa de Freitas". O seu livro de estréia intitula-se "Terra Mártir".

Dr. Godofredo Maciel — Nascido a 8-9-1883. Foi Prefeito de Fortaleza, e deputado federal, ocupando o cargo de Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho. Doutor em Direito, e um dos maiores talentos da oratória cearense.

Tenente Gustavo Sampaio — Nasceu a 1.º-5-1871. Oficial do Exército, morto heròicamente a 10 de novembro de 1893, por ocasião da revolta da Armada. Paradigma da bravura militar. Uma unidade da Marinha de Guerra lhe homenageia o nome.

Capitão Sebastião de Melo Tamborim — Nasceu a 16-12-1837. Brilhante oficial do Exército Nacional. Tinha o curso de artilharia, era bacharel em matemática e ciências físicas. Faleceu em combate na guerra do Paraguai, à frente do 26.º Batalhão de Voluntários que comandava.

Capitão Secundino de Melo Tamborim — Nasceu a 15-8-1835. Era bacharel em matemática e ciências físicas e tinha o curso de Estado-Maior de 1.ª classe. Morreu em combate na guerra do Paraguai a 14 de fevereiro de 1869.

Ministro José Linhares — Nascido a 28-1-1886, no sítio "Sinimbu", de Guaramiranga. Formou-se em Direito, na capital paulista, em 1908. Juiz de Direito da Capital Federal (1928), Desembargador da Côrte de Apelação do Distrito Federal (1931), Ministro do Supremo Tribunal Federal (1937) e Presidente da República (1945).

Luiz Severiano Ribeiro — Comerciante e industrial ilustre, espírito para largos cometimentos; é considerado o rei do cinema no Brasil.

Ministro Waldemar Crowell do Rego Falcão — Nascido a 25-1-1895. Advogado, professor do extinto Colégio Militar do Ceará e da Faculdade de Direito. Foi deputado federal, senador da República, Ministro do Trabalho e Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Dr. Stenio Gomes da Silva — Nascido a 2-1-1907. Advogado. Procurador Fiscal do Estado, deputado estadual, deputado federal, Vice-Governador e Governador do Estado do Ceará.

Comendador Ananias Arruda — Jornalista de destaque, político de largo prestígio. Agraciado pela Santa Sé com o título de Comendador por reconhecimento de seus grandes serviços à Igreja e aos Cristãos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Baturité, com seus habitantes laboriosos e pacíficos, é um dos municípios mais importantes do Estado e de futuro promissor. Situado na serra de mesmo nome, região fertilíssima, abastece a capital do Estado e outros municípios de cereais, legumes e frutas deliciosas. O seu povo possui nível cultural relativamente desenvolvido.

Tem comércio ativo, possuindo o seu órgão classista, para defesa de seus interêsses — a "Associação Comercial de Baturité".

O "Pôsto Agropecuário de Baturité" e o "Pôsto de Vigilância Sanitária Animal", mantidos pelo Ministério da Agricultura, como, também, o "Hôrto de Fruticultura" da municipalidade, desenvolvem, suas atividades com grande proveito para a pecuária, agricultura e fruticultura.

Funciona, na cidade, um órgão da "Associação Nacional de Crédito e Assistência Rural" (ANCAR) que proporciona recursos de ordem financeira e técnica às atividades rurais, que constituem o principal fator à economia do município.

Baturité ocupa lugar de relêvo no movimento religioso dentre os demais municípios do interior cearense. A sua paróquia criada em 1762 sob a invocação de "Nossa Senhora da Palma", possui 14 templos e 10 associações religiosas com apreciável número de congregados, e 2 Serviços de alto-falantes, como órgão instrutivo e de propaganda da fé católica.

O Culto Protestante é praticado pela Igreja Assembléia de Deus, mantendo 4 escolas dominicais e 1 de ensino primário.

Prestam serviços de abastecimento e conservação de veículos 4 postos e 2 oficinas, dotados dos recursos necessários. Os 18 açudes existentes no município dispoem de de uma capacidade total superior a 9 milhões de m^3.

Desenvolvem suas atividades profissionais no município de Baturité 4 agrônomos e 1 veterinário.

Votaram nas eleições gerais de 1954, 3 754 eleitores, dos 5 378 inscritos.

No concurso recentemente promovido pelo Instituto Brasileiro de Administração e Ponto IV em colaboração com a Comissão Consultiva de Administração Pública e a revista "O Cruzeiro", Baturité foi distinguido com menção honrosa.

Os habitantes do município são denominados de baturiteenses.

O topônimo Baturité é indígena e procede da serra em cujo sopé se eleva a cidade. Segundo José de Alencar (Iracema, Notas Aditivas), vem de "baturieté", "narceja (uma ave) ilustre" ou de "batuira" e "eté", nome que tomara o chefe potiguara e que na linguagem figurada significa "valente nadador". Conforme Von Martius, significa "certo aço", corrutela de epo ("porventura") e ita-eté ("aço"). O Dr. Paulino Nogueira não aceita nenhuma dessas versões, a primeira "por ser simplesmente uma combinação engenhosa para realce de um poema de imaginação" e a segunda porque, "não conhecendo o índio o ferro, com maioria de razão não devera conhecer o aço que já é uma transformação artística dêsse metal". A etimologia legítima lhe parece: uma corrutela de *ibi*, ("terra"), *tira*, ("alta"), isto é, serra; e *eté* ("em muito, por excelência, verdadeira"). De *ibi-tira-eté* se fêz Baturité, serra verdadeira, por excelência. No entanto, o Dr. Gil Amora, em trabalho publicado na Revista do Instituto (vol. 3.º, pág. 183), afirma haver equívoco de Alencar e Paulino Nogueira. "O verdadeiro nome nunca foi Baturité e sim Batieté. Se não encontramos em documentos escritos assim êsse nome, encontramo-lo do povo. Segundo me contaram alguns velhos habitantes da comarca, assim pronunciavam (Batieté) e ainda hoje muitos caboclos de origem indígena. Decomposto êsse nome na língua tupi, vem a ser: *bu* (sair, rebentar, sair da fonte), *ty* (água) e *eté* (boa), que exprime "butieté" (sair água boa), talvez alusão às inúmeras fontes de água cristalina que jorra da serra".

7 — 24 932

BEBERIBE — CE

Mapa Municipal na pág. 99 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — No tempo da descoberta e colonização do Brasil, o Ceará, como de resto, era habitado por tribos selvagens: *o tapuia* — o inimigo de "Cultura" mais rudimentar, falando a *língua travada* no sertão — e o tupi — o invasor, no litoral, com "Cultura" mais desenvolvida, falando a *língua geral*.

Êstes povos estavam ainda na idade da pedra...

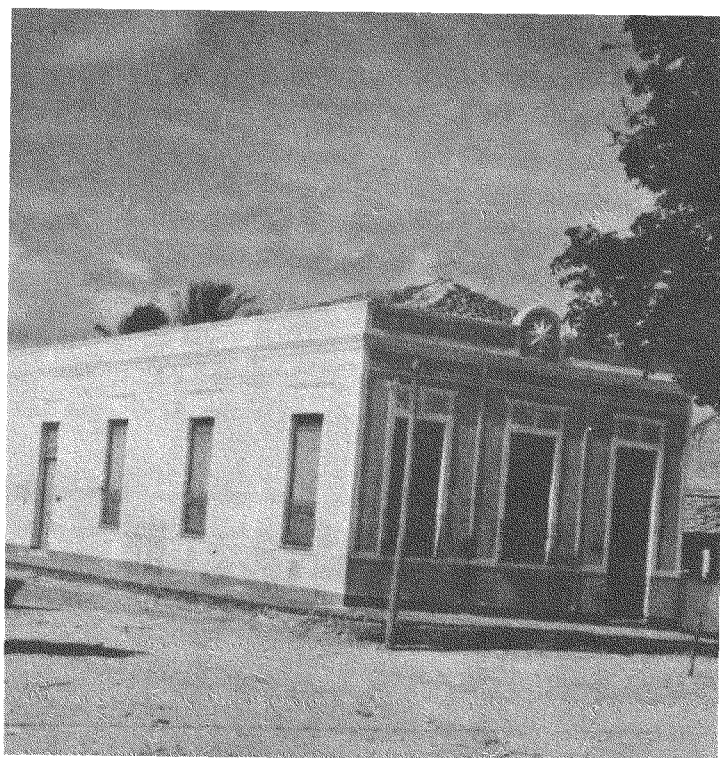
Três nomes da civilização portuguêsa figuraram nos primeiros tempos do Ceará: Antônio de Barros, que, afeito ao bem-estar da fidalguia e prestígio da côrte de Lisboa, não se dignou conhecer a sua capitania; Pero Coelho, que, desejando colonizar e civilizar o Ceará, veio à nossa terra, mas, acossado pela fome e pela sêde, espalhadas pelas crises climáticas, teve sua dolorosa odisséia; e Soares Moreno, que, resoluto e abnegado, deu início à colonização e civilização do Ceará e ao caldeamento entre o branco e o índio, no maravilhoso simbolismo de Alencar.

Verifica-se que Aquiraz, incluindo Cascavel, e Cascavel, incluindo Beberibe, nas proximidades de Fortaleza, foram pontos primeiro conquistados e civilizados pelo elemento luso que do Forte avançou pelo Pirangi, pelo baixo Jaguaribe, por cujas margens subiram o sertão. (Antônio Bezerra, "Algumas Origens do Ceará", pág. 37).

A cidade de Beberibe está localizada nas terras das *datas de sesmarias* concedidas ao capitão Domingos Ferreira Chaves, Manuel Nogueira Cardoso, Sebastião Dias Freire e João Carvalho Nóbrega pelo capitão-mor Tomás Cabral de Olival, a 16 de agôsto de 1691.

Nas primeiras décadas do século passado transferiram suas residências e domicílios de Cascavel (Riacho Fundo) e de Aquiraz (Mirador) Baltazar Ferreira do Vale e Pedro de Queiroz Lima. O primeiro comprou o importante sítio Lucas — nome de antigo distrito do município de Cascavel (1833); o segundo, mais tarde, comprou o não menos importante sítio Bom Jardim a menos de meia légua do Lucas. Lucas e Bom Jardim são atravessados, respectivamente, pelo corrente do Leite e pelo corrente da Casa Grande.

Constituíram êles núcleos de famílias importantes, ligadas por íntima amizade e próximo parentesco. Moços do Lucas, assim conhecidos pelo critério e conduta, que

Praça da Matriz

Prefeitura Municipal

os caracterizavam, contraíram matrimônio com môças do Bom Jardim, ascendentes diretos dos Facós, nome que lhes veio por pura invencionice de uma tia a Francisco Baltazar Ferreira Facó, filho do casal do Lucas e pai da escritora Ana Facó.

Assim, nos tempos novos de Beberibe, os Queiroz-Ferreira-Facós são antigos ali com raízes profundas e remotas em Goiana (Pernambuco), em *Apodi-Papagaio* (Rio Grande do Norte), *Baixo Jaguaribe, Quixinxé-Pirangi, Barro Vermelho-Banabuiu, Sitiá-Quixadá, Riacho Fundo-Cascavel* (Ceará).

Os dois importantes sítios ainda hoje pertencem a descendentes de Baltazar Ferreira e Pedro de Queiroz: o Lucas, à irmandade do des. José Maria Queiroz, bisneto dos dois; e o Bom Jardim, a Péricles de Queiroz Facó, também bisneto de ambos.

No último quartel do século passado paroquiou a freguesia de Beberibe o Cônego Francisco Ribeiro Bessa, figura de destaque e deputado provincial na época. A êsse tempo veio para a sua companhia o sobrinho Otávio Ribeiro Bessa, que ali fixou residência, tornou-se homem e fêz, relativamente ao meio em que havia poucos abastados, grande fortuna, chamando para a sua companhia mais dois irmãos, casando-se os três com môças ligadas aos Queiroz-Ferreira, por parentesco.

Os Perobas e os Martins Dourados, de origem humílima, fizeram-se homens de bem, havendo alguns de seus descendentes ligados por matrimônio aos Queiroz-Ferreira. À sombra do virtuoso Monsenhor Joaquim Martins Dourado, alguns de seus colaterais tornaram-se figuras de destaque no seio da sociedade.

Beberibe, terra pobre mas habitada por gente que lhe tem entranhado amor, embora se diga que o "beberibense quando atravessa o Choró dêle se esquece", ninguém o deixava, mesmo nas crises climáticas mais intensas, daí advindo o apelido *Vila Rica* que lhe davam os moradores dos lugares próximos.

Rua do Comércio

O Juizado de Paz lhe veio com a instalação do município de Cascavel (17 de outubro de 1833), sendo seus primeiros juízes de paz Baltazar Ferreira do Vale, Manuel da Costa Nogueira, Manuel José Falcão e Leonardo Bezerra Cavalcante. Suprimido o Juizado de Paz (Lei provincial de 4-VI-1875) e restaurado (Lei provincial de 3-I-1879), teve como juízes de paz os cidadãos Baltazar Ferreira de Araújo Biá, Francisco Baltazar Ferreira Facó, pai do cientista Thales Facó, João Baltazar Ferreira Facó, pai do General Edgard Facó e Francisco Fernandes de Araújo. Em 1879 foi distrito policial, sendo seu subdelegado Gustavo Francisco de Queiroz Facó, pai do escritor Américo Facó, e seus suplentes Francisco Xavier da Costa, avô materno do des. Vicente Bessa, Francisco Roberto da Costa Nogueira e Francisco de Paula Peroba.

Além de professôres particulares, que sempre aparecem à medida que as populações locais aumentam, Beberibe teve as primeiras escolas públicas pelas Leis provinciais números 1 939 e 2 005, de 5-VII-1881 e de 6-IX-1882. Tem atualmente o Grupo Escolar Ana Facó, construído a expensas de seu irmão engenheiro Antônio Carlos de Queiroz Facó.

Conta a tradição, pelo testemunho de seus antigos habitantes, que nos primeiros anos do século passado houve um naufrágio às costas do Atlântico, naquelas paragens, de uma embarcação portuguêsa, de que era passageira dona Maria Calado, que, fervorosa devota da Sagrada Família, fizera a promessa de que, se chegasse à terra com vida, nos destroços do navio que lhe serviam de sustentáculo sôbre as ondas, mandaria levantar, no ponto em que aportasse, uma capelinha sob a invocação de Jesus-Maria-José.

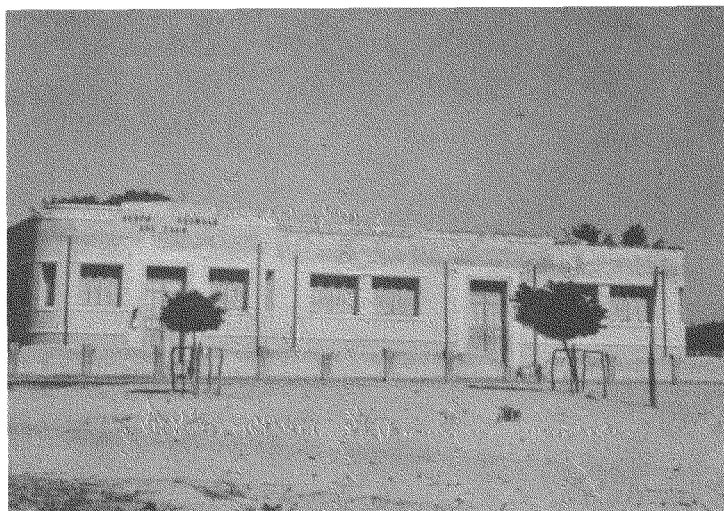
Aportou às praias do Morro Branco e ali adquiriu terras que confinam com a meia légua do rio Pirangi--norte-sul e ainda entre o rio Choró e a barra da lagoa do Uruaú-poente-nascente. Ali fixou residência e fêz construir a capelinha de sua promessa ao orago mencionado.

A capela foi levantada no local, atualmente, ocupado pelo Campo Santo da cidade, que conservou a denominação de "Igreja Velha", tanto que, quando alguém estava atacado de doença incurável, havia o hábito de dizer-se que êsse alguém só ficaria bom na "Igreja Velha".

Mais tarde um dos moços do Lucas — Brasiliano Ferreira de Araújo, neto de Baltazar Ferreira, dono do sítio Lucas, nome primitivo do distrito de Beberibe, quando da criação do município de Cascavel, levantou outra capela, sob o mesmo orago, em frente à sua casa de residência na cidade de Beberibe.

Anos depois, o coronel Raimundo José Pereira Leite, homem rico de Cascavel, sobrinho e genro de Baltazar Ferreira do Vale, do sítio Lucas, fêz uma grande reforma na capela, tornando-a uma Igreja Matriz digna do culto católico, e seguiram-se-lhe remodelações e pinturas, levadas a efeito por seus párocos, que tornaram a Matriz de Beberibe um severo e belo templo.

No govêrno interino de Benjamim Barroso, pelo Decreto n.º 67, de 5 de julho de 1892, foi criado o novo município de Beberibe, da comarca de Cascavel, com os mesmos limites do respectivo distrito de paz, ocorrendo sua instalação no govêrno Bizerril Fontenele, a 18 de julho do mesmo ano.

Pela divisão administrativa do Brasil, de 1911, o município de Beberibe se compunha de dois distritos: Beberibe, criado pela Lei n.º 2 051, em 24 de novembro de 1883, antigo distrito do Lucas, ao tempo da instalação do município de Cascavel, e o de Sucatinga, cuja denominação já vinha do tempo da fundação do Conselho de Cascavel. À época do Recenseamento Geral de 1920, o município contava três distritos: Beberibe, Sucatinga e Cruzeiro, a leste, na direção do município de Aracati. Em 1933, o município passou a figurar como distrito de Cascavel, de vez que o Decreto interventorial n.º 193, de 20 de maio de 1931, o havia, à semelhança da lei do govêrno Justiniano de Serpa (Lei n.º 2 423, de 21 de outubro de 1920), reduzido à condição de distrito de Cascavel. Nas divisões administrativas que se seguiram a 1933, 1936, 1937, e ao Decreto-lei estadual n.º 169, de 31 de março de 1938, retificado pelo de n.º 378, de 20 de outubro do mesmo ano, permaneceu como distrito de Cascavel, com a denominação de Beberibe. Assim continuou pelo Decreto--lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, com vigência

Grupo Escolar Ana Facó

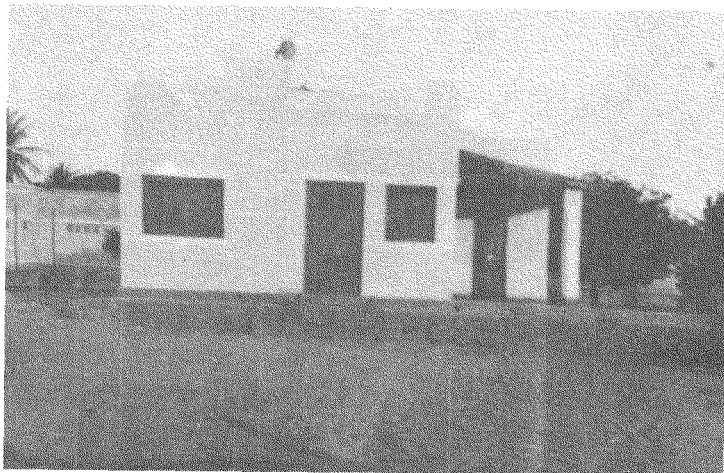
Igreja Matriz Jesus, Maria e José

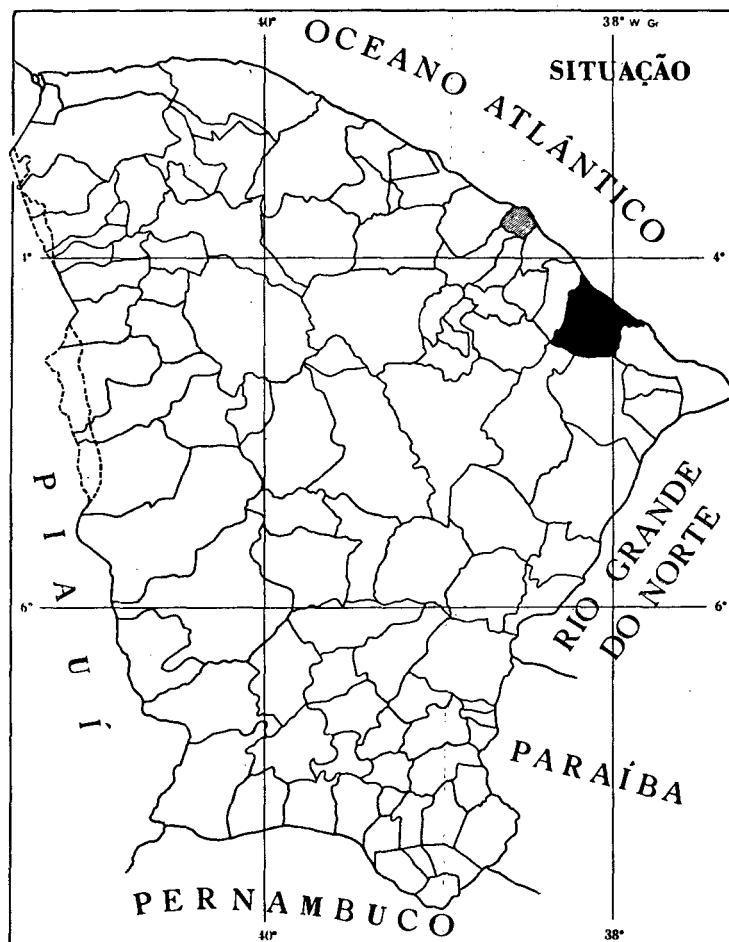
no qüinqüênio 1939-1943. Ao tempo da elaboração do Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943, para vigorar no novo qüinqüênio 1944-1948, que a ordem legal e constitucional, restabelecida no Brasil a 18 de setembro de 1946, tornou sem efeito, filhos ilustres de Beberibe dirigiram longa petição, que por consenso dos peticionários foi elaborada pelo des. Boanerges Facó, à Comissão de Divisão Territorial, solicitando a restauração do seu município.

No govêno Raul Barbosa, fêz-se-lhe a devida justiça (Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951), com a desejada restauração, como se fizera, anteriormente, no govêrno Matos Peixoto (Lei n.º 2 423, de 21 de outubro de 1928), mas a instalação só se verificou a 25 de março de 1955, contra o voto do des. Boanerges Facó, no Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, que era no sentido da instalação imediata.

Com a restauração da sede, foi elevada a vila à categoria de cidade, "ex vi legis", e é, atualmente, comarca de primeira entrância, erecta pela Lei n.º 3 508, de 20 de dezembro de 1956.

O município compõe-se, atualmente, dos distritos de Beberibe, Itapeim, Sucatinga, Paripueiras e Parajuru.

Nas eleições realizadas a 3 de outubro de 1954, foram eleitos: Prefeito — Antônio de Queiroz Ferreira. Vereadores — João Pereira Sobrinho, Juvenal Sombra Colaço, Benedito Evaristo Pinheiro, Joaquim Moreira Sobrinho, Antônio de Vasconcelos Sombra, Samuel Valério Rocha e Otto Facó.

Salão Paroquial

LOCALIZAÇÃO — O município de Beberibe situa-se numa das 12 zonas fisiográficas em que se divide o Estado — a do Litoral. Limita com o Oceano Atlântico e os municípios de Morada Nova, Cascavel, Aracati e Russas. A cidade dista 64 quilômetros, em linha reta, da capital, sendo uma das mais próximas de Fortaleza, e possui as seguintes coordenadas geográficas (cálculo da Inspetoria Regional de Estatística): 4º 11' de latitude Sul e 38º 54' de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O município apresenta o clima comum do litoral nordestino: fresco e ventilado na praia e pouco quente no interior. A temperatura oscila de 26º C a 28º C, compensando a média de 27º centígrados. Sòmente no período de inverno — fevereiro a maio — ocorrem precipitações pluviométricas.

ÁREA — A área do município é de 1 506 quilômetros quadrados, figurando em 35º lugar em relação às áreas das demais comunas do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município não apresenta nenhum acidente geográfico de realce; o território é constituído de planos e tabuleiros. Suas terras são quase totalmente arenosas.

RIQUEZAS NATURAIS — Salinas. Carnaubais, cajueirais e carrascais para extração de lenha. Há peixes e lagosta.

POPULAÇÃO — A população de Beberibe, de acôrdo com o Recenseamento de 1950, era de 23 501 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 11 988; mulheres — 11 513. Do total da população, localizam-se 88,89%

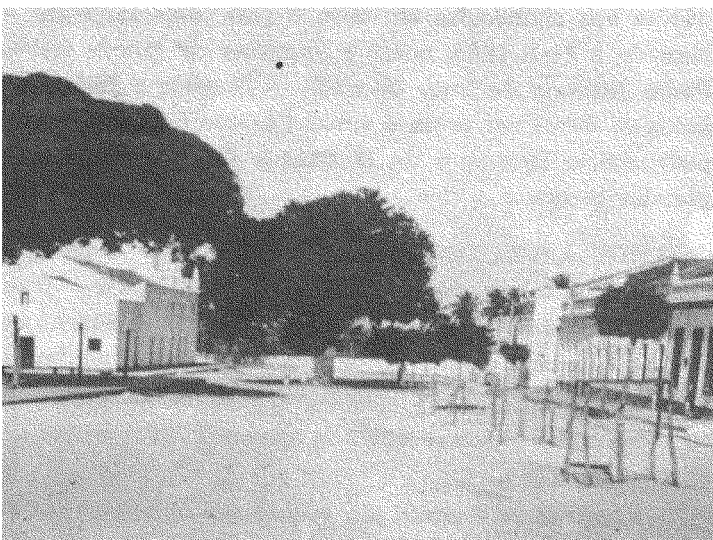
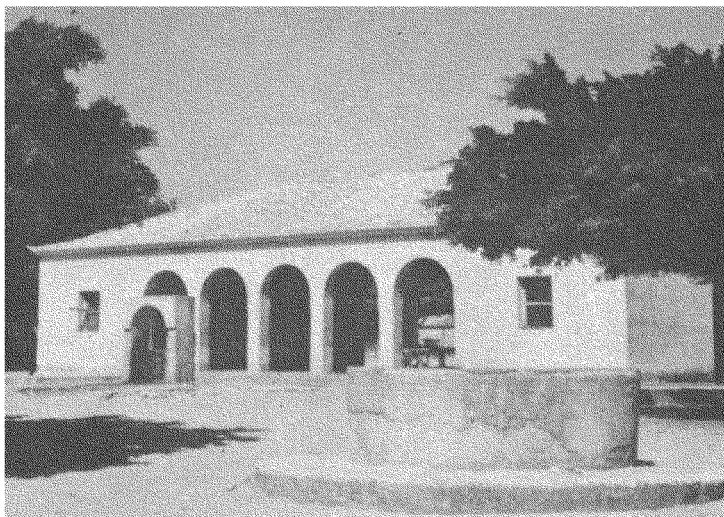
no quadro rural, ou seja, 20 888 habitantes (10 676 homens e 10 212 mulheres). A distribuição da população, segundo os distritos, era a seguinte: Beberibe, com 4 506 habitantes (2 241 homens e 2 265 mulheres); Itapeim, com 8 082 habitantes (4 229 homens e 3 853 mulheres); Sucatinga, com 3 028 habitantes (1 502 homens e 1 526 mulheres); Paripueira, com 4 874 habitantes (2 451 homens e 2 423 mulheres) e Parajuru, com 3 011 habitantes (1 565 homens e 1 446 mulheres).

Estimativa da Inspetoria Regional de Estatística para 1.º de julho de 1957 dá a Beberibe uma população de 26 962 habitantes, havendo, por conseguinte, um crescimento populacional de 3 461 pessoas, que representam 14,73% sôbre os resultados censitários de 1950.

Aglomerações urbanas — São 5 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Beberibe, com 1 185 habitantes (583 homens e 602 mulheres); a vila de Itapeim, com 270 habitantes (139 homens e 131 mulheres); a vila de Sucatinga, com 297 habitantes (137 homens e 160 mulheres); a vila de Paripueira, com 184 habitantes (91 homens e 93 mulheres) e a vila de Parajuru, com 677 habitantes (362 homens e 315 mulheres). Na zona urbana da cidade e vilas, existiam 913 habitantes (480 homens e 433 mulheres) e no quadro suburbano 1 700 pessoas (832 homens e 868 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades fundamentais à economia de Beberibe são a agricultura, a pecuária e a produção extrativa, sendo de maior relevância as culturas de cana-de-açúcar, mandioca-brava, côco-da-baía, banana, manga e a pesca.

O Departamento Estadual de Estatística estimou a safra agrícola de 1955 em Cr$ 7 353 000,00, com destaque dos seguintes produtos: 10 000 centos de côco-da-baía (Cr$ 1 500 000,00); 80 000 centos de manga .... (Cr$ 1 280 000,00); 5 000 toneladas de mandioca-brava (Cr$ 1 250 000,00); 5 500 toneladas de cana-de-açúcar (Cr$ 1 100 000,00); e 45 000 cachos de banana .... (Cr$ 1 125 000,00). Verificou-se, ainda, em menores proporções, a produção de batata-doce, feijão e algodão.

Os excedentes agrícolas são canalizados para a capital do Estado, principal centro comprador dos produtos agrícolas do município.

Rua Principal

Mercado da Carne

A atividade pecuária é bem desenvolvida. Entretanto, não há exportação apreciável de gado. O D.E.E. estimou o rebanho de 1955 em 60 800 cabeças, na importância de Cr$ 37 335 000,00, assim composto: 20 000 bovinos, 4 500 eqüinos, 4 000 asininos, 2 700 muares, 10 000 suínos, 9 600 ovinos e 10 000 caprinos.

A leitura dos números acima demonstra que as parcelas mais avultadas são as referentes a bovinos, suínos e caprinos, o que evidencia a preferência dos criadores por essas espécies pastoris.

Com referência à produção extrativa, foi esta calculada, para 1956, em Cr$ 16 417 000,00, tendo saliência o pescado, a cêra de carnaúba e o sal. Foram registradas, também, pequenas quantidades de castanha de caju e madeiras em geral.

A extração de peixes é bastante desenvolvida e lucrativa, merecendo realce a pesca da lagosta, destinada à exportação para os Estados Unidos da América. Funcionam no município três colônias de pescadores, uma localizada em Morro Branco, outra em Uruaú e outra em Parajuru.

Os aviamentos, alambiques e engenhos de rapadura difundidos pelo território municipal produziram, em 1955, conforme apurações do D.E.E., 20 000 sacos de 60 quilos de farinha de mandioca (Cr$ 3 400 000,00); 10 000 quilos de polvilho ou goma (Cr$ 40 000,00); 500 000 quilos de rapadura (Cr$ 1 600 000,00); e 400 000 litros de aguardente de cana (Cr$ 1 520 000,00).

Do total de 7 estabelecimentos fabris que, em 1956, preencheram os questionários do Registro Industrial, 2 se dedicavam à extração de sal, 1 à panificação, 3 à matança de gado para consumo público e 1 à produção de energia elétrica, dos quais 2 eram da classe dos que ocupam 5 pessoas e mais.

As principais entidades industriais existentes em Beberibe são a Salina Pirangi e a Salina Guaiaí.

A produção de energia elétrica em 1956, em consonância com o Registro Industrial, foi de 22 300 kWh, fornecidos para iluminação pública e domiciliária.

COMÉRCIO — O comércio de Beberibe não apresenta índices de progresso, pois, na sede municipal existem, apenas, 7 estabelecimentos varejistas.

As transações comerciais são mantidas com as praças de Fortaleza e Cascavel (CE).

Mercado Público

Os artigos mais importados são: café, açúcar, arroz, tecidos, calçados, sabão, etc.

O município exporta: sal, pescado, farinha de mandioca, rapadura, aguardente de cana, cêra de carnaúba, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município de Beberibe é servido por diversas estradas de rodagem. Têm sede na cidade duas emprêsas de transporte intermunicipal, para cargas e passageiros.

Comunica-se com os municípios vizinhos e com a capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Aracati — rodoviário (via Cascavel) 174 quilômetros e (via Fortim) 84 quilômetros; Cascavel — rodoviário — 18 quilômetros; Morada Nova — rodoviário (via Cascavel) 188 quilômetros; Russas — rodoviário (via Cascavel) 181 quilômetros; Capital do Estado — rodoviário (via Cascavel) 87 quilômetros.

Como meio de comunicação, encontra-se instalada na sede municipal uma Agência do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — Beberibe, situada na Zona do Litoral, é uma das mais novas cidades cearenses, desprovida ainda de pavimentação e de outros melhoramentos urbanos; possui regular número de edificações.

E' dotada de iluminação elétrica pública e particular, sendo de 92 o número de prédios iluminados.

Há uma pensão na sede municipal, cuja diária é de Cr$ 60,00. Na Prefeitura, em 1956, achavam-se registrados 2 automóveis e 8 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um dentista exerce a profissão no município e 2 farmácias ali estão instaladas.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Sociedade de São Vicente de Paulo, fundada em 1907, presta variados auxílios à população pobre beberibense.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Censo Demográfico de 1950, a população urbana da cidade e vilas de Beberibe em idade escolar (5 anos e mais), era de 2 207 pessoas. Dêste total, 785 sabiam ler e escrever, sendo 349 homens e 436 mulheres.

Dos habitantes, com 5 anos e mais, da sede do município, em número de 989, 389 eram alfabetizados — 152 homens e 237 mulheres.

Ensino — Em 1956, contava Beberibe 36 unidades de ensino primário fundamental comum, nos quais se achavam matriculados, no início do ano letivo, cêrca de 935 alunos de ambos os sexos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade, funciona um cinema, o Cine-Teatro Jesus Maria e José, com capacidade para 150 lugares, com sessões apenas três vêzes por semana.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	336	—	—	—
1951	—	361	—	—	—
1952	—	355	—	—	—
1953	—	374	—	—	—
1954	—	223	—	—	—
1955	—	242	1 067	63	928
1956	—	441	1 229	93	1 025

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Entre os festejos populares do município, destaca-se o "reisado" por ser de tradicional costume. Realiza-se a partir do mês de dezembro até 6 de janeiro. Consta, como nos demais municípios cearenses, de mascarados com indumentária grotesca, a fim de resguardar a identidade do "papangu".

As principais procissões que se realizam no município são: a de São José, no dia 19 de março, e a dos Padroeiros Jesus, Maria e José, no dia 31 de janeiro. São sempre dirigidas pelo Vigário da paróquia, percorrendo as principais ruas da cidade, em andores artìsticamente enfeitados, sendo as imagens conduzidas, geralmente, por membros das associações pias da paróquia. A grande massa de fiéis, em longas filas, forma o cortejo, entoando hinos ao santo homenageado ou recitando o têrço.

VULTOS ILUSTRES — *General Edgard Facó* — Um dos mais ilustres oficiais do Brasil. Ministro do Supremo Tribunal Militar. *Desembargador Boanerges de Queiroz Facó* — Nascido a 30-IX-1882, magistrado e escritor. Membro efetivo do Instituto do Ceará. *Eurico Facó* — Nascido a 13-IV-1879, poeta de grande valor, cujas produções são conhecidas em todo o país. *Américo Facó* — Nascido a 21-X-1885, poeta e jornalista de grande mérito. *Padre Joaquim de Jesus Dourado* — Nascido a 25-II-1904, autor de livros em prosa e verso. Capitão do Exército. Expedicionário Brasileiro da II Grande Guerra e orador de grandes recursos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A paróquia de Beberibe tem a denominação de "Jesus, Maria e José". Conta 10 templos, inclusive a Igreja Matriz. A sua fundação data do ano de 1848 e é subordinada à Arquidiocese de Fortaleza.

Dos 4 855 eleitores inscritos, apenas 1 736 votaram nas eleições de 1954.

Beberibenses é como são conhecidos os habitantes do município.

BOA VIAGEM — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Aos 26 de junho de 1743, o capitão-mor João de Teyve Barreto de Menezes, antigo governador do Ceará Grande, concede três léguas de terra a Antônio Domingos Alvarez, situadas nas ribeiras do riacho Cavalo Morto, que deságua no famoso rio Quixeramobim. A concessão desta sesmaria está registrada devidamente no livro 14 — Datas de Sesmarias, à página 131. E', pois, desta data que principiou o povoamento dos vastos sertões de Boa Viagem, região que se prestava admiràvelmente para o pastoreio e o cultivo da terra.

Reza a crônica uma história singular que está ligada ao povoamento dessa gleba e, conseqüentemente, representa o início do povoado que, anos mais tarde, se transformaria na cidade progressista dos nossos dias. Certa noite, Antônio Domingos Álvarez rouba linda môça nos Icós. Montado em ligeiro cavalo, depois de longa e penosa travessia, Alvarez foi parar, com a sua preciosa carga, nas ribeiras do Cavalo Morto. Conta Manuel Ximenes Aragão que Domingos Alvarez ao ver-se perseguido pela família da môça, que lhe seguia as pegadas, apelou três vêzes para Nossa Senhora, fazendo-lhe promessa de mandar erigir igreja para a sua devoção, caso se saísse com vida daquela apertura. Salvo, por um milagre, cumpre religiosamente, o prometido. Nos idos de 1772 faz a doação de terras e gado para a construção da capela apalavrada que, construída, seria o início do lugarejo mais tarde transformado em cidade. Anos depois, já em 1862, por Lei provincial de n.º 1 025, de 18 de novembro, foi criada a freguesia com sede na povoação de Boa Viagem. Com território desmembrado de Quixeramobim, foi criado o município de Boa Viagem, pela Lei n.º 1 128, de 21 de novembro de 1864. Foi primeiro vigário de Boa Viagem o Padre Antônio Correia de Sá. Antes, porém, tivera como capelão o famoso padre Gonçalo Inácio de Loiola e Melo Mororó, mártir da Confederação do Equador, fuzilado aos 30 de abril de 1825.

Durante muitos anos Boa Viagem foi teatro de dramas sangrentos que sobressaltaram os sertões do Quixeramobim, município que lhe é vizinho. Participaram dos encontros as famílias Araújo e Maciel, aquela residente em propriedade rural no município de Boa Viagem e esta com moradia em Quixeramobim, àquele tempo chamada vila Nova do Campo Maior. Várias vêzes os Maciéis foram

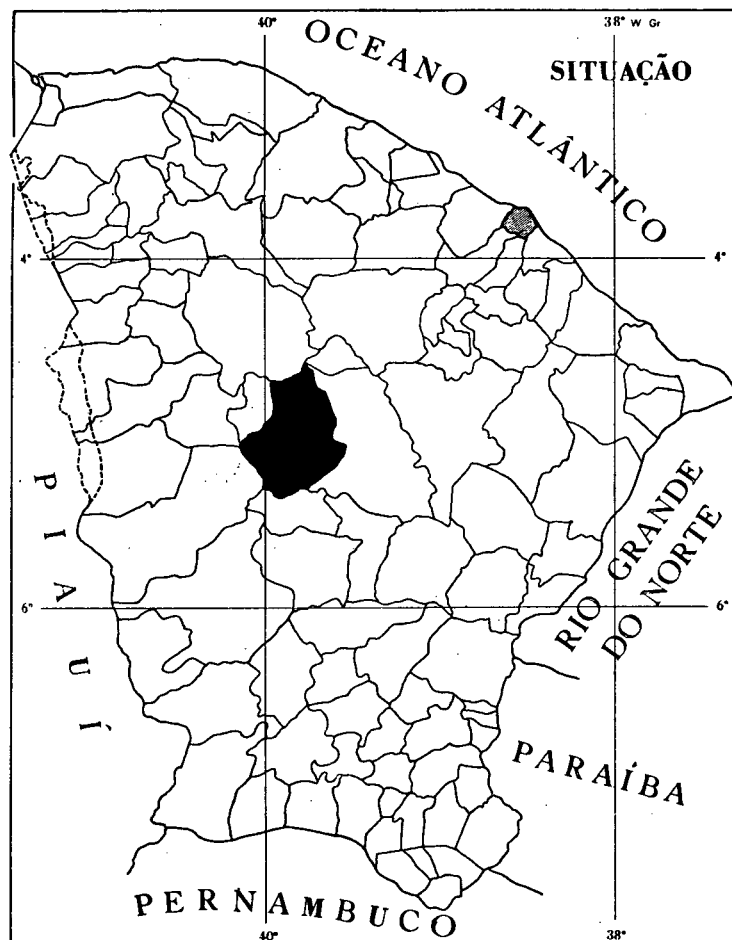
Prefeitura Municipal

Rua Agronomando Rangel

atacar os Araújos em Boa Viagem e outras tantas os Araújos atacaram os Maciéis em Quixeramobim. Sucederam-se assassinatos misteriosos e dramáticos. Certa feita, Luciano Domingos de Araújo, que acabara de casar, ia estrada afora quando se lhe depara um piquête que o assassina friamente. Dizem ter sido Miguel Carlos que mandara Estácio da Gama fazer emboscada no Uruquêzinho. Dias de angústia para aquêles bravos sertanejos que se inimizaram por pouco mais ou nada. O tempo, todavia, encarregou-se de pacificar as duas grandes famílias que participaram ativamente do povoamento da vasta região que medeia entre Boa Viagem e Quixeramobim.

No quadro da divisão territorial de 1911, o município de Boa Viagem figura com dois distritos: Boa Viagem e Olinda. O Decreto estadual n.º 193, de 20 de maio de 1931, extinguiu o município e o anexou ao município de Quixeramobim. Restaurado em 1936, figurou no quadro da divisão territorial de 1937 com os distritos de Boa Viagem e Olinda. O Decreto estadual n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, outorgou foros de cidade à sede municipal. No quadro da divisão territorial que vigorou de 1939 a 1943, o município de Boa Viagem já figurava com três distritos, isto é, Boa Viagem, Olinda e Socorro. O Decreto estadual n.º 1 114 conservou a mesma divisão territorial para Boa Viagem, apenas dando nova denominação aos distritos de Socorro, que passou a chamar-se Ibuaçu e a Olinda, que mudou para Jacampari. A Lei estadual n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, que instituiu nova divisão administrativa no Ceará concede a Boa Viagem os distritos de: Boa Viagem (sede), Jacampari, Ibuaçu e Domingos da Costa. O têrmo judiciário de Boa Viagem foi instituído pela Lei n.º 1 128, de 21 de novembro de 1864, que criou o município; fazia parte da comarca de São João do Príncipe, hoje município e comarca de Tauá. Anos depois passou a pertencer à comarca de Quixeramobim. Pela Lei n.º 1 572, de 26 de setembro de 1918, o têrmo judiciário passou a ser provido de juiz substituto, togado, mas a de n.º 1 749, de 3 de setembro de 1920, revogou aquela, continuando o têrmo subordinado à comarca de Quixeramobim. Esta situação perdurou até a promulgação da Constituição Estadual de 1947, que, no seu artigo 22, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, outorgava maioridade judiciária a Boa Viagem, restaurando-lhe a comarca com Juiz de primeira entrância, situação confirmada pela Lei n.º 213 de 9 de junho de 1948. Nas eleições gerais de 1954 foram eleitos: Prefeito

— Delfino de Alencar Araújo; Vereadores — Cícero Carneiro Filho, Joaquim Vieira da Silva, José Vieira de Lima, Eduardo Patrício de Almeida, Antônio Tupinambá de Araújo, Manuel Ximenes de Araújo, Deodato José Ramalho, Aluísio Ximenes de Aragão e Raimundo Alves Campos.

LOCALIZAÇÃO — O município de Boa Viagem situa-se na Zona Fisiográfica do Sertão Central. Limita-se com os municípios de Monsenhor Tabosa, Santa Quitéria, Quixeramobim, Pedra Branca e Independência. A sede dista 203 quilômetros da capital do Estado (em linha reta) e possui as seguintes coordenadas geográficas: 5° 07' 38" de latitude Sul e 39° 44' 38" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 255 metros de altitude.

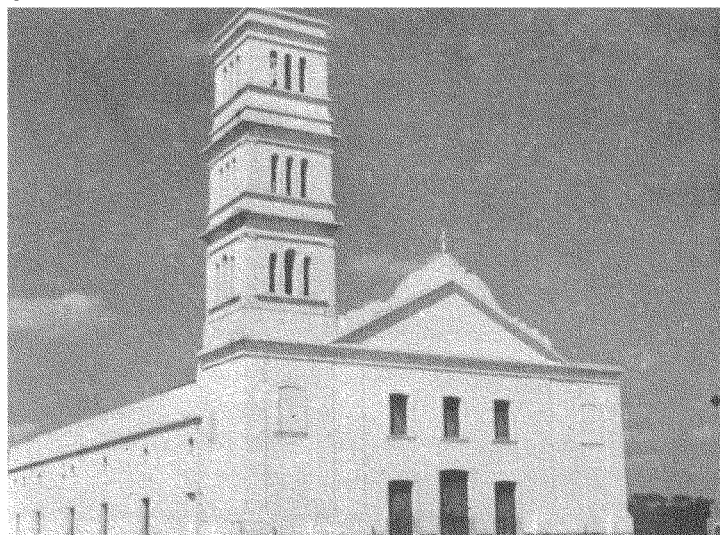
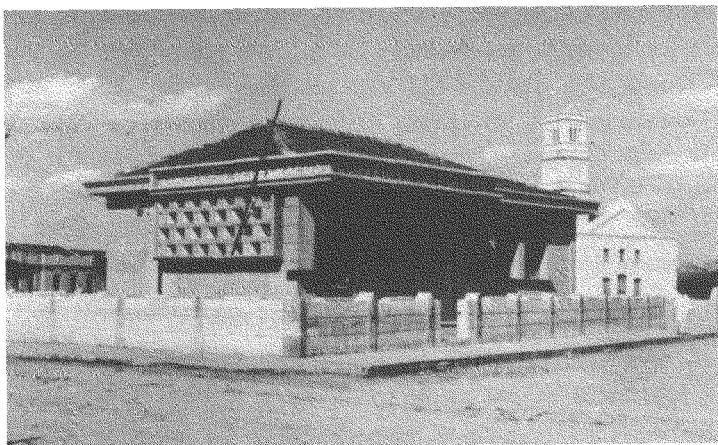
CLIMA — Dotado de clima salubre, apresenta precipitação pluviométrica sòmente no período hibernal; a temperatura oscila entre 30° e 37° centígrados (respectivamente, médias anuais das mínimas e máximas) e a compensada da ordem de 35°. As estiagens estendem-se de julho a dezembro.

ÁREA — A área do município é de 3 361 quilômetros quadrados, sendo um dos maiores do Estado, figurando em 8.° lugar em relação às áreas das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O solo, em geral, é montanhoso, muito argiloso e pedregoso. Além do riacho Boa Viagem, que atravessa o município e deságua no rio Quixeramobim, os principais acidentes geográficos são: as serras da Guia, do Catolé e do Calogi, tôdas férteis.

RIQUEZAS NATURAIS — Argila (barro), pedra calcária e rutilo. Matas para extração de madeiras de lei. Animais silvestres.

POPULAÇÃO — A população do município de Boa Viagem, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 26 542 habitantes, e tinha a seguinte composição: homens 13 306; mulheres 13 236; brancos — 14 080, sendo 6 942 homens e 7 138 mulheres; pardos — 10 174 (5 203 homens e 4 971 mulheres); pretos — 2 286 (1 159 homens e 1 127 mulheres), (e sem declaração de côr — 2 homens). Das pessoas de 15 anos e mais (em número de 13 397), 5 099 eram solteiras (2 674 homens e 2 425 mulheres); casadas 7 694 (3 820 homens e 3 874 mulheres); desquitadas 3 (1 homem e 2 mulheres); viúvas 598 (161 homens e 437 mulheres); 3 não declararam o estado civil (1 homem e 2 mulheres). Quase tôda a população era de nacionalidade brasileira. Apenas foi registrada 1 mulher estrangeira. Em religião predominavam os que se declararam católicos apostólicos romanos, em um total de 26 261, sendo 13 166 homens e 13 095 mulheres; protestantes 270 (133 homens e 137 mulheres); espírita 1 homem, sem religião 3 homens, e 7 não declararam o credo professado (3 homens e 4 mulheres). A densidade demográfica era de 7,89 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 93,94% da população localizam-se no quadro rural, totalizando 24 935 habitantes (12 548 homens e 12 387 mulheres). E' o 2.° município do interior do Estado que apresenta maior índice de população rural. De acôrdo com a estimativa procedida pela Inspetoria Regional de Estatística para 1.° de julho de 1957, a população de Boa Viagem era, àquela época, de 30 034 habitantes, ocorrendo, assim, um acréscimo, sôbre o efetivo populacional do censo de 1950, de 3 492 pessoas, isto é, 13,16%.

Aglomerações urbanas — São 3 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Boa Viagem com 1 209 habitantes (569 homens e 640 mulheres); a vila de Ibuaçu, com 58 (24 homens e 34 mulheres); e a vila de Jacampari, com 340 (165 homens e 175 mulheres). Nas zonas urbanas da cidade e vilas existiam 1 260 habitantes (581 homens e 679 mulheres) e no quadro da zona suburbana 347 pessoas (177 homens e 170 mulheres), segundo revela o Recenseamento Geral do Brasil de 1950.

Igreja-Matriz de Nossa Senhora da Conceição

Agência do Departamento dos Correios e Telégrafos

ATIVIDADES ECONÔMICAS — E' na agricultura e pecuária que se fundamenta a economia de Boa Viagem, em cujas atividades trabalham 93% da população de todo o município. No que respeita à agricultura, vem em primeiro plano a cultura do milho, com produção de 68 500 sacos de 60 quilogramas avaliados em 6 850 milhões de cruzeiros, secundada pelo feijão (26 400 sacos de 60 quilogramas — Cr$ 3 960 000,00); algodão (34 400 arrôbas — Cr$ 3 500 000,00); arroz (8 500 quilogramas — .... Cr$ 2 580 000,00); mamona (1 020 toneladas — ...... Cr$ 2 040 000,00) e as seguintes culturas de menor porte: banana, batata-doce, cana-de-açúcar, côco-da-baía, fava, laranjas, mandioca-brava, mandioca-mansa, manga e tangerina. O Departamento Estadual de Estatística do Ceará estima a safra agrícola em 22 milhões de cruzeiros aproximadamente, sendo grande parte exportada para as praças de Fortaleza (CE) e Recife (PE), principais centros consumidores dos produtos locais.

A pecuária é outra boa fonte de riqueza do município. Boa Viagem é dos principais criadores, notadamente de gado bovino, cujo rebanho é dos maiores do Estado, possibilitando a sua exportação em apreciável escala, para os vários mercados do país, sendo por isso Fortaleza o seu maior comprador. A população pecuária era, em 31 de dezembro de 1955, de 103 500 cabeças avaliadas em pouco menos de 104 milhões de cruzeiros assim discriminados: 28 000 bovinos, 3 800 eqüinos, 5 200 asininos, 3 000 muares, 22 000 suínos, 19 000 ovinos e 22 500 caprinos. Releva notar que sòmente os rebanhos bovinos e suínos contribuíram com 75 milhões de cruzeiros do valor total de todo o efetivo pecuário de Boa Viagem. Segundo elementos do Registro Industrial de 1956, a produção de queijo foi de 4 250 quilogramas, valendo cêrca de 139,5 milhares de cruzeiros; a de manteiga — 300 quilogramas — atingiu 12 milhares de cruzeiros. Em 1955, a produção de leite alcançou 800 000 litros, avaliados em 2,4 milhões de cruzeiros. Em 1956, havia em Boa Viagem 8 engenhos de rapadura, os quais produziram, no mesmo ano, 15 050 milhares dêsse produto, no valor de pouco mais de 90 milhares de cruzeiros. Ainda de acôrdo com os dados do Registro Industrial de 1956, os 32 aviamentos espalhados pelo território do município produziram, calculadamente, 160 milhares de cruzeiros de farinha de mandioca.

Os principais produtos extrativos de origem vegetal em exploração são madeiras para fins industriais e domésticos, com produção de pouco menos de 1,6 milhões de cruzeiros; de origem mineral há produção de pedras e barro no valor total de 149 milhares de cruzeiros; de origem animal citam-se peles de animais silvestres (teús, gato-pintado, cobra-de-veado, e pele-de-veado) além da produção de 2 800 quilogramas de peixes no valor total de quase 202 milhares de cruzeiros.

À época do Registro Industrial de 1956, existiam no município 11 estabelecimentos industriais que ocupavam nas suas atividades fabris menos de 5 pessoas, inclusive sócios ou proprietários. Destas unidades, quatro se dedicavam à fabricação de calçados, três, ao fabrico de pães de trigo, uma ao abate de animais, duas, à produção de tijolos e vasos de barro e uma ao fornecimento de energia elétrica para consumo público e particular. A produção de energia elétrica eleva-se a 50 000 quilowatts-hora.

COMÉRCIO — Há na sede do município 25 estabelecimentos varejistas e 5 que exploram o ramo grossista. Seu comércio é relativamente pequeno, possuindo poucas firmas importantes. Mantém transações com as praças de Fortaleza, Quixeramobim, Quixadá e Canindé. Boa Viagem importa tecidos, ferragens, gasolina, óleos combustíveis, pneus, material elétrico e lubrificantes. Exporta algodão, milho, feijão e farinha de mandioca. Conforme os dados do Censo Econômico de 1950, existia, em todo o município, 55 estabelecimentos varejistas e 6 atacadistas que, em 1949, efetuaram vendas calculadas em 3 915 e 1 138 milhões de cruzeiros respectivamente.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade é servida por estradas de rodagem. Cortam o centro urbano várias linhas regulares de ônibus e caminhões, ligando-a aos municípios vizinhos e à capital Estadual, por intermédio dos seguintes meios de transporte: a Independência: rodoviário — 84 quilômetros; a Pedra Branca: rodoviário — 58 quilômetros; a Quixeramobim: rodoviário — 72 quilômetros; a Santa Quitéria: a cavalo — 180 quilômetros; a Monsenhor Tabosa: rodoviário — 79 quilômetros; à capital Estadual: Misto: a) rodoviário — 72 quilômetros até Quixeramobim, e b) ferroviário — 237 quilômetros e rodoviário, via Canindé — 276 quilômetros.

Funciona na sede municipal uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos. Há ligação telefônica com Quixeramobim.

ASPECTOS URBANOS — Boa Viagem é uma cidade que se caracteriza por apresentar ruas largas e grandes praças. Possui boas construções, destacando-se entre elas

Grupo Escolar

Praça Monsenhor José Cândido

o prédio dos Correios e Telégrafos, o Grupo Escolar e a Penitenciária, uma das melhores de todo o interior. Sua população, segundo o Recenseamento de 1950, era de 1 209 habitantes. Em 1954, a cidade compunha-se de 422 prédios, sendo 288 exclusivamente residenciais e o restante destinado a outros fins, havendo 24 logradouros públicos, dos quais 4 pavimentados e 6 arborizados. Possui pequena área pavimentada com pedra irregular. Dotada de iluminação elétrica pública e particular, é de 123 o número de ligações domiciliárias. Mantém a Prefeitura o serviço de limpeza das vias públicas e remoção do lixo, beneficiando 218 prédios e 8 logradouros.

Como meio de hospedagem conta com duas pensões, cobrando a diária média de Cr$ 60,00, fornecendo alimentação e pousada.

Em 1956 estavam registrados na Prefeitura Municipal 3 automóveis e jipes e 16 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Possui o município um Pôsto de Proteção à Maternidade e à Infância, mantido pela Legião Brasileira de Assistência, que assiste de um modo geral os habitantes do município. Prestam serviços à população de Boa Viagem 1 médico, 1 dentista e 1 farmacêutico. Funciona na cidade uma farmácia.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — Duas Conferências de São Vicente de Paulo e o Pôsto de Proteção à Maternidade e à Infância prestam assistência social à população pobre do município.

Externato Rui Barbosa

ALFABETIZAÇÃO — No Recenseamento Geral de 1950 foi computada a população de 21 254 pessoas com 5 anos e mais, das quais 4 573 eram alfabetizadas, sendo 2 216 homens e 2 357 mulheres, numa percentagem de 22% das pessoas presentes em idade escolar. A sede municipal possuía 1 014 habitantes. Dêste total, 571 sabiam ler e escrever (261 homens e 310 mulheres), consideradas as pessoas de 5 anos e mais.

Ensino — O município de Boa Viagem em 1956 contava 65 unidades escolares de ensino fundamental comum com a matrícula inicial de 943 alunos de ambos os sexos. Em 1950 foi de 10,65% a taxa de matrícula em Boa Viagem e 24,3% no Estado do Ceará.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	407	367	—	317
1951	—	557	426	113	555
1952	93	540	524	142	482
1953	101	586	—	—	—
1954	86	707	—	—	594
1955	—	1 037	783	112	983
1956	—	1 311	786	86	658

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Há na cidade um único monumento histórico, a herma do monsenhor José Cândido de Queiroz, construída na Praça da Matriz, em sua homenagem.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — A principal cerimônia religiosa realiza-se, brilhantemente, de 22 de dezembro a 1.º de janeiro de cada ano, em homenagem à padroeira da cidade, Nossa Senhora da Boa Viagem. No encerramento verifica-se imponente e tradicional procissão da milagrosa Santa, na qual toma parte compacta multidão de fiéis, além das associações pias da paróquia, cujos membros, ostentando seus distintivos, entoam cânticos sacros ou recitam o Santo Rosário.

VULTO ILUSTRE — *João Araújo Costa Mendes,* fundador do Ateneu Cearense, estabelecimento que foi freqüentado pelo barão de Studart e outros cearenses ilustres. Faleceu em 3 de novembro de 1874.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Boa Viagem, encravado no centro territorial do Estado, é o 8.º município em área terrestre, dentre as demais comunas do interior. Possui 21 reservatórios d'água, cuja capacidade hidráulica é de 21 milhões de metros cúbicos, aproximadamente. A sua paróquia, com a invocação de Nossa Senhora das Dores de Boa Viagem, conta 9 templos e 10 associações religiosas com regular número de participantes. Há na cidade a Igreja Evangelista Congregacional, possuindo reduzido efetivo de adeptos. Em 1954 existiam 6 105 eleitores inscritos, dos quais 2 604 votaram nas eleições realizadas no mesmo ano. Conta o município com a Sociedade Pró-Melhoramentos Rurais de Boa Viagem, que tem por finalidade precípua propugnar pelo progresso da sua população rurícola.

BREJO SANTO — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — A crônica, já entremeada com a lenda, conta que no princípio do século dezoito a região onde hoje se ergue a cidade de Brejo Santo, sede do município de mesmo nome, foi domínio de poderosa mulher, destemida e audaciosa, senhora de muitos haveres e cujo labor agrícola lhe proporcionou grande fortuna e prestígio em tôda a cercania.

A tradição não guardou, com precisão, o nome completo da famosa fazendeira que passou à história apenas com o sobrenome Barbosa. Sentando moradia numa aprazível gleba, aí levantou casa grande, alpendrada, espaçosa, com cêrca de pau-a-pique, em tôrno da qual se levantavam pequenas residências de moradores.

Anualmente, Dona Barbosa colhia farta messe de cereais, o que tornou, de logo, conhecido o lugarejo. Quando alguém se dirigia para a propriedade de D. Barbosa, costumava dizer: "Vou para o Brejo da Barbosa".

Conta o virtuoso padre J. Alboino Pequeno que anos depois veio estabelecer-se no Brejo numerosa família cujo sobrenome era Santos. Daí a denominação dada ao município de Brejo dos Santos.

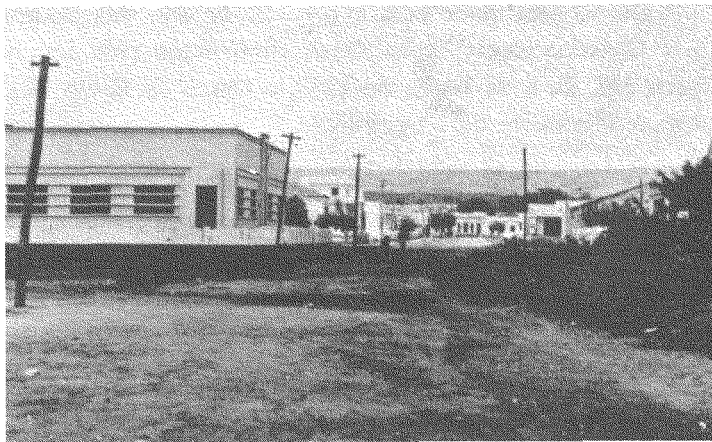
Entre outros povoadores, porém, registra a história, através de datas e sesmarias concedidas, o nome do coronel Antônio Mendes Lobato Lira, que conseguiu escritura de doação aos 24 de janeiro de 1714. Êste pioneiro, segundo afirma Antônio Bezerra de Menezes em "Algumas Origens do Ceará", foi o proprietário real do Sítio Barbosa.

Um dos fatos interessantes ligado à vida política de Brejo Santo foi o ataque feito a Porteiras, vizinha de Brejo. Havia, em recuada época, uma grande rivalidade entre estas duas localidades. Certa feita, nos idos de 1914, apresta-se numerosa tropa de sertanejos, todos armados, num total de mais de trezentos homens para atacar Porteiras e obrigar o Prefeito a renunciar.

O Prefeito de Porteiras, Raimundo Cardoso dos Santos, resistiu ao sítio durante um dia e quase uma noite inteira.

Houve muita morte e muitos feridos. Finalmente, Cardoso resolve capitular e é deposto. Foi um dia de juízo.

O govêrno do Estado tomando as devidas providências enviou tropa militar para Porteiras e lá reintegrou no pôsto de Prefeito o coronel Raimundo Cardoso dos Santos que lutara como um bravo.

Trecho da Rua Duque de Caxias, inclusive a Praça 7 de Setembro

Prefeitura Municipal

De 1925 a 1928 Brejo Santo sofreu vários reveses em sua vida pacata e ordeira. Certa feita tôda a cidade teve as suas portas fechadas a sete chaves temendo a ira sanguinolenta do sicário Luís Padre, bandoleiro temível e terror das populações da zona sul do Estado.

Quando Virgolino Ferreira da Silva, o famoso Lampião, desafiava as fôrças policiais de cinco Estados do Norte, Brejo Santo amanheceu, certo dia, apreensivo. O povo aflito fugia para as cidades vizinhas. A notícia explodira como uma bomba. Lampião estava nas cercanias da cidade, hóspede da fazenda de Chico-Chicote, localizada nas Guaribas.

José Bezerra, oficial da Polícia Militar do Ceará, resolveu atacar o bandoleiro. O tiroteio durou trinta horas de fuzilaria intensa. Chico-Chicote, que era homem de coragem, brigou como uma fera acuada, vindo atacá-lo soldados de Pernambuco e da Paraíba. Ao final de contas, tocaram fogo em tudo quanto encontraram. Trucidaram o Chico-Chicote, que morreu lutando, e nem viram Lampião e o seu bando sinistro com Massilon e João 22 como lugares-tenentes.

A freguesia de Brejo Santo data de 25 de julho de 1876, desmembrada da de Jardim e de Milagres. De 1877 a 1903, curou a paróquia o virtuoso sacerdote Francisco Lopes Abath cuja obra notável ainda é lembrada por todos os filhos de Brejo Santo.

Em 1949, registrou-se um fato lamentável na Matriz local. Ao serem retiradas algumas colunas, desabou todo o tecto da igreja, saindo feridos e mortos vários operários.

O município de Brejo dos Santos foi criado pelo Governador Luís Antônio Ferraz, de conformidade com o Decreto Estadual de 26 de agôsto de 1890.

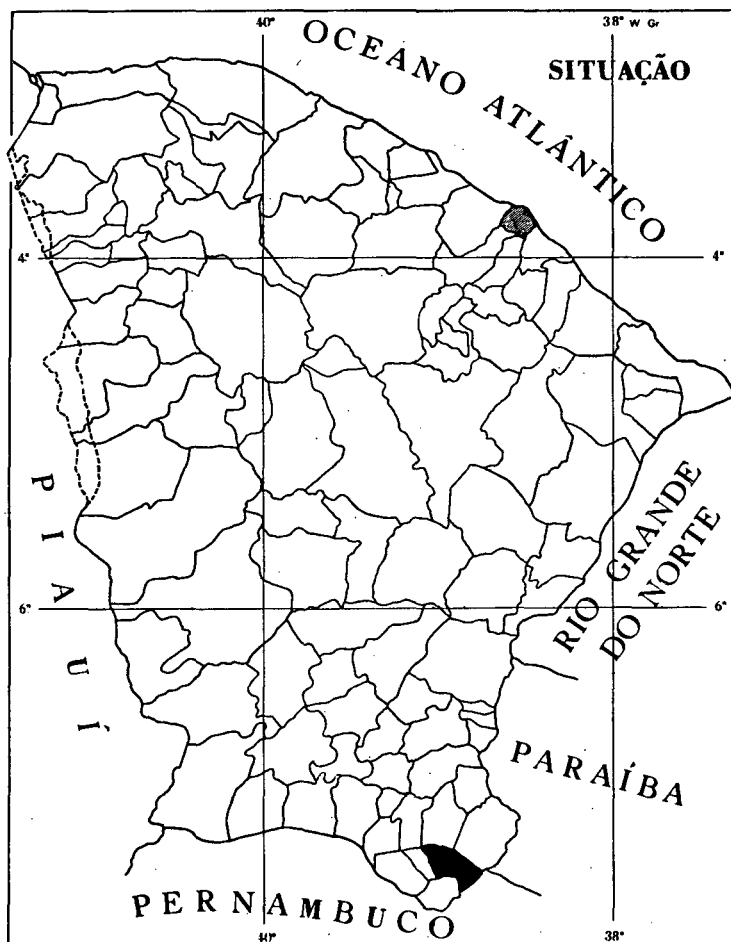
Em 1938, de acôrdo com o Decreto-lei estadual número 448, de 20 de dezembro, a vila foi elevada à categoria de cidade, com o topônimo simplificado para Brejo Santo.

A vila de Brejo Santo foi inaugurada a 22 de setembro de 1890 e a sua instalação solene deu-se aos 5 de novembro do mesmo ano.

De acôrdo com a Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, o município ficou assim constituído: Brejo Santo (distrito-sede), São Felipe e Poço.

O antigo distrito de Porteiras, pela lei acima citada, conquistou a sua maioridade política, erigindo-se em município.

De conformidade com o art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, confirmado pela Lei número 213, de 9 de junho de 1948, o têrmo de Brejo Santo passou a comarca de 1.ª entrância.

LOCALIZAÇÃO — Brejo Santo situa-se na Zona Fisiográfica do Cariri. Limita-se com os municípios de Porteiras, Missão Velha, Milagres, Mauriti, Jati e com o Estado de Pernambuco. A cidade dista da Capital do Estado, em linha reta, 416 km, na direção 7° 07' S.O. e possui as seguintes coordenadas geográficas: 7° 29' 31" de latitude Sul e 38° 59' 21" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — É de 450 metros a altitude na sede municipal.

CLIMA — O município de Brejo Santo apresenta clima quente. A temperatura varia entre 22 e 35 graus centígrados. A época mais chuvosa vai de janeiro a maio e o tempo sêco, ou verão, de junho a dezembro.

ÁREA — A área do município é de 433 km², ocupando o 87.° lugar em relação à área das demais comunas do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia do município é pouco acidentada. O principal acidente geográfico é a Serra da Balança, um prolongamento da Serra do Araripe e que separa Brejo Santo de Pernambuco. Entre outras pequenas serras, destaca-se a do Bom Nome. O principal curso de água que corta o município é o rio da Morte. Entre as lagoas de pequeno porte sobressai a Lagoa do Mato.

RIQUEZAS NATURAIS — Gêsso (jazidas inexploradas), barro (argila), madeiras, lenha, pequi (óleo) e peles silvestres.

POPULAÇÃO — A população do município de Brejo Santo, segundo o Recenseamento de 1950, era de 29 344 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 14 028; mulheres — 15 316; brancos — 9 769 (homens 4 576 e mulheres 5 193); pardos — 15 785 (7 608 homens e 8 177 mulheres); pretos — 3 675 (1 794 homens e 1 881 mulheres); 115 habitantes não declararam côr, sendo 50 homens e 65 mulheres.

Das pessoas de 15 anos e mais num total de 15 656 — 5 577 eram solteiros (2 630 homens e 2 947 mulheres); casados — 9 075 (4 464 homens e 4 611 mulheres); desquitados — 8 (2 homens e 6 mulheres); viúvos — 940 (160 homens e 780 mulheres); 56 não declararam o estado civil, sendo 17 homens e 39 mulheres.

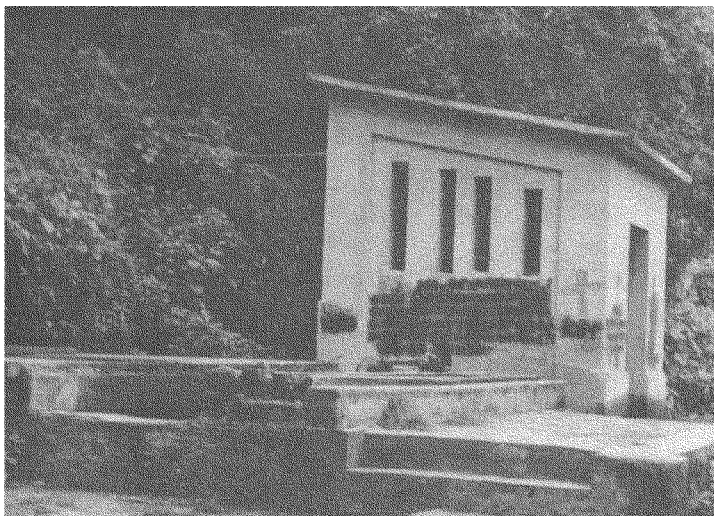
Declararam-se de nacionalidade brasileira 29 340 habitantes: 14 005 homens e 15 286 mulheres; 1 homem naturalizado; 1 mulher estrangeira; 2 sem declaração (1 homem e 1 mulher).

Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos no total de 29 291 adeptos (14 005 homens e 15 286 mulheres); protestante — 1 homem; outras religiões — 7 (3 homens e 4 mulheres); sem religião — 8 (7 homens e 1 mulher); 37 não declararam o credo professado, sendo 12 homens e 25 mulheres.

A densidade era de 45,42 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 85,44% da população localizavam-se na zona rural, num total de 25 074 habitantes (12 111 homens e 12 963 mulheres).

Estimativa procedida pela Inspetoria Regional de Estatística para 1.° de julho de 1957 dá para Brejo Santo uma população de 21 458 habitantes. O decréscimo verificado de 7 886 pessoas, com relação ao efetivo populacional de 1950, deve-se ao desmembramento do Distrito de Porteiras, elevado à categoria de município em 1951.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São 2 as aglomerações do município: a cidade de Brejo Santo, com 2 945 habitantes (1 325 homens e 1 620 mulheres) e a vila de Porteiras, com 1 325 (592 homens e 733 mulheres). Nas zonas urbanas da cidade e vilas existiam 3 050 habitantes (1 578 homens e 1 927 mulheres) e no quadro suburbano, 765 pes-

Avenida Santos Dumont

Fonte Cacimbinha, de onde é fornecida água canalizada para a cidade

soas, sendo 339 homens e 426 mulheres, segundo revelação do Recenseamento Geral do Brasil de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia de Brejo Santo repousa na sua agricultura, notadamente na cultura do algodão, grandemente desenvolvida no município. Sua produção atingiu em 1955, a 172 000 arrôbas de 15 quilogramas no valor de quase 27 milhões de cruzeiros.

Além do algodão, cultivam-se em apreciável escala: milho, 70 500 sacos de 60 quilogramas = Cr$ 6 345 000; arroz, 7 400 sacos de 60 quilogramas = Cr$ 1 480 000,00 e feijão, 10 000 sacos de 60 quilos = Cr$ 1 200 000,00.

Há, ainda, pequeno cultivo de cana-de-açúcar, abacate, agave, banana, café, côco-da-baía, fumo, laranja, limão, mamona, mandioca-brava e manga.

A safra agrícola avaliada em mais de 38 milhões de cruzeiros, é em grande parte transportada para os municípios de Fortaleza (CE), Recife (PE) e Campina Grande (PB), que são os principais compradores dos produtos locais.

A pecuária não tem grande significação econômica para a vida da comuna, pôsto que essa atividade vem regredindo consideràvelmente a cada ano, não só motivado pelas constantes sêcas que assolam a região, como também, pela escassez de reservatórios próprios à criação de rebanhos em épocas de verão.

O pequeno rebanho do município, existente em 31 de dezembro de 1955, conforme dados do Departamento Estadual de Estatística do Ceará, era de 29 800 cabeças (valendo pouco mais de 18 milhões) assim discriminados: 13 500 bovinos; 2 300 eqüinos; 1 100 asininos; 1 400 muares; 6 500 suínos; 3 800 ovinos e 1 200 caprinos.

Não há exportação de gado, destinando-se os rebanhos ao consumo local.

Por ocasião do Censo de 1950, 90,4% dos habitantes locais, consideradas as pessoas de 10 anos e mais, declararam como atividade principal o ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

A indústria extrativa vegetal na extração de madeiras para fins domésticos e industriais, com produção valendo 608 milhares de cruzeiros e de agave e semente de pequi, com produção total no valor de 80 milhares de cruzeiros. Os produtos de origem mineral são: cal de pedra e barro para fabricação de tijolos e telhas.

Dos 19 estabelecimentos industriais sujeitos ao preenchimento dos boletins de produção de 1956, 4 ocupavam mais de cinco pessoas. Destas unidades fabris, 3 se dedicavam ao fabrico de pães de trigo; 1 ao beneficiamento de algodão; 5 à fabricação de calçados; 2 ao abate de animais; 2 à fabricação de tijolos e telhas; 3 à fabricação de bebidas; 1 à produção de energia elétrica; 1 à extração de cal e 1 ao beneficiamento de arroz.

A produção de energia elétrica é da ordem de ... 9 126 kWh, distribuídos para iluminação pública e particular.

Os engenhos locais obtiveram em 1955 uma produção de 480 000 quilos de rapadura, estimada em pouco menos de 12 milhões de cruzeiros.

COMÉRCIO — No que respeita à exportação, o movimento comercial de Brejo Santo fundamenta-se na produção agrícola, sendo inexpressivo e mesmo nulo quanto à pecuária, cujos rebanhos bastam apenas para o consumo local.

Os principais mercados compradores são as praças de Recife, Campina Grande, Mossoró e Fortaleza. O produto exportado em escala mais avultada é o algodão, seguindo-se -lhe o milho, o feijão, o arroz, a rapadura e a farinha de mandioca.

Brejo Santo importa fazendas, miudezas, louças, farinha de trigo, sabão, bebidas, cigarros, querosene, ferragens, produtos farmacêuticos, etc., principalmente das praças de São Paulo, Recife, Campina Grande e Mossoró.

Realiza-se, semanalmente, uma feira em boas proporções.

Verifica-se na sede municipal a existência de 4 estabelecimentos atacadistas e 10 varejistas.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Brejo Santo é servida por estradas de rodagem. Liga-se aos municípios limítrofes, a outros Estados, à Capital Estadual, pelas seguintes estradas: Jati: rodoviário — 23 km; Porteiras: carroçável — 17 km; Mauriti: rodoviário — 30 km; Milagres: rodoviário — 21 km; Missão Velha: rodoviário via Milagres: 39 km; a cavalo — 59 km; Maniçobal (PE): via Jati: rodoviário — 62 km; à Capital Estadual: rodoviário — 567 km; à Capital Federal: rodoviário — 2 261 km.

Há na sede municipal uma agência postal-telegráfica do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — Segundo o Recenseamento de 1950, a cidade de Brejo Santo possuía uma população de 2 945 habitantes.

Em 1954, seus prédios eram em número de 972, entre êles 623 exclusivamente residenciais e o restante para outros fins, formando o total de 23 logradouros dos quais 13 eram pavimentados, 6 arborizados e 2 arborizados e ajardinados.

A cidade é pavimentada quase na totalidade de seus logradouros, possuindo 13 calçados com pedras irregulares, perfazendo uma área de 50 000 m^2, e 1 com paralelepípedo num total de 1 200 m^2.

Dotada de iluminação elétrica pública e particular, possui 305 ligações domiciliárias. O serviço de água canalizada, com 79 ligações, é mantido pela Prefeitura Municipal, inclusive 9 chafarizes. Há na sede municipal 4 hotéis cobrando a diária média de Cr$ 70,00.

É proporcionado pela Prefeitura um serviço de limpeza das vias públicas, beneficiando 500 prédios e 8 logradouros.

Em 1956, encontravam-se cadastrados na Prefeitura 10 automóveis inclusive jipes, e 11 caminhões de propriedade particular.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam assistência aos habitantes do município 1 médico, 2 farmacêuticos e 1 dentista. Há duas farmácias na cidade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Conferência de São Vicente de Paulo presta assistência social às pessoas desvalidas, e o Círculo Operário São José atende aos seus associados com benefícios diversos além de patrocinar a defesa dos seus membros.

Tem funcionamento regular a Cooperativa Mista de Brejo Santo (central), de produção, consumo e crédito, fundada em 1946.

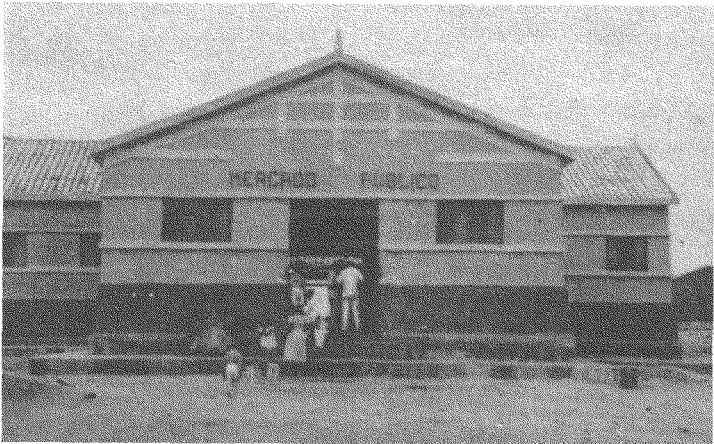
ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, o total de habitantes de 5 anos e mais no município de Brejo Santo foi de 24 085 pessoas. Dêste total, 5 073, ou seja, 21%, sabiam ler e escrever, sendo 2 795 homens e 2 278 mulheres. A cidade possuía 2 424 pessoas (5 anos e mais), 1 392 eram alfabetizadas (673 homens e 719 mulheres.

Ensino — No ano de 1956 existiam no município de Brejo Santo 54 unidades escolares de ensino fundamental comum com a matrícula inicial de 1 611 alunos de ambos os sexos. Em 1950 a taxa de matrícula do município atingiu 15,56% e 24,3% no Estado do Ceará.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade funciona um cinema, o Cine Avenida, dispondo de 204 acomodações e com funcionamento diário.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	723	645	222	673
1951.......	—	760	641	221	650
1952.......	—	1 119	830	313	746
1953.......	—	967	1 070	217	1 133
1954.......	—	1 319	968	249	998
1955.......	—	2 265	1 205	261	1 074
1956 (1)....	227	—	1 295	254	1 295

(1) Orçamento.

Mercado Público

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — É tradicional no município a cerimônia de cunho religioso celebrada em data móvel em honra do padroeiro, Sagrado Coração de Jesus, a qual se reveste de muita pompa e grande animação, vez que movimenta não só a população citadina como também grande parte da população rurícula.

Também à procissão de "Corpus Christi" aflui grande número de fiéis que, juntamente com as irmandades da paróquia, percorrem todo o trajeto recitando o têrço e entoando hinos de louvor ao Santíssimo Sacramento.

VULTOS ILUSTRES — *Frei Anastácio de Porteiras* — Nascido a 25 de dezembro de 1895, no século, chama-se, Cícero Gonçalves do Nascimento. Ordenado na Itália (Milão) a 24 de fevereiro de 1923. É conventual em Belém do Pará. *Padre Antônio de Arújo* — Nascido a 6 de janeiro de 1900 e ordenado em 17 de abril de 1937. Historiador brilhante e senhor de vasta cultura. Sócio efetivo do Instituto do Ceará. *Dr. José Napoleão de Araújo* — Nascido aos 3 de setembro de 1910. Ingressou na Faculdade de Medicina de São Salvador, em 1931, colando grau aos 5 de dezembro de 1936 com a defesa da tese "Das Nefrites". Regressando à terra natal, dedicou-se com brilhantismo à profissão, conquistando por suas aptidões e eficiência, justo conceito. Chamado à política, foi eleito já 3 vêzes deputado estadual, tendo sido Presidente da Assembléia Legislativa na sessão preparatória de 24 de fevereiro de 1947, cargo preferido ao de 1.º Secretário. Em 1950, foi eleito Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Brejo Santo é dotado de um solo muito fértil, onde se cultivam, com abundância, algodão e cereais; dada a sua situação gográfica, é desprovido de açudagem.

A sua Paróquia, fundada em 1877, tem a invocação do Sagrado Coração de Jesus. Possui a Igreja-Matriz e 7 capelas. As 10 associações religiosas existentes contam com elevado número de associados.

Há duas bombas de gasolina e 2 oficinas, regularmente instaladas, para abastecimento e reparo de veículos.

Dos 6 605 eleitores inscritos, 2 251 exerceram o direito do voto nas eleições de 1954.

CAMOCIM -- CE

Mapa Municipal na pág. 55 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — As primeiras referências à região que hoje constitui o município de Camocim são encontradas na Carta Foral de 11 de março de 1935, na qual figuraram terras doadas por D. João III ao historiador João Cardoso de Barros, associado a Aires da Cunha e Fernando Alvarez, num total de 75 léguas de costa, medidas da Ponta dos Mangues Verdes, (Maranhão) até o Rio da Cruz (Camocim), denominada Terra de Jericoacoara.

Os donatários referidos, entretanto, não procuraram colonizar suas terras, que por largo período ficaram abandonadas. Na era colonial, Camocim foi visitado várias vêzes por corsários estrangeiros que mantinham comércio com os índios, sem que tentassem efetivamente o povoamento da região.

O primeiro contacto com a região, estabeleceu-o Pedro Coelho de Sousa, nobre açoriano, morador na Paraíba, que "no intuito de recuperar ao menos em parte a perda de cabedais que com o seu cunhado Frutuoso Barbosa sofrera na Paraíba, resolveu aventurar-se à conquista da serra da Ibiapaba, para o que pediu e obteve licença do governador-geral Diogo Botelho". Com o título de capitão-mor da emprêsa, Pedro Coelho de Sousa mandou três barcos com mantimentos, pólvora e munições para o rio Jaguaribe, partindo êle, por terra, com 65 soldados, entre os quais Manuel de Miranda, Martins Soares Moreno, Simão Nunes, João Cid, João Vaz Tataperica e dois línguas Cangatan e Tui-Mirim, o último de nacionalidade francesa, e mais ainda 200 índios frecheiros.

A 10 de agôsto, Pero Coelho fêz junção com seus companheiros dos barcos na foz do Jaguaribe e daí partiu com destino ao pôrto de Camocim, onde chegou na manhã do dia 19 de janeiro de 1604, continuando a marcha para a serra da Ibiapaba a fim de combater os tabajaras, então senhores da região, mantendo relações com os franceses.

"Resolvida a incorporação definitiva ao domínio hispano-português das terras situadas ao norte da Ibiapaba, na posse efetiva dos franceses desde 1594, de Pernambuco partiu Jerônimo de Albuquerque, para fundar no Ceará, bem próximo do inimigo, um pequeno reduto que servisse de pôsto de observação e de base para se proceder à conquista do Maranhão. A Camocim, ponto designado pelo regimento para essa emprêsa, preferiu o capitão-mor a ponta de Jericoacoara, chamada também buraco das Tartarugas, situada a alguns quilômetros ao sul, por ser lugar mais ameno e rico de frutas e caças". "Camocim, talvez, pela sua situação topográfica, não agradou ao capitão-mor da conquista e foi por êle abandonado após ter ali feito com sua tropa uma curta estadia".

Os membros da família Gabriel foram os primeiros habitantes de Camocim. Em 1792, procedente de Tutóia, chegou Gabriel Rodrigues da Rocha com sua família, composta de mulher e dois filhos de nomes Joaquim Gabriel da Rocha (casado) e José Gabriel da Rocha (solteiro). O chefe da família Gabriel visava o exercício da profissão de prático da barra e teve como mestre no conhecimento da nova função o velho Tremembé, índio que pouco falava o português

Estação Ferroviária

e que, juntamente com outros aborígines, eram os únicos moradores do lugar.

Gabriel Rocha procriou mais alguns filhos, entre os quais o de nome Luís Rodrigues Rocha, conhecido por Luís Gabriel, que se celebrizou no conhecimento da barra, de modo a fazer entrar qualquer navio no pôrto de Camocim, a qualquer hora da noite, mesmo ainda depois de haver perdido um ôlho. A êsse camocinense deve-se, em grande parte, a prosperidade do pôrto, pois tornou a barra de Camocim acessível a qualquer navio de grande calado. Substituindo seu velho pai na profissão de prático, Luís Gabriel conduziu ao pôrto o primeiro vapor da companhia pernambucana, de nome Marquês de Olinda e comandado pelo pilôto Antônio Maciel, no ano de 1855; e o São Luís, da Companhia Maranhense, no ano de 1859.

Posteriormente, vieram aumentar o povoamento de Camocim, de 1838 e 1873, João Rodrigues da Rocha, Inácio Rodrigues de Lucena, Luís Pereira Jorge, Tomaz Amaro de Santana, André Bernardino Chaves, Antônio Felix de Lima, Manoel Catarino, Antônio Brício dos Santos, Antônio Sabino Gomes, José Pereira de Brito, Dionízio José Ferreira, Alferes Martiniano de Andrade Pessoa, Joaquim Inácio Pessoa, tenente Antônio de Andrade Pessoa, tenente Manoel Inácio Pessoa, tenente-coronel João Porfírio da Mota e outros.

No decurso de maio de 1877, chegaram a Camocim os primeiros imigrantes, procedentes de Mombaça (Ceará) e outros lugares, os quais acossados pelos efeitos da sêca, faziam êxodo para o litoral. Essa corrente imigratória, à proporção que se prolongava a sêca, crescia dia a dia, de modo que, em 1878, contava Camocim com uma população adventícia de cinco mil almas, aproximadamente.

A 3 de outubro de 1857, pelo Decreto n.º 1 983, foi concedido a Tomaz Dixon Lowden, pelo Govêrno Imperial, privilégio por 50 anos para construir uma estrada de ferro de Camocim até Ipu. Em 19 de junho de 1878, por Decreto n.º 6 490, o Govêrno Imperial voltou a olhar o problema da construção da estrada de ferro, autorizando os estudos e construção do trecho de Camocim a Sobral. À tarde do dia 24 de julho do mesmo ano, os habitantes de Camocim foram agradàvelmente surpreendidos com a entrada, no pôrto, do Vapor Guará, conduzindo a ilustre comissão de engenheiros encarregada dos trabalhos da estrada referida. A população camocinense recebeu a comissão aludida com

Vista do pôrto

grande demonstração de alegria e, em face da deficiência de domicílios, algumas famílias cederam os seus, para abrigar os engenheiros e foram habitar em palhoças. A 5 de agôsto de 1878, tiveram início os estudos para construção da estrada de ferro.

A 26 de março de 1879, realizou-se com assistência do Presidente da Província e solenidade de estilo, o assentamento do primeiro trilho da Estrada de Ferro em Camocim, sendo convidado, pelo Dr. Rocha Dias, para bater o primeiro grampo, o Dr. José Júlio de Albuquerque. Compareceram ao ato tôdas as autoridades de Granja e Camocim, além de elevado número de pessoas gradas. A inauguração do primeiro trecho da Estrada de Ferro de Sobral, entre Camocim e Granja, numa extensão de 24,5 quilômetros, ocorreu no dia 15 de janeiro de 1881, dois anos após o início dos trabalhos.

A antiga capela de Camorim, que por muitos anos serviu de matriz, foi iniciada em 1880 obedecendo à planta e direção do engenheiro José Privat, primeiro diretor da construção da "Estrada de Ferro", e concluída dois anos depois a capela-mor sob a direção do Dr. Beltrão Pereira, que conseguiu levantar a fachada, arcadas e paredes laterais da nave principal da futura matriz.

Criada a freguesia por Lei provincial n.º 2 007, de 5 de setembro de 1882, foi canônicamente instituída por provisão de 19 de janeiro do ano seguinte, nomeado seu primeiro pároco Padre Leandro Teixeira Pequeno, natural de Icó, então coadjutor em Granja. Em 1905, a paróquia foi anexada à de Granja, com a transferência do vigário. Nesse mesmo ano, o padre João Teixeira de Abreu, residente em Camocim, reiniciou os trabalhos de construção da igreja sem maiores resultados, de vez que a comissão organizada para tal fim dissolveu-se com a retirada do padre João Teixeira para Fortaleza, ocasionando, mais uma vez, a paralisação dos serviços.

Em princípios de 1906, voltou Camocim a ser freguesia, sendo nomeado Pároco encomendado da mesma o padre José Augusto da Silva, que deu andamento à construção da igreja, levantando as paredes que não tinham altura suficiente para receber o teto. Estando elas cêrca de 20 anos expostas às chuvas e ao sol, não puderam resistir e desabaram totalmente.

Padre José Augusto viu-se obrigado a construir a sua matriz desde os alicerces e, com a tenacidade peculiar a seu gênio de homem laborioso, atirou-se com ardor à difícil tarefa e, poucos anos após, deu ao povo de Camocim uma igreja vasta, cômoda e elegante, considerada, sem favor, uma das melhores da Diocese de Sobral, tendo sido benta e inaugurada por D. José Tupinambá da Frota, então pároco daquela cidade. A bela imagem de Bom Jesus dos Navegantes, padroeiro da freguesia, foi doada pelo Sr. José Adonias, em 1917.

O município de Camocim foi criado por Lei provincial n.º 1 849, de 29 de setembro de 1879, com território desmembrado do de Granja, e sede no núcleo de Camocim, que foi elevado à categoria de vila, cuja instalação se efetuou a 8 de janeiro de 1883. Governava o Ceará o Dr. José Júlio de Albuquerque, cearense, depois Barão de Sobral.

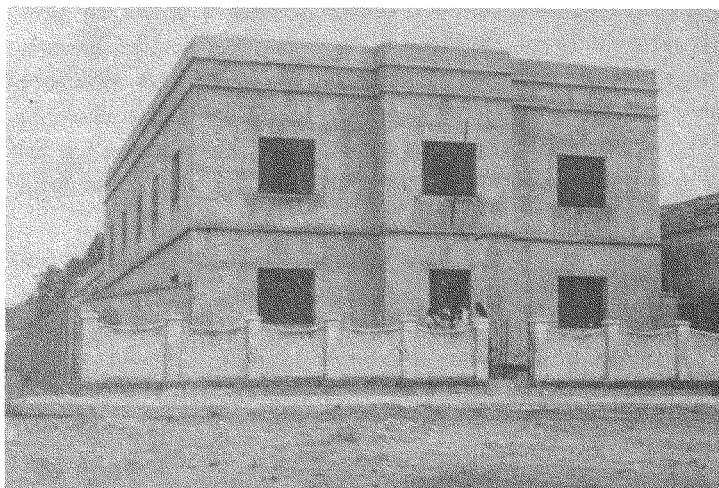
A vila de Camocim, ainda na vigência da monarquia, viu-se elevada à categoria de cidade pela Lei provincial número 2 162, de 17 de agôsto de 1889. À frente dos destinos da Província se encontrava o Conselheiro Henrique Francisco D'Ávila, Senador do Império pelo Rio Grande do Sul.

No quadro da divisão administrativa do Brasil, relativo ao ano de 1911, o município compõe-se de quatro distritos: Camocim, Almas, Barroquinha e Curiú, que foram mantidos pelos Decretos interventoriais n.os 193 e 1 156, de 20 de maio de 1931 e 4 de dezembro de 1933, respectivamente. Nesse último ano, Camocim foi acrescido do distrito de Chaval.

Nas divisões territoriais seguintes e anteriores ao Recenseamento de 1950, o município figura sem alteração com os mesmos distritos citados em 1933, registrando-se, apenas, a mudança do nome do distrito Almas que passou a denominar-se Bitupitá.

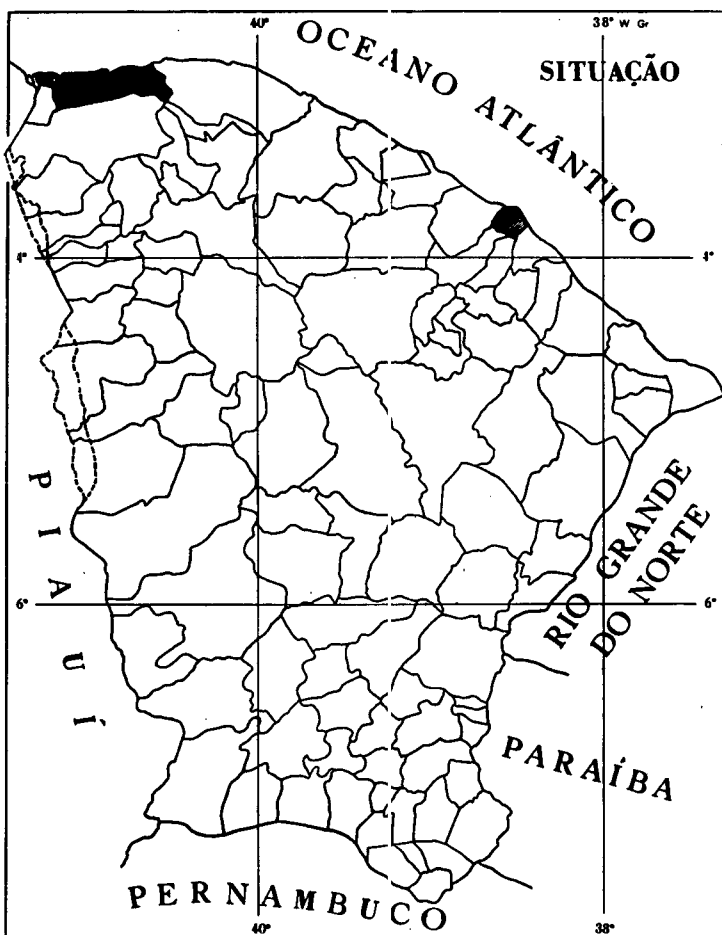
A Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, criou o município de Chaval, desmembrando-o de Camocim, ficando subordinado administrativamente a êste até 25 de março de 1955, quando ocorreu sua instalação.

A comarca de Camocim data de 1921, desmembrada da de Granja pela Lei n.º 1 943, de 8 de novembro, com sede no antigo têrmo de Camocim, originário da mesma lei que criou o município. Foi seu primeiro juiz de direito o Doutor Faustino de Albuquerque, mais tarde desembargador e governador do Estado.

Em 1924, a comarca foi suprimida (Lei n.º 2 152, de 29 de agôsto) e restaurada em 28 de outubro de 1929 (Lei número 2 137). Extingue-a novamente o Decreto estadual n.º 1 271, de 29 de maio de 1934, passando o têrmo a pertencer à comarca de Granja.

Patronato São José

A Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948, dá a Camocim a categoria de comarca de segunda entrância.

Nas eleições de 3 de outubro de 1954 foram eleitos: Prefeito, Murilo Rocha Aguiar, Vereadores: Luiz Lopes Viana, Francisco Veras Fontenele, Cleber Pessoa Navarro Veras, Amanajás Pessoa de Araújo, Francisco Basílio Cardoso, José Maria Parente Viana, Alfredo Veras Coelho, João Demétrio Tahim e Gregório Francisco Alexandrino.

LOCALIZAÇÃO — Camocim situa-se na Zona Fisiográfica do Litoral, aproximadamente a nove quilômetros da foz do rio Coreaú. Limita com Chaval, Acaraú, Granja, com o Oceano Atlântico e com o Estado do Piauí. A cidade dista da Capital do Estado, em linha reta, 275 km na direção 69° 40' N.O. e tem as seguintes coordenadas geográficas: 2° 53' 57" de latitude Sul e 40° 50' 29" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 5 metros a altitude na sede municipal.

CLIMA — O clima de Camocim é o comum da zona litorânea: fresco, frio durante os últimos meses do inverno. A época do inverno vai de janeiro a junho, sendo mais chuvosos os meses de fevereiro, março e abril. O verão estende-se de julho a dezembro. A precipitação pluviométrica é de 786 mm. A temperatura varia entre 22 e 32 graus centígrados, sendo mais freqüente a de 27 graus.

ÁREA — A área de Camocim é de 1 461 km², ocupando o município o 36.º lugar em relação às áreas das demais comunas do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia do município apresenta-se plana e sem acidentes de grande importância. O rio Coreaú, no entanto, é o seu acidente geográfico de maior realce. Nasce na cordilheira da Ibiapaba, tem um curso de 180 km e deságua no Oceano Atlântico, formando o pôrto de Camocim. São conhecidos também os riachos Paràzinho, Itacolomy, Cangalhas e Tabocal, bem como as lagoas das Cangalhas, Pedras e Guriú. Na parte oeste encontra-se o morro das Cabeceiras. No litoral, o acidente mais importante é a baía do Camocim. Há, próximo ao litoral, nos desaguadouros dos riachos Cangalha e Tabocal, vastas áreas de terrenos alagadiços.

Conhecem-se ainda o lago Sêco, para os lados de Paràzinho e várias ilhotas no delta do rio Coreaú. As dunas, tão comuns em tôda a faixa litorânea, ameaçaram obstruir o canal de acesso ao pôrto de Camocim. Como medida preventiva, o Ministério da Viação e Obras Públicas mandou plantar grama na superfície das mesmas, conseguindo fixá-las e resolvendo o problema.

RIQUEZAS NATURAIS — A mais importante fonte de riqueza natural do município é o pescado, seguindo-se a extração de sal marinho, de argila (barro para cerâmica), extração de pó cerífero (de carnaúba), castanha de caju e fibra de tucum.

POPULAÇÃO — A população do município de Camocim, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 33 626 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 16 607; mulheres — 17 019; brancos — 11 626; sendo 5 553 homens e 6 073 mulheres; pardos — 20 131 (10 058 homens e 10 073 mulheres); pretos — 1 771 (948 homens e 823 mulheres); e sem declaração — 98 (48 homens e 50 mulheres).

Das pessoas de 15 anos e mais, em idade conjugal, em um total de 17 760, 6 645 eram solteiros (3 416 homens e 3 229 mulheres); 9 958 casados (4 882 homens e 5 076 mulheres); desquitados — 13 (5 homens e 8 mulheres); 1 103 viúvos (246 homens e 857 mulheres); e 41 não declararam o estado civil, sendo 14 homens e 27 mulheres. No que concerne à religião, predomina a Católica Romana — representada por 33 382 componentes (16 476 homens e 16 906 mulheres). As outras religiões, com representações numéricas inexpressivas no seio da população, se resumem em 126 protestantes (58 homens e 68 mulheres); 3 homens espíritas. Sem religião foram encontradas 44 pessoas (33 homens e 11 mulheres), enquanto 71 deixaram de declarar a religião professada (37 homens e 34 mulheres). Quase tôda a população era de nacionalidade brasileira. Apenas foi registrada 1 mulher estrangeira.

A densidade demográfica era de 19,12 habitantes por quilômetro quadrado, com aproximação da verificada no conjunto total do Ceará, que era de 18,22.

A população rural, representada por 20 645 habitantes, equivale a 61,39% da população total, aquém da média geral do Estado, que é de 71,81%.

Apesar da aproximação constatada entre o efetivo de homens e mulheres, no quadro rural, o número de homens superava o de mulheres, enquanto que, na composição geral, o de mulheres era superior ao de homens. Fora da "urbs" o número de homens elevava-se a 10 610 e o de mulheres atingia 10 036.

Estimativa da população, realizada pela Inspetoria Regional de Estatística, para 1.º de julho de 1957, revela a

Mercadinho sito na Praça Pinto Martins

existência de 31 570 habitantes. O decréscimo observado em relação ao último Censo decorre do desmembramento do distrito de Chaval, em 1951.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — As 5 aglomerações urbanas do município distribuíam-se demogràficamente da seguinte maneira: Camocim — 8 299 habitantes (3 739 homens e 4 560 mulheres); Barroquinha — 765 habitantes (360 homens e 405 mulheres); Bitupitá — 1 452 habitantes (705 homens e 747 mulheres); Chaval — atualmente elevado à condição de município — 2 067 habitantes (997 homens é 1 070 mulheres); e Guriu — 398 habitantes (196 homens e 202 mulheres).

Camocim, muito embora o município que encabeça não seja dos de maior população do Estado, é a 6.ª cidade do interior cearense, em ordem decrescente de população, sòmente superando-a as que seguem: Juàzeiro do Norte — (41 999 habitantes), Sobral (22 628), Crato (15 564), Iguatu (10 063), Aracati (8 952), e Camocim (8 299).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Constituem as principais fontes de riqueza de Camocim a agricultura, a pesca e o sal, com especial relêvo; quanto à agricultura, os cultivos do milho, do feijão e da mandioca-brava se destacam.

Segundo revelação do Recenseamento Geral de 1950, no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", achavam-se concentrados 68,43% do total da população ativa do município, constituída dos habitantes de 10 anos e mais.

O Departamento Estadual de Estatística estimou a safra agrícola de 1955 em mais de 4,7 milhões de cruzeiros, sobressaindo os seguintes produtos: 9 000 sacos de 60 quilogramas de milho — 1,76 milhões de cruzeiros; 3 000 toneladas de mandioca-brava — 1,2 milhões de cruzeiros; 4 800 sacos de feijão — 672 milhares de cruzeiros; 11 600 centos de manga — 464 mil cruzeiros; 2 400 centos de côco-da-baía — 600 milhares de cruzeiros; e 500 toneladas de mandioca-mansa — 500 mil cruzeiros. Foram colhidas, ainda, pequenas quantidades de algodão herbáceo, arroz, batata-doce e mamona.

O excedente da produção agrícola é transportado, via de regra, para a Capital do Estado, que é o principal mercado comprador do município.

A atividade pecuária, embora não seja das mais desenvolvidas, não deixa de ter importância econômica, uma vez que serve à população, no que tange ao fornecimento de carne e leite. Não há, porém, exportação para outros centros consumidores.

De conformidade com elementos do mesmo D.E.E., o rebanho foi estimado, em 3-XII-1955, em 20 milhões de cruzeiros, assim discriminados: 5 700 bovinos — 11,4 milhões de cruzeiros; 1 370 eqüinos — 2,74 milhões de cruzeiros; 920 asininos — 460 milhares de cruzeiros; 510 muares — 1 275 milhões de cruzeiros; 6 500 suínos — 1,95 milhares de cruzeiros; 3 800 ovinos — 532 mil cruzeiros; e 1 200 caprinos — 168 milhares de cruzeiros.

A leitura dos números acima revela que as parcelas mais numerosas são as correspondentes a bovinos, suínos e ovinos, o que evidencia a preferência dos criadores por essas espécies pecuárias.

A produção de leite, no ano de 1955, foi da ordem dos 320 000 litros, avaliada em 1,6 milhões de cruzeiros, tendo sido insignificante a da manteiga. Foram registrados 5 600 quilogramas de banha de porco, na importância de 160 milhares de cruzeiros.

Com referência à produção extrativa, essencial à economia municipal, foram extraídas, em 1956: 15 483 toneladas de sal (Cr$ 3 096 600,00); 45 000 quilogramas de cêra de carnaúba (Cr$ 5 400 000,00); 50 000 quilogramas de tucum — (Cr$ 125 000,00); e 1 087 650 quilogramas de peixe (Cr$ 5 003 190,00). Constatou-se, ainda, regular extração de barro e castanha de caju. Existem duas colônias de pescadores, a de Bitupitá e a de Camocim.

Os aviamentos espalhados pelo território municipal, ainda de acôrdo com o D.E.E., produziram, no ano de 1955, 10 000 sacos de 60 quilogramas de farinha de mandioca, no valor de 1,8 milhões de cruzeiros.

Dos 26 estabelecimentos fabris que preenchem os boletins do Registro Industrial em 1956, 9 se dedicavam à extração de sal; 6 à panificação; 5 à produção de banha de porco; 2 à extração de cêra de carnaúba; 2 à produção de aguardente de cana; 1 à produção de couros e peles curtidas; e 1 à de energia elétrica, dentre os quais 10 ocupavam 5 pessoas e mais.

Os principais estabelecimentos industriais de Camocim são: salinas — Porangaba, São Pedro, Leitão, Trindade, Pedras Pretas, São Francisco Xavier, Salgadinho, Ilha da Volta e Cauaçu; Curtume São Francisco e Usina de Luz e Fôrça Municipal.

A energia elétrica produzida em 1956 avultou em 16 376 kWh, em conformidade com o Registro Industrial, e é fornecida pela Municipalidade para iluminação pública e domiciliária.

COMÉRCIO E BANCOS — Operam na sede municipal 6 firmas atacadistas, 56 varejistas e 1 agência do Banco do Brasil S. A.

As firmas do município mantêm transações com as praças do Distrito Federal, São Paulo, Fortaleza, Sobral (CE) e Parnaíba (PI).

São artigos importados pelo município: estivas, cereais, tecidos, produtos farmacêuticos, etc. e exportados: sal, pescado, farinha de mandioca e outros.

Semanalmente realiza-se na sede do município uma boa feira com afluência dos municípios vizinhos, notando-se importante comércio de frutas.

Segundo os dados do Censo Econômico de 1950, existiam em todo o município, 210 firmas varejistas e 53 atacadistas que efetuaram em 1949, vendas no valor de 13,142 e 9,157 milhões de cruzeiros respectivamente.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por várias rodovias e pela "Estrada de Ferro de Sobral", da R.V.C. e, ainda, por navegação aérea e marítima, sendo esta última constituída de linhas irregulares, para transporte de mercadorias.

Liga-se com os municípios vizinhos e com a capital do Estado, pelos seguintes meios de transporte: Acaraú — rodoviário, 120 km e marítimo, 93 km; Granja — rodoviário, 31 km e ferroviário, 24 km; Chaval — rodoviário, 56 km; Capital do Estado — rodoviário (via Sobral), 396 km e ferroviário (via Sobral), 364 km ou misto: a) ferroviário até Sobral, 129 km e b) rodoviário, 235 km. Aéreo, 274 km (via Sobral) e 240 km (direto). Marítimo, 317 km.

Existem 2 campos de pouso no município, próximo da cidade, sendo que um construído na época da Segunda Guerra Mundial, acha-se abandonado, enquanto o outro é utilizado por serviços aéreos, inclusive a companhia de navegação do Consórcio Real-Aerovias, que mantém em Camocim linhas regulares.

O pôrto marítimo existente na sede não dispõe de meios e capacidade para receber, em tôda época do ano, navios de grande calado. As operações de carga e descarga, são feitas com aparelhamentos das próprias unidades de navegação.

Têm sede no município duas emprêsas de navegação marítima (de cargas) interestadual, as quais não funcionaram em 1956.

Funciona na sede do município uma Agência Postal-telegráfica, do D. C. T. Existem, ainda, a Agência Telegráfica da Estação da R.V.C., um Serviço de Radiocomunicações da Polícia do Estado e outro do Consórcio Real-Aerovias, de uso privativo.

ASPECTOS URBANOS — Camocim é uma das cidades mais populosas do Estado. Banhada pelo oceano, possui um clima ameno e aspecto urbano atraente. Forma-se por 40 logradouros públicos amplos e bem traçados, dos quais 6 são pavimentados de pedras irregulares, cobrindo uma área de 35% do seu perímetro urbano e suburbano. Três das suas principais vias públicas são arborizadas. Conta, também, com três "passeios", bem cuidados que servem de ponto de reunião à população citadina e mais de 2 100 prédios sendo 1 680 residenciais. É mantido pela Prefeitura Municipal um serviço de limpeza pública e de remoção de lixo, beneficiando, 1 100 prédios e 20 logradouros. É servida de iluminação elétrica pública e particular, elevando-se a 556 o número de ligações domiciliárias.

Os prédios mais importantes são: Estação da R.V.C., Paço Municipal, nova sede social do Camocim Clube, Agência dos Correios e Telégrafos e Pôsto de Puericultura.

Destinadas à hospedagem, existem 3 pensões cuja diária média é de Cr$ 120,00.

Na Prefeitura Municipal, em 1954, estavam cadastrados 5 automóveis e 16 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Funcionam no município 3 estabelecimentos de assistência médica: "Pôsto de Saúde", mantido pelo Govêrno do Estado, com 8 leitos (clínica médica geral e enfermagem); "Ambulatório São Vicente de Paulo", da Associação Vicentina (clínica médica geral) e "Pôsto de Puericultura", do Estado (serviços pré-natal e puericultura).

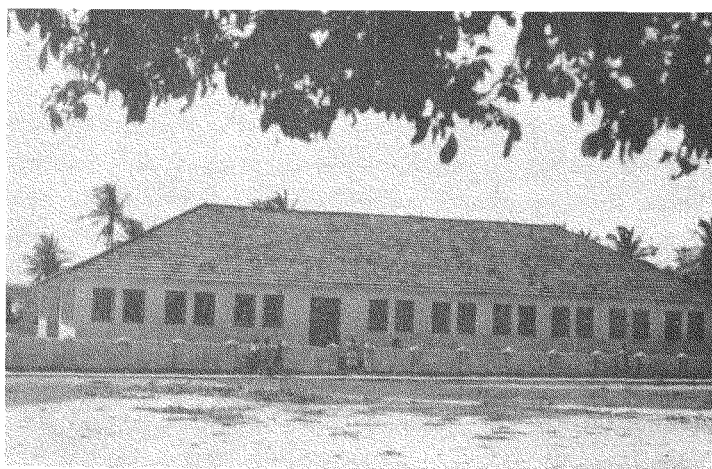
A população do município de Camocim é assistida por 2 médicos, 3 dentistas e 3 farmacêuticos. Na sede municipal funcionam 3 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A "Sociedade São Vicente de Paulo", fundada em 1899, dá assistência social, dentro de seus poucos recursos, às pessoas desvalidas do município. A "Mutualidade Camocinense" e a "Sociedade Beneficente Ferroviária", (instituições de beneficência mutuária) prestam, também assistência aos seus associados.

Sòlidamente construída, funciona na cidade a "Cooperativa Mista Camocinense Limitada", fundada em 1926, sendo o crédito, a sua principal finalidade.

ALFABETIZAÇÃO — Existiam no município de Camocim, segundo o Censo Demográfico de 1950, 27 497 pessoas de 5 anos ou mais. Dêste total, 7 843, ou seja, 29%, sabiam ler e escrever, sendo 3 983 homens e 3 860 mulheres. A sede municipal possuía 7 016 habitantes da mesma idade escolar; entre êstes, 3 735 eram alfabetizados (1 727 homens e 2 008 mulheres).

Ensino — Em 1956 contava o município de Camocim 67 unidades escolares de ensino primário fundamental comum, com a matrícula inicial de 1 615 alunos dos sexos masculino e feminino. Em 1950 a taxa de matrícula alcançou 20,03% no município de Camocim e 24,3% no Estado do Ceará. Em 1956, havia também, no município, 3 estabelecimentos de ensino extraprimário, com as seguintes denominações: Ginásio Padre Anchieta, Ginásio da Imaculada Conceição e Escola Joana D'Arc, com a matrícula inicial de 90 alunos, sendo 41 do sexo masculino e 49 do sexo feminino, os quais não lograram concluir os seus cursos.

Curro Municipal

Maternidade Municipal

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há na sede do município o Teatro São Vicente, de funcionamento irregular e o Cine São João Veras que, dispondo de 330 lugares, funciona 5 vêzes por semana.

Conta o município com uma associação cultural, o "Camocim Clube", sociedade dançante com sede própria, sendo o pôsto natural de reuniões do mundo elegante da terra.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	804	2 804	618	251	531
1951	574	1 640	744	439	814
1952	685	1 609	767	845	790
1953	667	1 986	1 092	380	1 078
1954	833	1 770	926	227	939
1955	792	2 087	1 218	581	1 208
1956	854	2 529	2 772	1 070	1 214

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As festividades religiosas que mais se distinguem no que concerne ao agrupamento humano, animação e expansão de alegria, são as relacionadas com a comemoração do padroeiro da Paróquia Bom Jesus dos Navegantes — encerradas com procissão animadíssima.

O carnaval é uma das festas populares do município, que se destaca pela euforia com que os foliões a representam.

Há, também, as festas de aspectos folclóricos, despertando muito interêsse no seio da população local, pela tradicionalidade que encerram. São elas: a pastoril, que se realiza no mês de dezembro de cada ano; e a marujada e o boi, que têm no mês de janeiro a época de sua realização.

VULTOS ILUSTRES — *Euclides Pinto Martins* — Nascido a 15-4-1892. Um dos heróis do "raide" de aviação New York ao Rio de Janeiro em 1922. Falecido tràgicamente na Capital Federal em 12-4-1924. *Dr. Caio Menescal Marques de Sousa* — Foi diretor da Casa da Moeda no Rio de Janeiro. Ordenou-se em 16-8-1912. Reitor do Mosteiro de São Bento no Rio. Capelão da Esquadra Brasileira na Primeira Guerra Mundial, nasceu a 21-5-1888. *Tenente Francisco Marques de Sousa* — Faleceu no cumprimento do dever quando a serviço da exploração da Comissão Rondon, em 1915. *General Onofre Muniz Gomes de Lima* — Escritor e Senador da República.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A praia de Camocim não apresenta características diferentes das demais. É, no entanto, o ponto de recreio domingueiro dos camocinenses e seus visitantes, que se transportam para o "Outro Lado", como é conhecido, local apreciado dos banhistas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Camocim é um dos importantes municípios cearenses. Dotado de um pôrto natural, bem próximo à Estação Ferroviária da R.V.C., o qual uma vez aparelhado, assegurará notável desenvolvimento econômico, não só para a Comuna, como também, para tôda a zona norte do Estado.

Funcionam na cidade várias entidades de contrôle marítimo, como sejam: Agência da Capitania dos Portos, Mesa de Renda Alfandegária, Polícia Aduaneira, etc.

O movimento sindical é representado pelo "Sindicato dos Carregadores do Pôrto de Camocim", que reúne regular número de trabalhadores.

Há uma Paróquia no município, fundada em 1886, com a invocação de "Bom Jesus dos Navegantes", que possui além da Igreja-Matriz, 7 capelas públicas. Existem 11 associações religiosas do Culto Católico, constituídas de elevado número de fiéis.

Funcionam em todo o município, as seguintes igrejas protestantes: "Batista", "Evangélica Interdominical" e 2 "Evangélicas Assembléia de Deus", das quais 3 ficam na cidade e uma na vila de Bitupitá.

Votaram nas eleições gerais de 1954, 5 764 eleitores, dos 12 351 então inscritos. Um advogado exerce suas atividades no município.

Há, ainda, na cidade de Camocim, uma Loja Maçônica com apreciável número de participantes.

Os seus habitantes são denominados de camocinenses.

Sôbre a origem do nome Camocim existem duas versões. A primeira, derivada da frase "Co ambyra anhotim", isto é, vaso onde os indígenas encerravam os corpos dos mortos e que lhes servia de túmulo. Ao pé da letra: *co*, buraco, *ambyra*, defunto, e *anhotim*, enterrar. O nome dava-se também, a qualquer pote.

Segundo outros historiadores, consta do dicionário de Boilet, 13.ª edição, a palavra *khamsin* com a seguinte significação: "vento abrasador do Egito que sopra do deserto". Seu nome vem do egípcio K'namsin — cinqüenta, porque êsse vento sopra sòmente os cinqüenta dias que precedem ao equinócio da primavera. Os portuguêses que deviam ter conhecimento dêsse vento que se estende às costas do Mediterrâneo em lugares por êles freqüentados, ao aportarem em terras do Ceará onde hoje se acha a cidade de Camocim, observaram que ali soprava igual vento e assim denominaram o rio que no local faz a sua barra de khamsin e o povoado que depois se formou tomou o mesmo nome que se corrompeu, conforme a índole da língua portuguêsa, para Camocim.

CAMPOS SALES — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Há anos o território de Campos Sales pertenceu ao então município de Brejo Sêco, hoje Araripe, e o seu povoamento resultou de imensas fazendas de criar, situadas às margens de excelentes ribeiras em terras de conhecida fertilidade para o labor agrícola.

A cidade de Campos Sales originou-se do povoado Várzea da Vaca, posteriormente denominado Nova Roma e que passou à denominação atual graças à Lei n.º 530, de 29 de julho de 1899. A conquista da maioridade política, isto é, a sua ereção a município, e que lhe foi outorgada pela lei acima citada, deve-se ao Govêrno do ilustre Presidente do Estado, Dr. Antônio Pinto Nogueira Acioli.

A instalação solene da novel vila verificou-se aos 27 de outubro de 1899, em meio às mais entusiásticas manifestações de alegria do povo.

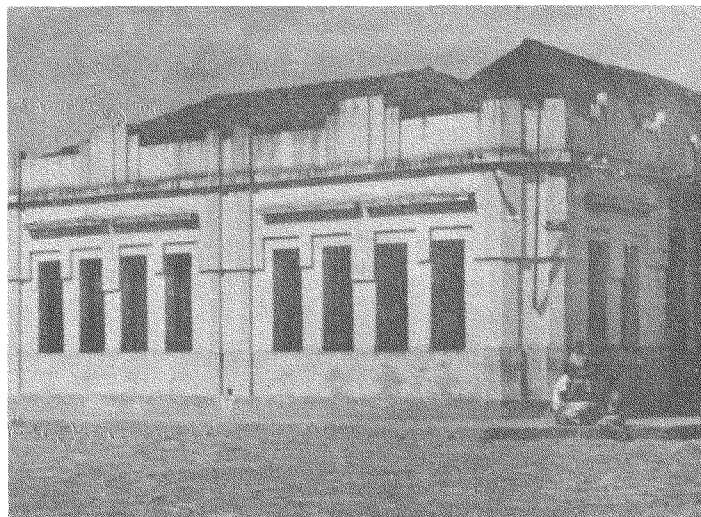
O Decreto estadual de n.º 193, de 20 de maio de 1931, que suprimiu vários municípios do Ceará, incluiu o de Campos Sales.

Na administração do Interventor Federal capitão Roberto Carneiro de Mendonça, Campos Sales voltou a ter a sua autonomia administrativa e política, conquistada pelo Decreto n.º 1 156, de 4 de dezembro de 1933, em virtude do qual passou a ser composto de quatro distritos: Campos Sales, Araripe, Poço das Pedras e São Domingos.

A Lei n.º 263, de 28 de setembro de 1936, desanexou do município o distrito de São Domingos, que foi incorporado ao município de Saboeiro. Apesar dêste fato, o distrito citado, na divisão territorial datada de 31-XII-1936, continua figurando no município de Campos Sales, juntamente com o distrito da sede e o de Poço das Pedras.

Pela divisão territorial de 1937, o município de Campos Sales é formado pelo distrito-sede e pelo de Poço das Pedras.

Já pelo Decreto estadual de n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, o município de Campos Sales readquiriu o distrito de São Domingos, do município de Saboeiro e passou a abranger o novo distrito de Salitre, criado com território desmembrado do seu distrito-sede, figurando, no quadro vigente no qüinqüênio 1939-1943, fixado pelo Decreto-lei n.º 448, com os seguintes distritos: Campos Sales, Itaipu, Salitre e São Domingos.

Vista parcial da cidade

Prefeitura Municipal

Por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943, que fixou o quadro territorial para vigorar no qüinqüênio de 1944-1948, o município de Campos Sales passou a ser composto dos seguintes distritos: Campos Sales (distrito-sede), Itaguá (ex-Itaipu) Quixariú (ex-São Domingos) e Salitre.

Consoante a Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, que fixou nova divisão territorial do Estado, Campos Sales passou a figurar com os seguintes distritos: Campos Sales, Itaguá, Salitre, Quixariú, Carmelópoles (ex-Limoeiro) e Barão de Aquiraz (ex-Rancharia).

O têrmo judiciário de Campos Sales, criou-o a Lei estadual n.º 530, de 29 de julho de 1899. Foi suprimido pela de n.º 2 445, de 30 de outubro de 1926, passando o seu território para o têrmo de Araripe.

A Lei n.º 2 634, de 6 de outubro de 1928, restaurou o têrmo judiciário de Campos Sales, provendo-o, no entanto, de juiz suplente e anexando-o à comarca de Assaré. Anos depois foi provida de juiz togado.

A Lei n.º 213, de 9 de julho de 1948, classificou a comarca em primeira entrância, tendo em vista confirmação que deveria fazer, em obediência ao Art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado.

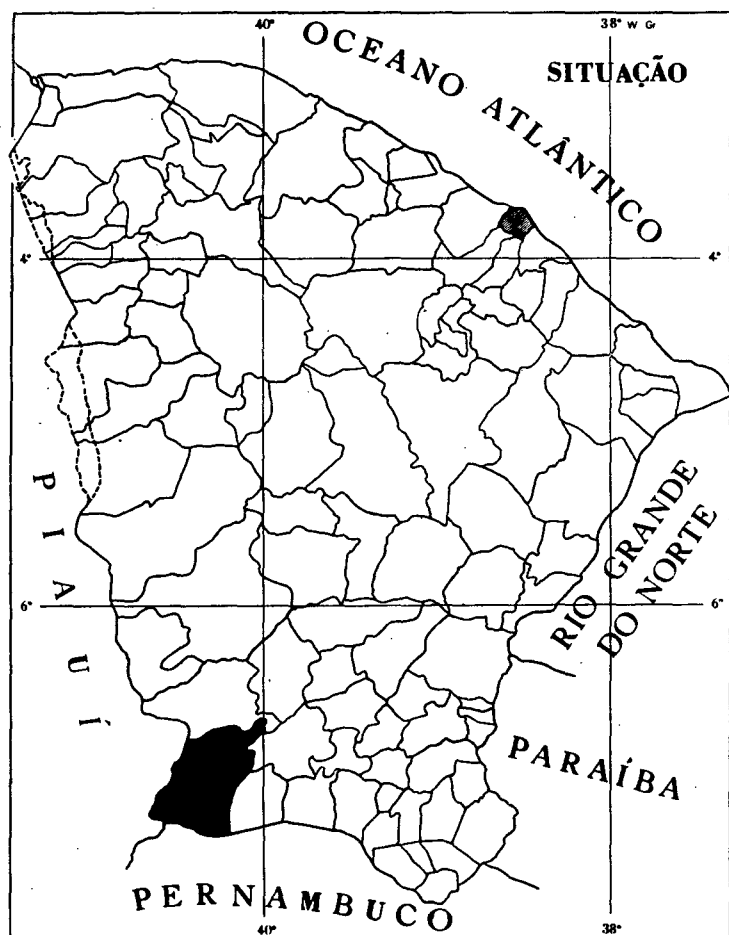
No município de Campos Sales está encravada famosa fazenda que pertenceu, outrora, a D. Bárbara Pereira de Alencar, grande heroína cearense, que estêve prêsa, em 1817, por haver participado do movimento revolucionário de então. D. Bárbara foi encarcerada em várias prisões, de Fortaleza à Bahia. Envelhecida, acabrunhada pelos sofrimentos, terminou os seus dias na velha fazenda, chamada Touro, aos 67 anos de idade. Registram as crônicas que a heroína asilou-se na sua propriedade rural, temendo a revolução chefiada por Pinto Madeira, em 1831.

Conta-se um episódio interessante da vida política de Campos Sales. No princípio dêste século já existia na cidade um político "modernizado". Chamava-se Raimundo Bento Souza Beleco. Naqueles tempos era difícil a comunicação com a capital do Estado. O meio único existente era o telégrafo, visto como carta demorava quase dez a quinze dias para chegar a Fortaleza. Aproveitando-se da distância, auxiliado pelo isolamento, Beleco conseguiu iludir a muito chefão político da época. Para uns

telegrafava assinando Raimundo Bento, e para outros, Souza Beleco. Jamais caiu. Nunca ficou debaixo... Tinha dupla personalidade, duplo eleitorado... A sua artimanha não foi descoberta...

Os foros de cidade são relativamente novos, visto como lhe foram outorgados pelo Decreto 448, de 20 de dezembro de 1938, e a sua matriz, que data de 1847, sòmente passou a ser sede de freguesia a partir de 1944.

Nas eleições gerais de 1954 foram eleitos: Prefeito — Hélio Lima; Vereadores — Milton Barreto de Morais, Raimundo Andrade Mota, Ananias Custódio Arrais, Clementino Ribeiro de Alencar, Nelson Alves de Andrade, Francisco Ademar de Andrade, Luiz Pereira de Sousa, Raimundo Costa e Silva e Antônio Alves Cavalcante.

LOCALIZAÇÃO — Campos Sales situa-se na Zona Fisiográfica do Araripe. Limita com Assaré, Aiuaba, Araripe e os Estados de Piauí e Pernambuco. A cidade, banhada pelo rio Conceição, dista da Capital do Estado, em linha reta, 420 km na direção 29° 14' S.O. e possui as seguintes coordenadas geográficas: 7° 04' 26" de latitude Sul e 40° 22' 37" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a uma altitude de 300 metros.

CLIMA — O município de Campos Sales apresenta um clima quente e sêco, amenizando-se apenas nos últimos meses de inverno. O seu clima é semelhante ao clima do Piauí, cujo Estado lhe fica fronteiriço. A temperatura centígrada varia entre 25 e 36 graus, sendo mais freqüente a de 30 graus. O período mais chuvoso vai de fevereiro a abril e o mais sêco, de julho a dezembro.

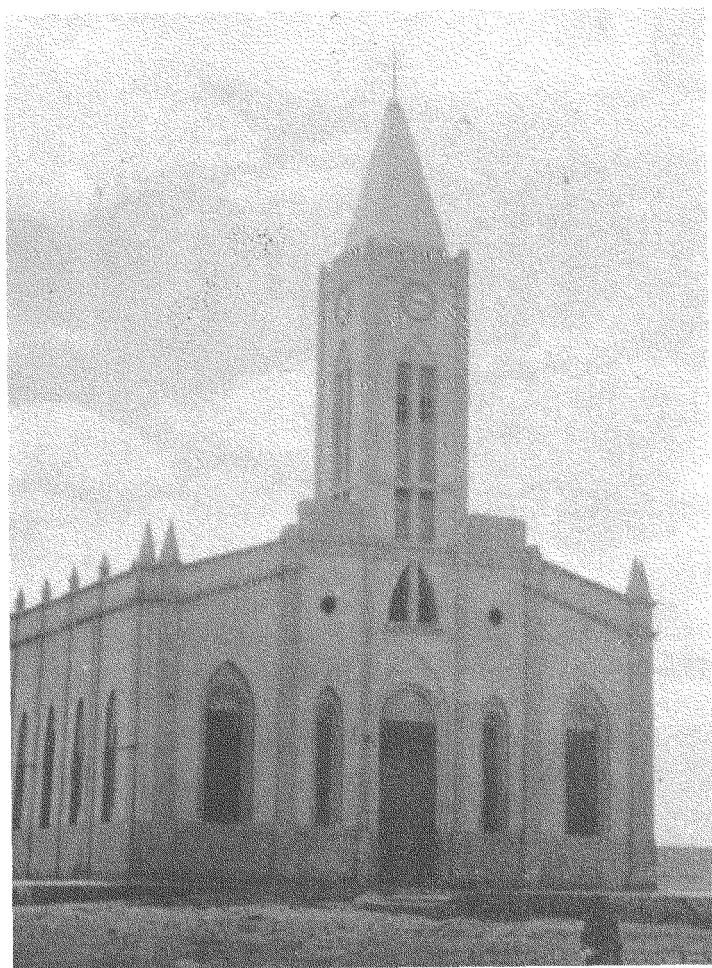
Vista parcial da cidade

ÁREA — A área do município é de 2 857 km², ocupando o 13.° lugar em relação às áreas das demais comunas do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município de Campos Sales apresenta uma topografia bastante acidentada, composta de serras e serrotes, rios, riachos, lagoas e açudes. Ao extremo sul e limitando-o com o Estado de Pernambuco, estende-se a Chapada ou Serra do Araripe; altiplano de grande importância. Ao oeste e limitando-o com o Estado do Piauí, uns contrafortes que são o prolongamento da cordilheira da Ibiapaba. Além dessas são conhecidas outras menores, como: serras do Axixá, das Vertentes, Vermelha, do Bonfim, Boqueirão. Na constituição de sua hidrografia contam-se 13 açudes públicos e particulares, dentre os quais dois grandes reservatórios, as lagoas Angico, Estrada, Junco e Castanha, os riachos Angico, do Negro, Riachão, Cachoeira, Boqueirão, Mapirungu e Papagaio e os rios Conceição e Bastiões, correndo o primeiro através de todo o município.

RIQUEZAS NATURAIS — Cal, argila (barro), madeira, lenha, peixe e queijo.

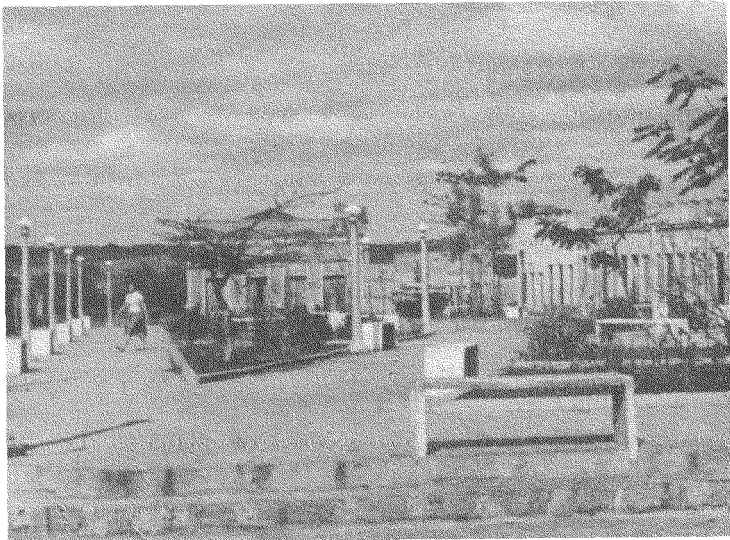
POPULAÇÃO — A população de Campos Sales, segundo o Recenseamento de 1950, era de 19 691 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 9 444; mulheres — 10 247; brancos — 12 841, sendo 6 102 homens e 6 739 mulheres; pardos — 4 781 (2 348 homens e 2 433 mulhe-

Lactário Municipal

Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha

res); pretos — 2 058 (989 homens e 1 069 mulheres); sem declaração — 11 (5 homens e 6 mulheres).

Das pessoas de 15 anos e mais em número de 10 016 — 3 668 eram solteiras, sendo 1 744 homens e 1 924 mulheres; casadas — 5 735 (2 768 homens e 2 967 mulheres); desquitada — 1 mulher; viúvas — 596 (112 homens e 484 mulheres); 16 sem declaração (5 homens e 11 mulheres).

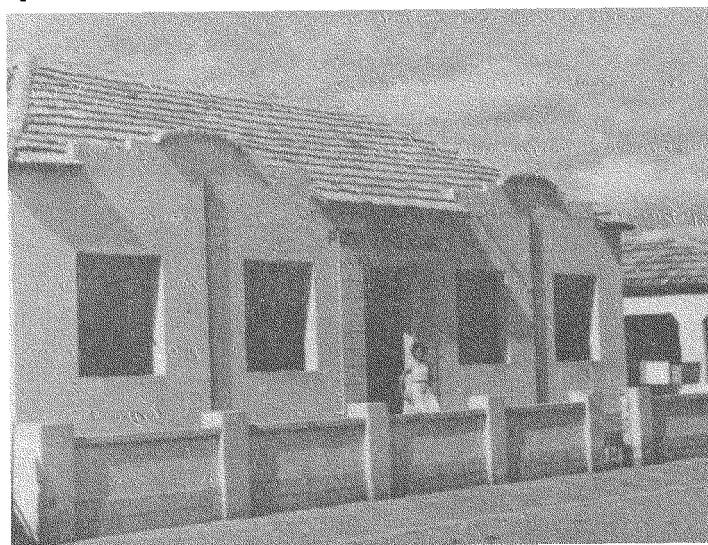
Do total dos habitantes, 19 689 eram de nacionalidade brasileira, sendo 9 442 homens e 10 247 mulheres; 1 homem naturalizado e 1 homem estrangeiro.

Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos, num total de 19 437 (9 319 homens e 10 118 mulheres); protestantes — 201 (96 homens e 105

Praça Santos Dumont

mulheres); espíritas — 7 (4 homens e 3 mulheres); sem religião — 19 (11 homens e 8 mulheres) e 27 não declararam o credo professado (14 homens e 13 mulheres).

Vista de uma casa residencial na Praça Santos Dumont

A densidade era de 6,89 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 80,00% da população localiza-se no quadro rural, num total de 15 753 habitantes (7 650 homens e 8 103 mulheres).

A população de Campos Sales era, em 1.º-VII-1957, segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística, de 23 713 habitantes. O crescimento de 4 022 pessoas representa 20,43% sôbre o efetivo populacional existente à época do Recenseamento Geral de 1950.

Pôsto de Saúde Municipal

Aglomerações urbanas — São 4 as aglomerações urbanas do município — a cidade de Campos Sales, com 2 641 habitantes (1 195 homens e 1 446 mulheres); a vila de Itaguá, com 420 (189 homens e 231 mulheres); a vila de Quixariú, com 365 (172 homens e 193 mulheres) e a vila de Salitre, com 512 (238 homens e 274 mulheres). Na zona suburbana da cidade e vilas existiam 2 165 habitantes, sendo 976 homens e 1 189 mulheres; e no quadro da zona suburbana, 1 773 pessoas (818 homens e 955 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As principais fontes de riqueza do município são a agricultura e a pecuária, notadamente a agricultura pelo cultivo de algodão, feijão, mi-

lho e mandioca-brava, produtos fundamentais para a economia municipal.

A população ativa de Campos Sales, de acôrdo com o que revelou o Recenseamento Geral de 1950, considerados os habitantes de 10 anos e mais, estava concentrada no ramo "agricultura, silvicultura e pecuária" na sua quase totalidade, ou seja, no alto índice de 85,14%.

Trecho da Rua Valdemar Falcão

A safra agrícola de 1955, segundo elementos coligidos pelo S.E.P. do Ministério da Agricultura, foi estimada em mais de 38 milhões de cruzeiros, destacando-se os seguintes produtos: 200 000 arrôbas de algodão arbóreo (24 milhões); 31 200 sacos de 60 kg de feijão (6,8 milhões); 41 600 sacos de milho (5,4 milhões); e 14 400 toneladas de mandioca-brava (1,7 milhões).

Registram-se ainda pequenos cultivos de arroz, banana, batata-doce, mamona, côco-da-baía e fava.

A produção agrícola em excesso é vendida para os municípios de Crato, Juàzeiro, Iguatu, Jaguaribe e Fortaleza, neste Estado, Caruaru e Recife em Pernambuco e Mossoró no R. G. do Norte.

A atividade pecuária é pouco desenvolvida, não havendo exportação de gado ou leite e produtos afins. Serve, no entanto, para o abastecimento da população.

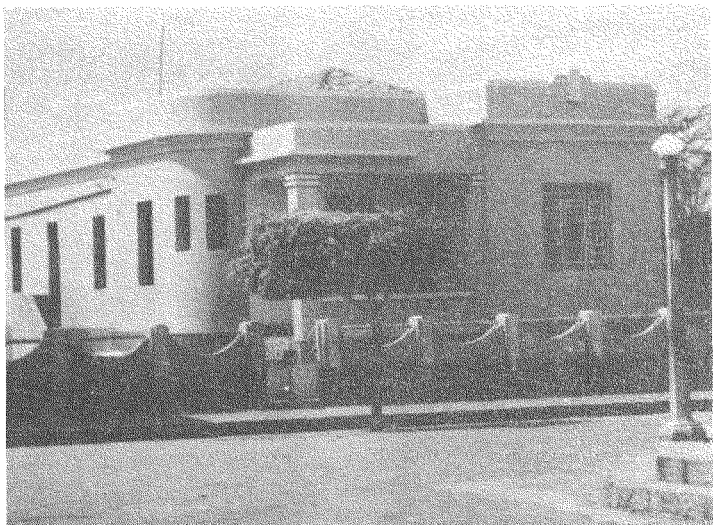
De acôrdo ainda com elementos fornecidos pelo Serviço de Estatística da Produção, havia em 31 de dezembro de 1955 um rebanho avaliado em 50,5 milhões de cruzeiros, assim discriminados: 11 500 bovinos (23 milhões); 3 600 eqüinos (5,4 milhões); 7 000 asininos (2,8 milhões); 3 500 muares (7 milhões); 15 000 suínos (6,7 milhões); e 43 000 ovinos e caprinos (5,5 milhões).

Agência dos Correios e Telégrafos

Grupo Escolar

A produção extrativa não tem expressão econômica para o município. Ainda de acôrdo com os dados fornecidos pelo Serviço de Estatística da Produção, o município produziu em 1956 o seguinte: 10 000 litros de cal de pedra (Cr$ 6 000,00); 2 000 toneladas de argila (barro) — .... (Cr$ 10 000,00); 150 metros cúbicos de madeira .... (Cr$ 14 250,00); 10 000 metros cúbicos de lenha ...... (Cr$ 900 000,00); 1 350 quilos de peixe (Cr$ 35 100,00); e 3 500 quilos de queijo (Cr$ 122 500,00). Dos números acima se conclui que a produção de maior vulto é a de lenha, usada como combustível.

Rua do Comércio

Dos 38 estabelecimentos fabris que preencheram os boletins do Registro Industrial de 1956, 1 se dedica ao beneficiamento de algodão, 1 ao abate de gado, 1 à extração de cal, 1 ao fabrico de fumo em corda, 2 à indústria de panificação, 3 ao fabrico de calçados e os 29 restantes à fabricação de farinha de mandioca e polvilho de goma. Dêstes, 1 ocupa mais de 5 pessoas. Em 1955 foram fabricados 72 000 sacos de 60 kg de farinha de mandioca (7,2 milhões de cruzeiros) e 196 000 quilos de polvilho de goma (725 milhares de cruzeiros). No mesmo ano foram beneficiados 216 600 quilos de algodão em pluma (7,5 milhões

Vista de uma casa residencial na Rua Meneses Pimentel

de cruzeiros) e 476 500 quilos de caroço (1,4 milhões de cruzeiros).

Os principais estabelecimentos industriais de Campos Sales são a Usina Nivaselma, de beneficiamento de algodão; a Fábrica Água Azul, de farinha de mandioca; João Marques, indústria de fumo; Raimundo Gomes Duarte, panificação; João Vieira Rocha, fabricação de calçados.

COMÉRCIO E BANCOS — Funcionam na sede municipal 92 estabelecimentos varejistas e 6 atacadistas. Conforme dados do Censo Econômico de 1950 existia em todo o município 93 estabelecimentos varejistas e 28 atacadistas os quais efetuaram vendas no valor de 5 056 e 6 545 milhões de cruzeiros respectivamente.

Fadado a grande futuro econômico, Campos Sales é dotado de um comércio regular, o qual mais se intensifica com a praça do Piauí devido a sua aproximação com o referido Estado. Mantém transações ainda com as praças de Crato, Iguatu, Juàzeiro do Norte, Fortaleza, Caruaru, Recife (PE) e Mossoró (RN).

Importa tecidos, estivas, miudezas, perfumes, louças, ferragens, etc. Exporta algodão beneficiado, mamona e mandioca.

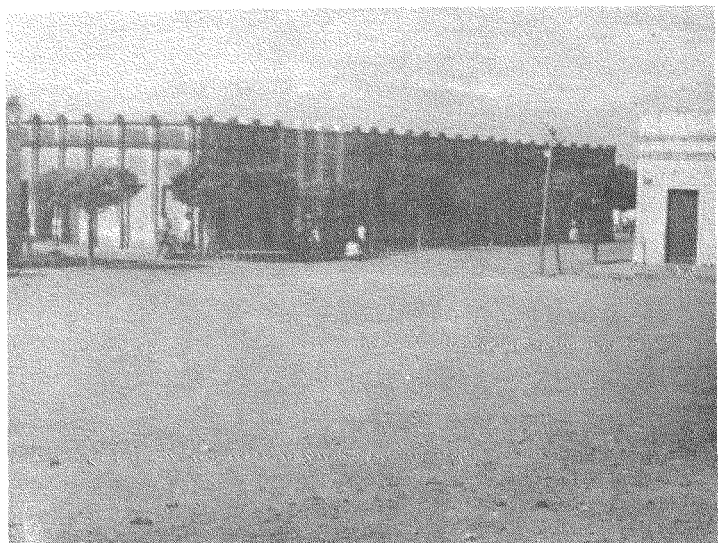
Praça Getúlio Vargas

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade é servida por estradas de rodagem e num pequeno campo de pouso aterrissam, esporàdicamente aviões de passageiros.

Liga-se com os municípios vizinhos e com a capital do Estado, pelos seguintes meios de transporte: Araripe: rodoviário, 35 km; Assaré: rodoviário, 30 km; Saboeiro: rodoviário, 96 km; Araripina (PE): rodoviário, 72 km; Fronteiras (PI): rodoviário, 28 km; Pio Nono (PI): rodoviário, 48 km; com a Capital do Estado: rodoviário, 625 km e misto: a) rodoviário, 166 km até Crato e b) ferroviário, 601 km.

Maternidade Municipal

Dispõe de uma Agência Postal-telegráfica do D.C.T. e um Serviço de Radiocomunicações de propriedade da Prefeitura Municipal, que mantém contato com o Serviço de Rádio da Secretaria de Segurança Pública do Estado.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Campos Sales, com seus 2 641 habitantes, situada em terreno plano, possui um dos melhores climas do Estado do Ceará. Conta com 28 logradouros públicos, dos quais 4 pavimentados a paralelepípedos e pedras irregulares (17% da área da cidade) 5 arborizados e 1 ajardinado. Existem, aproximadamente, 730 prédios, dentre êstes 585 residências. É mantido pela municipalidade um regular serviço de limpeza pública e particular, que serve a 10 logradouros com 500 prédios. Iluminada a luz elétrica, soma 149 o número de ligações domiciliárias. Funcionam 5 pensões, com a diária média de Cr$ 60,00. Existem várias construções residenciais em estilo moderno.

Mercado Público

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população do município é assistida pelo Pôsto de Saúde de propriedade do Govêrno Estadual. Desenvolvem atividades profissionais no município 2 médicos, 2 dentistas e 2 farmacêuticos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — No tocante à assistência social, conta o município, além do Círculo Operário São José, fundado em 1946, com as entidades caritativas denominadas "Associação de Santa Terezinha do Menino Jesus" e "Conferência de São Vicente de Paulo".

No campo do cooperativismo, existe a "Cooperativa Agropecuária de Campos Sales, fundada em 1942 e instalada no ano seguinte. Em 31 de dezembro de 1956, possuía 155 associados.

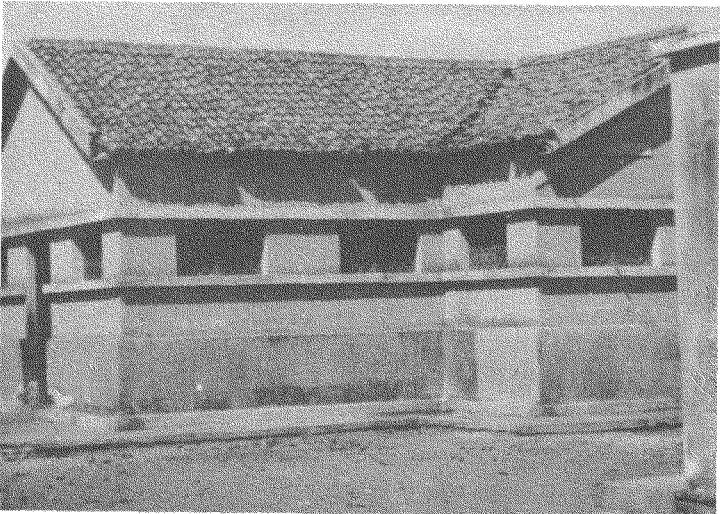
ALFABETIZAÇÃO — Revela o Recenseamento Geral de 1950 que existiam em todo o município 15 875 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 22% dêste total, ou seja, — 3 473 habitantes (1 755 homens e 1 718 mulheres), sabiam ler e escrever. Na sede municipal residiam 2 217 pessoas, com a mesma idade escolar, das quais 1 142 eram alfabetizadas (513 homens e 629 mulheres).

Ensino — No início do ano de 1956, funcionavam em todo o município, 42 estabelecimentos do ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 939 alunos de ambos os sexos. A taxa da matrícula em 1950 foi de ...... 17,17%, enquanto que a do Estado era de 24,3%.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na sede municipal funciona o "Cine Rex", que apresenta pequeno movimento de espectadores, em virtude de suas modestas instalações. Há, também, na cidade uma pequena livraria.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	386	971	595	316	596
1951.......	526	1 628	640	360	607
1952.......	417	1 122	725	373	737
1953.......	435	2 156	1 057	369	1 078
1954.......	412	2 074	928	341	1 097
1955.......	366	2 152	1 538	467	1 285
1956.......	309	3 475	1 437	554	1 337

Açougue Público

Matadouro Municipal

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Os festejos realizados são de cunho religioso. Destacam-se a festa de São Sebastião, precedida de novena e encerrada com procissão, e a da padroeira Nossa Senhora da Penha, igualmente comemorada com novena, e encerrada com pomposa procissão. A primeira inicia-se a 11 e termina a 20 de janeiro, enquanto a segunda inicia-se no dia 16 e termina a 25 de setembro.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Existem no município 13 açudes públicos e particulares com a capacidade cúbica para mais de 22 milhões de metros.

A Paróquia de Nossa Senhora da Penha, sediada na cidade, conta com 8 templos e 7 congregações religiosas sòlidamente organizadas.

Na sede municipal funciona um culto protestante, denominado "Assembléia Pentecostal".

Os veículos que transitam pela cidade, em elevado número, são abastecidos por 3 bombas de gasolina, regularmente montadas.

Em 1954 estavam inscritos 6 543 eleitores e votaram nas eleições gerais do mesmo ano, 2 481.

O topônimo Campos Sales é uma homenagem ao 4.º Presidente da República do Brasil.

CANINDÉ — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Nos meados do século dezoito, Canindé era um aldeamento de índios vindos dos sertões de Monte-Mor. Não passava, assim, de um pequeno núcleo, lugarejo inexpressivo.

Habitavam, todavia, a vasta região alguns fazendeiros que se estabeleceram nas cercanias, vindos na sua totalidade das ribeiras do Jaguaribe e cujas terras lhes foram doadas por sesmarias. Praticavam o pastoreio e o trato da gleba.

Em 1775 senta moradia à margem esquerda do rio, situando grande fazenda de criar, o português Francisco Xavier de Medeiros, homem destemeroso e já afeito ao árduo labor de povoar regiões desconhecidas. Prestigiado nas redondezas, Xavier de Medeiros delibera erigir uma

Vista parcial da cidade

capelinha. Iniciados os trabalhos com a ajuda dos moradores vizinhos, o pequeno templo já estava em meio, quando, em 1792, caiu sôbre a região uma grande sêca. Os trabalhos da construção foram suspensos e sòmente tiveram reinício no ano de 1795. Não desanimando diante da ingente tarefa, Xavier de Medeiros, depois de um ano de luta, vê terminada a capela dedicada a São Francisco das Chagas.

Daí por diante, como era natural, com a celebração de atos religiosos nos grandes dias da Igreja, o lugarejo toma vulto e principia o arruado em tôrno da edificação religiosa.

Um fato curioso iria concorrer muito para a prosperidade do novel povoado. Nas operações de reforma da igreja erguida por Francisco Xavier, tenente-general Simão Barbosa Cordeiro e demais fazendeiros vizinhos, um operário que trabalhava na tôrre despencou-se dali abaixo. Gritando por São Francisco das Chagas, obteve a graça de ficar prêso à ponta de uma trave, salvando-se de morte certa e horrível.

O fato constituiu-se num autêntico milagre e, célere, correu mundo afora na bôca do povo. Até trovadores surgiram cantando o feito milagroso. E a fama do santuário penetrou pelos sertões atraindo milhares de forasteiros de tôdas as paragens que vinham na busca de curas milagrosas.

Iniciado o século dezenove, já eram tradicionais os festejos do santo franciscano. O povo de Canindé resolve, então, enviar uma súplica ao Senado da Câmara da vila de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, no sentido de que, sem mais demora, fôsse criada uma freguesia local para atender às necessidades do desenvolvimento do povoado. Entre outras razões, evocava a da distância à sede da capitania; a dificuldade que os cristãos tinham para ouvir o santo sacrifício da missa; que haviam construído uma igreja que bem se prestava para matriz e que nenhuma outra religião poderia suavizar a vida dura que levavam no sertão, a não ser a do Patriarca de Assis.

Atendendo ao que solicitava o povo de Canindé, a Câmara encaminha devidamente, a quem de direito, a justa súplica. El Rei Dom João VI, por Alvará datado de 30 de outubro de 1817, defere a concessão feita por Dom Frei Antônio de São José, Bispo de Pernambuco, aos 10 de junho de 1817, elevando a capela de São Francisco das Chagas de Canindé à categoria de matriz.

Criada a freguesia, logo foi nomeado o primeiro Vigário, escolha que recaiu no virtuoso padre Francisco de Paula Barros, que já servia na capela.

Diante do natural desenvolvimento do povoado, conquistado por Canindé, com a criação de sua freguesia, o povo já não se conformava sòmente com o paroquiato. A aspiração da criação da vila veio aos 29 de julho de 1846, pelo Decreto n.º 340. Governava a Província Inácio Correia de Vasconcelos. A carta de lei está redigida nos seguintes têrmos:

> "Inácio Correia de Vasconcelos, Presidente da Província do Ceará. Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléia Legislativa decretou, e eu sanciono o seguinte: Art. 1. Fica ereta em Vila a povoação de São Francisco das Chagas de Canindé. Art. 2. Os limites dêste têrmo serão os mesmos da freguesia. Art. 3. Haverá um só tabelião do Público e Notas que acumulará também o ofício de Escrivão de órfãos. Art. 4. Ficam revogadas as disposições em contrário. Mando portanto a tôdas as autoridades a quem o conhecimento e execução do referido Decreto pertencer, que o cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nêle se contém. O Secretário desta Província o faça imprimir, publicar e correr".

Um dos fatos mais importantes da formação histórica de Canindé foi a permanência, durante muitos anos, dos frades capuchinhos na cidade. Vieram êles da Província de São Carlos de Milão, por contrato celebrado entre o saudoso Bispo do Ceará, D. Joaquim José Vieira, e o Superior da Missão Lombarda. Chegaram a Canindé em setembro de 1898, num grupo de oito, sendo superior Frei David de Dezenzano. Sucedeu-lhe, meses depois, na direção da comunidade, o grande Frei Matias que realizou obras notáveis na igreja-matriz, nesta época já majestosa e imponente.

Tendo resignado o cargo de Vigário, sucedeu-lhe Frei Alfredo Martinengo que atacou, com vontade, a reconstrução monumental do templo, hoje transformado em Basílica.

Para as obras de reconstrução da Basílica foi contratado o famoso arquiteto Antônio Mazzini, que realizou obra digna de admiração. O templo, em verdade, é um dos mais belos do Brasil. As suas duas tôrres principais medem 32 metros de altura e são rasgadas por janelas gó-

ticas, trabalhadas em fino estilo toscano, no que faz lembrar as grandes catedrais da Europa. Apresenta, no seu conjunto, a forma de uma cruz grega e no centro ergue-se imensa cúpula de 35 metros de altura. A sua inauguração deu-se, por entre grandes festejos, aos 2 de maio de 1915. Àquela época foram despendidos, na reforma, 250 mil cruzeiros.

Outras obras de vulto foram realizadas pelos capuchinhos, entre as quais valem ressaltadas: Colégio de Santa Clara, Casa Paroquial, ampliação do Colégio de São Francisco, construção do Monumento do Centenário, instalação de possante Usina Elétrica, açude São Paulo e Igreja de Nossa Senhora das Dores.

O povo guarda, com justo motivo de orgulho, os nomes dos capuchinhos Frei Cirilo, Frei Matias, Frei Marcelino de Milão, grande tribuno, Frei Alfredo e Frei Silvério, os quais se distinguiram no sentido da outorga de reais melhoramentos para a cidade de Canindé.

Com a retirada dos capuchinhos, que foram para o Maranhão, vieram para Canindé os franciscanos menores, tendo à frente a figura encantadora de Frei Lucas Vonnegut. Anos depois, assume o vicariato Frei Policarpo Cornelius.

Em 1928, o grande pintor alemão, Jorge Kau, decorou a Basílica com lindos painéis que representam os fatos principais da vida de São Francisco.

Vaqueiro nos sertões do município

Em quadro da divisão administrativa do Brasil, relativo a 1911, Canindé já figura com dois distritos: Canindé e Vila de Caridade.

Em 1914, de acôrdo com a Lei estadual n.º 1 221, datada de 23 de agôsto, a vila de Canindé é elevada à categoria de cidade.

Em 1920, de acôrdo com o Recenseamento Geral, o município já figurava com os seguintes distritos: Canindé, Caiçarinha, Jatobá e São Gonçalo.

Os Decretos estaduais de números 193, de 20 de maio de 1931, e 1 156, de 4 de dezembro de 1933, mantiveram o município de Canindé, que, na divisão administrativa referente ao ano de 1933, já se compunha de oito distritos: Canindé, Belém do Machado, Campos Belos, Caridade, Campos, General Sampaio, Jatobá e Santana.

Em 1936, Canindé estava assim constituído: Canindé, Belém, Campos Belos, Caridade, Ipueira dos Targinos, Jatobá e Santana.

Em 1938, o município perdeu Belém que passou a figurar no município de Quixeramobim e o Decreto-lei 448, do mesmo ano, fixou o novo quadro territorial do Estado em que Canindé assim figurava: Canindé, Campos Belos, Caridade, Jatobá, Saldanha e Targinos.

O Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943, fixou o quadro da divisão territorial do Estado para vigorar de 1944 a 1948, onde Canindé aparece da seguinte maneira: Canindé, Caridade, Inhuporanga (ex-Campos Belos), Paramoti (ex-Saldanha), Targinos, Ubiraçu (ex-Jatobá).

A Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, fixou nova divisão territorial do Ceará e nela o município de Canindé figura com a seguinte constituição: Canindé (distrito-sede), Ubiraçu, Paramoti, Caridade, Inhuporanga e Targinos.

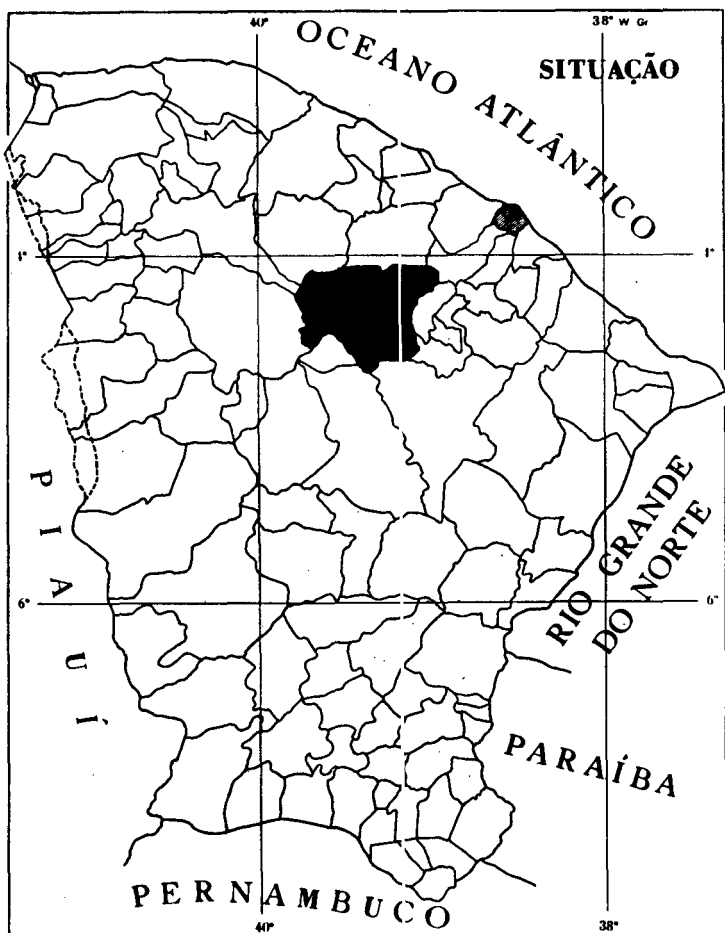
Quanto à formação judiciária, a Lei provincial número 365, que constituiu o município, criou o têrmo judiciário de Canindé.

Em 1873, aos 4 de setembro, foi criada a comarca que recebeu, logo mais, o têrmo de Coité. O Decreto estadual n.º 196, de 5 de junho de 1891, extinguiu a comarca, que foi restaurada em 1899, pela Lei n.º 537, de 3 de agôsto. A Lei n.º 1 819, de 21 de outubro de 1920, suprimiu-a, pela segunda vez, anexando o têrmo à comarca de Baturité, situação esta mantida até 1931.

O Decreto estadual n.º 1 271, de 29 de maio de 1934, desanexou o têrmo da comarca de Baturité e o anexou à comarca de Maranguape.

Esta situação perdurou até a promulgação da Constituição do Estado que, pelo seu Art. 22 do Ato das Disposições transitórias, restaurou a comarca. A Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948, confirmou a referida comarca, classificando-a em segunda entrância, com os distritos de Canindé, Caridade, Inhuporanga, Paramoti, Targinos .

Nas eleições gerais de 1954 foram eleitos: Prefeito — Raimundo Barroso Sampaio; Vereadores — Antônio Alves da Silva, Antônio Santiago de Oliveira Filho, Elizeu Barroso Sampaio, Francisco Magalhães Karam, Francisco de Paiva Tavares, Guilherme Guedes de Oliveira, José da Silva Mota, Manuel Carneiro Sampaio e Paulino Ferreira Gomes.

LOCALIZAÇÃO — O município de Canindé situa-se numa das 12 zonas fisiográficas em que se divide o Estado — a do Sertão Centro-Norte. Limita com os municípios de Santa Quitéria, Sobral, Itapagé, Pentecoste, Maranguape, Pacoti, Baturité, Quixadá, Quixeramobim, General Sampaio e Itatira. A cidade está localizada à margem esquerda do rio de igual nome e dista da Capital, em linha reta, 110 quilômetros. Possui as seguintes coordenadas geográficas: 4° 21' 34" de latitude Sul e 39° 18' 57" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Mede 140 metros a altitude na sede municipal, sendo a 67.ª colocada em ordem de altitude no Estado do Ceará.

CLIMA — O município apresenta o clima comum do Polígono das Sêcas: quente e sêco. A temperatura oscila de 24°C — no inverno — a 32°C — no verão —, apurando a média compensada de 28°C. A precipitação pluviométrica verificada no último inverno foi de 510 milímetros. O período normal de chuvas é de janeiro a maio. Ocorreram sêcas nos anos de 1932, 1942, 1946 e 1951 a 1954.

ÁREA — A área do município é de 4 470 km², sendo um dos maiores municípios do Estado, colocando-se em 6.° lugar em relação às áreas das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são os rios Curu e Canindé, que cursam paralelamente e atravessam o município na direção sudoeste a nordeste; a serra do Baturité, que lhe serve de limite com os municípios de Baturité e Pacoti; e as do Machado e da Mariana, que o limitam com Quixeramobim. As terras apresentam as seguintes características: argilosas, misturadas, montanhosas e planas em grande parte do município.

RIQUEZAS NATURAIS — Barro (argila) e vários outros minerais como: ametista, berilo, rutilo, quartzo, etc., jazidas de pedra calcária e de rocha. Carnaubal, oiticical e reservas de matas. Pequenos animais silvestres.

POPULAÇÃO — A população do município de Canindé, segundo o Recenseamento de 1950, era de 48 320 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 24 390; mulheres — 23 930; brancos — 11 730 (5 843 homens e 5 887 mulheres); pardos — 34 817 (17 579 homens e 17 238 mulheres); pretos — 1 729 (949 homens e 780 mulheres); sem declaração — 44 (19 homens e 25 mulheres).

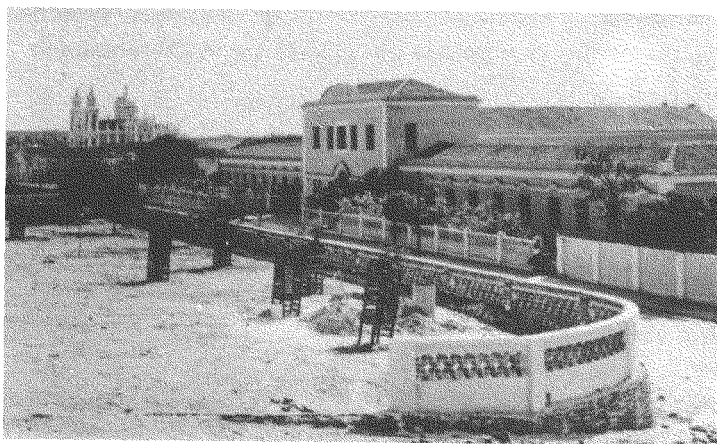
Das pessoas de 15 anos e mais em número de 26 132 — 10 510 eram solteiras, sendo 5 575 homens e 4 935 mulheres; casadas — 14 360 (7 199 homens e 7 161 mulheres); desquitada — 1 (mulher); viúvas — 1 233 (338 homens e 895 mulheres); e 28 não declararam o estado civil (10 homens e 18 mulheres).

Quase tôda a população era de nacionalidade brasileira, num total de 48 307, sendo 24 379 homens e 23 928 mulheres; 2 homens naturalizados; e 11 estrangeiros (9 homens e 2 mulheres) .

Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos, num total de 48 247 (24 350 homens e 23 897 mulheres); protestantes — 36 (21 homens e 15 mulheres); espíritas — 13 (9 homens e 4 mulheres); sem religião — 5 homens e 19 não declararam o credo professado (5 homens e 14 mulheres) .

A densidade era de 10,80 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 88,13% da população localiza-se no quadro da zona rural em um total de 42 585 habitantes (21 637 homens e 20 948 mulheres). O município é classificado em 8.° lugar no interior do Estado, em ordem decrescente de população, conforme os dados seguintes: Sobral — 70 011; Itapipoca — 64 907; Quixadá — 61 631; Juàzeiro do Norte — 56 146; Acaraú — 54 973; Cascavel — 53 620; São Gonçalo do Amarante — 51 399; Canindé — 48 320.

Segundo estimativa para 1.° de julho de 1957, da Inspetoria Regional de Estatística, a população do município de Canindé é de 59 960 habitantes, tendo crescido, nos últimos sete anos posteriores ao Censo de 1950, de 11 640 pessoas, correspondentes a 24,08%. Dos distritos que compõem o município aquêle que experimentou maior crescimento foi o de Inhuporanga (36,86%), seguido dos de Ubiraçu (34,66%), Targinos (22,18%), Paramoti ...... (22,04%), Canindé (20,38%) e, finalmente, Caridade (17,13%).

Aglomerações urbanas — São 6 as aglomerações urbanas do município — a cidade de Canindé, com 3 965 habitantes (1 882 homens e 2 083 mulheres); a vila de Caridade, com 699 (355 homens e 344 mulheres); a vila de Inhuporanga, com 513 (263 homens e 250 mulheres); a vila de Paramoti, com 348 (157 homens e 191 mulheres); a vila de Targinos, com 190 (89 homens e 101 mulheres) e a vila de Ubiraçu, com 20 (7 homens e 13 mulheres). No quadro da zona urbana da cidade e vilas existiam 5 065

Instituto Santa Clara

habitantes (2 413 homens e 2 652 mulheres) e na zona suburbana 670 (340 homens e 330 mulheres), segundo revela o Recenseamento Geral de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — É da agricultura e pecuária que depende a maior parte da população de Canindé, numa percentagem de 87,6% das pessoas presentes em atividades, consideradas as idades de 10 anos e mais.

Na agricultura destacam-se o algodão, com colheita de 197 500 toneladas, no valor de Cr$ 22 712 500,00 e o milho, com 58 000 sacos de 60 quilos, valendo .... Cr$ 6 670 000,00.

Há, ainda, as seguintes culturas de menor porte: .... 13 150 sacos de 60 quilos de feijão (Cr$ 2 367 000,00); 400 000 quilos de mamona (Cr$ 1 600 000,00); 2 500 centos de côco-da-baía (Cr$ 212 500,00); 700 sacos de 60 quilos de arroz (Cr$ 210 000,00); 900 toneladas de mandioca-brava (Cr$ 198 000,00); 8 000 cachos de banana ..... (Cr$ 96 000,00); e 1 700 centos de manga .... (Cr$ 68 000,00).

Segundo apurou o Departamento Estadual de Estatística, a safra total valeu no ano de 1955 pouco mais de 34 milhões de cruzeiros.

Os produtos agrícolas do município se destinam, em grande parte, à exportação, sendo os mercados de Fortaleza e Maranguape os principais compradores.

Canindé é regular criador, possuindo um rebanho bem expressivo, que lhe permite exportar gado destinado ao corte para os mercados de Fortaleza e Maranguape.

Em 31 de dezembro de 1955, o seu rebanho foi estimado pelo Departamento Estadual de Estatística do Ceará em 112 430 cabeças, valendo mais de 55 milhões de cruzeiros, assim discriminados: 23 630 bovinos; 6 700 eqüinos; 16 100 asininos; 5 000 muares; 23 000 suínos; 20 000 ovinos e 18 000 caprinos.

Vale salientar que os rebanhos bovino, suíno, asinino e muar contribuíram com cêrca de 48 milhões de cruzeiros do valor de tôda a população pecuária do município.

A produção de leite, em 1955, alcançou a cifra de .... Cr$ 1 772 000,00.

Os produtos extrativos vegetais em exploração, com evidência econômica, são: madeiras para fins industriais e domésticos (Cr$ 5 890 000,00); 120 000 quilos de cêra de carnaúba (Cr$ 1 200 000,00); 150 000 quilos de semente de oiticica (Cr$ 360 000,00); e ainda palha de carnaúba e cascas de angico (Cr$ 160 000,00).

Preencheram os boletins de produção do Registro Industrial de 1956, 21 estabelecimentos fabris, entre os quais 3 possuíam mais de cinco empregados.

Destas unidades industriais duas se dedicavam ao beneficiamento do algodão, uma à indústria tipográfica, cinco à fabricação de pães, três ao fabrico de tijolos e telhas, duas à indústria de calçados, uma à fabricação de molduras, quatro ao abate de animais, duas à fabricação de cal e uma à produção e distribuição de energia elétrica para consumo público e particular.

Canindé produziu, em 1955, 2 000 sacos de farinha de mandioca, que valeram 360 milhares de cruzeiros, e 12 000 quilos de rapadura no valor de 32 mil cruzeiros.

COMÉRCIO — Estão localizados na sede municipal 110 estabelecimentos varejistas e 6 atacadistas. Pelos resultados do Recenseamento Geral de 1950, existiam 209 casas comerciais em todo o município de Canindé, sendo 206 retalhistas e 3 grossistas, cujas vendas realizadas em 1949 foram de 12 057 e 2 088 milhões de cruzeiros, respectivamente.

Dentre os artigos comerciados, são adquiridos, em grande escala, os de natureza religiosa, pelas pessoas que visitam a cidade, notadamente durante os festejos de São Francisco das Chagas.

A praça de Canindé mantém transações com as cidades de Fortaleza e Maranguape e outras com menor freqüência.

São os seguintes os artigos exportados: algodão, mamona, milho, feijão, gado vacum, queijo, etc.

Importa: tecidos, artigos religiosos, café, arroz, farinha de mandioca, farinha de trigo, bebidas, combustíveis, produtos farmacêuticos, ferragens, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por estradas de rodagem. Existem, em pleno funcionamento, duas emprêsas de ônibus para transporte de passageiros, com o itinerário "Canindé—Fortaleza" e outras linhas regulares de caminhões de transporte misto. Próximo à sede municipal há um pequeno campo de pouso, ora interditado.

A cidade de Canindé liga-se com os municípios vizinhos e com a Capital do Estado, pelos seguintes meios de transporte: Baturité — rodoviário — 80 km; Itapagé — rodoviário — 120 km; Maranguape — rodoviário — 104 quilômetros; Pacoti — rodoviário — 78 km; Pentecoste — rodoviário — 96 km; Quixadá — rodoviário — 108 km; Quixeramobim — rodoviário — 132 km; Santa Quitéria — rodoviário — 150 km; Sobral — rodoviário (via Itapagé) — 228 km e (via Santa Quitéria) — 272 km; Itatira — rodoviário — 96 km; Capital do Estado — rodoviário — 126 km.

Como meio de comunicação funciona na cidade uma Agência Postal-telegráfica. As vilas de Caridade e Paramoti são servidas por Agências Postais telefônicas do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — Canindé, a "Cidade da Esperança", como é conhecida, com seus 3 965 habitantes é um dos importantes centros urbanos do Estado. Banhada pelo rio de mesmo nome, é constantemente visitada por elevado número de pessoas vindas de diversos pontos do país,

para prestar culto ao seu glorioso padroeiro, São Francisco das Chagas, notadamente durante os festejos religiosos.

Possui cêrca de 1 300 prédios, sendo 950 exclusivamente residências e os restantes destinados a outros fins. Conta com 35 logradouros públicos, dos quais 12 têm pavimentação e 6 são arborizados. Da área total da cidade, 25% são pavimentados a pedras irregulares. Há dois "Passeios" públicos, com luz fluorescente, onde se reúne a sociedade local.

Suas ruas e praças são iluminadas a luz elétrica, sendo de 430 o número de ligações domiciliares. A Prefeitura mantém um regular serviço de limpeza pública e domiciliar que serve a 24 logradouros e 1 053 prédios.

Como meio de hospedagem conta 1 hotel e 9 pensões, com a diária média de CrS 90,00.

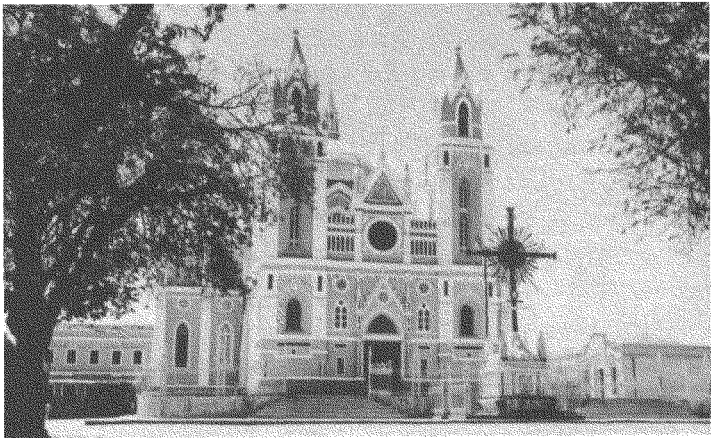
Em 1956 estavam registrados na Prefeitura 39 caminhões e 9 jipes.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Conta o município com os seguintes estabelecimentos de assistência: "Pôsto de Saúde", mantido pelo Govêrno Estadual (profilaxia e tratamento) e "Pôsto de Puericultura", da L.B.A. (ambulatório, lactário, serviços dentário, pré-natal e de puericultura), possuindo os necessários recursos técnicos e pessoal especializado.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A assistência social é prestada pela "Associação Protetora Vicentina", fundada em 1928 e composta de 980 sócios. A "Conferência Vicentina", com seus 820 congregados, fundada em 1891, e o "Pôsto de Puericultura" da L.B.A. desenvolvem, outrossim, importantes atividades no setor da assistência social. O Orfanato do Educandário Santa Clara, mantido pelo Patrimônio de S. Francisco, em .... 31-12-1956, abrigava 95 adolescentes do sexo feminino. Existe uma organização cooperativista, denominada "Cooperativa Mista dos Criadores e Agricultores de Canindé", (central) de crédito e consumo, sòlidamente organizada. Data a sua fundação do ano de 1946. Em 1956, possuía 308 associados.

ALFABETIZAÇÃO — O total de habitantes do município com 5 anos e mais, segundo o Recenseamento Geral de 1950, foi de 39 503 pessoas. Dêsse total, 8 017, ou seja, 20%, sabiam ler e escrever, sendo 3 874 homens e 4 143 mulheres. A cidade possuía 3 346 pessoas (5 anos e mais), das quais 1 924 eram alfabetizadas (889 homens e 1 035 mulheres).

Ensino — No município de Canindé, em 1956, existiam 64 unidades escolares de ensino primário fundamental comum, com a matrícula inicial de 1 854 alunos de ambos os sexos. A taxa de matrícula, em 1950, em Canindé, foi de 18,54% e no Estado do Ceará, 24,3%. Existiam, ainda, no município, 2 escolas de ensino extraprimário, denominadas Ginásio Paulo Sarasate e Educandário Santa Clara.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade há um regular cinema, o "Cine-Canindé", funcionando três vêzes por semana, e com 304 lugares; 1 associação cultural, a "Sociedade Recreativa e Educadora de Canindé", com campo de esportes e finalidade cultural e recreativa; 1 jornal, o "Santuário de S. Francisco", com finalidade noticiosa e religiosa; 1 tipografia e 1 livraria.

Basílica de São Francisco

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	215	662	501	195	558
1951.......	328	953	628	203	620
1952.......	322	1 140	658	213	642
1953.......	322	1 100	1 156	219	115
1954.......	420	1 116	942	194	927
1955.......	368	2 089	1 142	233	1 142
1956.......	546	3 839	1 511	249	1 219

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — A Basílica de São Francisco das Chagas, medindo suas tôrres 32 metros de altura, possuindo janelas góticas, trabalhada em estilo toscano, faz lembrar as grandes catedrais européias. Apresentando forma de cruz grega, há no centro da igreja uma belíssima cúpula com 35 metros de altitude.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — São religiosas as principais festas realizadas em Canindé, havendo, porém, festejos de cunho folclórico. A principal manifestação popular de caráter religioso é a festa de São Francisco das Chagas, Padroeiro da Paróquia, no período de 24 de setembro a 4 de outubro. É comemorada por uma imensidão indescritível de católicos do município e de todo o Nordeste brasileiro, sendo sem nenhum favor a maior demonstração de fé no território nordestino. A cidade, notadamente nos dias 3 e 4 de outubro, muda completamente o seu aspecto. A grande massa humana enche literalmente tôdas as ruas, tornando quase impossível o tráfego.

Durante a última festa, registrou-se a entrada de mais de 8 000 veículos na cidade.

Os festejos são iniciados com o levantamento da Bandeira do Santo, na manhã do dia 24 de setembro, seguindo-se concorrida novena.

No decorrer das manifestações, pela manhã, o "Painel" (Bandeira de S. Francisco) é levado pelas ruas da cidade por milhares de fiéis que entoam louvores ao Santo Milagroso.

O ponto principal é a procissão, realizada no dia 4 de outubro, quando a imagem do santo Padroeiro vai conduzida pelas ruas da cidade, acompanhada por compacta multidão.

Barracas em quantidade são improvisadas dentro e fora da cidade, para abrigar os peregrinos; são também intensificados os serviços de policiamento, hospedagem, saúde e trânsito. Elevam-se os preços dos gêneros alimentícios, água, etc., em face do grande consumo.

Não obstante tratar-se de tradicional festa religiosa, a data da realização é alterada, quando há eleições gerais, tendo em vista o grande deslocamento da população que tal fato provoca.

São também realizados os festejos de Natal, com missa solene e outros atos religiosos; marcantes são as solenidades da Semana Santa e a procissão de "Corpus Christi".

Do Natal até o dia de "Reis", ocorrem os "Reisados", à maneira do que acontece noutros municípios. Os conhecidos "Reisados" são formados no máximo de oito homens mascarados e de vestes esquisitas, alguns em trajes de mulher, e que são chamados "Damas". A gurizada os chama de "Papa-Angus". "O Boi e a Burrinha", além de outros animais representados, também por pessoas, são figuras principais da brincadeira. Cantam-se versos improvisados e são executados passos e gestos simbólicos .

Os "Reisados" dançam mediante ajuste, em frente às residências e recebem contribuição em dinheiro dos assistentes, por intermédio de um lenço vermelho e venda da língua do "Boi" quando êste é abatido por um dos "Caretas", como também são chamados.

As festas juninas são comemoradas com fogueiras, fogos de artifício e festas dançantes em estilo matuto, nos clubes e casas de família.

No sábado de Aleluia é realizada a festa do enforcamento de Judas, que é representado por um grande boneco de pano e capim com vestes da atualidade. Em volta da fôrca fica o "Sítio" formado de bananeiras e outras fruteiras, roubadas dos quintais.

O traidor, depois de julgado, é levado à fôrca, porém, antes é lido o testamento e partilha, em versos humorísticos. Ao fim é malhado e queimado pela meninada.

VULTOS ILUSTRES — Vultos do maior relêvo, na política e nas letras do Ceará, são filhos de Canindé, destacando-se os seguintes — *Antônio Cruz Saldanha* — Abolicionista ardoroso, principal promotor da libertação do município, propagandista da República e político de renome no Estado; *Dr. Cordolino Barbosa Cordeiro* — Bacharel em Direito. Foi deputado provincial de 1858 a 1865, e magistrado em Baturité e em Itapicuru, na Bahia. Faleceu a 25-6-1882; *Dr. Euclides Barroso* — Engenheiro, ex-Diretor-Geral dos Correios e Telégrafos; *Francisco Martins Capistrano* — Redator-Secretário de "Fon-Fon", Diretor da "Associação Brasileira de Imprensa" e professor municipal do Rio de Janeiro. Cronista e escritor, laureado pela Academia Brasileira de Letras; *Dr. Hermínio Barroso* — Professor do Liceu e da Faculdade de Direito. Foi Secretário de Estado, deputado federal e político de grande evidência no Ceará; *Gregoriano Cruz* — Poeta e cronista festejado. Crítico e poliglota; *Joaquim José da Cruz Saldanha* — Pontificou, durante longos anos, na política cearense, a quem a posteridade consagrou como "o maior dos canindeenses"; *José Cordeiro da Cruz* — foi deputado provincial e jornalista de mérito; *José da Cruz Filho* — Poeta castiço e historiador. Membro da Academia Cearense de Letras; *Dr. Martinho Rodrigues de Souza* — Chefe político e deputado federal pelo Ceará. Poeta, orador, jornalista e advogado de nota; *Dr. Romeu Martins* — Advogado, autor de alguns livros sôbre sociologia brasileira; *Dr. Mozar Pinto Damasceno* — Bacharel em Direito. Lente de diversos educandários de Fortaleza. Brilhante figura do Ceará e intelectual contemporâneo. Faz parte da Academia Cearense de Letras; *Dr. Pompílio Cruz* — Advogado notável e professor da Faculdade de Direito. Foi deputado estadual e diretor da Escola Normal; *Dr. Waldery Magalhães Uchôa* — Escritor, jornalista, membro do Instituto do Ceará e Instituto do Nordeste. Diretor do "Jornal dos Municípios" e Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Municípios. Municipalista de fôlego, já publicou diversas obras de vulto. Tem vários livros sôbre a história do Ceará, destacando-se os seguintes: "Através do Sertão", "Alguns Aspectos da Economia Cearense", "Organização Religiosa — Culto Católico", "Fortaleza, na sua expressão geográfica e estatística" — "Discursos sôbre problemas econômicos e financeiros", e, finalmente, autor do "Anuário do Ceará", excelente obra que trata de todos os aspectos da vida estadual, quer histórica, quer estatística, com ilustrações fotográficas. É sócio de várias instituições de caráter cultural; foi fundador da "Revista Contemporânea", e dirige, atualmente, a revista "Ceará Econômico e Estatístico". Como jornalista, escreve, diàriamente, sôbre assuntos relacionados com a política municipalista. Nasceu aos 16-8-1917, e recebeu o diploma de bacharel pela Faculdade de Direito do Ceará, em 1945.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Constitui objetivo de turismo a Basílica de São Francisco das Chagas, onde se realizam as tradicionais cerimônias religiosas em honra ao glorioso Santo. Templo de grande valor pelo seu estilo arquitetônico apurado, imagens e altares artísticos. Sua cúpula mede 35 metros de altura.

A "Casa dos Milagres", local de exposição de milhares de fotografias, ex-votos, etc., de curas e graças alcançadas pelos fiéis por promessas feitas a São Francisco, recebe inúmeras e constantes visitas. O mesmo acontece com a imagem de São Francisco das Chagas, em tamanho natural, obra de notável escultor italiano, exposta na entrada da Escola Seráfica de São Francisco.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — No que se relaciona com o fomento à pecuária e à agricultura, existem duas organizações especializadas no município: o "Pôsto Agropecuário de Canindé" e o "Pôsto de Vigilância Sanitária Animal", do Ministério da Agricultura.

Existem em todo o território de Canindé 34 reservatórios d'água, com a capacidade de armazenamento de 25 milhões de metros cúbicos, aproximadamente.

A Paróquia de São Francisco das Chagas conta com 1 basílica (Matriz), 2 igrejas e 25 capelas. Dez associações religiosas, com elevado número de participantes, propagam a fé católica.

O abastecimento e conservação de veículos, que transitam pela cidade, diàriamente, sempre em elevado número, são feitos por 1 "Pôsto", 2 "Bombas de Gasolina" e 2 oficinas.

Em 1954 estavam inscritos 8 974 eleitores. Dêstes, 4 899 exerceram o direito do voto nas eleições gerais do mesmo ano. Desenvolvem atividades profissionais no município 1 advogado, 1 engenheiro, 1 agrônomo e 1 veterinário.

Os habitantes do município são denominados canindeenses.

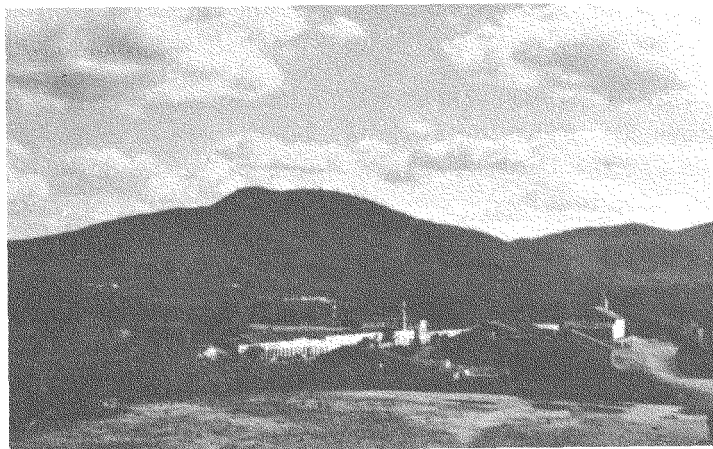
Sôbre o significado do topônimo, transcreve-se de "O Ceará" — 1945 (2.ª edição): A palavra Canindé designa uma tribo de índios missionados, juntamente com os genipapos, em Monte-Mor — o Novo da América, hoje Baturité, e que primitivamente habitavam às margens do Banabuiú e do Quixeramobim. Significa uma espécie de arara, guacamaio formosíssimo, segundo Paulino Nogueira, Revista do Instituto do Ceará, vol. 1.º, pág. 248. Para Martius, vem de *caa* mato e *ndé* teu: teu mato. O Barão de Studart aceita: *can-ndé,* anegrado, retinto (citada Revista vol. 33, pág. 121).

"Paulo Nogueira, comenta Pompeu Sobrinho, louva-se em Batista Caetano de Almeida Nogueira (Vocabulário). As interpretações do Barão de Studart e do Martius são bem pouco compreensíveis. *Can,* no idioma tupi seria alteração de *cama, cam,* peito, seio, papo e elevações de terra que semelham seios; e *ndé* deve ser o pronome da segunda pessoa, pessoal e possessivo — *ndê* ou *inê,* tu, o teu. Pode ser que tivesse havido êrro tipográfico: em vez de *Can caa,* mato. Então teríamos a interpretação de Martius, que não tem sentido positivo: "teu mato". O nome aplica-se a um psitacídeo (Ara araruna); e assim era apelidada uma grande tribo de tapuias tarairiús, que viviam na região central do Ceará pelos sertões de Quixadá, Canindé e Alto Banabuiú, Quixeramobim, etc. O locativo veio certamente do nome desta tribo."

CAPISTRANO — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — As terras que integram o município de Capistrano pertenceram, desde os remotos tempos do início da nossa colonização, ao vasto território abrangido pelo então município denominado Monte-Mor-o-Novo da América, mais tarde chamado de Baturité, cujos domínios, que datam de 1764, se estendiam por todo o sertão do Canindé, Aracoiaba, Redenção e municípios serranos limítrofes.

Quando da concessão de datas e sesmarias, algumas destas benfeitorias foram concedidas a portuguêses desejosos de fazer fortuna no cultivo da terra e no trato do gado. Excelentes para o labor agrícola, as terras onde se constituiu o novo município de Capistrano, compreendidas nas ribeiras do Riachão, a pouco e pouco foram sendo povoadas. Dentre os primeiros a sentar moradia no local destaca-se o fazendeiro, capitão Daniel Ferreira Lima que, erigindo grande casa de fazenda levantou, nas proximidades, pequenas residências para colonos e moradores.

Vista parcial da cidade

Ao correr dos anos formou-se o pequeno povoado, com capela e juiz policial, sob a jurisdição do município de Baturité.

Aos 8 de dezembro de 1890, um fato de excepcional importância daria progresso à pequena localidade: inaugurava-se, nessa data, a estação da estrada de ferro que buscava os sertões do Ceará em demanda do Cariri. Era a primeira estação feita para receber a produção de madeira em que sobressaía o povoado de Riachão, hoje Capistrano.

Com a estrada de ferro, Riachão logo prosperou, ativando seu comércio com outras localidades, do que lhe adveio a conquista do título de Povoado, concedido pela Câmara Municipal de Baturité.

O distrito de Riachão foi criado por Lei estadual de 27 de março de 1896.

Em 1920, no quadro de apuração do Recenseamento Geral, Riachão figurava como distrito de Baturité. Numa justa homenagem ao notável historiador brasileiro, os Decretos interventoriais n.ºs 193, de 20 de maio de 1931, e 1 156, de 4 de dezembro de 1933, que mantiveram o distrito de Riachão, deram-lhe a nova denominação de Capistrano de Abreu, simplificada, no mesmo ano, para Capistrano (Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938).

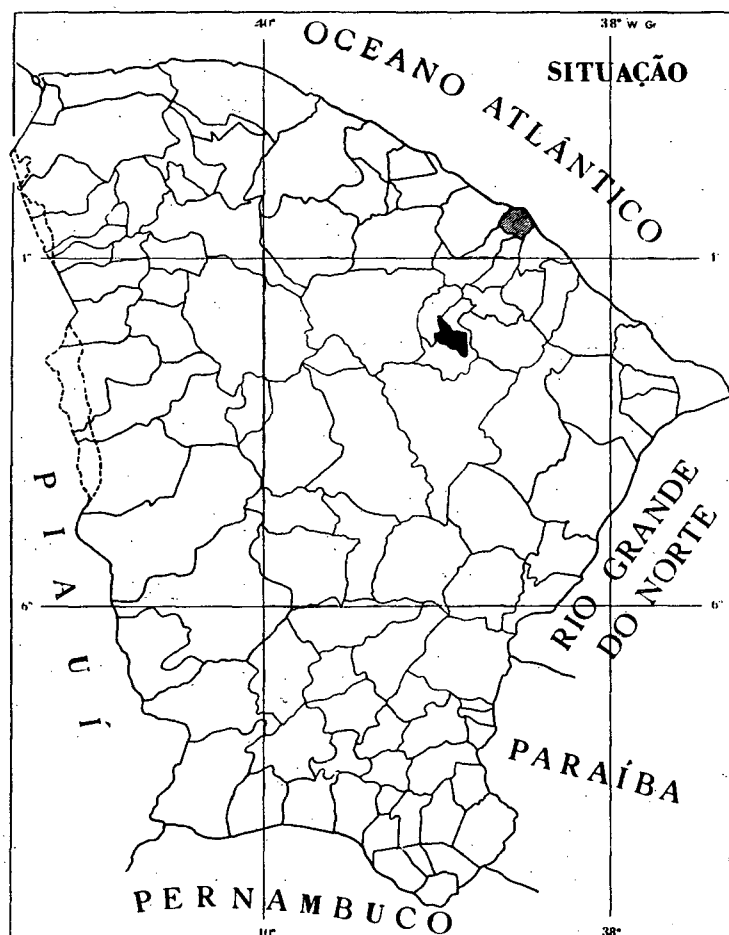
Em Capistrano, que já era vila desde 31 de março de 1938 (Decreto-lei n.º 169), criou-se a freguesia de Nossa Senhora de Nazaré, aos 25 de dezembro de 1943. O paroquiato muito desenvolveu a localidade, através de realizações de interêsse coletivo.

A Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, sancionada pelo Governador Raul Barbosa, elevou o distrito de Capistrano à categoria de município e a vila, à de cidade. Êste acontecimento de excepcional importância para a vida do município deve-se, em grande parte, aos esforços do saudoso Walter de Sá Cavalcante, então Deputado à Assembléia Legislativa do Ceará, e do jornalista Waldery Magalhães Uchôa, igualmente deputado àquela época.

O município só foi instalado oficialmente aos 25 de março de 1955, com a posse do Prefeito Municipal e vereadores eleitos a 3 de outubro do ano anterior.

Judicialmente, Capistrano sempre pertenceu à comarca de Baturité. No ano seguinte à sua instalação, a Lei número 3 508, de 20 de dezembro de 1956, sancionada pelo Governador Paulo Sarasate, transformou o têrmo em co-

marca de primeira entrância, provida de Juiz de Direito e Promotor de Justiça.

LOCALIZAÇÃO — O município de Capistrano situa-se na Zona Fisiográfica de Baturité. Limita com os municípios de Pacoti e Baturité. A cidade dista da Capital do Estado, em linha reta, 90 km e possui, aproximadamente, as seguintes coordenadas geográficas: 4° 28' de latitude Sul e .... 38° 54' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 149 metros a altitude na sede municipal.

CLIMA — Capistrano apresenta um clima quente e sêco no verão e quente e úmido no inverno. A temperatura varia entre 25 e 36 graus centígrados. A época propícia às chuvas é de fevereiro a junho. O verão vai de julho a dezembro.

ÁREA — A área do município é de 134 km², ocupando o 100.° lugar com relação às áreas das demais comunas do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia de Capistrano apresenta-se pouco acidentada, constituindo-se apenas de alguns serrotes e riachos. Entre outros destacam-se: serrotes Pedra Aguda, Santo Onofre e São José e os riachos do Padre, Lagoa Nova e Riachão.

RIQUEZAS NATURAIS — Barro (argila), lenha e madeiras.

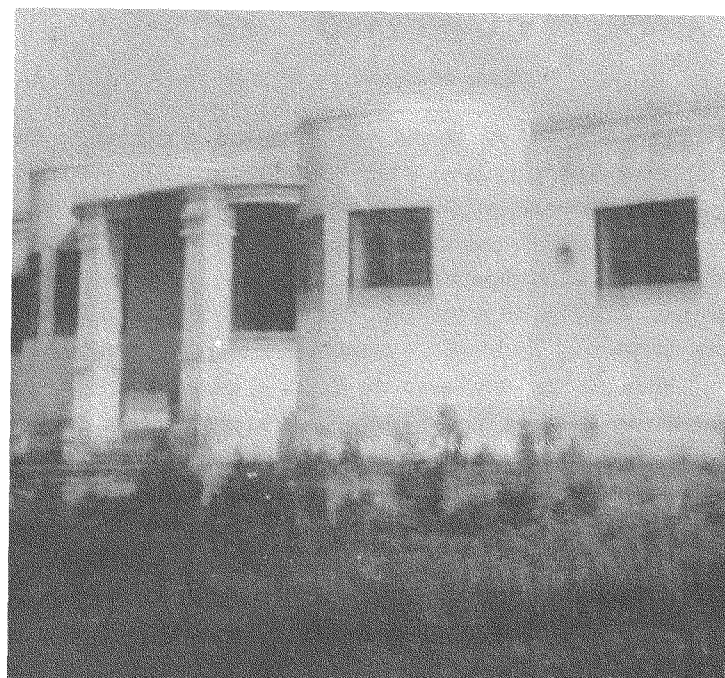
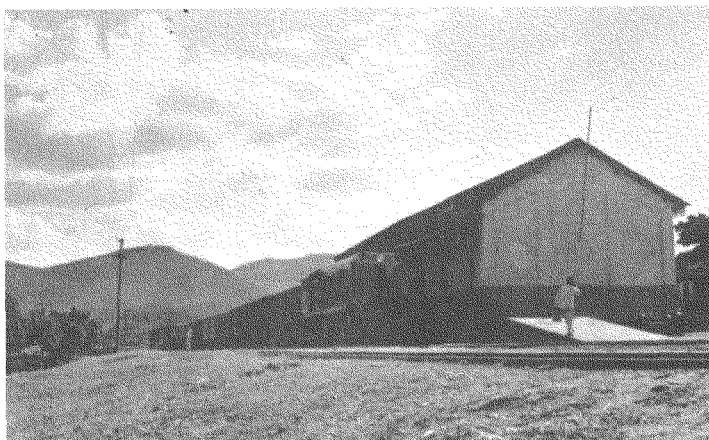
POPULAÇÃO — No Recenseamento Geral de 1950, Capistrano era distrito do município de Baturité e sua população era de 11 942 habitantes (6 009 homens e 5 933 mulheres).

Emprêsa de Luz Municipal

No quadro rural localizavam-se 91,51% da população, ou seja, 10 929 habitantes (5 521 homens e 5 408 mulheres), donde se conclui que o município era preponderantemente rural.

Presentemente, a população do município de Capistrano está estimada em 15 951 habitantes (cálculo da Inspetoria Regional de Estatística para 1.° de julho de 1957). Com base nos dados do Censo de 1950, nota-se que ocorreu um acréscimo de 4 009 pessoas, ou seja, 33,57%, percentagem superior à do Estado que no mesmo período era de 18,54%.

Aglomerações urbanas — À época do Recenseamento de 1950 havia sòmente uma aglomeração urbana, sendo esta a cidade de Capistrano com 1 013 habitantes (488 homens e 525 mulheres), assim distribuídos: na zona urbana — 476 (222 homens e 254 mulheres) e na suburbana — 537 (266 homens e 271 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura constitui a principal fonte de riqueza do município, sobressaindo as culturas de algodão arbóreo, milho, café, feijão, mandioca e cana-de-açúcar.

Edifício do Grupo Escolar

Estação da Rêde Viação Cearense

A safra agrícola de 1955, de conformidade com elementos do Departamento Estadual de Estatística, ultrapassou os 17 milhões de cruzeiros, salientando-se os seguintes produtos: 80 000 arrôbas de algodão arbóreo — ...... (Cr$ 9 600 000,00); 30 000 sacos de 60 kg de milho em grão (Cr$ 4 500 000,00); 2 800 arrôbas de café em grão (Cr$ 1 260 000,00); 4 000 sacos de 60 kg de feijão .... (Cr$ 800 000,00); 1 200 toneladas de mandioca-brava ... (Cr$ 600 000,00); 3 000 toneladas de cana-de-açúcar .. (Cr$ 390 000,00) e 1 000 sacos de 60 kg de arroz em casca (Cr$ 180 000,00). Foram colhidas, ainda, pequenas quantidades de fava, banana, manga, laranja e abacate.

Os principais mercados compradores dos produtos agrícolas do município são Fortaleza e Baturité.

A atividade pecuária é de muito reduzida significação econômica para o município, bastando dizer que o rebanho foi estimado, para 1955, em apenas 2 538 cabeças, na importância total de Cr$ 3 485 700,00, assim distribuído: bovinos — 1 000; eqüinos — 227; asininos — 250; muares — 111; suínos — 300; ovinos — 250; e caprinos — 400.

Não merece, pois, registro a produção de leite, queijo, manteiga e outros produtos pecuários.

Trecho da Rua Monsenhor Dantas

A produção extrativa é igualmente inexpressiva, registrando-se, no entanto, a extração de madeiras para fins industriais e domésticos (2 161 m³, no valor de .... Cr$ 194 490,00) e algumas jazidas de barro (argila), para a feitura de tijolos de alvenaria.

Os aviamentos espalhados pelo território municipal produziram, em 1955, conforme apuração do Departamento Estadual de Estatística, 1 100 sacos de 60 kg de farinha de mandioca (Cr$ 330 000,00) e os engenhos, 160 000 kg de rapadura (Cr$ 640 000,00).

Do total de 9 estabelecimentos fabris que preencheram, em 1956, os boletins do Registro Industrial, 2 eram da classe dos que ocupavam 5 e mais pessoas, dos quais um se dedicava ao beneficiamento de algodão e outro à panificação.

Rua Coronel Francisco Campelo

Os principais estabelecimentos industriais do município são: a Usina Sales e a Padaria São Francisco.

A produção de energia elétrica foi, em 1956, da ordem dos 7 200 kWh, sendo 3 000 consumidos na iluminação pública e 4 200, na particular.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem, atualmente, na sede municipal de Capistrano, 28 estabelecimentos comerciais, sendo 4 atacadistas e 24 varejistas. Mantêm relações comerciais com as praças de Recife (PE), Fortaleza e Baturité (CE).

O comércio local importa tecidos, combustíveis, miudezas, ferragens, café, açúcar, sabão, fumo, bebidas, medicamentos, conservas, cereais e outros.

Exporta algodão, milho, peles e couros, mamona, etc., em quantidade regular.

Não existindo bancos, as transações bancárias são feitas nas praças de Baturité e Fortaleza.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pela Estrada de Ferro de Baturité, da R.V.C., e estradas de rodagem. Existe um pequeno cam-

Vista parcial do açude Vila Isabel

po de pouso na cidade de Capistrano, no qual aterrissam, esporàdicamente, aviões de passageiros.

Liga-se com os municípios vizinhos e com a capital do Estado, pelos seguintes meios de transporte: Baturité: ferroviário, 19 km e rodoviário, 18 km; Pacoti: misto a) ferroviário (até Baturité) 19 km e b) rodoviário, 35 km ou rodoviário (via Baturité), 53 km; Capital do Estado: ferroviário, 122 km e rodoviário, 120 km.

Funciona na cidade uma agência postal-telegráfica do D.C.T. e outra telegráfica, de uso privativo da Estação Ferroviária da R.V.C.

ASPECTOS URBANOS — A cidade é formada de 13 logradouros públicos, dos quais 2 são arborizados e pavimentados com pedras irregulares, representando 40% da área total da cidade.

É dotada de iluminação elétrica pública e particular, mantida pela Municipalidade, sendo de 92 o número de ligações domiciliárias.

Os seus principais logradouros públicos são beneficiados por um serviço de limpeza custeado pela Prefeitura Municipal.

Conta uma modesta pensão com a diária de ...... Cr$ 60,00. Em 31 de dezembro de 1956, estavam registrados 7 caminhões na repartição competente.

Trafegam, diàriamente, pela cidade, vários trens de transporte de cargas e passageiros.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada pelo "Pôsto de Saúde" (profilaxia e imunizações), mantido pelo Govêrno Estadual. Há, na cidade 1 farmacêutico e 2 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Conferência "São Vicente de Paulo", cuja fundação vem do ano de 1903, presta benefícios às pessoas desvalidas do município.

ALFABETIZAÇÃO — A população urbana com 5 anos e mais, do município de Capistrano, segundo o Recenseamento Geral de 1950, foi de 833 habitantes. Dêste total, 397 sabiam ler e escrever, sendo 178 homens e 219 mulheres.

Ensino — Existiam no município, em 1956, 30 unidades escolares de ensino fundamental comum, com a matrícula inicial de 718 alunos de ambos os sexos.

Usina Pirangy, para beneficiamento de algodão

Casa Costa Lima Myrtil S. A.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há um pequeno cinema, denominado "Cine Guarani", com 50 lugares, funcionando, apenas, 2 vêzes por semana.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955.......	—	...	...	...	491
1956 (1)....	—	...	757	164	757

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — São dignas de relêvo as festas de caráter religioso que se realizam no município. Destacam-se as manifestações populares a Nossa Senhora de Nazaré (7 de setembro), a São Francisco de Assis (4 de outubro), que se encerram com solenes procissões sendo a de *Corpus Christi* a mais pomposa.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Capistrano é um dos mais novos municípios cearenses possuindo recursos naturais para se tornar, futuramente, um centro desenvolvido e progressista.

A sua paróquia, com a invocação de Nossa Senhora de Nazaré, conta com a igreja-matriz, 11 capelas e 6 associações religiosas.

Presta assistência aos criadores do município, o "Pôsto de Vigilância Sanitária Animal", órgão do Ministério da Agricultura, dirigido por 1 veterinário.

Em 1954, o efetivo eleitoral era de 2 096 pessoas. Dêste número, 1 502 pessoas votaram nas eleições gerais do mesmo ano.

Os habitantes do município são denominados capistranenses.

Em homenagem a Capistrano de Abreu, ilustre brasileiro nascido em Maranguape, recebeu a antiga Vila de Riachão o seu nome. Posteriormente perdeu o cognome *de Abreu*, em obediência a um dispositivo regulamentar do tráfego ferroviário, que proíbe a existência de estações com o mesmo nome. Com efeito, existe uma denominada Capistrano de Abreu no Estado de São Paulo.

CARIRÉ -- CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Ao findar o último quartel do século dezenove é que principia a se formar o arraial, que seria, muito em breve, beneficiado com a estrada de ferro de Sobral, fator de grande influência na formação da futura sede municipal.

Efetivamente, no dia 1.º de novembro de 1893, com grandes festejos, o povo compareceu à gare da pequena estação levantada pela Rêde de Viação, que cortava os sertões da zona norte do Estado formando vilas e povoados.

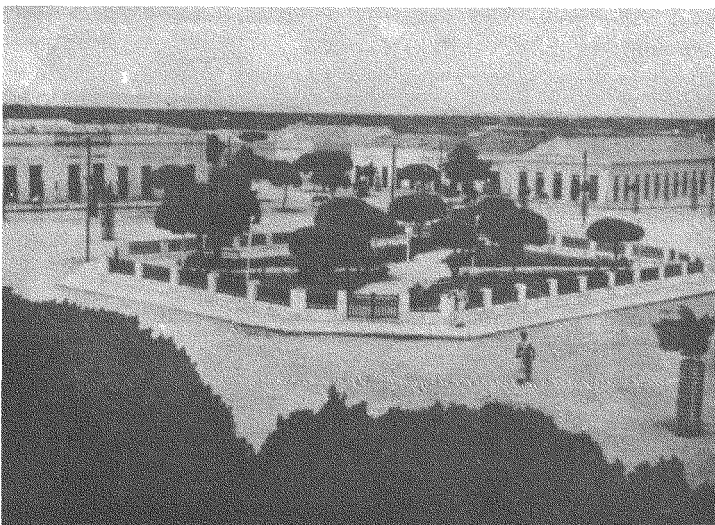
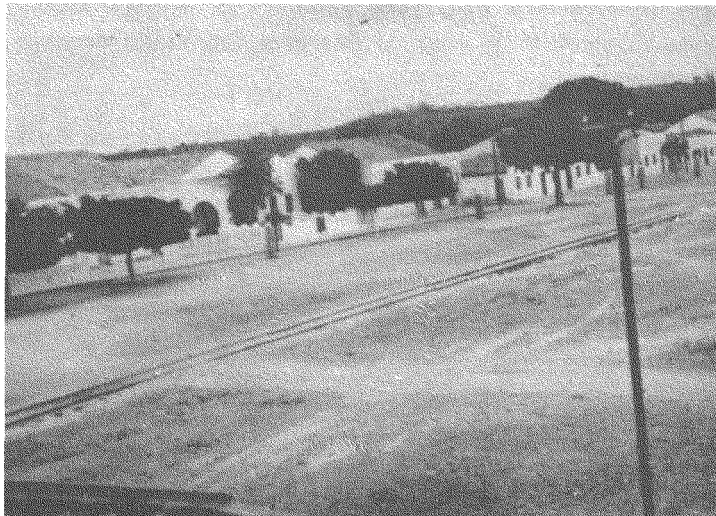
Até então Cariré não passava de uma pequena localidade, visitada, vez por outra, pelos coronéis que sentavam fazendas de criar na vasta zona de terras ferazes.

Durante vários anos figurou na divisão territorial e administrativa do Brasil, como distrito do grande município de Sobral.

Com a inauguração da estação e o conseqüente crescimento do povoado, Elísio Aguiar, juntamente com outras importantes figuras da localidade, principiou o movimento para criação do município, o que ocorreu no govêrno do Dr. José Carlos de Matos Peixoto. De conformidade com a Lei n.º 2 704, datada de 16 de setembro de 1929. Cariré conquista sua autonomia, vê elevado à categoria de vila o antigo povoado e criado o município com o mesmo nome. Entretanto, em 1931, pelo Decreto estadual n.º 193, de 20 de maio, sua autonomia foi cassada, juntamente com a de outras comunas cearenses, voltando a figurar em 1933, na divisão administrativa do Estado, como simples distrito de Sobral.

No Govêrno do Dr. Francisco de Menezes Pimentel, que assumiu as rédeas do Estado a 25 de maio de 1935, foi expedido o Decreto n.º 157, de 23 de setembro do mesmo ano, restaurando o município, com território reduzido, desmembrado de Sobral.

Nos quadros da divisão territorial vigorantes em 31-XII-1936 e 31-XII-1937, o município é composto dos distritos de Cariré e Riacho Guimarães, situação confirmada no anexo ao Decreto-lei n.º 169, de 31 de março de 1938.

São concedidos à vila foros de cidade pelo Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, passando o município a figurar na divisão territorial de 1939-1943, com a seguinte composição: Arariús e Guimarães e Cariré.

Avenida Dr. Meneses Pimentel

Rua Dr. Manuel Moreira da Rocha

Pelo Decreto-lei estadual n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943, que fixou o quadro territorial para vigorar de 1944 a 1948, o município passou a constituir-se dos distritos de Cariré, Arariús e Groaíras (ex-Guimarães), mantidos pela Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, que outorgou nova divisão política, administrativa e territorial ao Estado.

Ato recente da Assembléia Legislativa do Estado, sancionado pelo governador Flávio Marcílio, elevou o distrito de Groaíras à categoria de município, não estando ainda constituídos os seus podêres administrativos. (Lei n.º 3 603, de 23 de maio de 1957).

Aos 24 de fevereiro de 1944, foi criada a freguesia de Santo Antônio de Pádua de Cariré. A posse do seu primeiro Vigário, padre Tibúrcio Gonçalves de Paula, ilustre filho do município de São Benedito, deu-se, três dias depois. O velho templo que hoje serve de matriz foi solenemente inaugurado em 1897 e sua planta é da autoria do ilustre engenheiro sobralense, Dr. João Thomé, mais tarde Presidente do Estado. Monsenhor Diogo José de Souza Lima, então Vigário-Geral da Diocese de Sobral, foi o oficiante das cerimônias da bênção do referido templo.

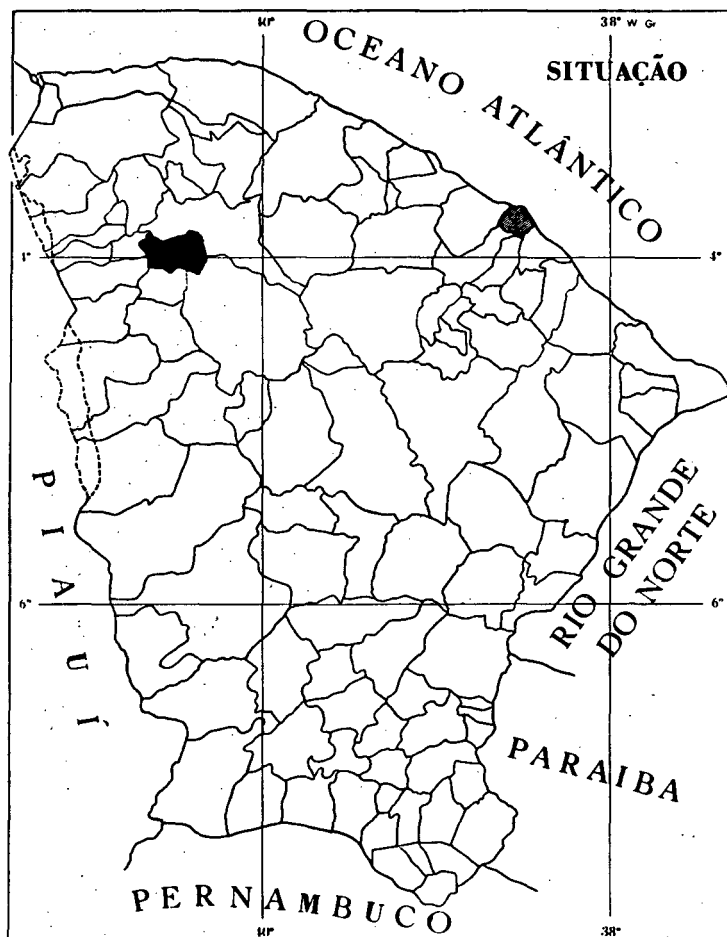
O têrmo judiciário de Cariré, que então fazia parte da comarca de Santa Quitéria, foi criado por fôrça da Lei estadual n.º 2 704, de 16 de setembro de 1929, a mesma que instituiu o município.

Embora extinto o município, subsistiu o têrmo, de acôrdo com o Decreto estadual n.º 206, de 6 de junho de 1931, que extinguiu a comarca de Santa Quitéria, passando o mesmo a pertencer à comarca de Sobral, até que o Decreto estadual n.º 1 271, de 29 de maio de 1934, o extinguiu.

O têrmo, restaurado em 1938 (Decreto-lei n.º 448, citado), permaneceu subordinado à Comarca de Sobral, até que, promulgada a constituição do Estado, em 23 de junho de 1947, foi transformado em comarca de primeira entrância (art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), situação que se confirmou na tabela anexa à Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948.

Exerce, atualmente, o cargo de Prefeito Municipal o Sr. Obed Woff Amaral, eleito a 3 de outubro de 1954. O Legislativo Municipal é composto de 7 vereadores: José Ribamar Soares Aguiar, José Afonso Parente, Severiano

Nery de Alcântara, Eloy José Vasconcelos, Antônio Honório de Brito, Antônio Alcy de Barros e Raimundo Antônio Casemiro.

LOCALIZAÇÃO — O município de Cariré situa-se na Zona Fisiográfica do Sertão Centro-Norte. Limita com São Benedito, Reriutaba, Mucambo, Sobral e Santa Quitéria. A cidade dista da Capital do Estado, em linha reta, 218 km na direção 84° 34' S.O. e possui as seguintes coordenadas geográficas: 3° 56' 58" de latitude Sul e 40° 28' 32" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Situa-se a 157 metros de altitude a sede municipal.

CLIMA — Cariré apresenta um clima quente e sua temperatura centígrada varia entre 25 e 34 graus, sendo mais freqüente a de 29 graus. O período invernoso ocorre de janeiro a junho e o verão, de julho a dezembro. Os meses mais chuvosos são: fevereiro, março e abril.

ÁREA — A área do município é de 905 km² e ocupa o 58.° lugar com relação à área das demais comunas do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia do município é mais ou menos plana, sem elevações de importância. Os principais cursos de água que compõem sua hidrografia são: o rio Acaraú, uma das principais bacias do Estado, com a extensão total de 320 km, os rios Jaibaras, Jucurutu e Groaíras, os riachos Riachão, Pires e Sêco e as lagoas do Açude Curimatã, Grande Pedra e Caldeirões, afora os 25 açudes públicos e particulares espalhados pelo seu território.

RIQUEZAS NATURAIS — As principais são: carnaubais, oiticicais, barro (argila) e madeiras.

POPULAÇÃO — A população do município de Cariré, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 21 020 habitantes, distribuídos da seguinte maneira: homens — 10 516; mulheres — 10 504; brancos — 8 365 (4 191 homens e 4 174 mulheres); pardos — 5 260 (2 622 homens e 2 638 mulheres); pretos — 7 362 (3 691 homens e 3 671 mulheres); e sem declaração de côr — 33 (12 homens e 21 mulheres). Muitos dos municípios cearenses têm o número de pardos superior ao de brancos, mas Cariré não está incluído neste rol. Cariré é um dos raríssimos municípios do Ceará, cujo número de pretos supera o de pardos.

Quanto ao estado civil, investigação elaborada entre as pessoas de 15 anos e mais, que totalizavam 11 019 habitantes (5 317 homens e 5 702 mulheres), registra: 4 203 solteiros (2 086 homens e 2 117 mulheres); 6 250 casados (3 086 homens e 3 164 mulheres); 547 viúvos (136 homens e 411 mulheres); 3 desquitados (1 homem e 2 mulheres); e 16 sem declaração de estado civil (8 homens e 8 mulheres).

No que diz respeito à região, tem-se a Católica Romana sobrepujando extraordinàriamente às demais, como sempre acontece, verificando-se 20 977 católicos romanos (10 499 homens e 10 478 mulheres); 19 protestantes (10 homens e 9 mulheres); sem religião — 6 (3 homens e 3 mulheres); e que deixaram de declarar a religião professada — 18 (4 homens e 14 mulheres).

Quanto à nacionalidade, a população de Cariré é constituída exclusivamente de brasileiros natos.

A densidade demográfica era de 23,22 habitantes por quilômetro quadrado, acima da média do Estado, que é de 18,22 habitantes por quilômetro quadrado.

A população rural de Cariré é das mais elevadas do Ceará, ultrapassando muito a média do Estado. É constituída de 19 189 habitantes (9 649 homens e 9 540 mulheres), representando 91,28% no total do município e o índice do Estado é de 71,81%. Cariré é um dos poucos municípios cearenses cujo número de homens supera o de mulheres.

Segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística, para 1.° de julho de 1957, a população de Cariré era de 26 692 habitantes.

O aumento de 5 672 pessoas correspondia a 26,98 % do efetivo populacional encontrado pelo Recenseamento Geral, realizado em 1.° de julho de 1950.

Prefeitura Municipal

Rua Sefisa Aguiar

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Eram 3 as aglomerações urbanas de Cariré, assim distribuídas: cidade de Cariré — 1 105 habitantes (512 homens e 593 mulheres); vila de Arariús — 139 (72 homens e 67 mulheres); vila de Groaíras — 587 (283 homens e 304 mulheres)

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As principais fontes de riqueza do município decorrem da pecuária e a agricultura, em comum com a extração de cêra de carnaúba e oiticica, sobressaindo, quanto à agricultura, o cultivo do algodão, do milho e do feijão.

Segundo apurou o Recenseamento Geral de 1950, estavam incluídos no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" 89,54% da população ativa de Cariré, entendidos como tal os habitantes de 10 e mais anos.

Apurações do Departamento Estadual de Estatística revelaram que a safra agrícola de 1955 importou em ...... Cr$ 4 615 290,00, correspondendo aos seguintes produtos: 21 200 arrôbas de algodão (Cr$ 2 369 000,00); 6 000 sacos — 60 quilogramas de milho (Cr$ 840 000,00); 5 600 sacos — 60 quilogromas — de feijão (Cr$ 560 000,00); 1 600 sacos — 60 quilogramas — de arroz (Cr$ 416 000,00; 910 toneladas de mandioca-brava (Cr$ 273 000,00); e 24 000 cachos de banana (Cr$ 312 000,00).

Registram-se, ainda, menores culturas de cana-de-açúcar, mamona, batata-doce, côco-da-baía, manga e laranja.

São compradores dos produtos agrícolas do município os mercados de Sobral e Fortaleza.

A atividade pecuária do município é de vulto, chegando a ocupar o 12.º lugar no conjunto dos municípios cearenses, relativamente ao ano de 1955, com um rebanho estimado em 74 750 cabeças, valendo 38 milhões de cruzeiros, assim discriminados: 12 500 bovinos; 3 800 eqüinos; 3 200 asininos; 1 750 muares; 15 000 suínos; 22 500 ovinos; e 16 000 caprinos.

Conforme se pode deduzir da leitura dos números acima, sobressaem os rebanhos bovinos, suínos, ovinos e caprinos, o que evidencia a preferência dos fazendeiros pela criação dessas espécies pecuárias.

A exportação do excedente pecuário é comumente feita para Sobral.

No mesmo ano de 1955, foram produzidos 460 000 litros de leite, no valor de Cr$ 1 612 800,00; 12 600 quilogramas de queijo — Cr$ 302 400,00 e 4 500 quilogramas de banha de porco — Cr$ 171 000,00.

Ainda em consonância com o D.E.E., a produção extrativa importou, em 1955, Cr$ 3 506 985,00, correspondendo a 920 000 quilos de sementes de oiticica, no valor de Cr$ 2 208 000,00, e 28 865 quilos de cêra de carnaúba, importando em Cr$ 1 298 985,00. Ocorre em Cariré, ainda, mas em menores proporções, a extração de cal, barro para tijolos, telhas, etc., e de madeira para fins domésticos e industriais. A produção extrativa animal foi inexpressiva, inclusive quanto ao pescado.

Os aviamentos produziram, em 1955, 3 200 sacos de 60 quilogramas de farinha de mandioca, importando em Cr$ 960 000,00, e os engenhos, 17 000 quilos de rapadura, valendo Cr$ 76 500,00, registrando-se, também, pequena quantidade de aguardente de cana. Do total de 6 estabelecimentos fabris que, em 1956, preencheram os boletins do Registro Industrial, 1 se dedicava à panificação, 2 ao fabrico de calçados em geral, 1 à produção de energia elétrica, afora 2 matadouros.

Não há estabelecimentos industriais de vulto, desde que nenhum dos existentes em 1956 chegou a ocupar 5 pessoas.

Quanto à energia elétrica, foram produzidos, em 1955, 20 755 kWh, consumidos na iluminação pública e domiciliária.

COMÉRCIO — Estão em atividade na sede municipal 29 estabelecimentos comerciais sendo 26 varejistas e 3 atacadistas. Em 1950, segundo os dados do Censo Comercial, existiam em todo o município, 110 estabelecimentos varejistas e 7 atacadistas que realizam vendas de 3,619 milhões de cruzeiros.

Possuindo uma praça comercial de pequena expressão, Cariré mantém transações com os municípios de Fortaleza, Sobral e São Benedito.

Cariré importa açúcar, farinha de mandioca, arroz, manteiga, etc. e exporta além de cereais, a semente de oiticica e cêra de carnaúba.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Cariré é uma cidade servida pela Estrada de Ferro de Sobral, pertencente à R.V.C. e por estradas de rodagem.

Fachada do Grupo Escolar

Igreja-Matriz de Santo Antônio de Pádua

Liga-se aos municípios vizinhos pelas estradas seguintes: Mucambo, a cavalo — 38 km; rodoviário, via Pacujá — 43 km; Santa Cruz do Norte, ferroviário R.V.C. — 27 km; rodoviário via Araras — 52 km; São Benedito, a cavalo — 61 km; misto: a) ferroviário R.V.C. 56 km — até Ipu e b) rodoviário — 60 km; Santa Quitéria, carroçável — 72 km; Sobral, ferroviário R.V.C. — 33 km; rodoviário — 42 km; carroçável — 36 km; Capital estadual, ferroviário R.V.C. — 267 km; rodoviário — 274 km; misto: a) ferroviário R.V.C. — 33 km — até Sobral e b) rodoviário — 235 km; Capital federal, via Fortaleza.

Há na cidade um campo de pouso que serve para a aterrissagem de pequenos aviões.

Como meio de comunicações existe uma estação telegráfica de uso particular, pertencente à Rêde de Viação Cearense, e uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — Segundo o Recenseamento de 1950, a cidade de Cariré possuía uma população de 1 105 habitantes. Em 1954, havia na sede municipal 353 prédios, dentre os quais 235 eram exclusivamente residenciais. Os logradouros eram em número de 17, destacando-se 5 pavimentados, 11 arborizados e 1 arborizado e ajardinado. A pavimentação dos 5 logradouros é feita em pedras irregulares, num total de 7 053 m², assim distribuídos: — 3 ruas com um total de 3 455 m², uma praça com 2 289 m² e 1 travessa com 1 309 m².

É dotada de iluminação elétrica pública e conta 130 ligações domiciliares.

Casa Paroquial

A cidade é abastecida de água por um chafariz público.

É mantido pela Prefeitura um serviço de limpeza das vias públicas que beneficia 5 logradouros da cidade.

Como meio de hospedagem, existe uma pensão cobrando a diária de Cr$ 80,00 com alimentação e pousada.

Em 1956, achavam-se registrados na Prefeitura 11 veículos, sendo 1 jipe e 10 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Encontram-se assistindo os habitantes do município 2 farmacêuticas, que desenvolvem suas atividades nas duas farmácias ali sediadas.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Duas "Sociedades São Vicente de Paulo", prestam assistência social às pessoas desvalidas. O "Círculo Operário de Groaíras", situado na vila de mesmo nome, fundado em 1937, proporciona pequenos auxílios aos seus associados. O "Clube Artístico Carireense" e o "Círculo Operário de Cariré", fundados, em 1952 e 1954, situados na cidade, prestam assistência social aos seus membros.

Fachada do Mercado Público

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, a população com 5 anos e mais do município de Cariré foi de 17 018 pessoas. Destas, 3 849, ou seja, 23% eram alfabetizadas, sendo 2 158 homens e 1 691 mulheres. A sede municipal possuía 895 habitantes, dos quais 477 sabiam ler e escrever (230 homens e 247 mulheres). Em 1950, a taxa de matrícula do município de Cariré atingiu 25% e, no Estado do Ceará, 24,3%.

Ensino — Cariré contava, em 1956 com 51 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, com a matrícula inicial de 1 153 alunos de ambos os sexos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	190	414	111	414
1951	—	213	424	109	424
1952	—	229	464	97	464
1953	—	271	804	91	696
1954	—	347	738	100	638
1955	—	285	672	84	880
1956 (1)	(2) 11	717	1 000	316	1 000

(1) Orçamento. — (2) Foi instalada a Coletoria Federal em 10-1-56, funcionando sòmente até 3 de maio do mesmo ano, data em que foi anexada à Coletoria Federal de Sobral.

Salão Paroquial

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Dos festejos religiosos, os que mais se destacam pela tradição das suas comemorações são os de Santo Antônio de Pádua, padroeiro da Paróquia, celebrado a 13 de junho, e a festa do Sagrado Coração de Jesus comemorada a 1.º de janeiro. As procissões são realizadas solenemente, tomando parte nelas grande número de fiéis.

É também tradicional a imponente "Festa dos Vaqueiros", que se realiza anualmente, no domingo que precede ao dia 13 de junho, e tem, pela brilhante organização, destaque entre os festejos do município.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Há duas Paróquias no município: a de "Santo Antônio", na cidade, e a de "Nossa Senhora do Rosário", na vila de Groaíras. Ambas possuem 11 templos, inclusive matriz, e 22 associações religiosas, com apreciável número de congregados.

Existem, em todo o município, 25 pequenos açudes, com a capacidade total de 6,5 milhares de metros cúbicos.

Como geralmente acontece, o futebol é praticado em Cariré em prélios amistosos.

Em 1954 existiam 6 879 eleitores, inscritos, dos quais 2 806 votaram nas eleições gerais do mesmo ano.

Os habitantes do município têm a denominação de carireenses.

O topônimo Cariré é de origem indígena e, segundo Pompeu Sobrinho, vem de *cari* "peixe", *ré* "diferente", alusão feita talvez a outro peixe, ao "bodó" possìvelmente. (Revista do Instituto do Ceará, vol. 33, pág. 216, citado em O Ceará — 2.ª edição — 1945).

CARIRIAÇU — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O primeiro ato histórico ligado à formação do futuro município de Caririaçu remonta, ainda, aos 11 de maio de 1859, quando foi criado, no pequeno núcleo de São Pedro do Crato, como se denominava antigamente, o distrito policial.

A freguesia de São Pedro criou-a a Lei provincial de n.º 1 302, de 9 de novembro de 1870.

Registrou-se, porém, anos mais tarde, isto é, em 1879, um fato interessante. Aos 17 de setembro dêsse ano, a freguesia, de acôrdo com a Lei n.º 1 837, foi transferida para o florescente povoado de Juàzeiro. O povo, então, não se conformou. O desapontamento foi geral. A luta surgiu tremenda e foi transformada em caso político muito sério. Intendentes e Vereadores afirmavam: "Foi transferida, mas não vai!"

A transferência, de fato, foi suspensa tendo-se em vista que não recebeu a sanção episcopal.

A Lei provincial n.º 1 589, de 24 de setembro de 1873, mudou-lhe a denominação para Serra de São Pedro.

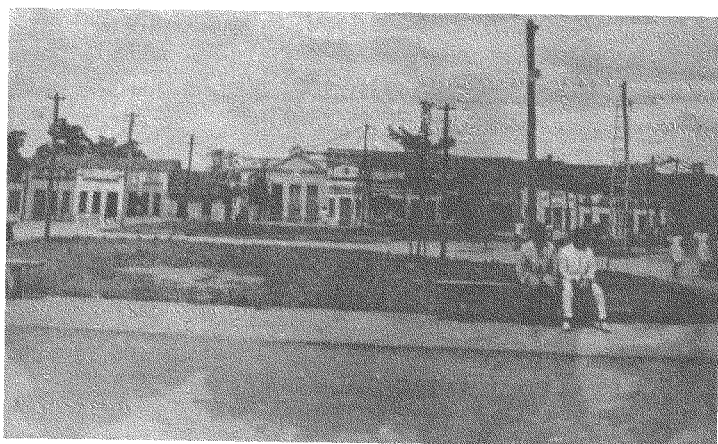
Foi, igualmente, chamado de São Pedro do Crato, de acôrdo com a Lei provincial, de 18 de agôsto de 1876 e, posteriormente, São Pedro do Cariri, pela Lei n.º 1 541, de 27 de agôsto de 1918.

A criação do município data de 18 de agôsto de 1876, de acôrdo com a Lei n.º 1 727. Anos depois foi extinto, para ser restaurado pela Lei provincial n.º 2 046, de 12 de novembro de 1883.

A independência política e administrativa dêste município foi, por várias vêzes, perdida e reconquistada. Talvez seja a comuna do Ceará que sofreu, com mais insistência, êste fato histórico. No govêrno de Pedro Augusto Borges, a Lei estadual 589, de 24 de julho de 1 900, o extinguiu. A Lei n.º 805, de 21 de agôsto de 1905, restaurava-lhe a maioridade, no govêrno do Presidente Antônio Pinto Nogueira Acioli demembrando-se do município de Crato ao qual fôra anexado. A instalação deu-se aos 22 de dezembro daquele ano em meio a grandes alegrias do povo que via reparada a injustiça.

Um fato de maior relevância para a história de São Pedro do Cariri foi sem dúvida a visita que lhe fêz o então Presidente do Estado. A vila se embandeirou para receber o ilustre visitante, Dr. João Thomé de Saboia e Silva, eleito depois da revolução contra Franco Rabelo. O Presidente desejava, a todo custo, angariar a simpatia dos caririenses, daí por que resolveu demorar por algumas horas na hospitaleira São Pedro. Foi um dia de intensa alegria. Intendente, Vigário e Delegado prepararam os festejos. As ruas estavam tôdas ornamentadas; viam-se arcos de catolé em tôdas as esquinas e praças. O foguetório espantava centenas de animais que haviam trazido fazendeiros para "ver o homem". A filarmônica da terra anunciou, com o dobrado "Saudades de Minha Terra", a presença de João Thomé que fôra o primeiro Presidente do Estado a visitar a próspera vila de São Pedro.

Aos 20 de maio de 1931, de acôrdo com o Decreto estadual n.º 193, o município foi novamente suprimido, para

Vista aérea da cidade

Praça Santos Dumont

ser outra vez restaurado aos 4 de dezembro de 1933, de conformidade com o Decreto estadual de n.º 1 156, no govêrno do Interventor Federal, capitão Roberto Carneiro de Mendonça, que reparou a injustiça da supressão de vários municípios do Ceará, em 1931.

A partir da sua última restauração, isto é, em 1933, o município passou a figurar no quadro da divisão territorial com os seguintes distritos: São Pedro do Cariri, Bananeiras e Junco.

Pelo Decreto estadual n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, o município passou a denominar-se, simplesmente, São Pedro, tendo o seu distrito-sede adquirido o território do extinto distrito de Bananeiras e perdido parte para formar o novo distrito de Santos. Na divisão territorial de 1939-1943, o município passou a figurar, então, da seguinte maneira: São Pedro, Granjeiro (ex-Junco) e Santos.

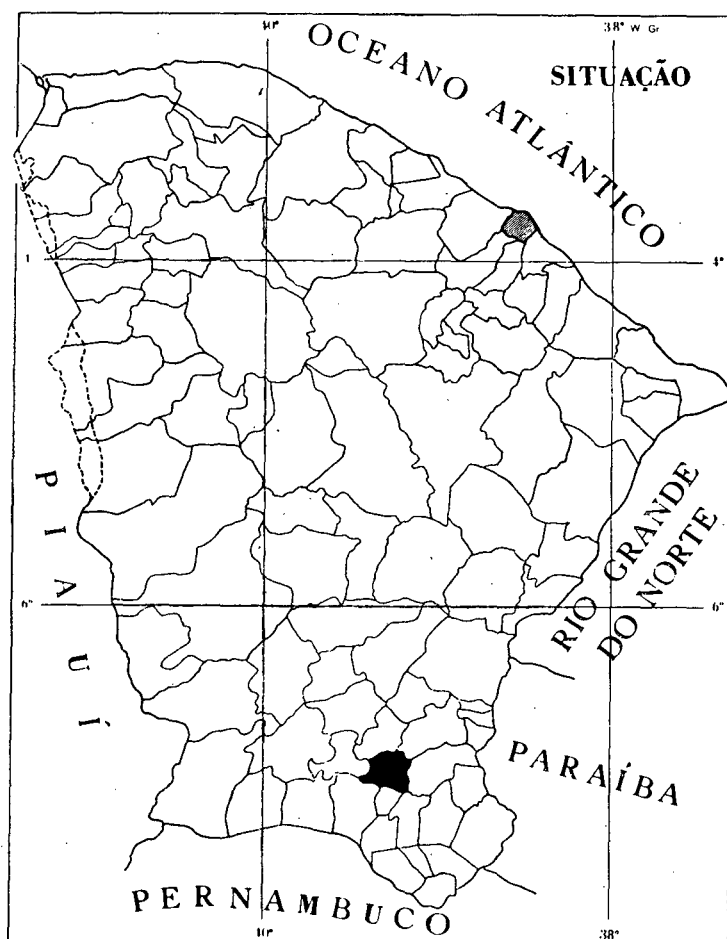
Em 1943, para a divisão territorial vigente no qüinqüênio 1944-1948, o município passou, então, a denominar-se Caririaçu, e os seus distritos ficaram discriminados pelo Decreto estadual n.º 1 114: Caririaçu (ex-São Pedro), Granjeiro e Miragem (ex-Santos).

A Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, que outorgou nova Divisão Territorial para o Ceará, dá Caririaçu com a seguinte formação política e administrativa: Caririaçu (distrito-sede), Miragem, Granjeiro, Feitosa (ex-Serrote), Miguel Xavier (ex-Valença).

De acôrdo com o art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado, de 23 de junho de 1947, Caririaçu é Comarca de Primeira Entrância, situação que foi confirmada pela Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948.

Antes, o Têrmo judiciário de São Pedro do Cariri fôra provido de Juiz togado pelo Decreto estadual 1 271, de 29 de maio de 1934. Pertencera às comarcas de Crato e de Juàzeiro, alternadamente, até a situação atual.

Nas eleições de 3 de outubro de 1954 foram eleitos: Prefeito — Tibúrcio Rodrigues de Melo. Vereadores: Joaquim Henrique da Costa, José Edilson de Melo, Miguel Saraiva Pinheiro, Olímpio Vieira Lunguinho, Raimundo Bezerra Lima, Raimundo Siebra de Lima, Raimundo de Sousa Morais, Raimundo Jucá de Brito e Sebastião Alves Feitosa.

LOCALIZAÇÃO — O município de Caririaçu situa-se na Zona Fisiográfica do Cariri e limita com os seguintes municípios: Farias Brito, Várzea Alegre, Lavras da Mangabeira, Aurora, Missão Velha, Juàzeiro do Norte e Crato. A cidade dista da Capital do Estado, em linha reta, 377 km, na direção de 13º 35' S.O. e tem as seguintes coordenadas geográficas: 7º 05' de latitude Sul e 39º 20' de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Na sede municipal, a altitude mede 650 metros.

CLIMA — Caririaçu apresenta um clima frio. A temperatura centígrada varia entre 12 e 28 graus, sendo mais freqüente a de 18 graus. A época das chuvas ou inverno vai de janeiro a maio, escasseando-se entre junho e dezembro, época do verão. Possui um dos melhores climas do Estado, considerado, por Álvaro Gurgel de Alencar, um verdadeiro sanatório natural.

ÁREA — A área do município é de 705 km², ocupando o 69.º lugar com relação à área das demais comunas do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Caririaçu tem sua topografia bastante acidentada. O principal relêvo topográfico é a Serra de São Pedro, sôbre cuja chapada está situada a cidade. São conhecidas outras serras menores, destacando-se entre outras as de Croatá, Constantino, do Goes, das Andorinhas, Santa Maria e Boqueirão. Na composição de sua hidrografia estão vários riachos, como: Samambaia, Boqueirão, Unha-de-Gato e Genipapeiro e 9 açudes públicos e particulares.

RIQUEZAS NATURAIS — Estão sendo exploradas as seguintes: agave, amêndoas de catolé, casca de angico, madeiras, lenha e barro (argila).

POPULAÇÃO — A população de Caririaçu, segundo o Recenseamento de 1950, era de 23 169 habitantes (11 250 homens e 11 919 mulheres), sendo: brancos — 4 923 (2 333 homens e 2 590 mulheres); pretos — 1 259 (635 homens e 624 mulheres); pardos — 16 950 (8 266 homens e 8 684 mulheres.; e sem declaração — 37 (16 homens e 21 mulheres). Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 11 946 (5 615 homens e 6 331 mulheres), 4 024 eram solteiras, sendo 1 940 homens e 2 084 mulheres; casadas — 7 153 (3 530 homens e 3 623 mulheres); desquitado — 1 homem; viúvas — 746 (138 homens e 608 mulheres); e sem declaração — 22 (6 homens e 16 mulheres). Quase tôda a população era de nacionalidade brasileira, em número de 23 167 (11 249 homens e 11 918 mulheres), existindo apenas 2 estrangeiros (1 homem e 1 mulher). Em religião, predominavam os católicos romanos, em número de 23 139 (11 234 homens e 11 905 mulheres); israelita — 1 homem; sem religião — 1 homem; e sem declaração — 28 (14 homens e 14 mulheres). A densidade era de 32,86 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 89,54% localizavam-se na zona rural, num total de 20 747 (10 150 homens e 10 597 mulheres).

Segundo estimativa da população para 1.º de julho de 1957 (cálculo da Inspetoria Regional de Estatística) o município de Caririaçu conta 26 664 habitantes, registrando-se um acréscimo, nos últimos sete anos, de 3 495, correspondendo a 15,08%, percentagem inferior à do Estado em igual período, que é de 18,54%.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Eram 3 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Caririaçu, com 1 631 habitantes, sendo 726 homens e 905 mulheres; a vila de Granjeiro, com 638 (309 homens e 329 mulheres); e a vila de Miragem, com 153 (65 homens e 88 mulheres). No quadro urbano da cidade e vilas, existiam 2 245 habitantes (1 020 homens e 1 225 mulheres) e no suburbano 177 (80 homens e 97 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária constituem as principais fontes de riqueza do município, notadamente a cultura da banana, do algodão arbóreo, do milho, arroz e feijão, produtos essenciais à economia do município.

O Recenseamento Geral de 1950 revelou que, no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", estavam concentrados 94,23% da população ativa de Caririaçu, compreendendo os habitantes de 10 anos e mais.

Aspecto da Rua Getúlio Vargas

Grupo Escolar Dr. Plácido Castelo

A safra agrícola de 1955, segundo elementos do Departamento Estadual de Estatística, foi estimada em mais de 29 milhões de cruzeiros, salientando-se os seguintes produtos: banana — (530 000 cachos — Cr$ 9 540 000,00); algodão arbóreo — (52 000 arrôbas — Cr$ 6 240 000,00); milho — (51 000 sacas — 60 quilogramas — .... Cr$ 5 100 000,00); arroz — (14 994 sacas — 60 quilogramas — Cr$ 3 298 000,00); feijão — (8 000 sacas — 60 quilogramas — Cr$ 1 440 000,00); mandioca-brava — (5 200 toneladas — Cr$ 1 040 000,00); fumo — (7 000 arrôbas — Cr$ 875 000,00); cana-de-açúcar — (4 500 toneladas — Cr$ 297 000,00); manga — (16 000 centos — Cr$ 640 000,00); e laranja (3 000 centos — .... Cr$ 120 000,00).

Foram registradas, ainda, pequenas colheitas de batata-doce, café, mandioca-mansa, (macacheira), fava, algodão herbáceo, mamona, agave, amendoim, côco-da-baía, limão e tangerina.

A produção agrícola em excesso é transportada para Crato, Juàzeiro do Norte e Aurora, no Ceará, principais mercados compradores dos produtos do município.

A atividade pecuária tem expressão econômica para o município, não se verificando, porém, exportação significativa para outros centros consumidores. Ainda de acôrdo com apurações do D.E.E., existia, em 31 de dezembro de 1955, um rebanho avaliado em Cr$ 23 144 425,00, assim discriminado: bovinos — 12 345; eqüinos — 3 926; asininos — 953; muares — 716; suínos — 10 045; ovinos — 1 733; e caprinos — 2 888.

A leitura dos números acima revela que os rebanhos mais numerosos são os de bovinos e suínos, demonstrando a preferência dos criadores por essas espécies pecuárias.

A produção de leite foi estimada em 48 240 litros, no valor de Cr$ 192 960,00, não merecendo registro a produção de queijo e manteiga.

A produção extrativa é insignificante, por assim dizer. A XXI Campanha Estatística registrou apenas, no reino mineral, 1 070 toneladas de argila plástica, avaliadas em 405 milhares de cruzeiros, e no reino vegetal, 6 575 m³ de madeira para construção, fins industriais e domésticos, importando em 831 mil cruzeiros, afora pequenas quantidades de sementes de oiticica, catolé e castanha de caju.

Os aviamentos e engenhos espalhados pelo território municipal produziram, em 1955, também de acôrdo com o

Igreja-Matriz de São Pedro

Departamento Estadual de Estatística, 26 350 sacas — 60 quilogramas — de farinha de mandioca, importando em Cr$ 3 689 000,00, e 448 000 quilos de rapadura, no valor de Cr$ 1 433 600,00.

Dos 16 estabelecimentos fabris que preencheram, em 1956, os boletins do Registro Industrial, 1 se dedicava ao beneficiamento de algodão; 3 ao beneficiamento de arroz; 3 à panificação; 1 ao fabrico de rapadura; 1 ao de farinha de mandioca; 2 à produção de energia elétrica e 5 à matança de gado para consumo público (matadouros).

Não há estabelecimentos industriais de maior importância além da Fábrica Izaias, destinada ao beneficiamento de algodão, verificando-se apenas dois dêles incluídos na classe dos que ocupam 5 e mais pessoas.

Em 1956 foram produzidos em Caririaçu 6 200 kWh de energia elétrica, consumidos na iluminação pública e particular.

COMÉRCIO — O Recenseamento Geral de 1950 verificou a existência de 76 estabelecimentos comerciais varejistas, em todo o município de Caririaçu, cujas vendas, em 1949, foram de 2 311 milhões de cruzeiros.

Na sede municipal, existem, atualmente 15 organizações comerciais varejistas e 2 atacadistas, com regular e variado sortimento.

O comércio local mantém transações com as praças de Crato, Juàzeiro do Norte, Missão Velha, Lavras de Mangabeira, Várzea Alegre, Fortaleza (CE) e Recife (PE).

Os principais artigos importados são: café, açúcar, tecidos, cereais, couros, peles, oiticica, fibra de agave, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Caririaçu é servido, exclusivamente, por estradas de rodagem, ligando-se a cidade com os municípios vizinhos e com a capital do Estado, pelos seguintes meios de transporte: Aurora: rodoviário — 48 km; Crato: rodoviário — 43 km; Juàzeiro do Norte: rodoviário — 29 km; Lavras da Mangabeira: rodoviário — 66 km; Farias Brito: rodoviário — 50 km; Várzea Alegre: a cavalo — 50 km; Missão Velha: a cavalo — 48 km; Capital do Estado: misto a) rodoviário (até Juàzeiro do Norte) — 29 km e b) ferroviário, R.V.C. — 588 km.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Caririaçu, situada ao sopé da Serra do Araripe, é formado por 14 logradouros públicos, dos quais 5 são arborizados e 2 pavimentados a paralelepípedo e a pedras irregulares, num total de 1 765 e 303 metros quadrados, respectivamente. Dotada de iluminação pública e particular, sendo de 280 o número de ligações domiciliárias. Acham-se edificados na sede municipal 500 prédios, dos quais, 395 são exclusivamente residenciais.

É servida regularmente por um serviço de limpeza pública mantido pela municipalidade, que beneficia 5 logradouros e 290 prédios.

Como meio de hospedagem há 2 pensões. Na Prefeitura Municipal, em 1956, estavam registrados 9 veículos motorizados, sendo 2 automóveis e 7 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população do município é assistida, apenas, por 2 farmacêuticos. Funcionam na sede municipal 2 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Funciona na cidade o "Círculo Operário de Caririaçu", fundado em 1947, prestando assistência médica, dentária, escolar, etc., exclusivamente, aos seus associados. Existe, também, uma "Conferência de São Vicente de Paulo", cuja fundação vem do ano de 1899. Esta instituição concede auxílios variados aos devalidos e indigentes.

ALFABETIZAÇÃO — A população com 5 anos e mais do município de Caririaçu, segundo o Recenseamento Geral de 1950, foi de 12 822 habitantes, dos quais 3 786, ou seja, 10%, sabiam ler e escrever, sendo 2 045 homens e 1 742 mulheres. Na sede municipal, no ano de 1956 existiam 1 351 pessoas, entre estas 584 eram alfabetizadas (259 homens e 325 mulheres). A taxa de matrícula do município de Cariria-

Casa Paroquial

Sede do Círculo Operário Municipal

çu chegou em 1950 a 21,45% e a 24,3% no Estado do Ceará.

Ensino — Em 1956, o município de Caririaçu possuía 46 unidades escolares de ensino primário fundamental comum, com 1 175 alunos (matrícula inicial) do sexo masculino e feminino.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	289	341	62	323
1951	—	346	354	71	286
1952	—	399	428	67	439
1953	—	344	785	42	825
1954	—	459	584	50	481
1955	—	623	952	74	880
1956	—	—	1 188	955	935

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS e EFEMÉRIDES — Os festejos populares realizados no município são de cunho religioso. Anualmente, fazem-se as procissões de São Pedro, Padroeiro da Paróquia (29 de junho) e de Nossa Senhora da Conceição (8 de dezembro), que são precedidas de novena bastante concorrida. Às festividades comparecem peregrinos de tôdas as localidades adjacentes, numa eloqüente demonstração de religiosidade e fé católica.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Data do ano de 1876 a fundação da Paróquia de Caririaçu, com o orago de "São Pedro". Conta com 6 associações religiosas e 14 templos, inclusive a Igreja-Matriz. Subordina-se à Diocese do Crato.

A açudagem é pouco desenvolvida, em face da sua posição geográfica. São 9 os reservatórios existentes, com a capacidade de 5,306 milhões de metros cúbicos de água.

No ano de 1954, havia 4 594 eleitores inscritos. Apenas, 2 593 votaram nas eleições gerais daquele ano.

No município está sendo incrementado o plantio de agave, em virtude do grande interêsse demonstrado pela indústria na aquisição dessa fibra vegetal.

O topônimo origina-se da tribo de índios que habitavam entre as Serras de São Pedro e Araripe (Barão de Studart — Geografia do Ceará — 1924 — pág. 234); Cariri ou Kiriri, que quer dizer calado, taciturno e *assu, ussu* ou *guassu* que são sufixos aumentativos.

CARIÚS — CE

Mapa Municipal no 5.° Vol.

HISTÓRICO — O território hoje compreendido no novo município de Cariús foi desmembrado do antigo e tradicional município de Jucás, antigamente denominado São Mateus.

O povoamento desta vasta zona sertaneja, das proximidades do rio Jaguaribe, remonta aos antigos aldeamentos de índios que foram pacificados, na quadra colonial, pelas missões jesuíticas que, então, percorriam a hinterlândia, fundando aldeias e pacificando os nativos.

Em 1719, os índios pescadores da famosa tribo dos quixelôs tinham por administrador temporário o coronel Gregório Martins Chaves e estavam localizados exatamente nos povoados de Telha, onde atualmente se ergue a cidade de Iguatu, e São Mateus que seria sede futura do município de mesmo nome, mais tarde, Jucás.

A área que compõe o município de Cariús estava dentro dos limites dêste povoamento e as suas terras, como de costume na época, foram concedidas em sesmarias a diversos pioneiros que se foram estabelecendo na margem do rio Jaguaribe e levantando suas casas de fazenda.

Durante muitos anos, onde hoje se ergue a cidade de Cariús, uma das mais novas do Estado, dominava a vegetação comum aos sertões nordestinos. Apenas algumas clareiras foram abertas para caminho de animais.

A história do município data, porém, de 1920 para cá, visto ter-se originado a vila primitiva do grande acampamento que foi erguido para a construção de formidável barragem destinada a conter as águas do Jaguaribe.

O nome primitivo da localidade era Poço dos Paus, igualmente estendido à denominação do novo açude que seria construído. Sua gênese advém de poços que são formados na margem de vários morros com vegetação cerrada.

Em 1921, o saudoso Presidente Epitácio Pessoa, nordestino, filho da Paraíba, idealizou uma solução definitiva para o problema das sêcas no Nordeste. Um dos Estados mais beneficiados seria o Ceará, onde foram estudadas localizações de várias grandes barragens como as do Orós, Quixeramobim e Poço de Paus.

Assentado o plano de trabalho, o Govêrno Federal firmou contrato com as firmas americanas Dwight P. Robinson & Company, Incorporated e a Norton Griffiths & Company, Limited, ambas dirigidas por hábeis profissionais responsáveis pela construção de formidáveis represas.

Vista parcial da Rua Paroquial

Prefeitura Municipal (em construção)

Em 1922 os trabalhos foram atacados de rijo, iniciando-se a construção de edifícios destinados aos armazéns, casas de residências, hospital, casa de fôrça, etc. Logo mais foram lançados os trilhos de ferro de longo ramal ligando à ferrovia Fortaleza—Crato, saindo das proximidades da cidade de Iguatu para Poço de Paus.

Ditos empreendimentos foram o bastante para que nascesse o novo povoado, com a afluência de milhares de sertanejos que vieram trabalhar nas obras que estavam sendo levantadas.

De logo se formou um pequeno comércio, foi erguida igreja e não tardou a que o lugarejo fôsse elevado à categoria de vila, isto aos 31 de março de 1938, de acôrdo com o Decreto-lei n.º 169.

O açude do Poço dos Paus seria uma das formidáveis obras do Nordeste. Teria capacidade para um bilhão de metros cúbicos de água. A parede teria, no seu coroamento, 560 metros de extensão. A altura da barragem seria de 62 metros, a largura da base de 49 metros e a bacia hidrográfica teria 80 km². Armazenaria, a formidável construção, água bastante para irrigar uma vasta área de terras excelentes para o cultivo do algodão e para o plantio de cereais.

Paradas as obras da notável reprêsa, a localidade continuou desenvolvendo-se embora distasse apenas três quilômetros da cidade de Jucás.

Cariús tornou-se, de logo, centro produtivo de algodão, com fábricas de beneficiamento e comércio ativo. O povo sempre orgulhoso de sua cidadezinha, desde muitos anos vinha lutando pela emancipação política da localidade. Vários comitês foram organizados, sem feição partidária, para lutar pela independência do distrito e a sua conseqüente elevação à categoria de município. Com a redemocratização do país, a luta pela emancipação mais se acentuou. Na oportunidade da feitura da Lei de divisão territorial e administrativa do Estado, o distrito de Cariús foi elevado à categoria de município e a vila, conseqüentemente, à categoria de cidade (Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951).

Pela mesma Lei foram criados, ainda, os distritos de São Bartolomeu e de São Sebastião.

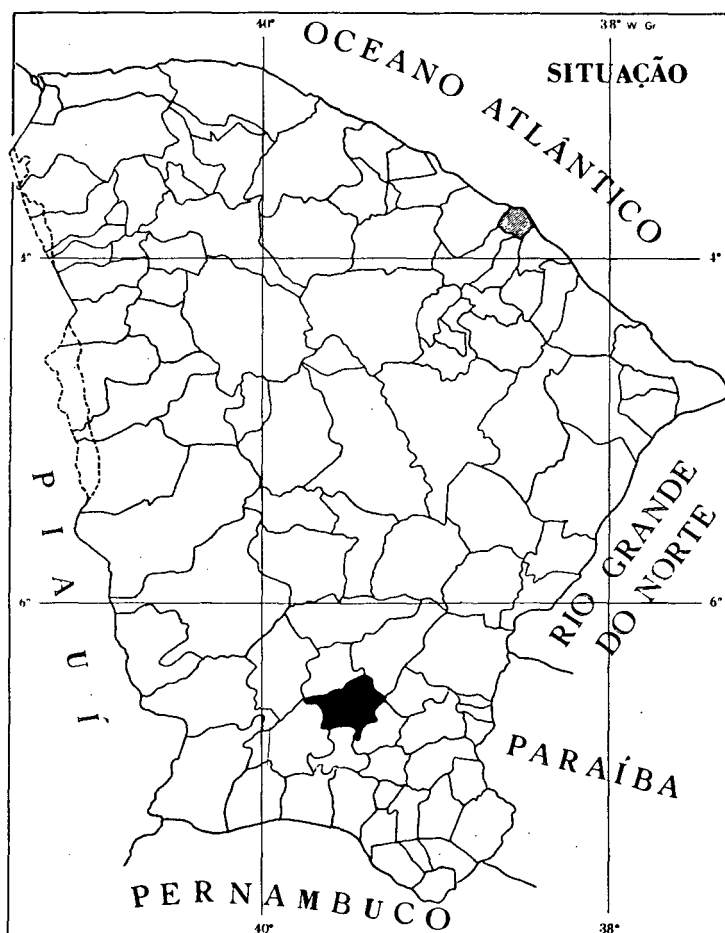
A solenidade da instalação do novo município registrou-se aos 25 de março de 1955, com a posse dos eleitos pelo povo, Prefeito e vereadores.

É Prefeito o cidadão Silvestre Almeida Duarte, comerciante e um dos líderes locais pró-emancipação do município, sendo o atual Presidente da Câmara de Vereadores o Senhor Byron Aragão Coelho.

Cariús tem boa iluminação elétrica, serviço de água, bom mercado, excelente prédio da Prefeitura, sede de várias associações, maternidade, igreja-matriz, ruas bem calçadas e algumas residências de melhor porte.

É comarca de 1.ª entrância (Lei n.º 3 508, de 20 de dezembro de 1956).

Nas eleições realizadas a 3 de outubro de 1954, foram eleitos: Prefeito — Silvestre Almeida Duarte. Vereadores — Byron Aragão Coelho, Luiz de Carvalho Leal, Augusto Albuquerque Santos, Mozart Claro dos Santos, José Plácido da Silva Louro, José Vieira da Silva e Waldir Bastos Leal.

LOCALIZAÇÃO — Totalmente incluído no Polígono das Sêcas, o município situa-se fisiogràficamente na Zona do Sertão do Salgado e Alto Jaguaribe e surgiu por ocasião da construção do açude Poço dos Paus. Limita com os municípios de Assaré, Jucás, Iguatu, Cedro, Várzea Alegre e Farias Brito. Dista da Capital em linha reta 325 km. São desconhecidas as suas coordenadas geográficas por se tratar de um município novo.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Está a 280 metros na sede municipal.

CLIMA — Quente e sêco. A temperatura oscila de 20 a 36 graus centígrados, apresentando a média compensada de 28 graus centígrados.

ÁREA — Com área de 905 quilômetros quadrados, figura em 58.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia local apresenta algumas ondulações, não havendo, entretanto, elevações de realce. Os principais acidentes são os rios Jaguaribe, que serve de limite com o município de Jucás e Cariús, êste, tributário do primeiro. Os principais relevos existentes são representados pelas serras das Ameixas, do Jatobá, Santa Brígida e da Mutuca.

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas minerais são representadas por barro (argila) e jazidas calcárias. As do reino vegetal constituem-se em pequeno oiticical e matas para a extração de madeira e lenha. E as do reino animal são representadas apenas pelos peixes de água doce e animais silvestres (para extração de peles).

POPULAÇÃO — Na época do Recenseamento Geral de 1950, os distritos de Cariús e Caipu pertenciam ao município de Jucás e sua população era de 15 524 habitantes (7 675 homens e 7 869 mulheres). Dêsse total 13 741 habitavam no quadro rural sendo 6 862 homens e 6 879 mulheres. Predominava a Religião Católica e quase a totalidade de seus habitantes eram brasileiros. Posteriormente à operação censitária, foram desmembrados do território de Jucás aquêles dois distritos, para formar o novo município de Cariús, que conta, ainda, com os distritos de São Sebastião e São Bartolomeu, criados ao mesmo tempo em que se deu a desanexação, cujo efetivo populacional é ainda desconhecido.

União Beneficente Municipal

Cariús, em 1950, era distrito do município de Jucás. Presentemente, a Inspetoria Regional de Estatística estima em 17 301 o número de habitantes dos distritos que compõem o atual município. Um total de 1 777 pessoas excedem os resultados censitários, equivalendo, por conseguinte, a 11,45%.

Aglomerações urbanas — Conta o município 4 centros urbanos: a cidade de Cariús, com 1 382 habitantes(623 homens e 759 mulheres); a vila de Caipu, com 401 habitantes (190 homens e 211 mulheres), pelo Censo de 1950, e, ainda, as vilas de São Bartolomeu e São Sebastião.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária são as principais fontes de riqueza do município, sobressaindo as culturas de algodão e milho.

Estação da Rêde Viação Cearense

A quase totalidade da população ativa do município, considerados os habitantes de 10 anos e mais, concentra as suas atividades na "agricultura, silvicultura e pecuária".

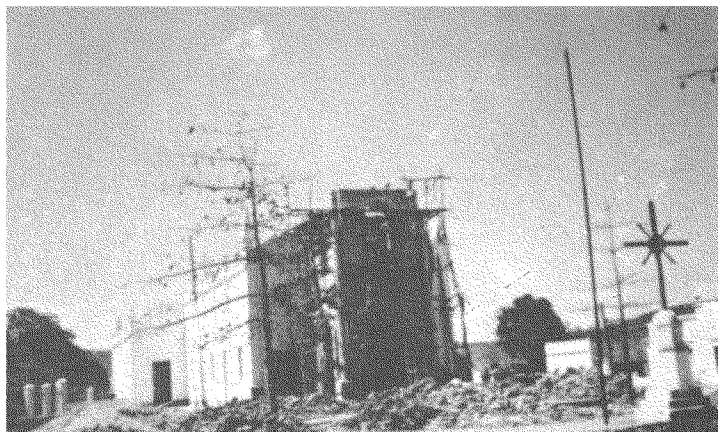
A safra agrícola do município, segundo elemento do Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, foi estimada em quase 19 milhões de cruzeiros, sendo os principais produtos os seguintes: 119 000 arrôbas de algodão arbóreo e herbáceo, no valor de 12,7 milhões de cruzeiros; 52 500 sacos de 60 kg de milho, no valor de 3,6 milhões de cruzeiros; 4 900 sacos de 60 kg de feijão, no valor de 882 milhares de cruzeiros; 4 000 sacos de 60 quilogramas de arroz, no valor de 560 milhares de cruzeiros; 1 500 arrôbas de fumo, no valor de 360 milhares de cruzeiros; 900 toneladas de cana-de-açúcar, no valor de 315 milhares de cruzeiros. Há pequenos cultivos de mandioca-brava e alho.

A produção agrícola em excesso é vendida para as cidades de Iguatu, Crato, Senador Pompeu, Fortaleza e Campina Grande (PB).

A pecuária não é das mais desenvolvidas; o município não exporta gado, servindo os seus rebanhos para o fornecimento de leite e abastecimento de carne à população.

Ainda de acôrdo com apuração do S.E.P., em 31 de dezembro de 1955, existia em Cariús um rebanho avaliado em 41 milhões de cruzeiros, assim discriminado: bovinos — 15 000; muares — 1 600; suínos — 12 000; eqüinos — 1 500; ovinos — 9 000; caprinos — 9 000; asininos — 1 000.

A produção extrativa não tem expressão econômica para o município, existindo apenas algumas jazidas calcá-

Agência Postal-telegráfica

Igreja-Matriz (em construção)

rias em exploração, cêra de carnaúba, oiticica, madeira e lenha, em pequena escala.

Dos 6 estabelecimentos fabris do município que preencheram os Boletins do Registro Industrial em 1956, 1 ocupava mais de cinco pessoas e se dedicava ao beneficiamento de algodão; os demais dedicavam-se ao fornecimento de energia elétrica, indústrias alimentares e extração de cal.

Dêstes estabelecimentos, o principal é a Usina Montenegro de beneficiamento de algodão, que industrializa em grande escala algodão em pluma e caroço de algodão.

A produção de energia elétrica em 1956 foi de ...... 7 000 kWh para consumo público e 7 000 kWh para consumo particular.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio varejista de Cariús é representado por 10 firmas que mantêm transações com as praças de Crato, Iguatu, Fortaleza (CE) e Campina Grande (PB). Os principais artigos importados são: tecidos, miudezas em geral, café, sabão, sal, combustíveis, etc. Os produtos exportados com maior freqüência são: algodão e arroz beneficiados, rapadura e farinha de mandioca.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pela Estrada de Ferro de Baturité da R.V.C. (ramal de Cariús) e por estradas de rodagem.

Liga-se com os municípios limítrofes e com a capital do Estado, pelos seguintes meios de transporte: Jucás — rodoviário — 4 km; Iguatu — ferroviário — 41 km e rodoviário (via Jucás) — 38 km; Cedro — ferroviário — 77 km; Farias Brito — rodoviário — 54 km; Várzea Alegre — a cavalo — 50 km; Assaré — rodoviário — 84 km

Lagoa Cariús

e a cavalo — 72 km; e capital do Estado — ferroviário — 457 km.

Localizam-se na cidade uma agência postal-telegráfica do D.C.T. e outra telegráfica da Estação da Rêde Viação Cearense, de uso privativo.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Cariús, por se tratar de sede de município novo, ainda conserva feição de vila antiquada, sem pavimentação e sem arborização organizadas.

A cidade é servida por iluminação elétrica, pública e particular, com 110 ligações.

Existe apenas um hotel na cidade, como meio de hospedagem, o qual vem cobrando a diária média de ...... Cr$ 60,00.

Na Prefeitura estão registrados apenas 2 automóveis e 2 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe na cidade uma farmácia e um dentista, prestando assistência à população.

Usina Montenegro — beneficiamento de algodão

ALFABETIZAÇÃO — A população urbana com 5 anos e mais da cidade de Cariús, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 1 166 habitantes, dos quais 552 sabiam ler e escrever, sendo 263 homens e 289 mulheres.

Ensino — O município de Cariús possuía, em 1956, 39 unidades escolares de ensino primário fundamental comum com a matrícula de 1 152 alunos de ambos os sexos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	—	—	—	—
1951	—	—	—	—	—
1952	—	—	—	—	—
1953	—	—	—	—	—
1954	—	—	—	—	—
1955 (1)	—	—	147	—	147
1956	—	—	300	...	284

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — O único festejo popular do município é a novena realizada anualmente, em honra à Padroeira, Nossa Senhora Auxiliadora, não havendo período fixo para essa festividade.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Cariuenses é o gentílico adotado pelos habitantes de Cariús.

CASCAVEL — CE

Mapa Municipal na pág. 97 do 4.° Vol.

HISTÓRICO — Poucos anos após a assinatura de "capitulação de Taborda", que restaurou, com a saída das fôrças de Matias Bech, o domínio lusitano em terras cearenses, a história de Cascavel registra em 1660 — segundo consta do relatório de 1814 do Governador Luiz Borba Alardo de Menezes — a visita catequética do grande padre Antônio Vieira, a quem se ficou devendo o aldeamento de dezenas de missões de várias tribos indígenas da região.

No Ceará, defrontam-se as duas correntes do expansionismo colonizador — a pernambucana ou de sertão de fora e a baiana ou de sertão de dentro — que se derramaram por todo o Nordeste à procura de novos campos de criação de gado.

Constitui árdua e dolorosa tarefa a fixação dêstes colonos oriundos de Pernambuco ou da Bahia nas fazendas de gado que lhes iam sendo concedidas por meio de *data* ou sesmarias.

Em outubro de 1680, o capitão Estêvão Velho — um dos colonizadores do Aquiraz — e mais 6 companheiros tiraram uma data de sesmaria de três léguas para cada um a partir da passagem chamada Goiaí, nas proximidades do mar.

Idêntica iniciativa foi tomada, em 1690, pelo alferes Manuel Correia de Souza e pelos ajudantes Manuel Gomes de Oliveira e Manuel Rodrigues Bulhões, na região que se estende dos confins da várzea de Goiaí para baixo do rio Choró.

Em 1710, o sargento-mor Manuel Rodrigues da Costa iniciou os trabalhos de construção da pequena capela de Nossa Senhora do Ó, à qual emprestou valiosa ajuda financeira constante de doação do terreno, cabeças de gado e aquisição, em Lisboa, das imagens de Nossa Senhora do Ó, de Santo Antônio e de Santa Luzia.

Na fértil região dos tabuleiros, tão propícia ao cultivo da mandioca e da cana-de-açúcar, nasce e cresce, — a meio caminho da cidade — pôrto de Aracati e de Fortaleza, capital da Província, — um pequeno núcleo populacional que viria a ser, mais tarde, a importante cidade de Cascavel.

Em face de seu natural crescimento demográfico e econômico, o Conselho do Govêrno Provincial, em Resolução de 6 de maio de 1833, criou o município de Cascavel (distrito de paz, desde 1827 e freguesia, a partir de 1832) com sede na povoação de mesmo nome, elevada à categoria de vila e integrada com territórios desmembrados dos municípios de Aquiraz e Aracati.

Vista parcial da cidade

Patronato Juvenal de Carvalho

O novo município foi solenemente instalado a 17 de outubro de 1833, pelo Presidente da Câmara Municipal de Aquiraz, capitão José Martinho Pereira Façanha, a quem coube juramentar e empossar a Câmara eleita, composta dos vereadores Antônio Sebastião Saraiva, João Firmino Dantas Ribeiro, José Vitoriano Soares Dantas, Luís Antônio de Araújo e os suplentes Francisco José Batista e José Marcos de Castro. Foram nomeados os primeiros funcionários da municipalidade nessa reunião.

No dia seguinte deram-se nomes às ruas da novel vila. E foram aprovados, por unânime escolha: Rua dos Lavradores, Rua Direita, Praça da Matriz, Rua do Açougue, Rua do Comércio e Rua da Alegria.

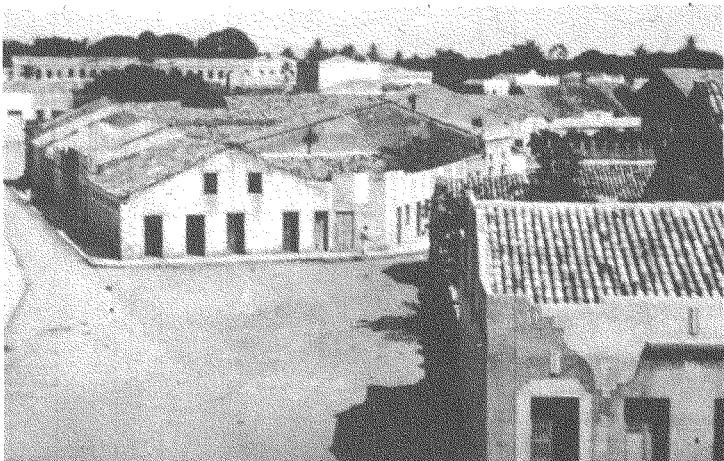
Meio século depois da criação da vila, fortes dissensões se refletiram nos debates da própria Assembléia Provincial quando se pretendeu elevar a vila à categoria de cidade.

A Câmara Municipal integrada por 7 membros cindiu-se. Apenas 4 vereadores contra 3 apoiaram a medida solicitada. Acresce a esta circunstância, a oposição, expressa em memorial, dirigida à Assembléia Provincial, de 62 eleitores negociantes e agricultores do município, possìvelmente determinada por razões de ordem econômica, como seja: o aumento de impostos gerais, maior dispêndio para o erário, naturalmente, decorrente de sua elevação à categoria de cidade.

Na Assembléia Provincial, em terceira discussão, aprovou-se a referida elevação, a qual contou, nesta oportunidade, com o valioso apoio dos deputados Belizário Cícero Alexandrino e Justiniano de Serpa.

Aprovada a redação do projeto na sessão de 29 de outubro, foi logo remetido ao Presidente da Província, Doutor Satiro de Oliveira Dias, que o sancionou em 2 de novembro de 1883.

A vida religiosa de Cascavel remonta à missão apostolar do grande padre Antônio Vieira que, em 1660, consegue o aldeamento das várias tribos indígenas da região.

Em meados do século XVIII, Cascavel dispunha de duas capelas para efetivação dos ofícios religiosos: a primeira, a de Nossa Senhora do Ó, acima referida; e a segunda, a que viria a ser mais tarde a matriz do município.

Igreja-Matriz

No púlpito da capela de Nossa Senhora do Ó, pregou o célebre Frei Vidal da Penha, cujas profecias imortalizaram o seu nome nas lendas e canções do folclore cearense.

Por ato de 4 de setembro de 1832 foi criada pelo Conselho da Regência a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Cascavel, hoje pertencente à Arquidiocese de Fortaleza.

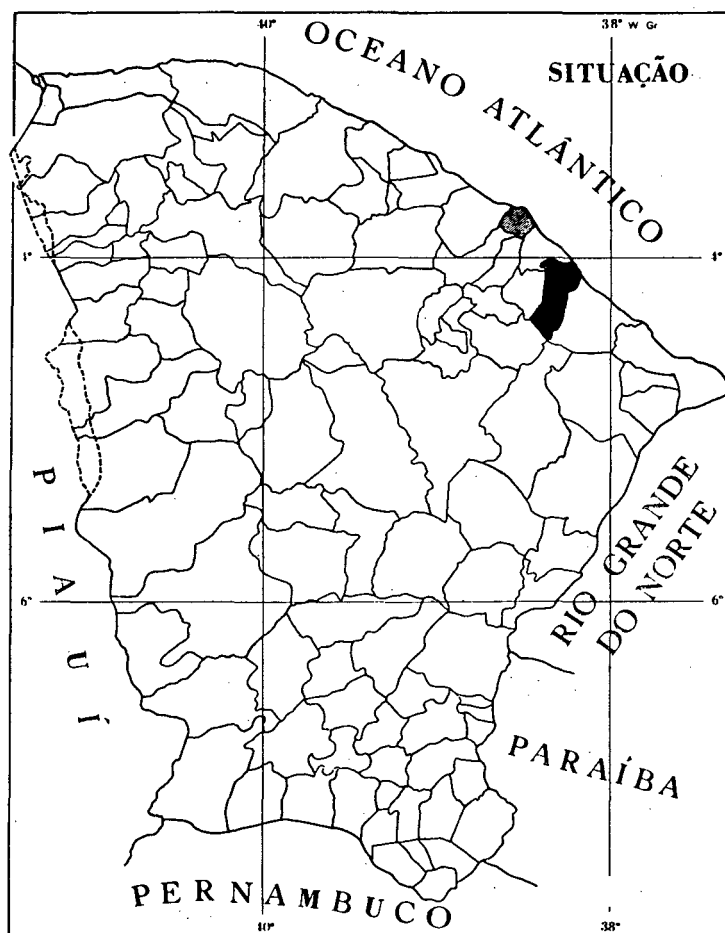
O têrmo judiciário data da mesma Resolução de 6 de maio de 1833, pertencendo à comarca do Aracati até 1841, foi anexado à de Fortaleza (Lei n.º 226, de 9 de janeiro), passando a subordinar-se à de Aquiraz, criada a 7 de novembro de 1863 (Lei provincial n.º 1 065, situação que permaneceu até sua elevação a comarca, o que ocorreu a 5 de julho de 1891 (Decreto estadual n.º 196), instalando-se a 16 de julho do mesmo ano.

Em 1911 o município de Cascavel compunha-se dos distritos de Cascavel, Pitombeiras, Bananeiras, Baixinha e Jacarecoara. Com o insucesso da evolução de 1930, de que adveio novo regime governamental, o primeiro Interventor Federal no Ceará, Dr. Manoel do Nascimento Fernandes Távora, expediu o Decreto n.º 193, de 20 de maio de 1931, pelo qual o município de Cascavel se dividia em nove distritos, tal como se verifica, inclusive no Decreto n.º 1 156, de 4 de dezembro de 1933, do seu sucessor, capitão Roberto Carneiro de Mendonça. Em 1938, tendo o município de Cascavel abrangido o novo distrito de Paripueira (Decreto-lei estadual n.º 448, de 20 de dezembro de 1938), sua composição distrital era a seguinte: Cascavel, Bananeiras, Beberibe, Barrinha, Cruzeiro, Jacarecoara, Palmares, Paripueira, Pitombeiras e Sucatinga. Registrou-se no quadro da divisão territorial vigorante no qüinqüênio 1944-48 (Dec.-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943) a seguinte alteração de ordem toponímica: os distritos de Bananeiras, Barrinha, Cruzeiro e Palmares passaram a denominar-se, respectivamente, Guanacés, Parajuru, Itapeim e Pindoretama.

Praça Padre Valdevino

No Govêrno do Dr. Raul Barbosa, em 1951, o município de Cascavel sofreu o desmembramento territorial dos distritos de Beberibe, Itapeim, Sucatinga, Paripueira e Parajuru, que passaram a constituir município com sede no primeiro (Lei 1 153, de 22 de novembro de 1951).

Nas eleições realizadas a 3 de outubro de 1954, foram eleitos: Prefeito — Juarez de Queiroz Ferreira. Vereadores — Raimundo Costa Filho, Gonçalo da Silva Monteiro, Lourenço Ferreira do Vale Filho, Luís Domingos da Silva, Júlio Holanda, José Antônio Bezerra, Mauro Portela Moreira, Aprígio Epifânio de Araújo, Abdon Dantas de Almeida, José Holanda Gondim e Augusto Dantas de Sousa.

LOCALIZAÇÃO — O município situa-se na Zona Fisiográfica do Litoral, integrado ao Polígono das Sêcas. Na formação do solo, que se apresenta levemente ondulado, predomina a composição arenosa. A maior parte do território é constituída de tabuleiros, havendo baixios relativamente férteis. Limita com o Oceano Atlântico e os municípios de Aquiraz, Beberibe, Pacajus e Aracoiaba. A cidade dista da Capital, em linha reta, 52 quilômetros, sendo uma das mais próximas a Fortaleza, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 4º 07' 47" de latitude Sul e 38º 14' 16" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Com 20 metros de altitude, a cidade é uma das mais baixas do Estado do Ceará.

CLIMA — Influenciado pela brisa marinha, o município possui um clima saudável, sêco e fresco, comum do litoral nordestino. A temperatura oscila de 26 a 31 graus centígrados, compensando a média de 28°C. O período normal de chuvas tem início em fevereiro prolongando-se até junho, quando começa o verão.

ÁREA — Cascavel, com uma área de 1 096 km², figura em 48.° lugar em relação à área das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais são os rios Choró, Pirangi, Malcozinhado e Emburanas, que irrigam o município e deságuam no Atlântico. Além de algumas dunas na orla marítima, as principais elevações são as serras do Felix e da Preaoca, de pequeno realce. Existem várias lagoas, destacando-se as do Urubu, Umari e Suçuarana.

RIQUEZAS NATURAIS — Barro (argila) é a única riqueza de origem mineral em exploração. De origem vegetal, existem carnaubais e pequena vegetação para extração de lenha. As riquezas naturais de maior evidência consistem em pescados: peixe do mar e lagosta.

Capela de São Francisco das Chagas

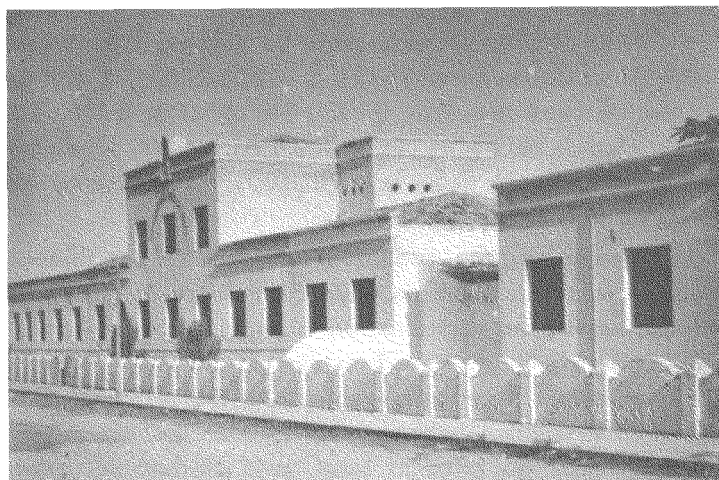
POPULAÇÃO — No município de Cascavel, o Recenseamento de 1950 encontrou uma população constituída de 53 620 habitantes, dos quais: homens — 26 797 e mulheres — 26 823; brancos — 19 738; pardos — 30 965; pretos — 2 790; e 127 sem declaração de côr. Das 29 869 pessoas de 15 anos e mais, 12 301 eram solteiras (6 180 homens e 6 121 mulheres); 15 983 casadas (7 968 homens e 8 015 mulheres); 1 527 viúvas (454 homens e 1 073 mulheres); 3 desquitadas (1 homem e 2 mulheres); 55 deixaram de declarar o estado civil. No que diz respeito à religião, 53 831 habitantes declararam-se católicos romanos, numa extraordinária sobrepujança aos 107 protestantes e 18 espíritas; 46 pessoas declararam não ter religião, enquanto 68 deixaram de declarar a religião professada. A densidade era de 20,60 habitantes por quilômetro quadrado, ligeiramente superior à densidade do Ceará, que era de 18,22. Habitavam a área rural do município 46 212 pessoas, representando 86,18% da população global, superando o índice relativo da população rural do Ceará, que

Pôsto de Puericultura Dr. Raul Barbosa

se restringiu a 71,81%. A quantidade de homens era bem aproximada da de mulheres no interior do município, fato também observado no conjunto da população, mas no todo o número de mulheres supera o de homens, enquanto na área rural se dá o inverso, com 23 341 homens e 22 871 mulheres. Cascavel classifica-se como o 6.° município do Ceará em ordem decrescente de população, conforme a seguinte seqüência: Sobral — 70 011 hab.; Itapipoca — .... 64 907 hab.; Quixadá — 61 631 hab.; Juàzeiro do Norte — 56 146 hab.; Acaraú — 54 973 hab.; e Cascavel — 53 620 habitantes.

Quanto à nacionalidade, apenas 9 pessoas não brasileiras foram encontradas na população recenseada em Cascavel, sendo 3 naturalizadas e 6 estrangeiras.

Tendo sofrido redução territorial em 1951 em favor do município de Beberibe, a população de Cascavel, evidentemente, será bem inferior aos números apurados no Censo de 1950. Entretanto, tomando por base apenas a população dos distritos de Cascavel, Guanacés, Jacarecoara, Pindoretama e Pitombeiras, a Inspetoria Regional de Estatística, para 1.° de julho de 1957, estima em 31 926 o efetivo dos habitantes do município. Verifica-se, desta forma, um acréscimo de 1 807 pessoas, correspondentes a 6%, quota inferior à do Estado, que em igual período está calculada em 18,54%.

Aglomerações urbanas — Nas 10 aglomerações urbanas do município, assim se distribuía a população: cidade de Cascavel — 2 752 habitantes (1 200 homens e 1 552 mulheres); vila de Beberibe (desmembrada e elevada à catego-

Maternidade Nossa Senhora das Graças

Rua Nogueira Aciole

ria de cidade, levando, como distritos pertencentes ao município que encabeça, Itapeim, Parajuru, Paripueira e Sucatinga) — 1 185 habitantes (583 homens e 602 mulheres); Guanacés, com 726 (337 homens e 389 mulheres); Itapeim (atualmente pertencendo a Beberibe que foi elevado à categoria de município) — 270 (139 homens e 131 mulheres); vila de Jacarecoara — 609 (277 homens e 332 mulheres); vila de Parajuru (nas mesmas condições de Itapeim) — 677 (362 homens e 315 mulheres); Paripueira (situação análoga a Itapeim e Parajuru) — 184 (91 homens e 93 mulheres); Pindoretama — 580 (273 homens e 307 mulheres); Pitombeiras — 128 (57 homens e 71 mulheres); e Sucatinga (com a ressalva imprimida às vilas de Itapeim, Parajuru e Paripueira) — 297 (137 homens e 160 mulheres).

A cidade de Cascavel, se bem que sede de um dos maiores municípios do Estado em ordem populacional, figura entre as menores unidades urbanas do Ceará, da sua categoria, no que diz respeito à demografia.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As principais riquezas do município provêm da agricultura e pecuária, sobressaindo as culturas da cana-de-açúcar, mandioca-brava, algodão, milho, feijão, banana e manga, produtos de relevância para a economia municipal.

O Recenseamento Geral de 1950 registrou que .... 67,57% da população ativa, 10 anos e mais, de Cascavel, tinham as suas atividades em tôrno da agricultura, pecuária e silvicultura.

Dados elaborados pelo Departamento Estadual de Estatística revelam que a safra agrícola de 1955 totalizou Cr$ 12 355 000,00, predominando os seguintes produtos: 100 000 cachos de banana (Cr$ 3 000 000,00); 12 000 toneladas de cana-de-açúcar (Cr$ 2 640 000,00); 8 000 centos de côco-da-baía (Cr$ 1 200 000,00); e 4 500 toneladas de mandioca-brava (Cr$ 1 125 000,00); 3 000 sacos de 60 kg de feijão (Cr$ 63 000,00).

Registra ainda a produção de algodão, batata-doce, mamona, abacaxi, e laranja, tudo em menores proporções.

Os excedentes agrícolas são transportados para a Capital, Russas, Jaguaruana e Limoeiro do Norte.

A pecuária é bem desenvolvida, o Departamento Estadual de Estatística estima em cêrca de 25 milhões de cruzeiros o valor do rebanho local, cujo efetivo, por espécie, é o seguinte: 10 000 bovinos; 3 500 eqüinos; 3 200 asininos; 2 300 muares; 11 000 suínos, 8 000 ovinos e 8 500 caprinos, evidenciando-se, destarte, a preferência dos criadores pelos rebanhos de suínos, bovinos e caprinos, que correspondem às parcelas mais numerosas.

A produção de ovos atingiu 81 000 dúzias, valendo Cr$ 810 000,00; a de leite foi da ordem de 400 mil litros, no valor de Cr$ 600 000,00 e a de queijo, 6 300 quilos, valendo Cr$ 126 000,00.

O principal centro comprador do gado do município é a Capital.

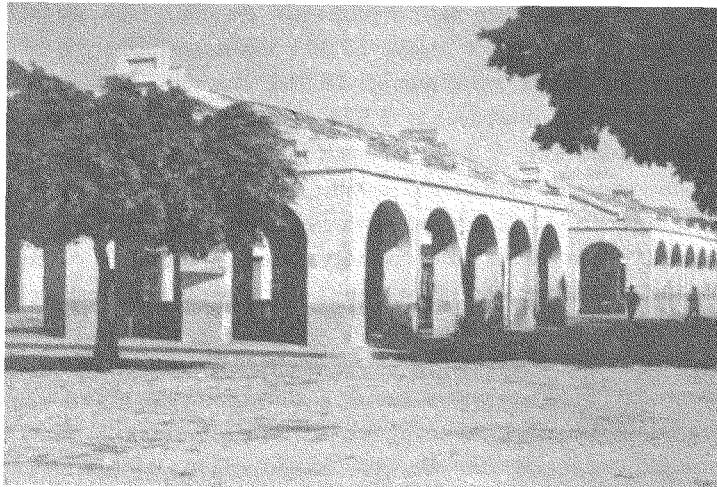
A indústria extrativa do município é regularmente desenvolvida. Em 1955 o D.E.E. apurou os seguintes dados: cêra de carnaúba — 30 000 quilos, (mais de 2 milhões de cruzeiros); 8 000 milheiros de palha de carnaúba (mais de 1 milhão de cruzeiros); 120 mil m^3 de lenha (3 milhões de cruzeiros); 90 toneladas de castanha de caju (200 mil cruzeiros); 220 toneladas de carvão vegetal (132 mil cruzeiros). O pescado avultou a 1 milhão de quilos, no valor de cêrca de 12 milhões de cruzeiros.

Os aviamentos existentes no município produziram, em 1955, 18 000 sacas de 60 kg de farinha de mandioca (Cr$ 3 100 000,00); os engenhos de cana-de-açúcar produziram 1 milhão de quilos de rapadura e os alambiques, 200 000 litros de aguardente (Cr$ 4 500 000,00).

Dos 28 estabelecimentos fabris que, em 1956, constaram do Registro Industrial, 6 se dedicavam à fabricação de rapadura, 4 à de cêra de carnaúba e 2 à fabricação de aguardente; 5 à indústria de carne, 3 à panificação, 3 à indústria do vestuário, 3 à energia elétrica e 2 à sapataria. Dêsses estabelecimentos, 12 ocupavam 5 e mais pessoas.

Os principais estabelecimentos industriais de Cascavel são os seguintes: fábricas de aguardente "Papudinha" e "Amansa Sogra" e a Usina Elétrica Municipal de Cascavel.

Foram produzidos em 1956, na sede municipal, ... 47 000 kWh de energia elétrica, fornecidos pela Municipalidade para iluminação pública e domiciliária.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio de Cascavel é um dos mais movimentados, principalmente nos dias de -feiras, as quais se realizam aos sábados, quando afluem à cidade não sòmente os moradores da zona rural mas também grande número de comerciantes da Capital e de vários municípios da zona jaguaribana e mesmo do Rio Grande do Norte.

Mercado de Cereais

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município de Cascavel é servido pela rodovia BR-11.

Liga-se às cidades vizinhas e à Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Aquiraz, rodovia, 42 quilômetros; Aracoiaba, misto: 162 km a) rodoviário, até Fortaleza, 69 km; b) ferroviário, 93 km; Beberibe, rodovia, 18 km; Pacajus, rodovia, 46 km; Capital Estadual, rodovia, 69 km .

A cidade é servida por uma agência postal-telegráfica e telefônica. Há também agências postais e telefônicas nas vilas de Guanacés e Pindoretama, tôdas pertencentes ao Departamento dos Correios e Telégrafos.

O município é servido por 8 emprêsas de transporte rodoviário: Emprêsa Mires e Galdino, para passageiros e mista com sede na cidade; Emprêsa Guanacés e Emprêsa Viação Guanacés, mistas com sede na vila de Guanacés e Emprêsa Pindoretama, Emprêsa Viação de Pindoretama, com sede na vila de Pindoretama e as Emprêsas Pereira e Isidoro, também mistas com sede no povoado de Cristais e vila de Guanacés, respectivamente.

Conta ainda a cidade com um campo de pouso, servido pelo Correio Aéreo Nacional, com escala semanal.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Cascavel é servida por uma rodovia apenas, a BR-11. Possui 26 logradouros, dos quais 2 são inteiramente pavimentados e 6 parcialmente, de pedras irregulares. Os arborizados são em número de 7. Conta com 686 prédios que têm a seguinte finalidade: 454 exclusivamente residenciais; 35 simultâneamente residenciais e para outros fins e 197 sòmente para fins diversos. Daqueles 686 prédios, 7 possuem 2 pavimentos.

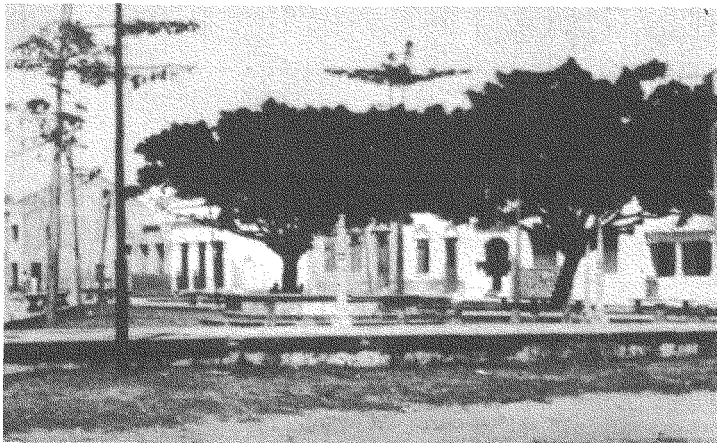
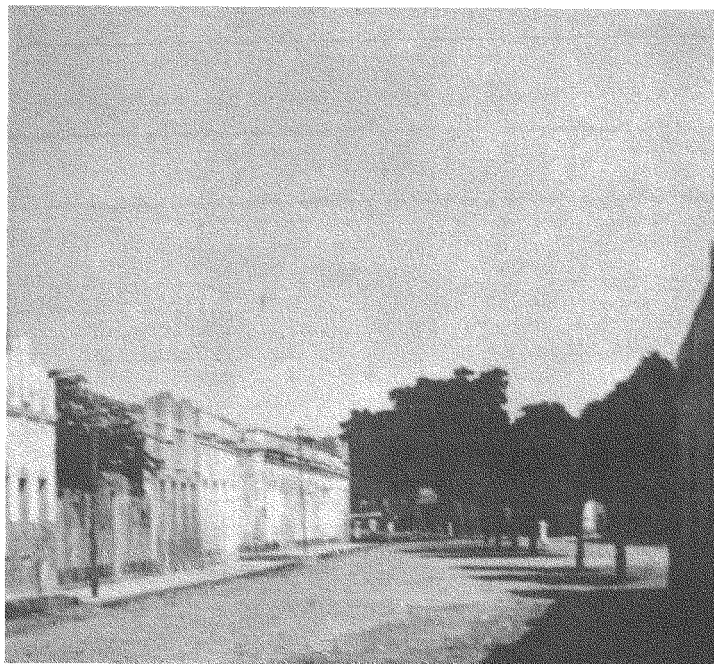
É servida por iluminação pública e particular, e 412 prédios possuem ligação elétrica.

A Municipalidade possui um serviço de limpeza das vias públicas e remoção de lixo domiciliar, beneficiando 13 logradouros com 300 prédios.

A população citadina se abastece de água por meio de um chafariz público, mantido pela Prefeitura Municipal.

Como meio de hospedagem, conta a cidade 3 pensões, que cobram uma diária média de Cr$ 100,00.

Na Prefeitura Municipal, em 1956, se encontravam registrados 2 automóveis, 2 jipes e 23 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Localizam-se na cidade 5 estabelecimentos dêste gênero: Pôsto de Puericultura Dr. Raul Barbosa; Hospital Divina Providência,

Praça Getúlio Vargas

Rua 7 de Setembro

Pôsto de Puericultura da L.B.A., Maternidade Nossa Senhora das Graças e a Maternidade de Pindoretama, na sede daquele Distrito, já com larga fôlha de serviços prestados à coletividade, mormente à classe pobre daquele populoso Distrito.

Exercem atividades no município 1 médico, 2 dentistas e 2 farmacêuticos. O comércio de medicamentos é exercido por três farmácias sediadas na cidade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Esta modalidade de assistência é prestada por 4 associações de caridade, supervisionadas pelo culto católico romano: Conferência Vicentina, Associação das Senhoras de Caridade, com funcionamento regular na sede municipal, Conferências Vicentinas nas vilas de Guanacés e Pindoretama, proporcionando, tôdas, vários benefícios aos desamparados da sorte.

ALFABETIZAÇÃO — Consoante dados do Censo demográfico de 1950, o total de habitantes com 5 e mais anos do município de Cascavel era de 44 573 pessoas, das quais 8 826, ou seja, 19,8%, sabiam ler e escrever, sendo 3 796 homens e 5 030 mulheres. Na sede municipal existiam 2 350 pessoas do mesmo grupo de idade; entre estas, 1 108 sabiam ler e escrever, sendo 441 homens e 667 mulheres.

Ensino — O município de Cascavel possuía, em 1956, 60 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, cuja matrícula inicial era de 1 602 alunos de ambos os sexos. A taxa de matrícula no município, em 1950, atingiu 24,34% e no Estado do Ceará, 24,3%. Na cidade o ensino é ministrado pelo Grupo Escolar e Patronato Juvenal Carvalho, mantendo êste último um internato muito procurado por alunos de outros municípios.

Com referência ao ensino extraprimário, há que ressaltar a Escola Profissional Jesus, Maria e José, que mantém vários cursos, como seja: Corte e Costura, Arte Culinária, Datilografia e Flôres.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funciona na cidade uma biblioteca, denominada Biblioteca Pública Tei-

Mercado Central

xeira de Freitas, órgão da Agência de Estatística local, com um acervo de cêrca de 1 500 volumes, registrada no Instituto Nacional do Livro, sob n.º 1 645.

Conta, ainda, com um mensário, de finalidade noticiosa, o jornal "A Voz da Cidade", e um cinema, o Cine-teatro São João, funcionando três vêzes por semana, com lotação de 320 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	359	...	550	190	606
1951	585	509	617	193	617
1952	680	551	685	226	692
1953	1 246	632	1 101	182	1 099
1954	439	469	879	120	884
1955	590	918	843	157	816
1956	615	1 269	1 264	204	1 066

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Anualmente se realizam vários festejos promovidos pela Igreja Católica Romana, consistindo em novena em honra dos santos de maior devoção. Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição, transferida de 8 de dezembro para 1.º de janeiro; 20 de janeiro, em homenagem a São Sebastião; 4 de outubro, dedicada a São Francisco; são tôdas precedidas de novenas, realizando-se, após os atos religiosos, animadas quermesses, leilões, etc. O mês de maio é todo êle festivo, por ser o mês mariano. Também no mês de agôsto a partir do dia 5 até 4 de setembro decorre animadíssimo movimento em que a imagem de Nossa Senhora do Ó é levada, processionalmente, cada dia, para uma residência, que promove concorridos leilões de prendas oferecidas pelos devotos. Encerrando êsses festejos, realiza-se, no último dia, procissão com tôdas as imagens, que saem à rua em andores artìsticamente ornamentados, tomando parte, além de tôdas as associações pias da paróquia, com suas respectivas insígnias, as autoridades civis e militares e o povo em geral.

VULTOS ILUSTRES — *Dr. Arcelino de Queiroz Lima* — magistrado e, posteriormente, chefe da secção da Secretaria do Govêrno e procurador fiscal da Fazenda. Foi, em 1872, diretor do conceituado "Ginásio Cearense". Senador estadual, faleceu em 1895. Era avô da escritora Raquel de Queiroz. *Doutor Benedito Augusto dos Santos* — Promotor público e advogado. Dedicado aos assuntos históricos, deixou vários trabalhos de mérito. Faleceu em 1935. Era pai do Dr. Beni Carvalho. *Dr. Benedito Façanha Sidou* — Professor no Estado do Amazonas, posteriormente engenheiro da Estrada de Ferro de Baturité. Foi reputado matemático. *Cônego Doutor Eduardo Nabuco de Araripe* — Ordenado e doutorado em Roma, em Direito Canônico. Paroquiou Aquiraz transferindo-se para a Capital Federal, onde foi capelão do Hospital da Fundação Gaffré-Guinle. *Padre Francisco de Assis Portela* — Sacerdote culto, orador sacro, cultor de virtudes peregrinas; deixou de aceitar fôsse o seu nome indicado à Santa Sé para príncipe da Igreja. Paroquiou Solonópole, Itapagé, Beberibe e é o atual Vigário de Maranguape. *Desembargador Raimundo Teodorico de Castro e Silva* — Foi chefe de Polícia de Pernambuco, Presidente da Província do Piauí e Deputado Provincial nos biênios 1864-5, 1868-9 e 1878-9. Faleceu no Rio de Janeiro, de cujo Tribunal de Apelação era desembargador. Exerceu, também, a magistratura no Ceará. *Tenente-coronel Sebastião Simões Branquinho* — Farmacêutico muito consultado em matéria de terapêutica e grande benfeitor da gente da sua terra. *Padre Sezinando Marcos de Castro e Silva* — Paroquiou Morada Nova e Cascavel. Foi escrivão da Câmara Episcopal e teve assento na Assembléia Provincial, de 1882 a 1887. *Desembargador Vicente Bessa* — Foi promotor e juiz em várias comarcas do Ceará, onde se revelou de uma retidão a tôda prova, inteligente e padrão de honestidade. *Vitoriano Antunes* — Espírito progressista, a quem Cascavel deve grande soma de benefícios. Foi Prefeito municipal por três vêzes: 1910, 1913 e 1920. *Coronel Juvenal de Carvalho* — Conhecido filantropo, cuja fortuna aplicou em várias obras e estabelecimentos de beneficência, em Fortaleza e em Cascavel. *Major José Goiana Primo* — Oficial do Exército

Feira de rapadura

Mercado de frutas

e conceituado engenheiro na Capital da República. *José Lopes Ferreira* — Oficial de Gabinete de vários presidentes do Estado. Era homem de letras muito apreciado. *João Lopes Ferreira Filho* — A mais completa organização de jornalista. Foi secretário de Estado, Deputado Federal e nessa qualidade presidiu com todo o brilho a Câmara de Deputados. Foi também Deputado provincial, ao tempo do Império. Exerceu grande influência social e política no Rio de Janeiro, onde faleceu em 1928. *Doutor José Baltazar Ferreira Facó* — Magistrado e primoroso poeta. Ocupou o lugar de Chefe de polícia e foi juiz de Russas e Tauá, onde faleceu. *Doutor Mário dos Martins Coelho* — Talentoso causídico, especializado em questões de direito trabalhista. *Doutor Oseas Sabóia Barros* — Foi promotor público em Cascavel, em Mauaná, no Estado do Pará, de cuja Assembléia Legislativa foi deputado e onde é hoje advogado. *Doutor Pedro de Queiroz Ferreira* — Foi promotor público de Russas, Pacatuba e Fortaleza, juiz municipal de Baturité e chefe de polícia no regime imperial. Proclamada a República, foi juiz de direito de Milagres, novamente chefe de polícia e desembargador da Relação de Fortaleza. Era jornalista e notável homem de letras. *Padre Pedro José de Castro e Silva* — Cavaleiro da Ordem de Cristo, foi Vigário colado de Barbalha, de 1841 a 1863 e deputado provincial em seis legislaturas. *Cônego Raimundo Francisco Ribeiro* — Foi Vigário colado de Baturité, durante 40 anos. Deputado Provincial e também Geral do Ceará, como suplente, na legislatura de 1857 a 1860 e efetivo na legislatura de 1867. "Possuía grande soma de conhecimentos eclesiásticos e era versado noutros ramos da ciência".

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município de Cascavel possui 3 paróquias: a de Nossa Senhora da Conceição, fundada na sede do município a 4-11-1832, sob a invocação de Nossa Senhora do Ó — posteriormente é que mudou de Orago —, conta 11 templos e 10 associações religiosas; a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guanacés, fundada naquela vila a 25-1-1948, compreendendo 5 templos e 9 associações religiosas e, finalmente, a Paróquia de São Luís de Gonzaga, fundada na vila de Pitombeiras, a 22-1-1947, compreendendo 6 templos e três associações religiosas, tôdas subordinadas à Arquidiocese de Fortaleza.

Conta com um açude, localizado na Fazenda Angicos, do distrito de Guanacés, cuja capacidade é de 597 mil m³.

Dos 8 979 eleitores inscritos em 1954, votaram 4 899 nas eleições gerais realizadas naquele ano.

CAUCAIA — CE

Mapa Municipal na pág. 83 do 4.º Vol.

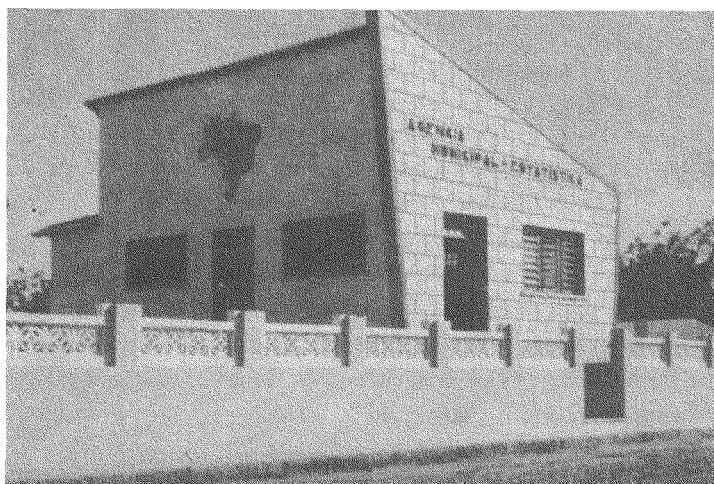
HISTÓRICO — No segundo quartel do século XVIII, quando aportaram no Ceará os jesuítas incumbidos da catequese dos primeiros núcleos de população da Capitania, designados por Carta Régia de 22 de outubro de 1735, a aldeia de Caucaia era habitada por índios potiguaras "caucaia". Os missionários, hábeis no seu mister, depressa inspiraram confiança aos nativos, de modo que puderam contar com muitos dêles nos trabalhos de colonização, em que sobressaiu o índio "Amanari".

Prosperava a povoação, quando aí chegou a notícia de que, pela Provisão Régia de 14 de abril de 1755 e Alvarás de 6 e 7 de junho do mesmo ano (ampliado aos demais índios do Brasil pelo Alvará de 8 de abril de 1758), o Govêrno Português expedira a 14 de setembro de 1758, ao Ouvidor de Pernambuco, Bernardo Coelho Gama Casco, ordem para seqüestrar os bens dos jesuítas e elevar a vila os lugares e aldeias que fôssem retirados à sua administração. Motivara o ato a perseguição que o famoso Marquês de Pombal movia contra aquêles religiosos, de quem era inimigo irreconciliável. Governava o Ceará, nesta época, o capitão-mor Francisco Xavier de Miranda Henrique.

Dando cumprimento àquela Provisão Régia, Gama Casco erige em vilas as aldeias de Ibiapaba (Viçosa), Caucaia (Soure), Porangaba (Arronches) e Paupina (Messejana). A de Caucaia, cuja freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora dos Prazeres, foi criada pela provisão de 5 de fevereiro de 1759, instalou-se em 15 de outubro do mesmo ano, com a denominação de Vila Nova de Soure. As cerimônias realizaram-se no largo da Igreja-Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres, "diante do sítio que fica abalizado e medido para se fazerem as casas da Câmara".

Em 1811, a vila de Soure contava 816 habitantes e constituía um dos menores núcleos populacionais do Ceará.

A Resolução de 6 de maio de 1833, do Conselho Provincial, extinguiu a vila, tornando-se, sem efeito, com a de 13 de outubro do mesmo ano. A Lei n.º 2, de 13 de maio de 1835, suprimiu o município, que foi restaurado 43 anos depois pela Lei n.º 1 772, de 23 de outubro de 1878, e novamente extinto em 1898 (Art. 1, da Lei número 501, de 31 de outubro), para ser restaurado em 1903 (Lei n.º 726, de 20 de agôsto).

Praça Dr. Manoel Moreira da Rocha

Agência Municipal de Estatística

Em 1911, o município de Soure era formado dos distritos da sede e Tucunduba, êste último criado desde 1863. Sua composição aparece, em 1933, acrescida dos distritos de Cauípe, Primavera, Sítios Novos, Taquara, Umari, e, em 1936 do distrito de Tarrafas que não figurou na divisão vigorante em 1938. Neste mesmo ano Soure perdeu o distrito de Umarituba (antigo Umari), para o município de São Gonçalo, e a vila adquiriu foros de cidade.

O topônimo Soure, depois de 184 anos, foi substituído pelo primitivo nome Caucaia (Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943). No quadro territorial fixado para o qüinqüênio 1944-1948 os distritos de Primavera e Taquara passaram a se chamar, respectivamente, Guararu e Mirambé.

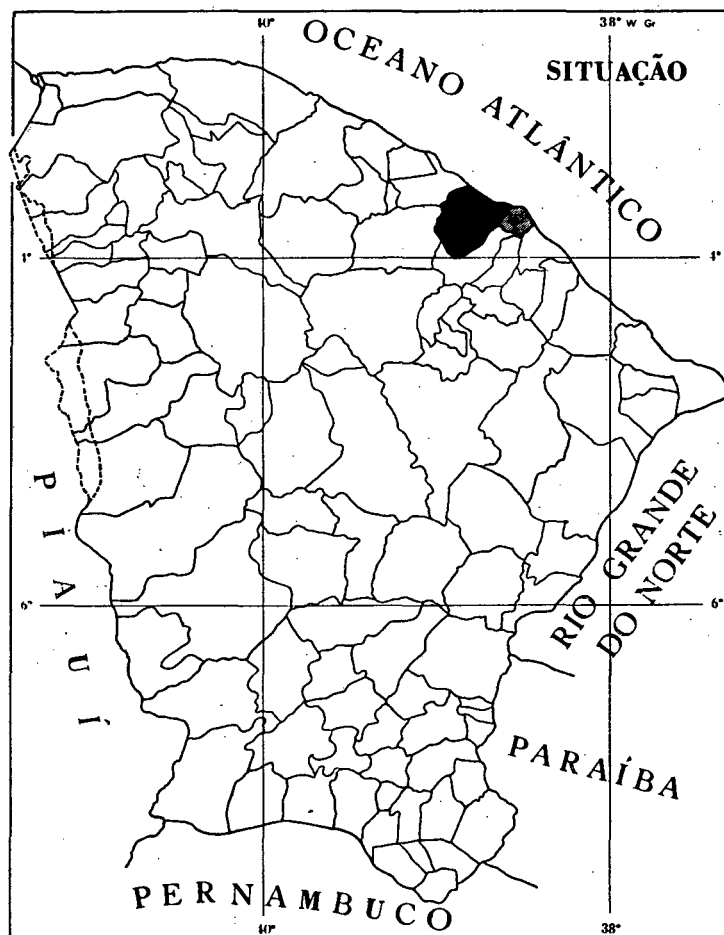
Em 1951 (Lei n.º 153, de 22 de novembro) extinguiu-se o distrito de Cauípe, passando o seu território a formar o de Catuara, cuja povoação foi elevada à categoria de vila.

Em 1848, o Dr. Augusto Fausto de Aguiar, logo depois de assumir o govêrno da Província do Ceará, dirigiu ao titular da Pasta do Império um ofício, de caráter reservado, dando conta de conspiração no interior do Estado, visando a mudar o regime, no qual comunicava que "tinham espalhado boatos de pretenderem alguns tresloucados aliciar a plebe para as partes de Soure com o fim de ali proclamarem a República" e afirmava ter ajustado providências com o Chefe de Polícia, de modo que evitasse acontecimentos desagradáveis, fazendo marchar o pequeno destacamento do lugar. Mas, tendo cessado inteiramente todo o receio de que pudesse haver alteração na tranqüilidade pública, fêz recolher essa fôrça, permanecendo a povoação em perfeita paz. O ofício em referência dava a responsabilidade do movimento republicano em Soure ao famosíssimo Padre Alexandre Francisco Cerbelon Verdeixa, clérigo irrequieto, político exaltado, que gozava de prestígio no seio da plebe, dadas as suas façanhas e vida tumultuosa.

O Padre Verdeixa — comenta Hugo Vitor Guimarães — nada conseguiu: "faltou aos republicanos de Soure um líder local. Não só o líder, mas também as armas".

Por volta de 1883 ficou totalmente extinta a escravatura no município de Soure. Precisamente no dia 3 de junho daquele ano, foram alforriados os quinze escravos restantes, custando o processo de libertação a quantia de 2 960$000. O plantel de escravos em Soure sempre foi reduzido, em face do alto custo dos negros (160$000 cada um), fator que concorreu para mais fàcilmente se extinguir a negra mancha.

Presentemente, é Prefeito Municipal o Sr. José Nunes de Miranda, eleito a 3 de outubro de 1954. O Legislativo Municipal tem a seguinte composição: Dalton de Azevedo Forte, Expedito Sampaio da Costa, Francisco Tavares de Góis, Gonçalo Gomes de Matos, Inácio da Rocha Góis, Jacob Gomes de Matos, João Stênio Monteiro Gondim, José Maria Pontes da Rocha e Juaci Sampaio Pontes.

LOCALIZAÇÃO — O município de Caucaia situa-se na Zona Fisiográfica do Litoral, às margens da rodovia Fortaleza—Teresina (BR-22). Limita com o Oceano Atlântico e os municípios de Fortaleza, Maranguape, Pentecoste e São Gonçalo do Amarante. A cidade dista 16 quilômetros, em linha reta, da capital, sendo a mais próxima de Fortaleza, e possui as seguintes coordenadas geográficas calculadas: 4° 44' de latitude Sul e 38° 40' de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — E' de 22 metros a da sede municipal.

CLIMA — O município apresenta o clima comum do litoral nordestino: fresco na praia e nas serras e quente e sêco no sertão. A temperatura oscila entre 24° no inverno e 32° no verão, apresentando uma média compensada de 28° centígrados. No período hibernal, de janeiro a junho, ocorre precipitação pluviométrica da ordem de 854 milímetros.

ÁREA — A área do município é de 1 282 quilômetros quadrados, figurando em 43.º lugar em relação à área das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O solo do município é mais montanhoso do que plano, e muito pedregoso. Constitui-se de arenito, argila e calcários, predominando o primeiro. Os pontos mais elevados localizam-se na parte sul e são constituídos pelas serras: Tucunduba, Taquara, Rajada e Conceição. Existem os seguintes serrotes: Pão de Açúcar, Pau Barriga, Mingau e Cararu. O principal rio que banha o município é o Ceará, formado pela junção dos riachos Jandaíra e Bom Princípio. Cursa 72 quilômetros, recebendo alguns afluentes — dentre os quais o rio Maranguape, e tem uma bacia aproximada de 800 quilômetros.

RIQUEZAS NATURAIS — Barro (argila), salinas e jazidas de pedra calcária e rocha. Carnaubais, maniçobais e matas. Peixes e pequenos animais silvestres.

POPULAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 encontrou uma população de 37 832 habitantes, distribuída da seguinte maneira: homens — 18 860; mulheres — 18 972; brancos — 9 896 (4 780 homens e 5 116 mulheres); pardos — 23 553 (11 775 homens e 11 778 mulheres); pretos — 4 341 (2 285 homens e 2 056 mulheres); e sem declaração de côr — 42 (20 homens e 22 mulheres). E' comum, nos municípios cearenses, ser o número de pardos superior ao de brancos, mas Caucaia é o que mais se salienta neste particular.

A população de Caucaia quanto ao estado civil, investigação que atinge apenas as pessoas de 15 anos e mais, se classifica da seguinte maneira: solteiros, 12 301 (6 180 homens e 6 121 mulheres); casados — 15 983 (7 968 homens e 8 015 mulheres); viúvos — 1 527 (454 homens e 1 073 mulheres); desquitados — 3 (1 homem e 2 mulheres) e 55 sem declaração do estado civil (24 homens e 32 mulheres).

Quanto à religião estava a população de Caucaia distribuída como se segue: católicos romanos — 37 013 (18 433 homens e 18 580 mulheres); 578 protestantes (300 homens e 278 mulheres); espíritas — 182 (98 homens e 84 mulheres); sem religião — 12 (8 homens e 4 mulheres); e 47 deixaram de declarar a religião professada (21 homens e 26 mulheres).

Praça Coronel Fausto Sales

Pôsto de Puericultura e Maternidade Dr. Paulo Sarasate

A densidade demográfica era de 29,51 habitantes por quilômetro quadrado, muito acima da média estadual que é de 18,22.

A população rural, por sua vez, com um índice de 87,42% da população geral do município, representada por 33 075 habitantes (16 611 homens e 16 464 mulheres), supera muito, na ordem relativa, o índice estadual que é de 71,81%.

Sôbre nacionalidade, a população de Caucaia se dividia em: brasileiros — 36 822 (18 853 homens e 18 969 mulheres); 1 (homem) naturalizado: e 9 estrangeiros (6 homens e 3 mulheres).

O município de Caucaia conta, atualmente 44 476 pessoas (estimativa da Inspetoria Regional de Estatística). Em relação aos dados apurados no Censo de 1950, o aumento verificado é da ordem de 17,56%, percentagem bastante aproximada da do Estado que, no mesmo período, estimou-se em 18,54%.

Aglomerações urbanas — São 6 as aglomerações urbanas de Caucaia e a sua movimentação demográfica se observa pelos seguintes dados numéricos: cidade de Caucaia — 3 899 habitantes (1 812 homens e 2 087 mulheres); vila de Cauípe — 81 (41 homens e 40 mulheres); vila de Guaraú — 95 (45 homens e 50 mulheres); vila de Mirambé — 312 (152 homens e 160 mulheres); vila de Sítios Novos — 318 (176 homens e 142 mulheres); e vila de Tucunduba — 52 (23 homens e 29 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura, a pecuária e a indústria extrativa constituem as fontes principais de riqueza do município, destacando-se a cultura da banana, a que mais pesa na sua balança econômica.

Segundo revelou o Recenseamento Geral de 1950, no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" estavam concentrados 74,36% do total da população, considerados os habitantes com 10 anos e mais.

A safra agrícola de 1955, segundo elementos do Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, foi estimada em mais de 53 milhões de cruzeiros, na seguinte ordem: 2 000 000 de cachos de banana no valor de 20 milhões de cruzeiros; 19 800 toneladas de mandioca-brava, no valor de 15,8 milhões de cruzeiros; 60 000 arrôbas de algodão, no valor de 6,3 milhões de cruzeiros; 33 750 sacos de 60 quilogramas de milho, no valor de 5,7 milhões de cruzeiros; 8 976 sacos de 60 quilogramas de

Pôsto de Saúde

feijão, no valor de 1,79 milhões de cruzeiros; 12 500 toneladas de cana-de-açúcar, no valor de 1,5 milhões de cruzeiros. As culturas de côco-da-baía, mandioca-mansa, manga e arroz vêm em segundo lugar na ordem de significação econômica, sendo de menor importância as de batata-doce, abacate e laranja.

A produção agrícola local em excesso é transportada para Fortaleza, capital do Estado e principal mercado comprador dos produtos do município, em vista mesmo da pequena distância e das grandes facilidades de meios de transporte.

A atividade pecuária do município é muito importante. Além de abastecer-se de carne e leite, exporta, em grande escala, gado bovino para a capital do Estado. A criação está sendo incrementada e os rebanhos estão melhorando com a introdução de melhores raças.

Em 1955, de acôrdo com o Serviço de Estatística da Produção, existia em Caucaia um rebanho avaliado em Cr$ 60 306 000,00, assim discriminado: bovinos — 31 000; eqüinos — 4 600; asininos — 5 650; muares — 3 220; suínos — 29 000; ovinos — 35 800; e caprinos 39 700. Os criadores do município dão preferência ao gado bovino, sendo êste o rebanho principal. Isto ocorre em vista do intenso comércio que mantém com a capital.

A produção extrativa é uma das riquezas do município. Destacam-se a extração de cêra de carnaúba e sal que no ano de 1956 atingiram, respectivamente, 225 000 quilogramas no valor de 11,2 milhões de cruzeiros e 88 000 toneladas no valor de 8,8 milhões de cruzeiros. Em seguida,

Trecho da Rua Coronel Correia

na ordem de importância econômica, vêm: palha de carnaúba, pedras de alvenaria e calcárias, cal, carvão vegetal, madeiras e barro (argila). O pescado atingiu, no mesmo ano, 188 000 quilogramas no valor de 2,8 milhões de cruzeiros. Possui a colônia de pesca Z-17.

A produção de leite em 1955 atingiu 4 680 mil litros, no valor de 21 milhões de cruzeiros, sendo quase tôda essa produção exportada para a capital. A produção de queijo é pequena não atingindo mais de 15 toneladas no mesmo ano.

Dos 25 principais estabelecimentos fabris de Caucaia, que preencheram os Boletins do Registro Industrial, seis ocupavam mais de cinco pessoas; dêstes, 1 se dedicava ao beneficiamento de algodão, extração de óleo e fabricação de torta; 4 à extração de sal e 1 ao ramo de panificação. Os 19 restantes exploravam a extração de cal, fabricação de tijolos de alvenaria, energia elétrica e produtos alimentares. Mais 122 pequenas indústrias exploravam os seguintes ramos: extração de cêra de carnaúba, 46; fabricação de farinha de mandioca, 41; fabricação de rapadura e aguardente, 28; e fabricação de queijo, 7.

Grupo Escolar Branca Carneiro de Mendonça

São as seguintes as principais emprêsas industriais de Caucaia: Usina Viana Limitada, extração de óleo de algodão e fabricação de torta; Salinas São José, Margaridas, Ipiranga e Santa Rita, extração de sal marinho; Panificadora Luso-Brasileira, indústria de pães, bolachas e biscoitos.

O município forneceu, em 1955, 99 000 kWh de energia elétrica.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem na sede municipal 45 casas de comércio, das quais 7 exploram o ramo atacadista e 38, o varejista.

Segundo os dados do Censo Comercial de 1950, havia em todo o município 186 estabelecimentos varejistas e 8 atacadistas. Em 1949, as vendas realizadas pelos estabelecimentos varejistas e atacadistas atingiram 7,139 e 2,859 milhões de cruzeiros, respectivamente.

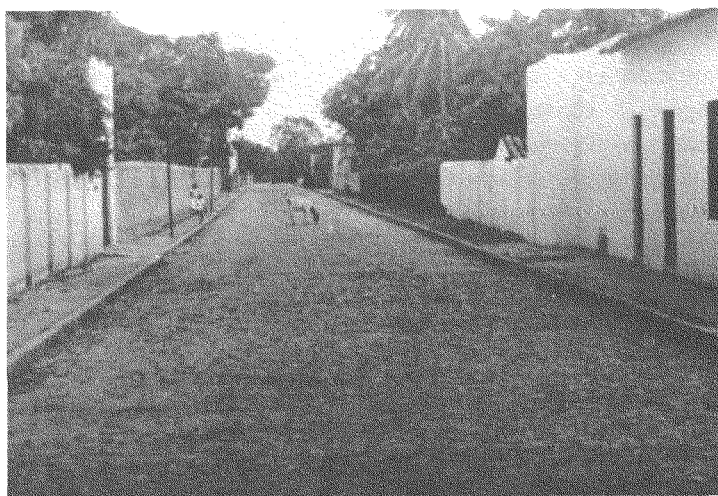
Caucaia mantém transações com várias praças, sendo principais as de Fortaleza, capital do Estado e Maranguape.

Comumente são importados pelo comércio do município os seguintes artigos: açúcar branco, café, arroz, banha, tecidos, etc.

Dentre os produtos exportados em maior escala destacam-se a cêra de carnaúba, o pescado, o algodão, a rapadura, a aguardente, a farinha de mandioca, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pela Estrada de Ferro de Baturité, pertencente à Rêde de Viação Cearense, e por estradas de rodagem. Tem sede na cidade uma emprêsa de ônibus, intermunicipal, com 8 veículos.

A cidade de Caucaia liga-se com os municípios vizinhos e com a capital do Estado, pelos seguintes meios de transporte: São Gonçalo do Amarante: — rodoviário — 45 quilômetros; misto: a) ferroviário — R.V.C. — 38 quilômetros até a estação de Umarituba e b) rodoviário — 7 quilômetros; Fortaleza: ferroviário R.V.C. — 19 quilômetros, rodoviário — 10 quilômetros; Maranguape: ferroviário R.V.C. — 49 quilômetros, via Fortaleza; rodoviário, via Fortaleza — 32 quilômetros, rodoviário (em parte carroçável), via Mirambé — 22 quilômetros; Pentecoste — rodoviário — 84 quilômetros; capital Estadual — ferroviário R.V.C. — 19 quilômetros; capital Federal — via Fortaleza.

Como meio de comunicações funciona na cidade uma agência postal-telegráfica, do Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos e uma estação Telegráfica da Rêde de Viação Cearense.

Trecho da Rua 15 de Novembro

ASPECTOS URBANOS — Caucaia é um dos municípios litorâneos dos mais progressistas da hinterlândia cearense. Possui bons prédios, ressaltando-se a Agência Municipal de Estatística, o Grupo Escolar Branca Carneiro de Mendonça, a Maternidade e Pôsto de Puericultura Dr. Paulo Sarasate, o Convento Coração Imaculado de Maria e a Agência dos Correios e Telégrafos.

Possuía, em 1954, 944 prédios sendo 803 residenciais. De seus logradouros públicos em número de 23, apenas 16 se encontravam pavimentados.

A área pavimentada da cidade é na proporção de 93% em pedras irregulares e 7% sem pavimentação.

E' dotada de iluminação elétrica pública e particular, com 244 ligações domiciliares.

A Prefeitura Municipal mantém um serviço de limpeza das vias públicas e de remoção de lixo, beneficiando 200 prédios e 22 logradouros. Um chafariz público abastece de água a população.

Grêmio de recreio e estudos

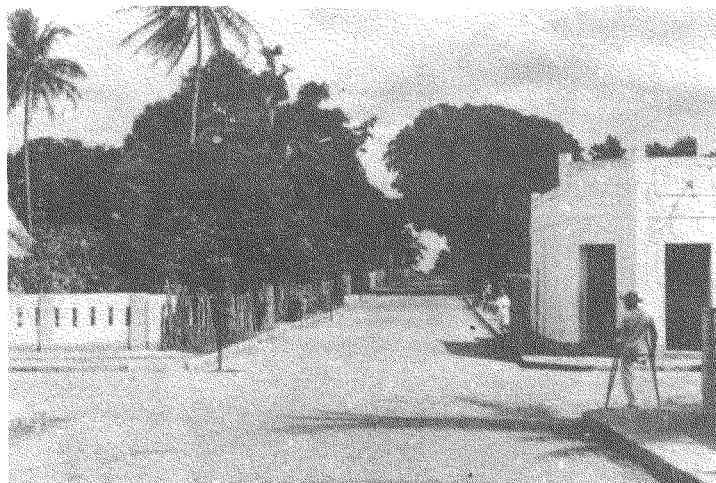
Como meio de hospedagem há na sede municipal 1 pensão cobrando diária de Cr$ 70,00.

Caucaia é a cidade cearense mais próxima da capital do Estado, havendo intenso movimento de veículos entre os dois centros urbanos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há na sede municipal em funcionamento a Maternidade e Pôsto de Puericultura Dr. Paulo Sarasate, mantidos pela Associação de Proteção à Saúde, Maternidade e Infância de Caucaia, o Pôsto de Saúde de Caucaia, financiado pelo Govêrno do Estado e Pôsto Médico dos Merceeiros, todos prestando assistência médica geral e especializada aos habitantes do município.

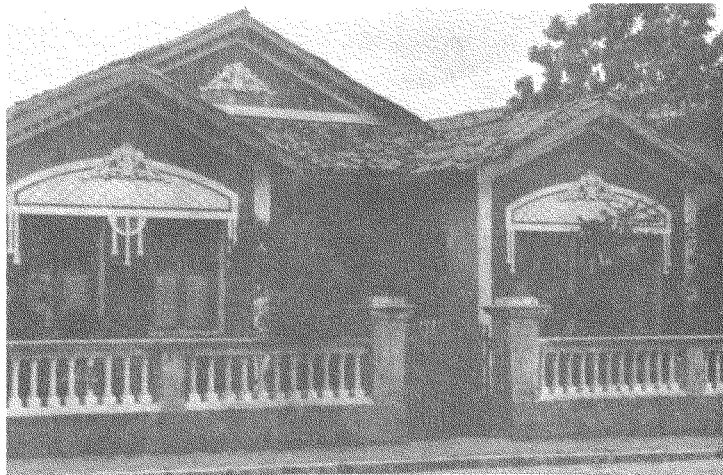
Estão em atividade na sede municipal 1 médico, um dentista e 1 farmacêutico; ali funciona uma farmácia.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Com relação à assistência social, a "Conferência Vicentina" da confraria de São Vicente de Paulo, fundada em 1903, e a "Obra de Assistência São José", em 1952, prestam auxílios à altura de suas possibilidades aos desvalidos. Também operam neste setor, a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância", local, e a "Associação dos Merceeiros", de Fortaleza, pelo seu órgão sediado em Caucaia.

O cooperativismo ainda não é difundido no município de Caucaia, em face de o seu comércio, indústria e agricultura, manterem intercâmbio econômico-financeiro, com a capital do Estado, onde se localizam várias cooperativas e outros estabelecimentos de crédito.

Trecho da Rua Dantas Barreto

Igreja-Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres

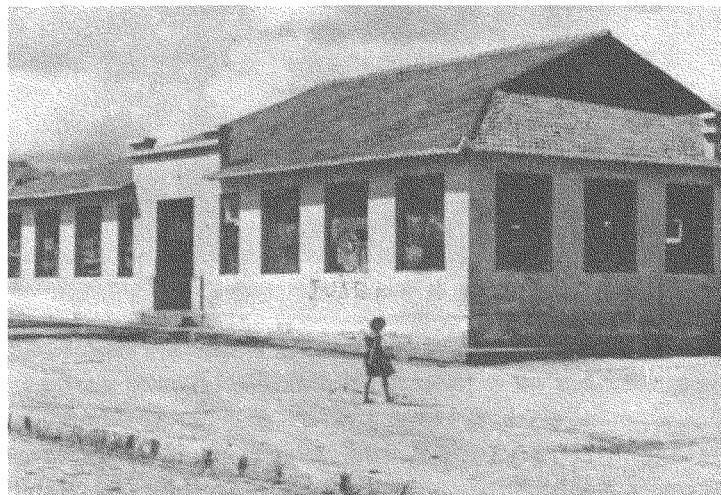
ALFABETIZAÇÃO — Segundo revelações do Censo Demográfico de 1950, a população com 5 anos e mais do município de Caucaia, foi de 30 880 pessoas. Dêste total, 9 091 sabiam ler e escrever, sendo 3 968 homens e 5 123 mulheres. A sede municipal contava com 3 256 habitantes com a mesma idade escolar, entre os quais 1 734 eram alfabetizados (778 homens e 956 mulheres).

Ensino — Em 1956, o município de Caucaia possuía 108 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, com a matrícula inicial de 3 513 alunos de ambos os sexos. A taxa de matrícula em 1950 foi de 26,29 %, enquanto no Estado do Ceará é de 24,3%. Dispunha também o município de 4 unidades escolares de ensino extraprimário assim denominados: Externato Coração Imaculado de Maria e Grupo Escolar "Branca C. Mendonça", Colégio Sacramentino, onde se preparam jovens para a carreira eclesiástica e um Curso de Bordados D. Ana Simões de Oliveira.

Casa Paroquial na Praça da Matriz

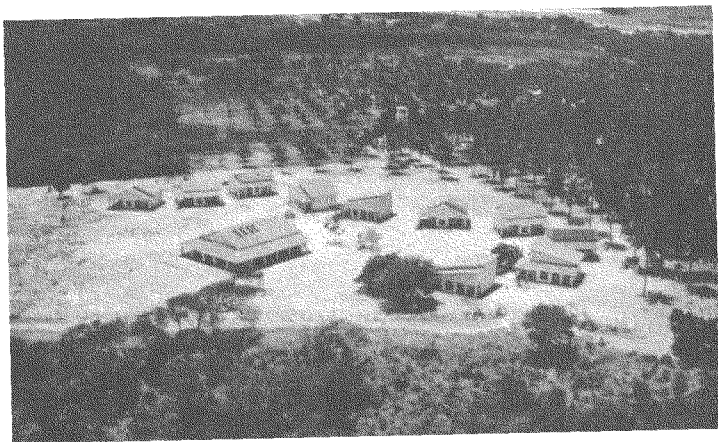
OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade encontram-se em pleno exercício 1 cine-teatro, com capacidade para 500 espectadores, e que funciona 4 vêzes por semana; 2 associações culturais, o "Grêmio de Recreio e Estudos de Caucaia" que dispõe de campo para a prática de volibol e destina-se a elevar o nível intelectual dos sócios e o "Diamante Club", que igualmente dispõe de campo para volibol, e tem finalidade esportiva e recreativa.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	797	1 385	602	165	725
1951.......	1 093	1 664	793	200	488
1952.......	968	1 826	748	183	536
1953.......	1 265	2 594	1 170	92	1 071
1954.......	1 253	2 553	1 021	210	1 115
1955.......	1 663	3 039	1 325	336	1 015
1956.......	1 646	5 351	1 573	378	1 250

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Localizada à Praça Dr. Manoel da Rocha, antiga Praça da Matriz (sede), encontra-se a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, excelsa Padroeira da cidade. Trata-se de uma construção antiga, das primeiras realizações dos colonizadores, que, com o auxílio dos índios habitantes na região, a construíram quase tôda de pedras (lajes); sua inauguração verificou-se no ano de 1749. Posteriormente, sua tôrre foi reformada pelo então Vigário da Paróquia, Padre José Romualdo de Sousa.

Mercado Público

Cadeia Pública — Localizada nas Ruas Getúlio Vargas e 24 de Maio (sede), encontra-se outra construção antiga servindo hoje de cadeia pública. Segundo os historiadores, foi essa construção empreitada com os índios pela importância de Rs. 60$000. Trata-se de edificação de dois andares, conservando desde a sua construção, a antiga arquitetura. O material empregado foi de alvenaria e pedra (laje). Serviu, inicialmente, para as reuniões da Câmara e do Júri e foi inaugurada em 1750.

Santo Cruzeiro — Localizado à Praça Dr. Manoel Moreira da Rocha, antiga Praça da Matriz, distrito-sede. Apesar de, no ano de 1922, haver sido reformado e reinau-

Vista aérea da Colônia de Férias do SESC

gurado, como homenagem do povo de Caucaia, ao primeiro Centenário da Independência do Brasil, sua construção deu-se no ano de 1749, época em que foi erigida a Igreja.

Igreja Nossa Senhora da Conceição — Localizada na vila de Sítios Novos, data a sua construção do ano de 1867. Conserva ainda a primitiva arquitetura.

Igreja Nossa Senhora Santana — Situada na vila de Tucunduba, data sua construção do ano de 1877. Conserva também sua antiga arquitetura.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As principais festas são religiosas. Há, porém, outras, de caráter popular, destinadas exclusivamente à parte diversional do povo. A festa de Nossa Senhora dos Prazeres, Padroeira do município, é comemorada desde o ano de 1759, época em que foi criada a freguesia. Inicia-se a 5 de agôsto, encerrando-se a 15 do mesmo mês, afluindo desde o início, enorme multidão de católicos do interior do município e dos circunvizinhos, que concorrem para maior esplendor da festa que se encerra com imponente procissão, revestida da maior solenidade possível. E' agradável assistir a essa homenagem a Nossa Senhora dos Prazeres, porque naquela multidão se percebe grande demonstração de sentimento religioso. Há intensa manifestação popular nessa fase, e assim, com entusiasmo, promovem-se outras festividades como a dança, quermesses, etc.

A maior concentração, porém, se verifica na véspera do seu encerramento, dia 14 de agôsto, quando acorrem à cidade forasteiros para dar o seu concurso ao maior brilhantismo da festa da Padroeira.

Essa celebração vem desde a criação da freguesia, a qual se institui no dia 5 de fevereiro de 1759. As festas de Nossa Senhora dos Prazeres têm sido promovidas pelos Vigários da freguesia, os quais dão continuidade ao primitivo e tradicional entusiasmo nas suas realizações.

VULTOS ILUSTRES — *Severiano Ribeiro da Cunha* (Visconde de Cauípe), "O maior filantropo que o Ceará produziu", diz o Barão de Studart. Era o tipo fidalgo, a alta linhagem do trabalho, da aristocracia, da virtude. *Joaquim da Cunha Freire* — (Barão de Ibiapaba), — homem de avultado patrimônio e notável projeção na vida política e comercial do Ceará, de que foi presidente várias vêzes. *Dr. Pedro Gomes da Rocha,* jornalista e bacharel de mérito; foi Promotor Fiscal do Tesouro da União e deputado estadual. Era bom orador. *Dr. Manuel Moreira da Rocha* — Médico de grandes méritos; foi um dos políticos de maior evidência no Ceará; deputado federal em várias legislaturas tendo prestado relevantes serviços ao seu Estado. *Dr. Francisco Alves Vieira* — Destacado funcionário do Ministério do Exterior. Cônsul-Geral de primeira classe do Brasil em Londres. Serviu como Oficial de Gabinete do Ministro cearense, Dr. João Felipe Pereira. *Coronel Antônio José Correia* — Notável chefe político, eleito inúmeras vêzes deputado estadual onde teve grande destaque. *Edson da Mota Correia* — Chefe político de grande projeção, deputado estadual várias vêzes, sendo atualmente Presidente da Assembléia Legislativa do Estado. *Dr. Francisco Pessoa de Araújo* — Bacharel em Direito, foi por muito tempo Secretário da Fazenda do Estado; vulto de projeção na política, foi deputado federal. *Antônio Martins de Aguiar e Silva* — Professor catedrático do Colégio Estadual do Ceará, desde 1925. E' considerado o maior dos filósofos cearenses. Publicou "Repasse Crítico da Gramática Portuguêsa", "Notas e Lições de Português", "Notas de Português de Felinto e Odorico" e "Cirandas Infantis". E' membro da Academia Cearense de Letras e do Instituto do Ceará. *Coronel Fausto Dário Sales* — Chefe político influente, prefeito e vereador em várias legislaturas.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A praia de Iparana é considerada como uma das mais pitorescas e aprazíveis do Estado. Ali funciona uma "Colônia de Férias" do Serviço Social do Comércio. Local muito visitado, principalmente pelos habitantes da capital do Estado.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Caucaia, situada na zona do litoral, é o município mais próximo da capital do Estado. Sua topografia é privilegiada, pois suas terras se constituem de praias, serras e sertão.

Os seus 18 açudes públicos e particulares possuem uma capacidade aproximada de 10 milhões de metros cúbicos.

A Paróquia de Nossa Senhora dos Prazeres, cuja fundação data de 1759, possui uma bela Matriz e 11 capelas; 4 sacerdotes e 10 associações religiosas propagam a fé católica no município de Caucaia.

Há um culto protestante "Igreja Evangélica Assembléia de Deus", com 11 Escolas Dominicais.

Acham-se instalados o "Serviço Social Rural" e um "Pôsto Agrícola Federal". A efetivação objetiva dêstes im-

Praia de Iparana

portantes empreendimentos proporcionará grandes vantagens à vida rural do município.

Exercem atividades em Caucaia: 1 advogado, 1 agrônomo e 1 veterinário. Acham-se bem instaladas 3 bombas de gasolina.

Votaram, nas eleições de 1954, 4 892 eleitores, dos 11 156 inscritos no município.

Os habitantes do município são denominados caucaienses.

O nome primitivo, Caucaia, hoje restaurado pelo Decreto n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943, é indígena e quer dizer mato queimado, *caa*, mato, e *caia*, queimado, ou livremente, — bem queimado está o mato, como traduz Barba Alardo, "Memórias", pág. 262. Cândido Mendes traduz por *vinho queimado*, talvez aguardente, mas esta tradução não é aceitável, pois, em todos os dicionários da língua tupi, aguardente é cauin-tátá, vinho fogo. Acresce que aguardente só foi conhecida dos índios depois da colonização portuguêsa, da qual já existia Caucaia (Paulino Nogueira, "Rev. do Instituto do Ceará", vol. 18, pág. 22).

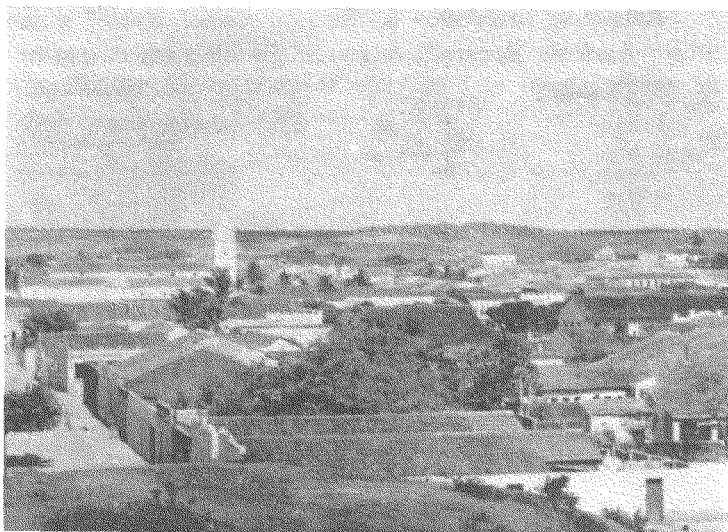
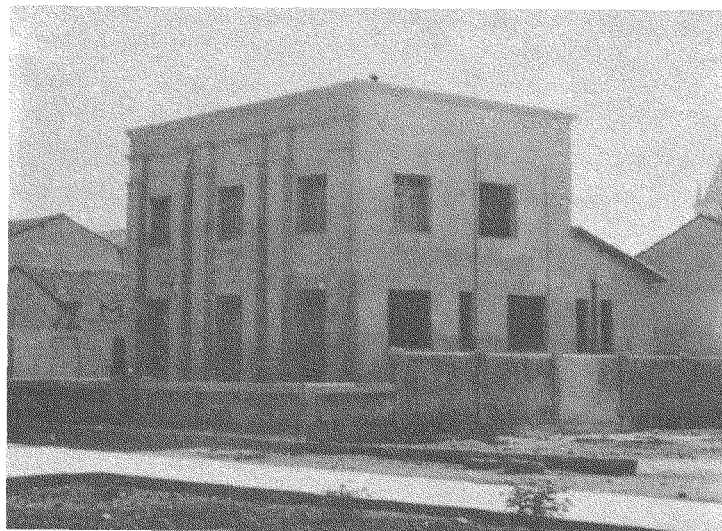
O nome Soure, com que a povoação foi elevada à vila, é denominação duma vila e antiga freguesia do bispado de Coimbra e de uma Ordem honorífica, em Portugal". (O Ceará — 2.ª Edição — 1945 — Raimundo Girão e Antônio Martins Filho).

CEDRO — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol

HISTÓRICO — A criação do distrito policial de Cedro deve-se ao Ato Provincial de 24 de fevereiro de 1881.

Até 1915, a atual cidade de Cedro, hoje uma das mais importantes do Ceará, era uma simples Fazenda de propriedade do coronel João Cândido da Costa, encravada no território de Várzea Alegre e no de Lavras da Mangabeira.

Com a prossecução dos trabalhos da ferrovia que liga Fortaleza à cidade de Crato, no extremo sul do Estado, acelerados em virtude da assistência governamental prestada aos flagelados da sêca de 1915, que assolou o Ceará, intensificou-se a construção do trecho entre as cidades de Iguatu e Lavras da Mangabeira. Para essa ligação, a via férrea teve que passar pela Fazenda Cedro, uma vez que

Vista parcial da cidade

Agência dos Correios e Telégrafos

a água do subsolo, ali, era abundante para o abastecimento das locomotivas movidas a vapor.

Construída a estação, deu-se a sua inauguração a 15 de novembro de 1916.

Daí por diante modificou-se, por encanto, o aspecto bucólico da Fazenda Cedro. A civilização, levada assim inopinadamente àquele meio tìpicamente rural, transformou, por completo, a feição secular da Fazenda. Dentro em pouco, o núcleo rural desenvolveu-se com rapidez espantosa e tomou foros de "urbs". Concorreu, para tanto, por sem dúvida, a posição geográfica em que ficou situada a Fazenda Cedro, *pôrto* ferroviário aberto ao escoamento da produção do vale do rio Machado e por outro lado, porta de acesso ao ubérrimo vale do Cariri, o grande celeiro do Ceará. Afinal, a proximidade de Cedro com o Estado da Paraíba influiu, de certo, em seu crescimento, pôsto que passou a servir de entreposto comercial entre as duas unidades federadas.

Eis, portanto, em menos de um qüinqüênio, a antiga Fazenda transformada em núcleo populacional e centro de grande produção agrícola, notadamente o algodão, que é a sua maior fonte de recurso econômico.

Pela Lei estadual n.º 1 725, de 9 de julho de 1920, criaram-se o município e têrmo judiciário de Cedro, com território desmembrado dos vizinhos municípios de Várzea Alegre, Lavras da Mangabeira, Icó e Iguatu. A instalação da comuna ocorreu a 21 de outubro do mesmo ano e a do têrmo judiciário em fevereiro do ano seguinte. Foi o seu primeiro Prefeito o coronel José Gabriel Diniz, abastado proprietário no novo município e que muito se empenhara pela sua autonomia. O têrmo judiciário foi provido pelo Dr. Manoel Santana, atual desembargador do Tribunal de Justiça do Ceará.

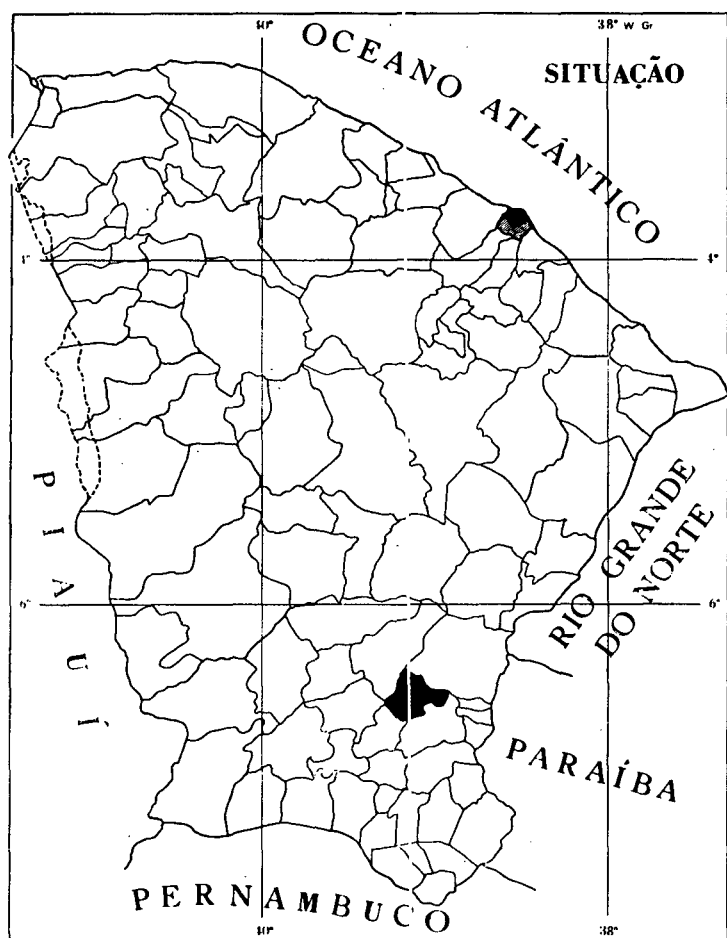
Pouco tempo depois, isto é, pela Lei estadual número 2 255, de 19 de agôsto de 1925, Cedro passava à categoria de cidade.

Os Decretos estaduais n.º 193, de 20 de maio de 1931, e n.º 1 156, de 4 de dezembro de 1933, mantiveram o município de Cedro que na divisão administrativa, relativa ao ano de 1933, fixada pelo último decreto, figura com os distritos da sede, Jacu e Várzea da Conceição, permanecendo, sem alteração, nos quadros territoriais de 1936 e 1937, bem como no anexo ao Decreto-lei n.º 169, de 31 de

março de 1938, retificado pelo Decreto estadual n.º 378, de 20 de outubro do mesmo ano. O Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro do mesmo ano, que fixou o quadro territorial a vigorar no qüinqüênio 1939-1943 extinguiu o distrito de Jacu, anexando o seu território ao de Cedro, suprimindo, ainda, o restritivo "da Conceição" ao distrito de Várzea, que assim consta do Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943.

Restabelecida a ordem democrática no país, a Constituição Estadual, promulgada em 1947 (Artigo 22 do Ato das Disposições Transitórias), elevou Cedro a sede de comarca de segunda entrância, situação que se efetivou com a Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948.

Nas eleições gerais de 1954 foram eleitos: Prefeito — Celso Alves de Araújo e Silva; vereadores: Francisco das Chagas Teixeira de Alcântara, Manuel Monsenhor Monteiro, Francisco Luís Evangelista de Oliveira, Nilo Viana Diniz, Salustiano Gonçalves de Moura, Horácio Medeiros dos Santos, Miguel Afonso da Silva, José Gonçalves Viana e Luís de Carvalho Jucá.

LOCALIZAÇÃO — O município de Cedro situa-se na Zona Fisiográfica do Sertão do Salgado e Alto Jaguaribe. Limita com os municípios de Várzea Alegre, Cariús, Iguatu, Icó e Lavras da Mangabeira. A cidade é servida pela Estrada de Ferro de Baturité, distando da capital, em linha reta, 320 quilômetros, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 6º 36' 25" de latitude Sul e 39º 03' 47" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 246 metros de altitude.

Coletoria Estadual

CLIMA — O município apresenta o clima comum do sertão nordestino: quente e sêco. A temperatura oscila de 26ºC — no inverno a 34ºC — no verão, compensando a média de 30º centígrados.

ÁREA — A área do município é, aproximadamente, de 772 quilômetros quadrados, figurando em 64.º lugar em relação à área das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A bacia hidrográfica é constituída, principalmente, pelo riacho São Miguel, afluente do rio Salgado que, por sua vez, limita pequena faixa do município com o de Lavras da Mangabeira. As principais elevações são as serras do Valério, Quati, Brava e do Jatobá.

RIQUEZAS NATURAIS — Oiticicais, cajueirais e algumas matas são as principais riquezas vegetais. Barro (argila) e jazidas de pedra calcária representam a riqueza mineral.

POPULAÇÃO — A população de Cedro, segundo o Recenseamento de 1950, era de 17 753 habitantes (8 711 homens e 9 042 mulheres), sendo: brancos — 10 385 (5 107 homens e 5 278 mulheres); pretos — 3 576 (1 711 homens e 1 865 mulheres); pardos — 3 692 (1 852 homens e 1 840 mulheres); e sem declaração — 100 (41 homens e 59 mulheres). Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 9 703 (4 687 homens e 5 016 mulheres), 3 415 eram solteiras, sendo 1 748 homens e 1 667 mulheres; casadas — 5 643 (2 768 homens e 2 875 mulheres); desquitadas — 10 (2 homens e 8 mulheres); viúvas — 586 (146 homens e 440 mulheres); e sem declaração — 49 (23 homens e 26 mulheres). Quase tôda a população era de nacionalidade brasileira, em número de 17 751 (8 709 homens e 9 042 mulheres), existindo apenas 2 homens estrangeiros. Em religião, predominavam os católicos romanos, em número de 17 429 (8 570 homens e 8 859 mulheres); protestantes — 255 (108 homens e 147 mulheres); espíritas

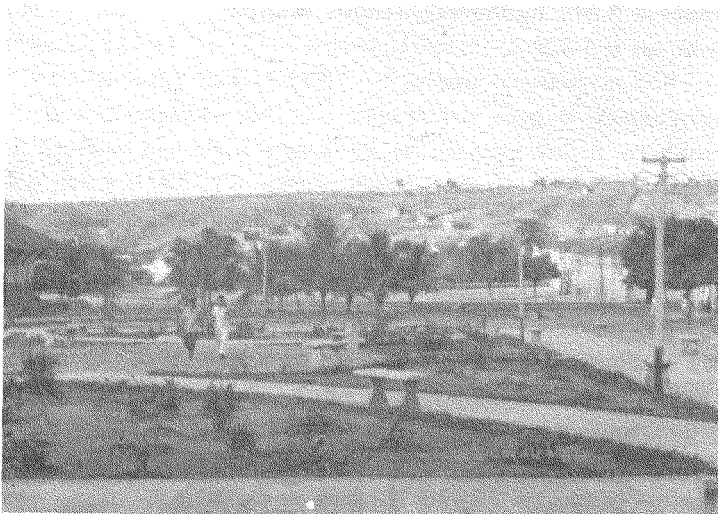
Pôsto de Saúde

— 20 (8 homens e 12 mulheres); outras religiões — 13 (5 homens e 8 mulheres); sem religião — 21 (11 homens e 10 mulheres); e sem declaração — 15 (9 homens e 6 mulheres). A densidade era de 22,99 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 73,35% localizavam-se na zona rural, num total de 13 023 (6 556 homens e 6 467 mulheres).

Estimativa da Inspetoria Regional de Estatística, para 1.º-VII-1957, dá ao município de Cedro 19 802 habitantes, verificando-se, assim, um crescimento de 11,54%, ou melhor, de 2 049 pessoas em relação ao efetivo populacional apurado pelo Recenseamento Geral de 1950.

Aglomerações urbanas — Eram 2 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Cedro, com 4 431 habitantes (2 014 homens e 2 417 mulheres); e a vila de Várzea, com 299 (141 homens e 158 mulheres). No quadro urbano da cidade e vila, existiam 2 306 habitantes (1 052 homens e 1 254 mulheres) e no suburbano 2 424 habitantes (1 103 homens e 1 321 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As principais fontes de riqueza do município provêm da agricultura e da pecuária, sobressaindo as culturas do algodão arbóreo, banana, arroz, milho e feijão, produtos essenciais à economia local.

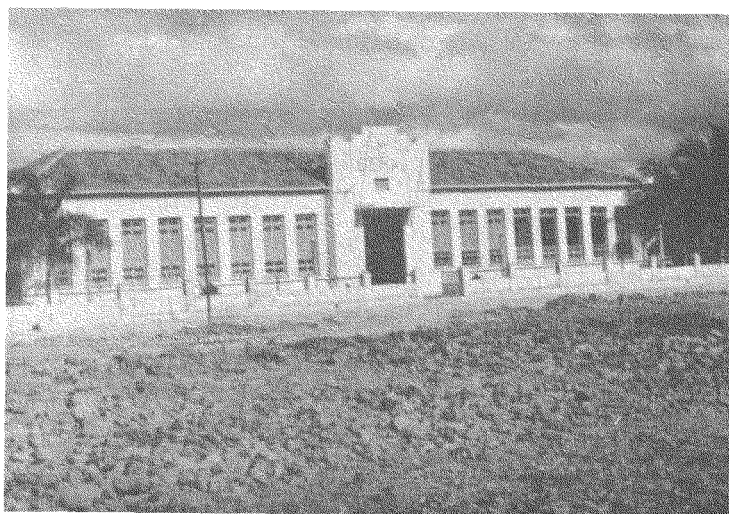
O Recenseamento Geral de 1950 revelou que 82,19% da população ativa, 10 anos e mais, de Cedro se achavam concentrados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

Praça da Estação da Rêde Viação Cearense

Dados elaborados pelo Departamento Estadual de Estatística revelam que a safra agrícola de 1955 valeu Cr$ 25 850 500,00, predominando os seguintes produtos: algodão arbóreo (200 000 arrôbas, Cr$ 18 000 000,00); banana (200 000 cachos, Cr$ 2 400 000,00); milho (14 950 sacos — 60 quilogramas, Cr$ 1 943 500,00); arroz (7 000 sacos — 60 quilogramas, Cr$ 1 750 000,00); cana-de-açúcar (4 500 toneladas, Cr$ 675 000,00); feijão (3 400 sacos — 60 quilogramas, Cr$ 612 000,00); e mandioca-brava (700 toneladas, Cr$ 140 000,00).

Constatou-se, ainda, a colheita de fumo, côco-da-baía e laranja, em pequenas proporções.

Os excedentes agrícolas são transportados para Mossoró (RN), Campina Grande (PB), Recife (PE) e Iguatu (CE), que são os principais mercados compradores do município.

Com o aparelhamento do Pôrto de Mucuripe, a recuperação de nossas ferrovias e a pavimentação de nossas estradas, é possível que o comércio do município venha a se intensificar com a capital cearense.

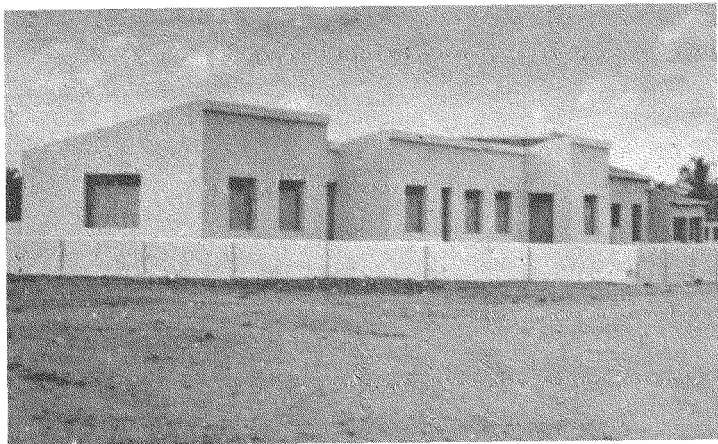
A pecuária é regularmente desenvolvida. O D.E.E. estima em cêrca de 22 milhões de cruzeiros o valor do rebanho local, cujo efetivo, por espécie, é o que segue: bovinos — 5 000; eqüinos — 1 000; asininos — 2 500; muares — 2 000; suínos — 15 000; ovinos — 2 000; caprinos — 4 000.

Sede do SENAI

A leitura dos números acima evidencia a preferência dos criadores pelos rebanhos bovino e suíno, que correspondem às parcelas mais numerosas.

A produção de leite foi da ordem dos 300 000 litros, valendo 1,2 milhões de cruzeiros; e a de banha somou 40 000 quilos — 1 milhão de cruzeiros.

O principal centro comprador do gado é o mercado de Iguatu no Ceará.

A indústria extrativa do município é de proporções modestas. Em 1955, o D.E.E. apurou os seguintes dados: 43 000 quilos de sementes de oiticica, por 43 milhares de cruzeiros, e 2 000 quilos de castanha de caju, importando em 10 milhares de cruzeiros. Além dos citados produz-se, ainda, cal, barro (argila plástica) e madeira para construção, fins industriais e domésticos.

Muito embora o Serviço de Piscicultura do D.N.O.C.S. dissemine, vez por outra, espécies de peixes nos açudes

Prédio da Associação Rural

particulares do município, onde os há em número apreciável, a pesca não constitui fatcr expressivo na economia cearense. O pescado avultou em 32 000 quilogramas, avaliados em 328 milhares de cruzeiros.

Os aviamentos existentes no município produziram, em 1955, 3 500 sacos de 60 quilogramas de farinha de mandioca, estimados em Cr$ 505 000,00.

A produção dos engenhos de cana (450 000 quilogramas de rapadura) valeu, no mesmo ano, ... Cr$ 1 575 000,00.

Do total de 12 estabelecimentos fabris que, em 1956, constaram do Registro Industrial, 3 se dedicavam ao beneficiamento de algodão; 1 à produção de óleos vegetais; 4 à panificação; 2 ao beneficiamento de arroz; 1 à fabricação de bebidas; 1 à de tijolos e telhas; 3 à produção de cal, e 1 à produção de energia elétrica. Dêsses estabelecimentos apenas 4 ocupavam 5 e mais pessoas.

Os principais estabelecimentos industriais de Cedro são os seguintes: Exportadora Cearense Limitada; Usina Cedro; Usina Tabajara e Usina Municipal de Cedro.

Foram produzidos, em 1956, na sede municipal, 72 000 kWh de energia elétrica, fornecida pela Municipalidade para iluminação pública e domiciliária.

COMÉRCIO E BANCOS — Cedro tem um comércio regularmente desenvolvido, cujo movimento é mais acentuado nos dias de feira. Funcionam na sede municipal 10 estabelecimentos atacadistas e 46 retalhistas, com variado estoque de mercadorias.

Rua do Comércio

O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 95 casas do comércio varejista e 8 do atacadista, cujas vendas, em 1949, se elevaram a 9,067 e 9,920 milhões de cruzeiros, respectivamente.

São importados pelo comércio de Cedro dentre os principais artigos de maior consumo local: tecidos, produtos farmacêuticos, ferragens, miudezas, arroz, açúcar, farinha de trigo e de mandioca, feijão, manteiga e conservas.

O município exporta: algodão em rama e beneficiado, óleos vegetais, milho, mamona, couros e peles.

As transações comerciais são mantidas, principalmente, com as praças de Iguatu, Várzea Alegre e Icó (CE), Sousa, Pombal e Campina Grande (PB).

As feiras ocorrem aos sábados. Nesse dia, afluem à cidade os habitantes rurais sendo a ocasião propícia para as transações comerciais.

Igreja-Matriz

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município de Cedro é servido pela Estrada de Ferro de Baturité, da R.V.C. e por diversas rodovias.

Liga-se às cidades vizinhas e à capital do Estado, pelos seguintes meios de transporte: Icó — rodoviário, 50 quilômetros ou misto: a) ferroviário (até a estação de Alencar) 31 quilômetros e b) rodoviário, 42 quilômetros; Iguatu — rodoviário, 63 quilômetros e ferroviário, 51 quilômetros; Cariús — ferroviário, 77 quilômetros; Lavras da Mangabeira — ferroviário, 24 quilômetros; Várzea Alegre — rodoviário, 52 quilômetros; capital Estadual — ferroviário 468 quilômetros, ou rodoviário 448 quilômetros.

A cidade é dotada de uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e outra da estação ferroviária da Rêde Viação Cearense, esta de uso privativo.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Cedro é cortada pela Estrada de Ferro de Baturité. Possui 30 logradouros, dos quais 14 pavimentados a paralelepípedo, 17 arborizados e 1 arborizado e ajardinado.

A cidade conta com 1 480 prédios, dos quais 1 160 são utilizados exclusivamente para fins residenciais.

Dispõe de iluminação pública e particular, sendo de 1 155 o número de prédios iluminados.

A municipalidade mantém um serviço de limpeza das vias públicas e remoção de lixo domiciliar, que beneficia 21 logradouros e 1 358 prédios.

A população citadina se abastece de água por meio de um chafariz público de propriedade da Prefeitura.

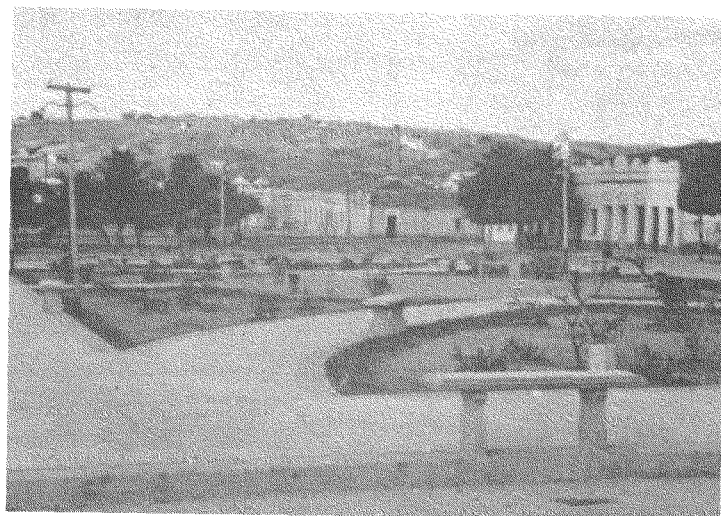
Como meio de hospedagem há 3 pensões na cidade, cobrando diária média de Cr$ 90,00.

Na Prefeitura Municipal, em 1956, estavam registrados 17 automóveis, 7 jipes e 10 caminhões.

Loja Maçônica

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Localiza-se na cidade o "Pôsto de Saúde e Dispensário da Lepra", que atende a população do município. Em vias de conclusão encontra-se a Maternidade e Casa de Saúde Zulmira Sedrim de Aguiar.

Exercem atividades, no município, 3 médicos, 1 dentista e 1 farmacêutico.

O comércio de medicamentos é explorado por 2 farmácias, na sede do município.

Praça da Matriz

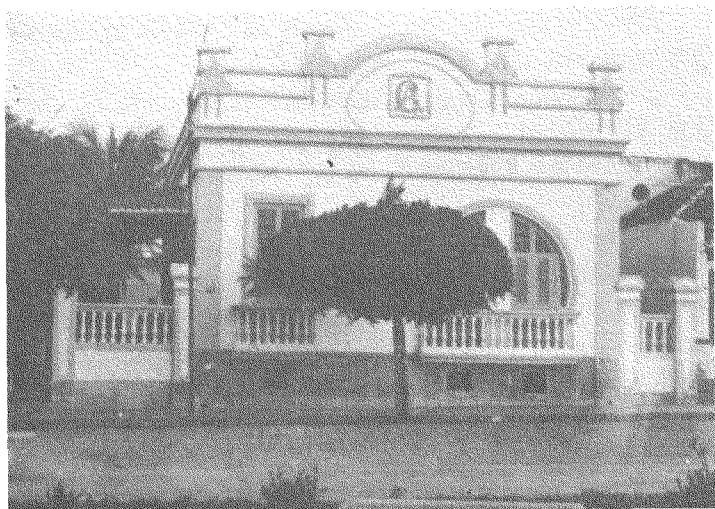
ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Esta assistência é prestada por 2 Conferências de São Vicente de Paulo, do Culto Católico Romano; Auxiliadora Feminina Presbiteriana, do Culto Protestante e Associação dos Operários do Cedro. Inclui-se também neste grupo a Escola do SENAI de Cedro.

A Prefeitura, em convênio com o SENAI, está levando a efeito a construção de um "Play-Ground", destinado à recreação dos escolares cedrenses.

ALFABETIZAÇÃO — O total de habitantes com 5 anos e mais do município de Cedro, segundo o Censo Demográfico de 1950, foi de 14 624 habitantes, dos quais 4 388, ou seja, 30%, sabiam ler e escrever, sendo 2 167 homens e 2 221 mulheres. Na sede municipal existiam 3 746 pessoas do mesmo grupo de idade; entre estas, 1 625 eram alfabetizadas (750 homens e 875 mulheres).

Ensino — O município de Cedro possuía, em 1956, 76 unidades escolares de ensino primário fundamental comum, com a matrícula inicial de 1 754 alunos de ambos os sexos. A taxa de matrícula no município (1950) chegou a 31,96%, e no Estado do Ceará a 24,3%.

O ensino é ministrado, no Grupo Escolar, Escolas Reunidas da Casa Rural, Escolas Reunidas das Associações dos Operários de Cedro, Escola Hugo Rocha e Escola Isolada do Alto da Independência. Na vila de Várzea, fun-

Maternidade Municipal

Casa residencial na Praça da Matriz

cionam as Escolas Reunidas do Estado, em prédio próprio e condigno.

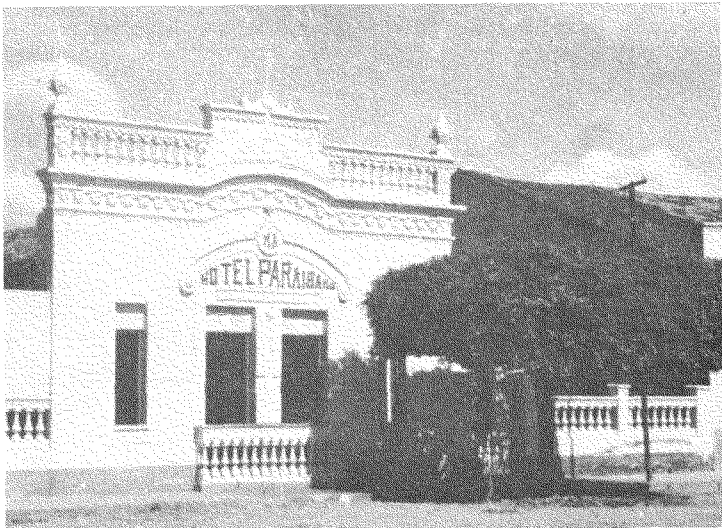
Com relação ao ensino de grau secundário há a ressaltar a instalação do Ginásio São João Batista e a da Escola Normal Rural, já em fase de inspeção preliminar. O ensino técnico-profissional está a cargo do SENAI que mantém em Cedro uma Escola de Aprendizagem Industrial.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Conta a cidade com 1 pequena biblioteca, sem denominação, com 385 volumes aproximadamente. Há um cinema — o "Cine Cedro" com capacidade para 200 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	213	920	686	288	695
1951	380	1 380	779	305	992
1952	442	2 064	904	383	844
1953	338	1 728	1 147	341	1 210
1954	293	1 932	1 012	312	1 008
1955	482	3 413	1 313	506	1 199
1956	566	5 005	(1) 1 295	397	(1) 1 295

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — São religiosas as principais manifestações populares. Realizam-se sob intensa vibração as festas

Hotel Paraibano

de São João Batista, padroeiro do município, no dia 24 de junho. Esta data se reveste de caráter singular, pois a festejam, não só os católicos, na Igreja-Matriz, mas também os protestantes, na Igreja Presbiteriana e os maçons, na Loja Deus e Justiça, por entenderem todos que o grande evangelizador é o seu patrono. Celebra-se, na vila de Várzea, a festa de Nossa Senhora da Conceição, a que acorrem fiéis das localidades vizinhas, tornando-se mais animadas as comemorações.

Há, ainda, a festa de Nossa Senhora das Candeias celebrada no dia 2 de fevereiro e a de Nossa Senhora da Assunção. Geralmente, são precedidas de novena que se encerram com pomposas procissões.

VULTOS ILUSTRES — *Cândido José da Costa* — Formado em 1932 pela Faculdade de Medicina da Bahia, reside na cidade de Vigia, em Minas Gerais, onde tem vasta clínica. *Dr. Eurico Passos* — Nascido a 9-III-1903. E' chefe da clínica odontológica do Hospital Militar da Nona Região, em Campina Grande (PB).

Igreja Protestante

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Importantes setores da administração pública federal e estadual encontram-se sediados em Cedro.

A Rêde de Viação mantém, na cidade, uma Inspetoria Seccional e uma Oficina Mecânica altamente aparelhada para os diferentes serviços de tração e onde promove, diuturnamente, a recuperação de vagões e locomotivas da linha sul e do ramal da Paraíba. Aliás, a cidade de Cedro é o ponto ferroviário de onde saem os trens que demandam aquêle Estado e dos que se destinam ao ramal de Cariús e de Orós.

Estação ferroviária da Rêde Viação Cearense

O Estado mantém uma Região Agrícola, em sede própria e uma Delegacia Regional de Ensino, com raio de ação nos municípios vizinhos.

Por seu turno, o SENAI construiu, no centro da cidade, uma Escola Técnica Profissional, em edifício amplo e de estilo moderno.

Valeu para isso o fato de ter a cidade um bem desenvolvido parque industrial, pois, além das usinas da R.V.C., onde estão lotados cêrca de duzentos operários, existem usinas de beneficiamento de algodão e extração de óleos vegetais.

Grande parte das repartições públicas e entidades de classe funciona em edifício próprio, merecendo destaque os seguintes prédios: Correios e Telégrafos, Inspetoria Seccional da R.V.C., Estação Ferroviária, Coletoria Estadual, Região Agrícola, Grupo Escolar, Pôsto de Saúde, Pôsto de Classificação de Algodão, Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, Forum, Cartório Eleitoral, Delegacia de Polícia, Usina Municipal de Fôrça e Luz, Almoxarifado da Prefeitura, Associação Rural (Casa Rural), Associação dos Operários, Liga Ferroviária, Cooperativa de Consumo dos Ferroviários, Associação Comercial e Oficinas da R.V.C.

Por sua vez, deram início à construção de suas sedes a Associação dos Empregados no Comércio e o Vicariato da Paróquia de Cedro.

A Igreja-Matriz da Paróquia de Cedro, cujo padroeiro é São João Batista, é um vasto templo de linhas modernas. O mesmo ocorre com o templo dos protestantes, que tem a denominação Igreja Cristã Prebisteriana. O templo maçônico — Deus e Justiça — é um edifício majestoso, onde imperam as linhas arquitetônicas greco-romanas.

Ressalte-se que o número de protestantes em Cedro é um dos mais expressivos do Estado, sem que isso constitua, porém, motivo de discórdia entre as famílias religiosas dali. O protestantismo é professado no município por duas igrejas: Cristã Presbiteriana e a Assembléia de Deus (Evangélica).

Em Cedro existem 5 açudes, possuindo uma capacidade total de quase 4 milhões de metros cúbicos.

A Paróquia de São João Batista, que foi fundada no ano de 1921, conta 12 templos, inclusive a Igreja-Matriz. Há em todo o município 10 associações religiosas, com regular número de componentes.

Votaram nas eleições gerais de 1954 nada menos de 3 766 eleitores, dos 7 333 inscritos.

O topônimo Cedro originou-se da fazenda ou sítio onde se fundou a cidade, segundo afirmam Raimundo Girão e Antônio Martins Filho *in* "O Ceará" — 2.ª Edição — 1945.

O município está situado na área de influência da Hidrelétrica de Paulo Afonso, devendo instalar-se, na cidade, em tempo oportuno uma subestação da C.H.E.S.F.

Já se acha projetado e orçado o serviço de canalização e abastecimento de água da cidade, estando a construção em vias de ser iniciada.

CHAVAL — CE

Mapa Municipal na pág. 53 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — A região que compreende o atual município de Chaval foi, primitivamente, ocupada por Tremembés, índios Tapuias da tribo dos Cariris, plantadores de cajueiros, que viviam da caça e da pesca e dominavam a extensa faixa litorânea que vai de Camocim até além da Parnaíba. Os primeiros povoadores, oriundos do Ibuassu, datam de 1873, ano em que aí chega o padre Antônio Carneiro da Cunha Araújo, acompanhado de seus pais, Joaquim Carneiro da Cunha e D. Francisca Joaquina do Nascimento. Em companhia desta família vieram os casais João Carneiro e Caetana Carneiro de Aguiar, Joaquim Carneiro e Maria José da Paz, Francisco Carneiro Araujo e Raimunda Leopoldina Carneiro, todos irmãos e cunhados do padre Antônio. No mesmo ano fixaram residência, vindos também do Ibuassu, os casais José Cristiano de Brito e Joana Francisca de Jesus, Fiel Augusto Gentil de Brito e Inácia Joaquina de Brito, que se fizeram acompanhar de Francisco de Brito Sales, filho de José Cristiano, José Augusto Gentil de Brito, Antônio Augusto Gentil de Brito e Joana Fiel de Brito, filhos de Fiel Augusto, Maria Perpétua dos Santos, viúva, e filha, Felicidade Perpétua dos Santos, dedicando-se uns à exploração da indústria de sal e outros à lavoura e criação. Iniciou-se, assim, seis anos depois, o primeiro arruado, com a construção de uma capela cujo orago, Santo Antônio, fôra escolhido pelo Padre Antônio, surpreendido pela morte em pleno trabalho de evangelização, aos 8 de julho de 1889. Anos depois, estando a capela para desabar, monsenhor Vicente Martins, então

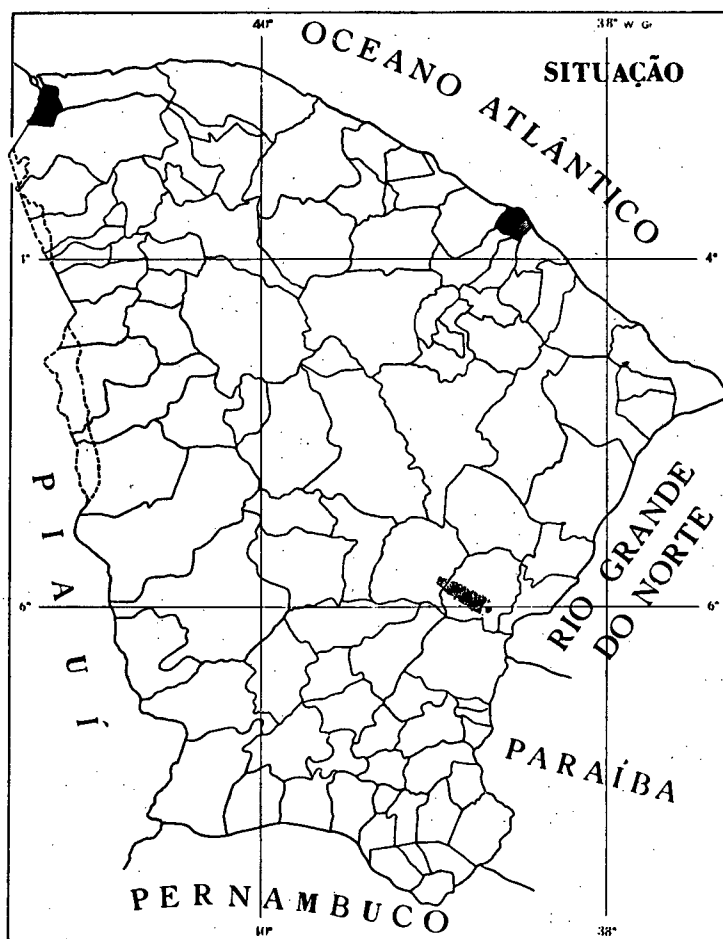
Vista parcial da cidade

Casa Paroquial

pároco de Granja, a cuja jurisdição pertencia a mesma, mandou levantar em frente uma outra que, inaugurada em 1924, veio a ser Matriz. Dirigiram os trabalhos de construção Temístocles Porfírio da Mota e José Cristiano de Sales. A capela de Santo Antônio do Chaval pertenceu à freguesia de Granja até 1931, passando para Camocim quando, por Portaria de 4 de novembro daquele ano, Dom José Tupinambá da Frota estabelecia os novos limites entre as duas paróquias. A paróquia foi criada a 30 de setembro de 1938, servindo de Matriz a referida capela e permanecendo a freguesia com a invocação de Santo Antônio. A 29 de janeiro de 1939 tomava posse na paróquia de sua terra natal o padre José Carneiro da Cunha, sobrinho do Padre Antônio Carneiro, fundador do Chaval. Inicialmente, o pároco organizou as associações religiosas, entre elas, a de São Vicente de Paulo, a Pia União das Filhas de Maria, a Congregação Mariana de Moços Católicos, o Apostolado da Oração e a Cruzada Eucarística. O padre José Carneiro da Cunha, primeiro vigário de Chaval, recebeu do Papa Pio XII, a 29 de maio de 1940, a nomeação de monsenhor, com título de Prelado Doméstico de Sua Santidade. Em 1940 monsenhor Carneiro da Cunha iniciou a construção de nova igreja, baseada na planta de autoria do arquiteto italiano Agustinho Odísio Ralmes. Edifício de linhas impecàvelmente distintas, bem pode figurar em qualquer cidade do País. Sua conclusão ocorreu em 1950, celebrando a cerimônia de bênção D. José Tupinambá da Frota, bispo de Sobral, a 16 de julho dêste ano.

O distrito de Chaval, que pertencia ao município de Granja, transferiu-se para o município de Camocim em 1931, sendo a povoação elevada à categoria de vila em 1938 (Decreto n.º 193, de 20 de maio de 1931 e Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938). Em 1951, no Govêrno do Dr. Raul Barbosa, o distrito de Chaval foi elevado a município, com território desmembrado de Camocim, de conformidade com a Lei n.º 1 153, de 22 de novembro do mesmo ano, adquirindo a vila foros de cidade. Sua instalação veio a realizar-se aos 25 de março de 1955, quando tomou posse o prefeito e vereadores eleitos a 3 de outubro do ano anterior. Desde 20 de dezembro de 1956 (Lei n.º 3 508), Chaval é sede de comarca de primeira entrância, provida de Juiz de Direito e Promotor de Justiça. A cidade de Chaval, situada a quatro léguas da costa, dentro do ângulo formado pela confluência dos rios Ubatuba e Timonha, cêrca de cinco léguas distante da mina de ferro de Itaúna, ainda inexplorada, possui um pôrto freqüentado por iates que vão fazer carregamento de sal. As terras circunjacentes são quase desabitadas e estéreis, devido à grande quantidade de blocos de granito que se encontra, havendo muitas pedras admiràvelmente colossais.

Exerce atualmente o cargo de Prefeito o Sr. Francisco Thiers Carneiro. O Legislativo municipal, composto de sete vereadores, é formado dos Senhores Hildebrando José Fontenele, Alderi Ângelo Magalhães, Francisco Alves Fontenele, Francisco Ferreira Filho, Edmundo Pinto de Almeida, Raimundo Wilson Carneiro e Juarez Elias da Silva.

LOCALIZAÇÃO — O município de Chaval situa-se na Zona Fisiográfica do Litoral, acima da foz do rio Timonha. Limita-se com o Estado do Piauí e com os municípios de Camocim e Granja. A cidade dista da capital do Estado, em linha reta, 315 km e possui, aproximadamente, as seguintes coordenadas geográficas: 3º 2' de latitude Sul e 41º 15' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 3 metros de altitude.

CLIMA — O município apresenta um clima constantemente fresco, em face da abundância de vento comum na região litorânea. O inverno inicia-se em janeiro e termina em junho, sendo que o período mais chuvoso vai de fevereiro a abril. O verão estende-se de julho a dezembro.

ÁREA — A área do município é de 297 km², ocupando o 91.º lugar em relação às áreas das demais comunas do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia de Chaval é plana. Os acidentes geográficos mais importantes são o rio Timonha, o seu mais importante curso d'água, o riacho Cajueiro, a ilha dos Preás e os pequenos portos de Coréia e Ilha da Lama. Há terrenos alagadiços nas proximidades da foz do Timonha, ao norte.

RIQUEZAS NATURAIS — São suas principais riquezas naturais, por ordem de valor a extração de sal marinho, a extração de pó cerífero (de carnaúba) e o pescado.

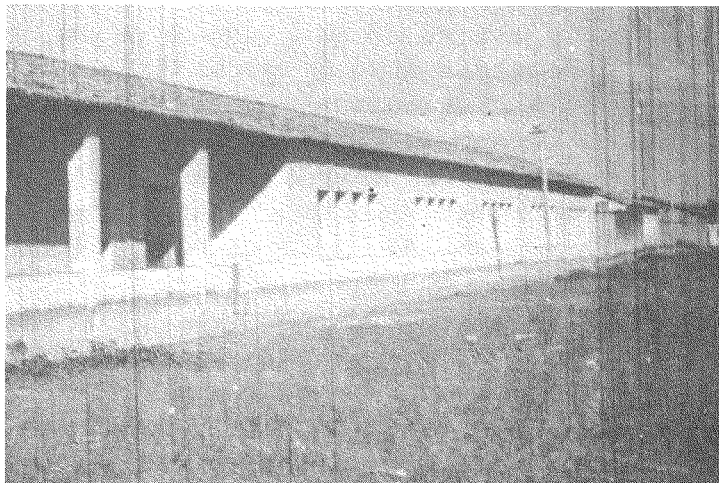
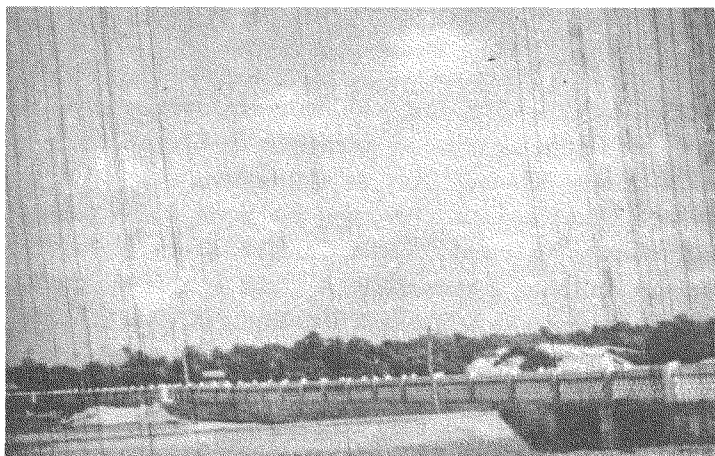
Igreja-Matriz de Santo Antônio

POPULAÇÃO — Por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, era o município de Chaval distrito administrativo de Camocim e tinha 5 791 habitantes, sendo 2 929 homens e 2 862 mulheres. Quase a totalidade da população se declarou católica apostólica romana e de nacionalidade brasileira. A sua população rural, de 3 724 habitantes (1 932 homens e 1 792 mulheres), representava 64,31% do total do município. Chaval, segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística para 1 de julho de 1957, tem o efetivo de 7 185 pessoas, apresentando um acréscimo, sôbre o Censo de 1950, de 1 394 pessoas, equivalente a .... 24,07 %, quota aliás superior à do Estado, que em igual período era de 18,54%.

Aglomerações urbanas — O único centro urbano é a própria sede municipal que, conforme os dados do Censo Demográfico de 1950, possuía 2 067 habitantes (997 do sexo masculino e 1 070 do sexo feminino).

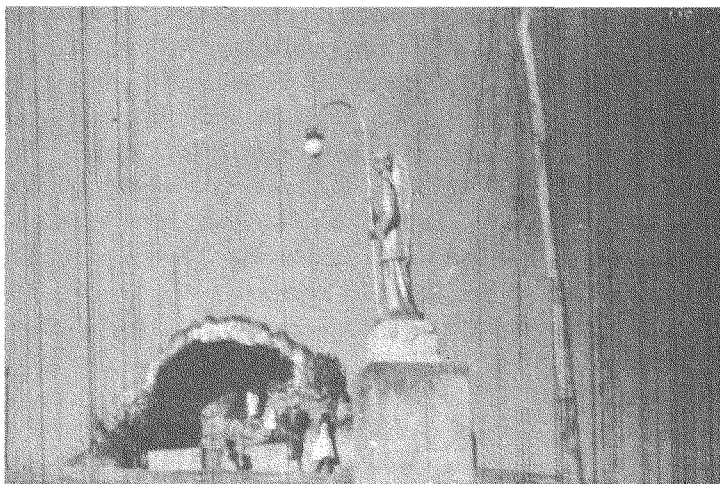
Rua do Comércio

ATIVIDADES ECONÔMICAS — São fundamentais à economia do município a extração do sal, a agricultura e a pecuária, notadamente as culturas de cana-de-açúcar, mandioca-brava, milho e feijão, produtos básicos, juntamente com o sal, à economia da região. O Departamento Estadual de Estatística estimou a produção agrícola de Chaval, para 1955, em Cr$ 4 538 660,00, sobressaindo os seguintes produtos: cana-de-açúcar — 12 000 toneladas, avaliadas em 2,64 milhões de cruzeiros; mandioca-brava — 4 500 toneladas, valendo 1,125 milhões de cruzeiros; milho — 4 500 sacos de 60 quilogramas, por 540 milhares de cruzeiros; feijão — 800 sacos de 60 quilogramas, no valor de 112 milhares de cruzeiros; batata-doce — 10 toneladas, importando em 65 mil cruzeiros; arroz — 80 sacos de 60 quilogramas, avaliados em 18 400 cruzeiros, verificando-se a colheita de pequenas quantidades de algodão herbáceo, mamona e manga. Os excedentes dos produtos agrícolas são transportados para os mercados de Sobral, Camocim e Parnaíba, principais compradores do município.

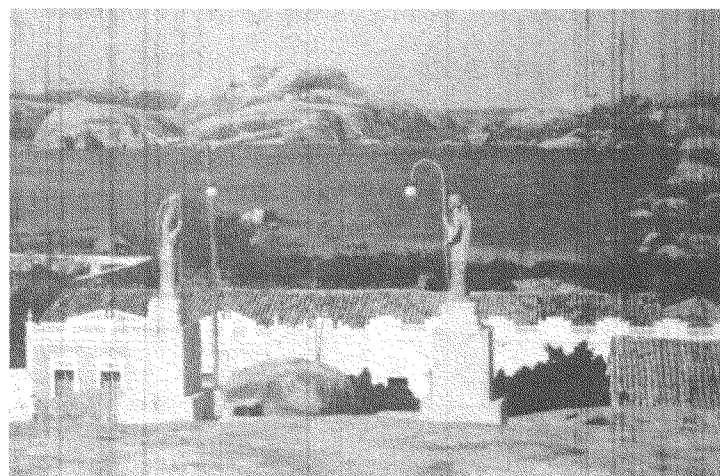
O rebanho de Chaval foi estimado pelo Departamento Estadual de Estatística, em 31 de dezembro de 1955, em 5 270 cabeças, valendo 5,159 milhões de cruzeiros, assim discriminados: bovinos — 1 400; eqüinos — 350; asininos — 230; muares — 140; suínos — 1 100; ovinos — 1 150 e caprinos — 900. A exportação de gado para outros centros consumidores é inexpressiva, destinando-se o rebanho principalmente ao fornecimento de carne e leite à população. Não foi registrada a produção de leite, queijo e man-

Grupo Escolar

Ponte Municipal, ligando a cidade ao pôrto

teiga, produtos fabricados domèsticamente em reduzidas proporções, destinando-se geralmente ao consumo próprio do criador.

A produção extrativa, grandemente vantajosa para a vida do município, avultou em 1956, de acôrdo com o Registro Industrial, a 10 532 toneladas de sal, na importância de Cr$ 12 631 120,00, e 12 276 quilogramas de cêra de carnaúba, valendo Cr$ 946 300,00, tendo-se registrado pequena quantidade de barro (argila plástica) para construção e fabrico de tijolos, telhas, etc. No ano de 1955, o Departamento Estadual de Estatística estimou a produção de pescado em 9 900 quilogramas, montando a .... Cr$ 69 500,00. No mesmo ano, a citada repartição apurou a produção de farinha fabricada nos aviamentos esparsos pelo território municipal, registrando 2 000 sacos de 60 quilogramas do produto, na importância de 360 milhares de cruzeiros. Do total de 27 estabelecimentos fabris que, em 1956 preencheram os boletins do Registro Industrial, 20 se dedicavam à extração de sal; 4 ao fabrico de tijolos e telhas; 1 à panificação; 1 à produção de energia elétrica; e 1 ao preparo de carne para consumo público (matadouro). Dezoito dêstes funcionavam com 5 pessoas e mais. Os estabelecimentos industriais mais importantes do município são os representados pelas salinas: Pôrto Chaval I, Chavalzinho, Primavera, Taquari, Araponga, Itamarati, Pedra das Carnaúbas, Pôrto Chaval II, Pôrto Chaval III, Volta do Boi I, Patativa, Baiacus, Preás, Clemência, Restauração, Volta do Boi II, Lima e Zeca.

A cidade de Chaval é dotada de uma usina geradora de energia elétrica, da Prefeitura Municipal, verificando-se, em 1956, o consumo de 11 410 kWh, sendo 4 200 fornecidos para luz pública e 7 210 para luz particular.

Gruta Nossa Senhora de Lourdes

COMÉRCIO — O comércio de Chaval é pouco desenvolvido. Funcionam na sede municipal 27 estabelecimentos comerciais de pequeno porte, sendo 5 atacadistas e 22 varejistas. Mantém transações com as praças de Santos, Rio de Janeiro, Salvador, Belém, Fortaleza e Camocim. O principal produto exportado é o sal marinho. O comércio local importa: café, açúcar, arroz, farinha de trigo, sabão, querosene, miudezas em geral, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por estradas de rodagem que dão acesso às cidades vizinhas e à capital Estadual, conforme demonstração seguinte: a Luís Correia (PI): misto a) rodoviário (até Parnaíba), 70 km e b) ferroviário, 18 km; a Camocim: rodoviário, 56 km; a Granja: misto a) rodoviário (até Camocim), 56 km e b) ferroviário, 24 km. A cavalo (direto), 50 km; à capital Estadual: misto a) rodoviário (até Camocim), 56 km e b) ferroviário, 364 km e rodoviário (via Camocim), 427 km.

Açude Novo, visto do alto da gruta

Existe na sede municipal um pequeno campo de pouso, onde baixam, ocasionalmente, aviões de passageiros. Dois portos naturais (o de Luís Correia e o da Ilha de Lama), desprovidos de instalações modernas e apropriadas, dão escoamento à produção salineira do município. As ligações marítimas com as cidades de Parnaíba, São Luís, Belém e Camocim são feitas por meio de iates. Como meio de comunicações há na cidade uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — Chaval é uma das cidades mais novas do Ceará, formada de algumas ruas e praças, não possuindo ainda melhoramentos urbanos dignos de nota. O seu serviço de iluminação elétrica estende-se apenas aos principais logradouros e 85 residências, casas comerciais, etc.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Neste setor existe, tão-sòmente, uma farmácia, com limitado sortimento.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — A Sociedade São Vicente de Paulo, associação caritativa, fundada em 1942, presta pequenos e variados auxílios a indigentes e necessitados.

Pôrto fluvial

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas de 5 anos e mais, em número de 1 678, residentes na cidade, 459 sabiam ler e escrever (266 homens e 233 mulheres), conforme revela o Recenseamento Geral de 1950.

Ensino — A instrução é difundida por 9 estabelecimentos do ensino primário fundamental comum, cuja matrícula inicial, em 1956, era de 273 alunos de ambos os sexos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	300	241	—	—	—
1951.......	488	438	—	—	—
1952.......	312	351	—	—	—
1953.......	553	481	—	—	—
1954.......	489	549	—	—	—
1955.......	376	326	—	—	—
1956 (1)....	472	509	610	73	610

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Celebram-se solenemente as festas do padroeiro Santo Antônio, no dia 13 de junho; o "Mês de Maio" e outras festas religiosas, como as do Sagrado Coração de Jesus, São Vicente de Paulo e Nossa Senhora de Lourdes, as quais são bastante concorridas, movimentando tôda a população do município.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O culto católico é o único existente no município. A sua Paróquia, com a invocação de "Santo Antônio", conta com a igreja Matriz e 8 capelas públicas. Há, ainda, 7 associações religiosas. A data de fundação da Paróquia vem do ano de 1938 e está subordinada à Diocese de Sobral. Tem funcionamento regular o "Sindicato dos Estivadores de Chaval", cuja sede se localiza na cidade. Nas eleições gerais do ano de 1954 votaram 563 eleitores, dos 1 097 que se achavam inscritos. Entre as pedras de Chaval, a mais digna de admiração é a denominada "Pedra das Carnaúbas", com, aproximadamente, 100 metros de altura, no cimo da qual fica um grande tanque arredondado, de cinco metros de profundidade, onde crescem cêrca de oito seculares carnaúbas, visíveis a mais de seis léguas, e donde se descortina o mais belo dos panoramas. Dos tanques de Chaval, belas cisternas naturais formadas na cavidade de pedras enormes, alguns são utilizados para depósito de água de chuva para uso dos proprietários e habitantes do lugar.

COREAÚ — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Um dos mais antigos povoadores da região onde hoje se ergue o município de Coreaú foi o tenente-coronel Manuel Dias de Carvalho, cujas terras lhe foram concedidas, em 1705, por sesmarias, tôdas situadas nas margens férteis do riacho Coreahu, assim grafado no registro de datas e sesmarias. A gleba sempre se prestou admiràvelmente ao labor agrícola, prodigalizando nas quadras invernosas dias de fartura e de grande bonança aos fazendeiros que aí se estabeleciam.

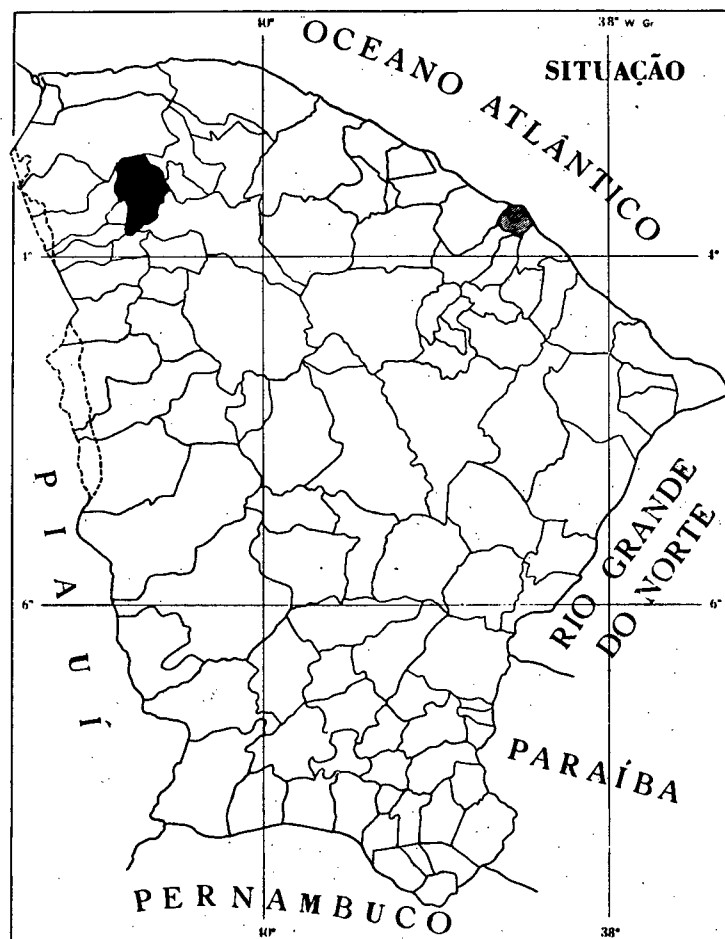
Inicialmente o local era chamado de Várzea Grande, sucedendo-lhe o nome *Palma* durante muitos anos. Corre sôbre esta denominação interessante lenda. Contam os antigos que no arraial Várzea Grande havia uma família de pretos que se dedicava ao fabrico de broas — bolos de goma muito apreciados. A fama das broas advinha de sua excelência, atraindo gente que de muito longe vinha comprá-las aos pretos. Como eram fabricadas em forma de palma, era comum ouvir-se dizer de quem se dirigia para Várzea Grande: "vou para as palmas". Êsse designativo foi oficializado com a criação do município, aos 24 de setembro de 1870 (Resolução provincial n.º 1 316). O povoado de Várzea Grande, agora denominado Palma, transformou-se assim na sede do novel município, cujo território foi desmembrado do município de Granja.

Em 10 de agôsto de 1867 criou-se a freguesia, desmembrada da de Granja, pela Lei n.º 1 206. Um ano depois, aos 25 de junho de 1868, foi canônicamente instituída, sendo seu primeiro vigário o virtuoso padre Salviano Pinto Brandão. A freguesia tem a invocação de Nossa Senhora da Piedade e a sua Matriz, já em 1888, era elogiada pelo historiador cearense Antônio Bezerra de Menezes, que ao visitá-la ficou encantado com os ornatos trabalhados em puro ouro. O embelezamento da Matriz local revelou o gôsto do padre Lustosa, vigário que prestou relevantes serviços à comunidade, de quem os paroquianos guardam bela recordação.

Em quadro da divisão territorial de 1911, o município de Coreaú dividia-se em três distritos: Palma, Trapiá e Santo Antônio. Alguns anos depois, nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1920, o município apresenta a seguinte composição: Palma, Frecheirinha, Trapiá e Santo Antônio. Não havia terminado ainda aquela operação, e o município foi extinto pela Lei n.º 1 794, de 9 de outubro de 1920, sendo restaurado logo depois, em 1921, aos 15 de outubro, pela Lei estadual n.º 1 887, cuja reinstalação se deu em festiva solenidade, no govêrno de Justiniano de Serpa. Novamente extinto pelo Decreto estadual n.º 193, de 20 de maio de 1931, que suprimiu, aliás, vários municípios do Estado, na Interventoria Federal do Dr. Manuel do Nascimento Fernandes Távora, passou a figurar, em 1933, na divisão territorial, como simples distrito de Massapê. Restaurado ainda uma vez pelo Decreto estadual n.º 192, de 20 de setembro de 1935, o município, no quadro da divisão territorial que traz a data de 31-XII-1936, compõe-se dos distritos: Palma, Santo Antônio e Trapiá, permanecendo com êstes mesmos distritos e mais o de Frecheirinha no quadro territorial datado de

31-XII-1937, bem como no anexo ao Decreto-lei n.º 169, de 31 de março de 1938. O Decreto estadual n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, transfere para o distrito de Ubaúna (antigo Trapiá) parte do território do extinto distrito de Recreio, do município de Sobral. Na divisão territorial a vigorar de 1939 a 1943, fixada pelo citado Decreto-lei, o distrito de Santo Antônio denomina-se Araquém, e a vila de Palma tem foros de cidade. Em virtude do Decreto-lei estadual n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943, o município e o distrito da sede passaram a denominar-se de Coreaú, permanecendo a composição do município igual à do qüinqüênio 1939-1943, figurando Frecheirinha grafado sem o s final. No govêrno do Dr. Raul Barbosa, o município de Coreaú perdeu o distrito de Frecheirinha, que se erigiu em nova unidade municipal, e, por outro lado, criou-se o distrito de Moraújo, com sede na povoação de Pedrinhas, elevada à condição de vila, com denominação igual à da vila. O têrmo judiciário de Palma data de 18 de março de 1872, subordinado à comarca de Granja. Transformado em sede de comarca a 7 de junho de 1890 (Decreto estadual n.º 21), teve a duração de pouco mais de um ano, extinguindo-a, no Govêrno do general José Clarindo de Queiroz, o Decreto n.º 196, de 5 de julho de 1891, voltando o têrmo a pertencer à comarca de Granja. Em 1936, Palma é distrito do têrmo judiciário de Massapê, da comarca de Sobral. Restaurado o têrmo, em 1938, e dependente da comarca de Sobral, a reforma administrativa e judiciária do Estado (Decreto-lei n.º 1 114, citado) o reconduz para a comarca de Granja, onde permanece até a promulgação da Carta Magna do Estado (23 de junho de 1947) que a promoveu a sede de comarca de primeira entrância (Art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), situação aliás confirmada pela Lei n.º 213, de 9 de junho do ano seguinte. Nas eleições realizadas a 3 de outubro de 1954, foram eleitos: Prefeito — Vicente Benício de Vasconcelos. Vereadores — Raimundo Manoel de Araújo, Euclides Pinto da Frota, Clodomiro Lourenço da Cunha, Raimundo Teodoro de Aguiar, Antônio Francisco Portela, Manoel Carneiro de França, Aldo Moreira de Albuquerque, Francisco das Chagas de Queiroz Filho e Antônio Moreira Fontenele.

LOCALIZAÇÃO — O município de Coreaú situa-se na Zona Fisiográfica do Sertão Centro-Norte, cujo território é atravessado, na direção de sul a norte, pelo rio de igual nome. Limita-se com os municípios de Tianguá, Granja, Massapê, Meruoca, Frecheirinha, Sobral e Mucambo. A cidade dista 239 km da capital do Estado, em linha reta, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 3º 32' 59" de latitude Sul e 40º 39' 51" de longitude W.Gr.

Agência dos Correios e Telégrafos

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — A sede municipal está a 95 metros de altitude, no Estado do Ceará.

CLIMA — O município apresenta, durante o dia, um clima quente e sêco, que se torna ameno durante a noite, em virtude da aragem comum das várzeas de carnaubal.

ÁREA — A área de Coreaú é de 1 294 km², figurando em 42.º lugar, em relação às áreas das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico é o rio Coreaú. O território do município é constituído, em parte, por terras argilosas e em parte, arenosas. Existem grandes extensões planas e poucos acidentes. Nas terras, muito pedregosas, há capoeiras, cerrados, carrascais, e muitos campos.

RIQUEZAS NATURAIS — Barro (argila) e jazidas de pedras calcárias. Carnaubais e oiticicais. Pequenos animais silvestres.

POPULAÇÃO — A população de Coreaú, segundo o Recenseamento de 1950, era de 26 952 habitantes (13 592 homens e 13 360 mulheres), sendo: brancos 15 548 (7 913 homens e 7 635 mulheres); pretos — 3 703 (1 865 homens e 1 838 mulheres); pardos — 7 688 (3 808 homens e 3 880 mulheres); e sem declaração de côr — 13 (6 homens e 7 mulheres). Das pessoas de 15 anos e mais, em

Igreja-Matriz de Nossa Senhora da Piedade

número de 13 985 (6 953 homens e 7 032 mulheres), 4 981 eram solteiras (2 686 homens e 2 295 mulheres); casadas — 8 307 (4 109 homens e 4 198 mulheres); desquitadas — 4 (1 homem e 3 mulheres); viúvas — 681 (151 homens e 530 mulheres); e sem declaração — 12 (6 homens e 6 mulheres). Tôda a população era de nacionalidade brasileira. Em religião, predominavam os católicos apostólicos romanos, em número de 26 863 (13 541 homens e 13 322 mulheres); protestantes — 64 (34 homens e 30 mulheres); outras religiões — 1 homem; sem religião — 14 (10 homens e 4 mulheres); e sem declaração de religião — 10 (6 homens e 4 mulheres). A densidade demográfica era de 18,44 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 88,53% localizavam-se na zona rural, num total de 23 863 (12 080 homens e 11 783 mulheres). O município de Coreaú, segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística, para 1 de julho de 1957, tem o efetivo de 26 939 pessoas, verificando-se, em relação ao Censo de 1950, um acréscimo de 6 406 habitantes, isto é, cêrca de 31,20%, quota superior à do Estado, que era de 18,54%.

Aglomerações urbanas — Eram 4 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Coreaú, com 1 286 habitantes (617 homens e 669 mulheres); as vilas de Araquém, com 214 (99 homens e 115 mulheres); Frecheirinha (hoje município), com 1 299 (654 homens e 645 mulheres), e Ubaúna, com 290 (142 homens e 148 mulheres). No quadro urbano da cidade e vilas existiam 2 017 (984 homens e 1 033 mulheres) e no suburbano 1 072 (528 homens e 544 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades fundamentais à economia do município são a agricultura, a pecuária e a produção extrativa, sobressaindo as cutturas do milho, da mandioca-brava, do feijão e a extração de cêra de carnaúba, elementos que constituem a principal fonte de riqueza local.

Segundo apurou o Recenseamento Geral de 1950, achavam-se concentrados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" 83,62% da população ativa do município, compreendendo-se como tal os habitantes de 10 anos e mais. A safra agrícola de 1955, conforme apurou o Departamento Estadual de Estatística, foi da ordem dos .... Cr$ 7 706 000,00, salientando-se os seguintes produtos: 2 200 toneladas de mandioca-brava (Cr$ 660 000,00); .. 4 200 sacos de 60 quilogramas de milho (Cr$ 420 000,00); 2 500 sacos de 60 quilogramas de feijão (Cr$ 375 000,00); 2 470 sacos de 60 quilogramas de arroz (Cr$ 370 500,00); 3 050 arrôbas de algodão (Cr$ 286 000,00). Foram colhidas, ainda, pequenas quantidades de banana, côco-da-baía, manga e mamona. Sobral é o principal mercado comprador dos produtos agrícolas do município.

A atividade pecuária é regularmente desenvolvida, muito embora não se verifique exportação de gado para outros centros consumidores, em escala apreciável. O Departamento Estadual de Estatística estimou os rebanhos, para 1955, em 65 200 cabeças (Cr$ 43 550 000,00), assim discriminados: bovinos — 15 500, eqüinos — 4 200, asininos — 3 000, muares — 1 500, suínos — 18 000, ovinos — 8 000 e caprinos — 15 000. Os rebanhos mais numerosos, como se deduz da leitura dos números acima, são os de bovinos, suínos e caprinos, o que evidencia a preferência dos criadores de Coreaú por estas espécies pecuárias. Foram produzidos 180 000 litros de leite (Cr$ 720 000,00) e 1 000 quilogramas de queijo (Cr$ 30 000,00), não se verificando produção de manteiga que merecesse registro. A banha de porco avultou a 6 000 quilogramas ...... (Cr$ 132 000,00).

De acôrdo com elementos do Departamento Estadual de Estatística, o município produziu em 1955, com referência à indústria extrativa, 36 000 quilogramas de cêra de carnaúba (Cr$ 1 044 000,00), e 285 000 quilogramas de sementes de oiticica (Cr$ 321 000,00). Outra extração expressiva é a de cal de pedra. O Registro Industrial (dados relativos a 1956) acusa a produção de 1 990 toneladas dêsse elemento (Cr$ 597 000,00). Em menores proporções, vem a extração de madeiras diversas, barro para tijolos, telhas, etc., bem como a de pescado. Os aviamentos espalhados pelo território municipal, em 1955, produziram 2 000 sacos de 60 quilogramas de farinha de mandioca (Cr$ 320 000,00), e os engenhos, 15 toneladas de rapadura (Cr$ 75 000,00), verificando-se, ainda, a produção de 30 000 litros de aguardente (Cr$ 240 000,00). Dos 18 estabelecimentos fabris que, em 1956, preencheram os questionários do Registro Industrial, 12 se dedicavam à extração de cal; 2 ao beneficiamento de arroz; 2 à produção de tijolos e telhas; 1 ao preparo de carne para consumo público (matadouro) e 1 à produção de energia elétrica. Não há estabelecimentos de maior significação em Coreaú, uma vez que nenhum dos existentes em 1956 chegou a ocupar um mínimo de 5 pessoas. Em 1956, a produção de energia

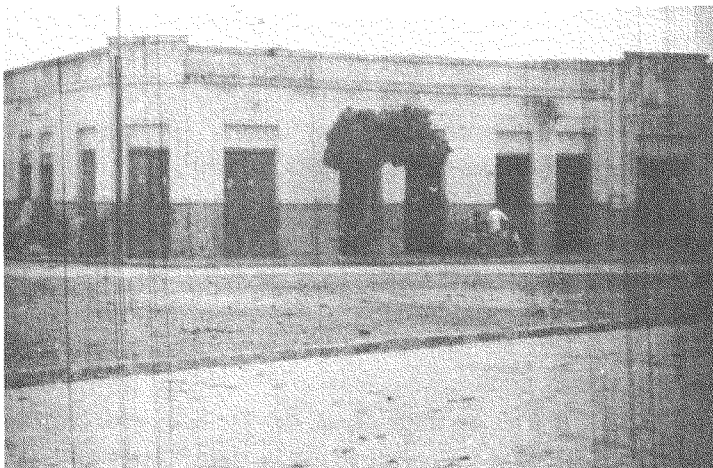
elétrica montou 20 000 kWh, fornecidos pela Prefeitura municipal para iluminação pública (15 000) e domiciliária (5 000). Não há na comuna consumo de energia elétrica para fôrça motriz.

COMÉRCIO — O comércio da cidade de Coreaú conta com 25 estabelecimentos varejistas que mantêm transações com a praça de Sobral. São artigos importados pelo município: tecidos, miudezas, gêneros alimentícios, etc. A cêra de carnaúba e a farinha de mandioca são os principais produtos exportados. Em 1950, segundo o Censo Econômico, dispunha o município de 99 casas comerciais, pertencentes 82 ao ramo varejista e 17 ao atacadista. As vendas realizadas em 1949 foram, com relação aos varejistas, Cr$ 2 019 000,00, contra Cr$ 4 144 000,00 dos atacadistas.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Coreaú é servida por estradas de rodagem. Cortam a cidade linhas de ônibus, caminhões, etc., que se destinam às localidades vizinhas: a Granja — rodoviário — 72 km; a Massapê — rodoviário — 44 km; a Meruoca — rodoviário — 57 km; a Sobral — rodoviário — 60 km; a Mucambo — rodoviário — 55 km; a Tianguá — rodoviário (60 km), via Aprazível — rodoviário — 102 km; a Frecheirinha — rodoviário — 55 km; à capital Estadual — rodoviário — 295 km; e à capital Federal, via Fortaleza.

Como meio de comunicações, há na sede municipal uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — Segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, a cidade de Coreaú possuía uma população de 1 286 habitantes. Em 1954, era de 370 o número de prédios, dos quais 289 se destinavam a residências e o restante a outros fins; havia 17 logradouros, 6 pavimentados (4 a paralelepípedo, com uma área de 8 500 m², e 2 a pedra tôsca, com 3 000 m²) e 6 arborizados. Dotada de iluminação elétrica pública e particular, possuía a cidade 153 ligações domiciliárias. Mantido pela Prefeitura, há na sede do município um serviço de limpeza das vias públicas, servindo a 285 prédios e 17 logradouros. Para hospedar os visitantes, dispõe a cidade de uma pensão, cobrando a diária de Cr$ 70,00, com alimentação e pousada.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município não conta com estabelecimentos de assistência médica. A sua população é assistida por 1 dentista e 1 farmacêutico Na cidade há uma farmácia.

Prédio do Ginásio (em construção)

Mercado Público

ASSISTÊNCIA SOCIAL — As sociedades de São Vicente de Paula, da sede municipal e da vila Moraújo, fundadas, respectivamente, nos anos de 1915 e 1955, dentro dos seus limitados recursos financeiros, prestam auxílios a mendigos e indigentes. O Círculo Operário de Coreaú, entidade de beneficência mutuária, cuja fundação vem do ano de 1938, presta, além de outras, assistência médica e dentária aos seus associados que em 31-12-1956 eram em número de 766.

ALFABETIZAÇÃO — No Recenseamento Geral de 1950, foi computada a população em 21 548 pessoas com 5 anos e mais, das quais 4 300 eram alfabetizadas (2 539 homens e 1 761 mulheres) com uma percentagem de 20%. A sede do município possuía 1 055 habitantes. Dêste total, 526 sabiam ler e escrever (284 homens e 242 mulheres).

Ensino — No distrito-sede, em 1956, existiam 57 **unidades** escolares de ensino primário fundamental **comum, com a** matrícula inicial de 1 052 alunos de ambos os sexos. **A** taxa de matrícula, em 1950, em Coreaú, **atingiu 11,01%,** e no Estado do Ceará, 24,3%.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade há um pequeno jornal, denominado "A Verdade", órgão de divulgação cultural do Educandário Nossa Senhora da Piedade.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	129	386	426	389	533
1951	109	461	412	357	410
1952	139	573	441	397	467
1953	131	560	847	749	774
1954	128	477	658	577	577
1955	183	863	701	615	718
1956	293	1 166	1 128	910	1 132

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — São religiosas as principais manifestações populares. Dentre outras, destaca-se a festa de Nossa Senhora da Piedade, Padroeira da cidade. Inicia-se a 5 de setembro e encerra-se a 15 do mesmo mês, com tradicional procissão, onde todos os filhos da terra, unidos pela mesma

fé, demonstram em eloqüente solenidade a maior harmonia e regozijo religioso.

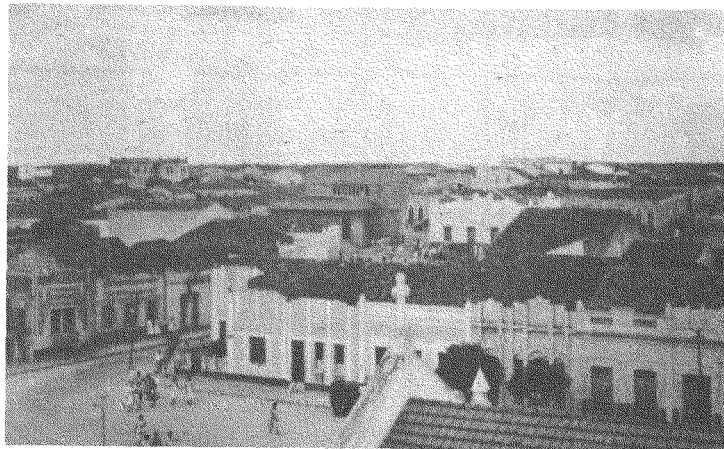
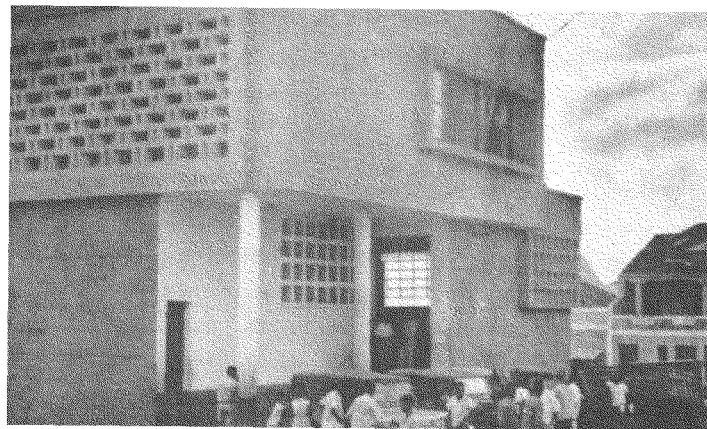
OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, fundada em 1868, conta com a igreja Matriz, bem edificada, e 8 capelas. É subordinada à Diocese de Sobral. Existem no município 10 associações religiosas. Há no município 7 reservatórios d'água, públicos e particulares, sendo de 14 000 000 m³, aproximadamente, a sua capacidade total. Em 1954 estavam inscritos 8 289 eleitores, dos quais 3 200 exerceram o direito do voto no pleito realizado no mesmo ano.

Os habitantes do município são denominados coreauenses.

O atual município de Coreaú chamou-se, em remotas épocas, Várzea Grande. A denominação de Palma veio por fôrça da Lei n.º 1 316, de 1870. O nome atual tem origem no rio que banha a cidade — o Coreaú —, primitivamente Curiaú, que significa "água dos Curiás" ("O Ceará" — 2.ª edição — 1945).

CRATEÚS — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol

HISTÓRICO — As vastas terras que compõem o atual município de Crateús foram, outrora, palmilhadas por Domingos Jorge Velho, o bandeirante que viveu erigindo vilas e vadeando rios, levando avante o povoamento de grande parte do nordeste. A gleba forma um imenso vale que se estende numa faixa de 180 quilômetros de fundo por 120 de largo, grandemente beneficiado pelas ribeiras do rio Poti. Ao findar o século dezessete, Dona Jerônima Cardim Frois, viúva de Jorge Velho, vendo que o seu marido havia varado aquêles sertões, de lado a lado, reclamou, em seu nome e no de outros pretensos herdeiros, as vastas e imensas léguas de terra conquistadas pelo famoso bandeirante. Em 1721, D. Ávila Pereira arremata o soberbo vale pela quantia de 4 000 cruzados. A posse foi-lhe conferida na Fazenda Lagoa das Almas, distando 78 quilômetros do local onde hoje se ergue a cidade de Crateús. A escritura trazia a chancela do Ouvidor de Oeiras, sede, então, da vasta Capitania do Piauí. Propriedade tão imensa não poderia perdurar por longos anos. D. Luíza Coelho da Rocha Passos, baiana, descendente da célebre Casa da Tôrre, adquire posse para fazenda de criar. Anos depois, chega João

Vista parcial da cidade (lado sul)

Agência dos Correios e Telégrafos

Ribeiro Lima, novo administrador de D. Luíza, que faz erguer uma capelinha sob a invocação do Senhor do Bonfim. A imagem veio da Bahia, mandada pela latifundiária.

Durante muitos anos, Crateús foi chamado de Piranhas pela abundância dêste peixe feroz que dominava os rios e riachos das cercanias.

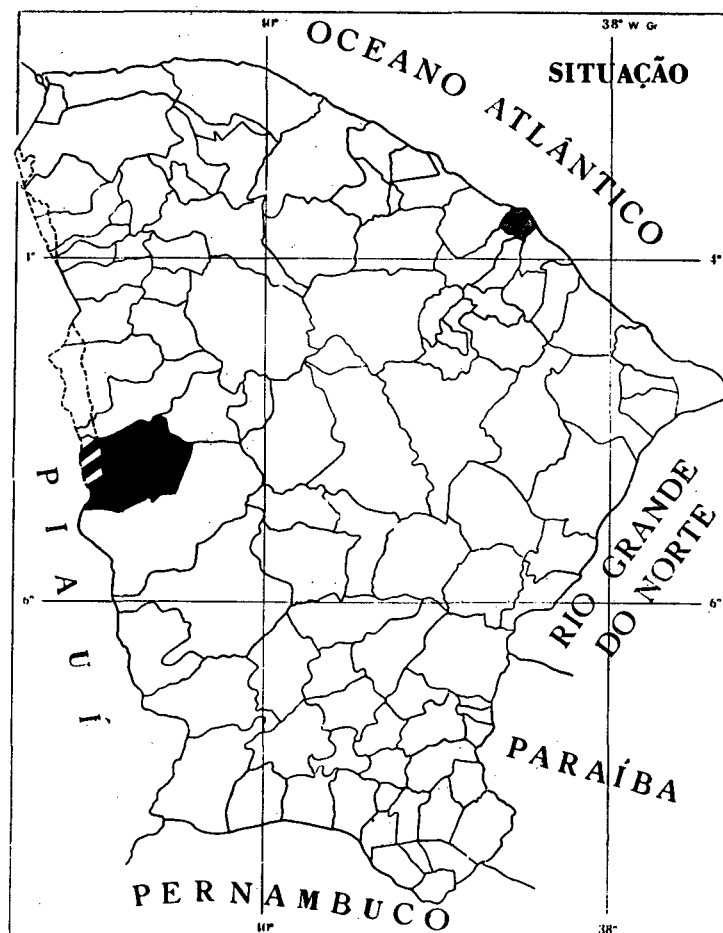
A Lei geral de 6 de julho de 1832 desmembra o território do município piauiense de Marvão e cria a vila, com sede no povoado de Piranhas, com a nova denominação de Príncipe Imperial. Em 1833 foram realizadas as eleições da respectiva Câmara Municipal para a qual foram eleitos vereadores João Ribeiro e Melo (presidente), Jerônimo de Sousa Lima, João de Barros Chaves, Gonçalo Correia Lima, Baltazar Pereira dos Reis, João Ribeiro de Melo e Joaquim Domingues Moreira, que juramentados e empossados inauguraram o período legislativo em 11 de novembro daquele ano, instalando-se na ocasião a vila. Data da criação da vila, igualmente, a criação da freguesia do Senhor do Bonfim, fazendo parte do Bispado do Maranhão. Esta foi inaugurada, canônicamente, aos 4 de outubro de 1834, tomando posse seu primeiro vigário, o padre Francisco Serafim de Assis, na capela que serve de Matriz, edificada desde 1792. O patrimônio da nova paróquia constituía-se de meia légua de terra por um e outro lado do rio, doado por D. Luíza Coelho da Rocha Passos. A comarca, criada pela Lei piauiense n.º 30, de 25 de agôsto de 1836, compreendia os têrmos judiciários de Príncipe Imperial, Marvão e Parnaguá. Declarada de primeira entrância pelo Decreto n.º 687, de 26 de agôsto de 1872, que teve como primeiro Juiz de Direito o Dr. Luís Paulino da Costa Lobo, natural de Portugal, naturalizado brasileiro, razão suficiente para que as Câmaras Municipais de Marvão e Príncipe Imperial recusassem dar-lhe posse sob a alegação de que, em algumas províncias, se registraram desordens contra a nomeação de "juízes estrangeiros". A Câmara de Poti, também instituída em 1832, deferiu-lhe o juramento negado por suas congêneres. O Juiz logo que entrou em exercício solicitou licença de seis meses, não retornando mais à comarca. Consoante a Lei Geral n.º 3 012, de 22 de outubro de 1880, o território que compreendia a comarca de Príncipe Imperial, inclusive o têrmo da vila de Independência, foi transferido para a província do Ceará em troca do pôrto de Amarração, medida aliás já recomendada antes no Parlamento Imperial por geógrafos do porte de Aires de Casal. Tornada efetiva essa troca, a vila de Príncipe Imperial tomou a denominação de Crateús, pelo pri-

Trecho da Rua Dr. José Coriolano

meiro Decreto a ser baixado pelo govêrno republicano estadual (Decreto n.º 1, de 2 de dezembro de 1889). Em 1891 a comarca anteriormente criada foi mantida com a Lei n.º 196, de 5 de junho, abrangendo os têrmos de Crateús, Vertentes, Santa Quitéria, Independência e Tamboril Nessa fase inicial do regime republicano funcionaram como Juiz de Direito da comarca o Dr. Francisco de Sales Ribeiro Campos; Juiz-Substituto o Dr. Antônio Gomes de Macêdo Coutinho, e Promotor de Justiça o Dr. Francisco José Nogueira. Em 1888, o Papa Leão XIII desmembrou a freguesia do Senhor do Bonfim do Bispado do Maranhão, integrando-a, com a de Santana de Independência na comunidade católica do Ceará. Era vigário da Paróquia o padre Antônio Cavalcante de Macedo Albuquerque. A atual igreja Matriz surge no mesmo local da antiga capelinha. Ainda hoje é conservada no altar-mor a histórica imagem, em tamanho natural, doada por D. Luíza Coelho. O templo sofreu reformas de importância no vigariado dos padres Joaquim Rosa (1903-1913) e José Juvêncio (1916-1942). A vila de Crateús foi elevada à categoria de cidade em 1911 (Decreto n.º 1 046, de 14 de agôsto), inaugurando-se a 15 de novembro do mesmo ano. No quadro da divisão administrativa do Brasil, relativo ao ano de 1911, o município compõe-se de um distrito único — o da sede. Nove anos após, os quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1920 apontam o município com três distritos: Crateús, Barrinha e Santana. No govêrno do capitão Roberto Carneiro de Mendonça, segundo Interventor Federal do Ceará após a Revolução de 1930, foi baixado o Decreto-lei n.º 1 156, de 4 de dezembro de 1933, no qual o município se constitui dos distritos da sede, Garça, Ibiapaba, Irapuá e Tucuns, permanecendo inclusive com idêntica formação na vigência do Decreto-lei n.º 169, de 31 de março de 1938, que elevou à vila as sedes distritais. A divisão territorial seguinte, determinada pelo Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, que, como a anterior, surgiu no govêrno do Interventor Federal, Dr. Francisco de Menezes Pimentel, extinguiu o distrito de Irapuá, anexando seu território ao distrito-sede, que por sua vez perdeu parte, em favor do distrito de Poti, então criado, juntamente com o de Oiticica. O distrito de Garça passou a denominar-se Chaves. Êsse designativo teve duração efêmera. Em 1943 foi substituído pelo de Rosa (Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro). Restabelecido o regime democrático no País, a Constituição do Estado, promulgada em 1947, promoveu Crateús, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Art. 22), à comarca de terceira entrância, situação que se fetivou na tabela anexa à Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948. No Govêrno Raul Barbosa, foram criados no município de Crateús os distritos de Montenebo (ex-povoação de Pau-Branco) e Santo Antônio; restaurado o distrito de Irapuá e extinto o de Rosa (Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, publicada em 1952).

A construção da estrada de ferro representou na vila municipal um marco de progresso. Partindo de Camocim, a ferrovia atingiu a cidade de Crateús em 1912, inaugurando-se a estação a 12 de dezembro. Outras estações da Estrada de Ferro de Sobral construíram-se no município: Poti (1916), Ibiapaba (1918) e Oiticica (1932).

Nas eleições gerais de 1954, foram eleitos: Prefeito — Raimundo Soares Rezende; Vereadores — Bento Coutinho de Macedo, Manoel Bezerra Cavalcante, Raimundo Bezerra de Pinho, José Benoni Mourão, Gerardo Aguiar Vale, Leônidas Bezerra de Melo, Francisco Gomes de Freitas. Miguel de Araújo Macedo e José Bezerra de Melo.

LOCALIZAÇÃO — O município de Crateús situa-se na Zona Fisiográfica do Sertão do Sudoeste do Ceará, que se compõe de mais os seguintes municípios: Aiuaba, Independência, Parambu, Saboeiro e Tauá. Limita-se com os municípios de Ipueiras, Nova Russas, Tamboril e Independência e com o Estado do Piauí. A cidade dista 285 quilômetros, em linha reta, da capital do Estado e possui as seguintes coordenadas geográficas: 5° 10' 25" de latitude Sul e 40° 40' 15" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Na sede municipal é de 275 metros, sendo o 39.º colocado em ordem de altitudes no Estado do Ceará.

Grupo Escolar Estadual Lourenço Filho

CLIMA — O município apresenta o clima comum do "Polígono das Sêcas": sêco e quente no verão. A temperatura varia entre 32° e 36°C, sendo a média compensada da ordem de 33 graus centígrados. O período normal de chuvas vai de janeiro a maio. Ocorrem trovoadas no mês de janeiro e estiagem durante os meses de verão.

ÁREA — A área do município é de 2 831 km^2, sendo um dos maiores do Estado, figurando no 46.° lugar em relação às áreas das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são a serra da Ibiapaba, que limita o município com o Estado do Piauí, e os serrotes Adão, Pastos Bons e Monte Nebo. O território é constituído de terras boas e regulares, com partes arenosas e pedregosas e partes argilosas e onduladas.

RIQUEZAS NATURAIS — Barro (argila) e jazidas de pedras calcárias. Reserva florestal para extração de madeira de lei, carnaubal e grande oiticical. Pequenos animais silvestres.

POPULAÇÃO — A população de Crateús, segundo o Recenseamento Geral de 1950, constituía-se de 34 227 habitantes, sendo: homens — 16 818; mulheres — 17 409; brancos — 15 175; pardos — 14 585; pretos — 4 271; e 196 sem declaração de côr. Vale salientar que Crateús é um dos municípios em que o número de brancos é mais elevado. Os dados censitários revelam que as pessoas de 15 anos e mais, segundo o estado civil, estavam assim distribuídas: solteiras — 7 735 (3 794 homens e 3 581 mulheres); casadas — 9 890 (4 874 homens e 5 016 mulheres); viúvas —

Trecho da Rua Moreira da Rocha

1 060 (254 homens e 806 mulheres); desquitadas — 8 (2 homens e 6 mulheres); e 60 (21 homens e 39 mulheres) deixaram de declarar o estado civil. No que diz respeito à religião, 33 989 (16 689 homens e 17 300 mulheres) declararam-se católicos apostólicos romanos; 119 (59 homens e 60 mulheres), protestantes; 23 (12 homens e 11 mulheres), espíritas; 2 homens, maometanos; 64 (42 homens e 22 mulheres), sem religião; e 30 (14 homens e 16 mulheres) sem declaração de religião. A densidade demográfica era de 12,09 habitantes por quilômetro quadrado, uma das menores do Estado. A densidade do Ceará cingiu-se a 18,22 habitantes por quilômetro quadrado.

Edifício Gomes

A população rural de Crateús atingia 25 608 habitantes (12 912 homens e 12 696 mulheres), representando 74,81% da população geral do município, quase igual ao índice rural da população do Ceará, que é de 71,81%. Como geralmente acontece, também em Crateús o número de homens no interior do município supera o de mulheres, enquanto o inverso ocorre na distribuição da população urbana. Quanto à nacionalidade, apenas uma pessoa (mulher) de origem estrangeira foi recenseada em Crateús. Os demais que constituíam a população do município, com exceção de 11 (7 homens e 4 mulheres) que deixaram de declarar a nacionalidade, eram brasileiros natos. Representava o 7.° município do interior, em população, em 1.° de julho de 1950. Segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística, a população do município de Crateús (1.° de julho de 1957) é de 39 030 habitantes, tendo-se verificado, nos sete anos posteriores ao Censo de 1950, um aumento de 4 803 pessoas, correspondente a 14,03%. Nesse mesmo período o acréscimo correspondente para o Estado é de 18,54%.

Aglomerações urbanas — Nas 6 aglomerações urbanas de Crateús, encontravam-se os seguintes dados demográficos: cidade de Crateús — 7 391 habitantes (3 273 homens e 4 118 mulheres); vilas de Ibiapaba — 438 (218 homens e 220 mulheres); Oiticica — 272 (168 homens e 104 mulheres); Poti — 239 (115 homens e 124 mulheres); Rosa — 121 (61 homens e 60 mulheres), e Tucuns — 158 (71 homens e 87 mulheres). Das cidades do Ceará, Crateús é uma das mais populosas, ocupando o sétimo lugar entre elas, com exclusão da capital.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Crateús assenta sua base econômica na agricultura e na pecuária. As suas princi-

pais fontes de riqueza são a criação de gado e o plantio de feijão, milho, mamona e algodão. Segundo o Recenseamento Geral de 1950, Crateús concentrava 80,2% de sua população ativa, considerados os habitantes de 10 anos e mais, no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

A safra agrícola de 1955, segundo elementos fornecidos pelo Serviço de Estatística da Produção, foi estimada em Cr$ 28 000 000,00, sobressaindo-se os seguintes produtos: 4 000 toneladas de mamona (Cr$ 11 200 000,00); 50 000 sacos de 60 quilogramas de feijão .... (Cr$ 9 500 000,00); 70 000 sacos de 60 quilogramas de milho (Cr$ 5 900 000,00); 1 800 toneladas de cana-de-açúcar (Cr$ 540 000,00); 1 500 toneladas de mandioca-brava (Cr$ 495 000,00); Registram-se outras culturas de menor importância, como: arroz, batata-doce, fumo e frutas. O grande excedente da produção agrícola do município é transportado para Fortaleza, São Paulo, Campina Grande (Paraíba) e Recife (Pernambuco), principais centros compradores dos seus produtos.

Arco comemorativo à passagem de Nossa Senhora de Fátima

A pecuária é a principal fonte de riqueza do município, não só pela grande exportação de gado bovino e suíno, como pela vultosa exportação de couros e peles. De acôrdo ainda com elementos citados pelo Serviço de Estatística da Produção, era o seguinte o seu efetivo em 1955: 49 680 bovinos (Cr$ 49 600 000,00); 7 020 eqüinos .... (Cr$ 5 600 000,00) 10 895 asininos (Cr$ 2 700,000,00); 4 115 muares (Cr$ 4 900 000,00); 68 530 suínos ...... (Cr$ 9 500 000,00); 90 720 ovinos e caprinos .... (Cr$ 7 200 000,00). Os principais rebanos são os de bovinos e suínos, seguidos dos de caprinos e muares. O fato se explica pela maior preferência dos criadores, em face da exportação de gado bovino e suíno e de couros e peles.

A produção extrativa do município é pequena, mas, de qualquer modo, representa um fator na economia municipal. Foi o seguinte o seu valor em 1955, em milhares de cruzeiros: 2 720 de oiticica; 1 190 de lenha; 665 de argila; 202 de cêra de carnaúba; 194 de madeira; 260 de cal; 60 de peles silvestres e 102 de peixes.

Entre os produtos de origem animal, o município, em 1955, produziu 245 000 dúzias de ovos de galinha ...... (Cr$ 2 200 000,00); leite de vaca, queijo e banha de porco. A exportação de peles e couros atinge, anualmente, cêrca de 250 000 unidades (Cr$ 14 000 000,00).

Dos 36 estabelecimentos fabris existentes em 1956, seis ocupavam mais de 5 pessoas; dedicavam-se 3 à fabricação de calçados, 1 ao fornecimento de energia elétrica, 1

Vista parcial do subúrbio (parte sul da cidade)

ao beneficiamento de algodão, 5 à indústria do mobiliário, 6 à indústria de produtos alimentares, 6 ao fabrico de tijolos e telhas, 2 à indústria tipográfica, 1 à fabricação de malas, maletas e valises, 6 à extração de cal, 1 ao fabrico de sabão, 1 ao fabrico de vinagre, 1 ao fabrico de mosaicos, 1 à torrefação de café e um à indústria de bebidas. As principais emprêsas industriais do município são: Usina de Beneficiamento de Algodão da Companhia P. Machado, as Fábricas de Calçados "União", "Carioca" e "Nossa Senhora de Fátima", a Movelaria Monteiro, a Fábrica de Guaraná Rezende & Cia., a padaria de Norberto Ferreira Filho e a fábrica de mosaicos do Dr. Washington Luís de Almeida Vale. A produção anual de energia elétrica atinge cêrca de 118 500 kWh, assim distribuídos: para consumo público 36 200 kWh e para consumo particular 82 300 kWh.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio de Crateús é bastante desenvolvido dada a sua posição geográfica privilegiada. É a 2.ª cidade da zona norte com relação ao movimento comercial. Funcionam na sede municipal 16 estabelecimentos atacadistas, 106 varejistas e duas agências bancárias. Segundo os dados do Censo Econômico de 1950, existiam em todo o município 173 estabelecimentos varejistas e 28 atacadistas que efetuaram vendas correspondentes a Cr$ 12 199 000,00 e Cr$ 14 566 000,00, respectivamente. São artigos importados pelo município: tecidos, louças, ferragens, açúcar, café, arroz etc., e exportados, em maior quantidade, a mamona, o feijão, o milho, a mandioca, couros e peles.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Crateús é servida pela Estrada de Ferro de So-

Trecho da Rua Coronel Zezé

Estação da Rêde Viação Cearense

bral, pertencente à Rêde de Viação Cearense e estradas rodoviárias que ligam a cidade aos municípios vizinhos e à capital do Estado, por intermédio dos seguintes meios de transporte: a Independência: rodoviário — 56 km; a Ipueiras: ferroviário (R.V.C.) — 93 km; a Nova Russas: ferroviário (R.V.C.) — 60 km; a Tamboril: rodoviário — 61 km; misto: a) ferroviário (R.V.C.) — 31 km até a Estação de Sucesso, e b) rodoviário — 30 km; a Marvão, PI: rodoviário, via São Miguel do Tapuio — 109 km; misto: a) ferroviário (R.V.C.) — 58 km até a Estação de Oiticica, e b) rodoviário — 75 km; a São Miguel do Tapuio, PI: rodoviário — 120 km; à capital estadual: 1.º misto: a) ferroviário (R.V.C.) — 208 km até Sobral, e b) rodoviário 235 km; 2.º misto: a) ferroviário (R.V.C.) — 337 km até Camocim, e b) marítimo — 317 km; ferroviário (R.V.C.) — 442 km; rodoviário — 395 km.

Existe na sede municipal um campo de pouso e um aeroporto, em construção pelo 4.º Batalhão Ferroviário.

Como meio de comunicações há uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, uma Estação Telegráfica da Rêde de Viação Cearense e duas Estações Radiotelegráficas, uma pertencente ao 4.º Batalhão Ferroviário e a outra à 8.ª Cia. da Fôrça Policial do Ceará.

ASPECTOS URBANOS — Crateús é uma das principais cidades do Ceará, abrigando população que se eleva a 7 391 habitantes, verificada por ocasião do levantamento censitário de 1950. Em 1954, a cidade de Crateús compunha-se de 2 226 prédios, dos quais 1 548 eram exclusivamente residenciais. Dos 43 logradouros que constituem a urbe de Crateús, 9 são pavimentados, representando 25% de sua área, sendo 5% a paralelepípedos e 20% com materiais de outros tipos.

Trecho da Rua Coronel Giló

A cidade é bem iluminada contando com 618 ligações domiciliares. É mantido pela Prefeitura Municipal o serviço de limpeza pública, relativamente desenvolvido, não se limitando apenas à remoção do lixo das vias públicas, mas ainda à coleta do lixo domiciliar, que serviu, em 1956, a 980 prédios. Há na sede municipal 4 hotéis cuja diária varia de Cr$ 80,00 a Cr$ 120,00, fornecendo alimentação e pousada. Em 1956, encontravam-se registrados na Prefeitura Municipal 46 caminhões, 31 jipes, 13 camionetas, 12 motocicletas e 12 carroças. Para diversão dos habitantes há na sede do município 1 cinema e 1 teatro.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há em Crateús um Pôsto de Puericultura mantido pela Associação de Proteção à Infância e à Maternidade, Pôsto de Higiene de Crateús, mantido pelo Govêrno do Estado, e a Maternidade Darcy Vargas, da Legião Brasileira de Assistência, todos prestando assistência médica geral e especializada aos habitantes locais. Estão em atividade no município 4 médicos, 4 dentistas e 3 farmacêuticos, assistindo os crateuenses.

Igreja-Matriz do Senhor do Bonfim

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Quanto à assistência social, possui o município as seguintes entidades: "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância", "Núcleo da Legião Brasileira de Assistência", que, de acôrdo com as suas finalidades, prestam relevantes benefícios à população em geral, enquanto o "Centro Artístico Crateuense" e o "Círculo Operário de Crateús", sòmente aos seus associados. A Conferência Vicentina mantém uma Vila, que serve de recolhimento às pessoas desamparadas, além de prestar outros auxílios.

No que se relaciona com o cooperativismo, há, na cidade, a "Cooperativa Mista dos Agricultores, Criadores e Proletários de Crateús Lt.da "Central", fundada em 1941. A sua principal finalidade é o fornecimento e revenda de material agrícola. Em 31 de dezembro de 1956, congregava 153 sócios.

ALFABETIZAÇÃO — O número total de habitantes com 5 anos e mais, em Crateús, segundo revela o Recenseamento Geral de 1950, foi de 27 935, dos quais 8 408, ou seja, 30,09% sabiam ler e escrever, sendo 4 374 homens e 4 034 mulheres. Com a mesma idade escolar existiam na sede municipal 6 200 pessoas; destas, 2 875 eram alfabetizadas (1 274 homens e 1 601 mulheres). O município ocupa o

5.º lugar entre os de maior índice percentual de alfabetização. com relação aos do interior do Estado.

Ensino — No ano de 1956, o município de Crateús possuía 94 unidades escolares de ensino primário fundamental comum, com a matrícula inicial de 2 201 alunos masculinos e femininos. Em 1950 a taxa de matrícula atingiu 28,30% em Crateús e 24% no Estado do Ceará. Havia ainda no município 2 estabelecimentos de ensino extraprimário denominados: Escola Técnica de Comércio Padre Juvêncio e Escola Normal Rural, com a matrícula inicial de 190 alunos de ambos os sexos (88 masculinos e 102 femininos). Lograram conclusão de curso 35 estudantes (10 homens e 25 mulheres).

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade encontra-se 1 cinema, o "Cine-Teatro Poti", com 300 lugares e funcionamento diário; há ainda uma associação cultural, o "Centro Esportivo Crateuense", com finalidade esportiva, duas tipografias, 2 serviços de alto-falantes e uma biblioteca da Prefeitura Municipal, de assuntos gerais, com 500 volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	447	1 071	955	375	915
1951	551	1 651	1 024	481	929
1952	790	1 420	1 158	407	1 174
1953	1 139	1 779	1 597	382	1 597
1954	1 276	2 219	1 405	400	1 414
1955	1 317	3 000	2 176	882	2 163
1956	1 399	5 293	2 941	1 124	2 681

Trecho da Rua Pedro II

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Na cidade, há um grande arco de alvenaria e cimento armado, nas proximidades de um viaduto, por onde passam os trens. Foi construído em homenagem à Nossa Senhora de Fátima quando de sua peregrinação por essa cidade. É uma obra monumental, tanto pelo seu valor arquitetônico como pelo motivo que evoca. Há, ainda, a estátua imponente de Cristo Redentor em frente à Matriz e umas cruzes de madeira nos subúrbios da cidade, que, segundo tradição, foram mandadas erigir por um religioso de nome frei Vidal, no ano de 1798.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — São tradicionalmente religiosas as festividades locais. A do Padroeiro, Senhor do Bonfim, é uma comemoração secular, atraindo grande número de fiéis. É constituída de noitadas, representando classes e associações que se empenham em ultrapassar umas às outras, o que contribui para maior brilhantismo. É um movimento exclusivamente religioso, não havendo nenhum ato profano. No dia 1.º de janeiro de cada ano, dia da festa, sai em procissão a imagem do Senhor do Bonfim, venerada pelo povo dessa terra há mais de 160 anos, tendo vindo da Bahia ainda em costas de escravos. Os fiéis nessa data, com todo fervor comemoram o encerramento das festividades iniciadas a 23 de dezembro com tôda pomposidade. A imagem é preciosa, não só pelo seu valor artístico, como pela tradição. A festa da Imaculada Conceição é outra comemoração digna de destaque. Começa no dia 29 de novembro e termina a 8 de dezembro. É tradicional, visto constituir a festa do marianismo local, razão de ser verdadeiramente imponentes tôdas as suas solenidades, em especial a procissão.

Casa residencial

As manifestações a São Francisco das Chagas são também movimentadas. Iniciam-se no dia 26 de setembro e encerram-se no dia 4 de outubro. Apesar de datar de 1945, sua celebração se vem tornando tradicional, assemelhando-se à do Padroeiro. No dia da festa, o povo sai em procissão, conduzindo pedras na cabeça, a fim de levar o seu auxílio ao templo em construção, em honra dêsse grande santo. Notam-se ainda nesse dia várias pessoas vestidas em trajes de frades franciscanos, em homenagem ao santo festejado.

VULTOS ILUSTRES — *Maximino Barreto* — Brilhante militar, exerceu importantes comissões do Exército. Foi co-

Vista de outra casa residencial

12 — 24 932

Vista parcial do 4.º Batalhão Ferroviário

mandante de Região, deputado estadual no Ceará e comandante do Corpo de Bombeiros da Capital da República. Nasceu a 20-4-1870. *General Gentil Falcão* — Nascido a 15-11-1885 — Engenheiro Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Antigo deputado federal e figura de destaque na política do Ceará. *Padre José Rufino Soares Valamira* — Orador de nomeada. *Dr. Nagib de Mélo Jorge* — Nascido a 31-8-1908 — sua cultura é reconhecida. *Dr. Clóvis Catunda* — Médico de grande capacidade científica. *Dr. Nelson de Araújo Catunda* — Médico de grande cultura e deputado federal. *Dr. Antônio Jorge de Queiroz Jucá* — Nascido a 1915 — médico de renome. *Abelardo Fernando Montenegro* — Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará. Publicou: "Rui Barbosa e a Revolução Industrial no Brasil" (1951); "Soriano de Albuquerque, Um Pioneiro da Sociologia no Brasil" (1952); "Duas Teses" (1953); "Parlamentarismo, Presidencialismo e Patriarcalismo" (1953); "O Romance Cearense" (1953); "Ceará — Tentativa de Interpretação" (1953); "Tobias Barreto e Machado de Assis" (1954); "Antônio Conselheiro" (1954); "Cruz e Sousa e o Movimento Simbolista no Brasil" (1954); "A Ânsia de Glória de Balzac e Outros Estudos" (1954); "História do Cangaceirismo no Ceará" (1955); "Introdução a Keyserling" (1955); "O Messianismo Russo" (1955); e várias teses.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Crateús pode ser citado como um dos primeiros centros agrícolas mais importantes do Estado, possuindo um comércio bem movimentado.

A cidade é hoje a sede do 4.º Batalhão Ferroviário, dada a sua excelente situação geográfica. Além das construções de estradas e açude, essa importante corporação está edificando a sua "Vila Militar Operária" próxima à sede municipal, melhoramentos que já refletem, sensìvelmente, no progresso acelerado de Crateús.

Praça Francisco Sá

O município conta 38 açudes, tendo a capacidade total superior a 26 milhões de metros cúbicos.

A sua agricultura é fomentada por um serviço especializado — "Pôsto Agropecuário de Crateús" — mantido pelo Ministério da Agricultura e fundado em 1951.

A "Paróquia do Senhor do Bonfim", fundada em 1834, possui 10 templos, que são: Igreja-Matriz, 7 igrejas comuns e 2 capelas. Existem no município 8 associações religiosas do culto católico.

Há, ainda, um culto protestante, da igreja "Evangélica Cristã", localizado na sede municipal.

Os veículos que trafegam por Crateús são atendidos por 5 bombas de gasolina e 2 oficinas de reparos, regularmente montadas.

Têm atividades profissionais no município 4 médicos, 3 advogados, 4 dentistas, 3 farmacêuticos e 1 agrônomo.

Dos seus eleitores inscritos em número de 9 956, em 1954, 4 242 votaram nas eleições gerais do mesmo ano.

Os seus habitantes são denominados crateuenses.

Vista de um prédio residencial

Sôbre o significado do topônimo, transcreve-se, de "O Ceará" — (2.ª Edição — 1945) o seguinte: "O Dr. Paulino Nogueira, conforme Vocabulário Indígena citado na Revista do Instituto do Ceará, vol. 2.º, pág. 254, afirma que Crateús ou Carateús é o nome da tribo que habitava o sertão que ainda hoje conserva o seu nome. Vem de *cará*, "batata" e *teú* "lagarto": batata de teú".

"Pompeu Sobrinho é contrário a essa opinião. Apesar da fisionomia tupi — escreve — o vocábulo parece não pertencer a êsse idioma. Sabe-se que a relação do genitivo no tupi se faz, como em inglês, em casos semelhantes. Teríamos então "teú de batata", verdadeiro contra-senso. O índio — continua Pompeu Sobrinho — diz: "aratanha" — bico de periquito; "itaoca" — casa de pedra. Quando porém uma palavra indica a qualidade de outra, se admite em tupi uma construção análoga à do vocabulário em estudo. Por outro lado, na literatura botânica não achamos a denominação "carateú". A dicção crateú — acrescenta — deve ser de origem tapuia, provàvelmente cariri. Neste caso poderia ser analisada: *kra*, sêco e *té*, sufixo formador de particípios verbais. *"Kraté"*, "coisa sêca", "lugar sêco". Mais o advérbio *"yú"*, repetidas vêzes, freqüentemente, mui-

to, donde *"Krateyú"*, *"crateú"*, *"cratiú"*. A origem da palavra, entretanto, pode ser outra. Na região agora chamada Crateús, para os lados da Ibiapaba, viviam os índios Karetiús ou Karatis, como refere Morais Navarro em carta a El-Rei. A terminação "us" parece indicar "povo" ou mais particularmente "tribo", o que viria a ser "índios da tribo Karati".

"Primitivamente, Crateús chamou-se Piranhas, em virtude da grande quantidade dêsse peixe existente nos seus rios. O vocábulo "piranha" (peixe de grande ferocidade) é uma aglutinação de *pirá*, peixe e *anhangá*, diabo, na opinião de Paulino Nogueira e Araripe Junior."

CRATO -- CE

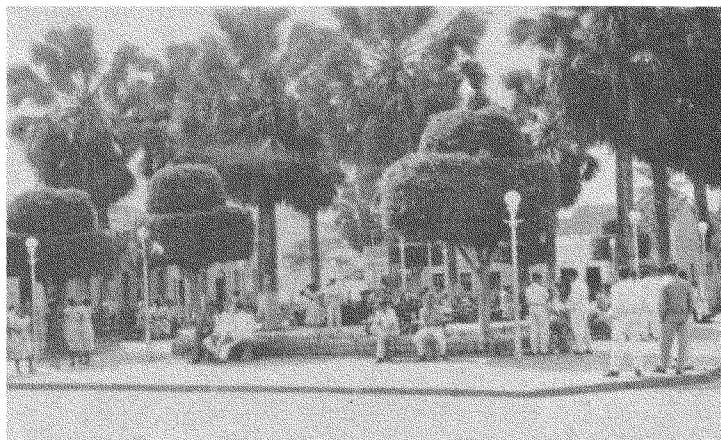
Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Crato, que ocupa o quinto lugar na formação dos municípios do Ceará, tornou-se vila sob a Ouvidoria de Vitorino Pinto Soares Barbosa, no dia 21 de junho de 1764, com a denominação de Vila Real do Crato, nome escolhido em homenagem ao vilarejo português de Alentejo.

Fundado o município, de acôrdo com a Carta e a Portaria de 6 e 15 de agôsto de 1762, respectivamente, do Governador da Capitania de Pernambuco, Luís Diogo da Silva, confirmadas pelo Conde de Vila Flor, seu sucessor, em Carta de 10 de dezembro do mesmo ano, foram nomeados juízes ordinários o capitão Francisco Gomes de Melo e o índio José Amorim. Para o elevado cargo de capitão-mor foi designado o recifense Arnaud de Holanda Correia (ou Cavalcante, segundo João Brígido), que foi sucedido pelo grande caudilho José Pereira Filgueiras. Criou-se um corpo de Cavalaria, cujo comando foi confiado ao coronel Antônio Lopes de Andrade.

Antes do seu descobrimento, ocorrido nas últimas décadas do século XVII, a região era habitada pelos belicosos índios cariris, descendentes remotos dos primeiros imigrantes protomalaios chegados às costas americanas do Pacífico, e que se estabeleceram no sul do Ceará no IX ou X século da nossa era.

É fato inconteste que os exploradores baianos devassaram o Cariri entre 1660 e 1680, perseguindo índios ou animados pela conquista de novas terras, a serviço da Casa da Tôrre, como admite o historiador Padre Antônio Gomes de Araújo.

Trecho da Rua Dr. João Pessoa

Praça Siqueira Campos

Depois dos sesmeiros da bacia do Riacho dos Porcos (1680-1690), Gil Miranda, capitão Antônio Mendes e Lobato e Manuel Rodrigues Ariosa foram os primeiros concessionários de sesmarias no Cariri, no período de 1702 a 1703.

As terras de Ariosa, que se estendiam de Crato a Juàzeiro, passaram a seus herdeiros em 1716, e dêstes, por compra, ao referido Capitão Lobato. Falecido êste, o domínio se transmitiu à sua filha Maria Ferreira da Silva, casada com o capitão-mor Domingos Álvares de Matos. A parte do legado que abrangia a área atual da cidade foi doada pelo casal aos índios carius da Missão do Miranda, a 3 de dezembro de 1743.

A partir de 1714, o futuro município começou a receber colonizadores, vindos da Bahia, de Sergipe e Pernambuco, atraídos pela paisagem e fertilidade do solo, "em cujos sesmos se instalaram por acostamento ou compra".

No referido dia 3 de dezembro de 1743, o missionário Frei Carlos Maria de Ferrara tomou posse do espaço de terra doado para o Aldeamento e Missão, em cujo ato figurou o tabelião Roque Correia Marreiros. Segundo afirma Antônio Bezerra, a obra de Frei Carlos foi estabelecida inicialmente a dois quilômetros a sudeste da cidade, transferindo-se depois para a margem direita do rio Granjeiro, local hoje ocupado pelo "Jardim Frei Carlos de Ferrara", defronte à Sé-Catedral. Ali, em janeiro de 1745, o aludido missionário ergueu uma igreja em honra de Nossa Senhora da Penha e Frei Fidélis de Sigmaringa, cuja estrutura devia ser "de barro, coberta de fôlhas de palmeiras, e com enxaiméis, caibros e ripas amarrados de cipó". À sua frente se estendia o Aldeamento, marco inicial da futura comunidade.

Durou dez anos (1740-1750) o apostolado de Frei Carlos na Missão do Miranda, nome que precedeu Aldeia do Brejo Grande, antecedente de Crato.

Os tutelados do fundador da cidade, através de uma manobra de usurpação, foram expulsos de suas terras em 1779, e deportados para Parangaba, onde se extinguiram às mãos de administradores incapazes.

A vida pastoril dominou a região até o ano de 1750, época em que tiveram início as instalações dos primeiros engenhos, vindos de Pernambuco. Data daí o desenvolvimento industrial da cana-de-açúcar, criadora da aristocracia rural do Cariri. Crato era então constituído dos atuais

Vista parcial aérea da cidade

municípios de Barbalha, Jardim, Missão Velha, Caririaçu, Juàzeiro do Norte, Farias Brito, Santana do Cariri, Milagres, etc.

A freguesia foi criada por Provisão de março de 1762, sob a invocação de Nossa Senhora da Penha de França, tendo sido inaugurada, porém, a 4 de janeiro de 1768, quando se desligou da freguesia de Missão Velha. Foi seu primeiro Vigário o Padre Manuel Teixeira de Morais. Data daqueles tempos, como alude João Brígido dos Santos, a preeminência do Crato entre os povoados do Cariri, todos, atualmente, transformados em prósperos municípios, mas gravitando ainda em tôrno da chamada Capital do Cariri.

Em etapas sucessivas de progresso, assinalado pelo desenvolvimento urbano e crescimento de suas riquezas, Crato recebeu foros de vila em 21 de junho de 1764, como já foi dito, e foi elevado à categoria de comarca por Alvará de 27 de julho de 1816. Anos depois lançaram-se os fundamentos do edifício que serve, ainda hoje, de cadeia pública e prefeitura do município.

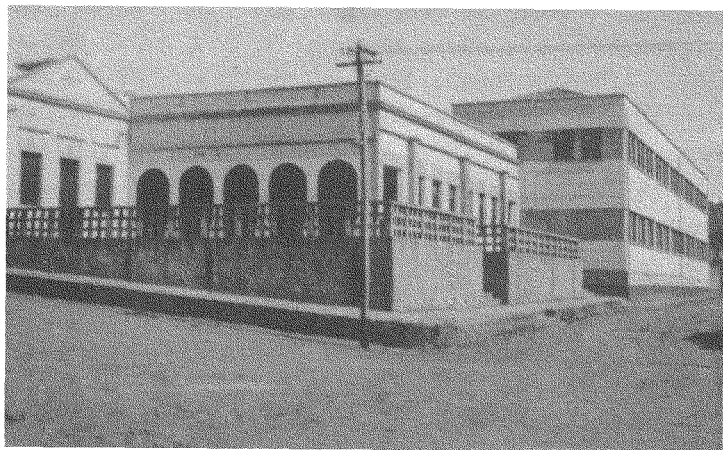
Ao lado dêsse progresso crescia o civismo do povo cratense, a ponto de levantar o estandarte da República em 1817. Com efeito, no dia 3 de maio daquele ano, após a celebração da missa na Matriz edificada no mesmo chão da humilde igreja de Frei Carlos, o ardoroso subdiácono José Martiniano de Alencar subiu ao púlpito, fêz o elogio da revolução desencadeada em Pernambuco a 6 de março e leu o manifesto de José Luís de Mendonça, membro do govêrno provisório.

Senhor da situação na vila, José Martiniano seguiu para Jardim no dia 5, acompanhado do irmão Tristão Gonçalves e outros. Ali repetiu a cena de Crato, com o apoio do seu tio Leonel Pereira de Alencar.

Sobreveio, porém, a contra-revolução no dia 11 de maio, chefiada por José Pereira Filgueiras, tenente-coronel Leandro Bezerra Monteiro e sargento-mor José Vitoriano Maciel. Ao meio-dia, à frente de mil homens, o capitão-mor Filgueiras hasteou uma bandeira encarnada no alto do Barro Vermelho, nas vizinhanças do Crato, enquanto Leandro, Vitoriano e João Lobo de Macedo ocupavam as estradas que davam acesso à vila. Estava finda a revolução.

"Presos José Martiniano e os mais insurretos, foram remetidos devidamente algemados para Fortaleza; D. Bárbara de Alencar, a bela heroína cearense, não escapou à sanha dos adversários: prêsa a 13 de junho de 1817, foi conduzida igualmente à Fortaleza, dali para Pernambuco e logo depois, para Bahia, onde foram encarcerados os 25 promotores da rebelião.

"Só mais tarde, em virtude de ter sido anulada a devassa a que se procedeu contra os insurgentes, reconquistaram êles a liberdade, após longos sofrimentos suportados nos duros cárceres da época."

Em 1.° de setembro de 1822, representado pelos vereadores e autoridades, entre as quais o capitão-mor José Pereira Filgueiras, o povo do Crato rebelou-se contra a Junta Governativa do Ceará, acusada de retardar a execução

Colégio Diocesano

do decreto de 3 de junho. Reunido no Icó em 16 de outubro, o Colégio Eleitoral criou um Govêrno Temporário em oposição à Junta de Fortaleza. O ato porém foi rechassado pelas autoridades locais aliadas aos portuguêses ali residentes. No dia 19 de novembro, a Câmara do Crato empossou solenemente os membros do Govêrno Temporário, presidido por Filgueiras e secretariado pelo Padre Manuel Antônio de Souza, Vigário de Jardim. Marchando com seu exército contra a Capital, José Pereira Filgueiras entrou triunfantemente em Fortaleza no dia 23 de janeiro de 1823, instalando o Govêrno Temporário por êle presidido e consolidando a independência no Ceará.

Logo depois, atendendo ao apêlo do Govêrno Independente do Piauí, ainda inseguro e ameaçado pelas fôrças lusitanas de Fidié, Filgueiras reuniu suas fôrças no Crato, de onde partiu a 27 de maio, coadjuvado por Tristão Gonçalves de Alencar Araripe. Estruturando em Campos Sales, o "Exército Libertador e Pacificador" atingiu Oeiras, já em poder de uma junta independente, em 15 de junho, onde Filgueiras recebeu a carta do Govêrno Imperial, de 16 de abril de 1823, encarregando-o de libertar o Maranhão.

No dia 23 de julho, os oito mil homens de Filgueiras e Tristão estabelecem o cêrco de Caxias. A praça capitulou no dia 31 e, a 1.º de agôsto, os 700 homens de sua guarnição depuseram as armas, tendo caído em poder dos sitiantes 20 canhões e 5 bandeiras.

Em 1824, o Crato voltou a ser convulsionado por notáveis acontecimentos, por ocasião do movimento revolucionário eclodido no Recife, a 2 de julho daquele ano, sob a denominação de Confederação do Equador. Fiéis aos ideais republicanos, os Alencares aderiram ao movimento, tendo agora o apoio do capitão-mor José Pereira Filgueiras. Como em 1817, não têm êxito. O Padre José Martiniano foi prêso na Fazenda Pintado, Estado de Pernambuco, em 14 de novembro. Seu tio Leonel, acompanhado de um filho, foi assassinado em Jardim, a 28 de setembro. Tristão, em marcha para o Crato, morreu no combate de Santa Rosa, no atual município de Frade, em 31 de outubro. E Filgueiras, embora vitorioso no último combate em Batateira, nas proximidades de Crato (30 de outubro), resolveu depor as armas, falecendo a caminho do Rio de Janeiro, na vila mineira de São Romão, vítima de febre palustre.

No dia 28 de dezembro de 1831, a antiga vila do Crato foi tomada e ocupada pela gente do coronel Joaquim Pinto Madeira, chefe abrilista de Jardim, e do Cônego Antônio Manuel de Sousa, conhecido por "Benze-cacetes", havendo saque e depredações. Seria uma represália do caudilho à oposição que lhe fizeram os cratenses ao ser nomeado comandante-geral do Cariri, e que redundou em ruidoso processo. Vítima de uma farsa judiciária, Pinto Madeira foi fuzilado em Crato, no cume do Barro Vermelho, a 28 de novembro de 1832.

Constituído em distrito policial por ato provincial de 18 de março de 1842, Crato foi elevado à categoria de cidade de acôrdo com a Lei provincial n.º 628, de 17 de outubro de 1853.

Aos 7 de julho de 1855, circulou o primeiro número do jornal "O Araripe", dirigido pelo professor João Brígido dos Santos. Foi o primeiro órgão de imprensa fundado no sul do Ceará, e que tinha por objetivo propagar a idéia de criação da Província do Cariri Novo, cuja capital seria Crato.

Em junho de 1862, a cólera-morbo assolou o município. Entre as vítimas do horrível mal figurou o comerciante Joaquim Romão Batista, pai do padre Cícero Romão Batista.

Participando do esfôrço de guerra contra o Paraguai, Crato enviou um corpo de voluntários, composto de mais de 200 homens, alistados pelo major Antônio Ferreira Lima Abdoral. A partida dos voluntários foi realizada no dia 6 de agôsto de 1865.

A 7 de março de 1875, foi iaugurado o Seminário São José, por D. Luís Antônio dos Santos, 1.º Bispo do Ceará. Já em 1868, havia sido fundada a Casa de Caridade, por iniciativa do virtuoso padre José Antônio de Maria Ibiapina.

Em regozijo pela Proclamação da República, a Câmara Municipal do Crato realizou uma sessão extraordinária no dia 21 de dezembro de 1889, finda a qual o povo saiu em passeata pelas ruas, ao som de uma banda de música. Era presidente da Câmara o cidadão Antônio Ferreira Lobo.

Como arremate de acirrada questão política municipal, e após uma luta pelas armas que durou três dias, foi deposto, do cargo de intendente, no dia 29 de junho de 1904, o coronel José Belém de Figueiredo pelo coronel Antônio Luís Alves Pequeno.

Por fôrça da Lei estadual n.º 1 028, de 22 de julho de 1911, Crato perdeu o distrito de Juàzeiro, que assim se tornou município.

No dia 24 de janeiro de 1914, Crato foi mais uma vez assaltada e saqueada. Cumprindo ordens dos chefes da chamada sedição do Juàzeiro, aliados do coronel Antônio Luís Alves Pequeno, numerosíssimo grupo de jagunços investiu contra o Crato, depredando e roubando.

Pela Bula Papal de 20 de outubro de 1914, foi criada a Diocese de Crato. Foi seu primeiro bispo Dom Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, que tomou posse em 25 de dezembro de 1915. Espírito criador, D. Quintino estendeu seus esforços à instrução, fundando o Colégio Diocesano do Crato em 1.º de abril de 1916, para cuja direção designou o padre José Alves de Lima.

Em 1931 o Decreto n.º 193, de 20 de maio, do Interventor Federal, Dr. Manuel do Nascimento Fernandes Távora, e em 1933, o Decreto n.º 1 156, de 4 de dezembro, do capitão Roberto Carneiro de Mendonça, sucessor do

primeiro, dividiram o município de Crato nos distritos de Crato (sede), Buriti, Ipueiras, Lameiro, Monte Pio e Quixará, erigindo-se êste último em muncípio autônomo pela Lei n.º 268, de 30 de dezembro de 1936.

O município, segundo a reforma administrativa de que trata o Decreto-lei n.º 169, de 31 de março de 1938, compõe-se dos distritos da sede, Buriti, Ipueiras e Lameiro. Ao designativo Ipueiras sucedeu "Dom Quintino" — como homenagem ao primeiro bispo da Diocese (Decreto-lei número 448, de 20 de dezembro de 1938). O arraial de Conceição elevou-se a sede de distrito com o nome de Santa Fé e território desmembrado dos distritos de Lameiro e Dom Quintino, em 20 de dezembro de 1938 (Decreto-lei número 448, citado).

O distrito e a vila de Buriti, em 30 de dezembro de 1943 (Decreto-lei n.º 1 114), tiveram o topônimo substituído pelo de Muriti.

Após a divisão administrativa de 1943, determinada pelo Decreto-lei n.º 1 114, ultrapassado o período qüinqüenal de sua vigência, surgiu, no govêrno Raul Barbosa, novo quadro territorial do Estado, em 1952 (Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951), destinado a vigorar sem alteração até 31 de dezembro de 1953, no qual o município figura com os mesmos distritos da divisão anterior, assim permanecendo até hoje.

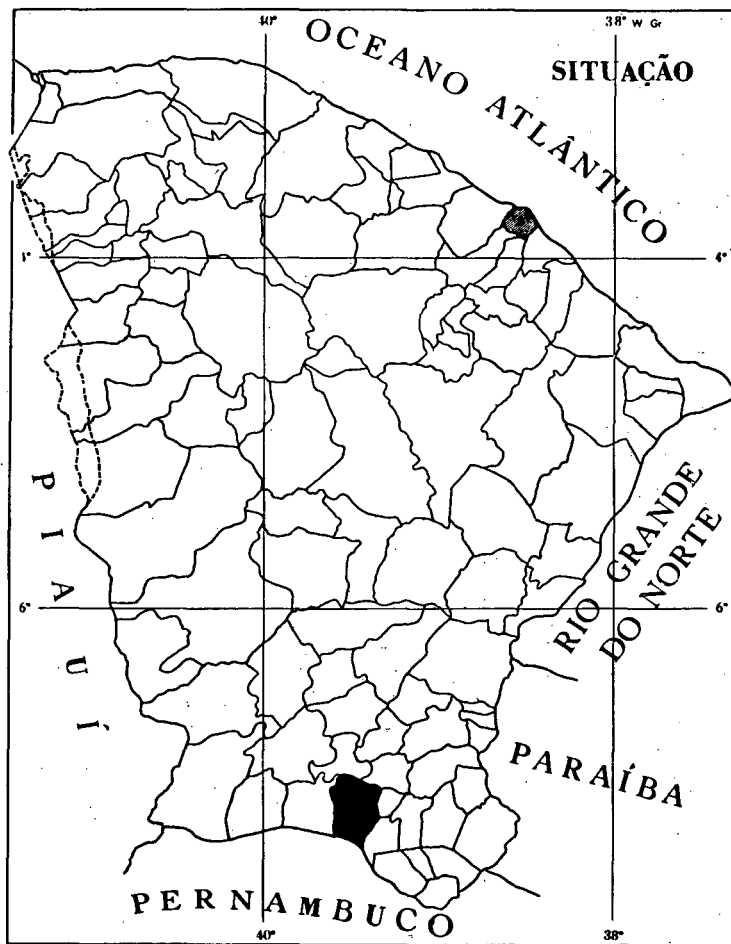
A comarca, cujo primeiro ouvidor foi José Raimundo do Passo de Porbém Barbosa, foi dividida em duas vagas, conforme a Lei estadual n.º 1 005, de 4 de junho de 1951. A 2.ª Vara foi instalada solenemente em 5 de julho do mesmo ano. Foi seu primeiro Juiz o Dr. José Jucá Filho, e seu promotor o Dr. José Ribeiro Dantas.

No dia 17 de outubro de 1953, Crato viu passar o centenário de sua elevação à categoria de cidade, data que foi comemorada pela Municipalidade com a colaboração do seu povo. Figuras mais eminentes da administração e da política do País estiveram presentes aos festejos, coordenados pelo Prefeito, Dr. Décio Teles Cartacho. Na mesma data foi fundado o Instituto Cultural do Cariri, sendo eleito presidente o escritor Irineu Nogueira Pinheiro.

Plantada ao sopé da Serra do Araripe, de onde brotam 70 fontes, cidade que se renova ao ritmo de um progresso surpreendente, servida por energia elétrica ininterrupta, com rêde telefônica e canalização de água, possuindo uma radioemissora — a Rádio Araripe do Crato — logradouros públicos, ruas bem pavimentadas, estabelecimentos de nível secundário e superior, ligada por linhas aéreas às principais cidades do País, Crato não é apenas um oásis geográfico, mas o centro principal de uma região que se tornou celeiro autêntico do Nordeste, "seleiro de riquezas e de homens", na expressão lapidar do sociólogo Joaquim Pimenta.

Edifício Filgueiras Teles (Grande Hotel)

Tais características, porém, não lhe dariam a preeminência que mantém sôbre as demais cidades da região, se não houvesse preservado o patrimônio cultural e cívico das gerações passadas.

LOCALIZAÇÃO — O município de Crato situa-se na Zona Fisiográfica do Cariri. Limita com Santana do Cariri, Farias Brito, Caririaçu, Juàzeiro do Norte, Barbalha e com o Estado de Pernambuco. A cidade dista da Capital do Estado, em linha reta, 396 km, na direção 14° 18' S.O. e possui as seguintes coordenadas geográficas: 7° 13' 53" de latitude Sul e 39° 24' 28" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — Situa-se a sede municipal a 422 metros de altitude.

CLIMA — Crato apresenta um clima variável, quente na época do verão e frio no período invernoso. Na chapada do Araripe, no entanto, o clima é sempre fresco e saudável. A temperatura varia entre 22 e 32 graus centígrados, sendo mais freqüentes os 27 graus. O período de inverno vai de janeiro a junho e o de verão de julho a dezembro. A época mais chuvosa é de janeiro a abril. A precipitação pluviométrica é de 1 243,9 mm.

ÁREA — A área do município de Crato é de 984 km², ocupando o 54.º lugar em relação à área das demais comunas do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia do município de Crato em cêrca de dois terços de sua extensão territorial apresenta-se acidentada. O restante é constituído por vales e tabuleiros. O principal acidente geográfico é a Serra ou Chapada do Araripe, que é um seguimento da Serra Grande ou Serra da Ibiapaba. É um extenso planalto de grande fertilidade. Conhecem-se ainda as serras Talhadas, Almécegas, os montes Juá, Pintado e Carvoeiro e o Alto do Leitão.

No sistema hidrográfico do município podemos incluir, além dos 7 açudes públicos e particulares ali existentes, os seguintes rios e riachos mais importantes: rios Batateiras, Carás e Cariús; riachos Carneiro, Inferno, Jardim, Cotias, Correntim, Mata, Catingueiras, Perus, Bode, Lopes, São José, Lôbo, Grangeiro, Água Fria, Mineiro, Faustino e Caldeirão.

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas naturais em evidência no município são as seguintes: gêsso, barro (argila), madeiras, côco babaçu e pequi.

POPULAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou no município de Crato, uma população composta de 46 408 habitantes, distribuída como se segue: homens 21 612; mulheres — 24 796; brancos 14 092 (6 417 homens e 7 675 mulheres); pardos — 24 924 (11 856 homens e 13 068 mulheres); pretos — 7 313 (3 309 homens e 4 004 mulheres); 1 (homem) amarelo; e sem declaração — 78 (29 homens e 49 mulheres). Por êstes elementos se verifica que Crato é um dos municípios em que o número de pardos mais se sobrepõe ao de brancos.

Tipo característico presente à feira

Quanto ao estado civil, a observação feita em relação às pessoas de 15 anos e mais revela o seguinte no levantamento censitário de Crato: 10 163 solteiros (4 302 homens e 5 861 mulheres); 13 891 casados (6 714 homens e 7 177 mulheres); 1 985 viúvos (334 homens e 1 651 mulheres); 6 desquitados (2 homens e 4 mulheres); e 67 sem declaração de estado civil (17 homens e 50 mulheres), totalizando 26 112 habitantes compreendidos no grupo de idade de 15 anos e mais (11 369 homens e 14 743 mulheres).

No que concerne à religião, a população cratense estava distribuída da seguinte maneira, sempre, como de ordinário, com a saliente predominância dos católicos romanos sôbre os de outras religiões: católicos romanos — 46 152 (21 502 homens e 24 650 mulheres); protestantes — 160 (62 homens e 98 mulheres); espíritas 5 (homens); outras religiões — 11 (7 homens e 4 mulheres); e sem religião — 28 (18 homens e 10 mulheres). Convém salientar que Crato dispõe de seminário secular e de um outro pré-vocacional da Sagrada Família e é sede de bispado.

A densidade demográfica de Crato era de 47,16 habitantes por quilômetro quadrado, figurando no 5.º lugar entre os mais densos do interior do Estado.

A população rural do município de Crato é da ordem de 29 632 habitantes (14 366 homens e 15 266 mulheres), representando 63,85% da população geral do município, bem aquém do índice que representa a população rural do Estado, que é de 71,81%. Crato é um dos poucos municípios cearenses em que, na distribuição da população por sexo, se verifica que há mais mulheres que homens, tanto no conjunto total, como distinguindo-se os habitantes urbanos dos rurais.

Quanto à nacionalidade, a população cratense se distribui por: 46 381 brasileiros (21 592 homens e 24 789 mulheres); 2 naturalizados (homens); 18 estrangeiros (16 homens e 2 mulheres); e 7 sem declaração de nacionalidade (2 homens e 5 mulheres).

O município do Crato, na classificação dos municípios do interior cearense, tendo-se em vista a seqüência numérica de natureza demográfica, ocupa o 10.º lugar.

O município de Crato, segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística, para 1.º de julho de 1957, possui o efetivo de 51 661 habitantes, tendo aumentado, no período de sete anos, relativamente ao Censo de 1950, de 5 253 pessoas, ou seja, 11,32%. Êsse acréscimo como se pode ver, é inferior ao que sofreu o Estado no mesmo período, calculado em 18,54%.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — As 5 aglomerações urbanas de Crato se apresentam com a seguinte ordem demográfica: cidade do Crato — 15 464 habitantes (6 636 homens e 8 828 mulheres); vila de Dom Quintino — 329 (154 homens e 175 mulheres); vila de Lameiro — 539 — (294 homens e 290 mulheres); vila de Muriti — 365 (168 homens e 187 mulheres); e vila de Santa Fé — 79 (39 homens e 40 mulheres).

Dentre as cidades do interior do Estado do Ceará, Crato é uma das mais populosas, ocupando o 3.º lugar, superada apenas por Juàzeiro do Norte e Sobral.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura constitui a principal fonte de riqueza do município, notadamente a cultura da cana-de-açúcar, produto em que se baseia a economia local.

Segundo revelou o Recenseamento Geral de 1950, no ramo "agricultura, silvicultura e pecuária" estavam concentrados 68,44% do total da população ativa de Crato, considerados os habitantes de 10 anos e mais.

A safra agrícola de 1955, conforme dados do Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, foi estimada em mais de 22 milhões de cruzeiros, salientando-se, entre outros, os seguintes produtos: 56 500 toneladas de cana-de-açúcar — 7,9 milhões de cruzeiros; 195 000 cachos de banana — 3,9 milhões de cruzeiros; 8 785 sacos de 60 quilogramas de arroz — 1,9 milhões de cruzeiros; 10 650 arrôbas de algodão arbóreo — 1,2 milhões de cruzeiros; 21 980 centos de laranja — 1,2 milhões de cruzeiros e 7 140 centos de abacate — 1,1 milhões de cruzeiros. Registram-se cultivos de menor importância, como: abacaxi, algodão herbáceo, fumo, mandioca-brava, mandioca-mansa, café, manga, tangerina, laranja, batata-doce, côco-da-baía, milho e mamona.

O excedente da produção agrícola local é transportado para os municípios de Patos, Pombal, Cajàzeiras e Campina Grande (Paraíba); Mossoró e Caicós (R. G. do Norte); Quixadá, Senador Pompeu, Quixeramobim e Fortaleza, no Ceará, principais praças compradoras de Crato.

A atividade pecuária, apesar de não ser das mais desenvolvidas e nem ter grande expressão econômica no município, representa uma atividade também importante, visto como abastece a população de carnes e leite e produtos derivados. Não havendo exportação de gado e sim importação, em grande escala, os rebanhos do município, especialmente o bovino, são bem expressivos.

Conforme apuração ainda do S.E.P., existia em 1955 um rebanho avaliado em 30,2 milhões de cruzeiros, discriminados da seguinte maneira: bovino — 11 160; eqüino — 2 860; asinino — 4 120; muar — 3 060; suíno — 12 600; ovino e caprino — 6 620.

A produção extrativa é, relativamente, de pouca significação econômica, estando em exploração os seguintes produtos: gêsso e barro (argila para fabricação de cerâmica), 42 000 toneladas (2,5 milhões de cruzeiros); madeira e lenha, 13 000 m^3 (1 milhão de cruzeiros); amêndoas de babaçu e macaúba, 210 000 quilogramas (1,3 milhões de cruzeiros); pequi, 450 000 centos (2,2 milhões de cruzeiros).

A produção anual de leite é da ordem de mais de 1,2 milhões de litros, no valor de mais de 5 milhões de cruzeiros.

Os engenhos, dornas e casas de farinha, espalhados pelo município, produzem cêrca de 5 100 toneladas de rapadura, 500 000 litros de aguardente de cana, 22 500 sacos de farinha de mandioca e 270 000 quilogramas de polvilho de goma, avaliados em mais de 21,5 milhões de cruzeiros.

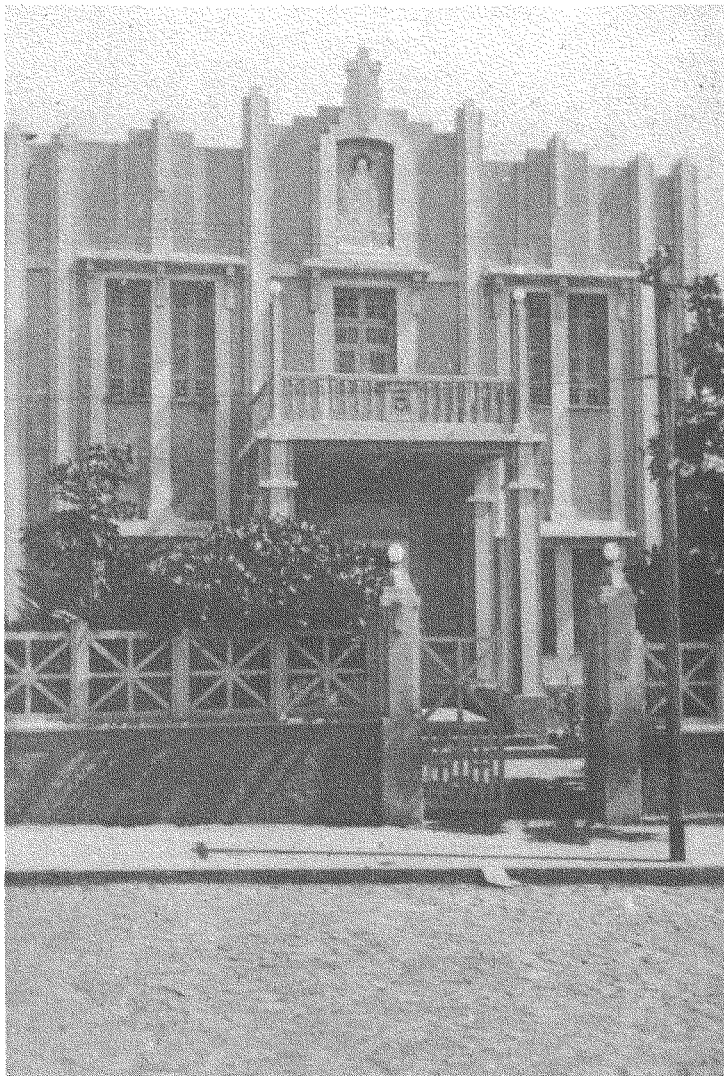
A produção de energia elétrica atingou 310 400 kWh distribuídos para consumo público e particular.

A produção de óleos vegetais (óleo de caroço de algodão) e torta, em 1956, atingiu mais de meio milhão de quilos de óleo e mais de três milhares de quilos de torta, no valor global de 16,8 milhões de cruzeiros.

Dos 72 estabelecimentos fabris que preencheram Boletins de Registro Industrial de 1956, 39 ocupavam mais de 5 pessoas e se dedicavam às seguintes atividades: 21 ao fabrico de rapadura, 8 à indústria de panificação, 6 ao beneficiamento de arroz, 6 à indústria de bebidas e refrigerantes, 6 à fabricação de tijolos e telhas de barro, 5 à torrefação e moagem de café, 3 ao beneficiamento de algodão, 2 à extração de óleos vegetais, 2 à fabricação de mosaicos e os demais a outros ramos industriais como: doces, sabões, manteiga, calçados, madeiras, tecelagem, artigos de remonta e energia elétrica.

As principais emprêsas industriais de Crato são as seguintes: Fábrica Aliança e Usina Babaçu, de extração de óleos vegetais; Exportadora Cratense e Irmãos Bezerra de Menezes & Cia., beneficiamento de algodão; Fábricas de Mosaicos "Leão" e "Luceti"; Padaria Triunfo; Cerâmica "Elba"; Fábrica de Bebida Araripe; Serraria Monteiro e os seguintes engenhos: Lagoa Encantada, São Bento, Bebida Nova, Grangeiro, Muriti, Monte Alegre, Melo, Brito, Pau Sêco, Santa Rita, B. Horizonte, Belmonte, São Vicente, Serra, Teimosa e Jacó.

COMÉRCIO E BANCOS — Em 1949 as vendas de mercadorias atingiram no comércio atacadista e varejista de Crato quase 50 milhões de cruzeiros.

Segundo o Censo Comercial de 1950, os dados acima referidos discriminam-se da seguinte forma: atacadista (Cr$ 21 436 000,00) e varejista (Cr$ 27 595 000,00).

Palacio Episcopal

Hospital São Francisco de Assis

Crato está situado entre os três municípios de maior movimento bancário do Estado, logo após Fortaleza e Sobral.

Vejam-se a seguir os elementos correspondentes apenas às contas de maior expressão (dados fornecidos pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira): Empréstimos em c/c, Cr$ 73 544 000,00; Títulos descontados, ... Cr$ 34 815 000,00; Depósitos a vista, Cr$ 15 750 000,00 e Depósitos a prazo Cr$ 3 572 000,00.

Crato mantém comércio intenso com os outros municípios da zona do Cariri, além das praças de Recife, Fortaleza, Campina Grande e São Paulo.

A sede do município conta com 24 estabelecimentos atacadistas, 290 varejistas, 131 industriais, 3 bancários (2 matrizes e 1 Agência).

O município é a 3.ª praça comercial do Estado, superada sòmente por Fortaleza e Sobral.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pela estrada de Ferro de Baturité, da Rêde Viação Cearense, e por estradas de rodagem. As ligações com os municípios vizinhos e a Capital do Estado são feitas por intermédio dos seguintes meios de transporte: Barbalha, via Juàzeiro do Norte — Rodoviário (27 km); Caririaçu, via Juàzeiro do Norte — Rodoviário — (40 km); Farias Brito — Rodoviário — (56 km); Juàzeiro do Norte — 1) Ferroviário (13 km); 2) Rodoviário (13 km); Santana do Cariri — Rodoviário — (44 km); Exu, (PE) — Rodoviário — (63 km); e Capital Estadual — Ferroviário — (61 km).

O município conta com um campo de aviação no qual pousam, com regularidade, aviões da "Real" e "Aeronorte".

Há, ainda, uma linha regular de ônibus para a Capital do Estado.

Existem na cidade uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e outra privativa da Rêde Viação Cearense.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Crato, com 15 464 habitantes, conforme apurou o Censo de 1950, conta com 29 ruas calçadas a paralelepípedos e pedras beneficiadas, com 20 716 m² e 39 594 m², respectivamente, no ano de 1954, num total de 60 310 m². Ainda, no mesmo ano, existiam 4 475 prédios, localizados nas zonas urbana e suburbana.

É servida por luz elétrica pública, com 1 758 ligações particulares. Possui serviço telefônico de uso público, com 254 aparelhos. Conta com 6 hotéis, 6 pensões e 4 cinemas, relativamente confortáveis. Há um serviço de abastecimento de água, denominado "Emprêsa de Água do Crato", de propriedade da Prefeitura Municipal, que beneficia 32 logradouros, abastecendo 1 198 prédios. Dispõe, ainda, de 6 chafarizes públicos, destinados ao mesmo fim. Encontram-se registrados na Prefeitura 91 automóveis e jipes, caminhões — 73, camionetas — 7 para carga e 2 para passageiros, ambulância — 1, motocicletas — 28, tratores — 6, bicicletas — 82, carroças comuns — 10 e 20 carros de boi.

O serviço de limpeza pública, mantido pela municipalidade, beneficia 32 logradouros e 2 850 prédios.

As suas principais praças são arborizadas e ajardinadas, em estilo moderno.

Dentre os prédios principais destacam-se: O Edifício Lucetti, Grande Hotel, Associação dos Empregados do Comércio, Palácio Episcopal, Hospital São Francisco de Assis, Seminário S. José, Estação da Rêde Viação Cearense e inúmeros bons prédios residenciais, que lhe dão o aspecto de moderníssima cidade.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Neste setor conta o município com as seguintes unidades médico-hospitalar e sanitária: Hospital São Francisco de Assis, Casa de Saúde Nossa Senhora da Conceição, Maternidade de Crato, Ambulatório São Francisco de Assis, Policlínica Dr. Miguel Limaverde, Pôsto de Puericultura da L.B.A., Pôsto de Saúde, Pôsto de Endemias Rurais, Pôsto de Serviço Nacional de Peste e Pôsto de Tracoma.

A população é assistida por 18 médicos, 8 dentistas, 9 farmacêuticos, 1 protético e 2 parteiras.

Há, ainda, várias farmácias, laboratórios de análise clínica e diversas instalações para diagnósticos e tratamento.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O município é muito bem servido no que se relaciona com assistência social. Conta a população menos favorecida com a Sociedade Cratense de Auxílio aos Necessitados, possuindo 200 sócios, fundada em 1940; Sociedade de São Vicente de Paulo, com 176 associados, fundada em 1895; Congregação das Irmãs de Crato, fundada em 1868; Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus, com 140 sócios, fundada em 1923; Associação das Senhoras de Caridade, com 190 associados, fundada em 1880; Sociedade Beneficente do Hospital São Francisco de Assis, possuindo 82 associados, fundada em 1918, e Associação das Cooperativas do Serviço de Assistência à Maternidade e Proteção à Infância de Crato, fundada em 1942, referindo-se o número de sócios a 31-XII-1956.

Para prestação de uma assistência mais direta, com asilos e recolhimentos, funcionam o Patronato Padre Ibiapina, fundado em 1953, em prédio construído para os fins de entidade, ocupado apenas pelo asilo; possui 92 leitos, com 185 asilados, e é mantido pelas Irmãs Missionárias Jesus Crucificado. Casa do Velho Pobre, fundada em 1953, prédio adaptado, ocupado apenas pelo asilo, possuindo 24 leitos, com 23 asilados, mantida pela Sociedade Cratense de Auxílio aos Necessitados; Casa de Caridade do Crato, em prédio construído para os fins a que se destina a entidade, ocupado apenas para o asilo, possuindo 24 leitos, com 21 pessoas asiladas, mantido pela Congregação das Irmãs de Caridade

do Crato, e, finalmente, o Abrigo Jesus, Maria, José, fundado em 1942, em prédio adaptado, ocupado apenas pelo asilo, possuindo 52 leitos, com 52 asilados, mantido pela Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus. Refere-se a 31-XII-1956 o número de pessoas asiladas.

Como associações de beneficência mutuária existem no município o Círculo Operário de Crato, fundado em 1934, para auxílios pecuniários, funerários e assistência escolar; Centro Trabalhista do Crato, fundado em 1934, para auxílios funerários e assistência escolar; União Artística Beneficente do Crato, fundada em 1913, com a mesma finalidade da entidade anterior, e União dos Trabalhadores do Cariri, fundada em 1941, para auxílios pecuniários, funerários, assistência médica e escolar.

Com referência ao cooperativismo, funcionam o Banco Caixeiral do Crato (Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada), fundada em 1931, para crédito; Cooperativa Agrícola do Cariri, fundada em 1933, para compra e venda em comum, e Cooperativa de Consumo, fundada em 1956.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo revela o Censo Demográfico de 1950, o total de habitantes do município de Crato foi de 38 641 habitantes dos quais 27% ou 10 504 sabiam ler e escrever, sendo 4 962 homens e 5 542 mulheres. O número de pessoas do mesmo grupo de idade, na sede municipal, era de 13 230. Dêste total, 5 875 eram alfabetizadas — 2 599 homens e 3 276 mulheres.

Ensino — O município de Crato possuía, em 1956, 139 unidades escolares de ensino primário fundamental comum, com a matrícula inicial de 5 295 alunos de ambos os sexos. A taxa de matrícula no ano de 1950 atingiu a 30,92%, em Crato, e no Estado do Ceará, 24,3%. Possuía ainda o município 12 estabelecimentos de ensino extraprimário denominados: Colégio Diocesano do Crato (curso ginasial e colegial), Centro de Iniciação Profissional 1.º de Maio, Curso de Datilografia profissional Cecílio Rocha, Curso Doméstico "Santa Zita", Escola Doméstica Nossa Senhora de Fátima, Escola Técnica de Comércio da Associação dos Empregados do Comércio do Crato, Escola de Datilografia da União Artística Beneficente, Escola de Música "Branca Bilhar", Ginásio Santa Teresa de Jesus, Seminário São José e Seminário Apostólico da Sagrada Família (preparação de jovens para a carreira eclesiástica) e Patronato Padre Ibiapina (cursos domésticos). A matrícula inicial das referidas escolas foi de 1 192 alunos de ambos os sexos, sendo 75 masculinos e 617 femininos. Lograram concluir o curso, 35 estudantes (10 homens e 25 mulheres).

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem na cidade 7 bibliotecas, 4 das quais se destacam pelo número de volumes que apresentam, conforme demonstração que se segue: Biblioteca São José, com 2 500 volumes; Biblioteca do Colégio Diocesano, 2 000 volumes; Biblioteca Farias Brito, com 1 800 volumes e Biblioteca Pública Municipal, com 1 500 volumes. As demais, apesar de menos movimentadas, apresentam regular funcionamento, conforme se verifica; Biblioteca Tristão de Ataíde, com 1 200 volumes; Biblioteca São Luís de Gonzaga, com 1 000 volumes e Biblioteca Capistrano de Abreu, com 800 volumes.

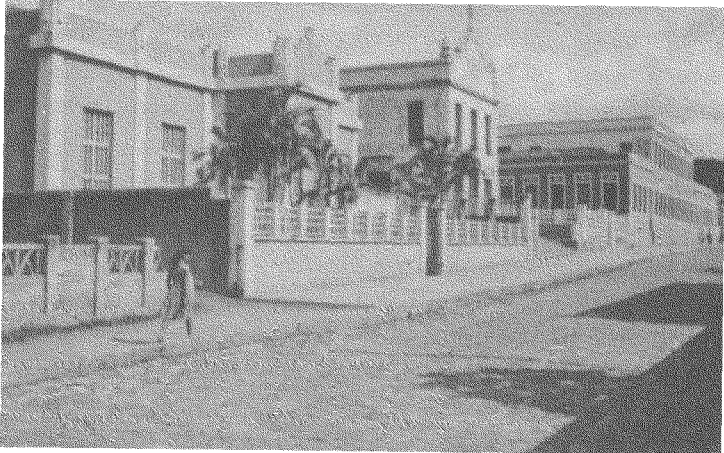
Funcionam 2 jornais, "A Ação" e "Jornal da A.A.B.B.", além de 1 revista, a "Itatyera", órgão de assuntos históricos e literários.

Há 11 associações esportivas e culturais, das quais 6 se destinam à atividade esportiva, 4 são lítero-culturais e recreativas e 1, lítero-assistencial. No primeiro grupo encontram-se: Liga Cratense de Desportos, Cariri Esporte Clube, Crato Tênis Clube, Crato Atlético Clube, Esporte Clube de Crato e Sociedade de Caça e Pesca. No segundo acham-se a Associação dos Empregados do Comércio, Instituto Cultural do Cariri, Instituto de Cultura São Luís e Sociedade de Cultura Artística de Crato. Com finalidade lítero-assistencial, vem o Centro Pró-Alfabetização da Sociedade de Santa Fé. Existem 2 cinemas e 1 cine-teatro. De acôrdo com o movimento, vem em primeiro plano o Cine Cassino, com funcionamento diário e capacidade para 40 lugares. Em seguida, o Cine Moderno, também com funcionamento diário e com 350 lugares e por último, o Cine-Teatro da Rádio Araripe de Crato, com 294 lugares. Existem ainda, 5 tipografias, 3 livrarias e 1 estação de rádio, a Rádio Araripe de Crato, pertencente à cadeia dos Diários Associados. Mencionada estação tem os seguintes característicos: prefixo ZYH-20, máximo de potência anódica (w) 2 000; na antena (w) 500. Freqüência máxima 1 480 kc, funcionando durante o ano 6 120 horas. Idioma, o nacional.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 738	2 742	1 829	1 052	1 779
1951	1 906	3 751	2 677	1 204	2 777
1952	2 714	4 425	3 666	1 957	3 666
1953	2 449	5 614	4 620	1 690	4 302
1954	2 887	8 291	4 248	2 137	4 152
1955	3 751	10 535	6 344	3 020	6 349
1956 (1)	3 947	...	8 715	3 894	9 129
1957 (1)	—	—	9 448	4 565	9 448

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Na cidade destacam-se os seguintes monumentos, pelo valor arquitetônico e histórico que representam: Busto de Dom Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva — 1.º Bispo de Crato; Casa onde funcionou o júri que condenou à pena de morte Joaquim Pinto Madeira; Cristo Redentor, na célebre Coluna da Hora; Gruta de Lourdes, localizada no Ginásio Santa Teresa de Jesus; A Samaritana, estátua

Ginásio Santa Teresa de Jesus

de gêsso, bem trabalhada; Estátua de Nossa Senhora da Assunção, em frente à Catedral; Obelisco Comemorativo do 1.º Centenário de Crato; Oratório de Nossa Senhora de Fátima; Monumento à Mãe Cratense e Seminário São José, magnífico prédio construído pelo 1.º Bispo do Ceará, D. Antônio Luiz dos Santos, em 1875. Foi o 1.º estabelecimento de ensino secundário que funcionou no interior do Nordeste. Atualmente, funciona como Seminário Menor e conta cêrca de 200 alunos.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Há inúmeras manifestações populares de caráter religioso, dentre as quais se destaca a tradicional festa da padroeira, Nossa Senhora da Penha. Tem lugar no dia 1.º de setembro de cada ano. É precedida de novena sobremodo concorrida pelos habitantes do município e demais moradores das localidades adjacentes. Os festejos são encerrados pela grande procissão que percorre as principais ruas da cidade.

A feira é bastante movimentada, acorrendo gente dos municípios vizinhos e dos Estados de Pernambuco, Piauí e Paraíba, sendo, em volume de negócios e concentração popular, a maior do Estado; realiza-se às segundas-feiras, dia em que um trem da R.V.C. transporta feirantes de quase todo o Estado, principalmente da zona Sul.

VULTOS ILUSTRES — *José Martiniano de Alencar* — Nascido em terras que hoje integram o município de Barbalha, no ano de 1794, tendo falecido em 1860, com 65 anos de idade, foi o mais antigo membro do Senado e um dos três restantes nomeados pela Regência permanente. que durou de 1831 a 1835.

Como diácono no Seminário de Olinda (Recife), foi um dos associados da agremiação política — Academia Paraíso — que promoveu a revolução de 1817. Enviado ao Ceará para obter apoio a êsse movimento, ali, na cidade de Crato, no patamar da igreja-matriz após a celebração do sacrifício da missa, a 3 de maio daquele ano, lançou a respectiva proclamação.

Malograda essa tentativa, foi prêso com sua mãe, Bárbara de Alencar, seu irmão e companheiro de ideal, Tristão Gonçalves de Alencar, outro irmão e adeptos, sendo conduzidos para Fortaleza, transferidos para Pernambuco e Bahia, em cujos cárceres permaneceram sofrendo as maiores torturas, durante quatro anos. Foram, ainda, seus companheiros de prisão Antônio Carlos, Andrade Machado e outras figuras de destaque na política daquela época.

Obtendo a liberdade em 1821, com o advento da ordem constitucional, foi representante do Ceará nas Côrtes de Lisboa, de onde emigrou para a Inglaterra, com outros colegas de representação, subtraindo-se ao ato do Congresso que os retinha. Fêz parte da Constituição Brasileira de fevereiro de 1824, e, desde então só estêve fora do parlamento durante quatro anos, na legislatura de 1825, por não poder ser eleito, em consequência do movimento da República do Equador, de 1824, no qual se achava comprometido.

Cumpre salientar que na segunda legislatura foi eleito por duas províncias — Minas Gerais e Ceará — optando por esta, terra de seu nascimento.

Batida a revolução de 1824, foi novamente prêso, algemado e acorrentado, e assim o trouxeram até a Côrte, através de Minas Gerais, sendo enviado ao Ceará, onde a Comissão Militar o inocentou.

Eleito deputado, foi presidente da Câmara e escolhido Senador em 10 de abril de 1832, empossando-se a 10 de maio do mesmo ano.

Falando sôbre sua existência, disse o Deputado Joaquim Bento de Souza Andrade: "Na Câmara dos Deputados, assumiu e conservou uma posição de imensa preponderância, constituindo-se o chefe da deputação de quase tôdas as províncias do Norte, e, como tal, influiu poderosamente em todos os grandes acontecimentos políticos, que se operaram no país até 1848.

Senador desde 1832, êle não fizera da cadeira vitalícia o assento do ócio e da indiferença; foi sempre o mesmo liberal de 17, 24, 31 e 40 sendo o primeiro que aventou neste último ano, a idéia da maioridade, cujo projeto saiu de sua casa para ser apresentado nas Câmaras".

Governou o Ceará duas vêzes, datando suas nomeações para dirigir a Província natal, dos anos de 1834 e 1840. Foi uma das mais profícuas administrações de todos os tempos. Chefe dos mais proeminentes do Partido Liberal, estêve sempre ao lado de Feijó, Vergueiro, José Bento e Evaristo da Veiga.

Cronistas locais de todos os matizes — entre êles Tôrres Câmara e Raimundo Girão salientam-lhe as raras qualidades de estadista de extraordinária visão. Basta citar algumas das suas iniciativas tomadas em tempo tão longínquo, para se ter uma idéia de sua excepcional capacidade administrativa. Encontrando a Província infestada de assassinos e sob a ação de cruéis potentados, êle os fêz perseguir e entregar à punição da justiça pública.

Restaurou as finanças exauridas, deixando vultoso saldo nos cofres profissionais, apesar da enorme soma de melhoramentos realizados.

Promoveu a abertura de estradas, a construção de pontes, a vinda de colonos estrangeiros, entre os quais operários especializados, quando ninguém disso cuidava; criou a Casa de Correção, adquiriu instrumentos para a abertura de poços artesianos, foi o pioneiro das obras de açudagem, e fundou o primeiro Banco para amparo ao comércio e à agricultura.

Como Senador, votou contra a vitaliciedade dos Senadores. Autor da idéia da maioridade de Pedro II, concertou em sua casa o plano dessa revolução pacífica e escreveu o projeto apresentado ao Senado.

Do seu consórcio deixou dez filhos, entre os quais figura o grande romancista e parlamentar de igual nome.

Noticiando sua morte, disse então um dos órgãos mais autorizados da imprensa carioca: "Alencar era, incontestàvelmente a maior glória da Província do Ceará".

Sem dúvida, como patriota, político e administrador, a Terra da Luz não teve, até hoje, maior vulto do que o Senador Alencar. (Cidade do Crato — J. Figueireido e Irineu Pinheiro)

Tristão Gonçalves de Alencar Araripe — Nascido no sítio "Salamanca" em terras que hoje integram o município de Barbalha, em 1790. Foi o grande herói da Revolução de 1817. Com Pereira Filgueiras, foi a figura central da expedição de Caxias, que libertou o Piauí e o Maranhão do

jugo português. Alma da República do Equador no Ceará, e por isso aclamado seu presidente. Foi bàrbaramente morto no lugar Santa Rosa, município de Jaguaretama, a 31 de outubro de 1824.

D. Bárbara de Alencar, que apesar de ter nascido em Cabrobó, (PE), levou tôda a sua vida em Crato onde, por seu passado histórico, é considerada cratense, heroína nacional de marcada projeção política; tomou parte ativa no movimento de 1817, em que, colocando-se ao lado dos filhos José Martiniano de Alencar e Tristão Gonçalves de Alencar, proclamou a República. Segundo Waldery Uchôa em "Anuário do Ceará", Bárbara de Alencar "é a representação pessoal do valor e da dignidade da mulher cearense. Fiel ao amor de mãe e ao desejo de uma Pátria melhor e mais livre, ficou ao lado dos filhos na arrancada de 1817. Ânimo forte, esta mulher admirável figura nas páginas da história cearense como vulto de primeira grandeza, tão grande e tão notável foi o seu amor de mãe e a sua lealdade aos ideais que abraçara ao lado do filho amado, êste mesmo que mais tarde lhe daria o prazer de ser o maior Presidente do Ceará e um dos maiores homens do Brasil".

Padre Cícero Romão Batista — Nome conhecido em todo o país, homem de notável influência nas populações nordestinas nos setores político, social e religioso, exerceu grande ascendência sôbre os habitantes dêsses Estados, durante meio século; foi deputado federal e vice-presidente do Estado; político de largo prestígio, fêz-se chefe da Revolução de 1914 que culminou com a deposição do Presidente Franco Rabelo; virtuoso e filantrópico, foi com justa razão chamado o "Consolador dos humildes e desprotegidos". Sua personalidade inconfundível marcou época não obstante a diversidade no julgamento do "Patriarca de Juàzeiro do Norte".

Coronel Filemon Fernandes Teles — Político de prestígio, foi Presidente de sua terra fazendo ótima administração; foi deputado estadual.

Dr. Hermenegildo Firmeza — Bacharel, jornalista de destacados méritos; político habilíssimo ocupou por diversas vêzes as cadeiras de deputado estadual e federal; versado em História Geral e professor do Liceu do Ceará.

Dr. Cursino Belém de Figueiredo — Magistrado culto, membro do Tribunal de Justiça do Estado e autor de vários trabalhos jurídicos e literários.

Dr. Irineu Nogueira Pinheiro — Médico, ilustrado homem de letras; autor de várias obras literárias e históricas dentre as quais citam-se "O Padre Cícero de Juàzeiro e a Revolução de 1914", a "Cidade de Crato", etc.

José Carvalho — Historiador e folclorista de renome. Desempenhou vários cargos de importância na Amazônia. Fêz parte da "Padaria Espiritual" com o pseudônimo de Cariri Braúna. Foi um dos bravos chefes da conquista do Acre.

José Alves de Figueiredo Filho — Talentoso jornalista, colaborador efetivo de diversas publicações científico-farmacêuticas do sul do país; colabora na imprensa de Fortaleza e do Recife.

José Antônio de Figueiredo Filho — Médico competentíssimo em Pôrto Alegre (RS), lente da Escola Médico-Cirúrgica daquela capital onde também é jornalista de destaque.

Cônego José Ferreira de Lima Sucupira (1871) — Foi um dos deputados cearenses ao Congresso da República do Equador, no Recife, em 1824, e como tal, condenado à morte; salvou-se pelas rogativas de suas filhas diretamente ao Imperador; foi deputado provincial e geral. Antes de ser padre, foi militar. Faleceu em 1867.

Brigadeiro José Macedo (1906) — Brioso oficial das Fôrças Armadas Brasileiras; fêz a campanha de São Paulo, em 1932, ao lado das fôrças legalistas; foi inaugurador das linhas Rio—Fortaleza e Rio—Teresina do correio militar.

D. Joaquim Ferreira de Melo — Figura de destaque do clero cearense; professor de vários colégios no Ceará; Vigário-geral do Bispado de Fortaleza, Bispo de Pelotas no Rio Grande do Sul, onde faleceu.

Dr. Joaquim Fernandes Teles — Médico de renome, político de largo prestígio, tendo sido eleito deputado estadual e federal; foi antes Prefeito de sua terra onde fêz profícua administração.

Dr. Leandro Bezerra Monteiro — Advogado célebre (1826). Foi advogado de Dom Vital e D. Macedo Costa, na histórica questão dos Bispos. Foi deputado estadual no Ceará e deputado federal pelo Sergipe. Fixando residência na Paraíba do Sul, dedicou-se à advocacia e obras de caridade sendo conhecidos e destacados os seus atos de piedade naquela cidade. Faleceu em 1911.

Dr. Raimundo Gomes de Matos — Advogado, professor da Faculdade de Direito do Ceará, e uma das maiores culturas jurídicas do Estado; é também jornalista de forte fibra.

Dr. Antônio Martins Filho — Bacharel em Direito, advogado, foi professor e Diretor da Escola Técnica de Comércio Padre Champagnat; professor de vários estabelecimentos educacionais em Fortaleza, catedrático na Faculdade de Direito do Ceará, jornalista e cronista, fundou e dirige a revista "Valor". É um dos autores de "O Ceará". Professor ainda de Economia Política e Estatística do Liceu do Ceará, hoje ocupa o alto cargo de Magnífico Reitor da Universidade do Ceará. É sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Branca Bilhar — Musicista de renome, compositora de destaque e professôra de música no Rio de Janeiro. Cursou a Escola de Belas-Artes no Rio, com prêmio de viagem.

Carolino Bolivar de Araripe Sucupira — Bravo herói da guerra do Paraguai, para a qual foi como voluntário e de onde voltou no Pôsto de major; sua fé-de-ofício registra os maiores elogios pela prática de heroísmo; descende da heroína Bárbara de Alencar, através de seu filho Tristão Gonçalves, o mártir da República; exerceu o notoriado em São Paulo (cidade de Jundiaí), onde monumento em Praça homenageia sua memória.

Padre Alexandre Francisco Cabelon Verdeixa — Ordenou-se em Olinda e paroquiou Lavras da Mangabeira; foi deputado provincial em dois biênios; jornalista brilhante e espírito irrequieto; figura legendária por sua vida tumultuosa; exerceu o jornalismo e a política, atacando abertamente a todos que não lhe caíssem na graça, sem medir conseqüên-

cias; foi processado pelo Presidente José Bento de Figueiredo Júnior, por crime de injúria; publicou panfletos tremendos, e tornou-se inimigo feroz de Alencar, então Presidente da Província. Foi figura conhecidíssima em todo o país, sendo apelidado o "Padre Canoa Doida". (Waldery Uchôa)

Dr. Antônio Pinheiro Filho — Engenheiro civil formado pela Escola de Ouro Prêto, de que é atual professor, foi o célebre engenheiro construtor da ponte sôbre o rio Salgado no Icó.

Coronel Antônio Luís Alves Pequeno — Político de grande prestígio no seu tempo, tendo sido eleito deputado estadual em várias legislaturas, e prefeito de sua terra por muito tempo.

Dr.ª Amélia Benebien Perouse — Competente médica, tendo-se doutorado pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1889, constituindo naquela época fato raro entre as mulheres; foi a primeira cearense e a segunda brasileira a receber êsse título.

Dr. Fenelon Bomilcar da Cunha — Formado em Direito pela Faculdade de Recife; Deputado várias vêzes à Assembléia da Província; latinista culto e jornalista de renome e de estilo elegante. Poeta consagrado, teatrólogo e músico.

Dr. Álvaro Bomilcar — Jornalista, poeta e sociólogo de renome em todo o país.

Dr. Alexandre Chaves de Melo Ratisbona — Magistrado na Paraíba do Sul, no Estado do Rio e no Território do Acre.

Comendador Augusto Cezar de Castro Menezes — Oficial da Marinha Nacional, a que serviu durante cinqüenta anos consecutivos, tendo exercido inúmeras comissões importantes.

Tenente-coronel Adauto Esmeraldo — Oficial de Engenharia do Exército; foi professor da Escola do Estado-Maior e Delegado da Ordem Social do Rio de Janeiro.

General Antônio Bernardo de Figueiredo. — Fêz a campanha do Uruguai e Paraguai, tendo comandado por muitos anos as tropas da fronteira com o Uruguai.

Dr. Alfredo Bomilcar da Cunha — Bacharel em Direito, magistrado no Ceará e Minas Gerais.

Dr. Artur Bomilcar da Cunha — Jornalista e cultor das letras; filólogo de renome, traduziu para o português várias obras inclusive "O Brasil em Haia", de William Stead.

Vicente Leite — Conhecido pintor de renome, detentor de vários prêmios em salões de artes em tôda a América.

Dr. Alcides Gomes de Matos — Bacharel em Direito; autor de várias obras de mérito; autor de "O Micróbio e o criminoso". Orador popular e estimadíssimo em São Paulo onde morreu.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Existem no território municipal, aproximadamente, 70 fontes de águas perenes que brotam do sopé da serra do Araripe e são aproveitadas por canais de irrigação, distribuídos nos sítios de cultura da cana-de-açúcar, constituindo fator de maior importância na vida econômica do município.

Margeando essas fontes, situadas na encosta da serra do Araripe, numa altitude de 600 metros, há vários locais que se apropriam à instalação de casas de repouso, dada a excelência do clima. A água é tão notável que já se tornou recomendável a tratamento da saúde. Há banhos em várias bicas, destacando-se o da "Pedra da Batateira", tradicional ponto de freqüência turística, conhecidíssimo não só na zona caririense como por tôda a população nordestina que a visita constantemente, para apreciar o espetáculo inédito das águas brotando, perenemente, dos flancos da serra, o efeito produzido pelas máquinas da Usina Hidro-Elétrica da Prefeitura, ali, instaladas, e usufruir a delícia do banho benfazejo.

OUTROS ASPECTOS — Crato é considerado o município mais importante do sul do Estado, pela circunstância de ser situado no ubérrimo vale do Cariri, onde as suas terras, constantemente irrigadas por fontes perenes, lhe proporcionam uma agricultura altamente produtiva. No campo social, econômico e cultural, ocupa lugar de real valor, entre as demais regiões de Estado. A cidade apresenta um movimento comercial considerável que lhe dá o aspecto de uma pequena Capital. Há, ainda, a considerar a presença de belas construções públicas e residenciais, de linha arquitetônica moderníssima.

Sede de Bispado, possui Crato belas igrejas, destacando-se a Sé-Catedral, a Igreja de São Francisco e a de São Vicente Férrer, reprodução da antiga igreja erigida na Praça Siqueira Campos. Divide-se a cidade em duas paróquias: a de Nossa Senhora da Penha e a de S. Miguel. Citam-se o Seminário São José, fundado em 1875 pelos Padres Lazaristas — o primeiro estabelecimento de ensino secundário; o Colégio Diocesano de Crato, mantendo cursos primário, ginasial e científico; Ginásio Santa Tereza de Jesus, o qual recebe levas de estudantes, não só do sul do Estado como do interior de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Piauí; Escola Técnica dos Empregados no Comércio; Escola de música Branca Bilhar, etc., afora outros estabelecimentos de ensino primário, públicos e particulares.

São tradicionais as suas feiras, realizadas no segundo dia da semana e freqüentadas pelos sertanejos do Piauí, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. Na véspera da feira, começa a chegada dos forasteiros e cargas em jericos, burros e caminhões. Grande é a variedade dos produtos expostos à venda, ficando as ruas comerciais repletas de bancas, montões de frutas, cereais, pássaros e gaiolas, cerâmica, guloseimas, etc. Na feira de Crato, cada produto tem o seu lugar determinado. Cada secção tem sua denominação: feira de farinha, feira de rapadura, feira dos peixes, e assim por diante. Encontra-se nas feiras, nos meses de dezembro a maio, grande quantidade de pequi, condimento indispensável nas refeições dos habitantes do Cariri, naquela época do ano.

Nas proximidades da festa da padroeira é que aparece a Banda de Música Cabaçal, também denominada Música de Couro e Zabumba de Couro. É uma tradição que perdura em pouquíssimas localidades do Nordeste brasileiro. A Banda de Música Cabaçal é composta de dois tocadores de pífares de taboca, um tocador de bombo e outro de caixa, instrumentos fabricados de troncos de madeira ôca e pele

de cabra ou carneiro. Além dêsses, há o porta-bandeira, elemento indispensável a tôda Cabaçal. Êsses músicos matutos executam composições regionais, músicas carnavalescas e dançam também — o "Sapo Cururu" e o "Caboré".

O município conta três açudes com a capacidade de 3 450 000 m³.

A sua agricultura é fomentada pelas seguintes emprêsas do govêrno: Campo Agropecuário, Estação de Horticultura e Fruticultura e uma Colônia Agrícola, na chapada da serra do Araripe.

No município existem duas paróquias: a de Nossa Senhora da Penha, fundada em 1762, possui 14 Associações Pias, 28 Sacerdotes e 19 templos; a de São Miguel Arcanjo, fundada em 2-4-1947, possuindo sete Associações Pias, 11 templos e 2 Sacerdotes, tôdas de culto católico.

Há ainda os seguintes cultos protestantes: Assembléia de Deus, Primeira Igreja Batista e Igreja Prebisteriana.

Os veículos que fazem o tráfego por Crato, são atendidos por 4 Postos de Serviço, 2 Bombas de Gasolina e por 17 oficinas de reparos.

Têm atividades profissionais no município 9 advogados, 1 engenheiro, 4 agrônomos e 1 veterinário.

Dos eleitores inscritos em número de 19 553, apenas 6 608 votaram nas eleições gerais do ano de 1954.

Os seus habitantes são denominados cratenses.

O atual município de Crato chamou-se Miranda, Missão do Miranda ou dos Cariris-Novos, em épocas remotíssimas. Em 1764, quando se deu a inauguração da vila, recebeu o nome de Vila Real do Crato. A origem do nome Miranda não foi esclarecida, a despeito de grandes esforços de pesquisa empregados por Antônio Bezerra, que, por deduções, veio a concluir que se tratava de um tuchaua ou chefe cariri que, "por seus feitos de valentia ou por sua fidelidade aos primeiros moradores da terra, ficou com o seu nome célebre por aí além". Segundo Raimundo Girão e Antônio Martins Filho — ("O Ceará" — 2.ª edição — 1954), a atual denominação de Crato foi dada certamente em homenagem ao vilarejo português de Alentejo. Êsse vilarejo está construído sôbre as ruínas de uma povoação remotíssima que era chamada Ucrato ou Ocrato, já nos primeiros tempos da monarquia portuguêsa. Todavia, é voz corrente na região do Cariri que o nome Crato é uma corrutela da palavra Curato, pois que, inicialmente, a cidade teria se chamado Curato de São Fidelis de Siguaringa, depois Curato de São Fidelis e, por fim, Curato, donde Crato.

FARIAS BRITO — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O município de Farias Brito, antigo Quixará, fica no sul do Estado, entre vales e socalcos de grande feracidade e em terras irrigadas pelas águas do rio Cariús que lhe atravessa o território de um a outro extremo.

A área geográfica onde se localiza a comunidade foi, outrora, campo de atividade da valente tribo cariús que habitava grandes faixas da zona sul do Ceará.

O povoamento da terra teve início no primeiro quartel do século dezoito e se originou da concessão de datas de sesmarias.

Prefeitura Municipal

Aos 22 de fevereiro de 1717, o então capitão-mor do Ceará Grande, Manuel da Fonsêca Jaime, fêz doação de terras aos seguintes pioneiros: capitão-mor Simão Roiz Ferra, Cosme Ferra, ajudante Francisco Ferra Pedrosa, capitão Augusto Duarte Pinheiro, coronel Gaspar Pinto e mais ao alferes Antônio Pita. Dizia a data sesmaria que as terras teriam três léguas de comprido e duas de largura, tôdas situadas nas margens do Cariús.

Outras datas e sesmarias foram concedidas, tempos depois, em 7 de agôsto de 1717, ao famoso Gregório Martins Chaves; em 13 de janeiro de 1719, aos sertanistas Venceslau Gomes dos Santos e Carlos Gomes dos Santos; em 25 de abril de 1735, ao tenente José Dario Asto e ao capitão Antônio Coelho de Rezende.

Foram estas as primeiras propriedades rurais do antigo Quixará, aliás responsáveis pelo povoamento da gleba.

Registra a crônica histórica que um dos vultos marcantes da formação da comuna foi o coronel Francisco Gomes de Oliveira Braga, homem influente, chefe político de larga projeção e que, depois de grandes esforços, conseguiu fôsse o florescente povoado elevado à categoria de vila.

A fundação do município e conseqüente elevação à categoria de vila do antigo povoado do Quixará datam de 13 de outubro de 1890. Tendo-se em vista êste fato, o município, cujo território se desmembrara do de Assaré, foi instalado sòmente aos 15 de novembro, numa homenagem à data da Proclamação Republicana.

Em 1911, o quadro da divisão administrativa do Brasil divide o município em dois distritos: o da sede e mais o de Barreiros. Entretanto, sua autonomia política e administrativa seria cassada nove anos depois pela Lei estadual n.º 1 794, de 9 de outubro de 1920. Quixará, que ficou sob a dependência de Santana do Cariri, foi transferido para o município do Crato (Lei estadual n.º 2 359, de 26 de julho), passando, em seguida para o de São Mateus no govêrno do Interventor Federal Dr. Manuel do Nascimento Fernandes Távora (Decreto n.º 193, de 20 de maio de 1931), voltando, em 1933, ao município de Crato.

Três anos mais tarde, quando governava o Estado o Dr. Francisco de Menezes Pimentel, a Lei n.º 268, de 20 de dezembro de 1936, restituiu ao Distrito a categoria de município.

Rua Marechal Deodoro

A antiga vila do Quixará foi elevada à categoria de cidade, de acôrdo com o Decreto-lei estadual n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, que deu ao Estado nova divisão territorial.

Um dos fatos mais interessantes ligados à vila de Quixará era a realização de pescarias em grande estilo.

Conta o brilhante e saudoso historiador Irineu Pinheiro, no seu livro "O Cariri", que em épocas guardadas religiosamente pela tradição, numerosas caravanas de pessoas de projeção social do Crato se apresentavam para o "tinguijamento", dos poços do rio Cariús, nas proximidades da Cidade.

Consistia a "operação" no lançamento de um preparado, feito à base da raiz do tingui e que, pôsto na água dos poços, provocava a morte imediata de milhares de peixes. Logo mais, então, se procedia à pesca no meio de grande algazarra e alegria esfuziante.

Terminada a pescaria, já à noitinha, se iniciavam as festas dançantes, bailes famosos que contavam com a presença das melhores famílias de tôda a vasta região caririense.

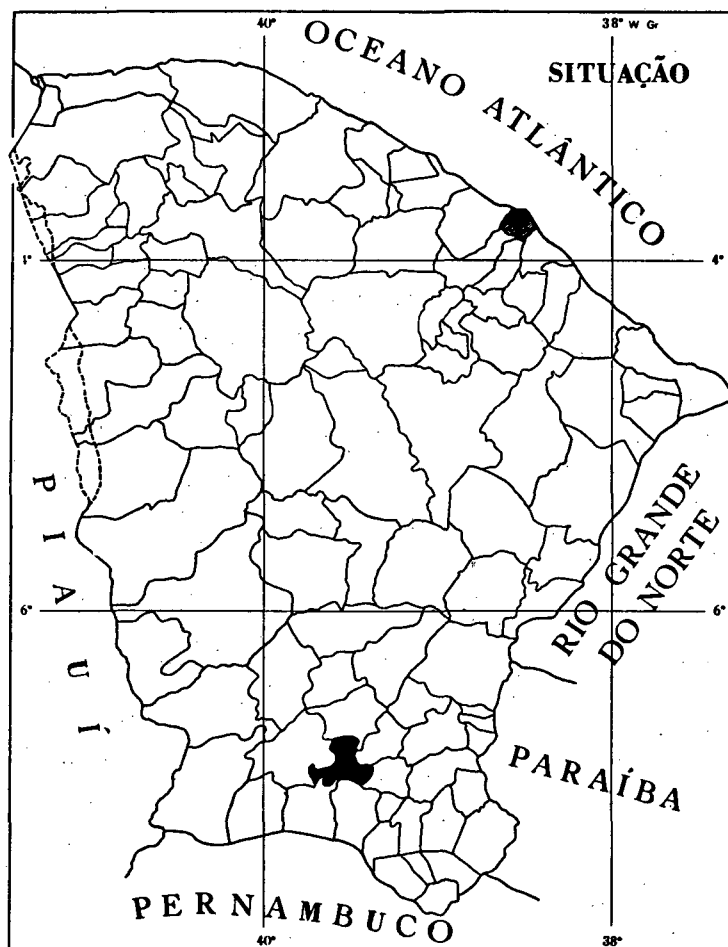
Por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 250, de 4 de julho de 1931, Farias Brito foi erigido em têrmo judiciário, subordinado à comarca de Iguatu.

Posteriormente foi desanexado de Iguatu e anexado à comarca do Crato.

Assim permaneceu até que a Lei estadual de n.º 213, de 9 de junho de 1948, ratificando o que ficou assentado no art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, elevou o têrmo à categoria de comarca de 1.ª entrância.

A Lei n.º 2 194, de 15 de dezembro de 1953, deu à cidade de Quixará, e conseqüentemente ao município, a nova denominação de Farias Brito, numa homenagem ao grande filósofo cearense Raimundo Farias Brito, autor do famoso livro "Finalidade do Mundo". Pelo mesmo diploma legal foi criado o distrito de Nova Betânia.

Nas eleições gerais de 1954 foram eleitos: Prefeito — Manoel Pinheiro de Almeida; vereadores — Albino de Oliveira, Diocles de Almeida Brandão, Leonardo Pereira e Silva, Venceslau Rodrigues da Silva, Lourival Frutuoso de Oliveira, Aurélio Liberalino de Menezes e Francisco Ferreira Seabra.

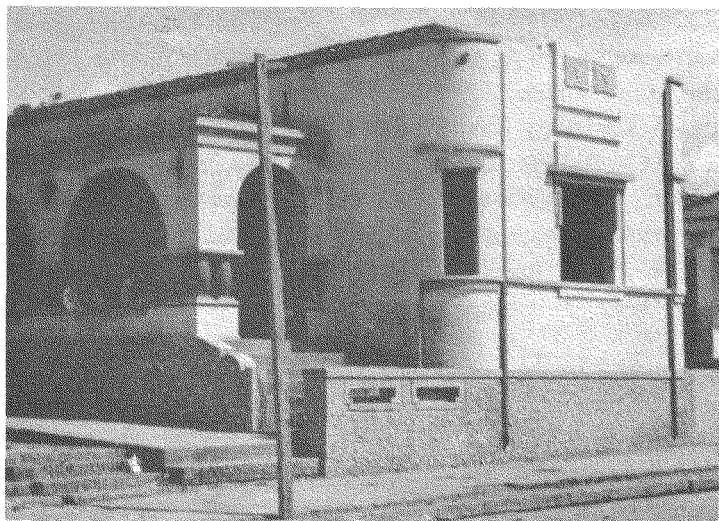
LOCALIZAÇÃO — Farias Brito acha-se localizado, fisiogràficamente, na Zona do Sertão do Salgado e Alto Jaguaribe. Limita com os municípios de Assaré, Cariús, Várzea Alegre, Caririaçu, Crato e Santana do Cariri. A cidade dista da Capital do Estado, em linha reta, 369 quilômetros, com itinerário rodoviário via Crato, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 6º 55' 34" de latitude Sul e .... 39º 34' 36" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — A sede municipal está a 350 metros de altitude.

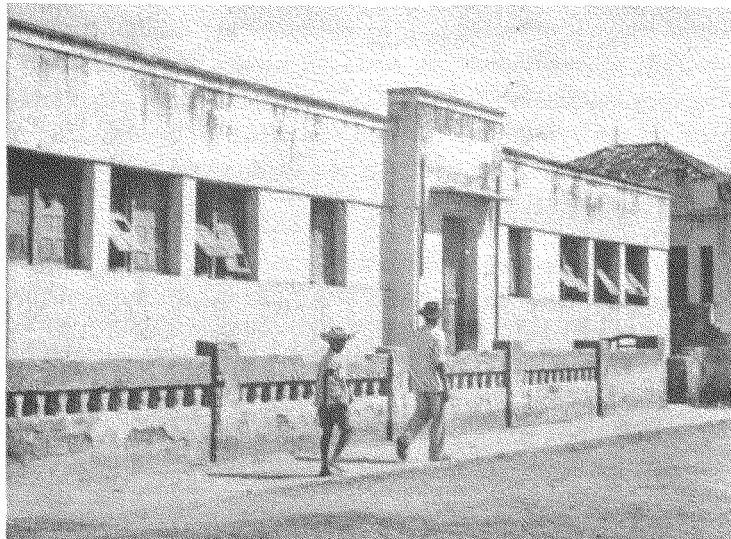
CLIMA — Farias Brito apresenta clima salubre e sêco. A temperatura é variável entre 22 e 32 graus centígrados, sendo mais freqüente a ocorrência de 28 graus. A época invernosa vai de janeiro a abril, escasseando em maio; em junho começa o verão, que se prolonga até dezembro, costumando haver trovoadas entre os meses de janeiro-abril e novembro-dezembro. Em 1955 a precipitação pluviométrica foi de 1 210,3 milímetros, deixando-se de registrar a pluviosidade de 1956 por não ter funcionado regularmente a estação pluviométrica local.

ÁREA — Com 664 quilômetros quadrados, ocupa Farias Brito o 70.º lugar no conjunto dos municípios cearenses.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município apresenta solo montanhoso, sendo seus principais acidentes geográficos a Serra do Quincuncá, rio Cariús, riachos do Romão, Contendas e Faveiras.

RIQUEZAS NATURAIS — Sôbre êste aspecto, ocorrem apenas jazidas calcárias e argila plástica, no reino mine-

Vista de uma casa residencial

ral, e, no reino vegetal, extração de madeiras para uso fabril e doméstico.

POPULAÇÃO — A população de Farias Brito, segundo o Recenseamento de 1950, era de 18 762 habitantes e tinha a seguinte composição: 9 276 homens e 9 486 mulheres; brancos — 9 819 (4 756 homens e 5 063 mulheres); pardos — 7 390 (3 728 homens e 3 662 mulheres); pretos — 1 492 (765 homens e 727 mulheres); amarelas — 1 mulher e sem declaração — 60 (27 homens e 33 mulheres). Das pessoas de 15 anos e mais, num total de 9 883, 3 424 eram solteiras (1 724 homens e 1 700 mulheres); 5 785 casadas (2 874 homens e 2 911 mulheres); 647 viúvas (141 homens e 506 mulheres); 10 desquitadas (4 homens e 6 mulheres) e sem declaração — 17 (5 homens e 12 mulheres). Quase tôda a população era de nacionalidade brasileira, no total de 18 760 habitantes (9 276 homens e 9 484 mulheres), havendo apenas 2 mulheres sem declaração de nacionalidade. Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos, em número de 18 720 (9 254 homens e 9 466 mulheres); protestantes — 14 (9 homens e 5 mulheres); sem religião — 8 (5 homens e 3 mulheres) e sem declaração — 20 (8 homens e 12 mulheres). A densidade era de 28,25 habitantes por quilômetro quadrado. Do total da população, 86,27% localizam-se no quadro rural, num montante de 16 186 pessoas, sendo 8 086 homens e 8 100 mulheres.

Grupo Escolar

Segundo estimativa da população para 1.º de julho de 1957, o município de Farias Brito possui o efetivo de 23 848 habitantes. Em relação ao Censo de 1950, o aumento é da ordem de 27,11%.

Aglomerações urbanas — São 3 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Farias Brito, com 1 249 habitantes (568 homens e 681 mulheres); a vila de Cariutaba, com 682 (333 homens e 349 mulheres) e a vila de Quincuncá, com 645 (289 homens e 356 mulheres). No quadro urbano da cidade e vilas existiam 1 802 pessoas (831 homens e 971 mulheres) e no quadro suburbano, 774 pessoas (359 homens e 415 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal fonte de riqueza do município é a agricultura, notadamente as culturas do arroz, do feijão, milho, algodão e mandioca-brava, produtos básicos à economia local.

Capela de Santo Antônio

O Recenseamento Geral de 1950 revelou que, no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", estavam concentrados 94,92% da população ativa do município, compreendendo-se como tal os habitantes de 10 anos e mais.

A safra agrícola de 1955 foi estimada pelo Departamento Estadual de Estatística em mais de 14 milhões de cruzeiros, sobressaindo os seguintes produtos: feijão — 11 200 sacos de 60 quilos = Cr$ 3 920 000,00; arroz — 15 000 sacos de 60 quilos = Cr$ 3 000 000,00; algodão — 27 100 arrôbas = Cr$ 2 872 500,00; 2 000 sacos de milho = Cr$ 2 000 000,00; cana-de-açúcar — 2 370 toneladas = = Cr$ 474 000,00; mandioca-brava — 3 500 toneladas = = Cr$ 420 000,00; banana — 48 000 cachos — = ... Cr$ 960 000,00; manga — 12 400 centos = ... Cr$ 124 000,00 e laranja — 4 500 centos = ... Cr$ 112 500,00. Registraram-se, ainda, pequenas culturas de fava, mandioca-mansa, fumo, amendoim, côco-da-baía e mamona.

Os produtos agrícolas em excesso são vendidos em Crato, no Ceará, e Campina Grande, na Paraíba, principais mercados compradores do município.

A atividade pecuária, embora pouco desenvolvida tem significado econômico local pois abastece a população, no fornecimento de carne e leite.

O rebanho, em 1955, foi estimado em 14 550 cabeças (9 633 milhões de cruzeiros), assim distribuídos: bovinos

— 4 250; eqüinos — 200; asininos — 500; muares — 600; suínos — 6 600; ovinos — 1 000 e caprinos — 1 400.

Como se conclui dos números acima, os conjuntos mais numerosos são os de bovinos e suínos, o que evidencia a preferência dos criadores por essas espécies pecuárias.

A produção de queijo foi de 1 500 quilos, valendo Cr$ 45 000,00.

Embora não seja numeroso o rebanho, há exportação de gado, em reduzida escala, para o mercado de Crato.

É pouco desenvolvida a produção extrativa em Farias Brito, constatando-se apenas a produção de cal (500 toneladas em 1956, no valor de Cr$ 250 000,00 de acôrdo com a XXI Campanha Estatística), bem como a de barro, para a produção de tijolos e telhas.

Ainda de conformidade com apurações do Departamento Estadual de Estatística, os aviamentos e os engenhos do município produziram, em 1955, 10 000 sacos de 60 quilos de farinha de mandioca, na importância de ...... Cr$ 1 000 000,00, e 130 000 quilos de rapadura, valendo Cr$ 520 000,00. Fabricaram-se, também, no mesmo ano, 35 000 litros de aguardente, no valor de Cr$ 157 500,00.

Vista parcial da Praça Quintino Bocaiúva

Dos 13 estabelecimentos fabris que preencheram, em 1956, os questionários do Registro Industrial, 1 se dedicava ao beneficiamento de algodão; 2 ao de arroz; 2 à panificação; 1 à fabricação de móveis de madeira; 1 à de calçados em geral; 2 à produção de tijolos e telhas comuns; 1 a implementos agrícolas (foices, bridas, esporas, etc.) e 3 ao abate de animais para consumo público (matadouros), observando-se que apenas um dêsses estabelecimentos era da classe dos que ocupam 5 pessoas e mais.

Há produção de energia elétrica destinando-se à iluminação pública e domiciliária.

COMÉRCIO — Operam na sede municipal 17 firmas comerciais que exploram o ramo varejista, mantendo transações com as praças de Crato, Juàzeiro do Norte (CE), Campina Grande (PB) e Recife (PE)

São artigos importados pelo município: tecidos, miudezas, ferragens, etc. e exportados: algodão, rapadura, aguardente e farinha de mandioca.

Conforme os dados constantes do Censo Econômico de 1950, havia em todo o município 95 estabelecimentos

Igreja-Matriz

varejistas que efetuaram vendas em 1949 no valor de 2 866 milhões de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Farias Brito é servida por estrada de rodagem. Sua ligação com os municípios vizinhos e com a Capital do Estado é feita pelos seguintes meios de transporte: Assaré: a cavalo — 42 km; rodoviário — 48 km; rodoviário via Altaneira — 54 km; Caririaçu: rodoviário — 50 km; Crato: carroçável — 56 km; Cariús: rodoviário — 54 km; Santana do Cariri: a cavalo — 44 km; Várzea Alegre: a cavalo — 48 km; rodoviário — 50 km; Capital Estadual: misto: a) carroçável — 56 km, até Crato e b) ferroviário (R.V.C.) — 601 km.

Existe na sede municipal 1 agência postal-telegráfica do Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A população de Farias Brito é de 1 249 habitantes, segundo os dados do Recenseamento de 1950.

Em 1954, compunha-se a sede municipal de 384 prédios, sendo 309 exclusivamente residenciais. Dos logradouros em número de 13, três eram pavimentados e 6 arborizados.

Sua área é pavimentada de paralelepípedo, medindo 1 558 quilômetros quadrados.

Pôsto de Saúde

Possuindo iluminação elétrica pública, a cidade de Farias Brito conta 62 ligações domiciliares.

O serviço de limpeza pública é efetuado pela Prefeitura Municipal, sendo beneficiados 13 logradouros.

Em 1956, encontravam-se cadastrados na Prefeitura Municipal 4 veículos, dos quais 2 eram automóveis e 2 caminhões, todos de propriedade particular.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Encontra-se em atividade na sede do município um farmacêutico, prestando serviços à farmácia existente na localidade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — Duas instituições vicentinas, cujas existências datam dos anos de 1942 e 1947, prestam auxílios às pessoas mais necessitadas do município.

ALFABETIZAÇÃO — O total de habitantes com 5 anos e mais do município de Farias Brito, segundo o Censo Demográfico de 1950, foi de 15 328, dos quais 3 226, ou seja, 21%, eram alfabetizados, sendo 1 826 homens e 1 400 mulheres. A sede municipal possuía 1 053 pessoas; entre estas, 416 sabiam ler e escrever (200 homens e 216 mulheres), consideradas as idades de 5 anos e mais.

Ensino — Em 1956, existiam no município 55 unidades escolares, de ensino fundamental comum, com a matrícula inicial de 1 129 alunos de ambos os sexos. A taxa de matrícula em 1950 foi 18,10% no município e no Estado do Ceará, 24%. Havia ainda, em Farias Brito, 1 estabelecimento de ensino extraprimário denominado: Escola Normal Rural de Farias Brito.

Pôsto de Alimentação

Mercado Público

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	349	345	78	401
1951	—	426	365	88	480
1952	—	539	355	88	353
1953	—	449	495	53	509
1954	—	476	642	47	588
1955	—	715	911	75	1 069
1956	—	1 238	984	98	1 046

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Destacam-se as seguintes festas: Festa de São José, na vila de Quincuncá, solenemente festejada no mês de março; Festa de Nossa Senhora das Graças, comemorada com igual brilhantismo na vila de Nova Betânia, no mês de junho; Festa de Santo Antônio, celebrada também em junho, na vila de Cariutaba; Festa de Nossa Senhora do Carmo, solenizada no povoado de Barreiros de Jorge e, finalmente, a Festa da Padroeira, Nossa Senhora da Conceição, realizada na sede com grande entusiasmo, no período de 29 de novembro a 8 de dezembro. Ao encerramento aflui grande massa humana que acompanha a procissão pelos principais logradouros públicos da cidade.

As feiras se realizam aos domingos na sede municipal convergindo para ali grande parte da população. São de pouco significado regional.

VULTOS ILUSTRES — Dentre os filhos do município de Farias Brito, se destacam: *Frei José Eugênio Leite* — Jesuíta. Foi professor de nomeada; insigne botânico. Já falecido. *Padre Davi Moreira* — Professor de renome e portador de grande cultura. Reside atualmente em Crato.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município de Farias Brito é rico em minas de pedras calcárias. Banhado pelo rio Cariús, podendo êste ser aproveitado com edificações de açudes destinados à irrigação de suas terras.

A paróquia está sob o orago de Nossa Senhora da Conceição e foi fundada em 1938 possuindo, além da Igreja-Matriz, 8 capelas. Existem 8 associações religiosas ligadas ao Culto Católico Romano.

O reservatório mais importante do município tem uma capacidade de pouco menos de 2 milhões de metros cúbicos.

Votaram nas eleições gerais de 1954 nada menos de 1 942 eleitores, dos 4 083 inscritos.

FORTALEZA — CE

Mapa Municipal na pág. 91 do 4.º Vol.

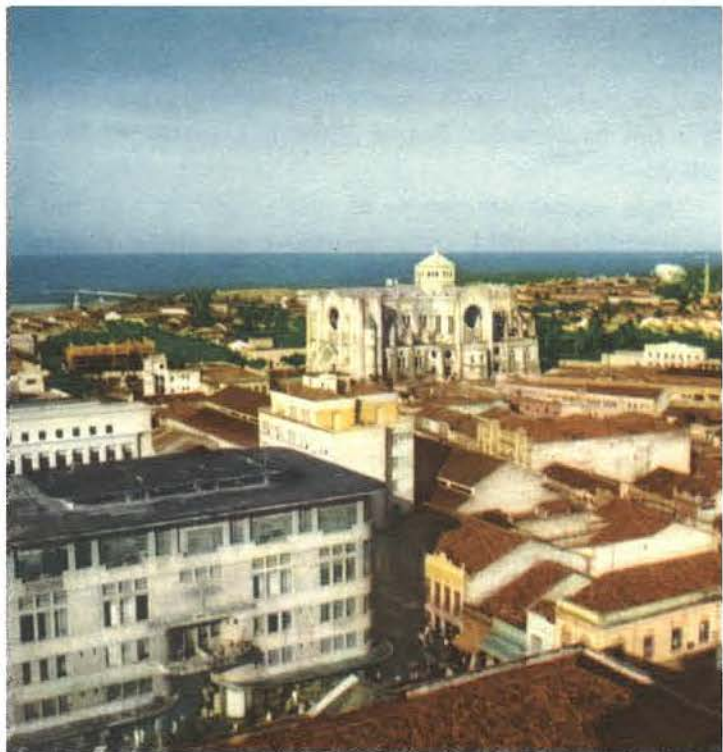
HISTÓRICO — Ao encerrar-se o último quartel do século XVI, muito pouco se conhecia das terras do atual Estado do Ceará.

A nenhuma tentativa séria se procedera no sentido de colonizá-las, apesar de terem sido doadas a Antônio Cardoso de Barros, quando da criação das Capitanias Hereditárias, cujo regimento estipulava, formalmente, como primordial obrigatoriedade do donatário, a implantação de núcleos civilizados em seus domínios.

Só no alvorecer do século XVII se realizaram as primeiras incursões nessa região, com o fim de povoá-la. Embora malogradas em seu objetivo, essas incursões vieram levantar o véu de mistério que envolvia naquele tempo o atual território cearense que até então, sòmente fôra perlustrado, no seu recesso, pelos nômades aborígines, resumindo-se seu contacto com a civilização nas apressadas visitas que lhe faziam ao litoral as naves de corsários franceses.

A Pero Coelho de Sousa coube realizar a primeira tentativa de colonização do Ceará. Obtendo êle da Côrte a patente de capitão-mor, organizou, em 1603, uma expedição, da qual participou Martim Soares Moreno.

Infelizmente, Pero Coelho de Sousa não logrou êxito em sua iniciativa. Vitorioso que foi, no combate mantido com os franceses, na região de Ibiapaba, teve de voltar e fixar-se na foz do rio Ceará (em território, portanto, do atual município de Fortaleza), fundando uma povoação a que deu o nome de Nova Lisboa ou Nova Lusitânia e erguendo o fortim de São Tiago, que transferiu posteriormente para a foz do rio Jaguaribe.

Múltiplas e terríveis provações teriam de suportar os componentes de sua expedição na longa e inútil espera dos recursos solicitados ao Governador-Geral. Essas provações culminariam com o advento de uma sêca inclemente, que

Vista do centro da cidade, vendo-se ao centro a construção da Catedral

Vista parcial do bairro da Aldeota, lado do mar

os obrigou a abandonar aquelas plagas e a emigrar para o Rio Grande do Norte. Daí Pero Coelho seguiu para a Europa, com o objetivo de receber a recompensa de seus trabalhos em prol da coroa, tendo, entretanto, falecido antes de consegui-la.

É significativo êsse episódio do primeiro período da história cearense. A sêca forçou a abandonarem aquela região os que primeiro tentaram colonizá-la. Mais tarde, periòdicamente, êste mesmo fenômeno obrigaria os futuros filhos da terra a desertarem de seu torrão natal, espalhando-se a gente cearense por todos os quadrantes da pátria.

À expedição de Pero Coelho de Sousa seguiu-se, em 1605 ou 1607, a dos padres Francisco Pinto e Luís Figueira, que não foi mais feliz que a precedente. Seguindo o itinerário traçado por Pero Coelho, estiveram êsses sacerdotes na região hoje pertencente ao município de Fortaleza, pois alguns historiadores fazem referência à sua passagem por Cucuripe, e outros lhes atribuem a construção da primitiva igreja de Parangaba, no atual subúrbio da capital.

A exemplo da primeira, trágico foi o fim dessa segunda tentativa de colonização do Ceará. Vítima de uma sortida dos aborígines, que dizimaram a expedição, na Ibiapaba, sucumbiu um dos seus dirigentes, o padre Francisco Pinto. Quanto ao padre Luís Figueira, logrou êle escapar dos silvícolas fugindo para as terras do Rio Grande do Norte.

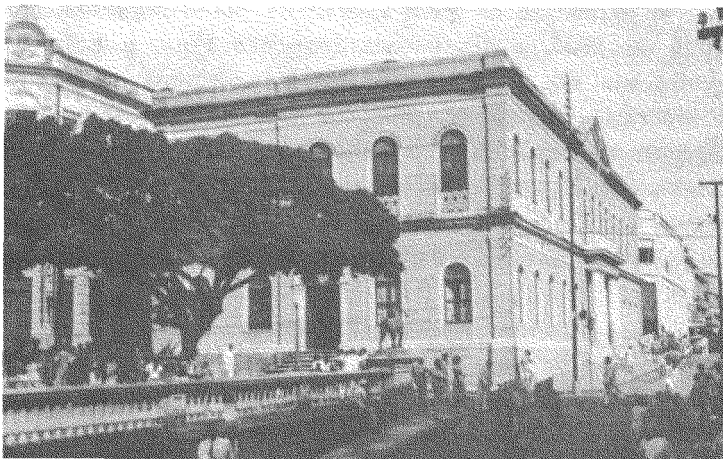
Após o malôgro dessa expedição, por vários anos permaneceram inteiramente abandonadas as terras do Ceará. Essa situação perdurou até que "a necessidade urgente e inadiável da conquista do Maranhão inspirou a D. Diogo de Mendonça Furtado, 9.º Governador-Geral do Brasil, realizar, definitivamente, a colonização cearense, pois a Capitania do Ceará deveria servir de base militar para as operações que se destinassem àquele objetivo".

Essa importante e perigosa missão, confiou-a Mendonça Furtado a Martim Soares Moreno, que, rezam as crô-

Palácio Iracema, sede da Prefeitura Municipal

nicas, era "corajoso e forte e tinha na alma tôdas as virtudes dos paladinos portuguêses do século XV", sendo, além disso, conhecedor profundo dos silvícolas e de suas manhas, dada sua experiência em cometimentos de tal monta, desde que havia integrado, em função de relêvo, a primeira expedição colonizadora organizada por Pero Coelho de Sousa.

Em 20 de janeiro de 1609 ou 1612, Soares Moreno, temendo provocar as suspeitas das tribos locais, cuja hostilidade fôra despertada pelo cruel tratamento que lhes dispensara a expedição de Pero Coelho, diplomàticamente se fêz acompanhar sòmente de 6 companheiros de armas e de um sacerdote, logrando atingir com êsse pequeno bando à barra do rio Ceará.

Ali encontrou os parangabas, de raça tupi, que êle à fôrça de persuasão conseguiu se aldeassem nas proximidades da lagoa dêsse mesmo nome. Mais para sudeste, nas imediações da lagoa de Messejana, campeavam as tribos dos parnamirins e dos paupinas.

Edifício da Assembléia Legislativa

Possuidor de raras qualidades de simpatia e trato, Soares Moreno conquistou, logo, a confiança e amizade dos naturais, dos quais obteve o auxílio para a construção de um forte capaz de assegurar-lhe o domínio daquelas plagas, e de uma capela com que se atendesse às necessidades espirituais dos colonizadores. Ao forte, que foi construído no mesmo local, onde, anos antes, Pero Coelho erguera o Fortim de São Tiago da Nova Lisboa, foi dado o nome de São Sebastião, "em homenagem ao santo do dia do seu desembarque", enquanto que a capela foi destinada à invocação de Nossa Senhora do Amparo.

Da insignificante povoação fundada por Martim Soares Moreno, que nos primeiros tempos apenas apresentava imprecisas manifestações de vida social, irradiar-se-ia, à sombra da cruz e sob a proteção da espada, características naturais da época e da obra a realizar, a fôrça que possibilitaria a civilização daquele trecho do Nordeste brasileiro.

Edifício da Universidade do Ceará

Não obstante as naturais dificuldades, inerentes a tais empreendimentos, acrescidas ainda de renovadas incursões de piratas estrangeiros, o pequeno núcleo originário da atual Capital do Ceará desenvolveu-se, lentamente embora, com a chegada de novos habitantes, oriundos, em sua maioria, das Capitanias vizinhas, e, graças, sobretudo, ao ânimo forte e às inatas qualidades de administrador eficiente de que deu provas o seu fundador, a quem o grande historiógrafo Capistrano de Abreu prestou merecida reverência, quando asseverou que "Martim Soares Moreno sintetiza e simboliza tôda a História do Ceará".

A vida e prosperidade do pequeno agrupamento humano e de tôda a região que se devia colonizar, nesse período inicial, pode dizer-se, com justiça, variava em função da presença de Soares Moreno, pois bastava o seu afastamento para que retrogradasse a sua obra e espoucassem rixas e contendas entre os habitantes.

Em 1613, o forte de São Sebastião recebeu a visita de Jerônimo de Albuquerque, que, destinando-se ao Maranhão, de onde pretendia expulsar os franceses, passara por ali a fim de convidar Soares Moreno a participar da expedição.

Êste acedeu ao convite só tendo podido regressar à sua feitoria em 1621, onde encontrou em ruínas o antigo fortim, tendo ainda de enfrentar profundas dissensões sur-

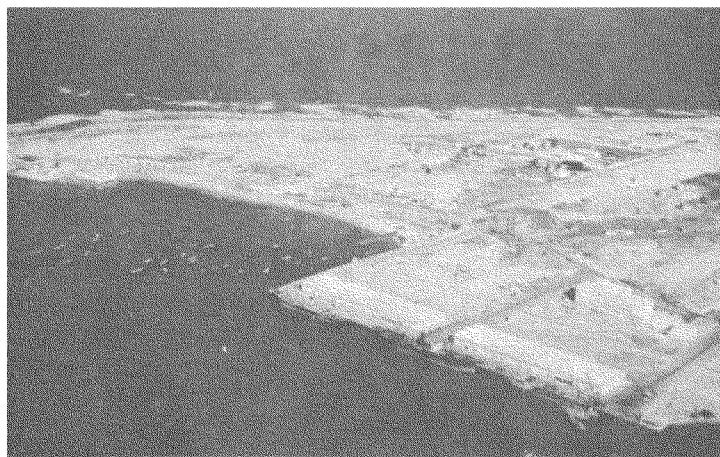
Edifício do I.A.P.C.

gidas, na sua ausência, entre as tribos indígenas, que constituíam o grosso da população. Em 10 anos, porém, de profícuos trabalhos, Soares Moreno fêz reflorescer a Capitania. Entretanto, em 1631, novamente se viu forçado a deixá-la, embarcando para Pernambuco, onde seu concurso era solicitado a fim de combater novos invasores, dessa vez de nacionalidade holandesa.

Casa de José de Alencar — o romancista

Substituíram-no, no comando da Capitania, Domingos da Veiga Cabral e Bartolomeu de Brito, os quais sôbre não conseguirem manter os índios pacificados, bem pouco fizeram em benefício da região. Dentro em breve, tão precárias se lhe tornaram as condições, que, em 1636, Bento Maciel, então Governador do Maranhão, propôs o seu abandono e, conseqüentemente, o do velho fortim, sugestão que só não se concretizou porque, a 25 ou 26 de outubro do ano seguinte, uma expedição holandesa, comandada por Joris ou George Garsman e Hendricj Huss, chegando ao local dominou a guarnição do forte ficando o seu comando entregue ao tenente Van Ham e, posteriormente, a Gedion Morris, até que, 7 anos depois, os aborígines revoltados com o tratamento que se lhes dispensava, assaltaram-na e destruíram-na. Extinguiu-se dessa maneira o velho forte de São Sebastião, que tantos e tão assinalados serviços prestara àquelas plagas, protegendo-as e defendendo-as dos silvícolas e dos invasores estrangeiros.

A 3 de abril de 1649, retornaram os flamengos à Capitania do Ceará, desta vez sob o comando de Matias Beck. Escolheram, para nêle se estabelecerem, o local onde hoje se ergue a cidade de Fortaleza, construindo à margem esquerda do riacho Pajeú o forte de Schoonemborch. Aí permaneceram até a completa derrota dos holandeses no Bra-

Cidade da Criança

Vista aérea do cais do pôrto

sil, em 1654, quando Matias Beck foi obrigado a fazer a entrega da praça de guerra a Álvaro de Azevedo Barreto, que lhe mudou o nome para "Forte de Nossa Senhora da Assunção", preparando-a convenientemente e promovendo a construção de pequena ermida na localidade.

A partir dessa época nota-se novo impulso no povoamento da região. Data de 1663 a concessão da primeira sesmaria do Ceará, que ficava, segundo J. Brígido, nas imediações do forte; tendo cabido a sua posse a Felipe Coelho.

Construído de madeira, como eram em geral os redutos que defendiam as praias do Nordeste, o Forte de Nossa Senhora da Assunção pouca resistência poderia opor à ação do tempo, pelo que foi submetido a contínuas reformas. Em 1684, Sebastião Sá o refez quase totalmente, restaurando também a ermida, que por essa época se encontrava quase que em ruínas.

Departamento de Expansão Econômica e Bôlsa de Mercadorias do Ceará

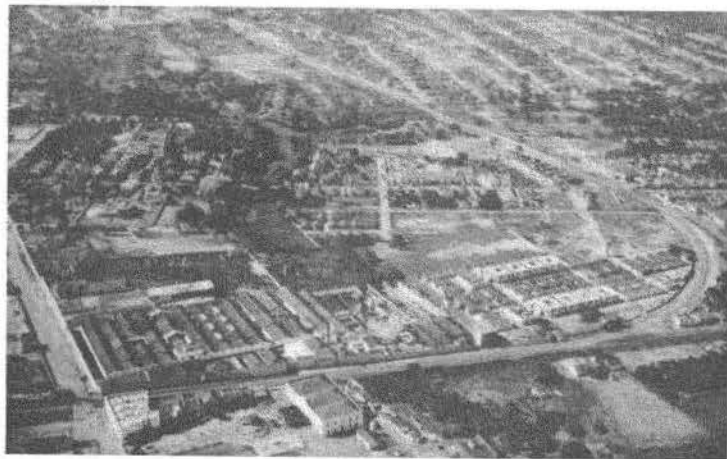
A retomada pelos portuguêses dêsse reduto colonial assinala, na evolução histórica de Fortaleza, o término do que poderia cognominar-se sua primeira fase evolutiva, isto é, o período em que os colonizadores, levados por objetivos de ordens diversas, se estabeleceram em determinadas zonas, embora, por vêzes, essa ocupação fôsse destituída de estabilidade, que estava condicionada à supremacia dos pioneiros sôbre os naturais e à adaptação daqueles às condições mesológicas, nem sempre favoráveis.

Os Jesuítas, após a expulsão dos holandeses, voltaram ao Ceará, fundaram diversas aldeias de índios, entre as quais as de Caucaia (origem do município dêste nome), Paupina (atual Messejana, subúrbio de Fortaleza) e Pa-

Vista do Bairro da Aldeota

rangaba (também subúrbio de Fortaleza) e a que estabeleceram por último no próprio presídio do Ceará.

Muito deve a povoação nascente a êsses pioneiros. Edificando igrejas e escolas em tôda parte onde passavam, legaram-lhe a civilização e a fé. Fé que, transmitida através das sucessivas gerações, ainda hoje constitui distintivo do povo fortalezense.

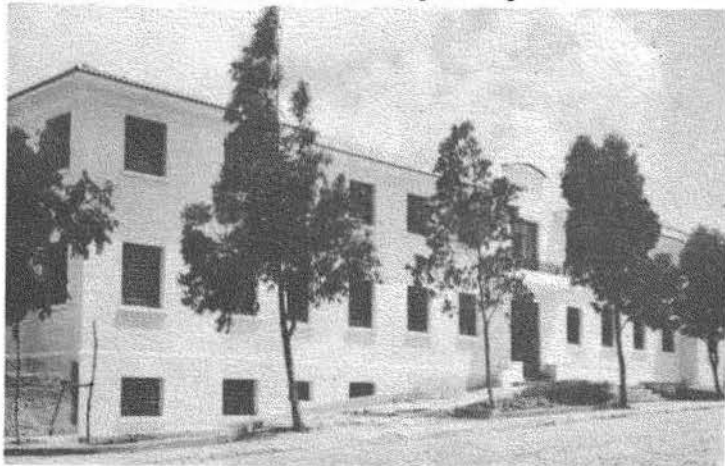
A região banhada pelo riacho Pajeú, preferida pelos hodandeses para se estabelecerem, não foi desprezada pelos que lhes sucederam. Os índios abandonaram a barra do rio Ceará, e, aldeando-se mais para leste, nas imediações do pequeno riacho, em uma das curvas dêste, com o material trazido da antiga capela, ergueram uma outra, da qual se originaria a majestosa catedral, atualmente em construção.

Vista aérea dos bairros de Jacaré-Acanga, Otávio Bonfim e Monte Castelo

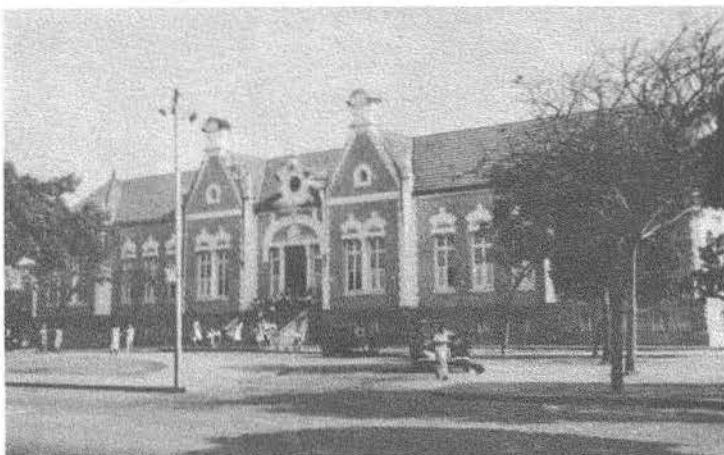
Como os índios, outros povoadores buscaram fixar-se na nova região. Paulatinamente, o pequeno agrupamento humano foi assumindo as características de um modesto povoado. Êste progresso não sofreu interrupções até à expedição da Ordem Régia de 13 de fevereiro de 1699, que criou a primeira vila na capitania do Ceará, indicando para sede da mesma o povoado que se formara nos arredores do Forte de Nossa Senhora da Assunção. A 25 de janeiro de 1700, verificaram-se as primeiras eleições, a que se seguiu a instalação da vila que recebeu a denominação de vila de São José do Ribamar.

Teatro José de Alencar e Faculdade de Medicina

Os habitantes da povoação da barra do rio Ceará, sentindo-se prejudicados pela escolha da sede da nova vila, não se resignaram com essa preferência e, tendo pleiteado a sua modificação, conseguiram ver transferida para suas terras, em 1701, a sede da vila de São José do Ribamar, que, entretanto, voltou, em 1706, ao seu primitivo local. Fugaz foi essa transferência, pois, nesse mesmo ano, retornou ao ponto onde outrora se erguera o Forte de São Sebastião, lugar designado, posteriormente, Vila Velha, aí permanecendo até 1708, quando, novamente, se trasladou para a localidade contígua ao Forte de Nossa Senhora da Assunção. Essa última povoação que, já por essa época, era conhecida por Fortaleza, em virtude do reduto próximo ao qual se formara, continuaria ainda a ver disputado o seu privilégio de sede da vila, agora pela gente da povoação de Aquiraz. Em conseqüência dessa disputa, em 1710, a vila tomou o nome de São José do Ribamar do Aquiraz.

Serviria de sede à vila essa última povoação, por fôrça da Ordem Régia de 30 de janeiro de 1711, que só foi executada a 27 de julho de 1713.

A população de Fortaleza, entretanto, não se conformou com essa situação, e, tanto pleiteou contra ela que, por Resolução Régia de 9 de março de 1725 e Carta Régia do mesmo mês e ano, foi criada uma outra vila no Ceará com sede naquele núcleo, a qual sòmente pôde ser instalada a 13 de abril de 1726, pelo capitão-mor Manuel

Edifício João Cleofas

Francês. À vila, conferiu-se-lhe a denominação de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, pelo que razoàvelmente se reforça a conclusão de que a cidade deve àquela fortaleza o topônimo que ostenta.

Instituto de Educação

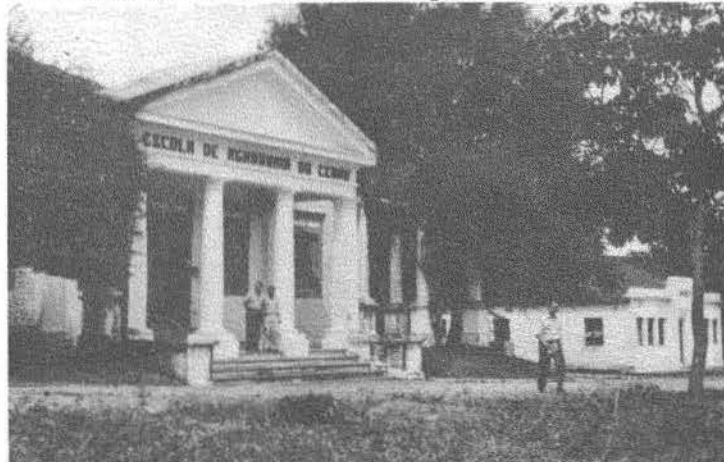
Terminada essa agitada disputa, quase um século se passaria, sem que se registrasse progresso digno de nota na vida da pequena vila de Fortaleza.

Só em 1799, quando o Alvará de 17 de janeiro separou a Capitania do Ceará da de Pernambuco, nomeando para seu 1.º Governador o Chefe de Esquadra Bernardo Manuel de Vasconcelos, novos rumos se descortinariam à referida vila, em virtude de ter sido escolhida para sede do novo govêrno.

Muitos melhoramentos, como é óbvio, decorreram dessa nova situação, tanto de ordem econômica, quanto social. Dentro em breve já possuía a localidade um Corpo de Milicianos, instituiu-se logo a Junta da Real Fazenda, colocaram-se baterias em Mucuripe e montaram-se laboratórios para a refinação de salitre.

Até então, todo o comércio local era feito com Pernambuco. De lá é que vinham as mercadorias para as vilas de Fortaleza e Aracati. Esta, em virtude de estar mais próxima àquela Capitania, era centro comercial mais importante do que a primeira.

Tal estado de dependência econômica em face de Pernambuco preocupou o 1.º Governador-Geral, que escrevia naquela época:

"Como seus generos (do Ceará) se recebem na Europa por Pernambuco, se reputam a maior parte deles legitimos de Pernambuco, não merecendo por isso o *Siará* a me-

Escola de Agronomia da Universidade do Ceará

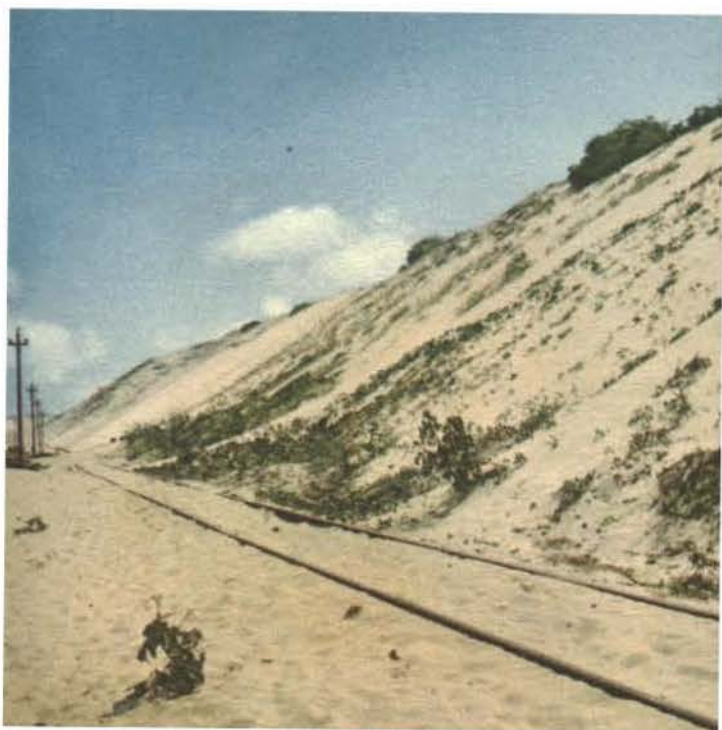
Vista do Pôrto do Mucuripe, em construção

nor contemplação nem o menor empenho que felicite o seu augmento".

Porém, por mais que se tenha empenhado nesse sentido, iniciando o comércio direto com a metrópole, não lhe coube a glória da libertação comercial da nova Capitania. Pois essa só começaria a tornar-se realidade na administração do 3.º Governador, o fidalgo Luís Barba Alardo de Menezes, que assumiu o govêrno em 1808. Justamente nesse ano, D. João VI abria os portos do Brasil ao comércio europeu, o que veio favorecer entre outras cousas o progresso comercial cearense.

Escola do S.E.N.A.I.

Barba Alardo, possuidor de amplo tirocínio administrativo e larga visão, soube aproveitar a oportunidade que se lhe oferecia para livrar o Ceará da dependência comercial de Pernambuco. Mandou estudar o pôrto de Fortaleza, e promoveu a exportação direta, para Londres, de algodão, peles, açúcar e farinha. Foi durante o seu govêrno que se fundou em Fortaleza a primeira casa comercial estrangeira de comércio direto. O interêsse que tinha pelos trabalhos de cerâmica, levou-o a instalar uma fábrica de louça vidrada, cujos produtos, segundo as crônicas, eram iguais aos melhores então produzidos na Bahia.

Vista parcial aérea da cidade

Vista das dunas da Praia do Mucuripe

Além disso, Barba Alardo fêz levantar a primeira carta da Capitania, de cuja população mandou proceder ao recenseamento geral. Projetou, também, a construção de uma fortaleza, chegando a promover a coleta de donativos para êsse fim.

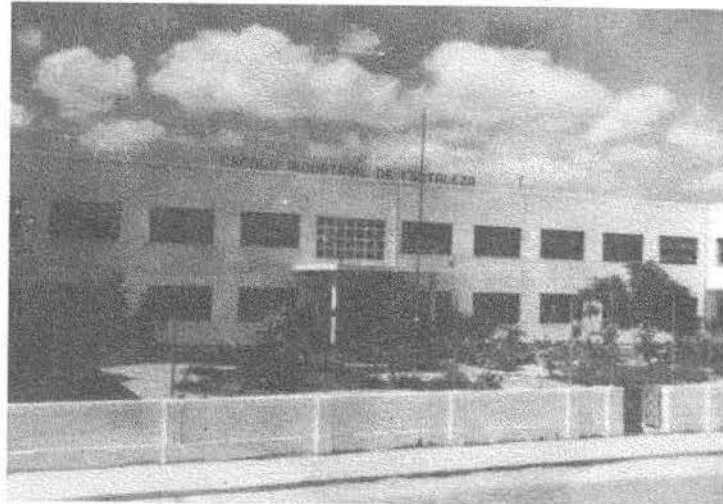
O viajante inglês, Henry Koster, que visitou o Ceará durante o seu govêrno, refere-se a êle como sendo um homem afável e cioso de suas prerrogativas. E, descrevendo uma recepção que lhe fôra oferecida no palácio do govêrno, assevera que se procurava imitar, ali, o cerimonial da côrte.

Tôda essa etiquêta do fidalgo da Casa Real muito deveria impressionar aos humildes habitantes da pacata Fortaleza daquele tempo, a qual, segundo o referido viajante, se formava apenas de 4 ruas, tendo ao centro uma praça; mas, apesar de pequena era asseada e tinha aparência de prosperidade.

Faculdade de Direito da Universidade do Ceará

O 4.º Governador da Capitania do Ceará foi Manuel Inácio de Sampaio, a quem a capital cearense deve grandes melhoramentos, principalmente o seu traçado retilínio e a construção da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, realizações de seu ajudante-de-ordens, o coronel do Real Corpo de Engenheiros Antônio José da Silva Paulet, que foi o autor da primeira planta da cidade.

Grandes perturbações políticas teve de enfrentar Inácio Sampaio em seu govêrno, quando o movimento republicano, iniciado em Pernambuco em 1817, se propagou até o Ceará, apesar de ter sido logo sufocado, tendo-se efetuado em Fortaleza inúmeras prisões.

Durante muitos anos não gozaria de tranqüilidade a capital cearense. As rebeliões sucediam-se; depunham-se governos; forçava-se a renúncia de juntas governativas.

Escola Industrial, localizada na Avenida 13 de Maio

Refletiam essas agitações o anseio de emancipação que, então, empolgava o país; mas traíam, também, reivindicações políticas mais radicais, como se verificará depois.

Não serenaram inteiramente os ânimos após a Proclamação da Independência do Brasil, que só foi jurada em Fortaleza a 29 de dezembro de 1822. Tendo-se rebelado contra a nova ordem de cousas o partido português no Piauí e Maranhão, tropas cearenses foram em auxílio dos patriotas dali, e unidos conseguiram a capitulação do comandante português Fidié.

Em meio à sucessão dos fatos que agitavam a Província, a carta imperial de 17 de março de 1823, dava à vila de Fortaleza foros de cidade, com a denominação de *Fortaleza de Nova Bragança*, que o povo não adotou, passando a titulá-la, simplesmente, de Cidade de Fortaleza ou Cidade do Ceará.

O gesto de D. Pedro I, dissolvendo a Assembléia Constituinte, repercutiu desagradàvelmente em Fortaleza, como em quase todo o Norte do país. A confiança no Imperador abalou-se profundamente, o que constituiu o pre-

Sede Social do Ideal Clube

núncio da revolta que se daria pouco tempo depois, e que ficou conhecida como a "Confederação do Equador".

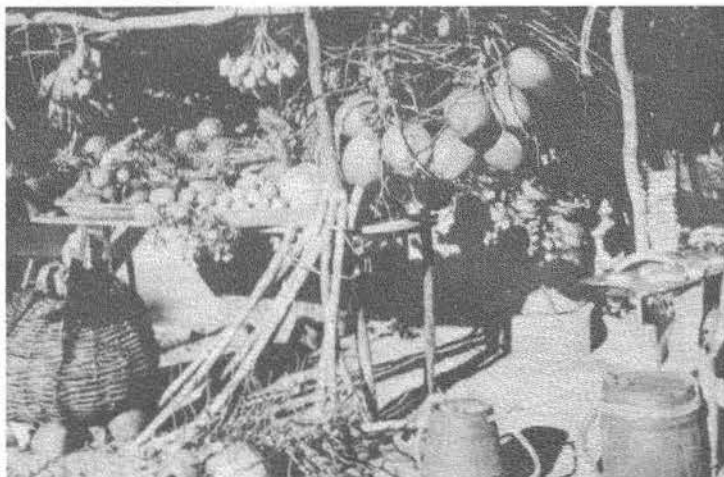
A rebelião ainda se encontrava em estado latente em Pernambuco, e já em Fortaleza, a 28 de abril de 1824, era deposto o 1.º Presidente do Ceará depois do Brasil independente, tenente-coronel Pedro José da Costa Barros, que, nomeado por D. Pedro I, chegara a Fortaleza a 14 do mesmo mês.

Praia do Iate Clube

Foi eleito para presidir os destinos da Província do Ceará Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, que proclamou em Fortaleza uma república de efêmera duração.

Confiava êle na vitória do movimento revolucionário que irrompeu em Pernambuco e em outras Províncias. Sufocado êsse movimento pela divisão naval comandada por Lord Cochrane, êste, a 18 de outubro de 1824, desembarcou em Fortaleza, onde fêz arvorar a bandeira imperial.

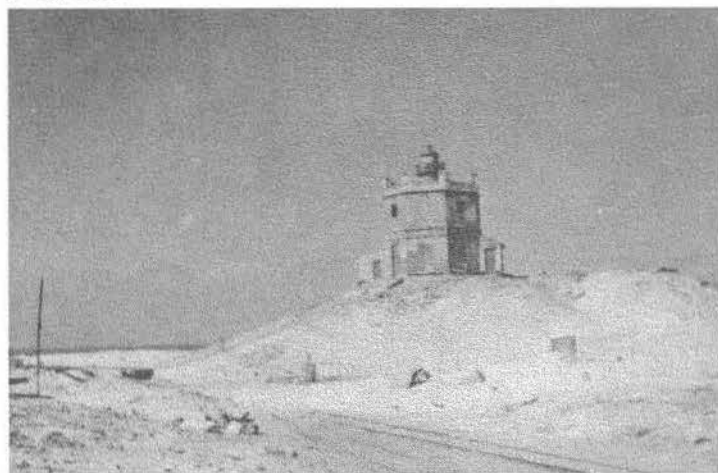
Tristão Gonçalves não assistiu a essa ocorrência de vez que na ocasião se encontrava ausente da capital. Dela se afastara para conter a contra-revolução que se alastrara no interior da Capitania, tendo sucumbido num dos combates em que tomou parte — o de Santa Rosa, a 31 de outubro de 1824. Seu cadáver foi bàrbaramente mutilado e seus restos mortais permaneceram insepultos durante vários dias.

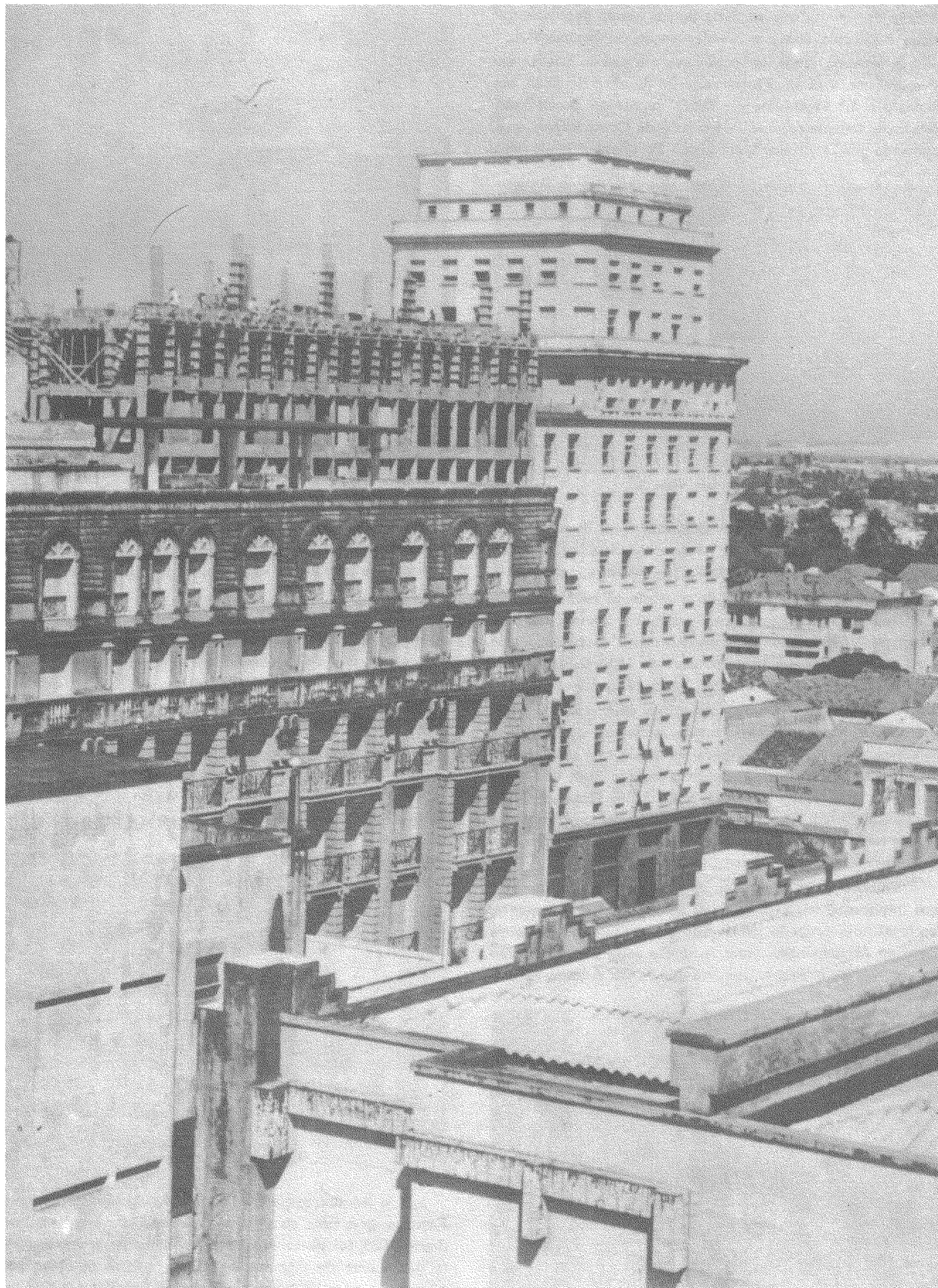
Embora Lord Cochrane houvesse prometido anistia aos implicados no levante, a 30 de abril do ano seguinte, no local hoje ocupado pelo edifício onde funciona a Santa Casa de Misericórdia, foram fuzilados seus principais chefes, entre êles o Padre Gonçalo Inácio de Albuquerque e Melo Mororó.

Venda de frutas e água de côco nas praias do município

Vista lateral (interna) do Náutico Atlético Cearense

Como se não bastassem as aflições decorrentes da derrota sofrida, nesse mesmo ano de 1825, uma tremenda sêca dizimaria a população cearense, já tão golpeada pela adversidade.

Entretanto, passada essa época calamitosa, Fortaleza pôde gozar largo período de relativa paz e prosperidade, embora o sul da Província fôsse agitado, depois da abdicação de D. Pedro I, por terrível revolução civil, que culminou com a sumária execução do seu chefe, Joaquim Pinto Madeira.

Durante êsse período de calma desfrutado pelo município de Fortaleza, se não se podem registrar intensas atividades políticas, ressaltam-se, no entanto, profundas reformas administrativas que lhe imprimiram considerável progresso.

O velho Farol do Mucuripe

É a administração do boticário Antônio Rodrigues Ferreira, que, filho de Niterói mas residindo em Fortaleza desde 1825, foi eleito, em 1842, vereador e, no ano seguinte, presidente da Câmara, cargo em que se manteve por 18 anos, e no qual prestou relevantes benefícios à Capital do Ceará. Fêz elaborar nova planta da cidade, decalcada

Edifícios Sul América e Excelsior Hotel, no centro da cidade

na de Paulet, mas com modificações essenciais impostas pelo tempo e pelo progresso.

A Câmara Municipal, em homenagem à sua memória, perpetuou-lhe o nome no mais central e importante logradouro de Fortaleza — a Praça do Ferreira. Dêsse modo, como disse alguém, "gravou no próprio coração palpitante e agradecido da cidade o nome de seu maior benfeitor".

A obra urbanística de Ferreira foi providencialmente continuada por Adolfo Herbster, que longos anos exerceu a função de arquiteto da Prefeitura.

Até meados do século passado Fortaleza ainda não crescera convenientemente. O número dos seus moradores, apurado no Recenseamento de 1848, era de 8 900, distribuídos em 1 418 casas, destas, apenas, 571 de tijolo e telha.

Nesse mesmo ano, a primeiro de março, foi inaugurada a sua iluminação pública, alimentada por azeite de peixe, e só em 1855 tiveram início os calçamentos feitos de pedra tôsca.

A cultura intelectual da cidade, entretanto, se intensificava bastante, com a fundação do Liceu (hoje Colégio Estadual) em 1845, servido de excelentes mestres e superiormente dirigido pelo Padre Dr. Tomaz Pompeu de Sousa Brasil, mais tarde Senador Pompeu.

Havia uma casa de espectáculos — o Teatro Taliense, mantido por uma sociedade particular e que se transfor-

O vendedor de caju

mara em animado e distinto cenário de festas sociais e solenidades cívicas, comemorativas dos mais destacados acontecimentos nacionais. Durante os intervalos das representações faziam-se discursos, recitavam-se versos, e executavam-se números de arte, dando maior efeito às noitadas diversionais.

A partir de 1880 a cidade tomou acentuado incremento. Ao terminar a centúria, contava 50 000 habitantes, iluminação a gás carbono e bondes de tração animal, bibliotecas e educandários, sociedades literárias e institutos culturais, dos quais são, ainda hoje, expressão de alto merecimento, o "Instituto do Ceará", fundado em 1887, e a "Aca-

Vista parcial aérea da cidade

Vista do Náutico Atlético Cearense

demia Cearense de Letras", em 1894, a primeira criada no Brasil.

A campanha abolicionista empolgou a população de Fortaleza, sempre inclinada pelas nobres causas e alevantados ideais.

Além das inúmeras associações criadas com o fim de apressar a libertação dos escravos, é mister salientar a desassombrada atitude dos jangadeiros cearenses, encabeçados por Francisco José do Nascimento, o legendário "Dragão do Mar", que, desprezando todos os riscos, tornaram pràticamente impossível o trânsito de escravos no pôrto de Fortaleza.

Após a Proclamação da República, novas lutas políticas perturbaram a vida do município.

Em 1892, os alunos da Escola Militar, então existente em Fortaleza, com o apoio de parte das fôrças federais e estaduais, depuseram o Governador do Estado, General José Clarindo de Queiroz.

Trecho da praia de Iracema

No início dêste século, em 1912, outra deposição se verificaria. Dessa vez, um movimento popular armado, dois dias depois de intensa agitação, conseguiu a renúncia do então Presidente do Estado, Comendador Antônio Pinto Nogueira Acióli.

Tal renúncia não trouxe a pacificação que era de esperar. No fim do ano seguinte e início do outro, dias de intranqüilidade e insegurança atravessaria a Capital do

Usina Termelétrica do Mucuripe

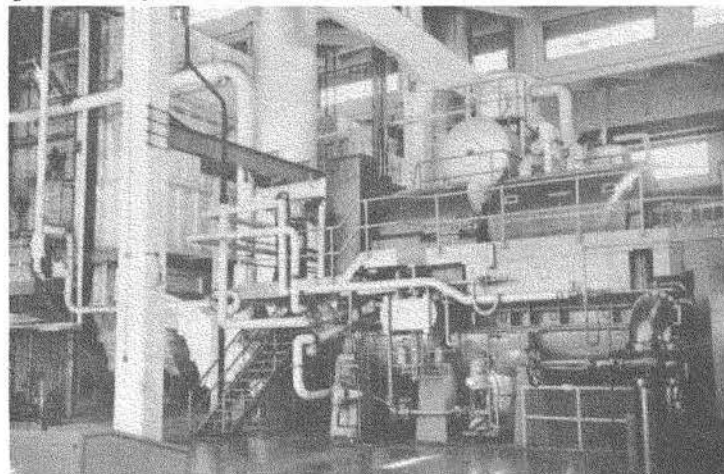
Ceará, com o movimento sedicioso, irrompido no sul do Estado contra o govêrno do general Franco Rabelo, o qual provocou a intervenção federal ali decretada em 1914.

Felizmente, as administrações que se sucederam puderam ser exercidas num ambiente mais calmo. Assim, foi possível incrementar o progresso do município cuja sede hoje é um dos mais populosos centros do Norte do país.

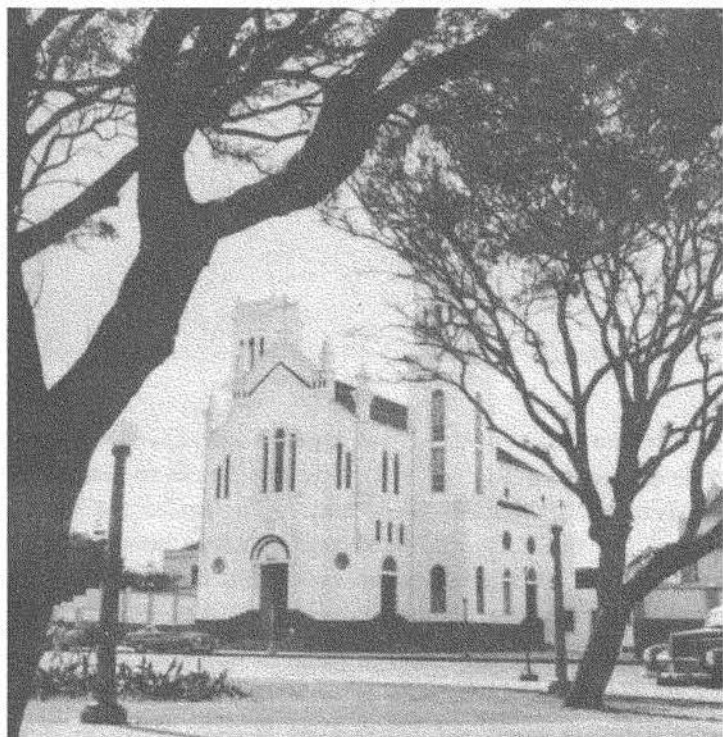
Muito se embelezou Fortaleza com os serviços prefeiturais iniciados pelo Intendente Guilherme Rocha e continuados pelos seus sucessores, notadamente Ildefonso Albano.

Ficaram afamados os seus jardins, principalmente o Passeio Público e o 7 de Setembro, na Praça do Ferreira, ambos bem tratados e freqüentados pela gente de escol, em verdadeiros desfiles de elegância e apurada exposição das modas parisienses.

O Prefeito Álvaro Weyne, em 1928 — 30, deu impulso mais firme à renovação dos trabalhos urbanos e, no começo das administrações revolucionárias decorrentes do "Movimento de 1930", a cidade ganhou outros benefícios com a nova pavimentação dos seus logradouros públicos, de paralelepípedos e de concreto, iniciativa do Prefeito Raimundo Girão.

De lá para cá Fortaleza modernizou-se, graças ao espírito arrojado e ao bom gôsto dos seus habitantes. Os

Aspecto interno da Usina Termelétrica do Serviluz

seus bairros residenciais são da mais apurada arquitetura, dando à cidade foros que a colocam em posição de relêvo entre as suas irmãs brasileiras.

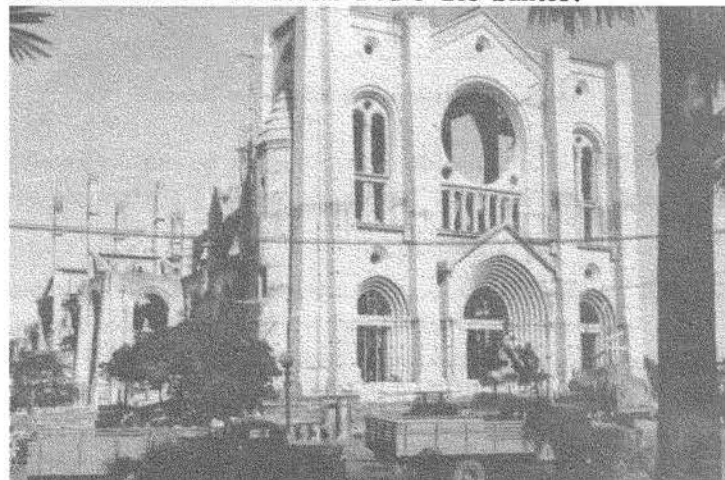
Tanto social quanto econômicamente se evidencia o desenvolvimento de Fortaleza, máxime nos últimos anos.

Igreja de Nossa Senhora das Dores

Centro comercial de grande importância, também possui um parque industrial que apresenta promissoras possibilidades futuras. Apenas lhe falta um pôrto à altura de suas necessidades, para que a sua vida econômica possa corresponder ao elevado grau de progresso que tanto lhe almejam seus idealistas e valorosos filhos.

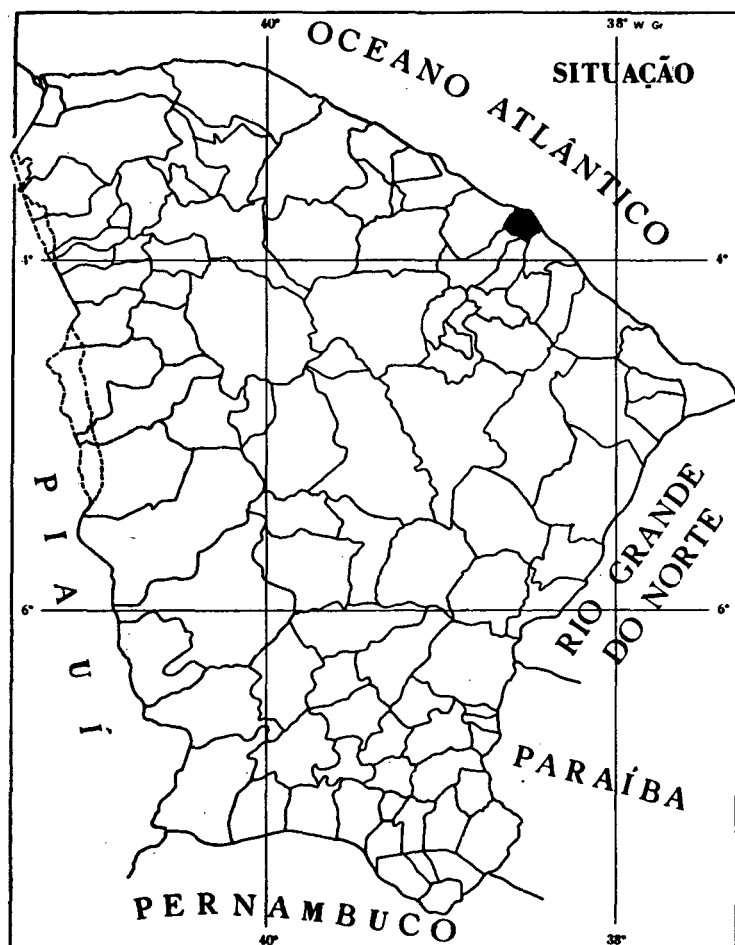
Nas eleições realizadas a 3 de outubro de 1954, para a legislatura de 1955-1958, foram eleitos e, posteriormente, empossados os seguintes candidatos aos podêres executivo e legislativo municipais: Prefeito — Acrísio Moreira da

Vista do edifício de apartamentos da Imobiliária, Carlos Jereissati

Vista do Ideal Clube, vendo-se a piscina

Rocha. Vereadores — José Martins Timbó, Roberto de Carvalho Rocha, José Barros de Alencar, Renée de Paiva Dreyfuss, José Batista de Oliveira, Raimundo Ferreira Ximenes Neto, Raimundo Oséas de Aguiar Aragão, José Ribamar de Vasconcelos, Antônio Ademar de Arruda, Carlos Mauro Cabral Benevides, Valter Cavalcante Sá, João Cavalcante Figueiredo, Doriam Sampaio, Djalma Eufrásio Rodrigues, Raimundo Gomes Tavares, Agamenon Frota Leitão, Manuel Lourenço dos Santos, Bezaquiel Teixeira de Castro, Pedro Paulo Moreira de Azevedo, Antônio Fernando Bezerra e Valdemar Pedro dos Santos.

Catedral de Fortaleza

LOCALIZAÇÃO — O município de Fortaleza, situado na zona litorânea, apresenta conformação topográfica constituída, predominantemente, de planície, onde os acidentes mais notáveis são os cômoros de areia movediça ou dunas, que se antepõem entre a praia e a região plana do interior. Típico da região nordestina é o revestimento florístico de seu solo: na zona praieira, sobressaem os coqueirais, enquanto, a noroeste, nas proximidades de Caucaia, Messejana e Parangaba, onde se encontram terrenos sílico-argilosos, medra mais densa vegetação.

O seu pequeno desnível, em relação ao nível do mar, concorre para a preservação do manancial subterrâneo de água doce que aflui do subsolo. Por isso que, considerado fértil, é propício ao desenvolvimento das diversas culturas nordestinas. Limita com o Oceano Atlântico e os municípios de Aquiraz, Caucaia, Maranguape e Pacatuba. A sede municipal, Fortaleza, possui as seguintes coordenadas geográficas: 3° 45' 47" de latitude Sul e 38° 31' 23" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado

ALTITUDE — Figurando entre as mais baixas do Estado do Ceará, a cidade está localizada a 26,35 metros de altitude.

CLIMA — Influenciado pela brisa marinha, o município apresenta clima saudável, favorável às grandes concentrações humanas. A temperatura oscila de 21,9 a 20,6 graus centígrados, equacionando a média compensada de 27 graus centígrados. O período normal de chuvas inicia em janeiro e termina em junho, ocorrendo precipitações anuais da ordem de 1 139,2 milímetros (ano de 1956).

ÁREA — A área do município é de 305 quilômetros quadrados, sendo o 88.° colocado em relação à área das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O *rio Cocó* — Nasce na vertente oriental da Serra de Pacatuba, no município dêste nome. Penetra no município de Fortaleza nos limites com Pacatuba e serve de linha divisória entre os distritos de Messejana e Mondubim, Messejana e Parangaba, e finalmente Messejana e Fortaleza. Tem a direção norte-sul mudando depois de forte curva para este-sudoeste, indo desaguar no Atlântico. Sua barra é navegável por barco de pequeno calado. A influência das marés se faz sentir até cêrca de 10 km acima de sua barra, trecho em que é perene. Na barra do rio Cocó encontram-se salinas. Tem um curso de 50 km, sendo no município de Fortaleza 24 quilômetros, aproximadamente.

Avenida João Pessoa

Origem do nome Cocó: A palavra apareceu sob a forma de CACU (1654), mas já no mapa de Santa Teresa afeta a forma atual. O nome é de origem indígena, mas não tupi; provàvelmente tarairiú. Não é, pois, possível interpretá-lo.

Sede Social do Náutico Atlético Cearense

Vista parcial aérea da cidade

CEARÁ — Nasce no serrote Salgado, no município de Maranguape, tendo um curso de 55 km. Corre pelo vale formado pelas serras de Maranguape e da Arara, recebendo as águas da vertente leste desta última (município de Caucaia) e serve de limite entre o município de Fortaleza e o de Caucaia, correndo no município de Fortaleza com a direção sul-nordeste e oeste-leste, voltando-se finalmente, para o norte, no seu estuário. É navegável até 5 km aproximadamente, acima de sua barra, por barco de pequeno calado. Nesse trecho, por influência das marés, é perene. Sua barra já serviu de aeroporto. O curso do rio Ceará tem como linha de limite entre Fortaleza e Caucaia cêrca de 5 km, calculadamente.

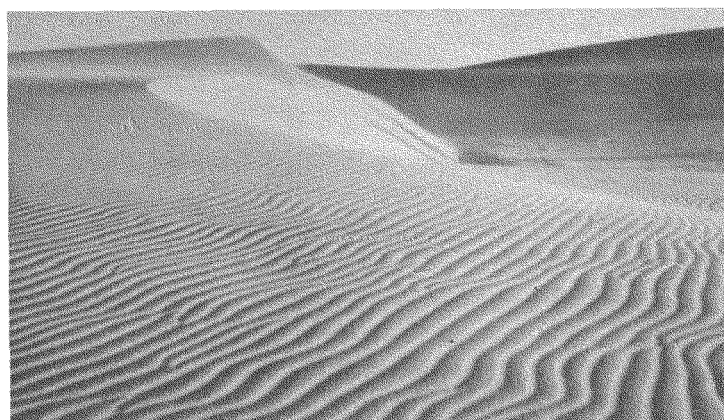
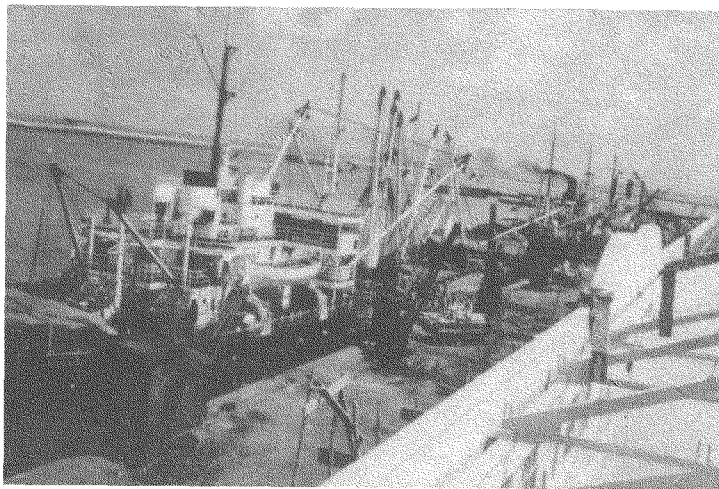
Origem do nome Ceará: "A etimologia do nome Ceará continua desafiando o saber dos que investigam as origens toponímicas do Nordeste. Provàvelmente a etimologia dessa palavra, não sendo de fonte tupi ou cariri, só poderá ser esclarecida quando tivermos material lingüístico suficiente, relativo às famílias étnico-lingüísticas que viviam nas nossas praias ou perto delas, nos tempos pré-coloniais".

MARANGUAPINHO OU TANGUEIRA — Nasce na vertente este da Serra de Maranguape, no município do mesmo nome. Seu curso é, aproximadamente, de 45 km. Atinge o município de Fortaleza, no distrito de Mondubim, que atravessa, correndo de sul para o norte, dirigindo-se então, para o distrito de Antônio Bezerra, onde deságua no rio Ceará, pela margem direita. É perene até 5 km acima de sua barra por influência das marés, que alagam neste trecho. Tem dentro do município de Fortaleza 15 km de seu curso, calculadamente.

Origem do nome Maranguapinho: Expressão derivada de Maranguape, nome da serra. Maranguape é nome tupi que substituiu o topônimo mais antigo Monte Li.

Origem do nome Tangueira: Expressão alterada de cangoeira que quer dizer caveira. Topônimo aplicado a um sítio do município de Maranguape.

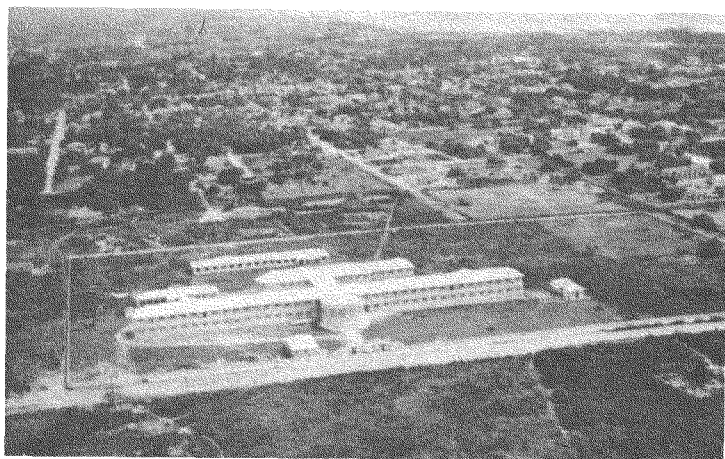
Dunas nas praias do Pirambu

14 — 24 932

Vista do Cais do Pôrto

COASSU — Nasce no município de Pacatuba, com o nome de Córrego Grande, formado pela junção das vertentes das lagoas Caracanga e Carapió. Serve de limite entre os municípios de Fortaleza e Aquiraz, a partir da foz do riacho Carro Quebrado, sem afluente, até a lagoa de Precabura, além da qual corre de sul a norte, indo desaguar no rio Cocó, pela margem direita, no lugar Sabiáguaba. O curso do rio Coassu é, aproximadamente, de 35 km, dos quais 28 no município de Fortaleza.

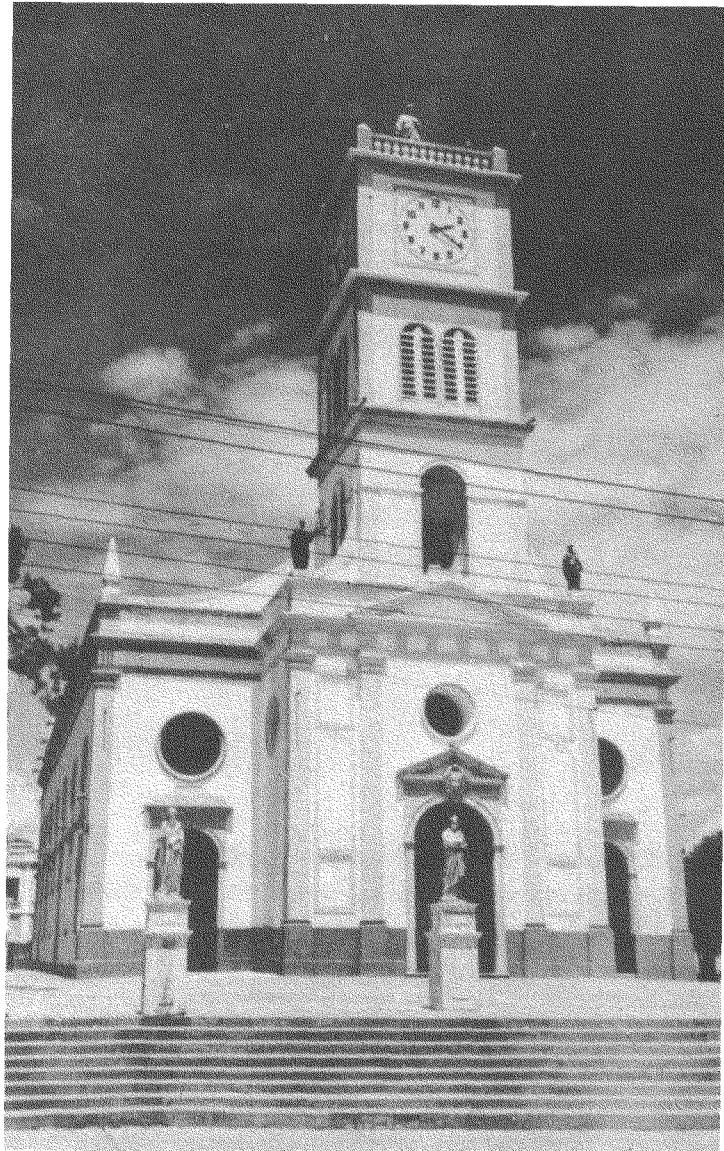
Origem do nome Coassu: Coassu ou Coaçu, alteração da palavra tupi *caa açu*, mato grande.

CARRO QUEBRADO — Nasce perto do lugar Salgado no município de Pacatuba; corre de sul para norte, servindo de limite entre Fortaleza (distrito de Messejana) e o município de Aquiraz, até a sua foz no rio Coassu. O curso do riacho Carro Quebrado é de 12 km, aproximadamente. Tem nos limites Fortaleza-Aquiraz cêrca de 5 km de seu curso. Êste riacho recebe a denominação de Tapeba e, pela margem direita, também, a denominação de Cajueiro Torto.

Origem do nome Carro Quebrado: Desconhecida.

Bairro de Aldeota

PACOTI — Nasce na Serra de Baturité, no município do mesmo nome; atravessa os municípios de Redenção, Pacajus, Pacatuba e Aquiraz, quando serve de limite, em um trecho de 2 km, a partir de sua barra, no Atlântico, entre êste último município e o de Fortaleza (distrito de Messejana); neste trecho, por influência das marés, tem sempre água e é navegável por embarcações de pequeno calado. Tem nos limites de Fortaleza-Aquiraz, aproximadamente, 2 km de seu curso.

Origem do nome Pacoti: É indígena e quer dizer: voltado para o mar. Paulino Nogueira diz que o rio realmente é voltado para o mar, mas, o são quase todos e prefere que seja rio das pacovas (bananas).

O serrote CARARU — de 60 metros de altitude, à margem esquerda do rio Pacoti, a pouco mais ou menos de 7 km da costa.

Igreja do Sagrado Coração de Jesus

Origem do nome Cararu: É nome de origem tupi. Alteração de Caruru, fôlha ou vegetal grosso ou suculento.

ANCURI — Serrote situado a meia distância entre o pontilhão do riacho Carro Quebrado, na rodovia Transnordestina e a foz do riacho Timbó, no rio Cocó. É ponto de referência nos limites de Fortaleza-Pacatuba. Tem 110 metros de altitude.

Origem do nome Ancuri: Expressão tapuia de origem desconhecida.

Dunas — Tôda a costa do município é orlada de dunas; em média, não ultrapassam 30 metros de altitude; algumas, porém, atingem o dôbro desta altitude.

Lagoa PRECABURA — Formada pela bacia hidrográfica do riacho Coassu, tem seu sangradouro junto com

a lagoa de Messejana, na margem do rio Cocó. Tem uma extensão de 4 km, aproximadamente, de ponta a ponta, e uma largura de 750 metros, servindo de limites em tôda a sua extensão, entre os municípios de Fortaleza (distrito de Messejana) e o de Aquiraz.

Origem do nome Precabura: Palavra tupi; alteração de *ipeca* (pato lagoas) e *bura*, surgir, sair dágua. Portanto, lagoa onde os patos surgem ou aparecem com abundância.

SAPIRANGRA — Mede 2,5 km, aproximadamente, de comprimento; recebe as águas que sangram da lagoa de Messejana e, por sua vez, verte para o rio Coassu.

Origem do nome Sapiranga: Nome tupi proveniente de *sa*, ôlho, e *piranga*, vermelho.

MESSEJANA — Situada a noroeste da sede distrital de Messejana, na margem da rodovia Transnordestina. Seu diâmetro não vai além de um quilômetro.

Origem do nome Messejana: É nome de origem portuguêsa.

PARANGABA — Fica situada a nordeste da sede do distrito de Parangaba; em sua maior extensão (norte-sul), tem cêrca de 1 km, com a largura média de 600 metros. Sangra do riacho Alagadiço, que vai despejar-se na margem direita do rio Maranguapinho.

Rua São Paulo

Origem do nome Parangaba — Modificação da expressão tupi *parana angaba*, lugar onde há alagoados, brejal.

MONDUBIM — Fica próximo à sede do distrito dêste nome, com cêrca de 500 metros de comprimento.

Origem do nome Mondubim: Provém da expressão tupi *manduby*, derivada de *iba tupi*, fruto subterrâneo.

Vista parcial aérea da cidade

Ponta MUCURIPE — Acha-se localizada a oeste da cidade de Fortaleza. Avança cêrca de 2 km para o mar, no rumo norte, e a partir dêsse ponto, a costa que vinha com o rumo oeste para este sofre uma forte inflexão, tomando rumo norte-sudoeste. A oeste da Ponta do Mucuripe acha-se em construção o pôrto de Fortaleza, aproveitando a enseada do mesmo nome. Há na Ponta do Mucuripe um farol.

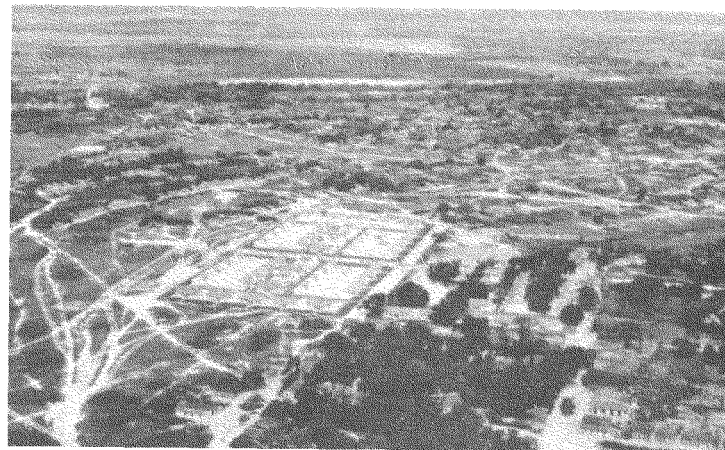
Origem do nome Mucuripe; Deve ser alteração de *bacori* ou mucuri e *pe*, isto é, no caminho dos mucuris.

Igreja Matriz de Nossa Senhora do Patrocínio

RIQUEZAS NATURAIS — Terras diatomáceas, salinas, fontes de água mineral e barro (argila) são as principais riquezas de origem mineral, sendo regularmente desenvolvida a sua produção extrativa.

De origem vegetal, existem carnaubais e pequena vegetação para extração de lenha.

E, quanto ao reino animal, há grande e variada quantidade de peixes do mar, cuja pesca é praticada em grande escala.

POPULAÇÃO — O incremento demográfico na Capital cearense em 100 anos, ou seja, de 1850 a 1950, foi de 2 989%, correspondente a um aumento de, aproximadamente, 260 000 habitantes, o que vem comprovar que, Fortaleza, sòmente começou a crescer 200 anos após sua fundação. O aumento de população verificado nos 57 anos

Vista aérea da cidade, vendo-se a vila do I.A.P.I.

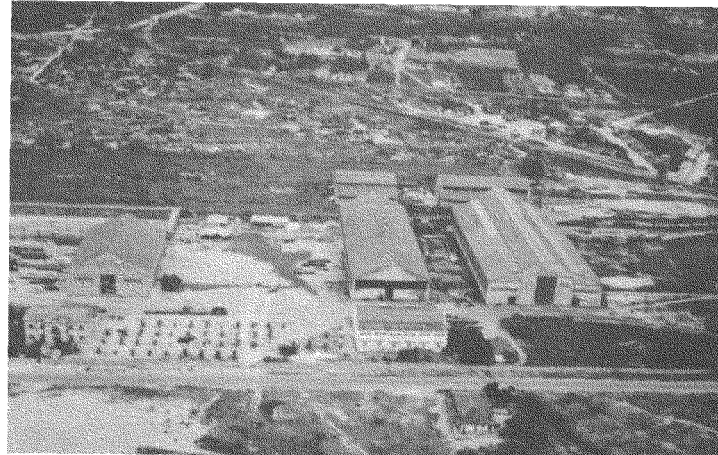
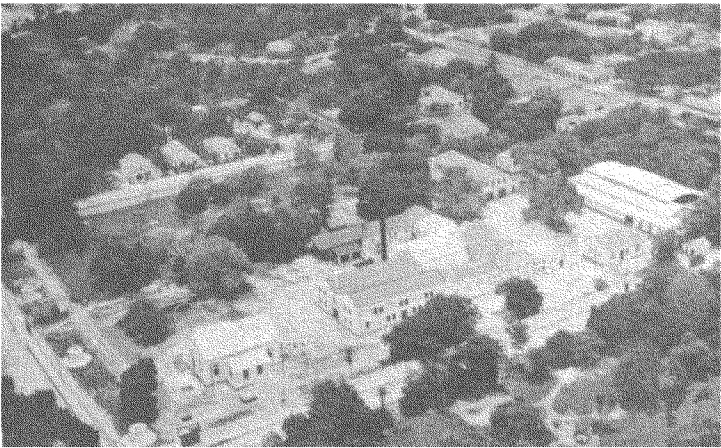
dêste século, — de 1900 a 1957 —, chega a ser de 30 777 equivalente a um incremento médio anual de 5 400 pessoas.

Dentre os 1894 municípios brasileiros existentes em 1950, no dia 1.º de julho, — o de Fortaleza colocava-se em 7.º lugar em população, tendo à sua frente, em todo o Norte e Nordeste do Brasil, sòmente o município do Recife, Capital do Estado de Pernambuco.

A população de Fortaleza constituída dos habitantes presentes, moradores, ou não, na data do Censo de 1950 era de 270 169 pessoas, sendo 124 982 homens e 145 137 mulheres, havendo, assim, uma diferença para mais de 20 205 mulheres. Os não moradores presentes eram em número de 6 173, e os moradores ausentes, 9 630.

Segundo a côr, a população fortalezense ficou assim distribuída: brancos — 119 994; pretos — 12 310; amarelos — 5; e pardos — 136 929, incluindo-se, nesta parcela, os índios e os que se declararam mulatos, caboclos, cafuzos, etc.; 931 pessoas deixaram sem resposta a indagação referente à côr.

As pessoas presentes na metrópole cearense, de 15 anos e mais, totalizando 169 566, foram agrupadas em quatro classes: solteiras — 72 159; casadas — 83 968; divorciadas e desquitadas — 143; e viúvas — 12 563; sem declaração — 733. Em relação ao estado conjugal dos casados, o Censo considerou, além do casamento civil, a sua constituição mediante matrimônio exclusivamente religioso. Em todos os estados civis, a mulher está sempre em maior número.

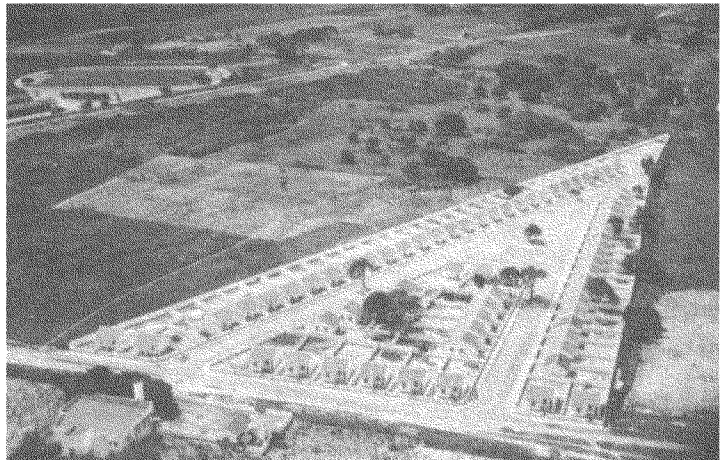
Segundo a nacionalidade, ficou assim distribuída a população do município de Fortaleza: brasileiros natos, 269 023; brasileiros naturalizados, 149; estrangeiros, 759

Vista aérea das oficinas da Rêde Viação Cearense

Vista aérea da vila de Parangaba

e sem declaração de nacionalidade, 238. Daí concluímos ser o crescimento da população da capital cearense exclusivamente vegetativo, não sofrendo, assim, influência da imigração estrangeira.

No tocante à religião, o Censo considerou apenas aquelas que reúnem maior número de adeptos, a saber: católicos — 253 990; protestantes — 6 123; espíritas — 4 699; israelitas — 70; ortodoxos — 34; maometanos — 8; outras religiões — 447; sem religião — 3 572 e sem declaração de religião — 1 226. Para as crianças até 12 anos, foi-lhes atribuída a religião dos pais desde que os mesmos professassem o mesmo credo. No catolicismo, protestantismo, e espiritismo, o sexo feminino é o mais representado. Já nas demais religiões os homens se encontram em maior número.

Nos seis recenseamentos já realizados no Brasil, o município de Fortaleza apresenta os seguintes dados populacionais:

1872	42 458
1890	40 902
1900	48 369
1920	78 536
1940	180 185
1950	270 169

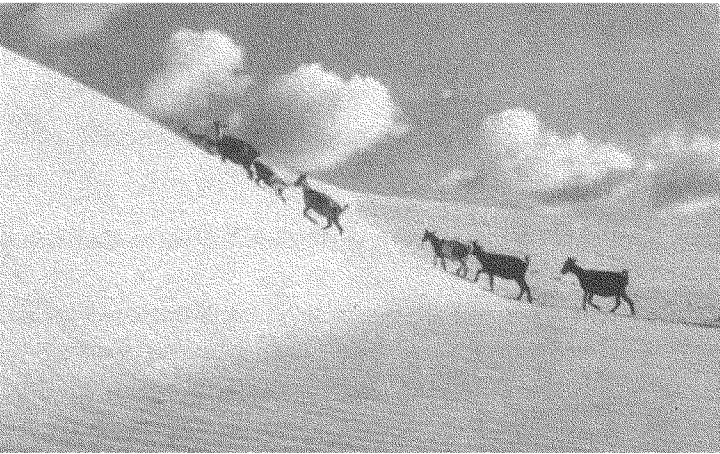
Os 270 169 habitantes de Fortaleza, na data do Censo, distribuíam-se: na zona urbana — 52 005 pessoas .... (21 493 homens e 30 062 mulheres) — 19,25%; na zona suburbana — 185 761 (86 795 homens e 98 966 mulheres) — 68,76%, e na zona rural — 32 403 (16 244 homens e 16 159 mulheres) — 11,99%.

Vila dos Marítimos

Fortaleza atingiu a 1.º de julho de 1957 a população estimada em 356 140 habitantes, correspondente a ...... 11,15% da população do Estado do Ceará calculada para a mesma data em 3 195 133 pessoas.

Com uma área de 305 km², o município apresenta no momento a densidade demográfica de 1 168 habitantes por quilômetro quadrado, situando-se, dessa forma, entre os municípios brasileiros de maior aglomeração humana.

Pela tabela a seguir, pode-se observar a marcha progressiva da população do município de Fortaleza, a partir de 1950, paralelamente ao Estado:

ANOS	ESTIMATIVAS PARA 1.º DE JULHO		% SÔBRE O ESTADO
	Fortaleza	Estado	
1950 (1)	270 169	2 695 450	10,02
1951	281 315	2 762 332	10,18
1952	292 797	2 830 577	10,34
1953	304 664	2 900 354	10,50
1954	316 926	2 971 680	10,66
1955	329 588	3 043 574	10,83
1956	342 657	3 119 052	10,99
1957	356 140	3 195 133	11,15
1958	370 044	3 272 834	11,31
1959	384 376	3 352 173	11,47
1960	399 143	3 433 167	11,63

(1) Recenseamento geral.

Dunas nas praias do Pirambu

Aglomerações urbanas — Há no município de Fortaleza cinco aglomerações, cuja população projetada para 1957 (estimativa da Inspetoria Regional de Estatística), pode ser observada na tabela a seguir:

Cidade de Fortaleza	270 300
Vila de Parangaba	32 252
" Antônio Bezerra	8 069
" Messejana	2 005
" Mondubim	805

O município, preponderanemente urbano, tem no quadro rural apenas 42 709 habitantes.

Fortaleza era a oitava cidade do Brasil em população, segundo o Censo de 1950, com 205 052 habitantes, de vez que a superam o Rio de Janeiro (2 303 063), São Paulo (2 017 025), Recife (512 370), Salvador (389 422), Pôrto Alegre (375 049), Belo Horizonte (338 585), Belém (225 052).

PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS — As principais fontes de riqueza do município são as decorrentes das atividades comerciais e industriais. A prestação de serviço constitui também importante atividade, concorrendo

Rua Coronel Guilherme Rocha

com apreciável parcela para o desenvolvimento da economia local.

A agricultura que é praticada pelos habitantes da zona rural dos distritos da Capital, é de pequena monta.

Ficam bem caracterizadas na tabela a seguir as ocupações da população fortalezense, consoante os dados do Censo de 1950:

RAMOS DE ATIVIDADE	PESSOAS PRESENTES DE 10 ANOS E MAIS			
	Números absolutos	Sendo		% sôbre o último total
		Homens	Mulheres	
Agricultura, pecuária e silvicultura	4 523	4 479	44	5,27
Indústrias extrativas	1 335	1 313	22	1,56
Indústrias de transformação	16 384	13 475	2 909	19,09
Comércio de mercadorias	15 749	14 015	1 734	18,35
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	1 115	1 007	108	1,30
Prestação de serviços	25 166	8 884	16 282	29,32
Transportes, comunicações e armazenagem	8 270	7 941	329	9,64
Profissões liberais	870	611	259	1,01
Atividades sociais	4 494	1 992	2 502	5,24
Administração pública, Legislativo, Justiça	3 558	2 836	722	4,15
Defesa Nacional e Segurança Pública	4 352	4 312	40	5,07
Atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes	94 030	14 156	79 874	—
Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas	749	439	310	—
Condições inativas	19 746	14 296	5 450	—
TOTAL	*200 341*	*89 756*	*110 585*	-
TOTAL (subtraídos os efetivos correspondentes aos três últimos ramos)	85 816	60 865	24 951	100,00

Agricultura, pecuária e silvicultura — A agricultura do município é de pequena monta e é praticada sòmente pelos habitantes da zona rural dos distritos e apresentou, nos anos de 1951-1955, o seguinte desenvolvimento:

PRODUTOS	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)				
	1951	1952	1953	1954	1955
Milho	385	315	480	780	1 080
Arroz	72	144	126	306	420
Feijão	720	760	840	960	1 080
Mandioca	6 690	7 665	7 630	7 350	8 960
Batata-doce	117	252	320	720	1 000
Cana-de-açúcar	3 413	2 940	3 220	4 375	5 400
Banana	923	1 290	2 070	2 115	3 120
Côco	1 875	3 125	2 500	3 240	4 125
Manga	4 050	6 925	3 000	5 265	4 200
Tomate	108	210	288	392	408

A produção agrícola se destina exclusivamente ao consumo dos habitantes do município e, não raro, ao consumo do próprio produtor, salvo a mandioca que é vendida preferencialmente para a alimentação do gado estabulado em Fortaleza.

A pecuária não é desenvolvida, sendo o rebanho existente em 31-XII-1956 estimado em 30 220 cabeças (121 milhões de cruzeiros), assim distribuído por espécie: bovinos — 12 100; eqüinos — 2 300; asininos — 7 000; muares — 1 130; suínos — 5 000; ovinos — 820; e caprinos — 1 870.

O pequeno efetivo de gado não possibilita a sua exportação para outros centros compradores, servindo a população local no fornecimento de leite e carne.

Indústria de transformação — Fortaleza possui um bem desenvolvido parque industrial constituído de 185 estabelecimentos com 5 ou mais pessoas dos mais variados ramos, conforme se deduz da leitura do quadro abaixo, baseado em dados de 1955:

CLASSES DE INDÚSTRIA	Estabelecimentos informantes	PESSOAL EM 31/XII		Valor da produção (Cr$ 1 000)
		Total	Operários	
Extrativa de produtos minerais	10	108	93	11 435
Extrativa de produtos vegetais	1	x	x	x
Transformação de minerais não metálicos	12	603	559	26 016
Metalúrgica	9	247	224	23 836
Mecânica	6	123	107	4 979
Material elétrico e material de comunicações	—		—	—
Construção e montagem do material de transporte	1	x	x	x
Madeira	9	268	232	22 366
Mobiliário	5	103	93	9 970
Papel e papelão	3	41	39	3 394
Borracha	—	—	—	—
Couros e peles e produtos similares	4	120	112	23 135
Química e farmacêutica	19	848	644	214 319
Têxtil	16	4 720	4 548	321 011
Vestuário, calçado e artefatos de tecidos	8	111	98	7 408
Produtos alimentares	44	779	648	299 937
Bebidas	6	206	168	34 491
Fumo	1	x	x	x
Editorial e gráfica	20	502	404	39 983
Diversas	11	516	484	46 059
TOTAL	*185*	*9 852*	*9 000*	*1 161 652*

x Resultados omitidos a fim de evitar individualização de informantes. Os dados omitidos acham-se incluídos nos totais.

Como se vê, a produção industrial atingiu a expressiva soma de mais de um bilhão de cruzeiros, obtida de 185 estabelecimentos fabris, entre os quais predominava o ramo "alimentação" com 44 unidades. Seguido das indústrias "editorial e gráfica" (20), "química e farmacêutica" (19), "têxtil" (16) e outros em menor número, ocupando 9 852 pessoas, onde 9 000 se ocupavam diretamente na produção.

O montante dos salários pagos alcançou pouco menos de 170 milhões de cruzeiros.

A indústria têxtil, inclusive beneficiamento de algodão, que rendeu 321 milhões de cruzeiros, ocupava cêrca de 47,91% (4 720 pessoas) do total de empregados na indústria.

Gado abatido — O consumo de carne em Fortaleza é bem expressivo. Em 1956, foram abatidas nos matadouros municipal e distritais 61 474 cabeças de bovino, 12 601 de suínos, 8 952 de ovinos e 12 914 de caprinos. No mesmo ano foram preparadas 1 628 toneladas de carne verde de suíno (13 milhões de cruzeiros); 107 toneladas de carne verde de ovino (mais de 2 milhões de cruzeiros) e 129 toneladas de carne verde de caprino (pouco menos de 3 milhões de cruzeiros).

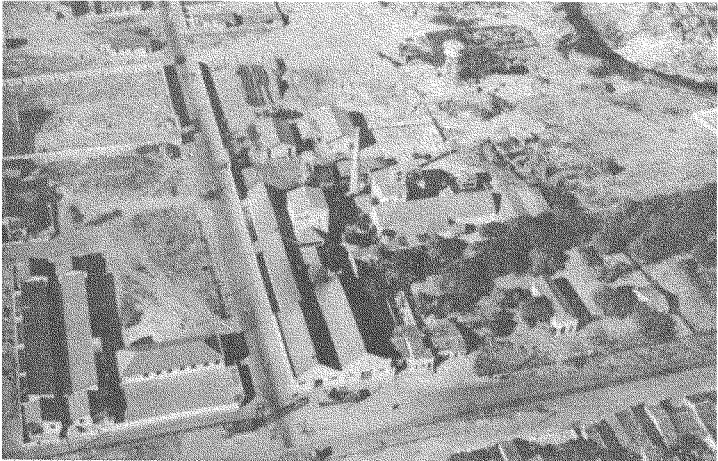
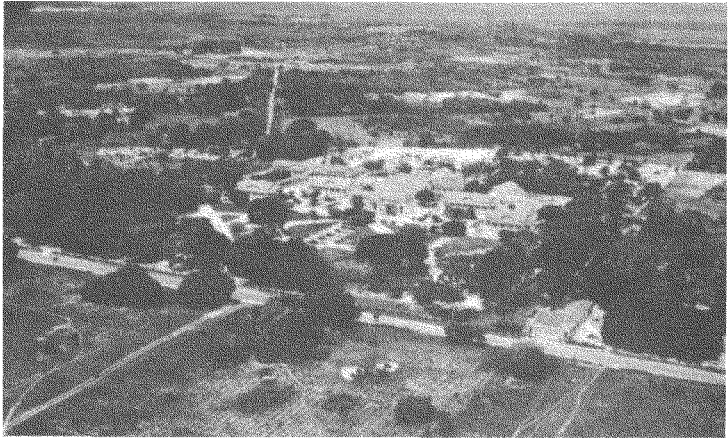
Como se conclui dos elementos acima, a carne verde se constitui a principal alimentação dos fortalezenses.

Produção de energia elétrica — A produção de energia elétrica teve o seguinte desenvolvimento no período 1954-1956:

ESPECIFICAÇÃO	Unidade	ANOS		
		1954	1955	1956
a) público, para iluminação......	kWh	2 924 948	2 285 568	3 252 269
b) particular, para iluminação....	kWh	12 499 661	13 607 565	17 504 004
c) público, para fôrça..........	kWh	213 043	487 548	412 008
d) particular, para fôrça.........	kWh	3 140 494	3 709 899	5 710 728
TOTAL (público e particular, para iluminação e fôrça)...	*kWh*	*18 778 146*	*20 090 580*	*26 879 000*

INDÚSTRIA EXTRATIVA — A indústria extrativa de origem vegetal é representada pela cêra de carnaúba, com produção de cêra de 316 milhares de cruzeiros (dados de 1954). No reino mineral há exploração de jazidas de diatomita. Há ainda cêrca de 9 salinas, localizadas nos distritos de Messejana e Fortaleza.

Óleos e gorduras vegetais — Fortaleza se destaca como grande produtor de óleos e gorduras vegetais, valendo assinalar a existência de 10 importantes organizações, que produziram em 1956, aproximadamente, 254 mil toneladas, no valor de 289 milhões de cruzeiros.

Ainda no mesmo ano, foram obtidos cêrca de 50 milhões de quilos de subprodutos: torta, línter, piolho, glicerina, etc. calculados em 116 milhões de cruzeiros.

Usina São Judas Tadeu

Vista aérea do Sanatório de Messejana

Pesca — A pesca é praticada em larga escala por 1 685 pescadores filiados às quatro colônias localizadas no distrito de Fortaleza.

A produção do pescado atingiu em 1956 a expressiva quantia de 28 milhões de cruzeiros (1 055 510 quilos). As espécies mais encontradas foram cavala, dourada, pargo, biquara, serra, sirigado e muitas outras de menor importância.

Cêrca de 594 embarcações foram utilizadas nessa atividade o que contribuiu eficazmente para suprir o mercado consumidor.

Está em vias de conclusão o prédio onde funcionará o Entreposto de Pesca que controlará tôda a atividade pesqueira na Capital.

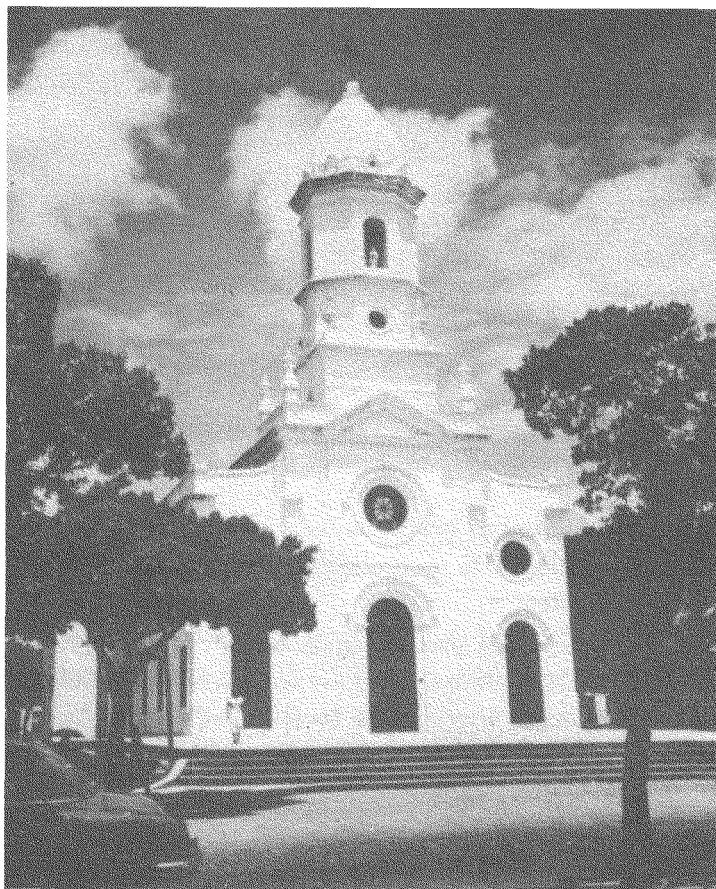
Ùltimamente, barcos pesqueiros japonêses fazem o abastecimento de grande parte do mercado de Fortaleza, entregando ao consumo, em quantidade, o apreciado *atum*.

Prestação de serviços — Constitui a prestação de serviço um dos ramos que concentra maior número de habitantes do município.

Os dados abaixo revelam a situação dos estabelecimentos devidamente instalados por ocasião do Recenseamento Geral de 1950:

CLASSES E GRUPOS DE SERVIÇOS	1.º-I-1950		
	Estabelecimentos	Capital aplicado (Cr$ 1 000)	Pessoal ocupado
Serviços de alojamento e de alimentação......	516	9 388	1 526
Serviços de higiene pessoal..........	197	1 309	404
Serviços de diversão e de radiodifusão.......	—	—	—
Serviços de confecção, conservação e reparação	463	14 361	1 409
TOTAL..........................	*1 176*	*25 058*	*3 339*

Os 1 176 estabelecimentos que exploravam serviços, ocupavam por ocasião do Recenseamento e em conjunto 3 339 pessoas, das quais 1 241 eram empregados e 833 operários.

Convém assinalar que dos 25 166 habitantes que declararam exercer atividades no ramo "prestação de serviços", sòmente 3 339, ou seja, 13,26% a exerciam em estabelecimentos devidamente instalados, sendo que o restante ou se dedicava a atividades particulares ou eram empregados domésticos.

Igreja de Nossa Senhora do Carmo

A receita auferida em 1949 pela totalidade dêsses estabelecimentos atingiu a cifra aproximada de 70 milhões de cruzeiros:

CLASSES E GRUPOS DE SERVIÇOS	Salários e vencimentos	Outras despesas	Receita
	Cr$ 1 000		
Serviços de alojamento e de alimentação	3 110	9 783	40 997
Serviço de higiene pessoal	1 417	2 407	4 969
Serviços de diversão e de radiodifusão	—	—	—
Serviços de confecção, conservação e reparação	5 241	(1) 6 419	23 919
TOTAL	*9 768*	*18 609*	*69 885*

(1) Consumo de matérias-primas, combustíveis, lubrificantes e energia elétrica.

Predominam econômicamente os serviços de alojamento e alimentação cuja receita — 41 milhões de cruzeiros — representava 58% do valor total das receitas de todos os serviços, seguido dos serviços de confecção, conservação e reparação (com 34%) e serviço de higiene pessoas (8%).

CUSTO DE VIDA — Como na maioria das capitais brasileiras, o preço das utilidades tem subido progressivamente, proporcionando sensível elevação nos índices relativos às despesas de alimentação, habitação, vestuário, higiene, transporte, luz e combustíveis. Tomando por base os preços vigorantes em 1948, Fortaleza figura ainda entre aquelas que apresentaram menor índice geral (junho de 1957):

Fortaleza	392
Maceió	380
Pôrto Alegre	378
Florianópolis	348
Teresina	334

Os dados da tabela a seguir demonstram a variação dêsses índices, segundo os itens de despesa, de 1954 a 1957, na capital cearense:

PERÍODOS	NÚMEROS ÍNDICES (1948 = 100) (1)						
	Alimentação	Habitação	Vestuário	Higiene	Transporte	Luz e combustíveis	Custo da vida em geral
1954	244	323	191	184	133	175	233
1955	280	406	222	210	137	207	270
1956	357	406	298	251	193	329	333
1956 — VII	364	406	309	255	193	330	338
VIII	371	406	309	255	193	330	341
IX	374	406	309	255	193	337	343
X	388	406	352	263	193	337	355
XI	393	406	352	263	193	337	357
XII	391	406	352	263	193	337	368
1957 — I	393	406	355	313	224	462	370
II	410	406	355	313	224	462	378
III	435	406	355	313	224	462	391
IV	443	406	355	313	224	462	395
V	440	406	355	313	224	462	393
VI	437	406	355	313	224	478	392

(1) Índice geométrico ponderado, com base na média do Brasil.

COMÉRCIO — Fortaleza é uma das principais praças do Nordeste brasileiro. O seu comércio, bastante desenvolvido, conta na sede municipal, cêrca de 150 estabelecimentos atacadistas e 1 807 do ramo varejista, que mantêm intercâmbio com vários centros do norte e sul do país e também do exterior.

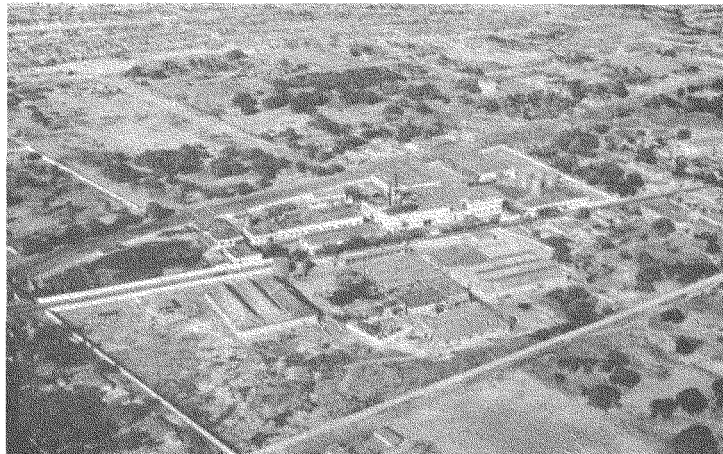
O Censo Comercial de 1950 constatou a existência, em todo o município de Fortaleza, de 2 462 estabelecimentos varejistas e 328 atacadistas, com apreciável estoque de mercadorias.

As vendas atingiram 612 milhões de cruzeiros no comércio varejista e 1 188 bilhões de cruzeiros, no ramo atacadista.

O comércio atacadista representava aproximadamente 74% do valor das vendas do comércio atacadista do Estado e o varejista, 51%.

Trabalhavam nesses estabelecimentos 8 312 pessoas — 5 880 nos varejistas e 2 432 nos atacadistas.

O município importa grande quantidade de mercadorias necessárias ao seu consumo tais como açúcar, arroz, banha de porco, conservas, bebidas, artigos de uso doméstico, rádios, geladeiras, automóveis, caminhões, implementos agrícolas, tecidos e muitas outras de procedência nacional e estrangeira.

O principal veículo das transações comerciais da Capital, sem contar o grande número de caminhões que en-

Vista aérea da Brasil Oiticica

tram em Fortaleza e dali se destinam a outros centros transportando riqueza, é o Pôrto do Mucuripe. Localizado na enseada de mesmo nome, liga-se ao centro da cidade através de uma estrada pavimentada a paralelepípedo, com a extensão de 8 km. O cais, servido por quatro guindastes antiquados, com capacidade total para 18,5 toneladas e um guindaste a óleo, de propriedade do Govêrno Estadual (12 toneladas) e outro da Booth (Brazil) Limited, possui dois armazéns cada um com 6 000 metros quadrados de área coberta, os quais, embora recentemente construídos, carecem de melhor aparelhamento.

O canal de acesso ao pôrto tem 8 metros de profundidade sob o zero hidrográfico, comportando a majoração de 1,20 m junto ao cais.

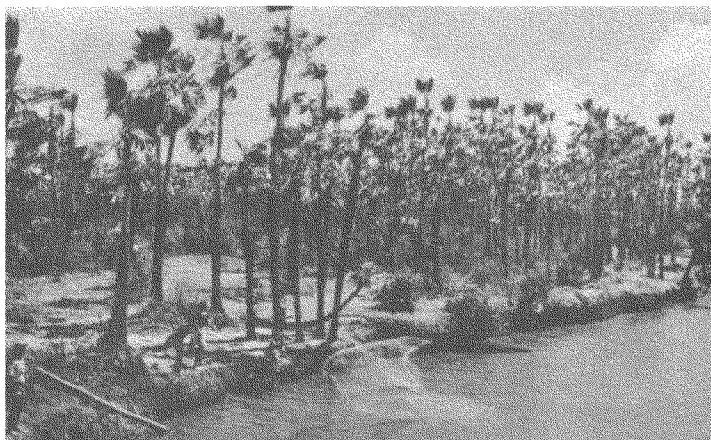
O comércio portuário, bem assim o serviço de armazenagem, está entregue a organizações particulares que dispõem de cêrca de 30 000 metros quadrados de área coberta para a guarda de mercadoria.

Em 1956 entraram no pôrto de Fortaleza 855 embarcações, sendo 716 nacionais (246 navios e 470 iates) e 139 estrangeiras, com a tonelagem de 1 884 746.

No mesmo ano, saíram 862 embarcações: 724 nacionais e 139 estrangeiras, com 1 890 625 toneladas.

Dos navios nacionais, em número de 246, 142 operaram atracados e 104 ao largo, donde se infere ser de 58% a percentagem de atracação, fato sobremodo significativo, se considerarmos que as taxas de carga e descarga se reduzem de cêrca de 40% do seu valor nas operações por atracação.

No comércio de cabotagem, a importação atingiu mais de 178 mil toneladas, enquanto a exportação, um pouco inferior, alcançava 142 mil toneladas. Por outro lado, importamos do estrangeiro 129 984 toneladas de mercadorias diversas, enquanto, no mesmo ano, a exportação não ia além de 23 616 toneladas.

Vista parcial da Rua Pedro I

Carnaubal nas margens do rio Cocó

Convém ressaltar que a exportação de gêneros alimentícios para outras praças do País é da ordem de 69 272 toneladas, sobressaindo o sal de cozinha (56,15%), o milho (34,66%), o açúcar (2,55%), o feijão (1,10%) e outros gêneros (5,54%). Outras cargas, num total de 73 821 toneladas, correspondiam aos produtos: algodão (23,43%), adubo (4,5%), cêra de carnaúba (0,21%), mamona .... (5,69%), minérios (12,95%), óleo (22,37%) e diversos (30,78%).

Dentre os mercados estrangeiros, coube aos Estados Unidos da América a maior parte da exportação cearense (54,36%), seguindo-se pela ordem: Alemanha, Inglaterra, França, Holanda, Itália e Portugal. Constituíram objeto de exportação, saídos pelo Pôrto de Mucuripe, os seguintes produtos: algodão, cêra de carnaúba, línter, óleo de mamona, óleo de oiticica, óleo de castanha de caju, óleo de caroço de algodão, peles e resíduos.

Vale ressaltar que Fortaleza já adota o comércio de exportação e importação por avião. No Aeroporto Pinto Martins, no espaço de 12 meses (julho de 1956 a junho de 1957), foram exportados 2 078 944 quilos de mercadorias diversas, montando a importação em 1 625 753 quilos.

BANCOS — O movimento bancário em Fortaleza tem-se intensificado nestes últimos anos, principalmente depois da criação do Banco do Nordeste do Brasil, S. A., cuja sede se instalou nesta Capital em 1954. Outras organizações de crédito aqui estenderam suas filiais, contribuindo assim para a difusão do crédito entre comerciante, agricultores e industriais, com reconhecidos benefícios para a economia do Estado. Abriram-se agências do Banco da Lavoura de Minas Gerais S. A., Banco de Crédito Real de Minas Gerais S. A. e Banco da Amazônia S. A.

Além das entidades referidas há, ainda, nove outros estabelecimentos: Agência do Banco do Brasil S. A., Banco Cearense de Comércio e Indústria S. A., pertencente ao consórcio do Banco de Comércio e Indústria do Estado de São Paulo, Banco União S. A., Banco de Crédito Comercial S. A., Bank of London South America Limited, Banco dos Importadores S. A., Banco Popular de Fortaleza S. A., Banco Mercantil do Ceará S. A. e Banco dos Proprietários S. A.

Aspecto de uma rendeira em seu labor diário

Conta ainda o município com a Casa Bancária Alcântara e Freitas e a Caixa Econômica Federal do Ceará.

Os elementos abaixo caracterizam o movimento bancário do Município de Fortaleza (dados do Serviço de Estatística Econômica e Financeira):

	Valor (Cr$ 1 000)
Empréstimos em c/c	540 029
Títulos descontados	754 919
Depósitos à vista e a curto prazo	266 062
Depósitos a prazo	627 602

Em 1956, a Caixa Econômica do Ceará apresentou o seguinte movimento:

Cadernetas em circulação em 31-XII — 61 864; valor dos depósitos em 31-XII — Cr$ 159 822 194,00.

É interessante assinalar o crescimento vertiginoso do número de cooperativas últimamente em Fortaleza, que já conta 24 unidades, algumas delas, pelo volume das operações, consideradas autênticos bancos.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município de Fortaleza é servido pela Estrada de Ferro da Rêde de Viação Cearense, da Rêde Ferroviária Federal Sociedade Anônima, por um pôrto marítimo — o do Mucuripe e por um aeroporto, denominado Pinto Martins. Está localizado na parte sul da cidade a 11 quilômetros do centro ao qual se liga por uma pista pavimentada a concreto.

A nova Estação de passageiros ora em construção à esquerda da pista de aterragem, no lado oposto ao antigo prédio, encurtará de 6 quilômetros aquela distância. O tráfego será feito pela Rua Barão de Aratanha com acesso à Praça José Júlio, popularmente conhecida por Coração de Jesus, próximo aos principais hotéis.

De julho de 1956 a julho de 1957, pousaram no aeroporto Pinto Martins cêrca de 4 570 aviões e decolaram nada menos de 4 572. Nêle trafegam diàriamente, em média, 13 aviões comerciais de carreira.

O movimento de passageiros no mesmo período, bastante intenso, correspondia a 46 412 embarcados, 44 888 desembarcados e 15 170 em trânsito.

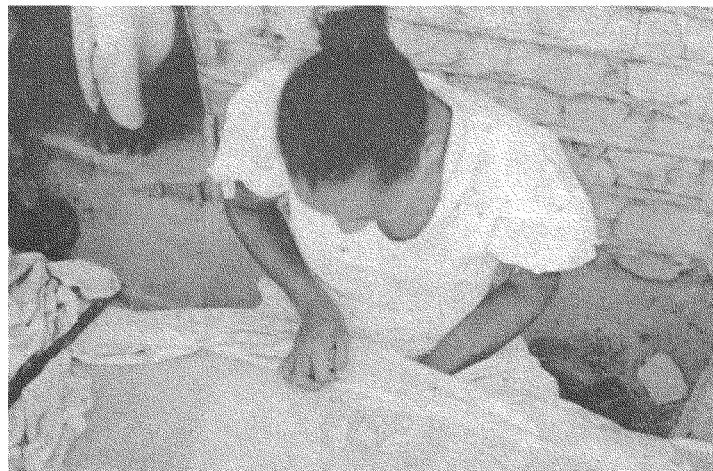
Em Mucuripe aportam cêrca de duas embarcações diárias e destinadas ao transporte de passageiros e carga para os mais variados portos nacionais e estrangeiros.

Ùltimamente, devido à precariedade do Pôrto de Mucuripe, o transporte rodoviário tem-se desenvolvido grandemente. Várias são as emprêsas empregadas no transporte de mercadorias procedentes das praças do norte e sul, utilizando-se para tanto das principais rodovias que servem o município, entre as quais se destacam a Transnordestina (BR-13), Fortaleza—Rio, via Feira de Santana, asfaltada numa extensão de 50 quilômetros (trecho Fortaleza—Pacajus), e a Central do Piauí (BR-22), parcialmente asfaltada até Catuana (trecho de 40 quilômetros).

Fortaleza é ligada aos municípios vizinhos e às Capitais estaduais e federal por intermédio dos seguintes meios de transporte: Aquiraz — rodoviário, 30 km; Caucaia — rodoviário, 10 km ou ferroviário, 19 km; Maranguape — rodoviário, 22 km ou ferroviário, 30 km; Pacatuba — rodoviário, 29 km ou ferroviário, 35 km; Capital Federal — Marítimo, 2 880 km ou aéreo, 2 481, ou rodoviário, via Feira de Santana (BA) — 2 874 km.

A outros destinos: (por via aérea) Camocim, CE — 240 km; Crato, CE — 380 km; Juàzeiro do Norte, CE — 380 km; Quixadá, CE — 140 km; Sobral, CE — 200 km; Belém, PA — 1 190 km; Marabá, PA — 1 323 km; Brejo, MA — 554 km; Carolina, MA — 1 395 km; São Luís, MA — 640 km; Floriano, PI — 1 057 km; Parnaíba, PI — 364 km; Teresina, PI — 654 km; Mossoró, RN — 204 quilômetros; Natal, RN — 449 km; João Pessoa, PB — 593 km; Petrolina, PE — 680 km; Recife, PE — 703 km; Maceió, AL — 831 km; Aracaju, SE — 1 033 km; Canavieiras, BA — 1 983 km; Caravelas, BA — 2 299 km; Salvador, BA — 1 143 km; Vitória, ES — 2 606 km; São Paulo, SP — 2 685 km; Belo Horizonte, MG — 2 110 km; Paulo Afonso, BA — 872 km; Vitória da Conquista, BA — 1 635 km; Campina Grande, PB — 813 km; Caxias, MA — 589 km; Codó, MA — 652 km; Cajàzeiras, PB — 508 quilômetros; e Tocantinópolis, GO — 1 101 km;

Por via marítima: Natal, RN — 500 km; Recife, PE — 777 km; Maceió, AL — 1 000 km; Aracaju, SE — 1 195 km; Salvador, BA — 1 500 km; Vitória, ES — 2 380 quilômetros; São Luís, MA — 722 km; Belém, PA — 1 370 quilômetros; e Manaus, AM — 3 084 km;

Por via rodoviária: Natal, RN — 516 km; Recife, PE — 828 km; Maceió, AL — 989 km; Aracaju, SE — 1 046 quilômetros; Salvador, BA — 1 305 km; Vitória, ES — 2 475 km; Teresina, PI — 605 km e São Luís, MA — 913 km.

Vista de um trabalho sendo feito por uma labirinteira

Fortaleza dispõe de vários serviços de comunicação. Entre êles vale ressaltar as estações radiotelegráfica do Departamento Regional dos Correios e Telégrafos, a Estação radiotelegráfica e Telefônica da Rádio Internacional do Brasil, The Western Telegraph, Ltd. (Cabo Submarino). De uso privativo das respectivas repartições, há, ainda, a Estação Meteorológica e Radiotelegráfica do Ministério da Agricultura, 9 agências telegráficas pertencentes à Rêde de Viação Cearense, 6 estações telegráficas das Companhias de Navegação Aérea e Serviço de Radiocomunicação do Govêrno do Estado.

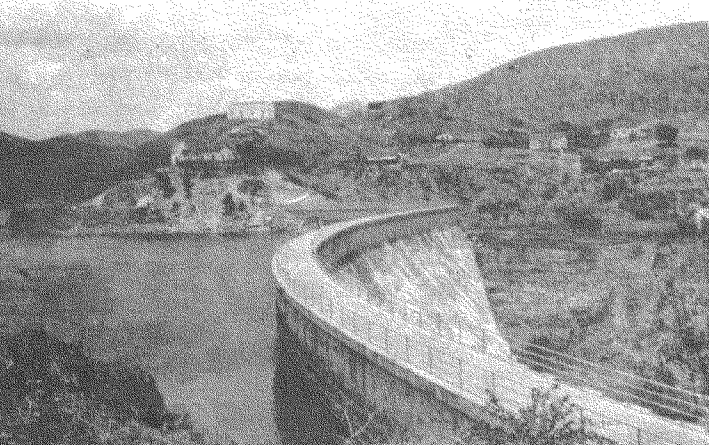
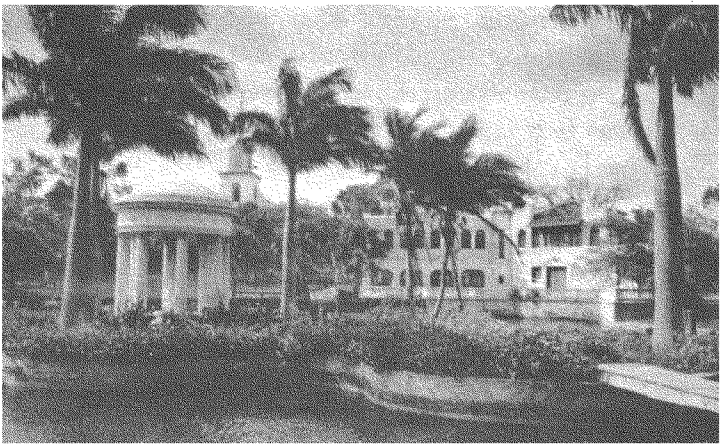
ASPECTOS URBANOS — Fortaleza é uma cidade encantadora, de ruas simètricamente delineadas, na sua maioria cortadas em ângulo reto, lembrando mais um tabuleiro de xadrez. As principais vias públicas nascem na praia e se prolongam para o sertão. As ruas laterais correm no sentido leste-oeste e obedecem à mesma conformação retilínea, bem pavimentadas de asfalto, concreto, paralelepípedo e pedras tôscas. Grandes avenidas, como a Duque de Caxias, Heráclito Graça, D. Manuel, Monsenhor Tabosa, Barão de Studart, Tristão Gonçalves, Imperador, Aquidabã, Treze de Maio, Visconde do Rio Branco, João Pessoa e Bezerra de Menezes facilitam e desafogam o tráfego de veículos.

Fortaleza conta 400 logradouros pavimentados além de outros sem pavimentação.

Em 1954, havia 48 894 prédios, sendo 37 820 exclusivamente residenciais, 5 558, destinados a outros fins e 2 516, simultâneamente residenciais e para outros fins.

Para se ter uma idéia do crescimento urbano de Fortaleza veja-se a tabela a seguir (Dados da Prefeitura Municipal).

ESPECIFICAÇÃO	ANOS		
	1954	1955	1956
CONSTRUÇÕES CIVIS			
a) Número de prédios licenciados	740	702	628
b) Número de acréscimos........	111	131	141
ÁREA LICENCIADA (metro quadrado)			
a) Área coberta (a do andar térreo)	83 282,61	84 842,09	89 615,62
b) Area do piso (a soma das áreas dos diversos andares, inclusive a do térreo)..................	103 352,79	122 975,59	163 707,38

O serviço de Limpeza Pública do Govêrno Municipal beneficia as zonas urbana e suburbana, indo até mesmo à zona rural. Na coleta pública, dispõe de 57 veículos, sendo 20 a fôrça mecânica, 12 a fôrça animal e 25 a fôrça manual. Foram despendidos em 1956 mais de .... Cr$ 5 000 000,00, com a manutenção dêsse serviço.

Barragem do Açude Acarape

Vista da cidade da Criança

O abastecimento de água da cidade, que está afeto a um órgão estadual — o Departamento de Saneamento e Obras Púbicas, tem a seguinte distribuição: Dos seis (6) reservatórios com a capacidade total de 6 000 m³, que recebem água do açude do Acarape do Meio (município de Redenção), o líquido é distribuído para linhas diversas, num total de 154 000 metros, para quatro chafarizes públicos e 61 registros extintores de incêndios.

São 10 os logradouros que possuem distribuição total de água e 55 os que são parcialmente servidos, abastecendo 8 200 prédios.

O Serviço Telefônico de Fortaleza conta com 9 000 aparelhos devidamente instalados.

A iluminação pública e domiciliária da cidade que atinge os mais distantes bairros é mantida pelo Govêrno Municipal e possui 32 833 ligações elétricas, sendo os logradouros centrais dotados de luz fluorescente.

A Prefeitura Municipal registrou 2 523 automóveis e 696 caminhões.

Existem no município, além dos trens suburbanos da Estrada de Ferro, 37 linhas urbanas para o transporte rodoviário e 12 interdistritais. A última estatística do movimento de passageiros oferece os seguintes dados:

a) transportados em auto-ônibus 62 988 262
b) transportados em trens 495 163

Fortaleza é servida por dez confortáveis hotéis que cobram uma diária média de Cr$ 350,00. Existem ainda 60 pensões cuja diária média é de Cr$ 120,00. A capacidade total dêsses estabelecimentos chega à casa dos mil e quinhentos hóspedes. Há em Fortaleza bons restaurantes, como o do Náutico Atlético Cearense, do Ideal Clube e "Lido".

A vida noturna de Fortaleza é relativamente intensa.

Há inúmeros clubes de alto cunho social. O Náutico Atlético Cearense, por suas linhas arquitetônicas modernas e pelo confôrto de suas suntuosas instalações, é considerado, no gênero, um dos melhores do Brasil.

Citam-se, ainda, notáveis organizações sócio-diversionais como: Balneário Ideal Clube, Clube dos Diários, Líbano Brasileiro, Maguari Esporte Clube, Centro Massapeense, Comercial Clube, Clube Iracema, Círculo Militar e Iate Clube. Os dois primeiros são dotados de piscina.

Para a diversão popular, encontram-se bons cinemas, "boites", um teatro oficial, o tradicional José de Alencar, "Estádio Presidente Vargas", aparelhado para jogos noturnos. O cine São Luís localizado na Praça do Ferreira, em perspectiva de ser inaugurado, será um dos melhores e confortáveis salões de espetáculo da América do Sul.

Cidade litorânea, conta com boas praias, como a do Meireles, Iate Clube, Futuro, Pirambu e Barra do Ceará. A decantada Praia de Iracema já não existe; em seu lugar ergue-se enorme cordão de pedras que protege o bairro de Iracema contra a invasão do mar.

Contribui para maior movimentação das praias grande número de clubes localizados à beira-mar, onde se promovem animadas matinais dançantes e esportivas.

Dentre os principais bairros da Capital cearense, o da *Aldeota* se constitui dos mais notáveis; suas modernas e confortáveis residências, luxuosamente instaladas, conseguiram-lhe o nome de "bairro aristocrático da cidade". *Treze de Maio*, que surgiu ao longo da Avenida do mesmo nome, sendo dos mais novos, é também dos mais modernos. Aí se constrói um dos mais belos templos católicos de Fortaleza, dedicado à Nossa Senhora de Fátima. Outros bairros merecem registro: Jardim América, Pici, Floresta, São Gerardo, Monte Castelo, Brasil Oiticica, Jacarecanga, Mucuripe, Joaquim Távora, Otávio Bonfim, Parangabuçu, José Bonifácio, Montese, Soares Moreno, Amadeu Furtado, Campo do Pio, Vila União, São João do Tauape, Bemfica, Seminário, etc.

O vendedor de peixe das praias

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — No setor de saúde, Fortaleza é uma cidade que se credencia das mais bem servidas, com os seus 20 estabelecimentos de assistência hospitalar, dotados todos de moderno aparelhamento médico e cirúrgico, com um efetivo de 1 755 leitos disponíveis. Dêsses estabelecimentos, 14 são mantidos por entidades particulares; 4 pelo Govêrno Estadual; 1 pelo Federal e 1 pelo Municipal.

Dentre os estabelecimentos reportados merecem destaque, pelo seu aparelhamento, a Casa de Saúde e Maternidade de Cesar Cals; Casa de Saúde e Maternidade São Lucas; Casa de Saúde e Maternidade Eduardo Salgado; 1 Hospital de Pronto Socorro e Assistência e Casa e Maternidade São Raimundo.

Conta ainda com 42 estabelecimentos parospitalares, dos quais 28 são mantidos por entidades particulares; 10 pelo Govêrno Federal, 3 pelo Estadual e 1 pelo Municipal.

Para o atendimento do serviço de emergência, dispõe a cidade de três (3) estabelecimentos, dos quais 2 particulares: "S.O.S. Socorro Médico" e "Pronto Socorro Particular de Fortaleza" e 1 do Govêrno Municipal: "Hospital do Pronto Socorro e Assistência Municipal" e 1 do Federal: SAMDU.

Existem na Cidade 17 laboratórios de análises clínicas.

No exercício da profissão militam em Fortaleza 279 médicos; 204 dentistas; 140 farmacêuticos e 218 enfermeiros — auxiliares de saúde.

O comércio de medicamentos é explorado por 77 farmácias e drogarias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Em 1956, era êste serviço prestado no município, através de 16 associações de caridade, com um efetivo de 2 450 associados, destacando-se a Associação das Senhoras de Caridade, com 488 membros. Estas associações, além de favorecerem os necessitados com auxílios médico-hospitalares, gêneros alimentícios, instrução primária e religiosa, etc., dão assistência social, respeitadas as suas possibilidades.

Dentre estas, as mais antigas são: Sociedade Beneficente da Santa Casa de Misericórdia e Associação das Senhoras de Caridade, fundadas respectivamente em 1860 e 1888.

Foram subvencionadas pelos podêres públicos 14 das associações existentes, num total de mais de 3 milhões e 535 mil cruzeiros.

Existem, ainda, onze estabelecimentos assistenciais, dentre os quais 9 são mantidos por entidades particulares — leigas ou religiosas — e dois pelo govêrno estadual. O movimento naquele ano foi o sèguinte: existentes em 31-12-1955, 1 036; entrados em 1956, 1 134; saídos em 1956, 1 331 e existentes em 31-12-1956, 839. Destinam-se êsses estabelecimentos ao recolhimento de mendigos, crianças abandonadas, amparo aos cegos, velhice desamparada, amparo e reeducação de jovens, etc. Consideram-se da maior importância, pela soma de benefícios prestados, os Asilo de Mendicidade, Asilo de Menores Juvenal Carvalho, Sociedade Beneficente da Santa Casa de Misericórdia, Instituto dos Cegos e Asilo Bom-Pastor.

Existem também, com normal funcionamento na Cidade, 71 associações de beneficência mutuária, que em 1956 congregavam 105 695 associados, concedendo 234 378 benefícios, cujo valor ascendeu a 9 milhões e 900 mil cruzeiros.

Dentre estas se destacam, em recursos, a Associação de Merceeiros do Ceará, com os seus 19 668 associados, cujos benefícios concedidos em 1956 subiram a cêrca de 1 milhão e 200 mil cruzeiros. Há, ainda, a Sociedade Beneficente do Centro dos Retalhistas; Associação Civil dos Servidores Públicos no Ceará; Sociedade Beneficente do Pessoal da Rêde de Viação Cearense; Associação dos Choferes do Ceará; Instituto de Beneficência e Assistência Coletiva; Sociedade Beneficente da Fênix Caixeiral e Centro Artístico Cearense.

Vale notar que, inclusive, havia 18 círculos de operários católicos, com um efetivo de 19 515 associados, tendo despendido 790 mil cruzeiros com 17 160 benefícios concedidos naquele ano.

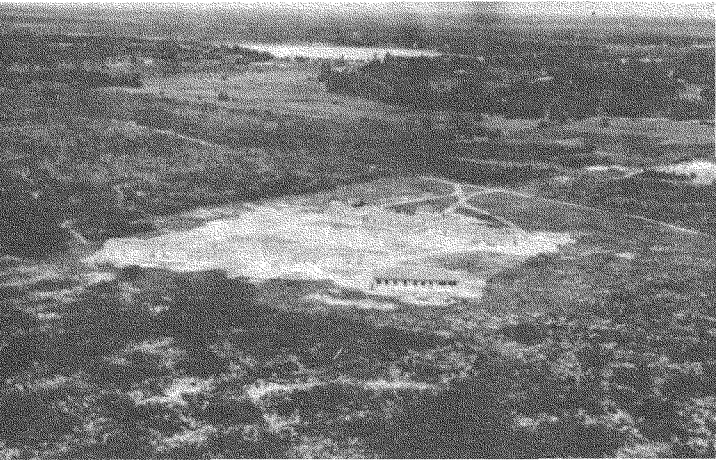
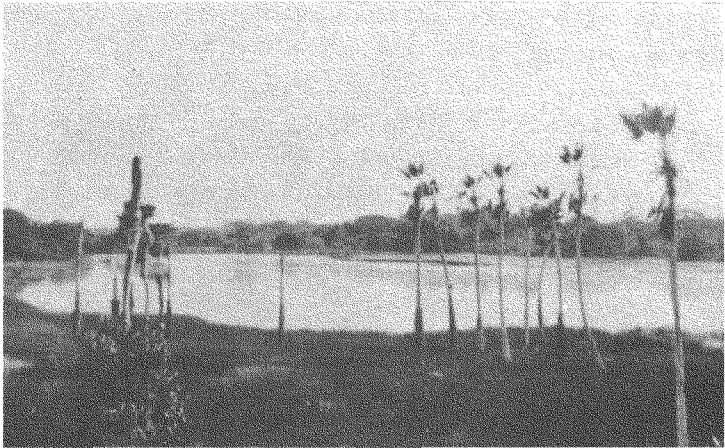
Em 31 de dezembro de 1956, operavam em Fortaleza 24 cooperativas, das quais 14 de crédito, 9 de consumo e 1 mista, congregando um total de 17 162 associados.

O valor dos serviços executados superou a casa dos 412 milhões de cruzeiros, cabendo a maior parte a empréstimos, num total de 12 676 operações.

As cooperativas de crédito mais importantes são: Cooperativa de Crédito de Fortaleza Limitada, Cooperativa de Crédito do Ceará, Limitada e Cooperativa de Crédito Agrícola e Comercial Limitada. As de Consumo, destacam-se: Cooperativa de Consumo dos Ferroviários da R.V.C. Limitada e Cooperativa de Consumo dos Bancários Limitada.

Dentre as instituições cooperativistas que existiam em 1956, a mais antiga é a Cooperativa de Consumo dos Bancários Limitada, fundada a 1.º de maio de 1936. Apenas duas cooperativas receberam financiamento do Govêrno, na importância de 2 milhões e 700 mil cruzeiros.

Os valores patrimoniais de 1956 atingiram 12 271 milhões de cruzeiros e o numerário depositado em caixas e bancos era de 36,336 milhões de cruzeiros.

INSTRUÇÃO PÚBLICA — Os resultados do Recenseamento de 1950 revelam a posição do município de Fortaleza, quanto ao nível de instrução geral (pessoas presentes de 5 anos e mais).

Hospital de Psicopatas

Açude Pici

ESPECIFICAÇÃO	PESSOAS PRESENTES DE 5 ANOS E MAIS	
	Número	% sôbre o total
Sabem ler e escrever	132 588	57,78
Não sabem ler e escrever	96 130	41,90
Sem declaração	733	0,32
TOTAL	*229 451*	*100,00*

A quota de pessoas alfabetizadas atinge 57,78% no município; a correspondente percentagem para o Estado do Ceará é de 26,72%.

Ensino Primário — Em 1956 o número de escolas em todo o município de Fortaleza era de 568 unidades do ensino primário fundamental comum, das quais 194 estaduais, 50 municipais, 104 particulares e 220 supletivas, com matrícula geral de 37 171 alunos, sendo 16 355 do sexo masculino e 20 816 do feminino. Já em 1957 a matrícula inicial atingia apenas 36 899: 15 974 alunos e 20 925 alunas.

A quota de crianças matriculadas em 1950 (5 a 14 anos) em Fortaleza era da ordem de 52,26%. No mesmo ano, o Estado apresentava a taxa média de 24,30%.

Ensino Médio — O ensino não primário, em Fortaleza, é bastante difundido, e por outro lado, concorre para a formação da juventude não só da Capital, como também do interior do Ceará e Estados vizinhos. No tocante à dependência administrativa ressalta à primeira vista a iniciativa particular que mantém, orienta e dirige 32 dos 37 estabelecimentos existentes. Os 5 restantes cabem, 2 ao Govêrno Federal, 2 ao Estadual e 1 ao Municipal.

É interessante destacar que a maioria dos estabelecimentos explora o ramo de ensino conhecido por "secundário" (ginasial e colegial), encontrando-se, por conseguinte, 32 dêsses cursos, seguidos de 5 comerciais, 1 industrial e 17 de formação de professôras (normal). Empregam suas atividades nessas unidades escolares cêrca de 899 professôres, figurando a maioria (668) na fôlha de pagamento das organizações particulares, enquanto a menor parte se distribui pelos governos federal (55), estadual (148) e municipal (28).

Relativamente aos cursos existentes pode-se dizer que em Fortaleza há 31 unidades ginasiais, 11 do curso científico, 1 do clássico, 1 do curso comercial básico e 6 do técnico, 4 de ensino básico industrial e 17 de formação de professôres primários.

Classificação de algodão — Departamento de Expansão Econômica

No início do ano letivo (1956) estavam matriculados em todos os cursos 16 108 alunos, dos quais 10 544 .... (65,45%) faziam o curso ginasial. É, por assim dizer, realmente acentuada a preferência do estudante pelo curso ginasial. As demais modalidades de ensino apresentavam os seguintes números: colegial — científico, 2 791 e clássico, 145; comercial — básico, 207 e técnico, 743; industrial — básico, 256; e normal, 1 382.

Quanto ao aproveitamento escolar, verifica-se que concluíram o curso em 1956, 3 012 alunos, assim distribuídos: ginasial, 1 567; científico, 692; clássico, 31; comercial básico, 25; comercial técnico, 228; industrial básico, 28; e normal, 441.

Nesse ramo de ensino conta a cidade de Fortaleza estabelecimentos modelares, de conceito firmado, e que se colocam entre os melhores do país. Iniciando o rol dessas casas de cultura, vem o velho Liceu do Ceará — atualmente Colégio Estadual — que tem formado gerações. Mantém os cursos ginasial, científico e clássico, para rapazes e clássico e científico para môças.

A seguir, mencionam-se: o Instituto de Educação Justiniano de Serpa (feminino); Ginásio Mater Salvatoris (masculino); Colégio Cearense do Sagrado Coração (masculino); Ginásio Batista Santos Dumont (misto); Colégio Castelo Branco (masculino); Colégio São José (misto); Colégio Juvenal Carvalho (misto); Colégio Fênix Caixeiral (misto); Colégio Lourenço Filho (misto); Colégio Fortaleza (misto); Colégio da Imaculada Conceição (feminino); Colégio São João (misto); Ginásio Agapito dos Santos (misto); Ginásio Rui Barbosa (misto); Ginásio Capistrano de Abreu (misto); Ginásio Santa Lúcia (misto); Ginásio Municipal de Fortaleza (Misto); Ginásio Christus (misto); Ginásio Santa Cecília (feminino); Ginásio Nossa Senhora do Sagrado Coração (feminino); Ginásio 7 de Setembro (misto); Ginásio Santa Cruz (misto); Ginásio Santa Maria (feminino); Ginásio Brasil (misto); Ginásio D. Bosco (misto); Ginásio Nossa Senhora de Lourdes (feminino); Ginásio Nossa Senhora das Graças (feminino); Ginásio Presidente Vargas (misto); Ginásio Farias Brito (misto); Ginásio Santa Maria Gorette (feminino); Escola Preparatória de Fortaleza (masculino); Escola Técnica de Comércio Carlos de Carvalho (misto); Escola Técnica de Comércio Padre Champagnat (misto); Escola Técnica de Comércio Fênix Caixeiral (misto); Escola Normal Santa Isabel (feminino); Seminário Arquidiocesano de Fortaleza (masculino); Escola Apostólica São Vicente de Paulo (masculino); Escola Técnica de Comércio do Ceará (misto); Escola-Modêlo do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (misto); Escola Nossa Senhora do Brasil (masculino); Escola Profissional Ferroviária de Fortaleza (masculino); Escola do SENAI (misto); e Escola Industrial de Fortaleza (masculino).

Ensino superior — O ensino superior em Fortaleza é supervisionado pela Universidade do Ceará. Situados em pontos diferentes da cidade, de vez que não foi construída ainda a "Cidade Universitária", são os seguintes os estabelecimentos destinados à formação de pessoal de nível superior:

Faculdade de Direito
Faculdade de Farmácia e Odontologia
Faculdade de Medicina
Faculdade de Ciências Econômicas
Faculdade de Filosofia
Escola de Agronomia
Escola de Engenharia
Escola do Serviço Social
Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo.

Segundo a dependência administrativa, cinco são federais, 1 estadual e 3 particulares.

Há ainda que ressaltar o Seminário Arquidiocesano de Fortaleza, que congrega grande número de estudantes até mesmo de outras unidades da Federação.

Em 1956 a matrícula universitária atingia 1 223 alunos, sendo masculinos — 766; e femininos — 457. A Faculdade de Filosofia detinha o maior número dêsse total (387 alunos), seguida pela Faculdade de Direito (289 alunos) e pela Faculdade de Medicina (161 alunos).

Destarte, Fortaleza, não sòmente privilegiada por sua situação geográfica, mas ainda por seu elevado número de estabelecimentos de ensino secundário, normal, técnico e superior, é um centro de atração cultural, abrigando levas de estudantes de todos os municípios cearenses, bem assim dos vizinhos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, inclusive de Maranhão, Amazonas e Pará.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Em 1956 existiam em Fortaleza 34 Associações Esportivas e Culturais, cujo quadro social abrangia 16 874 associados, sendo masculinos 16 156: brasileiros — 15 722 e estrangeiros — 434; e femininos 718 — brasileiras — 611 e estrangeiras — 107.

Dentre êstes merece menção honrosa o Instituto do Ceará, fundado em 1887, com finalidade científica, congregando em seu seio 387 intelectuais, sendo 381 masculinos e 6 femininos; a Academia Cearense de Letras, com 40 associados, fundada em 1894 cuja finalidade é cultivar as belas letras; a Casa Juvenal Galeno, com finalidade literária, fundada em 1919, com um efetivo de 410 associados, sendo 210 masculinos e 200 femininos; e, finalmente, o Náutico Atlético Cearense, de finalidade esportiva, com 3 714 associados, entre os quais 80 estrangeiros.

Fortaleza contava em 1956, com 4 radioemissoras em pleno funcionamento, assim discriminadas:

"Ceará Rádio Clube" com as suas estações — PRE-9 (inaugurada em 30-5-1934) de onda média, operando em 1 200 kc, potência anódica de 35 kw e 10 na antena; ZYN-6 (inaugurada em 12-10-1941) de onda curta, 25 kw de po-

tência anódica e 5 na antena, e freqüência de 6 105 kc; ZYN-7 (inaugurada em 12-10-1941) onda curta, 25 kw de potência anódica e 5 kw na antena, e freqüência de 15 165 kc, pertencente à Cadeia de Diários Associados do Brasil.

"Rádio Iracema de Fortaleza" — ZYR-7, de onda média, operando em 1 300 kc, possuindo 12 kw de potência anódica e 10 na antena, inaugurada em 9-10-1948.

"Rádio Verdes Mares" — ZYH-26, de onda média, freqüência de 1 410 kc, potência de 10 kw na antena e anódica de 35 kw.

"Rádio Uirapuru" — ZYH-25, de onda média, operando em freqüência de 1 360 kc, máxima da potência anódica de 32 kw e 10 na antena, inaugurada em 16-6-1956.

Em 31-12-1956 trabalhavam, nas 4 emissoras, 327 pessoas de ambos os sexos. As suas discotecas possuíam 65 614 gravações, 2 emissoras dispunham de auditório, com o total de 750 lugares. As irradiações são, em média, de 19 horas diárias.

Dentro em pouco surgirá nova radioemissora em Fortaleza — a Rádio Dragão do Mar.

Funcionavam na capital, em 1956, com mais de 1 000 volumes, 18 bibliotecas: "Biblioteca Pública do Ceará", com 156 654 volumes; "Biblioteca do Instituto do Ceará", com 21 830 volumes; "Biblioteca da Faculdade de Filosofia da Universidade do Ceará", com 7 379 volumes; "Biblioteca do Instituto Brasil-Estados Unidos no Ceará", com 5 100 volumes; "Biblioteca Pública da Secretaria de Educação e Saúde", com 6 025 volumes; "Biblioteca da Faculdade de Direito do Ceará", com 4 035 volumes; "Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará", com 4 090 volumes; "Biblioteca Justiniano de Serpa", da Academia Cearense de Letras, com 2 342 volumes; e "Biblioteca da Faculdade de Medicina da Universidade do Ceará", com 2 212 volumes. As demais possuíam, em conjunto, 12 734 volumes, perfazendo um total de 222 400 volumes.

O total das consultas feitas nas 18 bibliotecas, no ano de 1956, foi em número de 94 200. As "Biblioteca do Instituto Brasil-Estados Unidos", com 42 600; "Biblioteca Pública do Ceará", com 21 683 e "Biblioteca da Faculdade de Filosofia da Universidade do Ceará", com 16 512 consultas, foram as que mais receberam consulentes.

No que toca à cinematografia, o município contava em 1956, com 26 estabelecimentos de diversões — 20 situados na Capital, 2 no distrito de Messejana e 4 no distrito de Parangada — todos em franco funcionamento.

Das 13 325 sessões cinematográficas realizadas naquele ano, 12 455 foram levadas a efeito nos estabelecimentos da cidade e 870 nos das vilas.

Foi registrada uma freqüência de 4 768 940 espectadores, cabendo, apenas, 152 140 aos estabelecimentos localizados fora da capital.

Como é obvio, os cinemas mais importantes situam-se no centro e têm as seguintes denominações: "Diogo", "Samburá, "Jangada, "Moderno" e "Majestic".

Dos cines atualmente existentes o "Majestic" é o mais antigo, cuja inauguração data do ano de 1917, sendo também o mais freqüentado.

Carnaubal nas várzeas do rio Cocó

Dentro em breve será inaugurado o "Cine São Luís", da Emprêsa Luís Severiano Ribeiro, com modernas e luxuosas instalações.

Jornais e Revistas — Edita-se em Fortaleza, com uma tiragem média de 65 300 exemplares, 22 periódicos sendo: 11 jornais, 8 revistas e 3 de outras publicações. Dos jornais 9 são diários, 1 semanal e de periodicidade irregular; Revistas: 1 mensal, 1 anual e 6 de periodicidade irregular.

Museus — Existem em Fortaleza dois museus: O Museu Histórico do Estado, instalado em 1932 e reorganizado em 1953, sito na Avenida Alberto Nepomuceno, 332, especializado em história e antropologia. E o Museu do Estudante, instalado em 1933, à Rua Nogueira Acioli, 440, com um acervo de 14 coleções de pintura e desenho; 149 de gravuras, estampas e selos e 16 de manuscritos e autógrafos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	131 394	64 941	30 657	23 001	39 397
1951	193 929	80 432	40 273	30 630	46 472
1952	262 064	106 767	60 495	40 204	63 898
1953	276 278	151 731	68 257	43 327	83 922
1954	341 339	183 901	78 186	46 479	81 424
1955	408 267	251 700	71 588	52 593	69 222
1956 (1)	—	—	93 900	74 000	93 900

(1) Orçamento.

MONUMENTOS TOMBADOS — Acêrca dos monumentos, prédios ou templos tombados pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nada de positivo logramos colhêr, mesmo consultando pessoas que se deveriam achar bem informadas.

Sabemos que em Fortaleza estêve, há alguns anos, o pintor João Rescalo, que se dizia incumbido pela instituição citada de fazer tombamentos ou, quando nada, a verificação de monumentos em condições de ser tombados. Estêve êle em Aquiraz visitando as ruínas do Hospício e cientificou-se da existência da Igreja de Almofada, no município de Acaraú.

Cremos, porém, que em Fortaleza nada encontrou para ser tombado ou inventariado. Sôbre a vinda do funcionário do S.P.H.A.N., posteriormente, confessamos ignorar por completo.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Vários são os logradouros de Fortaleza embelezados por sugestivas estátuas, obeliscos e monumentos históricos. Merecem realce, pela singularidade de seu aspecto os seguintes: Estátua General Tibúrcio, na Praça de mesmo nome, construída em bronze em 1808, pelo escultor francês, Sehiebaut Fréres de Assis; Estátua General Sampaio, na Praça Castro Carreira, datando do ano de 1900 e construída em mármore; Estátua de D. Pedro II, à Praça da Sé, bonito trabalho no bronze, feito em 1913 pelo escultor francês Mr. Maillad; Estátua José de Alencar, na Praça José de Alencar, construída em 1929, de bronze e granito pelo escultor Humberto Gazzo; Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção — Quartel General da 10.ª Região Militar, construído de alvenaria em 1812, pelo engenheiro militar Antônio da Silva Paulet; Obelisco da Vitória, erigido na Praça da Bandeira, em sólida alvenaria; Coluna da Hora, na Praça do Ferreira, de concreto e erigida em 1933, pela Firma Americana Bryiington; Monumento a Nossa Senhora da Paz, na Praça do Carmo, artístico trabalho em granito, construído, em Paris, em 1921; Monumento Cristo Redentor, na Praça Cristo Redentor, também de granito, construído em 1922; Fonte e Chafariz Tomaz Pompeu, na Praça Comendador Teodorico, artístico trabalho feito em 1930 em Paris, de bronze, sendo o seu pedestal de pedra; Monumento a Nossa Senhora Auxiliadora, na Avenida João Pessoa n.º 4 279, construído de marmorite e cimento, em 1937, pelo escultor italiano Pedro Ciarlini, e, finalmente, o Farol do Mucuripe, em Mucuripe, de ferro e alvenaria, remontando ao século passado — 1846, e reconstruído em 1872.

FESTEJOS POPULARES — Os folguedos populares que se podem registrar no município de Fortaleza, atualmente, acham-se em estado de decadência, em face, sobretudo, do crescente desinterêsse do povo por essas manifestações folclóricas, decorrentes de novos meios diversionais mais atraentes, disseminados com o progresso, tais como o rádio, o cinema, o "foot-ball", etc. Demais, é mister referir que nunca houve auxílio de qualquer ordem, emanado de autoridades competentes, a êsses ditos festejos populares, pelo contrário, a êles têm sido lançados impostos e aplicadas medidas restritivas.

Contudo, ainda hoje, durante a Natividade ou época do Natal, pode apontar-se no município a apresentação do *Boi* (nome que veio substituindo ùltimamente ao de *Bumba-meu-boi ou Boi Surubi*), excepcionalmente a dos *Congos*, e a das *Pastorinhas*, esta última á estilizada e com alterações teatrais que a desvirtuam do seu real sentido folclórico. O *Boi*, mesmo, essa tradicional dança dramática brasileira, só nos arrabaldes distantes ou nos distritos de Parangaba e Messejana ainda é levado à representação, por número reduzido de figurantes, mas conservando a sua estrutura básica e aspectos característicos da sua primitiva configuração espetacular. As cenas da morte do *Boi* pelo *Vaqueiro*, com a ressurreição do mesmo, após a aplicação de um clister, são ordinàriamente reproduzidas. Bem assim as do aparecimento de Mateus, Catirina, das *Emas* e de figuras de aspecto fantástico.

Transporte da palha de carnaúba, feito em jerico

Quanto ao *Congo* — auto popular brasileiro de assuntos africanos, atualmente perdeu quase todo o interêsse com que era representado há decênios passados em Fortaleza, quando o presenciável com as suas pitoresvas danças acompanhadas de mímicas, executadas diante do trono do Rei Cariongo, rei do Congo, sôbre um tablado coberto de bandeiras, no centro de vasto terreiro. Sua origem, é, evidentemente, negra.

Gustavo Barroso, em seu livro "Ao Som da Viola", ocupa-se detalhadamente dos autos populares a que acabamos de fazer menção, bem assim dos "Fandangos" que eram exibidos em Fortaleza, dentro da própria área urbana e que já desapareceram por completo. O cenário do mesmo era um tablado alto com formato de navio apresentando mastros, vêrgas, cordames e outros apetrechos náuticos, cobertos de bandeiras esvoaçantes, e nêle surgiam os personagens, cristãos e mouros. A xácara da "Nau Catarineta" é entremeada no texto dos "Fandangos", recebendo freqüentes deturpações. Inúmeros versos e acidentes do auto indicam a sua origem lusitana, com a reminiscência de tradições dos navegadores portuguêses.

O auto das *Pastorinhas* tem como personagens principais as *Pastôras*, mocinhas vestidas de branco, com chapéus floridos e conduzindo cestinhas com frutas, ovos, flôres, mel e outras oferendas. O cenário era geralmente uma grande sala ou terreiro, tablado ou palco. As danças e cantorias são executadas diante de uma lapinha, com os bichos e bonequinhos a rodear o berço do Menino Jesus.

Como já referimos, ainda é representado o auto em Fortaleza pelo Natal, mas estilizado sem muita arte, com adaptações e adulterações introduzidas recentemente, a exemplo do que ocorre no *Patronato* e outras salas de espetáculo do mesmo gênero.

Em Parangaba, distrito do município de Fortaleza, realizava-se até alguns anos passados, a célebre *Festa dos Caboclos*: um grupo de caboclos, que saía pelo interior do município e mesmo dos municípios vizinhos, a solicitar dádivas dos sitiantes ou fazendeiros, espécie de Folia de Reis, que no dia de Natal regressava a Parangaba sendo a sua *Chegada* motivo para ruidosas comemorações locais. Soubemos que, recentemente, as autoridades clericais tomaram providências no sentido de impedir a realização do aludido festejo. Fazem-se referências a outros divertimentos populares, que antigamente costumavam surgir em Fortaleza, durante a época de Natal, ou mesmo do carnaval como a *caninha verde*, hoje quase ignorada. Há alusões ainda ao *entrançado*, folguedo popular desaparecido há decênios, e que se aproxima, pela descrição que dêle oferece Pedro Veríssimo, do folguedo sulista conhecido por *pau-de-fita* no Paraná e Santa

Catarina. Aliás, segundo informes fidedignos no Cariri, era apresentada uma variante do mesmo, a qual foi reproduzida nos festejos comemorativos do centenário da cidade do Crato.

Por último, evocamos a figura carnavalesca do *Papangu*, hoje quase esquecida, e que, ao nosso tempo de menino, conhecemos em Fortaleza, pelos dias dedicados a Momo, a exibir, em grupos bulhentos de mascarados, as suas fantasias grotescas, muitas vêzes cobertos de dominós ou embrulhados em lençóis. João Brígido refere-se ao mesmo ainda nos primeiros decênios do século passado.

PROCISSÕES — A procissão religiosa, de cunho tradicional, que mais se destaca, pela repercussão que vai ter na alma popular a crença no seu orago, é, sem dúvida, a de São Francisco, santo venerado profunda e extensamente não só em Fortaleza, como em todo o Ceará. A devoção do cearense pelo bem-aventurado de Assis é talvez só comparável à do baiano pelo Senhor do Bonfim. E assim sendo, sai ela do domínio puramente religioso para alcançar as lindes do folclórico, o que se observa, sobretudo, nas comemorações efetuadas anualmente na cidade de Canindé, de que São Francisco é padroeiro. Em Fortaleza a procissão é acompanhada sempre por indivíduos de tôdas as classes sociais, alguns descalços, outros conduzindo pedras ou objetos pesados à cabeça, e muitos, principalmente mulheres e crianças, vestindo hábito ao modo dos franciscanos. Realiza-se à tarde de 4 de outubro. Duas outras procissões tradicionais em Fortaleza são a de São José, a 19 de março e a de São Pedro, no dia 29 de junho. O primeiro santo é o padroeiro da cidade de Fortaleza e o seu onomástico interessa bastante ao povo com o significado de um marco em que se concentram as últimas esperanças de um ano invernoso. "Coincide quase com o primeiro equinócio no hemisfério boreal, iniciando a primavera. Se chove nesse dia, o inverno é infalível" — escreve Câmara Cascudo. A procissão de São Pedro é marítima e é realizada pelos jangadeiros e outros trabalhadores do mar, que consideram o "chaveiro do céu" como seu padroeiro. A igreja de São Pedro, na Praia de Iracema, é o centro da comemoração. As demais procissões que se efetuam durante o ano nada de extraordinário sugerem, não se diferençando na apresentação e na devoção popular das que se realizam nas mesmas datas em outras cidades brasileiras ou do mundo católico.

VULTOS ILUSTRES — *José Martiniano de Alencar* — Nascido em Messejana onde existe ainda a sua casa. Romancista, dramaturgo e político brasileiro de renome. Bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo, foi deputado pelo Ceará durante 4 legislaturas e Ministro da Justiça. Indicado para Senador foi preterido pelo Imperador com quem rompeu. Estilista delicado, perfeito paisagista e profundamente lírico, é uma das figuras máximas da nossa literatura. Criador de uma literatura genuìnamente brasileira, tendo por isso travado sérias polêmicas com escritores patrícios e portuguêses. Iniciador do indianismo no romance, cultivou sempre com grande brilho diversos gêneros literários. A sua bagagem literária é admirável. Deixou: "Os filhos de Tupã", poema inacabado; "Cartas sôbre a Confederação dos Tamoios" e "Cartas de Erasmo", artigos: "O demônio Familiar", "Mãe", "O Jesuíta", "O Gaúcho", "O Sertanejo", "Til", "As Minas de Prata", "O Tronco do Ipê", "Senhora", "Diva", "Lucíola", "Sonhos de Ouro", "Ubirajara", e "Iracema", romances; no gênero teatral, "O Guarani", considerada a sua obra mais importante. Segundo Raimundo Girão "Alencar é um nome que resplende como um sol no meio cultural do Brasil". É patrono da cadeira n.º 23 da Academia Brasileira de Letras. Era filho do grande presidente de igual nome. Em homenagem ao glorioso cearense, há no centro da cidade uma grande praça com o seu nome e no meio da qual se acha erigido o busto do grande escritor.

Oficina Gráfica da Escola do S.E.N.A.I.

Dr. Oto de Alencar — Engenheiro aos 19 anos, pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, de que foi emérito professor. Colaborou com notável erudição em diversas revistas científicas do Brasil. Foi um dos maiores matemáticos nacionais, deixando notáveis estudos.

Alberto Nepomuceno — Uma das maiores glórias da música brasileira. "O mais brasileiro de todos os compositores de que se orgulha o Brasil", segundo Raimundo Girão. Aos 18 anos de idade já merecia a alta honra e distinção de substituir Euclides Fonseca na direção do Clube Carlos Gomes. Viajando à Europa, em contacto com os mais célebres centros culturais, tornou-se admirável nas suas composições pelo que chegou a ocupar o cargo de diretor do Instituto Nacional de Música. É considerado o fundador da música puramente brasileira.

Tomaz Pompeu de Souza Brasil — Notável cientista de projeção nacional. Uma das maiores ilustrações do Ceará e do Brasil, tendo deixado, publicadas, obras do mais apurado valor científico. Foi deputado-geral, diretor da Instrução Pública, professor da antiga Escola Militar do Ceará, professor e diretor da Faculdade de Direito do Ceará. Foi um padrão de glórias para as letras e ciências do nosso Estado e do País.

Juvenal Galeno da Costa e Silva — Renomado poeta popular de fama nacional mereceu o qualificativo de "Berenger Brasileiro". As composições do célebre poeta e prosador nacional foram de grande espontaneidade e eminentemente populares. Publicou: "Prelúdios poéticos", "A Machadada", "Parangabada", "Lira cearense", "Lendas e Canções populares" — obras em verso e "Cenas populares", "Folhetins de Silvanus e Medicina Caseira" — trabalhos em prosa.

Dr. Guilherme Studart (Barão de Studart) — Médico. O seu profundo e honesto historiador das coisas cearen-

15 — 24 932

Casas de Taipa nas praias de Fortaleza

ses, cognominado o nosso "Herodoto". Figura exponencial no meio cultural e católico do Ceará, pertencia a um sem-número de associações nacionais e estrangeiras. O Ceará deve-lhe serviços inestimáveis. As obras do Barão de Studart e os documentos que coligiu para a história do Ceará, foram um valioso patrimônio para a cultura geral do Brasil.

Dr. Gustavo Barroso — Bacharel em Direito. Autor de copiosa obra literária, é nome de intensa projeção no cenário beletrístico do Brasil de nossos dias. Foi secretário de Estado e deputado federal e dirige no Rio o Museu Nacional. Pertence à Academia Brasileira de Letras, de que já foi Presidente. Com Hildebrando Lima, organizou e publicou o "Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguêsa". É profundo conhecedor dos nossos assuntos históricos. Colabora na imprensa do Rio, na Revista "O Cruzeiro", com assuntos da sua especialidade, tendo os seus trabalhos vasta divulgação em todo o território nacional.

Dr. Tomaz Pompeu Lopes Ferreira — Bacharel em Direito, tendo ingressado na carreira diplomática onde se destacou. Autor de vários livros de poesia e romance e da letra do hino do tricentenário do Ceará.

Dr. Tomaz Pompeu Pinto Acioli — Bacharel em Direito. Professor da Escola Normal e da Faculdade de Direito do Ceará; foi secretário de Estado, deputado estadual e federal, vice-presidente do Estado e Senador da República. A maior rua da capital cearense ostenta, em homenagem ao grande cearense, o seu glorioso nome.

Dr. Tomaz Pompeu Sobrinho — Formado em engenharia pela Escola de Ouro Prêto. Homem dinâmico, fundou a "Escola Prática de Agricultura de Quixadá" e é um grande incentivador dêsse ensino. Foi dirigente do Primeiro Distrito de Obras contra as Sêcas onde fêz profícua administração. Presidente do Instituto do Ceará, e, por seu saber enciclopédico, a maior cultura do Ceará contemporâneo (Raimundo Girão).

Tristão de Alencar Araripe Júnior — Foi secretário do Govêrno de Santa Catarina, magistrado no Ceará, oficial da Secretaria dos Negócios do Império, diretor-geral da Diretoria do Interior do Ministério da Justiça e consultor-geral da República. Um dos membros fundadores da Academia de Letras do Ceará e crítico literário de vasta reputação. Polígrafo incansável.

D. Helder Câmara — Uma das maiores figuras do clero cearense e do Brasil. Dirigiu no Ceará a Instrução Pública e no Rio onde reside é alto funcionário do Ministério da Educação e Laureado Tribuno Sacro. Atualmente é bispo-auxiliar do Rio de Janeiro.

Dr. Herman Lima — Médico e alto funcionário da Fazenda Nacional, a cujo serviço já estêve na Europa. Autor de vários livros, alguns dos quais premiados pela Academia Brasileira de Letras. É considerado um dos maiores contistas da atualidade.

Dr. Hildebrando Pompeu Pinto Acioli — Ex-embaixador do Brasil junto à Santa Sé. Tem ocupado as mais honrosas comissões da nossa diplomacia. Autor de várias obras de Direito Internacional.

Ildefonso Albano — Foi por duas vêzes prefeito municipal de Fortaleza e vice-presidente do Estado, cargo em que assumiu o Govêrno Estadual, completando o período Justiniano de Serpa. Foi deputado federal, muito se distinguindo pelas suas qualidades e pelos seus discursos em favor da terra cearense. Escreveu "Jeca-Tatu, Mané-Chique-Chique" e muitas monografias valiosas. Tem exercido no estrangeiro vários cargos consulares.

João Batista Perdigão de Oliveira — Um dos mais conscienciosos pesquisadores da história cearense. Foi um dos fundadores do Instituto do Ceará.

José Albano Filho — Aperfeiçoou os seus estudos na Europa, tornando-se profundo conhecedor de várias línguas estrangeiras. A língua portuguêsa, de que era grande cultor, não lhe tinha segredos. Poeta maravilhoso.

General José Clarindo de Queiroz — Brilhante oficial superior do nosso Exército. Fêz a campanha do Paraguai, onde se notabilizou por atos de bravura. Foi governador do Amazonas e do Ceará.

Dr. José Pompeu Pinto Acioli — Antigo secretário de Estado, chefe de Polícia, deputado estadual e federal. Foi diretor político de "A República" e ainda, vez por outra, colabora na imprensa, publicando interessantíssimas "Reminiscências".

General Franco Rabelo — Governou o Ceará em 1912.

Mário Linhares — Poeta e escritor no Rio de Janeiro. É possuidor de grande bagagem literária.

Des. Paulino Nogueira Borges da Fonseca — Reconhecida erudição histórica e jurídica. Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife. Desembargador da Relação de Fortaleza e professor da Faculdade de Direito do Ceará. Foi sócio-fundador e primeiro presidente do Instituto do Ceará.

General Dr. Pedro Augusto Borges — Médico do Corpo de Saúde do Exército e clínico renomado. Foi deputado federal, em duas legislaturas, senador da República e presidente do Estado.

Dr. Virgílio Firmeza — Magistrado íntegro e de destaque. Foi promotor público e atualmente é procurador-geral do Estado e presidente do Conselho Penitenciário.

Contra-almirante Dr. Rufino Antunes de Alencar Júnior — Doutorou-se em Medicina, no Rio de Janeiro. Renomado médico da Armada.

Dr. Paulo Sarasate Ferreira Lopes — Bacharel em Direito. Jornalista de grandes méritos, professor co-diretor do "Instituto Lourenço Filho" e Fiscal da Faculdade de Direito do Ceará. Político de grande envergadura, foi deputado estadual e federal por várias vêzes. No parlamento federal, destacou-se brilhantemente sendo notável o seu papel em defesa dos interêsses da coletividade. Foi considerado um dos maiores batalhadores em defesa do povo. Atualmente é governador do Estado onde tem exercido brilhante administração.

Dr. Raul Barbosa — Bacharel em Direito. Advogado talentoso, e procurador judicial do Estado. Exerceu com muito brilho as funções de procurador-geral do Estado. Político de grande envergadura, foi deputado estadual e federal várias vêzes, tendo-se destacado brilhantemente no desempenho dêsses mandatos. Foi governador do Estado no período 1950-55 tendo feito profícua administração. É atualmente presidente do Banco do Nordeste do Brasil S. A.

Dr. José Parsifal Barroso — Bacharel em Direito, professor de grandes méritos e procurador do Instituto dos Comerciários no Ceará. Político de grande prestígio, deputado estadual e federal, destacou-se brilhantemente no desempenho dêsses mandatos. Atualmente exerce as altas funções de Ministro do Trabalho e é senador. Intelectual de renome, é uma das maiores glórias que o Ceará hoje possui.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A cidade de Fortaleza apresenta muitos e vários objetos de atração turística: Casa de José de Alencar, no distrito de Messejana; Barra do Ceará, no local do mesmo nome; Ponta do Mucuripe, no Pôrto do Mucuripe, Museu do Estado, Visconde de Cauípe, 2 431; Teatro José de Alencar, na Praça José de Alencar; Cidade da Criança, na Praça José Júlio, mais conhecida por Praça Coração de Jesus; Náutico Atlético Cearense, na Avenida Monsenhor Tabosa; Excelsior Hotel, prédio de 7 andares, construído totalmente de alvenaria, na Praça do Ferreira; a Casa do Português, na Avenida João Pessoa, 5 094, e, finalmente, jangadas e jangadeiros, nas praias da Capital.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A cidade de Fortaleza, no setor religioso, está dividida em 17 paróquias do Culto Católico Romano; 45 Centros Espíritas e 10 Igrejas Protestantes (3 Batistas, 2 Presbiterianas, 1 Adventista do Sétimo Dia, 1 Cristã Evangélica, 1 Assembléia de Deus, 1 Presbiteriana Independente e 1 Igreja de Cristo).

Das paróquias do Culto Católico Romano, a do Rosário é a mais antiga (fundada em 6-8-1761); seguida das de Nossa Senhora do Patrocínio (fundada em 30-10-1879); Nossa Senhora da Conceição, (20-2-1873); Bom Jesus dos Aflitos, na vila de Parangaba e a de Nossa Senhora do Carmo (fundadas respectivamente em 16-5-1877 e .... 21-4-1915). Dos 45 centros espíritas, com os seus 9 734 adeptos, revelam-se mais importantes os centros: União Espírita Cearense, com 2 102 adeptos, fundado em 1939 e o Centro Espírita União e Caridade Francisco de Assis, congregando 1 215 filiados, fundado em 1941. Quanto aos Cultos Protestantes, Igreja Evangélica Assembléia de Deus, fundada em 1929, possui 6 372 membros; Igreja Presbiteriana de Fortaleza, fundada em 1890, conta apenas 1 515 adeptos.

Fortaleza possui a melhor praça de carros de aluguel sendo dos mais intensos o tráfego urbano de veículos, como sói acontecer nas grandes metrópoles.

Sede do Govêrno Estadual, centraliza os vários órgãos e serviços da administração. Funcionam ali muitos serviços federais como: Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas, Secção do Fomento Agrícola, Serviço de Defesa Sanitária Animal, Serviço de Defesa Sanitária Vegetal, Departamento Federal da Criança, Departamento de Endemias Rurais, Divisão de Caça e Pesca, Serviço de Piscicultura, Tribunal Regional Eleitoral, Delegacia Fiscal, Alfândega de Fortaleza, Capitania dos Portos do Ceará e outros.

A Previdência Social é difundida pelas delegacias do Instituto dos Comerciários, dos Bancários, dos Industriários, dos Marítimos e dos Empregados em Transportes e Cargas.

A 10.º Região Militar tem ali instalado o seu Quartel-General, com tropas aquarteladas no 23.º Batalhão de Caçadores e o 10.º Grupo de Artilharia Transportada.

Há também as tropas do 6.º Corpo da Base Aérea de Fortaleza, do Ministério da Aeronáutica.

A tradicional Polícia Militar do Ceará tem quartel instalado em Fortaleza.

Fortaleza orgulha-se de possuir modelares estabelecimentos de ensino militar como a Escola Preparatória de Cadetes, o Curso de Preparação de Oficiais da Reserva (C. P. O. R.), Grupamento-Escola Edgar Facó da Polícia Militar do Ceará e a Escola de Aprendizes-Marinheiros.

Há em Fortaleza 15 cartórios: 5 do Registro Civil, 2 do Registro de Imóveis, 2 Escrivanias do Civil, 2 Escrivanias do Crime, 2 Tabelionatos, 1 de Órfãos e Ausentes e 1 Distribuidor do Fôro.

O policiamento ostensivo da cidade está a cargo da Guarda Civil, de uma Cia. "Cosme e Damião", ainda auxiliados pelo Serviço de Rádio Patrulha e Corpo Civil de Vigilância Noturna. Funcionam, na Central de Polícia, as Delegacias de Ordem Política e Social, de Investigações e Capturas, do Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto Distritos, além de 30 subdelegacias espalhadas pelos bairros.

Cabe à Inspetoria Estadual do Trânsito o policiamento de veículos. Para isso a I.E.T. concorre através de campanhas educativas, instalação de sinais luminosos etc.

Para combate ao fogo, o Estado mantém eficiente Corpo de Bombeiros.

Conta com 5 cemitérios públicos, dos quais 2 localizados no distrito-sede, 1 no distrito de Massejana, 1 no de Parangaba e 1 no de Antônio Bezerra.

Carnaubal no rio Cocó

Há várias organizações de classe para a defesa dos direitos das classes produtoras: Federação das Associações do Comércio e Indústrias do Ceará (FACIC), Federação das Indústrias do Ceará, Associação Comercial do Ceará, União das Classes Produtoras do Ceará e Centro dos Exportadores do Ceará.

Para a defesa dos agricultores e criadores, existe a Federação das Associações Rurais do Estado do Ceará (FAREC) e Associação dos Criadores de Gado da Raça Holandesa, com repercussão em todo o Estado.

Há ainda 50 sindicatos de classes — 26 de empregados e 24 de empregadores.

Para o recolhimento dos que cumprem pena por sentença judiciária há a Cadeia Pública de Fortaleza, fundada em 1848 e localizada no centro da Cidade.

Encontra-se em perspectivas de construção no distrito de Massejana a Penitenciária de Fortaleza, obra de que se ressente o município, que passará a contar com um organismo destinado a reintegrar na sociedade os desajustados.

No bairro de Parangabuçu está sendo edificada a Maternidade-Escola de Fortaleza, obra notável da iniciativa particular, destinada à mãe pobre de Fortaleza.

Vale salientar que a construção dessa importante obra pública deve-se exclusivamente à generosidade do povo de Fortaleza que, através de subscrição popular, preenche uma grande lacuna neste setor de assistência social.

Também em Parangabuçu está em construção o prédio da Faculdade de Medicina da U. C., próximo ao Hospital de Isolamento Carneiro de Mendonça, e ao Centro de Cardiologia de Fortaleza, que vêm prestando assinalados serviços no setor da saúde.

A Hospedaria "Getúlio Vargas", localizada na Avenida Olavo Bilac, abriga os Cearenses que emigram para o norte e sul do país em busca de meios que lhes possam garantir a subsistência, nas épocas de crises climáticas.

Encontra-se em fase de acabamento o Centro Educacional de Fortaleza, localizado no aprazível bairro 13 de Maio, constituindo-se de vários grupos que pela sua amplitude comportará elevado número de alunos.

Com a recente reforma do prédio onde funciona o Colégio Estadual (antigo Liceu), comportará cêrca de 5 000 alunos, dadas as suas amplas instalações.

Na cidade da Criança, a Prefeitura mantém um pequeno jardim zoológico com variadas espécies da fauna brasileira, sendo muito freqüentado nos domingos e feriados.

Funcionam com regular sortimento de carnes, peixes, frutas, verduras e legumes, 4 bons mercados públicos, que muito contribuem para o abastecimento da população de Fortaleza.

Profissionais em atividade — Em 1956 militavam na cidade os seguintes profissionais: 355 advogados, 90 engenheiros, 48 agrônomos, 8 veterinários, 279 médicos, 204 dentistas, 140 farmacêuticos e 218 enfermeiros.

Eleitores — Nas últimas eleições realizadas em 1954, estavam aptos a votar em Fortaleza 79 483 eleitores tendo feito uso do voto naquele ano, apenas 54 938, apresentando-se uma abstenção de cêrca de 31 %.

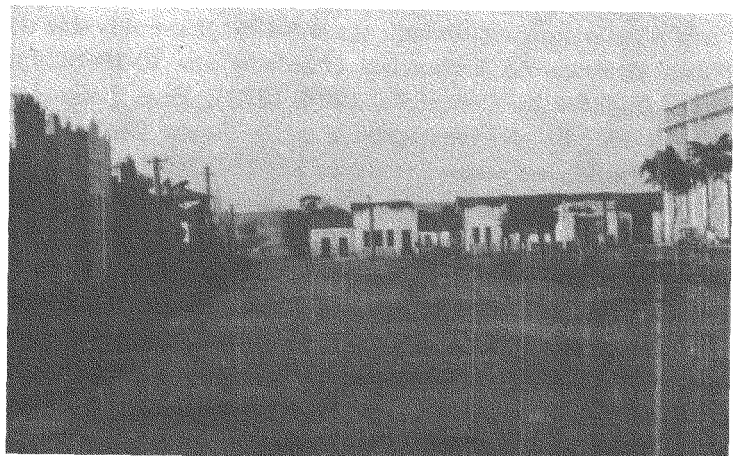
FRECHEIRINHA — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

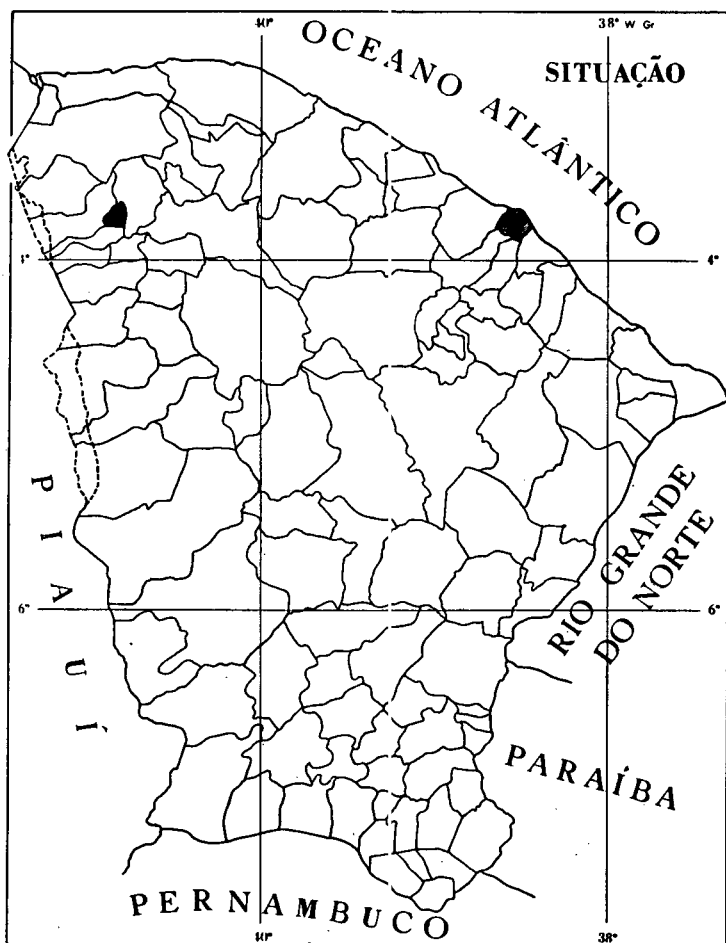
HISTÓRICO — Frecheirinha foi constituída em unidade autônoma, com território desmembrado do antigo município de Coreaú. Suas terras demoram nas proximidades da serra da Ibiapaba, zona de grande fertilidade. A gleba é propícia ao plantio de cana-de-açúcar, arroz e milho. São vastas as possibilidades do fabrico da cal, hoje das mais importante fontes de renda do município.

Atraídas pela fertilidade do solo, várias famílias vieram ter a Frecheirinha no início dêste século, aí se estabelecendo com fazendas de criar e plantar. Segundo a crônica mais antiga, o primeiro habitante da atual cidade foi o capitão Manuel Victor, seguido de Vicente Thomaz de Aguiar, Alexandre Silvério, Pacífico Carneiro e José Borges. Em 1903, graças aos esforços de Joaquim Francisco de Souza, homem de recursos, foi levantada capelinha tôsca, de taipa, exatamente no local onde hoje se ergue a Matriz, sede da freguesia. Ao redor desta capela é que se formou o povoado com pequeno arruamento, praça extensa e algumas casas de melhor porte, dentre estas a de Manuel Victor.

Nos quadros do Recenseamento Geral do Brasil, realizado em 1920, Frecheirinha figura como distrito do município de Palma, hoje Coreaú. Em virtude da extinção do município de Palma, em 1933, Frecheirinha passou a figurar na constituição do município de Tianguá, situado no cimo da serra da Ibiapaba. Em 1937, o distrito retornou à dependência administrativa do município de Palma (Coreaú), elevando-se a sede municipal, então povoado, à categoria de vila (Decreto-lei n.º 169, de 31 de março de 1938).

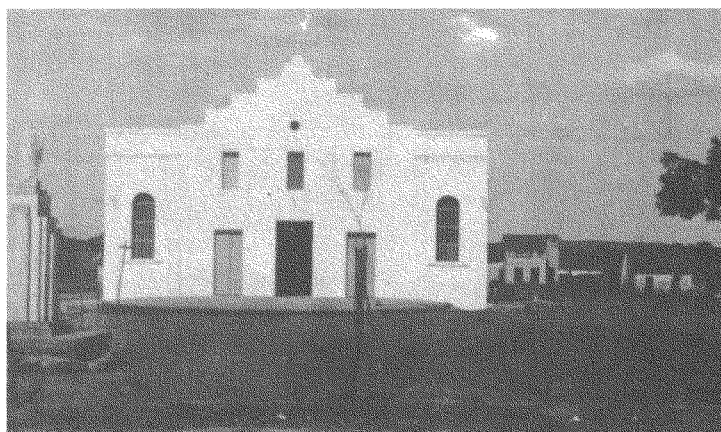
Frecheirinha, localizado na margem da Rodovia Fortaleza—Teresina, quase não mantinha contacto com a sede municipal, de que era dependente, fazendo-o, com mais freqüência, devido à facilidade de transporte com Tianguá e Sobral. Sua emancipação política, entretanto, só viria a se efetivar em 1951, quando a Lei n.º 1 153, de 22 de novembro, da Assembléia Legislativa do Estado, sancionada pelo Governador Raul Barbosa, elevou o distrito, com território desmembrado de Coreaú, à categoria de município, e a vila à de cidade. A 25 de março de 1955, grandes festas marcaram a instalação da novel comuna, ocasião em que tomaram posse o Prefeito municipal, Sr. Abdias Capistrano, membro de tradicional família frecheirense, e

Vista de uma rua principal da cidade

vereadores eleitos a 3 de outubro do ano anterior. A cidade é sede de comarca de 1.ª entrância, desde 20 de dezembro de 1956, provida de Juiz de Direito e Promotor de Justiça (Lei n.º 3 508).

LOCALIZAÇÃO — O município de Frecheirinha situa-se na Zona Fisiográfica do Sertão Centro-Norte. Limita-se com os municípios de Tianguá, Coreaú e Ubajara. Situado na margem esquerda do rio Coreaú, que atravessa o município na direção sudoeste a nordeste, é servido pela Rodovia Fortaleza—Teresina (BR-22); a cidade dista 255 quilômetros, em linha reta, da capital, e possui as seguintes coordenadas geográficas (calculadas pela Inspetoria Regional de Estatística): 3° 45' de latitude Sul e 40° 49' de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O município apresenta o clima comum do sertão nordestino: quente e sêco durante o verão, e temperado no período hibernal, que vai de janeiro a junho. A temperatura varia entre 24° e 36°, apresentando uma média compensada de 28 graus centígrados.

ÁREA — A área do município é de 167 km², sendo um dos menores do Estado, figurando em 98.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são as serras da Ibiapaba, nos limites com os municípios de Tianguá e Ubajara, e do Penanduba, que limita Frecheirinha com Coreaú. Em depressão, salienta-se o vale do rio Coreaú. O território é de formação argilo-arenosa, ondulado e coberto de capoeiras, cerradas e carrascais.

Igreja Matriz de Nossa Senhora da Saúde

RIQUEZAS NATURAIS — Barro (argila), jazidas calcárias e cristal de quartzo são as principais riquezas minerais; carnaubal, oiticical e reserva de madeira em matas representam as riquezas vegetais; e pequenos animais silvestres e abelhas, a riqueza animal.

POPULAÇÃO — No Recenseamento Geral de 1950, Frecheirinha era distrito do município de Coreaú, com população de 6 419 (3 212 homens e 3 207 mulheres). No quadro rural localizavam-se 79,76% de sua população, ou seja, 5 120 habitantes (2 558 homens e 2 526 mulheres), donde se conclui que o município era preponderantemente rural. A população de Frecheirinha, segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística para 1.º de julho de 1957, é de 6 969 habitantes, verificando-se um acréscimo de 5 050 pessoas (8,57% sôbre os resultados censitários).

Aglomerações urbanas — À época do Recenseamento Geral de 1950, havia sòmente uma aglomeração urbana, sen-

Hôrto Florestal da cidade

Jazida de pedras calcárias

do esta a cidade de Frecheirinha, com 1 299 habitantes (653 homens e 646 mulheres), assim distribuídos: na zona urbana 751 (374 homens e 377 mulheres) e na suburbana 548 (280 homens e 268 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As principais fontes de riqueza de Frecheirinha são a agricultura e a produção extrativa, notadamente as culturas de arroz, cana-de-açúcar, mandioca-brava, milho, feijão, algodão e banana, produtos básicos da economia do município, merecendo destaque, também, quanto à riqueza extrativa, na produção de cal. O Departamento Estadual de Estatística estimou a safra agrícola de 1955 em Cr$ 3 583 180.00, com relevância os seguintes produtos: 3 324 sacos — 60 kg — de arroz (Cr$ 731 280,00); 3 000 toneladas de cana-de-açúcar (Cr$ 360 000,00); 600 toneladas de mandioca-brava (Cr$ 360 000,00); 2 800 sacos — 60 kg — de milho .... (Cr$ 364 000,00); 2 160 sacos — 60 kg — de feijão (Cr$ 356 400,00); 2 000 arrôbas de algodão arbóreo .... (Cr$ 200 000,00); 48 000 cachos de banana .... (Cr$ 720 000,00); 6 500 centos de manga .... (Cr$ 200 000,00) e côco-da-baía, 70 000 frutos .... (Cr$ 140 000,00). Foram registrados, ainda, pequenos cultivos de laranja, mamona e algodão herbáceo. Os excedentes da produção agrícola são transportados para as cidades de Sobral e São Benedito, no Ceará, que são os principais mercados compradores do município.

A atividade pecuária, embora não seja das mais desenvolvidas, tem significado econômico para o município, pois serve à população no tocante ao fornecimento de carne e leite. Ainda de acôrdo com apuração do Departamento Estadual de Estatística, o rebanho importava, no ano de 1955, em Cr$ 16 280 000,00, constituindo-se de 4 500 bovinos, 1 600 eqüinos, 2 300 asininos, 400 muares, 10 000 suínos, 3 000 ovinos e 5 000 caprinos.

Quanto à produção extrativa, em 1956 foram registradas 3 800 toneladas de cal, no valor de Cr$ 1 520 000,00, 350 000 quilogramas de sementes de oiticica .... (Cr$ 910 000,00) e 2 600 quilogramas de cêra de carnaúba (Cr$ 165 000,00), tendo sido exploradas, em pequena escala, jazidas de barro para tijolos e telhas. Teve alguma expressão, também, a extração de madeiras para fins industriais e domésticos.

Os engenhos e os aviamentos esparsos pelo território municipal produziram, em 1955, tudo conforme apurações do Departamento Estadual de Estatística, 135 000 quilogramas de rapadura, no valor de Cr$ 675 000,00, e 1 600 sacos de 60 quilogramas de farinha de mandioca, importando em Cr$ 256 000,00. A produção de aguardente foi de 57 000 litros, no montante de Cr$ 456 000,00. A produção de energia elétrica, em 1956, embora sem registro apropriado de distribuição, foi estimada em 23 000 kWh, fornecidos para luz pública e particular. Dos 16 estabelecimentos fabris existentes em 1956, dedicavam-se 11 à produção de cal; 1 ao beneficiamento de arroz; 1 à panificação; 1 ao fabrico de tijolos e telhas; 1 à produção de energia elétrica para luz e 1 à produção de carne para consumo público (matadouro), nenhum dêles, no entanto, chegando a ocupar 5 pessoas.

COMÉRCIO E BANCOS — Operam em Frecheirinha 28 estabelecimentos varejistas que mantêm transações com as praças de Sobral, São Benedito e Fortaleza. O município importa tecidos, ferragens, miudezas em geral, produtos farmacêuticos e exporta cêra de carnaúba, semente de oiticica, rapadura, aguardente, etc.

Ôlho d'água magnesiana

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Frecheirinha é servida por estradas de rodagem que ligam o município às cidades vizinhas e à capital do Estado: a Tianguá — rodoviário (36 km); a Ubajara — rodoviário (53 km); a Coreaú — rodoviário (55 km); e à capital estadual — rodoviário (296 km). Existe na sede municipal uma Agência Postal-telegráfica pertencente ao Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — Frecheirinha, segundo o Recenseamento de 1950, tinha uma população de 1 299 habitantes. Existem na cidade apenas 4 ruas pavimentadas de pedras irregulares. Dotada de iluminação elétrica e particular, possui 102 ligações domiciliares. É mantido pela Prefeitura um serviço de limpeza das vias públicas e remoção de lixo, beneficiando 45 prédios e 5 logradouros públicos. Como meio de hospedagem conta com uma regular pensão, cobrando diária de Cr$ 60,00, com alimentação e pousada. Em 1956, estavam registrados na Prefeitura Municipal 7 veículos, todos caminhões de propriedade particular.

Forno de Cal

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Estão em atividades na sede municipal 1 dentista e 1 farmacêutico, empregando êste seus serviços na farmácia existente na localidade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Conferência de São Vicente de Paulo, fundada em 1938, presta limitados auxílios aos necessitados. O Círculo Operário de Frecheirinha dá assistência social sòmente aos seus associados.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o levantamento do Censo de 1950, a população urbana de Frecheirinha foi de 1 069 pessoas. Dêste total, 316 sabiam ler e escrever, sendo 174 homens e 142 mulheres.

Carro de bois transportando cana-de-açúcar

Ensino — Em 1956, existiam no município de Frecheirinha 31 unidades escolares de ensino primário fundamental comum, com a matrícula inicial de 385 alunos de ambos os sexos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955	...	297	1 219	94	...
1956 (1)	...	312	750	98	750

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — São religiosas as principais manifestações populares, destacando-se a Festa da Padroeira da Paróquia, Nossa Senhora da Saúde. No dia 8 de setembro a imagem percorre em procissão solene as principais ruas da cidade, acompanhada

Aspecto de uma das ruas principais da cidade

Depósito de cal

de grande número de fiéis. Aos domingos, realizam-se "feiras" na Praça do Mercado Público, registrando-se grande afluência por parte dos habitantes dêste município e de outras localidades vizinhas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Frecheirinha, situado no pé da serra da Ibiapaba, tem a sua sede cortada pela Rodovia Fortaleza—Teresina, por onde transitam, diàriamente, centenas de veículos. Conta com uma Paróquia denominada de "Paróquia Nossa Senhora da Saúde", cujos atos religiosos são celebrados na igreja Matriz e em 3 capelas existentes. São 6 as associações religiosas do culto católico, o único que possui templos e instituições no município. No pleito realizado em 1954, votaram 1 590 eleitores, dos 3 470 inscritos.

Duas bombas de gasolina abastecem os veículos que passam pela cidade, sendo bem elevada a quantidade vendida dêste e de outros combustíveis. Os habitantes locais são denominados frecheirienses.

GENERAL SAMPAIO — CE

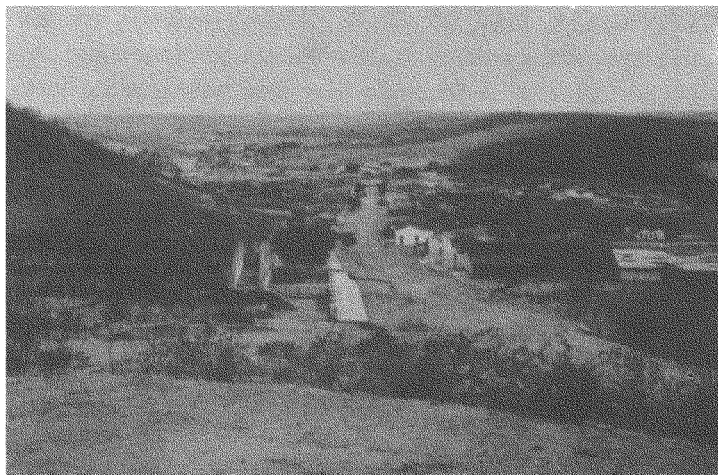
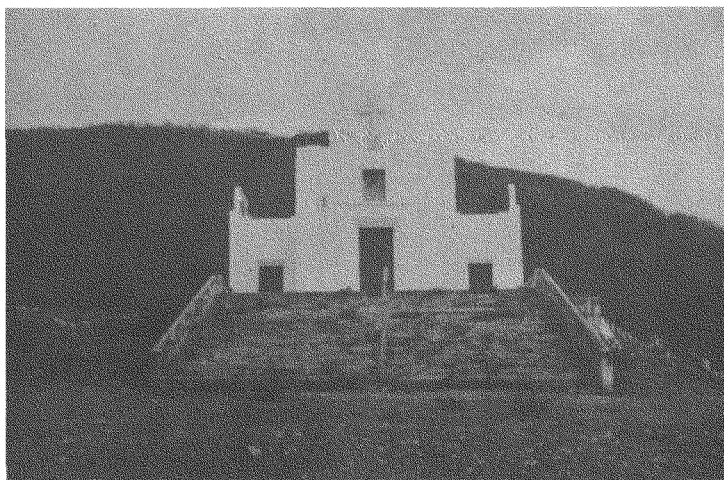
Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Por volta de 1890, o sítio onde está hoje localizada a cidade de General Sampaio já era habitado por pequenos agricultores que, além do cultivo de incipiente lavoura de milho, fumo, mandioca e feijão, se dedicavam ao criatório de gado bovino, caprino e ovino, destinado a suprir as necessidades de consumo próprio dos moradores da região. José Severino Alves, vindo de Santo Antônio do Aracatiaçu, quando aí se estabeleceu, já encontrou, radicados ao meio, Luís Ferreira Tôrres, alcunhado Luís Veloso e João Damião Damasceno. Assim é que, em 1904, o sítio Bom Jesus — como era conhecido — compunha-se de quatro casas de tijolo e telha, dispersas, nas proximidades do boqueirão onde seria construída a parede do Açude General Sampaio e que tinha o nome bizarro de "Boqueirão da Mãe Teresa". É que aí morava uma preta chamada Teresa que fazia partos, muito popular e estimada em tôda a redondeza. O lugar de contacto mais próximo para aquela gente era a povoação de Jacu, do município de Pentecoste, distante duas léguas e meia.

Sòmente a partir de 1932, época de grande sêca que assolou o Ceará, é que o lugar veio a progredir. No dizer de Álvaro Gurgel de Alencar ("Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Estado do Ceará") "General Sampaio era um verdadeiro deserto em 1932. A mata veio a desaparecer em uma área de meia légua de diâmetro, dando lugar a que fôssem levantadas cêrca de duzentas casas de telhas e muitas palhoças sob as quais se têm abrigado muitos flagelados".

É que a Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas iniciara a construção de grande reservatório, aproveitando o boqueirão por onde passam as águas do rio Curu, destinado a represar cêrca de 325 milhões de metros cúbicos de água. O engenheiro Rômulo Campos, responsável pela notável obra, chegara a Apuiarés (Jacu) em fins de abril de 1932 e de pronto se transportara para o local, que em pouco tempo fervilhava de gente. Ali estiveram cêrca de 15 mil pessoas, das quais mais de 3 500 se ocuparam diretamente na construção do açude. Nesse ano, frei Policarpo —, no dizer de uns, ou Frei Lucas, preferem outros —, celebrou a primeira missa do povoado, duas missas aliás, uma em casa de José Severino Alves e outra no Acampamento, esta última assistida por quantos se achavam presentes na construção. No ano seguinte a varíola infestou o acampamento, matando muita gente, vindo a ser contida após ingentes esforços da administração do Açude.

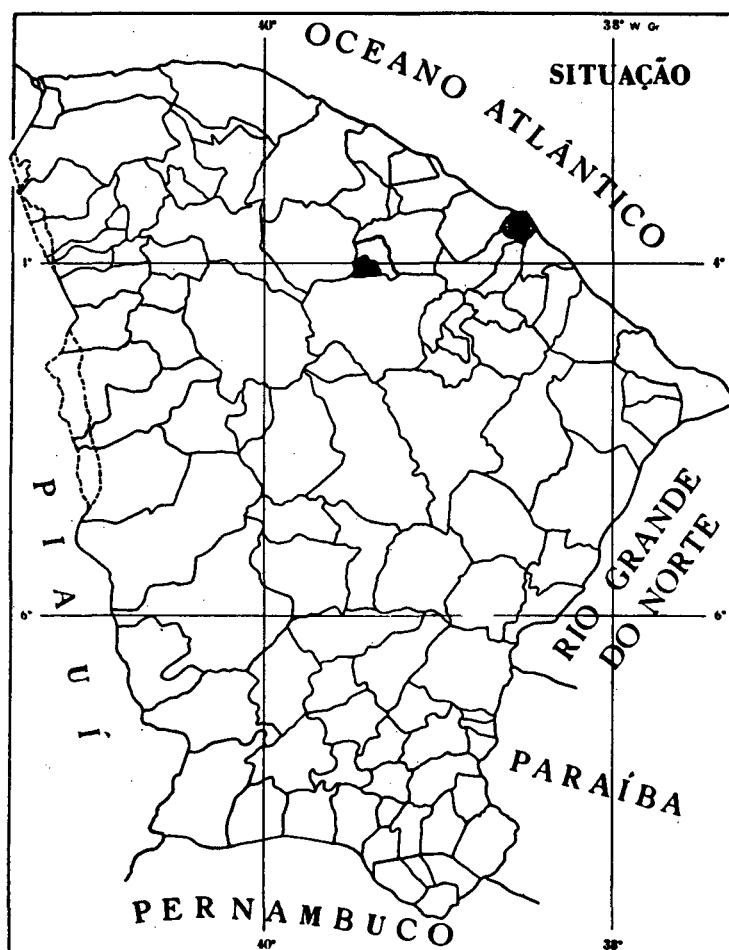
Em 1934, construiu-se a capela de Nossa Senhora do Rosário, num alto próximo e à esquerda da casa do residente, em terreno cedido por Sebastião de Abreu, sucessor do engenheiro Rômulo Campos.

Terminada a construção da notável reprêsa, em 10 de janeiro de 1935, grande parte da população ali estacionada foi pouco a pouco retornando aos seus antigos

Vista geral da cidade

Capela de Nossa Senhora do Rosário

lares e em conseqüência despovoando o núcleo tão intensamente movimentado na quadra 1932-1935.

Na divisão administrativa do Estado, relativa a 1933, figura o distrito de General Sampaio (Decreto n.º 1 156, de 4 de dezembro de 1933), no município de Canindé. Os quadros territoriais datados de 31 de dezembro de 1936 e 1937 referem-se, entretanto, a General Sampaio como distrito de Pentecoste. A povoação foi elevada à categoria de vila, em 31 de março de 1938 (Decreto-lei n.º 169). Sobrevindo as reformas territoriais destinadas a vigorar em cada qüinqüênio (Decreto-lei federal n.º 311, de 2 de março de 1938), pelos Decretos-leis estaduais números 448 e 1 114, de 20 de dezembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, respectivamente, o distrito de General Sampaio continuou, ainda, subordinado ao município de Pentecoste, situação que se manteve, mais uma vez, na Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951. Passados alguns anos, a população local movimentou-se no sentido de ser alcançada autonomia municipal, vindo a efetivar-se a criação do município em 1956, pela Lei n.º 3 338, de 15 de setembro, que formou o município com os distritos de General Sampaio e Apuiarés. Antes mesmo de ser instalado, tal como recomendava a aludida Lei, o distrito de Apuiarés conseguiu também sua emancipação pela Lei n.º 3 529, de 25 de janeiro de 1957, ficando, por conseguinte, o município de General Sampaio reduzido ao distrito da sede. Em meio a significativas festividades foi instalada a nova comuna em 1.º de março de 1957, permanecendo, entretanto, o município subordinado administrativamente à Prefeitura de Pentecoste. Aos 4 de agôsto de 1957, realizaram-se as eleições municipais, concorrendo candidato único à Prefeitura Municipal o Senhor José Feliciano de Carvalho. Compõem o legislativo os vereadores: Raimundo Pires Filho, Bartolomeu Severino de Deus, Maria Euza Sales, Manuel Cordeiro Gomes, Elias Viana Andrade, Francisco Cordelino Ribeiro e João Sales Andrade.

Vista do principal trecho da cidade

LOCALIZAÇÃO — O município, desmembrado do de Pentecoste, acha-se localizado, fisiogràficamente, na Zona do Sertão Centro-Norte. Limita-se com os municípios de Itapagé, Canindé e Apuiarés. Situada na margem esquerda do rio Curu, a cidade dista da capital do Estado, em linha reta, 103 quilômetros, e possui as seguintes coordenadas geográficas (Cálculo da Inspetoria Regional de Estatística): 4º 1' de latitude Sul e 39º 24' de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O município apresenta clima quente, mas salubre. A fase invernosa (das chuvas) começa em janeiro, com trovoadas, e vai até fins de maio, pouco mais ou menos, declinando em junho, quando tem início o verão (fase sêca), que se prolonga até dezembro.

ÁREA — É de 205 quilômetros quadrados. Ocupa o 97.º lugar em extensão territorial no conjunto dos municípios cearenses.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — São os seguintes os principais acidentes geográficos do município: rio Curu, riacho Gengibre, riacho das Pedras, riacho do Sousa, riacho Castelo, serrote Tamanduá, nos limites com o município de Canindé, serrote Gengibre e o açude General Sampaio.

RIQUEZAS NATURAIS — Matas, para extração de lenha; jazidas de barro (argila plástica) e peixes.

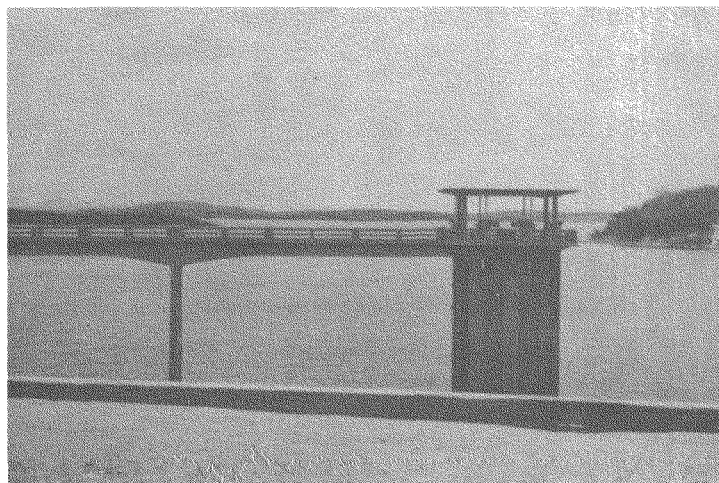
POPULAÇÃO — Por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, General Sampaio era distrito de Pentecoste e tinha 2 736 habitantes, sendo 1 363 homens e 1 400 mulheres. Predominavam a côr branca e a religião católica apostólica romana. Todos os seus habitantes eram brasileiros. Habitavam a zona rural 77,99% da população, ou seja, 1 071 homens e 1 063 mulheres, perfazendo um total de 2 134 pessoas. O município de General Sampaio, segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística, em 1.º de julho de 1957, tinha o efetivo populacional de 2 945 habitantes, tendo crescido nos últimos sete anos de 182 pessoas. É sobremodo reduzido o aumento percentual sôbre o Censo de 1950, isto é, 6,59%.

Aglomerações urbanas — O único centro urbano de General Sampaio é a sede municipal, com 629 habitantes (292 homens e 337 mulheres), conforme o Recenseamento Geral de 1950.

Açude General Sampaio

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura, a pecuária e a pesca constituem a base econômica do município, tendo maior destaque as culturas de algodão, milho, feijão e mandioca-brava. Trata-se de município recentemente instalado, de maneira que ainda não há registro satisfatório de suas riquezas. Os principais mercados compradores dos produtos agrícolas cultivados no território municipal são Fortaleza, Maranguape, Uruburetama e Itapagé.

Quanto à pecuária, embora tenha expressão econômica, é limitado o rebanho, sendo, portanto, reduzida a exportação para outros centros consumidores, ou seja, para os mercados de Fortaleza, Maranguape e Caucaia, principais compradores do município nesse tocante.

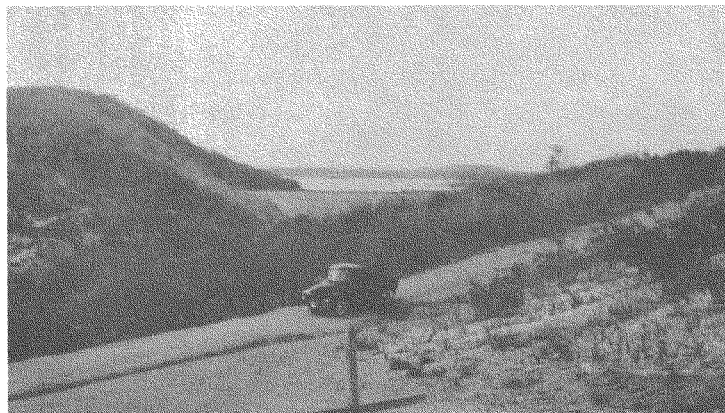
A produção extrativa de vital importância é representada pela pesca, realizada principalmente no açude público que dá nome à comarca. Nesse reservatório o pescado é extraído em grande escala, por cêrca de 500 pescadores, que exercem legalmente a atividade, sob contrôle do Serviço de Piscicultura, sobressaindo-se as espécies curimatá, traíra, pescada, pirarucu, apaiari e piau. Os demais pro-

Outro aspecto do açude General Sampaio

dutos extrativos são sem expressão, não indo, pràticamente, além da extração de lenha para uso doméstico. A indústria rural de transformação vem sendo, por igual, insignificante. Existem apenas aviamentos para a produção de farinha de mandioca, ainda assim, destinando-se o produto, via de regra, ao consumo próprio dos produtores.

COMÉRCIO — O comércio de General Sampaio é subdesenvolvido, pois existem na sede municipal, apenas, 6 pequenas casas comerciais varejistas. Suas limitadas transações são feitas com as praças de Fortaleza, Maranguape, Caucaia, Itapagé e Pentecoste. Os produtos mais importados são: tecidos, ferragens, louças, miudezas, café, charque, manteiga, conservas, sal e rapadura. O município exporta: milho, algodão, feijão, mamona, couros e peles, peixe e gado para corte em pequena escala.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por estradas de rodagem que o ligam às cidades vizinhas e à capital do Estado, pelos seguintes meios de transporte: a Apuiarés — rodoviário — 14 km; a Canindé — rodoviário — 49 km; a Itapagé — rodoviário — 56 km e à capital do Estado — rodoviário — 141 km.

Na cidade, acha-se em funcionamento uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

A pequena e nova urbe de General Sampaio está situada bem próximo ao açude público do mesmo nome. Consta de 5 logradouros públicos com 100 prédios, aproximada-

Trecho da barragem do açude General Sampaio

Açude General Sampaio visto de outro ângulo

mente. É desprovida de melhoramentos urbanos, peculiares aos centros populosos. Na Prefeitura Municipal, em 1956, estavam registrados 2 caminhões particulares.

ALFABETIZAÇÃO — Conforme revela o Recenseamento Geral de 1950, existiam no distrito de General Sampaio (hoje cidade) 526 habitantes com 5 anos e mais. Dêsse total, 285 sabiam ler e escrever, ou seja, 125 homens e 160 mulheres. Existem em todo o município 3 unidades do ensino primário fundamental comum, inclusive um Grupo Escolar, cuja matrícula inicial em 1956 era de 120 alunos de ambos os sexos.

FINANÇAS PÚBLICAS — Em virtude de o município ter sido instalado em 1.º de março de 1957, a sua renda municipal está incluída na de Pentecoste. Não há Coletorias Estadual e Federal.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — As festividades realizadas no município são de caráter religioso, destacando-se a festa de Nossa Senhora do Rosário, padroeira da capela, realizada a 7 de outubro, precedida de novenas e encerrada com missa solene e concorrida procissão.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O açude General Sampaio, cuja barragem fica a pouca distância da cidade, tem atraído, pelo seu grande volume d'água e panorama pitoresco, visitantes da capital do Estado e de outros municípios.

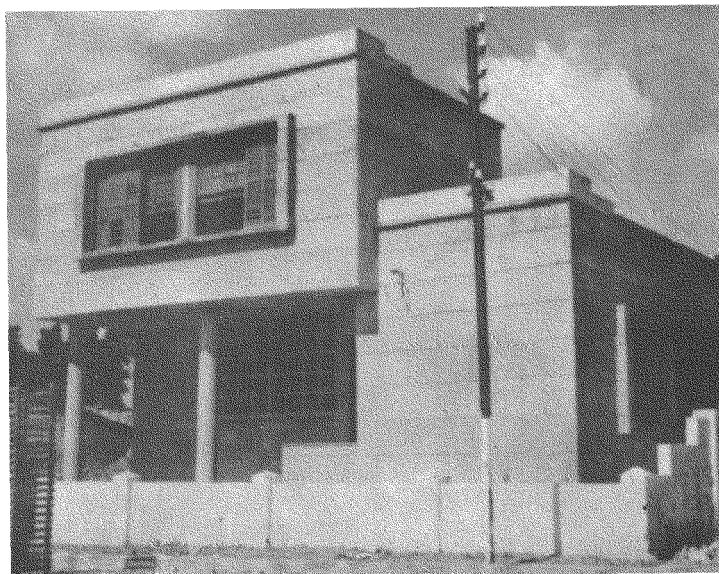
OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — General Sampaio é um dos grandes produtores de peixe do Estado, extraído, em maior parte do açude público de mesmo nome, que tem uma capacidade superior a 322 milhões de metros cúbicos, sendo um dos mais importantes reservatórios de água do Ceará. Dos 4 081 eleitores inscritos, votaram 459 no pleito realizado em 4 de agôsto de 1957 para escolha do Prefeito e Vereadores. A capela existente na vila tem a invocação de Nossa Senhora do Rosário e pertence à Paróquia do município de Pentecoste. Afirma Álvaro Gurgel de Alencar que o nome General Sampaio foi dado ao açude e ao distrito como "homenagem ao benemérito guerreiro, diante de quem as gerações porvindoiras, no dizer do Dr. Augusto Gurgel, se curvarão submissas, ao ler a sua história que é também um dos capítulos mais sublimes da epopéia grandiosa de nossa pátria agradecida".

GRANJA — CE

Mapa Municipal na pág. 61 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — O povoamento do município de Granja, antigamente chamado Macavoqueira e Santa Cruz do Coreaú, foi dos mais antigos que se procedeu na Capitania do Ceará Grande. Várias tribos habitavam a vasta região beneficiada pelas ribeiras férteis do rio Coreaú, destacando-se, entre outras, a dos índios Tabajaras, Tapuias, Coansues e Tremembés. Nos idos de 1702, Miguel Machado Freire e seu irmão Domingos Machado Freire receberam, datada de 3 de agôsto daquele ano, no Recife, uma doação de cinco léguas de terras, com uma de largo na margem oriental do rio Coreaú. Veio medi-las o desembargador Cristóvão Soares Reimão. Às voltas com os indígenas andavam colonizadores baianos e portuguêses, que se foram localizando à margem do rio, perto do pôrto, e outros na Iapara, próximo a Tabainha, onde existia a Missão dos Jesuítas. Com a expulsão dêstes, os índios pouco a pouco deixaram a aldeia onde já existia um nicho de oração, e passaram-se para o povoado à margem do rio, no qual havia mais comércio e movimento, e que já era conhecido por Santa Cruz ("O Ceará" — Raimundo Girão e Antônio Martins Filho). Surgiu, dêste fato, a atual cidade de Granja, que, pela Provisão de 30 de agôsto de 1757, passou a ser sede de freguesia, então com a denominação de Macavoqueira, nome por que os portuguêses chamavam os habitantes da Missão. Aos 8 de setembro de 1759, segundo relata Mons. Vicente Martins, foi inaugurada a Matriz local, sob o orago de São José. A Irmandade de Bom Jesus dos Navegantes mandou Antônio Gonçalves dos Santos, em 1793, contratar, no Recife, exímio pintor que veio exclusivamente decorar o interior da histórica Matriz.

A povoação, que se chamou, também, Santa Cruz do Coreaú e, ainda, Ribeira do Coreaú, foi elevada à categoria de vila, com a nova denominação de Granja, por Alvará datado de 27 de junho de 1776. Quanto ao dia e mês da criação da vila não são acordes os autores que tratam do assunto. Estão em choque cinco datas — 26, 27 e 29 de junho e 27 e 29 de julho.

Os Tapuios do morro do Irapuá — assevera Monsenhor Vicente Martins —, perseguidos pela sêca, atacaram a vila de Granja, em 1817. Manuel Antônio de Al-

Agência do Departamento dos Correios e Telégrafos

meida, que então exercia grande influência no seio do povo, procurou acalmá-los, doando-lhes alimentos e bebidas. Quando a paz parecia restabelecida, a indiada investe novamente contra o povo, forçando Manuel Antônio de Almeida e o coronel Francisco Carvalho Mota a tomarem ardilosa atitude, com seus homens armados. Munidos de buzinas e tambores irromperam em insistente e estrondosa tocata. Assombrados, os índios abandonaram à vila, recolhendo-se no mato. A pouco e pouco retornaram e se estabeleceram nas proximidades da vila, passando a vida harmoniosa com os seus habitantes.

A Confederação do Equador encontrou no Ceará a simpatia e o apoio de várias comunas. Em Granja, Pessoa Anta, João Porfírio da Mota, João Caetano de Brito, Inácio José Rodrigues Pessoa, Manuel Gregório de Almeida Fortuna, José Tibúrcio de Almeida Fortuna, tenente-coronel Joaquim Inácio Pessoa, André Bernardino Chaves e Manuel Inácio Pessoa, reunidos na igreja Matriz, ali proclamaram a utópica República do Equador, tal como sucedera noutras localidades adesistas. O movimento, entretanto, depois de vários insucessos, nas lutas que se registraram entre imperialistas e confederados, não teve o êxito esperado. Pessoa Anta, dentre todos, o mais fiel aos ideais republicanos, fugindo das tropas legalistas, refugiou-se na mata "onde recebia da família o alimento, que lhe levava um negro, seu escravo, o qual, encontrando-se com a tropa composta de caboclos que vinham de Viçosa, que o buscavam para o prender, declarou ao chefe da escolta, por quatro patacas, o lugar de seu esconderijo. A tropa, de posse do escravo, seguiu até o lugar hoje denominado Riacho da Traição, onde encontraram o bravo republicano, que foi escoltado para Granja, depois para Sobral e conduzido para Fortaleza, sendo ali fuzilado a 30 de abril de 1825, com Mororó, Carapinima e Azevedo Bolão, quando a anistia já havia sido concedida aos revoltosos, e a ocultaram perversamente para os levarem à execução".

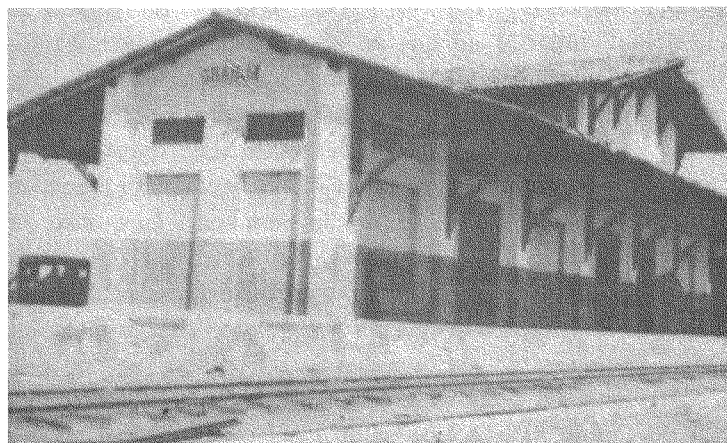
A Lei n.º 692. de 3 de novembro de 1954, concedeu à vila foros de cidade.

Prédio que hospedou D. Pedro de Orleans e Bragança

Vista urbana da cidade

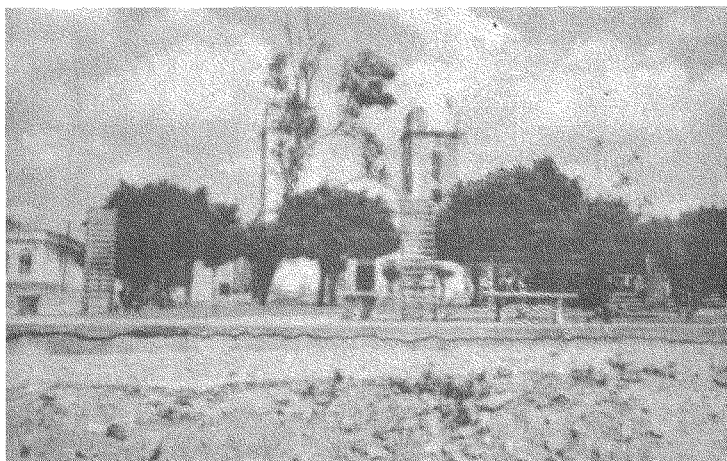
Em 1871 registrou-se em Granja grande mortandade, causada pela epidemia da cólera-morbo. Governava a província o fidalgo da Casa Real Luís Mota Féo e Tôrres, professo da Ordem de Cristo, e que realizou, àquela época, excelente administração. Sabedor do fato, Féo e Tôrres tomou tôdas as providências, inclusive solicitando urgentes auxílios do Govêrno pernambucano, que enviou, incontinente, o Dr. João Lopes Cardoso Machado, como chefe de uma missão médica, destinada a debelar o terrível mal. Certo dia, o Governador chegou a Granja para fazer o pagamento à Comissão Especial que já havia visitado Viçosa, Acaraú e Sobral, localidades onde morriam cêrca de cinqüenta pessoas diàriamente. Feita a soma, as despesas totais importaram em três mil, quatrocentos e vinte e seis cruzeiros e sessenta centavos, inclusive o frete do barco que conduziu medicamentos para o Acaraú!...

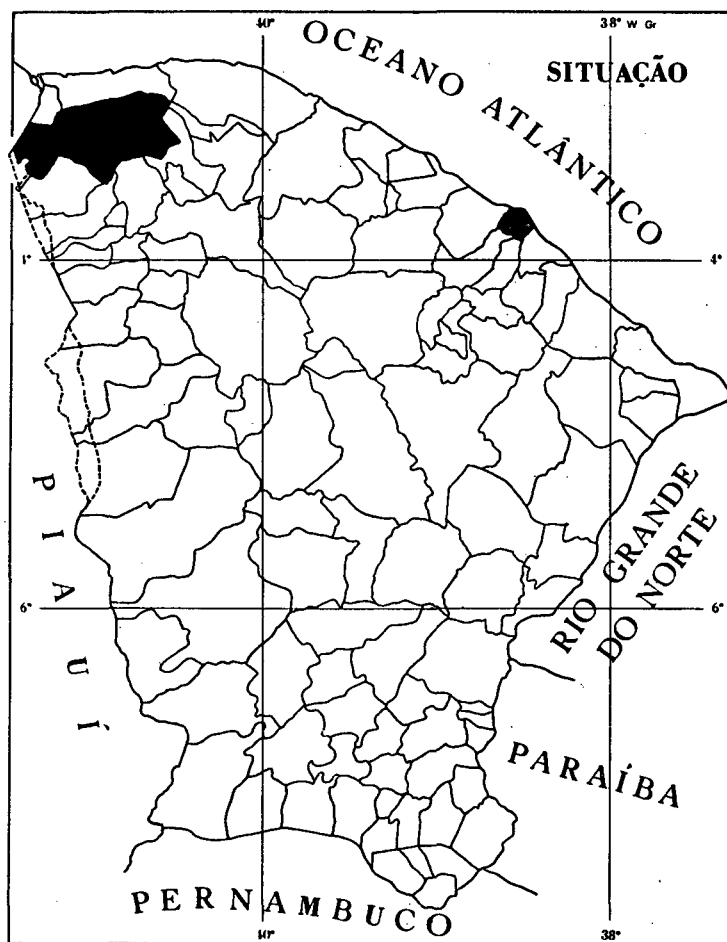
Aos 15 de janeiro de 1881, inaugurava-se a ferrovia. Foi uma festa animada e os comentários faziam-se em tôrno da ponte que havia sido adquirida nos Estados Unidos pelo irrisório preço (àquela época) de quarenta e seis contos de réis. Um fato excepcional nos fastos históricos da cidade foi a visita do Conde D'Eu, neto de Luís Felipe, Rei de França, em agôsto de 1889. As festas foram, então, ruidosas e a cidade, tôda embandeirada, recebeu de braços abertos o nobre Gastão de Orleans. Discursou, em nome de Granja, Luís Felipe de Oliveira, pai do ex-Senador Olavo Oliveira e que, anos mais tarde, seria grande chefe político local.

Nos quadros do Recenseamento Geral da República, em 1920, o município de Granja figura com os mesmos distritos de 1911 e mais o de Pitombeiras, ou seja: Granja, Angico, Chaval, Ibuaçu, Paràzinho, Riachão e Ubatuba. Pela divisão administrativa de 1933, Granja passa a figurar na vida política do Estado com a seguinte composição: Granja, Ibuaçu, Itaúna, Martinópole, Paràzinho, Riachão, São Francisco e Ubatuba. De conformidade com o Decreto estadual de n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, que fixou o quadro territorial para viger de 1939 a 1943, o município de Granja é composto dos distritos: Granja, Riachão, Coreaú (ex-São Francisco), Martinópole, Paràzinho, Pessoa Anta (ex-São Miguel), Timonha (ex-Itaúna) e Ubatuba. O Decreto-lei estadual de n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943, que fixou a divisão territorial para vi-

Estação ferroviária da Rêde Viação Cearense

gorar de 1944 a 1948, apresenta Granja assim constituída: Granja, Ibuguaçu (ex-Ubatuba), Martinópole, Paracuá (ex-Coreaú), Paràzinho, Pessoa Anta, Timonha e Uruoca (ex-Riachão). Na Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, que fixou a nova divisão territorial do Estado, o município de Granja aparece com os seguintes distritos: Granja, Pessoa Anta, Timonha, Paràzinho, Paracuá, Martinópole, Uruoca e Ibuguaçu. Lei recente, da Assembléia Legislativa do Estado, de n.º 3 560, de 26 de março de 1957, elevou Martinópole e Uruoca à categoria de município, desmembrando-os do território de Granja, os quais, entretanto, continuam subordinados, administrativamente, ao município de Granja. A Lei n.º 257, de 23 de novembro de 1842, criou a comarca, compreendendo os têrmos de Granja e de Viçosa. Vários têrmos foram anexados e desanexados da comarca de Granja ao correr dos anos e, dentre êles, valem ressaltar os de Palma (hoje Coreaú), Camocim e Viçosa. Presentemente é comarca de terceira entrância, de acôrdo com o art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado, que data de 23 de junho de 1947, situação esta confirmada pela Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948.

A cidade de Granja já teve dias memoráveis. Não havia residência de melhor porte que não possuísse o seu piano. O gôsto pelas artes e pelas letras foi a coqueluche das famílias distintas durante muitos anos. Gozava de fama em todo o Estado a sua afinada Filarmônica Municipal. Os seus bailes eram notáveis e se realizavam com traje a rigor, contando com distinta e cativante sociedade.

No pleito de 3 de outubro de 1954, foram eleitos: Prefeito, Francisco Gonzaga de Sousa. Vereadores, Luiz Felipe de Oliveira Sousa, Oliver Moreira de Carvalho, Raimundo Rocha Sampaio, Cairo Pessoa Martins, João Guilherme da Cunha, Paulo Terres Gouveia, José Ribamar Barros, Antônio Nunes Ferreira e Manuel Nilo de Oliveira.

Igreja-Matriz de São José

LOCALIZAÇÃO — O município de Granja fica situado numa das 12 Zonas Fisiográficas em que se divide o Estado — Zona do Litoral. Limita-se com o Estado do Piauí e com os municípios de Chaval, Marco, Massapê, Coreaú, Tianguá e Viçosa do Ceará. Situado no extremo norte do Ceará possui vastas planícies onde se divisam imensos carnaubais que lhe dão um aspecto encantador. É servido por via rodoviária e a cidade dista da capital 267 km, em linha reta. Possui as seguintes coordenadas geográficas: 3º 06' 54" de latitude Sul e 40º 49' 59" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 9 metros na sede municipal.

CLIMA — O município apresenta o clima comum do sertão nordestino: quente e sêco no verão, e temperado durante a época hibernal que é de fevereiro a maio, com fortes trovoadas de fevereiro a abril. A temperatura varia de 37º a 20º, com a maior freqüência em 30 graus centígrados. A precipitação pluviométrica, no ano de 1956, atingiu 700 milímetros.

ÁREA — A área do município é de 3 575 km², figurando no 17.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais são: o rio Coreaú que atravessa o município e banha a cidade; Timonha, Itacolomi e outros riachos que em linhas sinuosas sulcam suas terras ubertosas. Possui lagoas como as de

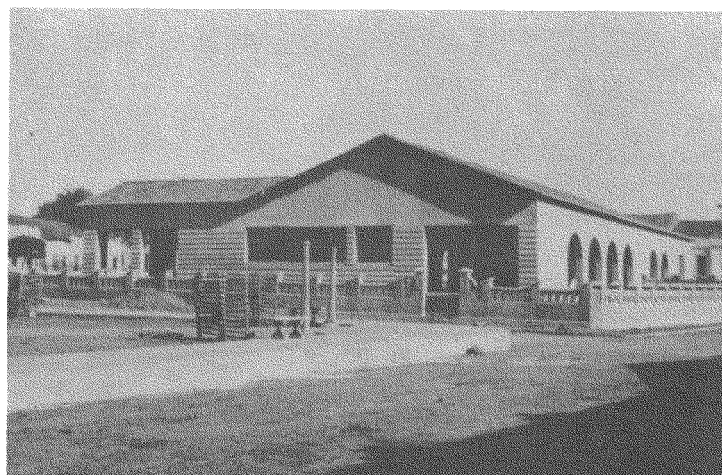
Ginásio São José

Curral, Jaburuna, Grande, Tatus e Tiaiá. Há, ainda, alguns açudes de melhor porte para a criação de peixes e atividades agrícolas, como seja, os de Paràzinho, Antonele, Lusitânia e Gouveia, com a capacidade total de 13 617 290 metros cúbicos. Em elevações altaneiras se divisam as serras de Ubatuba, Timbaúba, São Joaquim, Gameleira, Goiana, Gurgueia (parcialmente) e outros serrotes menos importantes.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral o município conta com cloreto de sódio, pedras calcárias e argila; no vegetal, carnaubais, madeiras, oiticicais e no animal podem ser citados animais silvestres e peixe.

POPULAÇÃO — A população de Granja, pelo que se observa através dos elementos do Recenseamento Geral de 1950, era de 44 261 habitantes, composta de: 22 150 homens e 22 111 mulheres; brancos — 14 789 (7 260 homens e 7 529 mulheres); pardos — 21 389 (10 833 homens e 10 556 mulheres); pretos — 7 977 (4 002 homens e 3 973 mulheres); e sem declaração de côr — 106 (55 homens e 51 mulheres). É curioso observar que o número de brancos existentes no município de Granja é de, aproximadamente, dois terços do número de pardos e que o número dêstes é quase igual à soma das duas parcelas formadas com brancos e pretos. Quanto ao estado civil, apreciação feita sôbre as pessoas de idade de 15 anos e mais, a população de Granja se divide em: solteiros — 8 769 (4 596 homens e 4 173 mulheres); casados — 13 236 (6 595 homens e 6 641 mulheres); viúvos — 1 325 (360 homens e 965 mulheres); desquitados — 11 (6 homens e 5 mulheres); sem declaração de estado civil — 130 (41 homens e 89 mulheres). No setor religioso, Granja não foge à regra dos municípios cearenses, com extraordinária predominância da religião católica apostólica romana sôbre as demais professadas no seu território, fato comprovado com a seguinte discriminação: católicos apostólicos romanos — 44 124 (22 067 homens e 22 057 mulheres); protestantes — 71 (41 homens e 30 mulheres); espíritas — 5 (2 homens e 3 mulheres); 1 homem pertence a outra religião; sem religião — 12 (11 homens e 1 mulher); e sem declaração da religião professada — 48 (28 homens e 20 mulheres). Quanto à densidade demográfica, Granja é um dos municípios cearenses de menor classificação, com 12,38 habitantes por quilômetro quadrado, muito aquém da verificada no Estado que é de 18,22. A população rural do município atinge 35 506 habitantes (18 067 homens e 17 439 mulheres), com índice de 80,12% da população municipal, superior ao que se verifica no conjunto do Estado, que é de 71,81%. Quanto à nacionalidade, o Recenseamento encontrou apenas 4 estrangeiros (homens). O motivo que faz Granja aparecer com uma densidade demográfica da ordem acima mencionada, apesar de a sua população se elevar acima da média com mais de quatro dezenas de milhares de habitantes, reside no fato de ser um dos que se destacam em extensão territorial, com 3 575 quilômetros quadrados, ocupando o 8.º lugar dentre os municípios cearenses de maior extensão. Tomando-se por base a estimativa da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Ceará, para 1.º de julho de 1957, verifica-se que a população do município de Granja é de 53 399 habitantes. Em relação ao último Recenseamento Geral de 1950, houve um acréscimo populacional de 9 138 habitantes, sendo a taxa de crescimento de Granja — nos últimos sete anos — de 20,65%, contra 18,54% no Estado.

Aglomerações urbanas — Discriminando as aglomerações urbanas de Granja, em número de 8, verificam-se os seguintes elementos de ordem demográfica: cidade de Granja — 3 790 habitantes (1 692 homens e 2 098 mulheres); vilas de Ibiguaçu — 360 (173 homens e 187 mulheres); Martinópole (atualmente desmembrado porque elevado à categoria de sede municipal) — 1 901 (923 homens e 978 mulheres); Paracuá — 275 (138 homens e 137 mulheres); Paràzinho — 1 081 (507 homens e 574 mulheres); Pessoa Anta — 186 (99 homens e 87 mulheres); Timonha — 89 (45 homens e 44 mulheres); Uruoca (desmembrada e elevada à categoria de sede municipal) — 1 073 habitantes (506 homens e 576 mulheres) .

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A pecuária, a agricultura e a indústria extrativa constituem a base econômica do município de Granja, representadas pela apreciável soma de Cr$ 173 686 948,00, destacando-se a pecuária, com um efetivo que aparece com o valor de Cr$ 146 560 000,00, distribuída, por cabeça, segundo as espécies, da seguinte maneira: bovinos, 43 000; eqüinos, 2 600; asininos, 10 200; muares, 2 200; suínos, 32 000; ovinos 24 000 e caprinos 24 000. O município de Granja é o 8.º do Ceará na classificação quanto à população bovina, ultrapassando-lhe apenas os municípios de Santa Quitéria, Tauá, Sobral, Quixadá, Quixeramobim, Crateús e Independência. A produção de leite do município, se bem que não tenha outro des-

Grêmio Social Granjense

tino senão o consumo local, merece referência pela sua significação econômica expressa em 2 000 000 de litros — Cr$ 7 400 000,00. Fortaleza e Sobral são os principais compradores de gado do município de Granja.

A produção extrativa contribuiu com .... Cr$ 18 388 268,00, valendo salientar a da cêra de carnaúba, maior fonte, neste setor, da economia granjense, cujo valor se eleva a Cr$ 15 832 068,00.

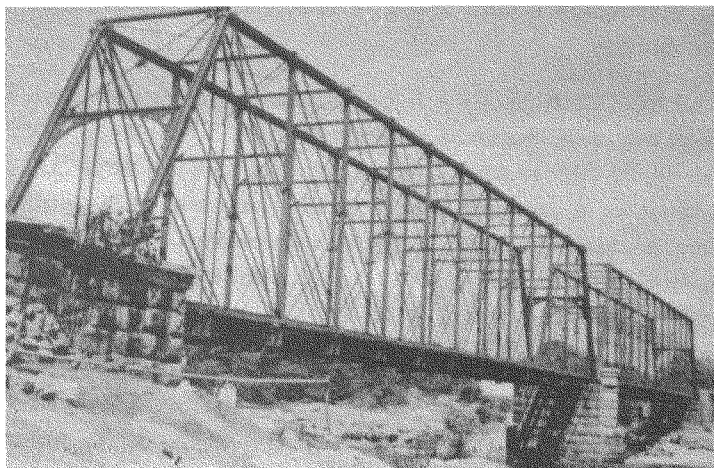
O terceiro ramo em ordem decrescente de valor, na vida econômica de Granja, é o da agricultura, que se cifra em Cr$ 8 738 680,00. Entretanto, é o que mais agrupa pessoas ativas, pois 84,50% da população ativa do município (pessoas de 10 anos e mais) têm atividade na agricultura, pecuária e silvicultura, porém o maior contingente se ocupa da última espécie da tríade. Dentre os produtos agrícolas se destacam: mandioca-brava, 4 500 toneladas — Cr$ 4 050 000,00; milho, 14 000 sacos de 60 quilogramas — Cr$ 1 400 000,00, e arroz, 7 000 sacos de 60 quilogramas — Cr$ 1 250 000,00.

A indústria é restrita à transformação de produtos agrícolas e extração dos produtos naturais. Dos estabelecimentos industriais existentes no município, apenas 2 ocupam mais de cinco pessoas.

Representam a indústria de transformação agrícola: farinha de mandioca, 4 500 sacos de 60 quilogramas — Cr$ 5 265 000,00, e rapadura, 32 toneladas — .... Cr$ 64 000,00. A produção de Granja destina-se às praças de Sobral e Fortaleza, servindo de escoamento a Estrada de Ferro de Sobral, ramal de Itapipoca, a Estrada de Ferro de Baturité e o pôrto de Camocim.

COMÉRCIO — O comércio de Granja é composto de 42 estabelecimentos varejistas e 7 atacadistas que realizam transações com as praças de Recife, Fortaleza e Sobral. Segundo os dados dos Censos Econômicos de 1950 havia, em todo o município, 123 estabelecimentos varejistas e 8 atacadistas. As vendas efetuadas em 1949, com relação aos estabelecimentos comerciais, foram de 9,157 e 11,605 milhões de cruzeiros nos ramos varejistas e atacadistas, respectivamente. Granja importa tecidos, ferragens, calçados, etc., e exporta cêra de carnaúba e arroz beneficiados.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Granja é servida pela Estrada de Ferro de Sobral, pertencente à Rêde de Viação Cearense, e pelas rodovias que ligam a cidade aos municípios vizinhos e à capital do Estado.

Mercado Público

Ponte sôbre o rio Coreaú

São os seguintes os meios de transporte: a Camocim: ferroviário — R.V.C. (24 km); rodoviário (31 km); a Coreaú: rodoviário (72 km); a Marco: rodoviário (75 quilômetros); a Massapê: ferroviário — R.V.C. (82 quilômetros); a Tianguá: rodoviário (106 km); a Viçosa do Ceará: rodoviário (72 km); a Cocal, PI: rodoviário (138 km); a Luís Correia, PI: misto: a) ferroviário (24 quilômetros) até Camocim, e b) rodoviário (144 km); a Chaval: misto: a) ferroviário — R.V.C. (24 km) até Camocim e b) rodoviário (56 km), a cavalo (50 km); à capital do Estado: 1.º misto: a) ferroviário — R.V.C. (104 km) até Sobral, e b) rodoviário (235 km) ou 2.º misto: a) ferroviário — R.V.C. (24 km) até Camocim, e b) marítimo (317 km).

Em Granja há 3 campos de pouso localizados: 1 na sede municipal e 2 no interior do município.

Como meio de comunicações há uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, e uma Estação Telegráfica da Rêde de Viação Cearense.

ASPECTOS URBANOS — Granja, situada na margem esquerda do rio Coreaú, é cortada pela Estrada de Ferro de Sobral e guarda, ainda, seu aspecto de cidade antiga, não obstante vir, ùltimamente, passando por grandes transformações.

Ocupa uma grande área, formada por 43 logradouros públicos, com 1 100 prédios, aproximadamente, dos quais 800 são habitações, estando 38% de suas vias pavimentados, correspondentes a 12 logradouros. Há um passeio ajardinado e arborizado, numa das suas principais praças. Conta com iluminação elétrica pública e particular (381 prédios servidos). O Serviço de limpeza pública do município alcança, apenas, 15 logradouros. Como meio de hospedagem existem 3 pensões, cobrando uma diária média de Cr$ 100,00. Na Prefeitura estão registrados 15 caminhões, 4 jipes e 1 camioneta.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Mantido pelo Govêrno Estadual, funciona, na cidade, o "Pôsto de Saúde Coronel Raimundo de Oliveira" (policlínica), que dá regular assistência à população do município. Exercem a profissão em Granja 1 médico, 2 dentistas e 1 farmacêutico. Na cidade estão montadas 3 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — Cinco organizações "Vicentinas" e a "Associação das Senhoras de Caridade", prestam

assistência de ordem moral e material às pessoas menos favorecidas.

ALFABETIZAÇÃO — A população do município, com 5 anos ou mais, segundo o Recenseamento Geral de 1950, foi de 35 788 pessoas. Dêste total, 6 130, ou seja, 17%, sabiam ler e escrever, sendo 3 250 homens e 2 880 mulheres. A cidade possuía 3 218 habitantes com a mesma idade escolar, dos quais 1 449 eram alfabetizados (646 homens e 803 mulheres).

Ensino — O município de Granja contava, em 1956, com 157 unidades escolares de ensino primário fundamental comum, com a matrícula inicial de 3 603 alunos de ambos os sexos. A taxa de matrícula, em 1950, alcançou 17,39% e no Estado do Ceará, 24,3 %. Existiam, ainda, 2 estabelecimentos de ensino extraprimário denominados: Ginásio São José e Curso de Piano Heloísa Fortuna, com a matrícula inicial de 57 alunos, 18 masculinos e 39 femininos. Concluíram os cursos sòmente 3 mulheres.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade existem duas bibliotecas, a Biblioteca Pública Municipal, com 1 200 volumes, e a Biblioteca Estudantil com apenas 400 volumes. Edita-se o periódico "A Verdade", órgão de assuntos gerais e de circulação mensal. Funcionam 2 cinemas, o Cine São José, com capacidade para 200 pessoas, e o Cine Orion, comportando 230 pessoas.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	367	681	742	264	726
1951.......	439	735	850	325	840
1952.......	577	933	912	300	843
1953.......	721	1 002	1 297	277	1 248
1954.......	622	906	1 297	283	1 225
1955.......	782	1 577	1 275	335	1 347
1956.......	612	2 544	1 315	315	1 609

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — A cidade é um relicário de prédios antigos e de monumentos históricos e artísticos. Destacam-se, dentre outros, a igreja Matriz, tradicional templo inaugurado em 30 de agôsto de 1757 e entregue ao seu padroeiro, o milagroso São José; o palacete da família Gouveia, onde se hospedou em 1889 o ilustre Conde D'Eu, em sua visita à cidade de Granja, edifício construído em 1870, e o prédio da Prefeitura Municipal, que abriga, no andar superior, a Prefeitura, a Câmara Municipal e o Fôro, e no andar térreo, a Cadeia Pública. É imemorável a data da sua construção. Quanto a monumentos pròpriamente ditos, sobressai a herma do coronel Luiz Felipe de Oliveira, na Praça do mesmo nome, inaugurada em 3 de novembro de 1954, datando do centenário do município; monumento ao professor Garcez, na Avenida do mesmo nome, inaugurado em março de 1938; obelisco comemorativo da passagem por Granja da imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima, em 1954; monumento comemorativo da construção da Barragem Lima Brandão, no rio Coreaú, construído em 1890; e a ponte ferroviária sôbre o rio Coreaú, medindo 120 metros de extensão e 11 de altura, edificada e inaugurada em 1880.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Os festejos realizados são de cunho religioso e folclórico. Dentre outros se destacam as festividades em honra do padroeiro da Paróquia, São José da Granja, realizadas a 30 de agôsto. Maior que tôdas é a festa de Nossa Senhora do Livramento, padroeira de Paràzinho, iniciada em 23 de junho e terminada no dia 2 de julho, cuja comemoração é feita no distrito de Paràzinho. É uma festa monumental para que concorrem fiéis de várias partes, sendo considerada a terceira em todo o Estado do Ceará. Geralmente é precedida de uma semana catequética, realizando-se no adro da Igreja sessões solenes alusivas ao acontecimento, nas quais são pronunciadas eruditas conferências de temas religiosos.

VULTOS ILUSTRES — *Antônio Frederico de Carvalho Mota* — foi deputado estadual e Vice-Presidente do Estado, cujos destinos governou, em virtude da renúncia do comendador Nogueira Acioli, a 24 de janeiro de 1912. Faleceu no Rio de Janeiro. *Dr. Augusto Fulgêncio Peres da Mota* — médico. Foi deputado provincial em diversas legislaturas. Faleceu a 22 de junho de 1898, vítima de afogamento no rio Coreaú; *alferes Antônio Manuel de Araújo Lopes* — tomou parte na Campanha do Paraguai, onde faleceu; *Dr. Aquiles Beviláqua* — jurista e advogado de muita notoriedade no Rio de Janeiro; *padre Antônio Carneiro da Cunha Araújo* — recebeu as ordens sacras no Seminário de Olinda. Dedicou-se à advocacia e foi deputado provincial; *Artur Teófilo* — jornalista e talentoso homem de letras. Um dos baluartes da "Padaria Espiritual", em que usava o nome de Lopo de Mendonça; *Arcádio Lindolfo de Almeida Fortuna* — foi deputado provincial em duas legislaturas; *Dr. Carlos Carneiro Leão de Vasconcelos* — engenheiro geógrafo e civil. Espírito muito culto, jornalista, publicista e romancista de grande mérito. Falecido; *Custódio Moreira da Costa* — chefe político, advogado e deputado provincial em diversas legislaturas. Faleceu em 1886; *senador Francisco de Paula Pessoa* — nasceu em 24 de março de 1795, figura destacada da Revolução do Equador, Vice-Presidente da Província. Senador do Império, em 1848, cargo que deixou por motivo de saúde, em 1864. Era membro honorário do Instituto de Advogados da Côrte, Oficial da Ordem da Rosa e fidalgo cavaleiro da Casa Imperial. Faleceu em 16 de julho de 1879; *professor Francisco José Garcez dos Santos* — inspirado compositor musical; *Inácio de Almeida Fortuna* — advogado provisionado pela Relação de Pernambuco (1869) e pela do Ceará (1876). Deputado provincial e estadual em diversas legislaturas. Influente chefe político; *General José Aires do Nascimento* — nasceu em 1849. Dedicando-se à carreira militar, galgou a patente de coronel. De volta do Acre, onde fôra defender o território contestado, faleceu, com honras de general, em Fortaleza, em 1904; *José Artur Beviláqua* — pintor, desenhista e caricaturista de grande merecimento. Trabalhou em Belém e no Rio de Janeiro. Faleceu em 1912; *João Montezuma de Carvalho* — nasceu em 1864. Foi deputado estadual; *Joaquim Artur de Carvalho* — farmacêutico pela Escola de Ouro Prêto. Autor de vários preparados farmacêuticos de grande reputação.

Falecido; *Júlia Carneiro Leão de Vasconcelos* — escritora muito culta. Catedrática da Escola Normal de Fortaleza. Membro do Instituto do Ceará; *João de Andrade Pessoa Anta* — um dos heróis e mártires da República do Equador, fuzilado na Praça do Passeio Público, em Fortaleza, a 30 de abril de 1825; *Lívio Xavier* — "talvez a figura mais poderosa de intelectual que o Ceará contemporâneo produziu", na opinião de Rachel de Queiroz;*Lívio Barreto,* poeta primoroso e genial, falecido aos 25 anos de idade. Sócio fundador da "Padaria Espiritual", onde usava o pseudônimo de Lucas Bizarro. Morreu em Camocim, a 29 de setembro de 1895; *Luiz Januário Lamartine Nogueira* — deputado provincial. Autoridade em assuntos da História Cearense, deixou alguns trabalhos de valor. Faleceu em Viçosa; *Dr. Manuel do Nascimento Castro e Silva* — foi juiz de direito, professor, deputado e governador do Rio Grande do Norte, onde dispôs de enorme influência política. Faleceu em Natal, a 20 de janeiro de 1901; *Waldemiro Moreira* — advogado, deputado provincial em duas legislaturas e depois Secretário de Estado. Foi deputado federal e vibrante jornalista. Falecido; *Dr. Waldemiro Cavalcante* — advogado. Foi Secretário de Estado, deputado estadual mais de uma vez e Diretor da Escola Normal. Falecido; *Salustiano Moreira da Costa Marinho* — chefe político prestigioso na zona norte do Estado, deputado estadual. Falecido; *Dr. Olavo Oliveira* — professor da Faculdade de Direito do Ceará. Prestigioso político, chefe de importante agremiação partidária. Foi deputado estadual e federal. Sua última investidura foi a de senador da República; *Guilherme Teles Gouveia* — lider político de grande prestígio, deputado estadual em várias legislaturas, é Presidente da FAREC e do S.S.R. no Ceará e figura de destaque da intelectualidade cearense.

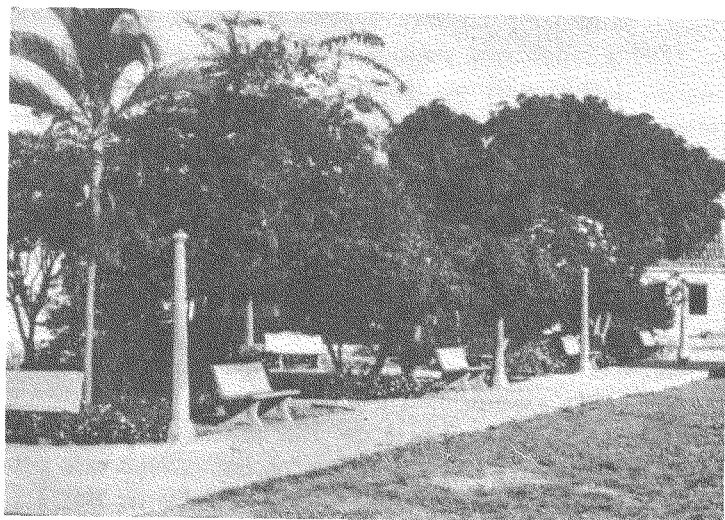
OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município é fronteiro, sendo um dos que limitam o Ceará com o vizinho Estado do Piauí. Sede da Paróquia de São José, Granja abriga também uma igreja do culto protestante, denominada "Igreja Bíblica de Granja". A Paróquia pertence à Diocese de Sobral. Granja armazena em seus 6 reservatórios 14 122 290 metros cúbicos de água. Nas eleições Gerais realizadas em 1954, exerceram o direito de voto 6 944 dos 14 779 cidadãos inscritos. Granjenses é como são denominados os habitantes do município.

GUARACIABA DO NORTE — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — A crônica histórica não registra com precisão a fundação de Guaraciaba do Norte, município que já teve, durante sua vida política e administrativa, várias denominações, tôdas, aliás, ligadas à sua formação. Acentua Antônio Bezerra de Menezes, em "Notas de Viagens", que o seu mais antigo nome, o de Rua Nova, originou-se da formação da principal via, de casas de beira e bica, que surgiu no promissor arraial do cimo da serra da Ibiapaba. Isto mais ou menos nos meados do século dezoito, quando se povoavam as terras férteis que demoram no alto da serra e que se prestavam, admiràvelmente, para cultivo de café e de cana-de-açúcar. No decorrer dos anos, o povo reclamou a criação do município, e efetivamente conseguiu a 12 de maio de 1791 a autonomia política desejada. Há algumas divergências de historiadores quanto à data exata, mas a maioria dos que já se ocuparam da história da comuna é unânime em citar a data acima, como o fazem monsenhor Vicente Martins, Pedro Ferreira, Antônio Bezerra de Menezes e a autoridade inconteste do Senador Pompeu. Raimundo Girão e Martins Filho, no precioso trabalho "O Ceará", e o jornalista Waldery Uchôa, no seu livro "Anuário do Ceará", edição de 1952, também se referem àquela data como sendo, realmente, da criação do município de Guaraciaba do Norte. Na mesma data e pelo mesmo Alvará, a povoação foi elevada à categoria de vila com o nome de Vila Nova de El-Rei. A novel comuna foi, então, instalada pelo ouvidor Manuel de Magalhães Pinto e Avelar de Barbedo, pois o seu sucessor imediato, José Vitorino da Silveira, disse "ter sido erecta pelo meu antecessor", em carta datada de 27 de setembro de 1796. A Lei provincial de n.º 200, de 26 de agôsto de 1840, suprimiu a vila de Campo Grande, assim cognominada em virtude dos seus descampados. Nesta oportunidade a sede municipal foi transferida para o núcleo de Ipu Grande, erecto, então, em vila, com a denominação de Vila Nova do Ipu Grande.

Em 1841, de conformidade com a Lei n.º 230, do Govêrno Provincial, datada de 12 de janeiro, Campo Grande foi restaurada e, em 1842, aos 18 de março, por Ato provincial, foi-lhe criado o distrito policial. Novamente suprimida a vila de Campo Grande pela Lei provincial n.º 261, de 3 de dezembro de 1842, foi restaurado o município de Ipu, nessa data. Aos 9 de janeiro de 1883, dava-se, todavia, nova reinstalação da vila e, conseqüentemente, do município com a mesma denominação de Campo Grande, em virtude da Lei n.º 1 798, de 10 de janeiro de 1879, que restaurou o município com território desmembrado de Ipu. Dom Joaquim José Vieira, grande bispo do Ceará, de saudosa memória, instituiu a freguesia sob a invocação de Nossa Senhora dos Prazeres, aos 25 de outubro de 1886, também com território desmembrado de Ipu. Foi o seu primeiro vigário o padre Bernardino de Oliveira Memória. A paróquia teve a honra de ser visitada por D. Manuel da Silva Gomes e, no altar-mor de sua bela Matriz, D. José Tupinambá da Frota, Bispo de Sobral, celebrou várias missas. Em 1911, de acôrdo com a divisão territorial do Brasil, o município figurava com dois distritos: Campo Grande e Santa Cruz.

Agência dos Correios e Telégrafos

Praça da Matriz

Os Decretos estaduais números 193, de 20 de maio de 1931, e 1 156, de 4 de dezembro de 1933, mantiveram o município que, na divisão administrativa dêsse último ano, se divide em três distritos: Campo Grande, Croatá e Várzea do Espinho, assim permanecendo nos quadros datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 169, de 31-3-1938, retificado pelo Decreto estadual de n.º 378, de 20 de outubro do mesmo ano.

Pelo Decreto-lei estadual de n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, a vila foi elevada à categoria de cidade. Por êste mesmo Decreto-lei e o de n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943, sua composição vigorante nos qüinqüênios 1939-1943 e 1944-1948 foi a seguinte: Campo Grande, Croatá e Espinho. Por Parecer do Conselho Nacional de Geografia, de 14 de junho de 1946, a denominação de Campo Grande foi mudada para Inhussu.

De conformidade com a Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, que outorgou nova divisão territorial ao Estado do Ceará, o município passou a denominar-se Guaraciaba do Norte e ficou assim composto: Guaraciaba do Norte (ex-Inhussu), Espinho, Croatá e Sussuanha.

O têrmo de Campo Grande foi criado por Portaria do Presidente da Província, datada de 25 de janeiro de 1883.

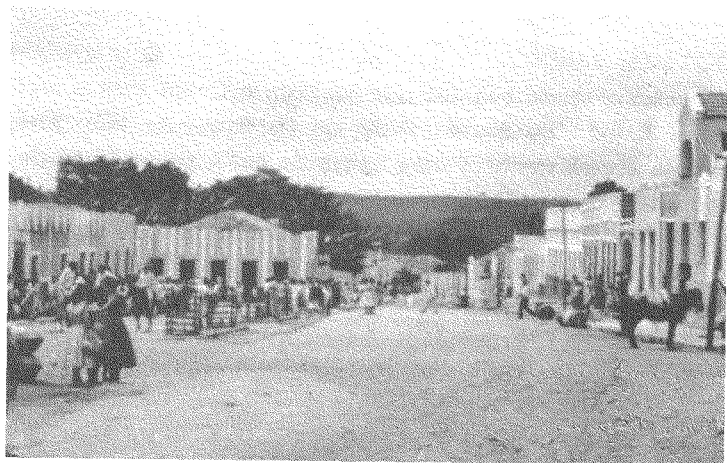
O Decreto estadual de n.º 26-A, de 8 de julho de 1890, criou a comarca de Campo Grande, desmembrando-a da jurisdição de Ipu e o Decreto de n.º 196, de 5 de junho de 1891, suprimiu-a, transformando-a em simples têrmo da comarca de Viçosa.

Igreja-Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres

A Lei estadual de n.º 2 160, de 15 de setembro de 1924, declara extinto o cargo de juiz municipal letrado neste e em outros municípios, e a de n.º 2 677, de 2 de agôsto de 1929, erige Campo Grande em têrmo de juiz togado.

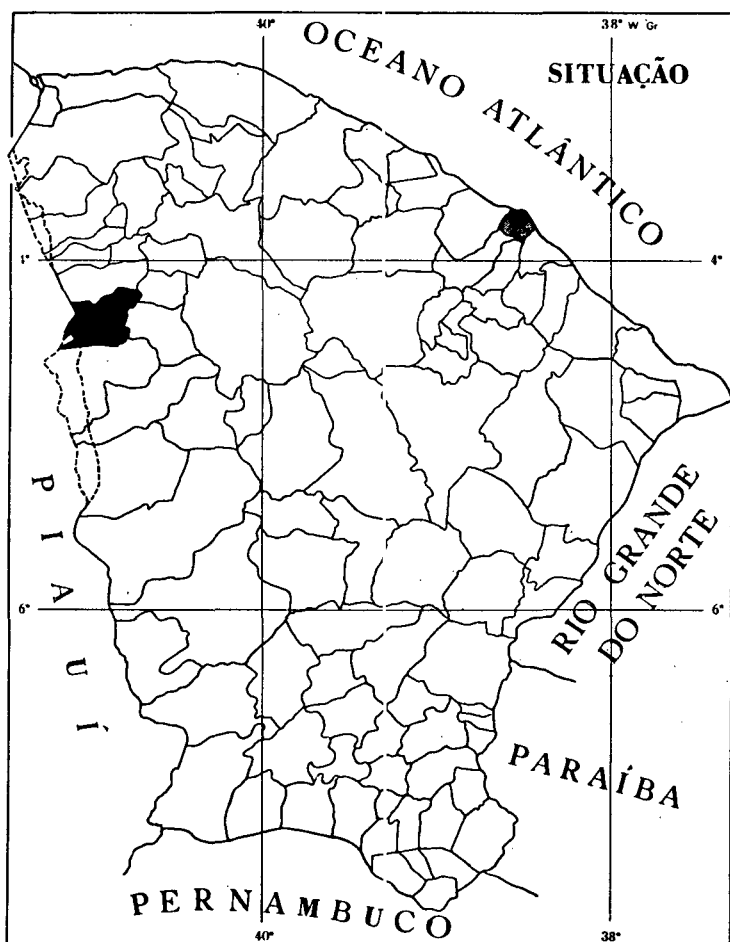
O têrmo judiciário foi transferido para a comarca do Ipu, de acôrdo com o Decreto estadual n.º 206, de 6 de junho de 1931. E, posteriormente, em 1934, pelo Decreto-lei estadual de n.º 1 271, de 29 de maio, o têrmo é anexado à comarca de São Benedito.

Com a promulgação da Constituição do Estado, datada de 23 de junho de 1947 (Art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), Campo Grande foi elevado a comarca de primeira entrância, situação confirmada pela Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948.

Fato digno de nota, ligado à história de Campo Grande, foi a famosa corrida de cavalos da qual resultou o assassinato do Juiz Antônio Ribeiro Barbosa, por capangas do célebre coronel Manuel Martins Chaves. Em presença de verdadeira multidão, disparam pelas ruas encurvadas os belos corcéis pertencentes ao juiz e ao coronel Martins Chaves. O resultado contrariou o potentado da freguesia da Serra dos Côcos, cuja influência se fazia sentir em quase tôda a Ibiapaba. Manuel Martins Chaves não se conformou e botou preço pelo cavalo do Juiz. Tinha de lhe pertencer, custasse o que custasse. O Juiz não cedeu. Deu-se então o drama sangrento, sendo o Juiz Bàrbaramente assassinado pelos capangas de Martins Chaves. O caso fêz estremecer o Govêrno da Província, àquele tempo sob a chefia de um bravo fidalgo, o coronel Luís da Mota Féo e Tôrres, que mandou instaurar rigoroso inquérito, culminando com a prisão de Martins Chaves, efetuada em Ibiapina, pelo novo Governador da Província Carlos de Oeynhaussen.

Trecho da Rua Duque de Caxias

Certa feita chega ao Campo Grande, para estabelecer residência definitiva, o conhecido e estimado padre Manuel Pacheco Pimentel, que havia sido Vigário da freguesia da Serra dos Côcos. Homem inteligente e irrequieto, tinha de mexer fôsse com que fôsse e naquela época, resolve fundar na cidadezinha um curso de preparatórios. Teve como companheiro no seu arrojado empreendimento o célebre padre Gonçalo Inácio de Loiola Mororó, que se tornaria mártir por ocasião da Confederação do Equador. O resultado do curso foi magnífico, havendo grande afluência de jovens da região, figurando dentre êles o grande Thomaz Pompeu de Souza Brasil, mais tarde uma das glórias da cultura nacional.

Nas eleições gerais de 1954 foram eleitos: Prefeito — José Bezerra de Menezes; Vereadores — Francisco Orlando Magalhães, Francisco Rodrigues Filho, Jorge Madeira Barros, José Raimundo Gomes Sobrinho, Luís Ribeiro Melo, Manuel do Nascimento Melo, Raimundo Antenor Melo, Raimundo Ribeiro de Abreu e Valdemar Rodrigues Martins.

LOCALIZAÇÃO — O município de Guaraciaba do Norte situa-se numa das 12 zonas fisiográficas em que se divide o Estado — a da Ibiapaba. Limita com o Estado do Piauí e os municípios de São Benedito, Reriutaba, Ipu e Ipueiras. A cidade dista da Capital, em linha reta, 252 quilômetros e possui as seguintes coordenadas geográficas: 4° 10' 03" de latitude Sul e 40° 19' 03" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 930 metros a altitude na sede municipal, sendo a 1.ª em ordem de altitude no Estado do Ceará.

CLIMA — O município apresenta o clima mais frio do Estado, oscilando a temperatura de 18°C — no inverno — a 26°C — no verão —, predominando a média compensada de 22° centígrados. A precipitação pluviométrica atingiu. no inverno de 1957 — 871,4 milímetros.

ÁREA — A área do município soma 1 012 km², figurando em 52.° lugar em relação às áreas das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Localizado na Cordilheira da Ibiapaba, o município não apresenta outros acidentes de importância. O seu território é constituído de terras argilosas nas serras e arenosas nos sertões. Quase todo montanhoso e pedregoso.

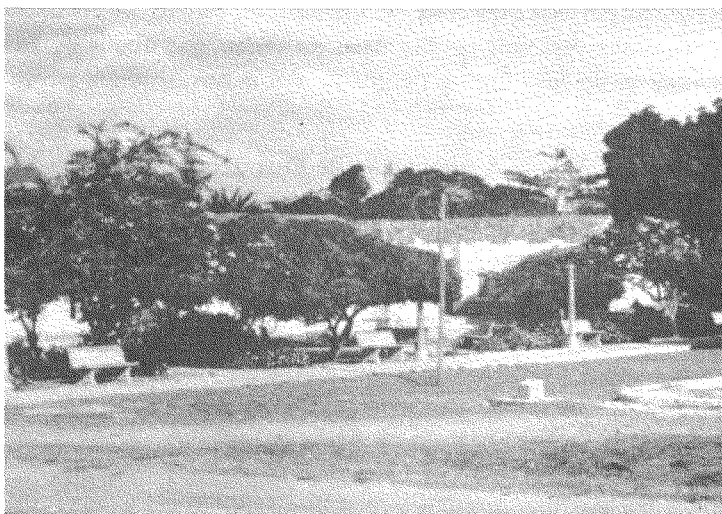
RIQUEZAS NATURAIS — Carnaubal, babaçual, caroàzal e regulares reservas de florestas de cedro, paraíba e outras madeiras de lei. Barro (argila). Pequenos animais silvestres.

POPULAÇÃO — A população de Guaraciaba do Norte, segundo o Recenseamento de 1950, era de 21 820 habitantes (10 801 homens e 11 019 mulheres). Majoritária a raça parda, com 13 373 pessoas (6 286 homens e 6 087 mulheres); brancos 8 354 (3 990 homens e 4 364 mulheres); pretos — 1 059 (514 homens e 545 mulheres); amarelos — 2 (1 homem e 1 mulher); e sem declaração — 32 (10 homens e 22 mulheres). Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 11 665 (5 604 homens e 6 061 mulheres), 4 343 eram solteiras (2 164 homens e 2 179 mulheres); casadas — 6 768 (3 337 homens e 3 431 mulheres); desquitadas — 4 (2 homens e 2 mulheres); viúvas — 535 (94 homens e 441 mulheres); e sem declaração — 15 (7 homens e 8 mulheres). Tôda a população era de nacionalidade brasileira. Predominava a religião Católica Romana com 21 770 adeptos (10 775 homens e 10 995 mulheres); protestantes — 6 (2 homens e 4 mulheres); espírita — 1 mulher; israelita — 1 homem; sem religião — 4 (2 homens e 2 mulheres); e sem declaração — 38 (21 homens e 17 mulheres). A densidade populacional era de 21,56 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 91,58% localizavam-se na zona rural, num total de 19 984 (9 932 homens e 10 052 mulheres).

Conta, atualmente, o município de Guaraciaba do Norte (estimativa da Inspetoria Regional de Estatística, para 1.° de julho de 1957), 27 073 habitantes. Relativamente ao Censo de 1950, o efetivo populacional do município cresceu de 5 253 pessoas, ou seja, de 24,07%, enquanto o Estado apresenta o aumento de 18,54%.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São 3 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Guaraciaba do Norte (ex-Inhussu), com 1 145 habitantes (527 homens e 618 mulheres); a vila de Croatá, com 424 (200 homens e 224 mulheres); e a vila de Espinho, com 267 (152 homens e 125 mulheres). Nas zonas urbanas da cidade e vilas existiam 1 242 habitantes (538 homens e 659 mulheres) e no quadro suburbano 594 pessoas (286 homens e 308 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Está na agricultura a principal fonte de riqueza do município, tendo especial relêvo as cultura da mandioca, da cana-de-açúcar, do café, do

Educandário Guaraciabense

Passeio da Praça da Matriz

milho e do feijão, produtos que, a par da fruticultura, são fundamentais à economia local.

De acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950, achavam-se concentrados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" 92,45% da população ativa do município, compreendidos como tal os habitantes de 10 anos e mais.

O Departamento Estadual de Estatística estimou a safra agrícola de 1955 em Cr$ 8 932 600,00, sobressaindo os seguintes produtos: 12 800 toneladas de mandioca-brava (Cr$ 4 480 000,00); 12 000 toneladas de cana-de-açúcar (Cr$ 1 080 000,00); 30 000 centos de abacate .... (Cr$ 900 000,00); 1 200 arrôbas de café (Cr$ 540 000,00); 19 000 cachos de banana (Cr$ 380 000,00); 3 700 sacos de 60 quilogramas de milho (Cr$ 333 000,00); 180 000 quilogramas de mamona (Cr$ 360 000,00); 2 000 sacos de 60 quilogramas de feijão (Cr$ 240 000,00); 1 300 arrôbas de fumo (Cr$ 234 000,00); 45 000 centos de mangas .... (Cr$ 180 000,00). Registraram-se pequenos cultivos de abacaxi, batata-doce, mandioca-mansa e limão.

Os excedentes agrícolas são transportados para as cidades de Ipu, Nova Russas, Crateús, Santa Quitéria, Tamboril, Reriutaba, Cariré e Fortaleza, no Ceará, que são, sem referir outras cidades do Piauí, os principais mercados compradores de Guaraciaba do Norte.

Quanto à pecuária, o significado econômico está na produção de leite e carne para consumo da população local, não se verificando exportação de gado para outros centros consumidores.

O rebanho foi estimado pelo D.E.E., em 31-XII-1955, em 27 100 cabeças (Cr$ 21 250 000,00), correspondendo a 6 200 bovinos, 1 000 eqüinos, 1 500 asininos, 1 400 muares, 7 000 suínos, 4 000 ovinos e 6 000 caprinos.

Os efetivos mais numerosos, como se pode concluir dos números supra, são os bovinos, suínos, caprinos e ovinos, o que evidencia a preferência dos criadores por essas espécies pastoris.

Foram produzidos 450 000 litros de leite .... (Cr$ 136 000,00), e 300 quilogramas de queijo ...... (Cr$ 7 800,00).

A produção extrativa não tem expressão econômica. Foram extraídos em 1955, conforme apuração do D. E. E., 3 120 quilogramas de cêra de carnaúba (Cr$ 124 800,00); 3 000 quilogramas de fibras de caroá (Cr$ 30 000,00); e 3 200 quilogramas de babaçu (Cr$ 16 000,00).

O município produz, ainda, em reduzidas proporções, barro e madeira para construção, fins industriais e domésticos.

Os aviamentos e engenhos espalhados pelo território municipal produziram em 1955, conforme elementos do D.E.E., 10 000 sacos de 60 quilogramas de farinha de mandioca (Cr$ 3 000 000,00); 15 000 quilogramas de goma (Cr$ 60 000,00); e 60 000 quilogramas de rapadura ...... (Cr$ 180 000,00). Constatou-se, ainda, a fabricação de 30 000 litros de aguardente de cana (Cr$ 225 000,00).

A produção de energia elétrica, em 1956, foi de 18 000 kWh, tôda fornecida para iluminação pública e domiciliária.

Dos 4 estabelecimentos fabris que preencheram, em 1956, os questionários do Registro Industrial, 2 se dedicavam à panificação, 1 à produção de energia elétrica e 1 à produção de carne para consumo público (matadouro), sendo que apenas um dêles era da classe dos que ocupam 5 e mais pessoas.

COMÉRCIO — Funcionam, atualmente, na sede municipal, 48 estabelecimentos comerciais varejistas, apresentando limitado movimento.

O Recenseamento Geral de 1950 dá a existência de 64 estabelecimentos comerciais, em todo o município de Guaraciaba do Norte, assim discriminados: 4 atacadistas e 52 varejistas, cujas vendas realizadas em 1949 foram avaliadas em Cr$ 711 000,00 e Cr$ 1 653 000,00, respectivamente.

O comércio local mantém transações com as praças de Ipu, Nova Russas, Crateús, Santa Quitéria, Tamboril, Reriutaba, Cariré, Fortaleza, Sobral (CE) e algumas cidades dos Estados do Maranhão, Piauí e Pernambuco.

Os principais produtos exportados são: rapadura, farinha de mandioca, fumo, cereais e frutas. Há importação de tecidos, miudezas, ferragens, arroz, bebidas, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por estradas de rodagem ligando-se a sede municipal com as comunas vizinhas e com a Capital do Estado, pelos seguintes meios de transporte: Ipu — rodoviário — 28 km; Ipueiras — misto — a) rodoviário (até Ipu) — 28 km e b) ferroviário — 27 km; Reriutaba — misto — a) rodoviário (até Ipu) — 28 km e b) ferroviário — 28 km; São Benedito — rodoviário — 28 km; Piracuruca (PI) — rodoviário — 148 km; Pedro II (PI) — rodoviário (via Ipu) — 117 km; e Capital Estadual — misto —

Hotel "Salu"

1.º — a) rodoviário (até Ipu) — 28 km e b) ferroviário — 323 km; 2.º — a) rodoviário (até Ipu) — 28 km, b) ferroviário (até Sobral) — 88 km e c) rodoviário — 235 km; 3.º — a) rodoviário (até Ipu) — 28 km, b) ferroviário (até Camocim) — 216 km e c) marítimo — 317 km.

Como meio de comunicação existe na cidade uma agência postal-telegráfica do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade é composta de 24 logradouros públicos, dos quais 4 possuem pavimentação de pedras irregulares, numa área de 3 630 metros quadrados. Há uma praça ajardinada e com piso de concreto. O Serviço de Limpeza Pública, mantido pela Prefeitura Municipal, beneficia 15 logradouros.

Existe uma pensão com diária de Cr$ 80,00. Na Prefeitura Municipal estão registrados 6 veículos motorizados (1 jipe e 5 caminhões).

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população conta apenas, neste particular, com duas farmácias, 2 dentistas e 2 farmacêuticos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — Duas Conferências Vicentinas e a Associação das Senhoras de Caridade prestam assistência moral e material às pessoas desvalidas. Há, ainda, em funcionamento, o Dispensário dos Pobres e o Círculo Operário São José, êste, com um efetivo de 175 associados.

ALFABETIZAÇÃO — Existiam no município de Guaraciaba do Norte, segundo o Recenseamento Geral de 1950, 17 800 pessoas, com 5 anos e mais. Destas, 2 540, ou seja, 14%, sabiam ler e escrever, sendo 1 432 homens e 1 108 mulheres. A sede municipal possuía 978 habitantes da mesma idade escolar, sendo 440 alfabetizados (207 homens e 233 mulheres).

Ensino — Contava o município de Guaraciaba do Norte 39 unidades escolares de ensino fundamental comum, com a matrícula inicial, em 1956, de 1 316 alunos de ambos os sexos. A taxa de matrícula, em 1950, atingiu 10,10% em Guaraciaba do Norte e 24,3%, no Estado do Ceará.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na Cidade funciona 1 cinema, o Cine São José, com 200 lugares. Não tem

Cascata do "Escorrega"

Cadeia Pública

instalação própria, funcionando, apenas, 2 vêzes por semana.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	383	336	—	606
1951.......	—	560	436	350	433
1952.......	—	641	516	117	488
1953.......	—	609	715	118	572
1954.......	—	537	741	85	738
1955.......	—	864	777	119	647
1956 (1)....	105	1 205	849	133	849

(1) Orçamento.

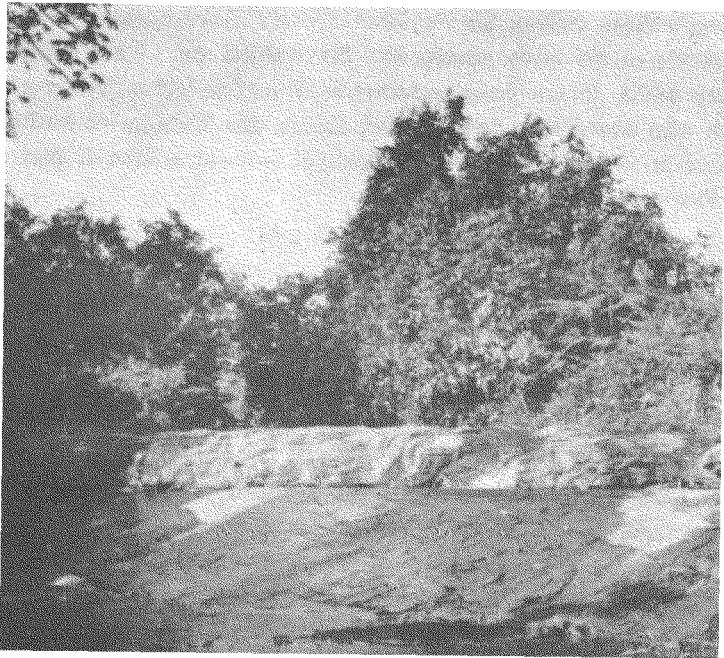
MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Há festejos de caráter religioso e também de cunho folclórico. Dos primeiros se destaca a procissão de Passos, na véspera da semana santa; Senhor Morto e Ressurreição, na semana santa; Procissão do Santíssimo, dia 20 de junho e, finalmente, encerrando tôdas as festividades, comemora-se no dia 15 de agôsto, com solene procissão, a festa da Excelsa Padroeira, Nossa Senhora dos Prazeres.

Na parte folclórica, se destaca a Festa do Chitão, o Reisado e a Festa de São Gonçalo.

A princípio, as comemorações denominadas "Festa do Chitão", eram feitas de modalidade tìpicamente matuta. Atualmente estão modernizadas, tornando-se uma festa de gala. São realizadas no mês de junho.

O "Reisado", realizado de 1.º a 6 de janeiro, é uma brincadeira tradicional no município. Geralmente, é composta de 6 a 7 elementos masculinos fantasiados, que executam sapateados e cantos, recitando trovas em redor de um "boi". Êste é uma figura com cabeça de boi e armação de madeira fingindo o corpo do animal, sendo que os movimentos são executados por uma pessoa que, disfarçadamente, se coloca por dentro da armação coberta por uma empanada. As festas são divididas em "noitários" entre as principais famílias que remuneram os seus executores, auxiliados pelos demais espectadores da brincadeira.

A festa de São Gonçalo comumente é realizada por pessoas que fazem promessas a êsse milagroso santo e comemo-

ram com participação de inúmeras outras pessoas com cantos e danças ao redor da imagem. Há um marcador especializado nesses festejos.

VULTOS ILUSTRES — Guaraciaba do Norte é berço de filhos ilustres. No município nasceram, entre outros, os *Memórias*, pessoas de fina educação e que brilharam nas letras e na política do Ceará e do Brasil. *Cônego Francisco de Assis Memória* — Pertenceu de início às dioceses do Pará, Piauí e Maranhão. Desde 1920 se transferiu para a Capital Federal, onde é Cônego prebendado da Insigne Colezinha de São Pedro. Jornalista, escritor e orador sacro consumado. *Desembargador Francisco de Oliveira Memória* — Foi um magistrado de longa carreira judiciária, Secretário de Estado e Chefe de Polícia, no Estado do Ceará. *Monsenhor João Alfredo Furtado* — Após paroquiar Santa Quitéria e Pacoti, curou também a Sé de Fortaleza e foi Vigário-Geral da Arquidiocese. Orador Sacro muito aplaudido. Lecionou interinamente no Liceu, Escola Normal e Colégio Militar. Sacerdote estimadíssimo de quantos o conheciam, sua morte causou grande consternação. *João Miguel da Fonseca Lobo*. — — Dedicado aos estudos filosóficos e científicos, deixou várias obras, inclusive uma sôbre a lei da relatividade, publicada 20 anos antes das divulgações do cientista Einstein.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município de Guaraciaba do Norte situado sôbre a Cordilheira da Ibiapaba, possui um clima aconselhável à cura de certas moléstias, como tuberculose e doenças dos rins. É muito procurado.

Com o orago de Nossa Senhora dos Prazeres, a sua Paróquia, fundada no ano de 1879, é subordinada à Diocese de Sobral. Possui 9 associações religiosas, 5 templos, destacando-se a Igreja-Matriz.

Em 1954 havia 4 595 eleitores inscritos, dos quais 3 141 votaram nas eleições gerais daquele ano.

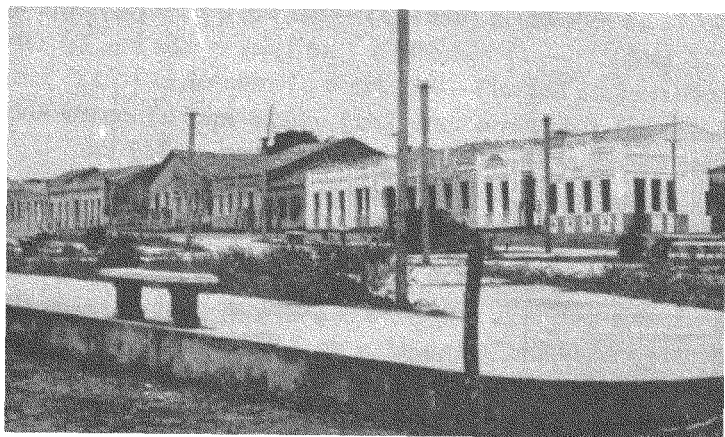
Guaraciaba significa, segundo Teodoro Sampaio, "os cabelos ou raios do sol; o cabelo louro". Equivale, diz o mesmo tupinólogo, ao nome de mulher: Laura. É alteração de *guaracy* — *εba*, de *guaracy* o sol, e *aba*, cabelos.

IBIAPINA — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O território que compõe o município de Ibiapina foi outrora notável reduto e aldeia do Diabo Grande, chefe da poderosa nação tabajara, senhora de vastos domínios que se estendiam no cimo da Serra Grande. Pertencia à Capitania do Piauí em 1718, passando à jurisdição do Ceará em 1741.

Sua história principia nos meados do ano de 1820, quando já se erguia tôsca capelinha de taipa, sob a invocação de São Pedro, em tôrno da qual se agrupava pouco mais de uma dezena de casebres.

Fatos importantes se desenrolaram no território de Ibiapina. Em 1603, Pero Coelho de Sousa, português de fina estirpe, filho dos Açôres, depois de galardoado com alto patente, vem perlustrar a terra bravia do Ceará Grande e, não resistindo à tentação de subir à Serra da Ibiapaba, tida e havida como a terra da Promissão, apresentando tropa va-

Praça Coronel Alves Soares

lente e aguerrida, veio ter a Ibiapina, passando pela Aldeia de Irapuan, provàvelmente Viçosa. Tôda a Serra da Ibiapaba era então dominada por dois temíveis chefes indígenas: o citado Diabo Grande e Mel Redondo.

Os primeiros combates, nos quais sobressaía a figura dominadora de Martim Soares Moreno, foram travados contra Mel Redondo. Buscando o alto da serra, Pero Coelho trava combate ferrenho contra Diabo Grande, cuja aldeia estava localizada exatamente onde hoje se ergue a cidade de Ibiapina. Foi, assim, Pero Coelho de Sousa quem primeiro dominou a Ibiapaba.

Outra missão se segue, agora, sob a unção da paz e do apostolado. Partindo de Pernambuco, os padres Luís Figueira e Francisco Pinto rumaram para a serra da Ibiapaba, onde tiveram o primeiro contacto com Irapuan, partindo daí, depois de quinze dias, para a aldeia do Diabo Grande, conduzidos por Diabo Ligeiro, irmão daquele grande chefe, onde se demoraram vários meses. Os missionários conseguiram dominar os índios, levantar capela, fundar escolas e pacificar os mais exaltados. Dessa aldeia partiram os missionários a 17 de outubro de 1607, com destino ao Maranhão, mas, atendendo a pedido de alguns silvícolas que precisavam fazer uma roça, ficaram mais algum tempo, vindo a ter notícia de que a tribo dos Tocarijus, inimigos rancorosos dos Tabajaras, preparava-lhes um assalto. Por isso a peregrinação ao Maranhão foi cancelada. Em seguida os Jesuítas expediram cartas ao Provincial e ao Governador cientificando-os da nova resolução. Na manhã de 11 de janeiro de 1608, foram inopinadamente atacados pelos Tacarijus, e, não obstante a heróica resistência dos Tabajaras, muitos sucumbiram e — fato deplorável — entre êles o padre Francisco Pinto.

O padre Figueira — escapando à cruel matança — cheio de pesar e terror, transportou o corpo desnudo — porque roubaram as vestes do seu desventurado companheiro — para lugar seguro, sepultando-o nas proximidades da atual cidade de Ubajara, junto à gruta do mesmo nome, e, despedindo-se do Chefe Diabo Grande, partiu para os domínios de Cobra-Azul, no litoral.

A Missão dos Jesuítas foi o ponto de partida para a fundação da futura vila de Ibiapina, pôsto que diante de lutas constantes, extinguindo-se e renascendo, consolidou-se o domínio e a pacificação dos naturais, resultando na definitiva edificação do arruado de 1820. Neste ano — fato interessante — fazia-se necessário ouvir a "Voz de Deus", isto é,

Prefeitura Municipal

o templo precisava de um sino para chamar os fiéis aos atos religiosos. Foi quando surgiu o estrangeiro Manoel da Costa Rezende que fundiu, magnificamente, o precioso objeto.

Luís José de Miranda, patenteado com as dragonas de capitão, para a defesa da cidadela, comandava quase dois mil índios civilizados. Aos domingos era intensa a agitação no pequeno lugarejo de Ibiapina quando se preparava o desfile da indiada, tôda armada de arco e flecha e apta a entrar em combate contra qualquer de seus inimigos.

Os balaios, chefiados por Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, vulgo "Balaio", derrotados no Maranhão por Luís Alves de Lima e Silva, passaram-se para a Província do Piauí em demanda do Ceará, aquartelando-se no lugar Freicheiras (Piauí), donde ameaçaram as localidades da Província do Ceará, situadas na fronteira.

O Presidente do Ceará, Dr. Francisco de Sousa Martins, depois de dirigir vibrante proclamação a tôdas as vilas, fêz seguir com destino à zona conflagrada uma expedição sob o comando do major Joaquim da Rocha Moreira, acompanhado de 80 praças aos quais se juntou um contingente em Sobral. Sousa Martins tomou a resolução de enviar outra expedição, por julgar impotente a anterior. Constituído de fôrça de primeira linha, foi organizado um batalhão provisório composto de 6 companhias de caçadores, sob o comando do tenente-coronel Francisco Xavier Tôrres. O Presidente Sousa Martins decidiu partir à frente dessa fôrça, a 1.º de maio de 1839, seguindo para Sobral, onde se demorou por algum tempo com o fim de conseguir a reunião das tropas por êle mandadas organizar, o que correspondia ao efetivo de 400 praças e 13 oficiais. Depois de alguns combates das tropas cearenses, combinadas as das províncias do Piauí e Maranhão, os balaios se apoderaram de São Pedro de Ibiapina, a 1.º de julho de 1840, mas, enfrentados pelas fôrças de Xavier Tôrres e do major Joaquim da Rocha Moreira, foram destroçados, deixando a fazenda Buriti onde se encontravam entrincheirados.

À luta travada em São Pedro do Ibiapina seguiram-se outras, dentre elas a de Freicheiras, a 15 de julho, em que os revoltosos perderam mais de 200 homens. Atacados nos seus próprios domínios, os balaios bateram em retirada; as fôrças retornaram aos seus quartéis e o Presidente Sousa Martins, vendo completada a sua missão em Sobral, regressou à Capital.

A povoação de São Pedro de Ibiapina, em 1833, era transformada em distrito de paz, sendo nomeado seu primeiro juiz de paz, Antônio Coelho Pinto de Albuquerque e primeiro escrivão, Francisco Xavier Coutinho.

A Lei provincial n.º 1 773, de 23 de novembro de 1878, que criou o município, elevou a povoação de São Pedro de Ibiapina à categoria de vila, com a denominação simplificada para Ibiapina, no govêrno do Dr. José Júlio de Albuquerque Barros. Sua instalação ocorreu a 1.º de julho do ano seguinte, em solenidade dirigida pelo vice-Presidente da Câmara de São Benedito da Ibiapina, capitão Joel Zeferino de O. Freire. A Câmara compunha-se, então, do coronel Miguel Soares e Silva (Presidente), João Ferreira de Lima, tenente José Gomes Ferreira Tôrres, Alexandre Antônio de Carvalho, Clementino Correia Jardim, Manoel Rodrigues e Joaquim Francisco de Sousa, secretariada por José Artur da Frota.

A mesma lei que instituiu o município criou o têrmo judiciário de Ibiapina. Em 30 de março de 1881 realizou-se a primeira reunião do Juri.

A 6 de julho dêsse ano, Ibiapina assistiu a famoso e interessante júri, em sua segunda reunião sob a Presidência do Dr. José Gomes da Frota, Juiz de Direito de Viçosa, a cuja Comarca pertencia o têrmo de Ibiapina. Para forma-

Rua principal da cidade

Agência Municipal de Estatística

ção do Conselho de Jurados o trabalho foi estafante, pois ninguém queria meter-se em encrencas e naquela ocasião seriam julgados os famigerados criminosos que, em Tabatinga, lugarejo de Viçosa, assassinaram e cremaram várias mulheres e crianças, crime que abalou todo o Império. A sessão durou seis dias e seis noites ininterruptos e foram distribuídos aos jurados nada menos de 2 198 quesitos! Os criminosos, apelidados de Juritis, foram condenados às galés perpétuas.

Extinto o município em 1931, foi o mesmo restaurado aos 4 de dezembro de 1933, na Interventoria Federal do capitão Roberto Carneiro de Mendonça.

O Decreto n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, que fixou a divisão territorial e administrativa do Estado, elevou a vila à categoria de cidade.

A paróquia foi criada aos 9 de agôsto de 1882 e canônicamente erigida em 20 de janeiro de 1883, com território desmembrado da freguesia de São Benedito.

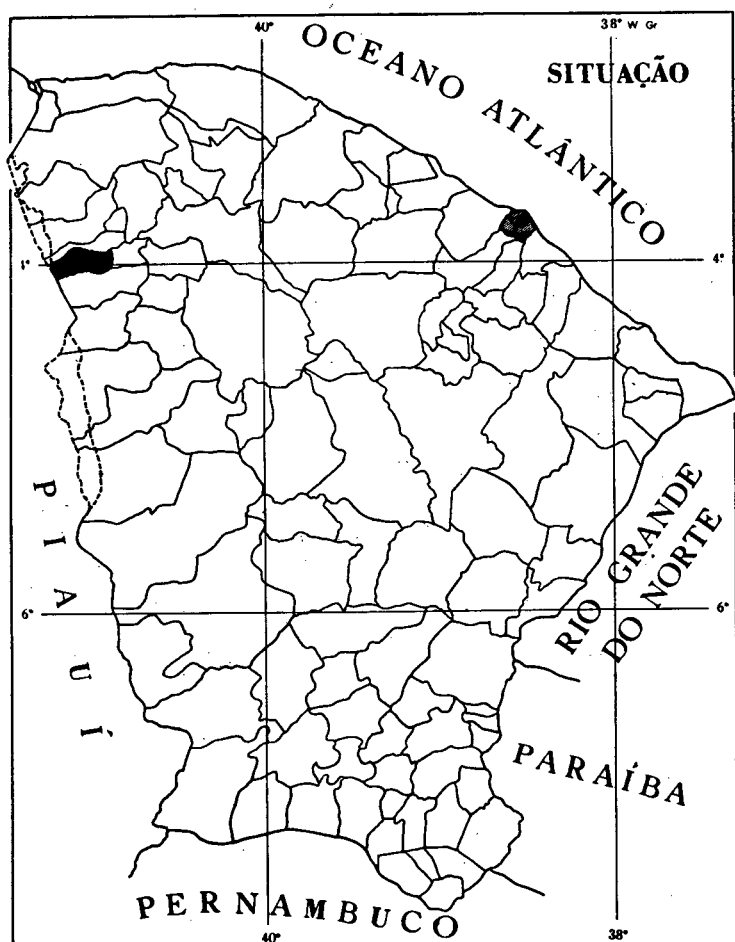
A igreja-matriz atual ergue-se no mesmo local onde, antigamente, os jesuítas haviam construído a sua capela. Em 1878 passou por grande reforma e o custeio das obras foi feito por socorro público. A figura mais expressiva do vicariato local foi, sem dúvida, a do Monsenhor Antônio Cândido de Melo, que prestou relevantes serviços à comunidade de Ibiapina.

A Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, que instituiu nova divisão territorial e administrativa do Ceará, apresenta o município de Ibiapina com a seguinte composição: Ibiapina, Santo Antônio da Pindoba (antigo Murereíba) e Mucambo.

Lei posterior, de 1953, elevou Mucambo à categoria de município com território desmembrado do município de Ibiapina.

De conformidade com o art. 22, do Ato das Disposições Transitórias, da Constituição do Estado, promulgada aos 23 de junho de 1947, Ibiapina é cabeça de comarca de primeira entrância, situação esta confirmada pela Lei de n.º 213, de 9 de junho de 1948.

Nas eleições realizadas a 3 de outubro de 1954, foram eleitos: Prefeito — Francisco José Soares. Vereadores — José Avelino Portela, Juvêncio Mendes da Rocha, José Romão do Nascimento, Eulálio Ferreira de Almeida, Manuel Alves Pereira, Pedro Aragão Ximenes e Luís Carvalho Pontes.

LOCALIZAÇÃO — Num Estado que faz parte do Polígono das Sêcas, o município está situado, fisiogràficamente, na Zona da Ibiapina, sôbre cuja serra se estende em grande parte, em terreno ubérrimo. Limita com o Estado do Piauí, no lado que se estende pelo sertão, e com os municípios de Ubajara, São Benedito e Mucambo. A cidade dista da Capital, em linha reta, 263 quilômetros e possui as seguintes coordenadas geográficas: 3° 55' 04" de latitudes Sul e 40° 53' 22" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 885 metros, acima do nível do mar, na sede municipal.

CLIMA — Fresco e agradável. A temperatura oscila de 17 a 27 graus, com a maior freqüência em 25° centígrados. Ocorrem precipitações pluviométricas da ordem de 1 618 milímetros.

ÁREA — Mede 481 quilômetros quadrados, figurando no 85.º lugar em relação à área das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Além da Serra da Ibiapaba, em cujo cimo se localiza a sede municipal, são principais elevações as serras Nazaré e Pindoba. A bacia hidrográfica é representada pelo rio Pejuaba e o riacho Jaburu. O território, em geral, apresenta-se mais montanhoso que plano.

RIQUEZAS NATURAIS — Pedra-rocha para construção é a única riqueza mineral explorada. As principais riquezas vegetais são carnaubais e babaçuais. E as riquezas animais são representadas por abelhas e pequenos animais silvestres.

POPULAÇÃO — A população de Ibiapina, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 18 390 habitantes (9 077 homens e 9 312 mulheres), sendo: brancos — 8 429 (4 096 homens e 4 333 mulheres); pretos — 445 (231 homens e 214 mulheres); pardos — 9 512 (4 750 homens e 4 762 mulheres); e sem declaração — 4 (1 homem e 3 mulheres). Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 10 040 (4 864 homens e 5 176 mulheres), 3 967 eram solteiras, sendo 2 014 homens e 1 953 mulheres; casadas — 5 482 (2 720 homens e 2 762 mulheres); desquitada — 1 mulher; viúvas — 572 (122 homens e 450 mulheres); e sem declaração — 18 (8 homens e 10 mulheres). Exceto 2 sem declaração (1 homens e 1 mulher), tôda a população era de nacionalidade brasileira, em número de 18 388 (9 077 homens e 9 311 mulheres). Em religião, predominavam os católicos romanos, em número de 18 353 (9 064 homens e 9 289 mulheres); protestante — 1 mulher; sem religião — 16 (6 homens e 10 mulheres); e sem declaração — 20 (8 homens e 12 mulheres). A densidade era de 29,75 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 84,94% localizavam-se na zona rural, num total de 15 622 (7 770 homens e 7 852 mulheres).

O efetivo da população do município de Ibiapina, segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística para 1.º de julho de 1957, é de 11 699 habitantes, do que se pôde concluir ser de 881 pessoas o aumento nos últimos sete anos,

Educandário Municipal

Igreja de São Francisco

correspondente a 8,14%, quota aliás inferior à do Estado que nesse mesmo período era de 18,54%.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Eram 3 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Ibiapina, com 1 170 habitantes (530 homens e 640 mulheres); a vila de Mucambo, com 1 501 (728 homens e 773 mulheres); e a vila de Murereíba, com 97 (50 homens e 47 mulheres). No quadro urbano da cidade e vilas, existiam 1 734 habitantes (801 homens e 933 mulheres) e no suburbano, 1 034 (507 homens e 527 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — É a agricultura a maior fonte de riqueza de Ibiapina, tendo relêvo as culturas do café, cana-de-açúcar, mandioca, milho, feijão e fumo, em comum com a fruticultura.

O Recenseamento Geral de 1950 apurou que 90,62% das pessoas ativas, isto é, de 10 e mais anos, eram ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

A safra agrícola de 1955 foi estimada pelo Departamento Estadual de Estatística em Cr$ 10 747 000,00, sobressaindo os seguintes produtos: 12 800 arrôbas de café ...... (Cr$ 4 480 000,00); 9 000 toneladas de cana-de-açúcar ... (Cr$ 1 395 000,00); 2 520 toneladas de mandioca-brava (Cr$ 1 092 000,00); 5 000 sacos de 60 quilogramas de milho (Cr$ 600 000,00); 2 100 sacos de 60 quilogramas de feijão (Cr$ 441 000,00); 3 000 arrôbas de fumo .... (Cr$ 360 000,00); 64 500 centos de manga — .... (Cr$ 1 290 000,00); 40 500 cachos de banana .... (Cr$ 486 000,00); e 9 000 centos de laranja .... (Cr$ 180 000,00). Constatou-se a produção ainda de pequenos cultivos de arroz, batata-doce, batata-inglêsa e tangerina.

Os excedentes agrícolas são transportados para Fortaleza, Sobral e Cariré, no Ceará, e Teresina, no Piauí, principais mercados compradores do município.

A pecuária não tem expressão econômica; conforme estimou o D.E.E., em 31-XII-55, o rebanho não atingia 4 000 cabeças, entre bovinos, eqüinos, asininos, muares, suínos, ovinos e caprinos, avaliado em Cr$ 3 165 250,00.

A produção extrativa é igualmente sem significado econômico, estimando-se a colheita para o ano de 1956, em Cr$ 405 580,00, destacando-se a cêra de carnaúba (4 600 quilogramas — Cr$ 184 000,00) e babaçu (28 500 quilogramas — Cr$ 206 400,00). Verificou-se reduzida extração

Rua do Comércio

de pedras para construção, peles de animais silvestres, mel e cêra de abelhas.

Ibiapina produziu em 1955, em seus diversos aviamentos e engenhos, 12 000 sacos de 60 quilogramas de farinha de mandioca (Cr$ 2 520 000,00); 6 500 quilogramas de goma (Cr$ 32 500,00); e 480 000 quilogramas de rapadura (Cr$ 1 920 000,00) e 28 876 litros de aguardente .... (Cr$ 202 000,00).

A produção de energia elétrica foi de 16 312 kWh, em 1956, consumidos na iluminação pública (8 000) e domiciliária (8 312).

Dos 7 estabelecimentos fabris existentes em 1956, 2 se dedicavam à panificação, 1 à fabricação de calçados em geral, 1 à de aguardente, 1 à de rapadura, 1 à produção de energia elétrica e 1 à matança de gado para consumo público, nenhum dos quais chegando a ocupar 5 pessoas.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem, na sede municipal, 51 casas comerciais; 1 explora o ramo atacadista e 50 o varejista.

Segundo o Censo Comercial de 1950, havia em todo o município, 107 estabelecimentos varejistas e 3 atacadistas. Em 1949, as vendas realizadas no comércio varejista e atacadista atingiram 39 593 e 1 261 milhões de cruzeiros, respectivamente.

O comércio local mantém transações com as praças de Sobral, Fortaleza, Recife e Teresina.

A cidade de Ibiapina importa tecidos em geral, ferragens, miudezas e produtos farmacêuticos.

Dentre os produtos exportados, embora em pequena escala, destacam-se rapadura, aguardente, batata-inglêsa e diversos tipos de frutas.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade liga-se com a Capital e com os municípios vizinhos, pelos seguintes meios de transporte: São Benedito: rodoviário (13 km); Ubajara: rodoviário (9 km); Mucambo: a cavalo (25 km); Piracuruca (PI): rodoviário (117 km); Capital do Estado: rodoviário (361 km) misto: até Sobral, rodoviário (119 km); ferroviário (RVC) 235 km.

Há uma agência de comunicações postais-telegráficas do Departamento Regional dos Correios e Telégrafos para atender à população local, no tocante ao intercâmbio sócio-comercial com outros centros populosos.

ASPECTOS URBANOS — Pelos 25 logradouros existentes na cidade de Ibiapina, distribuem-se 346 prédios entre os quais 252 são utilizados como residências; em 12 logradouros há pavimentação, sendo 7 inteiramente pavimentados e 5 com pavimentação parcial; a área calçada (com pedras irregulares), é de 9 476 metros quadrados; 2 logradouros são arborizados, 1 ajardinado e 1 tem, simultâneamente, arborização e ajardinamento.

As vias públicas são conservadas limpas, mantendo a municipalidade 2 operários no serviço de limpeza e remoção do lixo.

A cidade é servida de iluminação pública, por meio de rêde elétrica, havendo 196 ligações particulares.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada por duas farmácias, um farmacêutico e um dentista.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Esta assistência é prestada por 4 conferências vicentinas, do culto Católico Romano e pelo Círculo Operário São José, contando êste com um efetivo de 295 associados.

ALFABETIZAÇÃO — A população de Ibiapina, de 5 anos e mais, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 15 121 habitantes, sendo que 3 251, ou 21%, sabiam ler e escrever (1 845 homens e 1 406 mulheres). Na sede municipal residiam 979 pessoas com a mesma idade escolar. Dêste total, 521 eram alfabetizadas (240 homens e 281 mulheres).

Igreja-Matriz de São Pedro

Ensino — Em 1956, o município de Ibiapina contava com 25 unidades escolares de ensino fundamental comum, com a matrícula inicial de 697 alunos de ambos os sexos. Foi de 22% a taxa de matrícula de 1950 em Ibiapina, e no Estado do Ceará, 24,3%.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Na cidade edita-se o periódico "Tribuna da Ibiapaba", órgão noticioso de caráter geral, escrito em português e de circulação mensal.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	...	333	367	80	174
1951.......	...	407	411	88	362
1952.......	...	410	777	74	435
1953.......	...	451	794	75	795
1954.......	...	412	639	75	611
1955.......	...	573	621	44	483
1956 (1)....	154	1 082	717	46	717

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As festas religiosas que mais se destacam são a do Padroeiro, São Pedro, que se inicia a 20 e termina no dia 29 de junho com missa solene e procissão; e a de São Francisco, iniciada em 25 de setembro e encerrada a 4 de outubro, as quais decorrem com grande animação e movimento de todo o povo de Ibiapina.

VULTOS ILUSTRES — *Coronel Miguel Soares e Silva* — Chefe político de largo prestígio, foi deputado provincial e estadual. *Coronel Álvaro Soares* — Político também de grande valor, foi deputado provincial. *Cônego Alfredo Soares da Silva* — Inteligente investigador de assuntos científicos e Diretor da revista "Brasil Social", no Rio de Janeiro. *Dr. Carlos Sudá de Andrade* — Médico talentoso e jornalista no Rio. *Pedro Ferreira* — Dedicado cultor das coisas da história cearense e autor de vários trabalhos sôbre o assunto, inclusive o "Dicionário da Ibiapaba", de muita utilidade.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município é sede da Paróquia de São Pedro pertencente à Diocese de Sobral.

Um volume de água que se eleva a 2 521 800 metros cúbicos se armazena no município de Ibiapina.

Praça Municipal

Mercado Público

Ibiapina é sede de comarca de 1.ª entrância e constitui a 73.ª Zona Eleitoral, em que se inscreveram 4 107 eleitores, dos quais 1 669 exerceram em 1954 o direito de voto.

Ibiapinenses é o gentílico dos habitantes do município.

Ibiapina, segundo José de Alencar, "Iracema", Notas, é oriundo de *ibi*, terra e *apina*, tosquear: — "terra tosqueada". Para outros, compõe-se de *ibi*, terra, e *apina*, limpa, despida de vegetação. (Barão de Studart, Rev. do Inst. do Ceará, vol. 38, página 122).

Dizia-se também Baiapina, corrutela por certo da palavra Ibiapina.

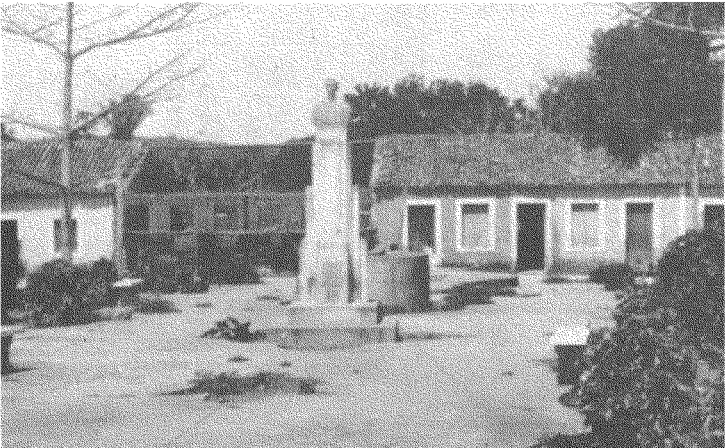
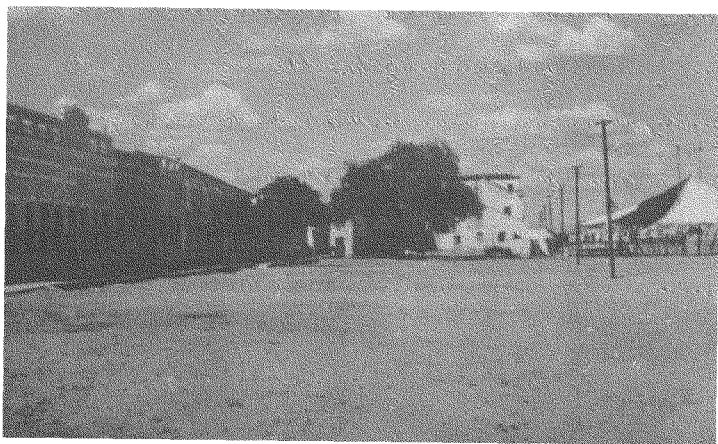
Estão certas as interpretações de Alencar e de Studart — segundo Pompeu Sobrinho. *Yby* deu *ibi*, terra, chão, solo. *Apina* é particípio nominal do verbo *Apin*, pelar, tosquear, limpar, aplainar.

ICÓ — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Ao limiar do século XVIII, entre 1700 e 1710, eram profundas e amargas as divergências entre os colonos e os indígenas, principalmente às margens das ribeiras dos grandes rios do Ceará colonial. Como era natural, o gentio se opunha ao desbravador. ao pioneiro, fazendo-lhe guerra constante e tremenda.

Das proximidades da serra do Pereiro aos vastos sertões do Cedro se estende famosa planície, fértil e apropriada ao labor agrícola, dada a excelência de suas terras. Formada de camadas aluvionais, amplia-se, em pleno sertão, numa extensão de vinte quilômetros por dez de largura. Êste foi o local escolhido pelo então capitão-mor Gabriel da Silva Lago, para erguer uma paliçada que defenderia os moradores da ribeira do rio Salgado e que, mais tarde, seria transformada em Arraial Novo e, posteriormente, depois de lutas memoráveis, na cidade do Icó, sede do município de mesmo nome e centro comercial de grande importância.

O padre João Matos Serra, ligado à história da colonização cearense, foi uma das figuras exponenciais na formação histórica do Icó, por isso que, como prefeito das Missões, coube-lhe, numa obra gigantesca, pacificar os ânimos e restabelecer a concórdia entre sesmeiros, colonizado-

Avenida Nogueira Acioli

res, agregados e a indiada, todos sob a proteção de Nossa Senhora do Ó, padroeira do pequeno Arraial.

Das lutas que celebrizaram a vasta planície, cumpre ressaltar a dos Montes e Feitosas, famílias numerosas, que desfrutavam imenso prestígio na época e que dominaram a ferro e fogo vastas regiões.

Os Montes residiam nas cercanias do Icó e os Feitosas faziam moradia para as bandas dos sertões dos Inhamuns. Numa das lutas registradas nas proximidades do Icó, Francisco Monte perdeu uma filha. A espôsa do bravo coronel sertanejo ficou penalizada em ver sua filha sepultada em pleno campo. Fêz então doação de meia légua de terra e mandou erigir uma capelinha sob a invocação de Nossa Senhora da Expectação, a mesma que, anos mais tarde, seria sede da matriz da freguesia, criada aos 6 de abril de 1764.

Cessadas as lutas iniciais, conquistada e dominada a terra bravia, de logo prosperou o novo Arraial, vendo-se aumentar a sua população da noite para o dia, visto como a região se prestava, admiràvelmente, para a instalação de um grande núcleo comercial, capaz de abastecer a vastidão dos sertões que demoravam sob a sua influência.

Efetivamente, a evolução do Icó se processou de maneira rápida e impressionante, tendo-se em vista os fatos ali verificados ao correr de mais de um século.

A Ordem Régia de 17 de outubro de 1735 erigiu o povoado em vila, mediante proposta do Governador de Pernambuco, datada de 16 de janeiro de 1735. A solene instalação deu-se aos 4 de maio de 1738.

A freguesia, como ficou dito anteriormente, foi criada aos 6 de abril de 1764, com sede na Vila do Icó.

Em 1742, tomou posse o primeiro capitão-mor de ordenanças do Icó, que foi Bento da Silva e Oliveira.

Ao tempo da República do Equador, em 1824, revolução que encheu de fatos memoráveis as páginas da história do Ceará, o Icó tomou parte saliente nos acontecimentos e se distinguiu como terra de gente brava e valorosa, de grande ardor cívico e patriótico. Terra onde viviam muitos portuguêses e imperialistas, foi teatro de lutas que tingiram de sangue as ruas da cidade.

Aos 11 de julho de 1824, a Câmara, em agitada sessão, recusou obediência à constituição. No mesmo dia, as mulheres do Icó dirigiram uma bela conclamação ao povo do Ceará, que está inscrita no n.º 15 do jornal "Diário do Govêrno do Ceará", único que se publicava, então, na Província.

Aos 25 de outubro é jurada a Constituição, ato que seria seguido de tremenda perseguição aos partidários de Tristão Gonçalves. Instala-se, então, um Govêrno Provisório do qual faziam parte: Presidente, Vigário Felipe Benício Mariz; Secretário, o padre Manuel Felipe Gonçalves; Comandante d'Armas, Amorim e Vogais João de Araújo Chaves, Henrique Luís Pedro de Almeida e João André Teixeira Mendes. Teve êste govêrno vida efêmera.

A Lei n.º 244, de 25 de outubro de 1842, elevou a vila à categoria de Cidade, instalada, solenemente, com grandes festas.

Aos 25 de março de 1883, por entre grande alegria da população local foram libertados os escravos ao som de belo "Te Deum" mandado celebrar em praça pública pelo Vigário, fato que tornou Icó conhecido e admirado em todo o Brasil.

Um dos eventos mais curiosos da vida de Icó foi o combate ali registrado ao tempo da abdicação de D. Pedro. O padre Antônio Manuel de Sousa, conseguiu aliciar cêrca de 5 000 homens e juntou-se às tropas de Joaquim Pinto Madeira que fazia parte do partido restaurador e que dominara o Crato. Aprestavam-se os dois grandes chefes para a tomada da capital da Província, que tinha como Presidente Francisco Xavier Tôrres. Uma destas colunas veio ter a Icó, sob as ordens do Padre conhecido por "Benze Cacete", pois gostava de benzer as suas tropas antes da luta. Houve renhida luta e morreu gente a valer em plena rua de Icó.

Núcleo dominado por fina nobreza, donde sobressaíam barões e viscondes, Icó tem notável tradição religiosa que

Teatro Municipal

bem se retrata na beleza das suas velhas e tradicionais Igrejas, verdadeiras obras-primas de arte e de bom gôsto.

As cerimônias religiosas, que se realizavam com grande pompa, contavam com a presença de famílias distintas que procediam até mesmo do Recife. Daí inúmeras famílias, como princípio sagrado e de bom proceder, terem em seu seio, pelo menos um clérigo. Vários foram os padres de Icó que se destacaram nas letras e na política do Ceará. Valem ressaltados os Monsenhores Francisco Ferreira Antero, Francisco Rodrigues Monteiro, José Ferreira Antero, Raimundo Hermes Monteiro e padres João Manuel de Almendra, João Bandeira e Teodulfo Franco Pinto.

Dona Joana Joaquina do Amor Divino, maior expressão do fervor católico do povo de Icó, teve os seguintes clérigos em sua família: 2 filhos, 3 netos, 2 bisnetos, 3 trinetos, 5 tetranetos e 1 pentaneto.

No que tange à formação cívica de Icó, esta cidade foi onde mais se acentuou, no Ceará, o sentimento nativista contra o domínio português. Sede de grande comércio, com formas importantes, cujos negócios se estendiam por imensos sertões, tudo nas mãos de portuguêses ricaços, de alta linhagem, viu Icó nascer a reação contra a liderança de gente de outras terras.

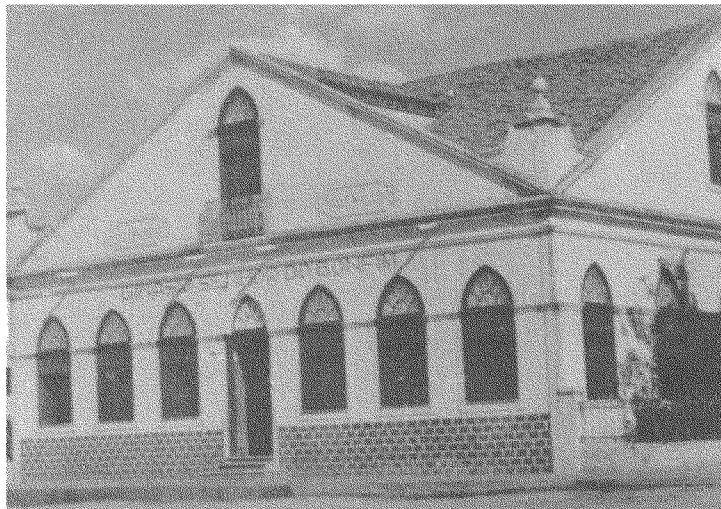
São filhos de Icó, entre outros, os generais Antônio Bernardo de Figueiredo, Antônio Carlos da Silva Piragibe, Joaquim da Costa Matos e José Pinto Coelho de Albuquerque.

A cidade de Icó bem merece o título honroso de "Monumento Nacional" que é conferido às cidades históricas do Brasil, dadas as obras de arte colonial que demoram nas ruas largas e praças imensas da urbe. Igrejas antigas, sobradões, teatro, Casa da Câmara, Casa da Pólvora e outros tantos marcos centenários que atestam sobejamente o esplendor de uma era faustosa.

Nas suas ricas residências ainda se encontram bem trabalhadas mobílias raríssimas, de puro jacarandá, porta-chapéus interessantes e raros, relógios fabricados especialmente para barões e viscondes, estatuetas de bronze e de fino mármore, enfim mil objetos da era colonial que atestam bom gôsto e riqueza de uma quadra distante.

O botânico inglês George Gardner, que viajou pelo interior do Ceará colonial entre 1838 e 1839, deixou impressas as suas observações sôbre o que era o empório comercial de Icó naqueles idos.

Sendo o terceiro município do Ceará, em ordem cronológica, Icó logo progrediu tendo-se em vista que demo-

Trecho da Rua Pedro II

Ginásio Senhor do Bonfim

rava entre a capital da província e Crato, cidade que dominava o Cariri. Disse Gardner que o comércio de Icó se desenvolvia na Rua Grande, logradouro principal onde se levantavam sobradões e igrejas suntuosas.

Comerciantes vinham do Recife e de Olinda se estabelecer na praça e mantinham negócios com o Cariri, sertões dos Inhamuns e o Piauí.

Afirmou, o ilustre escritor inglês, que na época de sua visita, floresciam a sociedade e a política locais, que conquistaram para o Icó a primazia de ser a "Princesa dos Sertões". Ruas apinhadas de gente, Casa da Câmara em sessões agitadíssimas, Tropa de Linha aquartelada, com comando próprio, Confrarias Religiosas em grande movimento, tudo isto dava à cidade um aspecto interessante e movimentado de pequena capital.

Fatos excepcionais, todavia, vieram prejudicar a prosperidade da tradicional cidade. A sêca que foi de 1877 a 1879 e a cólera-morbo.

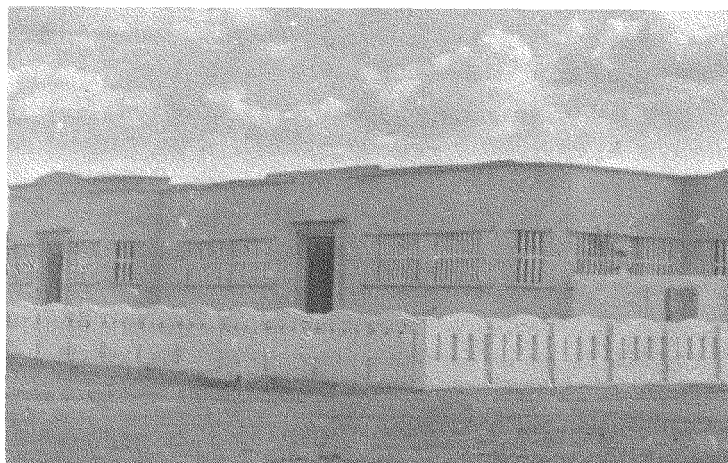
Durante a epidemia da cólera, faleciam cêrca de 50 pessoas por dia. Contra o terrível mal, lutaram bravamente os médicos Rufino de Alencar e Pedro Teberge, cujos nomes a história deve guardar com carinho. Passados alguns anos, após a eliminação da cólera e quase completa dizimação da população, Icó não mais conseguiu recuperar a sua posição de cidade líder dos sertões. Outros centros haviam surgido e as condições da economia da província eram outras com os novos caminhos e as novas cidades levantadas com o labor dos seus pioneiros e colonizadores.

No quadro da divisão administrativa do Brasil, relativa ao ano de 1911, o município de Icó se compõe dos distritos da sede, Bebedouro e Conceição.

Posteriormente à Revolução de 1930, quando exercia o cargo de Interventor Federal no Ceará o Dr. Manuel do Nascimento Fernandes Távora, foi assinado o Decreto estadual n.º 193, de 20 de maio de 1931, que manteve o município, vindo a figurar, pelo Decreto estadual de número 1 156, de 4 de dezembro de 1933, com os distritos de Icó, Água Fria, Bebedouro, Conceição, Lima Campos, Orós e Santa Maria, assim permanecendo nos quadros territoriais datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como no anexo ao Decreto-lei n.º 169, de 31 de março de 1938, retificado pelo de n.º 378, de 20 de outubro do mesmo ano. Ainda nesse ano, o Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro,

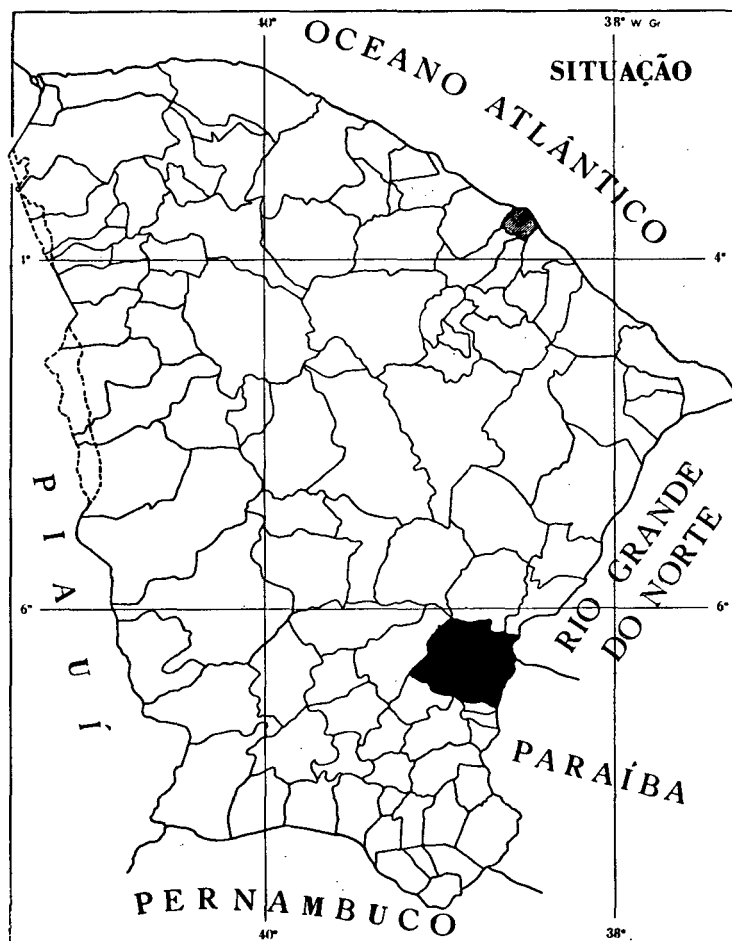
Praça do Mercado

modificou o topônimo dos distritos de Bebedouro e Santa Maria, que passaram a denominar-se, respectivamente, Bonfim e Icòzinho. Em face dêsse decreto-lei o município adquiriu o distrito de Pedrinhas. Nova alteração toponímica se verificou no município, quando o Decreto-lei número 1 114, de 30 de dezembro de 1943, determinou o quadro territorial destinado a vigorar no qüinqüênio 1944-1948: os distritos de Conceição e Água Fria receberam o designativo de Guassossê e Igarói, respectivamente.

No govêrno Raul Barbosa, a reforma administrativa do Estado conservou a divisão distrital anterior. Esta sòmente sofreu alteração em 15 de setembro de 1956, em face do desmembramento dos distritos de Orós, Igarói e Guassossê (Lei n.º 3 338) que com sede na vila de Orós formaram nova unidade municipal.

Grupo Escolar

A criação da comarca de Icó data de 6 de maio de 1833. Atualmente é cabeça de comarca de segunda entrância (Art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948).

Nas eleições de 3 de outubro de 1954 foram eleitos: Prefeito, Newton Nogueira Fernandes. Vereadores, Eduardo Peixoto de Medeiros, João de Deus Pinheiro, José Batista Sobrinho, Laércio Antero da Graça, João Teodósio da Silva, Jaime Almeida Alencar, José de Matos Leite, Leonel Torquato de Lima e Raimundo Roberto de Alencar.

LOCALIZAÇÃO — O município de Icó está situado na Zona do Sertão do Salgado e Alto Jaguaribe. Limita com Iguatu, Jaguaribe, Pereiro, Rio Grande do Norte, Paraíba, Lavras da Mangabeira, Cedro, Orós e Umari. A cidade é servida pela estrada de rodagem BR-13 e por ferrovia, distando da Capital, em linha reta, 294 km, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 6° 24' 14" de latitude Sul; e 38° 51' 15" de longitude W.Gr. Está assente numa vasta planície de terras ubertosas que se prestam a tôda espécie de cultura que se possa desejar em depósitos aluvionais.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Eleva-se a 155 metros a altitude na sede municipal.

CLIMA — O município apresenta o clima do sertão nordestino: quente e sêco, no verão, e amenizado no inverno que é de janeiro a junho. A temperatura oscila de 36°C a 23°C, com a maior freqüência em 30°C.

ÁREA — A área do município é de 1 991 km², figurando no 26.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Banham-lhe o território, o rio Salgado com seus confluentes e outros riachos de menor importância provindos do rio Jaguaribe. Como grande reservatório de água temos o açude de Lima Campos. Há a enumerar as serras do Estreito e do Coqueirão. O solo é plano e argiloso.

RIQUEZAS NATURAIS — Magnesitas e pedras calcárias constituem a sua riqueza mineral; oiticicais e carnaubais pontilham o seu território, multiplicando as suas possibilidades econômicas, no reino vegetal; e, finalmente, o peixe, em suas várias espécies, testifica o poder da riqueza animal, incluindo-se, ainda, grande variedade de pequenos animais silvestres que povoam as matas.

Igreja Matriz de Nossa Senhora da Espectação

POPULAÇÃO — A população de Icó, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 35 097 habitantes (17 275 homens e 17 822 mulheres), sendo: brancos — 13 450 (6 508 homens e 6 942 mulheres); pretos — 2 267 (1 090 homens e 1 177 mulheres); pardos — 19 337 (9 658 homens e 9 679 mulheres); e sem declaração — 43 (19 homens e 24 mulheres). Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 18 930 (9 167 homens e 9 763 mulheres), 7 108 eram solteiras, sendo 3 579 homens e 3 529 mulheres; casadas — 10 721 (5 282 homens e 5 439 mulheres); desquitadas 7 (5 homens e 2 mulheres); viúvas — 1 061 (290 homens e 771 mulheres); e sem declaração — 33 (11 homens e 22 mulheres). Exceto 1 homem naturalizado e 2 estrangeiros (1 homem e 1 mulher), os demais habitantes eram de nacionalidade brasileira, em número de 35 094 (17 273 homens e 17 821 mulheres). Em religião, predominavam os católicos romanos, em número de 34 824

Trecho da Rua Ilídio Sampaio

(17 124 homens e 17 700 mulheres); protestantes — 87 (43 homens e 44 mulheres); espíritas — 19 (15 homens e 4 mulheres); sem religião — 80 (53 homens e 27 mulheres); e sem declaração — 87 (40 homens e 47 mulheres). A densidade populacional era de 13,26% habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 79,35% localizavam-se na zona rural, num total de 27 851 (13 909 homens e 13 942 mulheres).

O município de Icó, em razão do desmembramento dos distritos de Orós, Igarói e Guassossê, em 1956, teria, caso se fizesse abstração dos efetivos populacionais daqueles distritos, na época do Censo, 26 216 habitantes. Nos sete anos que se seguiram ao Recenseamento de 1950 ocorreu segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística, um acréscimo de 4 383 habitantes, ou seja, 16,72%. Desta forma, em 1.º de julho de 1957, era de 30 599 o número de pessoas no município.

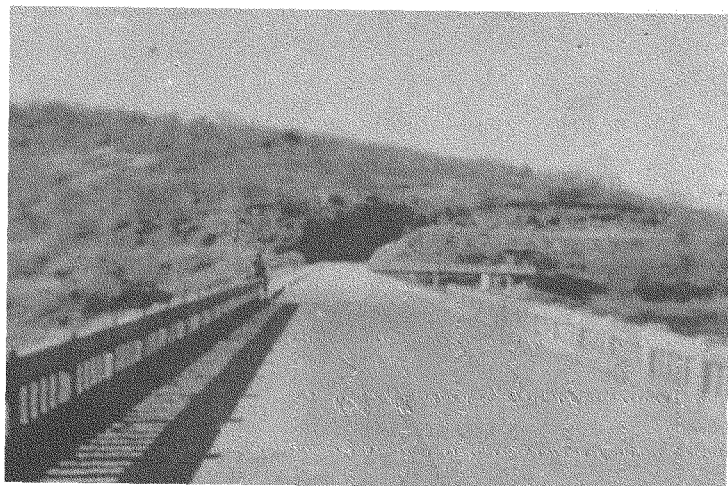
Aglomerações urbanas — Eram 8 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Icó, com 3 953 habitantes (1 754 homens e 2 199 mulheres); a vila de Cruzeirinho, com 195 (96 homens e 99 mulheres); a vila de Guassossê, com 268 (118 homens e 110 mulheres); a vila de Icòzinho, com 464 (226 homens e 238 mulheres); a vila de Igarói, com 349 (186 homens e 163 mulheres); a vila de Lima Campos, com 890 (454 homens e 436 mulheres); a vila de Orós, com 988 (447 homens e 541 mulheres); e a vila de Pedrinhas, com 179 (85 homens e 94 mulheres). No quadro urbano da cidade e vila, existiam 5 585 hab. (2 507 homens e 3 078 mulheres) e no suburbano 1 661 (859 homens e 802 mulheres).

Igreja do Monte Nossa Senhora da Conceição

Jardim Municipal

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Apesar de a indústria no município atingir a apreciável soma de .... Cr$ 96 239 371,90, a agricultura e a pecuária não podem deixar de ser consideradas como fundamentos da sua base econômica. Basta verificar-se que é a agricultura a fonte de onde se origina tôda a matéria-prima para que o município figure no quadro econômico do Estado com êste destacado valor industrial. A pecuária, se bem que não seja explorada de maneira a apresentar significação econômica relativa aos produtos da sua origem, todavia se salienta pelo valor dos seus efetivos, como se vê pela seguinte discriminação por espécie e número de cabeças: 38 900 bovinos; 8 000 eqüinos; 13 000 asininos; 5 300 muares; .. 28 000 suínos; 74 000 ovinos; e 84 000 caprinos, valendo a importância de Cr$ 128 590 000,00.

A agricultura, ocupando o maior contingente de pessoas ativas (de 10 anos e mais), por ser da tríade "agricultura, pecuária e silvicultura" a espécie que mais congrega o elemento humano, se apresenta na economia do município com o valor de Cr$ 66 906 420,00, destacando: .. 369 500 arrôbas de algodão (Cr$ 53 381 500,00); 30 000 sacos de 60 quilos de milho (Cr$ 5 400 000,00); 13 300 sacos de 60 kg de feijão (Cr$ 2 394 000,00); e 17 800 cachos de banana (Cr$ 3 738 000,00). Vale salientar que 86,95 das pessoas de 10 anos e mais, ocupam-se do ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

A indústria é representada pela quantia de .... Cr$ 96 239 371,90, para a qual o beneficiamento de algodão, extração do óleo de caroço de algodão, fabricação de sabão e de resíduo de algodão, contribuíram com ...... Cr$ 93 781 461,90.

Ponte sôbre o sangradouro Lima Campos

Dos estabelecimentos industriais existentes no município, apenas cinco funcionam com cinco ou mais operários, e são exatamente os que se destacaram com o valor industrial último citado.

A indústria extrativa também apresenta sua parcela de expressão econômica, cingida em Cr$ 4 807 916,00, sendo de Cr$ 3 800 000,00 a cifra apresentada pela extração de magnesita.

O município transaciona com os municípios vizinhos — Jaguaribe, Pereiro, Baixio, Lavras da Mangabeira, Solonópole e Jaguaretama — na distribuição de resíduo de caroço de algodão e sabão, com Fortaleza, Campina Grande e São Paulo, a base do comércio de pluma de algodão e óleo do caroço dêste produto.

Matriz de Nossa Senhora do Rosário

COMÉRCIO E BANCOS — Existem, na sede municipal 39 estabelecimentos varejistas e 3 atacadistas. Segundo os dados registrados no Censo Comercial de 1950, havia em todo o município 179 estabelecimentos varejistas e 9 atacadistas.

Em 1949, o valor das vendas efetuadas pelos estabelecimentos varejistas e atacadistas atingiram 8 070 e 3 352 milhões de cruzeiros, respectivamente.

O comércio local mantém transações com as praças de Campina Grande, Recife, São Paulo e Fortaleza.

Importa, sobretudo, tecidos, ferragens, louças, miudezas em geral e produtos farmacêuticos. Exporta o município de Icó, embora em pequena escala, algodão em pluma, óleos vegetais, cereais, mamona, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade liga-se diretamente com a capital do Estado por rodovia e aos municípios vizinhos: Ipaumirim: rodoviário (68 km); Cedro: rodoviário (50 km) ou misto: a) ferroviário R.V.C. (31 km) até a Estação de José de Alencar e b) rodoviário (42 km); Iguatu: rodoviário (58 km) ou misto: a) rodoviário (30 km) até a Estação de Igarói e b) ferroviário R.V.C. (36 km); Jaguaribe: rodoviário (77 quilômetros; Lavras da Mangabeira: rodoviário (59 km); Pereiro: rodoviário (89 km); Antenor Navarro, PB: misto: a) rodoviário (30 km) até a Estação de Igarói e b) ferroviário R.V.C. (127 km); a São Miguel, RN: ...; Capital estadual: rodoviário (400 km) ou misto: a) rodoviário (58 km) até Iguatu e b) ferroviário R.V.C. (416 km).

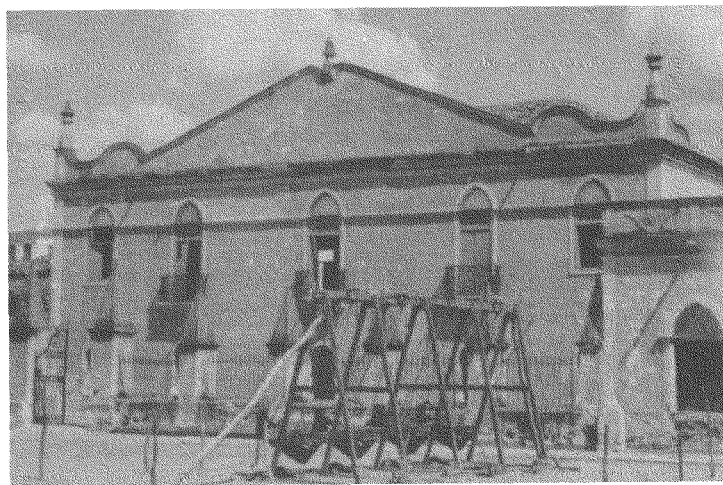
A cidade de Icó possui campo de pouso, sem movimento.

Liga-se com a Capital Federal por rodovia, 2 474 km, via Feira de Santana.

Conta a cidade uma Agência do Correio para as comunicações postais-telegráficas dos icoenses.

Igreja do Senhor do Bonfim

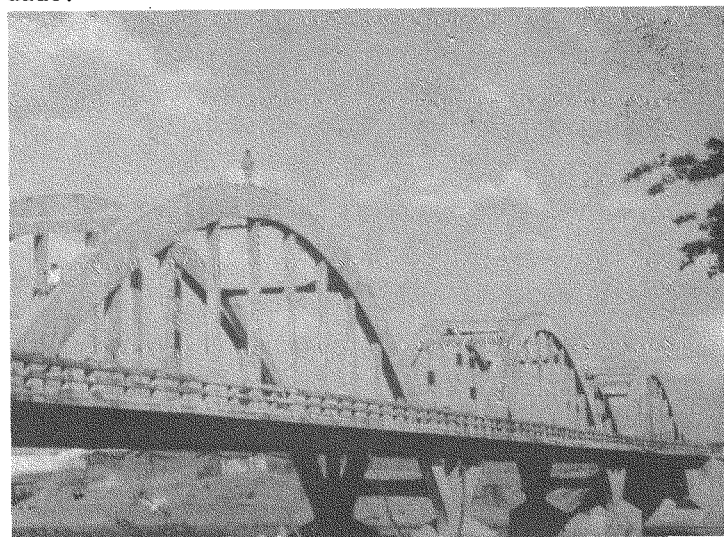
ASPECTOS URBANOS — Cidade cognominada "Princesa dos Sertões" por suas gloriosas tradições históricas, Icó é centro social e comercial de grande influência na vida econômica do Ceará, já tendo exercido durante longo período hegemonia sôbre a Capital, uma vez que a maioria das transações comerciais com os Estados do Piauí, Rio Grande do Norte e Pernambuco eram feitas por seu intermédio.

Foi habitada por um povo aristocrático, cuja passagem está assinalada ainda hoje nas obras arquitetônicas

Cadeia Pública

da velha e tradicional "urbs". O Teatro Municipal, construído àquela época, é uma prova do bom gôsto dos seus cultos habitantes.

A sede municipal é formada por 1 avenida, 9 ruas, 11 travessas e 4 praças que agrupam cêrca de 1 233 prédios, dos quais 976 são residenciais. Possui 3 ruas parcialmente calçadas a paralelepípedo, com uma área de 7 121 metros quadrados, aproximadamente. Cinco de suas ruas acham-se arborizadas e 2 logradouros são arborizados e ajardinados. Para hospedar os visitantes há 2 hotéis e 1 pensão com a diária média de Cr$ 100,00. A Prefeitura Municipal mantém na cidade um serviço de limpeza pública e remoção de lixo, beneficiando 11 logradouros com 580 prédios. Há um logradouro servido parcialmente por água canalizada abastecendo quatro prédios. A capacidade total de captação é de 90 metros cúbicos horários e a extensão geral das linhas adutoras é de 60 metros. Icó é iluminada a luz elétrica, contando-se 618 ligações domiciliares.

O número de veículos registrados na Prefeitura local é de 31, sendo 11 automóveis e 20 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada aos icoenses por intermédio de 2 médicos, 2 dentistas, 5 farmacêuticos, que exercem atividade na sede do município. O comércio de produtos farmacêuticos é exercido por 2 farmácias localizadas na cidade.

Ponte Piquet Carneiro, sôbre o rio Salgado

Boqueirão do Orós

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Sociedade de São Vicente de Paula presta assistência moral e religiosa, além de socorrer, com auxílios diversos, a pobreza abandonada do município.

O Círculo Operário de Icó, fundado em 5 de janeiro de 1946, concede benefícios de natureza mutuária aos seus associados, advogando ainda os direitos da classe de que é representante.

O cooperativismo é representado no município pela Coop. dos Rodoviários Ltda., filiada, que congrega 331 sócios aos quais presta assistências diversas.

ALFABETIZAÇÃO — O município de Icó, conforme revela o Recenseamento Geral de 1950, possuía 27 733 habitantes com 5 anos e mais. Dêste total, 5 587, ou seja, 19%, sabiam ler e escrever, sendo 2 623 homens e 2 964 mulheres. Na sede municipal existiam 3 329 pessoas do mesmo grupo de idade, das quais 1 623 eram alfabetizadas (671 homens e 952 mulheres).

Ensino — Conta o município de Icó com 60 unidades escolares de ensino primário fundamental comum, com a matrícula inicial de 1 653 alunos de ambos os sexos. Foi de 11,02% a taxa de matrícula em 1950 no município e no Estado do Ceará 24,3 %. Havia em Icó, no ano de 1956, 4 estabelecimentos de ensino extra-primário assim denominados: Ginásio e Escola Normal Senhor do Bonfim, pré-Seminário São Luís, Instituto Nossa Senhora da Esperança e Instituto Nossa Senhora da Expectação, com a matrícula inicial de 87 alunas. Concluíram curso 19 estudantes.

Pomar de Tamareiras

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade existe 1 cinema, o "Cine-Icó", com 402 lugares funcionando 3 vêzes semanalmente. No mesmo prédio, realizam-se com raridade sessões teatrais.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	796	...	447	221	239
1951	833	...	447	862	841
1952	1 024	...	899	902	740
1953	1 110	...	865	1 190	1 283
1954	1 214	...	1 043	1 158	936
1955	1 697	5 432	1 650	1 776	1 773
1956	1 326	7 890	1 476	1 886	1 886

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — De um modo geral, a cidade é um relicário histórico, destacando-se com marcos tradicionais das construções do século passado o Teatro Municipal, talvez o único existente no interior do Estado, construído naquela época de fastígio; a Casa das Câmaras; as suas igrejas, em número de cinco, que conservam ainda o aspecto arquitetônico das velhas "urbs" do passado e a casa do Senador Pinto Acioli, uma das maiores figuras políticas do Império e da República, no Norte do país.

Canal A-4 do PI, trecho da Secção de Zootecnia

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Os festejos realizados no município se dividem em religiosos e folclóricos. Das festividades religiosas se destacam as do Senhor do Bonfim, realizada Dia de Ano, a Procissão dos Passos, na Semana Santa, e a de Nossa Senhora da Espectação, no dia 18 de dezembro. Tôdas se encerram com solenes procissões. De modo geral, as igrejas promovem novenas concorridíssimas, tendo o seu ponto alto nos dias de encerramento.

Na parte folclórica, realizam-se as festas carnavalescas e juninas nas épocas já conhecidas.

VULTOS ILUSTRES — *Dr. Abel Graça* — Desembargador da Relação do Pará e presidente daquela província, tendo sido também deputado provincial da província do Ceará. *Monsenhor Afonso Antero Pequeno* — Bacharel pela Universidade Gregoriana de Roma, em ciências filosóficas e matemáticas. Ordenou-se a 19-8-1894. Governou

o bispado de Petrópolis. *Desembargador Álvaro Gurgel de Alencar* — Vulto destacado da magistratura do Ceará, dedicado aos estudos da história, e membro efetivo do Instituto do Ceará. *General Antônio Bernardo de Figueiredo* — Herói da guerra do Paraguai, na qual conquistou sucessivas promoções e várias condecorações. Depois de reformado, exerceu a medicina homeopática. *General Antônio Carlos da Silva Piragibe* — Comandou a Brigada Militar do Distrito Federal. Fêz a campanha do Paraguai, de onde voltou coberto de medalhas. Tinha tôdas as medalhas do Paraguai, medalhas de prata da República do Uruguai, da tomada de Corrientes, etc. Era cavaleiro da Ordem da Rosa, de Cristo, de São Bento de Aviz e comendador da Ordem da Rosa. *Dr. Antônio Ferreira Antero* — Formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, competente engenheiro da Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas. Foi um dos engenheiros construtores da obra do monumento ao Cristo Redentor no Alto do Corcovado, no Rio de Janeiro. *Dr. Antônio Pinto Nogueira Brandão* — Médico ilustre, professor, deputado estadual e vice-presiden-

Canal P-I, trecho mostrando sifões de descarga

te do Estado. *Dr. Antônio Augusto de Araújo Lima* — Magistrado e deputado provincial várias vêzes. *Belisário Cícero Alexandrino* — Foi promotor público, delegado de higiene, inspetor escolar, deputado provincial em quatro biênios, sendo mais de uma vez presidente da Assembléia. Foi também deputado estadual em três quatriênios seguidos e vice-presidente, tendo substituído o presidente do Estado, Dr. Nogueira Acioli, quando da sua deposição. *Bernardo Duarte Brandão* — político de muita evidência, deputado provincial e geral e possuidor do título de Barão do Crato. *Benjamin Graça* — Foi secretário do Govêrno no Espírito Santo e cônsul-geral do Brasil em Iquitos onde serviu longos anos. *Cônego Constantino Gomes de Matos* — Prestou valiosos serviços à causa abolicionista. Era sacerdote talentoso e virtuoso. Jornalista católico de renome na imprensa de Pernambuco. Foi Cura da Sé em Fortaleza, e Bispo resignatário no Rio Grande do Sul. *Monsenhor Francisco Ferreira Antero* — Doutor em filosofia pela Universidade Gregoriana de Roma. Foi deputado estadual e Presidente da Assembléia Legislativa do Estado. Era uma das glórias do clero cearense. *Des. Gervásio Cícero de Albuquerque Melo* — Magistrado e deputado provincial. Foi presidente da província do Piauí onde fêz profícua ad-

Pomar de laranjeiras, com diversas variedades

ministração. *Doutor Heráclito Graça* — Deputado, filólogo brasileiro e homem de larga projeção no cenário intelectual do Brasil. Foi presidente do Ceará e da Paraíba, deputado no Maranhão e membro da Academia Brasileira de Letras. Advogado notável no Rio de Janeiro e Consultor Jurídico do Ministério do Exterior. *Dr. Joaquim Antônio Alves Ribeiro* — Médico pela Universidade de Harward, Cambridge. Era Cavaleiro da Ordem de Cristo e da Rosa. *Coronel José Pinto Coelho de Albuquerque* — Deputado estadual, exerceu vários cargos públicos de destaque, inclusive o de Administrador dos Correios e Telégrafos no Ceará. *Jovino Guedes* — Foi professor do Liceu do Ceará, Guarda-livros de renome no Amazonas e deputado estadual no Ceará. Grande intelectual, tendo feito parte da "Padaria Espiritual", de que foi o primeiro presidente. *Padre Meceno Clodoaldo Linhares* — Culto sacerdote, tendo sido o primeiro padre a ordenar-se no Ceará. Foi deputado provincial em 4 biênios. *Conselheiro Raimundo Ferreira de Araújo Lima* — Formado em direito em Olinda. Foi magistrado no Ceará, em Alagoas e no Paraná, deputado geral por mais de uma vez, e no Gabinete de 29 de setembro de 1870 ocupou a pasta da Guerra. Era oficial da Ordem da Rosa e Cavaleiro do Estado. *Comendador Antônio Pinto Nogueira Acioli* — Foi deputado geral e Senador do Império e da República. Governou o Ceará durante três quatriênios. Figura notável na política brasileira, foi ao seu tempo um dos mais poderosos e

Cultura de arroz pratão, em início de cachiamento

prestigiosos chefes de partidos políticos no norte do país. *Conselheiro Tristão de Alencar Araripe* — Figura notável da política e das letras jurídicas do País. Foi presidente do Pará e do Rio Grande do Sul. Presidiu à Relação de São Paulo e era membro do Supremo Tribunal Federal. Deputado Geral pelo Ceará várias vêzes. No Govêrno Deodoro da Fonseca exerceu o cargo de Ministro da Fazenda e, depois, o da Justiça. Publicista, parlamentar, jurisconsulto e historiador. Foi uma das maiores glórias intelectuais do Brasil. Era segundo Beanerges Facó, "o mais notável dos filhos de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, o malogrado presidente da efêmera República do Equador, que deixou uma tradição de bravura e grandeza cívica". O Barão de Studart, na sua abalizada opinião de mestre dos mestres da cronologia do Ceará, escreve: "A história do Ceará deve-lhe grandes serviços" e relembra essa ironia do destino: "Tristão de Araripe, pai, morre em Santa Rosa, por haver Pedro I dissolvido uma assembléia constituinte, e Tristão Araripe, filho, perde o poder com Deodoro, pela dissolução de outra constituinte". Deixou vasta bibliografia jurídica e histórica. Escreveu sôbre Direito Civil, Criminal, Judiciário, Administrativo e Eleitoral, além de grande número de discursos e conferências sôbre os mais variados assuntos. Sabia línguas vivas e mortas, de que fêz várias traduções para o vernáculo. Sempre teve o exercício da linguagem pela tradução, como um dos seus queridos passatempos; e quando se sentia enfadado de trabalhos originais para ocupar o espírito e satisfazer a necessidade de ação que lhe era ingênita, traduzia o primeiro livro que lhe caía à mão, do latim, do inglês, do francês, as linguas que manejou". (Beanerges Facó — Almanaque do Ceará — 1954).

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Há no município apenas uma paróquia, fundada em 1700, sob a invocação de Nossa Senhora da Expectação, contando com 4 igrejas, inclusive a Matriz, 4 capelas públicas, 22 semi-públicas, 4 sacerdotes e 11 associações religiosas. O Culto Protestante conta com uma agremiação — a Congregação Batista, — fundada em 1954, funcionando num salão, com 1 ministro e reduzido número de adeptos. Possui uma escola dominical.

Existe em Icó o conhecido Açude Público Lima Campos, com capacidade para 58 290 000 metros cúbicos, e o Açude particular Gitó, com capacidade de 1 067 000 metros cúbicos.

Em 1954 havia 5 276 eleitores inscritos, dos quais, 3 291 votaram nas eleições gerais daquele ano.

Funcionam no município o Pôsto Agrícola de Lima Campos, para pesquisas, demonstrações e ensinamentos; o Pôsto de Piscicultura; e a Residência do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas e a do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Acham-se em atividade 1 engenheiro e 5 agrônomos.

Existem 4 oficinas de reparos de veículos e 6 bombas de gasolina, sendo duas elétricas e quatro manuais.

Sôbre a origem e significado do topônimo *Icó*, transcreve-se de "O Ceará" (2.ª Edição — 1945) o seguinte:

"O vocábulo Icó vem de *Yg*, água e *có* roça — "água ou rio da roça", ou de *i*, sua e *có*, roça: — "sua roça" (Paulino Nogueira, Voc. Ind., na Rev. do Inst. vol. cit., pág. 296). Pompeu Sobrinho anota: — "Icó — Cidade sertaneja. Nome de uma tribo tapuia que habitava o território compreendido entre os rios Jaguaribe e do Peixe. A palavra parece tapuia e neste caso é susceptível da seguinte interpretação: *yacó* (enfeitar-se), ou *eicó* (descansar). Entretanto, podemos fazer uma hipótese tupi: *y* ou *yg* (água) + *có* (espêssa) ou ainda, segundo outros: *y* (água) + *có* (roça), ou *i* (sua) + *có* (roça)" (Rev. do Inst. vol. cit., pág. 220).

"Lê-se em Barão de Studart (Rev. do Inst., vol. 38, pág. 99, que o primitivo nome do Icó era Arraial de Nossa Senhora do Ó.

"Para a presente edição dêste livro "O Ceará") acrescenta o aludido Pompeu Sobrinho: "Ainda não foi possível saber com precisão se os índios conhecidos por icós pertenciam ao grande grupo linguocultural dos cariris. Na hipótese de o nome ser cariri, é aceitável que se relacione com o substantivo *có* caroço, ou com o verbo *có*, queimar, ardor. Esta raiz entra na composição de muitas expressões como *cobé*, testa; *icopó*, pupila do ôlho, etc. Ainda é plausível, nesta hipótese, admitir uma relação com o verbo *eicó*, descansar, por isto que existe o verbal *icó* significando descanso, pouso. Não disponho de elementos para afirmar que no Icó houvesse um lugar onde os cariris tivessem um pouso ou pousada".

IGUATU — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Na margem esquerda do rio Jaguaribe, na ribeira conhecida por Quixelô, em data ainda não desvendada pelos pesquisadores, o colono audaz ergueu moradia com cêrca de pau-a-pique, assim fortificada contra possíveis ataques dos nativos que habitavam a região.

Concedidas as sesmarias e instalada a fazenda, estava fincado o marco do Arraial que, com o estímulo do capitão-mor Salvador Alves da Silva, iria despontar nos idos de 1719, quando o coronel Gregório Martins Chaves é nomeado administrador-geral das terras situadas entre os sertões de Quixelô e São Mateus, carecidas de pacificação para o seu desbravamento.

A tarefa de Martins Chaves não foi difícil tendo em vista que em 1707 o padre João de Matos Serra, prefeito das Missões, após ingentes sacrifícios, missionara os quixelôs no lugar denominado Telha, de onde haveria de surgir mais tarde a atual cidade do Iguatu.

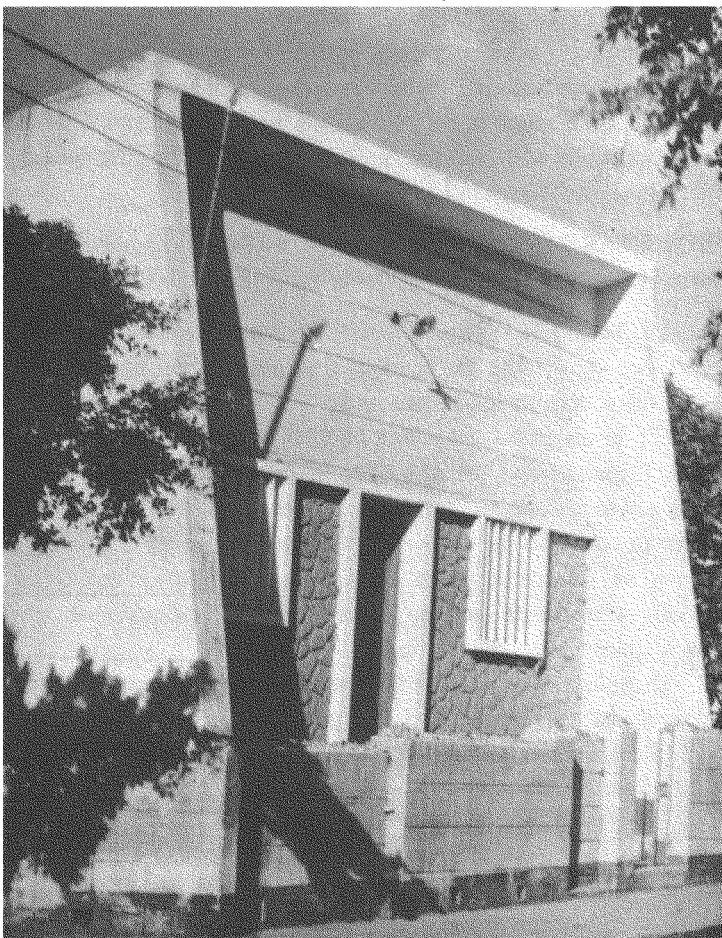
Os indígenas, afeitos ao labor da terra, logo fizeram prosperar o povoado.

A freguesia, criada por decreto provincial, de 11 de outubro de 1831, sob a invocação de Nossa Senhora Santana, impulsionou o progresso da localidade, situada a mais de quatrocentos quilômetros do Govêrno da Província. Iguatu muito deve à ação dos primeiros párocos, merecendo ressaltada a obra admirável dos padres Antônio Luís de Vasconcelos Drumont (primeiro Vigário) e Hermes Monteiro, que se distinguiram, principalmente, pelos melhoramentos introduzidos na matriz.

Segundo a tradição, o templo de Nossa Senhora Santana foi construído pelos naturais, orientados pelos Jesuí-

Câmara Municipal

tas, e teve como patrimônio inicial uma quadra de terras compreendida no centro da localidade, com a dimensão de 200 por 400 braças.

Criou-se o distrito policial por ato datado de 18 de março de 1842; pela Lei n.º 558, de 27 de novembro de 1851, a povoação era elevada à categoria de vila, criando-se o município, com território desmembrado do de Icó, cuja inauguração se deu aos 23 de janeiro de 1853.

Coletoria Estadual

Em 1860, sendo Governador do Ceará o Bacharel Marcelino Nunes Gonçalves, depois Visconde de São Luís, um fato interessante ocorreu na vila de Telha. Por ocasião das eleições gerais realizadas na Província, o Secretário de Polícia, Dr. Antônio de Brito Sousa Caioso, homem enérgico e de peregrinas virtudes, encaminhou às autoridades policiais uma circular em que recomendava: "é vedado a Vossa Mercê e aos seus subordinados tomar até a mais indireta intervenção que possa influir contra a inteira liberdade de voto". A medida, entretanto, não evitou houvesse, no dia aprazado, em face da exaltação de ânimos, cerrado tiroteio, resultando na morte de 14 pessoas, inclusive o delegado de polícia, saindo, ainda, 30 outras feridas.

Rua Dr. Epitácio Pessoa

Há um vulto expressivo da política e administração do Ceará ligado à história de Iguatu. É Belisário Cícero Alexandrino que, embora filho de Icó, prestou relevantes serviços à terra de José Carlos de Matos Peixoto. Chefiando o Partido Liberal, Belisário conseguiu formar em tôrno de sua pessoa um leal grupo de amigos que o elegeram deputado em três legislaturas, chegando, inclusive, à presidência da Assembléia, quando veio a substituir o Governador do Estado. Fêz veementes discursos, em plena oposição.

Em 1874, pela Lei provincial n.º 1 612, de 21 de agôsto, a vila de Telha era elevada à categoria de cidade e pelo disposto na Lei provincial n.º 2 035, de 20 de outubro de 1883, o topônimo Telha foi extinto, passando a cidade a denominar-se Iguatu.

Em 1910, no dia 5 de novembro, era inaugurada a linha férrea que liga a cidade à Capital, acontecimento festejado com efusão em vista da alta significação que tinha para a vida sócio-econômica do município. Foi tal o progresso a partir desta época, que, em pouco tempo, Iguatu se projetou no cenário estadual como um dos centros de maior importância.

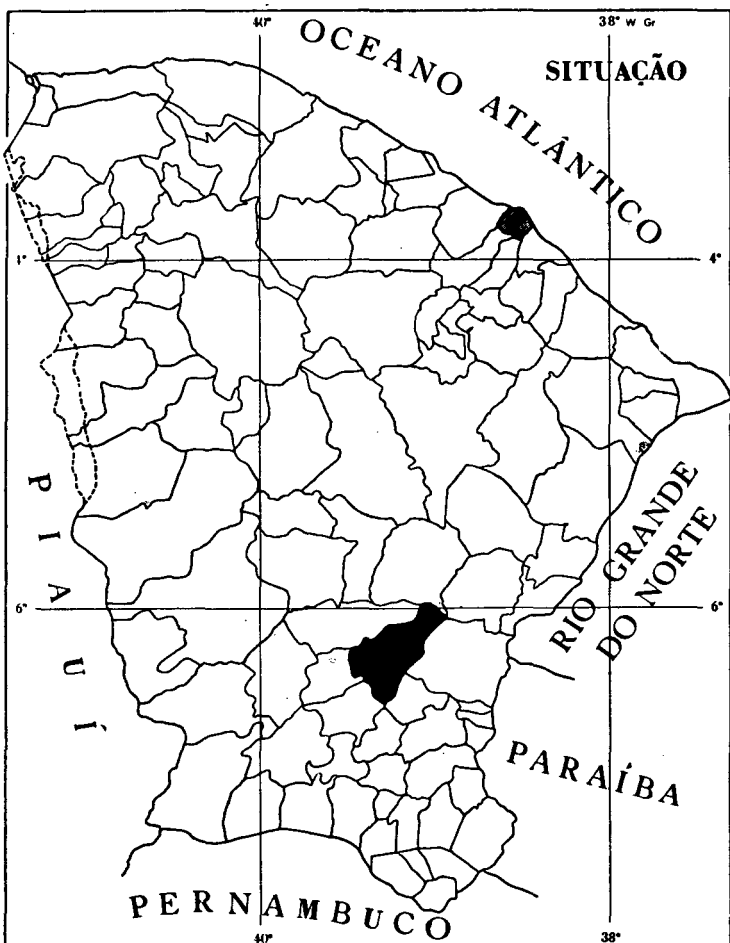
Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1920, o município figura com a seguinte composição distri-

Ginásio Municipal

tal: Iguatu, José de Alencar, Afonso Pena, Sussuarana, Bom Sucesso e Bom Jesus. No ano seguinte, com a criação do município de Lajes, formado dos distritos de Afonso Pena e Bom Sucesso, o território municipal ficou bastante reduzido. Mais tarde era criado o distrito de Quixoá e alterado o topônimo de Bom Jesus para Bom Jesus de Quixelô, que, em 1938 voltou a chamar-se Bom Jesus e, em 1948, Quixelô. Em 1943 o distrito de José de Alencar passou a chamar-se Alencar e, dez anos mais tarde, em 1953, readquiriu o seu antigo topônimo (José de Alencar). Ainda em 1948 ocorreu alteração no topônimo do distrito de Sussuarana passando a se chamar Suassurana.

A comarca de Telha vem de 1872. Atualmente (Lei n.º 213, de 9 de junho de 1938) é classificada de terceira entrância.

Nas eleições realizadas a 3 de outubro de 1954 foram eleitos Prefeito, José Mendonça Neto; Vereadores: Luiz Matos Cavalcante, José Bezerra Pinheiro, José Ferreira Lima, Antônio Holanda Lavor, Francisco Cleci Amorim, Francisco Pereira de Lavor, Francisco Pereira de Araújo, Erasmo Rodovalho de Alencar e Henrique de Sousa Bandeira.

LOCALIZAÇÃO — O município localiza-se na Zona Fisiográfica do Sertão do Salgado e Alto Jaguaribe. Limita com os municípios de Cariús, Icó, Jucás, Acopiara, Solonópole, Cedro e Orós. A cidade dista da Capital do Estado, em linha reta, 300 quilômetros, na direção 16º 40' S.O. e possui as seguintes coordenadas geográficas: .... 6º 22' de latitude Sul e 39º 18' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 213 metros a altitude na sede municipal.

Sede da filial do Banco de Crédito Comercial

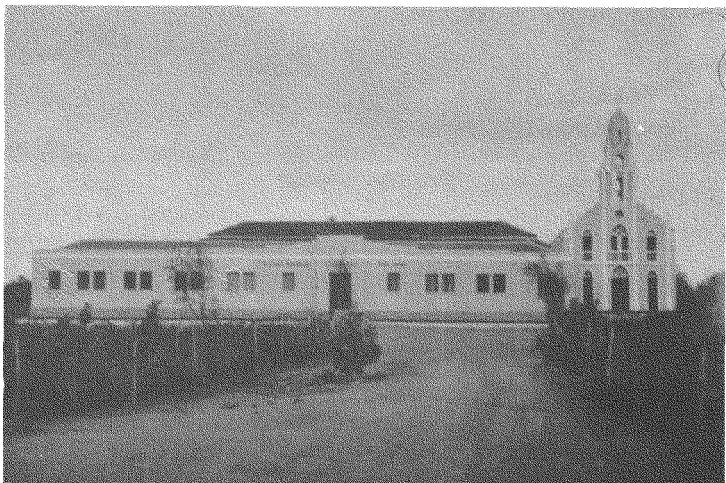
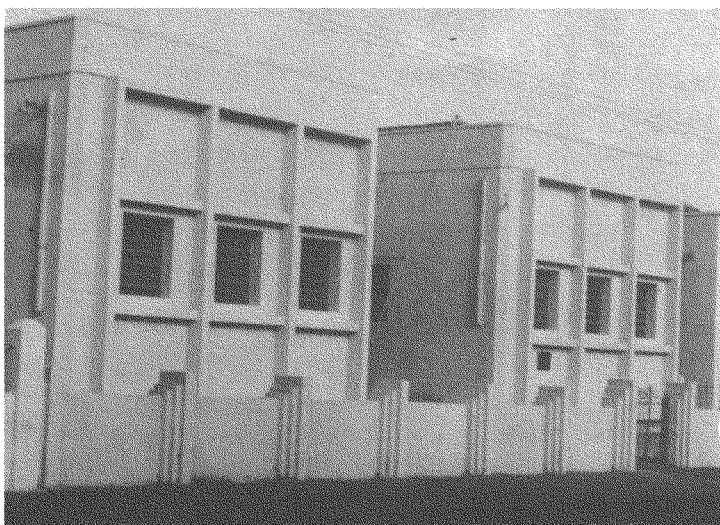
CLIMA — Quente e Sêco. A temperatura oscila de 23 a 31 graus centígrados, sendo mais freqüente a de 28 graus. O período de inverno estende-se de janeiro a maio.

ÁREA — Totaliza 1 680 km², figurando no 29.º lugar em relação às áreas das demais comunas do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Como principal acidente geográfico há o rio Jaguaribe; outros rios e riachos de menor importância, alguns açudes e lagoas, compõem a hidrografia do município. Os relevos mais importantes são as serras do Franco e do Morais. A principal lagoa é denominada Lagoa do Iguatu, objeto de um primoroso poema de Filgueiras Lima.

RIQUEZAS NATURAIS — Água mineral, magnesita, cal, barro (argila), semente de oiticica e carnaúba.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 41 922 habitantes a população de Iguatu, com a seguinte composição: homens — 20 605; mulheres .... 21 317; brancos — 24 929 (12 390 homens e 12 539 mulheres); pardos — 14 176 (6 866 homens e 7 310 mulheres); pretos — 2 781 (1 335 homens e 1 446 mulheres); e sem declaração de côr — 36 (14 homens e 22 mulheres). Iguatu se avantaja entre os poucos municípios do Ceará em que a soma de pardos e pretos apresenta número inferior à quantidade de brancos.

Quanto ao estado civil (pessoas de 15 anos e mais), a população de Iguatu se compõe de: solteiros — 8 367 (4 265 homens e 4 102 mulheres); casados — 13 070 ....

Escola Normal e Ginásio São José

Sede da filial do Banco do Brasil

(6 439 homens e 6 631 mulheres); viúvos — 1 448 (306 homens e 1 142 mulheres); desquitados — 16 (10 homens e 6 mulheres); e sem declaração de estado civil — 28 (12 homens e 16 mulheres).

A densidade demográfica de Iguatu se eleva a 24,95 habitantes por quilômetro quadrado.

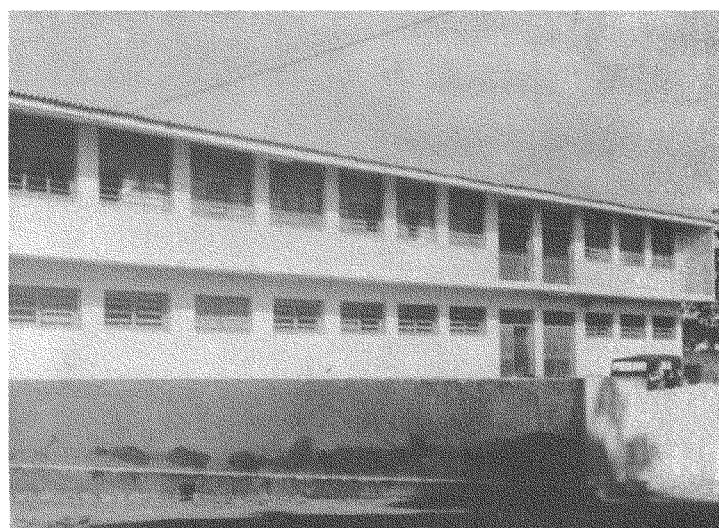
A população rural se constitui de 30 323 habitantes (15 230 homens e 15 093 mulheres), representando .... 72,33% da população geral do município, bem aproximada da média estadual que é de 71,81%.

Prédio da União Artística Iguatuense Paz, Justiça e Trabalho

Quanto à nacionalidade, a população de Iguatu assim se discriminava: brasileiros natos — 41 914 (20 599 homens e 21 315 mulheres); naturalizados — 2 (1 homem e 1 mulher); estrangeiro — 1 (homem); e sem declaração de nacionalidade — 5 (4 homens e 1 mulher).

Quanto à religião, Iguatu apresentou as seguintes cifras: católicos romanos — 41 523 (20 405 homens e 21 118 mulheres); protestantes — 298 (148 homens e 150 mulheres); espíritas — 18 (9 homens e 9 mulheres); outras religiões — 1 (homem); sem religião — 38 (24 homens e 14 mulheres); e sem declaração da religião professada — 44 (18 homens e 26 mulheres).

Igreja-Matriz Nossa Senhora de Santana

Numa comparação dos dados censitários de 1940 com os de 1950, se observa que a densidade demográfica de Iguatu ascendeu de 19,53 para 24,95 habitantes por quilômetro quadrado, evolução que se origina do aumento populacional, exclusivamente, pois o município não sofreu diminuição territorial no decênio examinado.

Maternidade e Casa de Saúde

Tomando-se por base a estimativa da Inspetoria Regional de Estatística Municipal no Ceará, para 1.º de julho de 1957, verifica-se que a população do município de Iguatu é de 48 116 habitantes. Em relação ao último Recenseamento Geral de 1950, houve um acréscimo populacional de 6 194 habitantes, sendo a taxa de crescimento de Iguatu, nos últimos sete anos, de 14,78%, contra 18,54% no Estado.

Vista de moderna oficina mecânica

Aglomerações urbanas — A cidade de Iguatu e as vilas de José de Alencar (ex-Alencar), Quixelô, Quixoá e Suassurana, formam as 5 aglomerações urbanas do Município, em cuja observação demográfica se constata: cidade de Iguatu — 10 063 habitantes (4 642 homens e 5 421 mulheres); José de Alencar (ex-Alencar) — 639 habitantes (310 homens e 329 mulheres); Quixelô — 209 habitantes (99 homens e 110 mulheres); Quixoá — 243 habitantes (115 homens e 128 mulheres); e Suassurana — 445 habitantes (209 homens e 236 mulheres).

Iguatu é a 4.ª cidade mais populosa do interior ao Ceará, superando-a apenas a de Juàzeiro do Norte, Sobral e Crato. A evolução populacional de Iguatu, no decênio intercensitário (1940-1950), é aproximadamente de 40%.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Da população em idade ativa (10 anos e mais), 80% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

O valor da produção agrícola, em 1955, atingiu 94 milhões de cruzeiros, cujas principais culturas são: algo-

Hospital Municipal

Bonlevard João Pessoa

dão arbóreo e herbáceo — 436 600 kg no valor de mais de 58 milhões de cruzeiros; 475 000 cachos de banana (Cr$ 12 000 000,00); 40 360 sacos — 60 kg — de arroz (Cr$ 9 500 000,00); 32 800 sacos — 60 kg — de feijão (Cr$ 6 800 000,00); 46 900 sacos — 60 kg — de milho (Cr$ 4 600 000,00); 24 000 centos de manga .... (Cr$ 2 000 000,00); e 5 300 toneladas de cana-de-açúcar (Cr$ 530 000,00). Há ainda a considerar pequenas culturas de mamona, mandioca, fumo, côco-da-baía, fava e batata-doce.

Os maiores compradores dos produtos agrícolas do município são Campina Grande (PB) Recife e Fortaleza.

A população pecuária valia, no mesmo ano, cêrca de 66 milhões de cruzeiros, assim discriminada: bovinos — 27 000, no valor de 36,4 milhões de cruzeiros; muares — 3 500, montando a 10,5 milhões de cruzeiros; eqüinos — 6 100, no valor de 9,1 milhões de cruzeiros; asininos — 6 900, valendo 4,1 milhões de cruzeiros; suínos — 8 500, na importância de 2,5 milhões de cruzeiros; ovinos — 24 500, no valor de pouco mais de dois milhões de cruzeiros e caprinos — 17 800, na importância de 1,4 milhões de cruzeiros. A exportação de gado é feita em pequena escala para Fortaleza.

Casa onde nasceu Matos Peixoto

A produção extrativa é bem acentuada, destacando-se, no reino mineral, a produção de magnesita bruta e calcinada, cal e pedras para construção e pavimentação e argila

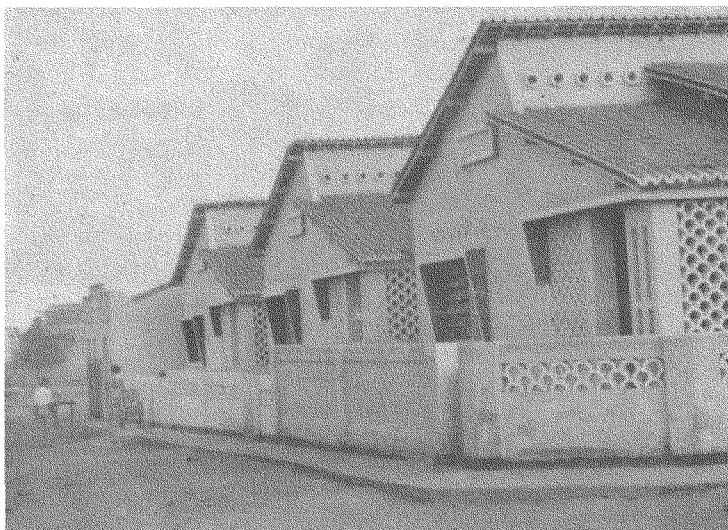
Trecho da Rua do Colégio

plástica. No reino vegetal, além da extração de madeira e lenha, verifica-se a extração da cêra de carnaúba e sementes de oiticica. No reino animal, entretanto, afora uma regular produção de peles de animais silvestres, apenas uma diminuta quantidade de peixe é extraída dos açudes e lagoas.

Nos 23 estabelecimentos informantes do Registro Industrial de 1954, o valor da produção atingiu 91 milhões de cruzeiros. A indústria ocupava, em média, 155 operários.

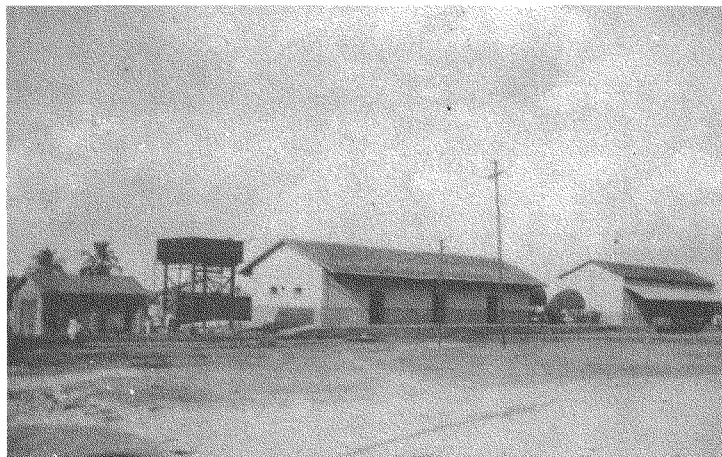
A base da economia local repousa, principalmente, na cultura de algodão e respectivo beneficiamento. Em 1954, a produção industrial dos 5 estabelecimentos registrados elevou-se a 60 milhões de cruzeiros.

Existem, ainda, a produção de óleo de caroço de algodão e sabões.

COMÉRCIO E BANCOS — Operam na sede municipal 16 estabelecimentos do comércio atacadista, 217 do varejista, 2 agências bancárias. Segundo o Censo Comercial de 1950, o valor das vendas obtidas nos 19 estabelecimentos atacadistas recenseados foi de 5 762 mil cruzeiros, ocupando 43 pessoas.

Conjunto residencial na Rua Virgílio Correia

O comércio local importa, principalmente, tecidos, miudezas, produtos farmacêuticos, louças e mercadorias em geral. Mantém transações com as praças de Campina Grande (PB), Recife e Fortaleza, sendo a primeira a que está mais ligada ao intercâmbio comercial do município. Por paradoxal que pareça, Fortaleza situa-se em último lugar, por falta de estímulo, capital fácil e mais alto custo de transporte.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Iguatu é servido pela Estrada de Ferro de Baturité (R.V.C.) com quatro estações e outros quatro pontos de parada.

Existe no município um campo de pouso com linha aérea regular.

Estação da Rêde de Viação Cearense

A ligação com os municípios vizinhos e com a Capital do Estado é feita por intermédio dos seguintes meios de transporte: Acopiara: ferroviário (R.V.C.) — 51 km; rodoviário — 47 km; Cedro — ferroviário — 51 km; rodoviário — 63 km; Icó — rodoviário — 58 km; ou misto: a) ferroviário (R.V.C.) — 36 km até a estação Igarci; b) rodoviário — 30 km; Jucás — rodoviário — 34 km; ou misto: a) ferroviário (R.V.C.) — 41 km até a estação de Cariús; b) rodoviário — 4 km; Cariús: ferroviário (R.V.C.) — 41 km; ou rodoviário, via Jucás — 38 km; a Solonópole — rodoviário — 196 km e Capital Estadual — ferroviário (R.V.C.) — 416 km; rodoviário, via Icó — 459 km.

Iguatu conta com uma agência postal-telegráfica do D.C.T. e quatro telegráficas da R.V.C., estas últimas de uso privativo daquela repartição.

ASPECTOS URBANOS — A cidade vem sendo pavimentada de paralelepípedo, pedras irregulares e concreto, já havendo atingido uma área aproximada de 25 mil metros quadrados. Em outros tipos de pavimentação verifica-se uma área de quase dez mil metros quadrados. Há iluminação elétrica pública e particular com 1 000 ligações domiciliárias e particulares.

Trecho da Rua do Comércio

A Prefeitura registrou 5 automóveis e 43 caminhões. Como meio de hospedagem existem 11 hotéis e 3 pensões, cuja diária é cobrada numa média de Cr$ 100,00.

O serviço de limpeza pública e domiciliária, mantido pela municipalidade, beneficia 39 logradouros e faz a remoção de lixo de 2 145 prédios.

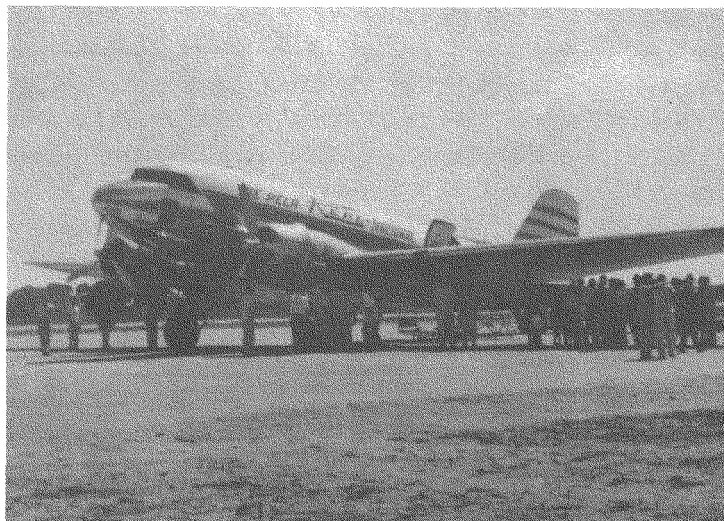
Vista de uma casa residencial

A Cidade possui já os seus 55 logradouros públicos, bem tratados e arborizados, tornando-a moderna, com iluminação de fios subterrâneos e inúmeras construções de vulto e residências luxuosas. Entre as obras de vulto, destacam-se moderna maternidade, ginásio, colégio e hospital.

Dos 3 436 prédios de que é formada a cidade, 2 786 eram utilizados exclusivamente para residências e o restante para outros fins. Nove edificações possuem 2 pavimentos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Seis médicos 4 dentistas e 4 farmacêuticos prestam assistência médico-sanitária à população. Dispõe a cidade dos seguintes estabelecimentos: Hospital S. Antônio dos Pobres, com 46 leitos, Casa de Saúde e Maternidade S. Teresinha, com 16 leitos, e mais 1 pôsto de higiene e 7 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A população de Iguatu é assistida pelas seguintes associações: Conferências Vicentinas, Associação Iguatuense de Assistência e Proteção à Maternidade e à Infância, Sociedade

Ponte rodoviária e ferroviária sôbre o rio Jaguaribe

Vista do campo de pouso

Operária de Iguatu, Círculo Operário de Iguatu, União Artística Iguatuense.

Funciona no município a Cooperativa de Crédito Agrícola Mista, com 295 associados e um capital subscrito de mais de 1 milhão de cruzeiros.

ALFABETIZAÇÃO — No Recenseamento Geral de 1950, foi computada a população de 34 597 pessoas com 5 anos e mais, das quais 8 651, ou seja, 25%, eram alfabetizadas, sendo 4 297 homens e 4 372 mulheres. A sede do município possuía 8 447 habitantes do mesmo grupo de idade. Dêste total, 3 609 sabiam ler e escrever (1 588 homens e 2 021 mulheres).

Indústria de beneficiamento de algodão

Ensino — Contava o município, em 1956 com 100 unidades do ensino primário fundamental comum, com a matrícula inicial de 3 430 alunos de ambos os sexos. A taxa de matrícula em 1950 atingiu 26,11% em Iguatu e 24,3% no Estado do Ceará. Havia ainda, em Iguatu, 9 estabelecimentos de ensino extraprimário denominados: Escola de Datilografia Remington, Escola de Datilografia Municipal, Escola de Corte e Costura, Escola de Música Carlos Gomes, Escola Profissional, Ginásio e Escola Normal São José, Ginásio de Iguatu, Curso de Extensão de Economia Rural e Escola Técnica de Comércio de Iguatu, com a matrícula inicial de 150 alunos. Concluíram curso 12 estudantes.

Vaqueiro característico da região

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Editam-se na cidade 2 jornais — "Tribuna de Iguatu" e "Boletim da Associação dos Auxiliares do Comércio" — tendo o primeiro, periodicidade quinzenal, enquanto o 2.º não tem periodicidade definida.

Funcionam 3 bibliotecas particulares, sendo a da Associação dos Auxiliares do Comércio a mais importante, com, aproximadamente, 600 volumes; a Biblioteca Monsenhor Coelho, com 350 volumes e Biblioteca Manoel Lima Soares, de caráter estudantil, com 200 volumes.

Há 1 cine-teatro denominado Cine-teatro Sá, muito freqüentado, com 330 lugares, funcionando diàriamente.

Contam-se 3 entidades esportivas e culturais com finalidades lítero-culturais: o Clube de Caça e Pesca, Clube

Arrozal na Lagoa de Iguatu

Recreativo e Centro Cultural Araripe Júnior e 1 entidade esportiva, a Associação Atlética do Banco do Brasil.

Recebimento do algodão

Ressalta, ainda, a existência de um núcleo rotariano, o Rotary Clube de Iguatu, com finalidades sócio-cultural e filantrópica.

O futebol, como ocorre nas demais cidades do interior do Estado, é o esporte favorito e a diversão preferida.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	994	4 116	1 105	548	1 126
1951.......	1 432	4 061	1 902	989	1 669
1952.......	1 487	5 033	1 747	907	1 647
1953.......	1 668	4 437	2 459	1 056	2 072
1954.......	1 644	6 688	2 195	877	2 285
1955.......	2 075	9 565	3 012	1 498	2 520
1956.......	2 701	14 948	3 244	1 340	3 000

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Há o obelisco comemorativo do seu primeiro centenário, decorrido em 23 de janeiro de 1953. Na Praça Gonçalves de Carvalho, encontra-se uma herma erigida em homenagem ao grande brasileiro, Presidente Getúlio Vargas.

Indústria de beneficiamento de algodão

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As principais manifestações populares são de cunho religioso, destacando-se as festas da padroei-

ra, Nossa Senhora Santana, de 17 a 26 de julho, e a de São João, ambas muito animadas, sendo a primeira encerrada com missa solene e procissão.

Batedores de arroz na Lagoa de Iguatu

VULTOS ILUSTRES — *Dr. Adail Barreto Cavalcante* — Bacharel em Direito, competente advogado, e titular da Delegacia de Investigações e Capturas do Ceará. Político de destaque, e deputado federal em duas legislaturas, posição que ocupa, atualmente, com brilhantismo. *Dr. Demóstenes Alves de Carvalho* — Médico ilustre. Foi diretor do Serviço de Saneamento Rural do Ceará. Político brilhante, foi vice-presidente do Estado. *Dr. Edilson Brasil Soares* — Bacharel em Direito, inteligente e esforçado professor, dirige o conhecido "Ginásio 7 de Setembro", em Fortaleza, um dos melhores estabelecimentos de ensino do Ceará. *Dr. Fran Martins* — Bacharel em Direito. Professor catedrático da Faculdade de Direito do Ceará, "Compteur", crítico literário e romancista de larga projeção no país. *Dr. José Carlos de Matos Peixoto* — Advogado de grande renome, militando atualmente na Capital da República. Ex-professor da Faculdade de Direito do Ceará, e atual professor da Universidade do Rio de Janeiro. Foi Secretário de Estado e em seguida presidente do Ceará no período que se iniciou em 1928 e terminou com a vitória da Revolução de 1930. Foi também deputado federal e, sem nenhum favor, pode ser considerado uma das mais fortes cerebrações da intelectualidade cearense. O seu destaque como jurista é inconfundível, podendo ser considerado um dos maiores jurisconsultos do país. É também erudito filólogo. *Padre Pedro Rocha de Oliveira* — figura de destaque do clero cearense. É o atual reitor do Seminário do Crato, onde também é jornalista e sócio correspondente do "Instituto do Ceará". *Dr. Rubens do Monte Lima* — Coronel-engenheiro do Exército e professor da Escola do Estado-Maior. Autor de vários trabalhos técnicos e científicos. *Dr. Samuel Barreto* — Competente médico formado pela Faculdade de Medicina da Bahia onde fêz brilhante curso. Publicou "Breves Estudos sôbre os Tumores das Tiróides Acessórias na Bahia". Clinica atualmente em Minas Gerais. *Dr. Edilson de Melo Távora* — Engenheiro-civil e ex-secretário da Agricultura do Ceará. *Dr. Edival de Melo Távora* — Advogado e deputado estadual. *Péricles Gomes de Araújo* — Atual diretor do Departamento de Terras e Colonização do Ceará; político de destaque, tendo sido prefeito de Iguatu e deputado estadual. *Antônio Alcântara Nogueira* — Jornalista talentoso. *Dr. Aristóbulo de Castro* — Engenheiro-agrônomo, chefe do Serviço de Fomento Agrícola no Ceará. *Coronel Murilo Borges Teixeira de Alcântara* — Ilustre oficial superior do Exército, exercendo atualmente o cargo de Secretário de Polícia e Segurança Pública do Ceará.

Canal de irrigação — Pôsto Agropecuário

Campo de arroz

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Encontra-se em fase experimental, com perspectivas de grande desenvolvimento, a extração de água mineral que já foi analisada e aprovada pelo serviço competente do Ministério da Agricultura.

Está sendo estudada a possibilidade de se instalar o serviço de água e esgôto da cidade e o serviço público telefônico, a depender sòmente de verbas. Como planos governamentais já anunciados, há que referir a instalação de um restaurante do S.A.P.S., criação e instalação de agências do I.A.P.C. e da Caixa Econômica Federal.

Está funcionando com pleno rendimento e prestando valioso concurso aos agricultores e criadores locais o serviço de irrigação instalado nos sítios Bugi e Gadelha e povoados de Penha e Itans.

Várias outras entidades governamentais contribuem para o desenvolvimento agropastoril de Iguatu: Pôsto Agropecuário de Iguatu, Pôsto de Assistência Sanitária Animal e o Pôsto de Reflorestamento de Iguatu, para distribuição de mudas florestais.

Iguatuenses é como são denominados os filhos do município.

Segundo Paulino Nogueira "Vocabulário Indígena" — Rev. do Instituto do Ceará, pág. 296, vol. I — o nome atual

— Iguatu — provém da grande lagoa, a maior do Ceará, situada perto da cidade. Tem origem indígena e significa, segundo B. Caetano — Vocab. pág. 201, água boa ou rio bom, de *ig* ou *i*, água e *catu* bom. No Dicionário de Millet encontra-se Icatu, cidade antiquíssima do Maranhão, elevada à vila em 1616 por Jerônimo de Albuquerque, com a denominação de "Águas Boas", tradução literal do vocábulo. (Paulino Nogueira — "Vocabulário Indígena" — Rev. do Instituto do Ceará, pág. 296, vol I).

INDEPENDÊNCIA — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Independência faz parte do Vale de Crateús, comprado em 1721 por D. Ávila Pereira, pelo preço de quatro mil cruzados. A posse dessas terras lhe foi dada na fazenda Lagoa das Almas, 18 quilômetros ao sudoeste da vila Príncipe Imperial (Crateús), por um ouvidor vindo de Oeiras (Piauí). Quando aí passou, em fins do século XVIII, chegando Frei Vidal da Penha à Fazenda de José Ferreira de Melo, aconselhou que ali se erigisse uma capela. O sertanejo acedeu, dando logo início às obras que foram concluídas depois de 1810.

Construídas as primeiras habitações em tôrno do templo, a florescente povoação elevou-se a distrito de paz com o nome de Pelo Sinal, por Resolução n.º 56, de 6 de setembro de 1836.

A criação da freguesia data de 15 de setembro de 1853 (Decreto Provincial n.º 356), sendo seu primeiro Vigário o padre Antônio Ricardo Cavalcante de Albuquerque, natural de Pernambuco, a cuja frente se manteve durante cêrca de vinte anos. Pertencia a freguesia de Santana de Independência ao bispado do Maranhão, do qual fazia parte o território da Província do Piauí.

Em princípios de 1857 os habitantes da povoação de Pelo Sinal reclamavam a situação inferior de dependentes da vila do Príncipe Imperial, o que lhe obstava o desenvolvimento, exigindo a urgente criação do município. Sua reivindicação mereceu acolhida e, em Oeiras, Capital da

Vista parcial da principal avenida da cidade

Vista da Rua Ibiapaba

Província do Piauí, a 24 de julho do mesmo ano foi expedido o Decreto n.º 436, criando o município, com sede no antigo povoado de Pelo Sinal, elevado à categoria de vila com território desmembrado do município do Príncipe Imperial e a denominação de Independência, sendo instalado a 1.º de março de 1858.

Por Lei geral n.º 3 012, datada de 22 de outubro de 1880, o território do município foi desanexado do Piauí e incorporado à Província do Ceará.

A Lei estadual n.º 107, de 20 de setembro de 1893, suprimiu o município, restaurando-o a Lei n.º 294, de 7 de agôsto de 1896. Sua reinstalação ocorreu a 16 de novembro do mesmo ano.

O Decreto estadual n.º 193, de 20 de maio de 1931, extinguiu vários municípios do Ceará, dentre êles o de Independência, que pela 2.ª vez perdia sua autonomia, reconquistando-a sòmente a 4 de dezembro de 1933, pelo Decreto n.º 1 156, do Interventor Roberto Carneiro de Mendonça, figurando na divisão administrativa daquele ano com os distritos de Independência, Novo Oriente, Santa Quitéria e Vertentes.

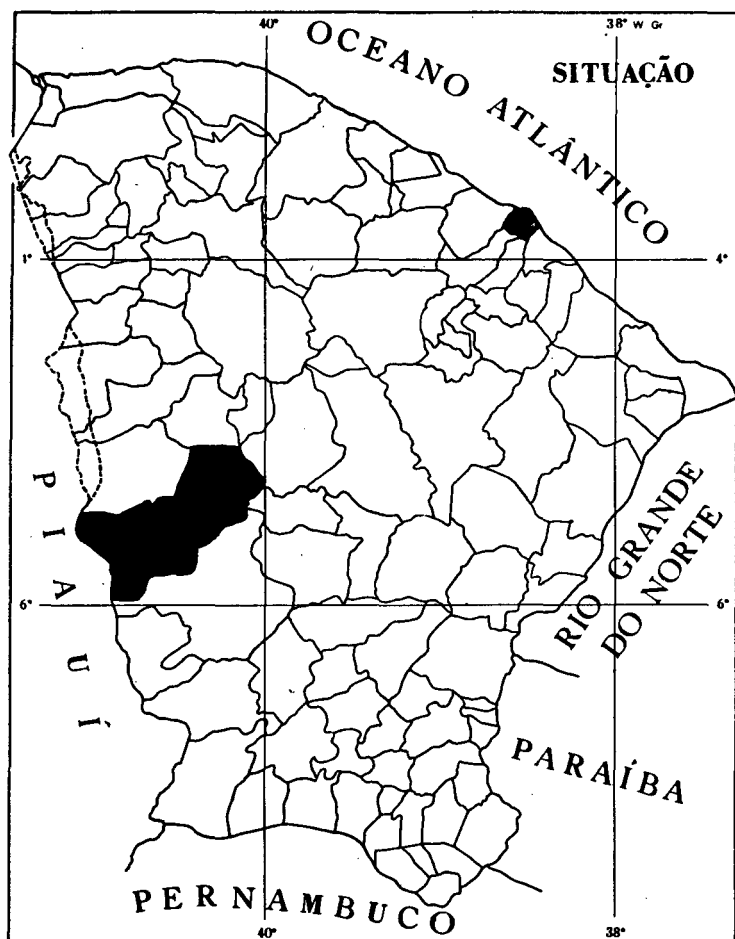
No anexo ao Decreto-lei estadual n.º 169, de 31 de março de 1938, que alterou a divisão territorial de 1936-1937, é criado o distrito de Bom Princípio, em Independência.

O Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, que dispôs sôbre a divisão territorial a vigorar no qüinqüênio 1939-1943, alterou a denominação do distrito de Santa Quitéria, que passou a denominar-se Coutinho. Também o Decreto-lei estadual n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943, que fixou a divisão territorial para o período 1944-1948, altera outras denominações, figurando o município nesse qüinqüênio com os distritos de Independência, Coutinho, Ematuba (ex-Bom Princípio), Iapi (ex-Vertentes) e Novo Oriente, mantidos pela Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951.

O têrmo judiciário de Independência, suprimido em 1893 e restaurado três anos depois, foi provido de juiz to-

gado em 1917 (Lei n.º 1 434, de 25 de setembro), mas a Lei n.º 2 160, de 15 de setembro de 1924, extinguiu êsse cargo. Em 1938, o têrmo, que sempre fôra dependente da comarca de Crateús, passou à jurisdição da de Tauá. Sobrevindo a promulgação da Constituição do Estado, a 23 de junho de 1947, que promoveu a comarcas os têrmos providos de juízes municipais (art. 22, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), o têrmo de Independência, desmembrado de Tauá, transformou-se em comarca de primeira entrância, situação, aliás, confirmada pela Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948.

Nas eleições realizadas a 3 de outubro de 1954, foram eleitos: Prefeito — Mário Souto Pimentel. Vereadores — Antônio Narcísio Vieira, Expedito Cardoso da Silva, Gumercindo Soares Mota, Joaquim Augusto Bezerra, João Francisco de Lacerda, José de Sousa Gulim, José Mozart Loureiro, Manuel Vieira Sobrinho e Pedro Cavalcante de Macedo.

LOCALIZAÇÃO — Totalmente incluído no Polígono das Sêcas, o município situa-se na Zona Fisiográfica do Sertão do Sudoeste. O território se estende pelos afamados sertões do Crateús, propício à criação de gado, no vale do rio Poti, abrangendo parte da Serra Grande, nos limites com o Estado do Piauí. Limita, ainda, com os municípios de Crateús, Tamboril, Boa Viagem, Pedra Branca e Tauá. A cidade dista da Capital, em linha reta, 269 quilômetros e possui as seguintes coordenadas geográficas: 5º 23' 40" de latitude Sul e 40º 19' 03" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Atinge 350 metros a altitude, na sede municipal.

Vista da praça do mercado

CLIMA — Salubre e sêco. A temperatura oscila de 17 a 36 graus. O período normal de inverno vai de janeiro a abril.

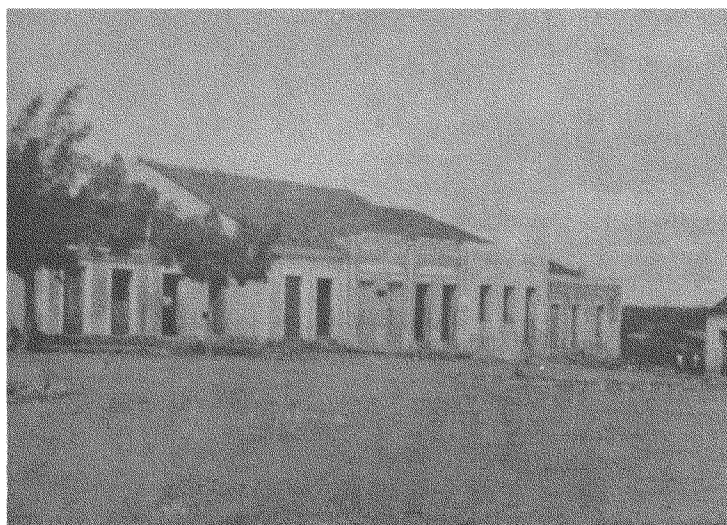
ÁREA — Totaliza 5 635 km^2, sendo o maior município do Estado do Ceará.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O solo do município se apresenta pouco acidentado, embora cortado por vários rios, dentre os quais se destacam o do Meio e Itoim. Em relêvo, salientam-se as serras da Ibiapaba, Joaninha, Guaribas, Mucunã, Pipocas, Calogi, Aniceto e Bargado, tôdas nas regiões limítrofes.

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas minerais são representadas por barro (argila), rutilo e jazidas calcárias. Oiticicais e matas para extração de madeira para construção e lenha são as únicas riquezas vegetais exploradas. E as riquezas animais consistem em pequenos animais silvestres.

POPULAÇÃO — A população do município de Independência, segundo o Recenseamento de 1950, era de 35 634 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — .... 17 857; mulheres — 17 777; brancos — 29 929 (15 025 homens e 14 904 mulheres); pretos — 5 280 (2 612 homens e 2 668 mulheres); pardos — 344 (182 homens e 162 mulheres) e sem declaração — 81 (38 homens e 43 mulheres).

Das pessoas de 15 anos e mais em número de 18 745, 7 522 eram solteiras, sendo 4 003 homens e 3 519 mulheres; casadas — 10 119 (5 037 homens e 5 082 mulheres); desquitada — 1 mulher; viúvas — 1 048 (257 homens e 791 mulheres) e sem declaração 55 (12 homens e 43 mulheres). Quase tôda a população era de nacionalidade brasileira. Apenas 2 naturalizados (1 homem e 1 mulher) e uma mulher sem declaração. Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos em um total de 35 559 habitantes, sendo 17 812 homens e 17 747 mulheres; protestantes — 25 (17 homens e 8 mulheres); outras religiões — 8 (5 homens e 3 mulheres); sem religião — 2 (1 homem e 1 mulher) e 40 não declararam o credo professado (22 homens e 18 mulheres).

A densidade era de 6,32 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 94,83% da população localizam-se

Vista parcial da Rua Santos Dumont

no quadro da zona rural, num total de 33 794 habitantes (17 021 homens e 16 773 mulheres). Dentre as cidades do interior do Estado do Ceará, Independência é uma das maiores em extensão, com 5 635 km², ocupando o 2.º lugar, superada apenas por Tauá, com 7 602 km².

O município de Independência, segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística, para 1.º de julho de 1957, tem 42 836 habitantes. Relativamente ao Censo de 1950, o aumento de 7 202 pessoas corresponde a 20,21%, percentagem inferior à do Estado, que, no mesmo período, era 18,54%.

Aglomerações urbanas — São 5 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Independência, com 719 habitantes (308 homens e 411 mulheres); a vila de Coutinho, com 351 habitantes (175 homens e 176 mulheres); a vila de Ematuba, com 101 (44 homens e 57 mulheres); a vila de Iapi, com 123 habitantes (54 homens e 69 mulheres) e a vila de Novo Oriente, com 546 habitantes (255 homens e 291 mulheres). No quadro da zona urbana da cidade e vilas existiam 1 219 habitantes (537 homens e 682 mulheres) e no quadro suburbano 621 pessoas sendo 299 homens e 322 mulheres.

Igreja da Independência

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal fonte de riqueza de Independência provém da atividade agropecuária, salientando-se a criação de gado bovino. As principais culturas agrícolas são as do milho, do feijão e da mandioca.

Apurou o Recenseamento Geral de 1950 que nada menos de 95,27% da população ativa do município, considerados como tal os habitantes de 10 anos e mais, estavam concentrados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

A safra agrícola de 1955 foi estimada pelo Departamento Estadual de Estatística em Cr$ 8 210 250,00, merecendo destaque os seguintes produtos: milho — 21 000 sacos de 60 quilos = Cr$ 2 100 000,00; feijão — 13 000 sacos de 60 quilos = Cr$ 2 600 000,00; mandioca — 14 000 toneladas = Cr$ 1 540 000,00; arroz — 4 000 sacos de 60 quilos = Cr$ 800 000,00; algodão arbóreo — 6 000 arrôbas = Cr$ 600 000,00 e cana-de-açúcar — 3 600 toneladas = Cr$ 378 000,00. Seguem-se pequenos cultivos de batata-doce, mamona e côco-da-baía.

Salão Paroquial

Os excedentes da produção agrícola se destinam, na sua quase totalidade, à praça de Crateús, no Ceará, principal mercado comprador do município.

Em 1955, o D.E.E. estimou a pecuária, que é uma das mais bem desenvolvidas do Estado, em 175 891 cabeças, valendo cêrca de Cr$ 99 062 570,00, assim discriminadas: 47 295 bovinos, 13 743 eqüinos, 14 636 asininos, 7 961 muares, 12 422 suínos, 28 092 ovinos e 51 742 caprinos.

Conclui-se dos números supra que as parcelas de maior vulto são as correspondentes a bovinos, ovinos e caprinos, o que evidencia a preferência dos fazendeiros por essas espécies pastoris.

A produção de leite somou 130 000 litros = ... Cr$ 1 950 000,00; a de queijo avultou em 4 000 quilos = Cr$ 80 000,00, registrando-se, ainda, 900 quilos de manteiga = Cr$ 18 000,00.

Os principais mercados compradores do gado de Independência são os municípios de Boa Viagem e Crateús, no Ceará.

A produção extrativa foi estimada para 1956, em Cr$ 1 270 200,00, somando a de cal 400 toneladas, a de rutilo 25 toneladas, a de madeiras para fins industriais e domésticos 45 m^3 e a de semente de oiticica 10 000 kg, afora pequena quantidade de peles silvestres.

Em 1955 Independência produziu 2 000 sacos de 60 quilos de farinha de mandioca e 32 000 quilos de goma, no valor respectivo de Cr$ 240 000,00 e Cr$ 144 000,00, e 2 400 quilos de rapadura, valendo Cr$ 7 200,00.

A energia elétrica do município é produzida para iluminação pública e domiciliária.

COMÉRCIO — Existem, na sede municipal, 11 estabelecimentos de comércio varejista. Segundo os dados registrados no Censo Comercial de 1950, havia em todo o município 80 estabelecimentos varejistas e 15 atacadistas.

Em 1949, o valor das vendas efetuadas pelos estabelecimentos varejistas e atacadistas atingiu 3 244 e 1 351 milhões de cruzeiros, respectivamente.

O comércio local mantém transações com as praças de Fortaleza e Crateús.

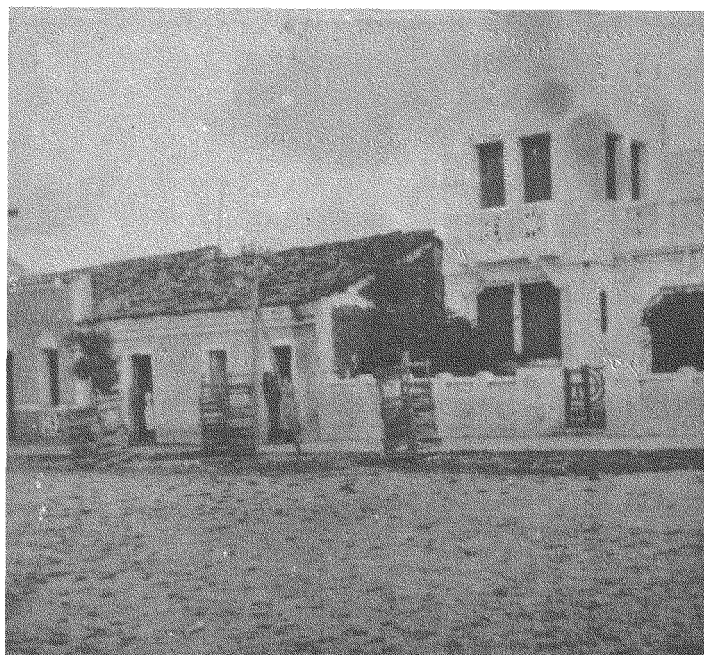
Outro aspecto da Rua Santos Dumont

Importa o município, sobretudo, tecidos, medicamentos e mercadorias em geral.

O município de Independência exporta gado para corte e queijo de coalho.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Independência liga-se com a Capital do Estado e com os municípios vizinhos por intermédio dos seguintes meios de transporte: Boa Viagem: rodoviário (84 km); Crateús: rodoviário (56 km); Pedra Branca: a cavalo (32 quilômetros); Tamboril: rodoviário (86 km); Tauá: rodoviário (82 km); Valência, PI: rodoviário (297 km) via Tauá; São Miguel do Tapuio, PI: rodoviário via Crateús (123 km); Capital Estadual: misto — a) rodoviário (144 quilômetros) até Senador Pompeu e b) ferroviário (R.V.C.) 290 km.

Possui o município de Independência um campo de pouso e uma agência do Departamento Regional dos Correios e Telégrafos para as comunicações postais-telegráficas.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Independência é servida pela rodovia Crateús—Senador Pompeu. Possui 18 logradouros, dos quais apenas 1 é parcialmente pavimentado a paralelepípedo, sendo 7 arborizados.

Vista parcial da Rua Capitão Mota

Dos seus 257 prédios, 230 são exclusivamente residenciais; 18 simultâneamente residenciais e para outros fins; e, finalmente, 9 exclusivamente destinados a outras finalidades.

É servida por iluminação pública e particular, sendo de 90 o número de prédios iluminados.

A municipalidade mantém um serviço de limpeza das vias públicas, beneficiando alguns dos principais logradouros.

Como meio de hospedagem há duas pensões na cidade, cobrando a diária média de Cr$ 80,00.

Na Prefeitura Municipal, em 1956, estavam registrados 4 jipes, 3 camionetas, 15 motociclos e 4 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Apenas 1 farmacêutico exerce suas atividades no município. O comércio de medicamento é explorado por três farmácias, sediadas na sede do município.

Mercado Público

Sede do Círculo Operário

ASSISTÊNCIA SOCIAL — Esta assistência é prestada por duas conferências vicentinas, do Culto Católico Romano, sediadas uma na sede do município, uma no distrito de Coutinho e outra no distrito de Novo Oriente.

Conta, ainda, com o Círculo Operário de Independência, congregando, em 1956, 504 associados, proporcionando benefícios de natureza mùtuamente aos componentes do seu quadro social.

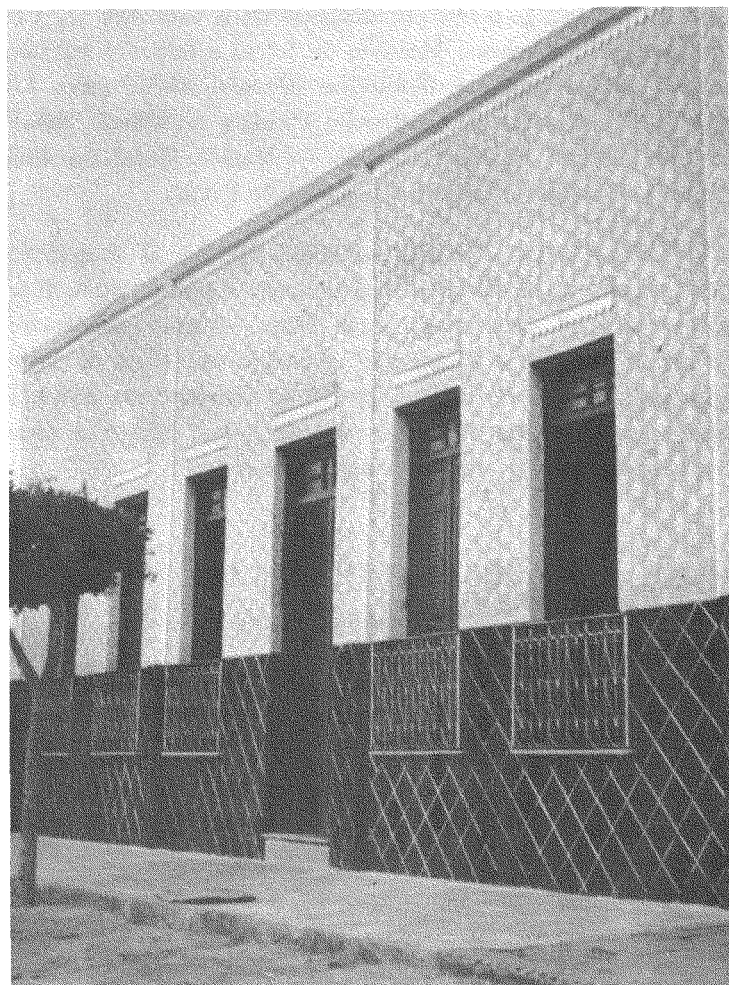
ALFABETIZAÇÃO — Do total de habitantes, com 5 anos e mais, em número de 29 024, 5 259, ou seja, 18%, sabiam ler e escrever, sendo 3 023 homens e 2 234 mulheres. A cidade possuía 584 pessoas com a mesma idade escolar, das quais 273 eram alfabetizadas (108 homens e 165 mulheres).

Ensino — Em 1956, o ensino primário fundamental comum era ministrado por 48 unidades, nas quais estavam matriculados no início do ano letivo cêrca de 1 078 alunos. Foi de 14,20% a taxa de crianças matriculadas em 1950, no referido município e 24,3%, no Estado do Ceará.

Cadeia Pública

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe na cidade a Associação Beneficente, Recreativa e Literária, que tem por finalidade precípua o desenvolvimento intelectual e moral dos filhos de Independência.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	169	122	118	110
1951.......	—	226	341	161	341
1952.......	—	344	443	205	449
1953.......	—	350	782	222	737
1954.......	—	269	583	211	583
1955.......	—	410	987	207	977
1956.......	169	875	1 275	342	1 119

Casa Paroquial

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E EFEMÉRIDES — A principal cerimônia religiosa do município é a festa em honra à padroeira, Nossa Senhora Santana, que vem sendo comemorada com muito brilhantismo nos dias 17 a 26 de julho. A população católica daquela região, compreendendo os municípios vizinhos, comparece em grandes romarias para prestar a sua justa homenagem à milagrosa santa. Ocasiona a celebração um movimento incomum na sede municipal e os festejos religiosos são encerrados no último dia com uma procissão que o povo contrito e piedoso acompanha em todo o seu trajeto pelas principais ruas da cidade.

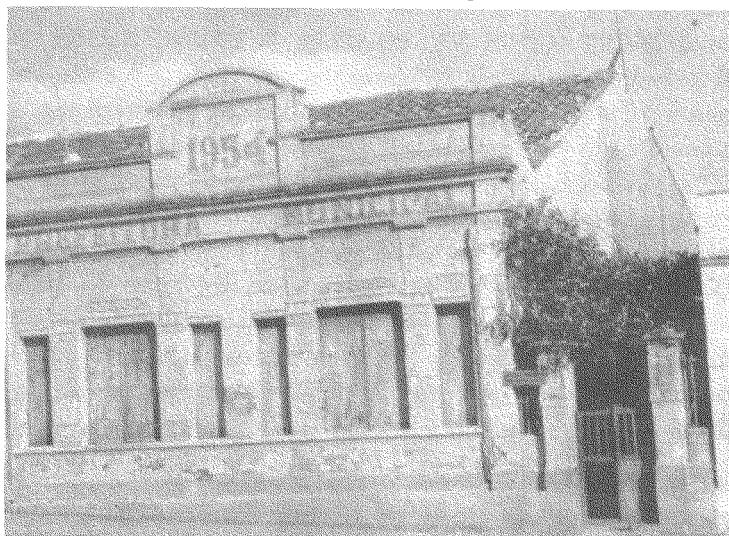
VULTOS ILUSTRES — Dentre os vários vultos de relêvo citam-se os seguintes: *Padre José Rufino Soares Valamira* — Deputado provincial em várias legislaturas. *Dou-*

tor José Pires Sabóia Filho — Poeta, jornalista, Diretor dos Diários Associados do Maranhão, Professor Catedrático da Faculdade de Direito de S. Luís e advogado brilhante. *Doutor Antônio Pinto Areal Souto,* bacharel pela Faculdade de Recife, poeta, orador e jornalista. No Acre tem ocupado elevados cargos como secretário de várias prefeituras, Intendente do Purus, Diretor da Instrução Pública, Chefe de Polícia e Secretário-Geral do primeiro govêrno do regime atual, devendo a êle, quase tôda a regulamentação dos serviços administrativos do Território. *Doutor José Mateus Gomes Coutinho* — Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife e doutor em Direito pela Faculdade do Ceará. Advogado, professor de Direito. Tem publicado livros de real merecimento. *Padre Plácido de Oliveira* — Paroquiou Solonópole, Milagres e curou a catedral de Crato. Espírito profundamente sacerdotal, foi um levita exemplaríssimo. Homem de letras e fecundo tribuno sacro. *Desembargador Umbelino Moreira de Oliveira Lima* — Foi Diretor da Instrução Pública do Piauí. *Monsenhor Vicente Ferreira Galvão* — Vigário-Geral no Maranhão. Deixou de aceitar o bispado do Piauí.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município compreende duas paróquias: a da sede do município, fundada em 1796, tem como orago Nossa Senhora Santana. Conta 10 templos e 7 associações religiosas. A outra paróquia foi fundada no distrito de Novo Oriente, em 1954, e tem a invocação de São Francisco de Assis. São 5 os seus templos e conta 4 associações religiosas.

IPAUMIRIM — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — As terras compreendidas no município de Ipaumirim, cuja denominação antiga era Alagoinha, quando ainda vila do município de Baixio, ficam situadas no sul do Estado e fazem limites com as comunas do Icó, Lavras da Mangabeira e Estado da Paraíba. Tôda a vasta região, excelente para o trabalho agrícola e para o labor do pastoreio, conta com boas fazendas, açudes e estradas que ligam os centros produtores e de maior densidade demográfica. Umari foi o município de onde se originou Ipaumirim e Baixio. A ferrovia, passando por Baixio, contribuiu

Casa residencial

Rua do Comércio

para o progresso dessa localidade, do que lhe adveio a independência política e administrativa. O comércio com a cidade de Cajàzeiras (Paraíba) foi o fator preponderante para a outorga da maioridade à vila de Ipaumirim. Ressalte-se, ainda, o trabalho e o idealismo do Dr. Francisco Vasconcelos de Arruda, líder político da região e que foi o pioneiro da idéia da emancipação de Ipaumirim, tendo-se em vista as obras, de interêsse coletivo, que levou a bom têrmo nesta localidade. Mas, rememorando o passado e a formação do novel município cearense, a crônica histórica registra que um dos primeiros habitantes da região foi o francês Joseph Aleth Doullétte que, segundo o douto Barão de Studart, levantou as primeiras casas em Umari. A tradição popular guarda, por igual, o nome de Antônio Malheiros, fazendeiro abastado, homem operoso e que foi um dos que colaboraram para a fundação do lugarejo. A matriz de São Gonçalo, situada na praça principal da cidade de Umari, foi mandada erguer pelo francês Joseph. É construção antiga e secular e, apesar das reformas, ainda guarda, indelèvelmente, os traços marcantes e vivos da arquitetura colonial. O cemitério de Umari originou-se do fato de Joseph ter-se escandalizado da distância que percorriam para o sepultamento. Partiam de Umari e iam ser sepultos nos sertões longínquos de Icó.

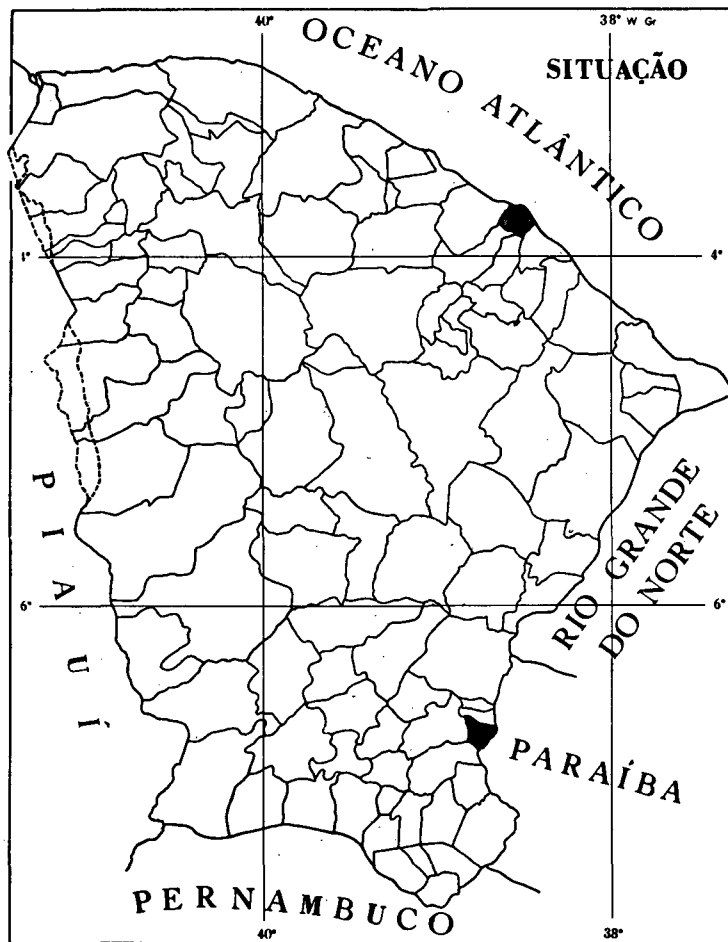
Corria o ano de 1824 e a dramática República do Equador, fruto do idealismo revolucionário de alguns liberais, agonizava. Certa manhã, Umari recebe centenas de combatentes que atravessavam os sertões, vindos dos lados de Pernambuco e da Paraíba. Fazia parte da tropa o famoso frei Caneca, mais tarde fuzilado. Comandava a soldadesca vencida o valente capitão Maxi. Era o trôço da célebre Expedição Cazumbá que buscava demora na Fazenda Picada.

Félix Antônio de Albuquerque, ex-Presidente da Paraíba, revolucionário, era o chefe supremo da fôrça. Ao deixarem Umari, dias depois, dava-se o encontro decisivo com as tropas de Pereira Filgueiras e a derrota foi fatal e dramática.

O município de Umari foi criado de conformidade com a Lei estadual n.º 2 046, de 12 de novembro de 1883. Com a inauguração da estrada de ferro passando por Baixio, o progresso de logo se fêz sentir nessa localidade. O comércio tomou impulso e o lugar prosperava em pouco

Igreja de Nossa Senhora da Conceição

tempo.. Daí haver o Decreto n.º 650, de 30 de junho de 1932, transferido a sede do município de Umari para Baixio, erguido em vila, passando o município a ter êsse mesmo nome, isto é, Baixio. Umari passava, assim, a simples condição de vila a integrar, com o território do seu distrito, o município mencionado. Com o correr dos anos, Alagoinha passa, então, a ter vida própria, com movimentado comércio, feiras concorridas, missas aos domingos, celebradas pelo vigário, monsenhor Carlos Morais, da Paróquia de Umari, e com a construção de boas residências, ruas calçadas, iluminação e a edificação de alguns prédios públicos. Desde 30 de dezembro de 1943, Alagoinha passara a denominar-se Ipaumirim. O povo, então, principia a lutar pela autonomia de Alagoinha. A Lei n.º 2 161, de 12 de dezembro de 1953, transfere a sede do município de Baixio para a vila de Ipaumirim, elevada à categoria de cidade. A resolução do govêrno estadual, datada de 4 de dezembro de 1954, transfere para Ipaumirim a sede da comarca do mesmo nome. Não tendo sido instalada, o movimento judicial continua, ainda, em Baixio, desligado de Ipaumirim e, também, elevado à categoria de município. Do antigo município de Umari se originaram, destarte, os municípios de Umari, Baixio e Ipaumirim, sendo o primeiro, històricamente, o mais antigo dos três. Nas eleições gerais de 1954, foram eleitos: Prefeito — Osvaldo Ademar Barbosa; Vereadores — Wilfrido Gondim Leite, Vicente Gomes de Morais, Alexandre Gonçalves da Silva, Expedito Antas Moreira, Vicente Ferreira de Sousa, Alexandre Gonçalves de Araújo, João Crispim Gonçalves, José Ferreira Lima e Nilson Alves de Lima.

LOCALIZAÇÃO — O município acha-se localizado, fisiogràficamente, na Zona do Sertão do Salgado e Alto Jaguaribe, limitando-se com os municípios de Baixio, Aurora, Lavras da Mangabeira e Estado da Paraíba. A cidade dista da capital do Estado, em linha reta, 337 km, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 6º 47' de latitude Sul e 38º 43' de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O município apresenta clima sêco e quente, observando-se uma temperatura variável entre 23 e 36 graus centígrados, ocorrendo com maior freqüência a de 30 graus. A época invernosa vai de janeiro a maio, com trovoadas principalmente no início das chuvas. O verão, ou tempo sêco, tem início em junho, prolongando-se até dezembro. A precipitação pluviométrica de 1956 foi de 850 milímetros.

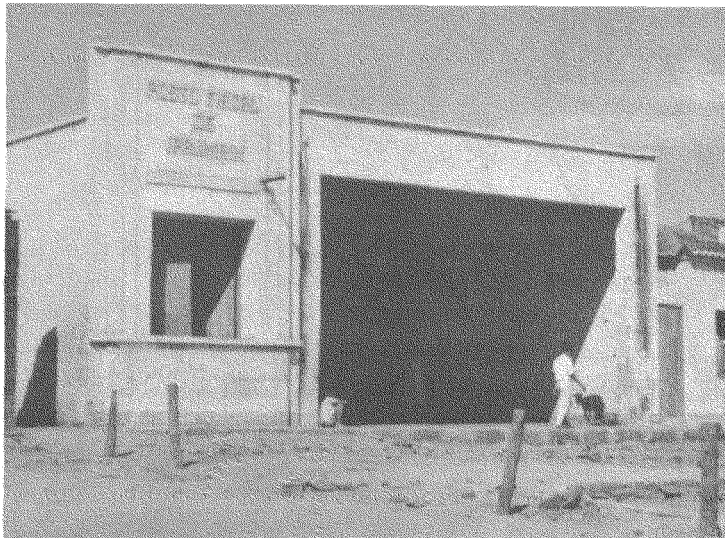
ÁREA — Ipaumirim é um dos menores municípios cearenses em extensão territorial, possuindo uma área de apenas 301 km², pelo que ocupa, nesse tocante, o 89.º lugar no conjunto das demais comunas do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território do município é em parte montanhoso e em parte plano. Seus principais acidentes geográficos são os seguintes: serra da Areia e serra da Várzea Grande, nos limites com o município de Aurora (CE), e serra do Catolé, nos limites com o Estado da Paraíba; riacho do Guia, riacho Serra Redonda, riacho das Almas, riacho do Trapiá e riacho da Capoeira.

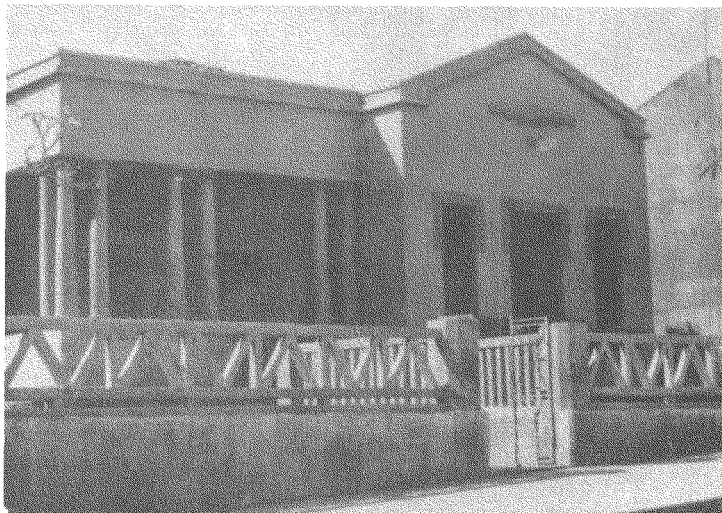
RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral: jazidas de cal, de amianto e de argila plástica (barro); no reino vegetal: oiticicais, carnaubais e extração de madeiras, me-

recendo registro no reino animal apenas a extração de peixes em açudes.

POPULAÇÃO — No Recenseamento Geral de 1950, Ipaumirim era distrito de Baixio, com população de 7 592 habitantes, sendo que 3 801 eram homens e 3 791 mulheres. No quadro rural localizava-se a maior parte de sua população, ou seja, 77,35%, perfazendo o total de 5 873 (2 980 homens e 2 893 mulheres), donde se conclui que o município era preponderantemente rural. Segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística, para 1.º de julho de 1957, Ipaumirim tem o efetivo de 9 104 habitantes. Por ocasião do Censo de 1950, Ipaumirim era distrito do município de Baixio, e tinha, juntamente com Felizardo, 7 592 pessoas. Verifica-se que ocorreu um acréscimo de 1 512 pessoas, isto é, 19,92%, quota superior à do Estado, que em igual período era de 18,54%.

Aglomerações urbanas — À época do Recenseamento Geral de 1950, o aglomerado urbano era constituído da atual cidade de Ipaumirim com 1 465 habitantes (691 homens e 774 mulheres) e a vila de Felizardo com 254 (130 homens e 124 mulheres), assim distribuídos: na zona urbana, 891 habitantes (421 homens e 470 mulheres) e na zona suburbana, 828 (400 homens e 428 mulheres).

Pôsto Fiscal

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As principais fontes de riqueza de Ipaumirim são a agricultura e a pecuária, notadamente as culturas do algodão arbóreo, do milho, do feijão, do arroz e da cana-de-açúcar, produtos básicos à economia local. A safra agrícola de 1955 foi avaliada pelo Departamento Estadual de Estatística em Cr$ 57 412 850,00, tendo maior relêvo os seguintes produtos: 380 000 arrôbas de algodão arbóreo (Cr$ 49 400 000,00); 16 000 sacos de 60 quilogramas de feijão (Cr$ 3 200 000,00); 31 165 sacos de 60 quilogramas de milho (Cr$ 2 493 200,00); 5 000 sacos de 60 quilogramas de arroz (Cr$ 1 250 000,00); e .. 10 000 toneladas de cana-de-açúcar (Cr$ 900 000,00), registrando-se, ainda, pequenos cultivos frutícolas. Os principais centros compradores dos produtos agrícolas do município são as praças de São Paulo, Rio de Janeiro e Campina Grande.

Quanto à pecuária, que é bem desenvolvida, estimou-a o Departamento Estadual de Estatística, em 31-XII-1955, em 62 900 cabeças, no valor de Cr$ 75 915 000,00, compre-

Casa residencial

endendo 10 700 bovinos, 4 300 eqüinos, 3 600 asininos, 5 000 muares, 28 600 suínos, 7 900 ovinos e 2 800 caprinos. Deduz-se da leitura dos números acima que as parcelas mais avultadas são as relativas a bovinos e suínos, fato que evidencia a preferência dos criadores por essas espécies pecuárias. Não há, contudo, exportação de gado. A produção de leite somou 360 000 litros .... (Cr$ 1 442 000,00); a de queijo, 1 600 quilogramas .... (Cr$ 72 000,00) e a de manteiga, 500 quilogramas .... (Cr$ 25 000,00).

Em 1956, a produção extrativa de Ipaumirim foi estimada em Cr$ 2 299 980,00, salientando-se a extração de amianto (395 toneladas), cal de pedra (70 toneladas) e madeira para construção, fins industriais e domésticos .. (21 431 m³), vindo em menor escala a extração de barro, sementes de oiticica, cêra de carnaúba, carvão vegetal e peixes.

Os engenhos esparsos pelo município produziram, em 1955, 1 000 toneladas de rapadura, no valor de .... Cr$ 4 000 000,00. A produção de energia elétrica, em 1956, destinou-se à iluminação pública e domiciliária. Dos 7 estabelecimentos fabris que, em 1956, preencheram os questionários do Registro Industrial, 2 se dedicavam ao beneficiamento de algodão, 1 à fabricação de óleo de caroço de algodão e 4 à panificação, dos quais 3 eram da classe dos que ocupam 5 pessoas e mais. Os principais estabelecimentos industriais de Ipaumirim são os seguintes: Usina São

Outra vista de uma casa residencial

Mercado Público

Luís (beneficiamento de algodão), Usina São Francisco (beneficiamento de algodão) e Fábrica São José (produção de óleo de algodão).

COMÉRCIO — Relativamente desenvolvido, o comércio de Ipaumirim processa-se com mais vantagens através de sua ligação com o vizinho Estado da Paraíba, sendo de menor importância a transação que mantém com os municípios do Ceará. Ipaumirim importa tecidos, ferragens, miudezas em geral, perfumes, artigos para fumantes, medicamentos, açúcar, café, etc., e exporta oiticica, algodão (em rama e em pluma), feijão e milho. Funcionam 25 estabelecimentos comerciais na sede municipal, sendo 10 atacadistas e 15 varejistas.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Ipaumirim liga-se aos municípios vizinhos e à capital do Estado por intermédio dos seguintes meios de transporte: a Aurora — 1.º misto: a) rodoviário até Baixio — 9 km, e b) ferroviário (R.V.C.) — 78 km; 2.º misto: a) rodoviário até Lavras da Mangabeira — 30 km, e b) ferroviário (R.V.C.) — 26 km; a Icó — rodoviário — 68 km; a Lavras da Mangabeira — rodoviário — 30 km, ou misto: a) rodoviário até Baixio — 9 km, e b) ferroviário (R.V.C.) — 52 km; a Antenor Navarro (PB) — misto: a) rodoviário até Baixio — 9 km, e b) ferroviário (R.V.C.) — 33 km; a Cajàzeiras (PB) — misto: a) rodoviário até Baixio — 9 km, e b) ferroviário (R.V.C.) — 57 km, rodoviário — 30 km; à capital do Estado — misto: a) rodoviário até Baixio — 9 km, e b) ferroviário (R.V.C.) — 516 km; rodoviário — 468 km.

Vista de outra casa residencial

Uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos atende à população de Ipaumirim no que tange ao serviço de comunicações.

Cadeia Pública

ASPECTOS URBANOS — Em 14 logradouros existentes na sede municipal são distribuídos 465 prédios, dos quais 325 servem de residência. Dispõe de 6 logradouros totalmente pavimentados a paralelepípedos, cuja área se eleva a 10 547 m^2. Quatro ruas e uma praça são servidas de arborização, enquanto uma outra praça se encontra arborizada e simultâneamente ajardinada. As vias públicas são iluminadas a eletricidade, havendo 170 ligações domiciliares. O serviço de limpeza pública da municipalidade mantém um operário em permanente labor na remoção do lixo. Acham-se cadastrados na Prefeitura 8 jipes e 17 caminhões. Para hospedar os visitantes, há duas pensões cobrando a diária média de Cr$ 70,00.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência à saúde é prestada ao povo de Ipaumirim por um pôsto médico, duas farmácias, 1 médico e dentista e dois farmacêuticos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — O serviço de assistência social é prestado pela Sociedade de São Vicente de Paulo, do culto católico apostólico romano. A Sociedade Mútua Beneficente de Baixio, com sede na cidade de Ipaumirim, proporciona assistência social aos seus 313 associados.

Hotel São Jorge

ALFABETIZAÇÃO — A população urbana da cidade e vila do município de Ipaumirim, com 5 anos e mais, verificada pelo Recenseamento Geral de 1950, foi de 1 448 habitantes, dos quais 614 eram alfabetizados, sendo 289 ho-

Indústria de beneficiamento de algodão

mens e 325 mulheres. No distrito-sede habitavam 1 233 pessoas do mesmo grupo de idade; dêsse número, 265 sabiam ler e escrever.

Ensino — O município dispõe de 21 unidades escolares que ministram o ensino primário fundamental comum, em que foram matriculados, no início do ano letivo de 1956, cêrca de 870 alunos de ambos os sexos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funciona na cidade uma biblioteca particular, de caráter geral, pertencente à Associação Rural de Ipaumirim.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	1 786	330	225	330
1951	—	1 443	248	230	248
1952	—	1 010	222	198	222
1953	—	1 123	218	119	218
1954	—	2 113	208	134	208
1955	—	3 325	350	285	350
1956 (1)	138	5 872	350	282	350

(1) Orçament

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Dos festejos realizados no município, destacam-se as festas natalinas na sede, as quais decorrem muito movimentadas, durante o mês de dezembro. Há missa solene à meia-noite, diversões várias, jogos nas ruas e praças, etc.

Realizam-se procissões tradicionais por ocasião da festa de São Gonçalo do Amarante, a 10 de janeiro, na vila de Umari, na sede da Paróquia; da festa de São Francisco de Assis, a 4 de outubro, na vila de Baixio, e da festa de São Sebastião, a 20 de janeiro, comemorada na sede do município com todo brilhantismo.

VULTOS ILUSTRES — Teve berço em Ipaumirim Dom Zacarias Rolim de Moura, Bispo da Diocese de Cajàzeiras, no Estado da Paraíba.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Município fronteiro que limita o Estado do Ceará com o da Paraíba, possui cinco açudes, armazenando 7 647 400 metros cúbicos de água. É sede de Paróquia, com a invocação de Nossa Senhora da Conceição, a qual tem 8 templos, é servida por 2 sacerdotes e pertence à Diocese do Crato. Oito associações religiosas, com elevado número de adeptos, difundem o catolicismo em Ipaumirim.

IPU — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Rezam as crônicas que, em 1694, a Côrte de Portugal fêz doação de vinte léguas de terras a Dona Joana Paula Vieira Mimosa, mulher excepcional, mãe de muitos filhos e que foi um baluarte para a conquista e definitiva colonização das terras onde hoje se ergue a cidade do Ipu, sede do município de mesmo nome. O historiador Eusébio de Sousa, filho de Ipu, referindo-se ao fato, afirma que D. Joana conseguia, com muito jeito, catequizar a indiada que descia a serra Grande e vinha pescar nos rios e riachos localizados nas proximidades do Ipu. Em 1740, vieram ter ao arraial, já formado com casas de chão de barro batido em forma de rua, vários clérigos, missionários da Vila Real de Viçosa. Em 1870 é feita doação de terras para formar o patrimônio da pequena capela que se estava a erguer sob a invocação de São Sebastião. Em tôrno do pequeno templo, vêm situar-se várias casas que formam, então, o "quadrado da Igreja". Naquela época, chamava-se a povoação Papo. Em 1841 é curada a pequena capela. O arraial vai crescendo. Aos 12 de maio de 1791, é criado o município que teve a sua primeira sede na povoação de Campo Grande, então elevada à categoria de vila com o nome de Vila Nova d'El Rey, instalada pelo Ouvidor Manuel Magalhães Pinto e Avelar de Barbedo. A Lei provincial n.º 200, de 26 de agôsto de 1840, suprime a vila de Campo Grande que é transferida para o Ipu Grande, que passou à categoria de vila, com a denominação de Vila Nova do Ipu Grande. Anos depois, a famosa freguesia da Serra dos Côcos, situada no lugar denominado São Gonçalo, no cimo da serra Grande e que tinha grande influência em tôda a zona norte do Estado, foi igualmente transferida para o Ipu, passando a ter sua sede na capela de São Sebastião elevada à categoria de Matriz.

Registram as crônicas que, por ocasião da construção da capela de São Sebastião, um aventureiro holandês enterrara na praça fronteiriça ao templo um tesouro imenso, deixando-o sob a guarda de São Sebastião. Afirmam os antigos que o tesouro havia sido retirado pelo holandês de uma gruta enorme que ficava a doze quilômetros do Ipu, localizada no lugar chamado Donato. A riqueza fabulosa vivia guardada por uma enorme serpente de olhos de fogo... O holandês havia descoberto o segrêdo de como a serpente fechava os olhos. Apoderou-se de grande parte das preciosidades e levou-as para o Ipu. Meses depois, vol-

Agência dos Correios e Telégrafos

ta para retirar o que havia ficado e é devorado pelo selvagem e temível animal. Dizem que João da Costa Alecrim descobriu o precioso achado, ficando rico da noite para o dia. Quando o ipuense da quadra colonial passava pelas ruas da vila o povo lhe dava as costas. É que o tesouro pertencia, com justiça, ao santo do lugar que o havia guardado por longos anos...

Há muitas décadas passadas dois inglêses andaram pelas cercanias do Ipu e localizaram minas de ouro. Um dêles se chamava Dixon. Depois de levantar o mapa da região percorrida e o local exato da situação da mina, parte para a capital do Império, a fim de conseguir o natural privilégio de exploração.

Ao regressar, foi morto misteriosamente no Recife, quando dormia, e nunca se teve notícia do "homem das minas".

O engenheiro Heráclito de Carvalho, de sociedade com o coronel José Bernardo Teixeira, resolve, então, explorar a mina do Ipu, situada a doze quilômetros da cidade. Apresta numerosa caravana de negros e pequena e tôsca maquinaria. Levanta tenda de trabalho e põe mãos à obra. Conseguiu encontrar algumas pepitas do precioso metal. Caindo em desalento, foi envolvido por terrível nervosismo. Curado, regressa ao local da mina e ergue, então, singular aparelhagem, por êle mesmo idealizada. Novamente é acometido de mal súbito, vindo a falecer pobre e desiludido.

Êste foi o fim melancólico das célebres minas do Ipu...

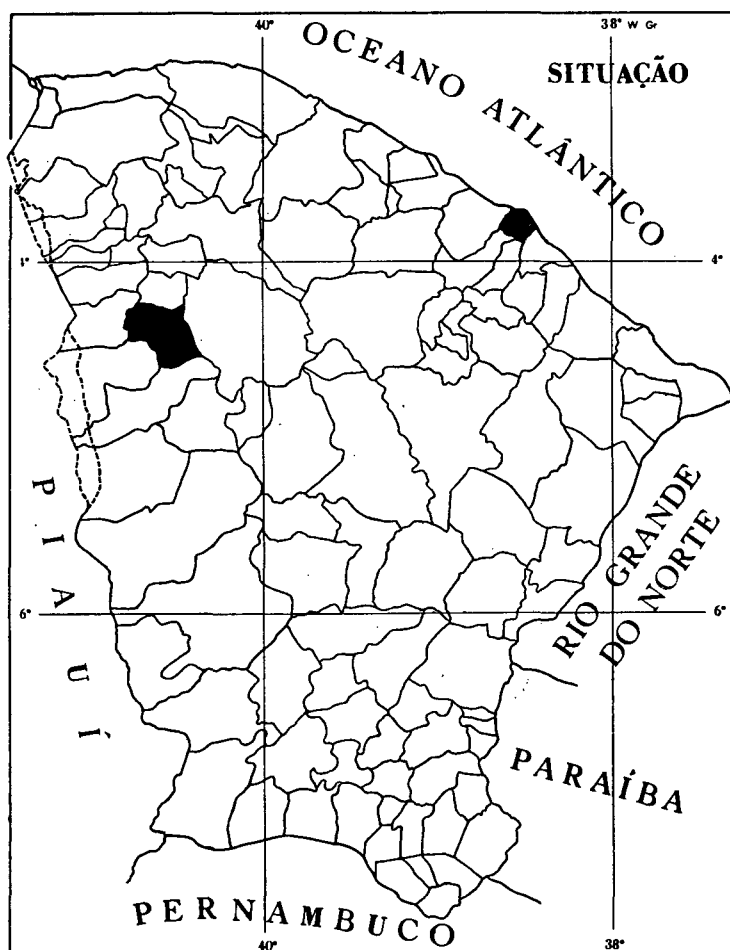
Nas proximidades da cidade do Ipu, ao sopé da serra Grande e dominando as suas faldas, deságuam as águas do riacho Ipuçaba, que forma uma belíssima queda denominada a "Bica do Ipu". Reza a tradição que, certa feita, um jovem par, casado às escondidas da família, descia a famosa escada de pedra que liga o vale ao alto da serrania. Numa fração de segundo, o jovem é lançado despenhadeiro abaixo... Anos depois, era sempre observada, à tardinha, a reprodução da tragédia... Haviam casado na manhã do trágico dia e afirmavam as más línguas que fôra a noiva que empurrara o jovem sertanejo...

A Vila Nova do Ipu Grande foi suprimida pela Lei provincial de n.º 230, de 12 de janeiro de 1841, que fêz retornar ao Campo Grande a sede do município. Mas, aos 3 de dezembro de 1842, por fôrça do diploma legal de número 261, do govêrno provincial, a referida vila foi revertida ao Ipu. A freguesia de São Sebastião do Ipu foi criada em face da Lei provincial n.º 2 037, de 27 de outubro de 1883. A vila do Ipu foi elevada à categoria de cidade, de acôrdo com a Lei provincial n.º 2 098, de 25 de novembro de 1885. No quadro da divisão administrativa do Brasil, de 1911, o município compõe-se dos seguintes distritos: Ipu, Varjota e Várzea. O Decreto estadual n.º 1 156, de 4 de setembro de 1933, do Interventor Federal Roberto Carneiro de Mendonça, dividiu o município em cinco distritos: Ipu, Ipueiras, Pires Ferreira, São Gonçalo e Varjota; entretanto, em 1937, já apresenta nova estrutura: Ipu, Baixa Larga, Frade e Pires Ferreira, com a circunstância de terem sido as sedes distritais, com excessão do núcleo do Ipu — cidade desde 1885 — elevadas à categoria de vila (Decreto-lei n.º 169, de 31 de março de 1938). Pelo Decreto estadual n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, que fixou o quadro territorial para vigorar de 1939 a 1943, o município figura com a seguinte composição: Ipu, Irajá (ex-Frade), Pires Ferreira e Santo Isidro, situação que se manteve, sem alteração, no qüinqüênio seguinte (Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943) e ainda na reforma levada a efeito no Govêrno Raul Barbosa, nos têrmos da Lei estadual n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, que outorgou nova divisão política, territorial e administrativa ao Estado. A comarca do Ipu, com território desmembrado da de Sobral, foi criada por Lei provincial n.º 472, de 31 de agôsto de 1848, com sede na vila Nova Ipu Grande. Extinta em 1891 (Decreto estadual número 196, de 5 de junho) e restaurada em 1897 (Lei estadual n.º 422, de 29 de setembro), a comarca manteve-se sem maiores alterações, verificando-se mudança, apenas, nos têrmos a ela jurisdicionados. Atualmente é comarca de terceira entrância em observância ao disposto no art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Constituição do Estado, de 23 de junho de 1947), situação confirmada pela Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948. No pleito de 3 de outubro de 1954, foram eleitos: Prefeito, Abdias Martins de Sousa Tôrres; Vereadores: Antônio Pereira Martins, Antônio Rodrigues Martins, Antônio Olímpio, Bernardo Afonso de Farias, Francisco Costa Martins, Francisco Pinto de Oliveira, Francisco Martins de Pinho, José Carvalho Aragão e Zeferino de Castro.

Estação da Rêde de Viação Cearense

Praça Major Quixadá

LOCALIZAÇÃO — O município de Ipu fica situado numa das 12 Zonas Fisiográficas em que se divide o Estado — a do Ibiapaba. Limita-se com os municípios de Guaraciaba do Norte, Reriutaba, Santa Quitéria, Nova Russas e Ipuei-

ras. A cidade ergue-se no sopé da serrania da Ibiapaba, demorando, assim, num dos mais lindos recantos do Ceará. É servida por ferrovia e estradas carroçáveis, distando da capital 250 km, em linha reta. Possui as seguintes coordenadas geográficas: 4° 19' 31" de latitude Sul e .... 40° 42' 21" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Eleva-se a 234 metros na sede municipal.

CLIMA — O município apresenta o clima do sertão nordestino: quente e sêco, no verão e temperado durante as quadras invernosas, de janeiro a maio. A temperatura oscila de 35° a 28°, com maior freqüência em 32 graus centígrados. A precipitação pluviométrica atingiu, no ano de 1956, 457 milímetros.

ÁREA — A área do município é de 1 330 km², figurando no 39.° lugar em relação às áreas das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Existem no município a serra da Ibiapaba, que atravessa grande extensão do seu território, a serra da Montada, o pico do Angelim e o despenhadeiro da Morte, do cimo do qual lança-se, de uma altura de mais de 130 metros, uma deslumbrante cascata que banha dia e noite aquêle recanto maravilhoso. O rio Acaraú penetra no município e lhe banha vastos terrenos e o riacho Jabotá e outros de menor importância sulcam as suas terras férteis e ubérrimas. Existem, ainda, os Açudes Bonito e Manuel Dias, com capacidade para 7 283 100 metros cúbicos e a lagoa Arroz. O solo é montanhoso. Há terras argilosas em quase tôda extensão da área municipal.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral, o município possui pedras calcárias, barro ou argila. Os pesquisadores dizem existir grande quantidade de ouro na mina denominada Bom Jesus, inexplorada até o dia de hoje; no vegetal conta o município com babaçuais, oiticicais, carnaubais, cajueiros, madeiras, e no animal, pequenos animais silvestres e peixes de diversas espécies.

POPULAÇÃO — A população do município de Ipu, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 37 242 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 18 167; mulheres — 19 075; brancos — 6 978 (3 287 homens e 3 691 mulheres); pretos — 2 927 (1 491 homens e 1 436 mulheres); pardos — 27 257 (13 357 homens e 13 900 mulheres) e 80 sem declaração de côr (32 homens e 48 mulheres). Das pessoas de 15 anos e mais em número de 19 890, eram solteiras 7 751 (3 870 homens e 3 881 mulheres); casadas 11 042 (5 447 homens e 5 595 mulheres); desquitadas 9 (4 homens e 5 mulheres); viúvas 1 071 (216 homens e 855 mulheres), e 17 não declararam o estado civil, sendo 7 homens e 10 mulheres. Tôda a população era de nacionalidade brasileira. Em religião predominaram os que se declararam católicos apostólicos romanos, em número de 37 162 habitantes (18 143 homens e 19 019 mulheres); protestantes 30 (12 homens e 18 mulheres); espíritas 6 (3 homens e 3 mulheres); sem religião 35 (6 homens e 29 mulheres) e 9 não declararam a religião professada (3 homens e 6 mulheres). A densidade era de 28 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 80,58% da população localizavam-se no quadro da zona rural, num total de 30 013 habitantes (14 834 homens e 15 179 mulheres). Tomando-se por base estimativa da Inspetoria Regional de Estatística Municipal para 1.° de julho de 1957, a população do município de Ipu é de 43 440 habitantes. Em relação ao número de pessoas recenseadas em 1.° de julho de 1950, houve um acréscimo de 6 198 habitantes, correspondente a 16,64%, percentagem inferior à do Estado que, para igual período, é de 18,54%.

Aglomerações urbanas — São 4 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Ipu, com 5 874 habitantes .... (2 705 homens e 3 169 mulheres); as vilas de Irajá com 320 (157 homens e 163 mulheres), Pires Ferreira com 686 (311 homens e 375 mulheres) e Santo Isidro, com 349 (160 homens e 189 mulheres). Classifica-se a cidade de Ipu entre as mais populosas do Interior do Estado, como se pode ver a seguir: Juàzeiro do Norte — 41 999; Sobral — 22 628; Crato — 15 564; Iguatu — 10 063; Aracati — 8 952; Camocim — 8 299; Crateús — 7 391; Ipu —

Pôsto de Puericultura

5 874. No quadro urbano da cidade e vilas existiam 3 957 habitantes (1 779 homens e 2 178 mulheres) e no quadro da zona suburbana 3 272 pessoas, sendo 1 554 homens e 1 718 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Como quase a totalidade dos municípios cearenses, Ipu concentra a sua base econômica no trato da agricultura e na produção pecuária.

Esta apresenta a distribuição dos seus efetivos, segundo as espécies e o número de cabeças, da seguinte maneira: bovinos — 21 600; eqüinos — 6 200; asininos — 6 000; muares — 2 500; suínos — 23 600; ovinos — 8 400 e caprinos — 12 600. O valor total dêstes efetivos se eleva a Cr$ 61 120 000,00. Destacam-se: a) em valor a espécie bovina — Cr$ 32 400 000,00, e b) por cabeça a espécie suína — Cr$ 23 600 000,00.

A agricultura se expressa pelo valor de .... Cr$ 34 943 930,00, destacando-se: 124 000 arrôbas de algodão arbóreo (Cr$ 13 640 000,00); 42 800 sacos de 60 quilogramas de feijão (Cr$ 7 704 000,00); 53 600 sacos — 60 quilogramas — de milho (Cr$ 4 556 000,00); 1 300 toneladas de mamona (Cr$ 3 900 000,00); 17 200 toneladas de cana-de-açúcar (Cr$ 1 462 000,00).

Segundo o Recenseamento Geral de 1950, da população ativa do município (10 anos e mais), 86,67% tinham atividades no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

Os agricultores e pecuaristas do município contam com a assistência do Pôsto Agropecuário de Ipu e de 1 agrônomo.

A indústria do município é quase restrita à transformação de produtos agrícolas, principalmente da mandioca-brava e da cana-de-açúcar. Em 1956 foram produzidos 8 400 sacos — 60 quilos — de farinha de mandioca .... (Cr$ 1 008 000,00) e 610 toneladas de rapadura ...... (Cr$ 1 925 000,00).

A produção extrativa apresenta certa significação econômica na vida do município, com valor global de ...... Cr$ 5 261 980,00, segundo se depreende dos dados da Campanha Estatística de 1956, destacando-se: lenha .... (Cr$ 2 500 000,00), peixe (Cr$ 1 600 000,00) e oiticica (Cr$ 600 000,00).

Ipu, servido pela Estrada de Ferro de Sobral, por ela se liga com as praças de Sobral e Fortaleza, para onde exporta os seus produtos e de onde importa as utilidades de consumo local.

COMÉRCIO E BANCOS — Há, na sede municipal, 6 estabelecimentos atacadistas e 50 varejistas. Segundo os dados do Censo Comercial, havia em todo o município 16 estabelecimentos comerciais atacadistas e 119 retalhistas. As vendas realizadas por êsses, em 1949, valeram 6,593 e 6,040 milhões de cruzeiros, respectivamente. Ipu mantém transações comerciais com as praças de Fortaleza, Sobral e outras de menos importância. Importa tecidos, louças, produtos farmacêuticos, conservas, gêneros alimentícios, ferragens, miudezas, etc. Há exportação de: cereais, algodão, mamona, rapadura, aguardente de cana, couros e peles, frutas, babaçu, etc. As feiras realizadas aos sábados intensificam sensìvelmente o movimento comercial da cidade.

Patronato Souza Carvalho

Conta o município com uma Agência do Banco do Brasil S. A., localizada na sede municipal.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Servem à comuna, além de várias rodovias, a Estrada de Ferro de Sobral, da Rêde Viação Cearense. Há um pequeno campo de pouso, onde semanalmente baixa o Correio Aéreo Nacional.

As ligações com as cidades vizinhas e com a capital do Estado são feitas pelos seguintes meios de transporte: a Guaraciaba do Norte — rodoviário — 28 km; a Ipueiras — ferroviário — 27 km e rodoviário — 36 km; a Nova Russas — ferroviário — 61 km e rodoviário — 75 km; a Reriutaba — ferroviário — 28 km e rodoviário — 30 km; a Santa Quitéria — rodoviário — 86 km; à capital do Estado — ferroviário — 323 km e rodoviário (via Sobral) 343 quilômetros.

Os meios de comunicações existentes são: Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e Agência Telegráfica da Estação da Rêde Viação Cearense, instaladas na cidade, sendo a última de uso privativo.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Ipu fica no sopé da serrania da Ibiapaba, num dos mais pitorescos recantos do Estado, cortada pela Estrada de Ferro de Sobral. Os 51 logradouros que formam as zonas urbana e suburbana são bem traçados, dando à cidade um simpático aspecto urbanístico. Dezessete de suas vias públicas são pavimentadas a paralelepípedos e pedras tôscas, representando 22% dessa superfície. Nove dos seus logradouros possuem arborização. Há uma praça bem ajardinada, ponto de reunião da sociedade local. São em número de 1 060 as edificações existentes, das quais 850 são exclusivamente residenciais. O Serviço de Limpeza Pública beneficia 14 dos principais logradouros e 420 prédios. A população se abastece de água por meio do chafariz público. A hospedagem é feita em 3 pensões, com diárias médias de .... Cr$ 80,00. Na repartição competente encontram-se cadastrados 1 automóvel, 6 jipes, 4 camionetas e 8 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Dispõe o povo de Ipu dos seguintes estabelecimentos: "Pôsto de Puericultura de Ipu", "Maternidade Dr. Francisco Araújo" (com 16 leitos) e "Hospital Infantil" (com 15 leitos — cirurgia, pediatria e puericultura), mantidos pela Socieda-

de de Proteção à Maternidade e à Infância. Funciona, também, na sede municipal, um Pôsto do Departamento Nacional de Endemias Rurais. Conta, ainda, a população com a assistência remunerada de 3 médicos, 4 dentistas e 1 farmacêutico. Há duas farmácias na cidade, regularmente instaladas.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A assistência social é prestada pela Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra, Irmandade de São Vicente de Paulo e Dispensário São Vicente de Paulo. A assistência dada pelo Círculo Operário de Ipu estende-se, apenas, aos seus associados.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, a população de Ipu, com 5 anos e mais, foi de 30 375 pessoas. Entre estas, 5 649 sabiam ler e escrever, sendo 2 911 homens e 2 738 mulheres. Na sede municipal a soma de habitantes do mesmo grupo de idade era de 4 934. Dêstes, 1 811 eram alfabetizados (867 homens e 944 mulheres).

Ensino — Em 1956, havia em Ipu 64 unidades escolares de ensino fundamental comum com a matrícula inicial de 2 139 alunos (masculinos e femininos). O ensino extraprimário era ministrado no mesmo ano pelos seguintes estabelecimentos, em número de 3: Ginásio Ipuense, Ginásio Coração de Jesus e Escola Normal Rural de Ipu, com a matrícula inicial de 113 alunos, sendo 35 do sexo masculino e 78 do sexo feminino.

Vista da "Bica de Iracema"

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade, existem uma tipografia, uma biblioteca particular e 1 cinema. A segunda pertence ao Gabinete de Leitura Ipuense e possui cêrca de 1 000 volumes destinados ao uso dos sócios dessa Instituição cultural. O Cine Moderno, funcionando apenas duas vêzes por semana, dispõe de 225 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	651	555	596	208	714
1951	561	694	587	201	581
1952	1 082	925	653	204	581
1953	725	824	...	...	...
1954	710	902	...	...	...
1955	743	1 700	1 258	377	986
1956	500	2 744	1 793	534	1 811

VULTOS ILUSTRES — *Dr. Teodorico Carlos de Farias Souto,* Deputado-Geral no antigo regime, Deputado Federal e Senador da República, administrou as Províncias de Santa Catarina e Amazonas e foi também Presidente do Banco do Brasil; *Dr. Raul de Souza Carvalho,* magistrado, depois Deputado Estadual; *Dr. Plínio Pompeu Sabóia Magalhães,* competentíssimo engenheiro civil, foi Diretor das Obras Públicas no Ceará e Prefeito de Fortaleza, exerceu o mandato de Deputado Federal pelo Ceará e em seguida o de Senador, foi ainda Presidente da Fundação da Casa Popular no Rio de Janeiro; *Milton de Souza Carvalho,* alto comerciante no Rio de Janeiro, tendo sido eleito deputado federal da bancada classista, é um dos líderes do comércio da capital da República; *Dr. Miguel Joaquim de Almeida e Castro* (1834), Deputado provincial, geral e federal pelo Rio Grande do Norte de que foi o primeiro Governador eleito em 1891. Foi também Deputado-Geral pelo Ceará e Presidente da Província do Piauí; *Júlio Cícero Monteiro,* estudioso da língua portuguêsa; jornalista de grandes méritos, fundou e dirigiu vários jornais; era ótimo caricaturista e grande charadista; *Francisco Magalhães Martins,* brilhante homem de letras, "compteur" já laureado diversas vêzes em concursos literários; *Dr. Félix José de Souza Júnior,* professor ilustre, deputado provincial ininterruptamente de 1864 a 1870. Diz dêle o barão de Studart: "foi preponderante influência na administração Lafayete"; *Delmiro Gouveia,* homem extraordinário e de espírito arrojado e empreendedor; foi o idealizador do aproveitamento da fôrça hidráulica de Paulo Afonso, no rio São Francisco; organizou uma grande emprêsa de fabricação de linha naquela região onde foi bàrbaramente assassinado; *Dr. Arquimedes Memória,* engenheiro de fama nacional, Diretor da Escola de Belas Artes no Rio de Janeiro; *Doutor Amadeu Furtado,* médico humanitário, grande amigo dos pobres em Fortaleza; foi político de destaque sendo eleito duas vêzes Deputado Estadual; foi Presidente da Assembléia Legislativa do Estado. Há em Fortaleza um bairro com o seu nome, além de uma sociedade, "Sociedade dos Amigos Amadeu Furtado".

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A Bica do Ipu — É uma das mais raras belezas naturais do Ceará. Localizada nas proximidades da cidade, a famosa "Bica do Ipu" é formada

pelo riacho Ipuçaba que se precipita do cimo da serrania da Ibiapaba, numa altura aproximada de cem metros, formando um lindo "véu de noiva". Reza a lenda romântica do genial escritor cearense José de Alencar que Iracema, "a virgem dos lábios de mel", banhava-se, ao romper da aurora, nesse lindíssimo recanto de maravilhosa beleza natural. É visitadíssima por viajantes de diversas partes do País, tornando-se um dos mais destacados pontos de atrações turísticas do Ceará. Sôbre essa encantadora dádiva natural, o célebre poeta cearense Osvaldo Araújo compôs o seguinte sonêto intitulado "A Bica do Ipu":

Chega a invernia. A bica, como louca,
Despenha-se da altiva Ibiapaba,
Vomitando enxurrada pela bôca
Revôlta, em convulsão, a água desaba.

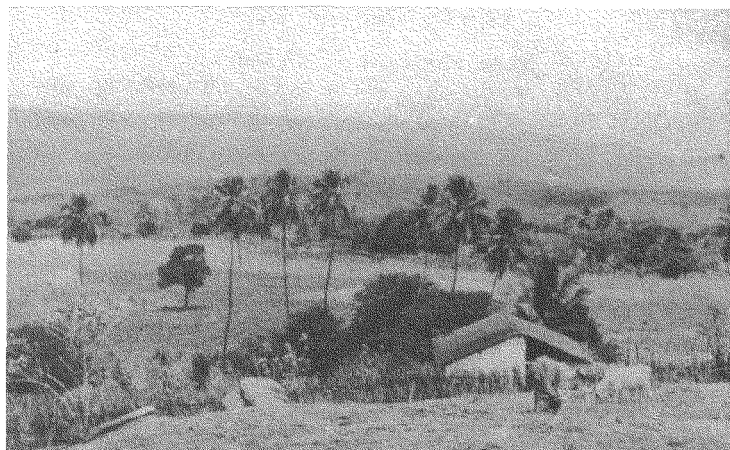
De noite a dentro, ela estrondeia e espouca,
Ruidosa, para o Ipu leva o Ipuçaba...
— Amanhece. Seu noivo — o Sol — lhe touca
Com diadema de luz que a fúria acaba.

Desperta em lânguido espreguiçamento
Noiva faceira — sensual se amanha,
De cristais rebrilhando em fragmento,

Beijando-a o Sol em vibração tamanha!
E o branco véu se esvoaça sôlto ao vento
"Como um trapo de gaze da Bretanha".

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As manifestações religiosas que provocam o maior ajuntamento humano, congregando quase tôda a população do município e atraindo habitantes de municípios vizinhos, são as que se verificam por ocasião dos festejos comemorativos de Natal e as que se relacionam com a festa de São Sebastião, padroeiro da Paróquia local que o tem como orago. A primeira tem lugar na noite de 24 e limiar de 25 de dezembro, e a segunda vai de 10 a 20 de janeiro. Durante o período em que estas festas ocorrem, a cidade toma aspecto diferente, com um movimento humano fora do comum; a animação popular torna-se esfuziante, não deixando lugar para demonstração de pusilanimidade. A festa de São Francisco também tem projeção, encerrando-se com solene procissão, a exemplo do que ocorre com a festa do padroeiro.

As feiras se realizam aos sábados, sendo muito concorridas. Geralmente nesse dia, concentram-se os habitantes do município e localidades adjacentes da serra e do sertão, uns para venderem os seus produtos, outros para se abastecerem do necessário à semana e, assim, movimentam as ruas da cidade, dando aspecto bastante significativo na vida local.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Dentre os 9 municípios da Zona da Ibiapaba, Ipu é um dos que mais se destacam, nos setores da economia, finanças, educação e cultura. Sua Paróquia, sob a invocação de São Sebastião, conta com 8 templos e 10 associações religiosas. A fundação vem do ano de 1845 e está subordinada à Diocese de Sobral. Os 6 reservatórios de água existentes em todo o município possuem uma capacidade de quase 10 milhões de metros cúbicos. Militam no município 3 advogados. No pleito de 1954, votaram 4 017 eleitores, dos 9 195 inscritos.

Vista do sítio São José

Ipuenses é a denominação dos habitantes da comuna. Transcreve-se, sôbre a origem do topônimo, de "O Ceará" (Raimundo Girão e Antônio Martins Filho) o seguinte: "O nome Ipu, na opinião de José de Alencar, "deriva de certa qualidade de terra fértil que forma grandes coroas ou ilhas no meio dos tabuleiros e sertões, e é de preferência procurada para a cultura ("Iracema", Notas). "Sôbre a origem e significação do vocábulo Ipu — escreveu Eusébio de Sousa —, se bem que nada encontrássemos de positivo, em fonte segura, sabe-se que a denominação dêsse sítio nasceu da admiração que faziam os indígenas da queda que davam as águas das eminências ao tôpo da serra, formando o ribeirão do Ipuçaba e assim grafado em língua tupi: *ig*, água e *pu*, palavra onomatopaica que quer dizer — queda" (Rev. do Inst. do Ceará, vol. 29, págs. 158-159). O Doutor Paulino Nogueira, no Vocabulário Indígena, cit. Rev., vol. I, pág. 302, registra a opinião de Batista Caetano, Voc. págs. 206 e 422: contração de Ipohu, alagadiço, portanto "o que tem água; ou de ipoçu, atoladiço ou sumidouro d'água". Eusébio de Sousa, ainda refere que "há quem acredite ter nascido êsse nome da grande abundância, que se descobriu nas imediações, da jalapa da terra ou batata-de-purga, do gênero das Convolunáceas" (loc. cit.). Paulino Nogueira também alude a uma informação de Faria, que no seu Dicionário diz ser *ipu* uma raiz e planta medicinal. Segundo o tantas vêzes citado Pompeu Sobrinho, "Ipu não significa "Queda d'água" como o salto do riacho Ipuçaba, muito perto da cidade, sugere. Se o nome da localidade derivasse daquele salto seria itu e não ipu. No Ceará chama-se ipu a pequena lagoa de águas pouco profundas que seca no verão. Então se transforma em ipueira. O índio chamava ypu, a fonte, o ôlho-d'água. É possível que o nome da cidade cearense se tivesse originado de uma fonte, das muitas que vertem nas encostas da serra da Ibiapaba. O riacho Ipuçaba, que nasce na Serra e cai na escarpa, formando um salto de cêrca de 80 metros, perto da cidade, é também nome tupi e significa: o lugar das fontes ou o surgidouro das fontes. Por extensão, o riacho dos olhos-d'água".

IPUEIRAS — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

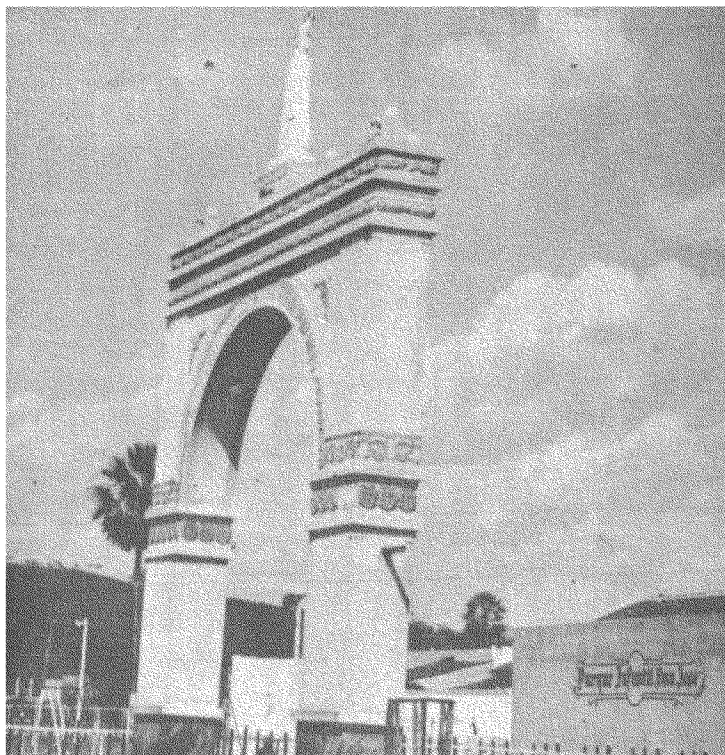
HISTÓRICO — O local que, com o correr dos anos, viria a ser sede do município de Ipueiras, pertenceu, outrora, aos domínios de um dos homens mais poderosos dos sertões, na quadra do Ceará colonial. O coronel do Regimento de Cavalaria e Presidente do Senado da Câmara da Vila Nova d'El-Rei, Manuel Martins Chaves, dominava, com o seu poderio inconstrastável, todo o vasto território do município de Vila Nova d'El-Rei (hoje Guaraciaba do Norte) e sertões vizinhos até os Inhamus, onde predominava a família Feitosa, da qual era êle aliado e parente afim. Em 1806, o Governador da Capitania do Ceará, João Carlos Augusto de Oeynhausen e Grewembourg, resolveu pôr têrmo ao ilimitado poder de Manuel Martins Chaves, que era acusado, em processo criminal, de ser o autor intelectual da morte do Juiz Ordinário de Vila Nova d'El-Rei. Viajou o Governador para Ibiapaba com o fim de passar revista nos Regimentos da Capitania. Manuel Martins, querendo ser-lhe gentil, o acompanhou por várias pousadas. Em Ibiapina, porém, deu-se o inesperado. Sôbre uma mesa Oeynhausen colocou uma coroa e perguntou a Manuel Martins se êle a conhecia. O coronel Martins Chaves respondeu: conheço, sim. E' de sua Majestade, Minha Soberana. O Governador, então, retrucou--lhe: pois em nome dela se considere prisioneiro. Foi o fim do poderoso homem do sertão. Prêso, transferiram--no para Lisboa e lá, recolhido à prisão de Limoeiro, faleceu em 1808. As suas terras foram confiscadas. Dentre elas a Fazenda Ipueiras, onde residia, adquirida pela sua irmã, Dona Cosma do Prado e Vasconcelos, e, posteriormente, por outras pessoas, cabendo uma parte das terras a Joaquim Alves de Freitas que, ao se retirar para o Piauí, em 1861, doou-a para constituição do patrimônio da futura freguesia de Nossa Senhora da Conceição. Em 1867, por iniciativa do coronel Vicente Gomes Ferreira Tôrres, foi concluída a edificação da capela de Nossa Senhora da Conceição de Ipueiras, que passou a ser filiada à freguesia de São Gonçalo da Serra dos Côcos, à qual pertenciam, igualmente, as antigas capelas do Ipu, Campo Grande, Guaraciaba do Norte e Tamboril. Com a ereção da capela principiou a formação do arruamento. Nesta mesma época, chega a Ipueiras o padre Francisco da Mota Sousa Angelim, filho dos Inhamuns, que dá ao povoado nova orientação, introduzindo a prática dos costumes religiosos, com missa nos dias santificados e novenas concorridas no mês de maio. Homem forte, inteligente e de grande influência, o padre Angelim logo liderou a localidade, estimulando a construção de residências de melhor aparência e incentivando, por todos os meios, o progresso local. Era político de largo prestígio, filiado ao antigo Partido Liberal. Eleito Deputado Provincial, uma das primeiras iniciativas do Padre Angelim foi a apresentação de um projeto (transformado na Lei n.º 2 036, de 25 de outubro de 1883), criando o município de Ipueiras e elevando a vila à categoria de cidade. A antiga capela de Nossa Senhora da Conceição de Ipueiras erigiu-se em Matriz, juntamente com a de São Sebastião do Ipu, em obediência ao disposto na Lei n.º 2 037, de 27 de outubro de 1883, sendo a freguesia constituída por Provisão de 21 de abril de 1884, de D. Joaquim José Vieira. Foi seu primeiro vigário o padre João Dantas Ferreira Lima, nomeado a 16 de maio do mesmo ano. Seu patrimônio consta de tôda a faixa de terra doada por Joaquim Alves de Freitas e Maria Jerônima Doutora. Entre as capelas dependentes da freguesia de Ipueiras, a de São Gonçalo se destaca pela sua importância histórica. E' que, a 30 de agôsto de 1757, dividido o curato do Acaracu em quatro freguesias, por provisão do Bispo de Olinda, D. Francisco Xavier Aranha, coube à florescente povoação de São Gonçalo da Serra dos Côcos, na Ibiapaba, a sede de uma delas, que passou a denominar-se freguesia de São Gonçalo da Serra dos Côcos.

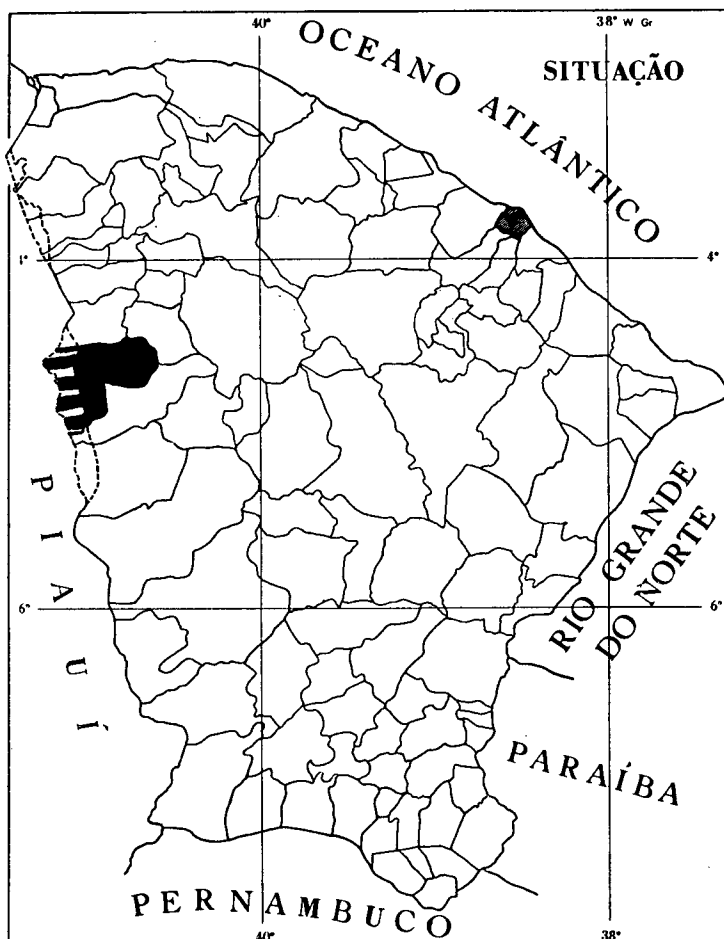
Vista da cidade

Muitos anos depois, em 1830, quando se iniciou a longa e sangrenta luta entre as famílias Mourão e Melo, ligadas por laços de parentesco, e que residiam no distrito de São Gonçalo da Serra dos Côcos, os habitantes da sede da antiga freguesia foram dali se retirando, acossados pelos ataques e correrias promovidos pelas famílias beligerantes e pelas fôrças do Govêrno Provincial que as perseguiam, localizando-se nos antigos povoados de Ipu e Campo Grande, o mesmo fazendo os vigários da freguesia que passaram a residir no Ipu, cuja capela, por autorização diocesana, passou a ser sede provisória da mesma freguesia. Esta situação perdurou até 1883, quando foram criadas as freguesias de Ipu e Ipueiras (Lei provincial n.º 2 037, daquele ano) por iniciativa do padre Francisco da Mota Sousa Angelim. A freguesia de São Gonçalo da Serra dos Côcos, suprimida em 1883, teve 126 anos de existência e na mesma serviram 14 vigários, destacando--se dentre êles o padre Manoel Pacheco Pimentel, que foi suplente de deputado às Côrtes de Lisboa, deputado à primeira Assembléia Constituinte do Império do Brasil (1823), deputado provincial em diversas legislaturas e político de grande influência, filiado ao Partido Liberal. O penúltimo vigário colado de São Gonçalo foi o padre Francisco Corrêa de Carvalho e Silva, também político de larga projeção no norte da Província do Ceará, tendo sido eleito diversas vêzes deputado à Assembléia Provincial, da qual foi presidente. O último foi o padre João de Souza Castro, que faleceu em Ipu, no ano de 1889. Pelo Decreto estadual n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943, o distrito de Formosa passou a denominar-se Poranga. Posteriormente, em 1957 (Lei estadual n.º 3 665, de 5 de julho), o distrito de Poranga passou a ser sede do município do

Prefeitura Municipal

mesmo nome, compreendendo o distrito de Macambira. Os podêres administrativos dêste município não foram ainda constituídos. Em 1953, Charito passou a chamar-se Engenheiro João Tomé (Lei n.º 2 207, de 23 de dezembro de 1953). E' a seguinte a atual composição distrital do município: Ipueiras (sede), Engenheiro João Tomé, Mororó, Gázea. O têrmo de Ipueiras foi criado pela Lei estadual n.º 422, de 29 de setembro de 1897, subordinado à comarca de Ipu. O fôro civil foi criado em 27 de agôsto de 1898 (Lei n.º 457) e inaugurou-se aos 28 de janeiro de 1899. A Lei n.º 1 749 (3 de setembro de 1920) deu-lhe Juiz Substituto. Em 1934 (Lei n.º 1 271, de 29 de maio), Ipueiras passa a simples distrito do têrmo de Ipu, mas o Decreto estadual n.º 1 536, de 26 de abril de 1935, restaurou o têrmo, anexando-o àquela comarca. Esta situação permaneceu inalterável até a promulgação da Constituição do Estado, quando foi elevado à comarca de primeira entrância.

ELEIÇÕES — No pleito realizado a 3 de outubro de 1954, foram eleitos: Prefeito — Alexandre Neton Mourão; Vereadores — Cláudio Catunda Esmeraldo, Gonçalo Melo Miranda, Gregório Pereira de Souza, Jeremias Catunda Malaquias, José Costa Matos, Ludgero Antônio de Pinho e Raimundo Mourão de Melo.

Arco erigido em homenagem a Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Fátima

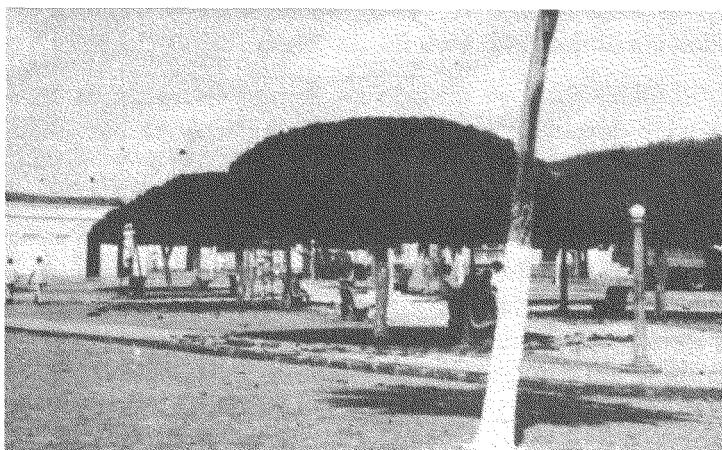
LOCALIZAÇÃO — Situado na Zona Fisiográfica da Ibiapaba, o município ocupa partes da região sertaneja, estendendo-se pela serra da Ibiapaba. Está totalmente incluído no "Polígono das Sêcas" e limita-se com o Estado do Piauí e os municípios de Guaraciaba do Norte, Nova Russas, Crateús e Ipu. Servida pela Rêde de Viação Cearense, a cidade dista da capital, em linha reta, 258 quilômetros e possui as seguintes coordenadas geográficas: 4° 32' 34" de latitude Sul e 40° 43' 08" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — E' de 238 metros, acima do nível do mar, na sede municipal.

CLIMA — Salubre e sêco. A temperatura oscila de 23 a 35 graus, com a maior freqüência em 30 graus centígrados. O período normal do inverno estende-se de janeiro a maio.

ÁREA — Corresponde a 1 570 quilômetros quadrados, figurando no 33.º lugar em relação às áeras das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território do município, que é banhado pelos rios Inhuçu, Acaraú e Jatobá, apresenta parte plana e parte montanhosa. Além da serra da Ibiapaba, do cordão circular do Estado, as principais elevações são as serras da Cipaúba, Fazenda Nova, Padre Bento, Barra, Extrema e Maniçoba.

RIQUEZAS NATURAIS — Barro (argila) e jazidas calcárias são as únicas riquezas minerais exploradas. Carnau-

Praça Municipal

bais, oiticicais e matas para extração de madeira e lenha representam as do reino vegetal. Pequenos animais silvestres constituem a riqueza animal.

POPULAÇÃO — A população do município de Ipueiras, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 30 753 habitantes (15 210 homens e 15 543 mulheres), sendo: brancos — 15 221 (7 356 homens e 7 865 mulheres); pretos — 1 784 (884 homens e 900 mulheres); amarelos — 2 (1 homem e 1 mulher); pardos — 13 710 (6 957 homens e 6 753 mulheres); e sem declaração de côr — 36 (12 homens e 24 mulheres). Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 16 127 (7 791 homens e 8 336 mulheres), 5 889 eram solteiras, sendo 2 946 homens e 2 943 mulheres; casadas — 9 347 (4 655 homens e 4 692 mulheres); desquitadas — 2 (1 homem e 1 mulher); viúvas — 867 (181 homens e 686 mulheres); e sem declaração de estado conjugal — 22 (8 homens e 14 mulheres). Tôda a população era de nacionalidade brasileira. Em religião, predominavam os católicos apostólicos romanos, em número de 30 687 (15 175 homens e 15 512 mulheres); protestantes — 5 (2 homens e 3 mulheres); espíritas — 11 (7 homens e 4 mulheres); outras religiões — 2 mulheres; sem religião — 10 homens; e sem declaração de religião — 38 (16 homens e 22 mulheres). A densidade demográfica era de 19,58 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 85,06% localizavam-se na zona rural, totalizando 26 160 (13 048 homens e 13 112 mulheres).

Estimativa — A população do município de Ipueiras, segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística, para 1.º de julho de 1957, é de 36 903 habitantes. Em relação ao Censo de 1950, verificou-se um aumento de 6 150 pessoas, ou seja 20%. No mesmo período a percentagem correspondente ao Estado era de 18,54%.

Aglomerações urbanas — Eram 6 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Ipueiras, com 1 999 habitantes (901 homens e 1 098 mulheres); as vilas de Charito, com 434 (212 homens e 222 mulheres); Gázea, com 311 (147 homens e 164 mulheres); Macambira, com 162 (81 homens e 81 mulheres); Mororó, com 215 (106 homens e 109 mulheres) e Poranga, com 1 472 (715 homens e 757 mulheres). No quadro urbano da cidade e vilas, existiam 1 454 habitantes (668 homens e 786 mulheres), e no suburbano 3 139 (1 494 homens e 1 614 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária são os fundamentos da base econômica do município de Ipueiras. Com pequenas exceções, que tanto numèricamente como pela expressão monetária não vale a pena distinguir, a indústria cinge-se à transformação de produtos agrícolas. Um único estabelecimento dos registrados no município funciona com mais de cinco operários.

Conforme os dados do Recenseamento Geral de 1950, elevava-se a 94,07% o índice da população ativa do município (10 anos e mais) ocupada na atividade "agricultura, pecuária e silvicultura". O valor do volume agrícola de 1955 atingiu Cr$ 13 100 370,00, destacando-se: milho, 45 000 sacos de 60 quilogramas — Cr$ 5 625 000,00; manga, 850 000 centos — Cr$ 2 550 000,00; algodão, 15 200 arrôbas — Cr$ 1 520 000,00, e cana-de-açúcar, 11 000 toneladas — Cr$ 1 100 000,00.

A pecuária, conforme elementos do Departamento Estadual de Estatística, em 1955 distribuía-se, por espécie e número de cabeças, da seguinte maneira: bovinos, 8 000; eqüinos, 6 500; asininos, 4 000; muares, 2 300; suínos 3 800; ovinos, 8 800 e caprinos, 11 500. O valor total dos efetivos pecuários se expressa por Cr$ 41 996 000,00.

O valor da produção industrial do município cifra-se em Cr$ 3 568 438,00. Como seu volume é mais significativo no ramo de transformação dos produtos agrícolas, vale destacar: farinha de mandioca, 10 600 sacos de 60 quilogramas — Cr$ 1 431 000,00, e rapadura, 260 toneladas — Cr$ 1 040 000,00.

A produção extrativa da comuna apresenta o valor total de Cr$ 1 386 220,00, destacando-se a produção de

Igreja-Matriz de Nossa Senhora da Conceição

oiticica com o volume de 500 000 quilogramas, valendo Cr$ 1 150 000,00, tôda exportada para Fortaleza.

Transacionando comercialmente com as praças de Fortaleza e Ipu, para as mesmas exporta o município a sua produção, inclusive gado em pequena escala. Para isso tem a facilidade de ser servido pela Estrada de Ferro de Sobral (R.V.C.).

COMÉRCIO — De acôrdo com os dados do Recenseamento Geral de 1950, contava o município de Ipueiras com 75 estabelecimentos comerciais — 69 varejistas e 6 atacadistas —, cujas vendas realizadas em 1949 foram de 5,434 milhões de cruzeiros, assim distribuídos: 3,494 para o ramo varejista e 1,940 para o atacadista. Em 1956, na sede municipal, operavam 47 unidades comerciais do ramo retalhista. Os principais artigos importados pelo comércio local são: tecidos, miudezas, ferragens, artigos de armarinho, combustíveis, calçados, medicamentos, açúcar, café, etc. Há exportação de algodão semente de oiticica, mamona, milho, feijão, couros e peles, gado para corte, etc. O município mantém transações comerciais com as praças de Fortaleza, Sobral (CE), Recife (PE), Rio de Janeiro, São Paulo e outras, com menor freqüência.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Ipueiras é servida pela Estrada de Ferro de Sobral, da Rêde Viação Cearense, e várias rodovias. Possui um pequeno campo de pouso, não havendo movimento regular de aviões.

Liga-se com as cidades vizinhas e com a capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: a Crateús — ferroviário, 93 quilômetros; a Guaraciaba do Norte — misto: a) ferroviário (até Ipu), 27 quilômetros, e rodoviário, 28 quilômetros; a Ipu — rodoviário, 36 quilômetros e ferroviário, 27 quilômetros; a Nova Russas — ferroviário, 34 quilômetros; a Pedro II (PI) — misto: a) ferroviário (até Ipu), 27 quilômetros, e rodoviário, 90 quilômetros; a Marvão (PI) — misto: a) ferroviário (até Oiticica), 151 quilômetros, e rodoviário, 75 quilômetros; à capital do Estado — 1.º misto: a) ferroviário (até Sobral), 114 quilômetros, e b) rodoviário, 235 quilômetros, ou 2.º misto: a) ferroviário (até Camocim), 243 quilômetros, e b) marítimo, 317 quilômetros.

Funcionam na sede municipal uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e outra da Estação da Rêde Viação Cearense, de uso privativo.

ASPECTOS URBANOS — Ipueiras está situada na margem esquerda da Estrada de Ferro de Sobral. Conta com 30 logradouros públicos, dos quais 4 são arborizados e 9 pavimentos a pedras irregulares, que representam a área urbana da cidade. Dos seus 680 prédios, 436 são residenciais. E' dotada de luz elétrica pública e particular, contando-se 188 casas iluminadas. O Serviço de Limpeza Pública, mantido pela Prefeitura Municipal, beneficia, apenas, 11 logradouros e 114 prédios. Há na cidade duas pensões, com diária média de Cr$ 80,00. Na Prefeitura Municipal, em 1956, estavam registrados 3 jipes e 7 caminhões.

Trecho de uma das principais ruas da cidade

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Pôsto de Saúde Padre Correia e Instituto de Proteção à Maternidade e à Infância são os estabelecimentos existentes. Exercem profissão no município: 1 médico, 1 farmacêutico e 1 dentista. Há duas farmácias instaladas na cidade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — Têm atividade neste setor uma Sociedade Vicentina e o Instituto de Proteção à Maternidade e à Infância. Dois Círculos Operários prestam assistência social aos seus associados, cujo efetivo em 31 de dezembro de 1956 era de 1 610 pessoas.

ALFABETIZAÇÃO — O número de habitantes com cinco anos e mais do município de Ipueiras, segundo o Censo Demográfico de 1950, era de 24 765, dos quais 19% ou 4 613 sabiam ler e escrever, sendo 2 770 homens e 1 843 mulheres. A população da cidade, com a mesma idade escolar, era de 1 668 pessoas. Destas, 749 eram alfabetizadas (344 homens e 405 mulheres).

Ensino — Havia em Ipueiras 18 unidades escolares em 1956, ministrando o ensino fundamental comum, com a matrícula inicial de 577 alunos de ambos os sexos. Em 1950 a taxa de matrícula atingiu 9,82% em Ipueiras e 24,3% no Estado do Ceará. A comuna contava com um estabelecimento de ensino extraprimário: a Escola Normal Rural de Ipueiras, com a matrícula inicial de 56 alunos: 21 homens e 35 mulheres.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Conta a cidade com o Salão Paroquial "Cristo Redentor", onde se realizam, de modo irregular, espetáculos teatrais, além do Grêmio Cultural Diversional Ipueirense que impulsiona o movimento cultural, proporcionando ao mesmo tempo diversões aos seus associados.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	410	421	109	382
1951.......	—	494	331	100	373
1952.......	—	628	513	126	513
1953.......	—	469	782	83	782
1954.......	—	402	569	59	568
1955.......	—	741	850	102	697
1956 (1)....	240	1 698	805	139	805

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Existe na cidade um monumento à Nossa Senhora de Fátima denominado o "Arco do Triunfo", construído por iniciativa da Prefeitura Municipal como marco da passagem da Virgem Peregrina pelo município. Há, ainda, um busto em homenagem ao Presidente Getúlio Vargas, na Praça do mesmo nome e um outro, na Praça da Matriz, em homenagem ao fundador da cidade, padre Francisco da Mota de Sousa Angelim.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Celebram-se manifestações populares de cunho religioso, de grande destaque, como seja, as festas de Jesus, Maria e José, comemorada em janeiro, em Poranga, e de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da Paróquia, encerrada no dia 8 de dezembro, com grandes solenidades.

VULTOS ILUSTRES — *Padre Eurico de Melo Magalhães*, o primeiro padre ordenado por Dom José Tupinambá da Frota, em 11 de novembro de 1917. Figura de relêvo do clero cearense, foi cura da Sé em Sobral, transferindo-se para o sul do país onde é vigário de São Pedro, na cidade do Rio Grande. *Des. João Firmino de Holanda Cavalcante,* bacharel em Direito, advogado e depois magistrado no Ceará, tendo sido também deputado provincial. *Monsenhor Dr. João Tolentino Guedelha Mourão,* figura de destaque do clero cearense, grande jornalista, muito se distinguiu no Pará e no Maranhão, ao tempo da "Questão Religiosa". No Pará foi Reitor do Seminário e um dos Governadores do Bispado, quando da prisão de D. Macedo da Costa. No Maranhão, foi Vigário-Geral, Capitular e também deputado federal. *Dr. Hugo Catunda,* bacharel em Direito, homem de cultura vasta, historiador de mérito, versado em assuntos de pedagogia moderna, bom jornalista, de palavra fácil e linguagem primorosa, pertence, entre outras instituições culturais, à Academia de Letras do Ceará e ao Instituto Histórico do Estado. *Dr. Aquiles Peres Mota,* bacharel em Direito, foi Promotor de Justiça em sua terra e é deputado estadual.

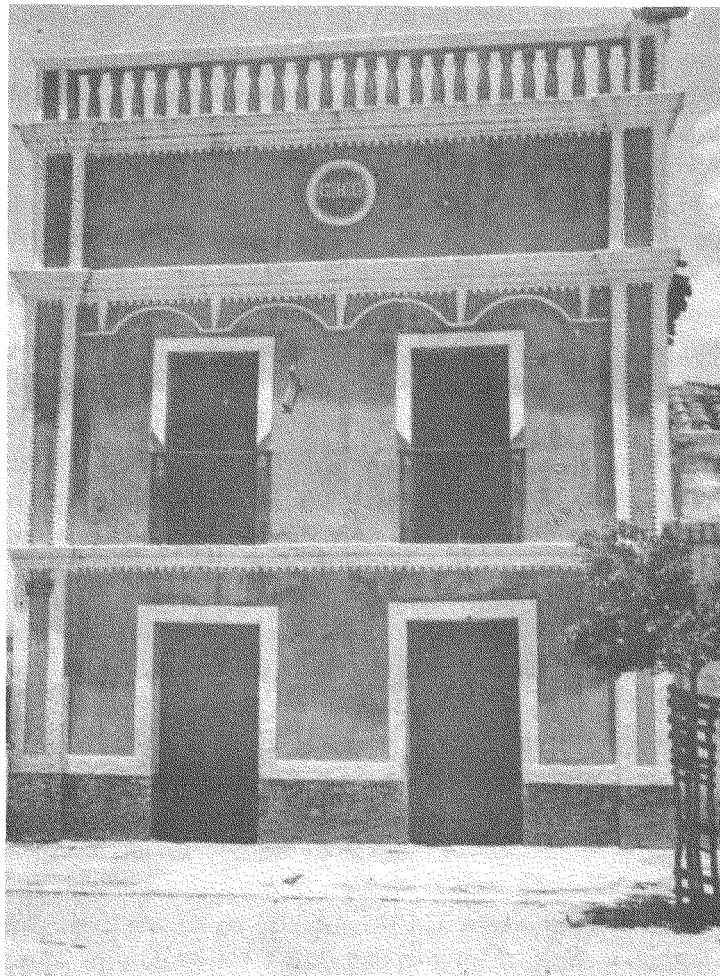
OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O serviço de açudagem em Ipueiras é ainda insignificante. Está o município eclesiàsticamente subordinado à Diocese de Sobral. Conta com as Paróquias de Nossa Senhora da Conceição e Jesus, Maria e José, fundadas nos anos de 1883 e 1954, respectivamente, que possuem 10 templos e 9 associações religiosas. No pleito realizado em 1954, votaram 4 439 eleitores, dos 6 983 inscritos.

Ipueirenses é como são denominados os habitantes do município.

Ipueiras é nome indígena. Significa o lugar onde se avoluma alguma água. Vem de *i, água* e *pury, retirada* — água retirada: ou de *i* (água) e *pueira* (*poço*): poço d'água. (Paulino Nogueira — "Vocabulário Indígena" — Revista do Instituto do Ceará, vol. I, pág. 303.) Pompeu Sobrinho registra: Ipueiras: "O que já foi Ipu". Vem de *ypu* que deu Ipu, lagoa pequena e rasa ou fonte que alaga uma certa área e desaparece ou seca no verão, e de *pueira,* do prefixo tupi *puêra,* que significa: "o que já foi e não é mais".

IRACEMA — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O município de Iracema está situado no alto sertão do Ceará e os seus limites vão até as faldas da serra do Pereiro, conhecida pela sua fertilidade. As origens desta comunidade estão ligadas ao povoamento do município de Pereiro, situado no cimo da serrania e que foi devassado, nos idos de 1777, por várias famílias, vindas de São Bernardo das Russas, que fugiam à tremenda sêca que flagelou todo o sertão cearense e, de modo especial, o baixo e médio Jaguaribe. Manuel Pereira, colonizador e o fundador de Pereiro, fêz erguer capela sob o orago de São Cosme e São Damião, em tôrno da qual se formou o arruado, mais tarde transformado em vila. Em tôda a área municipal se ergueram casas de fazenda, tendo-se em vista que a zona era propícia à criação do gado. A lavoura, principalmente a do algodão, teve, desde muitos anos, grande cultivo, daí por que os proprietários rurais dêste novo município do Ceará sempre foram homens de algum recurso. Em 1830, a atual cidade de Iracema não passava, dêste modo, de simples fazenda, com a sua casa-grande alpendrada, chão de barro batido, com cêrca de pau-a-pique e, nas suas proximidades, pouco mais de uma dezena de pequenas habitações rústicas, onde residiam os sitiados, os moradores que viviam do amanho da gleba e do labor do pastoreio. Chama-se, então, Caxossó, Quixossó ou ainda Caxoçó. Com o correr dos anos, o pequeno lugarejo foi progredindo, surgindo então o marco natural na conquista e no povoamento dos sertões, responsável pela criação de povoados e vilas na quadra do

Prefeitura Municipal

Igreja-Matriz de Nossa Senhora da Conceição

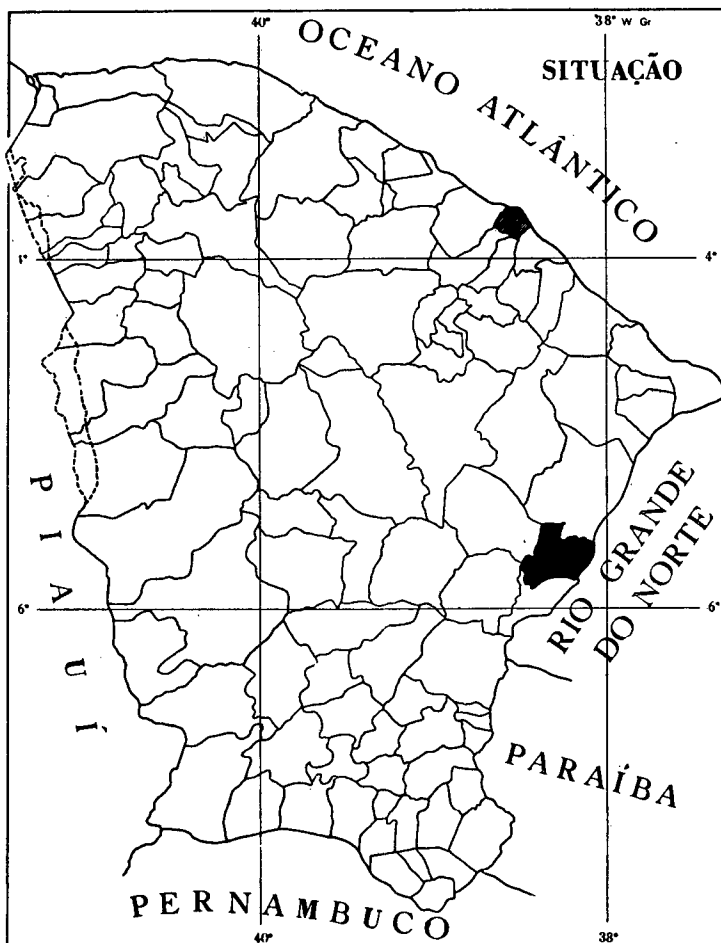
Ceará colonial: a ereção de pequena capela, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição e cuja novena ocorria nos primeiros dias do mês de dezembro. Outro fato que contribuiu para o desenvolvimento da localidade foram as feiras, realizadas aos sábados, a que compareciam ricos fazendeiros e gente do povo para o comércio dos gêneros produzidos na região.

De acôrdo com os dados do Censo de 1892, Iracema já possuía, nessa recuada época, uma população superior a dois mil habitantes.

Em 1890, de conformidade com o Decreto n.º 53, com data de 30 de agôsto do ano citado, a povoação foi elevada à categoria de vila e a sua denominação mudada para vila de Iracema, numa homenagem à personagem do romance "Iracema", do ilustre escritor cearense José de Alencar. Daí para cá sempre figurou no quadro das divisões territoriais do Estado como distrito do município de Pereiro. Pela Lei estadual n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, que fixou a divisão territorial, política e administrativa ao Ceará, após a reconstitucionalização do país, Iracema foi elevada à categoria de município com território desmembrado do de Pereiro e a sua vila foi, conseqüentemente, elevada à categoria de cidade, cuja instalação se efetivou a 25 de março de 1955. Deve-se ressaltar, nesta oportunidade, que lideraram o movimento de emancipação do município os Senhores Antônio Carlos de Amorim, atual Prefeito, José Cavalcante de Oliveira, atual Presidente da Câmara Municipal e o deputado Franklin Chaves.

Uma das glórias de Iracema é a de ter sido o berço do famoso oculista brasileiro José Cardoso de Moura Brasil, uma das maiores expressões médicas da América.

No pleito de 1954, foram eleitos: Prefeito — Antônio Carlos de Amorim; Vereadores — José Maria Filho, Gustavo Alves de Moura, Francisco Florêncio da Silva, José Cavalcante de Oliveira, Raimundo Batista de Almeida, Romildo Macedo Tavares e Sérgio José de Queiroz.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado, fisiogràficamente, na Zona do Pereiro, e limita-se com os de Jaguaretama, Limoeiro do Norte, Pereiro e com o Estado do Rio Grande do Norte. A cidade liga-se por via rodoviária à capital do Estado, num percurso de 279 quilômetros, sendo que a distância em linha reta é de 227 quilômetros, com as seguintes coordenadas geográficas (cálculo da Inspetoria Regional de Estatística): 5º 48' de latitude Sul e 38º 18' de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

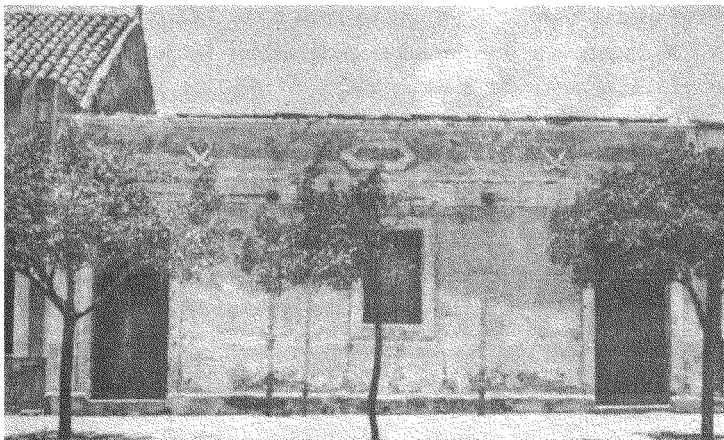
ALTITUDE — E' de 160 metros na sede municipal.

CLIMA — O município oferece um clima quente e sêco, com temperatura variável entre 28 e 32 graus centígrados, sendo mais freqüente a ocorrência dos 30 graus. A época invernosa vai de janeiro a maio. Em junho começa o verão, que se prolonga até dezembro.

ÁREA — Corresponde a 1 099 quilômetros quadrados, ocupando Iracema o 47.º lugar em extensão territorial, no conjunto dos demais municípios cearenses.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Iracema possui uma topografia bastante acidentada. Vários riachos irrigam o seu solo. Merecem registro os seguintes acidentes geográficos: serras da Caatinga Grande, nos limites com o Estado do Rio Grande do Norte, do Atanásio, do Aimoré, do Pinto, do Bom Jardim, serrote da Foz, rio do Figueiredo, riacho Timbaúba, riacho da Serra, riacho Fazenda Grande e açude da Ema.

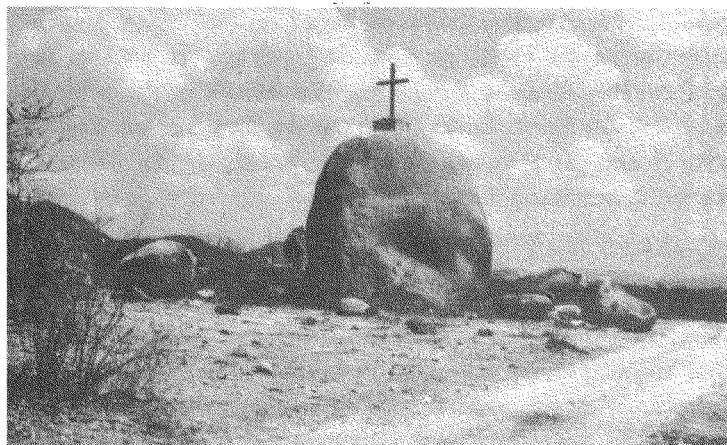
RIQUEZAS NATURAIS — Jazidas calcárias e de argila plástica, matas e peixes.

POPULAÇÃO — No Recenseamento Geral de 1950, o atual município de Iracema, bem como o seu distrito de Potiretama, eram distritos do município de Pereiro, do qual foram posteriormente desmembrados, e as suas populações totalizavam 12 159 habitantes (6 144 homens e

Casa onde nasceu o oculista Moura Brasil

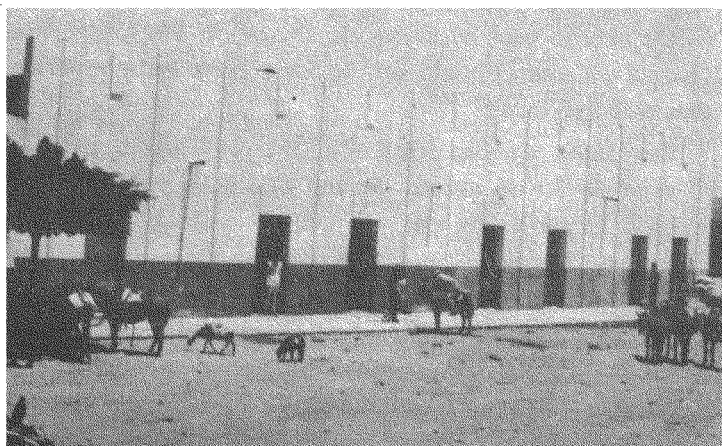
6 015 mulheres). No quadro rural localizavam-se 95,10% dessa população. ou seja, 11 564 habitantes (5 869 homens e 5 695 mulheres), donde se conclui que o município era preponderantemente rural. Estimativa elaborada pela Inspetoria Regional de Estatística, para 1.º de julho de 1957, eleva a população de Iracema para 15 322 habitantes, excedendo 3 163 pessoas do total da população recenseada em 1950. Acresce salientar que nesse ano os distritos de Iracema e Potiretama pertenciam ao município de Pereiro e tinham, respectivamente, 7 991 e 4 168, ou, em conjunto, 12 159 habitantes. O acréscimo verificado nos sete anos que sucederam ao Censo de 1950 é da ordem de 26,01%.

Aglomerações urbanas — À época do Recenseamento Geral de 1950, o aglomerado urbano da atual cidade de Iracema constituía-se de 427 habitantes (198 homens e 229 mulheres) e o da vila de Potiretama — 168 (77 homens e 91 mulheres). Totalizavam 595, assim distribuídos: no quadro urbano da cidade e vila — 499 (228 homens e 271 mulheres); e no suburbano — 96 (47 homens e 49 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Estão na agricultura e na pecuária as principais fontes de riqueza do município, tendo maior destaque a cultura do algodão e a criação do gado bovino.

A safra agrícola de 1955 foi estimada pelo Departamento Estadual de Estatística em Cr$ 17 754 500,00, destacando-se os seguintes produtos: algodão arbóreo — ... 100 000 arrôbas (Cr$ 12 000 000,00); milho — 40 000 sacos de 60 quilogramas (Cr$ 4 000 000,00); feijão — 8 000 sacos de 60 quilogramas (Cr$ 800 000,00) e arroz — 4 000 sacos de 60 quilogramas (Cr$ 800 000,00). Foram registrados pequenos cultivos de cana-de-açúcar, mandioca-brava, mamona, batata-doce e banana. Os excedentes agrícolas são canalizados para a capital do Estado, Campina Grande (PB) e Recife (PE), principais mercados compradores do município.

Cruzeiro comemorativo do "Ano Santo"

Em 35 100 cabeças foi estimado o rebanho de 1955, valendo cêrca de Cr$ 42 334 000,00, compreendendo: bovinos — 11 000; eqüinos — 3 200; asininos — 2 000; muares — 1 200; suínos — 4 500; ovinos — 6 200 e caprinos — 7 000. Como se conclui dos números acima, as parcelas mais avultadas são as relativas a bovinos, ovinos e caprinos, o que demonstra a preferência dos criadores por estas espécies pastoris. As cidades de Mossoró, Apodi, no Estado do Rio Grande do Norte, e a capital do Estado são os principais centros compradores do gado exportado pela comuna. Há expressiva produção de leite, queijo, manteiga e banha de porco, destinada ao consumo local.

Funcionam no município duas organizações governamentais de fomento à produção agropecuária, o Pôsto de Monta de Iracema, tendo como finalidade a criação de reprodutores para empréstimo aos criadores, e a Subsede Agrícola, destinada à revenda e empréstimo de máquinas agrícolas e inseticidas aos lavradores.

Fábrica de beneficiamento de algodão

Pode-se dizer que a produção extrativa não tem significação econômica. Esta foi avaliada, para 1956, em ... Cr$ 2 005 700,00, salientando-se a extração de madeiras em geral — 32 000 metros cúbicos (Cr$ 1 600 000,00), e a de peixes — 20 toneladas (Cr$ 400 000,00). O restante da produção constou de reduzidas quantidades de cal de pedra e argila plástica (barro).

Os engenhos e aviamentos esparsos pelo território municipal produziram, em 1956, de acôrdo com o que apurou o Registro Industrial, 116 700 quilogramas de rapadura, valendo Cr$ 1 733 600,00, e 311 000 quilogramas de farinha de mandioca, na importância de Cr$ 936 000,00. A indústria têxtil é representada pelo beneficiamento de algodão. A energia elétrica é fornecida pela municipalidade, para iluminação pública e particular, consumindo-se, em 1956, o total de 6 522 kWh (4 290 em luz pública e 2 232 em luz particular). Dos quatro estabelecimentos fabris que, em 1956, preencheram os questionários do Registro Industrial, 1 se dedicava ao beneficiamento de algodão, 2 à panificação e 1 à produção de energia elétrica. Dentre essas entidades apenas uma era da classe das que ocupam 5 pessoas e mais.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio de Iracema é regularmente desenvolvido. Funcionam na sede municipal 15 estabelecimentos varejistas, mantendo variado estoque de mercadorias. São importados pelo comércio de Iracema, dentre os artigos de maior consumo local: tecidos, miudezas, produtos farmacêuticos, ferragens, açúcar, farinha de trigo, manteiga e conservas. O município exporta: algodão, milho, feijão, rapadura, madeiras em geral, couros e peles.

As transações comerciais são realizadas, principalmente, com as praças de Fortaleza, Campina Grande (PB) e Recife (PE)

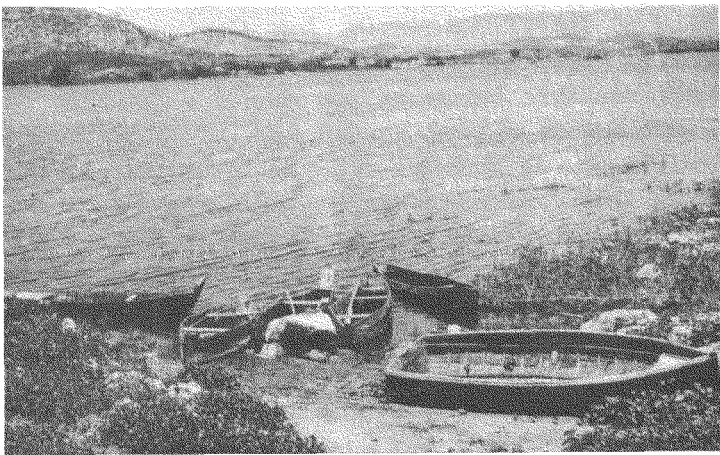
MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Iracema liga-se por via rodoviária aos municípios vizinhos e à capital do Estado, como se segue: a Pereiro (CE) — 55 quilômetros; a Limoeiro do Norte (CE) — 102 quilômetros; a Jaguaretama (CE), via Jaguaribe — 180 quilômetros; a Apodi (RN) — 100 quilômetros; a Portalegre (RN) — 96 quilômetros; a Pau dos Ferros (RN) — 64 quilômetros; e à capital do Estado — 279 quilômetros. A ligação com a capital Federal é feita via capital do Estado.

No que se refere a meios de comunicações, funciona em Iracema, na sede municipal, uma Agência Postal-telefônica, mantida pelo Departamento dos Correios e Telégrafos.

Embarque do algodão

ASPECTOS URBANOS — O município é de recente fundação, sendo sua sede pouco evoluída urbanìsticamente. Compõe-se de 9 logradouros (8 ruas e uma pequena praça), sem qualquer espécie de pavimentação. A cidade é iluminada a eletricidade, registrando-se 60 ligações particulares em 1957. Quanto a veículos, em 1956, foram registrados na Prefeitura 7 caminhões, 2 jipes e duas camionetas. Para hospedagem de passageiros ou visitantes, há na cidade uma modesta pensão, cobrando diária média de Cr$ 80,00.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Sob êste aspecto, acham-se em atividade na sede municipal de Iracema 1 dentista e 2 farmacêuticos, todos práticos licenciados. Para atender à população no que respeita a medicamentos, funcionam na cidade duas farmácias regularmente instaladas.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Constata-se a existência de apenas uma associação de caridade, que é a Conferência de São Vicente de Paulo, com 111 sócios, fundada em 1925. Não mantém estabelecimentos, sendo os benefícios prestados mediante a distribuição de

Açude Ema

esmolas durante as sessões semanais da entidade e no próprio recinto do prédio vicentino, onde são efetuadas as reuniões.

ALFABETIZAÇÃO — A população urbana do município de Iracema, com 5 anos e mais, segundo o Recenseamento Geral de 1950, foi de 484 habitantes, dos quais 299 eram alfabetizados, sendo 131 homens e 168 mulheres. A cidade possuía 343 pessoas com a mesma idade escolar. Dêste total, 230 sabiam ler e escrever (98 homens e 132 mulheres).

Ensino — Existiam no ano de 1956 no município de Iracema 34 escolas de ensino fundamental comum, com a matrícula inicial de 681 alunos de ambos os sexos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	404	—	—	—
1951.......	—	549	—	—	—
1952.......	—	764	—	—	—
1953.......	—	529	—	—	—
1954.......	—	612	—	—	—
1955.......	...	1 009	1 120	121	1 000
1956 (1)....	...	1 516	800	161	800

(1) Orçamento. — Nota: O município foi instalado no dia 25 de março de 1955. A arrecadação federal é feita pela Coletoria Federal de Jaguaribe.

Outra vista do açude Ema

MANIFESTAÇÃO RELIGIOSA — Nos dias 7 e 8 de dezembro é realizada, com bastante animação, a tradicional procissão de Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Iracema, solenidade esta precedida de animados leilões e quermesses.

VULTOS ILUSTRES — *Dr. José Cardoso de Moura Brasil* — Médico. Uma das maiores notabilidades dos meios científicos brasileiros, considerado o "príncipe da cirurgia oculista no país". Fundador do Laboratório Moura Brasil, no Rio de Janeiro. Sôbre a naturalidade do Doutor Moura Brasil, estabeleceu-se, em certo tempo, forte dúvida, pois que o Ceará e o Rio Grande do Norte disputavam a honra de ter-lhe sido o berço. Terminou a controvérsia por ficar provado que o ilustre cientista nasceu na povoação de Caixa-Só (hoje Iracema), que pertencia ao município de Pereiro. Referente a tão interessante assunto, convém ler o que está publicado na Revista do Instituto do Ceará, vol. 15, pág. 304 e vol. 16, pág. 60, bem como no "Dicionário Bibliográfico", do barão de Studart, vol. 2.°, pág. 84 (copiado do livro "O Ceará", pág. 308, de Raimundo Girão e Antônio Martins Filho, edição de 1939).

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Sob o ponto de vista religioso, funciona em Iracema, para o culto católico, apenas uma Paróquia, tendo por padroeira Nossa Senhora da Conceição. Foi fundada em 29 de janeiro de 1956 e instalada no dia seguinte, subordinada ao Bispado de Limoeiro do Norte, contando com uma igreja Matriz, 6 capelas públicas e 1 sacerdote. Possui as seguintes associações religiosas: Associação de São Vicente de Paulo, Associação das Mães Cristãs, Apostolado da Oração, Confraria de Nossa Senhora do Carmo, Pia União das Filhas de Maria, Congregação Mariana (sexo masculino), Cruzada Eucarística Infantil, Irmandade do Santíssimo Sacramento, tôdas na sede municipal, e ainda o Apostolado da Oração, na vila de Potiretama. Não se verifica a manifestação de outro culto além do católico apostólico romano. No ano de 1954 achavam-se registrados em Iracema 4 165 eleitores, dos quais 1 685 votaram no pleito realizado àquele ano. Iracemenses é a denominação local dos habitantes do município.

ITAPAGÉ — CE

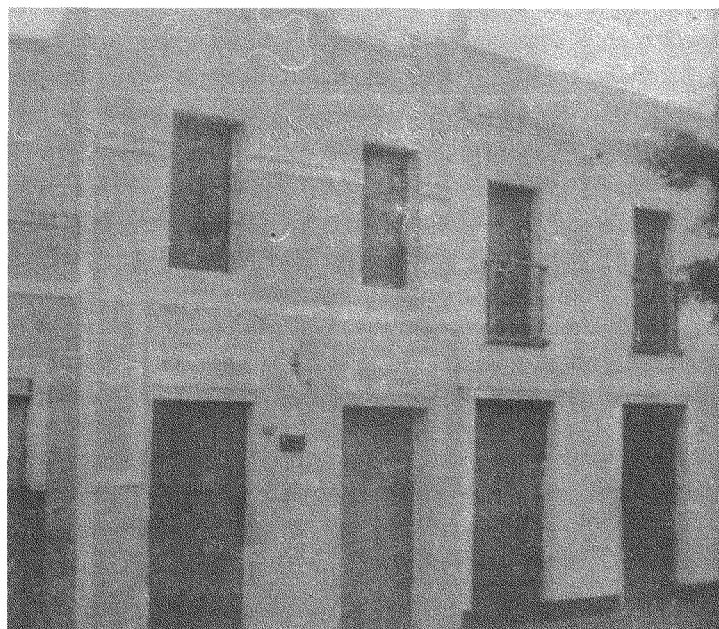
Mapa Municipal no 5.° Vol.

HISTÓRICO — Segundo a tradição, os jesuítas Francisco Pinto e Luís Figueira, em missão de catequese encontraram, em 1607, índios da tribo Guanacés, nas proximidades do lugar, onde hoje se localiza o distrito de Missi, antigo Pão de Açúcar. Ao avistarem no alto da serra uma enorme pedra com a configuração de um frade, deram ao local a denominação de Vale do São Francisco.

No princípio do século dezoito, o famoso capuchinho Frei Vidal da Penha percorreu a região compreendida pela Serra de Uruburetama que hoje forma três grandes municípios do Estado: Itapipoca, Uruburetama e Itapagé.

Por onde passava o missionário, ficava erguida uma cruz imensa em tôrno da qual, como sempre aconteceu, surgiam as povoações e arraiais, transformadas ao correr dos anos em vilas.

A povoação de Santa Cruz mereceu a visita do virtuoso frade e grande orador sacro; aí foi plantada uma cruz de madeira indicando o local da missão.

Em 12 de dezembro de 1837, Francisco Cunha Linhares e sua mulher, Dominga Pereira Pinto, doaram uma par-

Pôsto Fiscal da Prefeitura

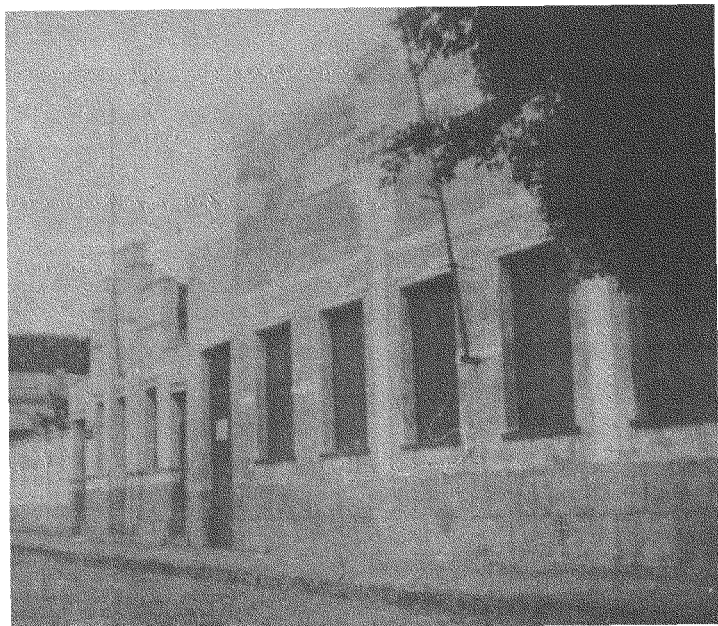
te de terras para edificação de uma capela, dedicada a Nossa Senhora da Penha e seu patrimônio, no local onde havia o cruzeiro levantado pelo capuchinho, sendo criada em 1842 na povoação de Santa Cruz Uruburetama a freguesia de Nossa Senhora da Penha, pela Lei provincial número 262, de 3 de dezembro, a qual se instituiu canônicamente em 1849.

Logo mais, a florescente povoação é elevada à categoria de vila, com a denominação de Vila Constituinte, de acôrdo com o que dispôs a Lei provincial n.° 502, de 22 de dezembro de 1849, formando-se, assim, novo município com terras desmembradas dos municípios de Fortaleza, Canindé e Itapipoca. No ano seguinte o município tomou a denominação de Santa Cruz da Uruburetama (Lei provincial n.° 534, de 10 de dezembro de 1850).

Antônio Rodrigues Martins, mais conhecido nas redondezas pelo apelido de Carola, fixou moradia em 1839, com casa-grande, em excelente gleba, nas proximidades da vila de Santa Cruz. Jeitoso, atraiu para junto de si outros companheiros que o auxiliaram na conquista da terra bravia. Joaquim Alves Cavalcante e Rufino Ferreira Gomes muito contribuíram para a formação do novel arraial. Certo dia, os Mourões, bandoleiros temidos da zona norte, atacaram impiedosamente a povoação, morrendo, em conseqüência, muita gente. Em face disso o lugar passou a ser chamado de Riacho do Fogo.

A pouco e pouco o Riacho do Fogo progredia. Em 1846, dizia missa, numa casa de bolandeira, o Vigário de Canindé, que andava em desobriga. Serviu de sino uma enxada pendente de um caibro.

Em 1847, ali era erguida uma capela com o concurso valioso dos coronéis Francisco Teixeira Bastos e Francisco Miguel de Andrade.

A Lei provincial 886, de 20 de julho de 1859, transferiu a vila para o antigo Riacho do Fogo que passou a denominar-se São Francisco de Uruburetama. A sede da freguesia, igualmente, foi transferida da vila de Santa Cruz, para a nova vila de São Francisco de Uruburetama, em 1862.

Coletoria Estadual, Câmara e Prefeitura Municipal

Em 1870, abrem-se as subscrições para a ereção de uma Igreja e à frente do movimento estêve o padre José Thomaz. Em 1878 o templo recebe a bênção e nêle se celebra missa festiva.

Por iniciativa do abolicionista Felipe de Araújo Sampaio, a vila de São Francisco da Uruburetama, seguindo o exemplo dignificante dos filhos de Acarape, aos 2 de fevereiro de 1883, extingue o trabalho escravo, libertando 111 negros. Felipe de Araújo, que pedira ao Acarape o segundo lugar para a terra do seu berço, conduziu a suas expensas a São Francisco de Uruburetama uma comissão da Sociedade Libertadora para testemunhar o notável acontecimento. Dela faziam parte José do Patrocínio, José Amaral, Isaac Amaral, Antônio Martins, Antônio Bezerra e José Marrocos.

Após a Proclamação da República, o topônimo do município simplificou-se para São Francisco (Lei n.º 107, de 20 de setembro de 1893).

Há histórias interessantes desta quadra da vida do município de São Francisco. Terras prodigiosas, de grande fertilidade, garantiam excelente safra de algodão e de borracha. O ouro-branco teve a sua exploração agrícola estimulada pela firma Bóris Frères, prestigiosa casa de comércio de Fortaleza.

São Francisco participou ativamente das lutas da famosa República do Equador, em 1824. Certo dia, Antônio Bezerra de Sousa Menezes, comandante de armas das fôrças revolucionárias, dirige-se para Uruburetama com o fim de impor a República naquela parte da Província, onde faz proclamação aos povos da serra e os incita à liberdade. O tenente-coronel Gonçalo de Andrade Sampaio, imperialista, opõe-lhe tenaz resistência. Nas ladeiras da Prata e Santo André são colocadas enormes barricas, cheias de areia, detidas por cunhas de madeira, as quais deveriam rolar morro abaixo quando subissem as tropas de Antônio Bezerra, dando-se, para isso, um tiro de roqueira, que seria o sinal para sua gente, composta de cêrca de mil caboclos acampados no Sítio Polônia.

Apesar dos obstáculos, Bezerra destroça os inimigos da República e segue para Baturité, cujas estradas ocupa a fim de esfaimar a capital, que se rendera à intimação de Lord Cochrane.

Quintino Cunha, ilustre filho de Itapagé, costumava afirmar que o Ceará possuía, ao findar o século dezenove, três grandes chefes políticos: o primeiro era José Acioli, em Fortaleza; Dr. Belém, no Crato e Neutel Pinheiro Bastos, em São Francisco de Uruburetama.

Efetivamente, Neutel gozou de grande prestígio naquela época. Nada se deliberava na política do Estado sem que êle não fôsse, de fato, ouvido. Mas um belo dia, no govêrno do Dr. Pedro Augusto Borges, a celeuma em São Francisco foi terrível. Ninguém se entendia. Os inimigos de Neutel haviam-no atacado de emboscada aos 24 de janeiro de 1899, causando-lhe a morte.

Em 1911, em quadro da divisão territorial do Brasil, o município compunha-se de um só distrito, o da sede.

Em conseqüência da Lei n.º 2 358, de 16 de julho de 1926, a vila recebeu foros de cidade.

Vitoriosa a revolução de 1930 e estabelecida nova divisão territorial no Estado, São Francisco inclui-se entre os vários municípios suprimidos no ano seguinte por decreto do Interventor Federal do Ceará, Dr. Manuel do Nascimento Fernandes Távora. A cidade passou então à simples condição de povoado (Decreto n.º 193, de 20 de maio de 1931). O município, entretanto, por determinação do Capitão Roberto Carneiro de Mendonça, que sucedeu àquele interventor, foi restabelecido com território desmembrado do Município de Arraial, sendo o povoado elevado, novamente, à categoria de Vila (Decreto n.º 1 156, de 4 de dezembro de 1933).

Em 1933, o município, tem a seguinte composição: São Francisco (distrito-sede), Irauçuba, Jacu, Juá, Pão de Açúcar, Retiro, Santa Cruz, São Miguel e Tejeçuoca.

Pelo Decreto estadual de n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, a vila de São Francisco foi elevada à categoria de cidade, figurando o município na nova divisão territorial e administrativa para viger de 1939 a 1943, com a seguinte composição: São Francisco, Cruz (ex-Santa Cruz), Irauçuba, Juá, Missi (ex-Pão de Açúcar), Retiro, São Miguel e Tejeçuóca.

Tomou a nova denominação de Itapagé, em virtude do Decreto n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943.

De acôrdo com a Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, o município de Itapagé passa a ter a seguinte formação administrativa e territorial: Itapagé, Irauçuba, Cruz, Iratinga, Caxitoré, Missi, Juá e Tejeçuoca.

Por lei recente, da Assembléia Legislativa do Estado, o Distrito de Irauçuba foi erigido em município, permanecendo, entretanto, subordinado ao município de Itapagé.

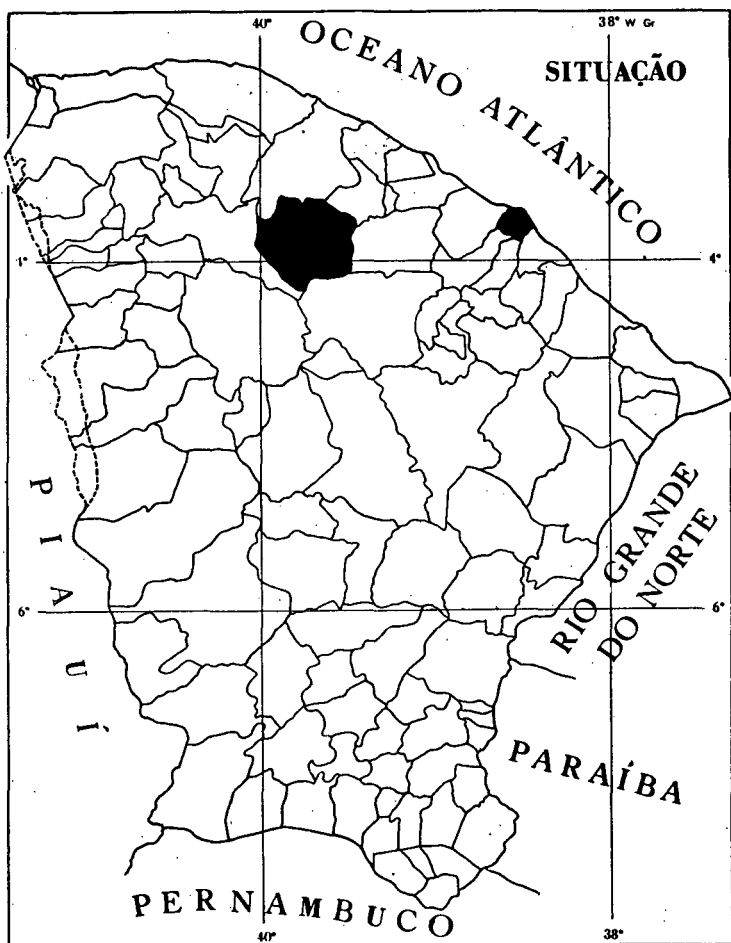
A comarca de São Francisco, com território desmembrado das comarcas de Imperatriz (hoje Itapipoca) e Sobral, criou-a a Lei provincial n.º 1 672, de 19 de agôsto de 1872.

Extinta e restaurada várias vêzes, durante muitos anos foi têrmo, ora da comarca de Itapipoca, ora da comarca de Uruburetama.

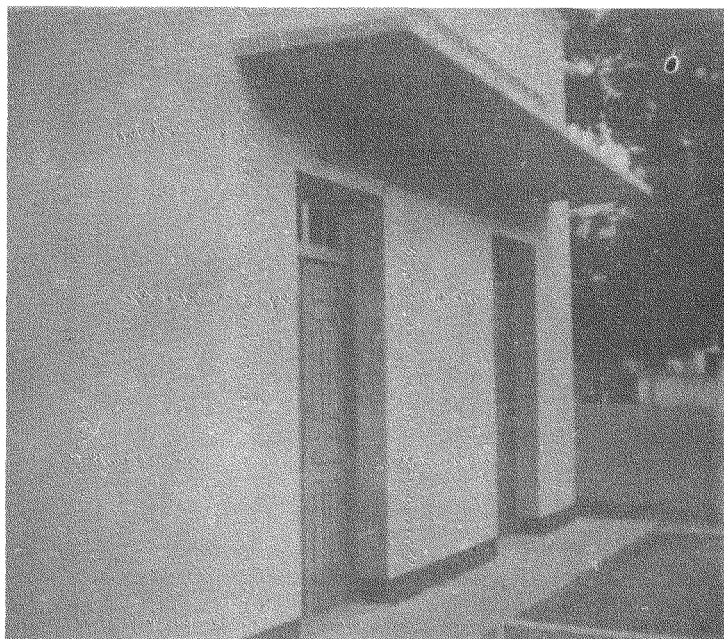
Esta situação perdurou até a promulgação da Constituição do Estado, aos 23 de junho de 1947, que em seu Art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, considerou Itapagé cabeça de comarca de primeira entrân-

cia, a situação confirmada pela Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948.

Nas eleições de 3 de outubro de 1954 foram eleitos: Prefeito, Júlio Pinheiro Bastos. Vereadores, José Silva Mota, José Expedito de Araújo Matos, José Moacir Mesquita e Silva, Manuel Gusmão Rocha, Esmerino Ferreira Gomes, Israel Bastos Carneiro, Antônio Cavalcante Ribeiro, Francisco Teixeira Braga e Isaac Sombra Rodrigues.

LOCALIZAÇÃO — O município de Itapagé está situado numa das 12 zonas fisiográficas em que se divide o Estado — a do Sertão Centro-Norte. Limita com os municípios de Sobral, Uruburetama, Pentecoste, Canindé, Apuiarés, General Sampaio e Itapipoca. A cidade está localizada na serra de Uruburetama, oferecendo uma paisagem deslumbrante nas épocas invernosas, enquadrada na moldura verdejante da serrania que lhe contorna o perfil altaneiro, da qual se vislumbra imponente, o monumental gigante de pedra, que "o povo aponta respeitoso e altivo, como a estátua fatal de um redivivo..." É servida por estrada de rodagem e dista da Capital, em linha reta, 119 km, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 3° 41' 14", de latitude Sul e 39° 35' 20" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Eleva-se a 247 metros na sede municipal.

CLIMA — O município goza dos climas serrano e sertanejo, dada a sua posição geográfica. O período normal das chuvas é de janeiro a maio, com fortes trovoadas em fevereiro e março. A temperatura oscila de 32°C a 21°C, com a maior freqüência em 26°C. Em 1956, a precipitação pluviométrica atingiu 610,7 milímetros.

Agência dos Correios e Telégrafos

ÁREA — A área do município é de 2 745 km², figurando no 15.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

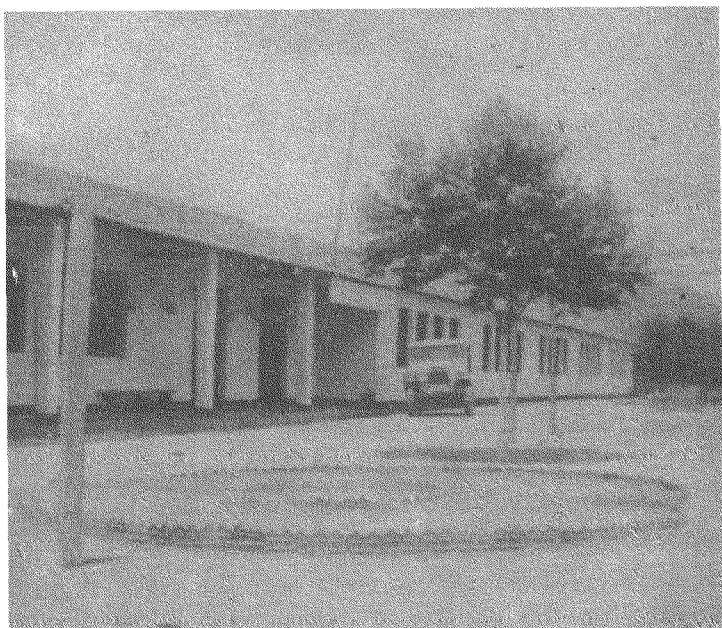
ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município possui as serras de Uruburetama, Vertentes, e muitos serrotes que pontilham o seu território. Os rios Caxitoré, Aracatiaçu, com seus inúmeros afluentes, penetram em suas terras, fertilizando-as consideràvelmente. Há ainda a considerar vários açudes: os de Patos, S. Miguel, Cairus, Irauçuba, Carnaúbas, Pocinhos e Porecotu, com a capacidade total de 25 610 000 m³, e conta com 2 lagoas importantes, as de Brito e Bento. O seu solo é montanhoso, havendo terras argilosas em grande parte da área municipal.

RIQUEZAS NATURAIS — De origem mineral existem pedras calcárias e argila; no reino vegetal, são: maniçobal, cajueirais, carnaubais, oiticicais, madeiras; de origem animal: peixes de diversas espécies.

POPULAÇÃO — A população do município de Itapagé, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 36 101 habitantes (18 226 homens e 17 875 mulheres), sendo brancos — 12 606 (6 286 homens e 6 320 mulheres); pretos — 931 (489 homens e 442 mulheres); pardos — 22 517 (11 423 homens e 11 094 mulheres); e sem declaração — 47 (28 homens e 19 mulheres).

Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 18 772 (9 351 homens e 9 421 mulheres), 7 490 eram solteiras (3 490 homens e 3 550 mulheres); casadas — 10 441 .... (5 186 homens e 5 255 mulheres); desquitadas — 5 (3 homens e 2 mulheres); viúvas — 825 (217 homens e 608 mulheres); e sem declaração — 11 (5 homens e 6 mulheres).

Exceto 2 homens naturalizados e 2 estrangeiros (1 homem e 1 mulher), os demais habitantes eram de nacionalidade brasileira, em número de 36 097 (18 223 homens e 17 874 mulheres).

Em religião, predominavam os católicos romanos, em número de 35 224 (17 758 homens e 17 466 mulheres); protestantes — 676 (355 homens e 323 mulheres); espíritas — 28 (11 homens e 17 mulheres); outras religiões

Centro Social Rural D. Eliseu Simões Mendes

— 49 (22 homens e 27 mulheres); sem religião — 108 (71 homens e 37 mulheres); e sem declaração — 16 (11 homens e 5 mulheres).

A dènsidade populacional era de 13,15 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 88,15% localizavam-se na zona rural, num total de 31 826 (16 196 homens e 15 630 mulheres).

Tomando-se por base a estimativa da Inspetoria Regional de Estatística Municipal no Ceará, para 1.º de julho de 1957, verifica-se que a população do município de Itapagé é de 47 371 habitantes. Em relação ao último Recenseamento Geral de 1950, houve um acréscimo demográfico de 11 270 habitantes, subindo a taxa de crescimento de Itapagé — nos últimos sete anos — para 31,22% contra 18,54%, no Estado.

Aglomerações urbanas — Eram 8 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Itapagé, com 2 337 habitantes (1 090 homens e 1 247 mulheres); a vila de Caxitoré, com 136 (67 homens e 69 mulheres); a vila de Cruz, com 174 (82 homens e 92 mulheres); a vila de Iratinga, com 336 (176 homens e 160 mulheres); a vila de Irauçuba, com 545 (254 homens e 291 mulheres); a vila de Juá, com 181 (88 homens e 93 mulheres); a vila de Missi, com 239 (112 homens e 127 mulheres); e a vila de Tejuçuoca, com 327 (161 homens e 166 mulheres).

No quadro urbano da cidade e vilas, existiam 1 965 habitantes (897 homens e 1 068 mulheres) e no suburbano 2 310 (1 133 homens e 1 177 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades fundamentais à economia do município são: a agricultura e a pecuária, representadas com maior destaque pelo cultivo da banana e criação de gado bovino.

A safra agrícola de 1955 valeu Cr$ 108 309 000,00, salientando-se banana — 1 200 000 cachos = ... Cr$ 78 000 000,00; algodão — 128 400 arrôbas = ... Cr$ 14 947 200,00; milho — 42 000 sacos de 60 kg = .. Cr$ 4 536 000,00; mamona 1 000 toneladas = ... Cr$ 3 500 000,00; feijão — 12 000 sacos de 60 kg = ... Cr$ 1 692 000,00; mandioca-brava — 4 000 toneladas = Cr$ 1 600 000,00 e arroz — 6 000 sacos de 60 kg = ... Cr$ 1 152 000,00.

Em menor escala, houve produção de cana-de-açúcar, café, laranja, manga, côco-da-baía, mandioca-mansa, melão, fumo, etc.

O valor dos rebanhos, em 1955, elevou-se a 47,280 milhões de cruzeiros e tinham a seguinte composição: .... 17 000 bovinos, 3 200 eqüinos, 5 330 asininos, 2 260 muares, 2 700 suínos, 8 400 ovinos e 4 600 caprinos.

A exportação de gado para corte é reduzida, sendo a Capital do Estado o principal mercado comprador.

A produção de leite (em 1955) elevou-se a 500 mil litros, aproximadamente, no valor de 1 milhão de cruzeiros.

A produção extrativa do município foi avaliada (em 1956), em 2,382 milhões de cruzeiros, assim distribuídos: produtos do reino vegetal — 85%, de origem animal — 9% e mineral — 6%. Os produtos que apresentaram maior rendimento econômico, foram: borracha de maniçoba — 50 toneladas = Cr$ 1 000 000,00; lenha — .... 50 000 m³ = Cr$ 500 000,00; semente de oiticica — .... 200 000 kg = Cr$ 400 000,00; peixe — 10 770 kg = ... Cr$ 215 000,00 e cal de pedra — 500 toneladas = ... Cr$ 100 000,00.

Conforme revela o Recenseamento Geral de 1950, 92,23% da população em idade ativa (10 anos e mais) trabalhavam na agricultura, pecuária e silvicultura, em 1 000 estabelecimentos com uma área de 220 225 hectares.

A produção industrial do município, no ano de 1956, rendeu mais de 13 473 milhões de cruzeiros, obtidos em 283 estabelecimentos registrados no mesmo ano, dos quais 3 ocupavam mais de 5 pessoas e 380, menos de 5.

Apresentaram maior índice econômico os seguintes ramos industriais: beneficiamento de algodão, com produção em escala apreciável e fabricação de rapadura com .... 511 005 kg = Cr$ 2 398 000,00; farinha de mandioca — 5 325 sacos de 60 kg = Cr$ 1 208 000,00; queijo — .... 45 700 kg = Cr$ 1 238 960,00. Em menores proporções, houve ainda produção de madeira serrada, calçados, tijolos, e telhas, arroz pilado, cal, produtos de panificação, etc. Foi de 43 230 kWh a produção de energia elétrica do município.

No montante do valor produção, acham-se incluídos Cr$ 1 080 000,00 correspondentes a carnes, toucinho, couros, etc., dos animais abatidos em 2 matadouros municipais.

Patronato São José

Os produtos agropecuários e extrativos do município são vendidos nas praças de Sobral, Fortaleza (CE) e noutras de menos importância.

Os pecuaristas contam com a assistência do "Pôsto de Vigilância Sanitária Animal".

COMÉRCIO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou, apenas, a existência de 59 estabelecimentos do comércio varejista, cujas vendas, realizadas em 1949, valeram 2,390 milhões de cruzeiros.

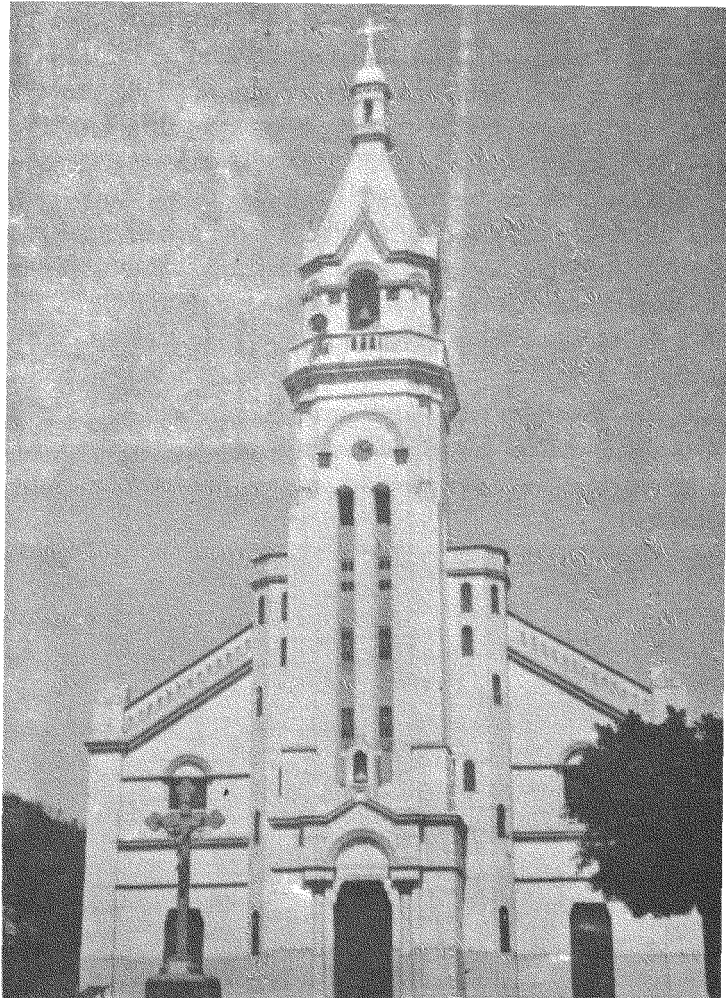
Em 1956, tinham atividade na sede municipal 36 estabelecimentos do ramo varejista e 1 do atacadista.

As principais praças com as quais o município mantém transações comerciais são: Fortaleza, Sobral, Uruburetama, Pentecoste (CE) e Recife (PE).

Além de outros produtos, Itapagé exporta algodão, cereais, mamona, frutas, sementes de oiticica, aguardente de cana e rapadura.

Importa tecidos, ferragens, café, medicamentos, combustíveis, miudezas em geral, etc.

Aos domingos o comércio da cidade tem um movimento mais intenso, com a realização da feira, que atrai pessoas dos municípios vizinhos.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Itapagé liga-se com as cidades vizinhas e com a Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Canindé: rodoviário (via Moreira — General Sampaio), 120 km; Itapipoca: rodoviário (via Umirim), 77 km; Pentecoste: rodoviário (via Curu) 65 km e (via Moreira — General Sampaio), 54 km; Sobral: rodoviário, 108 km; Uruburetama: rodoviário (via Umirim), 53 km e (via Sítio Ipu), 18 km; Capital Estadual: rodoviário, 125 km.

Igreja-Matriz de São Francisco de Assis

Usina de Luz e Fôrça

Acha-se instalada na sede municipal uma Agência Postal-telegráfica do D.C.T., como também um Serviço Telefônico Municipal, que liga a cidade com as sedes distritais e outras localidades do município

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Itapagé situa-se na Serra de Uruburetama e possui topografia acidentada. É cortada pela rodovia Fortaleza—Teresina, verificando-se, por isso, grande movimento de veículos.

Dos 35 logradouros que formam a cidade, 16 são pavimentados de pedras irregulares, sendo 10 em tôda a extensão e 6 parcialmente, cuja área ocupa 45% do perímetro urbano e suburbano. São 9 as vias públicas arborizadas.

Tem um efetivo de 790 edificações, das quais 520, aproximadamente, são domiciliárias.

É iluminada a luz elétrica, havendo 268 prédios servidos por êste melhoramento.

Para hospedagem funcionam 2 pensões. Na Prefeitura Municipal, em 1956, foram registrados 1 automóvel, 24 caminhões e 5 jipes.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população é atendida por 2 farmacêuticos e 2 dentistas. Na sede municipal há 2 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — No que diz respeito à assistência social, citam-se 2 Conferências de São Vicente de Paula e a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, que prestam diversos auxílios à pobreza desvalida do município.

A "Cooperativa Agrícola Mista da Serra de Uruburetama de Resp. Limitada" (Central), fundada em 1955, conta com regular número de associados.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, a população com 5 anos e mais do município de Itapagé era de 29 281 habitantes. Dêste total, 6 833, ou seja, 23%, sabiam ler e escrever, sendo 3 195 homens e 3 638 mulheres. A sede municipal possuía 1 954 pessoas com a mesma idade; destas, 1 084 eram alfabetizadas (471 homens e 613 mulheres).

Ensino — Em 1956, existiam no município de Itapagé 88 unidades escolares de ensino primário fundamental comum, com a matrícula inicial de 1 324 alunos de ambos os se-

Vista parcial do açude São Miguel

xos. A taxa de matrícula de 1950 atingiu em Itapagé 20,52%, e no Estado do Ceará, 24,3%. Contavam-se, ainda, no município, 4 estabelecimentos de ensino extraprimário denominados: Centro Social Rural D. Eliseu, 2 Cursos de Iniciação Profissional e Ginásio São Francisco, ex-Instituto São Francisco.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na Cidade, funciona o cine-teatro Royal e o cine-teatro Paroquial, com capacidade total para 300 espectadores.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	227	...	466	131	610
1951	330	...	636	142	676
1952	661	...	661	154	703
1953	491	...	951	130	686
1954	430	1 026	790	143	1 059
1955	497	1 643	1 087	175	1 064
1956	380	2 546	1 440	256	1 459

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — No município há vários prédios históricos dignos de menção. A Igreja-Matriz, com sua linda tôrre medindo 36 metros de altura, construída no paroquiato do Reverendíssimo Padre José Thomaz, de 1870 a 1878; a capela de Nossa Senhora da Penha, na vila Cruz, edificada em 1825 por Francisco da Cruz Melo; naquela mesma vila existe, ainda, a capela do Rosário, localizada dentro do cemitério, mandada construir pelo coronel Francisco Barroso do Curu, no longínquo ano de 1724, em cumprimento de promessa feita, quando se achava prêso para ser julgado pela Comissão Militar.

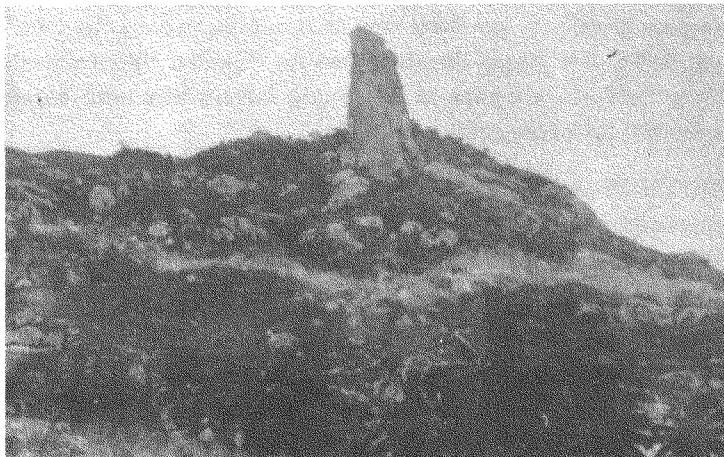
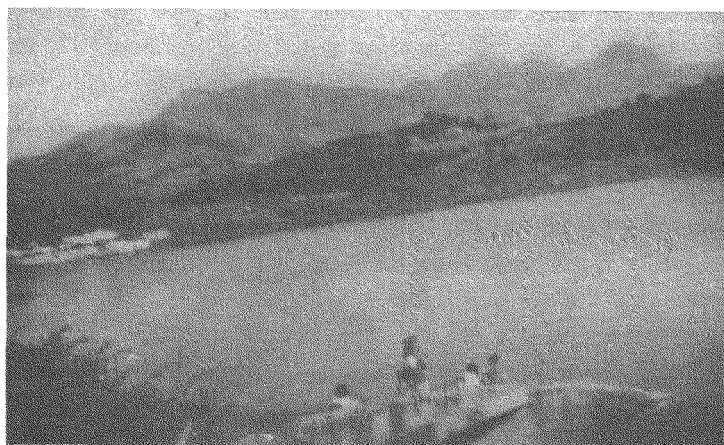
Como monumento citam-se duas placas localizadas na Matriz, a primeira, em comemoração ao 50.º aniversário da libertação dos escravos no município, inaugurada em 2 de fevereiro de 1933, e a segunda, comemorativa do 1.º Congresso Eucarístico Paroquial, inaugurada em 12 de dezembro de 1943.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Dentre as comemorações populares de caráter religioso, destacam-se as seguintes: a festa do Padroeiro São Francisco de Assis, realizada no dia 4 de outubro em meio a grande entusiasmo dos participantes. Costumam organizar-se dois partidos por ocasião das festividades com o fim de angariar donativos em benefício da Matriz, fato que muito entusiasma a mocidade e concorre para o abrilhantamento da festa.

O Natal é também movimentado, sendo o ponto culminante a celebração da missa da meia-noite; há ainda a procissão de "Corpus Christi", bastante concorrida e, finalmente, a tradicional festa de Nossa Senhora da Penha, na vila Cruz, para a qual aflui grande número de fiéis, encerrando-se em 1.º de janeiro, com solene procissão.

Os divertimentos populares de Itapagé são o carnaval e a festa do "Chitão", realizada esta de 23 a 29 de junho. São folguedos dançantes que se prolongam até alta madrugada.

As feiras, bastante concorridas, são feitas sempre aos domingos.

VULTOS ILUSTRES — *Alexandre Rodrigues Barroso* — Formado pela Faculdade de Direito do Recife. Foi magistrado na província do Rio de Janeiro, onde trabalhou também como advogado. Tinha o pôsto de coronel do Exército, tendo feito a campanha do Paraguai ainda quando estudante. *Dom Aureliano Matos* — Primeiro bispo de Limoeiro do Norte; foi sagrado na própria Catedral de sua Diocese. *C.el Felipe de Araújo Sampaio* — Desempenhou, como oficial do Exército, comissões importantes durante a campanha do Paraguai, tais como: a direção do Laboratório Pirotécnico de Corrientes e o Secretariado da Junta Militar de Justiça. *Francisco Martins Ferreira Teles de Souza* — Poeta, jornalista e professor, revelou-se um grande cultor das letras. *Dr. José Francisco Jorge de Souza* — Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, foi professor do Liceu do Ceará e da Faculdade de Direito. Como imaginoso e talentoso orador, foi eleito deputado estadual, tendo representado o Ceará no 6.º Congresso de Medicina e Cirurgia em São Paulo, ao qual apresentou um seu trabalho intitulado "Memória". *Dr. José Qintino da Cunha* — Bacharel pela Faculdade de Direito do Ceará, célebre poeta e primoroso orador, talentoso advogado e uma das figuras intelectuais cearenses mais conhecidas e apreciadas pela sua fina verve. *Jovelino de Souza* — Cirurgião-dentista que se distinguiu como homem de letras e reconhecido educador no Ceará, Piauí, Maranhão e Amazonas. *Dona Maria Rodrigues* (Alba Valdez) — Diplomou-se pela Escola Normal do Ceará, dedicou-se ao magistério, ao jornalismo e aos estudos literários. Colaborou em

Pedra do Frade

Vista do açude Público Municipal

vários jornais e revistas, aos quais fornecia trabalhos, contos e crônicas altamente apreciadas. Sócia efetiva do Instituto do Ceará. *Dom Vicente de Paula Araújo Matos* — Ordenou-se no Seminário de Fortaleza e estêve como auxiliar da administração do Colégio Arquidiocesano "Castelo Branco" em Fortaleza. Foi sagrado bispo-auxiliar da Diocese de Crato, em 11 de junho de 1955. *Virgílio Brígido* — Ainda como acadêmico de Direito, em Recife, escreveu para várias revistas literárias da Capital pernambucana. Na sua terra natal tomou parte no renascimento literário do Ceará, na fase do "Libertador" e de "A Quinzena". Foi redator de "A Avenida". No Rio de Janeiro fundou o "Correio Mercantil", de duração efêmera. Publicou ainda um livro de versos — "Cantos do Amanhecer", cujas poesias primam pela originalidade, harmonia e correção. Foi fundador do Instituto do Ceará, passando para a classe dos sócios honorários, quando se mudou para o Rio de Janeiro.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Em uma das faldas da Serra de Uruburetama se ergue envolto no orgulho peculiar à sua formação natural, a cêrca de 5 quilômetros da sede, o gigante rochoso a que foi dado o nome de "Frade de Pedra". Mede, aproximadamente, 250 metros de altura e é o que, em Itapagé, "mais prende a atenção de quem chega à localidade", conforme assevera Antônio Bezerra de Menezes em "Notas de Viagem". Nesta obra, o autor, citando o poeta Antônio Martins e a respeito do "Frade de Pedra", diz que "ele é magestoso, respeitoso e altivo", o que prova que o insigne etimologista lá estêve, em admiração ao que ostenta aquêle granito em forma de monge. O vate citado, cuja musa é posta em ação para retratar o monge granítico, também revela o conhecimento "in loco"; em 1954, um grupo de alpinistas do "Centro Excursionista Pico de Itatiaia", para lá se dirigiu intentando uma escala que não foi conseguida.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Existem no município 22 açudes públicos e particulares, com capacidade de quase 33 milhões de metros cúbicos.

A sua Paróquia fundada em 1864 está sob a invocação de São Francisco de Assis. Conta 11 templos e 9 associações religiosas.

Há 2 Cultos Protestantes — Assembléia de Deus e Adventista do 7.º Dia — que funcionam na sede municipal.

Para abastecimento e conservação de veículos, funciona 1 pôsto, 4 bombas de gasolina e 2 oficinas.

Nas eleições gerais de 1954 votaram 4 882 eleitores, dos 9 807 inscritos.

Itapageenses é como são denominados os habitantes do município.

ITAPIPOCA — CE

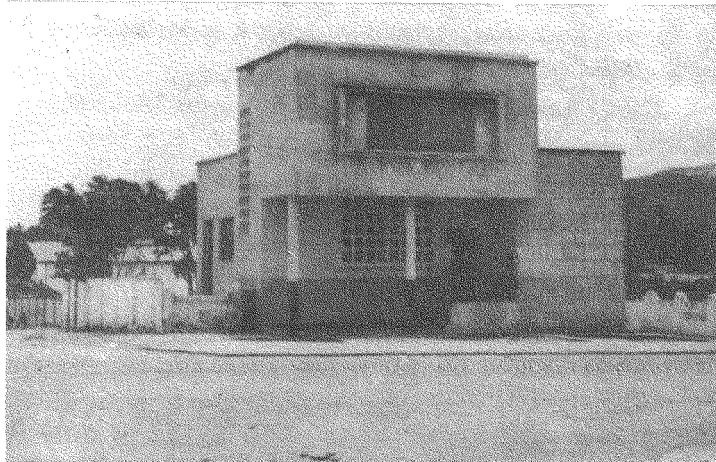
Mapa Municipal na pág. 69 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Jerônimo de Freitas Guimarães, nos meados do século XVIII, estabeleceu-se nas terras do atual município de Itapipoca, construindo, com outros moradores, o arraial de São José, posteriormente chamado Vila Velha, depois Imperatriz (hoje Arapari).

No ano de 1757, quando o curato do Acaracu, por provisão do Bispo de Pernambuco, D. Francisco Xavier Aranha, se dividiu em quatro freguesias, foi a de Nossa Senhora da Conceição de Amontada sediada no povoado de São Bento da Ribeira do Aracati, servindo de Matriz a igreja construída pelo fazendeiro Manuel Gomes do Nascimento. Em face da Lei n.º 364, de 29 de julho de 1846, foi a sede da freguesia transferida para Imperatriz, tendo por Vigário o padre Luís Antônio da Rocha Lima, colado por provisão de 24 de agôsto de 1838.

Imperatriz já a essa época, era vila, sede do município de igual nome, criada que fôra pela Resolução imperial datada de 3 de fevereiro de 1823.

Entre 1860 e 1865 as grandes colheitas de algodão, que então se faziam, eram enviadas para os armazéns construídos pelos anos de 1844 a 1850 no sopé da serra da Uruburetama, onde mais tarde se ergueria a cidade, sendo daí transportadas para a capital da Província. Muitas famílias, atraídas pelo rendoso negócio, fixaram moradia no mesmo lugar, quando maior preço obteve o produto, em virtude da guerra abolicionista dos Estados Unidos da América do Norte, cuja população fôra desviada dos trabalhos agrícolas.

Em decorrência disso, e graças aos esforços de Vicente Xavier de Lima e Antônio Oliveira, a povoação logo prosperou, tanto assim que aos 3 de novembro de 1862, por Lei provincial n.º 1 011, a sede do município foi transferida para o núcleo de Itapipoca, elevado a vila com o nome de Imperatriz, até que o Decreto n.º 1, de 2 de dezembro de 1889 restituiu-lhe o nome Itapipoca.

Agência dos Correios e Telégrafos

Seis anos depois de instalada a nova vila, foi a freguesia para aí transferida, funcionando a matriz, em princípio, na Capela de Nossa Senhora das Mercês.

Em 1881 foi iniciada a construção de "um templo condigno" sendo os serviços realizados sob a direção do notável Monsenhor Antero José de Lima, que prestou assinalados serviços à comunidade local. Atualmente, a Matriz de Itapipoca é uma das mais imponentes de todo o interior do Estado.

Itapipoca sofreu os rigores das sêcas de 1877 e 1888. Nessa fase difícil não lhe faltou, todavia, o auxílio dos governadores da Província, destacando-se, entre êstes, Caetano Estelita e Caio Prado.

Obras de porte foram, então, iniciadas: uma delas a sua famosa cadeia Pública, a maior do Estado, com dois pavimentos, paredame de quase um metro de espessura, majestoso portão central, amurada alta, armas do Império no pórtico principal, e que foi levantada sob a direção técnica do engenheiro Tristão Alencar Lima.

Antônio Bezerra de Menezes, visitando Itapipoca, em 1884, observou que duas grandes desgraças prejudicavam o município: o jôgo e a política de ódios que então se praticava.

Dois homens puseram fim a estas misérias. O primeiro foi Inocêncio Francisco Braga, ainda no regime monárquico. Chefe do Partido Liberal, constituiu-se um traço de união entre os itapipoquenses. O outro foi o notável chefe político, Anastácio Alves Braga, filho de Inocêncio e que no regime republicano foi político e chefe de incontestáveis méritos. Homem de personalidade, de fôrça moral reconhecida, no dizer de Soares Bulcão: "Varonil, alto, forte, expansivo e atraente, dispôs, em sua época, do maior conceito de que pode gozar um chefe político do interior". Foi assassinado aos 7 de janeiro de 1928.

No quadro da divisão política e administrativa do Brasil, datado de 1911, o município figura com os seguintes distritos: Itapipoca, Assunção, Ipu da Rajada, Pão de Açúcar, São Bento da Amontada e São José.

Aos 31 de agôsto de 1915, por fôrça da Lei n.º 1 288, a vila de Itapipoca foi elevada à categoria de cidade.

Em 1920, nos quadros do Recenseamento Geral da República, Itapipoca figura com os mesmos distritos de 1911 e mais o de São Pedro da Timbaúba. Em 1933, pelo Decreto estadual n.º 1 156, de 4 de dezembro, a composição distrital do município é a seguinte: Itapipoca, Assunção, Barrenta, Lagoa Comprida, Pernambuquinho, Rajada, São José, São Bento da Amontada e São Pedro da Timbaúba.

Vista interna da Escola Normal Rural

Igreja Matriz

De acôrdo com o Decreto estadual n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, foi extinto o distrito de Rajada, sendo parte do seu território anexada ao distrito de Itapipoca e parte ao distrito de Tururu, do município de Uruburetama. Na Divisão vigorante no qüinqüênio 1939-1943 ocorreram as seguintes alterações toponímicas: os distritos de Barrenta, Lagoa Comprida, São José da Imperatriz, Pernambuquinho e São Bento de Amontada passaram a denominar-se, respectivamente, Cruxati, Lagoa, Imperatriz, Icaraí e São Bento.

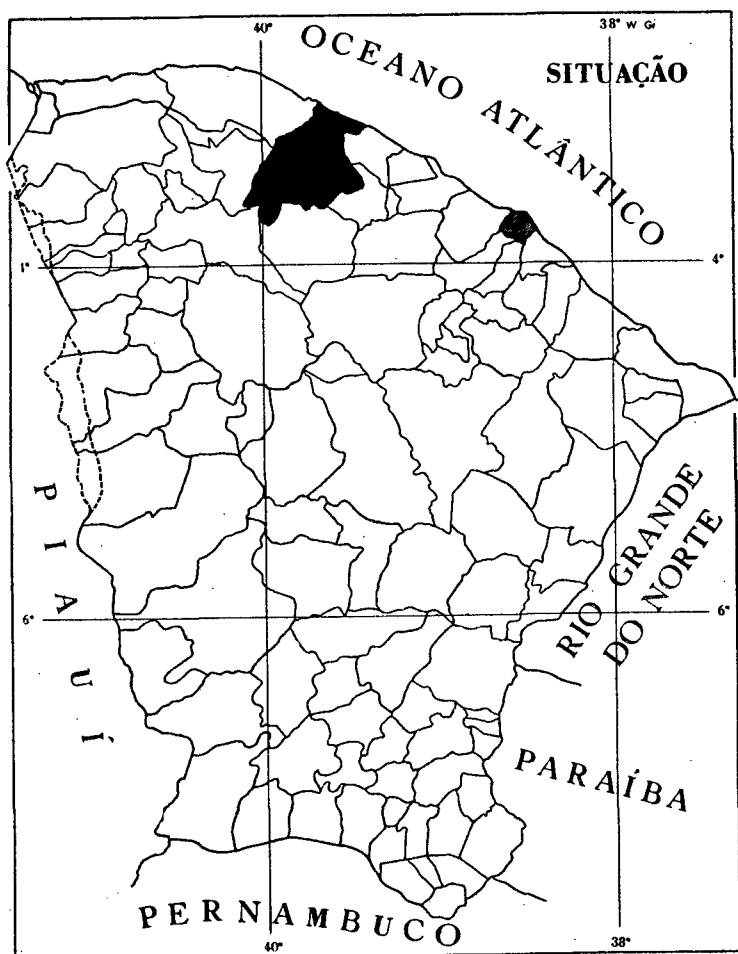
Nova alteração toponímica surgiu com a aprovação do quadro territorial estabelecido para o qüinqüênio 1944-1948 (Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943, do Interventor Federal, Dr. Francisco de Menezes Pimentel). Os distritos de São Bento, Lagoa, Imperatriz e Timbaúba passaram a denominar-se, respectivamente, Amontada, Aracatiara, Arapari e Miraíma.

No Govêrno do Dr. Raul Barbosa, o município de Itapipoca teve reformado o seu quadro distrital, de vez que foram criados dois distritos de Barrento e Marinheiros (Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1953, publicada a 1.º de março do ano seguinte). Formam, por conseguinte, o município, além da sede, as seguintes circunscrições territoriais: Icaraí, Aracatiara, Cruxati, Marinheiros, Barrento, Amontada, Arapari, Assunção e Miraíma.

Promulgada a Constituição do Estado aos 23 de junho de 1947, a comarca de Itapipoca, que sempre figurou sem alteração nas divisões judiciárias do Estado, foi elevada à terceira entrância (Art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), situação confirmada na tabela anexa à Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948.

Nas eleições de 3 de outubro de 1954 foram eleitos: Prefeito: João Idálio Teixeira. Vereadores: Francisco Eufrásio Filho, Urbano Teixeira Barbosa, Jorge Pinto de Mesquita, Antônio Eliseu de Barros, Francisco Cadorno Teles, José Romero Filho, Antônio Nogueira Assunção, José Antônio dos Santos, Gerardo Barroso, Antônio Albuquerque Barroso e Gilberto Alves de Aguiar.

LOCALIZAÇÃO — O município de Itapipoca está situado na Zona do Litoral, incluído inteiramente no Polígono das Sêcas. Suas terras se estendem pela serra da Urubu-

retama, descendo o sertão até a praia, numa extensão de 3 301 quilômetros quadrados. Limita com os municípios de Sobral, Santana do Acaraú, Uruburetama, Itapagé, Acaraú, Trairi e com o Oceano Atlântico. A cidade é servida por ferrovia e rodovia, distando da capital, em linha reta, 121 quilômetros e possui as seguintes coordenadas geográficas: 3° 30' de latitude Sul e 39° 35' de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Eleva-se a 98 metros na sede municipal.

CLIMA — O município apresenta o clima comum do sertão nordestino: quente e sêco, no verão, e temperado durante o inverno, que é de fevereiro a maio. A temperatura oscila de 34°C a 22°C, com a maior freqüência de 30°C. A precipitação pluviométrica atingiu, no ano de 1956, a 624 milímetros.

ÁREA — A área do município é de 3 301 quilômetros quadrados, ocupando o 10.° lugar em relação à área das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os rios Aracatiaçu, Mundaú, Aracatimirim e numerosos riachos sulcam as suas terras, fertilizando-as consideràvelmente. A serra de Uruburetama, a principal, e alguns serrotes dão-lhe majestosa elevação. Possui o município os açudes denominados Rajada, Miraíma e Combuco, com a capacidade para armazenar 30 911 200 metros cúbicos de água, e as lagoas Mercês, Grande, Sabequaba, Santa Bárbara e Humaitá. Há terras argilosas em tôda a extensão do município.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral encontra-se argila; no vegetal, oiticicais, carnaubais, cajueirais, maniçobal e madeira para lenha; e no animal, peixes de diversas espécies.

POPULAÇÃO — A população de Itapipoca, segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, se constituía de 64 907 habitantes, com a seguinte composição: homens 32 543; mulheres — 32 364; brancos — 28 798 (14 234 homens e 14 564 mulheres); pardos — 23 929 (12 068 homens e 11 861 mulheres); pretos — 12 087 (6 193 homens e 5 894 mulheres); e sem declaração de côr — 93 (48 homens e 45 mulheres).

Em matéria de religião, Itapipoca nao foge à regra geral de extraordinária predominância de católicos romanos sôbre os componentes de outras religiões, conforme atesta a seguinte discriminação: católicos romanos — 63 898 (32 027 homens e 31 871 mulheres); protestantes — 889 (445 homens e 444 mulheres); espíritas — 17 (9 homens e 8 mulheres); outras religiões — 14 (9 homens e 5 mulheres); sem religião — 30 (20 homens e 10 mulheres); e sem declaração da religião professada — 59 (33 homens e 26 mulheres).

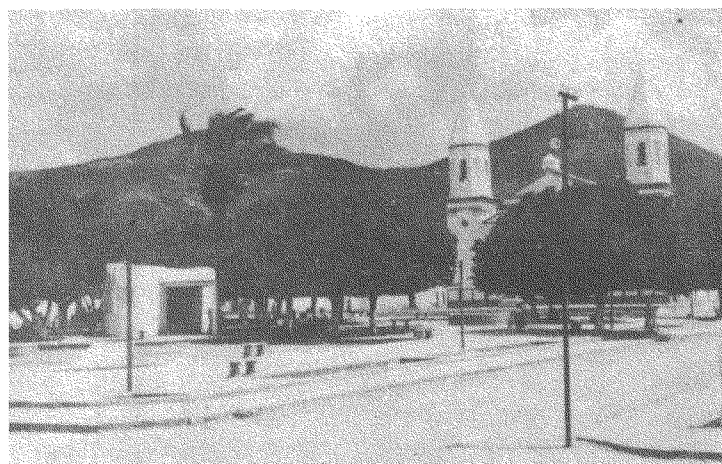
Apesar da inexpressiva quantidade de protestantes em relação ao número de católicos, foi Itapipoca que apresentou o maior contingente (em números absolutos) de protestantes no interior do Ceará.

A densidade demográfica do município era de 19,66 habitantes por quilômetro quadrado, bem aproximada da média do Estado que é de 18,22.

A população rural constituía-se de 57 480 habitantes (29 100 homens e 28 380 mulheres), representando 88,55% da população municipal, índice que supera a média observada no Estado do Ceará, cingida em 71,81%.

O número de homens recenseados no município de Itapipoca, tendo-se em vista a população global, é superior ao de mulheres, coisa raríssima nos municípios cearenses.

Quase tôda a população do município se constituía de brasileiros natos, pois da população global, 64 898 eram brasileiros (32 540 homens e 32 358 mulheres); 7 estrangeiros (2 homens e 5 mulheres); 1 naturalizado (homem); e 1 (mulher) sem declaração de nacionalidade.

Itapipoca é o segundo município mais populoso do interior do Estado, porquanto apenas superado pelo município de Sobral.

Vista da Praça Monsenhor Antero

Patronato Nossa Senhora das Mercês

A população do município de Itapipoca, a 1.º de julho de 1957, por estimativa da Inspetoria Regional de Estatística, é de 78 264 habitantes. Nos últimos sete anos, verificou-se um acréscimo de 13 357 pessoas correspondentes a 20,58 %.

Aglomerações urbanas — A sede do município e as vilas que o integram, constituem as 8 aglomerações urbanas que, quanto à população, estão assim divididas: cidade de Itapipoca — 4 500 habitantes (2 070 homens e 2 430 mulheres); vila de Amontada — 1 068 habitantes (498 homens e 570 mulheres); vila de Arapari — 257 habitantes (122 homens e 135 mulheres); Assunção — 508 habitantes (243 homens e 265 mulheres); vila de Cruxati — 142 habitantes (67 homens e 75 mulheres); Icaraí — 300 habitantes (137 homens e 163 mulheres); e vila de Miraíma — 575 habitantes (269 homens e 306 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — São a agricultura e a pecuária os fatôres fundamentais da base econômica do município. Sendo um dos municípios mais agrícolas do Estado, Itapipoca se expressa no setor agrário, com volume e valor apreciáveis, não sendo superado por nenhuma outra espécie da atividade econômica do seu povo, nem mesmo pelo valor dos efetivos do seu rebanho pecuário. O valor agrícola de Itapipoca, em 1955, e, segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, era de ...... Cr$ 303 650 250,00, destacando-se: 210 000 toneladas de mandioca-brava (Cr$ 147 000 000,00); 240 000 sacos — 60 quilogramas — de feijão (Cr$ 72 000 000,00); 2 500 sacos — 60 quilogramas — de arroz (Cr$ 600 000,00); 166 900 arrôbas de algodão (Cr$ 30 026 250,00); 128 000 sacos — 60 quilogramas — de milho (Cr$ 23 040 000,00); 328 000 cachos de banana (Cr$ 9 840 000,00); 2 100 000 quilogramas de mamona (Cr$ 7 350 000,00); 20 000 toneladas de cana-de-açúcar (Cr$ 6 000 000,00); e 8 500 centos de côco-da-baía (Cr$ 2 550 000,00). Grande parte da mandioca-brava produzida no município é exportada para Fortaleza, como forragem à alimentação de gado leiteiro na capital do Estado.

A indústria, com exceção da panificação, se restringe à de transformação agrícola. O valor total da indústria se expressa em Cr$ 10 114 070,00. A indústria de transformação agrícola é da ordem de Cr$ 4 574 370,00, em que se salientam: farinha de mandioca, 13 213 sacos de 60 quilogramas — Cr$ 2 496 320,00; rapadura, 329 750 quilogramas — Cr$ 1 663 750,00; e aguardente, 47 000 litros — Cr$ 470 000,00.

A produção extrativa municipal também revela significação econômica, com um montante de .... Cr$ 10 055 000,00, sendo o maior concurso o da cêra de carnaúba, que soma Cr$ 6 750 000,00 por 75 toneladas. Município piscoso, tem na produção de peixe acentuado volume, salientando-se no setor econômico com 40 000 quilogramas, valendo Cr$ 2 820 000,00.

A pecuária tem um efetivo no valor de .... Cr$ 107 950 000,00, distribuídos em 17 000 bovinos, 3 200 eqüinos, 5 330 asininos, 2 280 muares, 2 700 suínos, 8 400 ovinos e 4 600 caprinos. Há exportação para Fortaleza, principalmente da espécie bovina.

As transações comerciais do município, no que se refere à importação e exportação, se realizam com Fortaleza, para onde é exportada a produção local.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio de Itapipoca é regularmente desenvolvido. Funcionam na sede municipal 4 estabelecimentos atacadistas e 66 varejistas, com variado estoque de mercadorias.

No Recenseamento Geral de 1950 foram registrados no município 135 estabelecimentos varejistas e 25 atacadistas, cujas vendas em 1949, se elevaram a 8,335 e 9,111 milhões de cruzeiros, respectivamente.

São importados pelo comércio de Itapipoca, dentre os principais artigos de maior consumo local: tecidos, miudezas para armarinhos, medicamentos, fumo, bebidas e gêneros alimentícios.

A sua exportação consiste em semente de oiticica, castanha de caju, cêra de carnaúba, algodão, mamona, milho, feijão, farinha de mandioca, rapadura, couros e peles.

As transações comerciais são mantidas principalmente com as praças de Fortaleza, Uruburetama e São Luís do Curu.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município de Itapipoca é servido pela Estrada de Ferro de Sobral e por rodovia.

Liga-se às cidades vizinhas e à capital do Estado, pelos seguintes meios de transporte: Acaraú — rodoviário — 110 quilômetros; Santana do Acaraú — 90 quilômetros; Trairi — rodoviário — 127 quilômetros; e misto: ferroviário até Curu, 52 e daí, rodoviário — 75 quilômetros; Itapagé — rodoviário — 77 quilômetros; Uruburetama — rodoviário — 31 quilômetros e Sobral — ferroviário — 96 e rodo-

Sede do Círculo Operário

viário — 189 quilômetros; capital do Estado, rodoviário — 139 quilômetros e ferroviário — 139 quilômetros.

A cidade é servida por uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e pela Estação Telegráfica, da Rêde Viação Cearense (esta de uso privativo).

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Itapipoca é cortada pela Estrada de Ferro de Sobral. Possui 29 logradouros, dos quais 5 parcialmente pavimentados com pedras irregulares, sendo, ainda, 3 arborizados. O número de prédios na cidade ascende a 1 414. Dêstes, 1 064 são utilizados para residências, 135, residenciais e para outros fins e 155 exclusivamente para finalidades diversas.

Como meio de hospedagem há 2 pensões na cidade, cobrando a diária média de Cr$ 80,00.

Na Prefeitura Municipal, em 1956, estavam registrados os seguintes veículos: 3 jipes, 3 camionetas e 9 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Localizam-se na cidade 4 estabelecimentos dêste gênero: Maternidade "Matargão Gesteira", Pôsto de Puericultura "Mons. Antero", Pôsto de Saúde e Pôsto de Bouba, do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

Estão em atividade no município 2 médicos, 2 dentistas e 2 farmacêuticos.

O comércio de medicamentos é exercido por duas farmácias ali existentes.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Esta assistência é prestada por três conferências vicentinas e uma Associação de Caridade, do Culto Católico Romano, que funcionam na cidade e nos distritos de Assunção e Amontada. Digno de nota ainda é o Círculo de Operários "Monsenhor Tabosa", com funcionamento regular, congregando mais de 5 000 associados e mantendo 60 escolas de ensino primário.

Conta ainda com 2 cooperativas de Crédito Agropecuário, agregando ambas 311 associados.

ALFABETIZAÇÃO — No município de Itapipoca existiam, segundo o Recenseamento Geral de 1950, 52 698 pessoas com cinco anos e mais. Destas, 11 461, ou seja, 22%, sabiam ler e escrever, sendo, 5 675 homens e 5 786 mulheres. Com a mesma idade escolar, possuía a sede municipal 3 726 habitantes, dêstes, 1 894 eram alfabetizados (771 homens e 1 123 mulheres).

Vista da vila São Vicente de Paulo

Maternidade Martagão Gesteira

Ensino — Em 1956 contava o município com 123 unidades escolares, de ensino primário fundamental comum, com a matrícula inicial de 4 275 alunos masculinos e femininos. Foi 24,73% a taxa municipal de matrícula em 1950, e 24,3%, em todo o Estado do Ceará. Havia ainda dois estabelecimentos de ensino extraprimário denominados: Ginásio e Escola Normal Rural Joaquim Magalhães com a matrícula inicial de 100 alunos de ambos os sexos: 27, do sexo masculino e 73 do feminino. Referidos alunos não lograram aprovação.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há na cidade o Cine-Itapipoca, funcionando 4 vêzes por semana e com a capacidade para 150 lugares; e uma biblioteca particular pertencente à Escola Normal Rural Joaquim Magalhães, com 2 000 volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	426	889	629	192	638
1951	495	1 036	643	179	667
1952	726	1 036	740	202	521
1953	560	1 450	1 000	224	1 005
1954	734	1 232	915	147	923
1955	710	2 238	1 569	248	1 257
1956	429	3 480	1 653	398	1 379

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As principais festas de cunho religioso do município são a de São José e a de Nossa Senhora das Mercês, realizadas respectivamente, a 20 de janeiro e a 24 de setembro. Ambas se encerram com tradicionais procissões.

VULTOS ILUSTRES — *Monsenhor Antônio Tabosa Braga* — eDstemido jornalista católico e abnegado propagador da religião. Depois de vigariar Santa Quitéria e Pacoti, foi Vigário-Geral da Arquidiocese do Ceará, revelando sempre a bonomia cristã, que o caracterizou, a ponto de ser, após sua morte, considerado um santo pelos espíritos mais simples. Antônio Sales reputou-o a "purificação da bondade e da caridade evangélica, o mais lídimo êmulo de Vicente de Paulo e Francisco de Assis, em nossa terra". *Doutor Antônio Perilo Teixeira* — Foi procurador do extinto Tribunal de Contas do Ceará, atualmente deputado Federal, brilhante orador parlamentar e que tem prestado

à sua terra natal grandes e notáveis serviços. *Doutor Ermínio de Araújo* — Formado em Direito, ex-professor da Escola Normal Justiniano de Serpa. Erudito vernaculista e profundo conhecedor do latim. E' atualmente alto funcionário da Fazenda Federal. *Doutor José Joaquim de Oliveira* — Engenheiro militar. Foi lente substituto da Escola Militar, vice-Diretor do Departamento dos Correios e Telégrafos e vice-Diretor da Imperial Academia de Belas-Artes. *José Maria Vossio Brígido* — Funcionário aduaneiro, poeta e contista. Fêz parte da "Padaria Espiritual" com o pseudônimo de Moghar Jandyra. *Coronel Bento Antônio Alves* — Nome conhecido na história do 2.º reinado, como chefe liberal, tendo exercido cargos de alta confiança. Chegou a ser votado para Senador do Império na eleição de 5 de dezembro de 1880. *Coronel Anastácio Alves Braga* — Chefe político de real prestígio, proporcionando à sua terra relevantes serviços. Exerceu o cargo de tabelião público e foi deputado estadual.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município compreende três paróquias: a da sede municipal, fundada em 1846; tem a invocação de Nossa Senhora das Mercês e conta 10 templos e 9 associações religiosas. A paróquia de Nossa Senhora da Assunção, fundada na vila de Assunção, em 1952, possui 9 templos e 6 associações religiosas.

Dos 18 500 eleitores inscritos em 1954, votaram 7 544 nas eleições gerais realizadas naquele ano.

Itapipoquenses é como são denominados os habitantes locais.

"O nome é indígena e provém de *itá*, pedra e *pipoca*, rebentar: pedra rebentada" (Paulino Nogueira, "Dicionário", na Rev. do Inst. do Ceará, vol. 1.º, pág. 305. *Apud* "O Ceará" — edição de 1945 — Raimundo Girão e Antônio Martins Filho).

ITAIÇABA — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Itaiçaba, cuja denominação antiga era Passagem de Pedras, antes de ser município era distrito policial, criado em 1883. Nesta recuada época do Ceará Provincial, a localidade teve como primeira autoridade Francisco Vieira de Queiroz, que, na qualidade de subdelegado de polícia, prestou juramento aos 27 de abril de 1883. Antes, porém, subordinado ao Aracati, fôra considerado Feira de Gados (Lei Provincial n.º 995, de 31 de agôsto de 1861). Em dias determinados realizava animadas feiras acorrendo fazendeiros da redondeza, para compra e venda de animais.

Gozava, nessa quadra da vida provincial, de especial preferência por parte dos sertanejos do baixo Jaguaribe, para a realização de festejos animados, e possuía linda capela, mais tarde transformada em Matriz, onde hoje celebra o prestigioso Vigário, padre Antônio Graça, a quem a cidade deve inúmeros benefícios.

A região sempre desfrutou de vida pacata. A própria cidade está localizada nas proximidades de uma passagem sôbre o rio Jaguaribe, com altas ribanceiras, onde se encontra uma barragem tôsca, feita de pedra e cal, divisora de águas: de um lado está a água doce do rio e, do outro, a água salgada que vem desde a foz do Jaguaribe.

Prefeitura Municipal

Carnaubais se erguem, farfalhando ao embalo da brisa que sopra do Aracati. A vegetação rasteira cobre tôda a gleba que se presta admiràvelmente ao plantio do algodão.

O distrito policial, pertencente ao município de União, desde 1883, passou à condição de distrito administrativo em 21 de agôsto de 1913.

Em 1938 a sede distrital, que ainda se chamava Passagem das Pedras, foi elevada à categoria de vila (Decreto-lei n.º 169, de 31 de março), mudando-se, todavia, o topônimo em Itaiçaba, cujo significado é o mesmo que "passagem de pedras" (Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938).

Sempre evoluindo, tendo comércio movimentado, em 1941 a capela foi transformada em Matriz, com o orago Nossa Senhora da Boa Viagem.

A vila transmudara-se em movimentado centro de comércio, de relações permanentes com as praças vizinhas e por isso mesmo desejosa de conquista de sua autonomia política e administrativa. Vários movimentos foram levados a bom têrmo pelo povo da localidade, todos congregados em tôrno dos seus principais líderes e de vultos influentes, filhos de Itaiçaba, residentes na capital do Estado. Em 1955 o povo dirigiu à Assembléia Legislativa do Estado

Rua do Comércio

Casa Paroquial

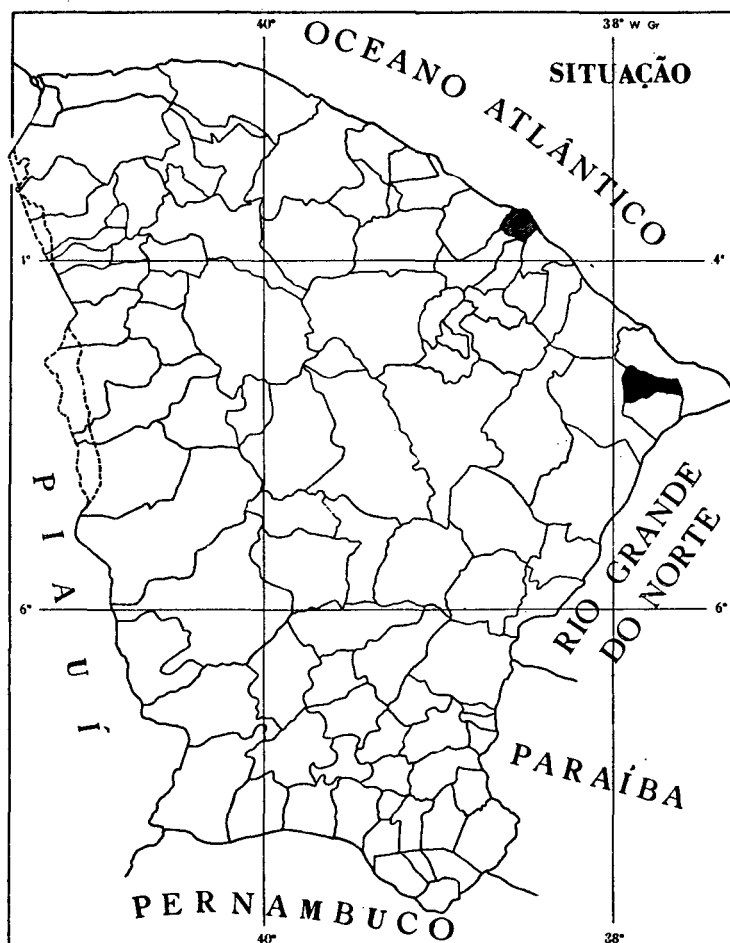
tôda a documentação necessária àquela conquista, isto é, à criação do município. Realizado o plebiscito, ficou constatado que, efetivamente, tôda a população local desejava a autonomia municipal.

O Poder Legislativo, então, fêz votar a Lei n.º 3 338, de 15 de setembro de 1956, sancionada pelo Chefe do Executivo, de conformidade com a qual Itaiçaba ficava erigida em município e a vila elevada à categoria de cidade. Aos 7 de outubro daquele ano, todo o povo da novel cidade se apinhava na Praça da Matriz, para assistir à missa em ação de graças pelo magnífico evento. Logo mais, em sessão solene, foi instalada oficialmente a nova comuna.

Nas eleições realizadas a 4 de agôsto de 1957, foram eleitos: Prefeito — Agostinho Correia Lima. Vereadores — Manoel Francisco da Silva, José Lima, José Vieira Lima, Pedro Araújo Lima, Raimundo Bernardo de Araújo, Hercílio Lima Soares e Geraldo Costa Brasil.

Aos 29 de agôsto de 1957 tomaram posse os vereadores eleitos pelo povo para a primeira Câmara Municipal, em cuja sessão foi empossado, igualmente, o primeiro Prefeito de Itaiçaba, Agostinho Correia Lima.

Igreja-Matriz

LOCALIZAÇÃO — Município da Zona do Sertão do Baixo Jaguaribe, suas terras se estendem, em parte, pelo vale jaguaribano, sofrendo, na época invernosa, fortes inundações. Limita com os municípios de Russas, Jaguaruana e Aracati. Localizada na margem esquerda do rio Jaguaribe, a cidade dista da capital, em linha reta, 128 quilômetros e possui as seguintes coordenadas geográficas (calculadas pela Inspetoria Regional de Estatística): 4° 40' de latitude Sul e 37° 49' de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Ameno e algumas vêzes quente, comum do sertão do baixo Jaguaribe.

ÁREA — Totaliza 300 quilômetros quadrados, figurando Itaiçaba em 90.º lugar em relação à área das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia local apresenta pequenas ondulações, não havendo elevações de realce. Os principais acidentes são os rios Jaguaribe e Palhano, êste, tributário do primeiro.

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas minerais são representadas por barro (argila), areia e jazidas calcárias

Praça da Matriz

Carnaubais e matas para extração de madeira e lenha, constituem as riquezas vegetais em evidência. E as animais consistem em peixes de água doce.

Rua Grande

POPULAÇÃO — No Recenseamento Geral de 1950, Itaiçaba era distrito do município de Jaguaruana e sua população somava 5 381 habitantes (2 554 homens e 2 827 mulheres).

No quadro rural localizavam-se 65,63 % de seus habitantes, ou seja, 3 532 habitantes (1 700 homens e 1 832 mulheres), daí a conclusão de que o município é preponderantemente rural.

Itaiçaba, município desmembrado de Jaguaruana conta 6 676 habitantes (estimativa da Inspetoria Regional de Estatística para 1.º de julho de 1957). Relativamente ao Censo de 1950, registrou-se um aumento de 1 295 pessoas, correspondente a 24,07 %, percentagem superior à do Estado, que, no mesmo período, era de 18,54 %.

Aglomerações urbanas — À época do Recenseamento de 1950, havia sòmente uma aglomeração urbana: a atual cidade de Itaiçaba, com 1 849 habitantes, assim distribuídos: na zona urbana — 1 076 (498 homens e 578 mulheres); e na suburbana — 773 (356 homens e 417 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Tal a maioria dos municípios cearenses, o de Itaiçaba assenta a sua base econômica na exploração agropastoril. A agricultura, porém,

Vista de uma casa residencial

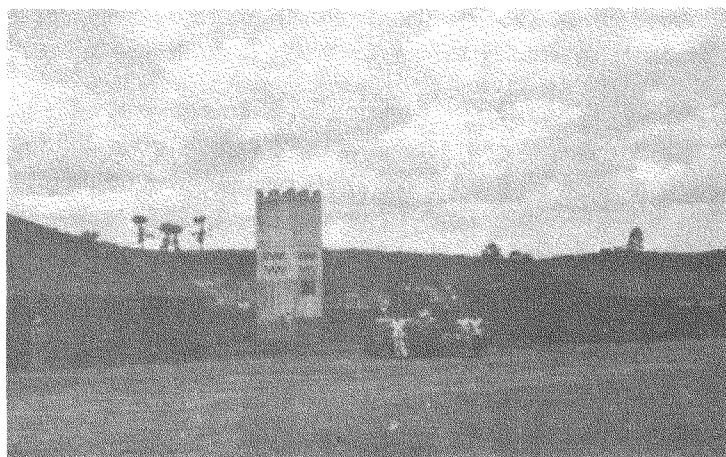
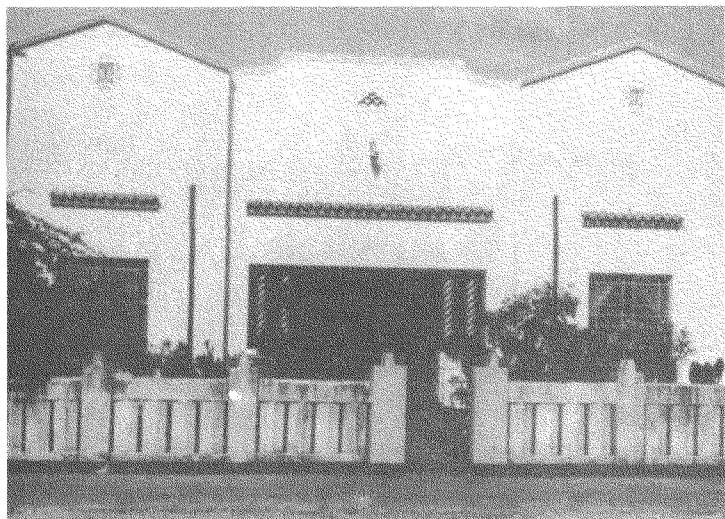
é a atividade fundamental à economia do município, cuja produção supera, em muito, as necessidades de consumo próprio, sendo o excesso exportado. As principais culturas, pela ordem de importância, são: algodão, milho, feijão e mandioca, predominando a primeira. Quase que se restringindo ao consumo do município, a produção pastoril pouca expressão apresenta perante os demais mercados consumidores.

Outra vista da Rua Grande

Quase tôda a população ativa (pessoas de 10 anos e mais) exerce atividade no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", revezando-se no trato da agricultura, da pecuária e no beneficiamento da palha de carnaúba.

A indústria itaiçabense limita-se ao beneficiamento do algodão (ramo têxtil).

Na produção extrativa, representada por elevadas somas, destaca-se a produção de cêra de carnaúba, por método rotineiro, sendo a palha transformada em chapéus e bôlsas.

COMÉRCIO E BANCOS — O município tem cêrca de 4 estabelecimentos atacadistas e 19 varejistas, apresentando acentuado volume de negócios. Mantém transações comerciais com as praças de Fortaleza, Aracati e Jaguaruana (CE) e São Paulo.

Caixa d'água

MEIOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES — Itaiçaba liga-se aos municípios vizinhos e à capital por meio de rodovias, e as distâncias que separam a sua sede daquelas, são: Aracati, 19 km; Jaguaruana, 21 quilômetros; Russas, 51 quilômetros; e Fortaleza (via Jaguaruana), 213 quilômetros.

Barragem sôbre o rio Jaguaribe

Sete (7) caminhões são utilizados no transporte de passageiros e carga no município, apresentando média diária de 4 veículos em tráfego.

Para o serviço de comunicações, acha-se instalada uma agência postal-telegráfica, do Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — Sendo uma cidade nova, Itaiçaba ainda não possui o aspecto característico das "urbs" cearenses, pois não sofreu ainda uma transformação no seu feitio urbano de vila antiquada. Não existe sequer pavimentação nos seus logradouros públicos. Entretanto, já é servida por iluminação elétrica, pública e particular, com 75 ligações domiciliares.

Existe como meio de hospedagem 1 hotel que cobra a diária de Cr$ 70,00.

A Prefeitura registrou apenas 7 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Na cidade de Itaiçaba existe apenas 1 farmácia prestando serviços de assistência à população citadina.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Conferência de São Vicente de Paulo dá assistência moral e material às classes menos favorecidas de Itaiçaba.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, a população urbana com 5 anos e mais do distrito-sede de Itaiçaba foi de 1 483 pessoas, das quais 584 eram alfabetizadas, sendo 275 homens e 289 mulheres, com uma percentagem de 39,38%.

Ensino — Existem no município de Itaiçaba 10 unidades de ensino fundamental comum com a matrícula inicial de 389 alunos de ambos os sexos.

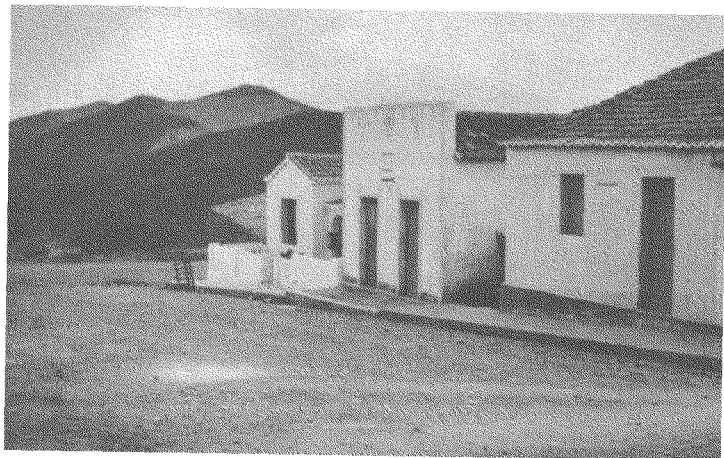
MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As festas populares são tradicionalmente religiosas. Destaca-se a da padroeira, Nossa Senhora da Boa Viagem, comemorada no dia 6 de janeiro. Precedida de novena, encerra-se com procissão, acompanhada pelo povo do município.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Itaiçabenses é a denominação própria dos habitantes do município.

ITATIRA — CE

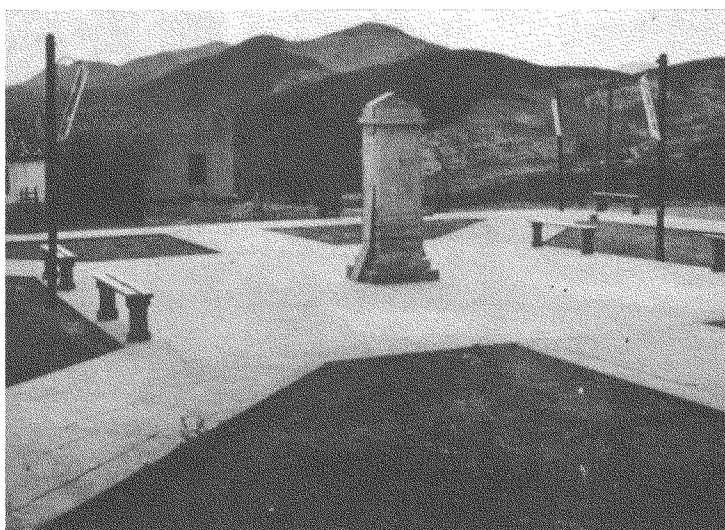
Mapa Municipal no 5.º Vol.

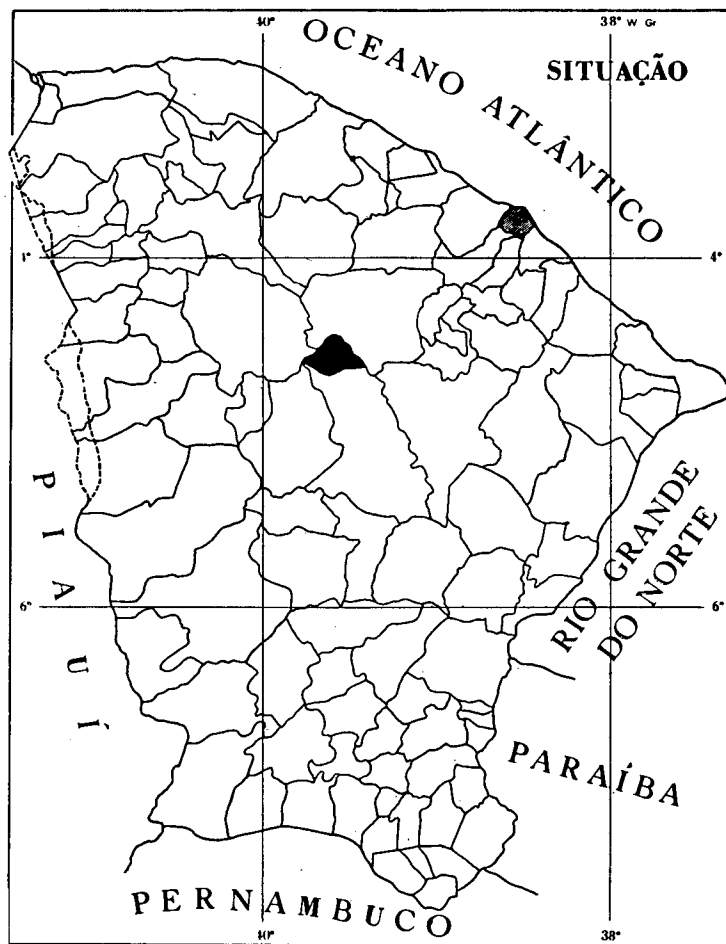
HISTÓRICO — Os primeiros exploradores das férteis serranias, conhecidas dos índios por serra da Samambaia, foram os portuguêses Antônio Ferreira Braga e Jerônimo Machado. O nome dêsse último foi transferido ao lugar — serra do Machado — em memória do notável e arrojado desbravador. Na última década do século XVIII, um morador da fazenda Tatajuba, situada no sertão de Quixeramobim, de nome Antônio José de Sousa, estabeleceu-se ao nascente da serra com uma pequena posse, denominando-a Sítio São Gonçalo, sendo aí edificada uma capelinha sob a invocação dêsse santo. Com a morte do proprietário, e a retirada dos habitantes por ocasião da terrível sêca que devastou os sertões do Ceará em 1825, a povoação e a capelinha foram abandonadas. Posteriormente, outros moradores sucederam àqueles, fundando novas situações na serra do Machado, surgindo, por isso, com o crescimento da população sempre e sempre aumentada com a vinda de agricultores atraídos pela fereza das abas serranas, o povoado de Belém, onde Antônio Alves Guerra mandou edificar uma capelinha dedicada ao Menino Deus, a qual, concluída em 1870, foi inaugurada e benta a 23 de dezembro do mesmo ano pelo padre Manuel Carlos da Silva Peixoto, professor do Seminário de Fortaleza. O patrimônio da capela de Belém se constituía de 400 braças de terras, doadas por Antônio Alves Guerra e José Francisco de Brito, nas quais se construiu lentamente a cidade.

Há notícia de que a primeira escola se fundou nos albores do século XX, tendo a gerir-lhe os destinos a professôra diplomada Júlia Nogueira Barbosa Cordeiro. Outra notícia, que não precisa exatamente o ano, refere-se à sede de paróquia em Belém, onde teriam residido os padres José Laurindo e José Antônio. Em divisão administrativa, referente ao ano de 1933, estabelecida pelo Decreto número 1 156, de 4 de dezembro dêsse ano, do Interventor Federal do Ceará, capitão Roberto Carneiro de Mendonça, o distrito de Belém, que pertencia ao município de Quixeramobim, ao tempo da reforma vigente após a Revolução de 1930 (Decreto n.º 193, de 20 de maio de 1931), foi transferido para o município de Canindé, com o nome de Belém do Machado, dadas as melhores facilidades de comunicação entre as duas localidades. Nos quadros territoriais datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como

Entrada da cidade

no anexo ao Decreto-lei n.º 169, de 31 de março de 1938, o distrito de Belém do Machado figura no município de Canindé, verificando-se, apenas, que em 1936, o topônimo aparece simplificado para Belém, restabelecendo-se o restritivo "do Machado" nos anos seguintes. Não se passariam nove meses e o Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, do Interventor Federal, Francisco de Menezes Pimentel, transferiu o distrito para o município de Quixeramobim, simplificado o topônimo para Belém, que já era vila desde 31 de março. Em 1943, estabelecida a nova divisão administrativa do Estado, destinada a vigorar no qüinqüênio 1944-1948 (Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro), o nome do distrito foi substituído por Itatira, lembrando os espigões de pedra encontradiços na região. Sobrevindo, no Govêrno Raul Barbosa, a Lei número 1 153, de 22 de novembro de 1951, que fixou a divisão territorial do Estado, destinada a vigorar sem alteração até 31 de dezembro de 1953, a vila de Itatira foi elevada à categoria de cidade, e o distrito, desmembrado de Quixeramobim, adquiriu autonomia municipal. Antes mesmo de expirar o período de vigência dessa Lei, a povoação de Lagoa do Mato transformou-se em vila, sede do distrito de igual nome, por fôrça da Lei n.º 2 009, de 19 de dezembro de 1953. Sòmente depois de decorridos quase quatro anos de sua criação, é que se instalou o município, dando-se a 25 de março de 1955 a posse do Prefeito municipal José Pessoa de Carvalho e vereadores Afonso de Alencar Guerra, Antônio Lisboa de Oliveira, Francisco Audísio Soares, Ivan Queiroz e Silva, Luiz de Menezes Pimentel, Manuel Mesquita da Costa e Raimundo Mendes de Paula, eleitos em 3 de outubro de 1954 para o quatriênio 1955-1958.

Não obstante o justificado interêsse da população itatirense, no sentido de que seja a igreja do Menino Deus erigida em Matriz, que para isso já conta com prédio destinado ao funcionamento regular da casa paroquial, os serviços religiosos continuam subordinados à Paróquia de Canindé, de onde vêm os oficiantes, vez por outra, prestar aos fiéis a indispensável assistência espiritual.

Itatira é sede de comarca de primeira entrância, provida de Juiz de Direito, Promotor Público e Adjunto (Lei n.º 3 508, de 20 de dezembro de 1956). Até hoje, entretanto, não ocorreu sua instalação.

Praça principal da cidade

LOCALIZAÇÃO — O município situa-se, fisiogràficamente, na Zona do Sertão Central, em solo bastante montanhoso. Totalmente incluído no "Polígono das Sêcas", abrange parte do altiplano suleste da serra do Machado, estendendo-se pelo sertão. Limita-se com os municípios de Santa Quitéria, Canindé e Quixeramobim. A cidade dista da capital, em linha reta, 147 quilômetros e possui as seguintes coordenadas geográficas (calculadas pela Inspetoria Regional de Estatística): 4º 31' de latitude Sul e 39º 37' de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — E' de 450 metros na sede municipal.

CLIMA — Temperado, comum das regiões serranas. A temperatura oscila de 18 a 34 graus centígrados. O período normal de inverno estende-se de janeiro a junho, ocorrendo precipitações pluviométricas anuais da ordem de 1 316 milímetros.

ÁREA — Corresponde a 544 quilômetros quadrados, figurando em 78.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A principal depressão é o rio Barrigas, originado pelas vertentes da serra do Machado que, por sua vez, apresenta-se como a maior elevação.

RIQUEZAS NATURAIS — Jazidas calcárias, argila (barro) e vastas matas para extração de madeira e lenha são as únicas riquezas exploradas.

POPULAÇÃO — O município de Itatira constituía-se de uma população de 3 637 habitantes, de acôrdo com os

Rua principal da cidade

dados do Recenseamento Geral de 1950 quando, como distrito, integrava o município de Quixeramobim. O total recenseado se dividia em: homens — 1 839; mulheres — 1 798. A população rural era de 3 515 habitantes, sendo 1 775 homens e 1 740 mulheres, constituindo 96,64% da população total. Em levantamento realizado em 1955 pela Prefeitura, à guisa de recenseamento, 8 912 habitantes foram dados como existentes no território jurisdicionado por Itatira.

Aglomerações urbanas — Duas são as aglomerações urbanas do município de Itatira: a cidade e a vila de Lagoa do Mato (esta criada em 1955). A cidade de Itatira, consoante revelam os dados censitários de 1950, tinha 122 habitantes, sendo 64 homens e 58 mulheres. Da vila de Lagoa do Mato, que em 1950 não foi recenseada com as características com que se pudesse distinguir a população urbana, por não ser ainda vila, não há elementos para distribuição da população respectiva. O levantamento realizado pela Prefeitura não oferece, também, dados com os quais se possa, ao menos, ver a população por sexo.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e pecuária constituem a principal fonte de riqueza do município, destacando-se as culturas do algodão, do feijão, do milho, da mamona e da mandioca-brava, produtos essenciais à economia municipal. A safra agrícola de 1955 foi estimada pelo Departamento Estadual de Estatística em Cr$ 51 471 000,00, destacando-se as colheitas de feijão (40 000 sacos de 60 quilogramas — Cr$ 19 600 000,00), algodão arbóreo e herbáceo (122 400 arrôbas — .... Cr$ 11 628 000,00), mamona (2 000 toneladas — ...... Cr$ 7 000 000,00), milho (45 000 sacos de 60 quilogramas — Cr$ 4 500 000,00), banana (500 000 cachos — ..... Cr$ 4 000 000,00), mandioca-brava (1 800 toneladas — Cr$ 3 240 000,00) e arroz (2 000 sacos de 60 quilogramas — Cr$ 600.000,00). Foram registrados, ainda, menores cultivos de batata-doce, café, cana-de-açúcar, côco-da-baía, manga e laranja. Quase todos excedentes agrícolas se destinam à capital do Estado, sendo que o algodão é vendido, na sua maior parte, na cidade de Quixeramobim, Ceará.

Com referência à pecuária, foi o rebanho estimado pelo Departamento Estadual de Estatística, para 1955, em 55 500 cabeças, valendo Cr$ 25 250 000,00, composto de 14 000 bovinos, 3 000 eqüinos, 4 000 asininos, 2 000 muares, 10 000 suínos, 10 500 ovinos e 12 000 caprinos. A preferência dos criadores tende para a criação das espécies bovinas, suínas, ovinas e caprinas, como se depreende da leitura dos números acima. A exportação de gado é comumente feita para as praças de Fortaleza e Canindé, no Ceará.

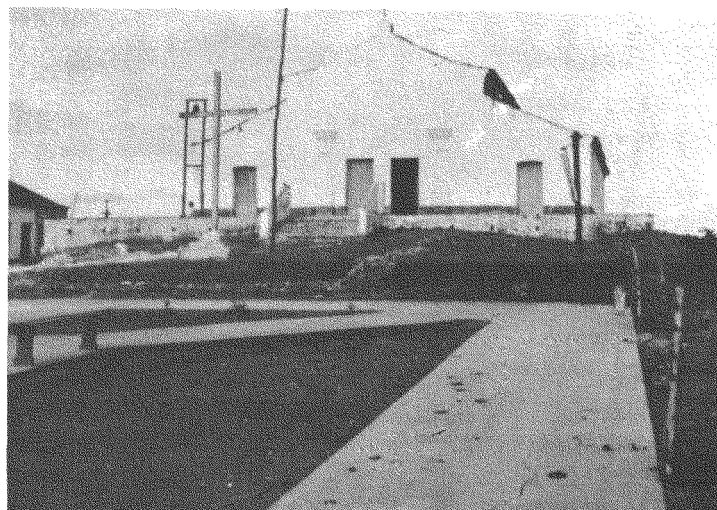
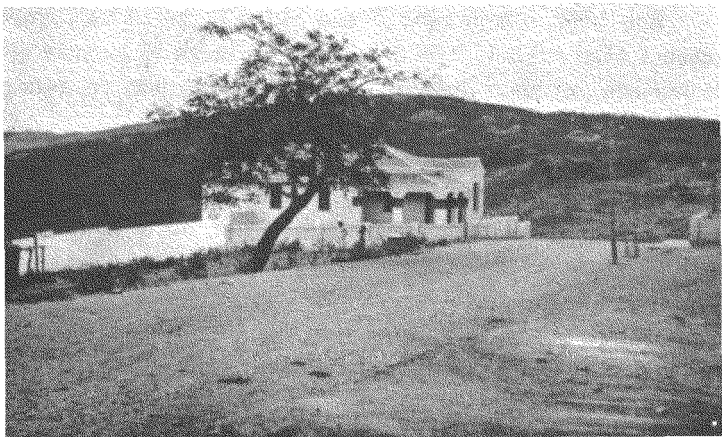
A produção extrativa não é desenvolvida. Foram extraídas apenas, quanto ao reino mineral, no ano de 1956, 72 toneladas de cal, no valor de Cr$ 36 000,00, verificando-se, ainda, quanto ao reino vegetal, pequenas extrações de madeira e cascas de angico.

Os aviamentos e engenhos dispersos pelo território municipal produziram, em 1955, segundo Registro Industrial, 20 000 sacos de 60 quilogramas de farinha de mandioca (Cr$ 3 400 000,00); 2 400 toneladas de raspa de mandioca (Cr$ 600 000,00) e 50 toneladas de rapadura (Cr$ 125 000,00). Itatira produziu, ainda, 20 000 litros de aguardente (Cr$ 120 000,00).

O consumo de energia elétrica é da origem de 60 kWh diários, sendo 20 na iluminação pública e 40 na domiciliária.

COMÉRCIO — O comércio de Itatira é movimentado por 7 pequenas casas comerciais do ramo varejista, que mantém relações com as praças de Fortaleza, Canindé e cidades vizinhas. Os principais artigos importados são: tecidos, gêneros alimentícios e mercadorias diversas de consumo obrigatório. Exporta couros, peles e rapadura, além dos produtos agrícolas produzidos no município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Itatira liga-se à capital do Estado e aos municípios vizinhos por intermédio dos seguintes meios de transporte: a Canindé — rodoviário — 96 quilômetros; a Santa Quitéria — rodoviário — 84 quilômetros; a Quixeramobim — rodoviário — 132 quilômetros; à capital do Estado — rodoviário — 222 quilômetros. Acha-se instalada na cidade uma Agência do Departamento dos Correios e Telégrafos para as comunicações postais-telefônicas dos itatirenses.

ASPECTOS URBANOS — Cidade recentemente fundada, acha-se localizada no cimo da serra do Machado, e é composta apenas de 3 logradouros (uma praça e duas ruas), parcialmente pavimentados a pedras irregulares, possuindo reduzido número de prédios. E' dotada de iluminação, contando com 17 ligações domiciliares. Vale salientar que a iluminação da praça é feita com lâmpadas fluorescentes. Para hospedar os visitantes, há na cidade pequena pensão.

Igreja do Menino Deus

Casa residencial

ALFABETIZAÇÃO — A população urbana do distrito-sede de Itatira, segundo o Recenseamento Geral de 1950, foi de 104 habitantes (5 anos e mais). Dêste total, 40 sabiam ler e escrever, sendo 20 homens e 20 mulheres.

Ensino — Em 1956, o ensino fundamental comum era ministrado por 19 escolas com a matrícula inicial de 232 alunos de ambos os sexos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955.......	...	...	1 018	51	450
1956 (1)....	...	534	605	71	605

(1) Orçamento.
NOTA — O município foi instalado no ano de 1955. As rendas estaduais eram anteriormente arrecadadas por Quixeramobim, o mesmo acontecendo com as rendas federais, de cujas importâncias não foi possível obter informações.

MANIFESTAÇÃO RELIGIOSA — O único festejo popular é a tradicional Festa do padroeiro Menino Deus, comemorada no dia 25 de dezembro, data do nascimento de Jesus, com a pompa própria das cerimônias religiosas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Itatirenses é a denominação dos habitantes do município. Em 1954, existiam 1 605 eleitores inscritos, dos quais votaram 608, no pleito daquele ano.

JAGUARETAMA — CE

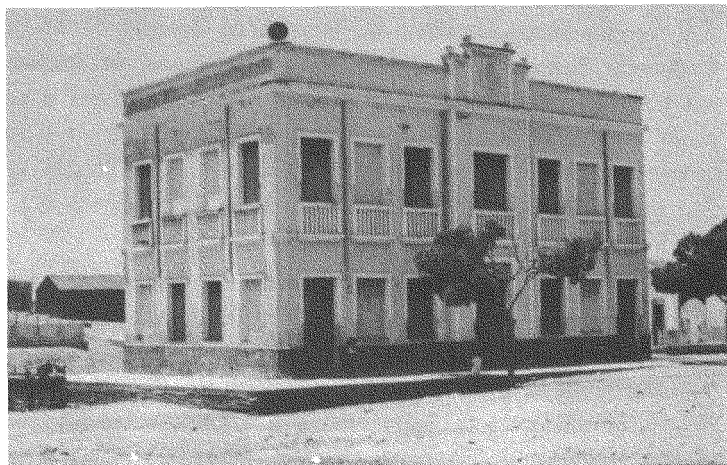
Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Conhecido, inicialmente, por Riacho do Sangue, em 1784 já era sede da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, criada por Provisão de 6 de abril com território desmembrado do Curato do Icó. Foi seu primeiro Vigário colado o padre Francisco da Fonseca Jaime, empossado a 18 de junho do mesmo ano.

Afirma Antônio Bezerra de Menezes, provecto historiador cearense, que o nome "Riacho do Sangue" adveio de luta fratricida entre a bandeira do famoso Matias Cardoso e os tapuios que habitavam a região, na qual correu tanto sangue que tingiu de vermelho as águas do Riacho das Pedras, anteriormente também chamado Oriabebu. João Brígido, em "O Ceará, Homens e Fatos", informa que, efetivamente, houve luta nas proximidades do riacho, cujas águas ficaram tintas de sangue, mas dela foram protagonistas os Montes e Feitosas, inimigos irreconciliáveis, que, àqueles recuados tempos, viviam em constantes escaramuças. Diz o padre José de Almeida Machado, visitador de várias freguesias na quadra do Ceará colonial, que o drama sangrento ocorreu entre os próprios sesmeiros ali estabelecidos.

Na povoação do Riacho do Sangue foi instalada a primitiva sede do atual município de Jaguaribe, criado pela Resolução Provincial de 6 de maio de 1833, que elevou aquela povoação à categoria de vila. Esta retornou à condição de povoado, quando a Lei n.º 518, de 1.º de agôsto de 1850, transferiu a vila para o povoado de Cachoeira, hoje Solonópole. Um ano após a transferência da vila, de Cachoeira para Jaguaribe-Mirim (atualmente Jaguaribe), sediado no antigo povoado de Riacho do Sangue com território desmembrado de Jaguaribe-Mirim criou-se o município, sendo a vila denominada Riachuelo, numa homenagem do Govêrno da Província ao feito dos brasileiros na grande batalha naval travada por ocasião da guerra contra o Paraguai.

Não demoraria oito anos, e a Lei provincial número 1 567, de 9 de setembro de 1873, extinguiria o município, para novamente restaurá-lo a 1.º de setembro de 1879 (Lei provincial n.º 1 822) com o nome de Riacho do Sangue e território desmembrado de Cachoeira, que lhe é vizinho.

No quadro da divisão administrativa do Brasil, relativa ao ano de 1911, Cachoeira aparece com dois distritos: o da sede e Santa Rosa, êste último teatro, em 1824, do célebre encontro das tropas legalistas com os partidários da Confederação do Equador, comandados por Tristão Gonçalves de Alencar Araripe. Nesse combate — travado a 31 de outubro — em que se patenteou a indisciplina do exército confederado, Tristão Gonçalves, vendo-se desobedecido e só, empreende a fuga "em direção contrária aos atacantes, num esfôrço supremo de salvar a vida, tão atribulada". Tarde, porém, depois de atravessar o rio Jaguaribe, um cabra de José Leão, do sítio Boqueirão, antes devastado pela tropa sanguinária do bravo republicano, dispara-lhe, à queima-roupa, em pleno peito, certeiro tiro, matando-o. Nesse local, transcorrido um século, o Instituto do Ceará, homenageando o heróico presidente da Confederação do Equador, no Ceará, assentou uma lápide comemorativa.

Prefeitura Municipal

Praça Marilândia

Em 1920, o município volta a ser extinto (Lei número 1 794, de 9 de outubro), restaurando-o o Governador José Moreira da Rocha (Lei n.º 2 292, de 8 de setembro de 1926). Por Decreto n.º 193, de 20 de maio de 1931, do Interventor Federal Manuel do Nascimento Fernandes Távora, mais uma vez o município foi extinto, figurando seu território, na divisão relativa ao ano de 1933, anexo ao município de Jaguaribe-Mirim. A população local que pugnava pelo restabelecimento da autonomia administrativa viu-se vitoriosa no seu intento, com a providência do coronel Felipe Moreira Lima, Interventor Federal no Estado que restaurou o município, com a mesma denominação de Riacho do Sangue (Decreto estadual n.º 1 540, de 3 de maio de 1935).

Reorganizada a divisão territorial do Estado (Decreto-lei n.º 169, de 31 de março de 1938), constituíram o município os distritos de Riacho do Sangue, Poço Comprido, Santa Rosa e Torrões.

Atendendo a instruções do Conselho Nacional de Geografia que recomendava a fixação de quadros territoriais qüinqüenais, o Interventor Federal no Ceará, Dr. Francisco de Menezes Pimentel, expediu o Decreto n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, fixando a divisão territorial do Estado, para vigorar, sem alteração até 31 de dezembro de 1943. Em face dêsse documento a vila do Riacho do Sangue passou a denominar-se Frade, sendo elevada à categoria de cidade. Por outro lado, o distrito de Torrões, extinto, teve o seu território bipartido em favor dos distritos de Frade e Poço Comprido.

A propósito do topônimo Frade, é igualmente interessante o que a crônica popular registra sôbre sua origem. Em tempos recuados vivia no Riacho do Sangue o capitão Cristóvão Soares de Carvalho, rico fazendeiro, prestigiado em tôda a zona. Por razões desconhecidas, resolveu o capitão Cristóvão Soares abandonar a vida do campo e internar-se num claustro para receber o hábito de frade. Os que moravam na região passaram então a indicar o lugar como o "Sítio do Frade".

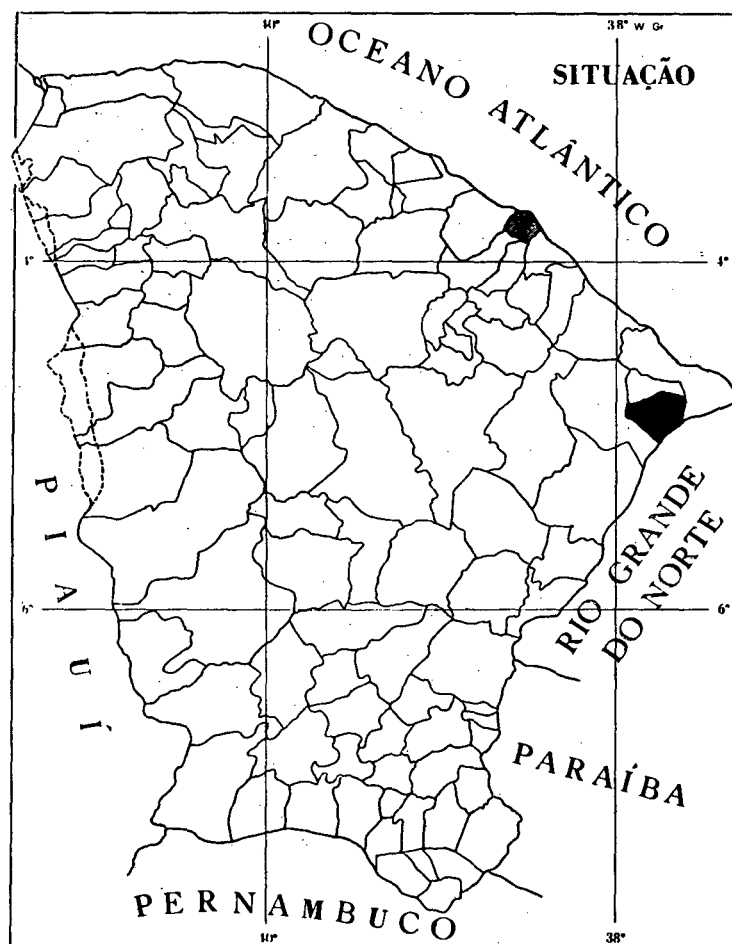
Transcorridos os anos de vigência do último qüinqüênio, o Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943, que estabeleceu a divisão municipal para o período seguinte, modificou o topônimo dos distritos de Santa Rosa e Poço Comprido, para Jaguaribara e Upabuçu, respectivamente. Upabuçu, entretanto, voltou ao antigo nome Poço Comprido (Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951).

Em 1956, o topônimo Frade cedeu lugar ao de Jaguaretama (Lei n.º 3 155 de 8 de maio), que os munícipes zelosamente invocam quando, por acaso, alguém se refere ao antigo nome.

Recentemente, desmembrados de Jaguaretama, os distritos de Jaguaribara e Poço Comprido passaram a constituir o município de Jaguaribara (Lei n.º 3 550, de 9 de março de 1957), não possuindo, entretanto, Câmara e Prefeitura instaladas.

O têrmo judiciário, que vem de 1879, transformou-se em sede de comarca de primeira entrância (Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948).

Nas eleições realizadas em 1954, saíram eleitos: Manuel Carloto Pinheiro (Prefeito), Alcebíades Gomes de Castro, Ananias Granja, Arceu César Pinheiro, Canuto Cornélio Diógenes, Edgard Pinheiro Peixoto, Eduardo Rodrigues Filho, Francisco Antônio Pinheiro, Pedro Francisco de Almeida e Raimundo Serra Cals de Abreu.

LOCALIZAÇÃO — Jaguaretama situa-se na Região Fisiográfica do Médio Jaguaribe. É banhado pelo Riacho do Sangue, afluente do rio Jaguaribe. Limita com os municípios de Jaguaribara, Limoeiro do Norte, Jaguaribe, Solonópole, Quixadá e Morada Nova. A distância que separa a sede municipal da Capital do Estado é de 207 quilômetros, na direção 7º 39' S.O. Possui as seguintes coordenadas geográficas: 5º 36' 52" de latitude Sul e 38º 46' 17" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 150 m.

CLIMA — O clima é quente e sêco, com uma temperatura que varia de 28 a 32 graus centígrados. Excetuadas as va-

riações climáticas, típicas do Nordeste, a época invernosa é, ordinàriamente, de janeiro a maio.

ÁREA — No que diz respeito à extensão territorial, o município ocupa o 20.º lugar entre os demais que compõem o Estado do Ceará, com uma área de 2 461 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — As serras do Selado e do Boqueirão e o rio Banabuiú, servem de limites do município com outros que lhe circunvizinham. Dentro da área do município se encontram o serrote Monte Vistoso e o Riacho do Sangue. Êste, com seus afluentes, formam tributários do rio Jaguaribe.

RIQUEZAS NATURAIS — Com a copa formando circunferência cujo perímetro chega a medir mais de 100 metros quando se trata de árvore adulta, a oiticica é a riqueza natural que se projeta no município de Jaguaretama. Na época da colheita de oiticica, o movimento comercial se intensifica, não só em face da transação mas também pela melhora do poder aquisitivo de quem se beneficia da sua produção. Vem depois o peixe, que se distingue no município como riqueza de origem natural.

As pastagens naturais que, pela sua vastidão atraem, anualmente, milhares de cabeças de gado bovino, também se destacam no conjunto de riquezas nativas do município.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, existiam no município de Jaguaretama 15 929 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 7 960; mulheres — 7 969; brancos — 7 106 (3 588 homens e 3 518 mulheres); pretos — 2 080 (homens 1 049 e 1 031 mulheres); pardos — 6 738 (3 321 homens e 3 417 mulheres). Quase tôda a população era de nacionalidade brasileira. Apenas 4 naturalizados (3 homens e 1 mulher).

De 15 anos e mais em número de 8 570 — 3 489 eram solteiros, sendo 1 782 homens e 1 707 mulheres; casados — 4 626 (2 308 homens e 2 318 mulheres); desquitados — 7 (4 homens e 3 mulheres); viúvos — 442 (112 homens e 330 mulheres) e 5 não declararam o estado civil (2 homens e 3 mulheres).

Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos, em um total de 15 830 (7 917 homens e 7 913 mulheres); protestantes — 98 (42 homens e 56 mulheres) e sem religião — 1 homem.

A densidade era de 6,47 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 93,77% da população localizam-se

Grupo Escolar Raul Barbosa

Igreja-Matriz de Nossa Senhora da Conceição

no quadro da zona rural num total de 14 938 pessoas .... (7 506 homens e 4 432 mulheres).

O município de Jaguaretama, segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística, para 1.º de julho de 1957, tem o efetivo de 3 448 pessoas, correspondentes a 21,65%, percentagem superior à do Estado, que, no mesmo período, era de 18,54%.

Aglomerações urbanas — São as aglomerações urbanas do município: a vila de Jaguaretama, com 623 habitantes (284 homens e 339 mulheres); a vila de Jaguaribara, com 262 (119 homens e 143 mulheres) e a vila de Ipabuçu — atual Poço Comprido —, com 106 (51 homens e 55 mulheres). No quadro urbano da cidade e vilas existiam 784 habitantes (357 homens e 427 mulheres) e no quadro suburbano 207 pessoas (97 homens e 110 mulheres), segundo revela o Recenseamento Geral do Brasil de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município de Jaguaretama, como quase a totalidade dos municípios cearenses, assenta a sua base econômica na exploração agropastoril. Mas, com uma das raras exceções verificadas neste setor da economia cearense, sintetizada em o ser mais pastoril que agrícola. A sua produção agrícola quase que se restringe ao consumo dos produtores (as pessoas ativas, mesmo com outras atividades, produzem para o consumo próprio, com raríssimas exceções) caracterizada, em 1955, pela soma de Cr$ 7 599 400,00. Desta soma, deduzindo Cr$ 4 200 000,00 relativos à produção de algodão, chega-se à conclusão do que acima está afirmado. Além de abrigar os seus rebanhos, o município recebe, anualmente, milhares de cabeças da espécie bovina que se apascentam em seus vastos campos naturais. Os rebanhos locais se apresentam com o valor de Cr$ 57 890 000,00 e o número de cabeças, por espécie, se distribui da seguinte maneira: bovinos — 25 000; eqüinos — 9 000; asininos — 5 000; muares — 3 200; suínos — 12 000; ovinos — 22 000; e caprinos — 20 000.

Os 96,60% da população ativa (pessoas de 10 anos e mais), que o Recenseamento Geral de 1950 computou

Mercado Público

exercendo atividades no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", se revezam no trato da agricultura, da pecuária e na colheita de oiticica.

A indústria do município se limita à transformação do leite, com uma produção de queijo e manteiga que, em 1956, atingiu o valor de Cr$ 1 309 800,00.

Na produção extrativa, representada pela soma de .. Cr$ 1 938 000,00, destaca-se a produção de oiticica no valor de Cr$ 1 100 000,00.

COMÉRCIO — O município tem cêrca de 50 pequenos estabelecimentos comerciais, apresentando, òbviamente, reduzido volume de negócios. Segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, o valor das vendas efetuadas se caracterizava pela cifra de Cr$ 2 000 000,00, constituindo, assim, a segunda menor praça comercial do Estado.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município liga-se aos vizinhos e à Capital do Estado por rodovia e as distâncias que separam a sua sede daquelas, são as seguintes: Jaguaribe, 55 km; Limoeiro do Norte, via Jaguaribe, 180 km; Jaguaribara, 42 km; Morada Nova, 99 quilômetros; Quixadá, 102 km; Solonópole, 42 km; Fortaleza, Capital do Estado, 371 km. Para ligação com a Capital pode ser utilizado um transporte misto; rodovia até Quixadá (102 km) e ferrovia (R.V.C.) de Quixadá a Fortaleza (190 km).

São utilizados 8 caminhões e 3 jipes no transporte de passageiros e cargas no município. Ditos veículos foram registrados na Prefeitura Municipal em 1956.

Para o serviço de comunicações conta o município uma agência postal-telefônica, do Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade é iluminada a luz elétrica, com 236 ligações em seus 16 logradouros. Tem 3 logradouros arborizados. O abastecimento de água à população é feito por canalização direta a um reservatório que, por meio de torneiras públicas, distribui o líquido que armazena. O serviço de limpeza se realiza em caráter permanente, para o que são mantidos 3 operários na remoção do lixo das vias públicas. A cidade dispõe de 1 hotel.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe na cidade uma farmácia cujo farmacêutico assiste os munícipes.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Sociedade de São Vicente de Paulo inclui entre as suas atividades o serviço de assistência social.

ALFABETIZAÇÃO — O município de Jaguaretama possuía, segundo o Recenseamento Geral de 1950, 12 829 habitantes com 5 anos e mais. Dêstes, 3 688, ou seja, 29%, sabiam ler e escrever, dos quais 1 666 eram homens e 2 022 mulheres.

Ensino — No ano de 1956, o ensino fundamental comum era ministrado em Jaguaretama por 79 unidades escolares com a matrícula inicial de 869 alunos de ambos os sexos. A taxa de matrícula foi de 24,30% no aludido município, tendo sido de 24,3% no Estado do Ceará.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	167	445	403	408
1951	—	262	459	445	458
1952	—	371	491	450	462
1953	—	478	764	450	578
1954	—	603	766	700	712
1955	—	741	767	750	716
1956	—	1 030	912	900	613

OBSERVAÇÕES: A Coletoria Federal do município foi instalada em 1956, e imediatamente anexada à sua congênere em Jaguaribe. Assim, as finanças, isto é, a arrecadação federal de Jaguaretama se processou por aquela repartição.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Na Fazenda Coberta, distante 18 quilômetros da sede, acha-se erigido um monumento a Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, construído em 1924 pelo Museu do Ceará.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As principais festas do município são de tradição religiosa, havendo, também, as de caráter folclórico. Dos festejos religiosos destacam-se, entre outros, o da padroeira Nossa Senhora da Conceição, em 8 de dezembro. Consta de novena, leilões, missa solene e procissão.

A "Festa do Vaqueiro" que anualmente se realiza no mês de junho é eminentemente popular embora patrocinada sempre pela Paróquia, que aproveita a excelência da data para reunir todos os vaqueiros do município, os quais fazem a desobriga pascoal. São partes principais do programa: confissão e comunhão geral, missa solene, procis-

Trecho da estrada Jaguaretama—Solonópole (em construção)

são a cavalo pelas ruas da cidade, encerrando-se com derrubas de bois, corridas de cavalo e várias outras manifestações típicas.

VULTOS ILUSTRES — *Dr. Adolfo Bezerra de Menezes* — Médico e político de destaque no seu tempo, tendo sido representante do povo junto ao poder legislativo, como deputado. *Dr. Teófilo Bezerra de Menezes* — Notável jornalista e professor emérito; *Dr. Raimundo Brasil Pinheiro de Melo* — Conhecido homem público no cenário administrativo do Ceará. Desempenhou por muito tempo o cargo de secretário do Govêrno do Estado e exerce, atualmente, as elevadas funções de ministro do Tribunal de Contas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A cidade de Jaguaretama é sede de paróquia com a invocação de Nossa Senhora da Conceição, e pertence à Diocese de Limoeiro do Norte.

Comarca de 1.ª entrância e sede da 72.ª Zona Eleitoral, tem o município 6 492 eleitores inscritos, dos quais 2 323 exerceram, em 1954, o direito de voto.

Os habitantes do município denominam-se: 1.º) "jaguaretamenses" quando se caracteriza, com rigor, a população local; 2.º) "jaguaribanos", quando se lhes expressa a qualidade de habitantes da região, tal como generalizam as populações do Vale do Cariri, com a denominação de "caririenses".

Em 23 açudes que se espalham pelo território do município, estão armazenados 17 129 540 metros cúbicos de água.

O topônimo Jaguaretama quer significar casa, local de muitos jaguares, da mesma forma que Uruburetama (urubu + retama), na opinião de senador Pompeu, significa "casa de muitos urubus".

JAGUARIBE — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — As primeiras sesmarias concedidas aos pretendentes às terras de Jaguaribe-Mirim datam do comêço do século XVIII, sendo sesmeiros João da Fonseca Ferreira, Frei João de São José, Francisco Ramos da Silva, Miguel Abreu de Albuquerque, Antônio José da Cunha e José Bernardo Uchôa. Aí se estabeleceram, ligando-se aos Paes Botões, Martins, Holandas, Peixotos, Fernandes, Cunhas Pereiras e outros.

O capitão João da Fonseca Ferreira, que já era senhor e possuidor do Sítio Santa Rosa desde 1697, foi um dos primeiros povoadores da Ribeira do Jaguaribe. Aí construiu casa-forte em que assistia com muitos homens à sua custa, provàvelmente após 1700.

Esta propriedade foi doada, posteriormente, por João Ferreira ao seu genro Manuel Cabral de Vasconcelos que a vendeu ao padre Domingos Dias da Silveira, do Icó, conforme acentua Bezerra de Menezes em "Algumas Origens do Ceará".

Arrematada em hasta pública, doada a Eduardo Paes de Melo, para sua ordenação, dita propriedade foi deixada por morte dêste aos seus credores, em número de quatorze, aos quais coube, por igual, lotes de cinco braças.

Vista parcial aérea da cidade

Em 1773, na povoação de Boa Vista, já existia uma capela dedicada a Santo Antônio. A freguesia foi criada na povoação de Boa Vista pela Lei n.º 1 074, de 30 de novembro de 1863, desmembrada das de Icó, Riacho do Sangue e Pereiro, transferida para a então vila de Jaguaribe-Mirim, pela Lei n.º 1 468, de 18 de novembro de 1872.

Fato interessante é que Jaguaribe já teve três sedes municipais. Por Resolução provincial de 6 de maio de 1833, foi criado o município, com sede na povoação de Riacho do Sangue (atualmente Jaguaretama). O povoado fôra, então, elevado à categoria de vila; a Lei provincial de n.º 518, de 1.º de agôsto de 1850, transferiu-lhe a sede para o povoado de Cachoeira, hoje cidade de Solonópole; e a Lei provincial n.º 1 121, de 8 de novembro de 1864, mudou finalmente, sua sede para o povoado de Jaguaribe-Mirim, criado distrito de paz desde 1858 (Lei provincial n.º 859, de 27 de agôsto).

A Lei provincial n.º 1 476, de 3 de dezembro de 1872, criou a comarca de Jaguaribe-Mirim, compreendendo os têrmos judiciários de Jaguaribe-Mirim, Cachoeira e Pereiro.

Aos 9 de julho de 1892, pelo Decreto estadual número 69, a comarca de Jaguaribe-Mirim teve a sua sede transferida para a vila de Benjamin Constant (Maria Pereira, hoje Mombaça), recebendo essa denominação.

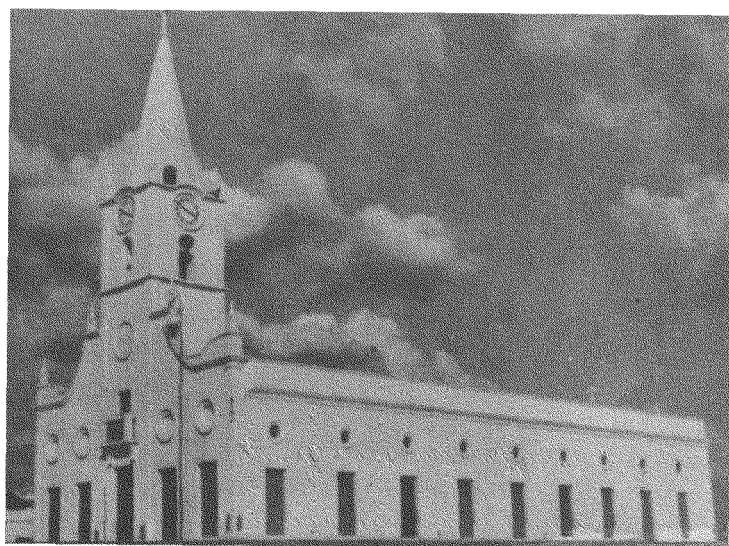
Em 1893, a comarca voltou a Jaguaribe-Mirim.

Em 1911, Jaguaribe já figurava na divisão administrativa do Brasil com os seguintes distritos: Jaguaribe-Mirim, Boa Vista e Nova Floresta.

A vila foi elevada à categoria de cidade por fôrça do que dispôs a Lei estadual de n.º 1 532, de 12 de agôsto de 1918.

O Decreto estadual 1 156, de 4 de dezembro de 1933 nos dá o município já constituído de doze distritos assim especificados: Jaguaribe-Mirim, Boa Vista, Cachoeira, Carnaubinha, Conceição, Flôres Novas, Feiticeiro, Nova Floresta, Riacho do Sangue, Santa Rosa, São Bernardo e Torrões.

Já no quadro da divisão territorial vigente em 1936, o município se divide apenas em 4 distritos: Jaguaribe-Mirim, Boa Vista, Feiticeiro e Nova Floresta.

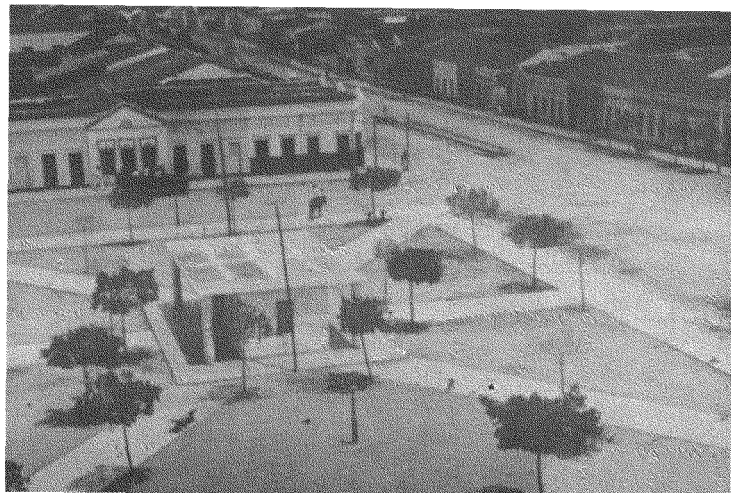
O município de Jaguaribe-Mirim permanece constituído dos mesmos distritos no quadro territorial de 1937 e

Igreja Matriz de Nossa Senhora das Candeias

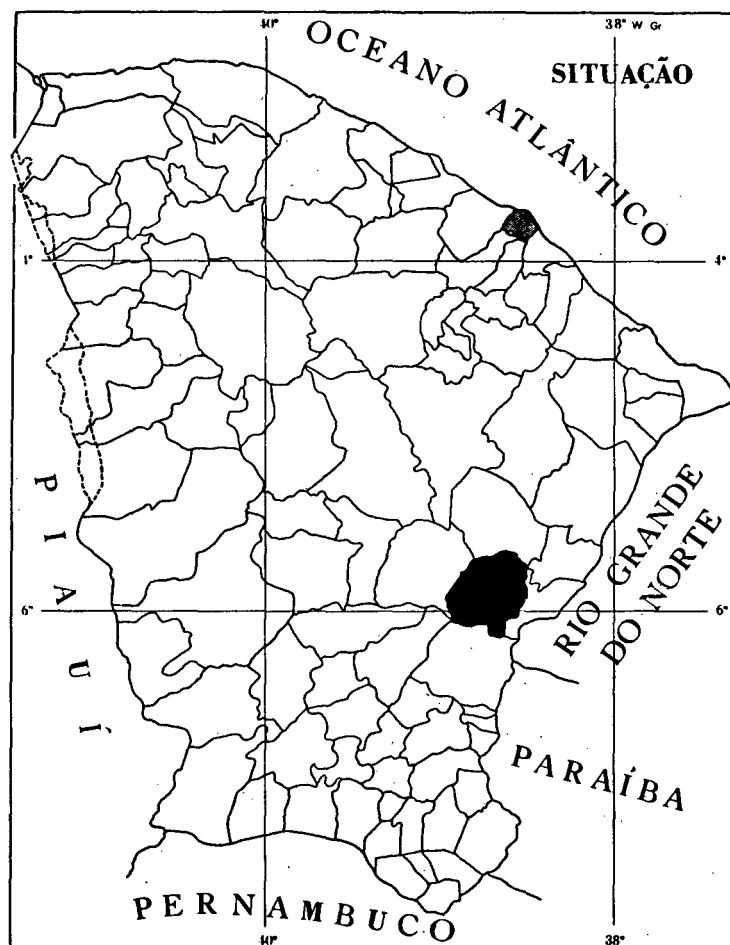
no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 169, de 31 de março de 1938, apenas o distrito de Feiticeiro teve a sua toponímia mudada para Joaquim Távora.

O nome do município foi simplificado para Jaguaribe, de acôrdo com o Decreto-lei estadual 448, de 20 de dezembro de 1938. No quadro territorial fixado para o qüinqüênio 1944-1948, de acôrdo com o Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943, o município de Jaguaribe conservou os mesmos distritos, apenas havendo alterações quanto à toponímica de suas vilas; Joaquim Távora volta à sua antiga denominação Feiticeiro e Boa Vista passa a denominar-se Mapuá.

Pelo Art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, datada de 23 de junho de 1947, a comarca de Jaguaribe-Mirim passa a ser constituída sòmente do seu próprio têrmo, ficando classificada em comarca de segunda entrância, de acôrdo com a Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948, atualmente em vigor.

Pela Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, na nova divisão territorial do Estado, Jaguaribe conserva os mesmos distritos da Lei anterior.

Nas eleições gerais de 1954 foram eleitos: Prefeito — Francisco Diógenes Nogueira; Vereadores — Ademar Queiroz Diógenes, Américo Bezerra de Menezes, Lauro Alves de Miranda, Manoel Costa Morais, Pedro Xavier Pinheiro, Antônio Teixeira Lima, Avelino Pinheiro de Andrade, Edmar Barreira Pinheiro e Francisco Alves Morais.

Vista da Praça Tenente Bandeira

LOCALIZAÇÃO — Jaguaribe situa-se na Zona Fisiográfica denominada: "Sertão do Médio Jaguaribe". É banhado pelo rei do sistema hidrográfico cearense — o rio Jaguaribe, que lhe empresta o nome, e limita com os municípios de Pereiro, Icó, Orós, Solonópole, Jaguaretama e Jaguaribara. A distância da sede municipal à Capital do Estado, em linha reta, é de 233 quilômetros, na direção .... 2° 03' S.O. e possui as seguintes coordenadas geográficas: 5° 52' 08" de latitude Sul e 38° 35' 53" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 122 m.

CLIMA — Do mesmo modo que os demais municípios do baixo e médio Jaguaribe, Jaguaribe é de clima quente e sêco, com uma temperatura que varia de 28 a 38 graus centígrados.

ÁREA — Com 2 108 quilômetros quadrados, ocupa o município de Jaguaribe o 23.º lugar entre as demais comunas cearenses, no que diz respeito à sua extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município, tìpicamente sertanejo, integrando a região fisiográfica do médio Jaguaribe, é mais ou menos plano, apresentando ligeiras depressões pouco dignas de nota. Entretanto pode-se fazer referência ao rio Jaguaribe, a maior bacia hidrográfica do Ceará, a cuja margem direita está localizada a sede do município.

Paralela à cidade, há uma ilha formada por uma abertura no rio Jaguaribe, medindo cêrca de três quilômetros de comprimento por 300 metros de largura, em média. Há,

também, dois açudes públicos: Joaquim Távora, localizado na vila de Feiticeiro e Floresta, na vila de Nova Floresta.

RIQUEZAS NATURAIS — Há, no município, o maior oiticical em exploração, do Ceará. Em pesquisa de ordem técnica constatou-se a existência de xelita, em abundância, muito embora não esteja sendo explorada convenientemente.

Verifica-se a extração de cal de pedra, em quantidade reduzida.

POPULAÇÃO — A população do município de Jaguaribe, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 16 971 habitantes (8 261 homens e 8 710 mulheres), sendo: brancos — 9 542 (4 611 homens e 4 931 mulheres); pretos — 1 473 (685 homens e 788 mulheres); pardos — 5 924 (2 951 homens e 2 978 mulheres); e sem declaração — 32 (14 homens e 18 mulheres).

Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 9 563 (4 501 homens e 5 052 mulheres), 3 800 eram solteiras (1 796 homens e 2 004 mulheres); casadas — 5 183 (2 559 homens e 2 624 mulheres); desquitadas — 4 (2 homens e 2 mulheres); viúvas — 552 (132 homens e 420 mulheres); e sem declaração — 24 (12 homens e 12 mulheres).

Exceto 2 pessoas naturalizadas (1 homem e 1 mulher) e 2 homens estrangeiros, os demais habitantes eram de nacionalidade brasileira.

Em religião, predominavam os católicos romanos, em número de 16 849 (8 201 homens e 8 648 mulheres); protestantes — 34 (17 homens e 17 mulheres); espíritas — 17 (9 homens e 8 mulheres); sem religião — 8 (4 homens e 4 mulheres); e sem declaração — 63 (30 homens e 33 mulheres).

A densidade era de 8,05 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 78,31% localizavam-se na zona rural, num total de 13 291 (6 597 homens e 6 694 mulheres).

Segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística (1.º de julho de 1957) Jaguaribe possui o efetivo de 20 091 habitantes. O aumento de 3 120 pessoas (18,38 %), em relação ao Censo de 1950, muito se aproxima da percentagem do Estado (18,54 %).

Aglomerações urbanas — Eram 4 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Jaguaribe, com 2 533 habitantes (1 146 homens e 1 387 mulheres); a Vila de Feiticeiro, com 697 (319 homens e 378 mulheres); a Vila de Mapuá, com 267 (122 homens e 145 mulheres); e a Vila de Nova Floresta, com 183 (77 homens e 106 mulheres).

No quadro urbano da cidade e vilas, existiam 2 134 habitantes (941 homens e 1 193 mulheres) e no suburbano 1 546 (723 homens e 823 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município tem por base a agricultura, pecuária e silvicultura. Na agricultura destaca-se o cultivo do algodão; na pecuária, a criação do gado bovino e, na silvicultura, a extração de semente de oiticica.

Em 1955 a produção agrícola municipal foi avaliada em 11,437 milhões de cruzeiros. Apresentaram maior valor econômico o algodão — 48 874 arrôbas = ... Cr$ 6 180 000,00; banana — 150 000 cachos = ...

Ginásio Carmela Dutra

Cr$ 1 500 000,00 e milho — 11 600 sacos de 60 quilogramas = Cr$ 1 390 000,00. À produção de batata-doce, arroz, feijão, laranja, côco-da-baía, etc., obtida em menor escala, couberam Cr$ 2 367 000,00. A produção de algodão árboreo foi superior à do herbáceo em quase 8 mil quilogramas.

A pecuária é bastante desenvolvida, sendo estimado o rebanho de 1955 em 117 770 cabeças, no valor aproximado de Cr$ 82 315 000,00, e tinha a seguinte composição: 29 000 bovinos, 5 220 eqüinos, 5 600 asininos, 3 650 muares, 10 800 suínos, 35 000 ovinos e 28 500 caprinos.

O município produziu no ano de 1955, aproximadamente, 5 200 000 litros de leite, valendo .... Cr$ 15 066 000,00, sendo a maior parte transformada em queijo e manteiga.

O valor da produção extrativa do município, em 1956, elevou-se a quase 7 milhões de cruzeiros, destacando-se: semente de oiticica (2 340 000 kg), com 4,680 milhões de cruzeiros; peixe (75 000 kg), com 1,125 milhões de cruzeiros e peles de animais silvestres, com 396 mil cruzeiros.

O Recenseamento Geral de 1950 revelou que 85% da população em idade ativa (10 anos e mais) empregavam seus labôres no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", em 1 111 estabelecimentos, cuja área era de 165 573 hectares.

A agricultura e a pecuária são fomentadas pelo Pôsto Agrícola Joaquim Távora, Pôsto de Vigilância Sanitária Animal e Pôsto de Revenda de Material Agrário.

Os produtos agropecuários e extrativos do município são comerciados, principalmente, nas praças de Fortaleza, Juàzeiro do Norte, Iguatu (CE), Campina Grande (PB) e Mossoró (RN).

Segundo os resultados do Registro Industrial de 1956, existiam no município 173 estabelecimentos fabris, sendo 3 ocupando 5 pessoas e mais e 170 com menos de 5 pessoas. Nesse último grupo estão incluídas pequenas unidades rotineiras.

O valor total da produção industrial de 1956 atingiu 33,084 milhões de cruzeiros. Concorreram com maior parcela a indústria de beneficiamento de algodão; produção de laticínios (queijo de coalho, 236 000 quilogramas e manteiga 61 700), com 9,754 milhões de cruzeiros; peles e couros curtidos, com 1,553 milhões de cruzeiros; panificação com 1,824 milhões de cruzeiros; abate de animais, com 1,868 milhões de cruzeiros e o restante, distribuído entre calçados, cal de pedra, rapadura, madeira serrada,

etc. O principal estabelecimento industrial é a "Usina São Francisco", que explora o ramo de beneficiamento de algodão, única no gênero existente no município.

A produção de energia elétrica de 1956, foi de 43 500 quilowatts, assim distribuídos: 12 400 para iluminação pública, 24 800 para a particular e 6 300 para fôrça.

COMÉRCIO — Revela o Recenseamento Geral de 1950 que operavam em todo o município de Jaguaribe 104 estabelecimentos comerciais, sendo 9 atacadistas e 95 retalhistas, cujas vendas realizadas em 1949 foram de 1,100 e 5,015 milhões de cruzeiros, respectivamente.

Em 1956 funcionavam na sede municipal 8 casas do comércio grossista e 29 do varejista.

As transações comerciais de Jaguaribe são feitas principalmente com as praças de Fortaleza, Juàzeiro do Norte, Iguatu (CE), Campina Grande (PB) e Mossoró (RN).

Os principais produtos exportados são: pluma de algodão, queijo e manteiga, semente de oiticica, gado, couros e peles, cêra de carnaúba, cereais, etc.

O comércio local importa: tecidos, calçados, artigos de armarinho, bebidas, medicamentos, combustíveis, ferragens e gêneros alimentícios, etc.

Como se verifica, o comércio de Jaguaribe possui regular movimento, à vista de outros da zona a que pertence.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Conta o município várias rodovias, inclusive a "Transnordestina" (BR-13).

Há um campo de pouso, denominado "Dr. Colombo de Sousa", de propriedade municipal. O município é servido por linha semanal do Correio Aéreo Nacional, às quartas-feiras.

Liga-se com as cidades vizinhas e com a capital do Estado, pelos seguintes meios de transporte: Jaguaruana: rodoviário, 55 km; Icó: rodoviário, 77 km; Pereiro: rodoviário, 38 km; Solonópole: rodoviário, 72 km; Capital do Estado: rodoviário, 322 km.

Funciona na sede municipal uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos. Há também o Serviço de Rádio-Comunicações da Polícia Militar do Estado, de uso privativo.

ASPECTOS URBANOS — O centro da cidade é cortado pela rodovia BR-13 (Transnordestina), verificando-se intenso movimento de veículos que se destinam a vários pontos do Estado e do País.

Vista de uma das principais ruas da cidade

São 22 os logradouros públicos, dos quais 1 apenas possui pavimentação a paralelepípedo, num total de .... 3 600 metros quadrados, o que representa 3% da área total da cidade.

Estão edificados na cidade 780 prédios, aproximadamente, dos quais 560 são residências.

A urbe é iluminada a luz elétrica sendo de 356 o total de prédios beneficiados. Há um serviço para fornecimento de água à população, mantido pela Municipalidade.

O serviço de limpeza se estende, apenas, aos 22 logradouros públicos, não havendo remoção do lixo domiciliar.

Funcionam 3 pensões na sede municipal, com regular movimento de hóspedes, cuja diária média é de Cr$ 70,00.

Na Prefeitura Municipal, em 1956, estavam registrados 5 jipes e 35 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Sôbre esta modalidade de assistência, há em funcionamento, na sede municipal, os seguintes estabelecimentos: "Hospital-Maternidade São Vicente de Paulo", com 23 leitos, mantido pela Sociedade São Vicente de Paulo; "Pôsto de Saúde Deputado Valter Sá", do Govêrno Estadual (clínica médica geral); "Pôsto de Saúde" da Cooperativa dos Rodoviários Limitada e "Pôsto de Puericultura de Jaguaribe", custeado pela Municipalidade.

Exercem profissão no município 2 médicos, 1 dentista e 2 farmacêuticos. Funcionam 3 farmácias na sede municipal.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — As associações de cunho religioso prestam assistência moral e material às pessoas pobres. O "Círculo Operário de Jaguaribe" presta assistência mutuária, apenas, aos seus associados.

Em Jaguaribe há uma cooperativa denominada "Cooperativa de Consumo de Produtos Farmacêuticos" (central), tendo a única finalidade de facilitar o fornecimento de remédios aos seus associados. Foi fundada em 1955. Há ainda uma Agência da Cooperativa dos Rodoviários Limitada, cuja finalidade é abastecer o pessoal do Serviço de Conservação Rodoviária do D.N.E.R.

ALFABETIZAÇÃO — Possuía o município de Jaguaribe, conforme revela o Recenseamento Geral de 1950, 13 998 pessoas com 5 anos e mais. Destas, 3 997 eram alfabetizadas, sendo 1 798 homens e 2 199 mulheres, numa percentagem de 29%. A sede municipal contava com 2 086 habitantes com o mesmo grupo de idade, das quais 976 sabiam ler e escrever (420 homens e 556 mulheres).

Ensino — O ensino fundamental comum em 1956, no município de Jaguaribe, era ministrado por 54 unidades escolares, com a matrícula inicial de 1 359 alunos masculinos e femininos, e o ensino extraprimário, por 2 estabelecimentos — Ginásio e Escola Normal Carmela Dutra e Ginásio Clóvis Beviláqua, cuja matrícula inicial era de 153 alunos, sendo 61 homens e 92 mulheres. Concluíram curso 21 estudantes (4 masculinos e 17 femininos). A taxa de matrícula em 1950 foi de 32,94% em Jaguaribe e 24,3%, no Estado do Ceará.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	278	554	613	239	611
1951.......	470	511	581	224	579
1952.......	340	690	583	185	571
1953.......	462	803	922	172	879
1954.......	456	1 080	630	218	630
1955.......	542	1 733	922	208	548
1956.......	1 200	2 739	930	227	930

PARTICULARIDAES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Na vila de Mapuá, o historiador Gustavo Barroso andou fazendo pesquisa no sentido de caracterizar os paredões de uma sólida construção de alvenaria de pedras ali iniciada e que, segundo as pessoas que habitavam mencionada vila, teria sido uma fortaleza iniciada pelos holandeses.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Dos festejos populares de cunho religioso, destaca-se a festa da padroeira, Nossa Senhora das Candeias, realizada anualmente a 2 de fevereiro, com solene procissão.

Na parte folclórica, ocorre a Passeata do Vaqueiro, no dia 29 de junho, reunindo grande parte dos vaqueiros da região que exibem os seus trajes e montarias típicas da profissão.

Aos sábados há feiras, às quais acorrem pessoas da zona rural e dos municípios vizinhos, principalmente de Pereiro. Tornam-se bem movimentadas, notando-se o comércio de cereais, a venda de queijo, creme de leite, peixe, galinha e ovos, expostos pelos produtores locais.

VULTOS ILUSTRES — Falar em vultos ilustres de Jaguaribe, é imperioso vanguardiar a lista com: *Joaquim do Nascimento Fernandes Távora* — Brioso Oficial do Exército Brasileiro, morto quando, movido pelo sadio patriotismo em que baseava as suas idéias, lutava pelo saneamento moral do Brasil. *Mons. Antônio Fernandes Távora* — Emérito professor e jornalista de talento. *Dr. Artur Carneiro Leão de Vasconcelos* — Destacado médico e professor universitário. *Dr. Alfredo Raulino Mourão* — Professor secundário; *Coronel Antônio Alves Fernandes Távora* — Brioso oficial do exército. *General Fernando do Nascimento Fernandes Távora* — Um dos mais influentes oficiais-generais do exército brasileiro. *General Juarez do Nascimento Fernandes Távora* — Nome por demais conhecido, não só como culto oficial do exército, bem como um dos preeminentes vultos nacionais nos meios sócio-políticos administrativos. *Dr. Belisário Fernandes Távora* — Político de realce que se distinguiu na Capital da República. *Dr. Manuel do Nascimento Fernandes Távora* — Uma das figuras mais influentes da política cearense, tendo assumido quase todos os cargos políticos que o regime comporta, inclusive os de Interventor Federal do Ceará e de Senador da República. Êste, atualmente o exerce, pela segunda vez. *Dr. Samuel Uchôa* — Foi um nome de grande prestígio no cenário político cearense. *D. Carloto Fernandes da Silva Távora* — Sacerdote culto e detentor de grandes virtudes, que o fizeram atingir a categoria de Bispo. *Monsenhor Henrique Raulino Mourão* — Virtuoso sacerdote católico. *Coronel José Nogueira Paes* — Culto oficial da arma de engenharia do exército, tendo desempenhado várias comissões importantes, destacando-se o comando do Grupamento de Engenharia Rodo-ferroviária do Sul. *Major Virgílio Nogueira Paes* — Oficial do exército, pertencente à arma de engenharia, distinguido com várias comissões de relêvo, exerce, atualmente, o cargo de superintendente da Rêde Viação Cearense. Acresce salientar que os dois últimos vultos citados nasceram em Pereiro, quando êste integrava o território do município de Jaguaribe. *Doutor Francisco Diógenes Nogueira* — Engenheiro-agrônomo com estágio na Argentina e Curso de aperfeiçoamento nos Estados Unidos da América do Norte, político de evidência, atualmente Prefeito de Jaguaribe. *Dr. Wilson Távora Maia* — Bacharel em Direito, técnico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Exerceu o cargo de Inspetor Regional de Estatística no Ceará e, atualmente, é Inspetor Técnico das Inspetorias Regionais.

Edifício do Ginásio Clóvis Beviláqua

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Existem em todo o município do Jaguaribe 26 açudes públicos e particulares, cuja capacidade é superior a 47 milhões de metros cúbicos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há um cinema na sede — Cine Irmãos Pinto, com capacidade para 204 lugares, funcionando 4 dias por semana; e o "Aeroclube de Jaguaribe".

Os veículos que transitam na cidade, em elevado número, são atendidos por 2 oficiais de reparos e abastecidos por 2 postos e 1 bomba de gasolina.

A Paróquia tem a invocação de "Nossa Senhora das Candeias".. Data a sua fundação do ano de 1863. Conta 13 templos e 11 associações religiosas, formadas por elevado número de pessoas de ambos os sexos.

O notável engenheiro Horace E. Williams, em trabalho publicado no "Jornal do Comércio", do Rio, e depois republicado na "Revista do Instituto do Ceará", tece interessantes comentários em tôrno da existência de minas de ouro no município de Jaguaribe. Afirma o ilustre sábio: "Outra região do Estado, onde êstes sedimentos metamórficos se levantam em serrotes compridos e de altura considerável, fica entre o rio Jaguaribe e a Serra do Pereiro, nas proximidades da vila de Jaguiribe-mirim. Nesta zona,

Grupo Escolar Governador Raul Barbosa

tais rochas formam uma série de espigões amarelos, nos quais as inclinações das camadas são fortes, indicando uma estrutura geológica variada de dobras e falhas no meio do "gneiss" e com freqüentes diques de granito — condições, estas favoráveis para a ocorrência de *Ouro* e de outros metais muito procurados".

Seriam interessantes, no caso, pesquisas sérias, tendo-se em vista a fonte das informações, no particular, o sábio Horace Williams.

Em 1878, o Dr. João Ernesto Viriato apresentou a Cansansão de Sinimbu, então Presidente do Conselho de Ministros do Império, um notável plano de assistência aos flagelados da sêca de 1877, no qual figurava a construção de uma linha férrea que, partindo do Aracati, povoado de Fortim, iria à cidade de Icó servindo vários municípios cearenses, inclusive Jaguaribe. Evidentemente, a ferrovia idealizada serviria uma região rica e fértil.

Jaguaribano é a denominação local dos habitantes.

Sôbre a origem do topônimo, transcreve-se de "O Ceará" (2.ª Edição — 1945) o seguinte: "Jaguaribe-mirim — Jaguaribe pequeno, de Jaguaribe e mirim. Braço do rio Jaguaribe, por isso lhe foi aplicado o diminutivo" (Rev. do Inst. do Ceará, pág. 313, vol. 1.º).

"O nome atual Jaguaribe é o do rio que banha a cidade. O maior rio do Nordeste e cuja etimologia não é pacífica. Para José de Alencar (Iracema, Notas) significa abundância de onças: de *jaguar*, onça e *iba* abundância. "Rio Jaguar", segundo R. Southey, não (como o Tigris grande rio da Turquia asiática) pela rapidez e fôrça da corrente, mas pela multidão de feras que lhe freqüentam as margens. De acôrdo com Martius, é "rio da onça", e também para C. Mendes, Silva Guimarães e Senador Pompeu: de *jaguar*, onça e *ig*, água, rio. Ao Dr. Paulino Nogueira, ob. cit. pág. 313, parece preferível: terra de onça, de *jaguara*, onça, e *igbig* ou *ibi*, terra. O Barão de Studart aceita: *Jaguar* (onça) — *i* (água) — *be* ou *pe* (no): no rio da onça (Rev. do Inst. do Ceará, vol. 38, pág. 123).

"Resume à sua vez Pompeu Sobrinho: "O topônimo, atribuído ao rio, é tão velho como o de Mucuripe, atribuído à enseada onde atualmente se encontra o pôrto de Fortaleza. Data de 1574: apareceu sob a forma de rio Suaguarive.

"Mais tarde, em 1857, é repetido pelo célebre cronista Gabriel Soares, no seu curioso "roteiro" com a forma de rio Joaguarive.

"A etimologia do vocábulo, dada por José de Alencar, não é correta, e o mesmo se pode dizer da análise de Paulino Nogueira. A melhor interpretação é a indicada pelo Barão de Studart: *Jaguar* (onça) + *Y*, de *YG* (água) + *be* ou *pe* (no) isto é, "no rio das onças". (O Ceará — 2.ª edição — 1945 — Raimundo Girão e Antônio Martins Filho).

JAGUARUANA — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Nos idos de 1761, Dona Feliciana Soares da Costa, viúva de Simão de Góis, fêz doação de terras para constituir o patrimônio da capela que mandara levantar, sob a invocação de Nossa Senhora Santana.

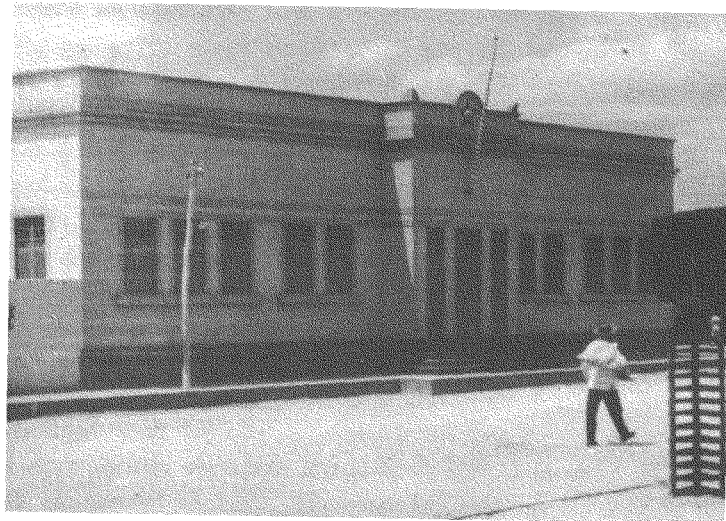
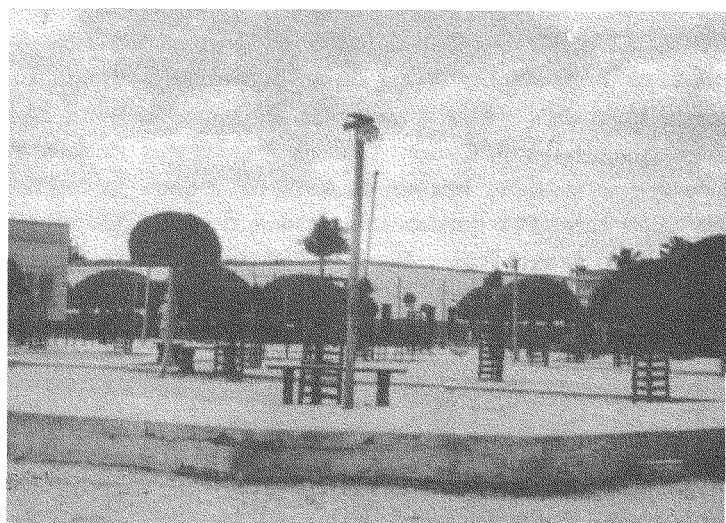
A escritura foi passada no Cartório de Aracati, pelo então tabelião compromissado, Lázaro Lopes Bezerril. Presume-se, todavia, que a capela haja sido erigida três ou quatro anos antes da lavratura do ato que lhe concedeu patrimônio, visto como, em 1760, no dia 24 de novembro, ali se casara o Doutor José Baltazar Augery, médico famoso e aventureiro, filho da Itália, província de Piemonte.

De Simão de Góis originou-se a denominação da localidade, por isso que costumava dizer-se: "Venho da Catinga do Góis" ou "Vou para a Catinga do Góis".

Segundo a crônica dos mais antigos, aceita por vários historiadores, esta é a verdadeira origem da formação da atual cidade de Jaguaruana que também já se chamou de União.

Criado o distrito de paz pela Câmara Municipal do Aracati, em vereação de 3 de dezembro de 1832, conforme a Lei Geral de 1830, não foi o mesmo inaugurado por recusa do Juiz de Paz da freguesia de Aracati, em face de não estar curada a capela da povoação.

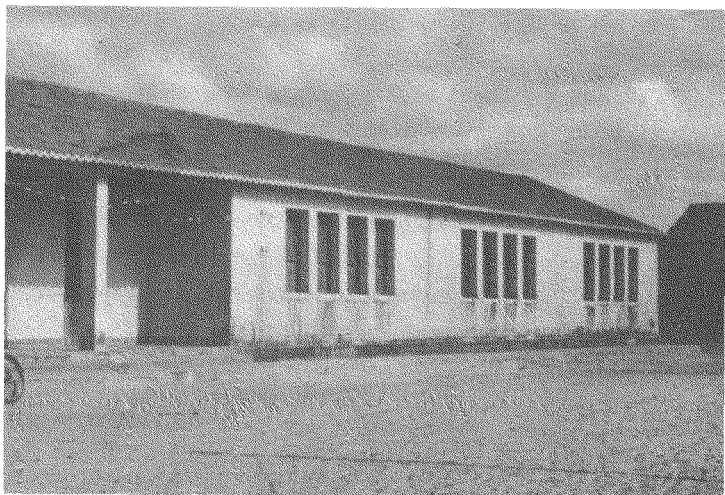
O presidente da Província ordenou à Câmara Municipal de Aracati mandasse proceder à eleição, o que não se realizou, por ter o Juiz de Paz, Joaquim Emílio Ayres, insistido na recusa, declarando ter repugnância em levá-la a efeito, desatendendo a ordem presidencial.

Sobrevindo, porém, a execução do Código do Processo Criminal, promulgado em 29 de novembro de 1832, a Câmara Municipal de Aracati, em 17 de maio de 1833, manteve o distrito de paz de Giqui, criado anteriormente,

Prefeitura Municipal

Praça Presidente Vargas

no qual ficou compreendido todo o território do distrito "Catinga do Góis", implìcitamente suprimido.

Em 1858, entretanto, pela Lei provincial n.º 838, de 9 de agôsto, a sede do distrito de Giqui foi transferida para Catinga do Góis.

Antônio José de Freitas, estabelecido no povoado desde 1846, primeiro subdelegado do distrito policial, criado em 1862, fundou, nesse mesmo ano, uma sociedade civil denominada União, composta de 33 membros, que se propunha à luta pela emancipação da "Catinga do Góis". Seus esforços não foram vãos. Assim é que foi instituída a freguesia de Santana, com sede na povoação de "Catinga do Góis", a 4 de dezembro de 1863 (Lei provincial n.º 1 083), inaugurando-se em meio a grandes festividades, aos 31 de janeiro do ano seguinte, sendo Bispo do Ceará, Dom Luís Antônio dos Santos, aqui chegado a 26 de setembro de 1861, para dirigir a Diocese do Ceará, criada em 1853.

Da criação da freguesia à do município medeiam dois anos (Lei n.º 1 183, de 4 de setembro de 1865).

Grupo Escolar

No dia 4 de março de 1866, procedeu-se à eleição da Câmara municipal, sendo eleitos Antônio José de Freitas, presidente, e vereadores: Venâncio Pereira da Silva, João Evangelista de Carvalho, Joaquim Fiuza Maia, José Marques Gonçalves, Joaquim Felício Marques de Oliveira e Miguel Pereira da Costa, juramentados perante a Câmara Municipal do Aracati, a 7 de junho de 1866. No dia 11 a vila instalou-se solenemente.

Em 1871 instalou-se a Agência dos Correios sendo seu primeiro Agente, Ricardo José da Normandia.

Em 1890, o Decreto estadual de n.º 66, datado de 11 de setembro, outorgava foros de cidade à vila de União.

Vista parcial da Rua Coronel José Antônio de Freitas

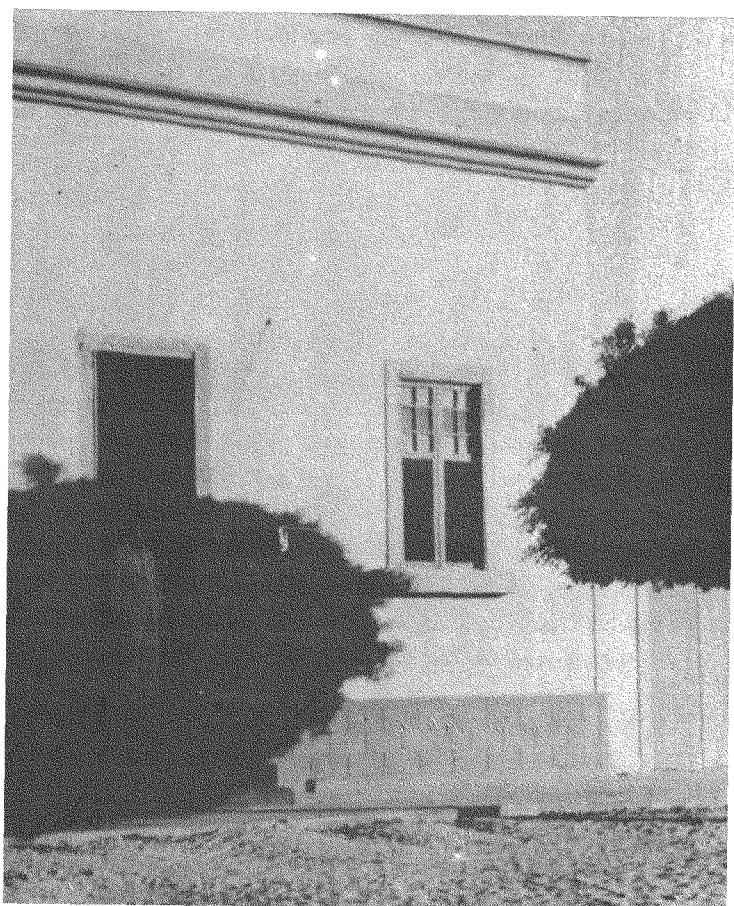
O município de União, que na divisão administrativa do Brasil relativa ao ano de 1911 tinha apenas o distrito da sede, figura no quadro territorial vigente em 1933 acrescido dos distritos de Borges e Passagem das Pedras (Decreto n.º 1 156, de 4 de dezembro) ao qual se juntou ainda o de Giqui (Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938), verificando-se ainda a mudança de nome no distrito que, de Passagem das Pedras, passou a Itaiçaba.

Na Interventoria Federal do Dr. Francisco de Menezes Pimentel, o município denominou-se Jaguaruana, em substituição ao antigo nome União (Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943).

O têrmo judiciário, que surgiu com o município, provido de juiz togado em 1914, sempre pertenceu à comarca de Aracati. E' atualmente comarca de primeira entrância (Art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, Const. do Estado, e Lei n.º 21, de 9 de junho de 1948).

A Lei n.º 3 338, de 15 de setembro de 1956, elevou o distrito de Itaiçaba à categoria de município, desmembrando-o de Jaguaruana.

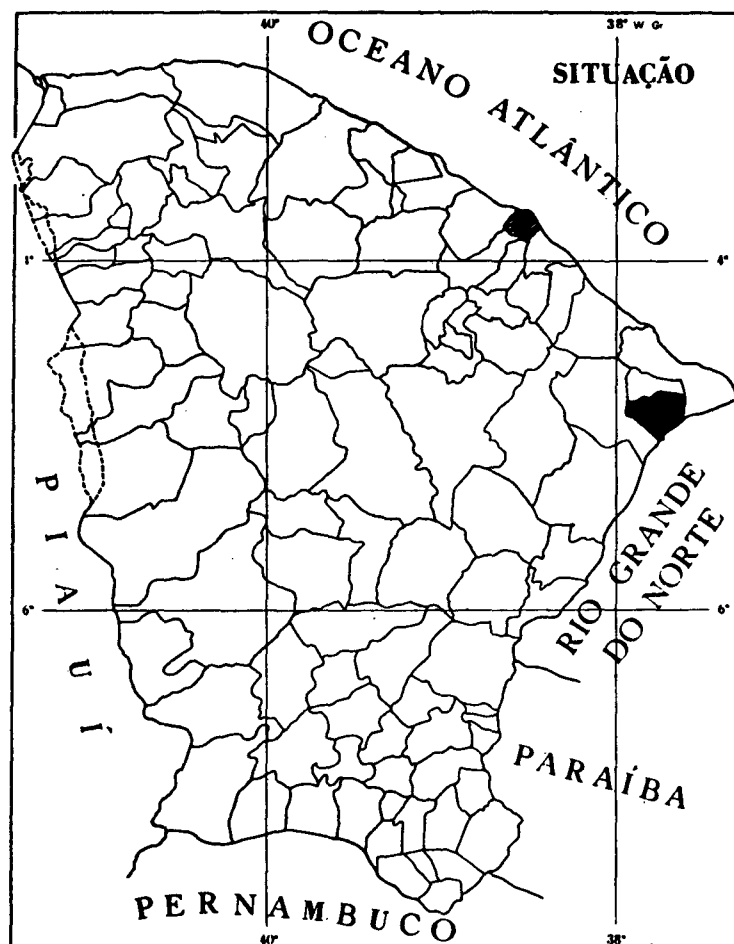
Um fato interessante passou-se com os principais mentores políticos de Jaguaruana, por ocasião da Revolução de 1930. Anunciava-se que forte contingente de tropas revoltosas, vindas do sul do Estado, passariam por

Rua do Comércio

Agência Municipal de Estatística

Jaguaruana a fim de atacar a capital do Estado. Só havia um meio de interceptar a marcha dos revolucionários. De fato, às caladas da noite, um valoroso grupo de sertanejos ateou fogo na estiva do rio. Sem êle, era impossível atravessar o areal do famoso Jaguaribe, bem largo nas proximidades de Jaguaruana. De lá veio telegrama para o então Presidente Matos Peixoto "Por aqui êles não passarão!". Pena é que, quando o telegrama foi entregue, no Palácio da Luz, o chefe do govêrno já não era o ilustre professor de Direito. Estava na sede da administração cearense o Govêrno Revolucionário já triunfante!

Nas eleições de 3 de outubro de 1954 foram eleitos: Prefeito, Francisco Jaguaribe. Vereadores: Amadeu Martins Romão, Francisco Pereira Barreto de Oliveira, José Carlos Moreira, João Pereira de Santiago, José de Oliveira Barroso, Juarez Delfino da Silva, Lauro Rodrigues Maia, Stela de Oliveira Lemos e Wilson Costa Lima.

Pôsto de Saúde Estadual

LOCALIZAÇÃO — O município de Jaguaruana fica situado na Zona do Sertão do Baixo Jaguaribe, sofrendo, na época invernosa, fortes inundações. E' banhado pelos rios Jaguaribe, Palhano, Campo Grande e inúmeros riachos. A cidade é servida por estrada de rodagem e dista da capital, em linha reta, 144 quilômetros, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 4° 50' 09" de latitude Sul e 37° 46' 48" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Eleva-se a 50 metros na sede municipal.

CLIMA — O município apresenta o clima comum do sertão nordestino: quente e sêco, no verão, e temperado durante a estação hibernal, que vai de fevereiro a junho, com fortes trovoadas em abril e maio. A temperatura oscila de 36°C a 26°C, com a maior freqüência em 28° centígrados. A precipitação pluviométrica atingiu, no ano de 1956, a 542,9 milímetros.

ÁREA — A área do município é de 909 quilômetros quadrados, ocupando o 57.° lugar em relação às áreas das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — E' banhado pelos rios Jaguaribe, Campo Grande, Palhano, riacho Arahibu, por numerosos afluentes dêsses rios e por córregos. São localizadas várias lagoas, dentre elas se destacam as seguintes: Bêstas, Saco, Saquinho, Comprida, João Gonçalves, São Bento, Estreito, Meio, Picada, Preguiça e Vermelha. Sobranceiramente ergue-se a serra do Apodi nos limites com o Rio Grande do Norte e a serra Dantas. As terras são argilosas e arenosas na maior parte do seu território.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral há pedras calcárias e argila; no vegetal, madeiras, carnaubais, oiticicais, etc.; e no animal, peixes de diversas espécies.

Igreja-Matriz de Nossa Senhora Santana

POPULAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou no município de Jaguaruana uma população de 21 608 habitantes com a seguinte composição: homens — 10 387; mulheres — 11 221; brancos — 12 428 (5 853 homens e 6 575 mulheres); pretos — 2 072 (1 033 homens e 1 039 mulheres); pardos — 7 024 (3 462 homens e 3 562 mulheres) e 84 sem declaração (39 homens e 45 mulheres).

De 15 anos e mais, em número 12 268 — 4 794 eram solteiros (2 231 homens e 2 563 mulheres); casados — 6 811 (3 314 homens e 3 497 mulheres); desquitados — 6 (3 homens e 3 mulheres); viúvos — 635 (146 homens e 489 mulheres) e sem declaração — 22 (7 homens e 15 mulheres).

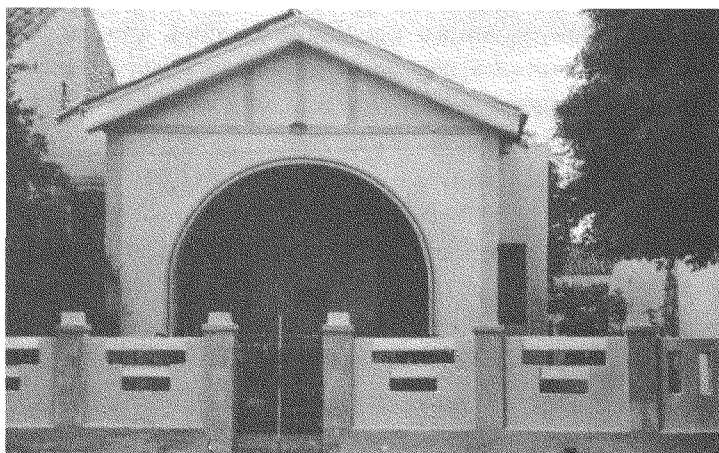
Rua da Matriz

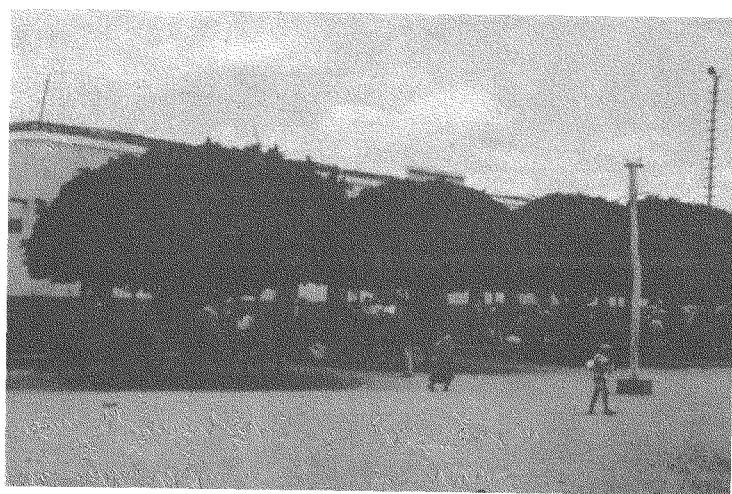
Rua Padre Rocha

Quase tôda a população era de nacionalidade brasileira em um total de 21 606 habitantes, sendo 10 385 homens e 11 221 mulheres; foi registrado 1 homem naturalizado e 1 homem de nacionalidade estrangeira.

Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos, num total de 21 560 (10 370 homens e 11 190 mulheres); protestantes — 18 (5 homens e 13 mulheres) e 30 não declararam o credo professado (12 homens e 18 mulheres).

A densidade era de 17,87 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 76,56% da população se localizam no quadro rural, num total de 16 545 habitantes (8 020 homens e 8 525 mulheres).

Presentemente, o município de Jaguaruana tem o efetivo de 16 891 habitantes, verificando-se, em relação ao Censo de 1950, um acréscimo de 4,09%, percentagem inferior à do Estado, que, em igual período era de 18,54% (Estimativa da Inspetoria Regional de Estatística).

Casa residencial na Rua da Matriz

Aglomerações urbanas — As aglomerações urbanas do município são 4: a cidade de Jaguaruana, com 2 349 habitantes (1 084 homens e 1 265 mulheres); a vila de Borges, 292 habitantes (148 homens e 144 mulheres); a vila de Giqui, com 573 habitantes (281 homens e 292 mulheres) e a vila de Itaiçaba, com 1 849 habitantes (854 homens e 995 mulheres); no quadro suburbano da cidade existiam 1 633 habitantes (767 homens e 866 mulheres) e no quadro urbano, 3 430 pessoas (1 600 homens e 1 830 mulheres), segundo revelação do Recenseamento Geral do Brasil de 1950.

Mercado Público

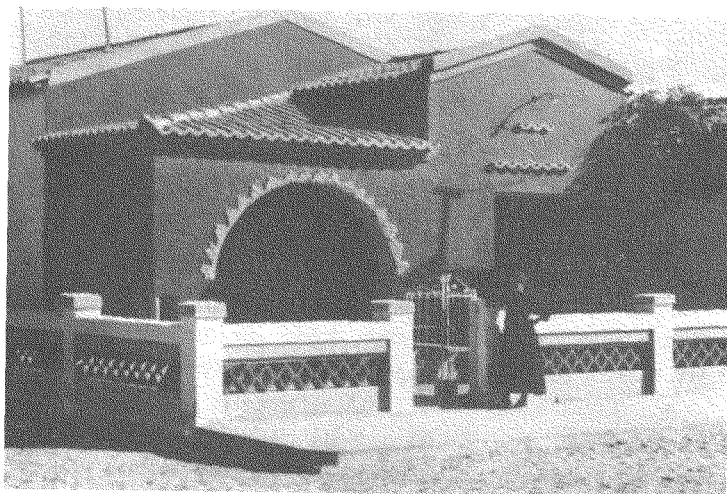
ATIVIDADES ECONÔMICAS — As principais fontes de riqueza de Jaguaruana provêm da agricultura, da pecuária e da produção extrativa, merecendo destaque a cultura do algodão, do milho, do feijão e a extração de cêra de carnaúba, produtos básicos à economia local.

O Departamento Estadual de Estatística estimou a safra agrícola de 1955 em Cr$ 20 984 000,00, sobressaindo o feijão (15 000 sacos de 60 quilogramas — .... Cr$ 2 700 000,00), o milho (14 200 sacos de 60 quilogramas — Cr$ 2 556 000,00) o algodão herbáceo (20 874 arrôbas — Cr$ 2 400 510,00) e a mandioca-brava (3 000 toneladas — Cr$ 1 080 000,00). Registraram-se, ainda, pequenos cultivos de batata-doce, laranja e banana.

A atividade pecuária é de significação econômica, embora a exportação seja insignificante. O rebanho de 1955 foi estimado em 42 020 cabeças, valendo .... Cr$ 41 725 900,00, composto de 14 520 bovinos, 1 810 eqüinos, 3 200 asininos, 820 muares, 2 490 suínos, 10 950 ovinos e 8 230 caprinos.

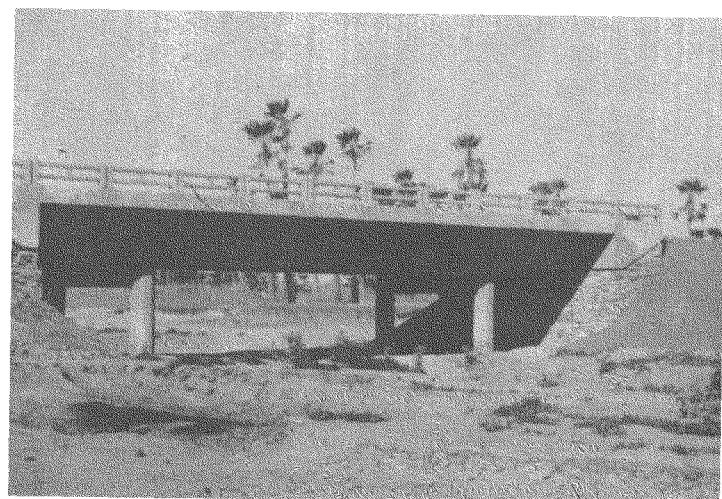
Conclui-se da leitura dos números acima que as parcelas mais avultadas são as relativas ao gado bovino e ovino, evidenciando-se a preferência dos criadores por essas espécies pastoris.

Foram produzidos, no mesmo ano, 685 000 litros de leite — Cr$ 2 055 000,00; 21 000 quilogramas de queijo — Cr$ 225 000,00 e 2 650 quilogramas de banha de porco — Cr$ 58 300,00.

O Recenseamento Geral de 1950 revelou que 71,34% da população ativa do município, compreendendo os habitantes de 10 anos e mais, estavam concentrados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

Casa residencial na Rua Padre Rocha

A exportação dos produtos agrícolas é feita para a capital do Estado e para a vizinha cidade de Aracati, principais mercados compradores do município.

Em 1956, a produção extrativa foi avaliada em .... Cr$ 8 698 920,00, salientando-se a cêra de carnaúba .... (120 000 quilogramas — Cr$ 5 160 000,00), madeiras para construção, fins industriais e domésticos (37 200 metros cúbicos — Cr$ 2 880 000,00), e cal de pedra (720 toneladas — Cr$ 100 800,00). Verificou-se, ainda, a extração, em menores proporções, de sementes de oiticica, argila plástica (barro), peixes e mel de abelha.

Quanto à indústria de maior vulto, foram produzidos 605 801 quilogramas de algodão em pluma — .... Cr$ 17 162 538,00, somando os respectivos subprodutos, ou seja, o caroço de algodão, 1 528 107 quilogramas ...... (Cr$ 5 879 393,00), dados relativos ao ano de 1956. Verifica-se no município a fabricação de rêdes de fio de algodão em larga escala. No mesmo ano constatou-se a produção de 39 867 unidades do artigo em aprêço, no valor de Cr$ 5 143 805,00.

Ponte sôbre o sangradouro na Lagoa dos Porcos

Do total de 25 estabelecimentos fabris que preencheram, em 1956, os boletins do Registro Industrial, 17 se dedicavam à fabricação de rêdes de algodão, 2 ao beneficiamento de algodão, 2 ao fabrico de calçados em geral, 3 à panificação e 1 à fabricação de sabão, 6 dos quais ocupando 5 pessoas e mais.

Os principais estabelecimentos industriais de Jaguaruana são os seguintes: Usina Arerê e Usina Santana, para beneficiamento de algodão, Fábrica São José, Fábrica União, Fábrica de Antenor Cláudio da Silva e Fábrica de Manuel Barbosa Rodrigues, para o fabrico de rêdes de fio de algodão.

De um modo geral, as transações comerciais de Jaguaruana são realizadas, não sòmente com a capital do Estado e o vizinho município de Aracati, mas também com Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte.

A energia elétrica produzida no município é consumida na iluminação pública e particular.

COMÉRCIO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou que existiam em todo o município de Jaguaruana 135 estabelecimentos comerciais varejistas e 4 atacadistas

cujas vendas realizadas em 1949 foram avaliadas em 4,985 milhões de cruzeiros e apenas 208 mil cruzeiros, respectivamente.

Em 1956 funcionavam na sede municipal 32 casas comerciais, sendo 7 grossistas e 25 retalhistas.

O município de Jaguaruana exporta: cêra de carnaúba, algodão, rêdes de sua fabricação, cereais, sementes de oiticica, peles e couros, etc. Importa: tecidos, combustíveis, medicamentos, gêneros alimentícios, miudezas em geral, etc. As principais praças com que mantém transações comerciais são: Fortaleza, Aracati (CE) e Mossoró (RN).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por estradas de rodagem.

As ligações são feitas com as cidades vizinhas e com a capital do Estado, pelos seguintes meios de transporte: Aracati: rodoviário, 40 quilômetros; Russas: rodoviário, 30 quilômetros; Mossoró (RN): rodoviário, 72 quilômetros; capital do Estado: rodoviário, 192 quilômetros.

Na cidade funciona uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está edificada em terreno plano e arenoso. Constitui-se de 15 logradouros públicos desprovidos de pavimentação. Dêstes, 3 são arborizados. Conta 590 prédios, dos quais 501 são residenciais.

Possui iluminação elétrica pública e particular, contando-se 220 ligações domiciliares. O Serviço de Limpeza Pública beneficia todos os logradouros e prédios.

Há uma pensão na cidade que cobra a diária de Cr$ 80,00. Na Prefeitura Municipal, em 1955, estavam registrados 3 automóveis e 35 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Não existem estabelecimentos destinados a prestar esta assistência. A população conta com os trabalhos remunerados de 1 farmacêutico e 1 dentista. Na cidade há uma farmácia.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — Nove (9) conferências vicentinas dão assistência moral e material às pessoas pobres do município.

ALFABETIZAÇÃO — Contava o município de Jaguaruana, conforme o Recenseamento Geral de 1950, com 17 302 pessoas (5 anos e mais), das quais 30% ou 5 191 eram alfabetizadas, sendo 2 417 homens e 2 774 mulheres. A sede municipal possuía 1 920 habitantes com a mesma idade escolar; entre êstes, 776 eram alfabetizados (348 homens e 428 mulheres).

Vasante no rio Jaguaribe

Lagamar de São José

Ensino — Em Jaguaruana há 37 escolas que ministram o ensino fundamental comum, com a matrícula inicial de 1 269 alunos de ambos os sexos. A taxa de matrícula, em 1950, atingiu 24,86% no referido município e 24,3% no Estado do Ceará.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há na cidade um cinema, o Cine Familiar, com 108 lugares, funcionando 2 dias por semana.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	166	510	223	209	223
1951.......	207	700	513	223	457
1952.......	288	814	637	235	693
1953.......	274	714	894	186	865
1954.......	304	807	690	151	550
1955.......	188	1 193	917	296	913
1956 (1)....	384	2 087	1 121	437	1 121

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Importante cerimônia popular é a festa da padroeira, Nossa Senhora Santana, realizada com grande pompa, no último domingo do mês de julho. Encerra-se com tradicional procissão, à qual acorrem habitantes do município e das localidades vizinhas.

Aos domingos realizam-se pequenas feiras no mercado Público da cidade.

VULTOS ILUSTRES — *Antônio Bezerra de Sousa Menezes* — Foi Comandante das Armas da Confederação do Equador, no Ceará. Condenado à morte, teve a pena comutada em degrêdo perpétuo, que deixou de cumprir em virtude de ter falecido em caminho do destêrro. *General José Júlio de Oliveira* — Figura exponencial do Exército. *Doutor Manuel Sátiro* — Bacharel em Direito, foi Deputado Estadual e Federal pelo Ceará e exerceu o cargo de Diretor do Departamento dos Correios e Telégrafos do seu Estado. *Emília de Freitas* — Poetisa e romancista, tendo publicado os romances: "Rainha Ignota" e "Renegado".

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A Paróquia do município, fundada em 1836, tem a invocação de Nossa Senhora de Santana. Conta 10 templos e 10 associações religiosas.

Dos 8 034 eleitores inscritos em 1954, votaram 4 633, nas eleições gerais realizadas naquele ano.

Raimundo Girão e Antônio Martins Filho ("O Ceará" — 2.ª edição — 1945) sôbre a origem do topônimo transcrevem o seguinte: "A palavra é tupi, explica Pompeu Sobrinho, conquanto fôssem tapuias aquêles índios. Mas eram assim conhecidos pelos colonos em vista do apelido que à tribo os potiguaras deram. Jaguaruana quer dizer "onça preta", de *jaguar* (onça) mais *una* (prêto).

JARDIM — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Sòmente a partir de 1792 teve início o povoamento de Jardim, não obstante o esbôço de colonização realizado nas terras do atual município, em fins do século XVII.

Realmente, já em 1763, residia no Sítio Corrente do Ramalho, hoje Correntinho, Bento Moreira, casado com Sebastiana de Oliveira. Segundo João Brígido, até 1792, do local em que está hoje a cidade, o colono que mais se avizinhava era um pobre lavrador, com casa a meia légua, no Sítio Cabeça do Negro.

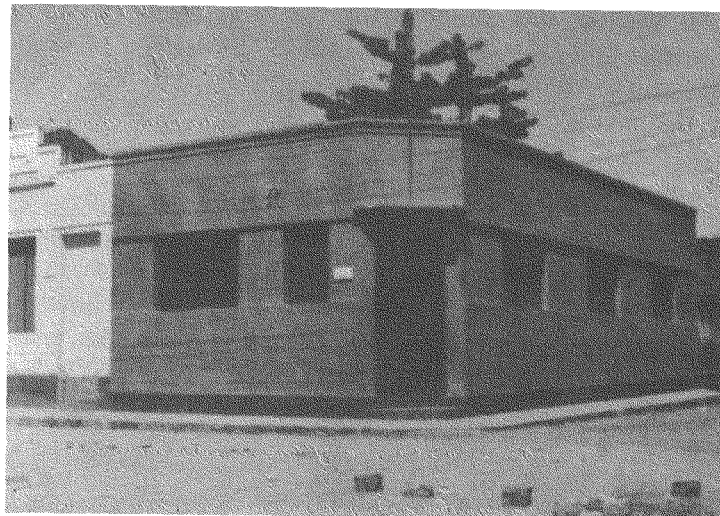
Isolado dos núcleos de população do Cariri, pelo ramo meridional da serra do Araripe, o recôncavo jardinense não participou da imigração que povoara Missão Velha e Crato, ou por escassez de contingente humano, ou pelos efeitos das sêcas que assolaram a região, das quais se destaca a de 1725, que fêz secar até as correntes do Cariri.

No decorrer da "sêca grande", começada em 1791 e terminada em 1793, encaminhou-se para as cabeceiras do Riacho dos Porcos considerável número de famílias dos sertões do rio São Francisco.

O primeiro imigrante foi o padre João Bandeira de Melo, que chegou em Jardim no ano de 1792, acompanhado de índios e negros, vindo de Flôres, onde catequizava os pajeús. Homem irrequieto, audaz e valente, o primeiro cuidado do padre João Bandeira foi promover o plantio de alguns cereais e edificar uma casa de barro, no local em que existe a velha residência do padre Antônio Manuel de Sousa, ainda hoje conservada como monumento histórico. Em seguida construiu uma capela ao Bom Jesus, atraindo para ali grande número de pessoas, cujas casinhas se agruparam junto à do capelão.

Eis a origem de Jardim, antes Barra do Jardim e Santo Antônio do Jardim, antiga região indígena e, depois, palco de memoráveis acontecimentos históricos.

Cêrca de oito anos depois, insofrido da vida sedentária que levava, o fundador de Jardim retirou-se como viera, de espada à cinta e acompanhado de um escravo. Embora baiano, dirigiu-se para Piancó, na Paraíba, de onde seguiu rumo ao Piauí, tendo passado em Porteiras, em cuja capela celebrou uma missa no dia 6 de janeiro de 1821.

Ainda em 1799, o povoado recebeu a visita pastoral de Frei Vital de Frascarolo. A passagem daquele missionário capuchinho ficou perpetuada num cruzeiro por êle erguido, no dia 29 de junho à frente da capela, achando-se hoje transplantado no centro do cemitério de São Miguel.

Prefeitura Municipal

O município foi criado pelo Alvará régio de 30 de agôsto de 1814, com território desmembrado do de Crato, quando passou a denominar-se vila de Santo Antônio do Jardim. Deve-se a sua elevação à categoria de vila, à forte rivalidade entre José Pereira Filgueiras, futuro capitão-mor do Crato, e o sargento-mor José Alexandre Corrêa Arnaud, descendente do povoador de Missão Velha, o qual, saindo da cadeia do Icó, em 1812, conseguiu do Regente Imperial, pessoalmente, a criação do município e sua nomeação para o cargo de capitão-mor da nova vila.

A instalação do município ocorreu em 3 de janeiro de 1816, a cujo ato não compareceu o capitão-mor José Arnaud, por ter falecido no seu regresso do Rio de Janeiro. Com sua morte, foi nomeado capitão-mor do Jardim, Pedro Tavares Muniz.

Havendo passado a distrito policial a 18 de março de 1842, Jardim veio a receber foros de cidade por efeito da Lei provincial n.º 1 829, de 3 de setembro de 1879. Na divisão administrativa correspondente ao ano de 1933, o município dividiu-se em dois distritos: Jardim e Macapá (atual Jati). Desmembrado êste por fôrça da Lei número 1 153, de 22 de novembro de 1951, foi criado um novo distrito sob a denominação de Jardim-Mirim.

Quanto à freguesia, foi criada por provisão de 11 de outubro de 1814, sendo seu primeiro Vigário o padre Antônio Manuel de Sousa, que assumiu as funções em fevereiro de 1816.

Naqueles tempos, ao lado de relevante prosperidade econômica, Jardim já usufruía notável posição no meio político-social do Cariri. Enquanto se estabeleceram fazendas de criar ao longo do Riacho dos Porcos, no pequeno recôncavo multiplicaram-se os pomares. Trinta e quatro anos depois começavam a rodar os primeiros engenhos, graças à fertilidade do solo e à irrigação farta das nascentes araripeanas.

Por volta de 1817, a discórdia estava plantada entre Jardim e Crato, província de desavença de José Pereira Filgueiras e José Alexandre Corrêa Arnaud.

A 5 de maio daquele ano, Jardim aderiu ao movimento iniciado em Crato no dia 3 por José Martiniano de Alencar, hasteando solenemente a bandeira republicana de 17. Coube a liderança do movimento ao capitão Leonel Pereira de Alencar, Juiz ordinário da vila e irmão da heroína Bárbara de Alencar. Da adesão constou uma ata, que foi ditada por José Martiniano, a quem fôra confiada a chefia da revolução no Ceará, pelos revolucionários do Recife.

Debelado o movimento no Cariri, Leonel Alencar foi pronunciado em 13 de setembro de 1818, sem contudo ir à prisão. Mais tarde, a 28 de setembro de 1824, foi assassinado por Antônio Francisco de Melo, procurador da Câmara de Jardim, que atacara a vila com um grupo de assassinos. Na mesma ocasião foram mortos Raimundo Pereira de Alencar, filho de Leonel, o tenente-coronel Bandeira e José da Costa Sozinho. Todos haviam tomado parte no Grande Conselho realizado em Fortaleza, a 26 de agôsto, pelo qual o Ceará se constituía Estado da Federação do Equador, tendo como presidente Tristão Gonçalves de Alencar Araripe. No dia 1.º do mês seguinte, chegou a Jardim o capitão-mor Pereira Filgueiras, cujas fôrças, após ligeiro encontro com os imperialistas no Croatá, executaram 13 prisioneiros numa roda-de-pau. Deixando Jardim, Filgueiras confiou o comando da vila ao sargento-mor Antônio Geraldo de Carvalho Filgueiras, destinado a morrer heròicamente em Salvaterra, no dia 15, lutando contra os imperialistas. Êstes, no dia 26 de outubro, depois de organizados em Jardim, marcharam sôbre Crato, onde efetuaram saque e depredações.

Passados aquêles acontecimentos, novas lutas surgiram por ocasião da queda de Pedro I, da qual se aproveitaram os republicanos cratenses para mais uma devassa contra o coronel Joaquim Pinto Madeira, prestigioso chefe "corcunda" de 1817 e 1824, cujo nome se destacou nas chamadas guerras civis que ensangüentaram o Cariri. Sabedora dos preparativos que se faziam em Crato para uma expedição a Jardim, com o objetivo de levar à cadeia o famoso coronel de milícias, a Câmara jardinense organizou uma fôrça, que é confiada ao comando do próprio caudilho do Coité. O exército "pintista" deixou Jardim a 17 de dezembro de 1831; bateu os legalistas no Sítio Buriti e no dia seguinte ocupou a vila inimiga, cuja população fugiu apavorada. Acompanhava a Pinto Madeira o padre Antônio Manuel de Sousa, vigário de Jardim, e vulgo "Benze-Cacêtes".

Com a derrota dos abrilistas, Joaquim Pinto Madeira foi condenado à morte pela Câmara de Crato, a 26 de novembro de 1834, e fuzilado a 28, no alto do histórico Barro Vermelho. Quanto ao padre Antônio Manuel de Sousa estêve à frente da freguesia de Jardim até o dia 25 de setembro de 1857, quando faleceu, cego e octogenário, sendo substituído pelo padre Joaquim de Sá Barreto seu amparo na velhice e na pobreza.

Tendo sido têrmo judiciário pelo Alvará régio de 30 de agôsto de 1814, que criou o município, Jardim foi elevada à categoria de comarca pela Lei provincial n.º 803, de 3 de agôsto de 1857, sendo desmembrada da comarca de Crato.

Agência dos Correios e Telégrafos

Em 1876 foram concluídos os trabalhos de construção da segunda matriz, iniciados no ano anterior pelo padre Joaquim de Sá Barreto, em substituição à segunda, que ruíra a 10 de dezembro de 1873, a qual fôra edificada no mesmo local da primitiva capela construída pelo padre João Bandeira de Melo, onde atualmente se encontra a Praça de Nossa Senhora das Graças.

A 7 de agôsto de 1887, num atestado de sua evolução cultural, Jardim fundou o Clube Literário Recreativo, cuja diretoria ficou assim constituída: Presidente — Doutor Gustavo Horácio de Figueiredo; primeiro vice-presidente — Advogado Rodião de Sá Barreto; segundo vice-presidente — Alferes Prudêncio José de Freitas; primeiro Secretário — Benevenuto Álvares Couto; Tesoureiro — Virgolino Isidro Portela; Bibliotecário — Fausto Emílio José da Silva. Comissão de Estatutos: capitão Castriciano Marques de Gouveia, advogado Sebastião Batista Vaz e professor Antônio Jaime de Alencar Araripe.

No dia 31 de dezembro de 1900, foi inaugurado o Cruzeiro do Século, no Monte Alegre, cuja bênção fôra dada pelo padre Miguel Coelho de Sá Barreto, grande orador sacro, filho de Barbalha.

A 22 de novembro de 1908, foi fundado o jornal "A Pátria", pelo tenente-coronel José Caminha de Anchieta Gondim, mais conhecido por coronel Dudé. Aquêle jornal, produto de esfôrço e do idealismo do coronel Dudé, do qual êle fôra diretor, secretário, tesoureiro, revisor e tipógrafo, circulou por mais de dez anos, em edições primorosas, nas quais brilhavam sua pena e as de outros intelectuais da terra.

Aos 24 de abril de 1916, realizou-se a fundação do Colégio 24 de Abril, pelo então Juiz de Direito, Dr. Francisco de Lima Botelho, intimorato batalhador do ensino nos sertões do Ceará. Compunha-se o seu corpo docente dos seguintes professôres: Dr. Juvêncio Joaquim de Santana, juiz substituto — Geografia e História Natural; tenente-coronel José Caminha de Anchieta Gondim, Farmacêutico — Matemática; Antônio Ferreira de Melo Santiago, Agente do Telégrafo — Francês e Inglês; Dr. Joaquim Alves — História do Brasil e História Universal; Dr. Francisco de Lima Botelho — Português e Latim.

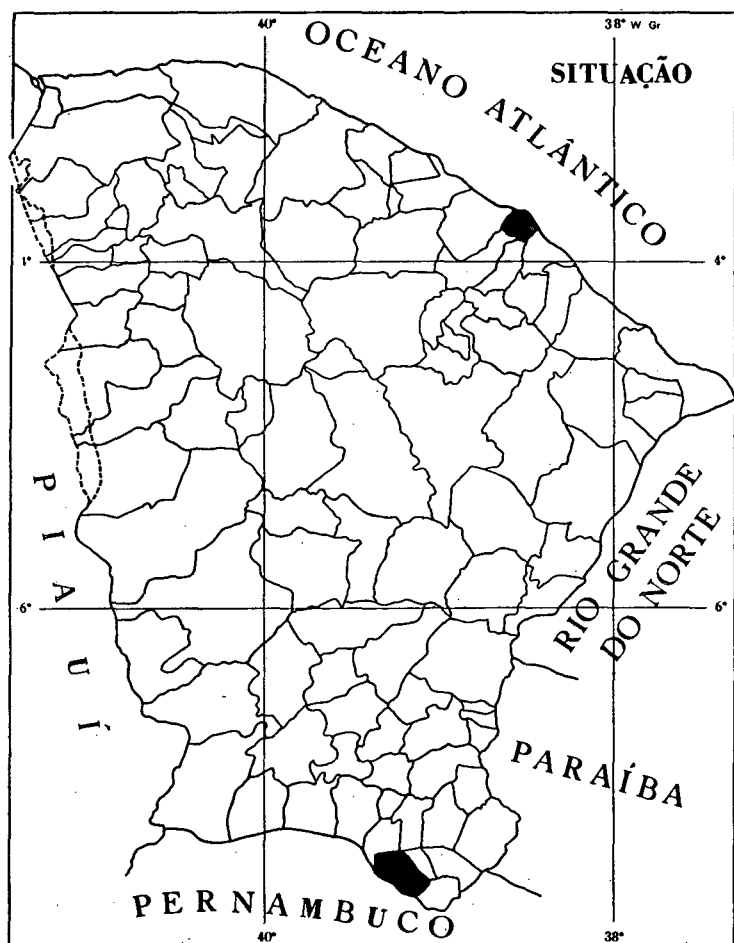
O Colégio 24 de Abril, que funcionou ininterruptamente até meados de 1923, marcou o período áureo de Jardim.

Em 16 de fevereiro de 1937, a velha cidade foi dotada de iluminação elétrica, por iniciativa do Prefeito Francisco Ancilon de Alencar Barros.

Como no passado, o município de Jardim permanece isolado das demais cidades do Cariri, à falta de estrada de ferro e boas rodovias. Berço de um povo reconhecidamente inteligente, de vocação artística e pendor literário, vive hoje da glória do passado, sem possuir sequer um ginásio.

Sua Câmara Municipal se compõe de nove vereadores e, atualmente, está o município governado pelo Prefeito Clodoaldo Xavier Sampaio.

Foram eleitos em 1954, os seguintes vereadores: Aristides Ancilon Aires de Alencar, João Neves da Cruz, José Antônio da Rocha, José Cassiano Pereira Neves, Livino Marcolino dos Santos, Lourival Gondim, Luiz Jorge de Araújo, Miguel Paulo dos Santos e Tomás Soares Sampaio.

LOCALIZAÇÃO — Integrando o ubertoso vale da região fisiográfica em que se localiza — Cariri — Jardim é banhado por vários córregos perenes formados pelas fontes de água que nascem ao sopé da Serra do Araripe. Limita com o Estado de Pernambuco e com os municípios cearenses de Barbalha, Missão Velha, Porteiras e Jati. A sede dista da capital do Estado, em linha reta, 431 quilômetros, na direção 11° 09' S.O. e possui as seguintes coordenadas geográficas: 7° 35' 02" de latitude Sul e 39° 16' 43" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Um dos pontos mais altos do Ceará, é a sede do município que se eleva a 620 metros de altitude, ocupando o 10.° lugar entre as demais cidades cearenses, neste particular.

CLIMA — Devido à altitude, à uberdade do solo e à ventilação da serra, Jardim dispõe de um dos melhores climas do Estado, uma vez que é muito pequena a área do seu território fora da altitude que lhe preserva o adorável clima que desfruta. A sua temperatura, na época mais quente, que demora muito pouco, se eleva a 32 graus centígrados para descer a 14 graus centígrados no período mais frio, registrando-se entre êsses dois extremos a média predominante de 21 graus centígrados, o que torna o clima excelente.

ÁREA — A área do município de Jardim é de 643 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Serra do Araripe, Serra do Felipe e Talhado do Cruzeiro (êste tem uma elevação aproximada de 1 100 metros).

RIQUEZAS NATURAIS — Falar em riquezas naturais do município de Jardim é expressar, principalmente, as inúmeras fontes de água que são utilizadas no incremento à agricultura; os pequixeiros que abundam na Chapada do Araripe também constituem um fator de riqueza que a natureza reservou aos municípios da região, inclusive Jardim.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral do Brasil de 1950, no município de Jardim existiam 23 861 habitantes e tinha a seguinte composição: 11 362 homens; 12 499 mulheres; brancos — 7 960 (3 709 homens e 4 251 mulheres); pretos — 2 091 (972 homens e 1 119 mulheres); amarelas — 2 mulheres; pardos — 13 692 (6 630 homens e 7 062 mulheres) e sem declaração — 116 (51 homens e 65 mulheres).

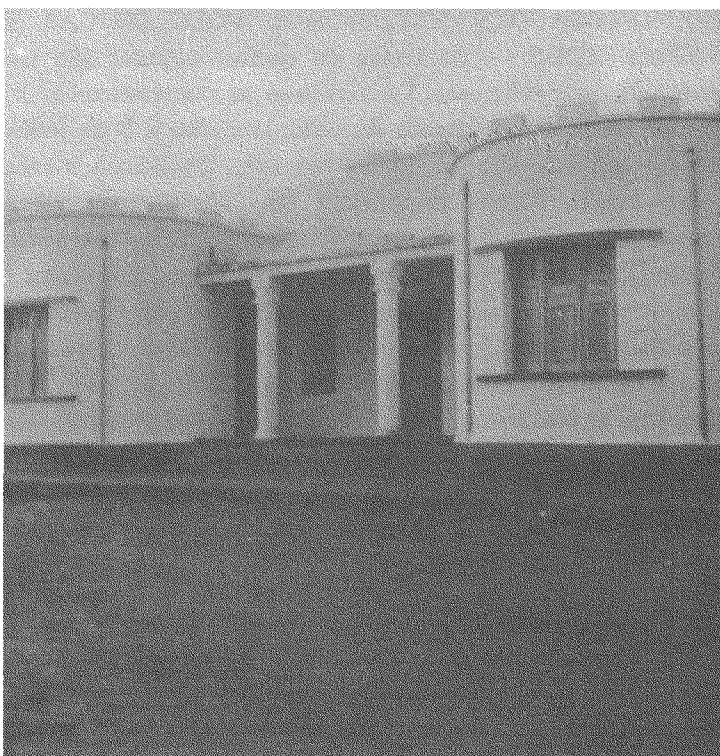
Quanto ao estado civil, dos 12 523 habitantes de 15 anos e mais, 4 643 eram solteiros (2 124 homens e 2 519 mulheres); casados — 7 066 (3 461 homens e 3 605 mulheres); desquitada — 1 mulher; viúvos — 786 (116 homens e 670 mulheres) e sem declaração — 27 (11 homens e 16 mulheres).

Quase tôda a população era de nacionalidade brasileira. Apenas foi registrada 1 mulher sem declaração.

Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos, num total de 23 768, sendo 11 320 homens e 12 448 mulheres; protestantes — 34 (14 homens e 20 mulheres); espíritas — 2 (1 homem e 1 mulher); ortodoxa — 1 mulher; outras religiões — 2 homens; sem religião — 9 (6 homens e 3 mulheres) e 45 não declararam o credo professado (19 homens e 26 mulheres).

A densidade era de 19,60 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 86,71% da população se localizam no quadro rural num total de 20 692 (9 960 homens e 10 742 mulheres).

A população do município de Jardim, presentemente, segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística, para 1.° de julho de 1957, é de 19 175 habitantes, verificando-se um aumento de 2 470 pessoas sôbre os dados do Censo de 1950, correspondente a 14,79%.

Aglomerações urbanas — São 2 as aglomerações urbanas do município de Jardim — a cidade de Jardim com 2 500

Sede do Círculo Operário

habitantes (1 090 homens e 1 410 mulheres); e a vila de Jati, com 669 (322 homens e 347 mulheres). No quadro urbano da cidade e vila existiam 2 974 (1 331 homens e 1 643 mulheres) e no quadro suburbano 195 pessoas (81 homens e 114 mulheres), segundo revela o Recenseamento Geral do Brasil de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Como quase todos os municípios do Ceará, Jardim centraliza o fundamento da sua base econômica na exploração agropecuária. Destacam-se a agricultura entre os setores que constituem o ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", a produção de cana-de-açúcar, frutas e arroz no setor agrícola. O valor da produção agrícola em 1955 atingiu a cifra de .... Cr$ 13 126 840,00, sobressaindo a cana-de-açúcar (4 400 toneladas — Cr$ 2 640 000,00); milho (32 000 sacos de 60 quilogramas — Cr$ 2 304 000,00); banana (84 000 cachos — Cr$ 2 184 000,00); feijão (9 510 sacos — ... Cr$ 1 616 700,00); e arroz (6 600 sacos de 60 quilogramas — Cr$ 1 386 000,00).

A indústria é pràticamente restrita à de transformação agrícola. Representada pelo valor total de .... Cr$ 7 097 000,00, tem a indústria agropecuária a expressão numérica de Cr$ 6 596 000,00, originando-se da rapapura a de maior vantagem, com 1 360 000 quilogramas — Cr$ 4 352 000,00. Dos estabelecimentos industriais existentes, apenas 4 ocupam 5 ou mais pessoas.

Quanto à pecuária, o valor do rebanho do município, em 1955, era de Cr$ 18 682 000,00. Por espécie e número de cabeças assim era distribuído: bovinos — 3 480; eqüinos — 1 250; asininos — 820; suínos — 7 340; ovinos — 6 730 e caprinos — 9 180.

Na indústria extrativa vegetal tem certa importância a de madeiras para fins industriais e domésticos, com produção avaliada em 1956, em pouco mais de um milhão de cruzeiros.

A exploração dos produtos de origem mineral cinge-se à extração do cal de pedra, barro e pedras para calçamento.

Segundo o Recenseamento Geral de 1950, tinham atividades no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", 88,58% da população ativa do município (pessoas de 10 anos e mais).

O município exporta os seus produtos agrícolas quase em sua totalidade para outros Estados, destacando-se Pernambuco e Paraíba. Apenas Crato e Juàzeiro do Norte, no Estado do Ceará, recebe muma pequena parte de sua exportação.

COMÉRCIO — O Recenseamento Geral de 1950 registrou a existência de 111 estabelecimentos comerciais no município, sendo 5 atacadistas e 106 varejistas. Aquêles com um volume de negócio da ordem de .... Cr$ 1 600 000,00 e êstes com movimento que atinge a cifra de Cr$ 5 600 000,00. Comparando-se os dois valores, verifica-se que o comércio varejista supera muito o atadista, fato ordinàriamente constatado nos pequenos centros comerciais. O município exporta produtos agrícolas transformados, ou não, e importa tecidos, ferragens, miudezas em geral, perfumes, artigos para fumantes e medicamentos. O capital em giro, conforme os dados censitários, era de Cr$ 512 000,00 sendo Cr$ 395 000,00 nas atividades varejistas e Cr$ 117 000,00 no movimento grossista.

Em 1956, estavam operando na cidade 4 estabelecimentos atacadistas e 34 varejistas.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Jardim é das cidades de mais difícil acesso, no Ceará, em virtude de contar apenas com vias carroçáveis que não permitem o trânsito permanente. Daí sua ligação com o vizinho Estado de Pernambuco mais acentuada do que com as outras partes do Ceará. No intercâmbio com Pernambuco, é aproveitada a Chapada de Araripe, na qual o inverno não interrompe o trânsito.

Para o transporte de cargas e passageiros conta o município com 6 caminhões.

Liga-se às cidades vizinhas e à capital Estadual pelos seguintes meios de transporte: Barbalha, rodoviário, 42 quilômetros; Jati, carroçável, 42 quilômetros; Missão Velha, carroçável, 38 quilômetros; Porteiras, carroçável, 38 quilômetros; Serrita, (PE), carroçável, 62 quilômetros; capital do Estado, misto — 673 quilômetros: a) rodoviário até Crato, 72 quilômetros; b) ferroviário até Fortaleza, 601 quilômetros.

A cidade é dotada de uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Jardim se compõe de 48 logradouros, nos quais se agrupam 698 prédios. Dêstes, 538 são residenciais; 16 dos logradouros existentes são pavimentados, medindo o calçamento 8 178 metros quadrados, sendo 3 770 metros de paralelepípedos e o restante de pedras irregulares. Um logradouro é arborizado.

Conta com um serviço de abastecimento de água, de propriedade particular, servindo a 4 logradouros. A cidade é iluminada a eletricidade.

O serviço de limpeza pública se estende por tôda a área urbana da cidade.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um pôsto de tracoma, 2 farmácias, 2 médicos, 3 farmacêuticos e 1 dentista prestam serviço de assistência à saúde do povo de Jardim.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Pela Sociedade de São Vicente de Paulo, é prestada assistência social no município.

Em Jardim funciona a Cooperativa Rural de Jardim Limitada, congregando 737 cooperados. Foi fundada em 17 de abril de 1934.

ALFABETIZAÇÃO — No município de Jardim, segundo o Recenseamento Geral de 1950, existiam 19 550 pessoas com 5 anos e mais. Entre estas, 3 540 sabiam ler e escrever, sendo 1 798 homens e 1 742 mulheres. O total de habitantes da sede municipal foi de 2 111; dêstes, 793 eram alfabetizados (333 homens e 460 mulheres).

Ensino — Em 1956, contava Jardim com 35 unidades escolares de ensino fundamental cómum, com a matrícula inicial de 1 232 alunos de ambos os sexos. Em 1950 foi de 16,74 % a taxa de matrícula do aludido município e 24,3% no Estado do Ceará.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há na cidade um cinema, o Cine Rex, acomodando 160 pessoas e funcionando quatro vêzes por semana.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	...	470	117	418
1951	...	...	488	126	434
1952	...	...	567	138	688
1953	...	...	921	153	877
1954	...	...	774	159	713
1955	...	680	921	188	877
1956	...	1 264	1 360	257	1 509

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Na Rua Coronel Rocha, em frente ao edifício dos Correios e Telégrafos da cidade, existe ainda, como relicário uma pequena casa rústica, considerada a mais antiga do lugar, e que serviu de residência ao padre Antônio Manoel de Souza, o "Benze-Cacête", companheiro do chefe revolucionário Joaquim Pinto Madeira, e um dos mais exaltados participantes do movimento que proclamou a utópica República do Equador, em 1817.

Há, ainda, o Talhado do Cruzeiro, assim denominado por haver sido erguida uma cruz de madeira bem próxima de um corte íngreme da Serra do Araripe, com uns 1 100 metros de altitude.

Destaca-se também a estátua de Nossa Senhora das Graças cuja imagem mede dois metros e meio de altura, sustentada por uma coluna artística de 4 metros, além dos degraus que a contornam. Sua contextura é tôda de cimento armado e representa uma obra de fino valor artístico. Sua inauguração foi em 1.º de janeiro de 1949.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As festas de caráter popular são tradicionalmente religiosas. Destacam-se as comemorações ao padroeiro da cidade, Santo Antônio, iniciadas a 3 de junho e encerradas no dia 13 do mesmo mês. Obedecem a uma programação adrede organizada pela sociedade católica local. Cada noite é destinada à uma comissão patrocinadora dos festejos. No êncerramento da festa, a imagem é levada em andor pelas ruas, acompanhada por verdadeira multidão de católicos. As adjacências da Praça Nossa Senhora das Graças ficam literalmente cheias de gente que vem do sertão assistir aos festejos de Santo Antônio. Há, também, a festa do Bom Jesus, assinalada no dia 1.º de janeiro. E' mais modesta do que a anterior, porém bastante significativa. A procissão realiza-se com tôda solenidade.

VULTOS ILUSTRES — *Antônio Barbosa de Freitas* (1860) — Admirável poeta, autor de lindas produções dentre as quais é citada a belíssima "Lenda do Sol", que foi enfeixada em volume sob o título "Poesias", após a sua morte. *Cônego Raimundo Ulisses Pennafort* — Figura de destaque do clero cearense; jornalista, orador primoroso, autor de vários trabalhos de real mérito sôbre assuntos religiosos, filosóficos e históricos; fazia parte de inúmeras associações não só do país como do estrangeiro; paroquiou Vigia, no Pará, onde faleceu. *José Marrocos Pires de Sá* — Político de largo prestígio, tendo sido senador. *Joaquim Alves da Rocha* — Deputado estadual. *Padre José de Sá Barreto* — Deputado estadual. *General Escarcela Portela* — Ilustre oficial superior do Exército. *Dr. Joaquim Alves* — Professor de reconhecidos méritos, sociólogo conhecedor dos problemas e assuntos do Nordeste brasileiro sôbre os quais escreveu trabalhos de valor. Inspetor de ensino estadual e diretor da Faculdade de Ciências Econômicas. Sócio efetivo do Instituto do Ceará, falecido. *Dr. Juarez Aires de Alencar* — Romancista, jornalista e advogado brilhante em São Paulo onde também é professor muito conceituado; é admirado pela sua cultura e pelo talento oratório. *José Rangel* — Formado pela Escola de Belas-Artes do Rio de Janeiro, escultor de grande talento, laureado com inúmeros prêmios de arte. *Luiz Róseo e Silva* — Diplomado pela Faculdade de Filosofia de Fortaleza, professor de música e canto orfeônico em vários estabelecimentos de Fortaleza, tendo em 1954 se distinguido brilhantemente, colocando-se em primeiro lugar no exame de admissão ao C.E.C.N.O. *Dr. Luís de Ancilon* — Bacharel, advogado de largo conceito, professor na Faculdade de Direito de São Paulo. *Filgueiras Sampaio* — Professor em diversos estabelecimentos de ensino em Fortaleza e autor de várias obras didáticas. *Dr. Murilo Gondim Lóssio* — Engenheiro-agrônomo, chefe do Campo de Monta no Rio Grande do Norte. *Dr. Ailton Gondim Lóssio* — Professor, catedrático da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará. *Padre Rubens Gondim Lóssio* — Cura da Sé Catedral da Paróquia de Nossa Senhora da Penha, Diocese de Crato e figura de relêvo do clero cearense; orador fluente de destaque em todo o país. *Dr. Sebastião Cavalcante* — Magistrado e político de destaque, já tendo sido deputado estadual.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município de Jardim é um dos que limitam o Estado do Ceará com o de Pernambuco; é sede da paróquia de Santo Antônio, da Diocese do Crato.

Existe no município um açude com a capacidade de 695 400 metros cúbicos de água.

Dos 4 731 eleitores inscritos em 1954, apenas 2 105 fizeram uso do voto nas eleições gerais procedidas naquele ano.

Segundo Raimundo Girão e Antônio Martins Filho ("O Ceará" — 2.ª edição — 1945), o primitivo nome do povoado, que deu origem à cidade, era Barra do Jardim, assim chamado em virtude de sua situação exatamente no encontro dos pequenos rios Gravatá e Bôca da Mata, formando o maior — rio Jardim. A denominação estendeu-se ao município.

JATI — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O atual município de Jati, criado pela Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, fazia parte do grande domínio territorial da família Lobato. A área onde se formou o povoado está contida nas sobras de terras cedidas em 27 de julho de 1810, ao sargento-mor das Ordenanças da Vila do Crato, José Alexandre Correia Arnaud, sob o nome Sítio Macapá. Durante a fase do povoamento do Cariri, Jati (ex-Macapá) constituía o ponto de convergência dos caminhos que partiam da antiga Fazenda Vila Bela, atual Serra Talhada, e da povoação de Cabrobó, ambas em Pernambuco, o primeiro, passando por São José do Belmonte e o segundo, por Salgueiro. De Jati, partiam dois caminhos: um para Jardim e outro para Porteiras, rumo ao centro da região. Eram as Estradas Vila Bela — Cariri e Cabrobó — Cariri, de que fala o historiador padre Antônio Gomes de Araújo. Naqueles tempos, a região era habitada por tribos da grande nação Cariri, que se estabeleciam às margens do rio Jardim, cujas cabeceiras são formadas pelas fontes Gravatá e Bôca da Mata, ao pé da serra do Araripe.

E' indiscutível que alguns colonizadores se estabeleceram no Jati em época anterior ao ano de 1825. Neste ano, lá chegou, vindo de Lagoa do Apodi, no Rio Grande do Norte, Antônio Moura, acompanhado do seu filho Antônio da Cunha Moura e do primo Anastácio Moura. O primeiro foi residir no lugar denominado Beleza; o seu filho ficou à margem do Rio Jardim e do caminho de Porteiras; quanto a Anastácio, estabeleceu-se no lugar conhecido como Poço da Barra, instalando ali um curtume, sendo o precursor dessa indústria naquela terra. Êsses três pioneiros da segunda fase de colonização de Jati constituíram o tronco da numerosa família Cunha Moura que ali se desenvolveu juntando o agnome Emílio da Cunha, dividindo suas atividades na agricultura, pequena criação e indústria do couro. Nas proximidades da casa construída por Antônio da Cunha Moura, foram encontrados indícios de um velho engenho, constituídos de uma moenda, fornalha em ruínas e outros objetos. Na margem oposta do rio, na parte mais alta do morro situado ao lado do atual pôsto-fiscal, em cuja base passa a Transnordestina, havia uma clareira em terreno plano, denominada Fazenda Velha, a qual, segundo a tradição, teria sido antiga casa senhorial. De fato, no local, até o segundo decênio do presente século, ainda havia pedaços de telhas e de panelas de barro espalhados pelo chão e, soterrados, cacos de pratos de louça de bela aparência. Finalmente, o que atesta uma fase anterior de colonização, é a existência de um açude de pedra, partido ao meio, localizado a cêrca de 400 metros da atual ponte, cuja origem continua desafiando os estudiosos da história do povoamento do Cariri, sobretudo pelo fato de um bloco da parede do açude se achar a quase uma légua, evidentemente arrastado por grandes e numerosíssimas enchentes até o Poço da Volta. O Açude Quebrado — assim ficou conhecido — teria 45 metros de comprimento, 12 de altura e 8 de espessura, e o sangradouro desaguava nas terras planas da margem esquerda do rio Jardim. Outra curiosidade que sugere meditação é uma caverna existente na margem direita do rio, nas proximidades de Jati. Depois dos Cunha Moura, vindo também do Rio Grande do Norte, aportou no Sítio Macapa, Vidal do Nascimento, autêntico Abraão. De acôrdo com a tradição oral, há uma vaga notícia de um tal Lebe, que seria o dono da Fazenda Velha. Após o aparecimento dos Cunha Moura, também chegou a Macapá o velho Anastácio, que se estabeleceu no pé da Ladeira do Porfírio. Tempos depois, o povoado foi-se formando na margem direita do rio Jardim, com algumas famílias, das quais se destacam os Silva Brito, Cláudio e Bento, tôdas aparentadas.

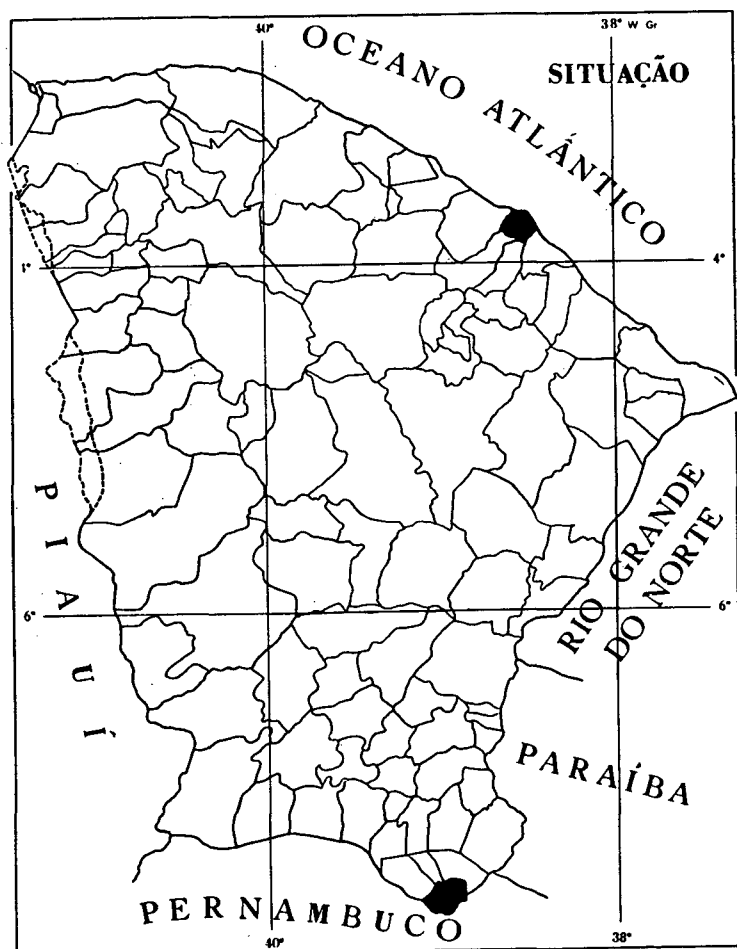
Já em 1893, a capela de Nossa Senhora Santana foi reconstruída pelo padre Vicente Sóter de Alencar, vigário de Jardim, cujo cinqüentenário de fundação foi comemorado em 1935, sob a direção espiritual do padre Manuel de Alcântara. No ano de 1887, havia um professor particular chamado Mino Israel Samuel Krebs. Depois de sua ida para Brejo Santo, Jati foi aquinhoada com uma professôra pública estadual, D. Luzia Couto de Miranda, cuja escola funcionou até 1915.

A pequena população do antigo Macapá sempre viveu atormentada com a presença de cangaceiros, sobretudo dos cabras do caudilho Antônio Quelé. Em 1913, onze bandidos daquele chefe dos Carvalhos assassinaram o negociante Luís Bezerra, sendo expulsos a bala do povoado por Belim Fernandes, cunhado do morto. Após êsse crime, um contingente policial, reforçado por civis do lugar, cercou a Fazenda Santo André, morrendo em combate o tenente Moisés Alencar, comandante da fôrça, que tendo sido sepultado no local, foi exumado por Manuel Martins para ter sepultura no cemitério de Macapá. Dos acontecimentos ali desenrolados, destaca-se o combate travado no dia 5 de junho de 1926, entre a fôrça do destacamento policial, comandado pelo tenente Antônio Pereira da Silva, e José Pereira Bizarria, que se acompanhara de seus irmãos Francisco e Galdino e do cabra Macaúba. A luta durou duas horas, morrendo José Bizarria, Macaúba e um soldado. Da fôrça saíram feridos o tenente e uma praça que faleceu em Brejo Santo, no dia imediato para onde fugiu o destacamento.

As primeiras casas comerciais de Macapá foram instaladas pelo coronel Antônio João e João Carlos Lóssio de

Almeida, ambos de Jardim. Com pequena farmácia se estabeleceu o cidadão João Anselmo e Silva, filho de Brejo Santo. O primeiro encarregado do Pôsto Fiscal foi Antônio Marrocos de Carvalho, morto em 1927, 1.º de fevereiro, na hecatombe de Guaribas. Dêsse pôsto pioneiro surgiu a atual coletoria de Jati, a sétima do Estado em arrecadação, por onde passam diàriamente cêrca de 280 veículos.

O município foi instalado no dia 25 de março de 1955, desmembrado de Jardim. Na mesma data tomou posse no cargo de Prefeito Municipal, por ter sido eleito em 3 de outubro do ano anterior, o cidadão José Barreto Couto, natural de Jardim. Igualmente foi instalada a Câmara Municipal, composta dos vereadores José Barros Sobrinho (presidente), Cícero Sousa de Oliveira (secretário), Cícero Targino Ferreira, Antônio Matias de Santana, Manuel Ângelo, Luís Vidal de Figueiredo e José Pereira de Sousa.

LOCALIZAÇÃO — Jati é o município mais meridional do Estado, situado, fisiogràficamente, na Zona do Cariri. Limita-se com os municípios de Jardim, Porteiras, Brejo Santo e com o Estado de Pernambuco. A cidade liga-se por via rodoviária à capital do Estado (590 quilômetros), da qual dista, em linha reta, 438 quilômetros, verificando-se as seguintes coordenadas geográficas (calculadas pela Inspetoria Regional de Estatística): 7° 41' de latitude Sul e 39° de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — E' de 700 metros, na sede municipal.

CLIMA — Fresco na parte caririense do município, mas crescentemente sêco e quente na parte sertaneja que tende para o Estado de Pernambuco, com uma temperatura variável entre 23 e 36 graus centígrados, sendo mais freqüente a de 30 graus, aproximadamente. O inverno começa geralmente em janeiro e vai até maio. Em junho tem início o verão, que se prolonga até dezembro, quando se verificam trovoadas, como indício da época invernosa.

ÁREA — Corresponde a 574 quilômetros quadrados, ocupando Jati o 76.º lugar, em extensão territorial, no conjunto das comunas cearenses.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia do município apresenta elevações sensíveis, com os seguintes principais acidentes geográficos: serra do Boqueirão e serra da Balança, que fazem parte da Chapada do Araripe, e o riacho do Bálsamo, nos limites com o município de Brejo Santo.

RIQUEZAS NATURAIS — São muito limitadas as riquezas naturais do município, merecendo registro apenas matas, no reino vegetal, e caça, no reino animal.

POPULAÇÃO — No Recenseamento Geral de 1950, o atual município de Jati era distrito de Jardim e sua população correspondia a 7 156 habitantes (3 480 homens e 3 676 mulheres). No quadro rural localizavam-se 90,65% de sua população, ou seja, 6 487 habitantes (3 158 homens e 3 329 mulheres).

Aglomerações urbanas — À época do Censo de 1950, havia sòmente uma aglomeração urbana, sendo esta a atual cidade de Jati, com 669 habitantes, assim distribuídos: na zona urbana — 563 (276 homens e 287 mulheres) e na suburbana — 106 (46 homens e 60 mulheres). Conta, ainda, com a vila de Penaforte, criada posteriormente ao Censo.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — E' a agricultura a principal base econômica do município, salientando-se a cultura do milho, feijão, mamona e algodão. A pecuária, e ainda menos, a silvicultura, pouco representam na balança comercial do município.

A produção agrícola de Jati, em 1955, foi estimada em 3,533 milhões de cruzeiros, salientando-se o milho — 13 400 sacos de 60 quilogramas — Cr$ 1 206 000,00; feijão — 6 600 sacos de 60 quilogramas — Cr$ 660 000,00; mamona — 28 150 quilogramas — Cr$ 563 000,00 e algodão arbóreo — 2 800 arrôbas — Cr$ 420 000,00. Apresentaram rendimentos inferiores os seguintes produtos: mandioca-brava, arroz, cana-de-açúcar e alho.

A população pecuária valia, em 31 de dezembro de 1955, cêrca de 8,470 milhões de cruzeiros, correspondentes a 26 300 cabeças, assim discriminadas: 3 500 bovinos, 2 000 eqüinos, 600 asininos, 500 muares, 6 200 suínos, 5 000 ovinos e 8 500 caprinos. Dado o pequeno efetivo dos rebanhos, não se verifica exportação de gado. A produção de leite do município, no mesmo ano, destinou-se, apenas, a suprir as necessidades do consumo da população local.

A produção extrativa resume-se, ùnicamente, no corte de lenha, cujo valor em 1956 foi de Cr$ 180 000,00.

A maior parte da população do município, em idade ativa (10 anos e mais), trabalha na agricultura, pecuária e silvicultura. Os produtos agropecuários são comerciados, em pequena escala, nas praças de Brejo Santo, Fortaleza (CE) e Recife (PE).

Não existem no município estabelecimentos fabris de vulto. O Registro Industrial de 1956 verificou que, apenas, 26 estabelecimentos rotineiros estavam em funcionamento, cuja produção foi de pouco mais de 1 milhão de cruzeiros, correspondentes a 127 000 quilogramas de rapadura, 69 000 quilogramas de farinha de mandioca, e ao valor atribuído às carnes, couros, etc. dos animais abatidos no Matadouro Municipal.

COMÉRCIO — O movimento comercial de Jati é de pouca expressão econômica. Em 1956 funcionavam na sede municipal 9 estabelecimentos comerciais, sendo 3 atacadistas e 6 varejistas, com reduzido sortimento. A comuna exporta algodão, cereais, couros e peles. Importa: café, açúcar, tecidos, ferragens, medicamentos, etc. As transações comerciais são mantidas com as praças de Brejo Santo, Jardim, Crato, Juàzeiro do Norte (CE), Campina Grande (PB), Salgueiro e Recife (PE).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município de Jati liga-se com as cidades vizinhas e com a capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: a Brejo Santo: rodoviário, 23 quilômetros; a Jardim: rodoviário, 42 quilômetros; a Salgueiro (PE): rodoviário, 36 quilômetros; a Maniçoba (PE): rodoviário, 58 quilômetros; a Porteiras: rodoviário, 24 quilômetros; à capital do Estado: rodoviário, 590 quilômetros.

Há na cidade uma Agência Postal-telefônica e telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Jati está situada na margem direita do rio Jardim. Apresenta 12 logradouros públicos com 200 prédios aproximadamente. E' dotada de iluminação elétrica, pública e particular, sendo de 64 o número de prédios iluminados. Corta o território urbano a Rodovia BR-13 (Transnordestina), verificando-se grande movimento de veículos que demandam diversos pontos do Estado e do país. Como meio de hospedagem existem 4 pensões, com diária média de Cr$ 70,00. Na Prefeitura Municipal, em 1956, estavam registrados dois automóveis e 4 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Neste particular a população conta com os serviços de 1 farmacêutico. Na cidade encontra-se instalada uma farmácia.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — Duas associações vicentinas prestam auxílios diversos aos necessitados do município.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, a população urbana com 5 anos e mais da cidade de Jati era de 538 habitantes, dos quais 193 sabiam ler e escrever, sendo 108 homens e 85 mulheres.

Ensino — Existiam em 1956, em Jati, 27 escolas de ensino primário fundamental comum com a matrícula inicial de 683 alunos de ambos os sexos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	753	—	—	-
1951.......	—	1 424	—	—	—
1952.......	—	1 612	—	—	—
1953.......	—	2 085	—	—	—
1954.......	—	2 031	—	—	—
1955.......	—	3 081	1 122	78	828
1956 (1)....	—	...	874	151	874

(1) Orçamento.

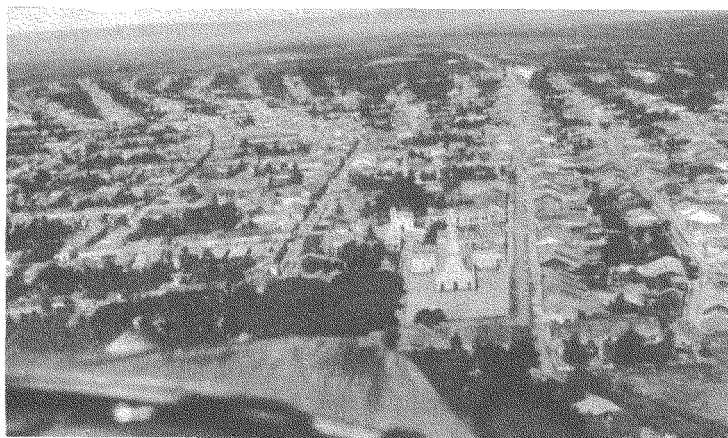
MANIFESTAÇÃO RELIGIOSA — A única festa popular tradicionalmente religiosa é a da Padroeira Nossa Senhora Santana, cujos festejos são comemorados, anualmente, no mês de agôsto, encerrando-se sempre com procissões solenes.

VULTO ILUSTRE — *Capitão Otacílio Anselmo da Silva,* distinto oficial reformado do exército brasileiro. Intelectual de nomeada nos meios culturais do Ceará, publicou, entre outros trabalhos de fôlego, "Esbôço Histórico do Município de Brejo Santo". E' membro da diretoria do Instituto Cultural do Cariri.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município de Jati tem situação geográfica favorável ao seu desenvolvimento econômico-financeiro. Fronteiriço com Pernambuco, é o ponto-chave do Estado na Rodovia Transnordestina, que dá acesso ao sul do país. Em linha reta, Jati é a cidade que mais se distancia da capital do Estado. A capela situada na sede municipal tem a invocação de Nossa Senhora Santana, subordinada, eclesiàsticamente, à Paróquia de Santo Antônio, do município de Jardim. Votaram no pleito de 1954 nada menos de 1 531 eleitores, dos 1 870 que se achavam inscritos. Jatienses é a denominação local dos habitantes da comuna.

JUÀZEIRO DO NORTE — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O dia 15 de setembro de 1827 é o marco inicial da crônica histórica do município de Juàzeiro do Norte. Com efeito, naquela data foi lançada a pedra fundamental de uma capela no antigo Sítio Tabuleiro Grande, sob a invocação de Nossa Senhora das Dores, pelo Padre Pedro Ribeiro da Silva, proprietário do aludido sítio. À frente da capela havia um frondoso juàzeiro, exatamente à margem da velha Estrada Missão Velha—Crato. Daquele antigo pouso de viajores sobreveio a nova denominação do lugar — Juàzeiro —, alterada para Juàzeiro do Norte em 14 de junho de 1946. Antes de falecer (setembro de 1833), Padre Ribeiro doara o sítio e doze escravos à Padroeira. Desaparecido o fundador, assumiu a Capelania o Padre Luís Barbosa, seguido dos padres Antônio de Almeida, Joaquim Coelho, Pedro Ferreira de Melo e, finalmente, Padre Cícero Romão Batista, que tomou posse no dia 11 de abril de 1872, quando o povoado contava doze casas de tijolo e telha e vinte de taipa e palha. Ordenado a 30 de novembro de 1870 e havendo passado dois meses

Vista aérea da cidade

em Trairi, Padre Cícero permanecera em Crato, sua terra natal, como professor de Latim no colégio do professor José Joaquim Teles Marrocos, até ser designado para a Capelania de Juàzeiro. Acompanharam-no sua mãe, viúva, e duas irmãs. O povoado era, então, um antro de malfeitores e desordeiros, a cujo meio, desde logo, impôs-se o jovem capelão, pela sua austeridade, seus conselhos e piedade com os humildes. Dominado por fundo misticismo, passava os dias e as noites entregue aos seus misteres, a celebrar, pregar, rezar e confessar, não poupando esforços para socorrer enfermos a qualquer momento. Alimentava-se mal e em horas irregulares. No seu labor de regeneração de uma coletividade viciada, certa noite dirigiu-se ao Beco Novo, onde a decaída Francisca Belmira, bêbeda contumaz e atrevida, dava uma exibição de escândalo.

Enquanto a doidivanas canta e dá umbigadas, o sacerdote se aproxima, bate com a mão a sua cabeça e pergunta:

"O que queres, mulher?"

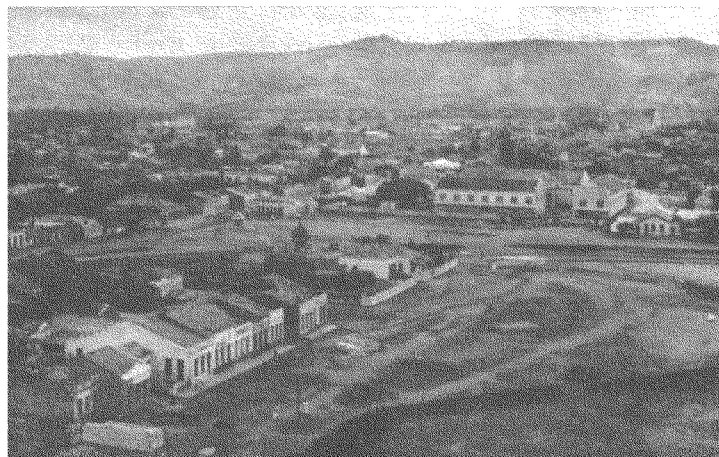
"Quero-me confessar..." E cai em prantos aos pés do Padre, prometendo regenerar-se. Morreu Francisca Belmira aos 85 anos, cercada do respeito público pela conduta exemplar que imprimiu à sua vida a contar daquele instante.

No biênio 1874-75, o Padre Cícero concentrou suas energias na reforma da capela, cujos trabalhos, interrompidos pela sêca de 1877, ainda não estavam concluídos em 1884, quando foi sagrada por D. Joaquim José Vieira, precisamente no dia 18 de agôsto. A vida no lugarejo transcorria tranqüila, quando ocorreu um fato extraordinário. A 6 de março de 1889, ao receber das mãos do Padre Cícero, na capela, a partícula sagrada, a beata Maria Madalena do Espírito Santo de Araújo caiu em crise nervosa, enquanto a hóstia se transformava numa substância rubra, atribuindo-se-lhe ser o sangue de Jesus Cristo. O fenômeno repetiu-se outras vêzes, guardando-se, porém, certo segrêdo sôbre o mesmo. Contudo, a notícia varou os sertões e começou a afluência de romeiros para Juàzeiro, a nova "Cidade Santa". Em 1891, o Monsenhor Francisco Rodrigues Monteiro, Vigário de Crato, do púlpito, anunciou o suposto milagre, retratando-se, porém, depois. Surgiu, então, a reação da Igreja, representada na pessoa de D. Joaquim José Vieira, Bispo do Ceará, que mandou examinar os fatos e instaurar processo. Padres e médicos afirmaram a sobrenaturalidade do fenômeno, não se conformando com tais conclusões o referido antístite. Finalmente, após demorado estudo, a Santa Sé, através dos Cardeais Inquisidores Gerais, dá sua decisão em 4 de abril de 1894 e a ratifica em 10 de fevereiro de 1897, condenando os "pretensos milagres, prodígios vãos e supersticiosos", tomando ainda outras medidas, entre as quais proibição ao Padre Cícero de pregar a palavra de Deus, ouvir confissões e dirigir almas, e, se possível, ir para outra Diocese, podendo recorrer à Santa Sé, depois de cumprida tal imposição, indo o mais breve possível a Roma. Submetendo-se àquelas condições, o Padre Cícero retirou-se para Salgueiro, no Estado de Pernambuco, em julho de 1897, justamente na época em que Canudos pegava fogo. Daí a tentativa de o envolverem naqueles acontecimentos. Indo a Roma, lá permaneceu de fevereiro a outubro de 1898, de onde voltou absolvido do que era acusado, mas sujeito às suspensões já referidas. Não obstante aquelas medidas, o Padre Cícero aumentou sua fama entre a população rural do Nordeste. Novas legiões de romeiros provindas dos sertões da Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte tomaram o caminho da "Nova Jerusalém", cuja população cresce espantosamente.

Em maio de 1908, chegou a Juàzeiro, vindo do interior da Bahia, o Dr. Floro Bartolomeu da Costa. No mesmo dia de sua chegada foi recebido pelo sacerdote, de quem se tornou médico e amigo. Profissional medíocre e sem cultura geral, mas inteligente, arrojado e bravo, Floro deu início à sua obra de aventureiro, instigando os principais da terra à luta pela autonomia de Juàzeiro, contra a qual tomou posição o Prefeito de Crato, coronel Antônio Luís Alves Pequeno, apesar de sua amizade ao Padre Cícero. A alma do movimento emancipador foi o Padre Joaquim de Alencar Peixoto, diretor de "O Rebate", jornal fundado para defender a causa e que circulou de 1909 a 1911. Em conseqüência da campanha, as relações entre Crato e o antigo distrito se agravaram. Já em 1910, reunido na Praça da Liberdade, hoje Almirante Alexandrino de Alencar, e erguendo vivas ao Padre Cícero, o povo juazeirense resolveu não pagar mais impostos à sede municipal. Governava o Ceará o Comendador Antônio Pinto Nogueira Acióli, que, por interêsse político e amizade pessoal ao Padre, apoiou o movimento, impressionado, sobretudo, com a vitória que o Patriarca proporcionara em seus domínios ao Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, candidato situacionista à Presidência da República. Realmente, diante daquele sucesso eleitoral, o município foi inaugurado

Vista parcial da Rua da Conceição

no dia 4 de outubro de 1911, de acôrdo com a Lei número 1 028, de 22 de junho do aludido ano, sendo designado prefeito o Padre Cícero Romão Batista. Na mesma data, por iniciativa do sacerdote, foi realizado um congresso sob a denominação de Pacto da Paz, com a participação de dezesseis chefes políticos do Cariri, reunidos na Casa da Câmara. Nessa época Juàzeiro já era o maior núcleo populacional do interior cearense, com cêrca de 80% de adventícios, em cujo meio se agitavam bandoleiros profissionais da pior espécie, elementos com que contaria o caudilho Floro Bartolomeu para a luta contra o Presidente Marcos Franco Rabelo. Havendo conquistado a confiança do Padre Cícero, Floro, astucioso e diabólico, passou a dominá-lo no terreno político. Só assim se explica a sua aprovação ao movimento sedicioso de 1913, articulado no Rio pelo médico baiano, junto aos adversários de Franco Rabelo. Com origem no dissídio político entre o Govêrno cearense e o Senhor José Gomes Pinheiro Machado, Juàzeiro levantou-se de armas na mão no dia 9 de dezembro de 1913, contra o Govêrno Estadual. Em casa de D. Rosa Esmeralda, Floro instalou uma Assembléia Legislativa, no dia 12, da qual se fêz eleger Presidente, e, nessa qualidade, assumiu ali o Govêrno do Estado, sob o fundamento de que era ilegal o govêrno do coronel Franco Rabelo, instalado na capital do Estado, desde 14 de julho de 1912. Na mesma data, entre aclamações, partiu de Fortaleza o Batalhão Policial para dar combate aos sediciosos. Chegado ao Crato, a 18, agregaram-se-lhe 592 civis, aumentando-lhe o efetivo para 833 combatentes. Enquanto isso, os sediciosos circundaram Juàzeiro com um valado de três léguas de comprimento, oito metros de largura e cinco de profundidade, construído em 6 dias, por 50 mil romeiros de tôdas as idades e ambos os sexos. Fôra plano dado ao caudilho baiano por Antônio Vilanova, sobrevivente de Canudos. Daquele baluarte recuaram as fôrças legais no dia 20 de dezembro, data em que fôra atacado, sob o comando do coronel Alípio de Lima Barros. Outro ataque foi tentado pelo novo comandante, major Ladislau Lourenço de Sousa, no dia 21 de janeiro, que redundou em franca debandada da tropa. Crato caiu em poder dos jagunços a 24 de janeiro de 1914; dois dias depois, Barbalho foi assaltada sem resistência. Na marcha sôbre Fortaleza houve um esbôço de resistência em Miguel Calmon, atual Piquet Carneiro, no dia 22 de fevereiro, quando tombou bravamente o capitão José da Penha Alves de Souza. Triunfara a sedição de Juàzeiro, com o Decreto da Intervenção

Escola Normal Rural

Vista geral aérea da cidade

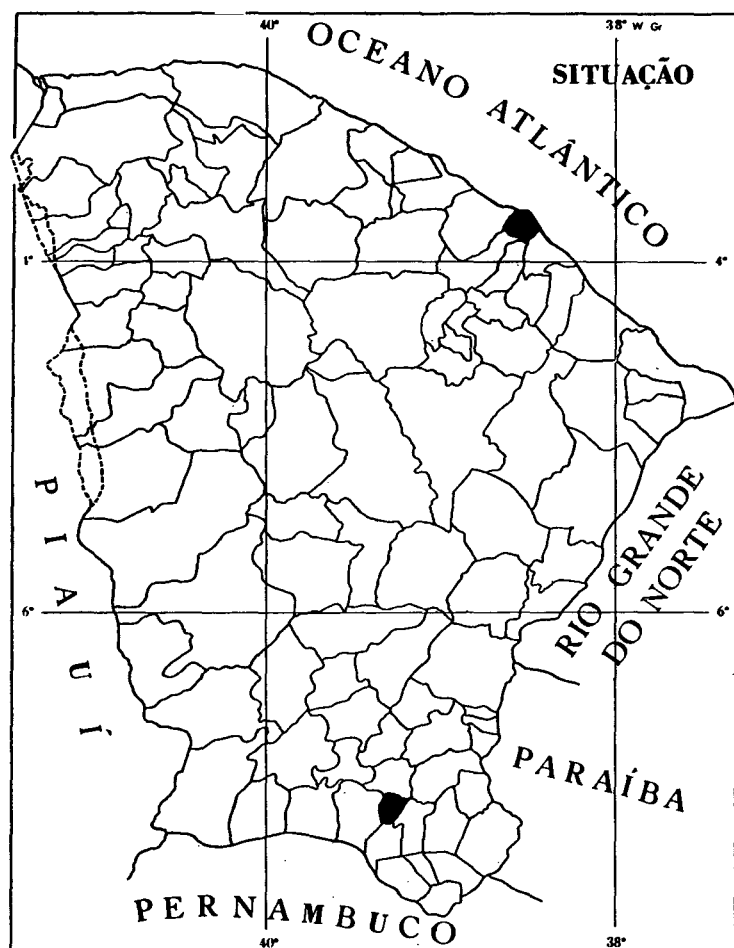
Federal, de 14 de março de 1914. Floro Bartolomeu, que fôra o chefe supremo da rebelião vitoriosa, tornou-se o árbitro da política cearense, ao lado do Padre Cícero. Como resultado negativo daquela sedição, Juàzeiro viveu longo tempo sob insegurança, com vários bandos armados, que combatiam entre si.

Sua elevação à categoria de cidade foi efetivada pela Lei n.º 1 178, de 23 de junho de 1914. Tornou-se freguesia a 21 de janeiro de 1917, criada por D. Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, primeiro bispo do Crato, tendo sido seu primeiro Vigário Monsenhor Pedro Esmeralda da Silva. Juàzeiro foi têrmo judiciário, anexo à comarca do Crato, pela mesma Lei n.º 1 028, que instituiu o município, e elevou-se à comarca de acôrdo com a Lei n.º 1 177, de 23 de julho de 1914.

Novos acontecimentos voltaram a agitar Juàzeiro em 1926, com a mobilização de batalhões patrióticos a cargo do Dr. Floro Bartolomeu, na época deputado federal. Preparava-se a defesa do sul do Estado contra a ameaça da Coluna Prestes, para cuja campanha o célebre caudilho convidara o bandido Lampião e seu grupo. Na ausência de Floro, que se achava doente no Rio de Janeiro, onde faleceu aos 8 de março de 1926, Lampião chegou ao Juàzeiro na primeira quinzena de abril, de onde voltou às caatingas com um simulacro de patente de capitão. No mesmo ano, a 8 de novembro, Juàzeiro inaugurou uma nova fase de sua civilização, com a chegada do primeiro trem da R.V.C., fator preponderante do seu atual progresso material e cultural. Contando mais de noventa anos, doente, no ostracismo político mas venerado pelo seu povo, o Padre Cícero Romão Batista faleceu no dia 20 de junho de 1934.

Foram eleitos em 3 de outubro de 1954: Prefeito — José Geraldo da Cruz. Vereadores — Antônio Ribeiro Melo, Francisco Sousa Monteiro, Francisco Augusto Tavares, Geraldo Meneses Barbosa, José Gonçalves de Almeida, José Teófilo Machado, José Wilson Silva, Miguel Coêlho Rocha, Mozart Cardoso de Alencar, Orlando Bezerra de Menezes e Raimundo Viana.

LOCALIZAÇÃO — O município de Juàzeiro do Norte está localizado, fisiogràficamente, na Zona do Cariri, no qual se contempla uma transformação multicolorida de sua vegetação farta e virente, que faz extravasar a expectativa do viandante que por ali passa. As palmeiras que o circundam erguem-se altaneiras para o céu deserto e infinitamente azulado, confessa pela prodigalidade de suas ter-

ras, num meio adusto, como soem ser as terras dos sertões cearenses. Limita-se com os municípios de Crato, Caririaçu, Missão Velha e Barbalha. A cidade é servida por ferrovia e rodovia, distando da capital, em linha reta, 390 quilômetros. Possui as seguintes coordenadas geográficas: 7° 12' de latitude Sul e 39° 19' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 400 metros na sede municipal.

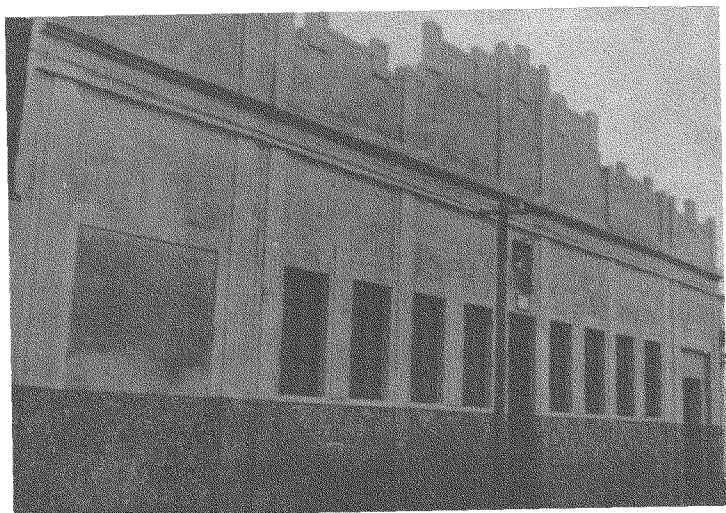
CLIMA — O município apresenta clima temperado, durante o verão, e um pouco frio nas quadras invernosas, com uma temperatura variável de 33,7° a 18,2°, com a sua maior freqüência em 26,9° centígrados. A época do inverno ou das chuvas começa geralmente em janeiro indo até abril, com fortes trovoadas em fevereiro. A precipitação pluviométrica é de 932 milímetros.

ÁREA — A área do município é de 211 km², ocupando o 95.° lugar em relação às áreas de outros municípios cearenses.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município não apresenta bacias hidrográficas importantes; entretanto sulcam as suas terras, de grande fertilidade, o riacho Batateira e outros de menor importância. Nêle aparacem as velhas serras de Sussuarana, Leite e outros morros de pequenas elevações. Há pequenas lagoas como as de Timbaúba e Junco. O solo é argiloso em sua maior parte, contando com alguns tabuleiros arenosos.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral o município conta com argila e pedras comuns; no vegetal, carnaubais, juncais, raízes medicinais, cajueiros, buritizal, pequizal e lenha.

POPULAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 encontrou no município de Juàzeiro do Norte uma população constituída de 56 146 habitantes, que se apresentava com a seguinte composição: 24 762 homens e 31 384 mulheres; brancos 30 602 (13 561 homens e 17 041 mulheres); pardos 21 478 (9 516 homens e 11 962 mulheres); pretos 3 914 (1 914 homens e 2 283 mulheres); amarelo 1 (homem); e sem declaração de côr 151 (54 homens e 97 mulheres). Quanto ao estado civil, observação feita em relação às pessoas de 15 anos e mais, distribuía-se a população da seguinte maneira: solteiros 14 335 (5 524 homens e 8 811 mulheres); casados 17 253 (8 234 homens e 9 019 mulheres); viúvos 3 174 (470 homens e 2 704 mulheres); desquitados 28 (12 homens e 16 mulheres); e sem declaração de estado civil 73 (23 homens e 50 mulheres). Sôbre religião, 55 912 (24 663 homens e 31 239 mulheres) eram católicos apostólicos romanos; 119 (50 homens e 69 mulheres) protestantes; 23 (13 homens e 10 mulheres) espíritas; 2 (1 homem e 1 mulher) israelitas; 10 (8 homens e 2 mulheres) sem religião e 80 (27 homens e 53 mulheres) que deixaram de declarar a religião professada. Quanto à densidade demográfica, Juàzeiro do Norte era, no interior do Estado, o primeiro município, com 266,09 habitantes por quilômetro quadrado. A população rural de Juàzeiro do Norte é de 13 325 habitantes (6 515 homens e 6 810 mulheres), que representam 23,73% da população total do município, sendo o menor indíce de população rural entre as comunas do interior cearense. Os elementos demográficos do Recenseamento de 1950 também revelam que Juàzeiro do Norte é o único município do interior do Ceará cuja população rural é inferior à urbana. Dos 56 121 brasileiros natos recenseados em Juàzeiro do Norte, 24 744 eram homens e 31 377, mulheres. Foram encontrados 24 estrangeiros, sendo 17 homens e 7 mulheres. Naturalizado 1 (homem). Dos municípios mais populosos do Ceará, exclusive o da capital, Juàzeiro do Norte ocupa o 4.° lugar. Apenas Sobral com 70 011 habitantes, Itapipoca com 64 907 e Quixadá com 61 631 superam-no em população. Em Juàzeiro do Norte, verifica-se também que é o único município do interior cearense em que a diferença numérica entre homens e mulheres é bem acentuada. O número de mulheres a mais ultrapassa de 6 000 e, apesar de a população rural ser muito inferior à urbana, também o número de mulheres fora da urbe ascende ligeiramente ao de homens.

Vista parcial da Rua São José

Casa onde residiu e faleceu o Padre Cícero

Atualmente a comuna possui o efetivo de 71 323 habitantes (estimativa da Inspetoria Regional de Estatística), verificando-se um acréscimo de 15 177, em relação ao Censo de 1950, correspondente a 27,03%, quota superior à do Estado (18,54%). Ao distrito-sede, que conta 53 840 pessoas, coube a totalidade daquele aumento (15 157), ficando apenas 24 para os demais distritos.

Aglomerações urbanas — Apenas 3 unidades constituem aglomerações urbanas do município de Juàzeiro do Norte, como se segue: cidade de Juàzeiro do Norte 41 999 habitantes (17 858 homens e 24 141 mulheres); vilas de Marrocos 61 habitantes (31 homens e 30 mulheres); e Padre Cícero — 761 habitantes (358 homens e 403 mulheres). Excetuando as cidades de Crato, Sobral, Iguatu e Aracati, a quantidade de mulheres a mais que homens em Juàzeiro do Norte supera a totalidade das mulheres existentes em cada uma das cidades do interior cearense. Juàzeiro do Norte é a cidade de maior população do interior do Estado. A soma das populações das duas imediatas (Sobral e Crato) ainda é inferior ao número de habitantes existentes em Juàzeiro do Norte.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O progresso de Juàzeiro do Norte apóia-se na sua indústria, com o desdobramento de grande número de organizações, a partir de pequenas oficinas, ourivesarias em quantidade apreciável, engenhos de rapadura e casas de farinha e emprêsas de maior porte, como as usinas de beneficiamento de algodão.

Com uma produção fabril superior a 190 milhões de cruzeiros, o município coloca-se, econômicamente, em 1.º lugar entre os demais centros industriais da região do Cariri. Em seguida, vem a agricultura, expressa em mais de 84 milhões de cruzeiros, obtidos, principalmente, pelos seguintes produtos, provenientes da safra de 1955: 150 000 sacos — 60 kg — de arroz (Cr$ 37 500,00); 120 000 arrôbas de algodão (Cr$ 16 200 000,00); 50 sacos — 60 quilogramas — de feijão (Cr$ 9 000 000,00); 30 000 toneladas de cana-de-açúcar (Cr$ 7 500 000,00) e 500 sacos — 60 kg — de milho (Cr$ 7 500 000,00). Foram registrados, em menores proporções, cultivos de agave, manga, banana, laranja, mandioca-brava, mandioca-mansa (macaxeira), mamona, batata-doce, alho e fava.

São principais centros compradores dos produtos agrícolas de Juàzeiro do Norte as praças de Recife, Campina Grande e a capital do Estado.

Embora pouco desenvolvida, a pecuária tem expressão econômica no município, pois, apesar de não se verificar exportação de gado, o rebanho serve muito à população, no que diz respeito ao consumo de leite e carne, tendo sido estimado em 31-XII-1955 em 23 075 cabeças, no valor de Cr$ 30 428 000,00, composto de 5 460 bovinos, 1 100 eqüinos, 1 550 asininos, 1 500 muares, 6 375 suínos, 2 710 ovinos e 4 380 caprinos.

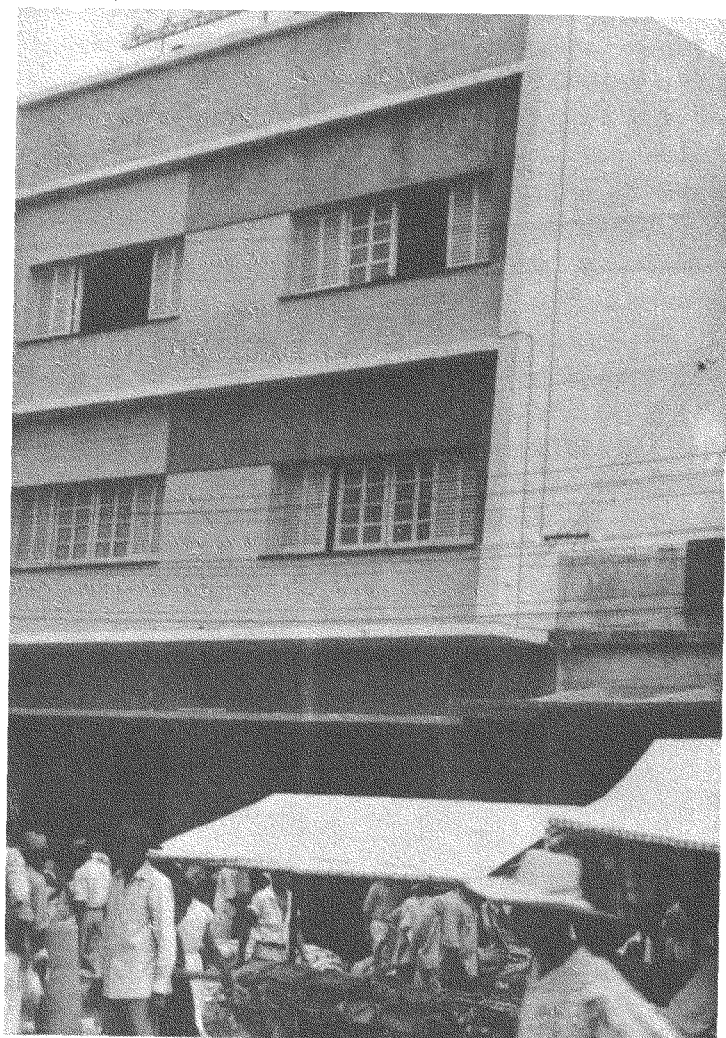
Conforme se deduz dos números acima, as parcelas mais avultadas são as relativas a bovinos e suínos, o que demonstra a preferência dos criadores por essas espécies pastoris. No mesmo ano, foi registrada a produção de 400 000 litros de leite — Cr$ 2 000 000,00, não tendo significação o fabrico de queijo e manteiga.

Conforme revelou o Recenseamento Geral de 1950, a maior parte da população ativa do município, abrangendo os habitantes de 10 anos e mais, achava-se ocupada nos ramos "agricultura, pecuária e silvicultura" (49,32%), indústrias de transformação (23,50%), indústrias extrativas (14,38%) e prestação de serviços (13,79%).

A produção extrativa é de certa expressão econômica, tendo merecido registro, em 1956, apenas a de origem mineral e vegetal, já que a caça e a pesca vêm sendo muito limitadas, concorrendo para isto a própria exigüidade territorial. A riqueza em aprêço foi avaliada em .... Cr$ 5 968 000,00, sobressaindo a extração de pedra e barro para construção e outros fins — 110 000 toneladas — (Cr$ 3 600 000,00), 3 000 metros cúbicos de paralelepípedos (Cr$ 1 800 000,00), — 10 000 quilogramas de fôlhas e raízes medicinais (Cr$ 100 000,00) e 2 000 quilogramas de cêra de carnaúba (Cr$ 80 000,00). Verificou-se, ainda, em menor escala, extração de madeiras para fins industriais e domésticos, castanhas de caju, pequi, fôlhas de junco e sementes de buriti.

Os engenhos, alambiques e aviamentos do município produziram, no ano de 1956: 1 522 toneladas de rapadura (Cr$ 7 270 000,00); 20 000 litros de aguardente de cana (Cr$ 130 000,00) e 1 688 500 quilogramas de farinha de mandioca (Cr$ 9 380 400,00). Com referência às demais indústrias de transformação existentes em 1956, avulta, pelo valor específico, o beneficiamento de algodão e, pela

Aeroporto Municipal

multiplicidade, o artesanato. A propósito do beneficiamento de algodão, constatou-se a produção de 1 655 757 quilogramas de pluma, valendo mais de 52 milhões de cruzeiros e 4 249 447 quilogramas de caroço, na importância de 12,832 milhões de cruzeiros. As 5 serrarias que funcionam em Juàzeiro do Norte produziram 47 300 metros cúbicos de linhas, caibros, ripas e outras peças (Cr$ 8 060 000,00), afora 500 metros lineares de linhas, 1 000 de caibros e 1 000 pares de portais (Cr$ 100 000,00) e 5 000 metros quadrados de portas (Cr$ 1 510 000,00). As movelarias fabricaram várias peças, montando a produção neste setor a Cr$ 7 296 500,00. A panificação é representada por 12 padarias, que produziram 803 300 quilogramas de pães, bolachas, biscoitos, macarrão, etc., no valor de .... Cr$ 11 004 500,00. Ainda quanto à indústria alimentícia, foram produzidas 88 toneladas de fubá de milho .... (Cr$ 528 000,00). O rendimento das torrefações de café foi de 108 800 quilogramas do produto moído .... (Cr$ 1 290 500,00). As fábricas de doce produziram 19 500 quilogramas dêsse artigo, na importância de Cr$ 325 000,00. São feitos na cidade gelados de frutos (picolés e sorvetes) em regular quantidade, ocorrendo, ainda, o fabrico de marmelada. Com referência a bebidas (vinhos de frutas, quinado, conhaque, vinagre, guaraná, etc.), verificou-se a produção de 137 050 litros (Cr$ 951 000,00). Há no município uma grande produção de calçados: chinelos, alpercatas para homens, senhoras e crianças (a de maior vulto). A feitura dêsses artefatos avultou a ...... 542 550 pares, no valor de Cr$ 27 264 000,00. Ainda quanto a objetos de couro, observa-se o fabrico de 76 500 cintos para homens, bem como outras peças, totalizando tudo Cr$ 980 000,00. Aparece no mercado grande quantidade de couros e peles curtidas no município.

Dia de feira na cidade

Rua São Pedro em dia festivo

A produção de ladrilho de cimento (mosaico) foi de 51 000 metros quadrados (Cr$ 580 000,00).

É fabricado em Juàzeiro do Norte, em escala notável, o cigarro chamado "quebra-queixo" ou "bico fechado". A produção do mesmo ano de 1956 foi de 22 000 milhares, no valor de Cr$ 2 200 000,00. Relativamente ao artesanato, sobressai vantajosamente a feitura de jóias modeladas em ouro (brincos, anéis, cordões, voltas, etc.), totalizando a produção nada menos de 736 870 peças, na importância de Cr$ 37 328 500,00, considerando-se o par de brinco como uma só jóia. As armas feitas no município compreendem espingardas e facas, verificando-se uma produção de 800 espingardas de caça e 42 000 facas de ponta, valendo, respectivamente, Cr$ 247 500,00 e .... Cr$ 490 000,00. São consumidos em festejos, promessas e oportunidades outras, fogos de artifício em vasta escala. A fabricação dêsse produto atingiu o valor de .... Cr$ 480 000,00. O fabrico de colchões para casal e para solteiros foi de 11 580 unidades, na importância de .... Cr$ 1 140 000,00. Valeram Cr$ 196 000,00 os 15 000 artefatos de flandres produzidos. As tipografias existentes imprimiram para o comércio 13 800 volantes e outros impressos, importando em Cr$ 603 000,00. Finalmente, a energia elétrica produzida no município foi da ordem de 500 000 kWh, consumindo-se 74 640 na iluminação pública e 425 360 fornecidos para consumo particular e fôrça motriz.

Do total de 274 estabelecimentos fabris que preencheram os questionários do Registro Industrial, 3 se dedicavam ao beneficiamento de algodão, 1 à produção de óleo de caroço de algodão, 65 ao fabrico de calçados, alpercatas, chinelos, etc., 1 à produção de sabão, 2 à de mosaico, 6 ao beneficiamento de madeira (serrarias), 24 à fabricação de móveis de madeira, 5 à de bebidas, 1 à produção de eletricidade, 1 à matança de gado para consumo público, 2 ao fabrico de cigarros, 1 ao curtume de couros e peles, 144 à confecção de jóias de ouro, 1 à fabricação de relógios monumentais, 1 à de bombas hidráulicas, 4 a colchoarias, 12 à panificação, 2 à produção de fubá de milho, 3 à torrefação de café, 5 à fabricação de espingardas, 3 à de facas de ponta, 3 à feitura de artefatos de flandres, 2 à produção de fogos de artifício, 2 à de impressos comerciais, 1 à fabricação de portas de ferro, 3 à de cintos de couro para

Vista parcial de uma feira na cidade

homens, 1 à produção de gelados (picolés e sorvetes), 2 ao fabrico de doces, 1 ao de caramelo e 1 à de velas de parafina, dos quais 127 ocupavam 5 pessoas e mais. As principais emprêsas industriais de Juàzeiro do Norte são as seguintes: Anderson Clayton & Cia. Ltda., Cia. P. Machado e Fábrica Pita, tôdas proprietárias de usinas de beneficiamento de algodão.

Funciona no município o Campo Florestal, mantido pelo Ministério da Agricultura, tendo como finalidade principal desenvolver o reflorestamento com distribuição de mudas.

COMÉRCIO E BANCOS — É bastante intenso o comércio de Juàzeiro do Norte, que mantém intercâmbio com os municípios da zona do Cariri, além das praças de Recife, Fortaleza, São Paulo e Rio de Janeiro. Funcionam na sede municipal 20 estabelecimentos atacadistas e 2 200 varejistas, com grande e variado estoque de mercadorias. O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 403 estabelecimentos varejistas e 30 atacadistas, cujas vendas, em 1949, ascenderam a cêrca de 55 milhões de cruzeiros — 40 milhões o varejista e 15 milhões o atacadista. São importados pelo município de Juàzeiro do Norte: tecidos, açúcar, ferragens, produtos farmacêuticos, farinha de trigo, conservas e manteiga. A sua exportação compreende os seguintes produtos: algodão em pluma, arroz, milho, cêra de carnaúba, madeiras em geral, couros e peles.

As feiras se realizam aos sábados. Nesses dias afluem à cidade habitantes não sòmente da zona rural mas, e sobretudo, de municípios de estados da Federação. Conta o município com 4 unidades bancárias, sendo duas matrizes e duas agências, com apreciável volume de operações.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pela Estrada de Ferro de Baturité, da Rêde Viação Cearense, por via rodoviária e por um campo de pouso. Liga-se às cidades vizinhas e à capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Crato — rodoviário e ferroviário — 13 km; Barbalha — rodoviário — 15 km; ferroviário, 16 km; Caririaçu — rodoviário — 29 quilômetros; Missão Velha — rodoviário — 37 km; ferroviário — 23 km; à capital do Estado — rodoviário — 625 km; ferroviário — 588 km; aéreo — 390 km. Não se liga diretamente com a capital Federal.

O município é servido pelas seguintes emprêsas de transporte: Rodoviário: Autoviária Juazeirense, Emprêsa Nossa Senhora de Fátima e Autoviação São Francisco, tôdas sediadas na sede municipal.

Consoante a Diretoria da Aeronáutica Civil, o município era servido pelo Consórcio Real-Aerovias-Aeronorte, apresentando, em 1956, o seguinte movimento: 68 pousos; 311 passageiros transportados; 4 754 quilogramas de bagagem e 2 515 de carga.

A cidade é dotada de uma Agência Postal-telegráfica, do Departamento dos Correios e Telégrafos e outra da estação ferroviária da Rêde Viação Cearense, esta última de uso privativo. Conta, ainda, com uma radioemissora, a Rádio Iracema de Juàzeiro, operando com o prefixo .... ZYH-21.

ASPECTOS URBANOS — A cidade Juàzeiro do Norte é cortada pela Estrada de Ferro de Baturité, da Rêde Viação Cearense. Possui 79 logradouros, dos quais 37 pavimentados (14 inteiramente e 23 parcialmente) a paralelepípedos, pedras irregulares e outros tipos, sendo 43 arborizados e 1 arborizado e ajardinado, simultâneamente. O número de prédios ascende a 13 433, com 10 525 residenciais, 1 080 simultâneamente residenciais e para outros fins e 1 898 exclusivamente para outras finalidades. Dêsses, 5 são de 2 pavimentos e 1 de 3. Servida a cidade por iluminação pública e particular, em 1956 havia 4 256 prédios iluminados. A municipalidade mantém um serviço de limpeza das vias públicas e remoção do lixo domiciliário, beneficiando 75 logradouros com 12 300 prédios. A população citadina se abastece de água por meio de um chafariz público, de propriedade da Prefeitura Municipal. Como meio de hospedagem há na cidade 17 hotéis e uma pensão, cuja diária varia de 100 a 120 cruzeiros. Na Prefeitura Municipal, em 1956, estavam registrados 41 automóveis, 62 caminhões e 9 ônibus. A cidade é dotada de uma emprêsa telefônica, sistema automático, com 459 aparelhos instalados, sendo 3 a serviço da própria emprêsa, 14 de repartições públicas, 4 a serviço do público e 438 servindo a particulares. Possui um serviço regular de ônibus interurbano.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Neste sentido, funcionam em Juàzeiro do Norte: o Hospital Maternidade São Lucas, mantido pela Sociedade São Francisco das Chagas, com duas salas de parto, duas de operações, duas de

Vista aérea do bairro Franciscano

22 — 24 932

esterilizações, 33 berços para recém-nascidos e 120 leitos; o número de internados em 1956 foi de 120, mantendo a entidade 13 pessoas no serviço de enfermagem, das quais 8 diplomadas; Pôsto de Higiene, para profilaxia, executando trabalhos de imunizações, com 3 pessoas no serviço de enfermagem, uma visitadora e 2 guardas; O Pôsto de Tracoma de Juàzeiro do Norte, mantido pelo Govêrno Federal, contando 9 pessoas no serviço de enfermagem — 5 diplomadas, 6 visitadoras e 1 guarda; Pôsto de Puericultura, mantido pela Legião Brasileira de Assistência. Além das atividades assistenciais prestadas à população pelas entidades acima, clinicam no município 10 médicos, 7 dentistas e 6 farmacêuticos. Há, em Juàzeiro do Norte, 9 farmácias atendendo à população do município.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Esta assistência é prestada por 6 associações de caridade: Sociedade de Auxílio aos Mendigos, Filhas de Santa Teresa, Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, Congregação Salesiana, Missionários Franciscanos Capuchinhos e Conselho Particular Vicentino, tôdas do culto Católico Apostólico Romano e, ainda, por 3 associações de beneficência mutuária: Círculo Operário São José, com um efetivo de 1 041 associados; Sociedade Padre Cícero, com 2 538 associados e União Beneficente Juazeirense, com 1 423 sócios.

Conta ainda com a Cooperativa de Consumo e Crédito Juazeirense Ltda., cujo efetivo ascende a 215 associados.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, foi de 48 693 o total de habitantes do município de Juàzeiro do Norte (5 anos e mais). Dêste total, 14 755, ou seja, 30%, sabiam ler e escrever, sendo 7 016 homens e 7 739 mulheres. Possuía a sede municipal 36 704 pessoas com a mesma idade escolar, das quais 12 462 alfabetizadas (5 840 homens e 6 622 mulheres).

Ensino — O ensino em Juàzeiro do Norte é largamente difundido. Contava, em 1956, com 110 unidades escolares de ensino primário fundamental comum, com a matrícula inicial de 3 492 alunos de ambos os sexos. A taxa de matrícula em 1950 alcançou 35,14% no referido município e no Estado do Ceará, 24,3%. Ministravam o ensino extraprimário 14 estabelecimentos denominados: Ginásio Salesiano D. Bosco, Ginásio Santa Teresinha, Escola Normal Rural, Escola Técnica de Comércio, Instituto Bíblico Batista, Escola de Datilografia Santo Antônio, Escola de Corte e Costura Nossa Senhora Auxiliadora, Escola de Corte e Costura Santo Antônio, Escola Prática de Datilografia, Escola Prática de Datilografia Pratt, Escola de Música Wagner, Escola de Datilografia Leão Sampaio, Escola de Corte e Costura D. Maria Condon Costa, Curso de Corte e Costura Antônio Vieira, com a matrícula inicial de 676 alunos: 303 do sexo masculino e 373 do sexo feminino. Lograram aprovação nos cursos 73 estudantes (32 homens e 41 mulheres).

Vista do templo dos padres franciscanos

Vista parcial de uma rua principal da cidade

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A cidade é servida por 2 cinemas e 2 cine-teatros, com funções diárias, destacando-se o Cine-teatro Eldorado que comporta uma lotação de 780 espectadores e é a principal casa de diversão de Juàzeiro. O Cine-teatro Roulin, o Cine Capitólio e o Cine Avenida são os demais estabelecimentos de diversão com que conta a cidade os quais, em conjunto, possuem cêrca de 1 026 lugares. A vida cultural é estimulada por 4 bibliotecas: Biblioteca José Marrocos e Biblioteca Padre Anchieta, possuindo ambas mais de 2 000 volumes de assuntos diversos. São de menor expressão a Biblioteca Isabel da Luz, do Ginásio Santa Teresinha, e a Biblioteca da Escola Normal. Editam-se 4 órgãos: "Fôlha do Cariri", periódico de circulação quinzenal e assuntos diversos; "Lavrador", de circulação mensal de assuntos agrícolas; "Gazeta Social", de publicação mensal e assuntos gerais e, finalmente, a revista "O Jovem", circulando mensalmente com assuntos literários. Há ainda 11 associações esportivas e culturais, sendo que cinco se dedicam ao esporte balípodo, duas à arte teatral e as demais têm finalidades diversas.

Além das entidades acima referidas há o Aeroclube de Juàzeiro que ministra ensino aviatório, o Cluble Francisco D'Aurea, o Clube Alberto Tôrres, com a finalidade de incentivar o trabalho do campo, e o Grêmio Monsenhor Joviano Barreto. Encontra-se ainda uma radiodifusora, a Rádio Iracema de Juàzeiro do Norte, com as seguintes características: prefixo, ZYH-21, máximo de potência anódica, 1 800 (w), na antena (w) 250 e freqüência máxima, 970 kc, funcionando 5 050 horas por ano. Idioma nacional. Acham-se em atividade 4 tipografias e 3 livrarias.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 255	2 344	2 966	1 488	1 478
1951	1 440	3 733	4 601	1 235	2 251
1952	2 100	3 926	4 880	2 300	2 258
1953	3 063	4 583	5 260	2 680	2 183
1954	2 427	6 192	5 285	3 183	2 101
1955	2 827	8 093	4 267	3 789	4 459
1956 (1)	3 844	12 957	5 000	4 634	5 000

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Vários são os monumentos históricos e artísticos: nicho com a Estátua do Padre Cícero Romão Batista, feita de gêsso, localizada na Praça Almirante Alexandrino de Alencar; Estátua do Padre Cícero Romão Batista, no Jardim Santos Dumont, monumento feito de bronze, base de granito, trabalho finíssimo do escultor Laurido Ramos; Santuário de S. Francisco, localizado no Largo dos Capuchinhos; residência onde viveu e morreu o Padre Cícero Romão Batista, localizada na Rua São José; Capela do Hôrto, na serra do mesmo nome, cuja construção se iniciou em 1889, não havendo ainda sido concluída; Igreja Nossa Senhora das Dores, na Praça da Matriz, célebre templo onde os romeiros pagam suas promessas; Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, onde estão sepultados os restos mortais do venerando Padre Cícero; Museu Histórico de Juàzeiro; Herma do Monsenhor Esmeraldo; Obelisco Santos Dumont e Obelisco Francisco Sá, em comemoração à inauguração da Estrada de Ferro no município. Digna de destaque é a Igreja dos Franciscanos, ao lado do convento. É considerada a maior já erigida no Ceará.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Rico é o calendário de festas populares religiosas. Destacam-se os festejos à Padroeira Nossa Senhora das Dores de 7 a 17 de setembro, terminados com uma majestosa procissão à qual concorre gente de todo o Nordeste, sendo considerada a segunda festa religiosa da região; festejos a São Francisco das Chagas, com procissão solene, no dia 4 de outubro; festa de Nossa Senhora Auxiliadora no dia 24 de maio, promovida pela Ordem Salesiana, muito movimentada; comemorações da Semana Santa e, finalmente, a romaria ao Hôrto no dia de finados, com a participação de mais de 500 veículos, conduzindo gente de todos os quadrantes do Brasil.

As feiras são movimentadíssimas só sendo ultrapassadas na região pela de Crato. Aflui grande massa humana oriunda de vários municípios cearenses, principalmente da Zona do Cariri, acrescida dos feiristas dos estados de Piauí, Paraíba e Pernambuco, cujas atividades comerciais têm base nesse grande centro de comércio do interior do Ceará.

VULTOS ILUSTRES — *Cônego Climério Correia de Macedo,* ordenado em Campos, Estado do Rio de Janeiro. Passou vários anos no sul do País, voltando ao seu torrão natal em 1923. Fixou então residência no Sítio Limoeiro, nas proximidades de Juàzeiro do Norte, onde passou a aplicar, com espírito humanitário e profundo conhecedor da matéria, a medicina homeopática, atendendo gratuita-

Vista parcial da Rua Padre Cícero

mente a tôdas as classes sociais daquela região. *Dr. Antônio Xavier de Oliveira,* conceituado médico de grande prestígio na capital da República, onde reside há vários anos. Escritor de grandes méritos, cientista ilustre e renomado psiquiatra, foi eleito Deputado Federal, tendo representado o Ceará de maneira condigna e valiosa. *D. Amália Xavier,* Diretora da Escola Normal Rural de Juàzeiro do Norte e do Internato Santa Teresinha, desempenhando com reconhecido tirocínio o magistério, tendo-se revelado competente educadora. *Padre Azarias Sobreira,* inteligente jornalista e apreciado escritor, foi professor do Seminário de Crato; uma das glórias intelectuais do clero cearense. *Dr. Jefé Matos,* que se bacharelou em Direito e exerceu com grande brilhantismo a advocacia no Rio de Janeiro. *Padre José Carlos de Macedo,* que se ordenou no Rio de Janeiro, onde entrou por último para a Congregação dos Sacramentistas. Lecionou no Seminário de Crato, antes de se fixar na capital da República. *Cônego José Pelúzio de Macedo,* que também se ordenou no Rio de Janeiro, onde passou a residir e se revelou um orador sacro de grandes méritos. *José da Rocha de Figueiredo,* um dos mais belos talentos da terra juazeirense, roubado às letras, pela morte, na flor da mocidade. *Pelúzio Correia de Macedo,* mecânico de rara inteligência, que já fabricou para várias localidades cearenses inúmeros relógios de grande porte para colunas de hora e igrejas católicas, destacando-se o extraordinário relógio da Coluna da Hora de sua terra natal, feito pelo insigne artista, que marca não só horas e minutos, mas dias, meses, ano e fases da lua. *Cônego Doutor Simão Correia de Macedo,* que se ordenou em Roma e leciona no Seminário do Rio de Janeiro. *Dr. Teógenes Rocha,* formado em engenharia, dirigiu a Estrada de Ferro de Baturité (R.V.C.) e foi fiscal da Estrada de Ferro Central do Brasil.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A cidade de Juàzeiro do Norte, dadas as características e peculiaridades que envolvem os costumes de sua gente, mormente no que concerne cultuar a memória do seu patriarca — Padre Cícero Romão Batista —, constitui, por si só, uma atração turística. E isto provam as inúmeras visitas que tem recebido a meca do Padre Cícero, de gente oriunda de todos os quadrantes do País, com o fito exclusivo de vê-la, senti-la e assenhorear-se do que a história revela a seu respeito. Jornalistas, escritores, artistas e curiosos de tôda espécie têm sido atraídos à famosa cidade caririense, destacando-se o jorna-

lista e escritor Edmar Morel, que achou exíguo o espaço de um artigo ou reportagem jornalística para escrever o que observou, sentiu e colheu, resolvendo enfeixar tudo no livro a que deu o título de "Padre Cícero, o Santo do Juàzeiro". Mas não é só isto. Ali se encontra a casa, intocável porém visitadíssima, onde viveu e morreu o Patriarca, como o mais precioso elemento do relicário de Juàzeiro do Norte; Capela do Hôrto, localizada na serra do mesmo nome, próxima à cidade, cuja construção foi iniciada em 1889 e até agora não concluída; Túmulo do Padre Cícero, na capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; Museu Histórico de Juàzeiro; e a monumental Basílica dos Capuchinhos, cuja beleza arquitetônica, ao lado de muitas outras particularidades singulares, como vale salientar a que se relaciona com o conjunto de sons espargidos pelos seus sinos quando tocados, constitui outra maravilha que prende a atenção do visitante, extasiando-o. Os sons das badaladas, quando harmonizadas, formam árias que embevecem a audição; devido à altura de onde eclodem, fazendo sua fusão com os sons naturais do ar, tornam-se mais melodiosos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — No município existe apenas uma Paróquia, sob a invocação de Nossa Senhora das Dores, fundada no dia 1.º de janeiro de 1912, que possui duas igrejas, inclusive a Matriz, realmente suntuosa e muito freqüentada, principalmente por peregrinos, denominados "romeiros", provenientes de vários quadrantes nordestinos, que acorrem a Juàzeiro do Norte, num constante preito à memória do Padre Cícero, conhecido geralmente como patriarca fundador da comunidade, começando pela edificação de uma humilde capela, em 1827, já então dedicada a Nossa Senhora das Dores, templo que veio cedendo lugar à grande Matriz de hoje. Há ainda 14 capelas públicas, sendo 17 os sacerdotes existentes em 1956. Além do Conselho Particular Vicentino, que é considerado uma dependência ou serviço mantido pela Paróquia, contam-se ainda as seguintes associações religiosas: Irmandade do Santíssimo Sacramento, Pia União das Filhas de Maria, Congregação Mariana, Irmandade do Coração de Jesus, Irmandade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Irmandade de Nossa Senhora Auxiliadora, Ordem Terceira Capuchinho, Apostolado da Oração, Adoração Perpétua e Senhoras de Caridade. Para o culto protestante, existe a Igreja Batista, fundada em 1947, funcionando num templo próprio. O culto é dirigido por 1 ministro e 2 diáconos, verificando-se a existência, em 1956, de 85 adeptos.

Em 1954 existiam em Juàzeiro do Norte 10 415 eleitores inscritos, dos quais votaram 5 597 no pleito realizado àquele ano. Em 1956, atuaram no forum do município 4 advogados. Para conservação, abastecimento e reparação de veículos, funcionam na comuna 8 oficinas de reparos, tôdas com compressores de ar, 7 bombas manuais de gasolina e duas ditas de óleo combustível. Juazeirenses é a denominação local dos habitantes do município. Juàzeiro é palavra híbrida, tupi-portuguêsa. Vem de *juá* — fruto de espinho — mais o sufixo *eiro*. *Juá* ou *iu-á* é fruto de espinho de Juàzeiro — árvore da família das Ramnáceas (*Zizyphus, joazeiro,* Mart.).

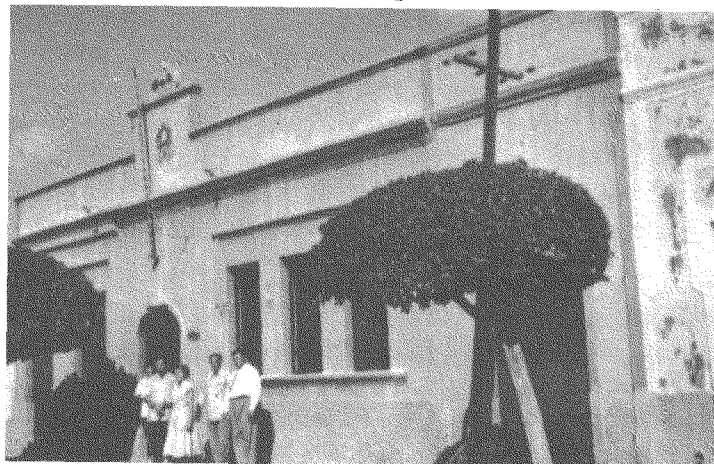
JUCÁS — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Os primitivos habitantes de São Mateus dos Inhamuns, hoje Jucás, foram os índios descendentes dos quixelôs, hábeis na exploração da caça e da pesca, que habitavam os sertões onde atualmente se erguem as cidades de Iguatu, Acopiara e Jucás. Pacificados, foram administrados a partir de 1719, temporàriamente, pelo coronel Gregório Martins Chaves.

A freguesia de Nossa Senhora dos Inhamuns foi criada pela provisão de 7 de dezembro de 1755, do bispo de Pernambuco, por instância de Frei Manuel de Jesus Maria, da ordem dos carmelitas observantes, que visitara a Província do Ceará, acompanhado de seu secretário, padre Anacleto Soares da Silva. Extinta anos depois, foi restaurada pela Lei n.º 630, de 22 de dezembro de 1853, que declarou "erecta em matriz a capela de Nossa Senhora do Carmo de São Mateus, desmembrada da freguesia de Nossa Senhora da Purificação, de Saboeiro".

Nos tempos em que grassava no Ceará a terrível moléstia cólera-morbo, distinguiu-se em São Mateus um bondoso sacerdote, pelo zêlo apostólico com que se dedicava às pessoas acometidas do insidioso mal. Era tal o seu devotamento pelas vítimas da cólera-morbo que, em pouco tempo, veio a contrair a doença e dela faleceu. Afirmam os moradores de Jucás que muitas graças foram alcançadas pelo povo no correr dos anos, pela intercessão do virtuoso falecido, que, por isso, passou a ser considerado autor de numerosos milagres. A existência de um portentoso mausoléu próximo à cidade justifica a crença dos habitantes nas prerrogativas celestiais daquela alma. Entretanto, o túmulo, que é dado como seu, nenhuma inscrição tem que faça referência ao seu nome ou meritória obra.

A Resolução Imperial, de 3 de fevereiro de 1823, criou o município com sede no povoado de São Mateus, então elevado à categoria de vila (Alvará de 17 de outubro do mesmo ano). Todavia, pela Lei provincial número 558, de 27 de novembro de 1851, foi a vila suprimida e transferida a sede municipal para a povoação de Saboeiro, situação que permaneceu até 1859, quando foi reerguida com a denominação de São Mateus dos Inhamuns (Lei n.º 889, de 22 de julho) tendo sido o município restaurado com território do município de Saboeiro, no Govêrno do Dr. Antônio Nogueira Acioli. A Lei n.º 107,

Prefeitura Municipal

Praça Presidente Vargas (em construção)

de 20 de setembro de 1893, restituiu-lhe o topônimo de São Mateus.

Na divisão territorial do Brasil de 1911, o município figura com os distritos de São Mateus e Poço do Mato. Em 1933, mantida que foi até êste ano, sua composição distrital era a seguinte: São Mateus, Bebedouro, Cairús, Maurícia, Poço do Mato, Saboeiro e Santo Antônio (Decreto estadual n.º 1 156, de 4 de dezembro de 1933). Posteriormente perdeu os distritos de Saboeiro e Bebedouro, que se constituíram municípios, com sede no primeiro, pelo Decreto estadual n.º 1 591, de 23 de maio de 1935.

No quadro da divisão territorial datado de 31-XII-1936, o município de São Mateus passa a ser formado pelos seguintes distritos: São Mateus, Maurícia, Canafístula, Cariús, Poço do Mato e Santo Antônio. Com os mesmos distritos, exceto o de Santo Antônio, figurou no quadro territorial de 1937.

Pelo Decreto n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, que concedeu foros de cidade à vila, o município perdeu o distrito de Ingá (ex-Santo Antônio) para o município de Quixará.

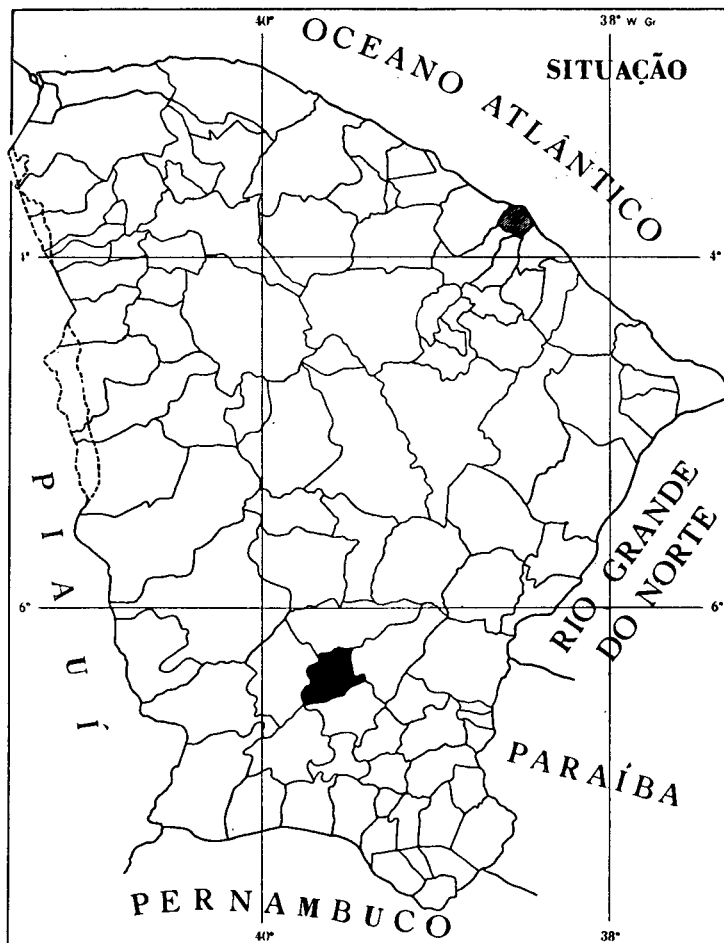
De acôrdo com o Decreto-lei estadual de n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943, o município passou a denominar-se Jucás e no quadro da divisão territorial para o qüinqüênio de 1944-1948, continuava constituído dos distritos da divisão anterior.

De conformidade com a Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, foi-lhe retirado o distrito de Cariús que, juntamente com o distrito de Caipu, passou a ter maioridade política e administrativa.

A Lei provincial n.º 889, de 22 de julho de 1859, que criou o município, igualmente criou o têrmo judiciário de São Mateus dos Inhamuns, provido de juiz togado, em 1918.

Pelo artigo 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado do Ceará, de 23 de junho de 1947, Jucás passou a ser comarca autônoma, situação esta confirmada pela Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948, classificada de primeira entrância.

Nas eleições realizadas a 3 de outubro de 1954, foram eleitos: Prefeito — Augusto Alves de Oliveira. Vereadores — Artur Fernandes Luna, Francisco Assis de Oliveira, Francisco André de Sousa, João Duarte Pinheiro, Joaquim Lucas de Oliveira, José Alves de Oliveira, José Valderi Leite, Lauro Alves de Oliveira e Raimundo Amarante de Oliveira.

LOCALIZAÇÃO — Totalmente incluído no Polígono das Sêcas, o município situa-se, fisiogràficamente, na Zona do Sertão do Salgado e Alto Jaguaribe, em solo de aspecto montanhoso, apenas plano nas faixas ribeirinhas. Limita com os municípios de Assaré, Saboeiro, Acopiara, Iguatu e Cariús. Localizada à margem esquerda do rio Jaguaribe, que atravessa o município, a cidade dista da capital, em linha reta, 325 quilômetros e possui as seguintes coordenadas geográficas: 6º 31' 28" de latitude Sul e 39º 32' 05" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Alcança 280 metros a altitude na sede municipal.

CLIMA — Quente e sêco. A temperatura oscila de 20 a 36 graus centígrados, apresentando a média compensada de 28 graus centígrados.

ÁREA — E' de 868 quilômetros quadrados, figurando em 61.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Salienta-se o rio Jaguaribe, cujos tributários irrigam o município. Os principais relevos são representados pelas serras da Penha, Bastiões, Contendas, Palmeiras, Coronzó, São Mateus, Brígida, Ameixas, Jatobá, Barriga, Brava, Caboclos, Caneca, Iputi e Caminho Velho.

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas minerais são representadas por barro (argila) e jazidas calcárias. E as do reino vegetal consistem em pequeno oiticical e matas para extração de madeira e lenha.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, existiam no município de Jucás 30 203 habitantes com a seguinte composição: homens — 15 006; mulheres — 15 197; brancos — 15 578 (7 730 homens e 7 848 mulheres); pretos — 2 723 (1 379 homens e 1 344 mulheres); pardos — 11 840 (5 873 homens e 5 967 mulheres); sem declaração — 62 (24 homens e 38 mulheres).

Quanto ao estado civil, das pessoas de 15 anos e mais em número de 16 308 — 5 659 eram solteiras (3 038 homens e 2 621 mulheres); casadas — 9 632 (4 798 homens e 4 834 mulheres); viúvas — 979 (225 homens e 754 mulheres) e 38 sem declaração (22 homens e 16 mulheres).

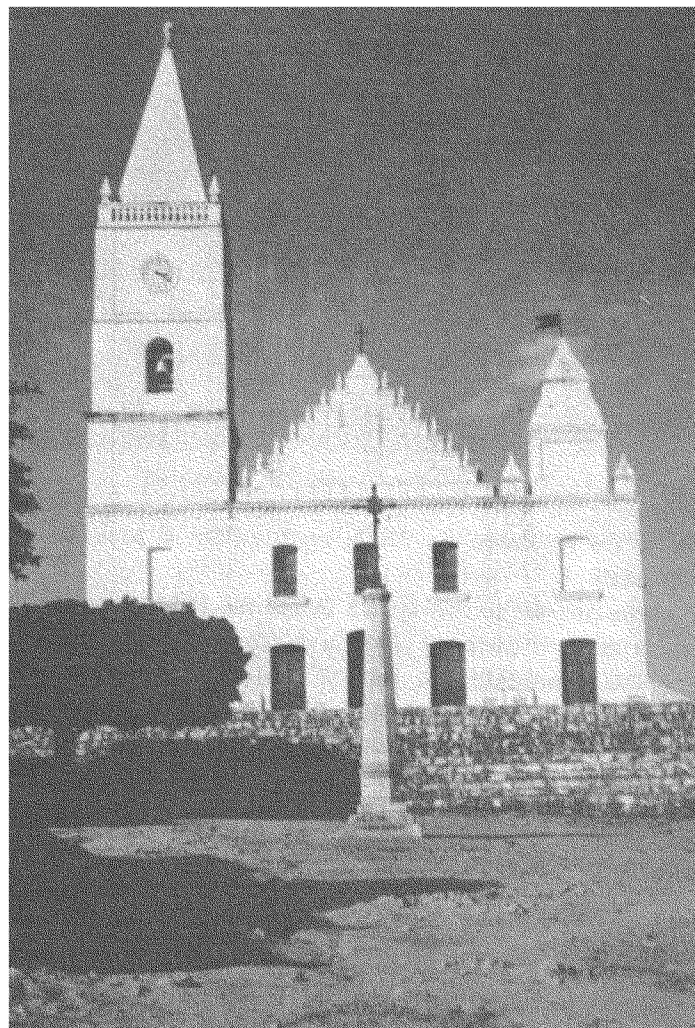
Quase tôda a população era de nacionalidade brasileira. Foi registrado 1 homem estrangeiro e 5 pessoas sem declaração (2 homens e 3 mulheres).

Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos, num total de 29 455, sendo 14 634 homens e 14 821 mulheres; protestantes — 547 (267 homens e 280 mulheres); espíritas — 10 (4 homens e 6 mulheres); outras religiões — 15 (7 homens e 8 mulheres); sem religião — 64 (38 homens e 26 mulheres) e 112 (56 homens e 56 mulheres) não declararam a religião professada.

A densidade era de 17,03 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 89,94% da população localizavam-se no quadro rural, num total de 27 166 habitantes (13 604 homens e 13 562 mulheres).

O município de Jucás possui o efetivo populacional de 17 001 habitantes (estimativa da Inspetoria Regional de Estatística, para 1.º de julho de 1957). Em relação ao Censo de 1950, registrou-se um acréscimo de 2 322 pessoas, correspondente a 15,82%.

Aglomerações urbanas — São 4 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Jucás, com 1 157 habitantes (538 homens e 619 mulheres); a vila de Caipu, com 401 (190 homens e 211 mulheres); a vila de Canafístula, com 97 (51 homens e 46 mulheres) e a vila de Cariús, com 1 382 (623 homens e 759 mulheres). Na zona urbana da cidade e vilas existiam 1 899 habitantes (865 homens e 1 034 mulheres) e no quadro suburbano, 1 138 pessoas (537 homens e 601 mulheres), segundo revela o Recenseamento Geral do Brasil de 1950.

Clube Recreativo Municipal

Igreja-Matriz de Nossa Senhora do Carmo

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As principais fontes de riqueza do município são a agricultura e a pecuária, destacando-se as culturas de algodão e milho.

Segundo cálculos do Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, a safra agrícola do município foi estimada em quase 30 milhões de cruzeiros, sendo os principais produtos os seguintes: 199 500 arrôbas de algodão arbóreo e herbáceo (Cr$ 20 700 000,00); ... 60 000 sacos de 60 kg de milho (Cr$ 4 200 000,00); 7 000 sacos de 60 quilogramas de arroz (Cr$ 1 100 000,00); 2 100 toneladas de cana-de-açúcar (Cr$ 735 000,00); 4 000 sacos de 60 quilogramas de feijão (Cr$ 720 000,00); 1 800 arrôbas de fumo (Cr$ 432 000,00). Há pequenas culturas de mandioca-brava, banana e alho.

A exportação dos produtos agrícolas do município é feita na base do excedente de sua produção e para as cidades de Fortaleza (CE) e Campina Grande (PB).

A pecuária do município não tem um desenvolvimento que permita exportação de gado, servindo êste apenas para o fornecimento de leite e abastecimento de carne da população.

Tomando-se por base a apuração do S.E.P. em 31 de dezembro de 1955, o município de Jucás possuía um rebanho avaliado em quase 36 milhões de cruzeiros, com a seguinte distribuição: 12 000 bovinos; 2 000 muares; 10 000 suínos; 1 500 eqüinos; 6 000 ovinos; 5 000 caprinos e 1 000 asininos.

A produção extrativa do município é de pequeno vulto, tendo alcançado o total de 765 milhares de cruzeiros em

Maternidade e Pôsto de Puericultura

1956, destacando-se os seguintes produtos: de origem mineral — 150 toneladas de cal (Cr$ 125 000 000,00); 220 milheiros de telhas de barro (Cr$ 144 000,00); e 1 400 milheiros de tijolos (Cr$ 280 000,00). De origem vegetal — 500 metros cúbicos de caibros e ripas (Cr$ 150 000,00); 900 metros cúbicos de lenha e madeiras em geral ...... (Cr$ 54 000,00); e 4 000 quilogramas de sementes de oiticica (Cr$ 12 000,00).

Dos 9 estabelecimentos fabris do município que preencheram o Registro Industrial em 1956, dois dêles ocupavam mais de cinco pessoas, dedicando-se um ao beneficiamento de algodão e o outro à fabricação de calçados; os demais dedicavam-se ao fornecimento de energia elétrica, fabricação de tijolos e telhas, indústrias alimentares, carpintaria e extração de cal. De todos os estabelecimentos registrados, o principal é a Usina Rolim, de beneficiamento de algodão que produz, em alta escala, pluma e caroço.

A produção de energia elétrica em 1956 foi de 6 000 quilowatts para o consumo público e 8 000 para o consumo particular.

COMÉRCIO — O comércio do município é movimentado por 12 firmas que mantêm transações com o comércio das capitais de Fortaleza (CE), Recife (PE) e da cidade de Campina Grande (PB). A importação é representada pelos artigos: tecidos, miudezas em geral, café, sabão, sal, combustíveis, etc. Os produtos exportados são: algodão, milho e farinha de mandioca, couros e peles diversas.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município não é servido por estrada de ferro. Apenas algumas rodovias dão acesso à sede municipal, ligando-se à capital do Estado e aos municípios limítrofes, pelos seguintes meios de transporte: Cariús: rodoviário, 4 quilômetros; Iguatu: rodoviário, 34 quilômetros; Acopiara: rodoviário, 115 quilômetros e a cavalo, 90 quilômetros; Saboeiro: rodoviário, 60 quilômetros; capital do Estado: rodoviário e ferroviário, 450 quilômetros (via Iguatu).

Localiza-se na cidade uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — Jucás já está, como quase tôdas as cidades do Ceará, passando por transformações no seu feitio urbano, notando-se-lhe algumas casas de melhor porte.

E' formada por apenas 15 logradouros públicos, com 350 prédios, aproximadamente, dos quais 220 são habitações. A sua pavimentação está no início do seu desenvolvimento, existindo menos da metade dos logradouros pavimentada.

Uma praça arborizada serve de ponto de reunião a seus habitantes.

A cidade é servida de iluminação elétrica, pública e particular, contando, esta última, com 130 ligações.

Como meio de hospedagem existe apenas 1 hotel que cobra a diária média de Cr$ 60,00.

Na Prefeitura estão registrados 6 caminhões e 6 automóveis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Na cidade de Jucás existem apenas 2 farmácias, com dois farmacêuticos práticos licenciados.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Círculo Operário Católico de Jucás e a Sociedade São Vicente de Paulo prestam assistência de ordem moral e material às pessoas necessitadas.

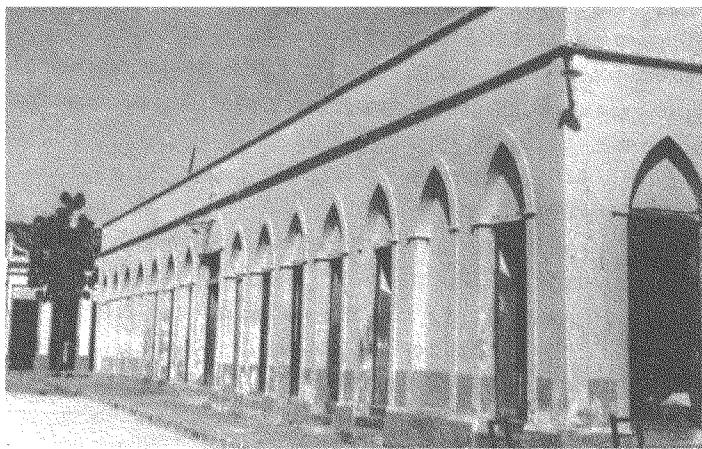
ALFABETIZAÇÃO — O número de habitantes com cinco anos e mais do município de Jucás era de 24 783, conforme o Recenseamento Geral de 1950. Entre êstes, 5 520 eram alfabetizados, sendo 2 958 homens e 2 562 mulheres. A cidade possuía 1 011 pessoas com a mesma idade escolar, das quais 504 sabiam ler e escrever (231 homens e 273 mulheres).

Ensino — Jucás contava em 1956 com 22 escolas de ensino primário fundamental comum, com a matrícula inicial de 831 alunos de ambos os sexos. A taxa de matrícula em 1950 atingiu 12,55% no município de Jucás e 24,3% no Estado do Ceará.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade existem 2 cinemas modestos, funcionando apenas uma vez por semana e dispondo de 50 lugares cada um.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	...	993	201	138	200
1951.......	...	1 082	258	213	257
1952.......	...	...	295	229	293
1953.......	...	...	212	169	190
1954.......	...	1 900	187	144	213
1955.......	...	2 501	738	127	716
1956.......	122	6 711	968	221	899

Vista do açude Angical

Mercado Público Municipal

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Há na sede municipal um túmulo de mármore, onde foi sepultado, em 1862, o padre Manoel Antônio de Lemos Braga, vítima da cólera-morbo, terrível epidemia que ceifou muitas vidas na época da Guerra do Paraguai.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — São tradicionalmente realizadas as festas de Nossa Senhora do Carmo, no dia 16 de julho, e de São Sebastião, a 20 de janeiro.

A solenidade de Nossa Senhora do Carmo comemora-se desde 1755, data da criação da Paróquia de que é padroeira.

Ambos os festejos são animadíssimos, concorrendo para a transformação do aspecto da cidade, pela grande movimentação que apresenta, por ocasião das referidas festividades.

VULTOS ILUSTRES — Nasceram em Jucás os seguintes vultos ilustres: *Des. André Bastos de Oliveira* — Homem de notável influência política, tendo sido eleito por cinco vêzes Deputado Geral pelo Ceará. Foi desembargador da Relação de Pernambuco e da do Ceará. Era cavalheiro da Ordem da Rosa. *Dr. Gonçalo Batista Vieira* (Barão de Aquiraz) — Formado pela Faculdade de Olinda em 1875. Deputado Provincial várias vêzes e chefe do Partido Conservador no Ceará. Deputado Geral e vice-Presidente da Província. *Coronel João da Silva Leal* — Professor do Colégio Militar do Rio de Janeiro. Foi secretário de Estado, Deputado Estadual, Deputado Federal e Interventor Federal no Ceará. *Des. José Joaquim Domingues Carneiro* — Deputado e Presidente da Assembléia Estadual. Desembargador da Relação do Ceará, da qual foi Presidente até se aposentar. Depois de aposentado, foi Senador da República.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A freguesia foi criada com a provisão de 7 de dezembro de 1755, sob a invocação de Nossa Senhora do Carmo dos Inhamuns. Compreende 18 templos, 12 associações religiosas, ocupando dois sacerdotes, e pertencente à Diocese de Crato.

Contam-se 22 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, com cêrca de 831 alunos matriculados, 1 pôsto agropecuário de fomento à produção.

Nas profissões liberais 2 advogados exercem atividades.

Existem no município 7 açudes com a capacidade de 7 milhões de metros cúbicos.

Nas eleições de 1954 votaram 1 255 eleitores dos 4 037 inscritos.

Segundo Pompeu Sobrinho, Jucás é o radical do verbo tupi *ajucá*, matar, e também, uma árvore leguminosa (*coesalpinea ferrea*, Mart.) de cerne duríssimo com que os índios preparavam os seus tacapes ou paus de matar.

LAVRAS DA MANGABEIRA — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Lavras da Mangabeira surgiu quando principiou a mineração no famoso vale do Cariri, cuja área trabalhada abrangeu os lugares denominados Fortuna, Barreiros e Morros Dourados. E' que, em meados do século dezoito, alguns mineradores vieram ter a Mangabeira, onde, como era natural naqueles tempos, se julgava possível e rendosa a colheita de ouro.

O fato, como era óbvio, transformou a região de um momento para outro, surgindo, assim, movimentado arraial com população ávida e esperançosa de descobrir, ali, o sonhado e rico metal.

Os cronistas se referem, com certo entusiasmo, às precárias minas do Ceará Colonial, na quadra dos capitães-mores. A verdade, todavia, é que estas faladas minas não passaram de tentativas frustradas. Delas, porém, surgiram várias cidades, dentre as quais a que hoje é cabeça de comarca e sede progressista de um dos mais ricos municípios do Ceará.

O episódio histórico iniciou-se em 1712, quando o Governador de Pernambuco se interessou junto aos administradores do Ceará no sentido de iniciar a mineração no Cariri. Sòmente em 1752, Luís Quaresma Dourado, capitão-mor, seguiu em demanda de Missão Velha. Entrementes, é enviado de Pernambuco o sargento-mor Jerônimo Mendes da Paz, que se encarregaria de cobranças do quinto e de estabelecer a paz, visto como havia sérias inquietações nas cercanias da mineração. A notícia da cata ao ouro correu mundo e, aos milhares, afluíram ao local homens e mulheres. Houve, então, quem se pusesse a indagar sôbre supostas minas em outros pontos, mesmo mais longínquos e que reclamavam dias de penosas viagens.

Prefeitura Municipal

Não tardou a informação que correu célere: "Na Mangabeira há ouro pra peste:"

Um mundo de ourives e de mineradores veio fazer residência no novel arraial que se levantava com casario de tapume, em forma de arruado. Tudo corria animadoramente quando, em 1758, chega a Icó a notícia da supressão das minas do Cariri. A Côrte de Lisboa reclamava impostos, pesados tributos, e não sendo atendida, voltava-se contra o comércio do ouro. Em 1767 a medida se estendia para todo o Brasil e o próprio tempo se encarregava de deslocar os mineradores para o labor da agricultura e da pecuária.

Mas Lavras de Mangabeira ficara como marcante sinal daquela época singular da nossa história. Surgira da mineração que fôra feita nos seus rios e arroios.

O povo deu ao antigo arraial vários nomes: Mangabeira, Lavras, São Vicente Férrer, São Gonçalo de Lavras. Ao correr dos anos, o lugarejo, foi tomando ares de pequeno povoado progressista. Surgiram os seus líderes e, por Resolução Régia de 20 de maio de 1816, é criado o município, tendo como sede São Vicente Férrer das Lavras da Mangabeira. Foi instalado aos 8 de janeiro de 1818.

Em 1854, o município já contava com 208 fazendas. Em 1858, 44 engenhos industrializavam a cana-de-açúcar no preparo da rapadura, ainda hoje a maior fonte de renda local.

Com freguesia criada, sob a invocação de São Vicente Férrer, aos 30 de agôsto de 1813, desmembrada da de Icó, teve como primeiro Vigário o virtuoso sacerdote padre José Joaquim Xavier Sobreira.

Em 1884, Lavras da Mangabeira é elevada à categoria de cidade, no govêrno do Presidente da Província, Carlos Honório Benedito Otoni.

Em 1911, o município passa a chamar-se Lavras e compõe-se de três distritos que são Lavras (distrito-sede) São Francisco e São José.

Os Decretos estaduais números 193, de 20 de maio de 1911 e 1 156, de 4 de dezembro de 1933, mantiveram o município de Lavras, que na divisão administrativa referente a êsse último ano, se dividia em cinco distritos: Lavras, Palhano, Riacho Fundo, São Francisco e São José, tendo assim permanecido no quadro da divisão territorial datado de 31 de dezembro de 1936.

No quadro territorial datado de 31 de dezembro de 1937, e no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 169, de 31

Vista parcial de uma praça principal da cidade

Agência dos Correios e Telégrafos

de março de 1938, retificado pelo Decreto estadual de n.º 378, de 20 de outubro do mesmo ano, o município de Lavras constituiu-se dos distritos de Lavras, Ouro Branco, Palhano, Riacho Fundo, São Francisco e São José.

Pelo Decreto-lei estadual n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, que fixou o quadro territorial a vigorar no qüinqüênio 1939-1943, o município de Lavras é composto dos distritos de Lavras, Arrojado (ex-Palhano), Mangabeira (ex-São José), Ouro Branco, Riacho Fundo e Rosário (ex-São Francisco).

De acôrdo com o Decreto-lei estadual n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1938, foi alterado o topônimo do município e o de seu distrito-sede para Lavras da Mangabeira, figurando como componentes do município, no quadro fixado pelo referido Decreto-lei, os seguintes distritos: Lavras da Mangabeira, Amaniutuba (ex-Ouro Branco), Arrojado, Iborepi (ex-Riacho Fundo), Mangabeira e Quitaiús (ex-Rosário).

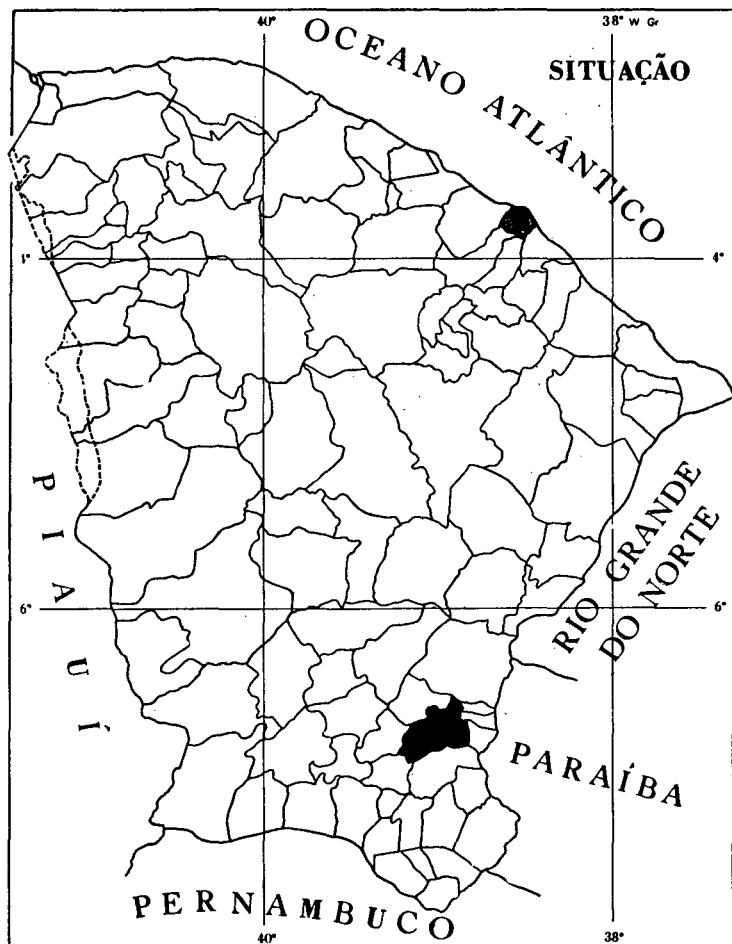
Na divisão administrativa estabelecida na Lei número 1 153 de 22 de novembro de 1951, o município de Lavras da Mangabeira é formado pelos mesmos distritos constantes do Decreto-lei n.º 1 114, anteriormente citado.

A Lei provincial n.º 1 541, de 23 de agôsto de 1873, criou a comarca de Lavras. O Decreto estadual n.º 196, de 5 de junho de 1891, suprimiu a comarca, cujo têrmo judiciário passou à jurisdição da de Icó. A Lei n.º 403, de 27 de setembro de 1897, restaurou a comarca com os têrmos judiciários de Lavras, Aurora e Várzea Alegre.

Pelo artigo 22 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado, a comarca de Lavras da Mangabeira foi elevada à categoria de terceira entrância, o que confirma a importância da vida judicial do município, elevação esta confirmada, ainda, pela Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948.

Nas eleições realizadas a 3 de outubro de 1954, foram eleitos: Prefeito — Aluísio Teixeira Férrer. Vereadores — Joaquim Leite Teixeira, Vicente Dutra Neto, João Vitor Batista, Francisco Dias de Lima, Vicente Favela de Macedo, Alexandre Benício Leite, Pedro Luiz Sobrinho, Geraldo Dantes de Alencar e Manuel Gonçalves da Silva.

LOCALIZAÇÃO — O município situa-se, fisiogràficamente, na Zona do Sertão do Salgado e Alto Jaguaribe, em pleno Polígono das Sêcas, tendo o solo irrigado pelas águas que

descem do vale do Cariri e dos limites da Paraíba e Pernambuco. Limita com os municípios de Caririaçu, Várzea Alegre, Cedro, Icó, Baixio, Aurora, Ipaumirim e Umari. A cidade dista da capital do Estado, em linha reta, 335 quilômetros e possui as seguintes coordenadas geográficas: 6° 45' 18" de latitude Sul e 38° 58' 03" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 241 metros a altitude na sede municipal.

CLIMA — Salubre e sêco. A temperatura oscila de 24 a 32 graus centígrados, compensando uma média de 28 graus centígrados. O inverno estende-se de janeiro a junho, ocorrendo maior freqüência de chuvas nos meses de fevereiro a abril.

ÁREA — Mede 984 quilômetros quadrados, figurando o município em 55.° lugar em relação à áreas das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente é o rio Salgado, que corta o município e banha a sede municipal, formando a poucos quilômetros desta, ao transpor a serra do Boqueirão, apreciável garganta de paredes altas e perpendiculares, com 93 metros de altura e uma abertura variável de 25 a 40 metros. Embora o relêvo não apresente sensíveis ondulações, existem, ainda, as serras Almécegas, Mondubim, Tarrafas e Várzea Grande.

RIQUEZAS NATURAIS — Barro (argila) é a única riqueza mineral explorada. As principais riquezas vegetais são oiticicais e carnaubais. E as animais são representadas por pequenos animais silvestres e peixes de rios e açudes.

Vista parcial da cidade

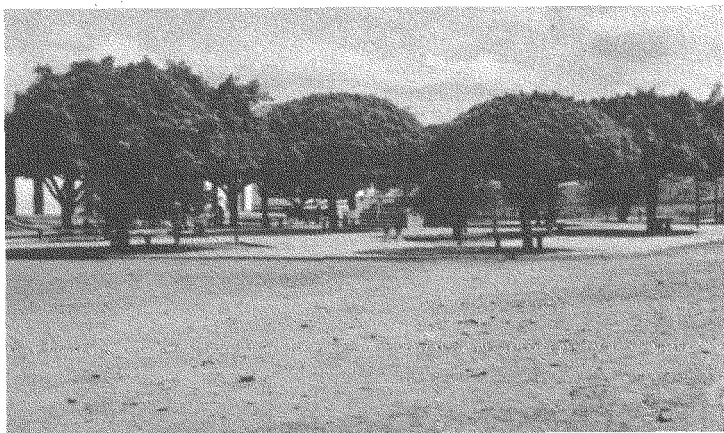
POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento de 1950, no município de Lavras da Mangabeira existiam 25 192 habitantes, com a seguinte composição — homens: 12 566; mulheres: 12 626; brancos — 9 609 (4 751 homens e 4 858 mulheres); pretos — 1 445 (755 homens e 690 mulheres); pardos — 14 124 (7 055 homens e 7 069 mulheres) e 14 sem declaração (5 homens e 9 mulheres).

Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 13 948 — 5 318 eram solteiras (2 768 homens e 2 550 mulheres); casadas — 7 788 (3 889 homens e 3 899 mulheres); viúvas — 805 (207 homens e 598 mulheres) e sem declaração — 37 (8 homens e 29 mulheres); 25 191 habitantes se declararam brasileiros. Apenas 1 pessoa sem declaração. Predominaram em religião os que se declararam católicos romanos, num total de 25 160 (12 550 homens e 12 610 mulheres); protestantes — 25 (14 homens e 11 mulheres); e sem declaração — 7 (2 homens e 5 mulheres). A densidade do município era de 26,35 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 80,96% da população localizam-se no quadro rural, num total de 20 397 (homens 10 276 e 10 121 mulheres).

Lavras da Mangabeira possuía, em 1.°-VII-1957, segundo estimativa levada a efeito pela Inspetoria Regional de Estatística, um efetivo de 26 404 habitantes.

O crescimento populacional de 1 212 habitantes correspondia a 4,8% sôbre o total de pessoas recenseadas em 1.°-VII-1950, data do último Recenseamento Geral.

Aglomerações urbanas — São 6 as aglomerações urbanas do município — a cidade de Lavras da Mangabeira, com 2 192 habitantes (1 019 homens e 1 173 mulheres); a vila de Amaniutuba, com 685 habitantes (335 homens e 350

Grupo Escolar

Praça da Matriz

mulheres); a vila de Arrojado, com 378 habitantes (182 homens e 196 mulheres); a vila de Iborepi, com 278 habitantes (148 homens e 130 mulheres); a vila de Mangabeira, com 594 habitantes (286 homens e 308 mulheres) e a vila de Quitaiús, com 668 habitantes (320 homens e 348 mulheres). No quadro urbano da cidade e vilas existiam 2 527 habitantes (1 201 homens e 1 326 mulheres) e a zona suburbana aparecia com 2 268 pessoas (1 089 homens e 1 179 mulheres), segundo revela o Recenseamento Geral do Brasil de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município de Lavras da Mangabeira ocupa uma posição privilegiada do Estado, visto situar-se numa zona intermediária do sertão e do vale ubertoso do Cariri. As principais fontes de riqueza do município estão na agricultura e na pecuária, notadamente nas culturas da cana-de-açúcar, do algodão, do milho, do feijão e do arroz, essenciais à economia local.

O Recenseamento Geral de 1950 revelou que 88,91% da população ativa do município, compreendida pelos habitantes de 10 anos e mais, estavam ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

A safra agrícola de 1955 foi estimada pelo Departamento Estadual de Estatística na importância de ...... Cr$ 29 421 480,00, destacando-se os seguintes produtos: 126 600 arrôbas de algodão arbóreo e herbáceo — ..... (Cr$ 15 745 500,00); 19 800 sacos de 60 quilogramas de arroz (Cr$ 3 960 000,00); 35 100 sacas de 60 quilogramas de milho (Cr$ 3 510 000,00); 20 000 toneladas de cana-de-açúcar (Cr$ 3 000 000,00); 16 700 sacas de 60 quilogramas de feijão (Cr$ 2 104 000,00).

Patronato São Vicente Férrer

Foram registradas, ainda, algumas culturas frutícolas, de mediana significação econômica.

Os excedentes agrícolas são exportados para as praças de Recife, Campina Grande, Mossoró e Fortaleza, principais mercados compradores do município.

A pecuária não é largamente desenvolvida, porém dá para o consumo local, e mesmo para exportação, pôsto que em pequena escala. O D.E.E. estimou o rebanho, em 31 de dezembro de 1955, em 31 000 cabeças, na importância de Cr$ 25 910 000,00, observando-se a seguinte composição: 9 700 bovinos; 2 500 eqüinos; 2 000 asininos; 3 000 muares; 8 600 suínos; 3 200 ovinos; e 2 000 caprinos.

Conclui-se da leitura dos números acima que as parcelas mais avultadas são as relativas a bovinos e suínos, o que evidencia a preferência dos criadores por essas espécies pecuárias.

Igreja-Matriz

Verificou-se em 1955 a produção de 36 000 litros de leite — (Cr$ 126 000,00); 1 400 quilogramas de queijo — (Cr$ 42 000,00); 700 quilogramas de manteiga — ..... (Cr$ 31 500,00); e 6 500 quilogramas de banha de porco — (Cr$ 130 000,00).

Relativamente à produção extrativa, tem real significação a de origem vegetal, pouca expressão a de origem mineral, sendo pràticamente nula a de origem animal. Tôda a produção de 1956 valeu Cr$ 3 444 500,00, destacando-se a cêra de carnaúba: 40 000 kg — (Cr$ 2 000 000,00); e sementes de oiticica: 600 000 kg — (Cr$ 1 200 000,00). Em bem menores proporções verificou-se a extração de argila plástica para o fabrico de tijolos, telhas e vasos de barro, e a de madeiras, para fins industriais e domésticos.

Os alambiques e engenhos esparsos pelo território municipal produziram, em 1955, conforme apurações do D.E.E., 850 litros de aguardente de cana — (Cr$ 8 500 000,00); e 1 186 quilogramas de rapadura — (Cr$ 3 558 000,00).

As usinas de beneficiamento de maior vulto produziram em 1956, de acôrdo com o Registro Industrial, 400 652 quilogramas de algodão em pluma — .... (Cr$ 13 709 870,00); 848 320 quilogramas de caroço de algodão — (Cr$ 2 544 960,00); e 371 300 quilogramas de arroz descascado — (Cr$ 2 743 600,00).

Do total de 11 estabelecimentos fabris que, em 1956, preencheram os questionários do Registro Industrial, 3 se dedicavam ao beneficiamento de algodão, 5 ao de arroz e 3 à panificação.

São os seguintes os principais estabelecimentos industriais de Lavras da Mangabeira: Usina Sobreira, Usina Almeida e Usina de Francisco Franklin de Alencar, tôdas para beneficiamento de algodão.

A energia elétrica produzida no município foi consumida em iluminação pública e particular.

Como organização de fomento da produção, funciona em Lavras da Mangabeira, desde 1948, o Pôsto Agropecuário, tendo por finalidade incrementar a produção agrícola e pastoril.

Vista parcial de uma rua da cidade

COMÉRCIO — Na sede municipal estão em atividade 22 estabelecimentos varejistas que mantêm transações comerciais com as praças de Fortaleza, Crato, Juàzeiro do Norte, Campina Grande (PB), Cajàzeiro (PB), e Recife (PE).

Lavras importa tecidos, farinha de trigo, ferragens, estivas e cereais e exporta couros e peles, cêra de carnaúba e sementes de oiticica.

O Recenseamento Geral de 1950 apurou a existência em todo o município de 5 estabelecimentos do ramo varejista, os quais apresentaram receita inferior a dois milhões de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Município servido pela Estrada de Ferro de Baturité, liga-se à capital Estadual e aos municípios vizinhos por intermédio dos seguintes meios de transporte: Aurora — ferroviário — 26 quilômetros; Ipaumirim — rodoviário — 31 quilômetros ou misto: a) ferroviário R.V.C. até Baixio — 52 quilômetros; Caririaçu — rodoviário — 66 quilômetros; Cedro — ferroviário R.V.C. — 24 quilômetros ou

Estação ferroviária da Rêde Viação Cearense

rodoviário — 24 quilômetros; Icó — rodoviário — 59 quilômetros; Várzea Alegre — 48 quilômetros; capital Estadual — ferroviário R.V.C. — 491 quilômetros, ou rodoviário — 469 quilômetros.

Para as comunicações postais-telegráficas dos habitantes locais, há na cidade uma Agência do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Há, também, a Estação Telegráfica de uso privativo da Rêde de Viação Cearense.

ASPECTOS URBANOS — A cidade é formada por treze ruas, 6 travessas e becos, 4 praças e 1 jardim, sendo que 7 logradouros são inteiramente pavimentados e 14 parcialmente calçados. A área de pavimentação em concreto é de 1 200 metros quadrados e a em paralelepípedo abrange a extensão de 5 260 metros quadrados. Quatro dos seus logradouros possuem arborização.

Há, na sede municipal, iluminação elétrica com 120 ligações domiciliares.

Conta o distrito-sede 608 prédios, dos quais 455 são exclusivamente residenciais.

Para hospedar os visitantes há um hotel de nível médio com a diária de Cr$ 80,00.

Reside na sede do município um advogado.

A Prefeitura mantém um serviço de limpeza pública e remoção de lixo, beneficiando 16 logradouros com 260 prédios.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Lavras da Mangabeira é pobre no tocante à assistência médica. Ape-

Igreja de São José

Vista parcial de outra rua da cidade

nas 3 médicos, 2 dentistas e 2 farmacêuticos exercem atividade no município prestando, assim, assistência aos habitantes locais, nos seus consultórios.

O comércio farmacêutico é exercido em duas farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Sòmente há que referir a Irmandade de São Vicente de Paulo que presta assistência moral e religiosa e socorre a pobreza desvalida de Lavras da Mangabeira, dentro de suas possibilidades financeiras.

O Círculo Operário São José concede auxílios e pecúlios aos seus 256 associados.

A Cooperativa Agrícola de Lavras da Mangabeira (filiada) congrega 429 agricultores e criadores, aos quais vende, a baixo preço, material e implementos agrícolas.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, o total de habitantes com 5 anos e mais do município de Lavras da Mangabeira foi de 20 992. Dêste total, 4 400, ou seja, 21%, sabiam ler e escrever sendo 2 190 homens e 2 210 mulheres. A sede do município possuía 1 838 pessoas, entre estas, 887 eram alfabetizadas (409 homens e 478 mulheres).

Ensino — O município de Lavras da Mangabeira contava, em 1956, com 42 unidades escolares de ensino fundamental comum, cuja matrícula inicial foi de 1 367 alunos de ambos os sexos. A taxa de matrícula, em 1950, atingiu a

Hotel Paraíba

17,47% no referido município e 24,3% no Estado do Ceará.

Funciona em Lavras da Mangabeira uma Escola de Iniciação Agrícola, com a finalidade de ministrar instruções elementares sôbre agricultura.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	136	842	455	186	453
1951.......	270	988	531	175	531
1952.......	353	1 259	528	178	528
1953.......	333	1 450	979	162	979
1954.......	227	1 980	717	167	717
1955.......	233	2 127	1 020	277	1 020
1956 (1)....	433	3 029	1 100	349	1 100

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Duas são as solenidades religiosas realizadas no município: a festa de São Sebastião que é precedida de novena, iniciada a 11 de janeiro e encerrada a 20 do mesmo mês, data consagrada ao milagroso santo; e os festejos em honra a São Vicente Férrer, padroeiro, iniciando-se com o hasteamento da bandeira e novena no dia 26 de março, terminando a 5 de abril, com missa solene, procissão e leilões. Tais festividades são bastante concorridas, movimentando tôda a população do município, nesta oportunidade de prestar homenagem ao santo de sua veneração.

Ponte rodoviária

VULTOS ILUSTRES — *Dr. Ildefonso Correia Lima* — Médico de renome, possuidor de grande clínica, que abandonou para ingressar na política; foi deputado estadual e federal em mais de uma legislatura, onde demonstrou notáveis qualidades de parlamentar. Exerceu também o magistério. *Coronel Gustavo Augusto de Lima* — Chefe político de grande prestígio, foi deputado estadual em várias legislaturas. *Coronel Honório Correia Lima* — Chefe político de alto conceito, foi deputado estadual em várias legislaturas. *Conselheiro Raimundo Ferreira de Araújo Lima* — Bacharel em Direito; foi magistrado no Ceará, Alagoas e Paraná; Deputado Geral e Ministro da Guerra, no Gabinete de 29-9-1870. *Dr. Vicente Bezerra Neto* — Jornalista, bacharel em Direito, político e deputado em

Mercado Público

Mato Grosso. *Brigadeiro Vicente Ferreira da Costa Piragibe* — Oficial do Exército, cujos reais serviços foram premiados com o pôsto de Brigadeiro. Era Cavaleiro da Ordem de Aviz e da Ordem da Rosa. Possuía também o título de Conselheiro. *Monsenhor Vicente Pinto Teixeira* — Figura de destaque do clero cearense, tendo governado interinamente o Bispado de Fortaleza; dedicou-se também à política e foi deputado estadual. *Dr. Almir dos Santos Pinto* — Médico conceituado, deputado estadual em várias legislaturas. *Dr. Vicente Férrer Augusto Lima* — Bacharel em Direito, líder político de grande envergadura, prefeito em sua terra natal, deputado estadual várias vêzes, e atual Presidente do Conselho Técnico dos municípios. *Dr. Antônio Filgueiras Lima* — Bacharel em Direito, professor de renome, co-diretor do Colégio Lourenço Filho, intelectual de talento; disse dêle o grande poeta Antônio Sales: "O mais suave tangedor da lira no meio cearense". *Dr. Joaquim Bastos Gonçalves* — Bacharel em Direito, deputado estadual, ex-presidente da Assembléia Estadual e Ministro do Tribunal de Contas e ex-Secretário de Estado. *Dr. João Clímaco Bezerra* — Advogado, professor, jornalista e romancista consagrado pela crítica nacional. *Josafá Linhares* — Bacharel em Direito, versado em assuntos de sociologia e finanças, sôbre os quais tem publicado vários trabalhos de mérito. *Dr. João Gonçalves* — Bacharel em Direito, advogado e jornalista; foi Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Imigração.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Quem visita a cidade de Lavras da Mangabeira deve conhecer o Boqueirão que tem o mesmo nome da sede municipal. Dista apenas 5 quilômetros da urbe. É uma abertura imensa,

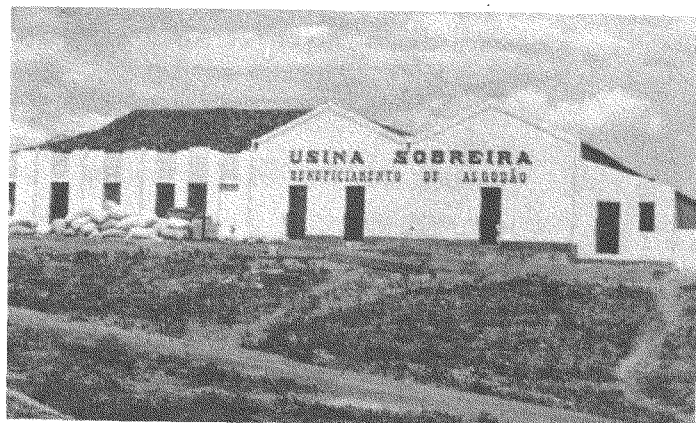
Usina Almeida

encravada na rocha, feita pelo rio Salgado, com uma largura de 40 metros e onde poderia ser erigida uma barragem ciclópica com 93 metros de altura.

J. J. Revy, engenheiro consagrado pela crítica nacional, afirmou que o Boqueirão poderia ser aproveitado com a construção de uma barragem que daria um reservatório de 3,5 quilômetros de extensão, no lençol de água, com uma profundidade média de 15 metros cúbicos.

Thomaz Pompeu, por sua vez, asseverou que ali poderia ser construída a maior obra hidráulica do Brasil.

Nesse Boqueirão é que está localizada a famosa caverna, onde não se pode penetrar à falta completa de luz e ar. Contam-se várias histórias acêrca dessa gruta interessante e dela já se ocuparam, entre outros escritores, Thomaz Pompeu, J. J. Revy e O'Meara.

E' também digna de destaque a barragem no rio Salgado, ligando a cidade ao interior do município e ao vizinho município de Ipaumirim. Antes dessa obra, na época invernosa, os transeuntes eram forçados a esperar vários dias até que as águas do rio baixassem. Hoje mesmo, em plena cheia, os caminhões atravessam o leito do rio, através desta barragem, constituindo um espetáculo maravilhoso e por demais útil à coletividade.

Usina de beneficiamento de algodão

O município de Lavras da Mangabeira é essencialmente agrícola, por isso mesmo ao redor dos seus sítios, que se contam às centenas e são excelentes, se desenvolve uma espécie de aristocracia rural, onde vivem as principais famílias que têm os seus filhos educados em colégios destacados da capital do Estado.

O culto católico conta em Lavras da Mangabeira com uma paróquia sob a invocação de São Vicente Férrer, fundada em 1814.

Além da Igreja-Matriz, existem 4 capelas públicas e 2 semipúblicas. Apenas 1 sacerdote. Em plena atividade 6 associações religiosas.

No setor hidrográfico, há em Lavras da Mangabeira o Açude Pau Amarelo, particular, com capacidade para 3 000 000 de metros cúbicos, e o São Domingos, particular, com capacidade para 1 000 000 de metros cúbicos.

Em 1954 existiam 5 417 eleitores inscritos, dos quais 3 945 votaram nas eleições gerais realizadas àquele ano.

No distrito-sede, distando dois quilômetros da cidade, está localizada a Escola de Iniciação Agrícola de Lavras da Mangabeira, para onde afluem alunos dos municípios vizinhos e mesmo de outros Estados.

Exercem a profissão no município 1 advogado e 2 agrônomos.

LIMOEIRO DO NORTE — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O povoamento de Limoeiro do Norte teve início em 1687, com a vinda do sargento-mor João de Sousa Vasconcelos, do Sertão do São Francisco para a ribeira do Jaguaribe, onde, depois de constantes lutas com os índios paiacus, se estabeleceu no sítio São João das Vargens, que em breve se tornou desenvolvido arraial.

As terras férteis ribeirinhas, que ofereciam vantagens para a agricultura e a pecuária, foram aos poucos ocupadas por imigrantes provenientes do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, surgindo novos núcleos como o de Tabuleiro de Areia — de notável florescimento, na época, e o de Limoeiro, cuja origem data de 23 de janeiro de 1708, quando o Desembargador Cristóvão Soares Reimão, encarregado de tombar as terras do Baixo Jaguaribe, demarcou légua e meia de terras do rio Jaguaribe, com meia légua de cada lado, subindo o rio, a partir do marco do poço das Aningas, até a última meia légua que abrangia a propriedade do sargento-mor Pedro da Silva Cardoso — local onde hoje está situada a cidade de Limoeiro do Norte.

O sítio Limoeiro veio a pertencer a Antônio Rodrigues da Silva, pernambucano, que o passou a seu genro, Manuel José da Silva, casado com D. Josefa Maria de Vasconcelos. Já em 1778, a pequena fazenda Limoeiro tomava corpo, com suas atividades econômicas em franco desenvolvimento e crescente população, seja pela vinda de outras famílias do vale Jaguaribano, seja pelo espírito empreendedor do seu dirigente.

Com a morte de Manuel José da Silva, presumivelmente na primeira década do século XIX, seus filhos, Padre Vicente Rodrigues da Silva, José Rodrigues da Silva e Antônio da Silva Vasconcelos, lançaram a idéia da construção de uma capela doando-lhe para patrimônio 600 braças de terras em 1818.

Iniciada a construção, em terras de Bonifácio José Carneiro e Joaquim da Costa Barros, adquiridas do Padre Vicente e seus irmãos, a capela foi concluída e benta no dia 9 de dezembro de 1845.

Com a criação da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, pela Lei provincial n.º 1 081, de 4 de dezembro de 1863, inaugurada canônicamente em 1864, a capela sofreu alguns reparos indispensáveis aos serviços religiosos da nova matriz. A freguesia foi transferida para a povoação de São João do Jaguaribe, pela Lei n.º 1 118, de 8 de novembro de 1864.

Vista parcial da cidade

Vista parcial da Rua Coronel Francisco Remígio

Foi criado o distrito de paz de Limoeiro, do município de Russas, pela Lei provincial n.º 607, de 8 de novembro de 1852, suprimido em 1854, mas restaurado pela Lei provincial n.º 913, de 12 de setembro de 1859.

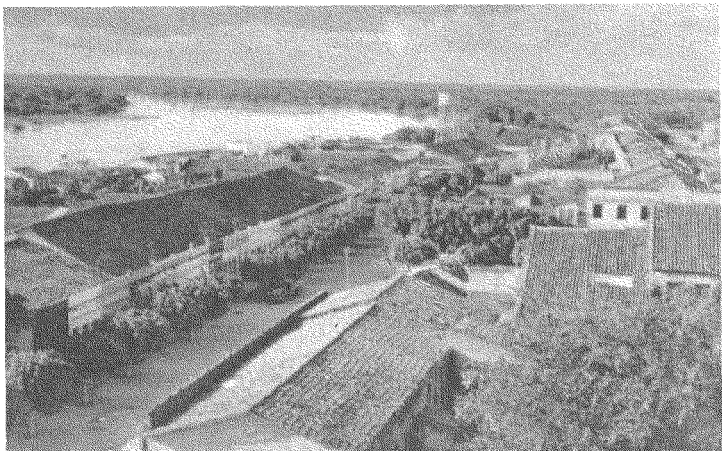
O distrito de paz de São João do Jaguaribe, criado pela Câmara Municipal de Russas, em 11 de setembro de 1830, e confirmado pela Lei provincial n.º 150, de 22 de setembro de 1838, foi suprimido pelo Decreto estadual número 29-A, de 6 de março de 1892.

A povoação de mesmo nome recebeu foros de vila, pela Lei provincial n.º 1 255, de 22 de dezembro de 1868, sendo transferida, antes de inaugurada, para a povoação de Limoeiro, pela Lei provincial n.º 1 402, de 22 de julho de 1871, que passou a ser sede do município, com território desmembrado do de São Bernardo das Russas (atual Russas), dando-se sua instalação em 30 de julho de 1873.

Foi seu primeiro Intendente o capitão João Enneas da Silva, que em 1872 exercera o cargo de delegado. Seu govêrno, que se estendeu até 1878, caracteriza-se pelo estoicismo com que suportou "a maior crise climatérica do Ceará — a sêca de 77, que se constituiu em verdadeira catástrofe. A população, que já chegava a 13 397 habitantes, foi dolorosamente dizimada. O Intendente foi incansável na aquisição de socorros para as populações flageladas. Para isto dirigiu constantes apelos, tanto às autoridades civis, como eclesiásticas da capital do Estado e de outras unidades da Federação". Reconhecendo tais méritos, seus pósteros perpetuaram-lhe o nome numa das praças hoje existente.

A vila foi elevada à categoria de cidade pela Lei número 364, de 30 de agôsto de 1897.

A 15 de junho de 1926, Limoeiro viveu momentos de intensa espectativa e justificado temor. O célebre cangaceiro Lampião, vindo de Mossoró, ocupou a cidade com seus 42 homens afeitos ao saque.

Antes Virgolino Ferreira da Silva, o verdadeiro nome de Lampião, havia atacado aquela cidade potiguar onde houve cerrado tiroteio, morrendo, em conseqüência, alguns bandidos de fama. Chegando a Limoeiro e ciente de que pisava terra cearense, o capitão Virgolino ordenou aos seus para não mais roubar, pois no seu entender o solo onde pontificava o padre Cícero Romão Batista não

era para ser atacado. Lampião, supersticioso, tinha pelo velho Padre verdadeiro fanatismo. Os fazendeiros cearenses, por isso, foram poupados da sanha destruidora dos bandoleiros. Antes de atingir a cidade, Lampião hospedou-se na casa de fazenda do coronel Anísio Batista dos Santos, na lagoa do Rocha, a 36 quilômetros da sede. Precisamente às 18 horas do dia 15 de junho, Lampião entendeu-se com o Prefeito Municipal, coronel Felipe Santiago, exigindo dêste a quantia de quinze contos de réis pelo resgate da cidade que fôra quase totalmente abandonada pela população. O Prefeito expôs as condições ao Vigário da Paróquia, Padre Vital Gurgel Guedes e a outras autoridades. Foi então feito um apêlo a Virgolino para que reduzisse a quantia imposta, pois as pessoas de dinheiro já se haviam retirado para lugar seguro. Lampião diminui-a para seis contos, ao que as autoridades locais asseguram ser impossível juntar, de momento, tanto dinheiro, acrescentando que só dispunham de dois contos, o que leva Sabino, valente cangaceiro, a dizer que aquilo era uma "ninharia". Lampião, notando a intromissão de Sabino, sem que tivesse sido chamado a isso, aceitou os dois contos, sem protesto...

Vista parcial da Rua Santos Dumont

O valente bandoleiro nordestino estêve em visita, ao lado das autoridades locais, a vários pontos da cidade, e até depositou esmolas na Matriz. Sabedor de que estavam em sua perseguição fôrças policiais do Ceará e Rio Grande do Norte, tomou destino ignorado.

De conformidade com o Decreto n.º 448, de 30 de dezembro de 1938, o município de Limoeiro perdeu parte de seu território para o distrito de Baixa Branca, de Russas, Bom Jardim (de Pereiro).

A cidade de Limoeiro foi escolhida para sede de bispado dentre as demais da zona Jaguaribana que disputavam a primazia. A Diocese instalou-se a 29 de setembro de 1938, sendo eleito dezessete meses depois seu primeiro bispo, D. Aureliano Matos, pela Bula *Comissum Humilitati Nostrae,* de 8 de fevereiro de 1940, do Santo Padre Pio XII.

A sagração do novo bispo realizou-se a 29 de setembro de 1940 na Catedral de Limoeiro, sendo sagrante D. Manuel da Silva Gomes, Arcebispo de Fortaleza, e consagrantes D. José Tupinambá da Frota e D. Francisco de Assis Pires, bispos de Sobral e Crato, respectivamente. A festa revestiu-se de caráter imponente, cumprindo-se vasto programa, a que estiveram presentes o Interventor Federal do

Trecho da Rua Coronel Serafim

Ceará, Dr. Francisco de Menezes Pimentel, e seu secretariado, todo o clero da Diocese, sacerdotes da Arquidiocese de Fortaleza, além de incalculável multidão de fiéis.

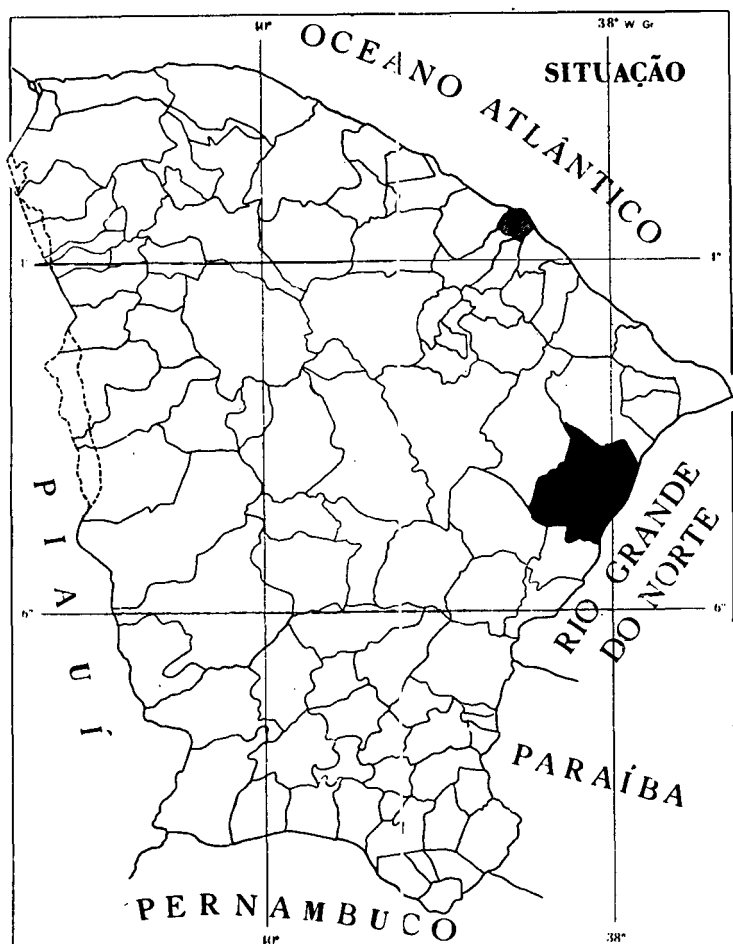
Pelo Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943, o topônimo foi alterado para Limoeiro do Norte; os distritos de Tabuleiro e São João passaram a denominar-se, respectivamente, Ibicuipeba e Jandoim, em virtude do mesmo decreto-lei.

A Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, que fixou o quadro da divisão administrativa do Estado, para vigorar sem alteração até 31-XII-1953, determinou as seguintes alterações no município de Limoeiro do Norte: os distritos de Bica, Ibicuíba e Jandoim passaram a denominar-se respectivamente, Ôlho-d'Água da Bica, Tabuleiro do Norte e São João do Jaguaribe; o distrito de Bixopá, pertencente ao município de Russas, foi anexado ao de Limoeiro do Norte; e foram criados os distritos de Barra do Figueiredo e Castanhão, com sede nos núcleos do mesmo nome, então elevados à categoria de vila.

Em virtude da mesma Lei, o município compõe-se dos distritos de Limoeiro do Norte, Alto Santo, Barra do Figueiredo, Bixopá, Castanhão, Ôlho-d'Água da Bica, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte.

Nas eleições realizadas a 3 de outubro de 1954, foram eleitos: Prefeito — Sabino Roberto de Freitas. Vereadores — Francisco Moreira Filho, Jared Santiago, Simonides Guerreiro Chaves, Onésimo Remígio de Freitas, Francisco Rogério de Oliveira, Francisco Pergentino Mendes Guerreiro, Vicente de Paula Nogueira, Antônio Alves Maia e Ambrosino de Oliveira Cunha.

Festa de "São João na roça"

LOCALIZAÇÃO — Situado na Zona Fisiográfica do Sertão do Baixo Jaguaribe, em pleno Polígono das Sêcas, o município de Limoeiro do Norte se estende desde as famosas várzeas aluvionais formadas pelos rios Jaguaribe e Banabuiú até à chapada do Apodi, nos limites com o Estado do Rio Grande do Norte. Limita com os municípios de Morada Nova, Russas, Iracema e Jaguaretama. A cidade, localizada na Ilha de Limoeiro, dista da Capital do Estado, em linha reta, 160 quilômetros e possui as seguintes coordenadas geográficas: 5° 08' 44" de latitude Sul e 38° 05' 32' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 70 metros na sede municipal.

CLIMA — Salubre e sêco. A temperatura oscila entre 24 e 36 graus centígrados. O inverno estende-se de janeiro a junho, ocorrendo precipitação pluviométrica da ordem de 540 milímetros.

ÁREA — Limoeiro do Norte tem uma área de 3 321 quilômetros quadrados, sendo um dos maiores do Estado, figurando em 9.° lugar em relação à área das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O solo, em parte acidentado nos distritos de Alto Santo e São João do Jaguaribe, não apresenta sensíveis ondulações. Nas baixadas notam-se grandes reservatórios naturais, como as lagoas da Salina, Lima, Saco do Barro, Grande e Papa. Banham o município os rios Jaguaribe, Banabuiú e Figueiredo, além de inúmeros riachos de natureza temporária.

RIQUEZAS NATURAIS — Barro (argila) e jazidas calcárias são as únicas riquezas minerais exploradas. As riquezas vegetais são representadas por carnaubais, oiticicais e matas para extração de madeira e lenha.

POPULAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950, constatou no município de Limoeiro do Norte uma população de 37 269 habitantes e tinha a seguinte composição: homens: 18 414; mulheres: 18 855; brancos: 19 873 (9 848 homens e 10 025 mulheres); pretos: 2 490 (1 232 homens e 1 258 mulheres); pardos: 14 816 (7 297 homens e 7 519 mulheres) e sem declaração 90 (37 homens e 53 mulheres).

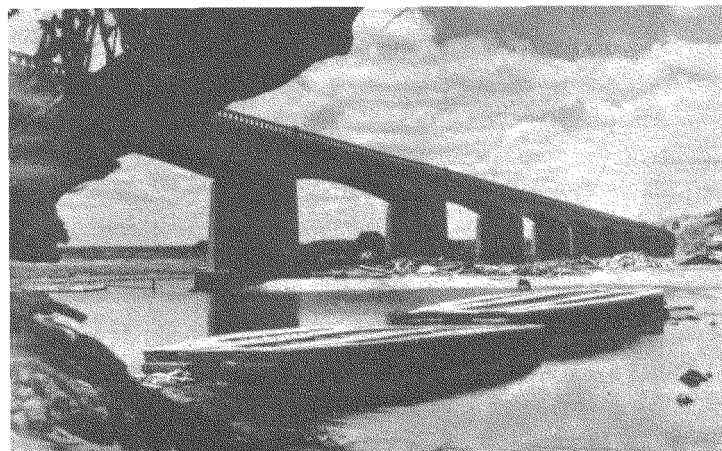
Das pessoas de 15 anos e mais em número de 20 757 — 7 404 eram solteiras (3 745 homens e 3 659 mulheres); casadas: 12 307 (6 074 homens e 6 233 mulheres); desquitadas: 11 (8 homens e 3 mulheres); viúvas: 935 (246 homens e 689 mulheres); e sem declaração: 100 (41 homens e 59 mulheres).

Quase tôda a população era de nacionalidade brasileira, num total de 37 263, sendo 18 411 homens e 18 852 mulheres; naturalizado: 1 homem; estrangeiros: 2 (1 homem e 1 mulher); e sem declaração: 3 (1 homem e 2 mulheres).

Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos, num total de 36 956 pessoas (18 252 homens e 18 704 mulheres); protestantes 184 (91 homens e 93 mulheres); espírita: 1 homem e sem religião: 19 (16 homens e 3 mulheres); e 109 não declararam o credo professado (54 homens e 55 mulheres).

A densidade era de 11,22 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 80,64% da população localizavam-se no quadro rural, num total de 30 057 (15 069 homens e 14 988 mulheres).

O município de Limoeiro do Norte, inclusive o distrito de Bixopá, transferido de Russas, segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística, apresentou o efetivo de 48 010 pessoas em 1.° de julho de 1957, de onde se conclui ter sido da ordem de 21,43% o aumento relativamente ao Censo de 1950, contra 18,54% obtido para o Estado.

Aglomerações urbanas — São 5 as aglomerações urbanas do município — a cidade de Limoeiro do Norte, com 4 647 habitantes (2 173 homens e 2 474 mulheres); a vila de Alto Santo, com 708 habitantes (311 homens e 397 mulheres); a vila de Bica, atual Ôlho-d'Água da Bica, com 208 (107 homens e 101 mulheres); a vila de Ibicuipeba, atual Tabuleiro do Norte, com 949 habitantes (428 homens e 521 mulheres) e a vila de Jandoim, atual São João do Jaguaribe, com 700 habitantes (326 homens e 374 mu-

Ponte Arrojado Lisboa, sôbre o rio Jaguaribe

Vista do açude Tapuio

lheres). No quadro urbano da cidade e vilas existiam 5 020 habitantes (2 297 homens e 2 723 mulheres) e no quadro suburbano, 2 192 pessoas (1 048 homens e 1 144 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As principais fontes de riqueza do município provêm da agricultura e pecuária, distinguindo-se as culturas do algodão herbáceo, cana-de-açúcar, mandioca, arroz, milho, feijão, banana, laranja e batata-doce, produtos básicos à economia local.

O Recenseamento Geral de 1950 revelou que 84% da população presente em idade ativa (10 anos e mais) estavam ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

Consoante dados elaborados pelo Departamento Estadual de Estatística, a safra agrícola de 1955 foi a seguinte: 111 850 kg de algodão herbáceo .... (Cr$ 11 185 000,00); 54 600 centos de laranja .... (Cr$ 3 822 000,00); 30 075 sacos — 60 kg — de feijão (Cr$ 6 225 525,00); 10 135 sacos — 60 kg — de milho (Cr$ 1 824 300,00); 90 000 cachos de banana .... (Cr$ 3 600 000,00) e 660 toneladas de batata-doce .... (Cr$ 660 000,00). Constatou-se, ainda, a produção de cana-de-açúcar, mandioca, arroz, porém em pequenas proporções. São principais compradores dos excedentes agrícolas os mercados de Fortaleza, Mossoró (RN) e Campina Grande (PB). A pecuária é bem desenvolvida.

Estimou o D.E.E. em cêrca de 118 milhões de cruzeiros o valor do rebanho do município, cujo efetivo, por espécie, é o seguinte: bovinos — 42 450; eqüinos — 4 350; asininos — 5 000; muares — 3 730; suínos — 8 850; ovinos — 41 250 e caprinos — 31 000.

A leitura dos números acima evidencia a preferência dos criadores pelos rebanhos bovino, ovino e caprino, correspondente às parcelas mais numerosas.

A indústria extrativa do município é bem desenvolvida atingindo, em 1956, a expressiva cifra de 36 milhões de cruzeiros, destacando-se a cêra de carnaúba com 500 toneladas, a oiticica com 112 000 e cal de pedra com 3 500 toneladas. Além dos citados, produz madeiras para construção, fins industriais e domésticos, e barro.

O pescado, correspondente a 44 toneladas, valeu .... Cr$ 796 000,00.

Os aviamentos existentes no município produziram em 1955 cêrca de 5 000 sacos de 60 quilogramas de farinha de mandioca, estimados em Cr$ 775 000,00.

A produção dos engenhos de cana-de-açúcar (15 000 quilogramas de rapadura) valeu no mesmo ano .... Cr$ 54 000,00.

Os 31 estabelecimentos fabris que, em 1956, constaram do Registro Industrial, totalizaram cêrca de 30 milhões de cruzeiros. Dêstes estabelecimentos, 9 se dedicavam à panificação, 8 à fabricação de sapatos, 6 a beneficiamento de madeiras, 4 à indústria de eletricidade, 2 a beneficiamento de algodão, 1 à indústria de carne e 1 à fabricação de sabão, dos quais apenas 8 ocupavam 5 e mais pessoas.

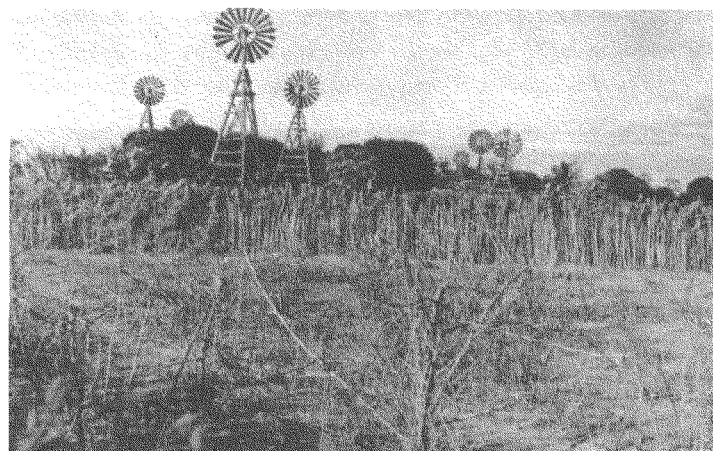
Os principais estabelecimentos industriais de Limoeiro do Norte são: Usina "Santo Antônio", Serraria "Pio X", Serraria "Santa Isabel" e a Usina "Aimorés".

Foram produzidos, em 1956, na sede municipal, ... 39 500 kWh de energia elétrica, fornecida pela Emprêsa de Luz e Fôrça Ltda., para iluminação pública e domiciliária.

COMÉRCIO E BANCOS — A 1.º de julho de 1950, consoante elementos do Censo Comercial, existiam no município de Limoeiro do Norte, 254 estabelecimentos, sendo: 246 varejistas e 8 atacadistas. As pessoas ocupadas nesses estabelecimentos somavam 342, assim discriminadas: 326 nos estabelecimentos varejistas e 16 nos atacadistas. Quanto ao comércio varejista, o valor das suas vendas subiu a Cr$ 15 185 000,00, e o atacadista totalizou apenas 1 761 milhares de cruzeiros.

Na sede municipal as atividades comerciais são exercidas por 31 estabelecimentos do ramo varejista e 15 do atacadista, uma agência do Banco do Brasil e um Escritório do Banco do Nordeste do Brasil S. A. Limoeiro do Norte importa: tecidos, miudezas para armarinhos, gêneros alimentícios, sal e medicamentos. A sua exportação consiste de cêra de carnaúba, sementes de oiticica, artefatos de palha, algodão, couros e peles.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município de Limoeiro do Norte liga-se à Capital Estadual através de 198 km rodoviários, atravessando em seu percurso as cidades de Russas e Pacajus. Também é ligada por rodovia aos municípios vizinhos, como abaixo se descreve: Iracema — 102 km; Jaguaretama — 180 km; Morada Nova — 36 km; Mossoró (RN) 108 km e Russas — 30 km. É servida, ainda, por um campo de pouso, não havendo linha regular.

Com referência a comunicação, mantém a municipalidade uma emprêsa telefônica, desde 1939, contando, atual-

Cataventos na planície do Vale do Jaguaribe

mente, com 76 aparelhos, sendo 2 a serviço de particulares e 16 a serviço do público, além de extensões para 19 localidades da zona rural; Agência Postal-telegráfica do D.C.T. e Agência Postal-telefônica nos distritos de Castanhão, Alto Santo, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte, sendo os três últimos distritos recentemente elevados à categoria de município.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Limoeiro do Norte localiza-se em uma ilha e foi por várias vêzes invadida pelas águas do impetuoso Jaguaribe, sendo transformadas suas ruas em verdadeiros canais, trafegáveis por canoas. Compreende a cidade 44 logradouros, dos quais 2 parcialmente pavimentados de paralelepípedos, sendo ainda 19 arborizados. O número de prédios ascende a 1 262 com 927 exclusivamente residenciais e 9 simultâneamente residenciais e para outros fins.

É servida por iluminação pública e domiciliar, sendo de 366 o número de ligações domiciliares.

A municipalidade mantém um serviço de limpeza pública e de remoção do lixo domiciliar, beneficiando 625 prédios, compreendidos em 28 logradouros. A cidade é servida por um rêde de abastecimento de água, mantida pela municipalidade.

Como meio de hospedagem, há duas pensões, cobrando diária de Cr$ 100,00. Na Prefeitura Municipal, em 1956, estavam registrados 5 automóveis, 9 jipes, 17 camionetas e 61 caminhões.

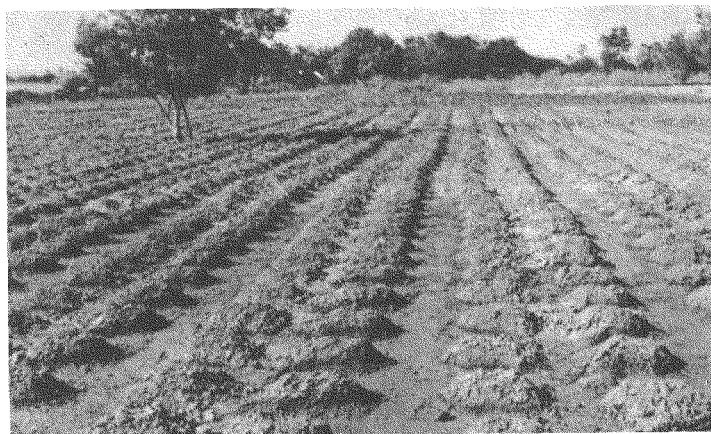
ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Localizam-se na cidade 6 estabelecimentos de assistência médica: Maternidade "São Raimundo", Casa de Saúde "São José, Pôsto do Serviço de Endemias Rurais e Pôsto de Saúde de Limoeiro do Norte".

Exercem atividades, no município, 4 médicos, 4 dentistas e 3 farmacêuticos. O comércio de medicamentos é explorado por 3 farmácias sediadas na sede municipal.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Esta modalidade de assistência é prestada por duas Conferências Vicentinas, do Culto Católico Romano. Conta, ainda, o município duas cooperativas: a Cooperativa Limoeirense de Crédito Limitada, sediada na sede municipal e a Cooperativa de Crédito aos Agricultores de Castanhão, instalada na sede do distrito.

O Círculo Operário Católico São José presta assistência mutuária e concede benefícios outros aos seus 772 associados.

ALFABETIZAÇÃO — A população, com 5 anos e mais, do município de Limoeiro do Norte, conforme o Recenseamento Geral de 1950, foi de 30 363 habitantes. Entre êstes, 30%, ou seja, 9 017, sabiam ler e escrever, sendo 4 530 homens e 4 487 mulheres. Contava a sede municipal com 3 816 pessoas, do mesmo grupo de idade, das quais, 2 067 eram alfabetizadas: 986 homens e 1 081 mulheres.

Ensino — O ensino primário fundamental comum ministrava-se em 1956 por 137 unidades escolares cuja matrícula inicial era de 3 497 alunos de ambos os sexos. A taxa de matrícula em 1950 atingiu 33,25% em Limoeiro do Norte e 24,3% no Estado do Ceará. Existiam ainda no referido município no mesmo ano, 3 estabelecimentos de ensino extraprimário com a matrícula inicial de 227 alunos: 127 masculinos e 100 femininos. Concluíram curso 47 estudantes (18 homens e 29 mulheres).

Vista de uma plantação de mandioca

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem, na cidade, 6 associações esportivas e culturais, 4 das quais têm finalidades esportivas, 1 sócio-cultural e 1 artístico-cultural. No primeiro grupo, mencionam-se o Esporte Clube Limoeiro, Paiçandu Esporte Clube, Liga Esportiva de Limoeiro do Norte e Palmeiras Esporte Clube. É praticado o futebol com destaque por tôdas as entidades, sendo que o Paiçandu Esporte Clube dispõe de campo apropriado, o Estádio "Coronel Pio Gadêlha", com bonita fachada, murado, terra batida e instalação de madeira, onde se realizam, com grande entusiasmo, os prélios locais e campeonatos intermunicipais. Encontra-se a Associação Cultural de Limoeiro do Norte dispondo de biblioteca e discoteca e, finalmente, no setor artístico-cultural, a Sociedade Limoeirense de Cultura e Arte possuindo uma discoteca com cêrca de 2 132 discos.

Há 1 cinema, o Cine-Rádio Jaguaribe, funcionando 3 vêzes por semana e dispondo de 180 lugares.

Contam-se as seguintes bibliotecas: Biblioteca do Padre José Falcão Freire, com 1 000 volumes; Biblioteca do Seminário Diocesano Cura D'Ars (estudantil e particular), com 950 volumes, Biblioteca Mário Augusto Teixeira de Freitas, com 450 volumes (Agência Municipal de Estatística), Biblioteca Dr. Menezes Pimentel, com 300 volumes (estudantil), Biblioteca do Ginásio Diocesano Padre Anchieta, com 250 volumes (estudantil) e a Biblioteca Pública da Associação Cultural de Limoeiro do Norte, com 200 volumes.

Funciona 1 tipografia com movimento regular.

Há ainda, de natureza geral, 1 radiodifusora, a Rádio Vale do Jaguaribe com os seguintes característicos: prefixo — ZYH-23; data da emissão 20-1-56; máximo de potência anódica — (w); na antena — (w) 200; freqüência — 1 250 kc; total de horas de irradiação durante o ano — 1 333 e idioma, o nacional. É mantida pela Sociedade Limoeirense de Culturas e Artes.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	468	1 018	671	272	673
1951.......	497	1 323	834	447	721
1952.......	487	1 792	1 159	512	1 143
1953.......	516	1 985	1 390	498	1 492
1954.......	527	2 161	1 388	...	1 357
1955.......	937	3 259	1 354	504	1 680
1956.......	1 726	5 614	2 087	...	1 730

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Não há particularidades notáveis quanto aos templos católicos existentes. Entretanto há belas construções do passado cujos estilos deixam excelente impressão. O altar-mor da Catedral, a Igreja de Santo Antônio, a Capela de Nossa Senhora das Brotas, na vila de Tabuleiro do Norte, a Capela de São João Batista e a de Santa Luzia, no povoado de Espinho, tudo de belo estilo gótico. O primeiro templo católico do município e o mais antigo, segundo a tradição histórica, foi a capela de São João Batista da vila de mesmo nome, de taipa, erigida antes de 1730. Um antigo documento existente nos arquivos da Agência Municipal de Estatística, datado de 29 de maio de 1877, a respeito dêsse templo, diz o seguinte: "Essa antiga Capela que ainda existia em 1730, mais ou menos, foi servida pelos Padres Benedictinos da Parahyba do Norte, os quais então tinhão nesse lugar uma caza de residência cujas ruínas ainda se vêem. Possuem ainda os Pes. Benedictinos terras naquele lugar. Havendo se deteriorado a antiga Capella que era de taipa e tendo sido interdicta em consequencia de mortes perpetradas no recinto sagrado, teve de ser demolida. Em 1736, o Coronel Damazio de Azevedo Atayde e o Capitão Antonio Veloso d'Andrade obtiverão licença para fundar como fundarão, uma outra Capella, que é a que ainda hoje existe. O templo sofreu uma outra reforma quando o Vigário da Paróquia de Limoeiro do Norte, o então cura Cônego Climério Chaves".

Como monumento, figura a estátua ou Busto do Cura D'Ars.

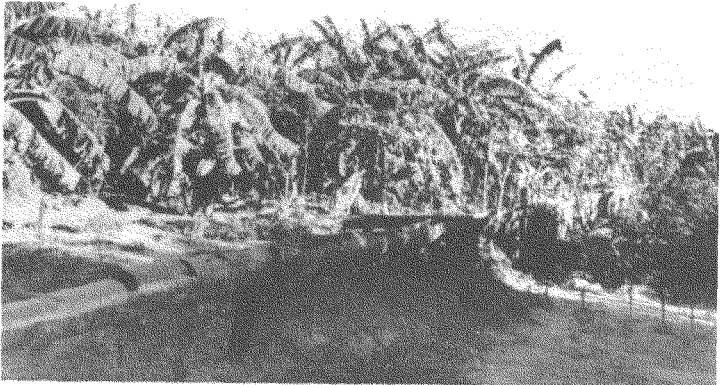
MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Os festejos populares do município são cheios de fatos interessantes e que já se tornaram tradicionais pela maneira como são realizados. As noites juninas, principalmente na cidade, onde as famílias se divertem em locais tìpicamente ornamentados, trajes à caipira, vistosos e bem adequados à região, são verdadeiramente encantadoras.

No São João da Roça, são levados a efeito quadrilhas, cirandas, mineiro-páu, casamentos e danças de caráter folclórico. Nos campos, há idênticas brincadeiras cheias da mais viva alegria. As vaquejadas ao fim do inverno, também são festejos populares que têm atraído milhares de pessoas. As cantorias ao som da viola têm freqüência notável nas zonas rurais. São grandemente admirados os poetas matutos. E o bumba-meu-boi é uma particularidade muito apreciada na comuna.

O culto católico no município de Limoeiro do Norte já tem a sua tradicional importância, o que vem influir, sobremodo, em dois grandes préstitos católicos que contam com inúmeros fiéis e várias associações religiosas: a procissão de Nossa Senhora da Conceição (padroeira da Paróquia) e a de *Corpus Christi*. A festa da padroeira, realiza-se tradicionalmente no dia 31 de maio e a de *Corpus Christi*, em data móvel.

Há ainda outras festas de destaque como a de São Sebastião, realizada a 20 de janeiro com solene procissão, a de Nossa Senhora da Saúde (na vila de Bicas) e outras.

VULTOS ILUSTRES — Limoeiro do Norte já deu ao Ceará e ao Brasil grandes vultos ilustres, dentre os quais é imperioso iniciar citando: *Padre Francisco Valdevino Nogueira* — Grande orador sacro, que mereceu a gloriosa autonomásia de "Crisóstomo Cearense". Pertenceu ao Instituto do Ceará e à Academia Cearense. Foi lente do Seminário de Fortaleza e paroquiou Cascavel. *Cônego Climério Chaves* — Jornalista, professor, filólogo e poeta dos mais destacados na vida intelectual do Ceará. *Doutor Joaquim Bento de Sousa Andrade* — Médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi Oficial de Gabinete do Ministério da Guerra, representou a Província do Ceará, na Câmara Federal por mais de uma vez; jornalista de grandes recursos, militou em vários jornais da Capital Federal. Era casado com D. Joaquina Alencar de Sousa Andrade, irmã do festejado romancista José de Alencar. *Doutor Leonel Serafim Freire Chaves* — Jornalista primoroso, lente catedrático da Faculdade de Direito do Ceará. Foi um grande líder na vida intelectual e política do Estado. *Temístocles Machado* — Poeta de fino lavor e dedicado cultor das letras. Fêz parte da "Padaria Espiritual", com o pseudônimo de Túlio Guanabara; foi Promotor de Justiça em Manaus e, no Pará, professor da Escola Normal. *José Osterne Ferreira Maia* — Talentoso advogado de admiráveis dotes oratórios. A êle deve o município larga fôlha de serviço, fator de progresso da nascente cidade de Limoeiro.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Há no município de Limoeiro do Norte, aliás plano em tôda a sua extensão que vai do rio Jaguaribe ao Banabuiú, bonitos e impressionantes panoramas especialmente nas épocas em que os rios serpenteiam entre os carnaubais verdejantes e altivos. As várzeas são, realmente, formosas. Há locais pitorescos como o distrito de Barra do Figueiredo; o Morro do José Vidal, de onde se contam lendas, existindo ali nas suas pedras gigantescas até hieróglifos. Encontram-se no município alguns reservatórios de água com regular capacidade e vastas áreas. Lagoas imensas como: a "Salina", no distrito de Tabuleiro do Norte, cujo panorama, prin-

Vista de um bananal

cipalmente na época invernosa, é admiràvelmente belo. As lagoas do "Lima", cujo leito tem capacidade de resistir a dois anos de sêca; "Saco do Barro", "Lagoa Grande", "Da Papa", são vastos e grandes acidentes geográficos, nas imensas planícies de Jaguaribe, onde há também abundância de peixes anualmente. Os distritos de Alto Santo e São João do Jaguaribe possuem terrenos acidentados, riachos, alguns cerrados, matas e frondosos oiticicais.

Nas margens dos rios, se localizam inúmeros sítios, irrigados por motobombas e cataventos construídos de madeira (processo regional e rudimentar), onde são cultivadas várias qualidades de fruteiras.

O Baixo Vale Jaguaribe, região das mais férteis, sofreu fabulosos prejuízos com inundações ocorridas, principalmente as de 1917, 1924 e 1950, que causaram grandes transtornos às populações ribeirinhas, além de surtos epidêmicos. A sede municipal várias vêzes foi invadida pelas águas e o transporte de lugares distantes era feito em canoas até as ruas mais centrais da cidade. Um mar imenso invadia tudo: carnaubais, lares, propriedades agrícolas, etc. A cidade de Limoeiro do Norte, por outro lado, está localizada em ilha formada por braços do rio Jaguaribe.

Limoeiro do Norte é um dos florescentes municípios cearenses que marcham na vanguarda do progresso. Sede de bispado desde 1938, dispõe de dois estabelecimentos de ensino superior: Ginásio Diocesano "Padre Anchieta", a Escola Normal Rural de Limoeiro do Norte e mais o Seminário Diocesano "Cura d'Ars". Possui um Grupo Escolar, um Patronato, um Escola Reunida no distrito de Tabuleiro do Norte, sem se falar nas várias dezenas de escolas estaduais e municipais disseminadas pelos populosos núcleos da zona rural.

A Escola Normal Rural, o Ginásio Diocesano e o Seminário transformaram a cidade num centro de atração cultural; abrigam apreciável número de estudantes procedentes de vários municípios, até mesmo de outras unidades da Federação.

O município é sede da 16.ª Região Agrícola que presta assistência técnica aos lavradores e distribui sementes selecionadas para a melhoria das culturas. Como unidade de fomento à produção agrícola, existem: Campos de irrigação, Pôsto Florestal para distribuição de mudas e Campo de Fruticultura, localizados todos no distrito-sede.

Possui também 17 açudes com capacidade para 31 milhões de metros cúbicos, dos quais merecem realce os de "Várzea Grande" e o de "Taborda".

Dotados de instalações modernas, funcionam na cidade vários estabelecimentos hospitalares, valendo ressaltar a Maternidade "São Raimundo", pelos bons seviços prestados à terra limoeirense, de modo especial, às mães pobres; casas de Saúde "São José" e "Santo Antônio", ambas mantendo aparelhamento para serviço clínico ou cirúrgico, com ou sem internamento.

Sôbre a origem do topônimo "O Ceará" (2.ª edição — 1945 — Raimundo Girão e Antônio Martins Filho) registra o seguinte: "Limoeiro deriva seu nome de uma grande árvore dêsse fruto, que crescia, consoante a tradição, por trás da atual matriz (Catedral), acreditando-se, na falta de informes positivos, ter sido plantada pelos índios que então habitavam as várzeas jaguaribanas. (Eusébio de Sousa, Álbum do Jaguaribe, pág. 73".

MARANGUAPE — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

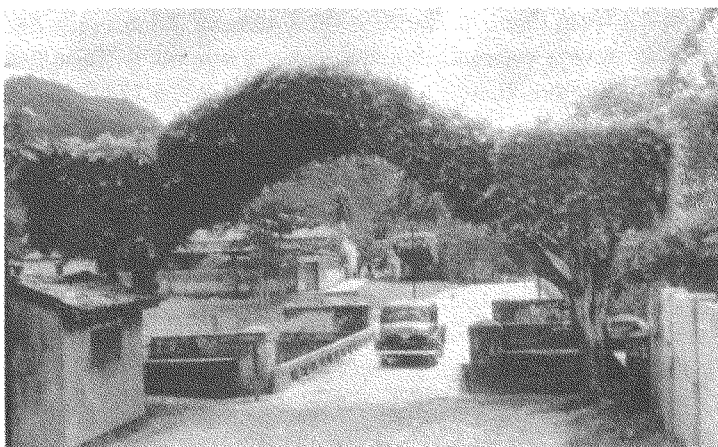
HISTÓRICO — As origens civilizadoras do município datam do século XVII, quando a frota de Matias Beck, composta de três iates e outras embarcações menores, chegou ao Ceará, conduzindo cêrca de 298 homens, entre soldados, índios mansos e negros escravos. O capitão holandês fundeou na baía de Mucuripe, construindo o forte "Schoenenborch", na foz do rio Pajeú, em cuja volta se desenvolveu o povoado que mais tarde seria a vila de Fortaleza de Nova Bragança.

Os holandeses tiveram notícia da existência de minas de prata no monte Itarema — Serra da Aratanha — próximo ao lugar onde acampavam e não muito distante da serra de Maranguape; por meio de promessas e dádivas, conseguiram dos chefes indígenas algumas indicações sôbre o local exato onde se encontravam as cobiçadas jazidas.

A expedição batava ao Monte Itarema constitui a primeira penetração do homem branco nas terras do atual município de Maranguape, àquela época habitadas por índios potiguaras, que dilatavam seus domínios na faixa litorânea, desde o Rio Grande do Norte até a barra do Ceará e daí ao Piauí. Os potiguaras, guerreiros cruéis e talvez os mais desumanos da raça tupi, a princípio foram inimigos declarados dos lusitanos, de quem mais tarde se tornaram aliados ativos e auxiliares prestimosos na conquista da terra dominada pelos holandeses.

Em declaração escrita a 3 de maio de 1649, os mineiros de Matias Beck revelaram que havia boa mina de prata em Itarema. As pesquisas se prolongaram até 1654, tendo os holandeses abandonado o Ceará, em virtude dos insucessos alcançados em Pernambuco, deixando apagados vestígios das suas explorações.

As primeiras sesmarias concedidas no início do Século XVIII tiveram como donatários o tenente Pedro da Silva e Amaro Morais, em 12 de julho de 1707; Jorge Silva, em 29 de dezembro de 1711; capitão Soares de Oliveira, em 17 de julho de 1717; José Gonçalves Ferreira Ramos e Felipe Lourenço, em 1790.

O povoamento, entretanto, veio a tornar-se efetivo nos primórdios do Século XIX com a decidida atuação do português Joaquim Lopes de Abreu que, por doação do govêrno da metrópole, entrou no domínio de algumas sesmarias, incorporando-as a outras anteriormente compradas.

Ponte sôbre o rio Pirapora, designando a entrada da cidade

Prefeitura Municipal

Em breve surgiu o arruado à margem do riacho Pirapora, em tôrno de uma capelinha, construída para atender às necessidades religiosas dos moradores, que se ocupavam nas atividades agrícolas, especialmente na cultura do café. Em 1851-1852 a produção de café da província era obtida quase tôda nas serras de Maranguape e dava não só para o consumo interno, como ainda sobrava para a exportação.

O distrito de Maranguape foi criado por provisão de 1.º de janeiro de 1760 e Ato provincial de 18 de março de 1842, ligado ao município de Fortaleza.

A 4 de agôsto de 1849, a Lei provincial n.º 485 extinguiu a freguesia de Messejana, transferindo-a para a povoação de Maranguape, sob a invocação de Nossa Senhora da Penha. A capelinha existente naquela época não tinha condições para servir de matriz, sendo, construído novo templo no local onde hoje está situada a cidade, à margem direita do riacho Pirapora. Para a nova sede da freguesia foi transferido o Vigário, padre Pedro de Alencar Rodovalho, colado em 25 de novembro de 1836.

Com território desmembrado de Fortaleza, a Lei provincial n.º 553, de 17 de novembro de 1851, elevou a povoação à vila e o distrito à categoria de município, com a denominação de Maranguape.

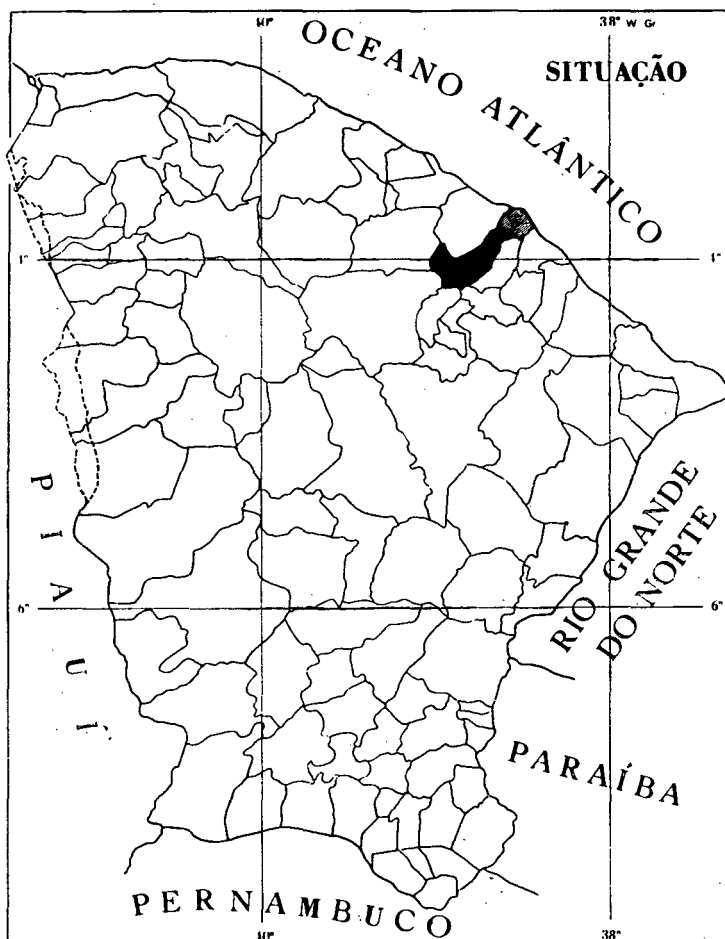
Cidade pela Lei provincial n.º 1 282, de 28 de setembro de 1869.

Em 1911, o município de Maranguape compunha-se dos distritos de Maranguape, Tabatinga, Jubaia, Cruz e Palmeiras, figurando, nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1920. com mais os distritos de Maracanaú e Gado dos Ferros. Pelo Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, os distritos de Gado dos Ferros e Cruz (depois Cruz do Lagedo) passaram a denominar-se, respectivamente, Gado e Lagedo. Em virtude do mesmo decreto-lei foram criados os distritos de Pocinhos e Tanques.

No quadro fixado pelo Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943, o município de Maranguape compõe-se dos mesmos distritos constantes da divisão anterior, alterados os topônimos de Pocinhos para Amanari; Lagedo para Itapebussu; Palmeiras para Palmácia e Tabatinga para Sapupara.

Pela Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, o município de Maranguape figura, sem alteração, no quadro fixado para vigorar no qüinqüênio 1949-1953.

Nas eleições de 3 de outubro de 1954 foram eleitos: Prefeito, Humberto Correia Mota. Vereadores: Alcino Correia Mota, Antônio Arı Braga, Antônio Gomes Bessa, Antônio Botêlho Câmara, Atanasio Perdigão Sampaio, Florêncio Barroso de Albuquerque, João Pereira de Andrade, Jones Walter de Oliveira, José Mamede da Nóbrega, Neuza Prado Gondim Oliveira e Sinésio Pontes Tavares.

LOCALIZAÇÃO — O município de Maranguape situa-se na Zona Fisiográfica do Baturité. Limita com Canindé, Pentecoste, Caucaia, Fortaleza, Pacatuba, Redenção e Pacoti. A cidade dista da Capital do Estado, em linha reta, 23 km, na direção 51° 09' S.O. e possui as seguintes coordenadas geográficas: 3° 53' 32" de latitude Sul e ...... 38° 40' 58" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 67 metros na sede municipal.

CLIMA — Maranguape apresenta um clima quente na época do verão e frio nos meses finais do inverno. Na zona serrana o clima, no entanto, é sempre fresco. A temperatura varia entre 28 e 36 graus. O período normal das chuvas se inicia em janeiro e termina em junho. A precipitação pluviométrica anual é cêrca de 913 mm.

ÁREA — A área do município é de 900 km² e ocupa o 59.º lugar em relação à das demais comunas do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os mais importantes são a serra de Maranguape, cujo ponto culminante é o pico da Rajada, com 920 metros de altitude; e a serra da Aratanha, da qual é ponto culminante o Monte Itarema. A hidrografia do município compreende rios, riachos, açudes e lagoas, sendo os mais importantes: rios Pirapora e Maranguapinho ou Maranguape, riachos Juá, Água Verde e Cruz, lagoas do Juvenal, Maracanaú e Jaçanaú.

Praça Capistrano de Abreu

RIQUEZAS NATURAIS — Madeiras, barro (argila), babaçu e peixes.

POPULAÇÃO — A população do município de Maranguape, segundo revela o Recenseamento Geral de 1950, era de 41 585 habitantes, com a seguinte composição: homens — 20 729; mulheres — 20 856; brancos — 36 260 (18 048 homens e 18 212 mulheres); pretos — 5 194 (2 632 homens e 2 562 mulheres); pardos — 28 (12 homens e 16 mulheres); 1 (homem) amarelo; e sem declaração de côr — 102 (37 homens e 65 mulheres). É imprescindível salientar que, entre os poucos municípios cearenses em que a existência de brancos constitui número superior à soma das demais côres, Maranguape ocupa lugar de destaque, sendo o de maior índice de brancos em todo o Estado do Ceará.

Quanto ao estado civil, a população maranguapense se dividia em solteiros — 9 586 (4 734 homens e 4 852 mulheres); casados — 11 825 (5 847 homens e 5 978 mulheres); viúvos — 1 268 (303 homens e 963 mulheres); desquitados — 6 (3 homens e 3 mulheres); e sem declaração de estado civil — 55 (16 homens e 39 mulheres), totalizando 2 740 pessoas de 15 anos e mais (10 905 homens e 11835 mulheres).

No que concerne à religião professada, a população de Maranguape se constituía de: 41 065 católicos romanos (20 460 homens e 20 605 mulheres); 344 protestantes (176 homens e 168 mulheres); 21 espíritas (11 homens e 10 mulheres); 85 sem religião (53 homens e 32 mulheres); e sem declaração — 70 (29 homens e 41 mulheres).

A densidade demográfica do município é de 46,20 habitantes por quilômetro quadrado, sendo classificado em 7.º lugar entre os municípios do interior do Estado, de maior densidade demográfica.

A população rural de Maranguape, representada por 68,25% da população total do município, se constitui de 28 384 habitantes, sendo 14 607 homens e 13 777 mulheres.

Caracterizando a nacionalidade dos habitantes de Maranguape, segundo revelação do Recenseamento Geral de 1950, temos: 41 571 brasileiros natos (20 718 homens e 20 853 mulheres); estrangeiros naturalizados brasileiros — 5 (homens); estrangeiros — 8 (6 homens e 2 mulheres); e sem declaração da nacionalidade — 1 homem.

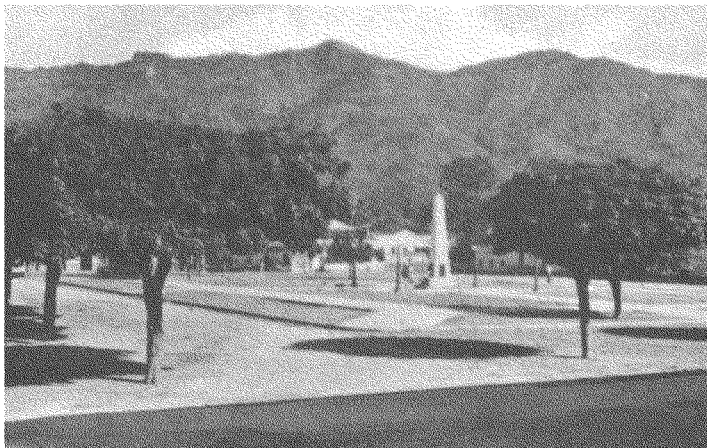
Aglomerações urbanas — Em número de 9, as aglomerações urbanas de Maranguape se distribuem da seguinte maneira: cidade de Maranguape — 5 412 habitantes (2 353 homens e 3 059 mulheres); vila de Amanari — 542 habitantes (264 homens e 278 mulheres); vila de Gado — 640 habitantes (315 homens e 325 mulheres); vila de Itapebussu — 831 habitantes (385 homens e 446 mulheres); vila de Jubaia — 580 habitantes (273 homens e 307 mulheres); vila Maracanaú — 2 845 habitantes (1 409 homens e 1 436 mulheres); vila de Palmácia — 1 359 habitantes (642 homens e 717 mulheres); vila de Sapupara — 795 habitantes (387 homens e 408 mulheres) e vila de Tanques — 197 habitantes (94 homens e 103 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal fonte de riqueza do município provém da agricultura, sendo as terras, por sua fertilidade, grandemente agricultáveis, sobressaindo vantajosamente a fruticultura e a cana-de-açúcar. De acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950, achavam-se concentrados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" 74,02% da população ativa do município, correspondendo aos habitantes de 10 anos e mais.

O Departamento Estadual de Estatística estimou a safra agrícola de 1955 em Cr$ 137 865 500,00, tendo maior destaque os seguintes produtos: banana (2 880 000 cachos — Cr$ 51 840 000,00), algodão arbóreo e herbáceo .... (250 500 arrôbas — Cr$ 30 471 000,00), manga (298 500 centos — Cr$ 11 940 000,00), cana-de-açúcar (74 000 toneladas — Cr$ 10 360 000,00), feijão (27 300 sacos — Cr$ 6 224 000,00), arroz (23 000 sacos — .... Cr$ 6 210 000,00), milho (53 900 sacos — .... Cr$ 5 821 200,00), abacate (14 000 centos .... Cr$ 4 200 000,00), laranja (27 800 sacos — .... Cr$ 2 224 00,00), mandioca-brava (4 300 toneladas — Cr$ 1 935 000,00), côco-da-baía (Cr$ 1 875 000,00) e batata-doce (870 toneladas — Cr$ 1 470 000,00). Em menor escala vêm as culturas do abacaxi, café, mandioca-mansa, fava, tangerina, limão, tomate e inhame.

Os produtos agrícolas são transportados, em grande parte, para a Capital do Estado, principal mercado comprador do município.

A indústria de transformação constitui importante atividade e é representada pelo beneficiamento de algodão, fabricação de tecidos, extração de óleos e gorduras vegetais.

De acôrdo com os dados do Registro Industrial de 1954, existiam 30 estabelecimentos fabris, os quais pro-

Praça Joaquim José Sousa Sombra

duziram 29 milhões de cruzeiros, ocupando em média 541 pessoas.

Os alambiques, engenhos e aviamentos esparsos pelo município produziram, em 1955, conforme apurações do D.E.E., 850 000 litros de aguardente = ... Cr$ 8 500 000,00; 240 000 quilogramas de rapadura = Cr$ 1 080 000,00; 12 000 sacos de 60 quilogramas de farinha de mandioca = Cr$ 2 760 000,00 e 14 400 quilogramas de goma = Cr$ 64 800,00, afora diminuta produção de açúcar bruto.

O município é grande produtor de aguardente, sendo o 2.º centro do Estado, em 1955.

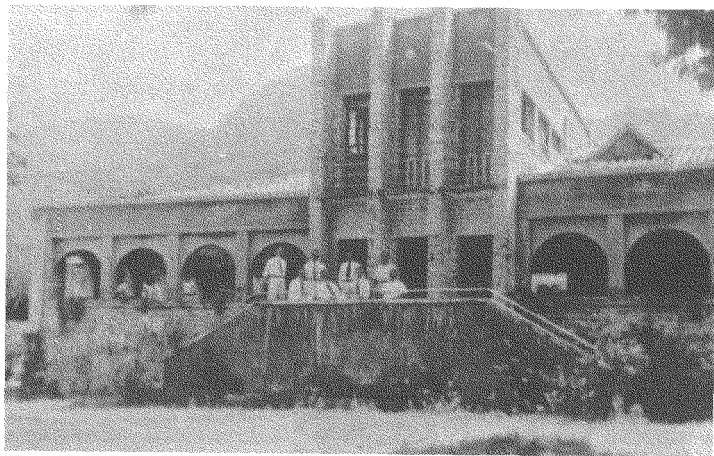
A produção extrativa foi estimada, para 1956, em Cr$ 13 995 500,00, sobressaindo madeira para construção, fins industriais e domésticos (120 220 m³ = ... Cr$ 11 350 000,00), peixes (99 500 quilogramas = ... Cr$ 1 492 000,00) e carvão vegetal (120 toneladas = ... Cr$ 800 000,00). Foram produzidos, ainda, em menores proporções, barro para tijolos e telhas, pedras para construção, castanhas de caju, babaçu, cêra de carnaúba, semente de urucu, mel e cêra de abelha e animais silvestres. A pesca é bem desenvolvida, existindo um bem aparelhado pôsto de piscicultura.

Quanto à pecuária, o rebanho é pouco desenvolvido, chegando mesmo a importar gado de outros centros produtores. O Departamento Estadual de Estatística estimou o rebanho, em 31-XII-1955, em 49 970 cabeças, no valor de Cr$ 50 965 000,00, constante de 11 330 bovinos, 4 350 eqüinos, 5 840 asininos, 2 530 muares, 10 720 suínos, 7 400 ovinos e 7 800 caprinos.

O leite produzido em 1955, conforme estimou o D.E.E., somou 900 000 litros = Cr$ 3 560 000,00, assim como a produção de queijo montou em 45 000 quilogramas = Cr$ 1 350 000,00, a de manteiga em 9 000 quilogramas = Cr$ 405 000,00, e a de banha de porco em 6 870 quilogramas = Cr$ 219 840,00.

A produção de energia elétrica em 1955 foi de .... 1 035 750 kWh, aproximadamente, assim distribuídos: .. 50 700 para iluminação pública, 133 200 para luz domiciliária e 851 850 como fôrça motriz, consumidos por fábricas.

Dos 59 estabelecimentos fabris de maior vulto existentes em 1956, dedicavam-se 1 à fabricação de tecidos, 6 ao beneficiamento de algodão, 3 ao de arroz, 2 ao beneficiamento de madeira, 1 à fabricação de móveis de ma-

Igreja-Matriz de Nossa Senhora da Penha

Hotel e Balneário Pirapora

deira, 7 à panificação, 21 à fabricação de aguardente de cana, 3 à produção de lingüiça, 3 à matança de gado para consumo público, e 7 à produção de energia elétrica, dos quais 12 eram da classe dos que ocupavam 5 pessoas e mais.

Os principais dêsses estabelecimentos são os seguintes: Fábrica Maranguape (tecidos), Usina Almaranda, Usina São Sebastião, Usina Nonato, Usina Moacir, Usina Santo Antônio e Fábrica Bom Jesus (beneficiamento de algodão), Serraria Maranguape, Serraria São José, Padaria Portuguêsa, Padaria Lusitana, Padaria São Raimundo, Padaria São Gerardo, Padaria São Sebastião, Padaria Nossa Senhora de Fátima, Fábrica Ypioca e Fábrica São Francisco (aguardente de cana). A Usina Nonato produz, também, óleo de caroço de algodão.

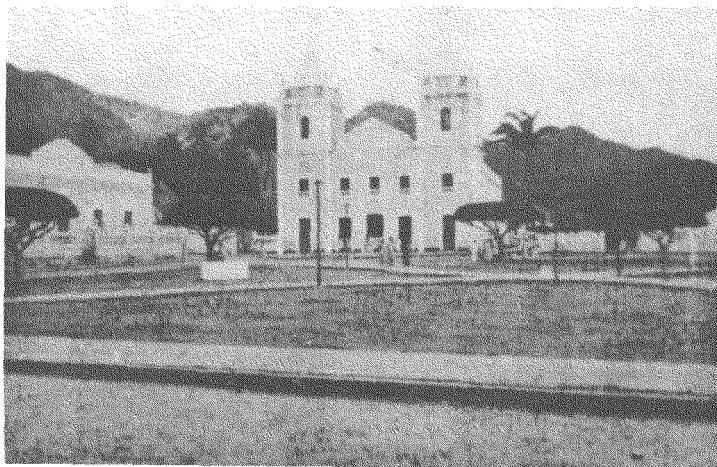
A agricultura e pecuária do município são estimuladas por várias organizações governamentais de fomento, tais como a Estação de Fruticultura de Santo Antônio do Pitaguari, e o Hôrto Florestal de Santo Antônio, ambos localizados em Maracanaú, a sede da 1.ª Região Agrícola, o Hôrto Florestal Luís Severo Barbosa, o Subposto de Defesa Agrícola e o Pôsto de Vigilância Sanitária Animal, todos situados na sede Municipal.

Dois agrônomos proporcionam assistência técnica profissional aos agricultores e criadores de Maranguape.

COMÉRCIO E BANCOS — Na sede municipal existem 7 estabelecimentos atacadistas, e 76 varejistas. Segundo os dados registrados no Censo Comercial de 1950, havia em todo o município, 147 estabelecimentos varejistas e 5 atacadistas. O valor das vendas efetuadas pelos estabelecimentos varejistas e atacadistas atingiram a 8,624 e 18,670 milhões de cruzeiros, respectivamente, situando Maranguape entre as principais praças comerciais.

O comércio local mantém transações com as praças de Fortaleza, Pentecoste, Canindé, Pacoti, Boa Viagem, Quixeramobim, São Paulo e Rio de Janeiro. Importa, sobretudo, tecidos, medicamentos, miúdezas em geral, utensílios domésticos e outras mercadorias.

Exporta algodão em pluma, óleos vegetais, tecidos de sua fabricação, cêra de carnaúba, aguardente de cana, peles e couros, mamona, lenha, cereais, frutas, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por estradas de rodagem e pelo ramal da Estrada de Ferro de Baturité. Possui 5 emprêsas de ônibus, com linhas regulares intermunicipais.

Ginásio do Instituto Santa Rita

Liga-se com os municípios vizinhos e com a capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Canindé: rodoviário, 104 km; Caucaia: rodoviário (via Fortaleza) 32 km; e (via Mirambé) 22 km; Pacatuba: ferroviário 20 quilômetros e rodoviário, 18 km; Pacoti: rodoviário, 68 quilômetros; Pentecoste: rodoviário (via Fortaleza) 116 quilômetros; Redenção: misto a) ferroviário (até Acarape, 52 km) e b) rodoviário 2 km, e rodoviário (via Ôlho d'Água, 52 km) e Capital Estadual: ferroviário, 30 km e rodoviário 22 km.

A cidade, dispõe, como meio de comunicação de uma Agência Postal-telegráfica do D.C.T. outra da Estação Ferroviária da Rêde Viação Cearense, esta última de uso privativo daquela repartição.

ASPECTOS URBANOS — Maranguape, situada ao sopé da serra do mesmo nome, no ponto em que termina o ramal ferroviário da R.V.C. é uma das florescentes cidades do interior do Estado, mantém forte intercâmbio comercial financeiro e cultural com Fortaleza, dada a pequena distância que as separa e os fáceis meios de transporte existentes.

É formada por 40 logradouros públicos bem traçados, dos quais 23 estão pavimentados a paralelepípedo e pedras irregulares, 8 das suas principais vias públicas possuem boa arborização. Conta, ainda, a cidade com 3 "passeios".

Há luz elétrica pública e domiciliar, sendo de 1 057 o número de prédios beneficiados com ligações.

O Serviço de Abastecimento de água da Municipalidade serve 14 logradouros com 457 prédios; 34 logradouros são beneficiados com o serviço de limpeza pública, estendendo-se, também, a 1 010 prédios.

Nas zonas urbanas e suburbana da cidade existem 1 300 prédios aproximadamente; 1 100 são residenciais.

Como meio de hospedagem há uma pensão e o "Balneário Pirapora", situado ao pé da serra de Maranguape, bem próximo à cidade. Em 1956, achavam-se registrados na repartição competente 36 caminhões, 12 jipes, 7 automóveis e 13 ônibus. A cidade é servida com boa praça de carros de aluguel.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existem no município de Maranguape os seguintes estabelecimentos de assistência médico-sanitária: "Maternidade Professor Olinto Oliveira", Colônia Antônio Justa (para leprosos), Sanatório de Maracanaú (tuberculose); Pôsto de Saúde Pública (clínica médica geral); Pôsto de Puericultura, da L.B.A. Há, ainda, as "Enfermeiras" do Instituto Carneiro de Mendonça; do Preventório Eunice Weaver e do Instituto dos Pobres, que atende, exclusivamente aos internados. Acha-se instalado na cidade um pôsto do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

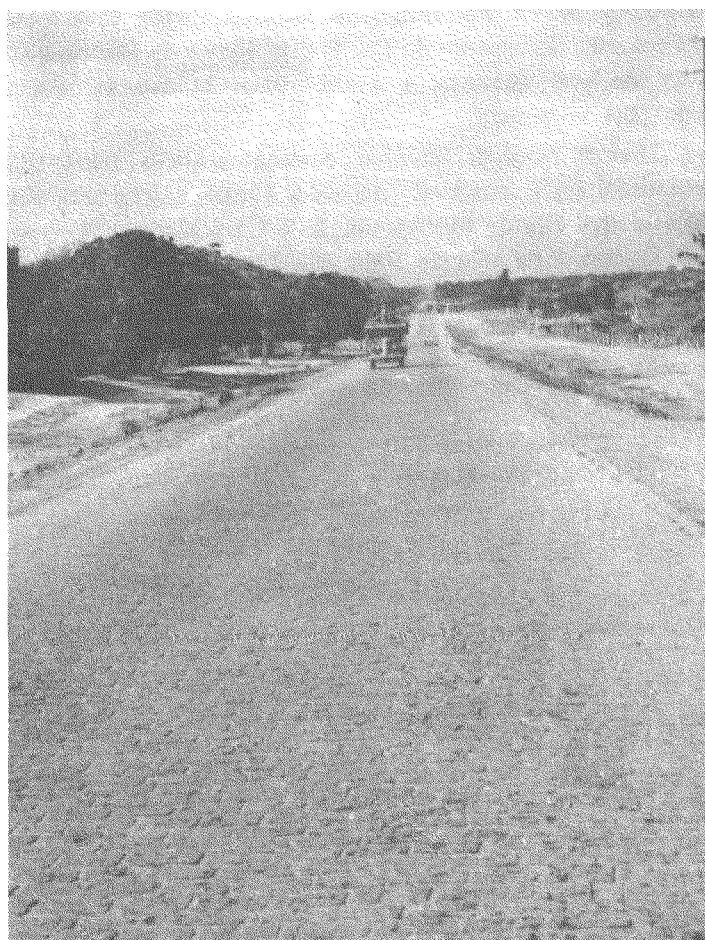
A Associação dos Merceeiros de Fortaleza mantém na cidade de Maranguape o seu "Pôsto de Assistência Médico-Dentária", para os seus associados.

Têm atividades no município 4 médicos, 4 dentistas e 1 farmacêutico. Na sede municipal, há 3 farmácias, bem instaladas, com grande sortimento.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Localizam-se no município de Maranguape 3 importantes estabelecimentos de assistência social, com internamento, denominados: "Instituto Carneiro de Mendonça" (para menores abandonados) — "Instituto dos Pobres de Maranguape" (para desvalidos) — "Preventório Eunice Weaver" (para filhos sadios de lázaros). Em 31 de dezembro de 1956, era de 664 o número de internados.

A "Sociedade Artística Beneficente", o "Centro Operário de Maranguape" dão assistência sòmente aos seus associados. 3 Confrarias Vicentinas prestam auxílio a pessoas pobres e mendigos do município.

No que toca ao cooperativismo, funciona na sede municipal a "Cooperativa de Crédito Agrícola de Maranguape Limitada", (Central) fundada em 1955, possuindo um movimento financeiro bem apreciável. Em 31 de dezembro de 1956, contava com 584 associados.

ALFABETIZAÇÃO — O município de Maranguape possuía, segundo revela o Recenseamento Geral de 1950, ... 34 540 habitantes, com 5 anos e mais. Entre êstes 9 731,

Trecho da estrada Fortaleza—Maranguape

ou seja, 28%, sabiam ler e escrever, sendo 4 322 homens e 5 409 mulheres. Existiam na sede municipal 4 527 pessoas, com a mesma idade escolar, das quais, 2 436 eram alfabetizadas (1 008 do sexo masculino e 1 428 do sexo feminino).

Ensino — No início do ano letivo de 1956, contava o município 120 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, cuja matrícula elevou-se a 4 238 alunos de ambos os sexos. A taxa municipal de matrícula no ano de 1950 atingiu 38,57%, sendo 24,3% a do Ceará.

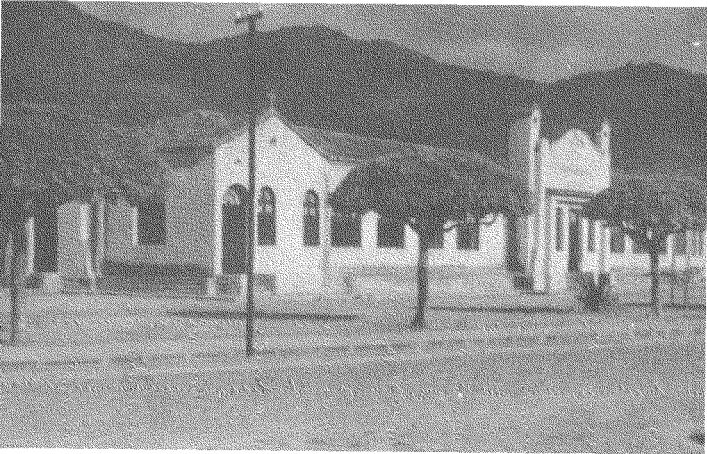
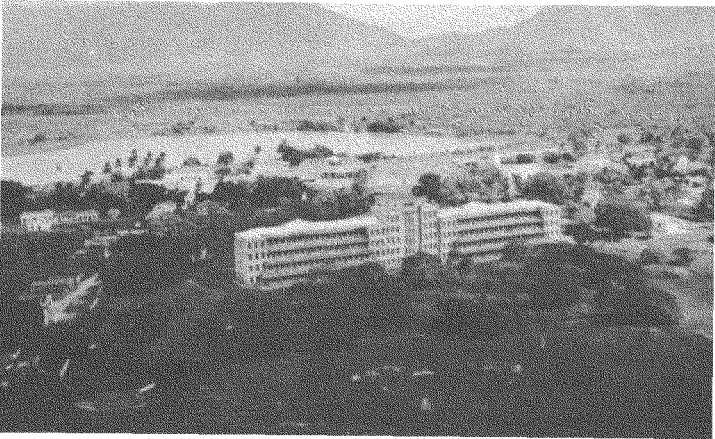
O ensino extraprimário é bem difundido no município, contando-se o "Ginásio do Instituto Santa Rita" (ginasial e normal); "Ginásio Anchieta"; Escola de Comércio Afro Campos" e "Instituto Carneiro de Mendonça", para menores abandonados (artes e ofícios). Existem, ainda, os cursos de corte e costura da "Escola de Iniciação Profissional de Maranguape" e do "Patronato São José", do Instituto dos Pobres.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Município antigo, de população progressista, Maranguape registra certo destaque na sua vida cultural, independente da parte relativa à instrução. Órgãos de imprensa, associações de natureza esportivo-cultural, bibliotecas e estabelecimentos cinematográficos se espalham pelo município com expressão do interêsse de sua gente, pelo desenvolvimento cultural.

"O MARANGUAPE", semanário noticioso, e "A PÁTRIA", órgão da classe estudantil, de periodicidade trimestral, são os veículos da imprensa que circulam na cidade de Maranguape.

As bibliotecas, embora particulares, se salientam pelos volumes de que se constituem, destacando-se entre elas: Biblioteca Santa Teresinha, do Ginásio Santa Rita, com mil volumes; Biblioteca do Dr. Pedro Gomes de Matos, com cêrca de 800 volumes; e a Biblioteca Monsenhor Rosa, com 360 volumes.

Dos 3 estabelecimentos cinematográficos existentes no município, 1 localizado na sede, é cine-teatro, com 428 lugares. Na vila de Maracanaú, há o Cine Maracanaú, com 275 lugares e na vila de Palmácia (recentemente elevada à categoria de cidade, porém não instalada ainda) há outro estabelecimento do gênero, com 120 lugares.

As associações de natureza esportivo-cultural, em número de 4, são: de ordem futebolística, mas funcionando regularmente, sob as denominações de Maracanaú Esporte Clube, Cruzeiro Esporte Clube e Maranguape Futebol

Maternidade Olinto Oliveira

Vista aérea da vila de Maracanaú

Clube; e a Associação Despórtica de Maranguape, com campo para volibol, basquetebol e jogos de salão, onde os mesmos esportes são praticados com regularidade.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	1 784	2 316	1 334	630	1 273
1951.......	2 080	3 563	1 523	722	1 542
1952.......	3 651	4 593	1 946	899	1 938
1953.......	3 613	4 857	2 348	1 040	2 284
1954.......	4 441	4 482	2 316	992	2 269
1955.......	3 470	6 915	2 556	1 064	2 553
1956 (1)....	4 181	9 600	3 872	1 771	3 872

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Uma casa à 10 quilômetros da sede municipal, localizada no sítio "COLUMINJUBA", em frente à qual se ergue um obelisco em homenagem a Capistrano de Abreu, constitui relíquia da história de Maranguape, apesar das ruínas que já apresenta a sua construção. É que na mesma veio ao mundo aquêle ilustre maranguapense cujo nome irradiou valor em todo o território nacional. A reconstrução da casa, entretanto, está atraindo a atenção dos podêres públicos, já havendo, segundo informações dignas de fé, ato governamental sôbre o assunto.

Na sede municipal, à Praça Capistrano de Abreu, encontra-se uma estátua do grande historiógrafo a quem o logradouro homenageia com a denominação que tem.

Em homenagem ao ex-Presidente Getúlio Vargas, ergue-se na praça Joaquim Sombra, um busto do ilustre vulto que os "pampas" deram à história do Brasil.

Um obelisco comemorativo do primeiro centenário de fundação do município, também localizado na Praça Joaquim Sombra, completa o que de particularidade histórica se verifica no município.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Das festas religiosas que se destacam pela animação e ajuntamento humano que apresentam, notam-se: festa de Nossa Senhora da Penha, realizada de 31 de agôsto a 8 de setembro; festa de São Sebastião, do dia 11 a 20 de janeiro; festa de Santo Antônio, encerrada no dia 13 de junho; a festa de São Miguel, padroeiro da vila de Itapebuçu; a de São Francisco, padroeiro de Palmácia e a de São José, na vila de Maracanaú.

Fábrica de Tecidos Maranguape

Não obstante ser muito movimentada a procissão de Nossa Senhora da Penha, padroeira de Maranguape, a procissão que mais se destaca, não só pelo contingente humano que a envolve, mas também pela singularidade com que os fiéis se conduzem, é a de São Sebastião. No dia 20 de janeiro, dia que se observa a procissão de São Sebastião, os católicos prestam ao santo "mártir" tributos de várias espécies, em agradecimento às "graças alcançadas" por ocasião das súplicas que lhe dirigem, no sentido de minorar os sofrimentos que atingem a humanidade, como as doenças epidêmicas e as grandes sêcas.

As festas juninas, realizadas às noites de 23 e 28 de junho, são motivos para grande animação e ajuntamento popular. As noites se iluminam com as fogueiras que se erguem por tôda parte e se caracterizam pelo ribombar e resplandecer dos fogos de artifício, bem assim pelos balões que cruzam os céus da cidade e do interior do município.

Rememoram-se os congos e reisados de outrora, mas ainda são comemoradas com brilhantismo as festas pastoris.

A demonstração festiva de maior cunho folclórico é a vaquejada que se realiza por ocasião da festa de São Miguel, na vila de Itapebuçu, onde há um torneio entre os vaqueiros da região, constituído pela derrubada de reses em disparada, em que são disputados os prêmios conferidos aos vencedores.

VULTOS ILUSTRES — *João Capistrano de Abreu* — Destacada figura no cenário nacional. Príncipe dos historiadores brasileiros, "o maior erudito em assuntos brasileiros que até hoje existiu", segundo Sylvio Romero. *Raimundo Antônio da Rocha Lima* — Falecido aos 23 anos. Crítico de alto porte. Talento superior. Um sábio. Honra das letras cearenses. *Dr. Antônio Augusto de Vasconcelos* — Professor da extinta Escola Militar do Ceará e da Faculdade de Direito. Orador fluentíssimo. Profundo conhecedor da História do Ceará e da Geografia. Foi magistrado, deputado estadual e era membro do Instituto do Ceará. Faleceu a 30 de março de 1930. *Coronel Antônio Botelho de Souza* — Antigo político, foi deputado e presidente da Assembléia do Estado. *Dr. Djacir Menezes* — Cultura jurídica e filosófica. Professor e publicista de grande mérito. É membro do Instituto do Ceará. Professor da Faculdade de Direito, ex-Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará. *Coronel Jaime Benévolo* — Engenheiro militar e um dos proclamadores da República, que, sem êle, talvez não tivesse sido uma realidade. Faleceu a 13 de maio de 1905. *Monsenhor José Quinderé* — Deputado Estadual. Professor do Liceu. Sacerdote estimadíssimo e uma das figuras mais representativas do clero cearense. *Major Odilon Benévolo* — Engenheiro militar. Professor do Colégio Militar do Rio de Janeiro e da Escola Superior de Guerra. *Dr. Pedro Correia Sombra* — Literato e cultor das línguas estrangeiras. *Dr. João Jorge de Pontes Vieira* — Foi magistrado e deputado federal. É detentor de sólida cultura jurídica. *General Severino Sombra de Albuquerque* — Ilustre militar e grande orador.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Localizado no município de Maranguape, encontra-se o famoso balneário de Pirapora, refúgio domingueiro de quem passa a semana de azáfama na metrópole do Estado. Além das piscinas, é servido de quartos aparelhados para hospedagem, restaurante e bar, além de pavilhões que se transformam, às vêzes, em *dancing*. E não é só essa organização provida da mão do homem, que constitui a sua fôrça de atrativo. A paisagem pitoresca que o circunda é um presente régio que a Natureza legou aos que procuram interpretar com o sentimento da alma o que os olhos divisam.

No sítio "Columinjuba", a 10 quilômetros da sede municipal, encontra-se uma velha casa de construção muito antiquada que, pela singularidade histórica de ter sido berço do nascimento de Capistrano de Abreu, constitui um ponto de curiosidade aos que procuram inteirar-se de tudo que se relaciona com a vida dos vultos ilustres.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Há controvérsia quanto à significação indígena do nome do município. Segundo Martius, seria "árvore que de nenhuma maneira se come"; conforme José de Alencar: "guerreiro", "sabedor da guerra"; segundo Teodoro Sampaio, fundamentando-se numa sesmaria concedida a Tomé Dias: "guerra, luta, batalha, confusão". A etimologia mais aceita, porém, é a interpretada por José de Alencar: "sabedor da guerra".

Distando apenas 22 quilômetros da Capital do Estado, a sede municipal é de natureza recreativa, descortinando-se pelas fraldas da serra belas vivendas, para residência, veraneio e "weeck-ends" de gente potentada de Fortaleza. No sentido diversional e mesmo recreativo, o Balneário Pirapora, nas encostas da serra, é local preferido, em razão da exuberância da Natureza.

A sede municipal é servida de água encanada e luz elétrica, tendo sido ùltimamente renovado o encanamento, construindo-se chafariz e lavandaria pública. Há nas cercanias da cidade um bem instalado hôrto florestal, nas proximidades do qual se acha em construção um prédio destinado às instalações de uma estação radiodifusora. Outro melhoramento importante é a instalação da Companhia Telefônica de Maranguape, ligando-a com a Capital do Estado, para o que já foram fincados os primeiros postes.

Possui Maranguape 3 paróquias: a da sede, cuja padroeira é Nossa Senhora da Penha; a de Maracanaú, tendo por padroeiro São José, e, finalmente, a de Itapebussu, sob o orago de São Miguel.

Existem quatro organizações do Culto Protestante, denominadas: "Igreja Batista" (filiada aos Batistas Regulares) e "Assembléia de Deus", situadas na cidade. Nas

vilas de Amanari e Maracanaú funcionam, também, dois cultos da Igreja "Assembléia de Deus". Há também 2 Centros Espíritas, situados na cidade e na vila de Sapupara.

Acha-se em plena atividade o "Sindicato do Comércio Varejista" de gêneros Alimentícios de Maranguape.

Maranguape dispõe de 30 açudes com capacidade para 30 milhões de metros cúbicos de água. Maranguapense é a denominação que recebem os habitantes do município.

Prestam assistência profissional ao povo de Maranguape 2 advogados.

MARCO — CE

Mapa Municipal na pág. 65 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — As terras, onde, atualmente, se encontra o município, pertenciam a Santana do Acaraú, eram pròvàvelmente habitadas por índios tremembés — exímios nadadores "que arremetiam a nado contra os tubarões com pau agudo, que lhes encaixavam pela goela adentro com o que os traziam à terra e tiravam dêles os dentes para flexas" — que estendiam seus domínios desde a ribeira do Acaraú até a Serra Grande. Êsses mesmos índios foram aldeados nas proximidades de Camocim, pelos Jesuítas e, depois, se passaram, em 1702, para as praias do Acaraú. A Ribeira era povoada, ainda, de aperiús, arariús e acriús.

Em 1713, por ocasião da revolta dos anacés, os acriús se rebelaram causando sérios prejuízos aos moradores da ribeira, os quais se refugiaram na Ibiapaba.

O nome do município deve-se ao marco que foi assentado meia légua para o sul do local onde hoje está situada a cidade e onde terminava a divisa das terras de Manuel de Góes, "um dos primeiros moradores da ribeira do Acaraú", indicando o limite do território de Santana (hoje do Acaraú) com o município de Acaraú.

Com o passar dos anos foram-se aglomerando as primeiras habitações numa pitoresca elevação à margem esquerda do rio Acaraú, em tôrno da Capela erigida em 1870 com a denominação de São Manuel de Marco, transformado em distrito do município de Santana do Acaraú, por Ato provincial de 21 de outubro de 1872 e Lei municipal de 5 de abril de 1893. Teve como primeiro juiz suplente o tenente Luiz José de Farias.

Prefeitura Municipal

Igreja-Matriz de São Manuel

Em divisão administrativa do Brasil, relativa ao ano de 1911, São Manuel de Marco é distrito de Santana, e assim permanece no quadro da divisão territorial estabelecida pelo Decreto n.º 1 156, de 4 de dezembro de 1933, no govêrno do Interventor Federal do Ceará, capitão Roberto Carneiro de Mendonça.

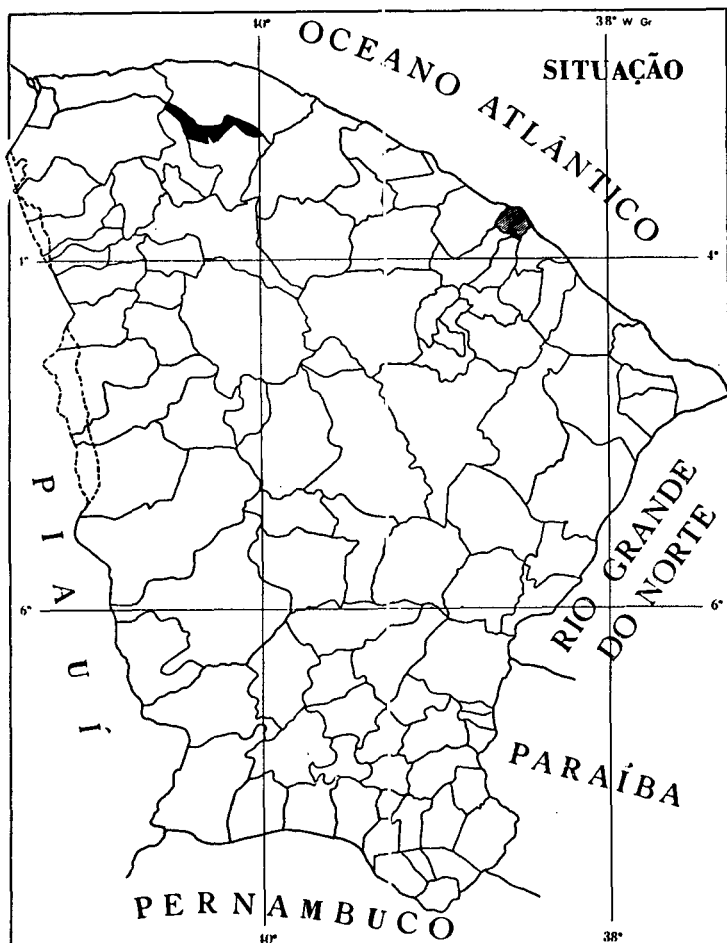
A freguesia de São Manuel de Marco, criada por portaria de 31 de dezembro de 1941, de D. José Tupinambá da Frota, Bispo Conde de Sobral, foi desmembrada da de Santana do Acaraú (então Santana) e teve por sede a povoação de Marco. O primeiro Pároco — padre Francisco Apoliano, nomeado a 31 de dezembro, isto é, no mesmo dia da criação da freguesia, — tomou posse e inaugurou a paróquia a 6 de janeiro de 1942.

Pelo Decreto-lei estadual n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, o topônimo foi simplificado para Marco, recebendo a povoação foros de vila.

O município foi criado pela Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, com território desmembrado do município de Santana do Acaraú, contando com os seguintes distritos: Marco e Panacuí. A instalação ocorreu, entretanto, sòmente a 25 de março de 1955. A vila tomou foros de cidade.

A comarca foi criada pela Lei n.º 3 508, de 20 de dezembro de 1956.

Nas eleições de 3 de outubro de 1954, foram eleitos: Prefeito, Manoel Jaime Neves Osterne; Vereadores: Geraldo Magela Neves da Silva, Raimundo Damásio de Sousa, José Gerardo Neves Rios, Ricardo Neves Filho, José Dety de Sousa, Domingos Juvêncio Barroso e Oscar Jovino de Sousa.

LOCALIZAÇÃO — O município de Marco situa-se na Zona do Litoral. Limita com Massapê, Granja, Santana do Acaraú e Acaraú. A cidade dista da Capital do Estado, em linha reta, 195 km, e possui, aproximadamente, as seguintes coordenadas geográficas: 3° 8' de latitude Sul e 40° 10' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Atinge 80 metros na sede municipal.

CLIMA — Marco apresenta um clima quente e sêco. A temperatura varia entre 32 e 35 graus centígrados, sendo mais freqüente a de 33 graus. A época normal de chuvas é de fevereiro a junho.

ÁREA — A área do município é de 495 km², ocupando o 83.º lugar em relação à área das demais comunas do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — É pouco acidentada a topografia de Marco. O principal acidente geográfico é o rio Acaraú, que atravessa o município no sentido sul-norte. Na composição da sua hidrografia destacam-se ainda o rio Inhanduba, os riachos Bôca do Córrego, Vaca Brava, São Joaquim, Pedra Redonda, as lagoas João de Sá e Santa Rosa e alguns açudes públicos e particulares.

Os relevos mais importantes são a serra Tucunduba e alguns contrafortes da serra do Mucuripe.

RIQUEZAS NATURAIS — Carnaúba, oiticica, caju, madeira e lenha, constituem as riquezas naturais do município.

POPULAÇÃO — O município é formado dos distritos de Marco e Panacuí que, em 1950, pertenciam a Santana do Acaraú, tendo o seguinte efetivo populacional: 6 329 habitantes, sendo 3 129 homens e 3 200 mulheres. Da população presente, 65 % localizam-se no quadro rural, ou seja, 4 117 pessoas, sendo 2 070 homens e 2 047 mulheres.

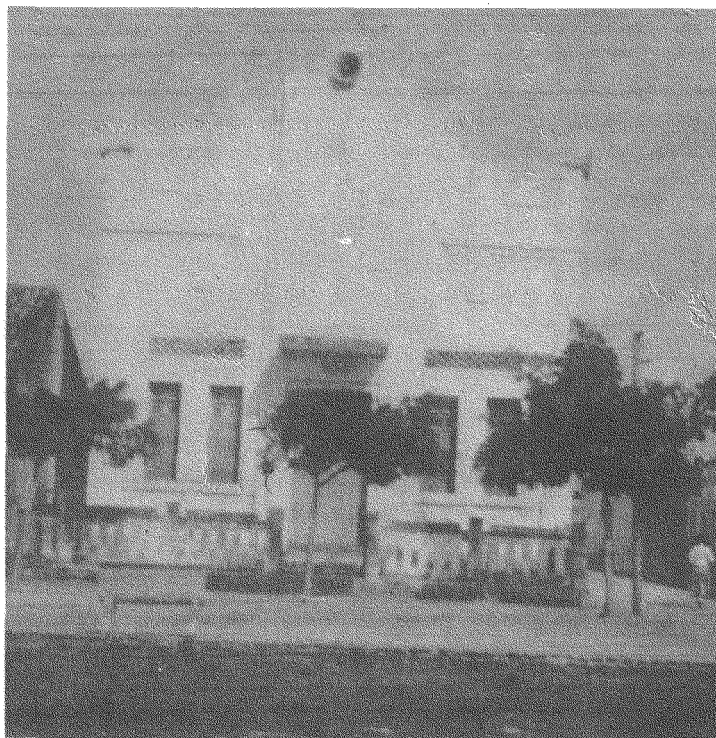
Rua Coronel Neves

Pela estimativa elaborada na Ins. Regional de Estatística, Marco tinha em 1.º de julho de 1957 a população de 7 733 habitantes, verificando-se um aumento de 1 404 pessoas, ou seja, 22,18%, sôbre o efetivo populacional de 1950.

Aglomerações urbanas — À época do Recensemento Geral de 1950, o aglomerado urbano era constituído da atual cidade de Marco com 1 824 habitantes (867 homens e 957 mulheres) e a vila de Panacuí com 388 (192 homens e 196 mulheres), assim distribuídos: na zona urbana 1 577 (743 homens e 834 mulheres) e na suburbana 635 (316 homens e 319 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica do município reside nas atividades agropastoris, em tôrno das quais trabalha a maior parte da sua população ativa, com 10 anos e mais.

No tocante à agricultura, merecendo destaque as culturas do milho (4 000 sacas de 60 quilogramas avaliadas em 528 milhares de cruzeiros), do feijão (1 300 sacas, valendo 312 milhares de cruzeiros), da banana (7 500 cachos, no valor de 300 milhares de cruzeiros), da mandioca-brava (312 toneladas avaliadas em mais de 187 milhares de cruzeiros) e algodão arbóreo (3 140 arrôbas de 15 quilogramas estimadas em pouco menos de 300 milhares de cruzeiros).

Praça da Matriz

Salão Paroquial

Além dos produtos acima referidos, cultivam-se, em pequena escala, batata-doce, mamona e côco-da-baía.

A exportação do excedente ao consumo local é feita para os mercados de Fortaleza e Sobral, que são os principais compradores do município.

O valor total da safra agrícola de 1955, segundo apurou o Departamento Estadual de Estatística do Ceará, atingiu pouco menos de 1,8 milhares de cruzeiros.

Quanto à atividade pecuária, prepondera a criação do gado bovino, cujo rebanho é muito desenvolvido, tornando evidente a preferência dos pecuaristas locais por essa espécie de animal.

O município exporta gado para o corte, principalmente para Fortaleza, Acaraú e Sobral.

Em 31 de dezembro de 1955, existia em Marco o seguinte efetivo de população pecuária (22 930 cabeças estimadas pelo Departamento Estadual de Estatística em 27 milhões de cruzeiros); 11 000 bovinos (22 milhões de cruzeiros); 530 eqüinos (pouco mais de 1 milhão); 300 asininos (150 milhares de cruzeiros); 500 muares (1 250 milhares de cruzeiros); 3 600 suínos (1,8 milhares de cruzeiros); 3 000 ovinos (330 milhares de cruzeiros); 4 000 caprinos (440 milhares de cruzeiros).

Barragem de pedra e cal no rio Acaraú

A indústria extrativa não tem significação econômica para o município, consistindo esta atividade na exploração de cêra de carnaúba e semente de oiticica, no campo vegetal, em pequena escala, não chegando a atingir, em 1955 a 1 milhão de cruzeiros o valor da produção naquele ano.

A pesca, que é praticada por processo rudimentar, não constitui fator de desenvolvimento econômico do município de Marco.

A produção de energia elétrica se destina ao consumo público e particular, não havendo distribuição para fôrça.

Dos três estabelecimentos industriais com menos de 5 pessoas, um se dedicava à fabricação de pães de trigo, um, ao abate de animais, um, ao fornecimento de energia elétrica.

Além dos ramos acima referidos, há pequenas atividades industriais decorrentes da transformação dos produtos agrícolas, de produção de queijo, cêra de carnaúba e farinha de mandioca. A produção de queijo em 1956 obtida por 5 estabelecimentos foi da ordem de 1 300 quilogragramas, avaliados em pouco mais de 58 milhares de cruzeiros. No mesmo ano, foram produzidos 72 000 quilogramas de farinha de mandioca, no valor de 320 milhares de cruzeiros, e cêra de carnaúba, no valor de mais de 563 milhares de cruzeiros.

Vista de um carnaubal

COMÉRCIO — Há, em atividade, na sede municipal, 3 estabelecimentos atacadistas e 7 varejistas. O comércio local importa, principalmente, gêneros alimentícios, utensílios domésticos e mercadorias em geral. Principais praças com as quais o comércio mantém transações: Fortaleza e Sobral.

MEIOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES — A sede municipal é ligada à Capital estadual e às cidades vizinhas por intermédio dos seguintes meios de transporte: Acaraú — rodovia — 30 km; Santana do Acaraú — rodovia 48 km; Massapê — rodovia — 62 km; Granja — rodovia — 75 km; Capital Estadual — rodovia — 268 km, ou misto: a) rodovia Santana do Acaraú até Itapipoca — 102 km e daí, ferrovia R.V.C. — 139 km.

Marco dispõe de uma Agência Postal-telegráfica para as comunicações, a qual pertence ao Departamento Regional dos Correios e Telégrafos e está localizada na sede do município.

Matadouro Municipal

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Marco é dotada de serviço de iluminação pública, contando com 135 ligações particulares. O consumo diário atinge 54 kWh para iluminação pública e particular; 2 ruas são calçadas, parcialmente, a paralelepípedo e 1, a pedra tôsca. Para atender ao reduzido número de visitantes existe uma pensão, que cobra a diária de Cr$ 100,00.

Na Prefeitura Municipal foram registrados, em 1956, 1 automóvel e 13 caminhões.

ALFABETIZAÇÃO — A população urbana com 5 anos e mais do município de Marco, segundo revela o Censo Demográfico de 1950, era de 1 463 habitantes, dos quais, 708 alfabetizados, sendo 296 homens e 412 mulheres.

Ensino — O município de Marco contava em 1956 com 37 unidades escolares de ensino fundamental comum, com a matrícula inicial de 754 alunos de ambos os sexos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955........	...	270 203	954 178	56 073	794 298
1956 (1)....	...	580 991	809 911	113 079	724 000

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Ocorre na sede do município, em homenagem ao padroeiro, São Manuel de Marco, animada manifestação de caráter popular religioso. Há grande entusiasmo por parte dos habitantes da cidade e da zona rural no encerramento das solenidades, quando, se realiza procisão muito concorrida.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Nas eleições de 3 de outubro de 1954, votaram 1 691 eleitores, sendo de 2 736 o número dos inscritos naquele ano.

O nome do município deve-se ao "marco" que foi sentado, três quilômetros ao sul do local onde hoje está situada a cidade. Essa divisa indicava o término da conhecida "légua do Góes" e delimitava os territórios de Santana e Acaraú.

MASSAPÊ — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O povoado começou a ter desenvolvimento a partir de 1881, com a passagem da Estrada de Ferro de Sobral, cuja construção foi iniciada em 14 de setembro de 1878, inaugurando-se a estação de Massapê em 31 de dezembro de 1881. Por êsse tempo os moradores das terras vizinhas e paroaras do Amazonas fixaram residência no local, onde hoje está situada a cidade, e aí construíram os primeiros edifícios.

Com a criação do município, pela Lei estadual n.º 398, de 25 de setembro de 1897, instalado em 5 de fevereiro do ano seguinte, com sede no núcleo de Massapê, então elevado à categoria de vila, com a denominação de Vila da Serra Verde, foi designado primeiro intendente João Adeodato Ferreira. O topônimo — Vila da Serra Verde — foi substituído pelo antigo nome por fôrça da Lei estadual n.º 540, de 10 de agôsto de 1899.

As primeiras escolas abertas datam de 1887 e 1888. Tiveram como fundadores João Capistrano Vasconcelos e Arminda Araújo. Por volta de 1901 existia o Colégio Santa Úrsula, do padre João Lira Pessoa, e, posteriormente fundaram-se os colégios do italiano Pedro Ciarlini, Dr. Teles de Sousa e Tupá Milério.

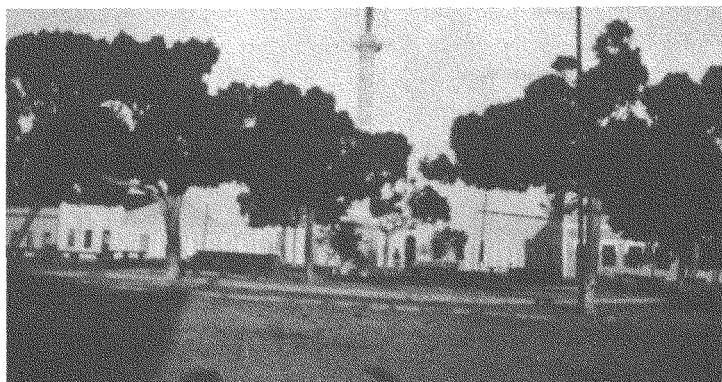
A capela de Santa Úrsula, construída pelo padre Diogo José de Sousa Lima, foi elevada à categoria de matriz, por provisão de D. Joaquim José Vieira, datada de 22 de junho de 1911, tornando-a sede da freguesia de Massapê, desmembrada de Santana do Acaraú, tendo como primeiro Pároco o Padre Antônio Cândido de Melo, empossado em 1.º de agôsto de 1911.

A vila de Massapê recebeu foros de cidade em 27 de agôsto de 1917, por determinação da Lei n.º 1 408, da mesma data.

O fôro civil data de 1898 e pela Lei n.º 1 235, de 9 de setembro de 1914 foi o têrmo provido de juiz togado.

Criada a comarca pela Lei n.º 1 943, de 8 de novembro de 1921, subtraída dos têrmos de Massapê e Palma, desmembrados de Granja e Sobral, respectivamente; suprimida em 1926, foi restaurada em 1929, para ser suprimida, mais uma vez e, finalmente, restabelecida, em 1934.

Em 1931 o município compunha-se dos distritos de Massapê, Acaraú-Mirim, Palma, Pitombeiras, Remédios e São José dos Alcântaras.

O distrito de Palma foi desanexado em 1935, enquanto os de Acaraú-Mirim, Pitombeiras e São José dos Alcân-

Praça São Francisco

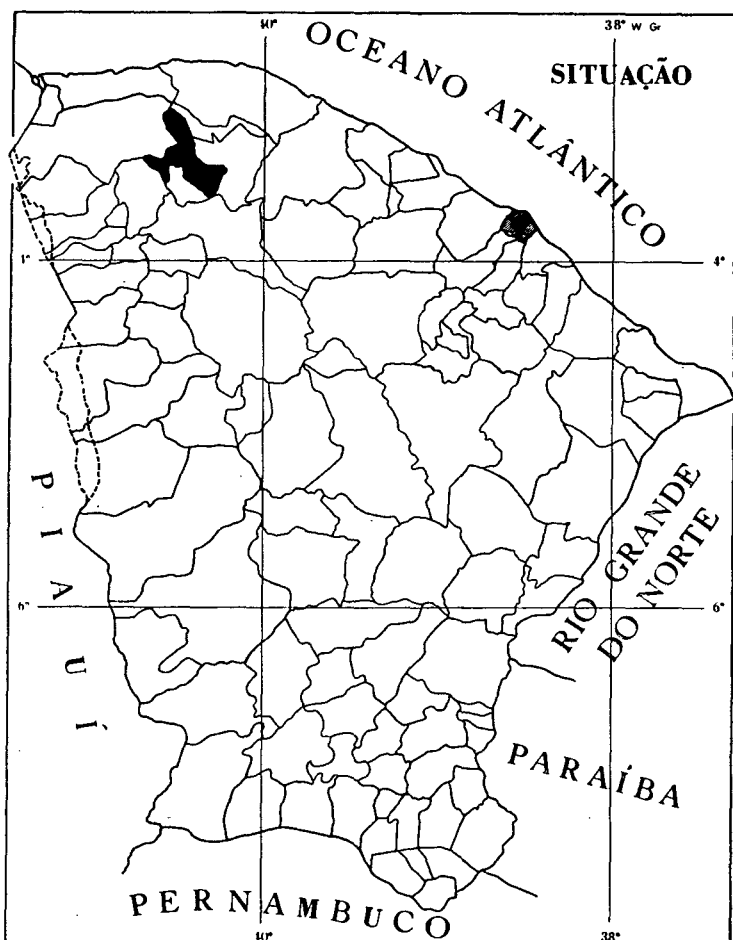
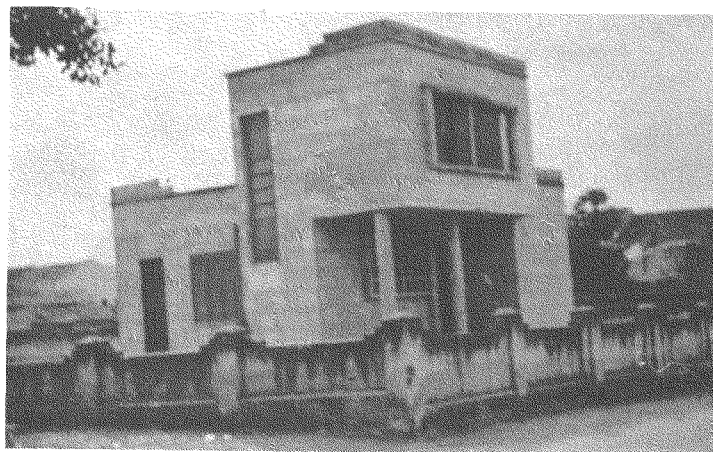
taras, nos têrmos do Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938 passaram a denominar-se, respectivamente, Mirim, Senador Sá e Alcântaras. Pelo Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943, os distritos de Mirim e Remédios tiveram a denominação alterada para Ipaguaçu e Tuína, respectivamente.

A Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, que fixou o quadro territorial para vigorar no qüinqüênio 1949-1953 extinguiu o distrito de Ipaguaçu, criou o de Padre Linhares e desmembrou, em favor do município de Meruoca, o distrito de Alcântaras, que na referida Lei figura como Alcântara.

O município compõe-se, atualmente, dos distritos de Massapê, Tuína, Senador Sá e Padre Linhares.

O artigo 22 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado, de 23 de junho de 1947, transformou em comarcas todos os têrmos judiciais, situação que se efetivou com a Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948.

Nas eleições gerais de 1954 foi eleito Prefeito o Senhor Aurimar Pontes, com os seguintes vereadores: Coriolano Gomes Frota, Francisco das Chagas Albuquerque, João Marques Carneiro, José Moreira Correia, José Valdemar Costa, Luís Correia Albuquerque, Manuel Cauby Aguiar, Pedro Costa Lima e Quintino Alves Pessoa.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona Fisiográfica Centro-Norte e limita com os seguintes municípios: Coreaú, Granja, Marco, Santana do Acaraú, Sobral e Meruoca. A cidade dista da Capital do Estado, em linha reta, 203 km, na direção de 82° 32' N.O. e tem as seguintes coordenadas geográficas: 3° 32' de latitude Sul e 40° 20' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Agência dos Correios e Telégrafos

ALTITUDE — Atinge 76 metros na sede municipal.

CLIMA — Massapê apresenta um clima quente e sêco, com uma temperatura variável entre 22 e 30 graus centígrados, sendo mais freqüente a de 30 graus. A época invernosa, ou das chuvas, vai de janeiro a maio, escasseando-se entre junho e dezembro, época sêca ou de verão. A pluviosidade em 1956 atingiu 620 mm.

ÁREA — A área do município é de 1 144 km², ocupando o 46.º lugar, em relação à área das demais comunas do Estado.

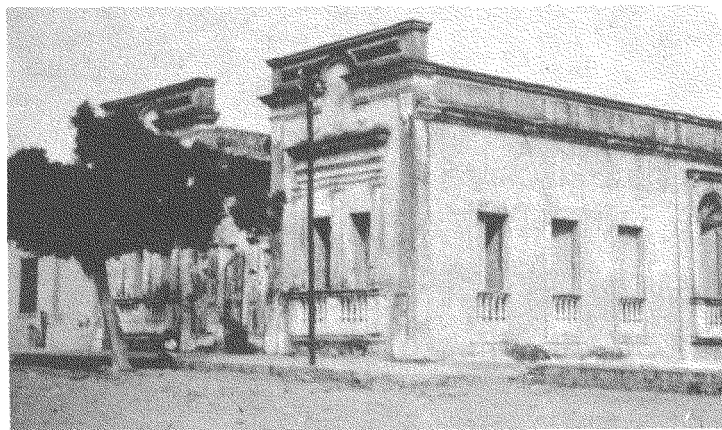
ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município, situado na zona do sertão, tem relêvo bem diferenciado, estendendo-se pelas encostas da serra da Meruoca. Além da serra da Meruoca, encontra-se no município o pico do Aiuá, com 700 metros de altura, bem como o serrote Madeiro.

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas naturais de maior importância, sem falar nos carnaubais, oiticicais e madeiras diversas, são os produtos da caça e da pesca, especialmente esta última, e a existência de jazidas de ferro e calcários, jazidas estas que ainda estão inexploradas.

POPULAÇÃO — A população do município de Massapê, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 29 311 habitantes (14 178 homens e 15 133 mulheres), sendo: brancos — 10 996 (5 208 homens e 5 788 mulheres); pretos — 1 663 (801 homens e 862 mulheres); pardos — 16 617 (8 159 homens e 8 458 mulheres); e sem declaração — 35 (10 homens e 25 mulheres).

Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 15 453 (7 288 homens e 8 165 mulheres) 5 587 eram solteiras (2 680 homens e 2 907 mulheres); casadas — 9 001 (4 448 homens e 4 553 mulheres); desquitadas — 2 (1 homem e 1 mulher); viúvas — 853 (157 homens e 696 mulheres); e sem declaração — 10 (2 homens e 8 mulheres).

Exceto 1 homem sem declaração, os demais habitantes eram de nacionalidade brasileira, em número de 29 310 (14 177 homens e 15 133 mulheres) .

Em religião, predominavam os católicos romanos, em número de 29 289 (14 168 homens e 15 121 mulheres); sem religião — 3 (2 homens e 1 mulher); e sem declaração — 19 (8 homens e 11 mulheres).

Grupo Escolar Municipal

A densidade era de 24,36 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 76,58% localizavam-se na zona rural, num total de 22 448 (11 129 homens e 11 319 mulheres).

A população de Massapê, calculada pela Inspetoria Regional de Estatística, para 1.º de julho de 1957, é de 28 224 habitantes. O decréscimo constatado de 1 487 pessoas, em relação à população censitária de 1950, justifica-se pelo desmembramento do distrito de Alcântara em favor de Meruoca, ocorrido em 1951.

Aglomerações urbanas — Eram 5 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Massapê, com 4 601 habitantes (2 000 homens e 2 601 mulheres); a vila de Alcântaras, com 703 (317 homens e 386 mulheres); a vila de Ipaguaçu, 527 (246 homens e 281 mulheres); a vila de Senador Sá com 557 (247 homens e 310 mulheres); e a vila de Tuína, com 475 (239 homens e 236 mulheres).

No quadro urbano da cidade e vilas, existiam 2 612 habitantes (1 103 homens e 1 509 mulheres) e no quadro suburbano 4 251 (1 946 homens e 2 305 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades fundamentais à economia do município são a agricultura e a pecuária.

De acôrdo com o Censo de 1950, 34% das pessoas presentes em idade ativa (10 anos e mais) estavam ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A produção agrícola do município encontra mercado na cidade de Sobral. Cultivam-se, principalmente, milho, mandioca-brava, algodão, arroz e frutas. A pecuária tem regular expressão, não havendo, porém, exportação de gado para outros centros. Há aquisição do gado destinado à criação e melhoria dos rebanhos. O rebanho existente, em 1955, foi avaliado em 18 milhões de cruzeiros.

Praça Coronel João Arruda

O município exporta apreciável quantidade de aves para as cidades de Sobral e Fortaleza.

A produção extrativa é desenvolvida na parte vegetal, salientando-se a cêra e palha de carnaúba, semente de oiticica, madeira para construção, lenha e dormentes. O valor da produção foi, em 1955, de quase 2 milhões de cruzeiros. Constitui importante atividade doméstica a fabricação de chapéus de palha, como fator primordial para a manutenção da classe proletária do município.

Bar Ponto Chic, na Praça Coronel João Ponte

Sòmente na época invernosa, a pesca é praticada em grande escala, constituindo-se, desta forma, uma atividade que pesa, de algum modo, na balança econômica municipal. A produção de pescado valeu, em 1955, cêrca de 609 mil cruzeiros.

Se bem que não seja um município saliente no setor da pecuária, os seus efetivos se expressam, por espécie e por cabeça, da seguinte maneira: bovino — 7 100; eqüino — 2 140; asinino — 2 700; muar — 1 220; suíno — 7 600; ovino — 8 500; e caprino — 8 400.

A agricultura apresenta o valor de Cr$ 2 757 805,00. Os principais produtos agrícolas são: milho — 6 645 sacos de 60 quilogramas — (Cr$ 657 855,00); algodão — 4 800 arrôbas — (Cr$ 553 000,00); mandioca-brava — 1 480 to-

neladas — (Cr$ 510 000,00); e feijão — 1 150 sacos de 60 quilogramas (Cr$ 244 950,00).

Na indústria salienta-se a de transformação agrícola, destacando-se a produção de farinha de mandioca, com 7 400 sacos de 60 quilogramas, no valor de .... Cr$ 1 065 600,00, segundo os dados obtidos do registro industrial de 1955.

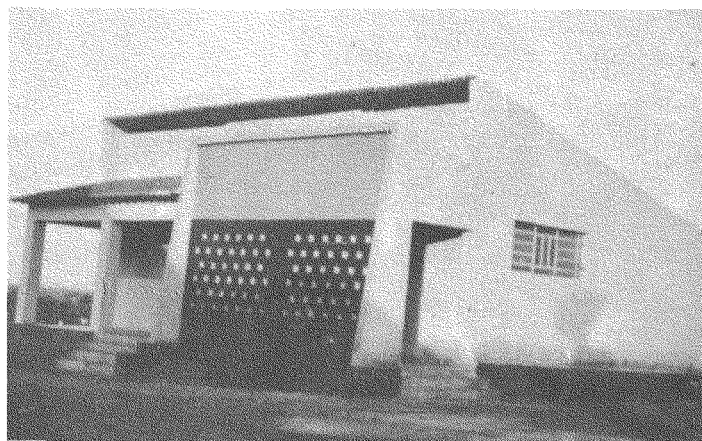
Para as praças de Fortaleza e Sobral, não exportados os produtos locais e, destas, importa o município as utilidades necessárias ao seu consumo, utilizando a Estrada de Ferro de Sobral, o ramal de Itapipoca da Estrada de Ferro de Baturité e o Pôrto de Camocim.

COMÉRCIO — Há em atividade, na sede municipal, 15 estabelecimentos atacadistas e 96 varejistas. O comércio local mantém transações com as praças de Sobral, Fortaleza, Belém e Recife, São Paulo e Rio, de onde importa gêneros alimentícios, refrigerantes, bebidas e artigos manufaturados.

Igreja de São Francisco

Há exportação de cêra de carnaúba, semente de oiticica, algodão em rama, gado vacum para corte, cereais, couros e peles, dormentes para ferrovias, etc.

Conforme se verifica dos resultados do Recenseamento Geral de 1950, existiam em todo o município de Massapê, 167 estabelecimentos comerciais, sendo 156 varejistas e 11 atacadistas, cujas vendas efetuadas em 1949 valeram 7,278 e 6 290 milhões de cruzeiros, aproximadamente.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município de Massapê é servido por estradas de rodagem e ferrovia de Sobral, pertencente à Rêde Viação Cearense, que corta seu território de norte a sul.

Pôsto de Puericultura

As ligações com os municípios vizinhos e com a capital estadual é feita por intermédio dos seguintes meios de transporte: Sobral — misto: a) ferroviário — 23 km; b) rodoviário — 18 km; Santana do Acaraú — rodoviário — 22 km; Marco — carroçável — 62 km; Granja — rodoviário — 44 km; Meruoca — rodoviário — 18 km; Capital Estadual — ferroviário — R.V.C. — 258 km; ou rodoviário — 255 km.

A meio quilômetro da cidade há um campo de pouso, onde aterrissam, esporàdicamente, aviões comerciais.

Acha-se localizada na sede do município uma agência postal-telegráfica do Departamento Regional dos Correios e Telégrafos, através da qual são realizadas as comunicações locais com outros centros populosos. Há também a estação telegráfica da R.V.C. privativa daquela repartição.

A Prefeitura mantém um pôsto telefônico de uso público ligado à Rêde da Emprêsa Telefônica Municipal de Sobral.

ASPECTOS URBANOS — A cidade tem 42 logradouros, dos quais 4 ruas e 1 praça parcialmente calçados de pedras irregulares; 1 praça, a paralelepípedo; e 37 sem pavimentação. Na Prefeitura Municipal estão registrados 8 caminhões. A cidade é servida de luz elétrica, contando com 365 ligações particulares. Emprêsa de Luz, de propriedade da Prefeitura Municipal fornece, anualmente, cêrca de .... 20 000 kWh para consumo público e 35 000 para consumo domiciliar. Não há distribuição de energia elétrica para fôrça motriz.

Pôrto de Saúde

Praça Coronel João Ponte

Há uma única pensão que cobra a diária de .... Cr$ 80,00; 2 cinemas, com capacidade para 270 espectadores.

Um total de 1 320 prédios se distribuem pelos 42 logradouros existentes. 6 ruas e 4 praças são arborizadas. Dos 1 320 prédios, 1 060 são destinados a residências.

O município mantém 3 pessoas no serviço de limpeza pública da cidade, que conservam limpos 21 dos logradouros existentes, fazendo limpeza periódica nos restantes.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um pôsto de saúde, um pôsto de puericultura e 2 farmácias constituem as unidades de assistência médico-sanitária de que dispõe a população de Massapê, que também conta com os serviços profissionais de 2 médicos, 2 dentistas e 1 farmacêutico.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A assistência social se processa no município pela operosidade de 2 círculos católicos, congregando 88 circulistas, 25 dos quais receberam parcelas da assistência programada para 1956, além da Associação de São Vicente de Paula que, através de suas Conferências Vicentinas, socorre, dentro de suas possibilidades a pobreza desvalida do município.

ALFABETIZAÇÃO — Contava o município de Massapê com 23 762 habitantes com 5 anos e mais, conforme revela o Recenseamento Geral de 1950. Entre êstes, 5 212 ou 22% sabiam ler e escrever: 2 717 homens e 2 495 mulheres. O distrito-sede possuía 3 907 pessoas com a mesma idade escolar, das quais 1 718 eram alfabetizadas (770 homens e 948 mulheres).

Associação Rural Municipal

Ensino — Em 1956, o ensino primário fundamental comum era ministrado por 60 unidades escolares, com a matrícula inicial de 1 125 alunos de ambos os sexos. A taxa municipal de matrícula no ano de 1950 atingiu 25,33% e a do Estado do Ceará foi 24,3%. Existia ainda na cidade de Massapê um estabelecimento de ensino extraprimário: o Ginásio Massapeense, contando 47 alunos (matrícula inicial), os quais não lograram concluir curso.

O Ginásio Massapeense, localizado na Rua Santa Úrsula, é o único estabelecimento particular, no gênero, que ministra ensino gratuito em todo o Estado.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade existem 2 cine-teatros, o Cine Odeon e o Cine São Luiz, ambos funcionando duas vêzes por semana e dispondo o primeiro de 140 lugares e o segundo de 150.

Funciona 1 biblioteca pública denominada "Rui Barbosa", instalada, recentemente, por iniciativa da mocidade massapeense, com o apoio do Prefeito Municipal, que fêz doação de considerável número de livros, cêrca de 300 volumes, aproximadamente.

Ginásio Santa Úrsula

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	410	485	480	122	640
1951	427	495	529	121	498
1952	245	569	593	117	621
1953	478	655	865	102	762
1954	547	627	758	83	761
1955	413	825	782	89	859
1956	1 365	1 259	1 222	131	1 113

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Como particularidade menciona-se a "Casa da Pedra" no lugar Ôlho-d'Água, distrito de Senador Sá, a 4 km da sede distrital, com as dimensões de 100 x 40 palmos, sendo a sua construção atribuída aos colonizadores, para defesa própria. Em 1712, Manoel da Cunha Freire requereu em sesmaria, a data da terra "Ôlho-d'Agua dos Picos", fazendo já naquele tempo menção da existência da "Casa da Pedra" e de um açude que lhe fica ao lado.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Comemora-se, tradicionalmente, a festa da padroeira da Paróquia — Santa Úrsula — que é pre-

Estação da Rêde de Viação Cearense

cedida de novena, determinando-se para cada dia os respectivos "noitários", dentre as classes sociais e pessoas de destaque do lugar. São realizadas quermesses e leilões muito animados. No dia 21 de outubro, pela manhã, é celebrada missa solene e, à tarde, percorre as principais ruas da cidade compacta multidão de fiéis, que acompanham o préstito da venerada Santa.

A festa da Padroeira atrai grande número de fiéis das localidades vizinhas.

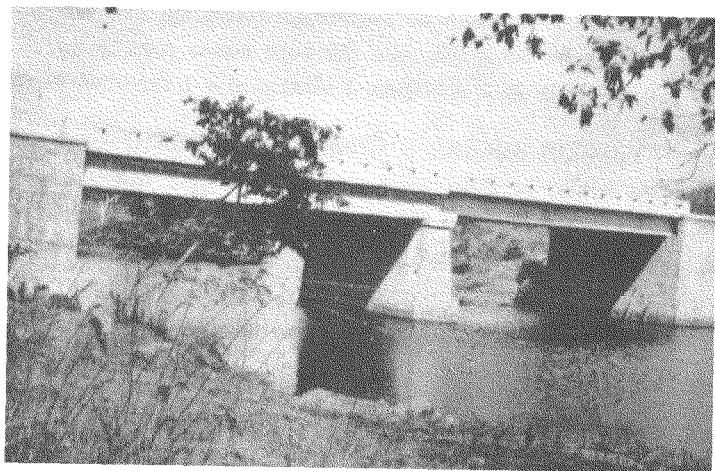
Outra comemoração de importância é a festa de São Francisco das Chagas, que vem sendo celebrada com realce, desde 1927, quando o foi, por João Ferreira Gomes em cumprimento de uma promessa. Fizera voto ao Glorioso Santo de promover essa manifestação pelo restabelecimento de pessoa de sua família, miraculosamente salva de terrível enfermidade. João Ferreira Gomes construiu a capela a princípio em proporções pequenas. Depois foi ampliada pelo então Vigário da Paróquia, Padre Francisco Linhares (1939) e, finalmente, concluída pelo Reverendíssimo Padre José Aristides Cardoso que lhe acrescentou uma tôrre de 22 metros de altura (1946). As festividades a São Francisco das Chagas são as maiores manifestações populares de cunho religioso. Atraem, de localidades várias, avultado número de romeiros que vêm render ao milagroso santo o tributo da veneração a que faz jus pelos favores que concede.

Como festejos de cunho folclórico merece especial menção a mais tradicional festa junina realizada no interior do Estado a "Festa do Chitão". É concorridíssima não

Maternidade D. Rosa Frota Aguiar

só no município mas também nos municípios vizinhos e noutros mais distantes inclusive da própria Capital do Estado, de onde partem delegações de clubes sociais atraídos pelo prestígio de que desfruta a função.

Realizam-se, na cidade, semanalmente, duas feiras: uma na quarta-feira e outra no sábado. Na última, a mais importante, são expostos à venda produtos da lavoura. As feiras já foram concorridas notando-se presentemente menor afluência de pessoas. Nelas é vendida, com muita freqüência, a palha de carnaúba, para a fabricação de chapéus, uma das principais atividades caseiras da zona.

VULTOS ILUSTRES — *Abdias Lima* — Alto funcionário do Banco do Brasil, publicou os seguintes livros: "Cinzas" — crônica literária, e "Rondando o Vernáculo". Nasceu em 29-1-1911. *Dr. Adroaldo Batista* — Educador, bacharel em Direito e foi diretor do Ginásio Farias Brito. Falecido. *Dr. Francisco Vasconcelos de Arruda* — Bacharel em Direito, foi figura de destaque da classe estudantil de Fortaleza. É deputado estadual. *Coronel João Ponte* — Chefe de prestígio político, social e comercial em Massapê. Foi deputado estadual em mais de uma legislatura. Faleceu vitimado por um desastre de automóvel. *Dr. Osmundo Pontes* — Bacharel em Direito, diretor da "Revista Contemporânea" e brilhante jornalista. Ocupa o cargo de Juiz do Trabalho. *João Arruda* — Foi prefeito e alto comerciante em sua terra natal.

Ponte rodoviária sôbre o rio Canto

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Existem no município 28 reservatórios de água com capacidade de armazenamento para 74 milhões de metros cúbicos.

Eclesiàsticamente, divide-se Massapê em duas Paróquias. A de Santa Úrsula, sediada na cidade, e a de Nossa Senhora do Amparo, na vila de Senador Sá, fundadas, respectivamente, nos anos de 1909 e 1941, subordinadas à Diocese de Sobral; possuem 13 templos, inclusive as Igrejas-Matrizes, e 22 Associações Religiosas.

Os eleitores inscritos em 1954 eram 6 068. Votaram nas eleições realizadas naquele ano 2 223 cidadãos.

Os seus habitantes adotam o gentílico massapeenses.

Massapê significa "solo residuário formado pela decomposição dos calcários cretáceos, constituindo uma argila compacta, anegrada, de extrema fertilidade". Chamou-se, antes, Santa Úrsula, segundo informa Álvaro Alencar, denominação que o povo não aceitou.

MAURITI — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Pelos fins do século XVII habitavam as plagas meridionais do Ceará índios tapuias, aparecendo depois os tupiniquins que foram por aquêles acossados, firmando-se, entre êles, um tratado de paz durante nove luas, segundo tradução conseguida pelo Dr. Vicente de Paulo Menescal, mandando decifrar os caracteres indeléveis da "Pedra do Letreiro", existente no distrito de Coité. Mais tarde estabeleceram-se no lugar denominado atualmente Santo Antônio, os índios guanacés que, por se entregarem à rapinagem, forem rechassados pelos fazendeiros e colonizadores recém-chegados, morrendo o chefe da tribo, numa emboscada de que participaram Belarmino Cabeção e Antônio Menino.

Os índios foram dispersos, abandonando a antiga morada. Êste fato permitiu aos sesmeiros o domínio das terras da ribeira do riacho dos Porcos, onde havia dois sítios, próprios para a criação de gado, por serem servidos de lagoas perenes.

João de Barros Braga, ascendente da família Braga, de origem portuguêsa, figura em escrituras antigas como requerente dos aludidos sítios.

Uma dessas lagoas, segundo refere a tradição, teria sido conhecida pelo nome de "Podimirim", por se tratar de um charco de águas putrefatas, que ainda se observa na vizinhança.

Ao sítio que circundava a lagoa Podimirim, João de Barros Braga denominou "Muriti Grande", e ao outro,

Prefeitura Municipal

Praça do Cartaxo

"Mauritizinho", denominações que se estenderam às lagoas ali existentes.

Encontravam-se, segundo afirmam, nas margens dessas lagoas pés de buriti, grandes e pequenos, por cujo tamanho eram as mesmas distinguidas. Um dos atuais proprietários menciona que havia no lugar denominado sítio Mombaça, vizinho à lagoa "Mauriti Grande", um velho tronco de buritizeiro.

Em 1704, os aludidos sítios foram arrematados por João Dantas Aranha e Caetano Dantas Aranha. Bartolomeu Pereira Dantas, sucessor na posse do sítio "Muriti Grande", mudou a denominação para "Buriti Grande", atribuindo-se que data dêsse tempo o seu desmembramento nos sítios "Dantas", "Várzea" e "Mombaça", do qual, afirmam elementos da família Pereira, provenientes do município de Mombaça, tinham sido seus primeiros herdeiros. O proprietário seguinte foi Antônio Pereira Cunha, casado com D. Inês Platen de Sá, e, com a morte dêstes, passou o "Buriti Grande" a ser inventariado entre os seus afins. A denominação foi mantida até sua transformação em distrito policial em 1887.

"Buriti é a palmeira, alta e elegantíssima, Mauriti a vinífera, Mart. O fato de produzir vinhos, dar ou emitir um líquido vinhoso, não passou despercebido ao selvagem, que batizou o vegetal de acôrdo com esta especial circunstância. Realmente, buruti é alteração de mbirity ou árvore que emite suco, sumo, licor líquido".

O município foi criado pelo Decreto n.º 51, de 27 de agôsto de 1890, com sede no núcleo de Buriti Grande ou Buriti, instalado em 21 de outubro do mesmo ano. A vila recebeu o nome de Mauriti em homenagem ao herói da guerra do Paraguai, almirante da Armada Brasileira, Antônio Joaquim Cordovil Mauriti, dado ao Município por sugestão do antigo Juiz de Direito da região, Dr. Antônio Joaquim de Couto Cartaxo, casado com D. Maria Leopoldina Dantas, bisneta de Antônio Pereira da Cunha e cunhada do capitão Miguel Dantas, fundador da cidade e amigo do grande almirante.

A sede do antigo sítio Buriti Grande, hoje sítio Dantas, não teve a sorte de ser a sede municipal, pois, em 1872, quando o capitão Miguel Dantas fizera promessa de construir uma capela à Imaculada Conceição, para não ser atacado pela cólera-morbo, apareceu, por desígnios da Provi-

dência ou a convite do interessado, o taumaturgo, padre José de Maria Ibiapina, para benzer o lugar da futura Capela. E, como o aspecto e natureza do terreno do povoado não o favorecessem a tanto, foi encontrado no sítio Mombaça um local apropriado em que o padre Ibiapina lançou a pedra fundamental; o fôro foi conseguido por esforços do capitão Dantas, como patrimônio de Nossa Senhora da Conceição, doado por João Martins de Morais, José Estrêla e Florinda da Fonseca, que, além de terras, doou também a Aguada Pública, nascente da lagoa cristalina que abastece a cidade.

Construída a capela, deu-se a 8 de dezembro de 1876 a bênção, e a primeira missa foi celebrada pelo padre Mota que andava em desobriga por êstes sertões.

A primeira escola do município, fundada em 1884, era regida pelo professor Antônio Firmino de Sousa. Em 1886, o Govêrno Imperial criou mais duas escolas que foram regidas pelas professôras Maria Ferreira e Angélica da Costa.

Igreja-Matriz de Nossa Senhora da Conceição

O município foi extinto pela Lei estadual n.º 257, de 20 de setembro de 1895, figurando no quadro da divisão administrativa do Brasil relativa a 1911 como distrito do município de Milagres. Sòmente em 1924 foi restaurado pela Lei estadual n.º 2 211, de 28 de outubro, e instalado em 30 de dezembro do mesmo ano. Realizaram-se, em 23 de março de 1925, as eleições para a Câmara de vereadores, que se reuniu em sessão preparatória no dia 22 de abril, sendo eleitos, a 10 de junho do mesmo ano, Teodorico de Sousa Leite, presidente, e Francisco Epifânio Leite, secretário. Ainda em 1926 foi eleito Prefeito de Mauriti, no dia 15 de novembro, o coronel Domingos Furtado Mara-

Casa Paroquial

nhão, substituído, pelo presidente da Câmara, no dia 23 de dezembro.

Pela Lei estadual n.º 2 634, de 6 de outubro de 1928, foi o município novamente extinto, e restaurado pela de n.º 1 150, de 4 de dezembro de 1933. No dia 10 de janeiro de 1934 houve a reinstalação da vila de Mauriti, posse do Prefeito nomeado e reconhecimento dos limites descritos, em ata de sessão solene da Câmara Municipal.

A Paróquia foi fundada em 1943, tendo como orago a Imaculada Conceição.

A vila teve foros de cidade, nos têrmos do Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, e o município compunha-se dos distritos de Mauriti, Coité, Espírito Santo, São Félix, Umburanas e Vera Cruz.

Pelo Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943, os distritos de Espírito Santo, Vera Cruz e São Félix passaram a denominar-se, respectivamente, Anaúá, Maraguá e Mararupá.

O têrmo judiciário de Mauriti foi criado anexo à comarca de Milagres, pela Lei estadual n.º 2 211, de 28 de outubro de 1924, instalando-se solenemente no dia 30 de dezembro do mesmo ano, tendo como juiz municipal o coronel Domingos Furtado Maranhão, sucedendo-lhe, em 1927, o Dr. José Waldo Ribeiro Ramos. Extinto pela Lei n.º 2 634, de 6-10-1928, ficou subordinado ao têrmo de Milagres.

Rua Duque de Caxias

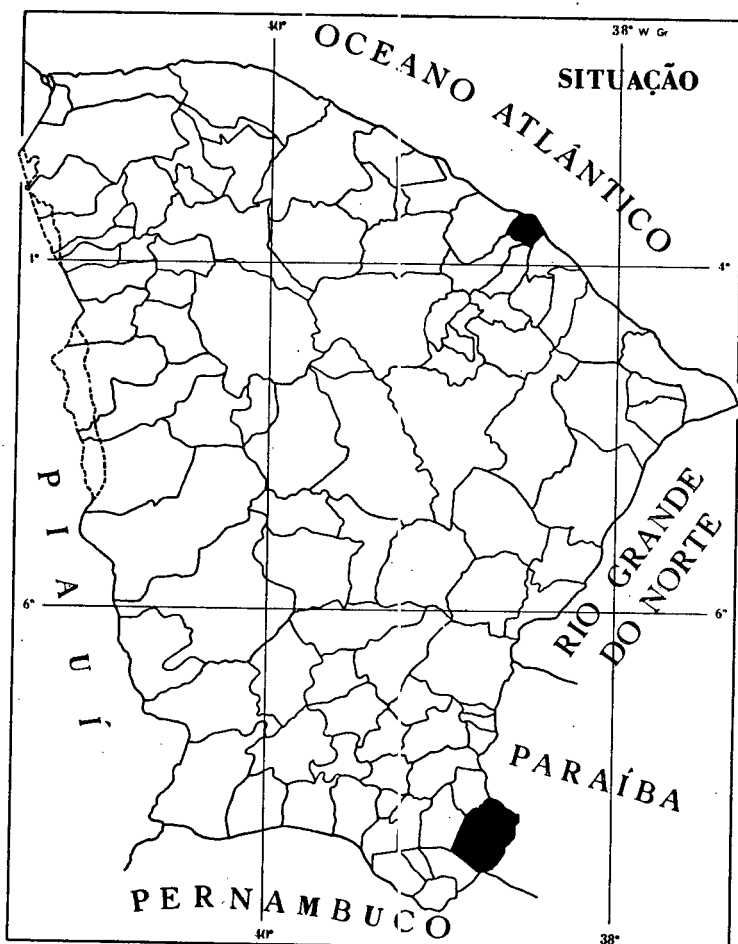
A Lei n.º 1 271, de 29 de maio de 1934, erigiu o município em têrmo de juiz togado e fê-lo pertencer à comarca de Missão Velha, instalando-se em 29 de junho do mesmo ano.

Por determinação do Decreto-lei n.º 1 143, já citado, o têrmo volta a pertencer à comarca de Milagres, até que, pela Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948, foi elevado à categoria de comarca de 1.ª entrância.

Passados oito anos a Lei n.º 1 153, já no regime Democrático, de 22 de novembro de 1951, conservou os limites e a divisão administrativa de Mauriti, que, atualmente, se compõe dos distritos de Mauriti, Mararupá, Coité, Umburanas, Anauá e Maraguá.

O Govêrno Municipal, eleito em 3 de outubro de 1954, está assim constituído:

Prefeito — José Leite da Costa. Vereadores — Cauby de Vasconcelos Sobral, Joaquim Dionizio Sobrinho, Otávio Pimenta de Souza, Horácio Leite Felipe, Edson Tavares de Araújo, Joaquim Pimenta de Oliveira, José dos Anjos Filho, Adauto Leite de Figueiredo e João Leite de Araújo Lima.

LOCALIZAÇÃO — O município de Mauriti, localizado na Zona Fisiográfica do Cariri, tem as seguintes coordenadas geográficas: latitude Sul, 7° 23' 24"; longitude, 38° 46' 41" W.Gr. Distância em linha reta da Capital: 402 quilômetros. Municípios vizinhos: Brejo Santo, Milagres e Barro, no Estado do Ceará; Bonito de Santa Fé e Conceição, no Estado da Paraíba, o que o caracteriza como município fronteiro. A direção S.O. 4° 01' fixa a linha reta à Capital.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Rua Capitão Miguel Dantas

ALTITUDE — É de 450 metros na sede.

CLIMA — O município de Mauriti, como os demais compreendidos pela Zona Fisiográfica do Cariri, tem um clima quente e sêco no verão, época em que a temperatura se eleva ao máximo, principalmente durante o dia. Durante a noite, correntes de ar fresco tornam mais agradável aquêle rincão do Ceará. Na época invernosa, a temperatura desce ao mínimo, principalmente nos últimos meses. Entre máximo e mínimo, a temperatura varia de 37°C a 22°C.

ÁREA — Ocupando o 40.º lugar em extensão territorial, entre os municípios cearenses, Mauriti se estende numa área de 1 327 quilômetros quadrados.

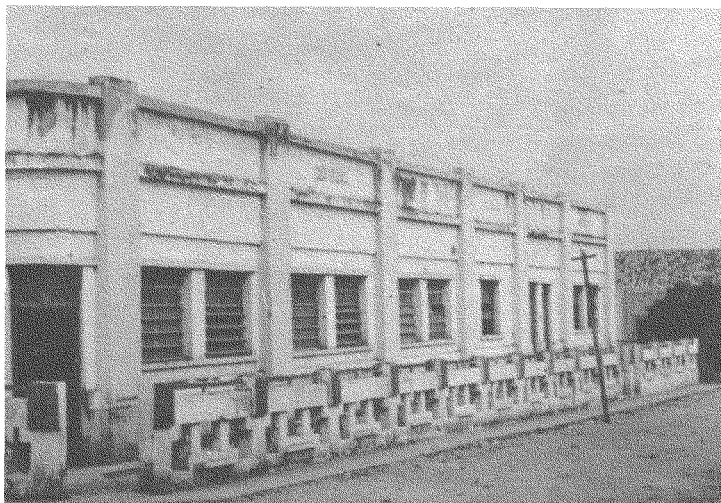
ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Sendo mais montanhoso que plano, apresenta o município de Mauriti, uma topografia acidentada. Além da serra do Braga e da faixa da serra do Araripe que dividem o município do Estado da Paraíba, se elevam no seu território as serras do Urubu, do Poço e da Cana Brava. A sua hidrografia é constituída dos riachos São Miguel e Três Irmãos que, formando o riacho dos Porcos, vão engrossar o rio Salgado. Entre as lagoas existentes, destaca-se a de Mauriti.

RIQUEZAS NATURAIS — Não tendo sido bem aquinhoado pela natureza na distribuição de riquezas, Mauriti conta com a madeira e lenha das serras que se erguem em seu território, como riquezas de origem natural.

POPULAÇÃO — A população do município de Mauriti, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 24 400 habitantes (12 159 homens e 12 141 mulheres), sendo: brancos — 6 240 (3 194 homens e 3 226 mulheres); pretos — 1 986 (957 homens e 1 029 mulheres); pardos — 15 885 (7 954 homens e 7 931 mulheres); e sem declaração — 109 (54 homens e 55 mulheres).

Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 12 978 (6 347 homens e 6 631 mulheres), 4 995 eram solteiras (2 555 homens e 2 440 mulheres); casadas — 7 277 (3 604 homens e 3 673 mulheres); desquitadas — 3 (2 homens e 1 mulher); viúvas — 686 (178 homens e 508 mulheres); e sem declaração — 17 (8 homens e 9 mulheres).

Tôda a população era de nacionalidade brasileira.

Em religião, predominavam os católicos romanos, em número de 24 333 (12 134 homens e 12 199 mulheres); protestantes — 3 (1 homem e 2 mulheres); ortodoxo — 1

Escola Normal Rural

mulher; outras religiões — 6 (2 homens e 4 mulheres); sem religião — 9 (4 homens e 5 mulheres); e sem declaração — 48 (18 homens e 30 mulheres).

A densidade era de 18,38 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 86,81% localizavam-se na zona rural, num total de 21 182 (10 642 homens e 10 540 mulheres).

Estimativa da Inspetoria Regional de Estatística realizada em 1.º-VII-57, da população de Mauriti, arrola .... 29 521 habitantes, verificando um aumento de 5 121 pessoas, ou seja, 20,99% sôbre o efetivo populacional do Censo de 1950.

Aglomerações urbanas — Eram 6 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Mauriti, com 2 183 habitantes (1 026 homens e 1 157 mulheres); a vila de Anauá, com 179 (84 homens e 95 mulheres); a vila de Coité, com 163 (74 homens e 89 mulheres); a vila de Maraguá, com 79 (38 homens e 41 mulheres); a vila de Mararupá, com 450 (221 homens e 229 mulheres); e a vila de Umburanas, com 164 (74 homens e 90 mulheres).

No quadro urbano da cidade e vilas, existiam 2 120 habitantes (977 homens e 1 143 mulheres) e no suburbano 1 098 (540 homens e 558 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — São atividades fundamentais à economia do município a agricultura e a pecuária. Das pessoas presentes em idade ativa (10 anos e mais) 48% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Cultivam-se, principalmente, algodão arbóreo, mandioca-brava, milho, feijão, cana-de-açúcar e mamona, os quais encontram mercado nos Estados de São Paulo, Paraíba, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Em 1956 o valor da produção agrícola atingiu cêrca de 29 milhões de cruzeiros.

A pecuária tem significação. Estima-se em 16 000 cabeças, o rebanho local, calculado em 18 milhões de cruzeiros. A produção de leite em 1956 era da ordem de 227 800 litros. Produz-se queijo e manteiga, em quantidade reduzida. O gado é exportado para o Estado da Paraíba.

A indústria de transformação de produtos agrícolas registrou, em 1955, a cifra de 10 milhões de cruzeiros para a farinha de mandioca.

Como na maioria dos municípios da zona do Cariri, é modesta a produção de madeira e lenha.

A indústria de transformação é representada pelo beneficiamento de algodão, fabricação de calçados, e fabricação de pães, em pequena escala.

COMÉRCIO — Por 4 estabelecimentos atacadistas e 30 varejistas, é realizado o movimento comercial da sede do município, sendo as praças de Juàzeiro do Norte, Crato, Missão Velha e Fortaleza as que registram com Mauriti o maior intercâmbio. Em todo o município, o número de estabelecimentos constitui-se de 11 atacadistas e 63 varejistas. O valor comercial, segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, se expressa por Cr$ 2 516 000,00 no varejista e por Cr$ 4 168 000,00 no ramo atacadista.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município liga-se com a Capital do Estado por linha rodoviária, num percurso de 559 quilômetros, ou por rodovia até Missão Velha (52 quilômetros) e daí pela Estrada de Ferro de Baturité (565 km), tendo como ponto de partida a sede do município. Sendo um dos municípios fronteiros do Estado, Mauriti liga-se com os municípios de Bonito de Santa Fé e Conceição, do Estado da Paraíba, em extensão de 36 e 54 quilômetros, respectivamente. Os municípios vizinhos, no Ceará, são: Brejo Santo (47 km); Milagres (24 km); e Barro (38 km); 1 ônibus e 1 caminhão misto, com linha regular para Crato, servem de transporte para o intercâmbio do município com Milagres, Missão Velha, Barbalha, Juàzeiro do Norte e Crato.

Para os serviços de comunicação, o município é dotado de uma Agência Postal-telegráfica do Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade tem sua zona urbana quase inteiramente pavimentada, enquanto a zona suburbana não apresenta êsse melhoramento. A percentagem da área calçada é cêrca de 15% a paralelepípedo e 15% a pedras irregulares, enquanto 70% do restante não possui pavimentação. Dos 24 logradouros públicos, 5 são praças, notando-se o Jardim-avenida Dr. Cartaxo. Há 3 ruas to-

Grupo Escolar Municipal

talmente calçadas e 4 parcialmente. A cidade é iluminada por uma usina geradora de energia elétrica, de propriedade da Prefeitura, que fornece, anualmente, cêrca de .... 6 000 kWh. Há, apenas, 36 ligações domiciliares. Conta-se 1 pensão, com a diária de Cr$ 60,00. Acha-se iniciado o serviço de instalação de uma rêde de abastecimento de água.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Com 4 farmácias, 1 dentista e 1 farmacêutico conta o município de Mauriti para prestar assistência à saúde de sua população.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Conferência de São Vicente de Paula é o único órgão existente no município, que presta serviços de assistência social.

ALFABETIZAÇÃO — O total de habitantes com 5 anos e mais do município de Mauriti era de 20 104 (Censo Demográfico de 1950): 3 187 ou 16% dêsse total sabiam ler e escrever, sendo 1 713 homens e 1 474 mulheres. Com a mesma idade escolar existiam na cidade 1 830 pessoas, das quais 638 eram alfabetizadas (290 homens e 348 mulheres).

Ensino — No ano de 1956, 35 unidades escolares ministravam o ensino fundamental comum, com a matrícula inicial de 1 365 alunos masculinos e femininos. A taxa de matrícula em 1950 foi de 19,57% em Mauriti e 24,3% no Estado do Ceará.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe um cinema, o Cine Mauriti com funcionamento duas vêzes por semana e capacidade para 120 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	...	1 154	443	135	577
1951.......	...	772	472	136	464
1952.......	...	945	523	141	498
1953.......	...	109	825	92	858
1954.......	...	1 319	669	115	634
1955.......	...	1 612	883	211	924
1956 (1)....	162	2 488	983	296	983

(1) Orçamento.

Casa residencial na Rua Marechal Floriano

Mercado Público

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Como particularidade, menciona-se a "Serra das Três Janelas", também conhecida por "Três Irmãos", constituída apenas, de uma elevação monolítica, com três cumes iguais e três orifícios semelhantes, que deram origem às respectivas denominações. Mencionada serra serviu de esconderijo aos comparsas do chefe revolucionário Joaquim Pinto Madeira.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Não há festejos populares de outro cunho a não ser o religioso. Nesse setor, realizam-se várias comemorações entre as quais se destacam as seguintes: Festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da Paróquia, havendo noites de novena, encerrando-se com procissão no dia 8 de dezembro; a devoção ao Sagrado Coração de Jesus, durante o mês de junho, encerra-se também com movimentada procissão; o préstito soleníssimo de "Corpus Christi", em data determinada pelo calendário religioso, quase sempre no mês de junho e, finalmente, a procissão de Nossa Senhora de Fátima, desde 1955, realizando-se nos dias 13 de maio e 13 de outubro, seguida por grande número de fiéis, com velas acesas, alguns de pés descalços, e com grande entusiasmo.

VULTOS ILUSTRES — *Dr. José Leite Maranhão* — Médico. Professor da Escola Normal Justiniano de Serpa e do extinto Colégio Militar do Ceará. Orador fluente e imaginoso. Uma das saliências da intelectualidade cearense. *Padre José Furtado de Lacerda* — Magnífico orador sacro.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Como ponto de atração turística, existe no município a notável "Pedra do Letreiro", que se distingue pela inscrição ilegível que a caracteriza, dando origem à denominação da fazenda em que se localiza.

O "Ôlho-d'água dos Dantos", apesar de ter-se tornado banheiro público, se destaca como fonte termal.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Dá-se a denominação de mauritienses aos habitantes do município de Mauriti. O município realizou a inscrição de 4 158 eleitores e a sua Câmara de Vereadores constitui-se de 9 representantes. Localizado no vale do Cariri, será das primeiras comunas beneficiadas, no Ceará, pela Rêde Elétrica de Paulo Afonso.

MERUOCA — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O povoado de Meruoca teve sua fundação no recuado ano de 1727, quando foi iniciada a construção da capela de Nossa Senhora da Conceição. A capela recebeu o patrimônio de meia légua de terras na serra da Meruoca, 100 vacas e uma engenhoca para o fabrico de mel, doado pelo coronel Sebastião de Sá Barroso e sua mulher Cosma Ribeiro, tendo sido benta, em 1728, pelo padre João da Costa Ribeiro, por licença de D. José Fialho. Êsse patrimônio só foi julgado, canônicamente, em 1767, pelo visitador José Teixeira de Azevedo.

A freguesia de Nossa Senhora da Conceição e o distrito foram criados em virtude da Lei n.º 1 799, de 10 de janeiro de 1879. Instituída canônicamente por provisão de 4 de fevereiro de 1880, teve como primeiro vigário o padre Diogo José de Sousa Lima, que iniciou suas atividades, após tomar posse no cargo, a 29 de fevereiro de 1880.

O município foi criado com sede na povoação de Meruoca, então elevada a vila, pela Lei n.º 2 090, de 13 de novembro de 1885, com território desmembrado de Sobral. Sua instalação ocorreu no dia 24 de janeiro de 1887. O município compunha-se então dos distritos de Meruoca e Floresta.

Por ocasião do Recenseamento de 1892, a população do município era de 12 171 habitantes.

O têrmo judiciário de Meruoca foi criado pela Lei n.º 1 237, de 9 de setembro de 1914, anexo à comarca de Sobral; no ano seguinte a Lei n.º 1 289, de 31 de agôsto, suprimiu-o.

Em 1920, pela Lei n.º 1 794, de 9 de outubro, o município foi extinto.

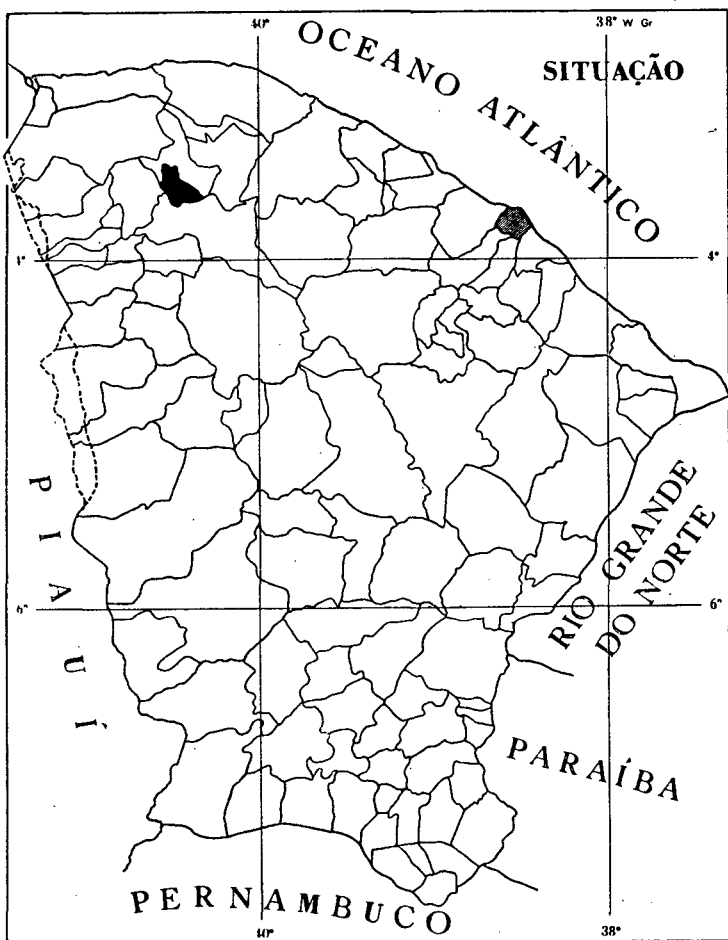
O têrmo judiciário, restaurado pelo Decreto n.º 206, de 6 de junho de 1931, pertencente à comarca de Sobral, foi mais uma vez suprimido, passando à condição de distrito do têrmo de Sobral, assim figurando no decreto número 1 422, de 26 de dezembro de 1934.

Pelo Decreto estadual n.º 193, de 20 de maio de 1931, que pertencia a Massapê, teve seu território incorporado ao município de Sobral, assim permanecendo, nas divisões territoriais fixadas para vigorar nos qüinqüênios 1933-1937, 1938-1943 e 1944-1947. Com o advento da Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, o município de Meruoca foi restaurado e a êle anexado o distrito de Alcântara, desmembrado de Massapê, ocorrendo a instalação no dia 25 de março de 1955, com posse dos vereadores e prefeito, eleitos a 3 de outubro do ano anterior. Em virtude da mesma Lei a vila recebeu foros de cidade.

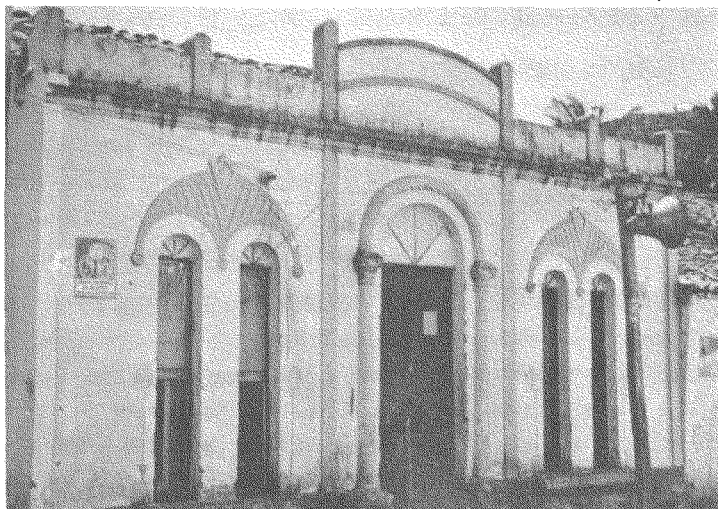
Salão Paroquial

A Lei n.º 3 508, de 20 de dezembro de 1956 erigiu em comarca de primeira entrância o antigo têrmo de Meruoca, desmembrando-o de Sobral, o qual está dividido em dois (2) distritos (Meruoca e Alcântaras). Em face da mesma Lei, a comarca é provida de juiz de direito, promotor e adjunto.

Nas eleições de 3 de outubro de 1954 foram eleitos: Prefeito Gregório da Cunha Freire. Vereadores: Tobias de Sousa do Amaral, Osvaldo Soares de Oliveira, Valdemar Ximenes Aguiar, Antônio da Cunha Freire, Raimundo Davi dos Santos, Benedito da Cunha Freire e João Raulino de Sousa.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica do Sertão Centro-Norte. Limita com Coreaú, Massapê e Sobral. A cidade dista da Capital do Estado, em linha reta, 242 km e possui as seguintes coordenadas geográficas (Cálculo da Inspetoria Regional de Estatística): 3° 31' 42" de latitude Sul e 40° 19' 53" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 610 metros na sede municipal.

CLIMA — O município apresenta clima salubre e fresco, chegando a ser frio nos meses finais do inverno. A temperatura varia entre 18 e 24 graus centígrados, sendo mais freqüentes a de 22 graus. A época favorável às chuvas vai de janeiro a junho.

ÁREA — A área do município é de 208 km² e ocupa o 96.º lugar em relação às áreas das demais comunas do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia do município é montanhosa, pois está situado entre os contrafortes da serra da Meruoca, sendo esta o seu principal acidente geográfico. A composição de sua hidrografia constitui-se de alguns cursos de água de somenos importância, como os riachos Meruoca, São Bernardo, Contendas, Cajueiro e Boqueirão. Conhece-se também a lagoa de São Isidoro.

RIQUEZAS NATURAIS — Babaçu, caju, mel de abelha.

POPULAÇÃO — Os distritos de Meruoca e Alcântaras, pertencentes, na época do Recenseamento Geral de 1950, aos municípios de Sobral e Massapê, respectivamente, apresentavam, em conjunto, 19 051 habitantes, sendo 9 220 homens e 9 831 mulheres.

No quadro rural localizavam-se 92,90% de sua população, ou seja, 17 545 habitantes (8 540 homens e 9 005 mulheres), donde se conclui que o município era preponderantemente rural.

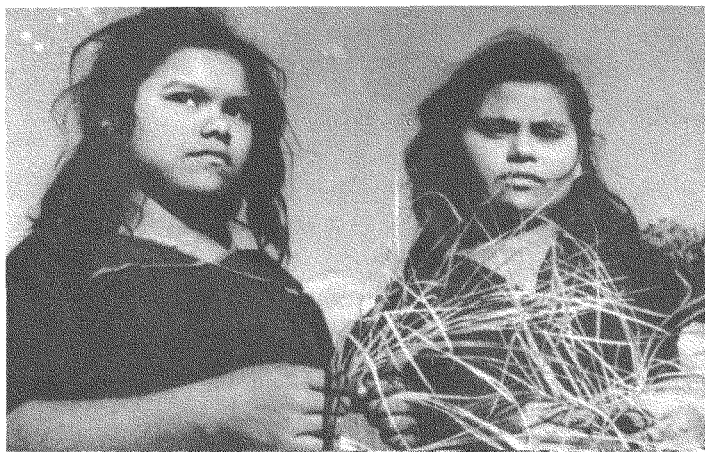
Estimativa da população, calculada pela Inspetoria Regional de Estatística para 1.º de julho de 1957, dá ao município de Meruoca o efetivo de 16 557 habitantes, resultado inferior ao que se teria verificado no Censo de 1950, caso o distrito de Alcântaras já pertencesse a Meruoca. Êsse decréscimo que é de 2 494 pessoas (cêrca de 13,09%), já se observava em relação ao Censo de 1940 (13,40%).

Isoladamente, o distrito de Meruoca apresentou a seguinte variação populacional: 1940 — 13 364 habitantes; 1950 — 10 994. Decréscimo verificado: 2 370 habitantes.

Por sua vez, Alcântaras, distrito de Massapê até 1951, registrou, nos dois últimos censos, em escala decrescente, a seguinte população: 1 940 — 8 635 habitantes; 1950 — 8 057. Decréscimo — 578 habitantes.

Aglomerações urbanas — À época do Censo de 1950, havia 2 aglomerados urbanos: a cidade de Meruoca, com 803 habitantes (363 homens e 440 mulheres) e a vila de Alcântara, com 703 habitantes (317 homens e 386 mulheres), assim distribuídos: na zona urbana 437 (169 homens e 268 mulheres) e na zona suburbana 1 069 (511 homens e 558 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade fundamental à economia do município é a agricultura. Em 1955, o volume e o valor dos principais produtos agrícolas do município apresentaram os seguintes dados: 5 192 toneladas de mandioca-brava (Cr$ 3 115 000,00); 150 000 cachos de banana (Cr$ 2 250 000,00); 8 660 sacos de 60 kg de feijão (Cr$ 1 558 000,00); 12 840 sacos de 60 kg de milho (Cr$ 1 476 600,00); 2 100 arrôbas .... (Cr$ 1 170 000,00); 95 000 centos de manga .... (Cr$ 760 000,00); 1 400 arrôbas de café .... (Cr$ 630 000,00); e 4 600 arrôbas de algodão .... (Cr$ 474 000,00).

Rua Floriano Peixoto em dia de desfile

Fabrico de chapéu de palha

Os produtos agrícolas do município encontram mercado nas praças de Sobral, Fortaleza e Massapê.

Em 1955 a população pecuária era a seguinte: bovinos — 3 800; eqüinos — 1 300; asininos — 3 000; muares — 700; suínos — 7 000; ovinos — 700; e caprinos 800.

Os rebanhos então existentes foram avaliados em 16 milhões de cruzeiros, aproximadamente. O município não exporta gado para outros centros consumidores.

Produção Extrativa — Não é desenvolvida a produção extrativa, restringindo-se esta atividade ao babaçu, que tem produção estimada em 120 toneladas anuais.

Indústria — Não há fábricas importantes, sendo os principais ramos industriais o fabrico de aguardente, rapadura e farinha de mandioca.

COMÉRCIO — Têm funcionamento na sede municipal 23 estabelecimentos, explorando o ramo de varejo. O comércio local mantém transações com as praças de Fortaleza e Sobral. Importam-se, sobretudo, tecidos, perfumarias e outros produtos, necessários ao consumo da população local.

Meruoca exporta babaçu em pequena escala.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se aos municípios vizinhos e à Capital Estadual: Massapê — rodovia (18 km); Coreaú — rodovia (57 km); Sobral — rodovia (25 km). Capital Estadual — rodovia via Sobral (259 km): 1.º misto: a) rodovia até Sobral (25 quilômetros) e b) via aérea (200 km); 2.º misto: a) rodovia até Sobral (25 km) e b) ferrovia (235 km).

Acha-se localizada na sede do município uma Agência Postal-telegráfica do Departamento Regional dos Correios e Telégrafos, sendo êste o único meio de comunicação dos meruoquenses.

Vista parcial do açude Itacaranha

ASPECTOS URBANOS — A cidade, que é servida de iluminação elétrica, conta 90 ligações. O consumo anual de energia, para iluminação, é estimado em cêrca de 7 mil quilowatts.

A área calçada não atinge mais que 2% dos 11 logradouros existentes, de que apenas 1 rua se apresenta parcialmente pavimentada de pedras irregulares.

Estão registrados na Prefeitura Municipal 1 jipe e 3 caminhões.

Para a hospedagem há 1 pensão que cobra a diária de Cr$ 60,00.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Os meruoquenses não gozam de recursos assistenciais próprios, pelo que são obrigados a procurá-los na cidade de Sobral.

Há 1 farmácia em funcionamento.

ALFABETIZAÇÃO — No Censo de 1950, a vila de Alcântaras possuía 583 pessoas (5 anos e mais), das quais 76 homens e 88 mulheres eram alfabetizados. Em Meruoca, das 686 pessoas presentes (5 anos e mais) apenas 116 homens e 174 mulheres sabiam ler e escrever.

Nas duas vilas, o número de alfabetizados era da ordem de 1 269 pessoas, ou seja, cêrca de 7% do total dos respectivos distritos reunidos.

Ensino — Há na cidade e em todo o município 58 unidades de ensino primário fundamental comum, nas quais estão matriculados 1 032 alunos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	87	—	—	—
1951	—	87	—	—	—
1952	—	122	—	—	—
1953	—	145	—	—	—
1954	—	160	—	—	—
1955	...	204	1 056	81	731
1956	...	385	886	95	1 209

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Festeja-se, brilhantemente, no município, a data consagrada a Nossa Senhora da Conceição, com novena, missa solene, leilões, etc. A festa da milagrosa padroeira é bastante concorrida, sendo grande o número de fiéis que participam das homenagens, com demonstração de fervor religioso e piedade cristã.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Nas eleições de 3 de outubro de 1954, foram eleitos 7 vereadores.

Meruoquenses é a denominação dos habitantes do município.

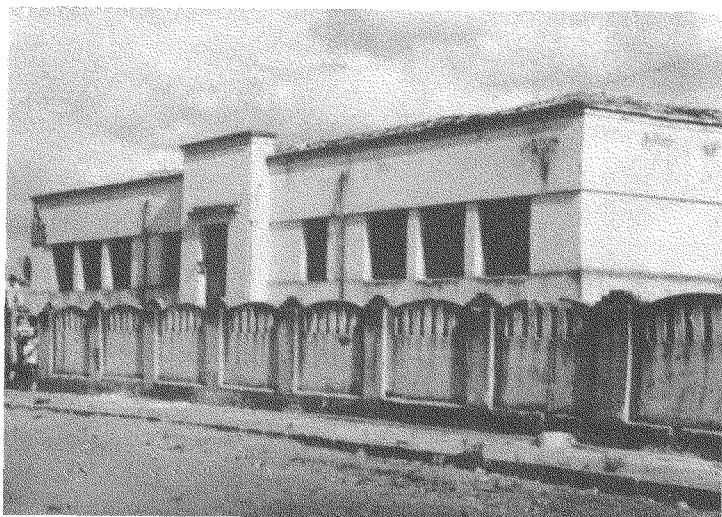
O topônimo de origem indígena, quer dizer: "casa de môsca", de *meru*, môsca, e *oca*, casa.

A Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, fundada em 12-2-1879, possui, além da Igreja-Matriz, 7 capelas públicas e 1 semipública, e 1 sacerdote para assistência espiritual.

Funcionam 14 associações religiosas com grande número de associados.

MILAGRES — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Havia às margens do riacho dos Porcos, nos meados do século XVII, um sítio denominado Pilar, onde os conquistadores brancos se instalaram. Relata Antônio Bezerra que tendo "ali aparecido um senhor Sousa Presa, com outros companheiros, foram apanhados pelos tapuias e logo devorados, sendo dito Presa reservado para outra ocasião, em vista da sua magreza. Partindo os mesmos tapuias para uma caçada, deixaram Presa, convenientemente amarrado, aos cuidados de uma índia, a quem fizeram as mais enérgicas recomendações. Sós, por sinais, se entenderam, e a índia, môça formosa, comovendo-se da sorte do seu prisioneiro, jovem e elegante também, deu-lhe a liberdade e fugiram do lugar. Prêsa, em hora de extrema agonia, havia feito promessa de, se escapasse, erigir uma igreja a Nossa Senhora dos Milagres e, assim, desaparecidos os tapuias daquelas paragens, voltou ao lugar e em 1760 fundou a igreja que tem hoje a invocação daquela Senhora". Esta versão de caráter lendário é contestada pelo próprio Antônio Bezerra, baseado em documentos extraídos da Sé de Olinda, relativos a igrejas e capelas, nos quais verificou que "a referida igreja fôra erigida em 1735 pelo capitão Bento Correia de Lima e por escritura de 16 de agôsto de 1746 seus filhos Sebastião Correia de Lima e José Correia de Lima doaram à mesma igreja dez braças de

Grupo Escolar

Praça da Matriz

terras para cada parte da dita igreja e, juntamente, lugar para a casa do capelão que a houvesse de assistir".

Criada a freguesia do Cariri, sob a invocação de Nossa Senhora da Luz, separada do Curato de Icó, por provisão de 28 de janeiro de 1748, a igreja de Nossa Senhora dos Milagres serviu-lhe de matriz, tendo como cura o padre Bernardo Luiz da Cunha.

Há uma provisão de 8 de fevereiro de 1748, do visitador Manuel Machado Freire — afirma o Barão de Studart — "concedendo que os habitantes do Riacho dos Porcos, freguesia de Nossa Senhora da Luz, reedifiquem de pedra a capela de Nossa Senhora dos Milagres, no sítio Pilar, que por ser muito antiga e feita de barro estava arruinada". A matriz passou para Santo Antônio dos Cariris Novos, atualmente Missão Nova, de que era Cura o padre Gonçalo Coelho de Lemos.

A freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, criou-a a Lei n.º 263, de 3 de dezembro de 1842.

O distrito de Milagres foi criado por Resolução régia de 1.º de abril de 1813, Ato provincial de 18 de março de 1842 e Lei provincial n.º 263, de 3 de dezembro de 1842.

O município foi criado com sede no povoado de Milagres, pela Lei provincial n.º 374, de 17 de agôsto de 1846, em território desmembrado do município de Crato, que elevou o povoado à condição de vila. Cidade pelo Decreto n.º 31, de 25 de julho de 1890.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município de Milagres compunha-se dos distritos de Milagres, Cuncas, São Pedro e Mauriti.

O Decreto-lei n.º 193, de 20 de maio de 1931, manteve o município que, na divisão administrativa referente a 1933, figura com os distritos de Milagres, Cuncas, Rosário e São Pedro, permanecendo nos quadros territoriais datados de 31-XII-1936, 31-XII-1937, bem como no anexo ao Decreto-lei n.º 169, de 31 de março de 1938, retificado pelo Decreto n.º 378, de 20 de outubro do mesmo ano, com os mesmos distritos e ainda o de Barro.

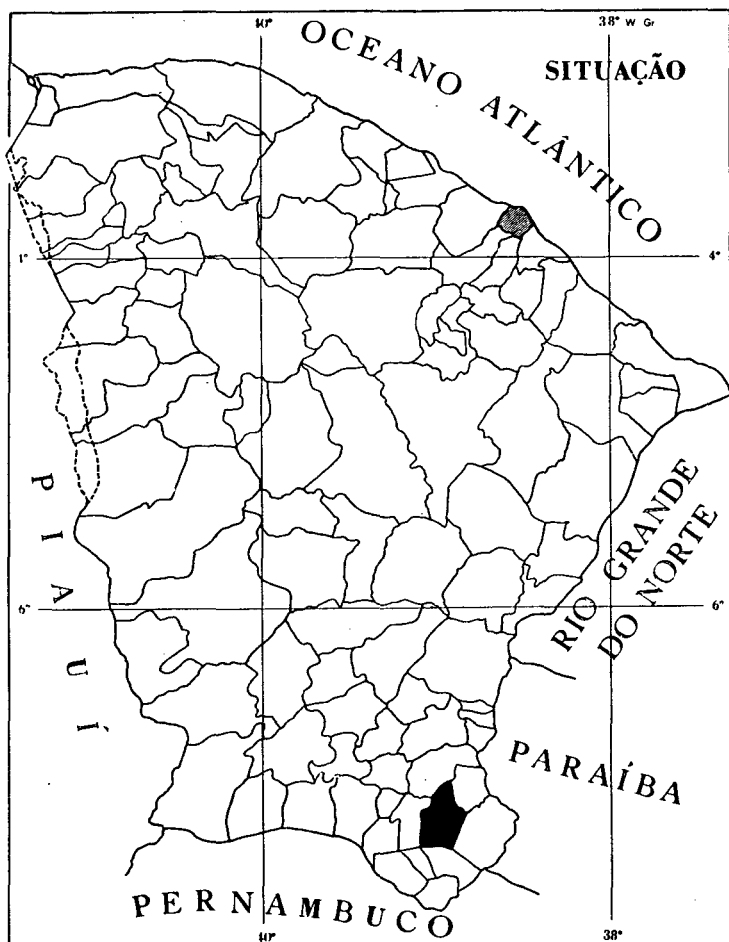
No quadro fixado pelo Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, os distritos de São Pedro e Rosário passaram a denominar-se, respectivamente, Pedro Segundo e Podimirim.

Pelo Decreto-lei n.º 1 114, de 31 de dezembro de 1943, o distrito de Pedro Segundo passou a denominar-se Abaiara.

A Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, que alterou a divisão territorial do Estado e fixou o quadro administrativo para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, desmembrou os distritos de Barro e Cuncas, de Milagres, os quais, juntamente com o distrito de Iara, desmembrado do de Aurora, passaram a constituir nova unidade municipal com sede em Barro. Assim, Milagres figura, nessa última divisão, com os distritos de Milagres, Abaiara e Podimirim.

O têrmo judiciário, instituído pela Lei n.º 374, de 1846, foi elevado à categoria de comarca, desmembrada da de Jardim pelo Decreto n.º 26-A, de 8 de julho de 1890. Extinta no ano seguinte pelo Decreto n.º 196, de 5 de junho de 1891, voltou o têrmo a pertencer à comarca de Jardim, restaurando-a a Lei n.º 549, de 25 de agôsto de 1899, ficando-lhe anexo o têrmo de Brejo Santo. Novamente extinta pelo Decreto n.º 1 355, de 30 de agôsto de 1916, retornou à jurisdição da comarca de Jardim até que a Lei n.º 1 828, de 23 de março de 1921, a reinstalou, extinguindo-a, mais uma vez, a Lei n.º 2 574, de 17 de julho de 1928, indo o têrmo para a comarca de Jardim. No ano seguinte, pela Lei n.º 2 677, de 2 de agôsto, foi novamente restaurada e a êle anexado o têrmo de Brejo Santo, suprimindo-a o Decreto n.º 206, de junho de 1931, passando então o têrmo à comarca de Missão Velha, nela permanecendo até que a Lei n.º 690, de 3 de abril de 1940, o fizesse voltar à condição de comarca. A Lei n.º 213 de 9 de junho de 1948 elevou-a a comarca de segunda entrância.

Igreja-Matriz de Nossa Senhora da Conceição

LOCALIZAÇÃO — O município de Milagres está situado na Zona Fisiográfica do Cariri. Limita com Missão Velha, Aurora, Barro, Mauriti e Brejo Santo. A cidade dista da Capital do Estado, em linha reta, 396 km na direção .... 6° 51' S.O. e possui as seguintes coordenadas geográficas: 7° 19' de latitude Sul e 38° 57' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Atinge 355 metros na sede municipal.

CLIMA — O clima de Milagres é quente na zona sertaneja e fresco nas regiões mais elevadas. A temperatura varia entre 21 e 32 graus centígrados, sendo mais freqüente a de 28 graus. O período chuvoso se inicia em fevereiro e termina em junho. A precipitação pluviométrica anual é cêrca de 750 mm.

ÁREA — A área do município é de 840 km² e ocupa o 62.° lugar em relação às demais comunas do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O mais importante relêvo da topografia de Milagres é a serra de Ouricuri. A hidrografia do município se constitui apenas de riachos e açudes, sendo conhecidos como principais riachos os seguintes: Água Branca, Brejinho, Jenipapeiro e Oitis.

RIQUEZAS NATURAIS — Carnaúba, oiticica, madeiras, lenha, barro (argila), fibra de caroá e peles silvestres.

POPULAÇÃO — A população do município de Milagres, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 29 596 (14 777 homens e 14 819 mulheres); sendo: brancos — 10 673 (5 255 homens e 5 418 mulheres); pretos — 4 375 (2 179 homens e 2 196 mulheres); pardos — 14 504 (7 325 homens e 7 179 mulheres); sem declaração — 44 (18 homens e 26 mulheres).

Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 15 946 (7 769 homens e 8 177 mulheres), 6 146 eram solteiras (3 165 homens e 2 981 mulheres); casadas — 8 965 (4 421 homens e 4 544 mulheres); desquitados — 1 mulher; viúvas — 829 (181 homens e 648 mulheres); e sem declaração — 5 (2 homens e 3 mulheres).

Tôda a população era de nacionalidade brasileira.

Em religião, predominavam os católicos romanos, em número de 29 571 (14 764 homens e 14 807 mulheres); protestantes — 5 (3 homêns e 2 mulheres); sem religião — 17 (9 homens e 8 mulheres); e sem declaração — 3 (1 homem e 2 mulheres).

A densidade populacional era de 24,14 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 86,19% localizavam-se na zona rural, num total de 25 511 (12 889 homens e 12 622 mulheres).

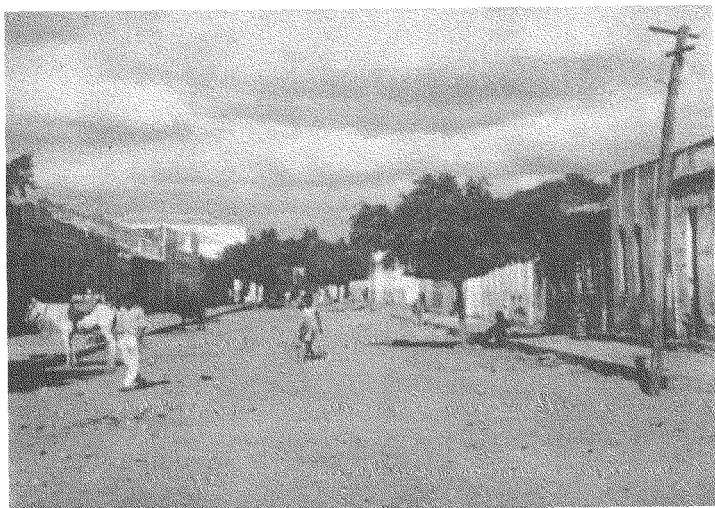
Estimativa da Inspetoria Regional de Estatística computou a população de Milagres, para 1.° de julho de 1957, em 27 033 habitantes. O decréscimo de 2 563 pessoas em relação ao efetivo populacional de 1950 justifica-se pelo desmembramento dos distritos de Barro e Cuncas, ocorrido em 1951.

Aglomerações urbanas — Eram 5 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Milagres, com 2 297 habitantes (1 056 homens e 1 241 mulheres); a vila de Abaiara, com 354 (159 homens e 195 mulheres); a vila de Barro, com 789 (380 homens e 409 mulheres); a vila de Cuncas, com 200 (97 homens e 103 mulheres); e a vila de Podimirim, com 445 (196 homens e 249 mulheres).

No quadro urbano da cidade e vilas, existiam 2 715 habitantes (1 236 homens e 1 479 mulheres) e no suburbano 1 370 (652 homens e 718 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades fundamentais à economia do município são a agricultura e a pecuária. Segundo revelação do Censo de 1950, esta atividade concentrava o maior número de pessoas ocupadas em idade ativa (10 anos e mais), ou seja, 42% do total de 20 093 indivíduos.

Município essencialmente agrícola, a maior parte da renda municipal provém da agricultura, principalmente da cultura do algodão. Em 1955, a produção atingiu 16 mi-

Patronato D. Zefinha Gomes

Avenida Santos Dumont

lhões de cruzeiros, obtidos pelos produtos a seguir indicados: 68 250 arrôbas de algodão (Cr$ 8 190 000,00); 16 800 sacas — 60 kg — de feijão (Cr$ 3 024 000,00); 18 200 toneladas de cana-de-açúcar (Cr$ 2 275 000,00); — 5 120 sacas — 60 kg — de arroz (Cr$ 768 000,00); 5 280 sacas — 60 kg — de milho (Cr$ 475 000,00); 1 100 toneladas de mandioca-brava (Cr$ 330 000,00); 97 750 kg de mamona (Cr$ 293 250,00); 3 450 centos de manga .... (Cr$ 172 500,00); 3 450 centos de laranja .... (Cr$ 172 500,00); 656 sacas — 60 kg — de fava .... (Cr$ 118 080,00); 7 800 cachos de banana (78 000,00); 308 centos de côco-da-baía (Cr$ 36 960,00); 40 800 kg de Amendoim (Cr$ 48 800,00).

Os produtos agrícolas são transportados para os Estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, onde encontram mercado. O município é apreciável criador de gados, notadamente do gado "bovino". Em 1955 a população pecuária era a seguinte: bovinos — 15 986; eqüinos — 2 680; asininos — 1 415; muares — 962; suínos — 10 012; ovinos — 9 008; caprinos — 9 960.

O rebanho, então existente, foi estimado em 24 milhões de cruzeiros. O gado do município não é destinado à exportação, sendo os rebanhos utilizados no fornecimento de carne e leite à população local. Os principais ramos industriais são o beneficiamento de algodão, fabricação de rapadura e farinha de mandioca. O estabelecimento mais importante é a Usina Kolins, de beneficiamento de algodão.

Pôsto de Puericultura

A produção de tijolos, telhas e vasos de barro em geral, atinge anualmente, Cr$ 250 000,00. Eleva-se a 17 542 kWh a produção de energia elétrica, sendo consumidos 11 206 quilowatts na iluminação pública e 6 336 kWh na iluminação particular.

A produção de rapadura é muito expressiva. Os engenhos locais obtiveram a apreciável quantia de 1 383 200 quilogramas dêsse produto que valeram mais de quatro milhões de cruzeiros, conforme apurou o Departamento Estadual de Estatística, em 1955.

A agricultura e pecuária local são orientadas, tècnicamente, por 2 agrônomos e 1 veterinário.

COMÉRCIO E BANCOS — Estão em atividade, na sede Municipal, 4 estabelecimentos explorando o ramo grossista e 30 ditos varejistas e a Cooperativa de Crédito Agropecuária de Milagres. Segundo dados do Censo Comercial de 1950, os 64 estabelecimentos varejistas venderam, em 1949, mais de 4 milhões de cruzeiros. O comércio local transaciona com as praças de Juàzeiro do Norte, Campina Grande — PB e Recife — PE. Os principais artigos importados são tecidos e miudezas em geral.

O município de Milagres exporta, sobretudo, algodão em pluma, mamona, cereais, couros e peles.

Bar "Jamacaru"

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Milagres liga-se aos municípios vizinhos e à Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: a Brejo Santo — rodoviário — 21 km; a Mauriti — rodoviário — 24 km; a Missão Velha — rodoviário — 30 km; a Barro — rodoviário — 26 km; a Aacaraú — rodoviário — 72 km — ou misto: a — rodoviário 30 km até Missão Velha e b — ferroviário R.V.C. — 48 km; à Capital Estadual: misto: a — rodoviário — 30 km até Missão Velha e b — ferroviário R.V.C. — 565 km.

Possui a cidade uma Agência Postal-telegráfica do D.C.T., por meio da qual são realizadas as comunicações locais com outros núcleos populosos.

ASPECTOS URBANOS — A pavimentação da cidade distribui-se conforme as seguintes percentagens: 3% de paralelepípedo, 5% de pedras irregulares, 92% sem pavimentação.

Há 3 hotéis cobrando a diária de Cr$ 100,00. A cidade é dotada de 2 aparelhos telefônicos, e de iluminação públi-

ca e particular, contando-se 236 ligações particulares. Possui 2 ruas e 1 travessa caçadas a paralelepípedo, 1 travessa a pedra irregular, e 1 praça pavimentada a mosaico. Está localizada no distrito da sede municipal 1 agência dos Correios e Telégrafos. O número de veículos registrados na Prefeitura é de 2 automóveis e 7 caminhões.

Agrupam-se 820 prédios nos 23 logradouros que constituem a cidade de Milagres; 4 dos logradouros existentes são arborizados. Alguns prédios residenciais, pelo sistema moderno e certos aspectos de beleza arquitetônica que apresentam, fazem com que a cidade ofereça boa impressão a quem a visita.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Apenas dois oficiais práticos de farmácia e 1 dentista prestam assistência profissional aos Milagrenses. Há 2 farmácias na sede municipal.

Está em construção o prédio onde funcionará um pôsto médico.

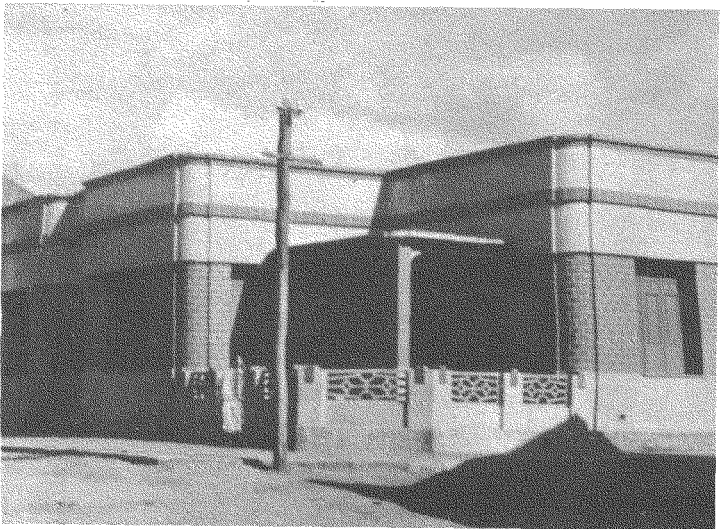
Coqueiral no subúrbio

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — No setor da assistência social há que referir a ordem Terceira Franciscana e a Conferência Vicentina que socorrem a pobreza desvalida, sendo que essa última mantém um abrigo para indigentes.

Deve-se, também, mencionar o Círculo Operário de Milagres que, congregando 88 associados, presta-lhes auxílios pecuniários, além de defender os direitos da classe de que é representante.

O cooperativismo é representado, no município, pela Coop. de Crédito Agropecuária de Milagres, para financiamento aos agricultores e criadores.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 revela que o total de habitantes com 5 anos e mais do município de Milagres foi de 24 541. Dêstes, 4 687, ou 19%, sabiam ler e escrever, sendo 2 505 homens e 2 182 mulheres. A sede do município possuía 1 985 pessoas, das quais 784 eram alfabetizadas (387 homens e 397 mulheres).

Ensino — O número de escolas do ensino fundamental comum no município em 1956 era de 44; com a matrícula inicial de 685 alunos de ambos os sexos. Foi de 23,38% a taxa de matrícula em 1950 no referido município e 24,3% no Estado do Ceará.

Vista de uma casa residencial

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	386	412	532	222	434
1951	501	690	533	214	520
1952	613	713	631	195	628
1953	611	492	934	121	902
1954	471	713	877	105	877
1955	1 031	1 298	807	128	620
1956	403	1 809	1 357	160	1 352
1957 (1)	—	—	1 190	331	1 190

(1) Orçamento.
NOTA — Exclusive a renda da Coletoria Estadual de Barro, no período de 1950/1954, quando o mesmo ainda era distrito de Milagres. Na renda da Coletoria Federal foi descontada a renda dos distritos de Barro e Cuncas, e englobada na Monografia daquele município.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — É digna de menção a Igreja-Matriz de Nossa Senhora dos Milagres, uma das mais belas igrejas do Cariri, tanto pelo seu valor histórico como pela parte arquitetônica. Há, ainda, na principal praça, o busto do Coronel Raimundo Alves Pereira, ilustre homem público que governou o município por mais de 20 anos.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal cerimônia popular é a festa de Nossa Senhora dos Milagres, padroeira, celebrada no dia 15 de agôsto, com grande pompa, precedida de novena e leilões, culminando com tradicional procissão, que per-

Vista de outra casa residencial

Conjunto residencial

corre as principais ruas da cidade, acompanhada pelas associações religiosas e pelo povo em geral.

Aos sábados, realiza-se uma feira comercial, onde os agricultores expõem à venda os produtos regionais, servindo, também, como ponto natural de convergência dos habitantes do interior do município, ocasião em que entabolam negociações e se abastecem de outras mercadorias de consumo obrigatório.

VULTOS ILUSTRES — *Padre Dr. Misael Gomes da Silva* — Professor do extinto Colégio Militar, do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras. Doutor em Direito Canônico. Orador sacro de seguros conhecimentos. Ocupa posição de maior relêvo nas letras do Ceará. *Antônio Moreira de Souza* — Foi administrador dos Correios do Ceará e do Paraná. Faleceu a 14-11-1910. *Padre Emílio Leite Álvares Cabral*, um dos mais altos expoentes de cultura do clero cearense.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Milagrenses é a denominação dada aos habitantes de Milagres. O topônimo resulta do orago da freguesia: Nossa Senhora dos Milagres.

Barragem sôbre o riacho de Porcos

Sofrendo influência sócio-econômica do município de Crato, onde se localiza uma emprêsa de transportes de passageiros, dali para o sul do País, Milagres registra, anualmente, grande êxodo de sua população.

Com 3 153 eleitores inscritos, Milagres tem uma Câmara de Vereadores constituída de 9 representantes. Nas eleições de 3 de outubro de 1954 foram eleitos: Prefeito Sebastião Cavalcante. Vereadores: Abdon Gomes da Silva, Djalma Sobreira Dantas, João Evangelista Esmeraldo, José Casimiro de Sousa, José Lauriston Rocha, Luís Jacó de Oliveira, Marcelino Freitas de Oliveira, Manoel Luís Santiago e Pedro Leite de Jesus.

MISSÃO VELHA — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — As terras hoje pertencentes ao município Missão Velha eram habitadas, no princípio do século XVIII, à semelhança das áreas próximas da Chapada do Araripe, por índios cariris, a êsse tempo aldeados pelos padres da Companhia de Jesus na Missão dos Cariris Novos — Sítio Cachoeira — posteriormente transferidos para Sítio Santo Antônio que ficou conhecido por Missão Nova.

Os primeiros povoadores brancos, oriundos da Bahia, chefiados pelo capitão João Correia Arnaud, estabeleceram-se, no dizer de João Brígido, no sopé da serra do Araripe, fundando o povoado de São José da Missão Velha dos Cariris Novos.

Afirma o padre Antônio Gomes que João Correia Arnaud "chegou ao seu destino na quarta decúria do século dezoito, chefiando uma bandeira integrada pela espôsa, nove ou dez filhos adultos, parentes e escravos", à procura de ouro em "Morros Dourados", ao tempo em que a região era conhecida por Minas do Cariri.

Segundo Antônio Bezerra, "João Correia Arnaud não podia denominar a primeira povoação dos Cariris Novos de São José da Missão Velha, porque êsse nome só foi dado por ocasião de ser edificada a Matriz de São José de Missão Velha em 1760, denominação que passou a tôda a freguesia em lembrança da Missão de São José na Cachoeira que, por ter sido a que se instituiu ali primeiramente, se chamou velha depois que foi transferida a Missão para o sítio Santo Antônio, hoje conhecido por Missão Nova, cuja igreja parece se chamou assim, porque foi construída pelo fundador do povoado, capitão Antônio Mendes Lobato e seus parentes".

A freguesia das Minas dos Cariris Novos, separada do Curato do Icó, por ordem do bispo de Pernambuco, Dom Frei Luís de Santa Teresa ao visitador diocesano Manuel Machado Freire, foi criada em 28 de janeiro de 1748, sob a invocação de Nossa Senhora da Luz, servindo de matriz a capela de Nossa Senhora dos Milagres, edificada desde 1735, no Sítio Pilar, e tendo como Cura o padre Bernardo Luiz da Cunha. Arruinada esta, a sede da freguesia foi transferida para o povoado de Santo Antônio dos Cariris Novos (Missão Nova) de que era Cura o padre Gonçalo Coelho de Lemos.

Com a provisão de 3 de maio de 1760, quando foi edificada a matriz atual, a freguesia passou a denominar-se

25 — 24 932

Grupo Escolar

São José da Missão Velha do Cariri, atuando como Vigário o padre José Ferreira da Costa.

Ao cessarem as explorações das minas de ouro do Ceará, em 1758, por carta régia de 12 de setembro, dadas as poucas vantagens que as mesmas ofereciam ao erário, foi confiada ao capitão Alexandre Correia Arnaud, filho de João Correia Arnaud, a administração dos prédios das minas interditadas.

O movimento denominado "Confederação do Equador", iniciado no Recife em 2 de julho de 1824, encontrou no Ceará franca adesão na memorável sessão de 26 de agôsto seguinte. "O comandante de armas José Pereira Filgueiras, à frente de um pequeno exército não tardou a entrar em luta com os imperialistas e daí surgir uma série de atrocidades cometidas pelos combatentes, de lado a lado", registrando-se, no sul da Província, renhidos combates, dos quais os mais violentos ocorreram nas vilas de Jardim, Icó, Crato e Missão Velha.

Com abdicação de D. Pedro I, a 7 de abril de 1831, em favor de D. Pedro de Alcântara, novas agitações se desenrolaram no sul do Estado, rebentando uma rebelião na vila de Jardim, chefiada por Pinto Madeira e pelo padre Antônio Manuel de Sousa, vigário da vila, alcunhado "Benze-cacete", com a finalidade de restaurar o govêrno imperial. A luta, iniciada a 14 de dezembro de 1831, só teve fim no ano seguinte. No combate travado em Missão Velha, no dia 22 de junho de 1832, "a vila foi tomada e retomada no fragor da peleja, chefiado o ataque pelo próprio presidente da Província, tenente José Mariano de Albuquerque Cavalcante, por fim caindo em poder dos legalistas com a fuga desordenada dos comparsas de Pinto Madeira".

Criado o distrito policial pelo Ato provincial de 18 de março de 1842 a sede se localizou no núcleo de Missão Velha.

O município foi criado pela Resolução provincial número 1 120 de 8 de novembro de 1864, com território desmembrado do município de Barbalha e sede na povoação de Missão Velha, então elevada à categoria de vila.

No quadro da divisão administrativa do Brasil, relativo ao ano de 1911, Missão Velha compõe-se dos distritos de Missão Velha, Missão Nova e Goianinha.

O Decreto n.º 193, de 20 de maio de 1931, manteve o município de Missão Velha, cuja sede recebeu foros de cidade, em face do Decreto n.º 262, de 28 de julho do mesmo ano. Igualmente no Decreto estadual n.º 1 156, de 4 de dezembro de 1933, foi mantido o município, que, na divisão administrativa dêsse ano, se divide em quatro distritos: Missão Velha, Goianinha, Missão Nova e Riacho dos Porcos, assim permanecendo nos quadros da divisão territorial, datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como no anexo ao Decreto-lei n.º 169, de 31 de março de 1938, retificado pelo Decreto estadual n.º 378, de 20 de outubro dêsse último ano.

No quadro da divisão territorial judiciário-administrativa do Estado do Ceará, fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, são distritos do município: Missão Velha, Goianinha, Missão Nova e Quimami (ex-Riacho dos Porcos).

De acôrdo com o Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943, o município compõe-se dos distritos de Missão Velha, amacaru, (ex-Goianinha), Missão Nova e Quimami.

A Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, criou, no município de Missão Velha, o distrito de Gameleira de São Sebastião, ficando a partir desta data o município composto de 5 distritos: Missão Velha, Gameleira de São Sebastião, Jamacaru, Missão Nova e Quimami.

O têrmo judiciário foi instituído pela lei que criou o muncípio. Restaurada a comarca de Barbalha pela Lei n.º 422, de 29 de setembro de 1897, o têrmo de Missão Velha ficou-lhe subordinado. A Lei n.º 206, de 6 de junho de 1931, criou a comarca de Missão Velha, compreendendo ainda os têrmos de Jardim e Milagres, cujas comarcas foram então declaradas extintas.

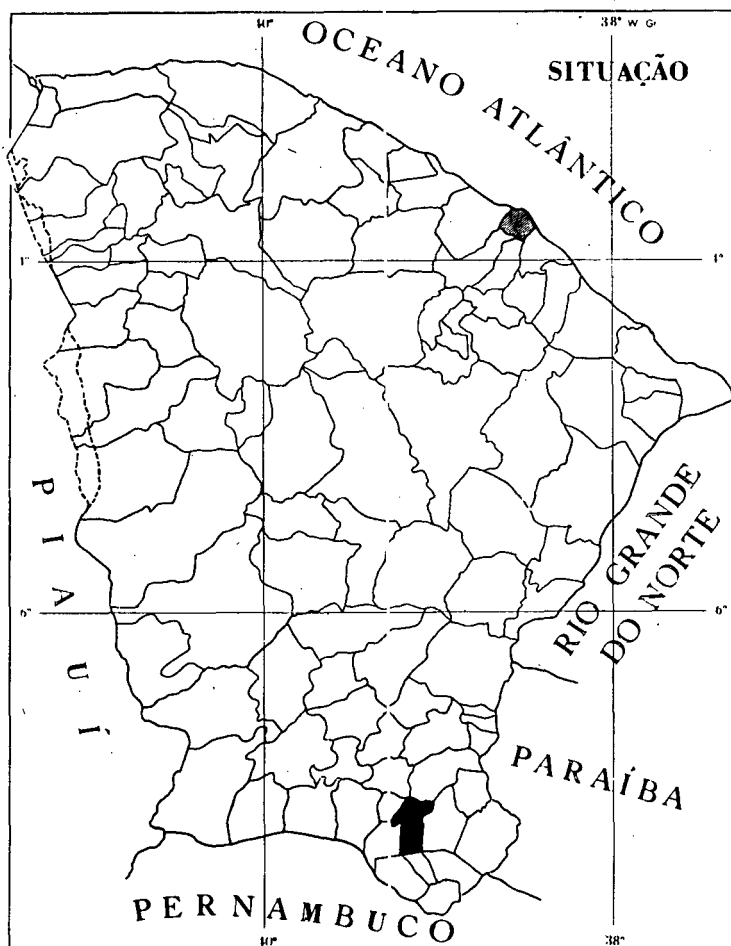
Pelo Decreto n.º 1 422, de 26 de dezembro de 1934, a comarca de Missão Velha constitui-se dos têrmos de Missão Velha, Brejo Santo, Milagres, Mauriti e Jardim. Os têrmos de Jardim, Mauriti e Milagres foram posteriormente desmembrados de Missão Velha, figurando a comarca no quadro anexo do Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943 com os têrmos de Missão Velha e Brejo Santo.

Atualmente, Missão Velha é comarca de segunda entrância, tendo perdido o têrmo de Brejo Santo que se erigiu em sede de comarca.

Nas eleições de 3 de outubro de 1954 foram eleitos: Prefeito — Casimiro Vicente de Farias. Vereadores — Waldemiro Dantas de Araújo, Francisco Cruz de Macedo,

Praça Nossa Senhora de Fátima

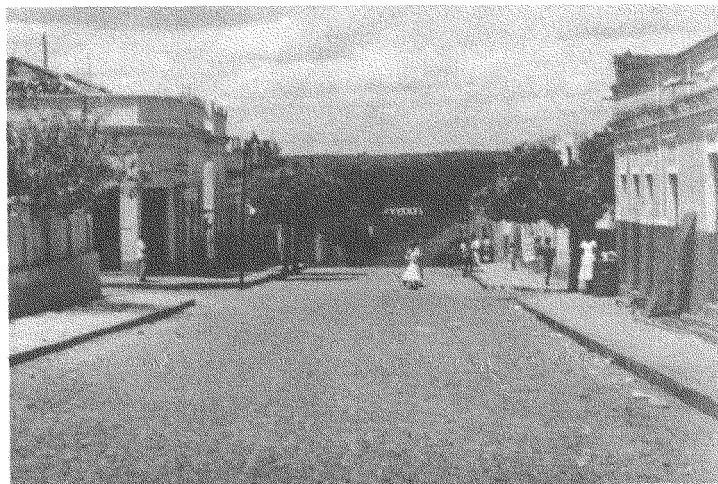
José Francisco Ribeiro, Adalberto Gomes Ribeiro, João Fechine de Parcio, Geraldo Soares Correia, João Cândido de Macedo, Luiz Freire do Nascimento e Raimundo Rodrigues do Nascimento.

LOCALIZAÇÃO — Missão Velha situa-se na Zona Fisiográfica do Cariri. Limita com Barbalha, Juàzeiro do Norte, Caririaçu, Aurora, Milàgres, Brejo Santo, Porteiras e Jardim. A cidade dista da Capital do Estado, em linha reta, 392 km, na direção 10° 11' S.O. e tem as seguintes coordenadas geográficas: 7° 14' 53" de latitude Sul e ...... 39° 09' 01" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 352 metros na sede municipal.

CLIMA — Missão Velha tem um clima variável, sendo quente na zona sertaneja, ameno na zona do Cariri e frio na zona serrana. Esta fusão de temperaturas proporciona ao município um clima muito agradável e salubre. A temperatura varia entre 22 e 32 graus centígrados. A época chuvosa vai de fevereiro a maio.

ÁREA — A área do município é de 586 km² e ocupa o 75.° lugar em relação às áreas das demais comunas do Estado

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia do município é bastante acidentada nas partes sul e noroeste. Os seus principais relevos são: a serra de São Felipe ou serra do Filipe, serra da Suçuarana, a Chapada da Careta, serra da Mina e serra da Mãozinha. Sua hidrografia se constitui do rio Salgado, o principal curso de água do município, do rio Carás, dos riachos Sêco, Caiçara, Lamerão, Salamanca, Missão Nova, Coité, Mãozinha e Gameleira. É conhecida também a lagoa da Malhada Funda.

Trecho da Rua Municipal

RIQUEZAS NATURAIS — Barro (argila), madeira, pequi, peles silvestres, gêsso e cal preta.

POPULAÇÃO — A população do município de Missão Velha, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 32 073 habitantes, sendo 15 691 homens e 16 382 mulheres; eram brancos — 10 081 habitantes, dos quais 4 882 homens e 5 199 mulheres; pretos — 2 481 (1 182 homens e 1 299 mulheres); pardos — 19 466 (9 605 homens e 9 861 mulheres) e sem declaração — 45 (22 homens e 23 mulheres).

Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 17 745 (8 529 homens e 9 216 mulheres) 6 605 eram solteiras (3 332 homens e 3 273 mulheres); casadas — 9 946 (4 977 homens e 4 969 mulheres); viúvas — 1 181 (218 homens e 963 mulheres) e sem declaração — 13 (2 homens e 11 mulheres).

Exceto 6 habitantes (5 estrangeiros e 1 sem declaração), os 32 067 eram de nacionalidade brasileira.

Em religião, predominavam os católicos romanos, em número de 32 032 habitantes, sendo 15 670 homens e 11 362 mulheres; protestantes — 9 (5 homens e 4 mulheres); espírita — (1 homem); ortodoxa (1 mulher); sem religião — 7 (3 homens e 4 mulheres) e sem declaração — 23 (12 homens e 11 mulheres).

Cine São Luís

Em densidade demográfica ocupa o 4.° lugar entre os municípios, perdendo apenas para os de Juàzeiro do Norte, Pacoti e Ubajara. Sua densidade demográfica era de 54,73

Praça São José

habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 81,83% localizavam-se na zona rural, num total de 26 247 (13 009 homens e 13 238 mulheres).

A Inspetoria Regional de Estatística estimou a população de Missão Velha, para 1.º de julho de 1957, em 39 932 habitantes. Em relação ao efetivo populacional de 1950 verificou-se um acréscimo de 7 859 pessoas, ou seja, 24%, sôbre os resultados censitários.

Aglomerações urbanas — Eram 4 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Missão Velha, com 4 901 habitantes (2 225 homens e 2 676 mulheres); a vila de Jamacaru, com 755 (351 homens e 404 mulheres); a vila de Missão Nova, com 139 (87 homens e 52 mulheres) e a vila do Quimami, com 31 (19 homens e 12 mulheres).

No quadro urbano da cidade e vilas, existiam 2 609 habitantes (2 212 homens e 1 397 mulheres) e no suburbano 3 217 (1 470 homens 1 747 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal fonte de riqueza de Missão Velha provém da agricultura, sobressaindo as culturas de algodão arbóreo e herbáceo, arroz, feijão e milho, produtos essenciais à economia do município.

O Recenseamento Geral de 1950 revelou que 82,60% da população em idade ativa, compreendidos como tal os habitantes de 10 anos e mais, achavam-se concentrados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

O Departamento Estadual de Estatistica estimou a safra agrícola do ano de 1955 em Cr$ 35 661 000,00, destacando-se os seguintes produtos: 80 000 arrôbas de algodão

Trecho da Rua do Comércio

arbóreo e herbáceo (Cr$ 15 750 000,00); 42 000 toneladas de cana-de-açúcar (Cr$ 5 040 000,00); 100 000 cachos de banana (Cr$ 2 000 000,00); 5 000 sacos — 60 kg — de arroz (Cr$ 1 000 000,00); 8 000 sacos — 60 kg — de milho (Cr$ 960 000,00); 3 000 toneladas de mandioca-brava (Cr$ 540 000,00); 180 000 quilogramas de mamona .... (Cr$ 540 000,00); 120 toneladas de batata-doce .... (Cr$ 180 000,00) e 2 500 sacos — 60 kg — de feijão (Cr$ 500 000,00), vindo em menores proporções as culturas de café, mandioca-mansa, abacate, côco-da-baía, fumo, laranja, limão, manga, melão e tangerina.

Os principais mercados compradores dos produtos agrícolas de Missão Velha são Fortaleza, Mossoró (RN), Campina Grande (PB), Recife (PE) e interior da Bahia.

Praça João Pessoa

A pecuária é pouco influente na economia municipal. Os criadores procuram o sertão pernambucano para instalar suas fazendas, reservando o território do município mais para a lavoura.

O D.E.E. estimou o rebanho de 1955 em 38 000 cabeças, no valor de Cr$ 22 292 000,00, assim composto: .. 10 800 bovinos, 2 000 eqüinos, 3 000 asininos, 100 suínos, 12 000 ovinos e 5 200 caprinos.

Da leitura dos número acima verifica-se que as parcelas mais avultadas são as relativas a bovinos e ovinos, o que evidencia a preferência dos criadores por essas espécies pecuárias.

A produção de leite foi de 540 000 litros .... (Cr$ 1 620 000,00), a de queijo, 8 000 quilogramas .... (Cr$ 280 000,00), Manteiga, 1 000 quilogramas .... (Cr$ 30 000,00) e banha, 1 000 quilogramas .... (Cr$ 35 000,00).

Quanto à produção extrativa, foi estimada, em 1956, no montante de Cr$ 22 205 000,00, sobressaindo a extração de barro para construção, tijolos de alvenaria e telhas .... (11 500 toneladas — Cr$ 1 330 000,00), e madeiras para construção, fins industriais e domésticos, atingindo o pescado 11 000 quilogramas, no valor de Cr$ 165 000,00. Em menor escala foram extraídas, ainda, pedras tôscas para construção, bem como peles silvestres.

Os engenhos, alambiques e aviamentos difundidos pelo território municipal produziram em 1955, conforme apurou o D.E.E., 3 200 000 quilogramas de rapadura — ...... Cr$ 8 000 000,00; 300 000 litros de aguardente — ...... Cr$ 1 500 000,00; 24 250 sacos de 60 quilogramas de farinha de mandioca — Cr$ 3 637 500,00 e 42 000 quilogramas de polvilho ou goma — Cr$ 147 000,00.

Capela São Francisco na Rua Municipal

A energia elétrica produzida em 1956 foi de 31 000 quilowatts.

Há no município uma organização de fomento agropecuário — Campo de Sementes de Missão Velha —, tendo por finalidade produzir e selecionar sementes agrícolas.

Do total de 29 estabelecimentos fabris que, em 1956, preencheram os questionários do Registro Industrial, 4 se dedicavam ao beneficiamento de algodão; 1 à fabricação de máquinas e engenhos; 1 à panificação; 13 à fabricação de tijolos e telhas comuns; 3 à de cigarros; 1 à de calçados em geral; 2 à produção de rapadura; 2 à de óleo de caroço de algodão; 1 à fabricação de vinhos e 2 à produção de energia elétrica, dos quais 9 ocupavam 5 pessoas e mais.

Os principais estabelecimentos industriais de Missão Velha são os seguintes: Usina Tupi, Usina Felipe, Companhia P. Machado e Usina Irapuá-Miss (beneficiamento de algodão); Fábrica São José e Usina Colins (óleo de caroço de algodão); Engenho Barreiras e Engenho Limoeiro (rapadura); Fundição Linard (fabricação de máquinas a vapor, engenhos de ferro e bomba centrífuga).

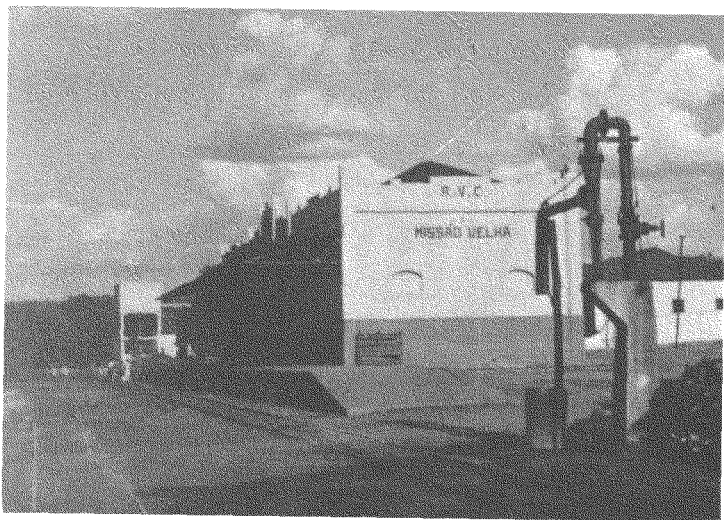
Praça 11 de Julho

COMÉRCIO E BANCOS — Por 8 estabelecimentos atacadistas e 36 varejistas, é movimentado o comércio de Missão Velha. É um dos municípios cearenses, onde o comércio apresenta relêvo. Os dados numéricos mencionados, referem-se à sede municipal, entretanto, segundo o Recenseamento Geral de 1950, o número de estabelecimentos atacadistas ascendia a 12 e o de varejistas, a 104, com um volume de negócio de Cr$ 4 620 000,00 e .... Cr$ 6 501 000,00, respectivamente.

O município mantém transações comerciais com os municípios vizinhos, com Crato, Mauriti e Fortaleza no Estado do Ceará; com Campina Grande, no Estado da Paraíba; e com Salgueiro e Recife, em Pernambuco.

Importa medicamentos, tecidos, perfumes, louças, vidros e miudezas em geral e exporta rapadura, farinha de mandioca, frutas, algodão em pluma, resíduo, óleo de caroço de algodão e sabão.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por estradas de rodagem e pela Estrada de Ferro de Baturité, da Rêde Viação Cearense. Para transporte de passageiros, a "Emprêsa Pereira" mantém linha de ônibus intermunicipal e interestadual, regulares.

Hotel São José

Estação ferroviária da Rêde de Viação Cearense

A sede municipal liga-se com os municípios vizinhos e com a capital do Estado, pelos seguintes meios de transporte: Aurora — ferroviário — 48 km; Barbalha — rodoviário — 23 km; Brejo Santo — rodoviário (via Milagres) — 39 km; Caririaçu — cavalo — 48 km; Jardim — rodoviário — 78 km; Porteiras — rodoviário — 48 km; Juàzeiro do Norte — ferroviário — 23 km; Milagres — rodoviário — 30 km; Capital do Estado — ferroviário, 565 km e rodoviário, 576 km.

Funciona na cidade uma Agência Postal-telegráfica do D.C.T. e outra Estação Ferroviária da Rêde Viação Cearense, de uso privativo.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Missão Velha, situada à margem esquerda da Estrada de Ferro de Baturité, é cortada pela rodovia Milagres—Crato. Em 1954, se compunha de 29 logradouros públicos, com 1 472 prédios, dos quais 997 eram irregulares, numa área aproximada de 10 700 quilômetros quadrados.

Servida de iluminação elétrica pública e particular, era de 831 o número de ligações domiciliares. É mantido pela Prefeitura um serviço de limpeza pública e domicilar, que beneficia 11 logradouros com 650 prédios.

Como meio de hospedagem, há 6 pensões com diária média de Cr$ 80,00.

Em 31-12-1956, estavam registrados na Prefeitura 1 automóvel, 10 caminhões e 22 jipes.

Hotel e Bar na Praça Nossa Senhora de Fátima

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população é atendida por 3 médicos, 2 dentistas e 3 farmacêuticos. Há 3 farmácias na cidade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A "Associação São Vicente de Paulo", na medida de suas possibilidades, presta variados auxílios aos desvalidos do município e a "União Beneficente Missão-velhense", sòmente aos seus associados.

Fundada e instalada no ano de 1950, conta o município com a "Cooperativa Central de Crédito Agrícola Limitada" que em 31 de dezembro de 1956 possuía 223 sócios.

ALFABETIZAÇÃO — Havia 26 767 habitantes com 5 anos e mais, em Missão Velha, conforme apurou o Recenseamento Geral de 1950. Entre êstes, 19%, ou seja, 5 061, sabiam ler e escrever (2 647 homens e 2 414 mulheres). A cidade contava 4 191 pessoas, das quais 2 016 eram alfabetizadas, sendo 980 homens e 1 036 mulheres.

Igreja-Matriz de São José

Ensino — O município possuía, em 1956, 73 unidades escolares de ensino fundamental comum, com a matrícula inicial de 1 512 alunos de ambos os sexos. A taxa de matrícula em 1950 foi de 18,46% em Missão Velha e 24,3% no Estado do Ceará.

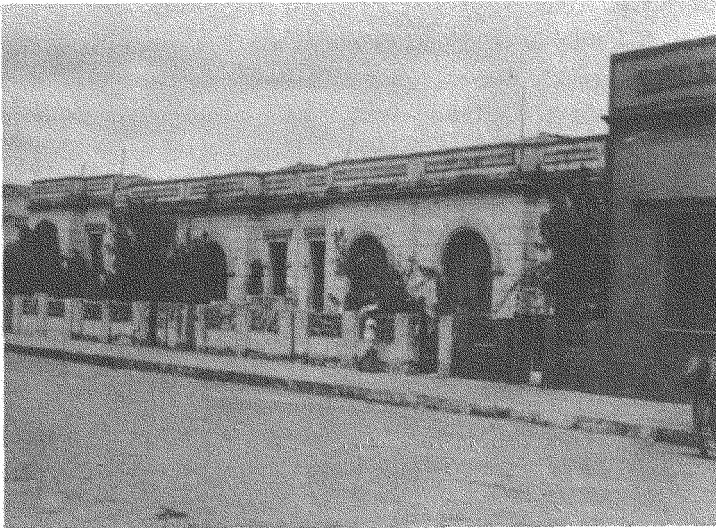
OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade funciona um cinema modernamente instalado, com funcionamento diário. No setor cultural há que referir o Centro Lítero-Recreativo Missão-velhense, com a finalidade de desenvolvimento esportivo e cultural, além do Cariri Clube, entidade sócio-cultural e recreativa.

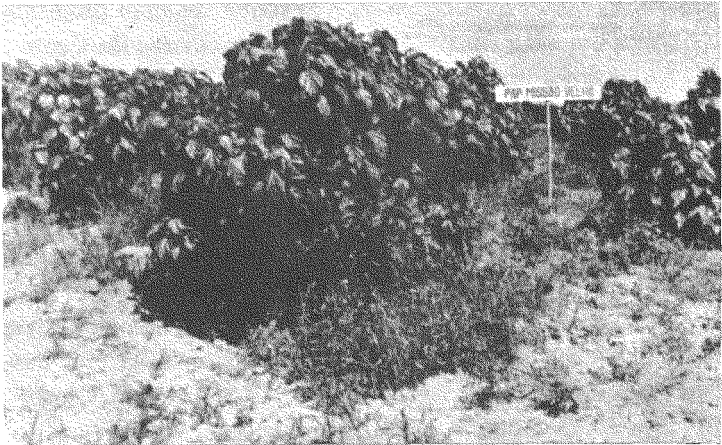
FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	956	619	248	657
1951	...	1 225	661	263	563
1952	...	1 584	812	314	913
1953	...	1 653	1 183	255	1 185
1954	...	2 155	1 108	403	1 105
1955	...	2 947	1 295	465	1 306
1956	...	4 592	1 720	619	1 429

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Os templos destinados ao culto católico apresentam algumas particularidades notáveis. Construídos, embora, em tempos recuados, possuem os requintes de arte moderna. Destaca-se a Igreja da Matriz, na Praça de mesmo nome; ampla e confortável, é, em síntese, um belíssimo atestado de arte e bom gôsto.

À Praça Dr. João Pessoa, ergue-se majestosa coluna, encimada pela estátua de Cristo Redentor, monumento magnífico artìsticamente construído.

Salienta-se, à margem da Estrada de Ferro, na zona suburbana da cidade, com instalação moderna, uma fundição bem aparelhada, a "Fundição Linar", onde se fabricam caldeiras, máquinas diversas, tornos mecânicos, bombas, engenhos de ferro e uma infinidade de peças, que se tornaram célebres, não só na região mas em todos os quadrantes do Nordeste.

Conjunto residencial na Praça Nossa Senhora de Fátima

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As maiores festividades são de cunho religioso. A Paróquia de São José de Missão Velha promove, anualmente, a tradicional festa do padroeiro. Embora comemoradas em datas diferentes, as festividades são sempre motivo de atração e concorrem, grandemente, para a transformação do aspecto da cidade que, durante os dias festivos, hospeda centenas de visitantes dos municípios adjacentes. Outrora, a festa do padroeiro era celebrada em dezembro. Atualmente, realiza-se no dia primeiro de maio, sendo precedida de novena, barracas, leilões, etc., cujas rendas revertem sempre em benefício da ampliação do Patrimônio da Paróquia, conservação do templo e obras sociais da Igreja.

Plantação de urucu

VULTOS ILUSTRES — *Faustino do Nascimento* — Bacharel, desembargador na Capital Federal, poeta festejado, jornalista e escritor de merecido relêvo nas letras nacionais. *Padre Francisco Pita* — Professor, Vigário em Fortaleza e uma das expressões marcantes do clero cearense por sua cultura e virtudes morais. *Padre Osvaldo Rocha* — Homem de letras, residente na Capital Federal, ora exercendo o magistério secundário. *Antônio Santana Júnior* — Engenheiro e professor conceituado. *Dr. Juvêncio Joaquim de Santana* — Magistrado dos mais dignos, antigo político, ex-secretário de Estado, antigo deputado. *Dr. Raul de Figueiredo Rocha* — Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Ceará e do Instituto Social de Fortaleza e Inspetor Regional de Estatística Municipal em Fortaleza. *Dr. Deoclécio Dantas de Araújo* — Professor catedrático da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde é considerado um dos maiores cirurgiões, já tendo sido chamado de "o bisturi de ouro". *Dr. Manuel Joaquim de Santana* — Magistrado em Fortaleza. *Antônio Pita* — Grande capitalista e industrial no sul do Estado, foi Prefeito de Juàzeiro do Norte. *Coronel Felinto Gomes de Araújo* — Herói da guerra do Paraguai, onde participou de grandes batalhas e foi condecorado com as insígnias de Aviz, Cristo e Rosa. *Antônio Sobreira Lima* — Antigo Diretor do Conservatório de Música de Manaus, nos seus dias áureos, tendo estudado em Milão.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A vila de Jamacaru, localizada no município de Missão Velha, nas encostas da Chapada do Araripe, constitui-se uma beleza digna de nota, pelos enfeites com que foi prodigalizada pela natureza.

Silo de Pôsto Agropecuário

Frondosas matas circundam-na e as fontes de água projetam o líquido em suas ruas. O clima é dos melhores do Ceará.

É extraordinàriamente notável a "Fundição Linar", em face do avanço que apresenta no progresso da indústria metalúrgica, onde a maioria da maquinaria utilizada é ali mesmo manufaturada. Da "Fundição Linar", saem para vários pontos do País engenhos de moer cana-de-açúcar e locomotoras e, atualmente, começa a se expandir, ali, a fabricação de bombas centrífugas.

A cachoeira de Missão Velha prende a admiração do visitante pelas suas características originais. Alguns metros após a queda de água, a lendária "Pedra da Glória", em cuja concavidade a voz humana projeta sons de agudeza metálica, constitui objeto de grande curiosidade. Nas grandes cheias do rio Missão Velha, em que se acha localizada a cachoeira, a pedra fica tôda coberta, mas os arrojados banhistas que, localizando-a, têm coragem de atravessar os umbrais de sua abertura, ficam no seu interior, fora de submersão e podendo respirar perfeitamente.

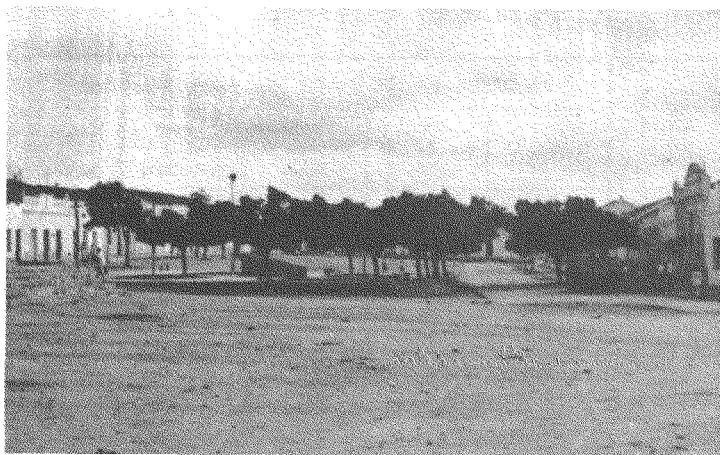
OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município é sede da Paróquia de São José, fundada em 1760. Possui 13 templos católicos, inclusive a matriz e 7 associações religiosas. Sendo um município que recebe, de suas fontes parte das águas que se armazenam na Chapada do Araripe, não tem sido alvo de interêsse pelo serviço de açudagem, contando apenas com um pequeno reservatório, com capacidade de 670 mil metros cúbicos. O número de eleitores é de 5 187, dos quais 2 920 votaram em 1954. Conta com duas oficinas de reparação de automóveis e uma bomba de gasolina.

Missão-velhense é como são conhecidos os habitantes do município.

O nome de Missão Velha se originou da antiga missão dos jesuítas, ali instalada em remotas épocas. A princípio foi denominada Missão dos Cariris Novos tendo sido transferida posteriormente para o fazendão de Antônio Lobato, cuja numerosa família fundara um povoado e, com o deslocamento da missão, passou a denominar-se Missão Nova. Foi assim que o primitivo local da missão dos jesuítas veio a chamar-se Missão Velha, nome conservado até os dias presentes (do Anuário do Dr. Waldery Uchôa).

MOMBAÇA — CE

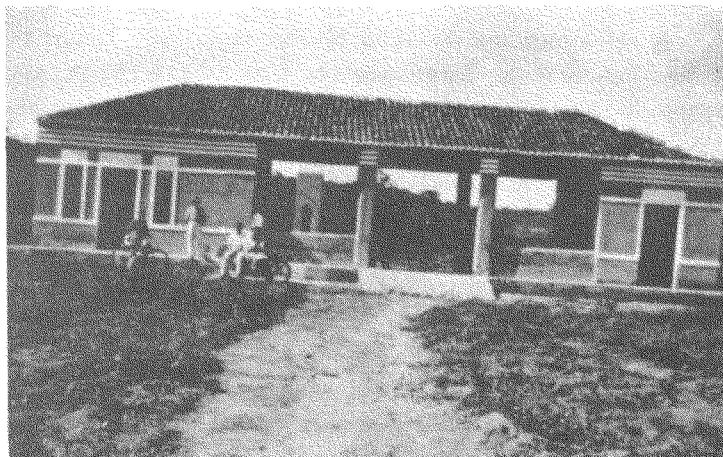
Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Em 12 de outubro de 1706, o capitão-mor Gabriel da Silva Lago concedeu "três léguas de terras de comprimento no rio Banabuiú, com uma de largo, meia para cada banda do dito rio", ao coronel João de Barros Braga, Maria Pereira da Silva, Serafim Dias e seus companheiros José Rodrigues de Carvalho, José do Vale Abreu e Antônio Pereira Façanha. Os três primeiros, considerados os fundadores do lugar, aí se estabeleceram e lançaram as sementes do município de Mombaça. Maria Pereira da Silva residia na Fazenda Bôca da Picada, encravada na parte das terras de sua propriedade, onde, atualmente, se encontra situada a cidade. A Fazenda Bôca da Picada era pouso obrigatório dos viajantes que demandavam os campos dos Inhamuns, tal a hospitalidade dispensada advindo

Aspecto da Rua 29 de Outubro

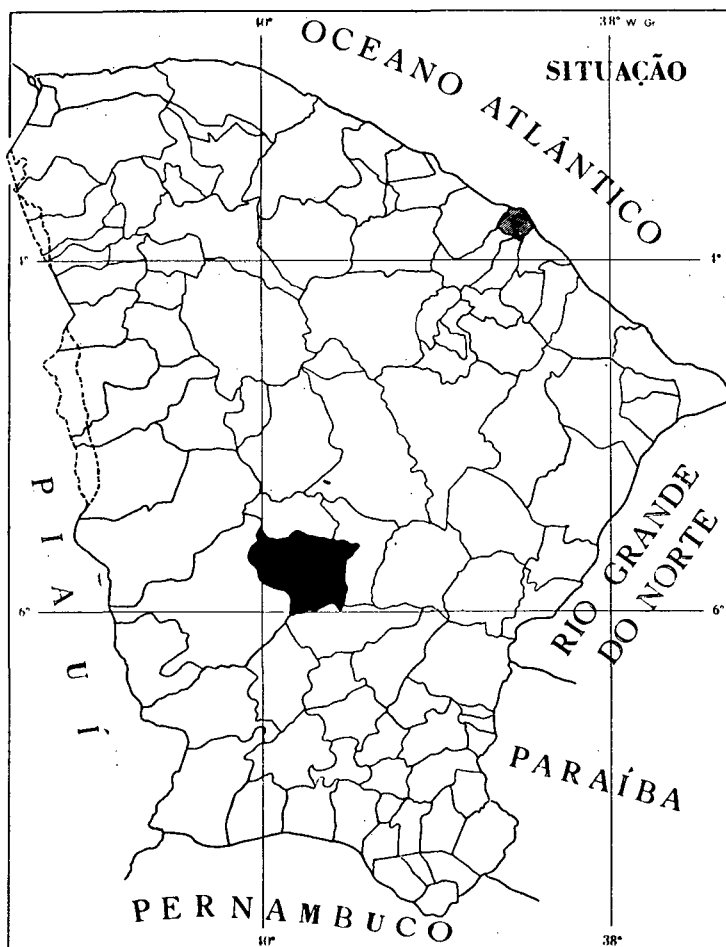
de tal circunstância o rápido desenvolvimento do sítio, por morte da sesmaria denominada Maria Pereira. Em 14 de junho de 1782, Dr. Tomaz da Encarnação, bispo de Pernambuco, atendendo a pedido de Antônio de Lemos de Almeida e sua mulher — Eugênia Gonçalves de Carvalho — e Teresa de Sousa, por intermédio do sargento-mor Pedro de Abreu Pereira, concedeu licença para a edificação e bênção da capela de Nossa Senhora da Glória de Maria Pereira, cujo patrimônio se constituía de meia légua de terra, nas ilhargas do riacho Aba-da-Serra e mais 29 vacas e 1 touro, doados por Antônio de Lemos e sua mulher, e de cem braças de terra e mais cem palmos para a mesma edificação, no Sítio Maria Pereira, doados por Teresa de Sousa, mulher de Pedro Barbalho e filha de Maria Pereira da Silva.

A freguesia de Nossa Senhora da Glória teve sua criação meio século depois, desmembrada da de Quixeramobim por Decreto de 8 de setembro de 1832, sendo o seu primeiro vigário encomendado o Padre Galdino Ferreira. O distrito policial foi criado pelo Ato provincial de 18 de março de 1842. Por fôrça da Lei provincial n.º 555, de 27 de novembro de 1851, criou-se o município, com sede no núcleo de Maria Pereira, então elevado à vila, com território desmembrado do município de Quixeramobim. A primeira Câmara Municipal reuniu-se a 8 de setembro de 1852. O Orçamento votado por essa Câmara fixava a receita em duzentos e trinta mil réis e a despesa em duzentos e vinte mil réis. Com o advento da República, o município passou a denominar-se Benjamin Constant, nos têrmos do Decreto n.º 69, de 9 de setembro de 1892, nome que perdurou até 1918, não obstante a resistência que lhe moveu o povo do município, não endereçando nem recebendo correspondência que acusasse a mudança, quando o Govêrno estadual restabeleceu o primitivo nome — Maria Pereira —, pelo disposto na Lei n.º 1 565, de 21 de setembro de 1918. A vila recebeu foros de cidade em 1925, por efeito da Lei estadual n.º 2 256, de 19 de agôsto. Extinto pelo Decreto estadual n.º 193, de 20 de maio de 1931, Maria Pereira foi rebaixado à condição de povoado, ficando o seu território anexado ao município de Senador Pompeu. Maria Pereira foi reerguida em vila pelo que dispõe o Decreto estadual n.º 1 156, de 4 de dezembro de 1933, que restabeleceu o município, desanexando-o do território de Senador Pompeu. Na divisão administrativa referente a êsse ano, o município divide-se em 4 distritos: Maria Pereira, Catolé Mosquitos e Marruás. O Decreto n.º 1 404, de 12 de dezembro

Grupo Escolar Padre João Antônio

de 1934, retificando a divisão anterior, determinou a substituição do nome Marruás por Carnaúbas e acrescentou o distrito de Marruás ao município de Tauá. Nos quadros territoriais datados de 31-XII-36 e 31-XII-37, bem assim no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 169, de 31 de março de 1938, retificado pelo Decreto-lei estadual n.º 378, de 20 de outubro do mesmo ano, o município de Maria Pereira permanece sem qualquer alteração. A vila de Maria Pereira foi elevada definitivamente à categoria de cidade, em face do Decreto-lei estadual n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, que também extinguiu o distrito de Mosquitos, anexando parte de seu território ao distrito de Catolé e parte ao de Carnaúbas, do município de Maria Pereira. O município teve o topônimo mudado para Mombaça, pelo Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943. Mombaça é nome de origem africana, importado com os negros cativos. Aplicava-se à região banhada pelo rio Banabuiú, no seu curso superior. A Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, que fixou o quadro territorial para vigorar no qüinqüênio 1948-1953, criou o distrito de Boa Vista, ficando o município composto dos distritos de Mombaça, Carnaúbas, Catolé e Boa Vista. A comarca de Jaguaribe-Mirim, em virtude do Decreto n.º 69, de 9 de julho de 1892, foi transferida para Benjamin Constant; tendo voltado a Jaguaribe-Mirim a sede da comarca, o têrmo judiciário de Benjamin Constant retornou à jurisdição da comarca de Tauá, em virtude da Lei n.º 80, de 30 de agôsto de 1893. A comarca de Mombaça foi criada pela Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948. Nas eleições de 3 de outubro de 1954 foram eleitos: Prefeito, Elcias Vieira de Alencar Benevides. Vereadores: Antônio Evangelista Sobrinho, Pedro Urbano de Araújo, Elias Rodrigues Cavalcante, Umbelino Alves de

Sede da Região Agrícola

Sousa, Fernandes de Alencar Benevides, Antônio Acelino de Carvalho, Onofre Vieira dos Santos, Quintino Brasil Barreto e Pedro Batista da Silva.

LOCALIZAÇÃO — O município de Mombaça situa-se numa das 12 zonas fisiográficas em que se divide o Estado — a do Sertão Central. Limita-se com os municípios de Tauá, Pedra Branca, Senador Pompeu e Acopiara. Localizada às margens do rio Banabuiú, é servida pela Rodovia CE-33; a cidade dista 251 quilômetros, em linha reta, da capital, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 5° 44' 34" de latitude Sul e 39° 38' 18" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 288 metros, sendo o 36.º colocado em ordem de altitudes no Estado do Ceará.

CLIMA — O município apresenta o clima comum do sertão nordestino: quente e sêco, no verão, e temperado durante o inverno, de fevereiro a maio. A temperatura oscila de 23° a 32°, com a maior freqüência em 28 graus centígrados. A precipitação pluviométrica atingiu, neste ano, 687,9 milímetros.

ÁREA — A área é de 2 614 km², sendo uma das maiores comunas do Estado, figurando em 16.º lugar em relação às áreas das demais.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são: o rio Banabuiú que atravessa o município na direção de noroeste a suleste; e as serras do Farias, da Lagoa da Moita, da Serrinha, do Maia, de São Bernardo, do Teixeira, do Zôrra, de Bom Jesus, da Boa Vista e das

Bananeiras. O solo é muito montanhoso e quase todo pedregoso. Há terras argilosas e sêcas em tôda a extensão da área municipal.

RIQUEZAS NATURAIS — Barro (argila) e jazidas calcárias são as principais riquezas minerais; oiticical e grande reserva de madeira em matas representam as riquezas vegetais; e peixes, pequenos animais silvestres e abelhas, a riqueza animal.

POPULAÇÃO — A população do município de Mombaça, revelou o Censo de 1950, era de 23 245 habitantes (11 490 homens e 11 755 mulheres): eram brancos — 11 109 (5 436 homens e 5 673 mulheres); pretos —1 066 (553 homens e 513 mulheres); pardos — 11 045 (5 488 homens e 5 557 mulheres) e sem declaração 25 (13 homens e 12 mulheres).

Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 11 735 (5 703 homens e 6 032 mulheres), 4 128 eram solteiras (2 191 homens e 2 027 mulheres); casadas — 6 838 (3 361 homens e 3 477 mulheres); desquitada — 1 (uma) mulher; viúvas — 668 (147 homens e 521 mulheres) e sem declaração 10 (4 homens e 6 mulheres).

Todos os habitantes de Mombaça, em número de 23 245, eram de nacionalidade brasileira.

Em religião, predominavam os católicos apostólicos romanos, em número de 23 153 (11 447 homens e 11 706 mulheres); protestantes — 18 (10 homens e 8 mulheres);

Igreja-Matriz de Nossa Senhora da Glória

Pôsto de Assistência Médica e Alimentar à Criança

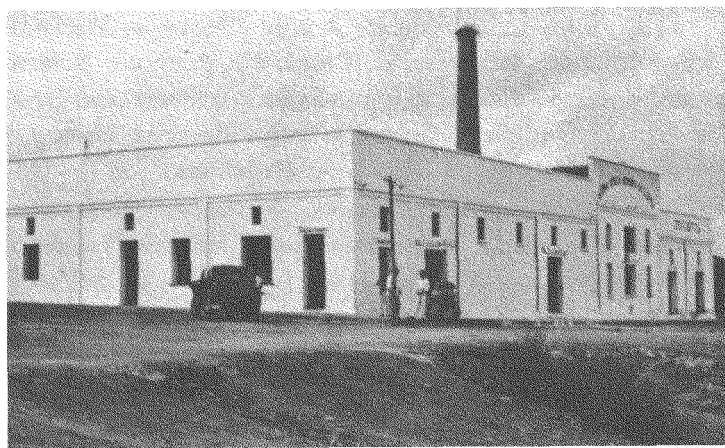
espíritas — 12 (7 homens e 5 mulheres); israelita — 1 homem; outras religiões — 19 (6 homens e 13 mulheres); sem religião — 18 (9 homens e 9 mulheres) e sem declaração de religião — 24 (10 homens e 14 mulheres).

A densidade era de 8,89 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 91,59% localizavam-se na zona rural, num total de 23 245 (11 490 homens e 11 755 mulheres). Ocupava Mombaça o 10.º lugar entre os "Municípios de maior índice de população rural" com 91,59%. Estimativa da população elaborada pela Inspetoria Regional de Estatística para 1.º de julho de 1957 apresenta o município com o efetivo de 25 822 habitantes, resultado superior em 2 577 pessoas relativamente ao Censo de 1950. Nesse período, o acréscimo é da ordem de 11,09%.

Aglomerações urbanas — Eram 3 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Mombaça, com 1 645 (720 homens e 925 mulheres); a vila de Carnaúbas, com 140 (66 homens e 74 mulheres) e a vila de Catolé com 168 (85 homens e 83 mulheres).

No quadro urbano da cidade e vilas, existiam 1 693 habitantes (751 homens e 942 mulheres) e no suburbano 260 (120 homens e 140 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades fundamentais à economia do município são a agricultura e a pecuária. Cultiva-se, principalmente, algodão, milho, feijão e mamona. Conforme apurou o Recenseamento Geral de 1950, nada menos de 94,09% da população ativa do município, constituída dos habitantes de 10 anos e mais, estavam concentrados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

A safra agrícola de 1955 foi estimada pelo Departamento Estadual de Estatística em Cr$ 40 749 180,00, salientando-se os seguintes produtos: 184 114 arrôbas de algodão herbáceo (Cr$ 22 453 680,00); 70 000 sacos de 60 quilogramas de milho (Cr$ 8 400 000,00); 22 200 sacos de 60 quilogramas de feijão (Cr$ 3 330 000,00); 13 000 sacos de 60 quilogramas de arroz (Cr$ 2 060 000,00) e 4 500 toneladas de cana-de-açúcar (Cr$ 1 350 000,00). Foram colhidos, ainda, em menores proporções, banana, batata-doce, côco-da-baía, fava, mamona, mandioca-brava e manga. Os produtos agrícolas encontraram mercado nas praças de Fortaleza, Crato, Campina Grande, Recife e São Paulo.

Usina Nossa Senhora da Glória, para beneficiamento de algodão

Ainda de acôrdo com apurações do D.E.E., o rebanho, em 31-XII-1955, somava 55 688 cabeças, importando em Cr$ 40 644 390,00, assim distribuídas: 18 340 bovinos, 4 850 eqüinos, 6 342 asininos, 1 035 muares, 5 636 suínos, 8 354 ovinos e 11 131 caprinos. Conforme se conclui da leitura dos números acima, as parcelas mais numerosas são as relativas a bovinos e caprinos, evidenciando a preferência dos criadores por essas espécies pecuárias. A exportação de gado é feita para os mercados de Fortaleza, Quixadá, Crato e Mossoró, principais centros compradores do município. A produção de leite em 1955 somou ...... 1 300 000 litros (Cr$ 3 900 000,00), a de queijo 20 000 quilogramas (Cr$ 492 000,00) e a de banha de porco 2 500 quilogramas (Cr$ 55 000,00).

Como organização de fomento agropecuário, funcionam em Mombaça a 9.ª Região agrícola, tendo por finalidade desenvolver e melhorar a agricultura, e o Pôsto de Monta de Mombaça, destinado a favorecer a melhoria do rebanho muar.

A produção extrativa de 1956 foi estimada em ...... Cr$ 2 388 500,00, sobressaindo-se a produção de cal (350 toneladas — Cr$ 157 500,00) e madeiras para fins industriais e domésticos (Cr$ 1 250 000,00). Foram registradas, ainda, colheitas de sementes de oiticica, pescado, peles de animais silvestres, mel e cêra de abelhas.

Os alambiques, engenhos e aviamentos difundidos pelo território municipal produziram, em 1955, de acôrdo com o Registro Industrial, 16 000 litros de aguardente de cana (Cr$ 160 000,00); 150 toneladas de rapadura .... (Cr$ 525 000,00); 1 500 sacos de 60 quilogramas de farinha de mandioca (Cr$ 300 000,00) e 2 000 quilogramas de polvilho ou goma (Cr$ 10 000,00). Do total de 42 estabelecimentos fabris que preencheram, em 1956, os questionários do Registro Industrial, 19 se dedicavam à fabricação de rapadura; 1 à de aguardente de cana; 4 à de farinha de mandioca; 2 ao beneficiamento de algodão; 3 à produção de tijolos de alvenaria e telhas comuns; 3 à produção de móveis de madeira; 2 à fabricação de queijo; 1 à matança de gado para consumo público, e 1 à produção de energia elétrica. Dessas entidades, 16 ocupavam 5 pessoas e mais nas suas atividades. Os principais estabelecimentos industriais de Mombaça são os seguintes: Usina Benevides e Usina Nossa Senhora da Glória (beneficiamento de algodão); Engenho Várzea Grande e Engenho Canaã (produção de rapadura); Sapataria de Siqueira & Cia.; Engenho Cacodé (produção de rapadura); Padaria Mendes; Sapataria de Aurélio Benevides; Padaria São José; Sapataria de Manuel Sebastião; Engenho Cabelo (rapadura); Engenho Santo Antônio (rapadura); Engenho Canzuim (produção de rapadura); Engenho Riacho Verde (produção de rapadura); Movelaria de Elizeu Ferreira e Matadouro Modêlo. A produção de energia elétrica do município em 1956 foi de 7 898 kWh, sendo 1 485 consumidos em iluminação e 6 313 consumidos como fôrça motriz.

COMÉRCIO — Funcionam, na sede municipal, 4 estabelecimentos atacadistas e 49 varejistas. Segundo os dados do Censo Comercial do Brasil de 1950, havia em todo o município 80 estabelecimentos varejistas e 3 atacadistas. Em 1949, o valor das vendas efetuadas pelo comércio varejista e atacadista atingiu 5,552 e 1,214 milhões de cruzeiros, respectivamente. O comércio local mantém transações com as praças de Fortaleza, Crato, São Paulo e Campina Grande, de onde são importados os produtos de consumo, sobretudo, tecidos em geral, miudezas, bebidas, conservas, gêneros alimentícios e medicamentos. Mombaça exporta: semente de oiticica (pequena escala), algodão em pluma e couros e peles.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Mombaça liga-se diretamente à capital do Estado e aos municípios vizinhos: a Acopiara: a cavalo (72 km) ou misto: a) rodoviário (36 km) até Senador Pompeu, e b) ferroviário R.V.C. (75 km); a Pedra Branca: rodoviário (60 km); a Senador Pompeu: rodoviário (36 km), a Tauá: rodoviário (85 km). O município é servido pela Rodovia CE-33, estadual. Possui um campo de pouso, com linhas irregulares de navegação aérea.

Acha-se instalada na sede do município uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, por intermédio da qual são realizadas comunicações locais com outros centros populosos.

ASPECTOS URBANOS — Banhada pelo rio Banabuiú, Mombaça tem aspecto semelhante às demais cidades sertanejas. Formam-na 23 logradouros públicos, dos quais 5 são calçados a paralelepípedos e 1 a pedras irregulares. Seus principais logradouros são iluminados a luz elétrica, sendo de 281 o número de ligações domiciliárias. O serviço de limpeza, mantido pela municipalidade, estende-se, apenas, a 17 logradouros. Há na cidade 3 pensões modestamente instaladas, cobrando diárias de Cr$ 60,00.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Funcionam na sede municipal um Pôsto de Higiene e um Gabinete Dentário do Grupo Escolar, ambos mantidos pelo Govêrno

Prefeitura Municipal

Estadual. Estão em atividade no município 2 médicos, 1 dentista e 2 farmacêuticos e 1 enfermeiro. Há duas farmácias na sede municipal.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — As instituições Liga Jesus Maria José, União Artística de Mombaça e o Círculo Operário prestam auxílios diversos, aos seus associados, exclusivamente. A Associação São Vicente de Paulo auxilia, indistintamente, os pobres e mendigos. Contam os agricultores e criadores de Mombaça com a Cooperativa Agropecuária de Maria Pereira, fundada em 1943.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 revela que existiam em Mombaça 18 564 habitantes, com 5 anos e mais. Dêsse total, 4 547 sabiam ler e escrever (2 147 homens e 2 400 mulheres), ou seja, 24% da população total do município. Das 1 351 pessoas que moravam na cidade, com a mesma idade escolar, 746 eram alfabetizadas, sendo 301 homens e 445 mulheres.

Ensino — No início do ano letivo de 1956, existiam em todo o município 87 unidades de ensino primário fundamental comum, cuja matrícula era de 2 131 alunos de ambos os sexos. A taxa da matrícula inicial verificada em 1950 no município de Mombaça foi de 16,53%, enquanto no Estado atingia 24,3%.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe na sede municipal o Clube Recreativo de Mombaça, que serve à população no tocante aos acontecimentos sociais do meio. Há ainda, embora sem ter funcionado em 1956, a Associação Desportiva de Mombaça, destinada à prática do futebol. A sociedade congrega 26 associados, todos desportistas, possuindo campo próprio, cercado de madeira.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	558	505	158	514
1951	...	814	522	186	522
1952	...	1 178	567	188	567
1953	...	1 088	784	176	736
1954	...	1 481	622	100	651
1955	...	2 824	959	186	832
1956	187	3 580	1 255	244	738

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Comemoram-se, com grande festividades religiosas, o dia de Nossa Senhora das Graças, a 31 de maio; procissão de Nossa Senhora da Glória, padroeira do município, em 15 de agôsto; procissão de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, a 24 de setembro e a procissão de "Corpus Christi", em louvor ao dia de Corpo de Deus.

VULTOS ILUSTRES — *Leonardo Marques Brasil* (Barão de São Leonardo) — Comendador da Ordem da Rosa Tomou parte na guerra dos Balaios, com o pôsto de capitão. Homem de avultada fortuna, faleceu em Fortaleza em 9-6-1894.

Padre João Antônio do Nascimento — Político de grande prestígio e deputado provincial. O grupo escolar da cidade o tem como patrono.

Dr. Pedro Laurentino de Araújo Chaves — Bacharel pela Faculdade de Direito do Ceará. Foi Promotor Público e advogado no Ceará. Desembargador e Secretário-Geral do Estado em Mato Grosso, a cujos destinos chegou a presidir. Advogado na capital da República.

Dr. Plácido Aderaldo Castelo — Professor, Promotor Público, magistrado, deputado estadual em duas legislaturas e Secretário de Estado. Foi o fundador e primeiro diretor da Escola Normal de Juàzeiro do Norte. Exerceu, também, as funções de Presidente do Instituto de Previdência do Estado do Ceará.

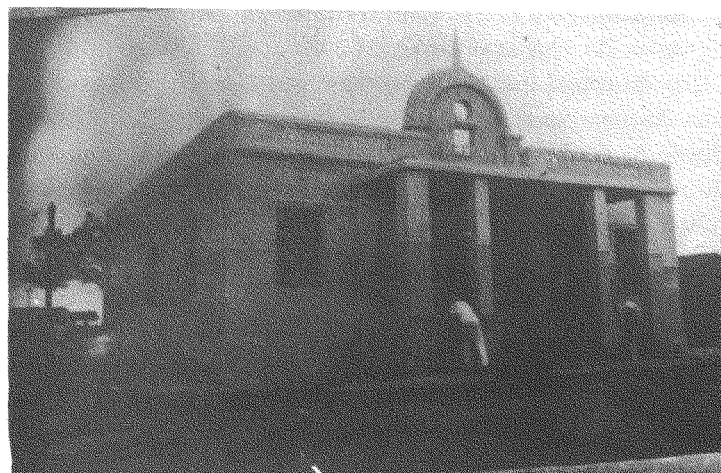
OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Mombacenses denominam-se os habitantes locais. Existem 25 açudes no território do município, com capacidade de 14 milhões de metros cúbicos. Dos 9 748 eleitores inscritos, 4 515 votaram no pleito de 1954. O topônimo "Mombaça" tem origem africana e foi importado com os escravos, aplicando-se à região por influência do rio Banabuiú, no seu curso superior, conforme faz crer "O Ceará" — 2.ª edição — 1945, de Raimundo Girão e Antônio Martins Filho.

MONSENHOR TABOSA — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — É o município a antiga Fazenda Forquilha, de propriedade dos pretos Teles. Há notícia, entretanto, de que o primeiro habitante a chegar a estas terras, das quais se apossou, foi Teodoro de Melo, com os seus escravos. Tempos depois vendeu duas léguas dessas terras a Veríssimo Gomes e Inácio Gomes que aí se estabeleceram e doaram, posteriormente, 100 braças delas para constituição do patrimônio da Capela de São Sebastião, santo de sua devoção, a qual foi edificada, em 1868, pelo Padre José Antônio de Carvalho. Nesse mesmo ano, a Fazenda Forquilha veio a denominar-se povoação de Telha, em razão de ser encontrada nas escavações para a construção da referida capela uma olaria de telhas, obra atribuída aos índios que aí habitaram.

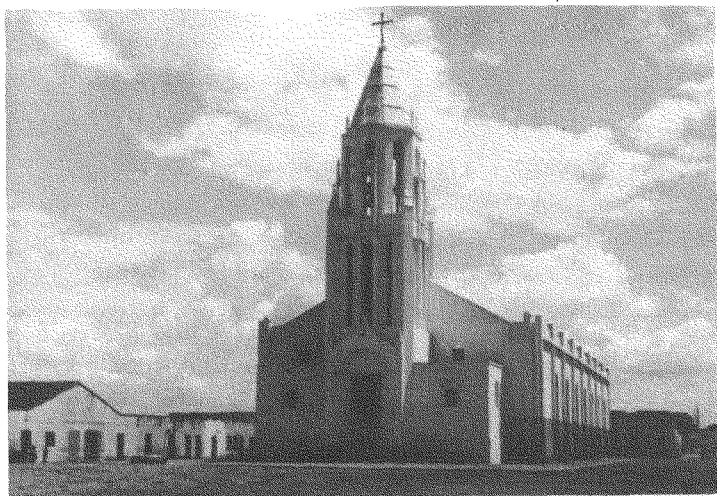
O distrito de paz, criou-o a Lei n.º 2 011, de 6 de setembro de 1882. O Padre José Antônio de Carvalho, em 1894, iniciou a construção da atual Matriz.

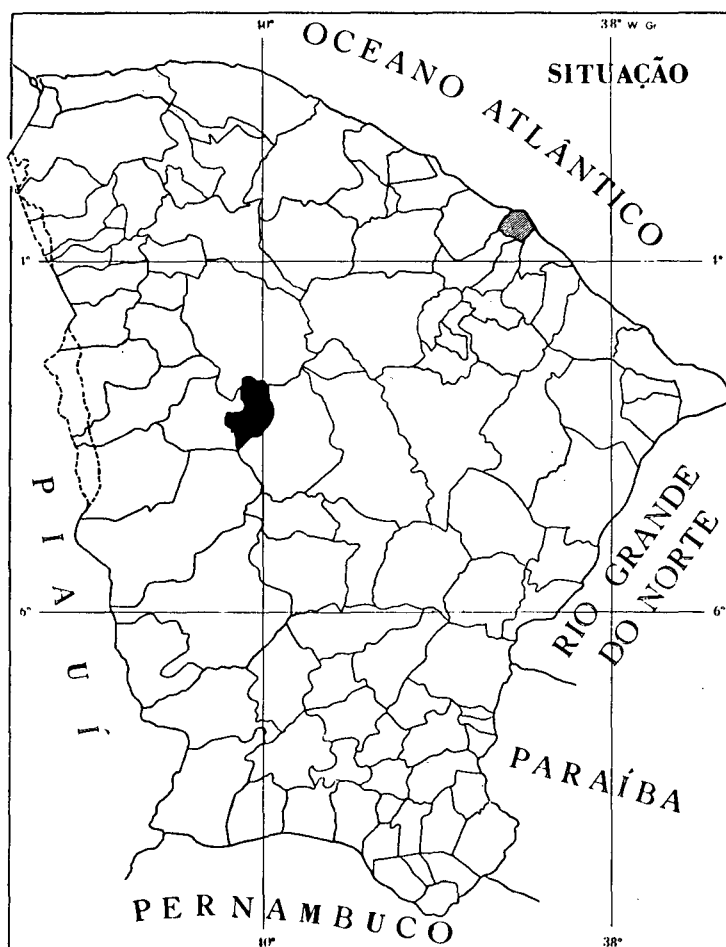
Com a extinção do município de Tamboril, pelo Decreto-lei n.º 193, de 20 de maio de 1931, da Interventoria Federal do Ceará, o distrito de Telha foi anexado ao de

Prefeitura Municipal

Casa Paroquial

Santa Quitéria, voltando, entretanto, ao município de Tamboril, quando êste foi restaurado no Govêrno do capitão Roberto Carneiro de Mendonça, Interventor Federal do Ceará, por determinação do Decreto-lei n.º 1 156, de 4 de dezembro de 1933, nêle figurando com a denominação de Arraial da Telha.

O atual topônimo é uma homenagem póstuma ao virtuoso "Apóstolo do Catecismo" — Monsenhor Tabosa —, dado ao município pelo Decreto n.º 38, de 22 de julho de 1935, em virtude de solicitação dos moradores do arraial de Telha, em longo memorial, ao Dr. Francisco de Menezes Pimentel, governador do Estado.

Nos quadros da divisão territorial do Estado, datados de 31 de dezembro de 1936 e 1937, bem assim nos quadros anexos aos Decretos-leis n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, e 1 114, de 30 de dezembro de 1943, o distrito de Monsenhor Tabosa pertence ao município de Tamboril. A sede do distrito, por fôrça do Decreto-lei n.º 169, de 31 de março de 1938, passou à categoria de vila. A Lei número 1 153, de 22 de novembro de 1951, criou o município de Monsenhor Tabosa, com território desmembrado do de Tamboril, tendo por sede a vila de igual nome, então elevada à categoria de cidade. Sua instalação, entretanto veio a efetivar-se em 25 de março de 1955, quando tomaram posse os podêres constituídos municipais. Monsenhor Tabosa é sede de comarca de primeira entrância, criada pela Lei n.º 3 508, de 20 de dezembro de 1956, provida de Juiz de Direito, Promotor Público e Adjunto. No pleito de 3 de outubro de 1954, foram eleitos: Prefeito Joaquim Américo Bezerra. Vereadores: Expedito Costa de Almeida, Hermógenes Marques de Pinho, José de Araújo Campos, João Ribeiro da Fonseca, Francisco de Holanda Melo, Anastácio Martins de Araújo e Joaquim Aurélio Teixeira.

Igreja-Matriz de São Sebastião

LOCALIZAÇÃO — Monsenhor Tabosa situa-se na Zona Fisiográfica do Sertão Centro-Norte. Limita-se com Tamboril, Santa Quitéria e Boa Viagem. A cidade dista da capital do Estado, em linha reta, 207 km e possui, aproximadamente, as seguintes coordenadas geográficas (calculadas pela Inspetoria Regional de Estatística): 4º 47' de latitude Sul e 40º 5' de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 400 metros.

CLIMA — Monsenhor Tabosa apresenta o clima quente e sêco das zonas sertanejas. Todavia, em vista de estar situada em um altiplano, o clima é frio nos meses finais do inverno. A temperatura varia entre 18 e 27 graus. O período normal das chuvas é de janeiro a junho, sendo mais chuvosos os meses de fevereiro, março e abril.

ÁREA — A área do município é de 717 km², colocando-o em 67.º lugar, relativamente às áreas das demais comunas do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia de Monsenhor Tabosa é um pouco acidentada. O principal relêvo do solo é a serra das Matas, em cuja falda situa-se a cidade. Entre outras de menor importância, destacam-se as serras Bom sucesso, Tourão e Cupiá. A sua hidrografia constitui-se de rios e riachos, sendo os principais: rio Quixeramobim, riachos do Engano, Cana-brava, Ôlho-d'água, da Velha ou da Lagoa Velha, Diamante e Monte Alegre.

RIQUEZAS NATURAIS — Pedra calcária e barro (argila).

POPULAÇÃO — No Recenseamento Geral de 1950, Monsenhor Tabosa era distrito do município de Tamboril e sua população correspondia a 5 216 habitantes (2 601 homens e 2 615 mulheres). No quadro rural localizavam-se 80,84% de sua população, ou seja, 4 217 habitantes (2 140 homens e 2 077 mulheres), donde se conclui que o município era preponderantemente rural. Segundo estimativa elaborada pela Inspetoria Regional de Estatística, para 1.° de julho de 1957, Monsenhor Tabosa apresenta o efetivo populacional de 6 031 habitantes. O acréscimo, em relação ao Censo de 1950, que é de 815 pessoas, corresponde a 15,63%.

Aglomerações urbanas — À época do Recenseamento Geral de 1950, havia sòmente uma aglomeração urbana, sendo esta a atual cidade de Monsenhor Tabosa, com 999 habitantes, assim distribuídos: na zona urbana — 795 (364 homens e 431 mulheres); e na suburbana — 204 (97 homens e 107 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades fundamentais à economia do município são a agricultura e a pecuária; da primeira, citam-se feijão e mamona. Em 1955, a comuna produziu mais de 13 milhões de cruzeiros, sobressaindo os seguintes produtos: 30 000 sacas — 60 kg — de feijão (Cr$ 6 000 000,00); 1 800 toneladas de mamona Cr$ 5 400 000,00); 10 700 arrôbas de algodão .... (Cr$ 856 000,00). A produção disponível do município se escoa para as praças dos municípios de Nova Russas, Crateús e Fortaleza.

Apesar de o município não ser grande criador, a atividade pecuária tem alguma significação na balança econômica municipal, vez que há exportação de gado para o mercado de Fortaleza e de centros vizinhos. Em 1955, existia o seguinte efetivo de população pecuária, no valor, aproximado, de 16 milhões de cruzeiros: bovinos — 4 000; eqüinos — 700; asininos — 600; muares — 500; suínos — 200 ovinos — 8 000; caprinos — 10 000.

A produção extrativa é quase sem significação, dado que apenas a pedra calcária e a argila (barro) são exploradas no setor mineral, em pequena escala.

Os principais ramos industriais são a fabricação de aguardente de cana, rapadura e farinha de mandioca. Funcionam 3 estabelecimentos fabris, ocupando 5 ou mais pessoas não existindo fábricas importantes. É de 10 000 kWh para consumo público e 12 000 kWh para consumo particular a produção de energia elétrica local.

Mercado Público

Estrada de rodagem que liga a cidade com outros centros

COMÉRCIO — Têm atividades na sede municipal 3 estabelecimentos do comércio atacadista e 34 varejistas O município mantém relações com as praças de Fortaleza, Sobral, Novas Russas e Tamboril. Os principais artigos exportados são: algodão, mamona, cereais, couros e peles. Importa tecidos, calçados, café, sal, açúcar, conservas, fumo, bebidas, miudezas, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por estradas de rodagem e liga-se com as comunas vizinhas e com a capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Boa Viagem — rodoviário — 79 quilômetros; Santa Quitéria — rodoviário — 73 km; Tamboril — rodoviário — 42 km; capital do Estado — rodoviário (via Santa Quitéria) — 324 km.

Acha-se instalada na sede municipal uma Agência do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade é dotada de iluminação elétrica pública e particular, sendo 87 os prédios que possuem êsse melhoramento. Funciona um serviço de limpeza das vias públicas e remoção de lixo domiciliar, mantido pela municipalidade, onde, em 1956, estavam registrados 2 automóveis e 5 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população do município conta com os serviços profissionais de 1 médico, 2 farmacêuticos e 2 dentistas. Na cidade há duas farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Círculo Operário Católico de Monsenhor Tabosa presta assistência social aos seus associados e a Conferência de São Vicente de Paulo, aos pobres em geral. Sua fundação data do ano de 1926. A Cooperativa de Crédito Agrícola da Serra das Matas (Central) tem o crédito como principal finalidade.

ALFABETIZAÇÃO — A população urbana, com 5 anos e mais, da cidade de Monsenhor Tabosa foi de 780 pessoas, segundo revela o Recenseamento Geral de 1950. Dêste total, 565 eram alfabetizadas, sendo 227 homens e 238 mulheres.

Ensino — O número de escolas que ministravam o ensino fundamental comum em 1956 era de 22, com a matrícula inicial de 621 alunos de ambos os sexos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955	...	252	1 045	...	640
1956	352	472	794	44	821

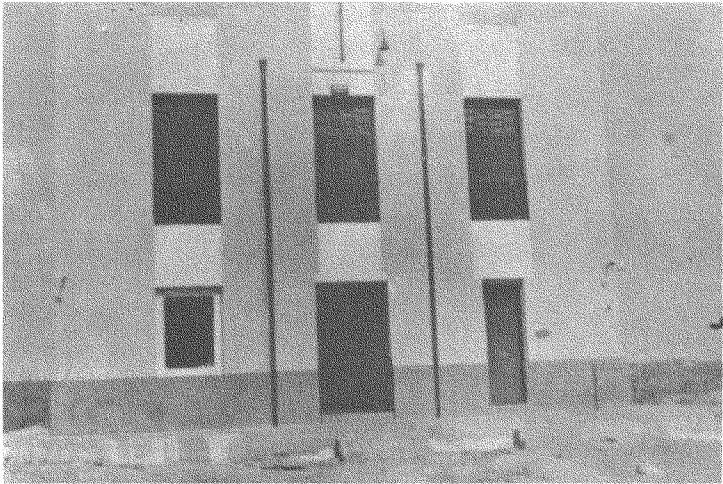
MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — As festas populares do município são de caráter religioso; as festividades em honra ao padroeiro São Sebastião, realizada a 20 de janeiro; as de Corpo de Deus, em data variável, e as de São Francisco, a 4 de outubro, movimentam a população de tôda a comuna. As referidas festividades constam de novenas, leilões, a que ocorre grande número de pessoas, culminando com a tradicional procissão do santo homenageado, quando saem a percorrer as ruas da cidade, em andores artìsticamente ornamentados, as imagens dos santos de maior veneração, acompanhadas das associações pias e do povo em geral, que fazem todo o trajeto, cantando hinos sacros ou recitando o santo rosário.

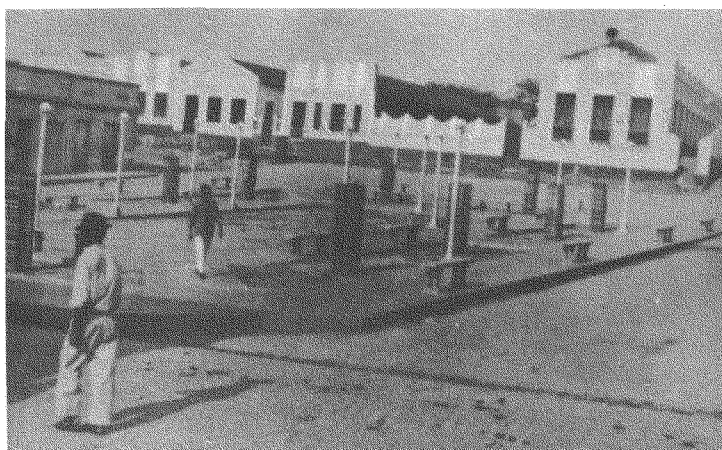
OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Monsenhor Tabosa conta com uma Paróquia, sob a invocação de São Sebastião, e subordinada à Diocese de Sobral. Existem 6 templos católicos em todo o município e 7 associações religiosas.

Nas eleições gerais de 1954, votaram 1 143 eleitores, dos 1 729 inscritos.

MORADA NOVA — CE

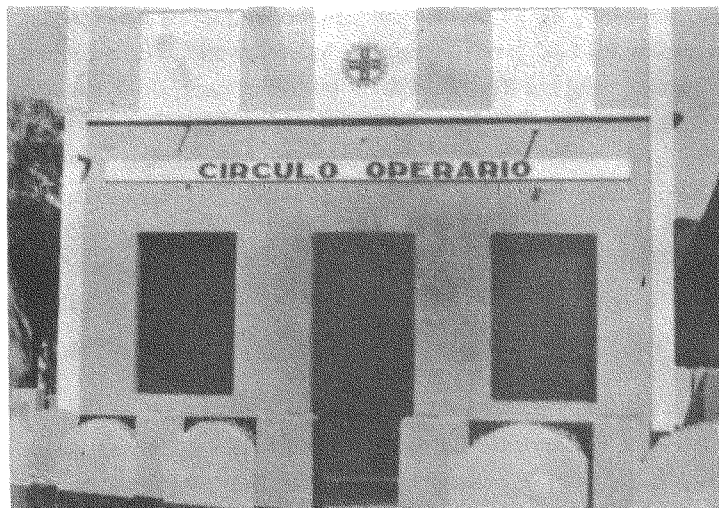
Mapa Municipal no 5.º Vol.

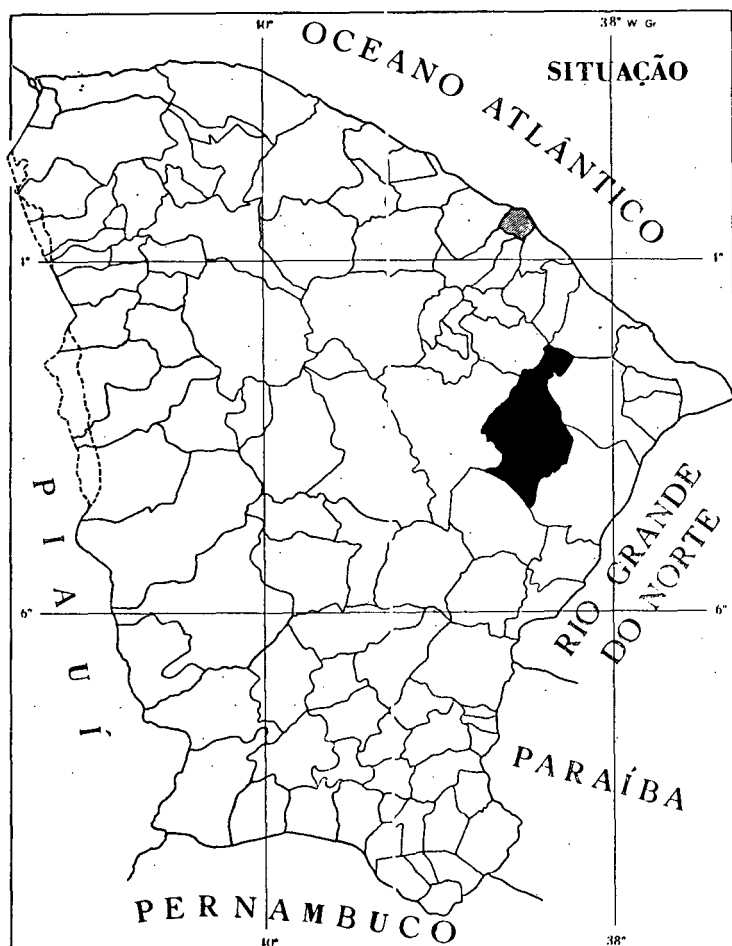
HISTÓRICO — A fazenda localizada perto do rio Banabuiú, pertencente ao alferes José de Fontes Pereira de Almeida, abastado proprietário da região, representa o núcleo onde se desenvolveu e progrediu o povoado de Morada Nova, topônimo adquirido da própria fazenda. O alferes José de Fontes, juntamente com seu irmão, capitão Dionísio de Matos Fontes, morador das margens do mesmo rio, cêrca de dois quilômetros abaixo, requereu licença para a construção de uma capelinha dedicada ao Divino Espírito Santo, a qual lhe foi concedida pela Provisão de 2 de agôsto de 1831, de D. João da Purificação Marques Perdigão, Bispo de Pernambuco. Séria divergência surgiu entre os dois irmãos, quanto ao local em que deveria ser construída a capela, cada um inclinado a edificá-la onde melhor lhe parecia. Os moradores circunvizinhos foram chamados a decidir, por meio de votação, finda a qual ficou escolhido por maioria de votos, o local pretendido pelo alferes José de Fontes. A primeira pedra da edificação, banzeu-a o vigário de São Bernardo das Russas, então o Padre Joaquim de Paula Galvão, no dia 4 de setembro de 1833. O povoado de Morada Nova tomou corpo e se desenvolveu em tôrno dessa capelinha. Para constituição do patrimônio da referida capela, o alferes João de Fontes Pereira de Almeida e sua mulher, D. Ana Teresa de Jesus Gondim doaram, por escritura de 1 de janeiro de 1834, terras no Sítio Morada Nova, sendo doze e meia braças para cada lado da capela. A 29 de dezembro do mesmo ano, o Escrivão de Paz José Roberto Fontes registrou em seu cartório, no círculo da capela do Divino Espírito Santo, têrmo da vila de São Bernardo das Russas, comarca de Aracati, outra escritura de doação de trezentas braças de terras, no sítio Bento Pereira, para aumento do patrimônio da capela do Divino Espírito Santo. Foram doadores dessa última o alferes João de Fontes e sua mulher; capitão Dionísio de Matos Fontes e sua mulher, D. Maria Francisca Gondim, José Felipe Santiago e sua mulher, D. Francisca Xavier do Espírito Santo e outros mais.

Prefeitura Municipal

O distrito de paz de Morada Nova foi criado pela Câmara Municipal de Russas, em execução do Código de Processo Criminal, e teve como Juízes de 1833 a 1836 Antônio Feijó Fideles Barroso, Plácido Francisco de Assis Andrade, Dionísio de Matos Fontes e Francisco Bento Saraiva Leão, e como Escrivão de Paz José Roberto Fontes. Criada a freguesia pela Lei provincial n.º 1 561, de 9 de outubro de 1873 e instituída, canônicamente, por Provisão de 17 de fevereiro do ano seguinte, foi inaugurada no dia 1.º de março de 1874 pelo vigário encomendado Francisco Alvares Teixeira Lima, na capela do Divino Espírito Santo construída desde 1833. Na sessão de 25 de junho de 1876, da Assembléia Legislativa, foi apresentado um projeto de criação do município elevando à vila a povoação de Morada Nova com o nome de São Crisólogo, denominação que não foi aceita, propondo o deputado J. Pauleta a emenda "em vez de São Crisólogo, leia-se Espírito Santo", a qual foi aprovada no dia 29 do mesmo mês. Assim, por fôrça da Lei provincial n.º 1 719, de 2 de agôsto de 1876, foi criado o município, com território desmembrado do de São Bernardo das Russas e sede no núcleo de Morada Nova, erigido em vila sob a denominação do Espírito Santo, "com a condição de só ser inaugurada, quando seus habitantes doassem Casa de Câmara". Foram eleitos vereadores à Câmara Municipal o capitão Manuel Antônio Ferreira Nobre, Presidente; Eduardo Henrique Girão, alferes José Carneiro de Sousa, João Matheus Regino de Oliveira, capitão João Chrisóstomo de Sousa, José Raymundo Evangelista e Antônio Elias Saraiva de Brito. O Presidente eleito prestou

Praça Joaquim Nogueira

compromisso perante a Câmara Municipal de Russas, vindo a instalar a vila no dia 7 de janeiro de 1877, juramentando e empossando, com o secretário interino Antônio Jaspe d'Oliveira Façanha, os vereadores eleitos. A vila de Espírito Santo recebeu o nome de Morada Nova, por efeito da Lei estadual n.º 107, de 20 de setembro de 1893. No Recenseamento Geral de 1890, a população do município era de 6 920 pessoas.

A vila de Morada Nova recebeu foros de cidade nos têrmos da Lei estadual n.º 2 336, de 3 de novembro de 1925, tendo sido inaugurada a 6 de janeiro de 1926. Pelo disposto nos Decretos números 193, de 20 de maio de 1931, e 1 156, de 4 de dezembro de 1933, foi mantido o município de Morada Nova, que, na divisão administrativa referente a êsse último ano, se divide em 4 distritos: Morada Nova, Boa Água, Livramento, São João do Pirangi, assim permanecendo nos quadros territoriais datados de ...... 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 169, de 31 de março de 1938, retificado pelo Decreto estadual n.º 378, de 20 de outubro de 1938. Na divisão relativa ao ano de 1936, o distrito de São João do Pirangi é denominado São José do Pirangi. Nos têrmos do Decreto-lei estadual n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, os distritos de Morada Nova e Boa Água perderam partes dos seus territórios para o novo distrito de Areia Branca, figurando o município de Morada Nova, no quadro fixado pelo citado Decreto-lei, com os distritos de Morada Nova, Areia Branca, Boa Água, Livramento e Pirangi (ex-São João do Pirangi). A toponímia dos distritos de Morada Nova sofreu nova alteração, ao entrar em vigor o Decreto-lei estadual n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943, que fixou o quadro administrativo do Estado para o qüinqüênio 1944-1948. Os distritos de Pirangi, Areia Branca e Livramento passaram a denominar-se respectivamente, Aruaru, Ibicuitinga e Uiraponga. A última divisão territorial do Estado, instituída pela Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, criou no município de Morada Nova os distritos de Juàzeiro de Baixo, Pedras e Roldão, e manteve os de Morada Nova, Aruaru, Boa Água, Ibicuitinga e Uiraponga. A mesma Lei n.º 1 719, de 2 de agôsto de 1876, que criou o município, criou o têrmo judiciário subordinado à comarca de Russas, sendo instalado igualmente em 1877. "Foram nomeados 1.º, 2.º e 3.º suplentes do Juiz Municipal o capitão Manuel Antônio Ferreira Nobre, o alferes Conrado Balbino da Silva Girão e Plácido Francisco de Assis Andrade, juramentados, em 23 de março de 1877; e Delegado de Polícia 1.º, 2.º e 3.º suplentes, o capitão Antônio José Girão, Porfírio Henrique Girão, Antônio Galdino Saraiva de Miranda e João da Silva Moreira, juramentados a 20 de março, com exceção de Antônio Galdino Saraiva de Miranda que prestou juramento a 9 de abril de 1877. O primeiro Adjunto do Promotor Público, no têrmo, foi o cidadão José Paulino Saraiva Leão, e Tabelião público vitalício Francisco Sabino Alves Barreto, nomeado por Decreto de 10 de novembro de 1877, de que é sucessor nomeado por Decreto de 24 de novembro de 1883, empossado em 8 de janeiro de 1884, o prestimoso coronel Manuel Honorato Cavalcante, que, conforme a Lei estadual número 667, de 26 de agôsto de 1901, acumula o ofício de Escrivão do Júri. O Tribunal do Júri que ali primeiramente se reuniu e funcionou em sessão de 4 de abril de 1881, aberta pelo Juiz de Direito da comarca, Dr. Manuel Coelho Cintura, com assistência do digno e talentoso promotor público, Dr. Alves Barreto — julgou o réu Anacleto Pereira Cavalcante de Queiroz (menor), que, defendido por seu curador, capitão Ignácio Antônio Rodrigues Machado e pelo cidadão Agostinho Enéas da Costa, foi condenado à prisão perpétua com trabalho, como autor de crime de homicídio, de cuja sentença houve apelação oficial do juiz de direito para a Relação, sendo afinal perdoado pelo Imperador".

Suprimida a comarca de Russas pelo Decreto estadual n.º 196 de 5 de junho de 1891, o têrmo de Morada Nova passou à jurisdição da comarca do Aracati, até que a Lei estadual n.º 422, de 29 de setembro de 1897, restaurou a de Russas com um têrmo único formado pelos distritos de São Bernardo das Russas, Limoeiro e Morada Nova. O têrmo foi transferido para a comarca de Quixadá pela Lei n.º 491, de 22 de outubro de 1898. Em 1917, o têrmo foi provido de juiz togado, em virtude da Lei n.º 1 441, de 28 de setembro, ocupando o cargo o bacharel Boanerges Viana do Amaral. A comarca de Morada Nova foi criada pela Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948. Nas eleições de 3 de outubro de 1954 foram eleitos; Prefeito, João Perboire Teófilo Girão. Vereadores: Francisco Galvão de Oliveira, Francisco Máximo Saraiva, Luiz Walter Rabêlo Maia, Raimundo Aloísio Chagas, Félix Rodrigues Sobrinho, Manoel Izaías Filho, João de Deus Girão, Francisco Girão Pitombeira e Raimundo Batista Brito.

Sede do Círculo Operário

LOCALIZAÇÃO — Morada Nova situa-se na Zona Fisiográfica do Sertão do Baixo Jaguaribe. Limita-se com Quixadá, Aracoiaba, Beberibe, Russas, Limoeiro do Norte e Jaguaretama. A cidade dista da capital do Estado, em linha reta, 150 km na direção 6° 6' S.E. e possui as seguintes coordenadas geográficas: 5° 06' 28" de latitude Sul e 38° 22' 47" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 80 metros.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da zona jaguaribana, quente, amenizado com a brisa que sopra constantemente naquelas paragens. A temperatura oscila de 25 a 35 graus. O período normal das chuvas é de janeiro a junho, sendo mais chuvoso o período fevereiro-abril. A precipitação pluviométrica anual é da ordem de 580 milímetros.

ÁREA — A área de Morada Nova é de 3 181 km², o que o coloca no 11.° lugar em relação às áreas das demais comunas do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia do município é bastante acidentada, destacando-se como seu principal acidente geográfico o rio Banabuiú. Além dêste, são conhecidos também os rios Palhano e Pirangi, os riachos Santa Rosa, Barbada, do Melado, do Meio, as lagoas da Salina, da Filipa, do Exu, Grande e das Vacas e, entre os seus 15 açudes públicos e particulares, o Retiro e o Riachuelo como sendo os de maior capacidade. Os principais relevos são as serras do Ôlho-d'água, das Furnas e Trapiá e os serrotes Dois Irmãos e Pedra Branca.

Rua Coronel José Epifânio

RIQUEZAS NATURAIS — Estão representadas por carnaubais e oiticicais.

POPULAÇÃO — A população do município de Morada Nova, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 30 138 habitantes (15 317 homens e 14 821 mulheres), sendo: brancos — 13 731 (6 955 homens e 6 776 mulheres); pretos — 1 438 (715 homens e 723 mulheres); pardos — 14 874 (7 601 homens e 7 273 mulheres); e sem declaração de côr — 95 (46 homens e 49 mulheres).

Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 16 117 (8 272 homens e 7 845 mulheres), 6 189 eram solteiras (3 459 homens e 2 730 mulheres); casadas — 9 921 (4 533 homens e 4 688 mulheres); desquitado — 1 homem; viúvas — 699 (275 homens e 424 mulheres); sem declaração de estado conjugal — 7 (4 homens e 3 mulheres). Exceto um homem naturalizado, os demais habitantes eram de nacionalidade brasileira.

Em religião, predominavam os católicos apostólicos romanos, em número de 29 388 (14 929 homens e 14 459 mulheres); protestantes — 605 (298 homens e 307 mulheres); espíritas — 27 (13 homens e 14 mulheres); sem religião — 114 (74 homens e 40 mulheres); e sem declaração de religião — 4 (3 homens e 1 mulher).

A densidade demográfica era de 9,47 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 93,26% localizavam-se na zona rural, num total de 28 108 (14 326 homens e 13 782 mulheres). Ocupando o 4.° lugar entre os "10 municípios com Maior Índice de População Rural", com 93,26%, perdia apenas para os municípios de Independência, Boa Viagem e Jaguaretama. A população de Morada Nova é estimada para 1.°-VII-1957 em 37 618 habitantes, verificando-

Igreja-Matriz

Praça Divino Espírito Santo

-se um aumento populacional de 24,82%, ou seja, 7 840 almas sôbre os resultados censitários de 1950.

Aglomerações urbanas — Eram 5 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Morada Nova, com 1 496 habitantes (730 homens e 766 mulheres); a vila de Aruaru, com 165 (83 homens e 82 mulheres); a vila de Boa Água, com 43 (15 homens e 28 mulheres); a vila de Ibicuitinga, com 166 (81 homens e 85 mulheres); a vila de Uiraponga, com 160 (82 homens e 78 mulheres).

No quadro urbano da cidade e vilas, existiam 1 506 habitantes (735 homens e 771 mulheres) e no suburbano 524 (256 homens e 268 mulheres).

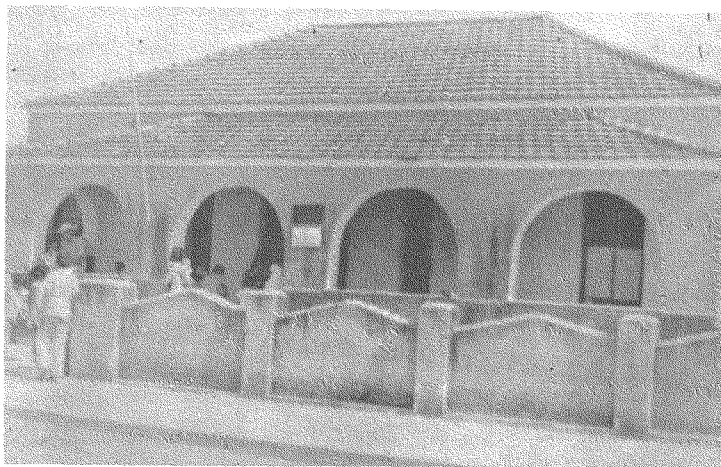
ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades fundamentais à economia do município são a agricultura e a pecuária. Segundo revelou o Censo Demográfico de 1950, 92,82 % da população presente trabalhavam no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". As terras são excelentes, razão por que a agricultura tem tido grande desenvolvimento, contribuindo, assim, para o equilíbrio da vida econômico-financeira desta unidade municipal Tem sido incentivado o gôsto pela agricultura mecanizada, o que outorga a Morada Nova o título honroso de ser, hoje, o primeiro município do Estado em número de máquinas agrícolas. O Departamento Estadual de Estatística estimou a safra de 1955 em Cr$ 22 747 200,00, com maior relevância os seguintes produtos: algodão — 130 960 arrôbas — Cr$ 14 452 200,00; feijão — 23 500 sacos de 60 quilogramas — Cr$ 2 914 000,00; milho — 18 000 sacos de 60 kg — Cr$ 2 160 000,00; mandioca-brava — 4 400 toneladas — Cr$ 320 000,00, e banana — 60 000 cachos — Cr$ 1 800 000,00. Foram colhidas, ainda, pequenas quantidades de arroz, cana-de-açúcar e batata-doce. Os principais mercados compradores dos produtos agrícolas do município são as praças de Fortaleza, Cascavel, Maranguape, Quixadá e Jaguaruana, no Ceará. São as melhores as perspectivas do desenvolvimento da produção agrícola do município, havendo, para tanto, 1 pôsto de reflorestamento e 2 subsedes agrícolas.

A atividade pecuária é de importância econômica. O Departamento Estadual de Estatística estimou o rebanho do muncípio, para 1955, em 53 900 cabeças, no valor de Cr$ 50 640 000,00, assim discriminado: 25 000 bovinos, 4 200 eqüinos, 3 000 asininos, 1 200 muares, 2 500 suínos, 10 000 ovinos e 8 000 caprinos. O município produziu, no mesmo ano, 540 000 litros de leite — Cr$ 1 620 000,00; 500 quilogramas de manteiga — Cr$ 25 000,00; 12 toneladas de queijo — Cr$ 24 000,00, e 7 toneladas de banha de porco — Cr$ 140 000,00. A exportação de gado é feita, via de regra, para a capital do Estado, Cascavel e Maranguape.

A produção extrativa de 1956 foi estimada em ...... Cr$ 9 344 600,00, tendo destaque a cêra de carnaúba (150 toneladas — Cr$ 7 500 000,00); madeiras para fins industriais e domésticos (52 000 m³ — Cr$ 1 456 000,00); sementes de oiticica (80 000 quilogramas — .... Cr$ 240 000,00) e peixes (8 000 quilogramas — ...... Cr$ 120 000,00). Foram registradas, também, reduzidas quantidades de barro, castanha de caju, mel e cêra de abelhas.

Os aviamentos e os engenhos difundidos pelo território municipal produziram, em 1955, de acôrdo com o Registro Industrial, 20 000 sacos de 60 quilogramas de farinha de mandioca — Cr$ 2 400 000,00; 4 200 quilogramas de polvilho ou goma — Cr$ 16 800,00, e 10 toneladas de rapadura — Cr$ 25 000,00. A indústria é pouco desenvolvida em Morada Nova. Com referência à produção de maior porte, apenas 3 estabelecimentos fabris preencheram os Boletins de Registro Industrial, com informes relativos a 1956, dedicados à panificação, nenhum dos quais chegava a ocupar 5 pessoas. A produção de energia elétrica é consumida apenas em iluminação pública e domiciliária.

COMÉRCIO — Operam na sede municipal 3 estabelecimentos atacadistas e 29 varejistas. O comércio local transaciona com as praças dos municípios de Fortaleza, Russas, Limoeiro do Norte e Campina Grande. Os principais artigos importados são tecidos, ferragens, utensílios domésticos e gêneros alimentícios. Na época do Censo Comercial de 1950, havia 23 estabelecimentos varejistas que venderam, em 1949, mais de cinco milhões de cruzeiros. Verifica-se exportação de cêra de carnaúba e sementes de oiticica.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Morada Nova liga-se às cidades vizinhas e à capital Estadual por intermédio dos seguintes meios de transporte: Aracoiaba — a cavalo — 180 km; Beberibe — rodovia, via Cascavel — 194 km; Jaguaretama — rodovia — 99 km; Limoeiro do Norte — rodovia — 36 km; Quixadá — rodovia — 84 km; Russas — rodovia — 60 km; capital Estadual — 195 km.

Pôsto de Puericultura

Têm sede, no município, 4 serviços de transporte rodoviário. Conta com 6 linhas interdistritais. Acha-se instalada na cidade uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Te égrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Morada Nova compõe-se de 37 logradouros, possuindo 490 prédios, aproximadamente, dos quais 420 residenciais. A área pavimentada é de 10 699 m², sendo 3 154 a paralelepípedos e 7 545 a asfalto e outros tipos. A sede municipal é dotada de iluminação pública e particular, existindo 155 ligações domiciliares. É servida, também, por abastecimento d'água, beneficiando 77 prédios residenciais. Para hospedagem dos visitantes há uma pensão de nível médio, cobrando a diária de Cr$ 80,00, com alimentação e pousada. Existe um cinema com 182 lugares, proporcionando com regularidade diversão aos munícipes, sendo bastante freqüentado. Os veículos registrados na Prefeitura são 5 automóveis e 21 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população do município é assistida pelos seguintes estabelecimentos: "Pôsto de Puericultura da Legião Brasileira de Assistência"; "Pôsto de Saúde de Morada Nova", do Govêrno Estadual, e "Maternidade São Lucas", mantida pela Sociedade de Proteção à Maternidade São Lucas. Exercem atividades no município 1 médico, 1 farmacêutico e 2 dentistas, encontrando-se instalada na cidade uma farmácia.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Desenvolvem atividades no setor da assistência social as instituições seguintes: Núcleo da Legião Brasileira de Assistência; Sociedade Protetora da Maternidade São Lucas; Associação de Proteção à Maternidade e à Infância; Sociedade São Vicente de Paulo; Associação dos Vaqueiros e Criadores de Morada Nova e Círculo Operário Católico. As duas últimas instituições prestam auxílios, apenas, aos seus associados, e as demais ao público em geral. A agricultura e a pecuária têm como estabelecimento de crédito a "Cooperativa Mista dos Lavradores e Criadores de Morada Nova" (Central), fundada em 1943, com 250 associados em 31 de dezembro de 1956.

ALFABETIZAÇÃO — Morada Nova possuía, segundo o Recenseamento Geral de 1950, 24 265 pessoas com 5 anos e mais. Destas, 6 375 sabiam ler e escrever, sendo 2 865 homens e 3 510 mulheres, numa percentagem de 26% da população escolar. Na sede municipal existiam 1 189 pessoas, com a mesma idade, das quais 671 eram alfabetizadas: 311 homens e 360 mulheres.

Ensino — Contava o município de Morada Nova, em 1956, com 105 unidades escolares de ensino primário fundamental comum, tendo a matrícula inicial de 2 188 alunos masculinos e femininos. A taxa de matrícula em 1950 foi de 20,2% no aludido município e 24,3% no Estado do Ceará.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade existe um cinema, o "Cine-Teatro Morada Nova", funcionando 3 vêzes por semana, com capacidade para 182 pessoas, com freqüência regular. Há uma associação esportiva e Cultural, a "Associação Recreativa e Cultural de Morada Nova", entidade que tem finalidade recreativo-cultural, dispondo de campo de volibol para a prática dêsse esporte em prélios de interêsse local e intermunicipal.

Depósito da Prefeitura Municipal

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	648	627	198	624
1951	—	740	635	251	715
1952	—	900	712	267	715
1953	—	817	1 042	228	890
1954	—	749	857	179	933
1955	—	1 445	1 153	296	963
1956	206	2 421	1 571	434	1 738

NOTA — A receita arrecadada e a despesa realizada é a real e não orçamentária.

PARTICULARIDADE ARTÍSTICA — A igreja Matriz é considerada pelos visitantes um templo de destaque e o seu altar-mor é um dos mais finos trabalhos artísticos da zona.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Celebra a Paróquia local a festa do Espírito Santo, padroeiro do município, que se realiza no dia em que a Igreja festeja o "Divino Espírito Santo". Para essas festividades, que decorrem animadíssimas, com novenas, leilões, etc., acorre grande multidão composta de habitantes do município, das comunas vizinhas, e até mesmo da capital do Estado. Não há data certa para sua realização, visto ser móvel, variando de acôrdo com o calendário organizado pela Igreja.

VULTOS ILUSTRES — *Padre Dr. Saraiva Leão* — Ordenou-se na cidade de Olinda — PE, em 1836, quando começou a freqüentar a Academia de Direito, bacharelando-se em 1842. Foi eleito deputado provincial duas vêzes. Era homem de sentimentos nobres e filantrópicos e muito erudito. Faleceu em 1896. *Prof. Anacleto Cavalcante Pereira de Queiroz.* Conhecido educador em Fortaleza e no Amazonas. Falecido. Fundou e dirigiu o Ginásio Cearense, que preparou para as lides da inteligência várias gerações de jovens. *Alferes Enéias Ferreira Nobre* — morto heròicamente no Paraguai, na batalha de Estero-Belaco, em .... 2-5-1866. *Dr. Eduardo Henrique Girão* — Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, e professor da Faculdade de Direito do Ceará. Deputado à Assembléia Legislativa cearense, de que foi Presidente, e deputado à Câmara Federal. Ocupou a Presidência do Estado em 1928. Jurisconsulto de larga cultura, tendo desempenhado várias

Prédio Vicentino

comissões de evidência, nos meios jurídicos do país. *Coronel João Damasceno* — Vulto do maior relêvo na formação político-social do Território do Acre e homem de enorme influência no Amazonas, pela sua fortuna e pela sua bravura moral, generosidade e audácia construtiva. Fundou a cidade de Antimari, de que foi o primeiro Prefeito. Faleceu em 1895. *Coronel Manuel Tibúrcio Cavalcante* — Oficial do Exército; engenheiro civil e militar. Exerceu o cargo de Prefeito Municipal de Fortaleza e os de Chefe de Polícia e Secretário dos Negócios da Fazenda, no Ceará. Trabalhou muitos anos na comissão Rondon. Dirigiu a Rêde de Viação Paraná—Santa Catarina. *Dr. Raimundo Girão,* uma das mais robustas expressões das letras cearenses, sócio do Instituto do Ceará, escritor, autor de excelentes obras, professor da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará, ex-Prefeito de Fortaleza, ex-Ministro do Tribunal de Contas do Estado e historiador abalizado. *Dr. José Victor Ferreira Nobre,* escritor, poeta, e professor da Faculdade de Direito. *Dr. Manuel de Castro Filho,* advogado e deputado estadual em 3 legislaturas. *Dr. Aluísio Chagas,* médico e político de real prestígio, presidente da Associação Brasileira dos municípios, Secção do Ceará. *Dr. José Farias Evangelista,* magistrado ilustre.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Conta o município com 15 reservatórios d'água, cuja capacidade de armazenamento é superior a 9 milhões de metros cúbicos. A sua Paróquia, com a invocação de "Divino Espírito Santo", é subordinada à Diocese de Limoeiro do Norte. Possui 14 templos, contando-se com a igreja Matriz, fundada no ano de 1833; sete Associações Religiosas propagam a fé católica no município. Pertencentes ao culto protestante funcionam em Morada Nova duas "Assembléias de Deus", situadas na cidade e na vila de Ibicuitinga. No pleito de 1954, votaram 6 562, dos 9 979 eleitores que se achavam inscritos. Exercem profissão liberal no município 1 advogado e 1 dentista.

A denominação Morada Nova tem origem na fazenda do mesmo nome, situada perto do rio Banabuiú, pertencente ao alferes José Fontes de Almeida. Quando da criação do município, em 1876, foi apresentado à Assembléia um projeto elevando a povoação à categoria de vila com a denominação de "São Crisólogo", o qual, aprovado em segunda discussão, sofreu emenda apresentada pelo deputado J. Pauleta, que solicitava a mudança do nome para "Espírito Santo". O deputado Maximiano Barroso, no entanto, falou concordando com a elevação do povoado à categoria de vila, "por ser um dos bons povoados que temos na província", mas discordando da mudança do nome. Propôs, então, que fôsse chamada Morada Nova, no que foi atendido, ficando aprovada a emenda do deputado J. Pauleta.

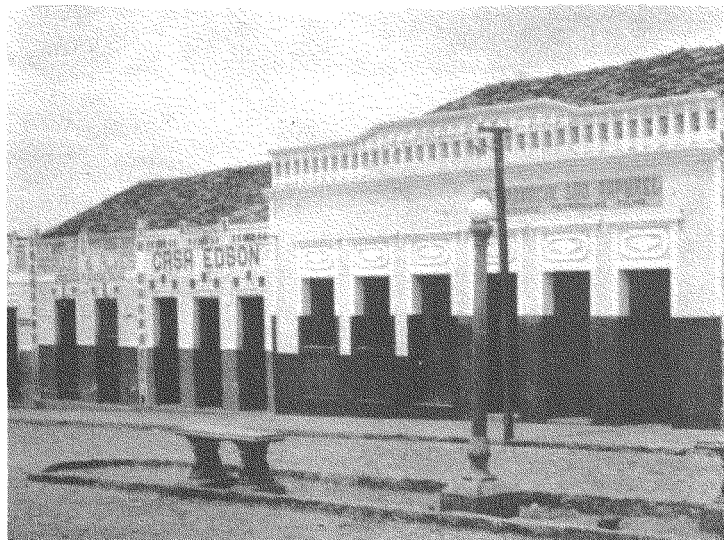
MUCAMBO — CE

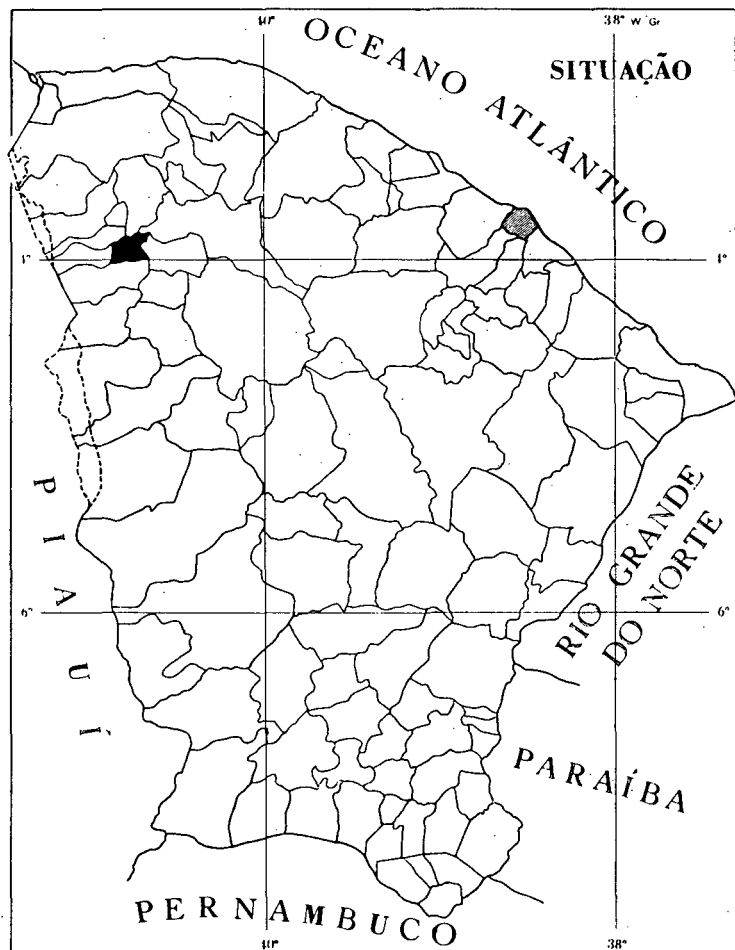
Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Mucambo é sede de distrito desde 3 de agôsto de 1893, criado por Lei municipal n.º 10 da mesma data. Na primeira década do século XX contava algumas moradias, dispersas nas proximidades da lagoa de Mucambo, mas constituindo um núcleo que já reclamava assistência espiritual. A 8 de setembro de 1907, o padre Joaquim Severiano, vigário em Ibiapina, celebrou, em casa de Lourenço Pereira, a primeira missa, iniciando, no mesmo ano, com a ajuda de Lourenço Pereira e Serafim Pereira, vultos de influência, uma capelinha dedicada à Senhora Santana, Padroeira do lugar, a qual foi benta no dia 25 de março de 1908. No ano seguinte, junto à capela, realizou-se a primeira feira pública, continuando a efetuar-se, no mesmo local, até 1915, ano em que se transferiu para novo ponto, onde está edificado o Mercado Público, a princípio constituído de simples latada. Em 1916, criou-se uma escola pública que teve como primeira professôra D. Maria Sophia de Matos. O povoado veio a apresentar maior crescimento e deve seu maior progresso à industrialização da banha de porco — iniciativa da firma Napoleão Neri Aguiar. A partir de 1930, sob a oirentação de Rafael Cláudio de Araújo, a indústria tomou maior impulso, estabelecendo intenso comércio com cêrca de vinte e dois municípios, dos quais, para manter o fabrico da banha, importa gado suíno.

Na divisão administrativa determinada pelo Decreto interventorial de 1933, Mucambo figura como distrito de Ibiapina, assim permanecendo nos quadros territoriais datados de 31 de dezembro de 1936 e 1937. A povoação de Mucambo foi elevada à categoria de vila, em face do Decreto-lei n.º 169, de 31 de março de 1938, retificado

Trecho da Rua Rio Branco

pelo Decreto n.º 378, de 20 de outubro do mesmo ano. Ainda no regime ditatorial vigente, pelo Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943, o distrito de Mucambo pertence a Ibiapina, ainda nêle permanecendo na divisão administrativa do Estado determinada pela Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, que fixou o quadro territorial para vigorar sem alteração até 31 de dezembro de 1953. Não havia ainda decorrido o prazo de validade da citada divisão, e a Lei n.º 2 160, de 12 de dezembro de 1953, deu à vila de Mucambo foros de cidade; o distrito, com território desmembrado de Ibiapina, elevou-o à condição de município, cuja instalação só ocorreu em 25 de março de 1955. A citada Lei elevou a povoação de Carquejo à vila, sede do distrito do mesmo nome. Em 1.º de janeiro de 1951, foi criada a paróquia de Senhora Santana, a qual, instalada, teve como primeiro vigário o Padre Domingos Gusmão de Sabóia. Mucambo que era distrito judicial de Ibiapina passou à sede de comarca de primeira entrância, provida de Juiz de Direito, Promotor de Justiça e Adjunto, juntamente com outros novos municípios criados pelas Leis números 1 153 e 2 160, citadas, e pela Lei número 3 508, de 20 de dezembro de 1956, no Govêrno do Dr. Paulo Sarasate. Nas eleições de 3 de outubro de 1954 foram eleitos: Prefeito: Gerardo Azevêdo de Araújo. Vereadores: José Cláudio Araújo, Raimundo Azevêdo Aguiar, Francisco Chagas Lopes, Francisco Ricardo da Silva, Edson Arruda Linhares, Walmir Magalhães e Raimundo Alcântara Parente.

Praça do Comércio

LOCALIZAÇÃO — Mucambo está situado na Zona Fisiográfica da Ibiapaba. Limita-se com Cariré, Sobral, Coreaú, Ubajara, São Benedito e Ibiapina. A cidade dista da capital do Estado, em linha reta, 248 km e possui, aproximadamente, as seguintes coordenadas geográficas: 3º 54' de latitude Sul e 40º 50' de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O clima de Mucambo é quente e sêco, variando sua temperatura média entre 25 e 33 graus. Na época invernosa o clima é ameno. O período normal das chuvas vai de fevereiro a maio.

ÁREA — A área do município é de 137 km², colocando-o no 99.º lugar em relação às áreas das demais comunas do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A parte oeste do município é acidentada, visto penetrar nos contrafortes da cordilheira da Ibiapaba. Para o norte há a serra do Canhotim, conhecida por serra do Carnotim, cujo ponto culminante é o morro do Carnotim que registra, em certos anos, estrondos fortíssimos que chegam a rachar os blocos grandes e rochosos de que é constituído. Seu principal curso d'água é o rio Jaibara, que o delimita. São conhecidos os riachos Itapirangaba, Tamundé ou Itamundé, da Onça, Engenho. Há um pequeno açude na cidade.

POPULAÇÃO — No Recenseamento Geral de 1950, Muoiticica, lenha e barro (argila).

POPULAÇÃO — No Recenseamento Geral de 1950, Mucambo era distrito do município de Ibiapina, com população de 7 572 (3 753 homens e 3 819 mulheres). No quadro rural localizavam-se 80,17% de sua população, ou seja,

6 071 habitantes (3 025 homens e 3 046 mulheres), donde conclui-se que o município era preponderantemente rural. A população de Mucambo era, em 1.º-VII-1957, de 9 639 habitantes, de acôrdo com estimativa da Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Confrontando-se a população atual com a do último Recenseamento Geral, verifica-se um crescimento de 2 067 pessoas, ou seja, de 27,30% sôbre o efetivo populacional de 1950.

Aglomerações urbanas — À época do Recenseamento Geral de 1950, havia sòmente uma aglomeração urbana, sendo esta a atual cidade de Mucambo, com 1 501 habitantes assim distribuídos: na zona urbana — 951 (454 homens e 497 mulheres); e na suburbana — 550 (274 homens e 276 mulheres. Conta, ainda, com a vila de Carquejo, porém criada posteriormente ao Censo.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município fundamenta-se na industrialização da banha de porco, na agricultura e na pecuária. As principais culturas são as de feijão, algodão, banana, milho e arroz. A safra de 1955 foi a seguinte: 25 000 sacas de 60 kg de feijão .... (Cr$ 3 750 000,00); 7 400 arrôbas de algodão — ...... (Cr$ 666 000,00); 60 000 cachos de banana .... (Cr$ 600 000,00); 1 600 sacas de 60 kg de arroz .... (Cr$ 480 000,00); 4 000 sacas de 60 kg de milho ...... (Cr$ 480 000,00). A produção em disponibilidade é transportada para os municípios de Fortaleza e Sobral, onde encontra mercado.

Trecho da Rua Ouro Branco

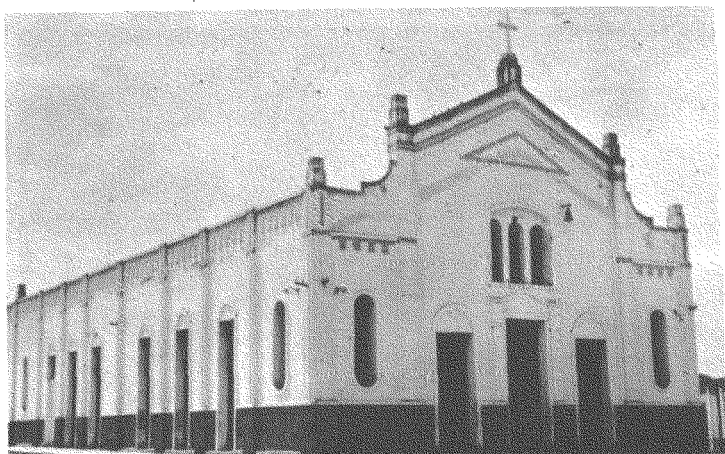
São das mais auspiciosas as perspectivas de aumento da produção agrícola do município, de vez que, em 1956, foi construído, pela Prefeitura Municipal, em regime de cooperação com o Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, um açude com capacidade para 3 milhões de metros cúbicos, o qual está irrigando as terras marginais, beneficiando, assim, a economia local.

A atividade pecuária tem grande influência para a economia do município, principalmente na criação e engorda de suíno, destinado à industrialização pelo Frigorífico Rafael, apesar de não haver exportação de gado. Em 1955, os rebanhos valiam 11 milhões de cruzeiros, existindo a seguinte população: 2 695 bovinos, 708 eqüinos, 1 440 asininos, 494 muares, 8 000 suínos e 3 000 caprinos. O valor da produção extrativa, em 1956, elevou-se a mais de 1 milhão de cruzeiros. No reino vegetal explora-se a cêra de carnaúba, em pequena escala, sementes de oiticica e madeiras para lenha.

Vista de uma casa residencial

Os principais ramos industriais são a industrialização da banha de porco e o beneficiamento de arroz. O mais importante estabelecimento de Mucambo é o Frigorífico Rafael, destinado ao preparo da banha de porco, em grande escala, produzindo, ainda, carne salmourada, lingüiças, toucinhos defumados e tripas. Os seus produtos são afamados, tendo muita aceitação noutros centros, principalmente em Fortaleza, que é grande consumidor da banha de porco "Rafael". Vale salientar que o Frigorífico Rafael foi premiado com medalha de ouro, por ter conquistado, em concurso, o 1.º lugar, como industrializador de produtos alimentares no Ceará. Além da firma Rafael Araújo & Companhia Ltda., funcionam mais 4 estabelecimentos fabris, ocupando em média, mais de cinco pessoas. É da ordem de 11 367 kWh a produção de 1956, assim distribuída: para consumo público: 5 897 kWh; para consumo particular: 5 470 kWh, não havendo distribuição para fôrça. A firma Rafael Araújo & Cia. Ltda. fabrica caixas para embalagem de latas de banha de porco.

COMÉRCIO — Há, em atividade na sede municipal, 4 estabelecimentos atacadistas e 52 varejistas. O comércio local transaciona com as praças dos municípios de Sobral e Fortaleza. Os artigos importados são tecidos, ferragens.

Casa Paroquial

Igreja-Matriz

miudezas, bebidas em geral e produtos farmacêuticos. Mucambo exporta banha de porco, carne de porco salmourada, lingüiças e toucinhos defumados, cêra de carnaúba e semente de oiticica, principalmente, para a capital do Estado.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Mucambo liga-se aos municípios vizinhos e à capital Estadual pelos seguintes meios de transporte: Ibiapiana — a cavalo — 25 km; Cariré — a cavalo — 38 km; Sobral — rodovia — 60 km; Ubajara — a cavalo — 30 km; São Benedito — a cavalo — 36 km; Coreaú — rodovia — 55 km; capital Estadual — rodovia — 295 km.

Há na cidade uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

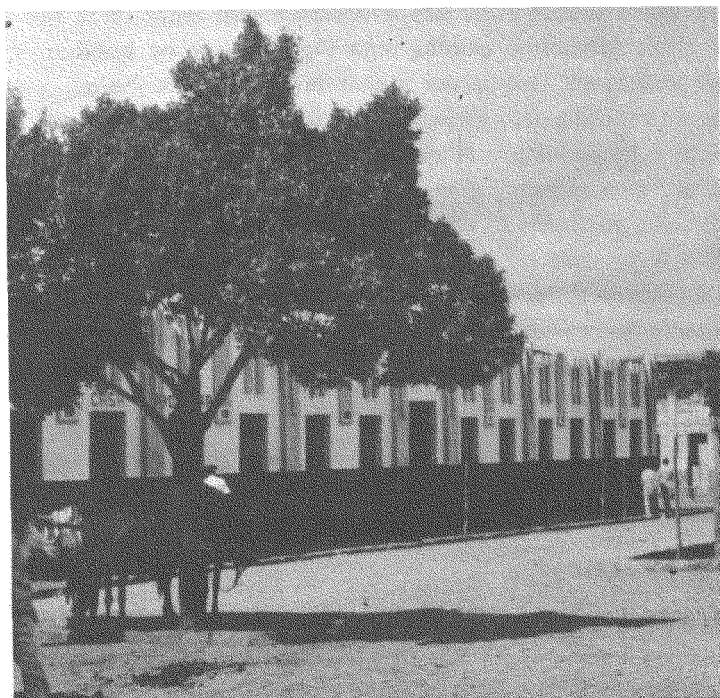
ASPECTOS URBANOS — A cidade de Mucambo é dotada de iluminação pública e particular, esta com 115 ligações. A construção do Açude Ibiapina veio facilitar o plano de abastecimento d'água da sede municipal e instalação da rêde de esgôto, cujo estudo, já elaborado, calculou as despesas em Cr$ 5 087 000,00, tendo sido conseguida subvenção do Govêrno Federal para a realização desta obra, a cargo do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, e que, sem dúvida beneficiará a população local. A área pavimentada da sede municipal é de 6 520 m², a paralelepípedos, compreendendo 7 ruas parcialmente calçadas. As comunicações telegráficas são feitas por intermédio da Agência local do Departamento dos Correios e Telégrafos. Estão registrados na Prefeitura 2 jipes e 6 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Não existem em Mucambo hospitais ou casas de saúde. Neste setor, estão prestando assistência à população local 1 pôsto médico de combate às Endemias Rurais, 1 médico, 2 farmacêuticos, 1 veterinário e 1 dentista.

Grêmio Recreativo Padre Severiano

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Apenas há que referir as Conferências Vicentinas de São José e de Nossa Senhora Sant'Ana que prestam assistência social e socorrem, dentro de suas possibilidades financeiras, à pobreza desvalida do município.

ALFABETIZAÇÃO — Conforme o Recenseamento Geral de 1950, a população urbana da cidade de Mucambo, com 5 anos e mais, era de 1 232 pessoas, das quais 461 sabiam ler e escrever, sendo 235 homens e 226 mulheres.

Ensino — O município de Mucambo, em 1956 possuía 26 unidades escolares de ensino primário fundamental comum, com a matrícula inicial de 466 alunos masculinos e femininos.

Fachada do Mercado Público

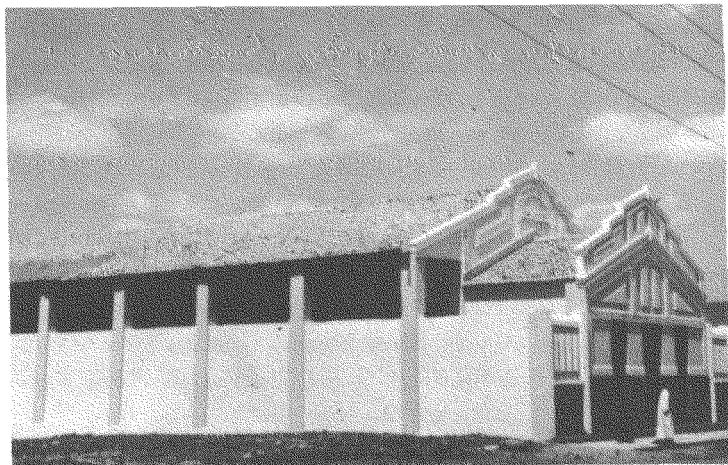
FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955	—	66	1 072	90	1 054
1956	—	151	878	97	867

OBSERVAÇÕES: Os dados referentes à receita e despesa do município sòmente foram registrados a partir de 1955, ano em que se instalou a Prefeitura Municipal.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — A igreja Matriz de Nossa Senhora Santana é um templo de aprimorado acabamento, destacando-se, por outro lado, a sua ornamentação interior. A Casa Paroquial, o Grêmio Recreativo Padre Severiano são também dignos de menção pelo valor arquitetônico e tradicional.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Tôda a população do município de Mucambo movimenta-se para a principal cerimônia religiosa, que é a festa em honra à Padroeira Nossa Senhora de San-

tana, realizada de 16 a 26 de julho de cada ano, com novenas, leilões, etc., efetuando-se, no último dia, imponente procissão. Também é festejado, com elevado espírito religioso, São Francisco das Chagas, com novena de 25 de setembro a 4 de outubro, data consagrada ao milagroso santo.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — À frente da administração do município está o Sr. Gerardo Azevedo Araújo, eleito em outubro de 1954, que vem trabalhando, ativamente pelo progresso da comuna, haja vista a construção do grande açude do "Ibiapina", obra realizada em cooperação com o Govêrno Federal. Também merece relêvo o esfôrço do gestor municipal, no sentido de dotar a cidade de abastecimento d'água e instalação da rêde de esgôto, o que será, sem dúvida, um grande serviço prestado à população. Em 1954, foram inscritos 3 363 eleitores, tendo votado no pleito daquele ano 1 285 pessoas. Mucambenses é a denominação local dos habitantes. No lugar onde hoje se situa Mucambo existiu uma lagoa a que os habitantes denominavam "lagoa do mucambo", em vista de ali ser local preferido pelo gado dos criadores da região para refrigério e esconderijo. A palavra mucambo é aceita por uns como "esconderijo", mas há quem lhe dê o significado de "terreno pantanoso". A Paróquia de Nossa Senhora Santana é assistida eclesiàsticamente por 1 sacerdote que propaga a fé católica nas seis igrejas existentes na sua circunscrição. As associações religiosas, em número de 9, possuem grande número de adeptos.

NOVA RUSSAS — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Bernardino Gomes Franco, constituinte e procurador de sua mãe — D. Francisca de Matos e Vasconcelos — vendeu a Vitorino de Lima Barbalho, conforme escritura de 5 de agôsto de 1808, um sítio denominado "Curtume", juntamente com o outro de nome "Ôlho-d'Água Grande", os quais, reunidos, mediam três léguas de comprimento e três de largura, começando os limites, ao sul, no lugar ainda hoje conhecido por "São Mateus" e findando ao norte com o "Tabuleiro Grande". Essa vasta área, na qual está hoje localizada a cidade, custou a importância de quatrocentos mil réis.

O nome "Curtume" provém da pequena atividade rudimentar então em desenvolvimento na fazenda: o curtimento de couros e peles, de que ainda hoje há vestígios na parte leste da cidade, no lugar Ventura, onde se encontra, intacto, um tanque de pedra e cal, utilizado nesse mister.

Tendo pertencido a vários proprietários, a fazenda "Curtume" — irrigada pelo riacho "Várzea Grande", posteriormente denominado "Curtume" — passou ao domínio de Manuel de Oliveira Peixoto e sua mulher, D. Manuela Rodrigues de Oliveira, que fizeram doação, em 1876, de terreno para a construção de patrimônio da Capela de Nossa Senhora das Graças.

A dita capela, construída pelo Vigário de Tamboril, padre Joaquim Ferreira de Castro, filho da vila de São Bernardo das Russas, não passava de uma choupana de taipa, com latada à frente, onde o Vigário celebrava o santo ofício. Ao povoado, que, então, se formou em tôrno da capela, o Padre denominou-o de Nova Russas, em homenagem à sua terra natal. Em 1894, a precária construção de taipa foi demolida, substituindo-a nova capela, cuja bênção ocorreu no dia 19 de março.

Vista da zona norte da cidade

O distrito policial, com sede no núcleo de Nova Russas, teve sua criação pelo Ato provincial de 17 de agôsto de 1901, sendo distrito judiciário do município de Ipueiras. Foram nomeados, para Juiz de Casamento, o capitão Bartolomeu Pereira de Araújo; Oficial do Registro Civil, Pedro Leopoldo da Silveira.

A povoação experimentou maior crescimento, a partir da inauguração da estação ferroviária da Rêde de Viação Cearense (Estrada de Ferro de Sobral), efetivada no dia 3 de novembro de 1910, fato que contribuiu para a criação do município em 1922, pela Lei n.º 2 043, de 11 de novembro, com sede na povoação de Nova Russas, elevada à categoria de vila, e território desmembrado dos municípios de Ipueiras e Tamboril. A vila e o município foram instalados em 28 de janeiro de 1923.

Esta situação permaneceu durante, apenas, alguns anos.

O município, pelo Decreto-lei n.º 193, de 20 de maio de 1931, do Interventor Federal do Ceará, Manuel do Nascimento Fernandes Távora, foi extinto e o território anexado ao município de Ipueiras, sendo restaurado em 4 de dezembro de 1933, pelo Decreto-lei n.º 1 156, já no govêrno do capitão Roberto Carneiro de Mendonça, figurando na divisão administrativa referente a êsse ano, com os distritos de Nova Russas, Águas Belas, Santana e Várzea Formosa, os quais permanecem no quadro territorial de 1936.

No quadro territorial de 31-XII-1937, e ato anexo ao Decreto-lei n.º 169, de 31 de março de 1938, retificado pelo de n.º 378, de 20 de outubro de 1938, o município é formado dos distritos de Nova Russas, Águas Belas e Bom Jardim, sendo que no referido Decreto n.º 169 aparece ainda o distrito de Santana.

A reforma a que se procedeu nos quadros territoriais do Estado pelo Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, extinguiu o distrito de Bom Jardim, anexando-o ao distrito de Nova Russas, que, por sua vez, cedeu parte do seu território para o distrito de Canabrava. Em virtude dêsse Decreto, a vila de Nova Russas recebeu foros de cidade, e o município foi dividido em 3 distritos: Nova Russas, Águas Belas e Canabrava.

O Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943, que fixou o quadro territorial vigente no qüinqüênio ...

Vista da zona sul da cidade

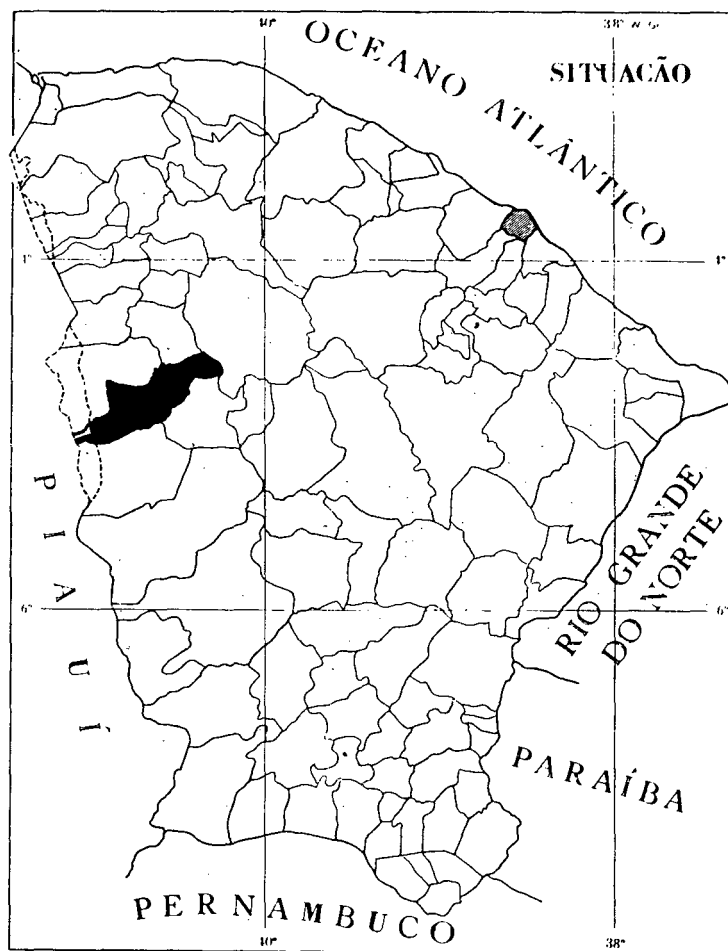
1939-1943, conservou a divisão anterior, mas alterou os topônimos de Canabrava e Águas Belas, para Ararendá e Ipaporanga, respectivamente, não se registrando até hoje outras modificações.

Pela Portaria, de 15 de agôsto de 1937, de D. José Tupinambá da Frota, bispo de Sobral, foi criada a Paróquia de Nossa Senhora das Graças, desmembrando-a das de Ipueiras e Tamboril. O primeiro Pároco — padre Francisco Ferreira de Morais — foi empossado no dia 9 de janeiro de 1938.

O têrmo judiciário de Nova Russas data da criação do município, anexo à comarca de Ipu. Transferido para a de Crateús, por efeito da Lei n.º 2 677, de 2 de agôsto de 1929, provido de juiz togado, qualidade que perdeu por fôrça do Decreto estadual n.º 206, de 6 de junho de 1931, e lhe foi restituída pelo de n.º 250, de 14 de junho do mesmo ano. Nos quadros territoriais datados de 31-XII-36, 31-XII-37, bem como no anexo ao Decreto-lei n.º 169, de 31 de março de 1938, retificado pelo Decreto-lei n.º 378, de 20 de outubro do mesmo ano, o têrmo judiciário de Nova Russas encontra-se sob a jurisdição da comarca de Ipu, passando para a de Crateús pelo Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, na qual permaneceu até ser transformada em comarca de primeira entrância, nos têrmos da Lei número 213, de 9 de junho de 1948, regulou-o o art. 22 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado.

Nas eleições de 3 de outubro de 1954 foram eleitos: Prefeito, Oriel Mota. Vereadores: Anastacio Pires Olegário, Antônio Alípio Gomes Filho, Antônio Carlos de Sousa Filho, Francisco das Chagas Farias, João Rodrigues Sobrinho, Luiz Gonzaga Abreu e Pedro Mourão Lima.

Pôsto de Saúde e Puericultura

LOCALIZAÇÃO — Nova Russas situa-se na Zona Fisiográfica do Sertão Centro-Norte. Limita com Ipueiras, Ipu, Santa Quitéria, Tamboril e Crateús. A cidade dista da Capital do Estado, em linha reta, 249 km, na direção 65° 21' S.O. e possui as seguintes coordenadas geográficas: .... 4° 42' 13" de latitude Sul e 40° 34' 01" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Atinge 242 metros na sede municipal.

CLIMA — Nova Russas apresenta um clima quente e sêco. A temperatura oscila de 26 a 36 graus centígrados. A época normal das chuvas é de janeiro a maio, sendo elas mais freqüentes nos meses de fevereiro, março e abril.

ÁREA — A área do município é de 2 019 km² ocupando o 25.º lugar em relação à área das demais comunas do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia de Nova Russas é bastante acidentada. Ao oeste estendem-se as ondulações da Ibiapaba e, espalhados pelo município, erguem-se os serrotes Pintado, Sacramento e Rajada, Capim, Cedro e Moleques, Mandu, Amontoado. A hidrografia constitui-se de um rio, 11 açudes, 2 lagoas e vários riachos, destacando-se: o rio Diamante, os riachos Curtume, Pau Branco, Boi Pintado, Coronel, Feitosa, São Gonçalo, Gurguéia, Jatobá, dos Ferreiros, do Melo e Ôlho-d'Água, as lagoas Barro e Santo Antônio e os açudes Santo Antônio de Russas e Araken.

RIQUEZAS NATURAIS — Cal, barro (argila), carnaúba, oiticica, madeiras, peixe e peles silvestres.

POPULAÇÃO — A população do Município de Nova Russas, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 32 207 habitantes (15 960 homens e 16 247 mulheres), sendo: brancos — 14 318 (7 074 homens e 7 244 mulheres); pretos — 2 644 (1 339 homens e 1 305 mulheres); pardos — 15 195 (7 523 homens e 7 672 mulheres); e sem declaração — 50 (24 homens e 26 mulheres).

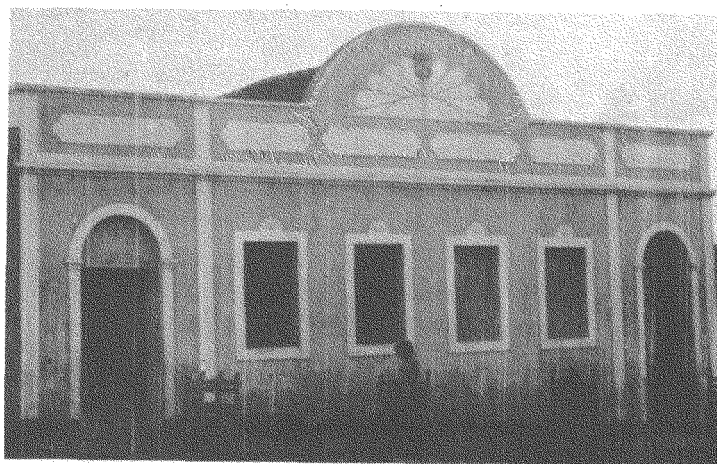
Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 16 975 (8 255 homens e 8 720 mulheres), 6 386 eram solteiras (3 267 homens e 3 119 mulheres); casadas — 9 705 (4 798 homens e 4 907 mulheres); desquitadas — 8 (2 homens e 6 mulheres); viúvas — 860 (185 homens e 675 mulheres); e sem declaração — 16 (3 homens e 13 mulheres).

Tôda a população era de nacionalidade brasileira.

Em religião, predominavam os católicos romanos, em número de 32 144 (15 940 homens e 16 204 mulheres); protestantes — 6 (2 homens e 4 mulheres); espíritas — 2 (1 homem e 1 mulher); sem religião — 26 (8 homens e 18 mulheres); e sem declaração — 29 (9 homens e 20 mulheres).

A densidade era de 15,95 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 85,50% localizavam-se na zona rural, num total de 27 537 (13 755 homens e 13 782 mulheres).

Segundo estimativa elaborada pela Inspetoria Regional de Estatística, o efetivo populacional de Nova Russas, em 1.º de julho de 1957, é de 38 878 pessoas. Verificou-se

Igreja-Matriz Nossa Senhora da Conceição

Ginásio Monsenhor Tabosa

nos sete anos que sucederam ao Censo de 1950 um acréscimo de 6 671 pessoas, ou seja, 20,71%.

Aglomerações urbanas — Eram 3 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Nova Russas, com 3 160 habitantes (1 482 homens e 1 678 mulheres); a vila de Ararendá, com 1 230 (596 homens e 634 mulheres); e a vila de Ipaporanga, com 280 (127 homens e 153 mulheres).

No quadro urbano da cidade e vilas, existiam 1 767 habitantes (828 homens e 939 mulheres) e no suburbano 2 903 (1 377 homens e 1 526 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município de Nova Russas tem sua economia fundamentada na agricultura e na pecuária, sobressaindo as culturas do algodão, do milho e do feijão, produtos que representam as principais fontes de riqueza local.

Segundo revelou o Recenseamento Geral de 1950, no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" achavam-se concentrados 88,16% da população ativa, compreendendo os habitantes de 10 anos e mais.

A safra agrícola do ano de 1955, conforme estimativa do Departamento Estadual de Estatística, valia .... Cr$ 21 267 000,00, destacando-se os seguintes produtos: 90 000 arrôbas de algodão arbóreo e herbáceo .... (Cr$ 10 200 000,00); 60 000 sacos de 60 quilogramas de milho (Cr$ 5 700 000,00); 25 000 sacos de 60 quilogramas de feijão (Cr$ 3 750 000,00); e 400 000 quilogramas de mamona (Cr$ 1 200 000,00). Registraram-se, também, em menores proporções, culturas de cana-de-açúcar, mandioca-brava, banana, côco-da-baía, laranja, manga.

Os excedentes agrícolas são transportados para a Capital do Estado, que é o principal mercado comprador do município.

O D.E.E. estimou o rebanho, em 31-XII-1955, em 62 200 cabeças, valendo Cr$ 44 750 000,00, assim discriminado: 8 000 bovinos, 3 200 eqüinos, 2 500 asininos, 1 500 muares, 18 000 suínos, 15 000 ovinos e 14 000 caprinos.

Como se pode concluir da leitura dos números supracitados, as parcelas mais avultadas são as relativas a bovinos, ovinos e caprinos, deixando evidenciada a preferência dos criadores por essas espécies pastoris.

Em 1955, Nova Russas produziu 350 000 litros de leite — Cr$ 875 000,00; 1 000 quilogramas de manteiga — Cr$ 45 000,00; 6 500 quilogramas de queijo — ...... Cr$ 130 000,00 e 12 000 quilogramas de banha de porco — Cr$ 300 000,00.

Estação da Rêde de Viação Cearense

Há exportação de gado, para a Capital do Estado, principal centro comprador do município.

A produção extrativa do ano de 1956 foi calculada, pela Agência Municipal de Estatística, em Cr$ 1 504 000,00, com relevância da cêra de carnaúba (30 000 arrôbas — Cr$ 1 800 000,00); diatomita (500 toneladas — ...... Cr$ 125 000,00) e madeiras em geral (14 650 metros cúbicos — Cr$ 499 500,00), sendo registradas, ainda, em menores proporções, argila plástica, palhas de carnaúba, carvão vegetal, agave e castanha de caju.

Os aviamentos, engenhos e alambiques difundidos pelo território municipal produziram, em 1955, 1 000 sacos de 60 quilogramas de farinha de mandioca .... (Cr$ 150 000,00); 1 600 quilogramas de polvilho ou goma (Cr$ 10 400,00); 40 000 quilogramas de rapadura ...... (Cr$ 200 000,00); e 180 000 litros de aguardente de cana (Cr$ 1 260 000,00).

Do total de 22 estabelecimentos fabris que, em 1956, preencheram os questionários do Registro Industrial, 3 se dedicavam ao beneficiamento de algodão, 2 à panificação, 5 ao fabrico de calçados em geral, 1 à fabricação de móveis de madeira, 3 à produção de cal, 2 à produção de objetos de ouro, 4 à de tijolos e telhas comuns, 1 à produção de energia elétrica e 1 à matança de gado para consumo público, dos quais 9 eram da classe dos que empregam 5 pessoas e mais.

Os principais estabelecimentos industriais de Nova Russas são os seguintes: Usina Antojoaquim, Usina Vera Lúcia, Usina Rosa, para beneficiamento de algodão; Sapataria Primor, Sapataria de Antônio Jesuíno, Sapataria São Francisco, Sapataria de Apolônio Rodrigues, Sapataria Moderna e Movelaria de Raimundo Carnaúba.

A produção de energia elétrica é fornecida apenas para iluminação pública e domiciliária.

COMÉRCIO E BANCOS — Operam, na sede municipal, 9 estabelecimentos atacadistas e 48 ditos varejistas e 1 agência bancária, mantida pelo Banco do Nordeste S. A. Segundo o Censo de 1950, os 44 estabelecimentos varejistas recenseados venderam mais de 9 milhões de cruzeiros. O comércio local transaciona com as praças dos municípios de Fortaleza e Recife, importando, sobretudo, tecidos, chapéus, açúcar, café e manteiga.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município de Nova Russas é servido pela Estrada de Ferro de Sobral, pertencente à Rêde de Viação Cearense e por um pequeno campo de pouso. Liga-se aos municípios vizinhos: Crateús — ferrovia (60 km); Ipu — ferrovia (61 km) ou rodovia (75 km); Ipueiras — ferrovia (34 km); Santa Quitéria — rodovia (84 km); Tamboril — rodovia (44 quilômetros) e Capital Estadual — ferrovia — R.V.C. (383 km).

O único meio de comunicação de que dispõe o município é a Agência Postal-telegráfica do Departamento Regional dos Correios e Telégrafos que presta relevantes serviços aos nova-russanos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Nova Russas é composta de 20 logradouros, sendo 6 pavimentados. A pavimentação é feita exclusivamente a paralelepípedos, numa porcentagem de 30% da zona urbana.

Existem 690 prédios, aproximadamente, dos quais 530 residenciais.

Há na sede municipal 2 cinemas com 345 lugares.

Para hospedagem dos visitantes funcionam 3 pensões, cobrando a diária média de Cr$ 100,00, com alimentação e pousada.

Na Prefeitura Municipal acham-se registrados 22 caminhões, inclusive camionetas, e 28 jipes.

Nova Russas é dotada de luz elétrica, destinada ao consumo público e domiciliar, contando-se 280 ligações particulares.

Existe o serviço de limpeza pública e remoção de lixo, mantido pela Municipalidade.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município de Nova Russas é totalmente desprovido de hospitais ou casas de saúde. Neste setor, prestam assistência à população 2 médicos, 3 farmacêuticos, 2 dentistas e 3 farmácias.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município há, no município, apenas uma associação de caridade — a Conferência Vicentina de Nossa Senhora das Medalhas. A entidade auxilia, também, pessoas estranhas a seu quadro social.

Deve ser mencionada, outrossim, a União Agrícola Carvalhense que concede auxílios pecuniários e funerários a seus associados.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 revelou que o município de Nova Russas possuía 26 017 habitantes, com 5 anos e mais. Entre êstes, 26%, ou 6 724, eram alfabetizados, sendo 3 924 homens e 2 800 mulheres.

Trecho de uma das principais ruas da cidade

Com a mesma idade escolar existiam na cidade 2 614 pessoas, das quais 1 285 sabiam ler e escrever (643 homens e 642 mulheres).

Ensino — Contava o município de Nova Russas em 1956 com 11 unidades escolares de ensino fundamental comum, com a matrícula inicial de 423 alunos de ambos os sexos. Há dois estabelecimentos de ensino extraprimário: Escola Técnica de Comércio, recentemente inaugurada, e Ginásio Monsenhor Tabosa, com a matrícula inicial de 89 alunos de ambos os sexos, os quais não lograram concluir o curso.

A taxa de matrícula em 1950 foi de 17,23 % em Nova Russas e 24,3% no Estado do Ceará.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem na cidade 2 cinemas: o "Cine Nova Russas", com 180 lugares, funcionando dois dias, semanalmente, o qual proporciona, também, sessões teatrais, e o "Cine União", com 165 lugares, que realiza quatro funções semanais.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (*)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	567	770	118	770
1951.......	—	613	776	(1)	—
1952.......	—	708	620	173	604
1953.......	—	492	869	141	752
1954.......	—	653	761	110	894
1955.......	—	1 593	1 373	248	1 178
1956.......	419	2 697	1 487	530	1 500

(*) A Coletoria Federal de Nova Russas foi instalada em janeiro de 1956.
(1) Deixam de ser preenchidas as colunas "Receita tributária e Despesa realizada", porque o balancete de dezembro está incompleto, não sendo preenchida a coluna "Até êsse mês", além disso estão faltando diversos balancetes, bem como o livro de despesa de 1951. A Receita foi extraída do livro de Receita.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Como monumento histórico, há a referir uma coluna quadrangular com cubos superpostos, encimada por uma bandeira metálica, a 10 metros de altura, construída em 1922 e inaugurada no dia 7 de setembro do mesmo ano, em comemoração à Independência do Brasil.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — O município de Nova Russas é pobre em tradições populares. Apenas a festa da padroeira, Nossa Senhora das Graças, é realizada em 15 de agôsto, com a pompa própria dos festejos religiosos, consistindo na cerimônia comum de uma procissão, representada pelas Associações pias da paróquia e pelo povo em geral.

Sem ter caráter extraordinário, esta procissão consegue reunir grande multidão de devotos de Nossa Senhora das Graças.

VULTOS ILUSTRES — *Dr. Almir Farias* — Médico. *Dr. Edson Furtado de Souza* — Médico. *Dra. Abigail Farias Rosa* — Advogada. *Dr. Antônio Marques Martins* — Médico. *Padre Odilo Lopes Galvão* — Ex-Vigário de Senador Pompeu e atual Diretor do Ginásio Cristo Redentor, nesta cidade.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Existem no município 11 açudes públicos e particulares, cuja capacidade é superior a 28 milhões de metros cúbicos.

A Paróquia de Nossa Senhora das Graças possui 7 templos, inclusive a Igreja-Matriz. Nove associações religiosas propagam a fé católica no município, formadas por considerável número de participantes.

Nas eleições realizadas em 1954 votaram 2 716 eleitores, dos 9 141 que estavam inscritos.

Nova-russano é a denominação local dos habitantes.

ORÓS — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O território, hoje abrangido pelo novo município de Orós, integrava anteriormente a comuna de Icó, situada nos sertões do médio Jaguaribe, o grande rio sêco e maior fator da colonização cearense na quadra ainda remota dos capitães-mores.

Icó tornou-se município famoso e de prestígio pelos fatos que se desenrolaram na sede municipal e pela bravura e civismo dos seus ilustres filhos.

Foi centro comercial importante da colônia, por isso que era o ponto de convergência de tôda a vida econômica que se processava entre Aracati, Crato, Inhamuns e Fortaleza.

As terras imensas que figuravam na carta geográfica do Icó permitiram, ao correr dos anos, a formação de muitos municípios, cujas vilas e povoados iam, aos poucos, conquistando autonomia.

Ainda presentemente é um dos grandes municípios do Ceará e a outorga da maioridade ao seu antigo distrito de Orós não lhe prejudicou a vida administrativa e política.

Onde hoje se ergue a nova cidade de Orós, sede do município do mesmo nome, até bem pouco não passava de simples propriedade, por onde se estendia, ainda, o domínio feudal das grandes faixas de terras destinadas à criação de agricultura rudimentar, praticada à base da enxada pelos colonos, sertanejos bravios acostumados à luta difícil dos sertões tórricos do Ceará.

O drama das sêcas que sempre vergastaram de maneira impiedosa a alma do povo cearense levou os governos republicanos a encararem com seriedade o problema da retenção de água para a fertilidade do solo nas quadras de maus invernos.

Um dos grandes chefes do govêrno brasileiro, Dr. Epitácio Pessoa, nordestino, filho ilustre da Paraíba, idealizou um plano vasto, de grandes proporções, capazes, por isso mesmo, de resolver o problema pela base.

A cidade de hoje é o resultado dêste plano que, infelizmente, não teve o coroamento devido graças à ação nefasta de um outro Presidente da República, no caso, o mineiro Artur Bernardes que suspendeu os trabalhos que iam tendo execução em todo o Nordeste.

Desde 1911 que já se falava na existência do Boqueirão de Orós, garganta enorme por onde passam as águas do famoso e histórico rio Jaguaribe.

O local parecia ter sido feito a capricho pela mão da Natureza para receber uma enorme barragem de represamento e aproveitamento conseqüente das águas armazenadas para colossal irrigação em terras fertilíssimas.

Prefeitura Municipal

Certa vez, no Palácio do Govêrno do Ceará, informa o douto Thomaz Pompeu Sobrinho, o coronel José Pinto Coelho Albuquerque conversava sôbre a excelência dos bagres do poço de Orós. A palestra foi, então, encaminhada para a existência do Boqueirão. Surgiu, assim, o interêsse da Inspetoria de Sêcas e logo mais se dirigia para Orós uma turma destinada a estudar o local, sob a direção do Engenheiro José Gomes Parente.

Feitos os primeiros estudos, procedeu-se a investigações complementares realizadas pelo Engenheiro Luís Felipe.

A resultado foi a planificação de uma formidável barragem de 60 metros de altura, com capacidade de 3 300 000 metros cúbicos de água, num lençol compacto de 380 quilômetros quadrados, ou seja, maior do que a Baía de Guanabara.

A reprêsa do enorme reservatório atingiria a cidade do Iguatu, com o desenvolvimento de 66 quilômetros e cuja profundidade máxima seria de 55 metros. O açude permitiria a irrigação de 80 000 hectares de terras!

No govêrno Epitácio Pessoa, a obra colossal foi incluída no seu plano de realizações em favor do Nordeste. Arrojado Lisbôa, então Inspetor de Sêcas, realizou novos estudos.

O Presidente da República celebrou contrato com a firma norte-americana Dwight P. Robinson & Co. Inc.

Em 1921 os trabalhos foram iniciados sob a direção do notável engenheiro norte-americano Sargent. Primeiramente houve o destocamente da mata e logo mais surgiram as primeiras construções, tais como casas de residências, casas para trabalhadores, armazéns, galpões, hospital, prédio para usina e ereção de uma pequena igreja.

No início da construção houve certa dificuldade em virtude da falta de estradas, mas com a construção do ramal ferroviário que partiu de José de Alencar atingindo Orós, com 42 quilômetros de extensão, os trabalhos tomaram grande incremento.

Esta, em síntese, é a história da fundação da cidade do Orós, que surgiu do acampamento necessário à construção da grande barragem.

Com a aglomeração humana, o comércio ganhou impulso e a localidade se desenvolveu ràpidamente tendo-se em vista o caminho de ferro e a excelente rodovia.

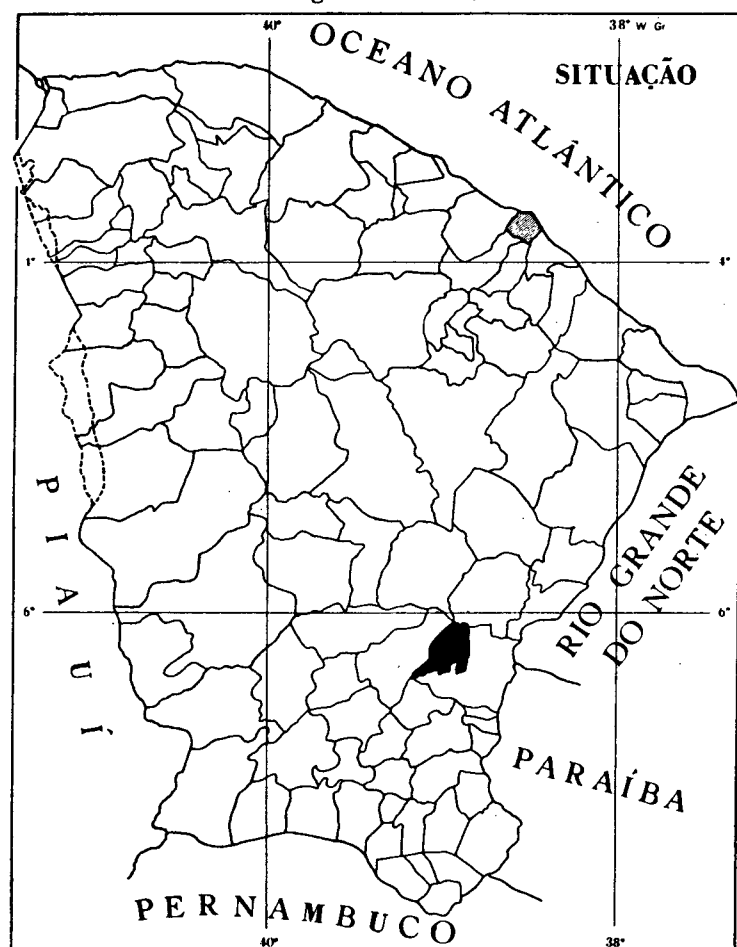
Atualmente, o município de Orós é produtor de excelente algodão e um dos maiores centros de beneficiamento do ouro branco existente no sertão do Ceará, graças ao dinamismo de um dos beneméritos filhos da terra, Elizeu Batista, a quem se deve, efetivamente, a criação do novo município.

Por fôrça da Lei n.º 3 338, de 15 de setembro de 1956, foi criado o novo município de Orós, cujo território foi desmembrado do de Icó.

A instalação solene da comuna deu-se a 1.º de setembro de 1957 em meio ao maior contentamento da população local que via coroado de êxito o movimento da maioridade política da comuna.

No dia 1.º de setembro de 1957, em magna sessão a que compareceram várias pessoas de destaque social, bem como o Deputado Edval de Melo Távora, autor do projeto de lei que concedeu independência política a Orós, tomou posse o primeiro Prefeito, Sr. José Matos Leite.

Na mesma data foi empossada a Câmara Municipal, cuja presidência passou às mãos do Vereador Eliseu Batista, por eleição dos seus colegas vereadores Luthgards Lima Verde, José Jorge da Silveira, Joaquim Raimundo Silva, Isaac Cândido Martins, Antônio Rodrigues e Vicente Barbosa.

LOCALIZAÇÃO — O município de Orós situa-se na Zona Fisiográfica do Sertão do Salgado e Alto Jaguaribe. Limita com os municípios de Iguatu, Jaguaribe e Icó. A cidade está localizada na margem direita do rio Jaguaribe e dista da Capital do Estado, em linha reta, 278 quilômetros, possuindo as seguintes coordenadas geográficas (Cálculo da Inspetoria Regional de Estatística): 6º 14' de latitude Sul e 38º 55' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 188 metros na sede municipal.

CLIMA — O município apresenta clima quente e sêco do sertão nordestino, predominante durante o verão, tornando-se temperado nos meses finais de inverno. A temperatura oscila ent-e 23°C e 36°C, apresentando uma média compensada de 30 graus centígrados.

ÁREA — A área do município é de 654 km², figurando no 71.° lugar em relação à área das demais comunas.

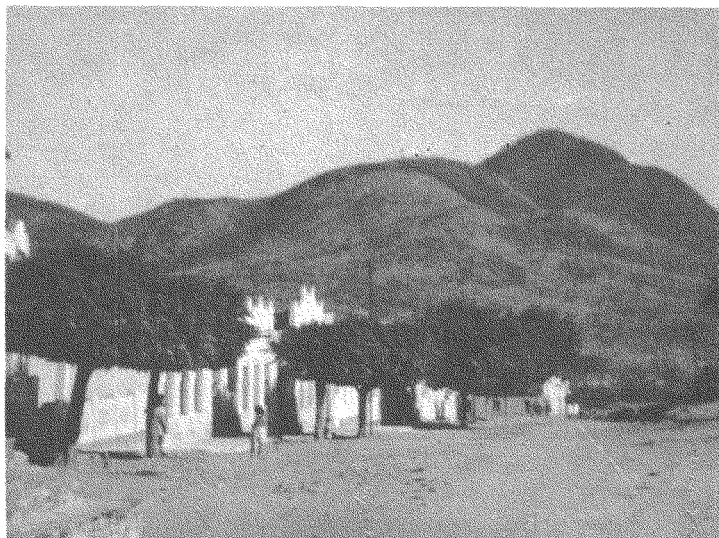
ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia de Orós é quase tôda acidentada. Os principais acidentes são as serras dos Orós, do Frasão, do Condado, do Irmão, do Franco e do Morais. Em depressão, salienta-se o rio Jaguaribe, que atravessa o município na direção de oeste a leste.

RIQUEZAS NATURAIS — Barro (argila), jazidas calcárias e uma das maiores minas de magnesita do mundo, embora precária e rudimentarmente explorada tão-sòmente nalguns lugares em que aflui ao solo. As riquezas vegetais constituem-se do oiticical e pequeno carnaubal; peixe é a única riqueza animal.

POPULAÇÃO — No Recenseamento Geral de 1950, o atual município de Orós, bem como os seus distritos de Guassossê e Igarói eram distritos do município de Icó, do qual foram posteriomente desmembrados e as suas populações totalizavam 8 881 almas (4 374 homens e 4 507 mulheres).

No quadro rural localizavam-se 82,37% dessa população, ou seja, 7 316 habitantes (3 623 homens e 3 693 mulheres), donde se conclui que o município era preponderantemente rural.

Segundo estimativa elaborada pela Inspetoria Regional de Estatística, para 1.° de julho de 1957, o efetivo populacional de Orós excede em 808 os resultados censitários dos distritos de Orós, Igarói e Guassossê, isto é, está calculado em 9 689 habitantes. O acréscimo, nos últimos sete anos, é da ordem de 9,10%.

Aglomerações urbanas — Na época do Recenseamento de 1950, o aglomerado urbano da atual cidade de Orós constituía-se de 988 habitantes (447 homens e 541 mulheres); da vila de Guassossê — 228 (118 homens e 110 mulheres); e o da vila de Igarói — 349 (186 homens e 163 mulheres).

Rua da Capela

Vista de uma casa residencial da cidade

Totalizam 1 565 habitantes, assim distribuídos: no quadro urbano da cidade e vilas — 1 174 (543 homens e 631 mulheres); e no suburbano — 391 (208 homens e 183 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Os principais fatôres da riqueza do município são a agricultura e a pecuária, especialmente as culturas de algodão, do milho e do feijão, elementos básicos à economia local.

Por se tratar de município de recente fundação, a produção agrícola de 1956 ainda não foi devidamente estimada pela competente repartição técnica regional — Departamento Estadual de Estatística — sabendo-se, no entanto, que a mesma foi das melhores, visto que o inverno ocorreu bonançosamente.

São principais compradores dos produtos agrícolas do município os mercados de Campina Grande, São Paulo, Recife e Fortaleza.

Quanto ao rebanho, se bem que ainda não haja estimativa apropriada, é bem desenvolvido, havendo exportação de gado em boa escala, principalmente para o mercado de Fortaleza.

As principais espécies preferidas pelos criadores são: a bovina, a ovina e a caprina.

Há regular produção de leite, fabricando-se bastante queijo e manteiga.

A produção extrativa tem real expressão na balança econômica do município, notadamente a de magnesita e cal. Seguem-se à êstes produtos, a cêra de carnaúba, a semente de oiticica, madeiras para construção, fins industriais e domésticos, argila plástica (barro) para a feitura de tijolos e telhas, animais silvestres, mel e cêra de abelhas.

A industria rural de transformação é representada pelo fabrico de rapadura, farinha de mandioca, polvilho ou goma, proveniente dos engenhos e aviamentos esparsos pelo território municipal.

Dos 11 estabelecimentos fabris que, em 1956, preencheram os questionários do Registro Industrial, 1 se dedicava ao beneficiamento de algodão, 1 ao fabrico de resíduo, 1 ao de sabão, 4 à extração de cal, 1 à produção de magnesita calcinada, 1 à panificação e 2 à matança de gado para consumo público (matadouros), 3 dos quais eram da classe dos que ocupam 5 pessoas e mais.

Rua do Comércio

Relativamente à produção de energia elétrica, em 1956, somou esta 18 205 kWh, dos quais 6 205 foram consumidos em iluminação pública e 12 000 fornecidos para luz domiciliária.

COMÉRCIO — O município de Orós possui um comércio ainda subdesenvolvido. Na sede municipal funcionam 15 estabelecimentos comerciais, sendo 12 varejistas e 3 atacadistas.

Os produtos exportados são: cereais, algodão, óleo de caroço de algodão, couros e peles de gado em pequena escala.

O comércio local importa tecidos, ferragens, louças, medicamentos, gêneros alimentícios, miudezas, etc. Exporta cêra de carnaúba peles e couros e sementes de oiticica.

As transações comerciais são mantidas, de preferência, com as praças de Fortaleza (CE), Campina Grande (PB), Recife (PE) e São Paulo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por estradas de rodagem e pela Estrada de Ferro de Baturité (ramal de Orós) da Rêde Viação Cearense.

Liga-se com as cidades vizinhas e com a Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Icó — rodoviário — 36 km; Iguatu — rodoviário — 72 km e ferroviário (via vila de Alencar) 42 km; Jaguaribe — rodoviário — 114 km; à Capital do Estado — rodoviário — 436 quilômetros e ferroviário (via vila de Alencar) 479 km.

Funciona na sede municipal uma agência postal-telegráfica do D.C.T. e outra da Estação da Estrada de Ferro, da Rêde Viação Cearense.

ASPECTOS URBANOS — Orós é uma das mais novas cidades cearenses. Forma-se por 6 logradouros, 1 dos quais possui pavimentação de pedras irregulares. Conta com mais de 200 prédios.

Servida por iluminação pública e particular, totaliza 195 o número de prédios iluminados.

Como meio de hospedagem funcionam na sede municipal 2 pensões modestas, com diária média de ...... Cr$ 100,00.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Não existem estabelecimentos no gênero. Na cidade há uma farmácia, com assistência de 1 profissional especializado.

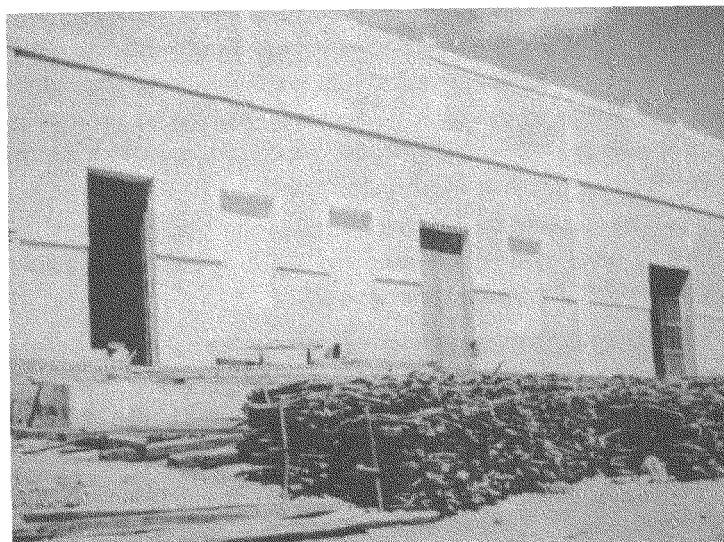
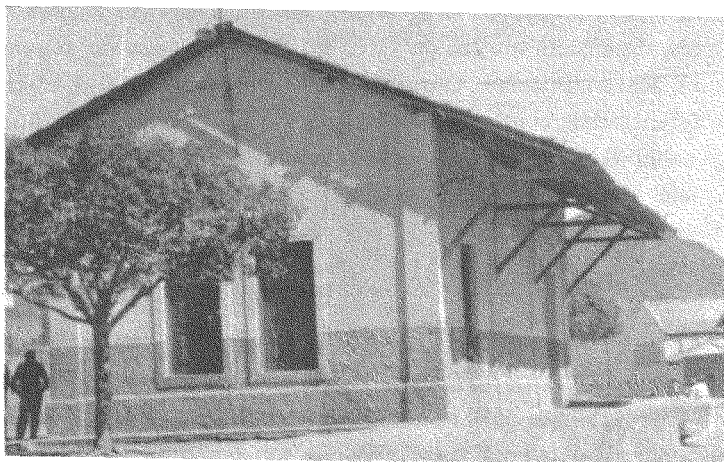
ALFABETIZAÇÃO — A população urbana, com 5 anos e mais, da cidade e vilas de Orós foi de 1 286 pessoas, segundo o Recenseamento Geral de 1950. Entre estas, 611 eram alfabetizadas, sendo 286 homens e 325 mulheres. A cidade possuía 826 habitantes com a mesma idade escolar, dos quais 475 sabiam ler e escrever (219 homens e 256 mulheres).

Ensino — Em 1956 existiam no município 2 escolas de ensino primário fundamental comum.

FINANÇAS PÚBLICAS — Não houve arrecadação de rendas públicas, pelo município, no período de 1950 a 1956, em virtude de sua instalação se ter verificado posteriormente.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Em Orós, existe uma construção inacabada que se tornou célebre por todos os quadrantes do País dada a sua importância econômica principalmente para o Ceará. Trata-se do açude de Orós, cuja obra foi pela primeira vez focalizada por ordem da Inspetoria de Obras Contra as Sêcas, em 1912, e seria, segundo a opinião de muitos engenheiros, o maior reservatório do mundo.

Segundo o Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Estado do Ceará, sôbre o assunto, um jornalista abalizado, já escreveu o seguinte: "Sem o açude dos "Orós", será cada vez mais precária a economia cearense; à proporção que aumentar a densidade da população, mais intensa se tornará a miséria, porque menor será a quota de cada um na produção geral". "Com a construção dêsse formidável reservatório, completado por um inteligente sistema de irrigação, o Ceará tornar-se-á um dos Estados mais ricos do Brasil". "Com a riqueza resultante do aproveitamento das terras irrigáveis faremos a nossa independência econômica e, por nós mesmos, resolveremos todos os problemas hoje sem solução dentro dos nossos recursos financeiros". "Não é de hoje a confiança que temos nos efeitos salvadores da realização dessa obra".

No editorial do "Correio da Manhã", de 30 de dezembro de 1923, dizia-se: "Na série de artigos que sôbre as obras contra as sêcas, publicou recentemente, no "Correio", o jornalista cearense J. Ibiapina, ficou provado que, ao passo que todos os açudes em construção represam ape-

Serraria Eliba

Estação ferroviária da Rêde de Viação Cearense

nas 2 965 000 000 de metros cúbicos, só o "Orós" tem uma capacidade maior que a de todos os outros, apesar de ser a sua barragem uma das de menor cubo". Segundo ainda, o mencionado Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Estado: "O Sr. Arno Pearse, com a competência que ninguém lhe nega, veio agora, da maneira mais eloqüente reforçar essas asserções, merecedoras de reflexão por parte do govêrno. Falando sôbre o vale do Jaguaribe, que o "Orós" se destina a irrigar, depois de compará-lo ao fertilíssimo vale do Mississipi, diz: "depois de um estudo detalhado de tôdas as condições que o valle do Jaguaribe oferece, chegamos à conclusão de que, terminadas as construções dos açudes já iniciados e dos canaes necessários à irrigação, tôda essa extensa e fertilíssima região poderá rivalizar com as melhores do mundo".

"Estamos mais que certos que todo o dinheiro ahi aplicado, ainda que represente uma soma bastante elevada, será compensado muitas vêzes, em poucos anos, depois de terminados aquêles magníficos trabalhos".

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As festividades comemoradas no município são as mesmas de Icó de onde se desmembrou o atual município de Orós. A Capela Curato de Orós, pertencente à Paróquia de Icó, cuja padroeira é Nossa Senhora da Espectação, festeja com solenidade a veneranda Padroeira no dia 18 de dezembro.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Distando poucos quilômetros da cidade do Icó, encontra-se o boqueirão de Orós, já conhecido em todo o Brasil, pois há mais de trinta anos figura nas páginas da imprensa e nas plataformas de governos, sem que até hoje tenha sido concluída essa obra gigantesca. Segundo opiniões de técnicos abalizados no assunto, o açude de "Orós", concluído, seria o maior reservatório de água no gênero, no mundo inteiro.

Daí a razão de ser freqüentadíssimo por visitantes ilustres o local onde iniciaram em 1912 a barragem para a construção do açude mencionado.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Na cidade de Orós, tem atividade uma Turma Permanente, para a conservação do grande parque de maquinaria, ali existente, que se destinava à construção, então iniciada, do grande açude de "Orós".

Oroenses é como são chamados os habitantes do município.

PACAJUS — CE

Mapa Municipal na pág. 95 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Os paiacus, índios guerreiros que habitavam a região compreendida entre o rio Açu serra do Apodi e baixo Jaguaribe, trazendo em sobressalto os conquistadores brancos, foram aldeados, depois de muitas lutas, em uma légua de terra nas margens do rio Choró, que lhes foi demarcada pelo desembargador Soares Reimão, em 1707.

A Missão veio a ser chamada Aldeia dos Paiacus ou dos Pacajus, e, posteriormente, Monte-mor-o-Velho.

Os paiacus foram transferidos, por determinação do Marquês de Pombal, para Portalegre, vila do Rio Grande do Norte, em fins de dezembro de 1762; nela não se aclimatando, quase todos os índios a abandonaram, fugindo para a antiga aldeia e proximidades. Em 1765 foram os paiacus novamente aldeados na vila de Monte-mor-o-Novo (Baturité), segundo instrução do Governador Borges da Fonseca.

As terras, onde já haviam construído capela de taipa e algumas casas, foram arrematadas pelo capitão-mor João Antas Ribeiro, morador em Cascavel, por autorização do Ouvidor-Geral Vitorino Soares Barbosa, em 9 de maio de 1763. Adquiriu-as, dois dias após, o padre Pedro José de Sousa, também do Cascavel, constituindo administradores do sítio Monte-mor-o-Velho o sargento-mor Jerônimo de Antas Ribeiro e o padre José de Sousa.

Ao tempo dos paiacus o núcleo constituía uma vigairaria dependente da freguesia do Aquiraz. A Lei n.º 32, de 27 de agôsto de 1836, extinguiu a freguesia, criada em data anterior, subordinando o seu território à do Aquiraz.

O Decreto n.º 63, de 9 de setembro de 1890, criou o município, com território desmembrado do de Aquiraz e sede no núcleo de Monte-Mor elevado a vila com a denominação de Guarani, cuja instalação ocorreu a 29 de outubro do mesmo ano. Registra, entretanto, o des. Álvaro Gurgel de Alencar que a vila, com o nome de Real Vila de Monte-Mor, foi inaugurada a 14 de abril de 1764, conforme se vê do "Consultor de Leis do Ceará".

No quadro da divisão administrativa do Brasil, relativo a 1911, o município se compõe, ùnicamente, do distrito da sede. Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1920, o município de Guarani figura com os seguintes distritos: Guarani, Lagoa das Pedras, Carnaubal, Aningas, Mundo Novo e Mangabeira.

Extinguiu-o a Lei n.º 1 794, de 9 de outubro de 1920, passando seu território ao município de Aquiraz. A Lei n.º 2 604, de 26 de setembro de 1928, emancipou-o.

Sobrevindo a reforma administrativa do Estado, após a Revolução de 1930, quando Interventor Federal do Ceará o Dr. Manuel do Nascimento Fernandes Távora, o município foi mais uma vez extinto (Decreto estadual n.º 193, de 20 de maio de 1931), figurando na divisão relativa a 1933 (Decreto estadual n.º 1 156, de 4 de dezembro de 1933) como distrito de Pacatuba. O Decreto estadual número 1 591, de 23 de maio de 1935, restaurou-o finalmente. Nos quadros territoriais datados de 31 de dezembro de 1936 e 1937, bem como no anexo ao Decreto-lei número 169, de 31 de março de 1938, retificado pelo de n.º 378,

de 20 de outubro do mesmo ano, o município divide-se em quatro distritos: Guarani, Currais Velhos, Lagoa das Pedras e Ôlho-d'Água.

Ainda em 1938, o Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro, que fixou o quadro territorial para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, e elevou a vila à categoria de cidade, conservou os mesmos distritos da divisão anterior, alterando-lhes, apenas, a toponímia: Currais Velhos, Lagoa das Pedras e Ôlho-d'Água, passaram a chamar-se respectivamantida, Choròzinho, Itaipaba e Horizonte. Essa divisão foi mantida, também, pelo Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943. O município e a cidade passaram, a partir dessa data, a denominar-se Pacajus.

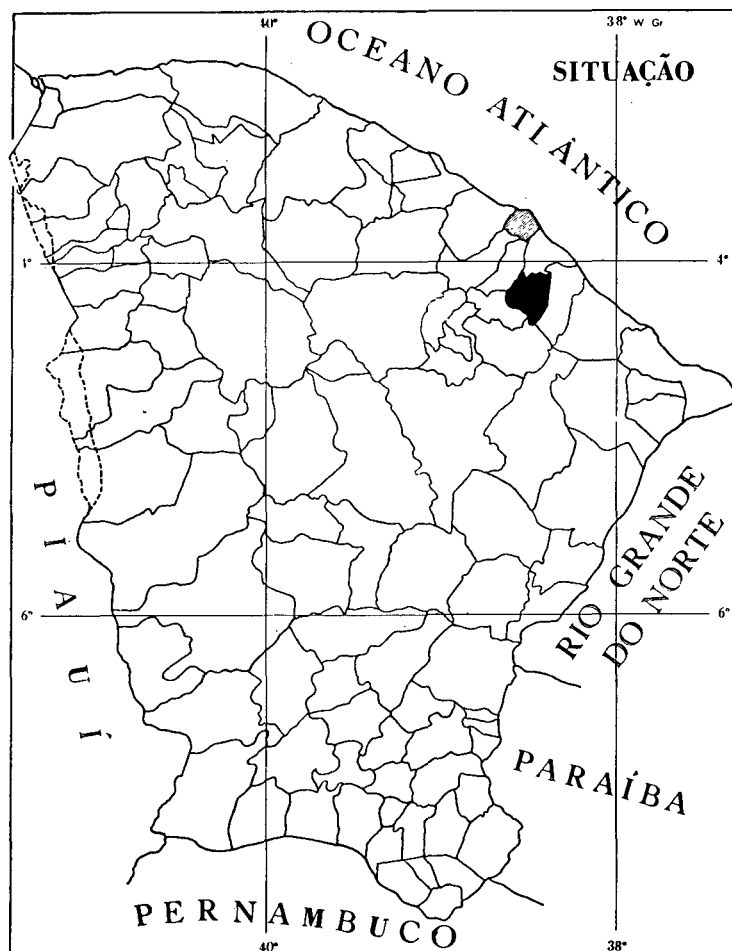
Eclesiàsticamente o município estêve subordinado à freguesia do Aquiraz até 1940, emancipando-se a 3 de fevereiro, quando foi criada a freguesia de Nossa Senhora da Conceição.

O têrmo judiciário de Guarani que pertencia, segundo o Decreto n.º 196, de 5 de junho de 1891, à comarca de Cascavel, foi suprimido ao mesmo tempo que o município, em 1920; restabelecido em 1929 (Lei n.º 2 677, de 2 de agôsto) passou à jurisdição da comarca de Maranguape em 1931 (Decreto n.º 206, de 6 de junho). Extinto em 29 de maio de 1934 (Lei n.º 1 271) passou a distrito Judiciário do têrmo de Pacatuba, situação que se confirmou pela Lei estadual n.º 1 422, de 26 de dezembro do mesmo ano. O têrmo de Guarani foi restaurado, em 1938, com o nome de Pacajus, sob a dependência da comarca de Cascavel, à qual permaneceu anexo até sua elevação a sede de comarca de primeira entrância (Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual e Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948).

No govêrno do Dr. Raul Barbosa, pela Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, que fixou a divisão administrativa do Estado para vigorar sem alteração até 31 de dezembro de 1953, Pacajus se conservou com os mesmos limites anteriores, não ocorrendo qualquer modificação relativamente aos distritos que compõem o município.

Nas eleições realizadas a 3 de outubro de 1954, foram eleitos: Prefeito — Teodorico Menezes Filho. Vereadores — Estanislau Façanha, Osório Francisco dos Santos, Raimundo Nogueira de Queiroz, Elesbão Pereira de Menezes, Joaquim Nogueira Lopes, José Edil Lopes, Vicente Pereira Bezerra, José Albano Sobrinho e Raimundo Pereira Lima.

Igreja-Matriz de Nossa Senhora da Conceição

LOCALIZAÇÃO — Município da Zona Fisiográfica do Litoral, na parte de transição entre êste e o Sertão, inclui-se totalmente no Polígono das Sêcas. Limita com os municípios de Pacatuba, Aquiraz, Cascavel, Aracoiaba e Redenção. A cidade é servida pela rodovia BR-13, sendo uma das mais próximas à Capital, de onde dista 46 quilômetros, em linha reta, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 4º 10' 19" de latitude Sul e 38º 27' 41" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 70 metros na sede municipal, colocando-se no 80.º lugar em ordem de altitude no Estado do Ceará.

CLIMA — Saudável e sêco. A temperatura é da ordem de 30 graus centígrados, aproximadamente. A precipitação pluviométrica alcançou, em 1957, 929 milímetros.

ÁREA — Com 621 km², figura em 74.º lugar relativamente à área das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — As principais elevações são os serrotes Salgado, dos Porcos e Pascal, que limitam o município com o de Redenção. O território do município apresenta-se mais plano que ondulado, cuja bacia hidrográfica é representada pelos rios Pacoti, Choró e Malcozinhado.

RIQUEZAS NATURAIS — Diatomita e argila plástica são as principais riquezas extrativas minerais. Carnaubal, cajueiral e pequenas matas representam as riquezas vegetais.

POPULAÇÃO — A população do município de Pacajus, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 19 662 habitantes (9 848 homens e 9 814 mulheres), sendo: brancos

27 — 24 932

Vista parcial do centro da cidade

— 7 923 (3 899 homens e 4 024 mulheres); pretos — 1 822 (742 homens e 880 mulheres); pardos — 9 880 (4 986 homens e 4 894 mulheres); e sem declaração — 37 (21 homens e 16 mulheres).

Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 10 768 (5 296 homens e 5 472 mulheres); 4 241 eram solteiras (2 196 homens e 2 045 mulheres); casadas — 5 943 (2 936 homens e 3 007 mulheres); desquitadas — 5 (3 homens e 2 mulheres); viúvas — 565 (157 homens e 408 mulheres); e sem declaração — 14 (4 homens e 10 mulheres) Tôda a população era de nacionalidade brasileira.

Em religião, predominavam os católicos romanos, em número de 19 435 (9 733 homens e 9 702 mulheres); protestantes — 163 81 homens e 82 mulheres) espíritas — 13 (6 homens e 7 mulheres); outras religiões — 1 homem; sem religião — 29 (19 homens e 10 mulheres); e sem declaração — 21 (8 homens e 13 mulheres).

A densidade era de 31,66 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 80,06% localizava-se na zona rural, num total de 13 972 (7 010 homens e 6 962 mulheres).

Estimativa levada a efeito pela Inspetoria Regional de Estatística, para 1.º-VII-1957, dá ao município de Pacajus a população de 23 194 habitantes, vereficando-se um aumento populacional de 3 532 almas, ou seja, 17,96%, sôbre o efetivo existente em 1.º-VII-1950.

Aglomerações urbanas — Eram 4 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Jacajus, com 1 612 habitantes (771 homens e 841 mulheres); a vila de Choròzinho, com 556 (257 homens e 299 mulheres); a vila de Horizonte. com 352 (163 homens e 182 mulheres); e a vila de Itaipaba, com 219 (106 homens e 113 mulheres).

No quadro urbano da cidade e vilas, existiam 1 473 habitantes 670 homens e 803 mulheres) e no suburbano 1 266 (627 homens e 639 mulheres).

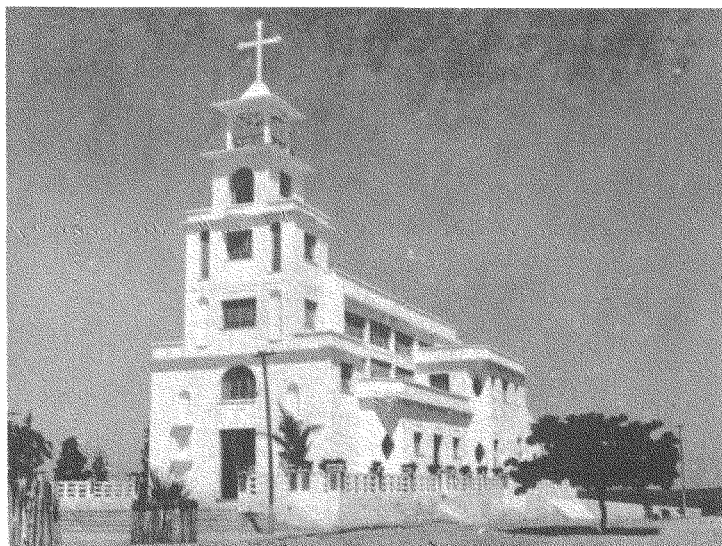
ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município fundamenta-se nos produtos resultantes da industrialização da cana-de-açúcar e no fabrico de farinha de mandioca, sendo também considerado elemento de destaque a castanha do caju, a extração da cêra de carnaúba e a agricultura, que é a atividade que concentra maior número de pessoas. Segundo dados do Censo Demográfico de 1950, 34% dos habitantes do município trabalhavam na "agricultura, pecuária e silvicultura". A safra de 1955 apresentou o seguinte resultado: 37 250 arrôbas de algodão .... (Cr$ 4 097 500,00); 15 140 sacas de 60 kg de milho .... (Cr$ 1 816 800,00); 6 000 toneladas de mandioca brava (Cr$ 3 600 000,00); 42 000 frutos de abacaxi .... (Cr$ 252 000,00); 1 150 centos de côco-da-baía .... (Cr$ 345 000,00); 15 200 cachos de banana .... (Cr$ 225 000,00).

Tôda a produção agrícola disponível se escoa para os municípios de Fortaleza, Redenção, Limoeiro do Norte, Russas, Morada Nova e Mossoró, onde tem boa aceitação.

A pecuária não tem muita influência para a balança comercial do município, por isso que os rebanhos são destinados, exclusivamente, ao criatório e ao fornecimento de carne e leite à população local. Em 1955, existia o seguinte rebanho, no valor de mais de 20 milhões de cruzeiros: 6 600 bovinos, 1 260 eqüinos, 1 920 asininos, 910 muares, 3 680 suínos, 1 980 ovinos e 2 250 caprinos.

Os principais produtos de origem vegetal são a cêra de carnaúba e a castanha do caju e de origem mineral existe apenas a argila plástica (barro), utilizada para a fabricação de tijolos de alvenaria. A produção de cêra de carnaúba atinge 14 075 quilogramas, no valor de 536 mil cruzeiros. A pesca é praticada pela população pobre, sòmente na época invernosa, não tendo significação econômica.

Os engenhos espalhados pelo território municipal produzem 127 000 quilogramas de rapadura, avaliadas em 445 mil cruzeiros. O valor da produção de farinha de mandioca é de mais de 3 milhões de cruzeiros, não havendo, porém, fábricas importantes.

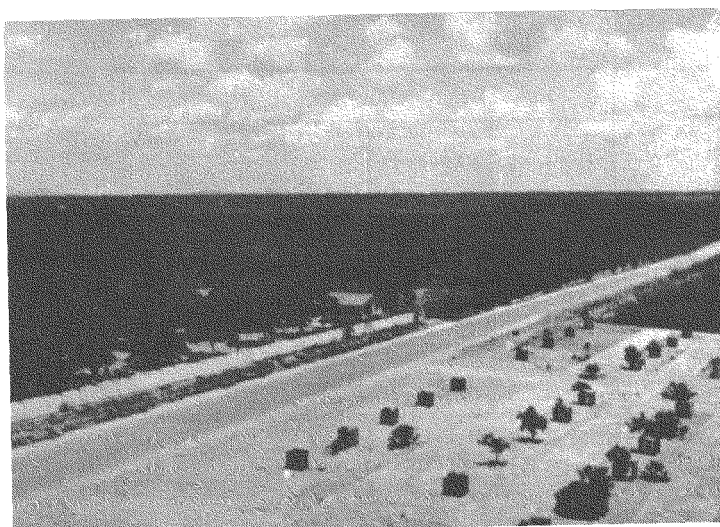
O desenvolvimente industrial de Pacajus, evidentemente, é o mais promissor, dado que está em construção a "Fazenda Guarany", de propriedade da poderosa organização industrial Gomes & Cia. Ltda., a qual foi destinada à cultura de algodão, essências madeireiras, caju e outras espécies agrícolas, bem assim, à industrialização de seus produtos, devendo funcionar, a pleno rendimento, no corrente ano. Possuindo a área de 5 000 hectares, está totalmente cercada e no seu interior foram construídas várias estradas de acesso às diferentes culturas e instalações. A propriedade é dotada de 6 açudes, com a capacidade de 10 milhões de metros cúbicos, a fim de atender às necessidades de água, para as diversas lavouras. Foi reservada uma área coberta de 12 000 metros quadrados para o setor industrial,

Igreja de São Pedro, na fazenda Guarani

e 150 casas foram construídas para abrigar os colonos, além de residências destinadas a administradores e técnicos. A propriedade é servida por 1 hotel, Igreja, Grupo Escolar, pôsto de gasolina, pôsto de fornecimento, barbearia, sapataria e farmácia. Nas instalações complementares da parte industrial, há uma oficina elétrica e um laboratório. No tocante ao setor agrícola, há a referir uma bem equipada casa de máquinas, silos e estábulos. É pretensão da emprêsa elevar a plantação de cajueiros para 100 000 pés, sendo que 50 000 pés já estão produzindo. Visando à intensificação da Campanha de expansão e melhoramento do cajueiro e o aprimoramento da industrialização dos seus produtos, o Ministério da Agricultura fêz instalar, a 5 km de distância da sede municipal, e sob a orientação técnica do Instituto de Fermentação do Centro Nacional do Ensino e Pesquisas Agronômicas, uma Estação Experimental destinada à distribuição de mudas e sementes selecionadas dessa importante anacardiácea.

Eleva-se a 16 300 kWh a produção de energia elétrica, sendo 5 400 para iluminação pública e 10 900, para consumo particular.

COMÉRCIO E BANCOS — Estão em atividade na sede municipal 10 estabelecimentos atacadistas e 154 varejistas. O comércio local transaciona com a praça de Fortaleza, sendo os principais artigos de importação: tecidos, farinha de trigo, açúcar e medicamentos. O Censo Comercial de 1950 constatou a existência, em todo o município, de 146 estabelecimentos varejistas, os quais realizaram vendas, em 1949, no valor de quase 7 milhões de cruzeiros. Pacajus exporta cêra de carnaúba e castanha de caju, para o município da Capital.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município de Pacajus é servido por uma linha de ônibus intermunicipal Pacajus—Fortaleza. Liga-se aos municípios vizinhos e à Capital Estadual pelos seguintes meios de transporte: Aquiraz — via Messejana — rodovia — 61 km; Aracoiaba — misto: a) rodovia até Fortaleza — 49 km e b) ferrovia — 93 km ou carroçável — via Choròzinho (58 km); Cascavel — rodovia — 46 km; Pacatuba — a cavalo — 30 km, ou rodovia — 37 km; Redenção — misto: a) a cavalo — 39 km, rodovia — via Horizonte—Itaipaba — 47 km, ou rodovia — via Choròzinho Barreira—Acarape — 51 km; Capital Estadual — rodovia — BR-13

Balneário da fazenda Guarani

Cultura de eucaliptos na fazenda Guarani

— 49 km. A Estrada de rodagem federal BR-13 atravessa o território do município.

A cidade de Pacajus é servida por uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Pacajus é cortada pela rodovia BR-13. Formada por 21 logradouros públicos, 8 possuem pavimentação a pedras irregulares e asfasto, sendo de 25% e 15%, respectivamente, a área pavimentada com relação ao seu perímetro urbano e suburbano. Existem 480 prédios, sendo perto de 340 residenciais.

Dotada de luz elétrica pública e particular, são 305 os prédios iluminados. A limpeza das vias públicas e a remoção do lixo domiciliar estão a cargo da Prefeitura Municipal. A população se abastece de água por meio de um chafariz público, mantido pela municipalidade.

Para a hospedagem existem 3 pensões na cidade, cobrando uma diária média de Cr$ 120,00. Estavam registradas na repartição competente, em 1956, os seguintes veículos: 37 caminhões, 13 jipes e 6 ônibus.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há, na sede municipal de Pacajus, o Pôsto Médico e Dentário, da Associação dos Merceeiros do Ceará, e o Pôsto de Saúde, ambos proporcionando assistência médico-sanitária à população em geral.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Sob êsse aspecto, Pacajus possui apenas uma associação de caridade — Conferência Vicentina, — funcionando na sede municipal, tendo sido fundada em 1918, prestando assistência inclusive a pessoas estranhas ao seu quadro social, gratuitamente. Não há cooperativas no município.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 revela que o município de Pacajus contava 16 177 pessoas com 5 anos e mais, das quais 25%, ou 3 987, sabiam ler e escrever, sendo 1 879 homens e 2 108 mulheres. Na sede municipal achavam-se 1 338 habitantes com a mesma idade escolar; entre êles, 777 eram alfabetizados: 363 homens e 414 mulheres.

Ensino — No ano de 1956, a sede municipal contava com 43 unidades escolares de ensino fundamental comum, tendo a matrícula inicial de 1 314 alunos de ambos os sexos. A taxa de matrícula em 1950 no município atingiu 17,43% e, no Estado do Ceará, 24,3%.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	(2) 463	434	152	480
1951	—	803	485	191	485
1952	—	744	633	222	623
1953	—	631	927	237	936
1954	—	554	829	245	830
1955	—	692	899	296	892
1956	—	1 088	1 227	327	1 120
1957 (1)	—	—	1 100	—	1 100

(1) Receita de Despesa orçada. — (2) Exclusive a receita arrecadada no mês de outubro.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Pela sua estrutura antiga, menciona-se a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, como símbolo de particularidade notável pois sua edificação data de 1865.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A população do município movimenta-se para os folguedos juninos e para o carnaval. Das festas religiosas, as principais são a de São João, padroeiro da capela da vila de Horizonte, realizada no mês de junho e a festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da Igreja-Matriz, que é celebrada com muita pompa, iniciando-se em 23 de dezembro, com o hasteamento da Bandeira Nacional e prolongando-se até o dia primeiro de janeiro.

As feiras são promovidas aos domingos, no mercado da cidade e suas adjacências; são muito concorridas, não só pela população urbana, mas principalmente pelos rurícolas, que têm, então, oportunidade de vender os produtos de origem local, como rapadura, farinha de mandioca, carne verde, etc., e fazer aquisitação do que necessitam.

VULTOS ILUSTRES — *Dr. Otávio Facundo* — Advogado brilhante; *Padre Sinval Facundo* — Vigário em São Luís do Curu e *Dr. José Cláudio de Araújo* — Ex-vereador de Fortaleza e professor do Instituto de Educação (Anuário do Ceará, de Waldery Uchôa — 1.º volume — 1953 — 1954).

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Pacajus possui excelentes propriedades rurais, salientando-se os seus sítios, onde se fabrica cajuína, bebida de ótimo paladar e muito apreciada. A cidade possui um tráfego de veículos intenso, de vez que é atravessada pela estrada federal BR-13, que liga o Estado ao sul do país.

Existem em todo município 7 reservatórios de água, com uma capacidade cúbica superior a 7 milhões de metros.

A sua paróquia, com a invocação de Nossa Senhora da Conceição, é subordinada à Arquidiocese de Fortaleza. Conta 5 templos, inclusive a Igreja-Matriz; 8 Associações Religiosas propagam a fé católica no município.

Exercem atividade no município, junto ao serviço de Fomento Agropecuário, 2 Agrônomos.

Nas eleições gerais de 1954, votaram em Pacajus 3 419 eleitores, dos 6 799 que se achavam inscritos.

Pacajuenses é como são denominados os filhos do município.

O topônimo Pacajus é originário da tribo dos tapuias paiacus ou pacajus, que habitavam a região compreendida entre o Açu, serra do Apodi e baixo Jaguaribe.

PACATUBA — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Gabriel da Silva do Lago concedeu, em 1708, a Tomé da Silva e seus companheiros datas e sesmarias para o fim de povoarem a serrania da Pacatuba. Antes, em 1633, já o capitão-mor Bento Macedo Faria concedera aos abastados Correias, vindos do Rio Grande do Norte, uma data de terra no lugar conhecido por Pacatuba, para nela assentarem moradia. Registra-se nova concessão, em 1693, a outro posseiro, pelo capitão-mor Tomás Cabral de Olival.

As terras férteis das encostas da serra da Aratanha atraíram novos moradores e cedo possibilitaram a formação do povoado que, por ato de 18 de março de 1842, foi elevado a sede de distrito.

O arruado já existente em 1855 apresentava condições favoráveis para a vida política e seu aspecto de progresso permitia se pensasse em autonomia administrativa. Nesse ano, a resolução provincial n.º 707, de 25 de agôsto, aprova a planta para a edificação definitiva da povoação. Quatro anos mais tarde, outra resolução provincial — a de número 888 — de 27 de julho de 1859, que criou três feiras de gado na Província, incluía a povoação de Pacatuba como sede de uma delas.

Em 1857, removido de Barbalha, foi nomeado professor primário José Victor de Sousa. Nesse mesmo ano era nomeado, para o cargo de Inspetor Escolar, Juvenal Galeno da Costa.

Criado o município, com território desmembrado do de Maranguape, pela Lei provincial n.º 1 284, de 8 de outubro de 1869, com sede no núcleo de Pacatuba, então elevado à categoria de vila, sua instalação só ocorreu a 26 de abril de 1873. A Câmara, então eleita, teve como presidente o major Crisanto Pinheiro de Almeida e Melo e vereadores Miguel Ferreira Pinto, Manuel Bento Freire, José Correia de Melo, Antônio Joaquim de Sousa, Cícero Franklin Lima, servindo de Secretário. Nesta ocasião foi nomeado primeiro secretário da Câmara o Sr. Antônio Severiano Serra de Oliveira, por Provisão de 26 de abril de 1873, com vencimentos anuais de 200$000. Fato auspicioso para a vida local, evidentemente, ocorreu em 1876, quando, a 9 de janeiro, foi inaugurada a estação da Estrada de Ferro destinada a unir a zona sul do Estado à Capital.

Hotel Coluna

Escola de Iniciação Agrícola

Pela Lei n.º 2 167, de 17 de agôsto de 1889, a vila de Pacatuba obteve foros de cidade.

Proclamada a República, nesse mesmo ano, constituiu-se o Conselho de Intendência Municipal, cujos membros componentes eram Urbano da Costa Pinheiro (Presidente), João Calixto Amora, Feliciano Ferreira Pinto, José Libânio de Sousa e João Memória.

A freguesia de Nossa Senhora da Conceição, criada pela Assembléia Provincial, por Lei n.º 1 305, de 5 de novembro de 1869, foi canônicamente instituída por provisões de 31 de janeiro de 1870. Foi seu primeiro vigário o padre Bernardino de Oliveira Memória, nomeado no dia 1.º de fevereiro e empossado a 13 do mesmo mês. O padre Bernardino construiu a atual igreja-matriz, naquela época um precário nicho de taipa, destituído de decência conveniente ao culto. Corajoso e cheio de fé, tomou a si a grande tarefa de edificar uma igreja condigna dos sentimentos religiosos do povo pacatubano, iniciando a obra com inauditos sacrifícios no dia 26 de agôsto de 1874, para concluí-la no curto período de quase seis anos, isto é, em 1.º de janeiro de 1880.

A comarca de Pacatuba, criou-a a Lei provincial número 1 814, de 22 de janeiro de 1879, com jurisdição extensiva ao têrmo de Acarape, sendo suprimida em 1891 (Lei estadual n.º 196, de 5 de junho), e restaurada em 1897 (Lei n.º 422, de 29 de dezembro), compreendendo os têrmos de Pacatuba e Redenção. Em 1921 (Lei número 1943, de 8 de novembro) a comarca foi mais uma vez extinta, passando o têrmo judiciário a depender da comarca de Maranguape.

No quadro da divisão administrativa, relativo ao ano de 1911, o município se compõe dos distritos de Pacatuba, Água Verde, Guaiúba, Pavuna e Tôrre, figurando, entretanto, nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1920, acrescido dos distritos de Cajàzeiras e Jequi.

A reforma administrativa do Estado, após a Revolução de 1930, da Interventoria Federal do Ceará (Decretos estaduais n.º 193 de 20 de maio de 1931, e 156, de 4 de dezembro de 1933) manteve o município de Pacatuba que, nesse último ano, figurava com oito distritos: Pacatuba, Água Verde, Cajàzeiras, Currais Velhos, Guaiúba, Guarani, Pavuna e Tôrres. Nos quadros da divisão territorial datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem assim no quadro anexo ao Decreto-lei n.º 169, de 31 de março de 1938, retificado pelo de n.º 378, de 20 de outubro do mesmo ano, o município é formado dos distritos da divisão anterior, com exceção dos de Currais Velhos e Guarani, que, com sede no último, passaram a formar novo município.

Posteriormente, no Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, que fixou o quadro territorial destinado a vigorar no qüinqüênio 1939-1943, o município de Pacatuba figura com os distritos de Pacatuba, Água Verde, Guaiúba, Monguba, Pavuna, Pedreiras (ex-Cajàzeiras) e Tôrres.

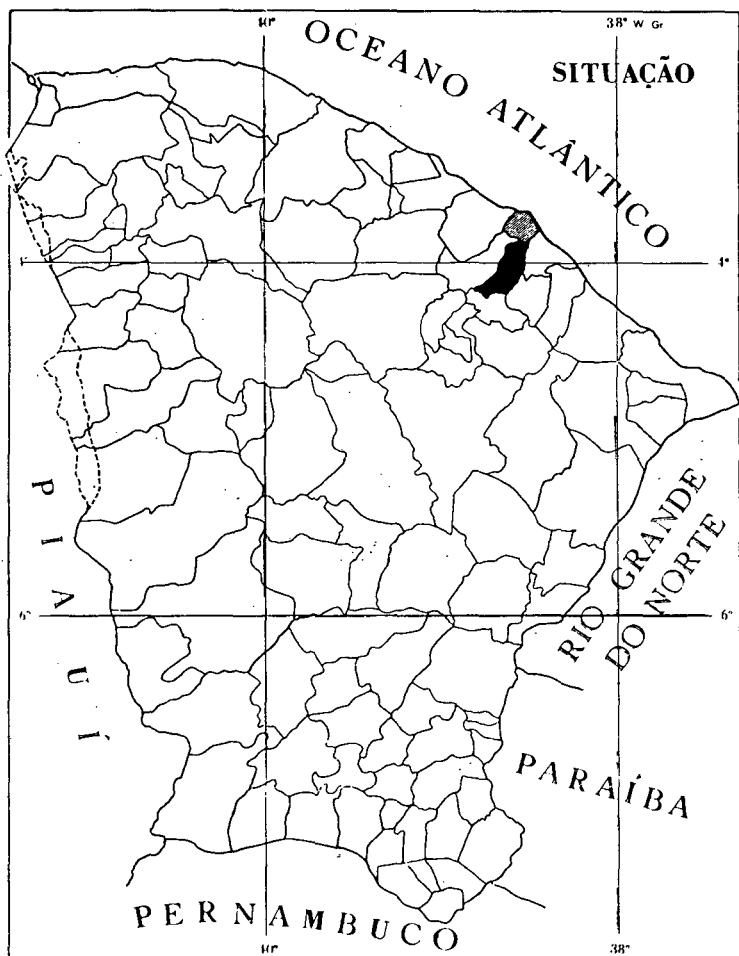
Em virtude do Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943, que fixou o quadro da divisão administrativa para vigorar no qüinqüênio seguinte, os distritos de Tôrres e Pedreiras tiveram o topônimo alterado para Itacima e Itapó, respectvamente.

Em 1951, no Govêrno Raul Barbosa (Lei n.º 1 153, de 22 de novembro) foi extinto o distrito de Monguba, sendo, por outro lado, criado o de Gereraú.

Pacatuba, atualmente, é sede de comarca de primeira entrância (Art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948).

Nas eleições realizadas a 3 de outubro de 1954, foram eleitos: Prefeito — João Ferreira Pinto. Vereadores — Geraldo Batista de Lima e Silva, Oscar Medeiros Cavalcante, Deodoro Valentim Maia, José Irineu Pinto, José Maria Novais, Rodolfo Pereira Cavalcante, José de Deus Pereira Martins, José Tristão Filho e João Gonçalves de Oliveira.

Água Verde, vista aérea

LOCALIZAÇÃO — Município da Zona Fisiográfica do Baturité, abrange parte da serra da Aratanha, estendendo-se pelo Sertão. Está totalmente situado no Polígono das Sêcas. Limita com os municípios de Fortaleza, Maranguape, Aquiraz, Redenção e Pacajus. A cidade é servida pela Estrada de Ferro de Baturité, sendo a 3.ª mais próxima à Capital, da qual dista 27 quilômetros, em linha reta, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 3° 59' 07" de latitude Sul e 38° 37' 15" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Atinge 54 metros na sede municipal, sendo o 84.° colocado em ordem de altitude no Estado do Ceará.

CLIMA — Salubre e fresco. A temperatura oscila de 26 a 32 graus centígrados, compensando uma média de 29 graus centígrados. A precipitação pluviométrica alcançou, neste ano, a altura de 1 042 milímetros.

ÁREA — É de 542 km², figurando no 79.° lugar em relação às áreas das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — As principais elevações são as serras da Aratanha, com uma altura média de 600 metros, da Jubaia e do Pitaguari; os serrotes Cachoeira, Tôrres, Prata, Piroá, Gurguri, Bôlo, Coelho e Jatobá. O território do município apresenta-se montanhoso, cuja bacia hidrográfica é representada pelos rios Pacoti e Cocó.

RIQUEZAS NATURAIS — Barro (argila), jazidas calcárias e de rochas são as principais riquezas extrativas minerais. Carnaubal e pequenas matas representam as riquezas vegetais.

POPULAÇÃO — A população do município de Pacatuba, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 19 990 habitantes (9 869 homens e 10 121 mulheres), sendo: brancos — 7 387 (3 552 homens e 3 835 mulheres); pretos — 1 852 (951 homens e 901 mulheres); pardos — 10 717 (5 354 homens e 5 363 mulheres); e sem declaração — 34 (12 homens e 22 mulheres).

Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 10 832 (5 244 homens e 5 588 mulheres), 4 246 eram solteiras (2 141 homens e 2 105 mulheres); casadas — 6 005 (2 959 homens e 3 046 mulheres); desquitadas — 9 (2 homens e 7 mulheres); viúvas — 548 (134 homens e 414 mulheres); e sem declaração — 24 (8 homens e 16 mulheres).

Exceto 1 homem estrangeiro, os demais habitantes eram de nacionalidade brasileira, em número de 19 989 (9 868 homens e 10 121 mulheres).

Em religião, predominavam os católicos romanos, em número de 19 604 (9 680 homens e 9 924 mulheres); protestantes — 234 (110 homens e 124 mulheres); espíritas — 72 (36 homens e 36 mulheres); israelitas — 3 (1 homem e 2 mulheres); sem religião — 55 (28 homens e 27 mulheres); e sem declaração — 22 (14 homens e 8 mulheres).

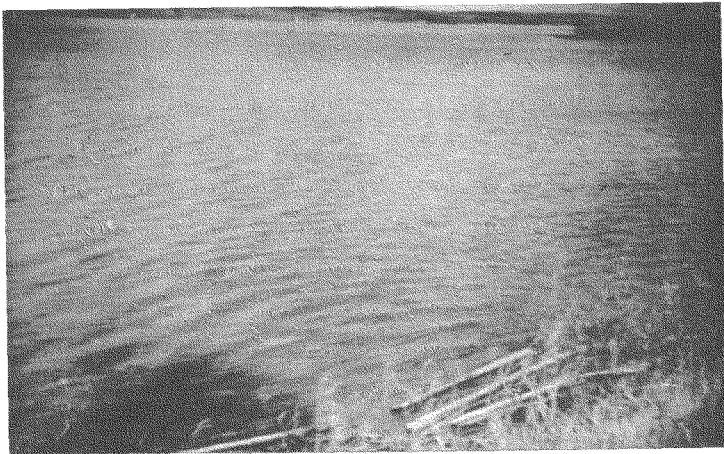
A densidade era de 36,88 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 69,89% localizavam-se na zona rural, num total de 13 972 (7 010 homens e 6 962 mulheres).

A Inspetoria Regional de Estatística estimou em ... 21 060 habitantes a população do município de Pacatuba, para 1.°-VII-1957, contando-se um acréscimo populacional de 1 070 almas, ou seja, 5,35%, sôbre o efetivo existente à época do Recenseamento Geral de 1950.

Aglomerações urbanas — Eram 7 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Pacatuba, com 2 315 habitantes (1 077 homens e 1 238 mulheres); a vila de Água Verde, com 749 (369 homens e 380 mulheres); a vila de Guaiúba, com 1 831 (877 homens e 954 mulheres); a vila de Itacima, com 518 (248 homens e 270 mulheres); a vila de Itapó, com 54 (26 homens e 28 mulheres); a vila de Monguba — 431 (215 homens e 216 mulheres); e a vila de Pavuna, com 120 (47 homens e 73 mulheres).

No quadro urbano da cidade e vilas, existiam 2 288 habitantes (1 043 homens e 1 245 mulheres) e no suburbano 3 730 (1 816 homens e 1 914 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica do município está assentada no labor agrícola. Segundo revelação do Censo demográfico de 1950, 22% dos habitantes de Pacatuba estavam ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Tem alguma importância, para a economia local, a extração de pedras calcárias, pedras para construção e pavimentação.

A principal cultura é a do algodão, seguida de arroz, milho e feijão. Na serra, a banana é cultivada em grande escala, o que está se tornando uma boa fonte de renda para o município. Há regular produção de laranja, abacate, tangerina, etc. Vem despertando interêsse aos agricultores o cultivo da cana-de-açúcar, em face da grande procura dêsse produto por parte da Usina Cariri, localizada no distrito de Acarape, no município de Redenção. Em 1955, a safra apresentou o seguinte resultado: 130 300 ar-

Bacia do açude Guaiúba

rôbas de algodão (Cr$ 15 572 000); 1 300 000 cachos de banana (Cr$ 39 000 000); 32 250 sacas de 60 quilogramas de arroz (Cr$ 8 470 000); 83 000 centos de manga ...... (Cr$ 3 320 000); 20 000 toneladas de cana-de-açúcar .. (Cr$ 2 000 000); 8 000 sacas de 60 quilogramas de feijão (Cr$ 1 680 000); 28 500 centos de laranja (Cr$ 1 425 000) e 12 350 sacas de 60 quilogramas de milho .... (Cr$ 1 482 000).

A produção agrícola em disponibilidade é escoada para o município de Fortaleza.

As terras do município não se prestam ao criatório, dado que, em se tratando do solo serrano, a agricultura tem maior desenvolvimento. O pequeno rebanho se destina, exclusivamente, ao fornecimento de carne e leite à população local. Em 1955, existia o seguinte efetivo da população pecuária: 1 100 bovinos, 300 eqüinos, 780 asininos, 560 muares, 930 suínos, 790 ovinos e 970 caprinos, no valor de 5 milhões de cruzeiros.

Predominam, no reino mineral, a extração da cal, e no vegetal, a extração de cêra de carnaúba, cuja produção é da ordem dos 11 mil cruzeiros, aproximadamente.

A pesca é praticada em regular escala, e é um precioso recurso alimentar para a pobreza do município, dado o alto custo da vida atual. O pescado é obtido nos açudes públicos de Guaiúba, Riachão São Jerônimo e Baú, principais reservatórios de Pacatuba, sendo as espécies mais pescadas a traíra, a curimatã e o piau. A produção de peixes alcança mais de 2 milhões de cruzeiros.

Há 2 usinas fornecedoras de energia elétrica, as quais produzem 26 880 kWh, sendo uma no Distrito de Guaiúba e outra na sede municipal. Os principais ramos industriais são beneficiamento de arroz, fabricação de farinha de mandioca, aguardente e rapadura, em pequena quantidade, não havendo fábricas importantes. A Secção do Fomento Agrícola Federal mantém em Pacatuba o Campo Experimental de Guaiúba, com a finalidade de produzir sementes selecionadas destinadas aos agricultores locais.

COMÉRCIO — Operam na sede municipal 22 estabelecimentos varejistas. O comércio local transaciona com a praça de Fortaleza e os principais artigos importados são tecidos, miudezas e medicamentos. De acôrdo com o Censo Comercial de 1950, havia em todo o município 82 estabelecimentos varejistas, os quais fizeram vendas, em 1949, no valor de mais de três milhões de cruzeiros. Há pequena exportação de cêra de carnaúba.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pela Estrada de Ferro de Baturité, pertencente à Rêde de Viação Cearense, com 5 estações localizadas em Monguba, Pacatuba, Guaiúba, João Nogueira e Água Verde. Liga-se aos municípios vizinhos e à Capital Estadual pelos seguintes meios de transporte: Aquiraz — a cavalo — 39 km, Maranguape — ferrovia, R.V.C. — 20 km, Pacajus — a cavalo — 30 km, ou misto: a) ferrovia, R.V.C. — até a estrada Transnordestina — 14 km e b) rodovia — 37 km. Redenção — rodovia — 36 km, ou misto: a) ferrovia, R.V.C. — até Acarape — 33 km e b) rodovia — 2 km. Capital Estadual — rodovia — 29 km ou ferrovia, R.V.C. — 35 km. Pacatuba é servida por uma linha regular de ônibus intermunicipal Fortaleza—Pacatuba.

ASPECTOS URBANOS — A cidade possui 16 ruas — 2 pavimentadas inteiramente e 5 parcialmente, a pedras irregulares numa área de 7 507 m². A sede municipal é dotada de iluminação pública e particular, contando-se 126 ligações particulares.

O Cine Aratanha, com lotação para 180 pessoas, proporciona diversão ao povo da localidade, sendo regularmente freqüentado. Há um teatro em construção.

O município é desprovido de hotéis ou pensões.

A Prefeitura mantém o serviço de limpeza pública e remoção de lixo, beneficiando 240 prédios urbanos.

Estão registrados na Prefeitura local 27 caminhões.

Pacatuba compõe-se de 564 prédios, dos quais 465 são exclusivamente residenciais; 4 dêstes possuem 2 pavimentos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — No setor da Assistência Médico-sanitária é evidente a pobreza do município de Pacatuba, havendo a referir apenas a Sociedade de Assistênca à Maternidade e à Infância, que mantém, com auxílios dos podêres públicos, o Pôsto de Puericultura, além do Círculo Operário de Pacatuba.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Prestam assistência social dentro de suas possibilidades, as Conferências Vicentina da igreja-matriz de Guaiúba e da matriz de Nossa Senhora da Conceição. O Círculo Operário de Pacatuba, que congrega 892 sócios, concede auxílios assistenciais aos mesmos.

ALFABETIZAÇÃO — Revela o Recenseamento Geral de 1950 que o município de Pacatuba possuía 16 485 pessoas, com 5 anos e mais. Destas, 3,342, ou seja, 20%, sabiam ler e escrever, sendo 1 499 homens e 1 843 mulheres. Com a mesma idade escolar, na sede do município existiam 1 929 habitantes dos quais 872 eram alfabetizados (374 homens e 498 mulheres).

Ensino — A matrícula inicial em 1956 foi de 1 425 alunos para um total de 38 unidades escolares de ensino fundamental comum. A taxa de matrícula no ano de 1950 atingiu 25,01% no município e 24,3% no Estado do Ceará. Existia, ainda, um estabelecimento de ensino extraprimário denominado Instituto São José (Patronato). Acha-se em construção uma Escola de Iniciação Agrícola.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade há um cinema, o "Cine Aratanha", com lotação para 180 lugares,

proporcionando diversão aos habitantes, sendo regularmente freqüentado. Há um teatro em construção.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	212	307	435	114	589
1951.......	216	411	492	144	481
1952.......	483	549	576	155	584
1953.......	235	679	912	142	901
1954.......	542	697	736	87	748
1955.......	267	1 015	886	143	863
1956.......	414	1 016	1 289	206	1 314

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Pacatuba tem uma bela igreja paroquial, com um tabernáculo primoroso. Sua construção foi começada em 1874, pelo padre Bernardino de Oliveira Memória.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — São tradicionais no município duas festas religiosas: a de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da Paróquia, celebrada a 8 de dezembro, e a de Nossa Senhora do Carmo a 16 de julho, que é a mais concorrida. Êstes festejos de caráter tradicionalmente religioso repercutem, também, nos municípios vizinhos. Após a realização das novenas, o povo se espraia pelas ruas e avenidas, onde se divertem com retretas, músicas, quermesses, etc. Encerram-se as festividades com procissão da qual fazem parte as associações pias e o povo em geral.

VULTOS ILUSTRES — *Desembargador Faustino de Albuquerque e Souza* — Ex-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, ex-Governador do Ceará. Atualmente aposentado. *Dr. José Lino da Justa* — Homem de letras, orador primoroso, escritor de fino lavor, jornalista festejado, senhor de uma cultura geral, foi sócio do Instituto do Ceará e publicou obras de merecido valor, tendo sido deputado estadual e federal. *Major Cícero Franklin* — Herói de Monte Caseros. *Carlos Cavalcante* — Poeta festejado, estilista vigoroso, cronista brilhante e autor de vários livros de contos e poesias. *Artur Eduardo Benevides* — Poeta e escritor. *Dr. Eduardo Campos* — Escritor e advogado. *Carlos Benevides* — Ex-deputado estadual, elemento prestigioso na política de Pacatuba. *Dom Expedito Eduardo de Oliveira* — Bispo-auxiliar de Fortaleza. *Dr. Antônio Eugênio Gadêlha* — Oficial reformado do exército e engenheiro. Foi deputado estadual. *João Carlos da Costa Pinheiro* — Chefe político local, tendo sido deputado à Assembléia Legislativa do Estado. *Dr. Joaquim Fabrício de Barros* — Bacharel em ciências jurídicas. Foi alto funcionário da fazenda federal, tendo ocupado o cargo de Delegado Fiscal no Ceará. *Dom Antônio Xisto Albano* — Foi Bispo no Estado do Maranhão. *Paulo Cabral de Araújo* — Advogado, deputado à Assembléia Estadual, Prefeito Municipal de Fortaleza (1951-1954). Como profissional de Rádio promoveu notável campanha em favor da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Pacatuba é uma cidade de futuro promissor; importante obra foi encetada pela prefeitura em cooperação com o Serviço de Engenharia do Estado, no sentido de dotar a cidade de um grande melhoramento urbano, qual seja a canalização da água e rêde de esgôto, estando já construída a caixa de água e achando-se em franco andamento os trabalhos de escavação para distribuição da adutora. Por outro lado, a produção agrícola tende a se desenvolver, dado que está sendo estimulada pela Secção de Fomento do Govêrno Federal que mantém no seu território o Campo Experimental de Guaiúba, com a finalidade precípua de produção e distribuição de sementes aos agricultores, visando ao maior rendimento das culturas agrícolas.

Vista parcial da serra da Aratanha

A religião católica é difundida no município pela Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, localizada na cidade, e Paróquia de Jesus, Maria, José, de Guaiúba e por 7 associações religiosas com grande número de adeptos. Há, nas duas paróquias, 14 templos assistidos por dois sacerdotes.

Conta o Município 18 açudes com capacidade para mais de 28 milhões de metros cúbicos de água.

Nas eleições gerais de 1954, estavam inscritos 5 237 eleitores, tendo votado, naquele ano, 3 694 pessoas.

Pacatubano é a denominação local dos habitantes.

O nome é indígena. Significa, para Martius, "lugar abundante de paca"; de *paca*, animal, e *tuba*, lugar, abundante. José de Alencar registra "canto ou leito das pacas".

PACOTI — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Pendência era uma modesta povoação da serra de Baturité por volta de 1863, quando aí se criou o distrito policial, por Ato provincial de 14 de fevereiro.

Em 1859 recebeu a visita da "Comissão Científica", chefiada pelo cientista Dr. Francisco Freire Alemão, dela fazendo parte o poeta Gonçalves Dias. Há que referir a presença do Presidente da Província, Dr. Lafayette Rodrigues Pereira, em 1864, o qual se hospedou em Guaramiranga, na fazenda do Coronel João Batista "que preferiu ser tenente-coronel da Guarda Nacional" a ser agraciado com o título de Barão de Guaramiranga.

A freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Pendência, criada pela Lei n.º 2 113, de 15 de dezembro de 1885, foi instituída canônicamente pela provisão de 29 de maio de 1886, de D. Joaquim José Vieira, sendo nomeado no

Vista parcial de Guaramiranga

dia 1.º de junho seu primeiro Vigário, o padre Constantino Gomes de Matos, que tomou posse a 13 do citado mês.

A primeira freguesia do município, entretanto, foi a de Guaramiranga, criada em 1875, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição da Serra, seguida da de Aratuba, criada em 1883. A de Mulungu — a última a ser ali instalada — data de 1895.

Com sede na povoação de Pendência, elevada a vila com a denominação de Pacoti, foi criado o município de mesmo nome, por Decreto estadual n.º 56, de 2 de setembro de 1890. São anteriores ao município de Pacoti os de Mulungu (Decreto n.º 29, de 23 de julho), Coité (Decreto n.º 35, de 1.º de agôsto) Guaramiranga (Decreto n.º 55, de 1.º de setembro), instalados respectivamente a 11 de setembro, 12 de agôsto e 17 de outubro do mesmo ano da criação — 1890. Inicialmente Guaramiranga era chamada Conceição, vindo a ter o topônimo atual pela Lei n.º 59, de 4 de setembro de 1890.

Pacoti foi suprimido, juntamente com Mulungu, Coité e Guaramiranga, em 1899, pela Lei estadual n.º 550, de 25 de agôsto, sendo a área compreendida por êsses municípios anexada ao de Baturité.

Mulungu e Coité foram restaurados, não havia passado um ano de extinção, pela Lei n.º 602, de 6 de agôsto de 1900, enquanto Pacoti só o foi a 30 de agôsto de 1901 (Lei n.º 672), com território desmembrado do Município de Baturité.

No quadro da divisão administrativa do Brasil, relativo a 1911, o município de Pacoti compõe-se de um só distrito — o da sede, e nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1920, figura com os distritos de Pacoti, Campos Belos e Santana.

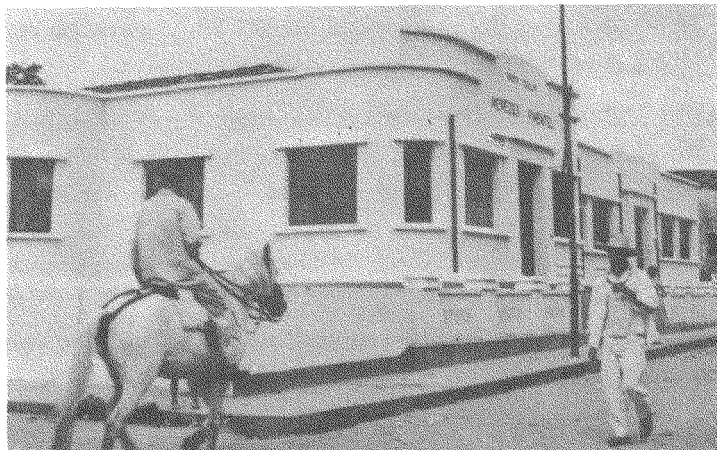
A reforma administrativa (Decreto estadual n.º 193, de 20 de maio de 1931) que surgiu após a revolução de 1930, quando era Interventor Federal do Ceará o Dr. Manuel do Nascimento Fernandes Távora, não conservou o município de Pacoti que passou a pertencer a Baturité, com exceção do distrito de Campos Belos que foi anexado a Canindé. Guaramiranga (restaurado em 15 de outubro de 1921), Mulungu (extinto em 15 de outubro de 1921 e restaurado em 24 de setembro de 1929) e Santos Dumont (ex-Coité) foram também extintos nessa reforma. Na interventoria do capitão Roberto Carneiro de Mendonça, a Comissão incumbida da revisão territorial opinou favorávelmente à restauração do município de Pacoti, constituindo-se dos distritos de Pacoti, Guaramiranga, Mulungu e Coité (Santos Dumont), dependentes de Baturité, cuja "população absoluta era calculada em 26 000 habitantes, área de 420 km², densidade demográfica de 61 habitantes por quilômetro quadrado e receita aproximada de .... 30:000$000, em 1931". O Decreto estadual n.º 1 156, de 4 de dezembro de 1933, daquela interventoria, restaurou o município de Pacoti, que, na divisão referente ao ano de 1933, se dividia em sete distritos: Pacoti, Guaramiranga, Lameirão, Mulungu, Pernambuquinho, Pindoba e Santos Dumont, assim permanecendo nos quadros territoriais de 31-XII-1936 e 31-XII-1937. O Decreto-lei n.º 169, de 31 de março de 1938, retificado pelo de n.º 378, de 20 de outubro do mesmo ano, conservou os mesmos distritos da divisão anterior, subordinando o município à comarca de Baturité.

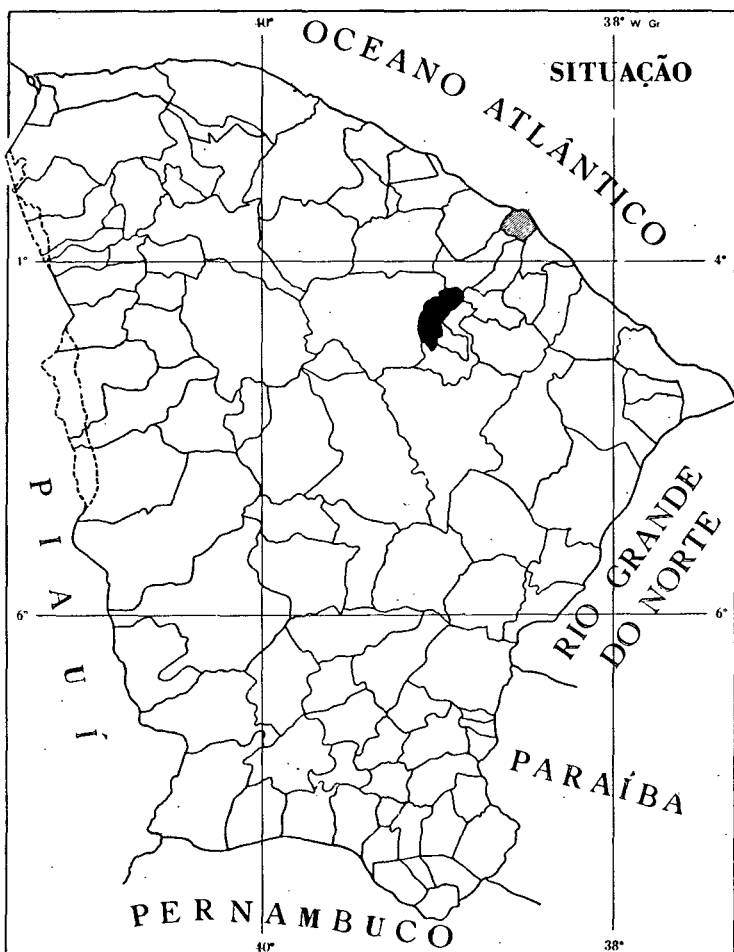
A vila de Pacoti, sede do município de igual nome, foi elevada à categoria de cidade em 20 de dezembro de 1938, em pleno regime estado-novista, quando dirigia os destinos do Estado o Dr. Francisco de Meneses Pimentel (Decreto-lei n.º 448). Em virtude do citado Decreto-lei, o distrito de Pindoba, então extinto, teve parte do seu território anexado ao município de Baturité. Por sua vez, o distrito de Lameirão, também extinto, foi reconduzido à situação de povoado do distrito de Mulungu.

Passados os cinco anos de vigência do Decreto-lei número 448, o novo ato que fixou o quadro territorial para vigorar no qüinqüênio 1944-1948 (Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943) apenas alterou a toponímia do distrito de Santos Dumont, que desde então recebeu o seu terceiro designativo: Aratuba.

O têrmo judiciário de Pacoti, criado desde 1934 (Decreto estadual n.º 1 271, de 29 de maio) sob a jurisdição da comarca de Baturité, elevou-se a cabeça de comarca de primeira entrância (Art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948).

A divisão administrativa do Estado, do govêrno Raul Barbosa (Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951) manteve os distritos de Pacoti, Aratuba, Guaramiranga e Pernambuquinho.

Nas eleições realizadas a 3 de outubro de 1954, foram eleitos: Prefeito — José Joaci Pereira. Vereadores — Hugo Matos Brito, Heitor Feitosa Marinho, Hermenegildo Rocha Pontes, Francisco Chagas Vieira, Valdemiro Tobias de Sousa, José Gentil Pereira Lima, Raimundo Ferreira Batista, Francisco Clealdo de Vasconcelos e Antônio Moura Filho.

Grupo Escolar Meneses Pimentel

LOCALIZAÇÃO — O município de Pacoti situa-se na Zona Fisiográfica do Baturité, sôbre a parte superior da serra dêsse nome, cujas terras são irrigidas por águas de fontes perenes. Embora integralmente compreendido no Polígono das Sêcas, o município está ao abrigo do flagelo da estiagem. Limita com os municípios de Canindé, Maranguape, Redenção, Baturité e Capistrano. A cidade, edificada em solo todo acidentado, dista da Capital, em linha reta, 68 quilômetros, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 4° 13' de latitude Sul e 38° 56' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

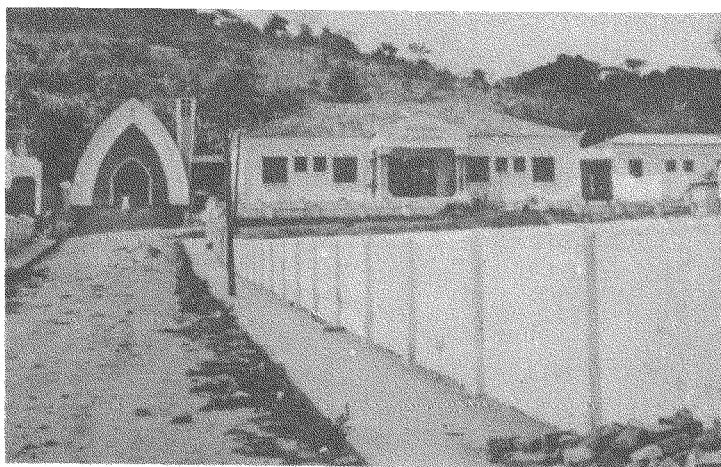
ALTITUDE — Atinge 700 metros na sede municipal, sendo o 7.° colocado em ordem de altitude no Estado do Ceará.

CLIMA — Temperado e saudável, preferido para veraneio. A temperatura oscila de 18 a 28 graus centígrados, com a maior freqüência em 23 graus centígrados.

ÁREA — A área do município é de 492 km², figurando em 74.° lugar em relação à área das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Além do cimo acidentado da serra do Baturité, de formação argilosa, sôbre o qual, em quase sua totalidade, está situado o território do município, destacam-se as serras Pelada, Verde, São Francisco, São Paulo, Cabeça da Onça, da Paca, do Cajuás e do Cajueiro.

A bacia hidrográfica é representada pela formação dos rios Pacoti e Nilo.

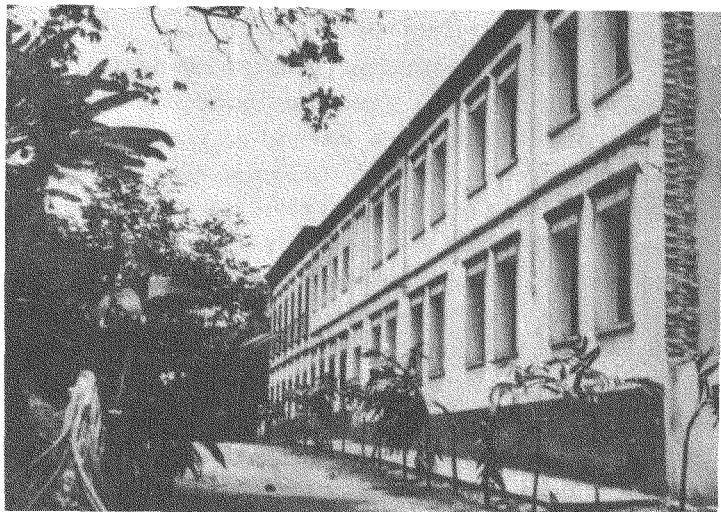
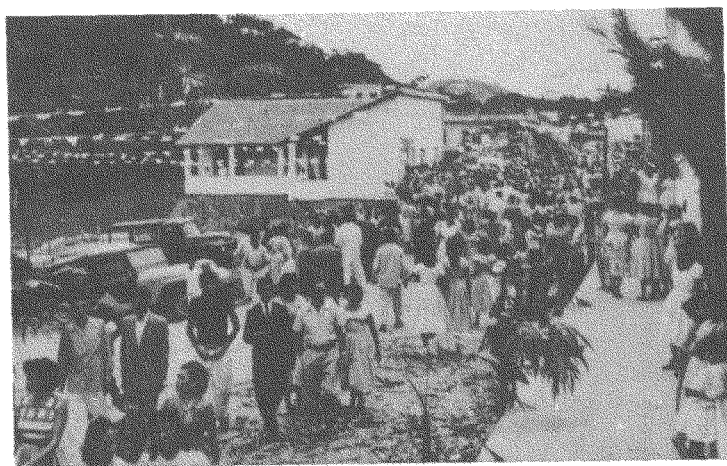
RIQUEZAS NATURAIS — Barro (argila) e caulim são as principais riquezas extrativas minerais. Babaçual e matas para extração de madeira e lenha representam a riqueza vegetal.

Maternidade Dr. José Firmo

POPULAÇÃO — A população do município de Pacoti, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 30 373 (14 920 homens e 15 453 mulheres), sendo: brancos — 6 425 (3 036 homens e 3 389 mulheres); pretos — 1 251 (623 homens e 628 mulheres); pardos — 22 583 (11 208 homens e 11 375 mulheres); e sem declaração — 114 (53 homens e 61 mulheres).

Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 16 898 (8 166 homens e 8 732 mulheres), 7 279 eram solteiras (3 712 homens e 3 567 mulheres); casadas — 8 635 (4 279 homens e 4 356 mulheres); desquitadas — 3 (2 homens e 1 mulher); viúvas — 927 (161 homens e 766 mulheres); e sem declaração — 54 (12 homens e 42 mulheres).

Exceto 8 estrangeiros (7 homens e 1 mulher) e 4 sem declaração (1 homem e 3 mulheres), os demais habitantes eram de nacionalidade brasileira.

Em religião, predominavam os católicos romanos, em número de 30 230 (14 847 homens e 15 383 mulheres); protestantes — 96 (48 homens e 48 mulheres); espíritas — 4 (3 homens e 1 mulher); outras religiões — 1 homem; sem religião — 10 (8 homens e 2 mulheres); e sem declaração — 32 (13 homens e 19 mulheres).

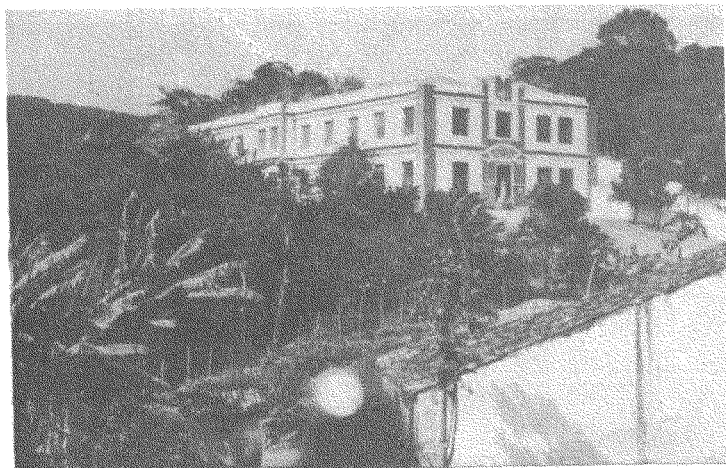
Ocupando o 2.° lugar entre os 10 municípios de maior densidade demográfica com 61,73 habitantes por quilômetro quadrado, perdia apenas para Juàzeiro do Norte, sendo que 88,10% localizavam-se na zona rural, num total de 26 759 (13 305 homens e 13 454 mulheres).

Colégio Sagrado Coração de Jesus

Pôsto de Saúde e Puericultura

A população de Pacoti era, em 1.º-VII-1957, segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística, de 32 934 habitantes, contando-se um aumento de 2 561 almas, ou seja, 8,43%, sôbre o efetivo populacional existente por ocasião do Recenseamento Geral de 1950.

Aglomerações urbanas — Em 1950 eram 5 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Pacoti, com 1 316 habitantes (586 homens e 730 mulheres); a vila de Aratuba, com 620 (286 homens e 334 mulheres); a vila de Guaramiranga, com 656 (270 homens e 386 mulheres); a vila de Mulungu, com 884 (411 homens e 473 mulheres); e a vila de Pernambuquinho, com 138 (62 homens e 76 mulheres).

Na quadro urbano da cidade e vilas, existiam 2 761 habitantes (1 198 homens e 1 563 mulheres) e no suburbano 853 (417 homens e 436 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do Município baseia-se na agricultura, pois esta atividade, por ocasião do Censo Demográfico de 1950, ocupava o maior número de pessoas ativas, de 10 anos e mais, numa percentagem de 37% da população total. Tem alguma evidência para a vida econômica da comuna a industrialização da cana-de-açúcar, notadamente a fabricação de rapadura e de aguardente de cana.

As terras do município se prestam, grandemente, à cultura de café, de que é grande produtor, cana-de-açúcar, frutas e algodão. A safra de 1955 foi avaliada em mais de 70 milhões de cruzeiros, auferidos, principalmente, pelos produtos abaixo indicados: 80 000 arrôbas de café .... (Cr$ 36 000 000,00); 1 000 000 de cachos de banana .... (Cr$ 14 000 000,00); 25 000 sacas de 60 kg de arroz .... (Cr$ 4 500 000,00); 60 000 toneladas de cana-de-açúcar (Cr$ 4 800 000,00); 110 000 centos de laranja .... (Cr$ 3 960 000,00); 14 000 centos de abacate .... (Cr$ 1 554 000,00); 4 200 toneladas de mandioca-brava (Cr$ 1 050 000,00); e 25 000 sacas de 60 kg de milho (Cr$ 1 250 000,00).

Seminário Salvatoriano

Os produtos agrícolas são transportados para Fortaleza e municípios limítrofes, onde encontram boa aceitação.

Por se tratar de município serrano, as terras de Pacoti não se prestam ao criatório, não tendo esta atividade expressão econômica, dado que o pequeno rebanho existente é destinado sòmente ao fornecimento de leite e carne aos habitantes locais. O valor do rebanho foi estimado em 7 milhões, havendo o seguinte efetivo de população pecuária: 1 000 bovinos, 400 eqüinos, 150 asininos, 1 500 muares, 2 500 suínos e 1 000 caprinos.

Capela do Ginásio Maria Imaculada

No reino extrativo mineral, explora-se o caulim e a argila (barro); e no vegetal, há extração de madeiras e babaçu, tendo sido de mais de 960 mil cruzeiros a produção total de 1956.

Merecem certo relêvo a produção de farinha de mandioca (19 milhões de cruzeiros) e rapadura (6 milhões de cruzeiros), além do beneficiamento de café e arroz.

Há produção de energia elétrica destinada ao consumo público e particular.

COMÉRCIO E BANCOS — O Censo Comercial de 1950 revela que havia em todo o município 151 estabelecimentos varejistas. Em 1949, o valor das vendas efetuadas no comércio varejista atingiu 8,346 milhões de cruzeiros.

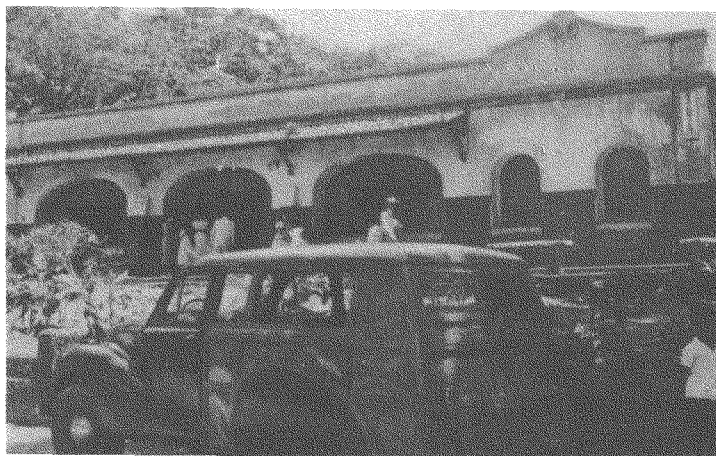
O comércio local mantém transações com as praças de Fortaleza, Baturité e Maranguape, sendo os principais artigos importados: calçados, perfumaria, tecidos e medicamentos em geral. O município de Pacoti exporta: aguardente, rapadura, babaçu, cereais e frutas diversas.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município de Pacoti é servido por linha intermunicipal de transporte rodoviário e liga-se aos municípios vizinhos e à Capital Estadual pelos seguintes meios de transporte: Maranguape: rodoviário (68 km); Baturité: rodoviário (35 quilômetros); Redenção: a cavalo (36 km); Canindé: rodoviário (78 km); Capistrano: misto — a) rodoviário até Baturité (35 km) e b) ferroviário, R.V.C. (19 km) ou rodoviário via Baturité (53 km); Capital Estadual: rodoviário (90 km).

Igreja Matriz de Nossa Senhora de Lourdes

Nas comunicações intermunicipais é utilizada a Agência Postal-telegráfica do Departamento Regional dos Correios e Telégrafos, localizada na sede municipal.

ASPECTOS URBANOS — A pavimentação da cidade é feita em pedras irregulares. A sede municipal é composta de 14 logradouros inteiramente pavimentados, e de 320 prédios, aproximadamente, dos quais 236 exclusivamente residenciais; é dotada de iluminação pública e particular, elevando-se a 120 o número de ligações particulares.

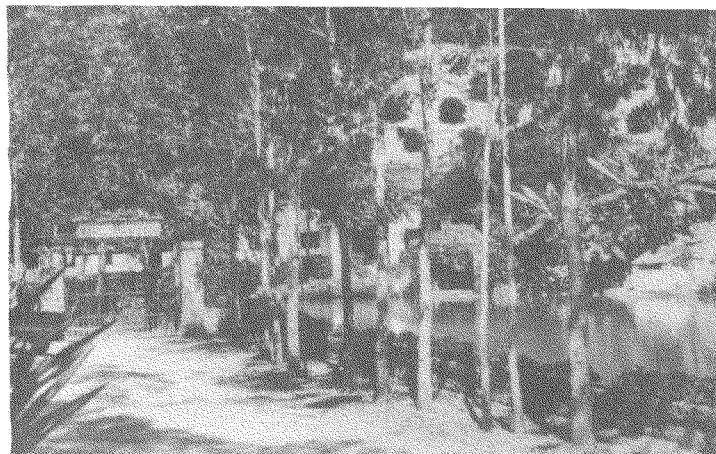
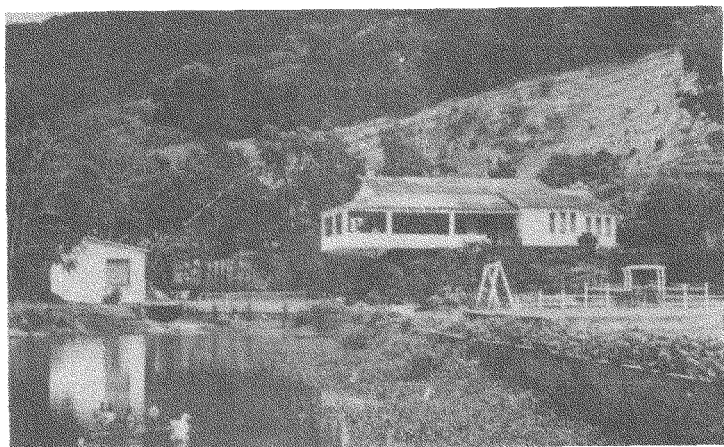
A Prefeitura Municipal mantém serviço de abastecimento de água, limpeza pública e remoção de lixo, beneficiando êste último cêrca de 170 prédios. As duas pensões existentes cobram a diária média de Cr$ 100,00.

Hotel Macapá

Na Prefeitura estão registrados 1 automóvel, 20 jipes, 10 caminhões, 3 ônibus e 8 camionetas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — No tocante à assistência médico-sanitária, Pacoti é regularmente servido, pois, em pleno funcionamento, há a Maternidade Neusa Yolanda, com 13 leitos, o Pôsto de Puericultura, mantido pela Associação Pacotiense de Proteção à Maternidade e à Infância, o Pôsto de Higiene, o Pôsto de Combate à Bouba, o Subposto de Combate à Bouba e um Pôsto do Departamento Nacional de Endemias Rurais. Além disso, exercem a profissão no município 1 médico, 1 farmacêutico e 1 dentista.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — No que toca à assistência social, há em Pacoti 6 Sociedades de São Vicente de Paulo; o Dispensário São José, para velhos desamparados; a Associação Social de Guaramiranga, para desvalidos; a Associação das Senhoras de Caridade, também para desvalidos; a Associação Pacotiense de Proteção à Infância de Aratuba, e a Liga Mutuária Jesus, Maria e José, para prestar auxílio à classe dos "trabalhadores de enxada".

O cooperativismo é difundido através das Cooperativas de Crédito Agropecuário de Pacoti Ltda. e Cooperativa de Crédito Agropecuário Serrana de Guaramiranga, que congregou 437 associados.

ALFABETIZAÇÃO — O total de habitantes com 5 anos e mais do município de Pacoti, conforme o Recenseamento Geral de 1950, era de 25 301. Dêste total, 22%, ou seja,

Sítio Arvorêdo

Granja Bonfim

5 480, sabiam ler e escrever, sendo 2 418 homens e 3 062 mulheres. A sede municipal possuía 1 111 pessoas do mesmo grupo de idade, das quais 599 eram alfabetizadas — 226 homens e 373 mulheres.

Ensino — O número de escolas de ensino fundamental comum, em 1956, no município de Pacoti, era de 55 com a matrícula inicial de 2 058 alunos de ambos os sexos. A taxa de matrícula, em 1950, atingiu 29,85% no aludido município e 24,3% no Estado do Ceará.

Contava ainda o município 4 estabelecimentos de ensino extraprimário assim denominados: Ginásio São Luís, Ginásio Maria Imaculada, Ginásio e Escola Normal Sagrado Coração de Jesus e Estudantado Filosófico dos Capuchinhos. A matrícula inicial nesses estabelecimentos era de 189 alunos — 44 do sexo masculino e 145 do sexo feminino. Lograram concluir o curso sòmente 21 mulheres.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há, na cidade, um cinema, o "Cine Paraguassu", com capacidade para 300 lugares, que, funcionando regularmente, proporciona diversão aos habitantes da localidade.

Existe ainda no Distrito de Guaramiranga uma tipografia da Ordem dos Frades Capuchinhos e uma revista designada "Frei Mansueto", editada pela mesma Ordem, com finalidade religiosa.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	251	608	246	672
1951	289	291	690	315	726
1952	361	375	764	280	738
1953	440	435	1 200	275	1 029
1954	459	434	1 018	278	1 057
1955	336	451	1 029	290	1 084
1956	597	649	1 361	369	1 370

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Os festejos populares consistem, hoje, em apenas quatro festas religiosas. Assim é que, anualmente se realizam tríduos ou novenas, dedicados ao orago principal da igreja e outros santos da devoção católica. No dia 20 de janeiro festeja-se a São Sebastião; no dia 31 de maio, a Nossa Senhora da Conceição; a 4 de outubro, a São Francisco das Chagas e, finalmente, a 8 de dezembro, a padroeira Nossa Senhora das Graças. Os novenários se iniciam sempre com "Bandeira", procissão que se faz com o povo empunhando lanternas de papel de sêda e côres variadas. À noite, promovem-se animadas quermesses e leilões. No último dia, à tarde, ocorre a procissão do santo homenageado, quando é levada a percorrer os principais logradouros da cidade, a sua imagem, juntamente com a de outros de devoção popular. Fazem o cortejo as associações pias, ostentando as respectivas insígnias, incorporando-se o povo, que acompanha em atitude respeitosa, respondendo à recitação do têrço ou entoando hinos.

VULTOS ILUSTRES — *Dr. Antonele de Castro Bezerra* — Professor emérito da Faculdade de Direito do Ceará, homem de letras e uma das glórias intelectuais do Estado. Falecido. *Gervásio Nogueira* — Jornalista e poeta. *Doutor Virgílio Barbosa* — Notável advogado, em São Paulo, uma das grandes culturas jurídicas que o Ceará tem dado ao Brasil. *Dr. Antônio Bruno Barbosa* — Advogado culto, tendo militado no Território do Acre e em São Paulo, ocupando neste Estado o cargo de Juiz Seccional. Poeta elegante e inspirado. *Padre José Barbosa de Jesus* — Professor do Seminário e do Liceu do Ceará. Secretariou o bispado de Fortaleza. Dado ao estudo da mecânica. Polemista ardoroso.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Pacoti está encravado em terreno acidentado, do que resulta terem as suas ruas topografia irregular, que lhe afeia o conjunto. Possui a cidade alguns logradouros públicos bem iluminados, jardim, salientando-se boas residências, bom mercado municipal, bela matriz, edifícios do Grupo Escolar e Pôsto de Saúde, Ginásio São Luís, Ginásio Maria Imaculada, Ginásio Sagrado Coração de Jesus, e pavimentação regular. A sua agricultura tem sido intensificada, bastando citar que funcionam várias organizações de fomento agropecuário, tais como: o Pôsto de Revenda de Material Agrícola, o Subposto de Defesa Sanitária Vegetal, o Campo de Plantas Frutíferas de Guaramiranga, o Pôsto de Defesa Sanitária Vegetal, o Campo do Sítio Pirapora e o Hôrto Florestal, além da Cooperativa Agropecuária de Pacoti Lt.da e a Cooperativa Agropecuária de Guaramiranga, ambas tendo por principal finalidade a concessão de empréstimos aos pequenos agricultores. É servido por 8 açudes, com a capacidade de 4 milhões de metros cúbicos, para suprir as necessidades de água, nas épocas de crises climatéricas.

Igreja-Matriz de Nossa Senhora da Conceição

Pacotiense é a denominação dos habitantes locais.

Estavam inscritos 7 478 eleitores, dos quais apenas 3 526 votaram nas eleições de 1954.

O nome do município é o mesmo do rio, que nasce no extremo sul da Serra de Baturité, banha Pacoti, Redenção e Aquiraz e desemboca no oceano, depois de um curso de 120 km. É indígena e quer dizer: "voltado para o mar" — de *pa*, contração de paraná, mar, e *coti* ou *coty*, para, segundo a opinião de Martius. Paulino Nogueira, ao registrar essa etimologia, diz que o rio é realmente voltado para o mar, mas o são quase todos e, além disto, *paraná* significa rio grande e não mar. "O Ceará", de Raimundo Girão e Antônio Martins Filho, registra, de preferência, "rio das pacovas" — da abreviatura de *pacoba* e *Y*, água, interposto o *t* por eufonia, baseado na opinião de José de Alencar. O Barão de Studart registra, por sua vez, "pacobaty", rio das pacovas (bananas). "Quanto à etimologia dêste topônimo, comenta Pompeu Sobrinho, estão de acôrdo Teodoro Sampaio e Paulino Nogueira. Pacoty ou Pacoti seria o "Rio das bananeiras". As suas margens frescas comportam e poderiam mesmo justificar a interpretação. O vocábulo aplicado ao rio é, porém, bastante antigo, porventura anterior à divulgação da preciosa musácea, pelas férteis margens do nosso curso de água. Em vista disto, é possível analisar a palavra como se segue: *pa*, de ipá (lagoa) cuti, de acuti (cotih é conhecido roedor *dasy procta aguti*). Então a significação seria: "lagoa dos cutihs"; nada é de estranhar que de qualquer lagoa formada às margens do rio, o nome passasse ao próprio rio e, depois, como me parece, ao povoado de onde saiu a atual cidade".

PARACURU — CE

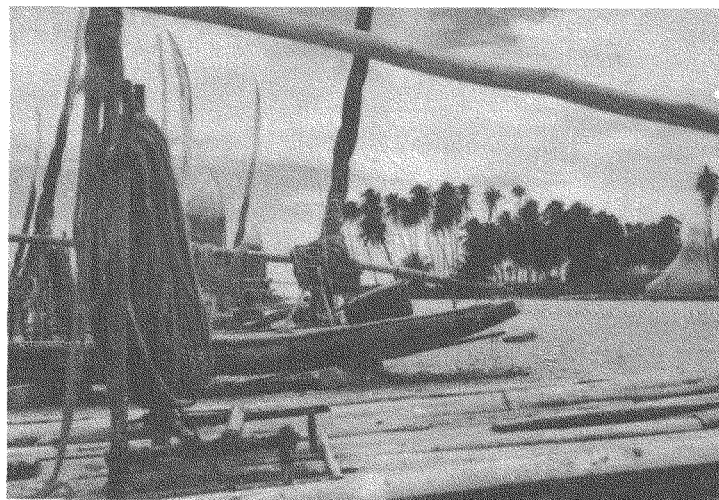
Mapa Municipal na pág. 75 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Antiga povoação de Paràzinho. O distrito foi criado pela Lei provincial n.º 1 020, de 14 de novembro de 1862, e por ato provincial de 6 de julho de 1863.

O município e a vila, com denominação de Paracuru, foram criados pela Lei provincial n.º 1 235, de 27 de novembro de 1868, com sede na povoação de Alto Alegre do Paràzinho e território desmembrado do município de Trairi.

Suprimido pela Lei n.º 1 604, de 14 de agôsto de 1874, foi a sede transferida para Trairi. Pelo Decreto estadual n.º 73, de 1.º de outubro de 1890, foi restaurada a vila e o município, com sede no núcleo de Paracuru, dando-se a sua instalação em 25 de outubro do mesmo ano.

Na divisão administrativa do Brasil, relativa ao ano de 1911, o município se compõe dos distritos de Paracuru e São Gonçalo.

A Lei estadual n.º 1 841, de 17 de agôsto de 1921, o extinguiu, mais uma vez, transferindo-lhe a sede para a povoação de São Gonçalo, então elevada à categoria de vila, e a Lei estadual n.º 1 936, de 12 de novembro de 1921, deu a denominação de São Gonçalo ao município. Estas duas leis foram revogadas pela de n.º 2 368, de 30 de julho de 1926, que fêz voltar a sede para Paracuru. Esta lei foi, por seu turno, revogada pela de n.º 2 589,

Vista da praia balneária de Paracuru

de 15 de setembro de 1928, que revigorou as citadas Leis números 1 841 e 1 936.

O Decreto n.º 193, de 20 de maio de 1931, mudou de novo a sede para a vila de Paracuru, assim permanecendo no Decreto estadual n.º 1 156, de 4 de dezembro de 1933. Nesse ano, Paracuru se compõe dos distritos da sede, Mundaú, Passagem do Tigre, Pecém, São Gonçalo, Serrote, Siupê e Trairi.

Em 1935, o Decreto n.º 64, de 7 de agôsto, transferiu novamente a sede para São Gonçalo, dando igual nome ao município. O distrito de Paracuru permaneceu anexo a São Gonçalo, até que a Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, elevou-o à condição de município e a vila à de cidade, sòmente instalada em 25 de março de 1955. Em virtude dessa lei, o município compõe-se dos distritos de Paracuru e Paraipaba, ambos desmembrados do município de São Gonçalo do Amarante.

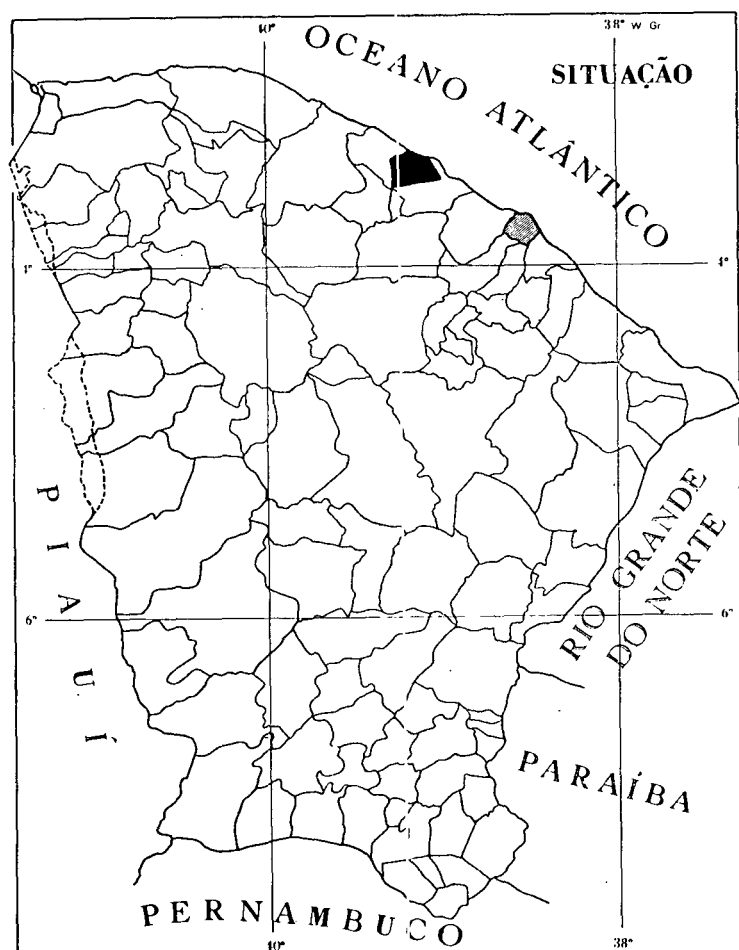
Em 1893 foi o local escolhido para observação do eclipse total do sol, ocorrido em 15 de abril. A Paracuru vieram duas comissões científicas, uma da Real Sociedade Astronômica de Londres, e outra brasileira, chefiada pelo cientista Dr. H. Moritze.

A freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, com sede na povoação de Paràzinho, foi instituída pela mesma lei que criou o distrito.

A capela de Nossa Senhora dos Remédios, colocada no lugar Alto Alegre, elevada à categoria de matriz, teve patrimônio doado pelo padre João Francisco Nepomuceno Rocha, fundador da povoação e primeiro Vigário da freguesia.

O têrmo judiciário data da criação do município e pertencia, em face da Lei n.º 1 408, de 9 de agôsto de 1871, à comarca de Itapipoca. Depois de várias vêzes extinto e tantas outras restaurado, Paracuru figura, nos têrmos do Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943, como distrito judicial de Anacetaba (ex-São Gonçalo), assim permanecendo até que a Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, que restabeleceu o município, desmembrado do de São Gonçalo do Amarante (ex-Anacetaba), instalado em 25 de março de 1955, passou à categoria de comarca de primeira entrância, provido de Juiz de Direito, Promotor de Justiça e Adjunto, em face da Lei n.º 3 508, de 20 de dezembro de 1956.

Nas eleições gerais de 1954 foram eleitos: Prefeito — Francisco Batista de Azevedo; Vereadores: Otacílio de Sousa Moreira, José Domingos de Sanders, José Acúrcio Barroso, Raimundo Iran Barroso, Afonso Barroso Cordeiro, Francisco José da Silva Carvalho e Hermano José Meireles Alves.

LOCALIZAÇÃO — Município da Zona do Litoral, é banhado pelo rio Curu, que nasce na serra do Machado e desemboca no mar, depois de um percurso de 220 quilômetros. A cidade, localizada nas proximidades da foz dêsse rio, pela margem direita, tem calculadas, com aproximação de minutos, as seguintes coordenadas geográficas: 3° 23' de latitude Sul, e 39° 5' de longitude W.Gr. Paracuru limita com os seguintes municípios: Trairi, São Gonçalo do Amarante e, ainda com o Oceano Atlântico. Distância, em linha reta, da Capital do Estado: 75 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — A fase chuvosa, ou inverno, vai comumente de janeiro a maio, declinando pelo mês de junho, quando tem início o verão ou tempo sêco, que se prolonga até dezembro, às vêzes com passageiras chuvas de permeio. No verão, o clima é quente durante o dia, sendo as noites frescas e agradáveis. As temperaturas oscilam de 26 a 27 graus centígrados.

ÁREA — O município foi desmembrado recentemente do de São Gonçalo do Amarante, com uma área de 258 km^2. ocupando o 93.° lugar em extensão territorial, em relação às demais áreas dos municípios cearenses.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico é o rio Curu, que atravessa o município, dividindo-o em duas metades. Separa o distrito da sede do de Itaipaba, tendo sua foz nas proximidades da sede municipal, depois de um curso de 220 km, quando deságua no mar. Há ainda o rio Anil, nos limites com os município de São Gonçalo do Amarante; a lagoa dos Almécegas; a lagoa da Cana Brava; a ponta do Purunquara e a enseada da Lagoinha.

POPULAÇÃO — No Recenseamento Geral de 1950, Paracuru era distrito do município de São Gonçalo do Amarante e sua população era de 14 503 habitantes (7 359 homens e 7 144 mulheres).

No quadro rural localizavam-se 90,39% de sua população, ou seja, 13 110 habitantes (6 653 homens e 6 457 mulheres) donde se conclui que o município era preponderantemente rural.

O município de Paracuru, formado dos distritos de Paracuru e Paraipaba, segundo estimativa elaborada pela Inspetoria Regional de Estatística, tem efetivo de 14 887 habitantes (1.° de julho de 1957). Relativamente ao Censo de 1950 o crescimento percentual é da ordem 2,65%.

Aglomerações urbanas — À época do Recenseamento Geral de 1950, o aglomerado urbano era constituído da cidade de Paracuru, com 1 007 habitantes (500 homens e 507 mulheres) e a vila de Paraipaba, com 386 (206 homens e 180 mulheres), assim distribuídos: na zona urbana — .... 1 216 (611 homens e 605 mulheres) e na suburbana — 177 (95 homens e 82 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades fundamentais à economia do município são a agricultura, a pesca e a extração de cêra de carnaúba, sobressaindo as culturas de cana-de-açúcar, de algodão herbáceo, da mandioca-brava, milho, feijão e arroz, que constituem as principais fontes de riqueza local.

A safra agrícola de 1955 foi estimada pelo Departamento Estadual de Estatística em Cr$ 2 793 840,00, destacando-se as colheitas: 2 360 toneladas de cana-de-açúcar (Cr$ 708 000,00); 4 800 arrôbas de algodão herbáceo .. (Cr$ 480 000,00); 1 235 toneladas de mandioca-brava .. (Cr$ 432 250,00); 1 750 arrôbas de cebola .... (Cr$ 350 000,00); 75 000 quilogramas de mamona ...... (Cr$ 225 000,00); 1 280 sacas — 60 quilogramas — de feijão (Cr$ 215 040,00); 600 sacas — 60 quilogramas — de arroz (Cr$ 120 000,00); 1 200 sacas — 60 quilogramas — de milho (Cr$ 120 000,00).

Registraram-se pequenas culturas de banana, batata-dôce e manga.

Os centros compradores dos produtos agrícolas de Paracuru são a Capital do Estado e a cidade de Caucaia, esta em menor escala.

A atividade pecuária é reduzida, mas tem significação econômica, pois, além de abastecer o município, ainda restam excedentes para exportação.

O rebanho existente em 31-XII-1955, estimou-o o D.E.E. em 8 300 cabeças, no valor de .... Cr$ 5 126 000,00, composto de: bovinos — 1 000; eqüinos — 400; asininos — 800; muares — 300; suínos — 1 500; ovinos — 1 800; caprinos — 2 500.

A pequena exportação de gado é feita quase tôda para Fortaleza, sendo vendido o restante em Caucaia.

Vista da barra do rio Curu

Com referência à produção extrativa, é esta de vital importância econômica. A pesca é praticada em grande escala, seguindo-se-lhe a extração de cêra de carnaúba e sementes de oiticica. A pesca anual vem superando, de muito, os 2 milhões de cruzeiros. Estão localizadas em Paracuru duas colônias de pescadores, sendo uma situada no lugar denominado Lagoinha, e outra, no Distrito de Paracuru, de onde provém grande parte do peixe consumido em Fortaleza.

A produção de cêra de carnaúba em 1956 somou 1 700 arrôbas (Cr$ 1 530 000,00), atingindo a de sementes de oiticica 20 100 quilogramas (Cr$ 48 240,00). As demais extrações (barro, madeiras, etc.) não merecem registro.

Foram produzidos em 1955, de acôrdo com apurações do Registro Industrial, 200 000 quilogramas de rapadura (Cr$ 800 000,00); 6 000 litros de aguardente de cana .... (Cr$ 72 000,00); 5 000 sacas — 60 quilogramas — de farinha de mandioca (Cr$ 650 000,00); e 10 000 quilogramas de polvilho ou goma (Cr$ 25 000,00).

Sôbre a eletricidade, há produção de energia para iluminação pública e particular, não se verificando distribuição de fôrça.

A indústria vai pouco além da que ficou acima expressa. Em 1956 apenas dois estabelecimentos fabris, sem referir a pequena indústria rural de transformação, preencheram os questionários do Registro Industrial, nenhum dos quais chegou a ocupar 5 pessoas, dedicando-se um à panificiação e outro ao fabrico de tijolos de alvenaria e telhas comuns.

COMÉRCIO E BANCOS — Operam na sede municipal 5 estabelecimentos varejistas. O comércio local transaciona com as praças de Fortaleza e Caucaia, importando tecidos, cereais, bebidas e miudezas em geral. Paracuru exporta cêra de carnaúba e semente de oiticica.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município de Paracuru é servido por um campo de pouso, em estado de quase abandono. Liga-se aos municípios vizinhos e à Capital Estadual pelos seguintes meios de transporte: a São Luís do Curu — rodovia — 46 km; a São Gonçalo do Amarante — rodovia, via Croatá — 56 km, ou carroçável, via Paraipaba — 36 km; a Trairi — carroçável — 49 km; à Capital Estadual — rodovia — 101 km.

Na cidade há uma agência postal-telefônica do Departamento Regional dos Correios e Telégrafos para as comunicações com outros centros populosos.

ASPECTOS URBANOS — Os 25% da área da cidade são pavimentados a paralelepípedo. Há 5 ruas totalmente calçadas e uma praça com pavimentação parcial. Para abrigar os visitantes há um hotel, com diária de Cr$ 80,00. A cidade é dotada de iluminação pública e particular, possuindo 44 ligações domiciliares.

Estão registrados na Prefeitura Municipal 4 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-odontológica é prestada pela Policlínica dos Pescadores. Há ainda, na sede municipal, 1 dentista no exercício da profissão. Conta-se 1 farmácia na cidade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Pratica-se a assistência aos pobres necessitados através da Conferência de São Vicente de Paulo e do Centro de Obras Sociais.

ALFABETIZAÇÃO — A população urbana com 5 anos e mais, da cidade de Paracuru, segundo o Recenseamento Geral de 1950, foi de 851 pessoas. Destas, 350 sabiam ler e escrever, sendo 155 homens e 195 mulheres.

Ensino — Existiam, em 1956, no município de Paracuru 66 unidades escolares de ensino fundamental comum, com a matrícula inicial de 1 834 alunos de ambos os sexos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955	...	288	567	60	599
1956 (1)	...	432	623	85	623

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Realizam-se as seguintes cerimônias populares: festa de Santa Rita, no Distrito de Paraipaba; tem início a 21 de outubro e se prolonga até 31 do mesmo mês, encerrando-se com brilhante procissão. Festa de Nossa Senhora dos Remédios, na Matriz de Paracuru, realizada na primeira quinzena de outubro e as animadas festas de dezembro, no período de 22 a 31. Dentre as procissões que reúnem maior número de fiéis, citam-se a de "Corpus Christi" e a de São Pedro, esta, promovida pelos pescadores, e que consta de um desfile, saindo da Igreja-Matriz, em direção à praia até alcançar as ondas, onde a imagem do santo é posta em uma jangada, fazendo um giro pelo mar, seguida por todos os pescadores em suas embarcações.

VULTOS ILUSTRES — Possuiu o município um filho que se destacou no cenário Nacional — foi o grande poeta *Antônio Sales,* jornalista e romancista de renome, o qual por modéstia, não pertenceu à Academia Brasileira de Letras. Salientaram-se, ainda, no jornalismo e nas letras os seguintes: *Abgail Sampaio,* professôra diplomada e poetisa de fino lavor; *Dr. Antônio Juvêncio Barroso,* bacharel em Direito, jornalista e literato.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A bela enseada formada pela embocadura do rio Curu, próxima à cidade, empresta encanto à praia balneária, tornando-a plana, extensa e manso o mar, podendo ser considerada como atração turística.

Aspecto do transporte do gado bovino, feito pelo rio

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Merece realce, o interêsse despertado pela cultura do caju. No Campo de Caju de Paracuru existem 5 mil cajueiros, já em produção, e mais de 55 mil espalhados pelo território do município, perfazendo assim um total de 60 mil pés.

Em 1954 estavam alistados 4 121 eleitores, dêstes, 2 199 votaram nas eleições daquele ano.

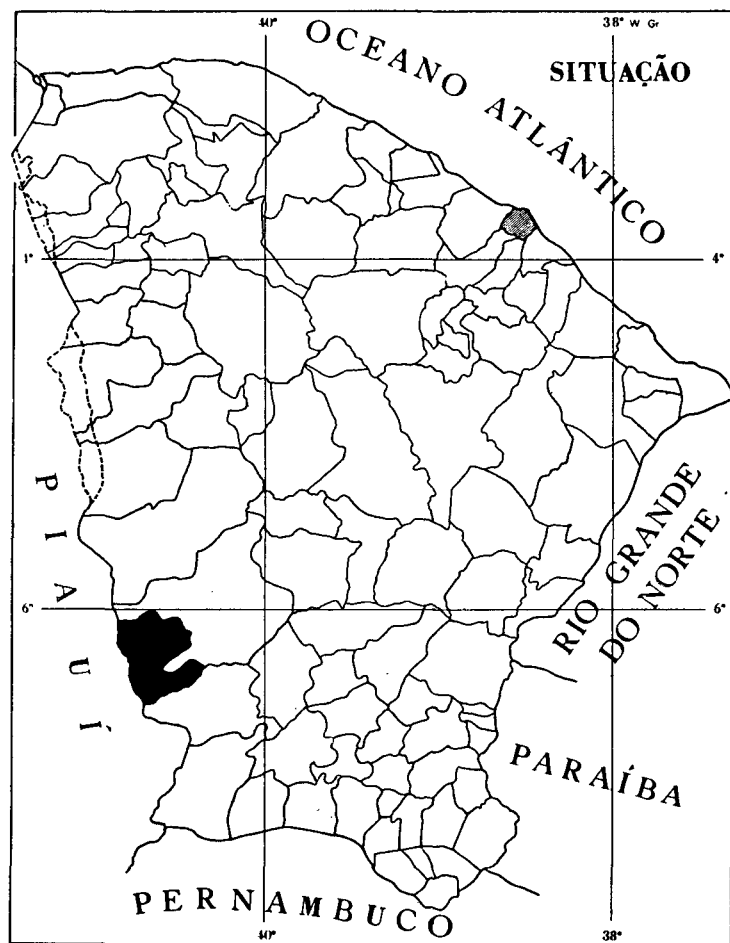
Paracuruense é a denominação local dos habitantes do município.

PARAMBU — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O distrito de São Pedro de Cachoeirinha foi criado pela Lei estadual n.º 2 677, de 2 de agôsto de 1929, com território desmembrado do distrito de Marrecas, e sede na próspera fazenda pertencente ao abastado fazendeiro Enéas de Castro, que mandou construir uma capela, sob a invocação de São Pedro, doando-lhe o patrimônio de dois hectares de terra. Convergiu para o local não pequeno número de pessoas que construíram residências e se organizaram em florescente povoado, com algumas casas de comércio.

O Distrito de São Pedro da Cachoeirinha que figura no município de Tauá na divisão administrativa referente ao ano de 1933 (Decreto n.º 1 156, de 4 de dezembro) e no quadro territorial anexo ao Decreto-lei n.º 169, de 31 de março de 1938, retificado pelo de n.º 378, de 20 de outubro do mesmo ano, passou a denominar-se simplesmente Cachoeirinha, por determinação do Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, que fixou o quadro territorial vigorante no qüinqüênio 1939-1943. A 30 de dezembro de 1943 (Decreto-lei n.º 1 114), nova alteração toponímica veio modificar o designativo do distrito, substituindo-se a forma portuguêsa Cachoeirinha pela correspondente indígena Parambu. O município de Parambu, criou-o a Lei número 3 338, de 15 de setembro de 1956, com sede na vila de Parambu e território dos distritos de igual nome e Cococi, desmembrados do município de Tauá, quando governava o Ceará o Dr. Paulo Sarasate Ferreira Lopes. Aos 22 de outubro seguinte deu-se a instalação, em caráter simbólico, do novo município, que permaneceu subordinado administrativamente à Prefeitura de Tauá. As eleições municipais para a escolha dos governantes realizaram-se em 4 de agôsto de 1957. O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Francisco Alves Teixeira. É o seguinte o quadro de vereadores à Câmara: Luís Teixeira Noronha (Presidente), Manuel Bezerra de Farias (Secretário), Laudimiro Torquato Ferreira Lima, Francisco de Sousa Filho, Francisco Carlos da Silva, Antônio da Costa Leitão Neto e Plínio Alves Feitosa.

LOCALIZAÇÃO — Município da Zona Fisiográfica do Sertão do Sudoeste, desmembrado do de Tauá, está incluído integralmente no "Polígono das Sêcas". A cidade, próxima à fronteira com o vizinho Estado do Piauí, fica na serra Grande, a 400 metros de altura. A distância, em linha reta, da capital do Estado, é de 366 quilômetros. Registram-se as seguintes coordenadas geográficas: 3º 23' de latitude Sul e 39º 5' de longitude W.Gr. Municípios limítrofes: Tauá, Aiuaba e ainda o Estado do Piauí.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Verificam-se temperaturas variáveis entre 23 e 33 graus. O inverno, ou fase chuvosa, começa geralmente em janeiro, estendendo-se até maio, declinando em junho, quando tem início o verão, ou época da sêca, que se prolonga até dezembro. A precipitação pluviométrica de 1956 foi de 781,2 milímetros.

ÁREA — A área do município é de 2 186 quilômetros quadrados, ocupando, assim, o 22.º lugar em extensão territorial, no conjunto dos municípios cearenses.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Parambu, situado na região dos Inhamuns, é de aspecto acidentado, sendo os seguintes os seus principais acidentes geográficos: serra Grande, nos limites com o Estado do Piauí, serra do Charita, ser-

Praça da Matriz

ra do Silveira nos limites com Saboeiro, riachos São Gonçalo do Rosário, riachão Santa Rita, Quandu, Cipriano, da Ingá, Santo Antônio, dos Pereiros, dos Cavalos, Marinho, do Correia, João da Costa, do Papagaio, Canindé, Coronzó, Urucu e Torrões.

RIQUEZAS NATURAIS — Jazidas de pedras calcárias, barro e areia para construção, madeiras, carnaubais, oiticica, animais silvestres, pescado, mel e cêra de abelhas.

POPULAÇÃO — No Recenseamento Geral de 1950, o atual município de Parambu, bem como o seu distrito de Cococi, eram distritos do município de Tauá, do qual foram posteriormente desmembrados, e as suas populações totalizavam 15 458 habitantes (7 734 homens e 7 724 mulheres). No quadro rural localizavam-se 92,54% dessa população, ou seja, 14 305 habitantes (7 198 homens e 7 107 mulheres), donde se conclui que o município era preponderantemente rural. A Inspetoria Regional de Estatística estima, para 1.º de julho de 1957, o efetivo populacional de 21 313 habitantes para o município de Parambu, ou seja, 17 960 para o distrito da sede e 3 353 para o de Cococi. O acréscimo é da ordem de 37,88% sôbre os resultados censitários.

Casa Paroquial

Aglomerações urbanas — À época do Recenseamento Geral de 1950, o aglomerado urbano da atual cidade de Parambu constituía-se de 1 096 habitantes (506 homens e 590 mulheres); e o da vila de Cococi — 57 (30 homens e 27 mulheres). Totalizavam 1 153 habitantes, assim distribuídos: no quadro urbano da cidade e vila — 629 (288 homens e 341 mulheres); e no suburbano — 524 (248 homens e 276 mulheres).

Capela de São Pedro

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica do município reside no labor agrícola e pastoril, atividade que ocupa maior número de pessoas ativas (10 anos e mais).

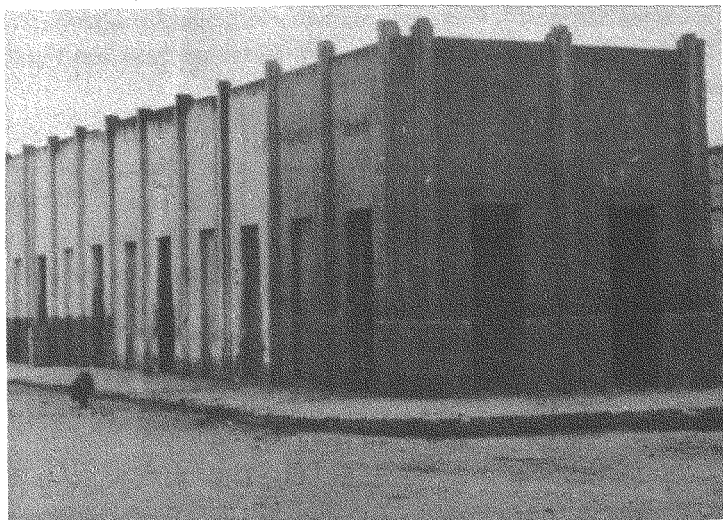
As principais culturas são milho, feijão, mandioca, algodão e cana-de-açúcar. Os produtos agrícolas disponíveis são exportados para a capital do Estado e Campina Grande, na Paraíba. Esta última, mercado comprador de algodão e de farinha de mandioca.

A pecuária tem grande significação para a economia municipal. Há exportação de gado destinado ao corte, principalmente, para a cidade de Fortaleza.

Parambu possui grande área em matas naturais tendo certa evidência a extração de madeira. Há, também, produção de cêra de carnaúba. Eleva-se a 10 000 kWh a produção de energia elétrica para iluminação pública e particular, não havendo distribuição para fôrça.

O principal ramo industrial é o de produtos alimentares, sendo os sub-ramos a fabricação de farinha de mandioca, rapadura, queijo e manteiga.

É praticada a pesca nos rios e açudes, pela população pobre, visando a sua própria alimentação.

Grupo Escolar

Quarteirão comercial

COMÉRCIO — Estão operando, na sede municipal, 2 estabelecimentos atacadistas e 77 varejistas. O comércio local mantém intercâmbio com as praças de Fortaleza, Tauá, Crateús, Campina Grande, na Paraíba, e Recife, em Pernambuco. Principais mercadorias importadas: arroz, açúcar, café, tecidos, fumos preparados, miudezas, calçados, etc. Parambu exporta, em pequena quantidade, cêra de carnaúba.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por estradas de rodagem. A cidade liga-se com as comunas vizinhas e com a capital do Estado, pelos seguintes meios de transporte: Tauá — rodovia — 62 km; Saboeiro — rodovia — 85 km; Pitombeiras (PE) — rodovia — 48 km; capital do Estado — misto: a) rodovia (até Senador Pompeu) 85 km, e b) ferrovia — 290 km.

Acha-se instalada na cidade uma Agência postal, por onde são realizadas as comunicações dos habitantes do município com outros centros de população.

ASPECTOS URBANOS — A cidade é dotada de iluminação pública e particular, existindo 55 ligações domiciliares. Na Prefeitura Municipal acham-se registrados 2 automóveis e 2 caminhões. A única pensão existente cobra a diária de Cr$ 60,00 para alimentação e pousada. Os seus logradouros não possuem qualquer espécie de pavimentação.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — É evidente a pobreza de Parambu no tocante à assistência médica. Há, sòmente, 1 farmacêutico e 1 dentista, assistindo a população local, além de uma farmácia na cidade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Círculo Operário de Parambu, fundado em 1951, presta assistência social, exclusivamente, aos trabalhadores associados.

ALFABETIZAÇÃO — Conforme se verifica do Recenseamento Geral de 1950, existiam, nos distritos de Parambu e Cococi, 915 habitantes de 5 anos e mais, dos quais 401 sabiam ler e escrever (191 homens e 210 mulheres). Parambu, hoje sede de município, possuía, à época daquela operação censitária, 868 pessoas com a mesma idade escolar. Dêsse total, 389 eram alfabetizadas, ou seja, 184 do sexo masculino e 205 do feminino.

Ensino — Conta êste novo município com 8 unidades de ensino primário fundamental comum e duas do ensino supletivo, com a matrícula inicial de 195 alunos de ambos os sexos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	112	61	29	169
1951.......	—	104	64	31	168
1952.......	—	186	70	33	256
1953.......	—	235	72	34	260
1954.......	—	315	80	34	188
1955.......	—	569	79	36	335
1956.......	—	569	84	37	337
1957.......	—	298	100	50	...

(1) Não há arrecadação federal. A receita estadual de 1957 é correspondente aos 5 primeiros meses de 1957. A receita municipal corresponde à parte contida no orçamento municipal ainda do município de Tauá, visto como Parambu continua administrativamente vinculado a Tauá. Também os dados dos anos de 1950 a 1957 referem-se à parte arrecadada por Tauá.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — A população de Parambu movimenta-se para a festa de São Pedro, realizada no dia 29 de junho, precedida de novenas e culminando com imponente procissão. Também a 8 de dezembro, em Cococi, têm lugar as festividades em honra da padroeira do distrito, Nossa Senhora da Conceição. São tradicionais no município as "Danças de São Gonçalo", realizadas nos meses de junho a dezembro, sem alteração do ritual secular.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Acham-se inscritos na repartição competente 6 155 eleitores. Parambuenses é como são conhecidos os habitantes locais.

Parambu significa, em linguagem indígena, "pequena cachoeira" ou "cachoeirinha". A Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, com sede na vila de Cococi, fundada em 1772, conta com 5 templos, inclusive o da matriz e 7 associações religiosas, com elevado número de adeptos.

PEDRA BRANCA — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O local, onde se formou a cidade, chamava-se, anteriormente, Tabuleiro da Peruca. Os vaqueiros, que campeavam na região, tomavam, como ponto de referência uma pedra muito alva que aí havia, de pouca altura, em cujas proximidades se construiu a capela de São Sebastião.

Com território desmembrado de Maria Pereira, atualmente Mombaça, foi criado o município com sede no núcleo de Pedra Branca, elevado à categoria de vila pela Lei provincial n.º 1 407, de 9 de agôsto de 1871. Dois anos após, criava-se a freguesia de São Sebastião (Lei provincial n.º 1 439, de 23 de agôsto de 1873), que foi canônicamente instituída pela provisão de 6 de dezembro do mesmo ano, sendo nomeado primeiro vigário o Padre João do Nascimento e Sá, a êsse tempo coadjutor de Maria Pereira, o qual veio a tomar posse em 4 de janeiro de 1874.

Monumento a Santa Rita

Waldery Uchoa (*in* "Anuário do Ceará — 1953-1954" — 1.º volume), referindo-se a fatos interessantes ocorridos no município, escreve o seguinte:

"Pedra Branca, como quase tôdas as cidades do interior, não se livrou dos dias intranqüilos que viveu a Província do Ceará nos meados do século dezenove. Foi uma quadra tremenda da nossa história. Era gente ruim por todo canto. Os governos viam-se em milindrosa situação.

"Vai daí, entre 1871 e 1874, andar pelos sertões um bando de cangaceiros sob o mando de Manuel Ribeiro de Melo. Tinha quatro companheiros e um dêles era desertor do 14.º Batalhão de Infantaria. Cabra mau e perverso.

"Depois de assaltarem fazendas e povoados nos sertões de Boa Viagem, Tamboril, Santa Quitéria e Creteús, lá se foram em demanda da serra de Santa Rita.

"Belo dia, foram ter a Pedra Branca. Foi um Deus-nos-acuda. Depredaram, fizeram misérias. Foi um dia de juízo. Armados até os dentes, por onde passavam, deixavam o rastro de sangue e de perversidade inaudita.

"Eram cangaceiros, criminosos de muitas mortes.

"Outra feita, em 1876, por causa de um dêstes celerados que percorriam os sertões deu-se uma verdadeira revolução dentro de Pedra Branca.

"Perseguido, veio ter a novel vila certo cabra conhecido apenas pela alcunha de Cangaço. Havia cometido crime e o juizado de Boa Viagem lhe perseguia os passos não lhe dando trégua.

"Realizavam-se, todavia, as missões dos padres estrangeiros Guilherme Van Sand e Antônio Azemar. Dias de festas, vilarejo alegre, apinhado de gente, com novenário à tardinha e pregações seguidas de atos de piedade cristã.

"É nesta oportunidade que acontece o inesperado. Cangaço, ouvindo as prédicas, resolve por a vida em ordem e apresta papéis para o casório com aquela com quem vivia desde muitos anos.

"Na hora, porém, em que a cerimônia era realizada, ouve-se a voz terrível da lei: — Cangaço, esteja prêso!

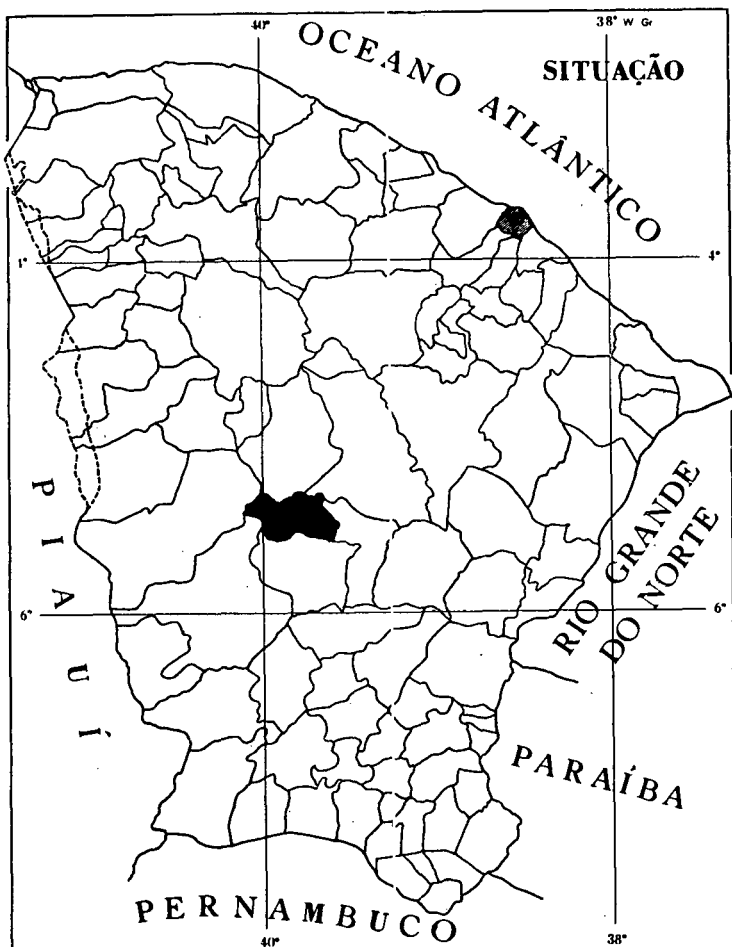
"Foi os diabos!... Correu gente, agitou-se meio mundo. Azáfama tremenda. Não houve jeito, o homem foi trancafiado.

"Mas os sacerdotes não se conformaram e agitaram o povo. E lá se veio pedido de "habeas corpus".

"Manhã seguinte, lá andavam os padres para cima e para baixo. Agita-se o povo. Agrupa-se, e lá se vai todo mundo soltar o Cangaço. Invadem a cadeia e o homem é carregado entre vivas e aplausos do povaréu agitado... De criminoso, perseguido pela Lei, se transforma em herói, aclamado em delírio".

No quadro da divisão administrativa do Brasil, relativo ao ano de 1911, o município de Pedra Branca compõe-se de um único distrito — o da sede. A Lei estadual número 1 769, de 24 de setembro de 1920, elevou a vila à categoria de cidade. Em virtude do Decreto estadual número 193, de 20 de maio de 1931, que organizou o quadro administrativo do Estado, imediatamente após os sucessos da Revolução de 1930, quando era Interventor Federal do Ceará o Dr. Manuel do Nascimento Fernandes Távora, o município de Pedra Branca foi extinto, aparecendo na divisão relativa ao ano de 1933 (Decreto n.º 1 156, de 4 de dezembro) como distrito do município de Senador Pompeu. Pelo Decreto estadual n.º 1 540, de 3 de maio de 1935, o povoado de Pedra Branca foi reerguido em vila, sede do município do mesmo nome. Nos quadros territoriais relativos a 1936 e 1937, bem como no anexo ao Decreto-lei n.º 169, de 31 de março de 1938, retificado pelo Decreto n.º 378, de 20 de outubro do mesmo ano, Pedra Branca se constitui dos distritos da sede e Tróia. A Vila de Pedra Branca foi definitivamente elevada à categoria de cidade, continuando o município com os mesmos distritos da divisão anterior, no Govêrno do Interventor Federal Francisco de Menezes Pimentel (Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938). O têrmo judiciário de Pedra Branca, criado pela Lei estadual n.º 1 572, de 26 de setembro de 1918, foi provido de Juiz togado. Extinto em 1931 (Decreto estadual n.º 193), teve o território anexado a Senador Pompeu, restaurando-se juntamente com o município em 1935, jurisdicionado à comarca de Senador Pompeu. A comarca, criou-a a Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948, em obediência ao art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do Estado que erigiu os têrmos providos com juízes municipais em comarcas de primeira entrância. Conta o município atualmente com os distritos da sede, Mineirolândia (criado pela Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951), Riachão do Banabuiú (criado pela Lei n.º 2 162, de 14 de dezembro de 1952) e Tróia. Nas eleições gerais de 1954, foram eleitos: Prefeito — José Júlio Lins Cavalcante; Vereadores — Armando Lins de Sousa, Domingos Cesário Dantas, Fernando Vieira Cavalcante, Francisco Teófilo da Silva, Jáder Vieira Coelho e Silva, José Mineiro, José Vieira Cavalcante, Manuel Lins de Carvalho e Sabino Vieira Cavalcante.

Pôsto de Saúde Estadual

LOCALIZAÇÃO — O município fica situado na Zona do Sertão Central. O território localiza-se, em parte, sôbre a serra de Santa Rita, de terras férteis, e, em parte, sôbre o sertão. A cidade tem as seguintes coordenadas geográficas: 5° 27' 15" de latitude Sul e 39° 36" de longitude W.Gr. Rumo e distância da capital do Estado, em linha reta: direção S.S.O., 230 quilômetros. Municípios limítrofes: Tauá, Independência, Boa Viagem, Senador Pompeu, Mombaça e Quixeramobim.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 480 metros.

CLIMA — Apresenta-se salubre e ameno. Registram-se temperaturas, em graus centígrados, da ordem de 20 a 28. A fase das chuvas ou invernosa tem início, comumente, no mês de janeiro, com trovoadas, prolongando-se até maio, quando começa o verão ou época sêca, que vai até dezembro.

ÁREA — Corresponde a 1 314 quilômetros quadrados. Ocupa o 41.° lugar em extensão territorial, em relação às áreas dos demais municípios cearenses.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município apresenta aspecto territorial acidentado. Seus principais acidentes geográficos são os seguintes: serra da Pedra Branca e serra das Bananeiras, nos limites com o município de Mombaça; serra do Boqueirão e Serra das Pipocas, nos limites com o município de Independência; serra de Santa Rita, nos limites com o município de Boa Viagem; serra do Bom Jesus, nos limites com os municípios de Mombaça e Tauá; serrotes do Galo e da Pelada; rio Banabuiú; rio Patu e riachos Pedra Dágua, São Bento, Verde, das Pedras, do Côco, Nossa Senhora, do Deserto, Santa Bárbara, do Angico, Ôlho Dágua, Mulungu, do Saco, Juá, Malhadinha, do Serrote, Conceição, Cacimbas e Capitão-Mor.

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas naturais de Pedra Branca são, no reino mineral, jazidas de barro; no vegetal, madeiras para construção, fins industriais e domésticos, e no reino animal, a pesca, a caça e a apicultura.

POPULAÇÃO — A população do município de Pedra Branca, segundo o Censo de 1950, era de 22 108 habitantes, sendo 10 972 homens e 11 136 mulheres; eram brancos — 10 789 (5 270 homens e 5 519 mulheres); pretos — 718 (357 homens e 361 mulheres); pardos — 10 568 (5 337 homens e 5 241 mulheres); e sem declaração 23 (8 homens e 15 mulheres).

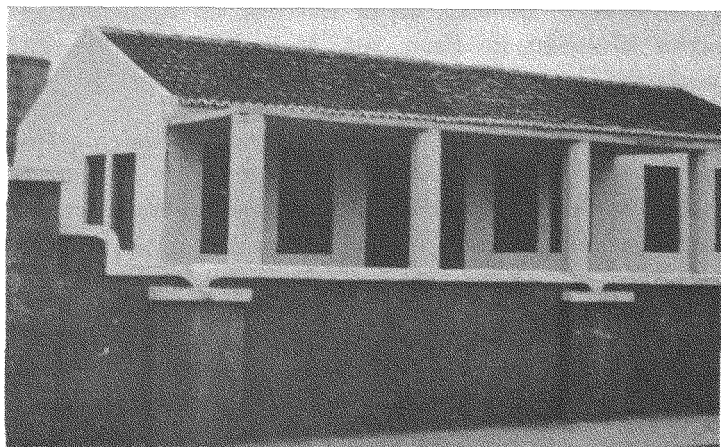
Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 11 330 (5 529 homens e 5 801 mulheres), 4 201 eram solteiras (2 151 homens e 2 050 mulheres); casadas — 6 538 (3 257 homens e 3 274 mulheres); desquitadas — 2 (1 homem e 1 mulher); viúvas — 588 (117 homens e 471 mulheres) e sem declaração de estado conjugal — 8 (3 homens e 5 mulheres).

Exceto 1 homem naturalizado, os demais habitantes do município eram de nacionalidade brasileira, em número de 22 107 (10 971 homens e 11 136 mulheres).

Em religião, predominavam os católicos apostólicos romanos, com 21 958 (10 886 homens e 11 072 mulheres); protestantes — 51 (26 homens e 25 mulheres); espíritas — 15 (8 homens e 7 mulheres); 1 homem pertencia a outra religião; sem religião 24 (17 homens e 7 mulheres) e sem declaração de religião — 59 (34 homens e 25 mulheres).

A densidade demográfica era de 16,82 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 92,81% localizavam-se na zona rural, num total de 20 408 (10 160 homens e 10 248 mulheres). Entre os 10 primeiros municípios com maior índice de população rural, ocupa o 8.° lugar com 92,31%. A Inspetoria Regional de Estatística estima a população de Pedra Branca, para 1.°-VII-1957, em 27 504 habitantes, verificando-se, assim, um crescimento de .... 24,90% sôbre o efetivo populacional encontrado pelo Censo de 1950, ou seja, de 5 504 pessoas.

Aglomerações urbanas — Em 1950, eram duas as aglomerações urbanas do município: a cidade de Pedra Branca com 1 623 habitantes (774 homens e 849 mulheres); e

Grupo Escolar Francisco Vieira Cavalcante

Pôsto de Puericultura

a vila de Tróia com 77 (38 homens e 39 mulheres). No quadro urbano da cidade e vila, existiam 1 000 habitantes (471 homens e 529 mulheres) e no suburbano 700 (341 homens e 359 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As principais fontes de renda de Pedra Branca são a agricultura e a pecuária, dado que as suas terras prestam-se, admiràvelmente, ao labor agropecuário. Consoante revelação do Censo Demográfico de 1950, das pessoas ativas (10 anos e mais), 39% estavam ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A safra de 1955 apresentou o seguinte resultado: 72 500 arrôbas de algodão — Cr$ 7 975 000,00; .. 150 000 sacas de 60 kg de milho — Cr$ 13 500 000,00; 37 600 sacas de 60 kg de feijão — Cr$ 13 160 000,00; .... 12 000 sacas de 60 kg de arroz — Cr$ 2 400 000,00; 3 750 centos de côco-da-baía — Cr$ 1 500 000,00; 360 000 toneladas de mamona — Cr$ 864 000,00; 850 toneladas de cana-de-açúcar — Cr$ 238 000,00. Os principais centros compradores dos produtos agrícolas são Senador Pompeu, Fortaleza e Campina Grande, na Paraíba. A pecuária pesa, grandemente, na balança comercial de Pedra Branca, visto que há exportação de gado para o Mercado de Fortaleza. Em 1955, os rebanhos valiam 19 milhões de cruzeiros, existindo as seguintes espécies: 3 600 bovinos, 1 150 eqüinos, 2 000 asininos, 800 muares, 6 200 suínos, 1 800 ovinos e 2 300 caprinos. É praticada a pesca por parte da população pobre, que encontra no pescado um precioso alimento, em face da atual carestia de vida, não constituindo, porém, fonte de renda para a municipalidade. Os produtos explorados do reino vegetal são madeiras e sementes de oiticica, e no reino mineral há sòmente a argila (barro) para a fabricação de tijolos e telhas. A produção de sementes de oiticica de 1956 atingiu 900 mil cruzeiros. Os principais ramos da indústria local são vestuário, alimentação e de minerais não metálicos, sendo sub-ramos fabricação de pães, sapatos, tijolos, telhas e farinha de mandioca, cuja produção alcança a quantia de dois milhões de cruzeiros. Eleva-se a 27 130 kWh, aproximadamente, a produção de energia destinada ao fornecimento de luz, não havendo distribuição para fôrça.

A agricultura e a pecuária estão sendo bem incrementadas, notadamente a primeira, existindo as seguintes organizações de fomento: Residência Agrícola de Pedra Branca, destinada a fornecer sementes aos agricultores; Campo de Fruticultura, para distribuição de mudas, e a Cooperativa Agropecuária, com o objetivo de desenvolver a agricultura e a pecuária.

COMÉRCIO — Operam, na sede municipal, 18 estabelecimentos varejistas, não existindo atacadistas. O comércio local transaciona com as praças de Senador Pompeu, Fortaleza, Juàzeiro do Norte e Campina Grande. Os principais artigos importados são: arroz, açúcar e medicamentos. O Censo Comercial de 1950 apurou a existência no município de 81 estabelecimentos varejistas, os quais venderam, em 1949, mais de 4 milhões de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Pedra Branca é servido por um campo de pouso. Liga-se aos municípios vizinhos e à capital Estadual pelos seguintes meios de transporte: Boa Viagem — rodovia — 58 km; Independência — a cavalo — 82 km; Mombaça — rodovia — 60 km; Quixeramobim — a cavalo (via São Miguel) — 84 km, ou rodovia (via Mineirolândia) — 86 km; Senador Pompeu — 53 km; Tauá — rodovia — 96 km; capital Estadual — misto: a) rodovia — 93 km até Senador Pompeu, e b) ferrovia R.V.C. — 290 km.

Há na sede municipal uma Agência Postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos, para as comunicações locais.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Pedra Branca é dotada de iluminação pública e particular (esta com 172 ligações). Os seus 18 logradouros são desprovidos de pavimentação. Na sede municipal existem 600 prédios, aproximadamente, sendo 480 residenciais. Conta com duas pensões, com diária média de Cr$ 50,00. Na Prefeitura Municipal estão registrados 3 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Neste setor, a assistência é prestada à população do município por um dentista e 2 farmacêuticos. Na cidade estão em atividade duas farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A assistência social é prestada à população pelas seguintes instituições: Instituto Dom Bosco de Proteção à Infância Rural e duas Sociedades de São Vicente de Paulo. Existe a Cooperativa Agropecuária de Pedra Branca (Central), destinada ao desenvolvimento da agricultura e da pecuária, como indica a sua própria denominação.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, em Pedra Branca havia 17 852 pessoas com 5

Maternidade Municipal

anos e mais. Entre estas, 2 188, ou seja, 12% sabiam ler e escrever, sendo 1 073 homens e 1 115 mulheres. Na cidade viviam 1 350 habitantes do mesmo grupo de idade, dos quais 487 eram alfabetizados: 220 homens e 267 mulheres.

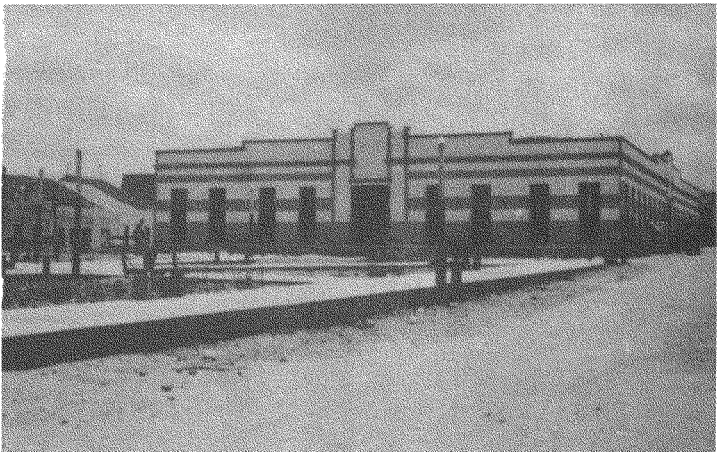
Ensino — Em 1956, contava o município de Pedra Branca com 13 unidades escolares de ensino fundamental comum, com a matrícula inicial de 458 alunos de ambos os sexos. A taxa de matrícula em 1950, atingiu 24,85% no referido município e 24,3% no Estado do Ceará.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe na cidade, 1 cinema, o Cine Serrano, com capacidade para 200 espectadores. Menciona-se também uma biblioteca de caráter geral, a Biblioteca Pública Municipal, com 700 volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	331	1 266	82	449
1951.......	—	448	1 134	140	421
1952.......	—	645	...	...	468
1953.......	—	792	...	...	523
1954.......	—	761	694	102	465
1955.......	—	993	937	146	642
1956.......	124	1 054	...	...	...

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — O município de Pedra Branca realiza, anualmente, nos meses de janeiro e junho, festas religiosas, que consistem de novenas, quermesses, leilões e outras atrações, culminando sempre com tradicional procissão em que é conduzida pelas principais ruas da cidade a imagem do santo homenageado, com a participação das associações religiosas da Paróquia e do povo em geral, que durante todo o trajeto entoam cânticos sacros e recitam o têrço, em atitude de grande respeito e piedade cristã.

VULTOS ILUSTRES — *Dr. Leonardo Ferreira da Mota* (Leonardo Mota) — Inegàvelmente o mais ilustre filho de Pedra Branca, tendo em vista o seu talento e a sua cultura. Um dos grandes nomes do folclorismo nacional, autor de inúmeros livros sôbre êsse interessante assunto, destacando-se os seguintes: "Violeiros do Norte" — "Prosa Vadia" — "Cantadores" e "No Tempo de Lampeão". Escreveu crônicas cintilantes e não têm conta os artigos que publicou nos jornais de Fortaleza. Bacharel em Direito, pertenceu a inúmeras associações culturais, valendo ressaltar: o Instituto do Ceará e Academia Cearense de Letras. *Monsenhor Dr. Aureliano Mota* — Orador primoroso e uma das figuras marcantes do clero cearense. *Coronel Augusto Vieira* — Antigo chefe político de grande projeção, tendo sido deputado Estadual. *Adauto Gondim* — Jornalista, escritor, cronista e poeta festejado. *Dr. Álvaro Lins Cavalcante* — advogado e deputado Federal. *Dr. Manoel Joaquim Cavalcante de Albuquerque* — Jornalista e advogado. *Doutor João Capistrano Mota* — Médico, e ex-Diretor da Saúde Pública do Ceará. *Dr. Cândido Borges* — Brilhante advogado no Rio de Janeiro. *Dr. Deusimar Lins Cavalcante* — Médico e deputado Estadual. *Monsenhor Dr. Raimundo de Oliveira* — Então Vigário-Geral de Manaus.

Mercado Público Municipal

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O culto católico apostólico romano em Pedra Branca conta com duas paróquias: a de São Sebastião, na sede municipal, com 11 templos, inclusive a igreja Matriz, e 10 associações religiosas, e a de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na vila de Mineirolândia, possuindo 7 templos, inclusive a igreja Matriz, e 4 associações religiosas. Quanto ao culto protestante, funciona na sede municipal a Assembléia de Deus, fundada em 1944, contando com 53 adeptos. Para atender às necessidades d'água, há no município 6 pequenos açudes, com capacidade para 1 milhão de metros cúbicos. Por ocasião das eleições de 1954, achavam-se inscritos 8 986 eleitores, tendo votado 3 416 pessoas.

PENTECOSTE — CE

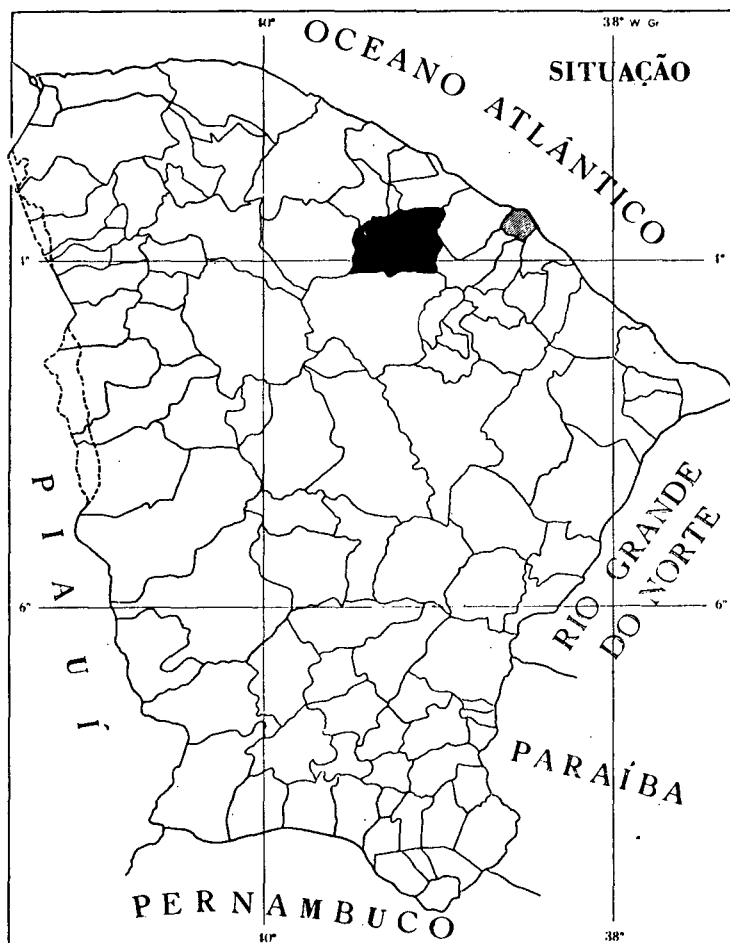
Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Em dias de 1860, Bernardino Gomes Bezerra fazia pousada à sombra de frondosa oiticica, à margem esquerda do rio Canindé. Nas suas viagens costumeiras, da praia, onde residia, à sua fazenda no sertão de Canindé, teve a idéia de construir uma casa, onde fixaria residência, em local a meio caminho entre as suas propriedades — a do litoral e a do sertão. Nessa emprêsa, Bernardino Gomes Bezerra contou com o apoio de Francisco Carneiro de Azevedo, proprietário das terras da fazenda Barrinha, cuja moradia principal distava cêrca de três quilômetros do sítio escolhido. Já em 1862 ali havia novas construções. Os moradores, liderados por "mestre" Bernardino, lançaram a pedra fundamental para construção de uma capela dedicada ao culto de Nossa Senhora da Conceição. Achando-se a povoação colocada a poucos metros da junção dos rios Canindé e Curu, deram-lhe o nome de "Barra da Conceição" ou "Conceição da Barra". Rezou a primeira missa naquelas paragens, no domingo de Pentecoste de 1864, o Padre Manuel Lima. Êsse fato singular da vida cristã naquela incipiente comunidade marcaria o início de sua gradativa emancipação, além de lhe conferir a bela denominação — Pentecoste —, perpetuando naquele rincão a memória da descida do Espírito Santo sôbre os Apóstolos.

Assim é que, em 1869, seria criada a freguesia de Nossa Senhora da Conceição (Lei n.º 1 283, de 29 de setembro), desmembrada da de Canindé e instituída canônicamente por Provisão de 8 de janeiro de 1870. No dia 10

Vista parcial de Acampamento

do mesmo mês foi nomeado Vigário o Padre Firmino Brant Rocha, cuja posse se efetivou a 2 de fevereiro. O município de Pentecoste surgiu em 23 de agôsto de 1873, com sede no núcleo de igual nome e elevado à categoria de vila e território desmembrado do município de Canindé (Lei n.º 1 542). Instaurado o regime republicano no país em 1889, o Decreto estadual n.º 18, de 5 de abril de 1892, suprimiu o município, que foi restaurado pela Lei estadual n.º 457, de 27 de agôsto de 1898, verificando-se sua reinstalação a 21 de novembro dêsse ano. No ano anterior, Pentecoste ficou pertencendo, juntamente com o têrmo de Arraial, à comarca de São Francisco (Lei n.º 422, de 29 de setembro de 1897), vindo a ser restabelecido com a restauração do município (Lei n.º 457, citada), sob o jurisdição da comarca de Canindé. No quadro da divisão administrativa do Brasil, relativo ao ano de 1911, o município de Pentecoste constituiu-se dos distritos da sede e Jacu. O Decreto n.º 193, de 20 de maio de 1931, do Interventor Dr. Manuel do Nascimento Fernandes Távora, extinguiu o município que, na divisão relativa ao ano de 1933 (Decreto n.º 1 156, de 4 de dezembro de 1933) é distrito do município de Arraial, atualmente Uruburetama. O Interventor Felipe Moreira Lima (Decreto n.º 1 540, de 3 de maio de 1935) restaurou-o, mais uma vez, constituindo-o com os distritos da sede, Cruz Matias, Jacu e General Sampaio, os dois primeiros desdobrados de Arraial, o de Jacu, do município de São Francisco, e General Sampaio, do de Canindé. Nos quadros territoriais datados de 31 de dezembro de 1936 e 1937, bem assim no anexo ao Decreto-lei número 169, de 31 de março de 1938, o município conserva os mesmos distritos; com exceção de Pentecoste que já o era, os núcleos-sedes dos distritos, em virtude dêsse último Decreto-lei, foram elevados à vila. A vila de Pentecoste recebeu foros de cidade a 20 de dezembro de 1938, por determinação do Decreto-lei n.º 448, que também simplificou o nome do distrito de Cruz do Matias para Matias. Antes de findar o período interventorial do Dr. Francisco de Menezes Pimentel, no Ceará, a nova divisão administrativa, que fixou o quadro territorial para vigorar, sem alteração, no qüinqüênio 1944-1948 (Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943), substituiu a denominação do distrito de Jacu pela de Apuiarés, conservando, por outro lado, os distritos figurantes na divisão anterior. Em 1947, a Constituição Estadual (Art. 22 do Ato das Disposições Transitórias) erigiu em sede de comarca de primeira entrância o têrmo judiciário de Pentecoste, situação que se efetivou com a Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948. Um ano após a realização do Recenseamento Geral de 1950, surgiu, no Govêrno Raul Barbosa, a Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, sòmente publicada no ano seguinte; nessa Lei permanece intacta a divisão distrital. Os distritos de General Sampaio e Apuiarés, pela Lei n.º 3 338, de 15 de setembro de 1956, passaram a constituir, com sede no primeiro, novas unidades municipais. Antes de sua instalação, nova lei desmembrou de General Sampaio o distrito de Apuiarés, elevando-o também a sede municipal. Nas eleições realizadas a 3 de outubro de 1954, foram eleitos: Prefeito — Francisco Senhor Alves. Vereadores — Antônio Eliezer Moreira, Francisco das Chagas Cavalcante, Francisco Mota Góis, José Cardoso Bezerra, Lauriston Ferreira Gomes, Luís Carneiro de Azevedo, Mansuêto Oliveira Marinho, Osmar Feijó de Melo e Raimundo Bezerra Luz.

LOCALIZAÇÃO — O município situa-se na Zona Fisiográfica do Sertão Centro-Norte, integralmente incluído no "Polígono das Sêcas" Limita-se com os municípios de São Gonçalo do Amarante, Itapagé, Uruburetama, São Luís do Curu, Caucaia, Maranguape, Canindé e Apuiarés. A cidade dista da capital do Estado, em linha reta, 84 km e possui as seguintes coordenadas geográficas: 3° 47' 18" de latitude Sul e 39° 16' 49" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 80 metros.

CLIMA — Apresenta-se salubre e quente o clima de Pentecoste.

ÁREA — Com 1 381 km², figura o município em 38.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICAS — O território é de formação argilosa, arenosa e pedregosa. Apresenta-se mais plano que montanhoso. O principal relêvo é a serra da Várzea Grande, com uma altura aproximada de 250 metros. A sua bacia hidrográfica é representada pelos rios Curu, Canindé, Capitão-Mor e Mocó.

RIQUEZAS NATURAIS — Barro (argila), rutilo, cristal de quartzo, jazidas calcárias e de manganês (esta por explorar) constituem as principais riquezas minerais. Carnaubal e oiticical são as vegetais. Peixes de rio e açude, e pequenos animais silvestres, as riquezas animais.

Prefeitura Municipal

POPULAÇÃO — A população do município segundo o Recenseamento Geral de 1950 era de 29 842 habitantes (15 119 homens e 14 723 mulheres), sendo: brancos — 15 048 (7 492 homens e 7 556 mulheres); pretos — 2 350 (1 257 homens e 1 093 mulheres); pardos — 12 416 (6 355 homens e 6 601 mulheres) e sem declaração de côr — 28 (15 homens e 13 mulheres).

Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 15 872 (8 085 homens e 7 787 mulheres), 4 429 eram solteiras (3 501 homens e 2 928 mulheres); casadas — 8 735 (4 353 homens e 4 382 mulheres); desquitadas — 2 homens; viúvas — 703 (228 homens e 475 mulheres).

Exceto 2 homens estrangeiros, os demais habitantes eram de nacionalidade brasileira.

Em religião, predominavam os católicos apostólicos romanos, em número de 29 317 (14 846 homens e 14 471 mulheres); protestantes — 448 (218 homens e 230 mulheres); espíritas — 27 (18 homens e 9 mulheres); israelita — 1 homem; sem religião — 29 (24 homens e 5 mulheres); e sem declaração de religião — 20 (12 homens e 8 mulheres).

Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição

A densidade demográfica era de 14,70 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 93,00% localizavam-se na zona rural, totalizando 27 754 (14 114 homens e 13 640 mulheres). Ocupava o 6.º lugar entre os 10 "Municípios com Maior Índice de População Rural". Segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística, a população do município de Pentecoste, em 1.º de dezembro de 1957, é de 23 547 habitantes, registrando-se, em relação ao Censo de 1950, um aumento de 4 867 pessoas, ou seja, 26,05%.

Aglomerações urbanas — Eram 4 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Pentecoste, com 869 habitantes (430 homens e 439 mulheres); as vilas de Apuiarés, com 573 (275 homens e 298 mulheres); General Sampaio, com 629 (292 homens e 337 mulheres), e Matias, com 17 (8 homens e 9 mulheres). No quadro urbano da cidade e vilas, existiam 1 306 habitantes (625 homens e 681 mulheres) e no suburbano 782 (380 homens e 402 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia de Pentecoste está fundamentada no labor agrícola e pastoril, de vez que, na época do Censo de 1950, a maior parte dos seus habitantes dedicava-se ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", na percentagem de 41% da população ativa (10 anos e mais) do município. É, sem dúvida, a agricultura que proporciona as maiores rendas. A safra de 1955 apresentou o seguinte resultado: 20 000 toneladas de man-

Praça da Matriz

Sua Excelência o Presidente da República Dr. Juscelino Kubitschek inaugurando o açude público Pentecoste

dioca-brava (Cr$ 12 000 000,00); 100 000 arrôbas de algodão (Cr$ 11 800 000,00); 10 000 sacas — 60 kg — de milho (Cr$ 1 000 000,00); 60 000 cachos de banana .... (Cr$ 1 200 000,00); 150 toneladas de mamona .... (Cr$ 450 000,00). A produção agrícola disponível é escoada para o município de Fortaleza, onde encontra mercado.

A pecuária é outra atividade de importância na economia municipal, pois o rebanho, bem expressivo, permite a exportação de gado para o mercado de Fortaleza e municípios circunvizinhos. Em 1955, o valor do rebanho era de 23 milhões de cruzeiros, aproximadamente, cujos efetivos estão a seguir discriminados: bovinos — 10 000; eqüinos — 2 500; asininos — 2 600; muares — 1 000; suínos — 14 000; ovinos — 9 000; caprinos — 8 000.

É pouco desenvolvida a produção extrativa, explorando-se, no setor mineral, a cal e o barro para cerâmica e, no reino vegetal, cêra de carnaúba, em pequena escala.

A pesca tem alguma significação econômica e é praticada nos açudes públicos e particulares existentes, por processo rudimentar, e de preferência pela população pobre, que tem no peixe um precioso recurso alimentar. As duas usinas existentes produzem 6 000 kWh para consumo público e particular, não havendo distribuição para fôrça.

COMÉRCIO E BANCOS — Estão operando na sede municipal 1 estabelecimento atacadista e 40 varejistas. O comércio local transaciona com Fortaleza, sendo os principais artigos importados: tecidos, ferragens, louças, miudezas, café, açúcar, sabão, manteiga e conservas. O Censo Comercial de 1950 constatou a existência de 37 estabelecimentos varejistas, em todo o município, os quais realizavam vendas, em 1949, de mais de 3 milhões de cruzeiros. Pentecoste exporta, em pequena quantidade, cêra de carnaúba.

Vista parcial do açude Pentecoste

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município de Pentecoste é servido por um campo de pouso, não havendo, porém, linha regular. Liga-se aos municípios vizinhos e à capital Estadual pelos seguintes meios de transporte: São Gonçalo do Amarante — rodovia — 53 km; Canindé — rodovia — 96 km; Caucaia — rodovia — 84 km; Itapagé — rodovia, via São Luís do Curu — 65 km ou via ramal Moreira—General Sampaio — 54 km; Maranguape — rodovia — via Fortaleza — 116 km; Uruburetama — rodovia — 48 km; São Luís do Curu — rodovia — 18 km; capital Estadual — rodovia — 94 km.

Canal de irrigação

Funciona na sede municipal uma Agência do Departamento dos Correios e Telégrafos, para as comunicações postais-telegráficas do povo de Pentecoste.

ASPECTOS URBANOS — Na cidade há 20 logradouros, todos desprovidos de pavimentação, contando com 235 prédios, dos quais 222 exclusivamente residenciais. A sede municipal é dotada de iluminação pública e particular (esta com 86 ligações). Os veículos registrados na Prefeitura são apenas 7 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Neste setor, há apenas o Pôsto Médico, mantido pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas (D.N.O.C.S.), para assistir os operários que trabalham no Açude Pentecoste.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Não há instituições de vulto, além de 3 Conferências de São Vicente de Paulo.

ALFABETIZAÇÃO — O número de habitantes do município, com 5 anos e mais, era de 24 495, segundo o Recenseamento Geral de 1950. Dêstes, 6 455, ou 26%, sabiam ler e escrever, sendo 3 092 homens e 3 362 mulheres. A sede possuía 697 pessoas com a mesma idade escolar, das quais 353 eram alfabetizadas — 158 homens e 195 mulheres.

Ensino — Havia 63 unidades escolares em 1956, no município de Pentecoste, que ministravam o ensino fundamental comum, com a matrícula inicial de 2 013 alunos de ambos os sexos. A taxa de matrícula atingiu 13,01% no referido município e 24,3% no Estado do Ceará.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade existe um cinema, o "Cine Francisco Sá", com 300 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	418	227	102	241
1951	—	784	583	287	507
1952	—	852	584	149	577
1953	—	719	777	135	567
1954	—	820	611	106	791
1955	—	1 572	919	165	781
1956 (1)	216	1 606	950	191	930

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A população do município festeja a padroeira da Paróquia, Nossa Senhora da Conceição, com novena que começa no dia 29 de novembro e termina em data de 8 de dezembro, encerrando-se com solene procissão, na qual tomam parte os habitantes da localidade e demais fiéis dos lugares vizinhos.

VULTOS ILUSTRES — *Dr. Sebastião Moreira Azevedo* — Ex-professor da Faculdade de Direito do Ceará e advogado na capital da República; *coronel Dr. Manuel Ribeiro Sales Guimarães* — Engenheiro militar.

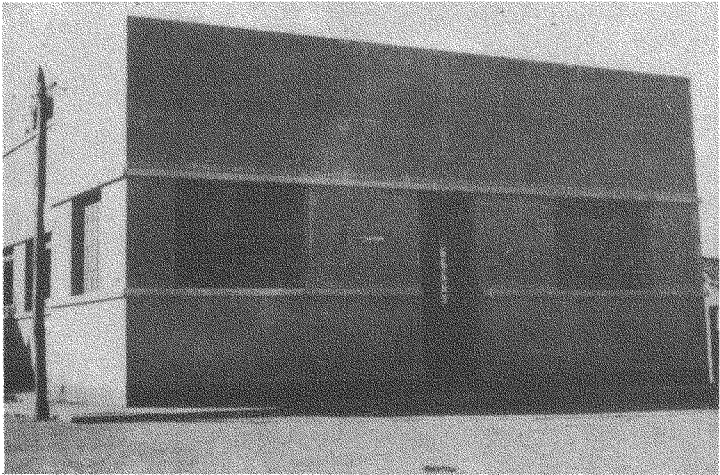
ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Açude Pentecoste, público, o maior do Estado, com capacidade superior a 395 milhões de metros cúbicos. Sua parede mede 1 274 metros de comprimento com 25,60 de altura. Muito visitado por pessoas de outros municípios e da capital do Estado.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Pentecoste é um dos municípios cearenses mais bem servido por açudagem. O Açude Pentecoste, o maior do Ceará (inaugurado em 14-I-1957 com a presença do Presidente da República, Dr. Juscelino Kubitscheck) tem capacidade superior a 395 milhões de metros cúbicos. Possui ainda mais 30 reservatórios de água de tamanho regular, perfazendo, ao todo, mais de 418 milhões de metros cúbicos. Com o início do sistema de irrigação do Açude General Sampaio (localizado no município do mesmo nome), que beneficiará uma área de 7 000 ha em seu território, torna-se muito promissor o futuro de Pentecoste. Pretende o Govêrno Federal localizar na comuna uma colônia agrícola, para fomento da produção. A sua Paróquia tem a invocação de Nossa Senhora da Conceição, fundada em 1870, possuindo 4 templos, inclusive a igreja Matriz, e 6 Associações Pias em todo o município. A Paróquia está subordinada à Arquidiocese de Fortaleza. Achavam-se registrados, em 1954, na repartição competente, 16 426 eleitores, dos quais 4 847 votaram no pleito do mesmo ano. Pentecostenses é como são denominados os habitantes locais.

PEREIRO — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Segundo Antônio Augusto de Vasconcelos (Revista trimestral do Instituto do Ceará, tomo II, 1888), quando foram concedidas as sesmarias nas serras do Camará e Pereiro, pela Câmara de Icó, não havia ainda moradias no local. A serra foi habitada por índios Icós, que lhe davam êsse nome. Diz a tradição que Manuel Pereira, natural de São Bernardo das Russas, onde morava, depois da grande sêca de 1777, viera com sua família estabelecer-se na serra e aí construíra um nicho no lugar em que se edificou o povoado. Embora não se possa precisar bem essa época, sabe-se que a povoação, em 1799, já tinha muitas casas e população tal que mereceu as honras da visita, em missão, do célebre apóstolo Frei Vidal da Penha. O piedoso missionário deu nova forma ao nicho, levantando um cruzeiro em frente à igreja. Dizem os antigos que ao colocar a cruz no frontispício da Igreja, Frei Vidal dissera que enquanto esta ali existisse nenhuma peste subiria a serra. Efetivamente, até o ano de 1874, Pereiro não conheceu os rigores de cólera-morbo. Entretanto, um louco, quebrando essa cruz, em 1874, provocou a ruptura da preciosa proteção em que viviam os habitantes da serra, os quais, por isso, vieram a sofrer sérios danos provocados pela varíola.

Durante muitos anos o povoado conservou o nome Pereira, adquirido do seu fundador Manuel Pereira. A revolução de 1817, de natureza republicana, cujos reflexos se fizeram sentir no Ceará, com a sublevação do Crato, registrou no povoado uma série de prisões e assassínios. O sargento-mor Manuel do Espírito Santo da Paz, chefe de numerosa família de influência política, foi dos que sofreu maior perseguição. Ainda uma vez a povoação de Pereira foi teatro de lutas sangrentas entre os partidos "Rasgado" e "Patriota" ao tempo do movimento armado de 1824, conhecido por "Confederação do Equador", tendo sido vitimado, em conseqüência, o sargento-mor Manuel do Espírito Santo da Paz, e muitos outros. Depois de proclamada a República do Equador, a 27 de agôsto de 1824, os portuguêses de Icó, sabendo da aproximação de Pereira Filgueiras, refugiaram-se na serra, no Arraial de São Severino, onde residia o célebre Manuel Antônio de Amorim. Êste, à frente do seu povo, plantou na povoação de Pereira a bandeira imperial. Filgueiras, ao saber dos propósitos de ataque de Amorim, expediu o sargento-mor Queiroz, em fins

Prefeitura Municipal

de setembro, para desalojá-los da povoação. Amorim, dividindo sua tropa em dois corpos, atacou de emboscada, na Ladeira do Pau Branco, Queiroz que se viu derrotado, pondo-se em debandada não sem grandes perdas. Os imperialistas de Pereira contribuíram, ainda, para que as tropas de José Dantas, do Rio do Peixe, batessem os republicanos em mais de um encontro.

Amorim, de ordem da célebre *comissão matuta*, foi mandado profligar com a tropa de Tristão Gonçalves, que deixara o Aracati para juntar-se ao exército de Pereira Filgueiras. Em 31 de outubro de 1824, travou-se, no lugar denominado Santa Rosa, duro combate em que foram derrotados os revoltosos, no qual perdeu a vida o vigoroso Presidente Confederado, Tristão Gonçalves, tornando-se impossível a reunião das fôrças republicanas.

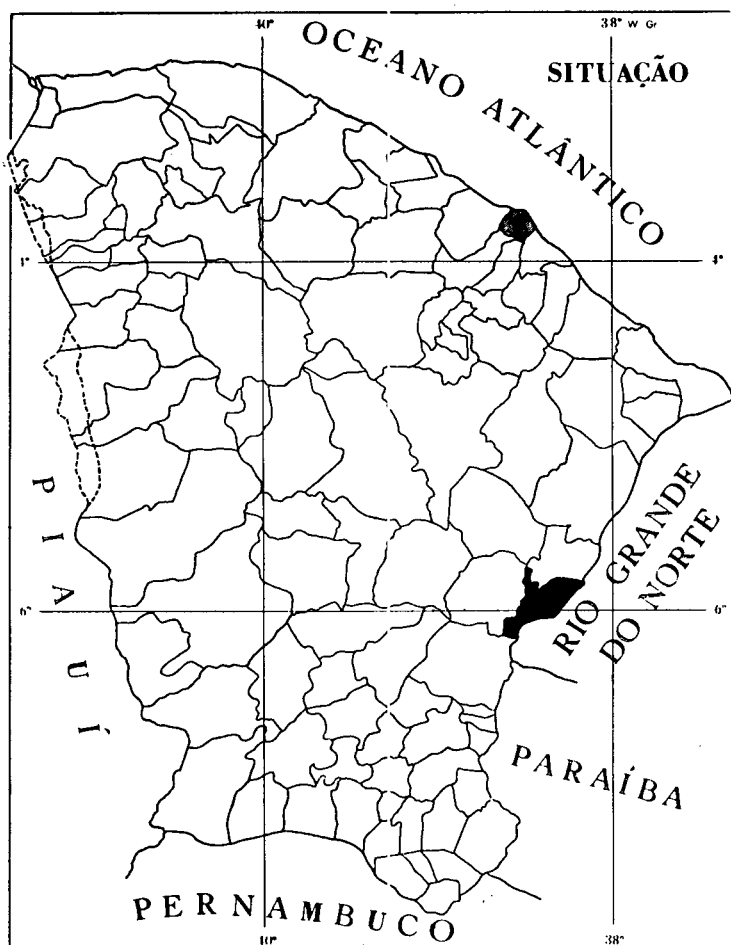
A freguesia de São Cosme e São Damião foi criada por Decreto de 11 de outubro de 1831, na regência do Vigário capitular de Pernambuco, D. João da Purificação Marques Perdigão, sucessor de D. Thomaz de Noronha, Bispo resignatário. Teve como primeiro pároco o Padre Antônio Camêlo Valeur. O distrito policial foi criado por Ato provincial de 18 de março de 1842. Em conseqüência da Lei provincial n.º 242, de 21 de outubro de 1842, com sede no núcleo de Santos Cosme e Damião (antes denominado Pereira), elevado à vila sob a denominação de Santos Cosme e Damião da Serra do Pereiro, foi criado o município com território desmembrado do de Icó. Em execução ao art. 2.º do Código de Processo do Império, foi criado o distrito de Paz que, anexado em 1837 ao têrmo de Riacho do Sangue, se erigiu em têrmo subordinado à comarca do Icó, em 1842, quando o povoado se transformou em vila. Em 1872 o têrmo se transferiu para a comarca de Jaguaribe-Mirim (Lei provincial n.º 1 476, de 10 de dezembro), da qual foi desmembrada no ano seguinte (Lei n.º 1 541, de 23 de agôsto), ficando novamente anexada à do Icó. Nesse ano, Pereiro é considerado têrmo letrado (Decreto de 6 de novembro). Sòmente decorrido quase meio século da criação é que a vila recebeu foros de cidade (Decreto n.º 54, de 30 de agôsto de 1890), com a denominação de Pereiro, assim chamada "por corrução ou pela abundância dessa árvore em cima da serra". No quadro da divisão administrativa do Brasil, relativo ao ano de 1911, o município de Pereiro figura com dois distritos:

Trecho da Rua Santos Dumont

Igreja Matriz de São Cosme e São Damião

o da sede e Saco da Orelha. Ao tempo da primeira interventoria Federal do Ceará, após a Revolução de 1930, o Decreto n.º 193, de 20 de maio de 1931, suprimiu o município de Pereiro, rebaixando a cidade à condição de povoado. A Comissão encarregada da revisão dos quadros administrativos do Estado opinou, em 1933, favoràvelmente ao restabelecimento do município, o que se efetivou com o Decreto n.º 1 156, de 4 de dezembro de 1933, do Interventor Federal Roberto Carneiro de Mendonça. O território do município foi então desmembrado do de Jaguaribe-Mirim e a sede teve a categoria de vila. Na divisão administrativa relativa a êsse último ano, o município se compõe dos distritos de Pereiro, Iracema e Ipiranga, com os quais permanece no quadro anexo ao Decreto-lei n.º 169, de 31 de março de 1938, retificado pelo de n.º 378, de 20 de outubro do mesmo ano. Ainda em 1938 ocorreu alteração territorial no município de Pereiro, criando-se o distrito de Bom Jardim, formado de áreas desmembradas dos distritos de Iracema (Pereiro) e Alto Santo (Limoeiro do Norte). A vila voltou à categoria de cidade em 20 de dezembro de 1938 (Decreto-lei n.º 448). O Decreto-lei número 1 114, de 30 de dezembro de 1943, que estabeleceu a divisão administrativa do Estado, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, modificou a toponímia dos distritos de Ipiranga e Bom Jardim que passaram a denominar-se, respectivamente, Ererê e Potiretama. Restabelecida a ordem democrática do País, a Constituição Estadual (Art. 22 do Ato das Disposições Transitórias) elevou o têrmo judiciário, que pertencia à comarca de Jaguaribe-Mirim (Lei estadual n.º 2 445, de outubro de 1926), à cabeça de comarca de primeira entrância, situação que se efetivou com a Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948. No govêrno Raul Barbosa, a Lei n.º 1 153 erigiu em município os distritos de Iracema e Potiretama, com sede no primeiro, ficando por conseguinte o município de Pereiro com apenas dois distritos: o da sede e Ererê. Nas eleições gerais de 1954 foram eleitos: Prefeito — Francisco Nogueira de Queiroz; Vereadores — Francisco José da Silva, João Gabriel da Silva, José Braga Falcão, José Diomedes Barbosa, José Estêvão da Silva, José Pessoa Filho e Osvaldo Chaves Holanda.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado, fisiogràficamente, na Zona do Pereiro, juntamente com Iracema. Limi-

ta-se com os municípios de Jaguaribe, Iracema, Icó e ainda com o Estado do Rio Grande do Norte. A cidade dista da capital do Estado, em linha reta, 253 quilômetros, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 6° 02' 46" de latitude Sul e 38° 27' 48" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 220 metros de altitude.

CLIMA — Localizado na serra do Pereiro, sêca, mas de notável fertilidade por ocasião do inverno, o município apresenta clima temperado e saudável, principalmente no verão, com temperatura variável entre 28 e 30 graus centígrados. A época invernosa ou das chuvas tem início, comumente, em janeiro e vai até maio, declinando em junho, quando começa o verão ou tempo sêco.

ÁREA — A área atual da comuna, de cujo território foi desmembrado o novo município de Iracema, é de 732 quilômetros quadrados, ocupando o 66.° lugar no conjunto das unidades municipais.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território do município se estende pela serra do Pereiro, de configuração alongada, estreita e irregular, com sensíveis ondulações. Os principais acidentes geográficos, afora a própria serra que dá nome à comuna, são os seguintes: serras do Camará, das Porteiras e das Melancias, estas duas últimas nos limites com o Estado do Rio Grande do Norte; serra dos Camarás e serrote Bálsamo; rio Figueiredo e riachos Trapiá, Genipapeiro, Boa Vista, Tombador e Carnaubinha.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral: jazidas de pedras calcárias e de barro (argila); no reino vegetal: matas para extração de madeiras em geral.

POPULAÇÃO — A população do município de Pereiro, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 25 617 habitantes (12 689 homens e 12 928 mulheres), sendo: brancos — 11 705 (5 842 homens e 5 863 mulheres); pretos — 2 480 (1 247 homens e 1233 mulheres); pardos — 11 385 (5 585 homens e 5 800 mulheres); e sem declaração de côr — 47 (15 homens e 32 mulheres).

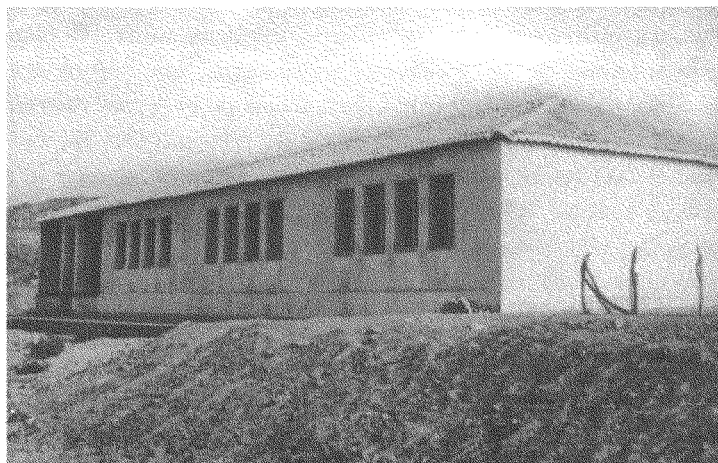
Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 13 292 (6 452 homens e 6 840 mulheres), 4 841 eram solteiras (2 400 homens e 2 441 mulheres); casadas — 7 758 (3 856 homens e 3 902 mulheres); desquitada — 1 mulher; viúvas — 668 (188 homens e 480 mulheres); e sem declaração de estado conjugal — 24 (8 homens e 16 mulheres).

Tôda a população era de nacionalidade brasileira.

Em religião, predominavam os católicos apostólicos romanos, em número de 25 391 (12 574 homens e 12 817 mulheres); protestantes — 215 (109 homens e 106 mulheres); espírita — 1 homem; sem religião — 4 (3 homens e 1 mulher); e sem declaração de religião — 6 (2 homens e 4 mulheres).

A densidade demográfica era de 13,99 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 91,10% localizavam-se na zona rural, totalizando 23 338 (11 683 homens e 11 655 mulheres). O efetivo da população do município para 1.° de julho de 1957, segundo estimativas da Inspetoria Regional de Estatística, é de 16 889 habitantes, resultado superior, em 3 431 pessoas, ao que se registrou no Censo de 1950. Êsse acréscimo é da ordem de 25,49%.

Aglomerações urbanas — Em 1950 eram 4 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Pereiro, com 1 175 habitantes (509 homens e 666 mulheres); as vilas de Ererê, com 509 (222 homens e 287 mulheres); Iracema, com 427 (198 homens e 229 mulheres), Potiretama, com 168 (77 homens e 91 mulheres). No quadro urbano da cidade e vilas existiam 1 935 habitantes (843 homens e 1 092 mulheres) e no suburbano 344 (163 homens e 181 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária são a base da economia municipal. Segundo os dados do Censo de 1950, da população ativa (10 anos e mais), 41% trabalhavam no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

Escola Normal Rural

Pôsto de Saúde

Na agricultura salienta-se o cultivo do algodão e do milho. A safra agrícola de 1955 apresentou o resultado seguinte: 75 000 arrôbas de algodão (Cr$ 9 000 000,00); 80 000 sacas de 60 kg de milho (Cr$ 8 000 000,00); 16 000 sacas de 60 kg de feijão (Cr$ 1 600 000,00), e 8 000 sacas de 60 kg de arroz (Cr$ 1 600 000,00). Os produtos do município encontram mercado em Jaguaribe, Pau dos Ferros e São Miguel (Rio Grande do Norte).

A pecuária ocupa lugar de relêvo na economia municipal. Os rebanhos existentes são bem numerosos, havendo, por isso mesmo, exportação de gado para os mercados de Fortaleza, Pau dos Ferros e Mossoró, no Rio Grande do Norte. Em 1955, o número de cabeças era o seguinte: 5 300 bovinos, 1 600 eqüinos, 900 asininos, 600 muares, 8 500 suínos, 3 200 ovinos e 3 500 caprinos. Os rebanhos então existentes foram avaliados em 24 milhões de cruzeiros. É praticada a pesca em pequena escala. O município produz cêrca de 6 000 quilogramas de pescado no valor de 72 mil cruzeiros.

Extraem-se, no reino mineral, pedras calcárias e argila (barro), e, no reino vegetal, madeiras. A produção extrativa valeu, em 1956, aproximadamente 1 600 milhões de cruzeiros.

Há produção de energia elétrica para iluminação pública e particular, pelas usinas pertencentes à Prefeitura Municipal. Os principais sub-ramos da indústria local são fabricação de pães e de cal, achando-se instaladas no território do município 3 padarias e uma caieira, sem maior importância.

COMÉRCIO — Estão operando, na sede municipal, 26 estabelecimentos varejistas. Jaguaribe é a principal praça com a qual o comércio local mantém transações. Importam-se, principalmente, calçados e medicamentos. O Censo comercial de 1950 revelou a existência, em todo o município, de 76 estabelecimentos varejistas, os quais fizeram vendas, no ano de 1949, de mais de três milhões de cruzeiros. As feiras, realizadas às segundas-feiras, atraem inúmeras pessoas, não só da zona rural, mas também dos municípios vizinhos, as quais têm interêsse em adquirir os produtos locais expostos à venda.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município de Pereiro é servido por vias rodoviárias e liga-se às cidades vizinhas e à capital do Estado, pelos seguintes meios de transporte: Jaguaribe — rodovia — 38 km; Icó — rodovia — 89 km; Iracoma — rodovia — 55 km; Pau dos Ferros — RN — rodovia — 51 km; São Miguel — RN — rodovia — 30 km; e capital Estadual — rodovia — 30 km.

Funciona na sede municipal uma Agência do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — Não há pavimentação na cidade, que é formada de 14 logradouros públicos com 360 edificações, sendo 270 residências. Pereiro é dotada de iluminação elétrica pública e particular, havendo 202 prédios iluminados. Há um serviço de limpeza pública mantido pela municipalidade, abrangendo tôdas as suas vias públicas. Na Prefeitura Municipal, em 1956, estavam registrados 3 jipes e 3 caminhões. Como meio de hospedagem, há uma pensão na cidade, cobrando uma diária de .... Cr$ 80,00.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um dentista e 1 farmacêutico têm atividade no município. Na cidade acha-se instalada uma farmácia. Está em construção o prédio onde funcionará um Pôsto de Saúde.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Sociedade São Vicente de Paulo dá assistência moral e material à população menos favorecida da comuna.

ALFABETIZAÇÃO — Pereiro possuía 20 576 pessoas com 5 anos e mais, conforme o Recenseamento Geral de 1950. Destas, 4 602, ou seja, 22% sabiam ler e escrever, sendo 2 125 homens e 2 477 mulheres. A sede do município contava com 957 habitantes, do mesmo grupo de idade, dos quais 501 eram alfabetizados (195 homens e 306 mulheres).

Ensino — Em 1956, no município existiam 27 unidades escolares de ensino fundamental comum, com a matrícula inicial de 1 154 alunos de ambos os sexos. A taxa de matrícula, em 1950, atingiu 11,87% em Pereiro e 24,3% no Estado do Ceará. Conta o município com um estabelecimento de ensino extraprimário, a Escola Normal Rural.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1951	—	...	483	156	483
1952	—	267	583	216	583
1953	—	393	1 156	191	946
1954	—	315	739	108	739
1955	—	493	707	124	656
1956	—	744	1 055	148	823

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — O município festeja, a 27 de setembro, os padroeiros Cosme e Damião, com imponente procissão, conduzindo-se pelas ruas da cidade as imagens dos referidos santos, em meio a grande acompanhamento de fiéis e irmandades religiosas.

VULTOS ILUSTRES — *Desembargador Abner Carneiro Leão de Vasconcelos* — Ex-Desembargador do Tribunal de Justiça do Ceará e ex-Ministro do Tribunal de Recursos, sócio efetivo do Instituto do Ceará. Uma das mais sólidas culturas da jurisprudência nacional; *Antônio Alves Brasil*

— Professor primário e jornalista. Foi o primeiro Presidente da Fenix Caixeiral de Fortaleza e um dos fundadores do Centro Cearense, no Rio de Janeiro; *Tenente-coronel Antônio Martins Pôrto* — Deputado provincial; *Padre Daniel Fernandes* — Foi deputado provincial; *Elesbão Alves Maia* — Jornalista e autor de alguns livros. Muito viajou pela Europa e Brasil; *Coronel José Moreira de Carvalho* — Chefe político local de muita evidência; *Desembargador Júlio de Oliveira Sobrinho* — Foi desembargador do Tribunal de Apelação do Distrito Federal; *Capitão Gonçalves de Souza* — Chefe político local, tendo sido deputado à Assembléia da Província.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Conta o município com 10 reservatórios de água, com a capacidade de armazenamento de 18 milhões de metros cúbicos. A sua Paróquia, com a invocação dos Santos Cosme e Damião, possui 5 templos e 4 associações religiosas. Os eleitos inscritos em 1954 eram em número de 4 993, tendo votado no pleito do mesmo ano 2 020 pessoas.

PORTEIRAS — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Distrito criado por Ato de 12 de junho de 1860, com sede na povoação de Porteiras, do município de Jardim.

A Lei provincial n.º 2 169, de 17 de agôsto de 1889, criou o município com sede na povoação de Porteiras, então elevada à vila, com território desmembrado do município de Jardim. Sua instalação só veio a ser efetivada em 15 de dezembro, um mês após a Proclamação da República.

Em divisão administrativa do Brasil, relativa ao ano de 1911, o município de Porteiras se compõe de um só distrito — o da sede.

Em 1920 foi o município extinto (Lei n.º 1 794, de 9 de outubro), sendo, entretanto, restaurado logo depois, pela Lei n.º 2 002, de 16 de outubro de 1922.

O topônimo Porteiras foi substituído pelo de Conceição do Cariri, em 1929 (Lei n.º 2 743, de 6 de novembro).

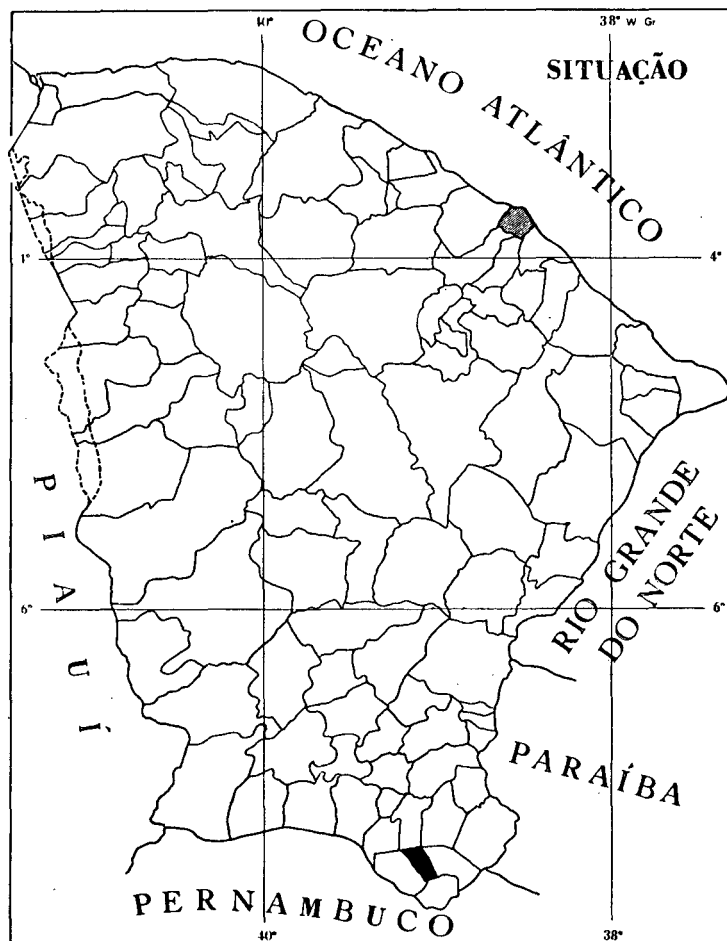
Vitorioso o movimento revolucionário de 1930, o Interventor Federal do Ceará, Dr. Manuel do Nascimento Fernandes Távora, pelo Decreto n.º 193, de 20 de maio de 1931, extinguiu o município de Conceição do Cariri, passando o distrito à jurisdição do município de Brejo dos Santos (Brejo Santo), assim permanecendo nas divisões administrativas seguintes. A sede do distrito recebeu foros de vila em 31 de março de 1933 (Decreto-lei n.º 169).

O município voltou, novamente, à antiga denominação — Porteiras — em 1938, por determinação do Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro, que estabeleceu o quadro territorial destinado a vigorar no qüinqüênio 1944-1948.

No govêrno Raul Barbosa, a Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, restaurou o município, desmembrando-o do de Brejo Santo. Não obstante ter sido a referida Lei publicada em 1952, o município só veio a instalar-se em 25 de março de 1955, quando tomaram posse o Prefeito municipal e vereadores eleitos em 3 de outubro de 1954.

Porteiras é comarca de primeira entrância, provida de juiz de direito, promotor de justiça e adjunto, desde 20 de dezembro de 1956 (Lei n.º 3 508).

Nas eleições realizadas a 3 de outubro de 1954, foram eleitos: Prefeito — José Aristarco Sampaio Cardoso. Vereadores — Antônio Tavares Bezerra, Basílio Vidal da Luz, Cícero Pedro Evangelista, Enoque Tavares Miranda, Luís Alberto de Figueiredo, Luís Bezerra Sobrinho e Luís Teixeira Leite.

LOCALIZAÇÃO — O município de Porteiras fica localizado no extremo sul do Estado, na ubérrima Zona Fisiográfica do Cariri. É o 3.º município mais meridional do Estado e limita com os municípios de Missão Velha, Brejo Santo, Jati e Jardim. A cidade dista da Capital, em linha reta, 420 quilômetros, e possui as seguintes coordenadas geográficas (calculadas pela Inspetoria Regional de Estatística): 7º 32' de latitude Sul e 39º 8' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 460 metros na sede municipal.

CLIMA — Quente e saudável. A temperatura oscila de 22ºC (no inverno) a 35ºC (no verão).

ÁREA — A área do município é de 213 km², sendo um dos menores do Estado, figurando em 94.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico é a serra do Araripe, em cujo sopé está situado o município de Porteiras. O território, bastante acidentado, é de natureza argilosa e pedregosa. A sua bacia hidrográfica é representada pelo rio da Morte.

RIQUEZAS NATURAIS — Barro (argila) e jazidas calcárias representam as riquezas minerais. Matas para extração de madeira, as vegetais. E as riquezas animais, representadas por pequenos animais silvestres.

POPULAÇÃO — No Recenseamento Geral de 1950, Porteiras era distrito do município de Brejo Santo e sua população era de 11 406 habitantes (5 374 homens e 6 032 mulheres).

No quadro rural localizavam-se 88,38% da sua população, ou seja, 10 081 habitantes (4 782 homens e 5 299 mulheres), donde se conclui que o município era preponderantemente rural.

O município de Porteiras que, no Recenseamento Geral de 1950, era distrito do município de Brejo Santo, segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística para 1.º de julho de 1957, possui o efetivo populacional de 13 511 habitantes, tendo crescido, nos últimos sete anos posteriores àquela operação censitária, de 2 105 pessoas, número equivalente a 18,46%.

Aglomerações urbanas — À época do Recenseamento de 1950, havia sòmente uma aglomeração urbana, sendo esta a cidade de Porteiras com 1 325 habitantes (592 homens e 733 mulheres), assim distribuídos: na zona urbana 931 habitantes (416 homens e 515 mulheres) e na suburbana 394 (176 homens e 218 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade do município é a agricultura, seguida da pecuária, de vez que as maiores rendas provêm do labor agropecuário dos habitantes locais.

A economia do município firma-se, principalmente, nos seguintes produtos: algodão, milho, cana-de-açúcar, feijão, arroz e laranja. A safra de 1955 foi estimada em 14 milhões de cruzeiros, auferidos pelos produtos a seguir: .... 68 300 arrôbas de algodão — (Cr$ 5 861 000,00); 34 500 sacas — 60 kg — de milho (Cr$ 3 105 000,00); 9 000 toneladas de cana-de-açúcar (Cr$ 1 125 000,00); 6 100 sacas — 60 kg — de feijão (Cr$ 732 000,00); 13 904 centos de laranja (Cr$ 625 680,00); 13 870 centos de manga .... (Cr$ 443 840,00); 3 600 sacas — 60 kg — de arroz .... (Cr$ 648 000,00); 108 000 quilogramas de mamona .... (Cr$ 216 000,00); 6 400 centos de limão (Cr$ 192 000,00); 900 arrôbas de café (Cr$ 171 000,00); 7 200 centos de abacate — (Cr$ 288 000,00); 600 toneladas de mandioca-brava (Cr$ 66 000,00); 330 arrôbas de fumo — .... (Cr$ 34 650,00); 450 centos de côco-da-baía .... (Cr$ 36 000,00).

A produção agrícola disponível é transportada para os municípios de Brejo Santo, Jati, e Jardim, onde encontra mercado.

A pecuária é de menor significação. Os rebanhos acham-se divididos entre pequenos criadores, dando apenas para abastecer a população local, de carne e leite.

Em 1955, existia o seguinte efetivo de população pecuária, no valor de 9 milhões de cruzeiros: 5 500 bovinos — 1 600 eqüinos — 1 000 asininos — 700 muares.

É pouco desenvolvida a indústria extrativa, explorando-se a lenha, a agave e a pedra calcária. A produção de 1956 valeu 465 mil cruzeiros, aproximadamente.

Os principais ramos industriais são a fabricação de rapadura, panificação e bebidas, não havendo fábricas importantes. Em 12 engenhos espalhados pelo território do município são produzidos perto de 900 000 quilogramas de rapadura, avaliados em mais de 2 milhões de cruzeiros.

Há produção de energia elétrica destinada à iluminação pública e particular, fornecida pela Emprêsa Municipal, no total anual de 6 901 kWh.

COMÉRCIO E BANCOS — Operam, na sede municipal, 3 estabelecimentos atacadistas e 7 varejistas. O comércio local transaciona com as praças de Brejo Santo, Juàzeiro do Norte e Recife, em Pernambuco. São importados, principalmente, farinha de trigo, tecidos, açúcar, ferragens, louças, charutos, cigarros, querosene e medicamentos. Porteiras exporta peles, fumo em corda e rapadura.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Porteiras é ligada aos municípios vizinhos e à Capital Estadual pelos seguintes meios de transporte: — a Brejo Santo — carroçável — 17 km; a Jardim — carroçável — 38 km; a Jati — carroçável, alcançando a rodovia central — 24 km; a Missão Velha — carroçável — 48 km; à Capital Estadual — rodovia — 584 km; à Capital Federal — rodovia — 2 278 km.

Na cidade há uma Agência do Departamento Regional dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — O perímetro urbano da cidade é totalmente calçado de pedras irregulares, numa área de 20 000 m². A cidade é dotada de iluminação pública e particular, contando-se 70 ligações domiciliares. Estão registrados na Prefeitura 3 jipes, dois dos quais trafegam, diàriamente, na sede municipal. Para abrigar os visitantes, há 2 hotéis de nível médio.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há em construção um prédio onde funcionará o Pôsto de Saúde de Porteiras, para assistir a população local. Duas farmácias funcionam na cidade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Presta assistência social à pobreza desvalida de Porteiras a Sociedade de São Vicente de Paulo, que congrega cêrca de 221 associados.

ALFABETIZAÇÃO — Informa o Censo de 1950 que do total de 1 007 habitantes da cidade, com 5 anos e mais, 399 sabiam ler e escrever, ao passo que 708 eram analfabetos.

Ensino — Conta o município de Porteiras 30 unidades escolares, de ensino fundamental comum, nas quais estavam matriculados, no início do ano letivo de 1956, 647 alunos de ambos os sexos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	112	—	—	—
1951	...	159	—	—	—
1952	...	175	—	—	—
1953	...	193	—	—	—
1954	...	225	—	—	—
1955	...	291	1 121	57	522
1956	...	426	942	85	776

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Porteiras promove duas festas no ano em homenagem à Padroeira, Nossa Senhora da Conceição: a primeira em 31 de maio, quando é feita, com muita pompa, a coroação de Maria Santíssima; a segunda, nos primeiros dias do mês de dezembro, culminando com a tradicional procissão do dia 8, data consagrada a Nossa Senhora da Conceição.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O Prefeito Municipal está empenhado no sentido de canalizar água para o abastecimento público na sede municipal, sem dúvida, um grande benefício para a população, e um considerável desenvolvimento para a cidade. Em 1954, estavam inscritos 2 944 eleitores. Porteirense é a denominação local dos habitantes do município.

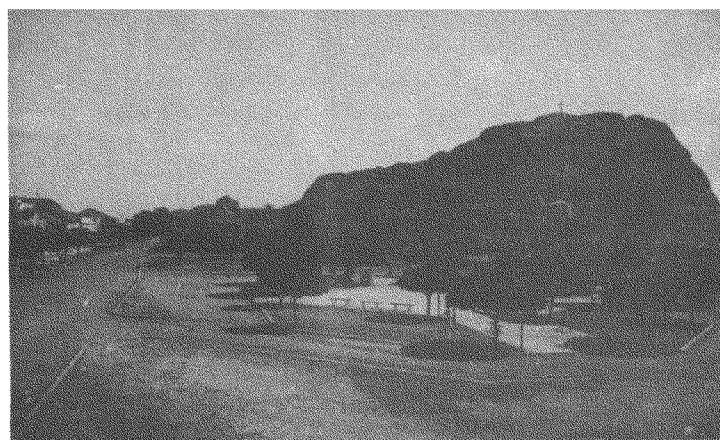
QUIXADÁ — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Quando os devassadores do sertão central do Ceará penetraram na zona compreendida pelo município de Quixadá, encontraram-na senhoreada pelos índios *canindés* e *genipapos*, pertencentes ao grupo dos Tarariús. Tudo indica que essas tribos estiveram aldeadas, na primeira metade da era de seiscentos, na zona montanhosa a sudoeste da atual cidade de Quixadá, onde existiu a primitiva missão de Nossa Senhora da Palma. Posteriormente transferida para a serra de Baturité, essa missão deu origem à vila Monte-Mor-o-Novo-da América, fundada em 1764.

A colonização da área estudada efetuou-se através de movimento de penetração que, partindo do Jaguaribe, seguira o seu afluente Banabuiú e depois o Sitiá, tributário do Banabuiú, objetivando a conquista de novas terras para a criação extensiva de gado.

As primeiras sesmarias marginais do Sitiá, rio eminentemente quixadaense, foram concedidas, a partir de 1698, a elementos oriundos das vizinhas capitanias do Rio Grande, Paraíba e Pernambuco, de onde trouxeram suas sementes de gado. Em razão, porém, da resistência do íncola e de outras dificuldades, várias das primitivas concessões caíram em comisso, dando lugar a novas *datas*, ao iniciar-se o século XVIII. Efetivamente, a ocupação das terras só teve início em 1705, quando Manoel Gomes de Oliveira, André Moreira Barros e outros nelas conseguiram penetrar, vencida a hostilidade indígena.

Em 1641, Manoel da Silva Lima, alegando haver descoberto dois olhos-d'água nas ilhargas do Sitiá, requereu

Vista parcial da Praça José de Barros e Rua Dr. Piquet Carneiro

e obteve uma sesmaria medindo "meia légua para cada banda do riacho e três de comprido por êle acima, pegando nas testadas de Carlos Azevedo, fazendo pião na serra do Pico". Essa terra de Carlos Azevedo compreendia o "Sítio Quixadá" adquirido por compra conforme escritura de 18 de dezembro de 1728. É esta escritura o primeiro documento público em que aparece o topônimo de que se originou a atual forma gráfica de Quixadá.

Tal sítio foi posteriormente vendido a José de Barros Ferreira, em 1747, morador em Aracati, onde já possuía terras e gado. Oito anos depois, José de Barros, em pessoa, tomava posse de sua nova propriedade, onde construiu casa de morada, curral e capela, lançando, assim, as bases da atual cidade de Quixadá, da qual é considerado legítimo fundador.

A capela teve como orago Jesus-Maria-José e manteve-se através dos tempos com as rendas do patrimônio que lhe reservara José de Barros até transformar-se na igreja-matriz da freguesia que ainda hoje se conserva sob a proteção da Sagrada Família. Dito patrimônio constituía-se de meia légua de terras, 20 vacas, 12 potros e mais 100 palmos de terras para a construção do templo.

Entre os anos de 1860 e 1863 foram criadas as primeiras escolas públicas.

A fazenda, por sua vez, prosperou, não tardando a transformar-se em sede de distrito e, depois, em têrmo judiciário tributário de Quixeramobim. Concorreu para êsse auspicioso progresso não sòmente as possibilidades naturais do meio, propício ao desenvolvimento da criação, como também o concurso de algumas famílias que aí se vieram fixar definitivamente notadamente os "papaemas" e os "queirozes".

Papaemas são chamados os componentes da família Lemos de Almeida, ainda hoje uma das mais numerosas do município. A alcunha derivou-se da expressão "papai Lemos", cuja corrutela "Papai Emo" deu lugar a "papa-Emo" e, afinal, "Papa-ema".

Era assim chamado o velho patriarca Manuel de Lemos Almeida, não só por seus filhos e netos como também por quantos o consideravam um verdadeiro chefe do clã. Desaparecido em avançada idade, o vocativo doméstico que lhe era próprio passou a todos os seus descendentes, transmitindo-se de geração em geração até os nossos dias.

Os Queirozes foram os sesmeiros iniciais das terras adjacentes à serra Azul, na zona leste do município, e seus domínios alcançaram pouco a pouco as ribeiras do Pirangi

Vista ampla da Praça Nogueira Acioli

e do Choró. Em tôda essa região situaram fazenda, povoaram-nas de gente e de gado, e, mais tarde, na época do fastígio econômico do grupo, suas propriedades se estendiam pelos tabuleiros de Cascavel e Beberibe e pelas frescas rechãs da serra de Baturité, onde um dêles iniciou o cultivo do café.

Situado numa zona de forte incidência das sêcas periódicas, Quixadá recebeu desde cedo o auxílio das obras contra os efeitos do flagelo tendo sido localizado em seu território o primeiro açude público construído no Nordeste — o Açude do Cedro, famoso por suas características técnicas e outras circunstâncias que o fazem muito procurado e discutido.

A freguesia, com sede na povoação de Quixadá, criada pela Lei provincial n.º 1 305, de 5 de novembro de 1869, foi instituída canônicamente por Provisão de 19 de janeiro de 1870, tendo por matriz a igreja de Jesus-Maria-José, construída em 1770. Êsse templo foi assistido, desde 1836, por capelão mantido pela "Sociedade Perfeita", organização composta dos principais fazendeiros do distrito. O primeiro Vigário — padre Cláudio Pereira de Farias — nomeado em 4 de fevereiro, tomou posse no dia 13 de fevereiro de 1870.

Nesse mesmo ano foi criado o município, por fôrça da Lei provincial n.º 1 347, de 27 de outubro, com território desmembrado do de Quixeramobim, tendo por sede o núcleo de Quixadá, elevado à categoria de vila.

A vila recebeu foros de cidade pela Lei provincial número 2 166, de 17 de agôsto de 1889.

No quadro administrativo do Brasil, relativo a 1911, o município de Quixadá compõe-se dos distritos de Quixadá, Serra Azul, Serra de Santo Estêvão e São Francisco da Califórnia, enquanto nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1920 figuram os distritos mencionados e o de Tapuiará. Nesse quadro os topônimos Serra de Santo Estêvão e São Francisco da Califórnia foram simplificados para Serra do Estêvão e Califórnia, respectivamente. Na divisão administrativa referente ao ano de 1933 o município passou a ter ainda os distritos de Barra do Sitiá, Caiçarinha, Choró, Floriano Peixoto, Laranjeiras e Junco, perdendo o de Califórnia. De acôrdo com o Decreto-lei estadual número 169, de 31 de março de 1938, foram acrescentados ao município os distritos de Boa Água e Custódio. Pelo Decreto-lei estadual n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, tiveram o topônimo alterado ou simplificado os seguintes distritos: Água Boa (ex-Boa Água), Barra (ex-Barra do Sitiá), Estêvão (ex-Serra do Estêvão), Floriano (ex-Floriano Peixto) e São Luís (ex-Serra Azul). Ainda uma vez a toponímia distrital é alterada pelo Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943: Banabuiú (ex-Laranjeiras), Ibaretama (ex-São Luís), Juatama (ex-Floriano), Muxiopó (ex-Junco), Rinaré (ex-Água Boa) e Sitiá (ex-Barra). Pela Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, o distrito de Estêvão passou a denominar-se Dom Maurício.

Em resumo, compõe-se o município dos distritos de Quixadá, Banabuiú, Caiçarinha, Choró, Custódio, Dom Maurício, Ibaretama, Juatama, Muxiopó, Rinaré, Sitiá e Tapuiará.

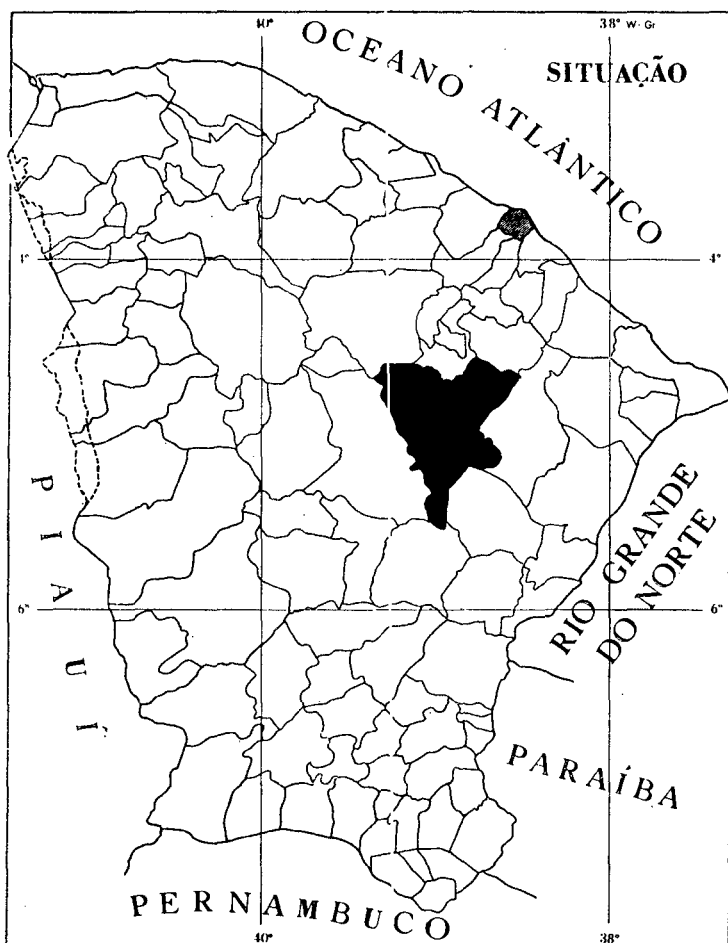
A Lei n.º 150, de 2 de setembro de 1838, criou o distrito de paz na povoação de Quixadá, o qual, em virtude da Lei n.º 1 347, de 27 de outubro de 1870, que constituiu o município, se tornou têrmo judiciário, e sede de comarca do mesmo nome, em face da Lei n.º 2 107, de 28 de novembro de 1885, a qual foi suprimida pelo Decreto n.º 196, de 5 de junho de 1891, voltando o têrmo a pertencer à comarca de Quixeramobim, sendo êsse ato confirmado pela Lei n.º 37, de 1.º de dezembro de 1892.

A comarca de Quixadá foi restaurada pela Lei n.º 491, de 22 de outubro de 1898, passando a pertencer-lhe o têrmo de Morada Nova, que figurava na comarca de Russas.

Na tabela anexa à Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948, Quixadá é comarca de terceira entrância.

Nas eleições de 3 de outubro de 1954 foram eleitos: Prefeito, Anastácio Eudásio Barroso. Vereadores, José Linhares da Pascoa, Paulo Holanda Pinto, Benedito Paracampos, Lauro Feitosa Marinhó, Samuel Lopes de Oliveira, Fernando Freire de Holanda, Eugênio Freire Moreira, Francisco Bernardino Filho, Francisco Eliezer Costa, João Vidal Sobrinho e José Ferreira da Cunha.

Monumento ao trabalho, na Praça Nogueira Acioli

LOCALIZAÇÃO — O município de Quixadá está assente na Zona Fisiográfica do Sertão Central. Limita com os municípios de Quixeramobim, Canindé, Baturité, Aracoiaba, Morada Nova, Jaguaretama e Solonópole. O território se estende pelo vasto sertão, algumas vêzes interrompido por serras de importância como a do Estêvão, Azul, Boa Água e Pote. Banham o município os rios Banabuiú, Sitiá e outros de menor importância. Dista da Capital do Estado 144 quilômetros, em linha reta. São as suas coordenadas geográficas: 4° 58' de latitude Sul: 39° 01' 09" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Eleva-se a 180 metros na sede municipal.

CLIMA — É dotado de clima quente e sêco como nos demais municípios do sertão; nos meses de janeiro a julho, torna-se ameno em razão das chuvas caídas. A temperatura oscila de 37°C a 16°C, e mais freqüentemente a 28°C. A precipitação pluviométrica atingiu 687,9 milímetros, em 1956.

ÁREA — A área do município é de 5 000 km², sendo considerado um dos maiores do Estado, figurando no 3.° lugar em relação às áreas das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Enumeramos como seus principais acidentes geográficos a serra do Estêvão, lugar recomendado para tratamento de tuberculosos; os Açudes do Cedro e Choró, com capacidade de 12 694 000 m³ e 143 000 000 de metros cúbicos, respectivamente; além de alguns rios importantes como o Banabuiú, Sitiá, Pirangi e outros de menor destaque. O solo é montanhoso.

Rua Joaquim Nabuco

RIQUEZAS NATURAIS — Em pesquisas feitas há anos demonstrou-se ser o município riquíssimo em minerais, verificando-se a existência de feldspato, caulim, barro refratário, berilo, rutilo, água-marinha, turmalina, granada, quartzo-hiliano, cristal de rocha, amianto, asbesto, sal-gema, ardósia, mica, grafita, betume xistoso, ferro, manganês, carmotite, urânio, terbenerite, calcite e areia de moldar; no reino vegetal, salientam-se as madeiras cumaru, pau-branco, aroeira, angico e cedro; no animal, há a referir: veado, caititu, gato maracajá, tamanduá e teiú-açu.

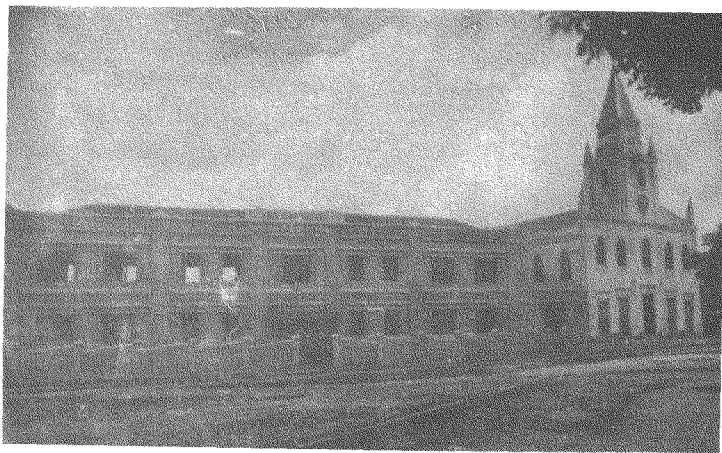
POPULAÇÃO — A população do município de Quixadá, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 61 631 habitantes (30 868 homens e 30 763 mulheres), sendo: brancos, 27 402 (13 590 homens e 13 812 mulheres); pretos, 7 470 (3 855 homens e 3 615 mulheres); pardos, 26 545 (13 312 homens e 13 233 mulheres); e sem declaração, 214 (111 homens e 103 mulheres).

Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 32 719 (16 413 homens e 16 306 mulheres), 12 638 eram solteiras (6 791 homens e 5 847 mulheres); casadas — 18 268 .... (9 130 homens e 9 138 mulheres); desquitadas — 8 (3 homens e 5 mulheres); viúvas — 1 677 (429 homens e 1 238 mulheres); e sem declaração — 138 (60 homens e 78 mulheres).

Quase tôda a população era de nacionalidade brasileira, num total de 61 593 (30 854 homens e 30 739 mulheres); naturalizados — 7 (5 homens e 2 mulheres); estrangeiros — 28 (8 homens e 20 mulheres); e sem declaração — 3 (1 homem e 2 mulheres).

Em religião, predominavam os católicos romanos, em número de 60 454 (30 287 homens e 30 167 mulheres); protestantes — 657 (333 homens e 324 mulheres); espíritas — 147 (79 homens e 68 mulheres); outras religiões — 9 (5 homens e 4 mulheres); sem religião — 89 (44 homens e 45 mulheres); e sem declaração — 275 (120 homens e 155 mulheres).

A densidade demográfica era de 12,32 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 87,59% localizavam-se na zona rural, num total de 53 984 (27 323 homens e 26 661 mulheres).

A cidade de Quixadá era classificada em 10.° lugar entre as mais populosas cidades do interior do Estado, enquanto o município colocava-se em 3.° lugar entre os 10

Instituto Sagrado Coração de Jesus e igreja Jesus, Maria e José

mais populosos do Ceará, conforme demonstra o quadro abaixo:

Sobral	70 011
Itapipoca	64 907
Quixadá	61 631

Aglomerações urbanas — Eram 12 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Quixadá, com 5 417 habitantes (2 447 homens e 2 970 mulheres); a vila de Banabuiú, com 130 (64 homens e 66 mulheres); a vila de Caiçarinha, com 62 (29 homens e 33 mulheres); a vila de Choró, com 569 (283 homens e 286 mulheres); a vila de Custódio, com 205 (100 homens e 105 mulheres); a vila de Estêvão, com 310 (158 homens e 152 mulheres); a vila de Ibaretama, com 131 (62 homens e 69 mulheres); a vila de Juatama, com 434 (205 homens e 229 mulheres); Muxiopó, com 129 (65 homens e 64 mulheres); a vila de Rinaré, com 78 (42 homens e 36 mulheres); a vila de Sitiá, com 50 (23 homens e 27 mulheres); e a vila de Tapuiará, com 132 (67 homens e 65 mulheres).

No quadro da zona urbana da cidade e vilas existiam 4 237 habitantes (1 942 homens e 2 295 mulheres) e no da zona suburbana 3 410 (1 603 homens e 1 807 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária constituem as principais fontes econômicas do município. Na agricultura destaca-se o algodão, e na pecuária salientam-se os gados bovino, caprino e ovino.

Segundo os dados obtidos pelo Recenseamento Geral de 1950, 87% da população do município, em idade ativa (10 anos e mais) entregavam-se aos labôres da agricultura, pecuária e silvicultura, em número de 16 035 pessoas, de ambos os sexos.

Na época da apuração censitária, os 1 438 estabelecimentos agropecuários, então existentes no município, abrangiam uma área de 664 849 hectares — a maior do Estado — assim distribuídos segundo as suas características: para lavoura — 24 172; de pastagens — 232 758; em matas — 195 879; de terras incultas — 138 206 e o restante correspondia às terras improdutivas. Segundo as classes de áreas, predominavam as propriedades agropecuárias, de "200 a menos de 500" hectares, em número de 218, pouco distanciadas das do segundo grupo, que possuíam área de 1 a menos de 10 hectares.

Dos 1 438 estabelecimentos agropecuários recenseados, 965 eram dirigidos pelos proprietários, 272 por arrendatários, 17 por ocupantes e 184 por administradores. Como se nota, 67% dos estabelecimentos eram administrados pelos próprios donos. Possuíam na data do Recenseamento, as seguintes máquinas e instrumentos agrícolas: 2 tratores, 110 arados, 28 grades, 2 rolos e 28 pulverizadores e polilhadeiras.

No ano de 1955, o valor da produção agrícola do município ultrapassou a casa dos 131 457 milhões de cruzeiros, destacando-se os seguintes produtos: algodão herbáceo e arbóreo — 727 400 arrôbas (Cr$ 85 480 000,00); feijão — 100 000 sacos de 60 kg (Cr$ 30 000 000,00); milho — 100 000 sacos de 60 kg (Cr$ 10 000 000,00); arroz em casca — 6 760 sacos de 60 kg (Cr$ 2 028 000,00) e mandioca-brava — 11 200 toneladas (Cr$ 2 016 000,00), o restante coube aos produtos de menor cultivo, como seja: banana, batata-doce cana-de-açúcar, côco-da-baía, fava, laranja, limão, mamona, manga e tomate.

Como se deduz, tem maior relêvo a produção de algodão, seguida da do feijão, aliás muito distanciada.

A pecuária como segundo fator principal à economia de Quixadá se constituía de cêrca de 220 500 cabeças de gado, no valor estimado de 206 milhões de cruzeiros, situação correspondente ao último dia do ano de 1955. Os rebanhos estavam assim constituídos: bovinos — 54 000; eqüinos — 7 000; asininos — 10 000; muares — 4 500; suínos — 25 000; ovinos 50 000 e caprinos — 70 000.

A qualidade do gado vacum é considerada boa, encontrando-se exemplares de raças zebu e holandesa. A produção de leite, em 1955, foi avaliada em mais de 3 milhões de litros, correspondente a 11 milhões de cruzeiros.

Para fomentar as atividades agropecuárias do município, funcionam 3 organizações especializadas que são: "Campo de Sementes de Quixadá", "Fazenda Iracema" e "Pôsto Zootécnico de Quixadá", mantidas pelos podêres públicos.

A pesca é praticada em escala apreciável, e é obtida nos açudes construídos pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas, entre êles, cita-se o Açude Cedro, localizado no município, bastante piscoso.

Em 1956 a produção extrativa de Quixadá rendeu cêrca de 9 milhões de cruzeiros, destacando-se, no reino animal, peixe, com 418 mil cruzeiros; no reino mineral, pedra calcária, com 140 mil cruzeiros, e no reino vegetal, cêra de carnaúba, com 3 900 milhões de cruzeiros, madeira para construção, com 1 600 milhões de cruzeiros e semente de oiticica, com 1 350 milhões de cruzeiros.

No setor industrial, Quixadá coloca-se em lugar de destaque, dentre as comunas cearenses.

De conformidade com os dados apurados pelo Registro Industrial de 1956, funcionavam em todo o município 192 unidades industriais (14 com 5 pessoas e mais e 178 com menos de 5).

O valor total da produção industrial de 1956 foi avaliado em mais de 154,280 milhões de cruzeiros. Os ramos industriais que apresentaram mais valor econômico foram "beneficiamento de algodão" — pluma e caroço de algodão, no valor total de Cr$ 81 321 622,00; "extração de óleos vegetais" — óleo de caroço de algodão 863 700, torta e línter Cr$ 25 959 415,00; "curtume e calçados" .... Cr$ 16 930 928,00; "artefatos de tecidos" — rêdes de dormir — 34 800 unidades — Cr$ 6 750 000,00; "farinha de mandioca" — 3 350 sacos de 60 quilogramas — ....

Cr$ 6 720 000,00; "panificação" — pães, bolachas, etc. — 254 400 quilogramas — Cr$ 4 391 800,00. O restante coube à produção de sabão em barra, madeira serrada, queijos — 16 900 quilogramas; rapadura — 25 200 quilogramas; aguardente de cana, móveis, bebidas, tijolos e telhas, moagem de milho, café, etc.

Estão incluídos no total da produção industrial .... Cr$ 6 741 849,00, correspondentes ao valor das carnes, couros, etc., dos animais abatidos no Matadouro Público da cidade.

Os estabelecimentos industriais mais importantes são: Usina Regina (beneficiamento de algodão), Indústria Primor Lt.da (beneficiamento de algodão e extração de óleos vegetais), Sociedade Indústrias Reunidas Lt.da (beneficiamento de algodão e óleos vegetais), Curtume Belém Lt.da (peles e couros curtidos), Fábrica Nossa Senhora das Graças (rêdes de dormir) e Emprêsa Industrial Quixadaense Lt.da.

COMÉRCIO E BANCOS — Quixadá é um dos principais centros comerciais do interior do Estado. Basta dizer que só na sede municipal funcionam 224 estabelecimentos varejistas e 5 atacadistas, com grande e variado sortimento.

Segundo os elementos colhidos pelo Recenseamento Geral de 1950, operavam em todo o município 254 casas comerciais retalhistas e 40 grossistas, cujas vendas realizadas em 1949 eram de 15,764 e 8,916 milhões de cruzeiros, respectivamente.

Hoje, as principais transações comerciais do município são feitas com as praças de Fortaleza (CE), Mossoró (RN), Campina Grande (PB), São Paulo e Distrito Federal.

Os artigos importados com maior destaque são: tecidos, ferragens, material elétrico, combustíveis, medicamentos, miudezas, louças, açúcar, sal, manteiga, conservas, etc.

Algodão em pluma, óleos vegetais, cereais, cêra de carnaúba, couros e peles, são os produtos mais importantes exportados pelo município.

Além de 5 correspondentes bancários, funciona na cidade uma Agência do Banco do Brasil S. A., cujas operações se estendem aos municípios vizinhos.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município de Quixadá é servido pela Estrada de Ferro de Baturité e da Rêde Viação Cearense, como também por diversas rodovias. Há no município um pequeno campo de pouso, onde aterrissam 4 aviões por semana.

Liga-se com as cidades vizinhas e com a capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Aracoiaba: ferroviário, 97 km e rodoviário 90 km; Baturité: ferroviário, 87 km e rodoviário, 98 km; Canindé: rodoviário, 108 quilômetros; Jaguaretama: rodoviário, 102 km; Morada Nova: rodoviário, 84 km; Quixeramobim: ferroviário, 48 km e rodoviário (via Fazenda Ouro Prêto) 47 km; Solonópole: rodoviário, 114 km e Capital do Estado, 190 km.

Funcionam na sede municipal uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e outra da Rêde Viação Cearense, de uso privativo.

ASPECTOS URBANOS — A sede da comuna, edificada às margens do rio Sitiá e cortada pela Estrada de Ferro de

Vista curiosa do Chalé da Pedra

Baturité, é uma das mais modernas cidades do interior cearense. Seu aspecto é imponente, emoldurado por uma série de gigantescos monólitos, que circundam a cidade.

Formada por 32 logradouros públicos, 15 estão pavimentados a pedras irregulares e 14 arborizados. Conta atualmente 1 600 prédios, inclusive 1 190 residências, aproximadamente.

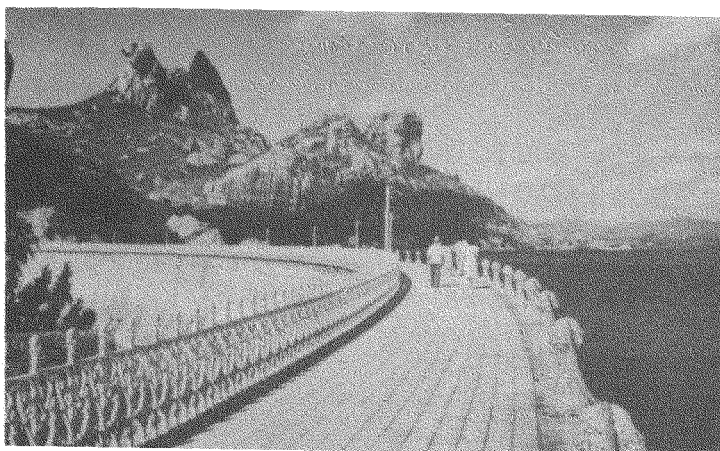
Servida por iluminação elétrica pública e particular, conta 625 ligações domiciliárias. A Prefeitura mantém Serviço de Limpeza Pública que beneficia 25 logradouros e 400 prédios.

Trafegam, diàriamente, na sede municipal 180 veículos motorizados e 2 trens. Na Prefeitura Municipal, em 1956, estavam registrados 21 automóveis e 45 caminhões. Há 1 hotel e 1 pensão, cobrando diária média de Cr$ 75,00.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Quanto à assistência médico-sanitária, há que referir a Maternidade Jesus Maria José, com 30 leitos disponíveis, a qual presta também serviços hospitalares; e 1 pôsto médico, mantido pelo Govêrno Estadual. Na serra do Estêvão, existe a vila Dom Maurício, local recomendado para tratamento de tuberculosos. O clima e as condições ambientes têm sido fator de atração de pessoas de tôda parte do país e até do estrangeiro. Administrada pelas Irmãs Missionárias, há na vila uma Casa de Repouso, com regular movimento de hóspedes. No desempenho do mister profissional, acham-se 4 médicos, 3 farmacêuticos, 1 veterinário e 3 dentistas; 4 farmácias provêem medicamentos à população do município de Quixadá.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — A Associação de São Vicente de Paulo e o Círculo Operário de Quixadá, fundados nos anos de 1890 e 1939, prestam assistência social às pessoas menos favorecidas.

ALFABETIZAÇÃO — O município de Quixadá contava 50 182 habitantes de 5 anos e mais, segundo o Recenseamento Geral de 1950. Dêsse total 10 485, ou seja, 21%, sabiam ler e escrever, sendo 4 672 homens e 5 813 mulheres. A sede municipal abrigava 4 577 pessoas do mesmo grupo de idade, das quais 2 624 eram alfabetizadas: 1 116 homens e 1 508 mulheres. A taxa de matrícula em 1950 foi de 22,05% em Quixadá e 24,3% no Estado do Ceará.

Ensino — O ensino fundamental comum era ministrado, em 1956, por 150 unidades escolares, com a matrícula inicial de 4 044 alunos, masculinos e femininos. Existiam no

Açude público do Cedro

município de Quixadá, no ano de 1956, 2 estabelecimentos de ensino extraprimário: Ginásio Waldemar Falcão e Ginásio Sagrado Coração de Jesus, com a matrícula inicial de 95 alunas. Lograram concluir o curso 9 estudantes.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há na cidade 1 cinema o "Cine Iara", com 460 lugares, proporcionando divertimento à população local com sessões diárias. Há 1 tipografia, 2 livrarias e 2 jornais a "Gazeta de Quixadá", semanal, e o "Monólito", quinzenal. Encontra-se 1 biblioteca pertencente à Aliança Artística e Proletária de Quixadá, com cêrca de 300 volumes. Funcionam 2 associações esportivas e culturais, o "Bangu Atlético Clube", com finalidade esportiva e a "Aliança Artística e Proletária", com finalidade cultural-social.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	851	1 919	1 102	116	1 059
1951.......	1 121	2 790	1 229	100	1 060
1952.......	1 200	4 816	1 284	151	1 345
1953.......	1 288	3 103	1 754	640	1 798
1954.......	1 634	5 389	1 588	92	1 578
1955.......	2 100	7 327	2 203	177	2 200
1956.......	2 285	10 666	2 697	994	2 372

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — A igreja-matriz destaca-se pelo valor arquitetônico e histórico. Construída em 1770, a capela teve como padroeiros Jesus, Maria, José. De 1886 para cá, a pequena capela foi se transformando aos poucos na igreja-matriz atual.

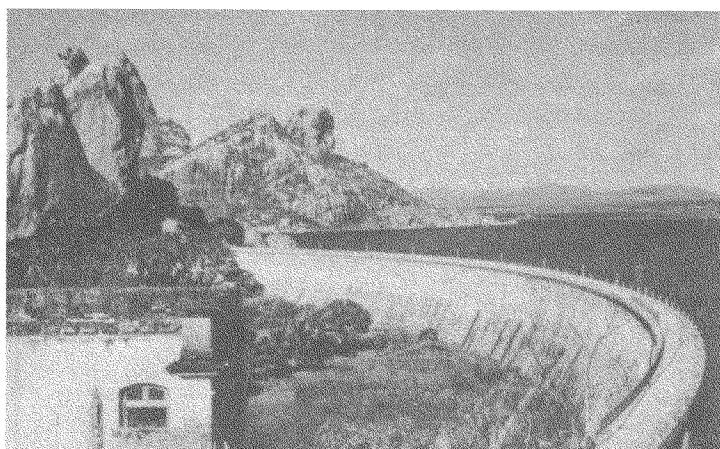
Administrada pelas Irmãs Missionárias, há, na vila Dom Maurício, na serra do Estêvão, uma Casa de Repouso, em edifício onde outrora existiu o Mosteiro de Santa Cruz, fundado pelos beneditinos. "O Mosteiro está situado na serra do Estêvão, tendo vastas dimensões, num clima excelente, com vista deslumbrante. Em 1899, — conforme nos conta José Bonifácio de Sousa, uma das brilhantes culturas do Ceará —, Dom Geraldo Van Caloen, de origem belga, vem ao Ceará a fim de, aqui, mandar erigir um mosteiro para os seus companheiros de ordem, isto é, os beneditinos que estavam sendo vitimados pela febre amarela, no Recife. Visitando Quixadá, subiu a serra do Estêvão, do que ficou resolvido ali seria erguida a grande obra. Dia vai, dia vem, lá estiveram posteriormente Dom Majolo Caigny e Dom Maurício Prickzy, êste o verdadeiro realizador da emprêsa. Inaugurado a 1.º de março de 1903, nêle funcionou o célebre Ginásio São José. Com a morte de Dom Maurício, outros lhe sucederam na direção da Casa. Com o correr dos anos foi o mosteiro fechado, embora já elevado à categoria de abadia. A Diocese de Fortaleza adquiriu-o e lá instalou as Irmãs Clarissas. Hoje é casa de repouso e de retiros espirituais" (Waldery Uchôa, em "Anuário do Ceará")

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal cerimônia popular é a festa dos padroeiros Jesus, Maria e José, celebrada anualmente nos dias 1.º a 13 de janeiro, com o entusiasmo próprio dos festejos religiosos.

VULTOS ILUSTRES — O município de Quixadá serviu de berço a inúmeras figuras ilustres, destacando-se as seguintes: *Coronel Alfredo Pereira de Souza* — Chefe político e deputado estadual em diversas legislaturas, considerado como um dos grandes defensores da vida sertaneja. *Dr. Eusebio de Queiroz Lima* — Provecto professor da Universidade do Rio de Janeiro. Jurista eminente, autor de várias obras de grande valor sôbre assuntos de Direito Constitucional e Sociologia. *Dr. José Martins Rodrigues* — Uma das inteligências mais fulgurantes do Ceará atual. Professor da Universidade do Brasil. Autor de trabalhos de reconhecidos méritos. Foi deputado Estadual e Secretário de Estado. Atualmente ocupa uma das cadeiras da Câmara de Deputados Federais, onde tem demonstrado sua vasta cultura jurídica, através de inúmeros pareceres na Comissão de Justiça daquela casa do Congresso. *Dr. Jader Moreira de Carvalho* — Escritor, poeta, jornalista, advogado brilhante, tribuno, professor emérito, um dos maiores talentos intelectuais do Ceará, e autor de vários romances consagrados pela crítica nacional. *Raquel de Queiroz* — Jornalista consagrada e autora de grandes livros, destacando-se "O 15". Semanalmente escreve uma crônica para a revista "O Cruzeiro", editada no Rio de Janeiro. Inteligência fascinante, sem dúvida uma das mais belas expressões intelectuais da mulher cearense. *Dr. Arcelino de Queiroz Lima* — Magistrado e Senador Estadual. Faleceu a 19 de novembro de 1895. *Dr. Eduardo Ellery Barreira* — Bacharel em Direito pela Faculdade do Ceará. Juiz do Tribunal de Contas do Ceará cujos pareceres são brilhantíssimos. *Doutor Ubirajara Indio do Ceará* — Advogado, orador, jornalista. Homem de vasta cultura. Foi deputado estadual. *Doutor José Crispino* — Advogado. Deputado Estadual, já tendo exercido as funções de Vice-Presidente da Assembléia Legislativa.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Na vila de Dom Maurício, sôbre a serra do Estêvão, funciona uma "Casa de Repouso", no edifício do antigo Mosteiro de Santa Cruz, fundado pelos Beneditinos.

Essa modelar organização tem atraído pessoas de todos os recantos do país, e até do estrangeiro, em virtude das excelentes condições climáticas do lugar que proporcionam bem-estar aos visitantes.

O "Açude do Cedro", notável obra de arte, sòlidamente construído no tempo do Império, desperta a atenção das pessoas que visitam Quixadá.

Outro aspecto do açude do Cedro

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Quixadá é o município que possui maior quantidade de distritos, em número de 12.

Divide-se, eclesiàsticamente, em 2 paróquias: de Jesus, Maria, José e a de São Sebastião, fundadas nos anos de 1870 e 1952, respectivamente. Contam 20 templos e 11 associações pias.

Há 87 reservatórios de água no município, com capacidade aproximada para 333 milhões de metros cúbicos.

Os veículos que transitam pela cidade são atendidos por 3 oficinas e 6 bombas de gasolina, bem montadas.

Em 1954 estavam inscritos 4 083 eleitores, dos quais 1 942 votaram nas eleições realizadas no mesmo ano.

Há grande controvérsia em tôrno do significado do topônimo Quixadá. Paulino Nogueira diz ser Quixadá a mesma coisa que Quixará, denominação de uma tribo tapuia que habitava o interior da Capitania, especialmente na serra do Sitiá. Segundo Martius, significa — Oh! eu sou senhor! de *qui*, oh, *xe*, eu e *uará*, senhor, tendo-se corrompido em quixadá. Pompeu Sobrinho afirma que o nome é de origem tapuia, provàvelmente tarairiú, cuja língua é muito mal conhecida para comportar a análise etimológica de qualquer nome. Além da primeira acepção, Eusébio de Sousa cita ainda: "vocábulo de origem guarani, que siginifica pedra de ponta curvada; corrutela da expressão "queixada", manada de porcos que abundou no povoado; quintal de rochas; terra de queixa; e problemàticamente "rio" ou "riacho" a que um qualificativo distingue.

QUIXERAMOBIM — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — A região onde hoje se acha confinado o município era habitada pelos índios canindés e quixarás.

Os primeiros civilizados que penetraram aquelas terras vieram do Jaguaribe, seguindo o rio Banabuiú.

A 7 de novembro de 1702, o capitão-mor Francisco Gil Ribeiro, governador da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, concedeu as primeiras sesmarias às margens do rio Ibu, nome pelo qual era conhecido dos indígenas o atual rio Quixeramobim. O vocábulo Quixeramobim adveio de uma serra localizada ao norte da cidade e atualmente tem a denominação de Santa Maria.

Dentre as sesmarias concedidas, uma coube ao alferes Francisco Ribeiro de Sousa, cujas terras passaram, posteriormente, a Gil de Miranda e sua mulher Ângela de Barros, bem como ao padre Antônio Rodrigues Frazão. Aos segundos possuidores comprou-as o capitão Antônio Dias Ferreira, português, natural da cidade do Pôrto e nelas fundou a fazenda "Boqueirão de Santo Antônio", iniciando, em 1730, nesse local, a construção de uma capelinha da qual veio a se tornar orago o taumaturgo de Pádua.

O português, Antônio Dias Ferreira, solteiro, tornou-se elemento de fortuna avultada, que possuía vinte léguas de terras, a começar do lugar Espírito Santo, além de Boa Viagem, até a barra do Sitiá, onde tinha grandes fazendas de cavalar e muar com feitorias de escravos de Angola. O rico devoto, construindo aquêle templo, fê-lo com empenho e magnificência, até mandando vir artistas de Portugal...

À referida capela, o capitão Antônio Dias Ferreira doou meia légua de terras "com trinta vacas cituadas", tendo custeado, ainda, as grandes reformas por que passou aquêle templo.

Em 15 de novembro de 1755, êsse templo é elevado à categoria de matriz, com a criação da paróquia, por provisão do religioso carmelita Frei Manuel de Jesus Maria, autorizado pelo bispo de Pernambuco, D. Francisco Xavier Aranha.

Em 22 de fevereiro de 1789, o governador de Pernambuco, D. Tomás José de Melo, em face da Carta régia de 22 de julho de 1766, autoriza ao Dr. Manuel de Magalhães Pinto e Avelar de Barbedo, ouvidor-geral da comarca do Ceará, a elevar à categoria de vila a então povoação de Santo Antônio do Boqueirão de Quixeramobim, instalando-se o município no dia 13 de junho de 1789, com a denominação de Nova Vila do Campo Maior.

A casa da câmara, de estilo colonial, teve sua construção iniciada em 1818, concluindo-se os trabalhos em 1857.

Compunham a primeira câmara municipal: juízes ordinários — sargento-mor José Pimenta de Aguiar e capitão-mor Antônio Pinto Borges; vereadores — José dos Santos Lessa, Antônio José Fernandes do Amaral e Antônio das Virgens Lisboa; procurador — Domingos de Carvalho Andrade; e juiz de órfãos — tenente-general Vicente Alves da Fonseca.

A Confederação do Equador, no Ceará, teve início em Quixeramobim, quando a Câmara Municipal, no dia 9 de janeiro de 1824, declara decaída a Dinastia Bragantina e proclama uma República, como represália à atitude de Dom Pedro I em dissolver a Assembléia Constituinte e querer outorgar ao País uma constituição sem anuência do povo brasileiro.

A primeira escola pública de meninos, criada pela Lei n.º 1 827, tinha como primeiro professor a Pedro Jaime de Alencar Araripe; a escola, para meninas, era dirigida pela professôra Joana Antônio do Sacramento.

Na terceira década do Século XIX o município foi palco de terríveis lutas, entre Araújos e Maciéis, descritas em "Os Sertões", de Euclides da Cunha, ao registrar antecedentes da família de Antônio Conselheiro.

No último quartel do Século XVIII, o tenente-general Vicente Alves da Fonseca construiu, nas terras de sesmarias do riacho Pirabibu, que lhe foram concedidas pelo capitão-mor João Teyve Barreto de Menezes, em 23 de novembro de 1744, o primeiro açude público do Ceará.

A Nova Vila do Campo Maior, pela Lei n.º 770, de 14 de agôsto de 1856, adquiriu foros de cidade, com a simples denominação de Quixeramobim.

A partir de 1857 o templo de Santo Antônio, não obstante a reforma que lhe fêz, em 1789, o capitão Narciso Gomes da Silva, natural do Cabo (Pernambuco), já não comportava o número de fiéis que o freqüentavam. Terrível febre epidêmica ocorrida na cidade não permitiu que continuasse, na penúltima década do Século XIX, a necessária reforma, vindo esta a ser reiniciada em 1902, por monsenhor Salviano Pinto Brandão, entregues os trabalhos à orientação do coronel Rafael Pordeus da Costa Lima. Concluída, em 1916, a matriz, com suas duas tôrres e frontespício neoclássico, é um monumento de rara beleza.

No quadro da divisão administrativa do Brasil, relativo ao ano de 1911, o município de Quixeramobim compõe-se de um só distrito — o da sede.

Já na divisão referente ao ano de 1933, o município figura com os distritos de Quixeramobim, Algodão, Belém, Boa Viagem, Canafístula, Madalena, Olinda, São João e Uruquê.

O Decreto estadual n.º 169, de 31 de março de 1938, retificado pelo de n.º 378, de 20 de outubro do mesmo ano, bem como os Decretos-leis estaduais números 448, de 20 de dezembro de 1938, e 1 114, de 30 de dezembro de 1943, que reformaram a divisão administrativa do Estado, não promoveram sérias alterações territoriais no município, que, no quadro anexo ao último decreto-lei, se compõe dos distritos de Quixeramobim, Itatira (ex-Belém), Lacerda, Macaoca (ex-Castro), Madalena, Manituba (ex-Algodões), Piraribu e Uruquê.

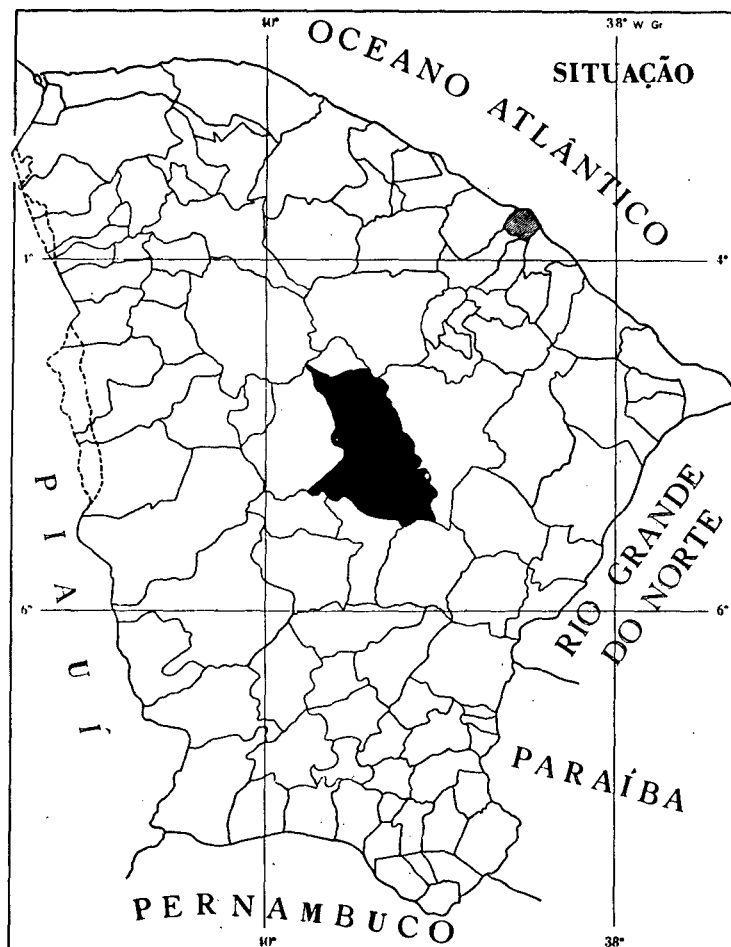
Pela Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, foi concedida autonomia municipal ao distrito de Itatira e criado o distrito de Passagem. A Lei n.º 2 158, de 9 de dezembro de 1953, criou, no município de Quixeramobim, mais dois distritos: Encantado e São Miguel.

Conta, portanto, atualmente, o município com os distritos da sede, Madalena, Pirabibu, Uruquê, Manituba, Lacerda, Macaoca, Passagem, Encantado e São Miguel.

A comarca de Quixeramobim, instituída em 6 de março de 1833, teve como primeiro juiz de direito o Dr. Antônio Pereira Ibiapina, cognominado mais tarde "Apóstolo do Nordeste", pelas inúmeras obras de assistência moral e social prestadas às populações sertanejas das províncias do Ceará, Paraíba e Pernambuco.

Na tabela anexa à Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948, a comarca de Quixeramobim é de terceira entrância.

Nas eleições realizadas a 3 de outubro de 1954, foram eleitos: Prefeito — Luiz Almeida. Vereadores — Stênio Domingues da Silva, Álvaro Araújo Carneiro, Edgar Patrício de Almeida, Francisco Carneiro Sobrinho, João Saldanha Nunes, José Felício Filho, José Franco Nogueira, Simão Marrul e José Homero Saraiva Câmara.

LOCALIZAÇÃO — O município de Quixeramobim é o centro geográfico do Estado. Está localizado na Zona Fisiográfica do Sertão Central, prestando-se admiràvelmente à criação de gado, tanto pela riqueza de suas pastagens, quanto pela fertilidade dos terrenos de aluvião. Limita com os municípios de Boa Viagem, Itatira, Canindé, Quixadá, Solonópole, Senador Pompeu e Pedra Branca. A cidade, situada à margem esquerda do rio Quixeramobim, dista da Capital do Estado, em linha reta, 181 quilômetros e possui as seguintes coordenadas geográficas: 5º 11' 57" de latitude Sul e 39º 18' 27" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Alcança 187 metros na sede municipal.

CLIMA — Salubre e quente. Temperatura média em graus centígrados: máxima — 32; mínima — 25; compensada — 28. Precipitação pluviométrica anual: 668,4 milímetros.

ÁREA — A área do município é de 4 688 km², figurando em 5.º lugar entre os maiores do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território do município apresenta-se mais plano que montanhoso. As terras, na maioria boas e de formação argilosa, são irrigadas pelos rios Quixeramobim e Banabuiú que, juntamente com outros de menor importância, formam apreciável bacia hidrográfica. As principais elevações são representadas pelas serras dos Paulinos, 3 Irmãos, Queimadas, Negrão, Urubu, Maria, Ôlho-d'Água, Santa Rita e Agreste.

RIQUEZAS NATURAIS — Barro (argila) e jazidas calcárias representam as riquezas minerais. Oiticicais e matas para extração de madeira de construção, constituem as riquezas vegetais. E abelhas, pequenos animais silvestres e peixes de rio e açudes, as riquezas animais.

POPULAÇÃO — A população do município de Quixeramobim, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 46 843 habitantes (23 538 homens e 23 305 mulheres), sendo: brancos — 26 515 (13 311 homens e 13 204 mu-

lheres); pretos — 13 038 (6 656 homens e 6 372 mulheres); pardos — 7 042 (3 413 homens e 3 629 mulheres); e sem declaração — 248 (148 homens e 100 mulheres).

Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 24 644 (12 194 homens e 12 450 mulheres), 9 737 eram solteiras (4 995 homens e 4 742 mulheres); casadas — 13 594 .... (6 778 homens e 6 817 mulheres); desquitadas — 13 (6 homens e 7 mulheres); viúvas — 1 176 (326 homens e 850 mulheres); e sem declaração — 124 (89 homens e 35 mulheres).

Exceto 2 homens naturalizados, 9 estrangeiros (6 homens e 3 mulheres) e 9 sem declaração (7 homens e 2 mulheres), os demais habitantes eram de nacionalidade brasileira.

Em religião, predominavam os católicos romanos, em número de 46 599 (23 384 homens e 23 215 mulheres); protestantes — 79 (34 homens e 45 mulheres); espíritas — 3 homens; sem religião — 5 (4 homens e 1 mulher); e sem declaração — 157 (113 homens e 44 mulheres).

A densidade demográfica era de 8,95 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 90,87% localizava-se na zona rural, num total de 42 567 habitantes (21 574 homens e 23 993 mulheres).

O município classificava-se em 3.º lugar entre os 10 maiores do Estado, colocando-se em 9.º lugar entre os 10 primeiros municípios mais populosos do Interior, conforme demonstram os dados a seguir: Sobral — 70 011; Itapipoca — 64 907; Quixadá — 61 631; Juàzeiro do Norte — 56 146; Acaraú — 54 973; Cascavel — 53 620; São Gonçalo do Amarante — 51 399; Canindé — 48 320; e Quixeramobim — 46 843 habitantes.

O município de Quixeramobim, no Censo de 1950, excluído o distrito de Itatira, que se erigiu em município, apresentou o efetivo de 43 206 habitantes. Decorridos sete anos daquela operação censitária, a Inspetoria Regional de Estatística estima, para 1.º de julho de 1957, em 53 264 o número de pessoas, verificando-se um acréscimo de 10 058 pessoas, ou seja, 23,28%. Nesse mesmo período a percentagem correspondente ao Estado era de 18,54%.

Aglomerações urbanas — Eram 8 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Quixeramobim, com 3 052 habitantes (1 374 homens e 1 678 mulheres); a vila de Itatira, com 122 (64 homens e 58 mulheres); a vila de Lacerda, com 288 (108 homens e 120 mulheres); a vila de Macaoca, com 210 (104 homens e 106 mulheres); a vila de Madalena, com 143 (59 homens e 84 mulheres); a vila de Menituba, com 274 (133 homens e 141 mulheres); a vila de Pirabibu, com 47 (25 homens e 22 mulheres); e a vila de Uruquê, com 200 (97 homens e 103 mulheres).

No quadro urbano da cidade e vilas existiam 2 700 habitantes (1 224 homens e 1 476 mulheres) e no suburbano 1 576 (740 homens e 836 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Segundo o Censo de 1950, constituía a "agricultura, pecuária e silvicultura" o ramo de atividade a congregar o maior número de pessoas em idade ativa, 11 269, ou seja, 92%, sôbre o total de pessoas presentes.

O município situa-se num planalto, e tem suas terras cortadas pelo rio Quixeramobim e o Banabuiú. É região de grandes fazendas de gado. Situado no Polígono das Sêcas, mantém constante luta contra a natureza, que de vez em quando lhe destrói a colheita e dizima o gado. Não obstante ser um vasto sertão, em que pouco chove, o gado se cria bem, constituindo a pecuária a base econômica do município, principalmente a criação de gado bovino. Dos 197 estabelecimentos que exploravam, em 1950, a pecuária, 188 a praticavam em grande escala, abrangendo uma área de 145 794 hectares (98% da área total dos 197 estabelecimentos). Exploravam também a pecuária, simultâneamente com a agricultura, mais 778 estabelecimentos, dos quais 730 dedicados à agropecuária em pequena escala. Compreendiam êsses últimos, uma área de 127 485 hectares, ou seja, 57% da área total dos estabelecimentos com modalidade mista de exploração.

Segundo, ainda os resultados do Recenseamento Geral de 1950, Quixeramobim possuía 1 278 estabelecimentos agropecuários com uma área total de 402 413 hectares, sendo o 4.º de maior área agropastoril do Estado.

Em 31 de dezembro de 1955, a população pecuária do município, segundo dados do Serviço de Estatística da Produção, tinha o valor de 87 milhões de cruzeiros com a seguinte composição: 50 000 bovinos: 5 300 eqüinos; 6 200 asininos; 1 600 muares; 15 000 suínos; 11 000 ovinos; e 13 000 caprinos.

Dentre os 50 000 bovinos, existiam vários reprodutores de raça pura.

A produção de leite em 1955, foi de 1 600 000 litros, no valor de Cr$ 2 400 000,00, aproximadamente, a qual se destinou ao consumo da população local e ao fabrico de queijo e manteiga.

O valor da produção agrícola em 1955, atingiu mais de 4,621 milhões de cruzeiros. A safra algodoeira foi a que apresentou maior rendimento econômico, ou seja, 326 600 arrôbas (Cr$ 39 192 000,00). Seguem-se pela ordem decrescente: 12 000 toneladas de cana-de-açúcar .... (Cr$ 1 800 000,00); 14 000 sacos de 60 kg de milho .... (Cr$ 1 610 000,00); 8 500 centos de laranja .... (Cr$ 850 000,00); 6 000 sacos de 60 kg de feijão ...... (Cr$ 780 000,00). O restante corresponde ao valor da produção obtida em menor escala, de: arroz, mandioca-brava, mamona, batata-doce, côco-da-baía e tangerina. Predominava no município a cultura do algodão arbóreo. Das .... 326 600 arrôbas produzidas, apenas, 6 600 arrôbas eram da espécie herbácea.

A agricultura e a pecuária são fomentadas pelos seguintes órgãos especializados: "Fazenda Normal de Criação", do Govêrno Estadual; "Pôsto Agropecuário"; "Pôsto de Vigilância Sanitária Animal" e "Pôsto de Reflorestamento de Quixeramobim", mantido pelo Govêrno Federal.

Dos 114 estabelecimentos fabris, que preencheram os boletins Registro Industrial de 1956, 15 funcionavam com 5 pessoas e mais e 99 com menos de 5 pessoas. O valor total da produção foi de 73,439 milhões de cruzeiros. A indústria têxtil, representada por 6 estabelecimentos de beneficiamento de algodão, apresentou maior rendimento econômico, com a seguinte produção: 1 406 700 quilogramas de pluma (Cr$ 50 683 000,00); 3 290 600 quilogramas de caroço (Cr$ 8 193 000,00) perfazendo um total de .... Cr$ 58 876 000,00.

Destacam-se, ainda em ordem decrescente, os seguintes ramos industriais: extração de óleo de caroço de algodão e abate de gado para o consumo, cujo valor global da produção chegou à casa de 8,960 milhões de cruzeiros. Os 5,603 milhões de cruzeiros, restantes, couberam a produção de queijo de coalho (53 100 kg); manteiga (3 500 quilogramas); farinha de mandioca (900 sacos de 60 kg); tijolos e telhas (434 milheiros); calçados (3 815 pares); panificação (123 400 kg); energia elétrica (98 000 kWh) e beneficiamento de madeira, fabricação de refrigerantes, etc., de menor importância industrial.

A produção agropecuária e industrial encontra mercado nas praças de Fortaleza, Campina Grande (PB), Recife (PE) e Mossoró (RN).

Como se verifica, a produção industrial do município pesa, sensìvelmente, na sua balança econômica.

A produção extrativa rendeu em 1956 pouco mais de 900 mil cruzeiros, tendo contribuído com maior parcela a madeira (Cr$ 450 000,00); peles de animais silvestres (Cr$ 220 000,00) e sementes de oiticica (Cr$ 125 000,00).

COMÉRCIO E BANCOS — Em 1.º de julho de 1950, segundo elementos do Censo Comercial, existiam no município 186 estabelecimentos comerciais, dos quais 167 varejistas e 19 atacadistas. As pessoas ocupadas nesses estabelecimentos somavam 250, assim discriminadas: 193 nos estabelecimentos varejistas e 57 nos atacadistas. Quanto ao comércio varejista, Quixeramobim, com 10 958 milhares de cruzeiros, é o 9.º centro comercial do Ceará, onde as vendas em todo o varejo alcançavam 1 189 milhões de cruzeiros. Em relação ao comércio atacadista, a posição é mais modesta, sendo o 13.º centro comercial, com 10 836 milhares de cruzeiros contra o total estadual de 1 594 milhões de cruzeiros.

Na sede municipal as atividades comerciais são exercidas por 7 estabelecimentos do ramo varejista e 55 do atacadista.

Quixeramobim importa: tecidos, miudezas, armarinho, gêneros alimentícios e medicamentos, e exporta couros e peles, algodão beneficiado e semente de oiticica.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Serve ao município, além de várias rodovias, a Estrada de Ferro de Baturité, da Rêde Viação Cearense.

Existe no município um campo de pouso, não havendo, no entanto, linhas regulares.

Liga-se com as cidades vizinhas e com a Capital do Estado, pelos seguintes meios de transporte: Boa Viagem: rodoviário, 72 km; Canindé: rodoviário, 132 km ou misto: a) ferroviário (até Quixadá) 48 km e b) rodoviário, 108 quilômetros; Pedra Branca: rodoviário, 86 km (via Mineirolândia, do município de Pedra Branca) e a cavalo (via São Miguel) 84 km; Quixadá: ferroviário, 48 km e rodoviário (via Faz. Ouro Prêto) 47 km; Itatira: rodoviário, 132 km; a Senador Pompeu: ferroviário, 53 km e rodoviário, 60 km; Solonópole: rodoviário, 109 km ou misto: a) ferroviário (até Senador Pompeu) 53 km e rodoviário, 56 km; Capital do Estado: rodoviário, 238 km.

Funcionam na sede municipal uma Agência Postal-telegráfica do D.C.T. e a Estação Telegráfica de uso privativo da Rêde Viação Cearense. Há, ainda, na cidade, uma Estação de Rádio Amador de propriedade particular.

Quixeramobim comunica-se com Boa Viagem por telefone.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Quixeramobim ocupa o centro geométrico do Estado. Fica à margem esquerda da Estrada de Ferro de Baturité e do rio Quixeramobim, sôbre o qual está edificada uma grande ponte metálica que serve à mesma ferrovia e aos pedestres desde 1894. Mede 208 metros de comprimento.

Contam-se na cidade 45 logradouros. Há 7 509 m² de pavimentação a paralelepípedos. Existiam em 1954, nas zonas urbana e suburbana, 877 prédios, dos quais 695 eram residenciais.

A iluminação pública serve 23 logradouros e a domiciliária conta 244 ligações.

O Serviço de Limpeza Pública, mantido pela municipalidade, beneficia 6 dos seus principais logradouros com 580 prédios.

Como meio de hospedagem há 1 hotel e 2 pensões, na sede municipal.

Em 1956, na Prefeitura Municipal, achavam-se registrados 7 automóveis e 25 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Conta o município com 2 estabelecimentos assistenciais, localizados na cidade. São o "Pôsto de Saúde Quixeramobim", do Govêrno do Estado (clínica médica e assistência geral) e o "Pôsto de Puericultura Dr. Cornélio José Fernandes", da "Sociedade de Proteção e Assistência". Na cidade, há 2 farmacêuticos e 1 médico e 2 farmácias regularmente instaladas.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Prestam assistência social à população pobre do município a "Sociedade São Vicente de Paulo", fundada em 1893, e a "Sociedade Pão dos Pobres".

Os "Círculos Operários" de Quixeramobim e de Madalena, "Liga Católica Jesus Maria José" e "Liga Santa Teresinha", instituições de beneficência Mutuária, proporcionam assistência aos seus associados.

A "Cooperativa Agrícola Mista de Quixeramobim" (central), fundada em 1954, presta relevantes serviços, por meio de empréstimos e outras facilidades, aos agricultores do município. Em 31-12-1956 o seu efetivo social era de 642 pessoas.

ALFABETIZAÇÃO — Conforme o Recenseamento Geral de 1950, Quixeramobim contava 38 116 habitantes com 5 anos e mais. Entre êstes, 25%, ou seja, 9 412, sabiam ler e escrever, sendo 4 468 homens e 4 944 mulheres. A cidade possuía 2 539 pessoas do mesmo grupo de idade, das quais 1 197 eram alfabetizadas, 528 homens e 669 mulheres.

Ensino — Em Quixeramobim existiam 260 unidades escolares de ensino fundamental comum, em 1956, com a matrícula inicial de 2 409 alunos de ambos os sexos. A taxa de matrícula em 1950 atingiu 22,42% no referido município e 24,3% no Estado do Ceará. Contava ainda naquele ano com 1 estabelecimento de ensino extraprimário: o patronato Nossa Senhora de Fátima.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há na cidade um órgão de publicidade, "O Quixeramobim", periódico quinzenal, sob a direção do Grêmio Lítero-Recreativo Dom Quintino; 1 cinema, o "Cine Skeff", proporciona diversões aos habitantes da localidade, dispondo de 230 lugares; 2 associações esportivas e culturais, o "Quixeramobim Clube", com finalidade esportiva, possui campo de futebol para disputas locais e intermunicipais, e o "Grêmio Lítero-Recreativo D. Quintino".

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	996	1 247	722	297	707
1951	1 155	1 940	822	387	721
1952	1 334	2 047	932	408	818
1953	1 490	2 193	1 478	485	1 646
1954	1 664	2 708	1 236	360	1 178
1955	755	3 834	1 345	415	1 352

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — São dignas de nota as igrejas do município. A Matriz de Santo Antônio de Pádua, situada na mais importante praça da cidade, já em 1870 estava em visitação pública. É um monumento notável, sendo considerada uma das mais amplas e veneráveis igrejas da arquidiocese, no interior do Estado. Tôdas as imagens e alfaias de grande valor foram importadas de Portugal por Antônio Dias Ferreira, seu criador. Sofreu reformas, que se concluíram em 1916, conservando ainda a atual Matriz a estrutura fundamental da construção barroca do século XVIII.

Cita-se ainda a Igreja do Rosário, construída em 1783, na qual se celebrava com grande entusiasmo a tradicional Festa dos Reis.

Destaca-se também o Monumento Comemorativo da Passagem da Imagem de Nossa Senhora de Fátima, situado na Praça que tem o nome da Virgem peregrina.

Localizada na Praça da Matriz de Santo Antônio de Pádua, encontra-se a velha Casa da Câmara e primitiva cadeia, construção do século XVIII, em estilo colonial, lembrando um passado remoto e cheio de lances históricos.

É digna de menção também a ponte sôbre o rio Quixeramobim, servindo à Estrada de Ferro de Baturité, constando de 4 vãos e medindo 208 metros de comprimento.

Existe ainda na cidade, a casa onde nasceu o famoso Antônio Mendes Maciel, o "Conselheiro" do Arraial de Bom Jesus (Canudos).

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Todo o povo de Quixeramobim se movimenta durante os festejos consagrados a Santo Antônio de Pádua, realizados entre os dias 30 de maio a 13 de junho, os quais decorrem animadíssimos, com novena, leilões e outras atrações.

VULTOS ILUSTRES — *Contra-almirante Afonso de Alencastro Graça* — Culto oficial da Marinha de guerra brasileira. Conquistou, durante o curso na Escola Militar, o primeiro lugar entre os seus colegas e, apenas 2.° tenente, já servia de professor de História e Tática Naval, Hidrografia e Direito Internacional à turma de guardas-marinha de 1871 e 1872, em viagem aos Estados Unidos e à Europa. Exerceu muitas comissões de alta importância, com zêlo e proficiência. Falecido. *Antônio Bezerra de Menezes* — Historiador penetrante, exato, honesto e grande amante do Ceará, além de estudioso das ciências naturais e inspirado poeta. Abolicionista de inconfundível destaque. Foi uma figura notável das letras cearenses. Falecido. *Desembargador Américo Militão de Freitas Guimarães* — Formou-se em Direito na Academia de Olinda. Depois de exercer a magistratura em várias comarcas do Ceará, foi nomeado desembargador da Relação de Cuiabá e, mais tarde, para a do seu Estado natal. Foi deputado provincial e, como Vice-Presidente, governou a terra cearense, substituindo o Presidente Caio Prado. Falecido. *Antônio Vicente Mendes Maciel* — O afamado Antônio Conselheiro. Notabilizou-se não pelas letras, mas como autor principal do grande drama de Canudos, símbolo do fanatismo e terror da República. Hoje, figura na história, tão singular foi o episódio de que se transformou em personagem central. Lutou como um bravo, e o seu heroísmo ofereceu à Nação, através da pena fulgurante de Euclides da Cunha, o maior livro da literatura brasileira — "Os Sertões". Faleceu a ...... 6-10-1897. *Padre Ambrósio Rodrigues Machado* — Faleceu com 86 anos de idade. Político de evidência, patriota companheiro do Padre Mororó nas lutas da Confederação do Equador. *Dr. Antônio Furtado Bezerra de Menezes* — Advogado e professor da Faculdade de Direito, foi magistrado no Território do Acre. Era um talento fulgurante e excelente poeta. Falecido. *General Benjamim Liberato Barroso* — Militar de forte projeção na vida política do Ceará, em cujo govêrno estêve por mais de uma vez, sendo a última no quatriênio 1914-1918. *Dr. Cornélio José Fernandes* — Médico. Foi deputado estadual e vice-presidente do Estado. Falecido. *Dr. Clodoaldo Pinto* — Advogado. Reforçada erudição em direito penal e a mais abalizada autoridade em assunto de legislação cearense. É membro do Instituto do Ceará. *Dr. Francisco de Assis Bezerra de Menezes* — Advogado de nomeada e professor da Faculdade de Direito do Ceará. Foi deputado provincial no biênio de 1888-89. Falecido. *Ten.-coronel Israel Bezerra de Menezes* — Foi o primeiro voluntário cearense que se apresentou para a Campanha do Paraguai. Foi tabelião público em Baturité e Diretor da Colônia Pedro Borges. *José Furtado de Mendonça Bezerra de Menezes* — Poeta e espírito versado em línguas estrangeiras. *Padre Luiz de Souza Leitão* — Professor do Liceu. Foi Diretor da Instrução Pública e muitas vêzes deputado à Assembléia Legislativa do Estado, quer no antigo regime, quer no republicano. Falecido. *Dona Maria do Patrocínio Furtado* — Distinta poetisa, falecida em Baturité. *Dr. Manuel Antônio de Andrade Furtado* — Professor da Faculdade de Direito do Ceará. Jornalista católico de inconfundível realce e rara combatividade. Poeta primoroso. Secretário de Estado e membro do Instituto do Ceará. Diretor do periódico "O Nordeste". *Mariano Martins* — Fêz estudos no Liceu do Ceará e abraçou muito cedo o jornalismo. Fundou vários jornais e revistas. Militou ao lado de Antônio Drumond, Kerginaldo Cavalcante e Adauto Fernandes. Foi eleito deputado estadual, 1951-1955, teve marcante atuação na Assembléia Legisla-

tiva. Fala e escreve com brilho e erudição. Atualmente exerce as funções de Secretário de Educação e Saúde. *D. Quintino Rodrigues de Oliveira* — Primeiro bispo do Crato. Monsenhor pelo decreto de 27-1-1912. Foi sagrado bispo da Bahia, a 21-10-1916. Falecido.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Quixeramobim é dividido, eclesiàsticamente, em duas paróquias: a de Santo Antônio e a de Imaculada Conceição, sediadas, respectivamente, na cidade de Quixeramobim e na vila de Madalena. Contam elas 18 Associações Religiosas e 53 templos.

O município dispõe de um "Observatório Meteorológico", instalado em 1.º de janeiro de 1896, de grande importância para as pesquisas climatológicas do País.

Em todo o município existem 68 reservatórios de água, públicos e particulares, com quase 65 milhões de metros cúbicos de capacidade. Dentre êsses figura o que foi concluído, ainda em 1888, conhecido por açude da "Comissão, ano em que o Estado passou por tremenda sêca.

Em 1954 estavam alistados 10 505 eleitores, dos quais 5 414 votaram nas eleições daquele ano.

É controvertida a origem do topônimo "Quixeramobim". Várias são as versões. Paulino Nogueira prefere a significação de "Carne gorda"; *quiran*, gorda e *imbiú*, carne. Diz Alencar Araripe que os indígenas chamavam de Kinaré ao rio, e os colonos de Kieramobim — que vem a ser "água barrenta", em virtude de suas águas ficarem muito toldadas nas enchentes. Segundo o Doutor Martius, traduz-se por uma exclamação de saudade: "Oh, meus outros tempos!": ah !, *xere* = oh, meus, e *amobinhê* = outros tempos.

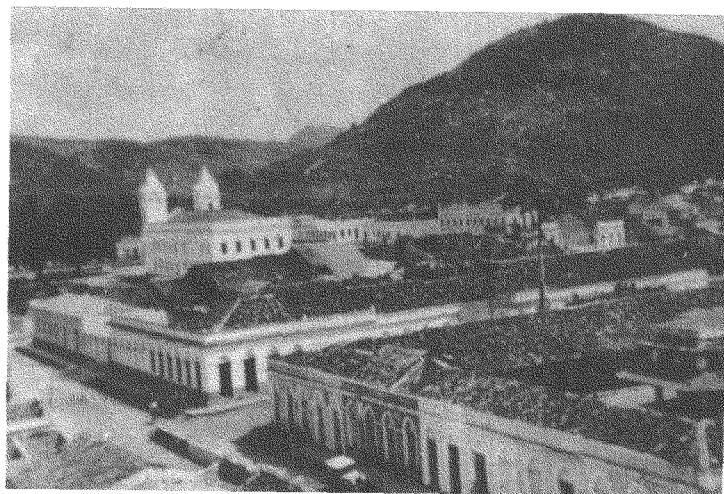
Pompeu Sobrinho diz que "primitivamente a palavra se aplicava não só ao rio, mas a um serrote próximo da atual cidade. O rio chamava-se *Ybu*. A grafia antiga do vocábulo era Kieramobim. Kierá é corrutela de *quirá*, ou *kirá* (pássaro) e *obim*, verde".

REDENÇÃO — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O distrito policial de Acarape foi criado por Ato provincial de 18 de março de 1842.

A freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Acarape deve sua criação à Lei provincial n.º 1 242, de 5 de dezembro de 1868. Instituída canônicamente por Provisão de 24 de agôsto de 1869, teve como primeiro Vigário o padre Antônio André Lino da Costa, nomeado em 10 de dezembro de 1869 e empossado em 6 de fevereiro de 1870.

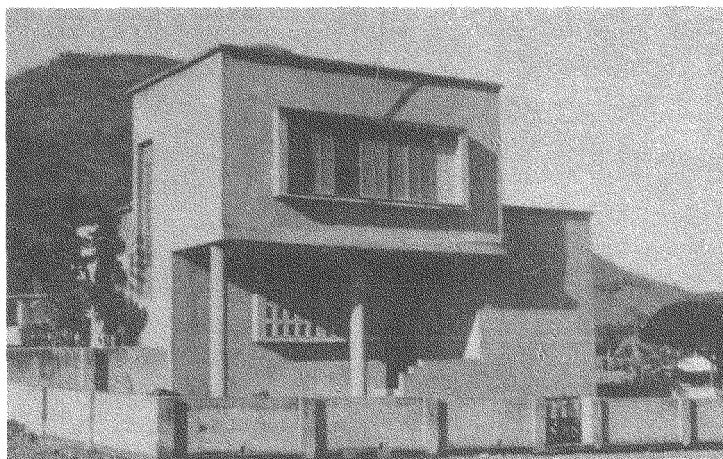
O município, criou-o a Lei n.º 1 255, de 28 de dezembro de 1868, com sede no núcleo de Acarape, então elevado à categoria de vila, e território desmembrado do município de Baturité, tendo ocorrido sua instalação em 21 de agôsto de 1871. A primeira Câmara, instalada nessa data, teve como presidente o tenente-coronel Simião Teles de Menezes Jurumenha, que a governou até janeiro de 1873. À sessão inaugural da referida Câmara compareceram os vereadores Simião Teles de Menezes Jurumenha, José Joaquim de Araújo, Felix Nogueira de Sousa, Francisco Ernesto de Oliveira, Honorato Gomes da Silveira, e os suplen-

Vista parcial da cidade

tes José Martins Souto Maia e Antônio Ferreira dos Reis em substituição aos vereadores Francisco Ferreira da Silva e Cassiano Antônio de Oliveira. Em sessão extraordinária convocada para as 11 horas do mesmo dia foi escolhido, para secretário efetivo, o vereador Venâncio Rodrigues Martins; entre os primeiros atos da referida Câmara constam as seguintes nomeações: porteiro, o Capitão Joaquim de Sá Cavalcante Machado Albuquerque; fiscal — Mateus de Sousa Nogueira; zelador do curral — José Geraldo da Costa Pinguinho.

Governava a Província do Ceará Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo.

No mesmo dia da criação do município era assinada uma lei autorizando o Presidente da Província a despender, anualmente, a importância de quinze mil réis com a libertação de escravos de preferência do sexo feminino. Esta circunstância — coincidência ou não — parece ter influído no ânimo dos acarapenses que em pouco tempo se levantariam contra o jugo infamante. Em 8 de dezembro de 1882 fundou-se a Sociedade Redentora Acarapense composta de abolicionistas fervorosos e dirigida por Gil Ferreira Gomes de Farias (presidente), Antônio da Silva Ramos (procurador), R. A. Gomes Carneiro (2.º secretário), Henrique Pinheiro Teixeira (1.º secretário), Padre Luís Bezerra da Rocha (tesoureiro) e Deocleciano de Menezes (delegado). Decorrido apenas 23 dias da criação dessa notável Sociedade, o Acarape lançou no Ceará no dia 1.º de janeiro de 1883 a semente bendita da Redenção, como protesto solene à senzala infame, bradando para todo o Brasil, "Nesta terra não há mais escravos", num gesto pioneiro, heróico e entusiasta, que lhe valeu a consagração nacional e a admiração do povo brasileiro, expressas nos designativos com que então o batizaram: "Berço das Auroras" e "Rosal da Liberdade".

Em data de 23 de janeiro, a ata da sessão da Câmara registra a solidariedade dos vereadores e a proposta e aprovação de telegrama dirigido pela Comuna ao Imperador D. Pedro II, comunicando-lhe a extinção da Escravatura no município de Acarape.

Em virtude da Lei provincial n.º 2 167, de 17 de agôsto de 1889, a vila de Acarape recebeu foros de cidade e a denominação de Redenção, em homenagem ao grande evento abolicionista. O antigo topônimo Acarape que, segundo Martins é indígena e vem de *Acara*, peixe e *pe*, caminho ou canal, e para José de Alencar — caminhos das garças, pas-

Agência dos Correios e Telégrafos

sou, pela Lei n.º 2 396, de 21 de outubro de 1926, ao distrito de Cala Bôca, criado por Ato de 27 de dezembro de 1883.

Em face dos Decretos estaduais n.os 193, de 20 de maio de 1931, e 1 156, de 4 de dezembro de 1933, o município de Redenção se divide em sete distritos: Redenção, Acarape, Acarape do Meio, Barreira Vermelha, Canafístula, Lagoa das Pedras e Serrinha do Nicolau. Pelo Decreto-lei número 448, de 20 de dezembro de 1938, o município figura com seis distritos: Redenção, Acarape, Antônio Diogo, Barreira (ex-Barreira Vermelha), São Gerardo (ex-Acarape do Meio), e Serrinha. Êste último teve o topônimo alterado para Guassi nos têrmos do Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943.

O têrmo judiciário de Acarape, pertencente à comarca de Baturité, teve sua criação efetivada pela mesma lei que criou o município. Pela Lei estadual n.º 1 277, de 24 de agôsto de 1915, foi criado em Redenção o juizado substituto com juiz togado. Tendo pertencido, por algum tempo, à comarca de Pacatuba, com a extinção desta, retornou à de Baturité, pela Lei n.º 1 943, de 8 de novembro de 1921.

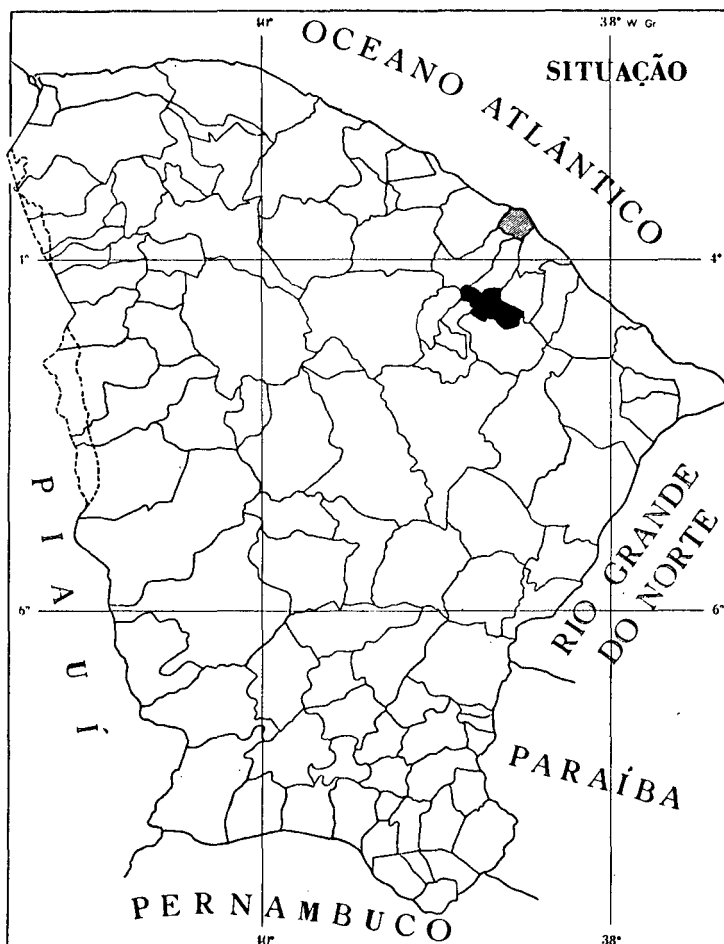
Passou a pertencer à comarca de Maranguape o têrmo de Redenção, em virtude da Lei n.º 2 677, de 2 de agôsto de 1929; modificada esta pelo Decreto estadual número 206, de 6 de junho de 1931, o têrmo de Redenção voltou, mais uma vez, à jurisdição de Baturité.

Nos têrmos da Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948, foi criada a comarca de Redenção.

Nas eleições gerais de 1954 foram eleitos: Prefeito — Edísio Meira Tejo; Vereadores — Brunilo Jacó de Castro e Silva, Benedito Tôrres Sobrinho, Elizeu Aquino Silva,

Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição

João Nobre de Sousa, Antônio Brasiliense de Holanda, Vicente do Vale Meira, José Cosme Filho, Laureano Costa e Silva e José Aprígio Girão Pitombeira.

LOCALIZAÇÃO — Redenção é um dos municípios componentes da Zona Fisiográfica de Baturité. Limita com os municípios de Pacoti, Maranguape, Pacatuba, Pacajus, Aracoiaba e Baturité. A cidade dista da capital do Estado, em linha reta, 56 quilômetros, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 4º 13' 27" de latitude Sul e ... 38º 43' 51" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 90 metros, na sede municipal.

CLIMA — Bastante quente durante o dia. As noites, no entanto, são frescas e agradáveis. A temperatura é variável entre 24 e 35 graus centígrados, sendo mais freqüente a ocorrência dos 30 graus. A época invernosa, ou das chuvas, começa, via de regra, em fevereiro, e vai até maio. Em junho tem início o verão, que se costuma prolongar até janeiro.

ÁREA — Com 623 quilômetros quadrados, ocupa o 73.º lugar no conjunto dos municípios cearenses.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os terrenos abrangidos pelo município são em parte acidentados e em parte planos. Os principais acidentes geográficos são os seguintes: serra do Itapaí, serra do Ôlho-d'Água, esta nos limites com o município de Baturité; serra Verde, nos limites com o município de Maranguape; serras Gurguri, Piroá e serrote do Prata, nos limites com o município de Pacatuba; Serras Oiti, do Vento, Manuel Dias, serrotes Cantagalo, Salgado e Pascoal, êstes dois últimos nos limites com o município de Pacajus; rio Pacoti, rio Choró, êste nos limites com o muni-

cípio de Aracoiaba; riachos Água Verde, Salgado, Cana Brava, Canafístula, Mamoeiro, Requeijão, do Susto e Carnaubinha; Açude do Acarape, formado pelo represamento das águas do rio Pacoti com capacidade par 34 100 000 metros cúbicos, abastecedor da capital do Estado; cachoeira de Paracupeba, lugar aprazível; lagoas do Tamboatá, Canapum, Capim, Comprida, Croatá, dos Currais, Danta, Exu, Grande e do Jaburu.

RIQUEZAS NATURAIS — Jazidas calcárias e jazidas de argila plástica (barro), no reino mineral; matas e cajueirais, no reino vegetal; caça e pesca em pequena escala, no reino animal.

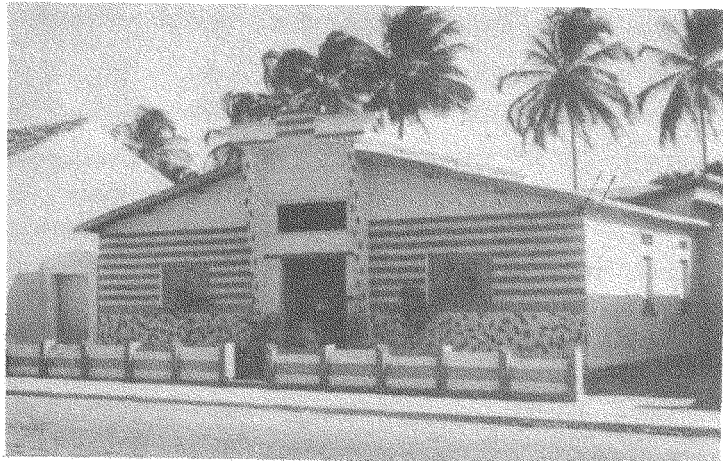
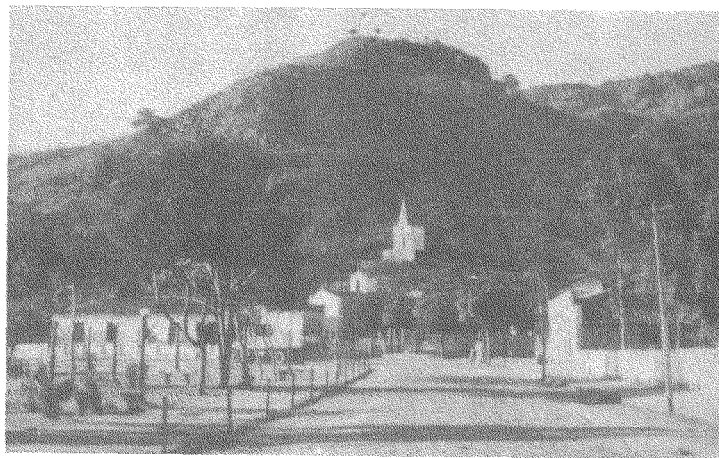
POPULAÇÃO — A população do município de Redenção, segundo o Censo Geral de 1950, era de 28 867 habitantes, sendo 14 359 homens e 14 508 mulheres; eram brancos — 16 301 (7 923 homens e 8 378 mulheres); pretos — 2 836 (1 484 homens e 1 352 mulheres); pardos — 9 655 (4 917 homens e 4 738 mulheres) e sem declaração — 75 (35 homens e 40 mulheres).

Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 16 076 (7 952 homens e 8 124 mulheres), 6 383 eram solteiras (3 355 homens e 3 028 mulheres); casadas — 8 752 (4 341 homens e 4 411 mulheres); desquitadas — 3 (1 homem e 2 mulheres); viúvas — 887 (230 homens e 657 mulheres) e sem declaração — 51 (25 homens e 26 mulheres).

Com exceção de 16 habitantes (13 homens e 3 mulheres) assim discriminados: naturalizados — 2; estrangeiros — 4 e sem declaração — 10 (7 homens e 3 mulheres), os demais eram de nacionalidade brasileira, em número de 28 851 (14 346 homens e 14 505 mulheres).

Em religião, predominavam os católicos romanos, em número de 28 352 (14 078 homens e 14 272 mulheres); protestantes — 313 (169 homens e 144 mulheres); espíritas — 88 (45 homens e 43 mulheres); outras religiões — 1 (homem); sem religião — 40 (26 homens e 14 mulheres e sem declaração — 73 (40 homens e 33 mulheres).

Ocupava o 6.º lugar entre os 10 primeiros municípios de maior densidade demográfica, com 46,32 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 79,30% localizavam-se na zona rural, num total de 22 893 habitantes (11 514 homens e 11 379 mulheres).

Segundo estimativa da população para 1.º de julho de 1957, o município de Redenção tem o efetivo de 31 143 habitantes, verificando-se em relação ao Censo de 1950, um aumento de 2 276 pessoas, equivalente a 7,88%. No mesmo período o Estado aumentou de 18,54 %.

"Redenção Hotel"

Capela de Santa Rita

Aglomerações urbanas — Eram 6 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Redenção, com 1 822 habitantes (866 homens e 956 mulheres); a vila de Acarape, com 2 504 (1 210 homens e 1 294 mulheres; a vila de Antônio Diogo, com 965 (438 homens e 527 mulheres); a vila de Barreira, com 281 (133 homens e 148 mulheres; a vila de Guassi, com 199 (101 homens e 98 mulheres) e a vila de São Gerardo com 203 (97 homens e 106 mulheres).

No quadro urbano da cidade e vilas existiam 3 389 habitantes (1 573 homens e 1 816 mulheres), no suburbano, 2 585 (1 272 homens e 1 313 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades fundamentais à economia do município são a lavoura e a industrialização dos produtos agropecuários, notadamente da cana-de-açúcar. Segundo o Censo Demográfico de 1950, 39 % da população ativa (10 anos e mais) estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

Os produtos básicos são a cana-de-açúcar e o algodão. A safra de 1955 pode ser bem caracterizada nos dados a seguir: 104 250 arrôbas de algodão (Cr$ 12 510 000,00); 60 000 toneladas de cana-de-açúcar (Cr$ 7 200 000,00); 20 000 sacos de 60 kg de milho (Cr$ 3 000 000,00); .... 27 000 centos de laranja (Cr$ 2 700 000,00); 60 000 centos de manga (Cr$ 2 700 000,00); 6 000 sacos de 60 kg de arroz (Cr$ 1 440 000,00); 50 000 cachos de banana .... (Cr$ 1 250 000,00); 7 000 toneladas de mandioca-brava (Cr$ 980 000,00); 3 500 sacas de 60 kg de feijão ...... (Cr$ 840 000,00); 1 080 arrôbas de café (Cr$ 345 600,00); 180 toneladas de batata-doce (Cr$ 130 000,00); e 11 000 centos de limão (Cr$ 198 000,00)

Os produtos agrícolas são vendidos, principalmente, para a cidade de Fortaleza.

A atividade pecuária não tem grande desenvolvimento, pôsto que as terras do município não se prestam bem ao criatório. O pequeno rebanho existente é utilizado, exclusivamente, no fornecimento de leite e carne à população local. Em 1955, existia a seguinte população pecuária, no valor de 15 milhões de cruzeiros: 2 160 bovinos; 1 600 eqüinos; 1 500 asininos; 1 200 muares; 5 800 suínos; 1 500 ovinos e 2 500 caprinos.

Há exploração de pedras calcárias e argila plástica, extração de lenha e de cêra de carnaúba, em pequena quantidade. A produção extrativa atingiu, em 1956, a 714 milhares de cruzeiros.

Cachoeira de Paraçupeba

As jazidas calcárias, principalmente as localizadas no lugar denominado Itapaí, em número de 3, são dotadas de fornos contínuos, possibilitando-lhes maior produção de cal de pedra.

Na indústria de transformação salienta-se a fabricação de aguardente que, em 1955, alcançou a expressiva cifra de 11 milhões de cruzeiros. Nesse mesmo ano, a produção do Estado foi de 47 milhões de cruzeiros. O município classificou-se assim como maior produtor de aguardente do Estado. Em 1955, foram produzidos 1,5 milhões de quilogramas de rapadura, estimados em 4 milhões de cruzeiros, e 10 mil quilogramas de farinha de mandioca no valor de 2 milhões de cruzeiros.

O Registro Industrial de 1954 apurou a existência de 12 estabelecimentos fabris, ocupando 5 e mais pessoas, que produziram cêrca de 24 milhões de cruzeiros. Nesses estabelecimentos trabalhavam 251 pessoas, das quais 236 estavam ligadas diretamente à produção.

Principais firmas industriais: Açucareira Cearense Sociedade Anônima; Usina São João e Usina Apolônio Sales. Dentre elas destaca-se a Açucareira Cearense S. A. (proprietária da Usina Cariri) localizada no distrito de Acarape, pela produção em grande escala de açúcar de cana.

Há distribuição de energia elétrica para consumo público e particular.

COMÉRCIO E BANCOS — Operam na sede municipal 4 estabelecimentos atacadistas e 8 varejistas. O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 168 estabelecimentos varejistas em todo o município, os quais venderam em 1949, mais de 10 milhões de cruzeiros. Exerciam ocupação nesses estabelecimentos 207 pessoas: 166 na administração e 41 empregados. Os principais produtos de importação do município são: café, charque, manteiga, farinha de trigo, tecidos, produtos farmacêuticos, fumo, ferragens, etc. E exporta: aguardente de cana, rapadura, algodão e milho.

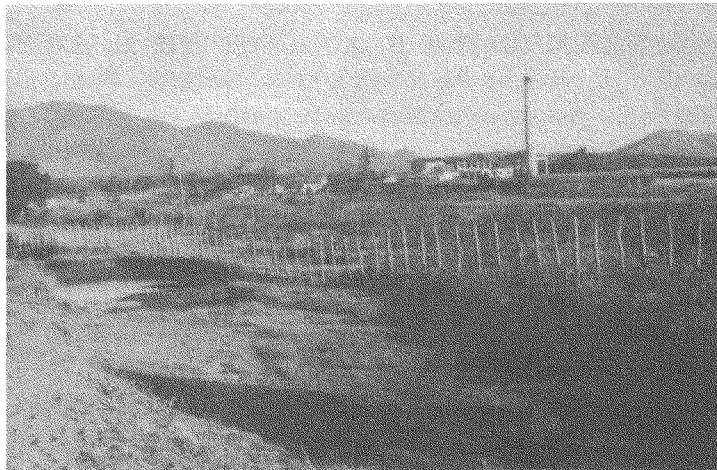
As transações comerciais são mantidas, principalmente, com as praças de Fortaleza, Baturité, Pacajus e outras.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município de Redenção é servido pela Estrada de Ferro de Baturité, da Rêde Viação Cearense, e pela rodovia Fortaleza—Baturité.

Liga-se às cidades vizinhas e à capital do Estado, pelos seguintes meios de transporte: Aracoiaba, rodoviário: 18 quilômetros e misto: 29 km — rodoviário, 2 e ferroviário, 27 km; Baturité, rodoviário: 36 km e misto: 37 km — rodoviário, 2 e ferroviário, 35 km; Maranguape, rodoviário, 52 quilômetros e misto: 54 km — rodoviário, 2 e ferroviário, 52 km; Pacajus, rodoviário, via Horizonte, 47 km, via Chorôzinho, 51 km. A cavalo, 39 km; Pacatuba, rodoviário, 35 quilômetros; misto: 35 km — rodoviário, 2 e ferroviário, 33 km; Pacoti, a cavalo, 36 km. Capital do Estado, rodoviário, 66 km. Misto: 70 km — rodoviário, 2 e ferroviário, 68 km.

A Cidade é dotada de uma agência postal-telegráfica do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade se compõe de 34 logradouro, dos quais 11 pavimentados inteiramente e 4 parcialmente, de pedras irregulares; 11 arborizados, 2 ajardinados e 2 arborizados e ajardinados simultâneamente. A pavimentação abrange uma área de 20 050 metros quadrados. Há na sede municipal 520 prédios, aproximadamente, dos quais 326 exclusivamente residenciais. A sede municipal é dotada de luz elétrica, fornecida para consumo público e particular, somando 190 o número de ligações particulares. O número de veículos registrados na Prefeitura é de 6 automóveis e 8 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Dispõe o município de 4 estabelecimentos de assistência, inclusive um leprosário. São êles: Pôsto de Esquistossomose; 2 postos de puericultura — um na sede e outro no distrito de Acarape, um Pôsto de Higiene e a Colônia Antônio Diogo, leprosário instalado no distrito de Antônio Diogo, que presta assistên-

Usina de açúcar Cariri

cia com internamento a todos os cearenses que dêle necessitam.

Exercem atividades no município: 1 médico, 2 dentistas e 1 farmacêutico.

O comércio de medicamentos é explorado por 2 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Esta modalidade de assistência é prestada por uma Conferência Vicentina, do Culto Católico Romano e o Círculo de Operários de Redenção, mantendo êste um efetivo de 829 associados.

Conta ainda Redenção com uma Cooperativa, tendo um efetivo de 198 associados.

ALFABETIZAÇÃO — Existiam 23 842 pessoas com 5 anos e mais no município de Redenção, segundo o Recenseamento Geral de 1950. Destas, 5 249, ou seja, 22% sabiam ler e escrever, sendo 2 413 homens e 2 836 mulheres. A sede municipal possuía 1 506 habitantes com a mesma idade escolar, dos quais 763 eram alfabetizados: 333 homens e 430 mulheres.

Ensino — O ensino fundamental comum era ministrado em 1956 por 60 unidades escolares, com a matrícula inicial de 2 108 alunos de ambos os sexos. A taxa de matrícula em 1950 em Redenção, atingiu 29,52% e 24,3% no Estado do Ceará. Contava ainda o município com um estabelecimento de ensino extraprimário: Curso de Iniciação profissional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Dois cinemas, o Cine São Vicente, localizado em Redenção e o Cine São João, situado em Acarape, contribuem para o desenvolvimento cultural dos habitantes do município, os quais têm capacidade para lotação de 719 espectadores e são regularmente freqüentados.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	1 185	1 117	649	242	660
1951.......	1 247	1 543	727	310	714
1952.......	1 467	1 871	890	396	810
1953.......	1 194	2 135	1 264	352	1 394
1954.......	1 596	2 254	1 030	363	1 048
1955.......	1 532	3 210	1 099	382	1 102
1956.......	3 098	5 235	2 056	432	2 062

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — A cidade é um relicário de monumentos históricos. Numa das praças caprichosamente ajardinadas, se ergue o obelisco Comemorativo do Cinqüentenário da Abolição da Escravatura em Redenção, honrosa efeméride por ter sido o primeiro município do Brasil a quebrar os grilhões que submetiam a raça negra à servidão completa. É com justiça que lhe chamam de "Rosal da Liberdade".

Na Praça Joaquim Távora, no jardim à esquerda da Matriz, encontra-se o busto da Princesa Isabel.

O templo da Imaculada Conceição — orago da Paróquia — possui no teto, pintado a óleo, um belo painel da Virgem, pisando a serpente, finíssima obra de autor desconhecido. O altar-mor é uma preciosidade artística. Há também a imagem de Cristo Redentor erigida em frente à Matriz. A meio caminho, entre o sopé e o alto da serra do Acarape, ao norte da cidade, foi edificada a capela dedicada a Santa Rita de Cássia, em estilo gótico, a qual se avista muito alva contra a encosta íngreme e verde da serra. Um pouco abaixo, os redencionistas construíram a capela de São Miguel Arcanjo. Nesse local foi sepultado o padre Ângelo Custódio de Castro e Silva, vítima da cólera-morbo, em 22 de junho de 1862, sacerdote que em nenhum momento abandonou os seus fiéis, ajudando-os na difícil luta contra a endemia, negando-se a acompanhar as famílias que procuraram a salvação em lugares ainda não atingidos pela insidiosa moléstia.

Ao lado dêsses templos passa, em meandros, pelos menores aclives, a estrada que leva ao cruzeiro postado no alto da serra. Há em todo o percurso pequenos monumentos representativos de quadros da "Via-Sacra".

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Conquanto seja a Imaculada Conceição a padroeira da cidade, a principal cerimônia popular é a Festa de Santa Rita, que decorre entre quermesses, novena, fogos de artifício e procissão. A imagem da santa festejada é conduzida pelas associações religiosas com tôda pomposidade e acompanhada pelos fiéis que percorrem as principais ruas da cidade com grande fervor religioso. As manifestações são encerradas no dia 8 de outubro.

A festa da padroeira, Nossa Senhora da Conceição, encerra-se no dia 8 de dezembro, depois de decorrerem animados leilões e quermesses; a festa de São Sebastião realiza-se a 20 de janeiro.

Há ainda a procissão de "Corpus Christi" em data móvel, e a festa de São José, realizada no dia 19 de março.

VULTOS ILUSTRES — *Otacílio de Azevedo* — Pintor e poeta de fina inspiração. *Professor Antônio Ferreira dos Santos* — Erudito ensinador e filólogo, autor de valiosos trabalhos sôbre lingüística. Foi lente catedrático da Escola Normal e do Ginásio Paes de Carvalho, no Estado do Pará, e da Escola Normal e do extinto Colégio Militar, no Ceará. Faleceu a 4 de julho de 1923. *Dr. João Perboyre e Silva* — Advogado e professor da Faculdade de Direito do Ceará. Já ocupou os cargos de Chefe de Polícia da Capital, Procurador-Geral do Estado e Diretor da Instrução Pública, Presidente da Associação Cearense de Imprensa; jornalista primoroso. *Dr. Edmilson Barros de Oliveira* — Médico competente e filantrópico. Já foi Delegado de Saúde no Ceará. *Padre Expedito Carvalho Nogueira* — Ordenado em Roma; pertence à Ordem dos Bernadistas e leciona na Capital da República. *José Valdevino de Carvalho* — Advogado, professor do Instituto de Educação, jornalista e poeta. *Aldemir Martins* — Desenhista e pintor de renome nacional.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Bacia Hidráulica do Acarape do Meio, com suas instalações perfeitas para tratamento de água; e a Cachoeira de Paracupeba, lugar aprazível e pitoresco onde comumente se realizam piqueniques. São êsses locais muito visitados por turistas procedentes da Capital e de outras cidades do Estado.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município de Redenção compreende duas paróquias: a de Nossa Senhora da Conceição, fundada na sede do município, em 5-12-1868, contando 9 templos e 10 associações religiosas e a Paróquia de Acarape, sob a invocação de São João Batista fundada em 6-1-1943, possuindo 4 templos e 6 associações religiosas.

Dos seus 7 000 eleitores inscritos em 1954, votaram 3 926, nas eleições gerais realizadas no mesmo ano, apresentando uma abstenção de 43,9%.

RERIUTABA — CE

Mapa Municipal no 5.° Vol.

HISTÓRICO — Segundo a tradição, o povoamento do município de Reriutaba se processou por intermédio de Francisco de Oliveira Vasconcelos, que fêz aquisição a um cessionário, de nome não lembrado, de três léguas onde situou uma fazenda de criar denominada Santa Cruz. A outros locais compreendidos na aludida terra denominou de "Pelo Sinal", atualmente com o mesmo nome, e "Livre-nos Deus", hoje Açude do Mato. Sabe-se, entretanto, por sesmaria de 6 de dezembro de 1718, concedida a Domingos Ferreira Chaves, que o território do município foi devassado por elementos de procedência pernambucana e portuguêsa os quais, efetivamente, deram início ao povoamento da região habitada pelos índios Reriús. Iniciaram-se, então, as plantações de milho, feijão, mandioca e algodão, bem assim a criação de galináceos, gado vacum, cavalar, suíno, etc.

Em fins do século XIX a povoação de Santa Cruz passou a conhecer maior progresso, face à construção da estação da Estrada de Ferro de Sobral em 1.° de dezembro de 1893. Novos moradores vieram juntar-se aos antigos, oriundos de Ipu, Santa Quitéria, Massapê, Ubajara e outros municípios atraídos pelo desenvolvimento agrícola e comercial que o núcleo então vinha oferecendo. Data dessa época a criação do distrito de Santa Cruz, desconhecendo-se a lei e a data da criação, provàvelmente ocorrida em 1895, haja vista a criação do Cartório do Registro Civil em 17 de fevereiro de 1895. O distrito pertencia, então, ao município de Campo Grande. Com a construção da capela de Nossa Senhora da Conceição em 1906, subordinada à Paróquia do Ipu, teve início a evolução religiosa do povoado. Construída a igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em 1914, passou a sede de Paróquia em 23 de novembro de 1936,

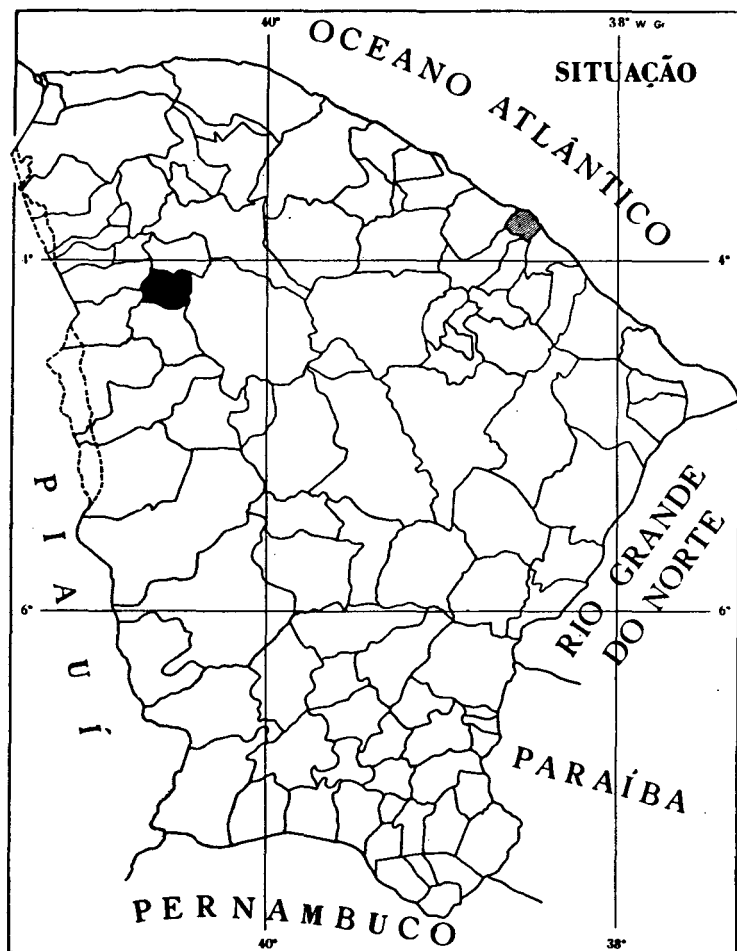
Rua 25 de Setembro

Prefeitura Municipal

tendo como primeiro Vigário o Padre Francisco Olinto Leitão.

O município de Santa Cruz foi criado pela Lei estadual n.° 2 056, de 11 de novembro de 1922, que elevou a povoação de Santa Cruz à categoria de vila. Extinto em face do disposto no Decreto n.° 193, de 20 de maio de 1931, o território retornou ao município de Campo Grande, sendo a vila rebaixada à condição de povoado. Em 3 de maio de 1935, pela Lei n.° 1 540, o município foi restaurado, figurando no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.° 169, de 31 de março de 1938, retificado pelo Decreto n.° 378, de 20 de outubro do mesmo ano, com os distritos de Santa Cruz, Sinimbu e Varjota e assim permanecendo no quadro fixado pelo Decreto-lei n.° 448, de 20 de dezembro de 1938. Por fôrça dêsse Decreto-lei, a vila recebeu foros de cidade. O Decreto-lei n.° 1 114, de 30 de dezembro de 1943, deu ao município a denominação de Reriutaba. O vocábulo é de origem indígena. Lembra os índios Reriús que habitavam a região, de *Rerius* + *taba* — aldeia dos Reriús. A Lei n.° 1 153, de 22 de novembro de 1951, substituiu o nome Reriutaba por Santa Cruz do Norte, de que os citadinos fizeram uso até 28 de dezembro de 1956, quando a Lei n.° 3 516, da mesma data, restabeleceu o antigo topônimo. O município conta, atualmente, com os distritos de Reriutaba, Amanaiara e Varjota. O têrmo judiciário de Santa Cruz foi criado junto à comarca de São Benedito, pela Lei que instituiu o município, e anexado à de Ipu pela Lei n.° 2 200, de 22 de outubro de 1924. Tendo sido ainda uma vez transferido para a comarca de Sobral, pela Lei n.° 2 445, de 30 de outubro de 1926, o têrmo de Santa Cruz voltou à comarca de Ipu pelo disposto na Lei n.° 2 634, de 6 de outubro de 1928. Elevada à cabeça de comarca em 1947 (Art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), Reriutaba figura na tabela anexa à Lei número 213, de 9 de junho de 1948, como sede de comarca de primeira entrância. Nas eleições realizadas a 3 de outubro de 1954, foram eleitos: Prefeito — Vicente Pinto de Mesquita. Vereadores — Edson Bezerra Gomes, José Aureliano de Farias, José Edmilson Aguiar, Leopoldo Alves e Silva, Expedito Calixto de Mesquita, Francisco Casimiro Paiva, João Paulo Passos, Manuel Tibúrcio de Mesquita e Raimundo Soares Rocha.

LOCALIZAÇÃO — Município da Zona Fisiográfica do Sertão Centro-Norte, inteiramente incluído no "Polígono das Sêcas". O território estende-se em parte sôbre a serra da

Ibiapaba e pelo Sertão. Limita-se com os municípios de Guaraciaba do Norte, São Benedito, Santa Quitéria, Ipu e Cariré. A cidade, servida pela Rêde de Viação Cearense, dista da capital do Estado, em linha reta, 233 quilômetros e possui as seguintes coordenadas geográficas (calculadas pela Inspetoria Regional de Estatística): 4° 09' de latitude Sul e 40° 35' de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 747 metros de altitude.

CLIMA — Observam-se temperaturas variáveis de 25 a 32 graus centígrados, sendo 30 a mais freqüente.

ÁREA — A área do município é de 570 km², figurando no 77.° lugar em relação às áreas das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território de Reriutaba apresenta-se mais plano que montanhoso, não obstante abranger pequena falda da serra da Ibiapaba, que representa a principal elevação, imediatamente seguida pela serra do Pacujá e serrote do Diniz. A bacia hidrográfica é constituída pelos riachos Juré, Sêco e Jatobá.

RIQUEZAS NATURAIS — Barro (argila) é a única riqueza mineral industrializada. Oiticicais, carnaubais, cajueirais e matas para extração de madeira de construção representam as riquezas vegetais. Pequenos animais silvestres e peixes de rios e açudes são as riquezas animais.

POPULAÇÃO — A população do município de Reriutaba, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 18 382 habitantes (8 886 homens e 9 496 mulheres), sendo: brancos —7 626 (3 573 homens e 4 053 mulheres); pretos — 973 (463 homens e 510 mulheres); pardos — 9 718 (4 813 homens e 4 905 mulheres); e sem declaração de côr — 65 (37 homens e 28 mulheres).

Praça Getúlio Vargas

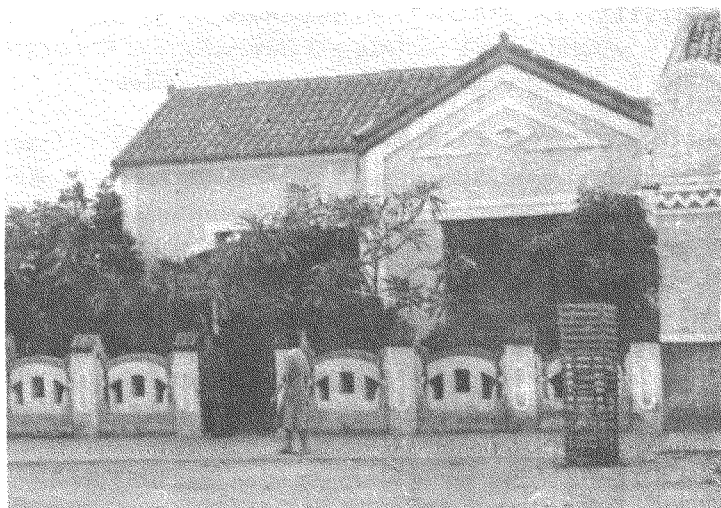
Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 9 777 (4 509 homens e 5 268 mulheres), 3 771 eram solteiras (1 719 homens e 2 052 mulheres); casadas — 5 491 (2 677 homens e 2 814 mulheres); desquitadas — 6 (2 homens e 4 mulheres); viúvas — 483 (99 homens e 384 mulheres); e sem declaração de estado conjugal — 26 (12 homens e 14 mulheres).

Exceto uma mulher estrangeira, os demais habitantes eram de nacionalidade brasileira, em número de 18 381 (8 886 homens e 9 495 mulheres).

Em religião, predominavam os católicos apostólicos romanos, em número de 18 300 (8 842 homens e 9 458 mulheres); espíritas — 18 (12 homens e 6 mulheres); sem religião — 42 (23 homens e 19 mulheres); sem declaração de religião — 22 (9 homens e 13 mulheres).

A densidade demográfica era de 32,24 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 82,94% localizavam-se na zona rural, totalizando 15 247 (7 430 homens e 7 817 mulheres). A população de Reriutaba, calculada pela Inspetoria Regional de Estatística, para 1.°-VII-1957, era de 20 317 habitantes. Verificou-se um crescimento de 1 935 pessoas, ou seja, de 10,53 % sôbre o total constatado pelo Recenseamento Geral de 1950.

Aglomerações urbanas — Eram 3 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Reriutaba, com 2 295 habitantes

Maternidade Santa Rita

Vista de um prédio residencial

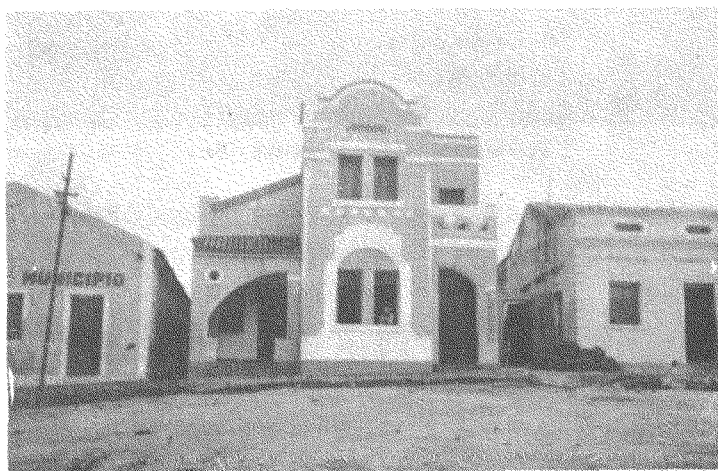
(1 021 homens e 1 274 mulheres), e as vilas de Amanaiara, com 765 (401 homens e 364 mulheres), e Varjota, com 75 (34 homens e 41 mulheres). No quadro urbano da cidade e vilas, existiam 1 617 habitantes (720 homens e 897 mulheres) e no suburbano 1 518 (736 homens e 782 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades fundamentais à economia do município são a agricultura e a pecuária. Na primeira, o volume e valor dos principais produtos, em 1955, foram os seguintes: 28 000 arrôbas de algodão — Cr$ 3 500 000,00; 3 400 sacas de 60 kg de feijão — Cr$ 1 001 000,00; 12 120 sacas de 60 kg de milho — Cr$ 1 212 000,00; 262 toneladas de mamona — .... Cr$ 917 000,00; 1 060 arrôbas de café — Cr$ 530 000,00. Os principais centros compradores dos produtos agrícolas locais são Fortaleza e Sobral.

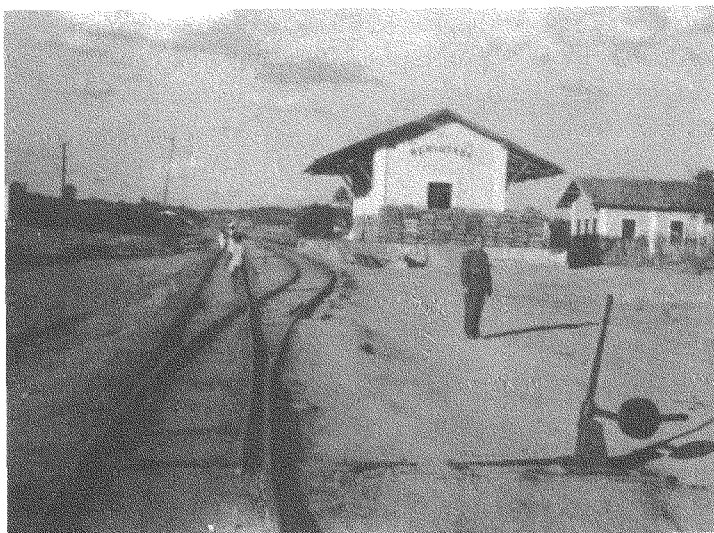
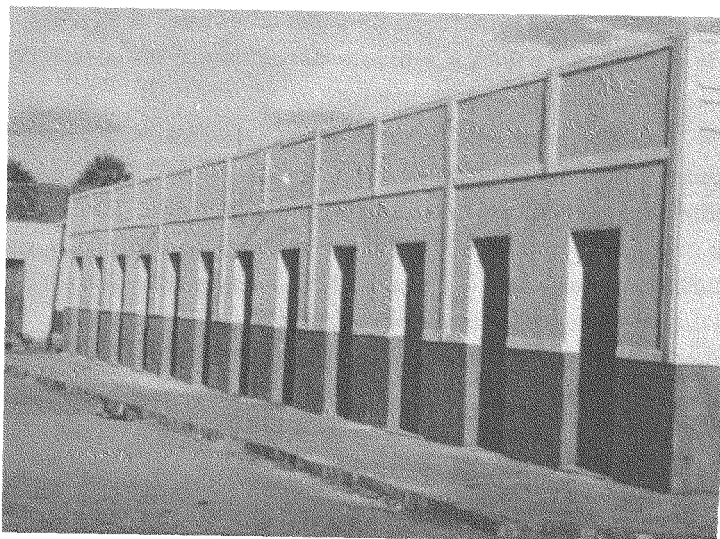
Era a seguinte a população pecuária do município, em 1955, avaliada em mais de 14 milhões de cruzeiros: bovinos — 5 400; eqüinos — 1 722; asininos — 509; muares — 1 971; suínos — 3 120; ovinos — 632; caprinos — 989. O efetivo do rebanho municipal embora de proporções reduzidas, se reveste de importância para a economia local. Há exportação de gado para o mercado consumidor de Fortaleza.

Vista parcial da Rua do Comércio

Consoante os dados do Censo de 1950, da população presente em idade ativa (10 anos e mais), 88,66% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A produção extrativa é bastante desenvolvida, salientando-se, no reino animal, a extração de peles silvestres. A produção de cêra de carnaúba e semente de oiticica é da ordem de quase três milhões de cruzeiros.

Na indústria de transformação, registra-se o fabrico de rapadura, aguardente de cana, farinha de mandioca, pães, artefatos de couro e beneficiamento de algodão. Em 1955, o município produzia 10 000 sacos de 60 quilogramas de farinha de mandioca (cêrca de 2 milhões de cruzeiros) e 34 toneladas de rapadura (cêrca de 170 mil cruzeiros). A produção e distribuição de energia elétrica alcança 23 264 quilowatts-hora.

Vista de uma casa residencial na Praça da Matriz

Uma atividade característica do município, digno de nota, é a produção de surrão de palha de carnaúba — a maior do Estado —, que constitui notável fonte de renda. A produção eleva-se a 600 mil por ano, avaliada em mais de quatro (4) milhões de cruzeiros, tendo consumidores certos nas cidades de Fortaleza, Crateús e municípios da Ibiapaba.

COMÉRCIO — Funcionam na sede municipal 6 estabelecimentos comerciais atacadistas, 60 varejistas e 1 industrial. O comércio local mantém transações com as praças de Sobral, Fortaleza, Crateús, e importa principalmente tecidos, medicamentos e mercadorias em geral. Em 1950 foram recenseados 58 estabelecimentos varejistas e 17 atacadistas, cuja receita atingiu cêrca de 3,950 e 3,708 milhões de cruzeiros, respectivamente. Reriutaba exporta couros e peles, rapadura, cêra de carnaúba e sementes de oiticica.

Estação Ferroviária da Rêde de Viação Cearense

Fachada do prédio do mercado novo

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por duas estações da Estrada de Ferro de Sobral, da Rêde de Viação Cearense, possuindo, ainda, para utilização de aeronave, um campo de pouso. Comunica-se com as cidades vizinhas e com a capital do Estado, através das seguintes ligações: Cariré — ferrovia R.V.C. — 28 km, ou rodovia, via Araras — 52 km; Guaraciaba do Norte — misto: a) rodovia — 28 km até Ipu, e b) ferrovia R.V.C. — 28 km; Ipu — ferrovia R.V.C. — 28 km ou rodovia — 30 km; Santa Quitéria — a cavalo — 48 km; São Benedito — a cavalo — 48 km; capital Estadual — ferrovia — R.V.C. — 295 km. Há na cidade um serviço de comunicações de uso público — a Agência do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade é formada de 25 logradouros, dos quais duas ruas são inteiramente pavimentadas a paralelepípedos, com cêrca de 3 800 metros quadrados e a pedras irregulares, com 5 370 metros quadrados de área. Percentualmente, a pavimentação é da ordem de 1% (paralelepípedos) e 2% (pedras irregulares). O Serviço de iluminação que abrange tôda a área urbana conta com 145 ligações domiciliares, distribuindo cêrca de 12 000 kWh para consumo público e 10 464 kWh para consumo particular. Conta a cidade com 617 prédios, dos quais 506 residenciais. Há uma pensão que cobra a diária de ... Cr$ 100,00. Estão registrados na Prefeitura Municipal 5 automóveis e 9 caminhões. A Prefeitura Municipal mantém serviço de limpeza pública que beneficia 4 logradouros.

Estação Ferroviária da Rêde de Viação Cearense

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A populaçao local é assistida por 1 dentista e 2 farmacêuticos. O comércio de medicamentos é realizado por duas farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Presta socorro e assistência social à pobreza desvalida de Reriutaba uma Conferência Vicentina da Sociedade de São Vicente de Paulo. Como organização de socorro mútuo merecem relêvo o Círculo Operário Católico e a Sociedade Beneficente de Reriutaba.

ALFABETIAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, o número de habitantes com 5 anos e mais, do município de Reriutaba era de 14 917. Dêste total 27%, ou seja, 4 028, sabiam ler e escrever, sendo 2 066 homens e 1 962 mulheres. A sede possuía 1 878 pessoas com a mesma idade escolar. Entre estas, 782 eram alfabetizadas (347 homens e 435 mulheres).

Ensino — No município de Reriutaba, em 1956 existiam 37 unidades escolares de ensino fundamental comum, com a matrícula inicial de 1 164 alunos de ambos os sexos. A taxa de matrícula em 1950 foi de 17,02% no referido município e 24,3% no Estado do Ceará. Existia ainda no município, em 1956, um estabelecimento de ensino extraprimário denominado Escola Normal Rural de Reriutaba.

Cadeia Pública

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funciona na cidade 1 cinema, o Cine-Trianon, com 120 lugares, destinado a proporcionar diversões ao povo do lugar. Há, também, uma associação esportiva e cultural designada por Sociedade Artística e Cultural de Reriutaba, com finalidades artísticas e literárias.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	240	368	71	450
1951	...	294	380	67	490
1952	105	384	438	67	437
1953	117	805	832	109	773
1954	281	514	682	117	728
1955	125	849	769	95	778
1956	229	1 100	1 004	80	1 009

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Entre os festejos populares poderiam ser assinalados os "Reisados", se já não estivesse referido

folguedo quase esquecido, porque praticado mui raramente. As festas religiosas são dignas de menção, celebrando-se em 15 de agôsto a da padroeira, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, e em 4 de outubro, a festa em honra de São Francisco das Chagas, consistindo de novenas e culminando com a procissão em que tomam parte tôdas as associações pias da Paróquia e o povo em geral, percorrendo as principais ruas e praças da cidade, entoando hinos em louvor ao Santo homenageado ou recitando o têrço. À noite realiza-se animado leilão das prendas anteriormente angariadas.

VULTOS ILUSTRES — Dr. Raimundo Aristides Ribeiro, professor, advogado, ex-deputado à Assembléia Constituinte e Legislativa, onde teve brilhante atuação, e figura de destaque na política.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Encontra-se em fase de conclusão o Açude Público Araras, grande reservatório, que será, sem dúvida, o maior de tôda a zona norte do Estado, com a capacidade de mais de um bilhão de metros cúbicos. No município há uma Paróquia, sob a invocação de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, contando com 6 templos inclusive a igreja Matriz. As Associações Religiosas, em número de 10, prestam relevantes serviços à propagação da doutrina cristã. Em 1954 existiam no município 4 960 eleitores dos quais votaram 2 884 no pleito do mesmo ano, ou seja, 57,33% daquele total. A denominação local dos habitantes do município e reriutabenses, que relembra a tribo dos índios, os Keriús, que habitou a região.

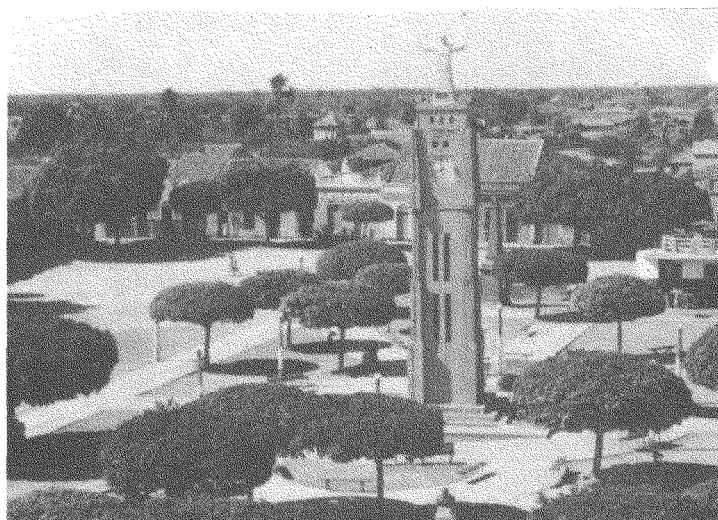
RUSSAS — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — As terras que viriam a constituir o atual município de Russas eram habitadas, à chegada dos primeiros colonos, por volta de 1690, por tribos selvagens que praticavam terríveis devastações, com o intuito de desalojarem os novos moradores. Luciano Cardoso de Vargas, médico, procedente de Pernambuco, Francisco Ribeiro de Souza e sua mulher, também daquela Capitania, e Gaspar Rebouças Malheiro, oriundo de Viana (Portugal) destacam-se entre os primeiros desbravadores da região.

Para que o nascente arraial pudesse mais eficazmente opor-se aos ataques dos selvagens, Pedro Lelou construiu, em 1701, por ordem do govêrno português, uma pequena fortaleza a que foi dada a denominação de Forte do Jaguaribe. O local, conhecido também por Presídio do Jaguaribe, pela nova destinação dada ao forte, chamou-se depois Presídio de São Francisco Xavier.

O povoamento intensificou-se em 1707, quando Cristóvão Soares Reimão iniciou a construção de uma capela e a demarcação de terras, destinando na concessão feita a Gregório Gracisman de Abreu "meia légua de terra para a residência do pároco". Erguida, em 1709, a "casa de orações", com aparência de igreja, no local onde hoje está a matriz, passou a denominar-se Casa de Nossa Senhora.

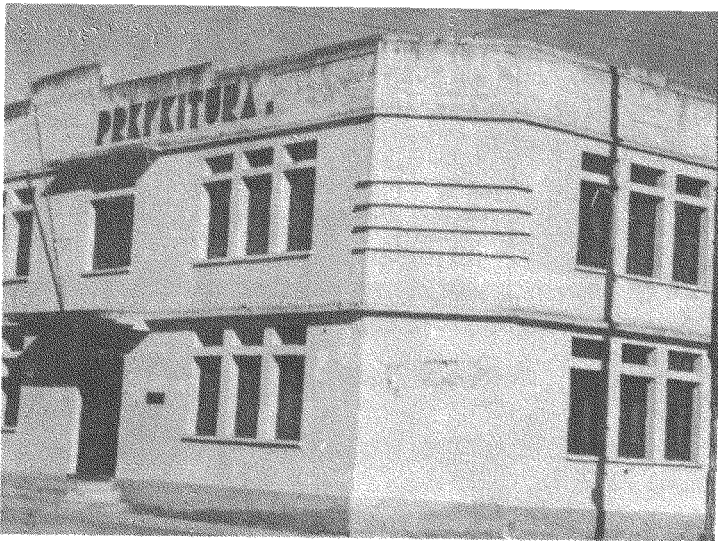
Entretanto, havendo sido retirada a antiga fortaleza, verificaram os moradores a necessidade de substituir o nome do lugarejo. Tendo em conta que o local onde ficava o templo era o ponto de maior convergência dos que resi-

Vista parcial da cidade

diam nas cercanias, deram-lhe a denominação de Sítio da Igreja. Sítio, àquela altura, era o nome dado pelos colonos às suas vivendas, como é o caso do Sítio do Frade, na mesma região jaguaribana.

Posteriormente, levando em consideração a circunstância de situar-se o templo na sede do maior núcleo da região, banhado pelo riacho Arahibu, de há muito conhecido pelo nome de riacho das Russas, deram-lhe seus moradores, a denominação de Capela das Russas, e, em substituição ao topônimo Sítio da Igreja, o de "Vila das Russas", numa antecipação ao ato administrativo que só no alvorecer do século passado viria a efetivar-se.

Em 1735 o povoado contava algumas centenas de habitantes e possuía "casario de beira e bica, paredame de tapume, chão de terra batido".

Nesse ano, criou-se a freguesia, desmembrada do Aquiraz, "por provisão do Bispo de Pernambuco de 11 de março (Luz de Miranda "Divisão civil, judiciária e eclesiástica da Província do Ceará" (Compilação do Govêrno), tít. 16 número 135)".

Benedito A. dos Santos (Tomo XXIII da Rev. do Inst. do Ceará) afirma que em 12 de setembro de 1798 os moradores do julgado de Russas fizeram uma representação ao capitão-general e governador de Pernambuco, pedindo que a povoação fôsse criada vila e o dito governador em ofício de 16 de maio de 1799 ordenou ao Ouvidor-Geral da comarca do Ceará que inaugurasse a vila com a denominação de Santo Antônio do Ouvidor; mas sobrevindo a separação da Capitania do Ceará da de Pernambuco, e ocorrendo algumas dúvidas sôbre o assunto, o governador do Ceará, Manuel Bernardo de Vasconcelos, sòmente por ofício de 15 de junho de 1801 ordenou ao Ouvidor da comarca, Dr. Manuel Leocádio Rademaker, que procedesse à ereção da vila, cuja denominação de Santo Antônio do Ouvidor devia ser mudada para a de São Bernardo do Governador como anteriormente o declarou ao juiz ordinário de Russas, em ofício de 26 de setembro de 1800. Procedida a derrama entre os moradores do julgado de Russas para as despesas da eração da vila a que êles se comprometeram na representação, conforme ordenou o governador Bernardo Manuel de Vasconcelos ao juiz ordinário João de Silva Salgado em 21 de novembro de 1800, o Ouvidor Rademaker, em cumprimento ao referido ofício, e em conformidade da Car-

Prefeitura Municipal

ta Régia de 22 de julho de 1766 e ordem de D. João VI, príncipe regente em nome da Rainha D. Maria de Portugal, mandou publicar edital em 14 de julho de 1801, expedido do Aracati, marcando o dia 2 de agôsto seguinte para a inauguração da vila: entretanto, por motivo não declarado, em outro edital de 5 de agôsto, já datado de Russas, foi transferido o ato da ereção da vila para o dia seguinte: o que efetivamente se verificou, pois, no dia de quinta-feira 6 de agôsto de 1801 ao toque do sino e pregão do meirinho geral da correição. Miguel Moreira dos Anjos, no lugar do Pelourinho que dito Ouvidor mandou fazer e levantar pelo escrivão da correição, Manuel Martins Braga, foi inaugurada a vila com a denominação de São Bernardo do Governador.

"No mesmo dia da ereção da vila, o dito Ouvidor abrindo um dos plouros, declarou haverem saído para juízes ordinários o sargento-mor Francisco Xavier de Matos Fontes e José Jacob de Freitas; juíz dos órgãos o capitão-mor José Antônio de Sousa Galvão; vereadores Manoel Ferreira de Mendonça, Agostinho Vicente Colares e Simão Pita de Holanda e Porto Carreiro: e procurador Manuel Dionisio de Araújo, aos quais deferiu logo o competente juramento.

"Pelo têrmo que assinou em 8 de agôsto de 1801 com os funcionários acima declarados, demarcou o têrmo da vila inaugurada, assinalando-lhe o território da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Russas, compreendendo no mesmo o antigo julgado de São João, desmembrado da vila

Vista parcial da cidade

de Campo Maior, ou Quixeramobim, e o riacho do Palhano, desanexado da vila do Aquiraz.

"Ainda por outro têrmo lavrado na mesma data (8 de agôsto), assinou para patrimônio da Câmara municipal o contrato real das carnes do açougue e aferições, que seriam arrematados por quem mais desse, e também as serras dos Bastiões, Santos Cosmo e Damião, Flôres e Campos, que não obstante haverem sido consignadas para patrimônio da Câmara de Campo-maior por um simples despacho de seu antecessor que o não podia fazer, visto não terem elas sido consignadas para dita vila no ato de sua ereção, o dito Ouvidor as desanexou para a vila de São Bernardo, e ordenou ao escrivão da Câmara que notificasse por carta os juízes ordinários e de órfãos e escrivães da vila de Campo maior, para daquela data em diante não mais se intrometerem nas ditas serras, e nem praticarem ato algum de seus ofícios no julgado de São João, e mais terreno da freguesia de Russas, sob pena de serem punidos como transgressores das leis de Sua Alteza Real.

Coletoria Estadual

"Por outro têrmo que no mesmo dia assinou com os oficiais da Câmara, o dito Ouvidor consignou para território da vila o mesmo espaço do terreno que até então servia de povoação de Nossa Senhora do Rosário das Russas, dentro do qual poderiam os novos agregados a ela edificar suas casas no alinhamento que para isto lhes mandassem consignar os oficiais da Câmara na mesma conformidade em que já se haviam criado.

"Convém declarar que sendo conclusos ao Dr. Manoel Leocádio Rademaker os autos de ereção da vila de São Bernardo, êle proferiu a seguinte sentença:

> "Vistos estes autos de ereção da Nova Vila mais termos a êle juntos que devem servir de tombo a esta Nova Vila de São Bernardo do Governador, os julgo por sentença, e para validade interponho a minha Autoridade e Judicial decreto, e paguem as custas ex causa. — Vila Nova de São Bernardo do Governador, 10 de agôsto de 1801. — Manoel Leocádio Rademaker".

"Criado o seu têrmo pelo Conselho do Govêrno da Província, em 6 de maio de 1833, compreendido na comarca do Aracati, teve juiz municipal formado pelo Decr. n.º 172 de 15 de maio de 1842, sendo nomeado o Dr. Felipe Raulino

de Sousa Uchôa, falecido em 1887, já desembargador aposentado da Relação do Pará.

"Criado o ofício separado de escrivão de órfãos pela Lei Prov. n.º 722 de 3 de setembro de 1855, suprimido pela Lei Prov. n.º 786 de 6 de setembro de 1856, mais tarde foi criado o 2.º tabelionato pelo Decr. est. n.º 96 de 22 de novembro de 1890, revogado pelo de n.º 186 de 4 de maio de 1891, antes do concurso.

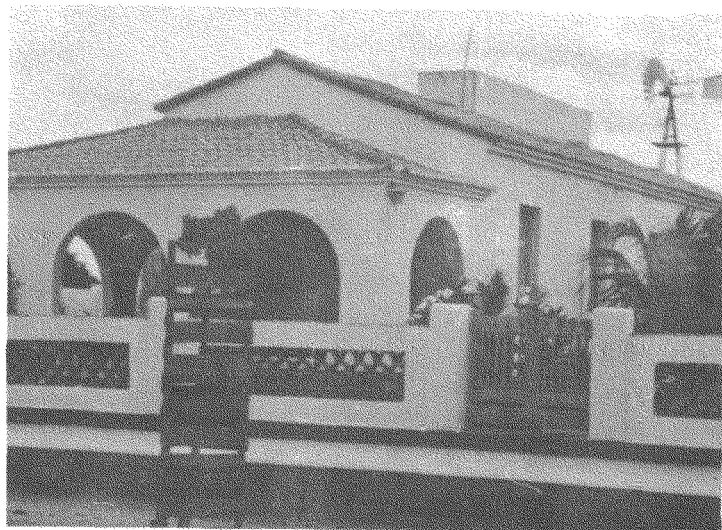
"Elevada à cidade pela Lei Prov. n.º 900 de 9 de agôsto de 1859, foi criado o seu comando superior da Guarda Nacional pelo Decr. n.º 3 436 de 8 de abril de 1865, sendo pelo Decr. de 12 do dito mês e ano nomeado Comandante Superior o prestimoso chefe liberal, coronel Antônio Manuel Ferreira Maia, reformado por Decr. de 20 de fevereiro de 1869.

"Criada comarca pela Lei Prov. n.º 1 415 de 25 de agôsto de 1871, declarada de 2.ª entrância pelo Decr. número 5 195 de 11 de janeiro de 1873, foi nomeado seu primeiro Juiz de Direito por Decr. de 30 de novembro de 1871 o Dr. Francisco de Araújo Lima, icoense ilustre, que foi Presidente da Província da Paraíba do Norte, e faleceu nesta cidade em 1877.

Quartel da Polícia Militar — 1.º B.P. — 3.ª Cia.

"Instalada a comarca em 1872, servindo de Promotor Público interino o capitão Ignácio Antônio Rodrigues Machado, em 26 de novembro do dito ano foi nomeado seu primeiro Promotor Público, o Dr. Caetano Alberto da Fonseca Lima, que teve por Adjunto, no têrmo, o cidadão Joaquim Floriano Delgado Perdigão, nomeado também por ato de 20 de maio de 1872.

"Para Oficial do Registro hipotecário, instalado ali em 10 de fevereiro de 1873, pelo Juiz de Direito interino da comarca, Dr. José Joaquim Domingos Carneiro, egrégio Presidente da Relação do Ceará, foi nomeado em 23 de março de 1872 o venerando major João Carlos de Saboia, Tabelião Público do têrmo, por Decr. de 22 de outubro de 1847.

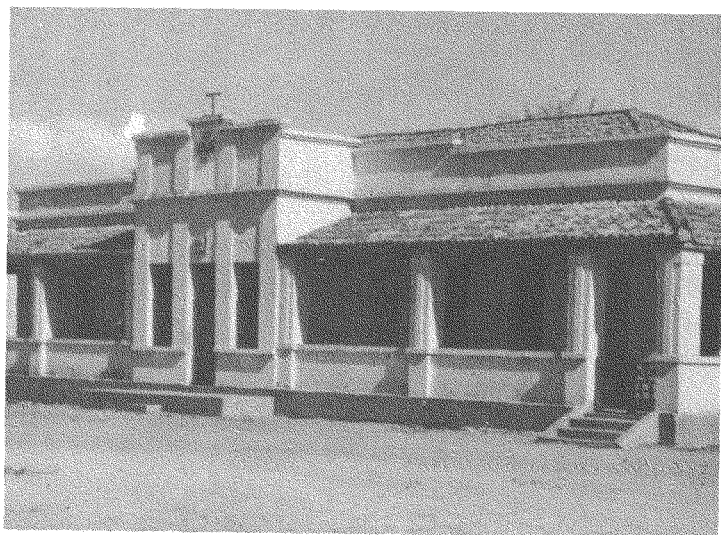
"As cadeiras primárias da localidade foram criadas para o sexo masculino: a 1.ª em virtude da Lei de 15 de outubro de 1827 com o ordenado marcado pela Lei geral número 19, de 5 de agôsto de 1833, e a 2.ª pela Lei prov. 1 497 de 21 de dezembro de 1872; e para o sexo feminino: a 1.ª pela Lei prov. n.º 714 de 27 de agôsto de 1855, e a 2.ª pela cit. Lei n.º 1 497 de 1872.

Vista de uma casa residencial

"A comissão censitária da paróquia, nomeada pelo Presidente da Província em 3 de abril de 1872, se compôs dos seguintes membros: Dr. Francisco de Araújo Lima, padre João Vicente Ferreira Lima, prestimoso chefe liberal, de saudosa memória, Joaquim Nogueira de Freitas, Ignácio Antônio Rodrigues Machado e João Gonçalves Ferreira.

"Criada a cadeira de latim pela Lei prov. n.º 1 386, de 14 de dezembro de 1872, foi nomeado para regê-la por Portaria de 7 de março de 1873 o inteligente professor Joaquim Floriano Delgado Perdigão; mas transferida para Quixeramobim pela Lei prov. n.º 1 989 de 12 de agôsto de 1882, que foi revogada, veio, afinal, a ser suprimida pelo Decr. Est. n.º 5 de 3 de março de 1892.

"Extinta a comarca em execução do Decr. est. n.º 1956 de 5 de julho de 1891 mas restaurada pela Lei n.º 422, de 29 de setembro de 1897, compreendendo os têrmos de Limoeiro e Morada-Nova, em 16 de fevereiro de 1898 foi nomeado seu juiz de direito o ilustrado Dr. Raymundo Francisco Ribeiro, que a reinstalou em 7 de março seguinte, servindo de promotor interino o Dr. Joaquim Guedes Moreno Alcoforado, sendo logo nomeado efetivo o Advogado Vicente Marques da Rocha; porém, pela Lei n.º 491 de 22 de outubro de 1898 dela foi desanexado o têrmo de Morada-Nova para compor a comarca de Quixadá.

"O seu distrito de paz, da Cruz do Palhano, criado pela Lei prov. n.º 2 020 de 16 de setembro de 1882, em cuja povoação a Lei prov. n.º 2 005 de 6 de setembro do dito

Ginásio Jaguaribano

Pôsto de Saúde

ano já havia uma cadeira primária do sexo masculino, que suprimida, a Lei est. n.º 99, de 14 de setembro de 1893, lhe criou uma escola mista, — foi desmembrado para União pela Lei prov. n.º 2 155 de 12 de agôsto de 1899, revogada pelo Decr. est. n.º 58 de 4 de setembro de 1890; mas, transferido para o Aracati, pelo Decr. n.º 52 de 11 de junho de 1892, lhe foi restituído pelo Decr. n.º 64 de 27 do dito mês e ano.

"A edificação do mercado público, inaugurado em 1.º de janeiro de 1904, foi autorizada pelas Leis números 73, de 16 de agôsto de 1893, e 248, de 13 de setembro de 1895, que estipularam as condições do respectivo contrato.

"Para construção de uma via férrea da Capital à cidade de Russas, a Lei est. n.º 229, de 29 de agôsto de 1895, concedeu privilégio ao coronel Tristão Antunes de Alencar, que firmou o respectivo contrato em 9 de setembro do dito ano, mas pela Lei n.º 735, de 28 de agôsto de 1903, foi prorrogado por 5 anos o prazo em que o contratante deve iniciar os trabalhos". Esta estrada não chegou a ser iniciada".

No quadro da divisão administrativa do Brasil, relativo ao ano de 1911, o município de São Bernardo das Russas compreende, apenas, o distrito-sede.

No período interventorial por que passou o Estado, após a Revolução de 1930, as reformas territoriais determinadas pelos Decretos n.os 193, de 20 de maio de 1931, e

Cine-teatro 5 de Junho

1 156, de 4 de dezembro de 1933, mantiveram o município que, na divisão administrativa referente a êsse último ano, se compõe dos distritos da sede, Cruz do Palhano, Jatobá, Quixeré e Santo Antônio, figurando, ainda, sem alteração nos quadros territoriais datados de 31-XII-1936 e ...... 31-XII-1937.

O topônimo, pelo Decreto-lei n.º 169, de 31 de março de 1938, retificado pelo de n.º 378, de 20 de outubro do mesmo ano, foi simplificado para Russas.

Ainda em 1938, o município adquiriu para o seu novo distrito de Baixa Branca, parte do distrito de Limoeiro, do município dêsse nome, ficando constituído dos seguintes distritos (Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938); Russas, Baixa Branca, Bixopá, Bonhu, Palhano e Quixeré, com os quais permanece na divisão territorial judiciário-administrativa do Estado do Ceará (Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943) vigorante no qüinqüênio .... 1944-1948.

Promulgada a Constituição Estadual em 1947, a comarca de Russas em face do art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, foi elevada à comarca de terceira entrância, situação que se efetivou com a Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948.

Rua Araújo Lima

Em 1950 o município compunha-se dos distritos de Baixa Branca, Bixopá, Bonhu, Palhano, Quixeré e Russas. No ano seguinte, a Lei n.º 1 153, de 22 de novembro, extinguiu o distrito de Baixa Branca, anexando-o ao de Quixeré, e transferiu o território do distrito de Bixopá para o município de Limoeiro do Norte; ainda a citada lei criou o distrito de Flôres. O distrito de Quixeré, em virtude da Lei n.º 3 573, de 11 de abril de 1957, foi elevado à categoria de município, ficando subordinado administrativamente à Prefeitura Municipal de Russas até que se realizem as eleições para Prefeito e Vereadores.

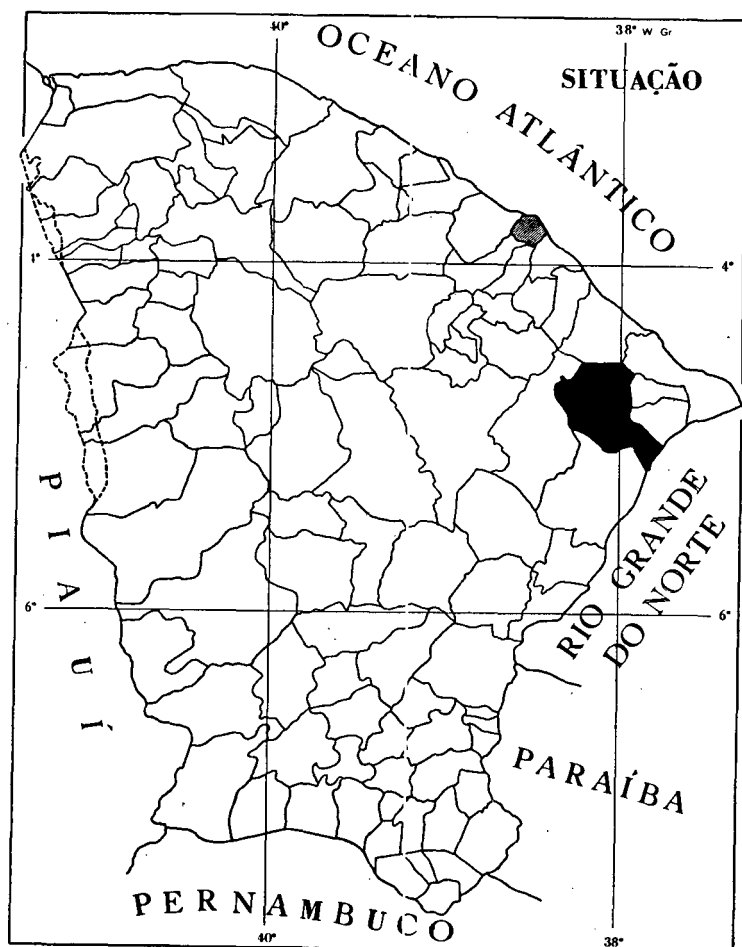
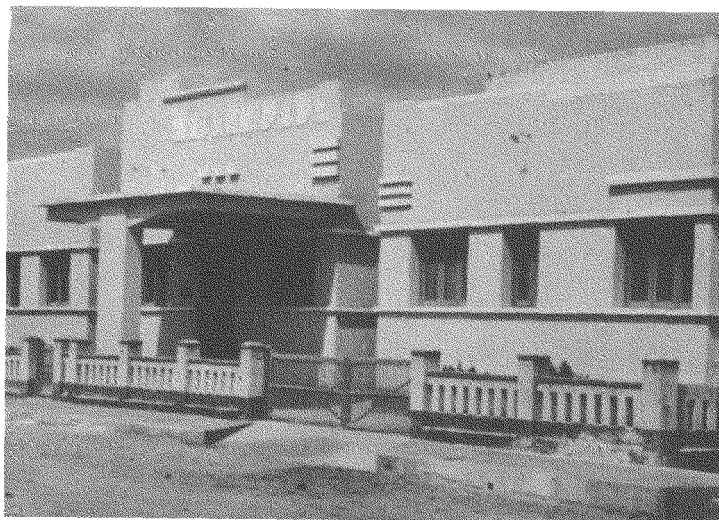
Nas eleições de 3 de outubro de 1954 foram eleitos: Prefeito: Elizeu Ferreira Lima. Vereadores: Raul de Queiroz Lima, José Gonçalves Ferreira Lima, Raimundo Pereira de Araújo, Alexandre Marreira de Araújo, João Estácio de Souza, Joaquim Felix Rodrigues Lima, Francisco Moreira de Araújo, Agostinho Lima Mendonça e Scipião Maia Scipião.

LOCALIZAÇÃO — O município de Russas está situado na Zona Fisiográfica do Sertão do Baixo Jaguaribe que é de fertilidade exuberante e, econômicamente, de riqueza incomparável. Situa-se à margem esquerda do riacho Arahibu,

braço do rio Jaguaribe, o maior do Nordeste, com um curso de 858 quilômetros, exclusivamente no território cearense; dêstes, 33 são navegáveis, suprido por numerosos afluentes e confluentes. Forma uma bacia hídrica de 92 792 km². O seu conjunto é intermitente como o são todos os rios do Ceará. As margens dêsse rio, notadamente no (Baixo e Médio) Jaguaribe, oferecem consideráveis depósitos de aluviões de grande fertilidade que, nas quadras invernosas, se apresenta com uma vegetação luxuriante que brota da terra ricamente alimentada pelos detritos minerais transportados pelas águas das suas periódicas enchentes. É um vasto tesouro que, devidamente cuidado, proporciona uma agricultura altamente produtiva. Está, porém, à mercê de agricultores desprovidos de meios econômicos necessários a êsse desiderato. A natureza para ali levou e fêz vicejar, admiràvelmente, no seu primoroso solo, a carnaubeira — palmeira de peregrinas utilidades, que constitui o maior patrimônio econômico no curso de quase todo o ano, daquela zona privilegiada. Sem contestação até hoje, pronunciou-se P. O. Meara, culto estrangeiro que estudou minuciosamente o vale, serem tais terras de uma fertilidade que poderiam ser exportadas para adubos. O mesmo declarou o estudioso botânico A. Loefgren, que as reputou sem iguais em fertilidade, em sua maior parte.

Russas limita com os seguintes municípios: Aracati, Beberibe, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova e Mossoró, (RN).

A cidade é, dentre as que se localizam na região, juntamente com Jaguaruana, a mais próxima da Capital, da qual dista, em linha reta, 144 quilômetros.

Suas coordenadas geográficas são as seguintes ..... 4° 56' 24 de latutude Sul e 37° 58' 14" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Maternidade Municipal

ALTITUDE — A cidade de Russas está a 60 metros de altitude.

CLIMA — O município goza do clima do sertão nordestino: quente e sêco no verão, e temperado durante o inverno, que é de março a junho. A temperatura média em graus centígrados é — das máximas: 36; das mínimas: 30; compensada: 33; precipitação anual: 608 mm.

ÁREA — A área do município era de 2 559 km², por ocasião do Recenseamento de 1950. Note-se, porém, que na configuração atual essa área fica um pouco reduzida, em face dos desmembramentos dos distritos de Bixopá (em parte) incorporado ao município de Limoeiro do Norte, e Quixeré que foi elevado à categoria de cidade.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os seus principais acidentes são: a serra do Apodi, limite com o Estado do Rio Grande do Norte, com cêrca de 500 metros de altitude e no serrote de Palpina com 200 metros; rios Jaguaribe, Palhano e Quixeré são os principais, além de numerosos riachos, lagoas, acudes e pequenas barragens. O solo é coberto de capoeiras, cerrados, matas e carrascos. Destacam-se, no revestimento florístico, extensos carnaubais.

RIQUEZAS NATURAIS — São vastas as suas promissoras riquezas, dentre elas destacam-se as exploradas como mica e pedras calcárias e as inexploradas como rutilo, cristal de rocha, ferro, feldspato, tantalita, berilo e salitre; as vegetais representadas pelas madeiras (aroeira. cumaru, pereiro, umburana, pau-branco, frei-jorge, catingueira, mufumbo, sabiá e angico; culturas nativas como a carnaubeira e oiticica, que constituem, a sua grande fonte de economia.

POPULAÇÃO — A população do município de Russas, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 34 077 habitantes (16 745 homens e 17 332 mulheres), sendo: brancos — 16 561 (8 141 homens e 8 420 mulheres); pretos — 2 164 (1 026 homens e 1 138 mulheres); pardos — 5 177 (7 506 homens e 7 671 mulheres); e sem declaração — 165 (72 homens e 103 mulheres).

Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 18 938 (9 166 homens e 9 772 mulheres), 6 815 solteiras (3 346 homens e 3 469 mulheres); casadas — 11 256 (5 592 ho-

Vista parcial da Rua do Comércio

mens e 5 664 mulheres); desquitadas — 10 (5 homens e 5 mulheres; viúvas — 813 (201 homens e 612 mulheres); e sem declaração — 44 (22 homens e 22 mulheres).

Exceto 1 homem naturalizado, os demais habitantes eram de nacionalidade brasileira, num total de 34 076 (16 745 homens e 17 331 mulheres).

Em religião, predominavam os católicos romanos, em número de 33 843 (16 640 homens e 17 203 mulheres); protestantes — 111 (50 homens e 61 mulheres); espíritas — 5 homens; sem religião — 2 homens; e sem declaração — 116 (48 homens e 68 mulheres).

A densidade demográfica era de 13,31 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 77,94% localizava-se na zona rural, num total de 26 560 (13 251 homens e 13 309 mulheres).

O município colocava-se em 9.º lugar entre os 10 municípios de maior população alfabetizada, com 29,70%, enquanto a cidade de Russas classificava-se em 9.º lugar entre as 10 primeiras cidades mais populosas do interior do Estado.

A Inspetoria Regional de Estatística, em trabalho elaborado para 1.º de julho de 1957, estima em 39 592 o número de pessoas do município de Russas, excluído, como é óbvio, para efeito de cálculo, o efetivo da população recenseada no distrito de Bixopá, presentemente anexado ao município de Limoeiro do Norte. Por outro lado, essa estimativa inclui, ainda, o distrito de Quixeré que, embora

Vista aérea da Rua Dr. Lino

tenha sido elevado à categoria de município, continua subordinado ao de Russas.

O acréscimo verificado nos sete anos posteriores ao Censo de 1950 é da ordem de 7 782 pessoas, ou seja, ... 24,46%. Nesse mesmo período o Estado cresceu 18,54%.

Aglomerações urbanas — Em 1950 eram 6 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Russas, com 5 531 habitantes (2 540 homens e 2 991 mulheres); a vila de Baixa Branca, com 11 (6 homens e 5 mulheres); a vila de Bixopá, com 84 (45 homens e 39 mulheres); a vila de Bonhu, com 197 (101 homens e 96 mulheres); a vila de Palhano, com 566 (271 homens e 295 mulheres); e a vila de Quixeré, com 1 128 (531 homens e 597 mulheres).

No quadro urbano da cidade e vilas existiam 4 519 habitantes (2 067 homens e 2 452 mulheres) e no suburbano 2 998 (1 427 homens e 1 571 mulheres).

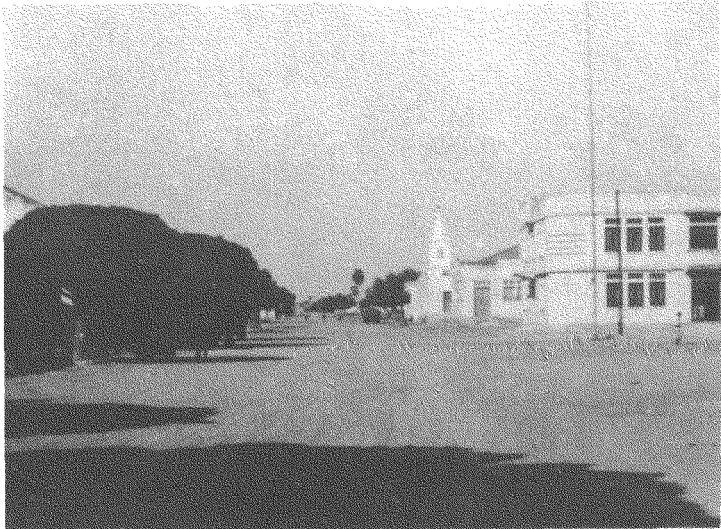
Patronato Municipal

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As principais atividades econômicas dos habitantes de Russas — agropecuária e indústria extrativa da cêra de carnaúba — são identificadas pela elevada cota de pessoas que declararam exercer a ocupação principal no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", pois sendo a indústria extrativa praticada por grande parte dos estabelecimentos agropecuários, o número total de habitantes que se dedicam a extração da cêra de carnaúba fica prejudicado nas indagações, não correspondendo à realidade (os resultados censitários revelam que, dos 2 215 estabelecimentos existentes na data do último censo, 1 355 extraíram a cêra de carnaúba). Considerando-se o total das pessoas de 10 anos e mais, e, dentre estas, o contingente das

que exercem atividades econômicas, pode-se estimar a cota das que estão em atividades nos ramos "agricultura, pecuária e silvicultura" e indústria extrativa em 38% e 1%, respectivamente (Percentagens calculadas sôbre o referido total exclusive os inativos, os que exercem atividades domésticas não remuneradas e discentes e os que não puderam ser incluídos em algum outro ramo).

Conquanto seja a indústria de cêra de carnaúba a principal fonte econômica do município, a lavoura e a pecuária apresentam-se bastante difundidas no quadro municipal. Há exportação de gado para Fortaleza e Mossoró, que são, também, os principais mercados compradores dos produtos agrícolas do município. Dentre as culturas temporárias destacam-se as do milho, batata-doce, feijão e mandioca (principalmente a brava); dentre as permanentes, as da banana, e laranja. Outras lavouras, embora de menor vulto são praticadas: algodão, arroz, côco-da-baía, limão e manga. Em 1955 a lavoura apresentou produção estimada em 51 milhões de cruzeiros (dados do Serviço da Estatística da Produção) dos quais, aproximadamente, 50% correspondentes ao milho:

PRODUTOS AGRÍCOLAS	VALOR DA PRODUÇÃO	
	Números absolutos (Cr$ 1 000)	% sôbre o total
Milho	25 760	54,14
Laranja	9 042	17,60
Feijão	8 400	16,35
Mandioca	6 270	12,20
Banana	640	1,25
Batata-doce	597	1,16
Outros	668	1,30
TOTAL	*51 377*	*100,00*

Igreja-Matriz de Nossa Senhora do Rosário

Vista parcial da Rua Grande

No mesmo ano, os milharais e os laranjais estendem-se, respectivamente, por 11 200 e 19 hectares; produziram as plantações de milho 140 000 sacos de 60 quilogramas, e as de laranja, 82 200 centos.

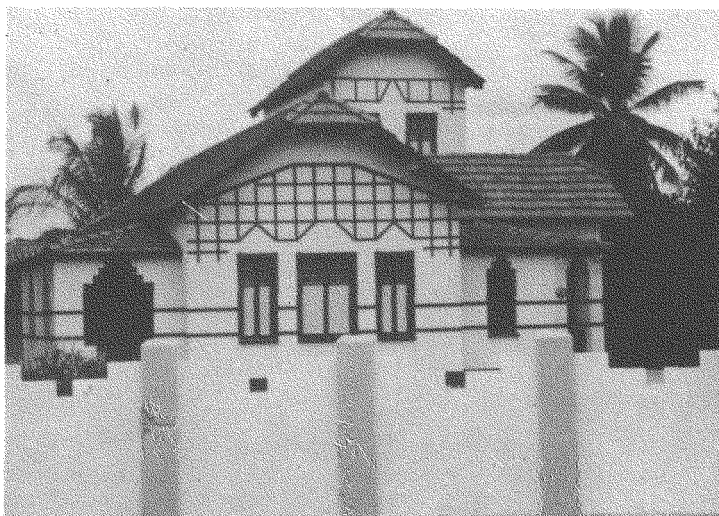
No período de 1950-55, a produção de milho e laranja apresentou o seguinte desenvolvimento:

ANOS	MILHO			LARANJA		
	Área (ha)	Quantidade (saca de 60 kg)	Valor (Cr$ 1 000)	Área (ha)	Quantidade (cento)	Valor (Cr$ 1 000)
1950	700	12 100	605	20	8 800	440
1951	600	500	60	20	33 000	1 980
1952	800	3 000	360	18	40 000	2 400
1953	—	—	—	18	70 000	4 200
1954	16 800	55 000	9 900	18	80 000	6 080
1955	11 200	140 000	27 760	19	82 200	9 042

As chamadas "culturas das vazantes" são produtivas de boas frutas: melões, melancias, etc. As plantações de algodão localizam-se nas várzeas do Jaguaribe e nos sertões.

Alguns produtos da lavoura são beneficiados no próprio município: os cereais, por processos rudimentares e o algodão, por máquinas a vapor.

Quanto à pecuária, em 31 de dezembro de 1955 o município contava 19 900 bovinos, 20 000 mil ovinos, 17 000 caprinos e 8 000 suínos, além de 2 500 eqüinos, 1 300 asininos e 920 muares. Valiam os bovinos 27 milhões de cruzeiros, ou seja, aproximadamente, 61% do valor de tôda população pecuária.

Várias entidades governamentais contribuem para o desenvolvimento das atividades agropecuárias: Campo de Fruticultura do Baixo Jaguaribe, para multiplicação de mudas cítricas; Pôsto Florestal de Russas, que distribui mudas para reflorescimento; Pôsto Agropecuário de Russas, de Fomento à Agricultura e à Pecuária; Pôsto Agrícola de Santo Antônio de Russas, de Fomento à lavoura irrigada e distribuição de lotes secos e úmidos aos habitantes. Há a referir, ainda, um Pôsto de Vigilância Sanitária Animal, para venda de medicamentos e um de piscicultura para fomento da produção piscosa. São vários os recursos naturais da localidade. Ao lado de extensos carnaubais, cuja produção é básica na economia nacional, encontram-se no reino vegetal madeira (aroeira, cumaru, pereiro, umburana, pau-branco, frei-jorge, catingueira, mufumbo e sabiá), casca de angico e oiticica; no mineral, mica e pedras calcárias.

Vista de uma casa residencial da cidade

Russas é um dos principais produtores de cêra do País. Em 1954, a produção elevou-se a 700 toneladas (valor: 35 milhões de cruzeiros), o que corresponde a cêrca de 11% do total nacional e 31% da produção cearense. Em relação aos outros Estados produtores, a situação do município é ainda mais destacada: Piauí — 1 734 toneladas; Rio Grande do Norte — 1 070 toneladas; Maranhão — 894 toneladas; Russas — 700 toneladas; Bahia — 235 toneladas; Paraíba — 59 e Pernambuco — 1 tonelada.

Segundo dados do Registro Industrial de 1956 havia, no Município de Russas, 1 108 extratos de cêra de carnaúba que produziram naquele ano 697 887 quilogramas dêsse produto, no valor aproximado de 27 milhões de cruzeiros.

Também a produção de farinha de mandioca é muito expressiva. Nos 85 aviamentos existentes no município são produzidos perto de 2,272 milhões de quilogramas de farinha de mandioca, valendo mais de 11 milhões de cruzeiros.

Em virtude da existência de vários açudes, a pesca tem-se desenvolvido bastante. Os principais pescados são: branquinha, curimatá, cari, jutubarana, mandi, pescada, piau, pirambeba, piranha, traíra, tucumaré e sardinha. A produção do pescado, que não chega a constituir parcela apreciável no quadro estadual, elevou-se, em 1955, a 15 toneladas, no valor de 133 milhares de cruzeiros (Serviço de Estatística da Produção). A pesca é controlada pelo Serviço de Piscicultura, do Ministério da Agricultura, sediado junto ao açude público de Santo Antônio de Russas.

É modesta a produção industrial. Em 1955, Russas contava, apenas, 6 estabelecimentos destinados à indústria de transformação, os quais registravam, em conjunto, 38 operários (dados do Registro Industrial, referentes aos estabelecimentos que ocupavam 5 ou mais pessoas). O valor da produção dêsses estabelecimentos alcançou 9,3 milhões de cruzeiros, ou seja, aproximadamente, 18 % da produção agrícola municipal.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio de Russas é bastante desenvolvido. Na sede municipal existem 29 estabelecimentos atacadistas e 82 varejistas possuindo variado sortimento.

O valor anual das vendas realizadas nos dois tipos de comércio constitui pequena fração dos correspondentes totais ao cc ıjunto do Estado. Entretanto, convém observar que o município da Capital concentra mais da metade dêsses totais; quanto aos demais municípios, poucos ultrapassam, no comércio varejista, o valor anual das vendas de Russas; no atacadista, a situação do município é mais modesta.

Segundo o Recenseamento Geral de 1950, verifica-se que existiam em todo o município de Russas 201 estabelecimentos comerciais, sendo 287 varejistas e 14 grossistas, cujas vendas realizadas em 1949 foram de 11,628 e 4,512 milhões de cruzeiros, respectivamente.

As operações bancárias de Russas e dos municípios vizinhos são realizadas por uma Agência do Banco do Brasil S. A., instalada numa das suas principais artérias. A maioria de suas transações são feitas em benefício dos lavradores e criadores por meio de sua Carteira de Crédito Agrícola.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por rodovias, sendo a principal a BR-13 (Transnordestina) que liga o Estado ao sul do país, notando-se intenso tráfego de veículos.

Dentre as emprêsas de transporte que servem o município, destaca-se a "Auto Viação Russana" para cargas e passageiros, com linha regular intermunicipal e sediada na cidade de Russas.

Existem próximos à sede municipal, 2 campos de pouso, onde aterrissam, esporàdicamente, aviões de passageiros.

O município liga-se com as cidades vizinhas e com a capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Aracati — rodoviário — (via Jaguaruana) 70 km; Beberibe — rodoviária — (via Aracati) 145 km e (via Cascavel) 181 quilômetros; Jaguaruana — rodoviária — 30 km; Limoeiro

Igreja de Santo Antônio

do Norte — rodoviária — 30 km; Morada Nova — rodoviária — 60 km; Mossoró — rodoviária — 84 km e Capital do Estado — rodoviária 162 km.

Funcionam na cidade uma Agência Postal-telegráfica do D.C.T. e um Serviço de Radiocomunicações da Polícia Militar do Estado, sendo esta de uso privativo.

ASPECTOS URBANOS — Russas é uma das mais progressistas cidades cearenses. Situada à margem do riacho Arahibu (braço do rio Jaguaribe) tem sua urbe cortada pela rodovia BR-13. Assente em terreno plano, é cercada por maravilhosas várzeas de carnaubais e laranjais. É considerada a "Cidade-Chave" do baixo Jaguaribe. Ponto de entroncamento e de fácil acesso aos municípios vizinhos, capital do Estado e a outras Unidades da Federação.

Seus logradouros são espaçosos e bem traçados. Com 5 531 habitantes, segundo dados do Censo de 1950, ocupa o 9.º lugar dentre as cidades mais populosas do Ceará.

Forma-se por 42 logradouros públicos, dos quais 13 possuem pavimentação e 18, arborização. Existem nas zonas urbana e suburbana 1 700 prédios, aproximadamente, sendo 1 624 exclusivamente residenciais. Os prédios mais importantes são: Quartel da 3.ª Cia. da Fôrça Policial do Estado, Ginásio do Coração Imaculado de Maria, Pôsto de Saúde de Russas, Igreja-Matriz de Nossa Senhora do Rosário, Igreja de São Sebastião, Paço da Prefeitura Municipal, Sociedade Beneficente Russana, Ginásio Jaguaribano, Grupo Escolar Matoso Filho, Agência dos Correios e Telégrafos, Coletoria Estadual, Hospital de Russas, Maternidade Divina Providência, Casa Paroquial, Casa dos Jesuítas e Associação Atlética Russana (em construção) e várias residências de aspectos modernos.

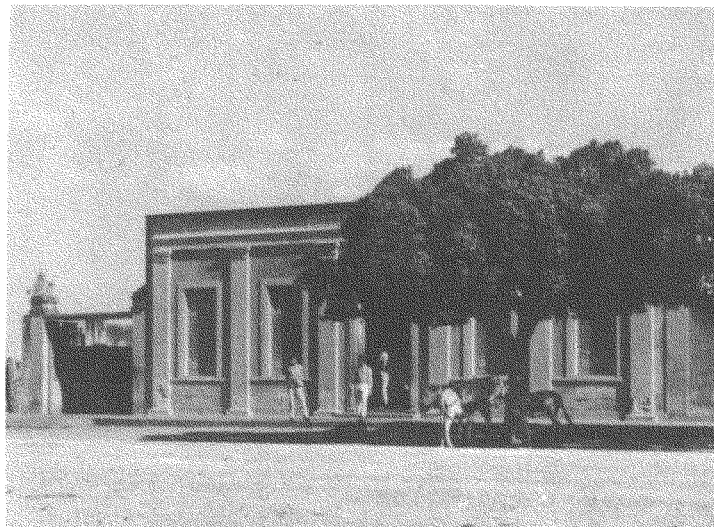
Dotada de iluminação elétrica pública e particular, conta 600 ligações domiciliárias.

Possui abastecimento de água, captada do subsolo, que se estende a 7 logradouros e a mais de 100 prédios. Há um chafariz público para abastecer a população menos favorecida.

O serviço de limpeza pública e remoção de lixo domiciliar é feito com regularidade pela Prefeitura, beneficiando todos os logradouros da cidade e 1 520 prédios.

Como meio de hospedagem existem na cidade 5 hotéis e 9 pensões, cobrando uma diária média de Cr$ 120,00.

Em 1956 achavam-se registrados na repartição competente 14 automóveis e 76 caminhões.

Mercado Público

Matadouro Municipal

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Russas é bem servido no que se relaciona com a assistência médico-sanitária. Conta com os seguintes estabelecimentos: com internamento — Hospital de Russas, mantido pela "Associação Hospitalar de Russas", com 44 leitos (cirurgia, clínica médica geral e pediatria); Maternidade de Russas, da "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância", e sem internamento — Pôsto de Saúde de Russas, mantido pelo Govêrno do Estado (Clínica médica geral, lepra, etc.);

Pôsto do I.A.P.E.T.C. (assistência médico-social) e Lactário São João de Deus.

Existe, ainda, um Pôsto do Serviço de Endemias Rurais, situado na cidade.

A população é assistida por 4 médicos, 4 dentistas e 2 farmacêuticos. Há 7 farmácias no município, sendo 4 sediadas na cidade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A assistência social é prestada à população pobre do município pela "Sociedade Pão dos Pobres de Santo Antônio", "Conselho Vicentino", "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância" e "Associação Hospital de Russas". O "Círculo Operário de Russas" e "Associação Beneficente Russana" prestam auxílios diversos aos seus associados. O "Ginásio Coração Imaculado abriga môças pobres, ministrando-lhes instrução primária e média.

No que se prende ao cooperativismo, funciona na cidade a "Cooperativa de Crédito Agrícola Jaguaribana Limitada", fundada em 1952. Em 31-12-1956, era de 426 o número de sócios.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 observou que existiam em Russas 27 454 pessoas de 5 anos e mais. Dêsse total, 30% sabiam ler e escrever, ou seja, 8 155 pessoas (4 094 homens e 4 061 mulheres). Na cidade, a população com a mesma idade escolar, na época da operação censitária era de 4 592 habitantes, sendo que, apenas 2 298 eram alfabetizadas, ou seja, 1 008 do sexo masculino e 1 290 do feminino.

Ensino — No início do ano letivo de 1956 estavam em funcionamento em todo o município de Russas 190 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, cuja matrícula era de 4 739 alunos de ambos os sexos.

Vista de uma laranjeira com belos frutos

A taxa da matrícula inicial para Russas, em 1950, foi de 29,70 %, sendo assim colocado no 10.º lugar entre os demais municípios do interior cearense, superior à do Estado, que era de 24,3%.

O ensino extraprimário é ministrado pelo "Ginásio Coração Imaculado de Maria" (ginasial e normal, para môças) e "Ginásio Jaguaribano" (ginasial para rapazes), que constituem um centro de atração cultural, atraindo elevado número de estudantes dos municípios vizinhos.

Existe, ainda, a organização "Euterpe Afonso Lima", que ministra aulas de música, gratuitamente, à mocidade russana.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem 2 cine-teatros, o "Cine-Teatro Cinco de Junho", com 294 lugares e o "Cine-Teatro Revista", com 150. Destinam-se a proporcionar diversão aos habitantes do lugar, sendo bastante freqüentados. Há uma associação esportiva e cultural, a Associação Atlética Russana, com finalidades social e esportiva, dispondo de Estádio adequado para a prática de futebol, onde se realizam prélios de interêsse local e intermunicipal. Existem ainda 1 tipografia, 3 bibliotecas com menos de mil volumes, e 1 museu, o "Coração Imaculado de Maria", destinado a estudos e exposição no campo da botânica, mineralogia, zoologia, história e geografia. Há, ainda, 2 periódicos (1 mensal e outro semanal). Situa-se na cidade a Loja Maçônica "Deus e Fraternidade".

Pomar de laranjeiras no Pôsto agropecuário de Santo Antônio

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	262	1 078	1 017	293	1 184
1951.......	410	1 247	814	321	816
1952.......	480	1 493	1 089	397	1 082
1953.......	564	1 640	1 414	345	1 417
1954.......	554	1 907	1 214	548	1 219
1955.......	612	2 458	1 302	327	1 292
1956.......	769	3 687	2 038	404	2 225

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Encontram-se na cidade vários monumentos históricos, assim discriminados: "Obelisco Comemorativo" à passagem do 119.º de fundação da vila Russas, inaugurado em 6 de agôsto de 1920, erguido no mesmo local do seu antigo e tradicional "Pelourinho", "Busto de Monsenhor João Luís de Santiago", antigo Vigário de Russas; "Monumento a Cristo Redentor", "Cruzeiro Comemorativo" da passagem do século, e "Cruz das Almas", que foi edificada como marco da linha norte dos terrenos doados a Nossa Senhora do Rosário de Russas, em setembro de 1707.

No povoado coronel Perdigão Sobrinho, nota-se um "Cruzeiro" de madeira, que representa uma homenagem póstuma do povo de Russas ao seu grande filho o benfeitor, Perdigão Sobrinho e, ainda, no povoado São Pedro há uma herma do ex-deputado estadual do Ceará, Manuel Matoso Filho, como homenagem de seus amigos.

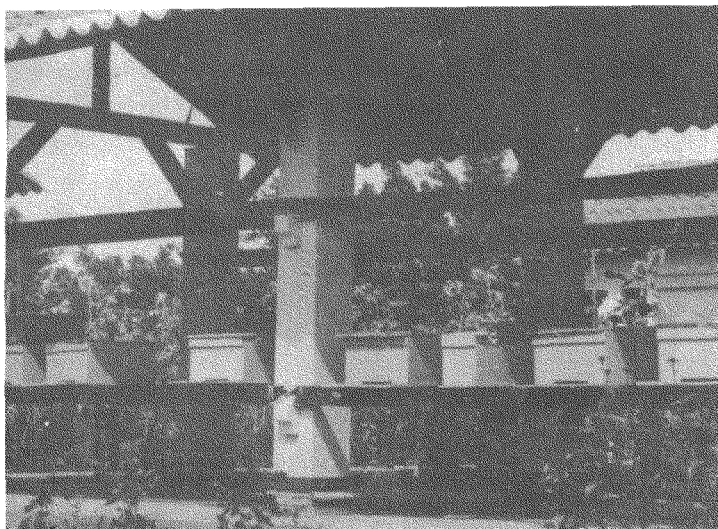
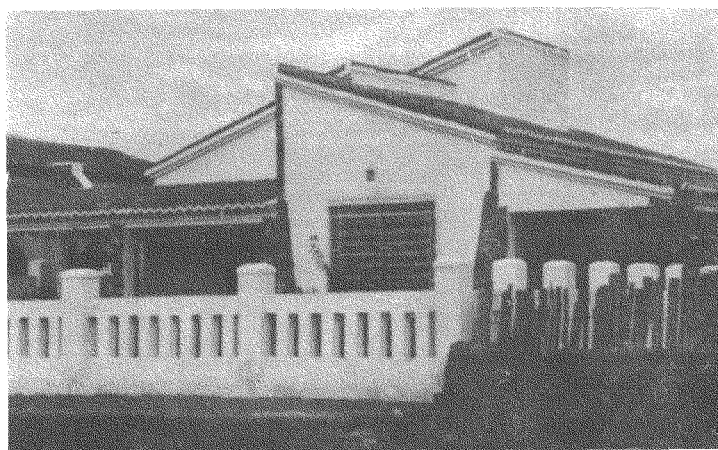
MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Anualmente realizam-se duas festas populares: o "boi" e "vaquejada".

O Boi é o folguedo de que participam pessoas da plebe, geralmente de côr preta e analfabeta, que se reúnem no mês de julho de cada ano, para, organizados e depois de repetidos ensaios, apresentarem-se em público tìpicamente vestidos, proporcionando exibições fantasmagóricas muito apreciadas na região.

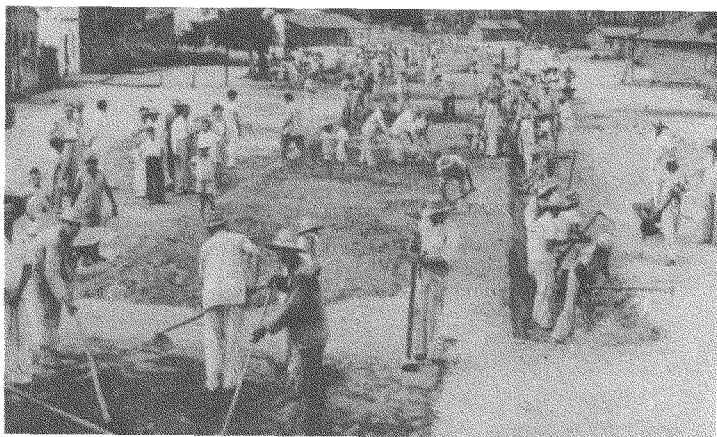
O Boi é ponto de convergência da atenção geral: trata-se de uma figura simbólica, de estrutura e forma semelhantes ao quadrúpede que pretende imitar, feito de madeira, recoberto de pano, convenientemente caracterizado, com chifre, cauda, etc. Na parte inferior do arcabouço abre-se uma passagem pela qual penetra um pagem, conhecido por "Negro Chico", que impulsiona o pretenso boi em exóticos movimentos rítmicos que lhe transmitem os sons de agitados tambores, maracás e outros instrumentos da bizarra orquestra matuta. Outros personagens prestam o tributo do seu culto ao festejado "animal": são o "Mestre", o "Vaqueiro", a "Catirina" e uma equipe de "índios". O "Mestre" que dirige o cerimonial é o autor intelectual do canto dolente, às vêzes agressivo, no qual defende a integridade física do *boi*, acompanhado dos demais figurantes, inclusive a Catirina", a "mulher" que saracoteia, bamboleante, com mímicas orientais, causando hilaridade na platéia. Por fim surge a falange de índios armados e enfurecidos que atacam em cheio o *boi*, matando-o impiedosamente. Êste ressuscita, vencendo a morte, em meio aos ruidosos aplausos dos presentes.

A "Vaquejada" era o festejo predileto e nato dos nossos primeiros colonizadores. Após o inverno de cada ano, geralmente em julho, os criadores fazem a reunião de seus rebanhos para que dela advenham notícias de reses desaparecidas, pertencentes a fazendeiros desta ou doutra região. Alguns dizem que êsses arrebanhamentos ocasionam o cio, motivando a cobertura das fêmeas, o que dá lugar a mais crias no subseqüente ano de inverno. A festa se realiza em determinada Fazenda, onde se reúnem os Fazendeiros e vaqueiros, sendo os rebanhos encurralados numa manga de terra. Sob a assistência de numerosas famílias ribeirinhas, dá-se fuga à primeira rês, geralmente escolhida a mais robusta e arisca, seguida por um dos intrépidos vaqueiros, vestido em seu gibão de couro curtido, chapéu da mesma espécie, quebrado à testa, ambos em vertiginosa carreira, em linha paralela se aproximam e, num movimento rápido, o vaqueiro enlaça a mão na cauda da rês, acossa o cavalo para que se dê uma espetacular queda do animal perseguido, sob estrepitosa salva de palmas da assistência; e, assim outra, às vêzes mais forte e veloz, parte desafiando o seu perseguidor, perde-se na curva do caminho e penetra no emaranhado das caatingas verdes, surpreendentes e exuberantes, até o final dessa festa singela e própria de um povo simples e bom.

Há duas festas religiosas que se destacam dentre as demais; a festa de Nossa Senhora do Rosário, padroeira da Paróquia, iniciada em 27 de setembro e encerrada a 7 de outubro, e a festa de Nossa Senhora da Conceição, encerrada no dia 29 de maio. Ambas são precedidas de novena e encerradas com solenes procissões que percorrem as principais ruas da cidade, acompanhadas por compacta multidão.

VULTOS ILUSTRES — O município legou ao país alguns nomes ilustres. Ao tempo do Império: *Conselheiro Manuel Elisário de Castro Meneses* — Ministro do Supremo Tribunal de Justiça. *Dom Lino Rodrigues de Carvalho* — 8.º Bispo de São Paulo e segundo cearense revestido de báculo episcopal. *Coronel José Joaquim de Souza Sombra* — Grande amigo de José de Alencar, tendo-o inspirado à vida de romancista, foi deputado provincial em mais de uma legislatura. *Joaquim Manoel do Nascimento e Silva* — Foi Promotor Público em diversas comarcas, Secretário do Liceu do Ceará e Deputado Provincial. *Dr. Cipriano Fenelon Guedes Alconforado* — Grande inteligência e ilustração, várias vêzes Deputado Provincial em Pernambuco.

Vista de um colmeal com espécimens da raça italiana

Vista de uma bela casa residencial

Perdigão Nogueira — Deputado à Assembléia Legislativa do Ceará, que, entre outros cargos públicos, exerceu, na capital da República, os de Diretor do Instituto Nacional do Mate, da Escola 15 de Novembro e da Caixa de Crédito Cooperativo do Distrito Federal. *José Bernardo Galvão Alconforado* — Advogado deputado por duas vêzes e Presidente do Rio Grande do Norte.

Como filhos ilustres são apontados, ainda: *Padre Raul Vieira de Queiroz* — Da ordem dos Lasaristas, Doutor em Teologia, Filosofia e Direito Canônico, ordenou-se na França e cursou a Universidade Gregoriana, na Itália, poliglota dos mais afamados (falecido). *Dr. Aderson Perdigão Nogueira* — Foi Juiz de Direito na Capital de São Paulo, figura proeminente nos meios jurídicos e sociais na Capital Bandeirante (falecido). *João Perdigão Nogueira* — Amador das belas-artes, fêz vários bustos de homens ilustres do Ceará, dentre êles destacando-se Capistrano de Abreu, Padre Antônio Tomaz e Quintino Cunha, alto funcionário público na Capital Federal. *Dr. Orlando Vieira Leite* — Formado pelo Conservatório de Cantos Orfeônicos de Petrópolis, atualmente professor catedrático da Escola Industrial e outros estabelecimentos de ensino em Fortaleza. *Doutor Joaquim Moreira de Souza* — Bacharel em Direito, professor emérito, que exerceu no Ceará, por duas vêzes o cargo de Diretor da Instrução Pública, visitou Itália, a França, Bélgica e Suíça como representante do Ministério da Educação e Cultura, estudando processos de aperfeiçoamento do magistério público; fêz parte da delegação brasileira à Segunda Reunião Inter-americana do Ministério de Educação; tem publicado várias obras sôbre ensino, onde tratou como técnico da escola do Estado, suas origens, evolução, progresso e situação atual, tem em preparo, a sair, brevemente, a biografia de Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, eminente prelado filho de Russas. *Coronel Manuel Cordeiro Neto* — Brilhante Oficial do Exército e formado em Direito, exerceu altos cargos administrativos nos Estados do Pará e Ceará. Fortaleza muito lhe deve quando de suas passagens no cargo de Secretário de Polícia e Segurança Pública. *José Perdigão Sobrinho* — Político de grande prestígio em sua terra, onde foi Prefeito. Jornalista de valor. Deixou inédita a "História de Russas". Os russanos cultuam a sua memória com justa razão pelos relevantes serviço prestados à coletividade. *Francisco de Oliveira Carvalho* — Poeta, tendo muito cedo principiado suas atividades literárias, escrevendo constantemente nos suplementos do jornal "Unitário" de Fortaleza. Em 1955 publicou seu pri-

Trabalhadores em construção de uma estrada

meiro livro de poemas, a que deu o título "Cristal de Memórias", bastante elogiado pela crítica da terra. Tem publicados alguns dos seus trabalhos em revistas literárias do país.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Russas divide-se eclesiàsticamente em duas paróquias com as invocações de "Nossa Senhora do Rosário de Russas" e de "Nossa Senhora da Imaculada Conceição", fundadas, respectivamente, nos anos de 1735 e 1941 e sediadas na cidade de Russas e vila de Quixeré. Contam 19 templos, inclusive a respectiva Igreja-Matriz; 20 associações religiosas; 7 sacerdotes dão assistência espiritual à população.

Funcionam na sede do município um centro espírita denominado "Rodolfo Teófilo" e mais uma Igreja Batista Regular e outra Presbiteriana, do Culto Protestante.

O Açude Santo Antônio de Russas é o principal reservatório da água do município, existindo, ainda 16 de tamanho regular. A capacidade de todos os reservatórios é superior a 45 milhões de metros cúbicos. Contam-se, ainda, 17 lagoas de maior importância e 10 pequenas barragens, com capacidade de armazenamento para 857 mil metros cúbicos. Cêrca de 2 000 cata-ventos, quase todos fabricados por habitantes locais, utilizando para isso toros da carnaubeira e fôlhas-de-flandres comuns, são usados na irrigação de várias culturas.

Transitam pela cidade aproximadamente 253 veículos por dia. os quais, em parte são servidos por 5 estabelecimentos de conservação e reparação e abastecidos por 1 pôsto e 3 bombas de gasolina.

Exercem atividades profissionais em Russas 3 advogados, 1 engenheiro, 1 agrônomo e 1 veterinário.

Nas eleições gerais de 1954, votaram 7 427 eleitores, dos 9 474 que se acham inscritos.

Não está satisfatòriamente esclarecida a origem do topônimo Russas. Alguns autores acreditam que o nome foi inspirado pela ocorrência, ao norte da localidade, de blocos de granito que vistos à distância, se assemelham a um lote de bêstas ruças. Outra versão corrente, de cunho popular, admite haver residido nos arredores do antigo povoado "um velho que possuía cobiçado e vistoso lote de bêstas" notáveis pela uniformidade de sua côr. Finalmente uma terceira versão deriva o topônimo da serra do mesmo nome, localizada no nordeste de Pernambuco. Algumas famílias pernambucanas estabelecidas na zona teriam dado ao local aquela denominação, reminiscência sentimental do seu torrão de origem.

SABOEIRO — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — As terras das margens do rio Jaguaribe, onde, atualmente, se encontra localizado o município de Saboeiro, eram habitadas, na época do povoamento, por índios inhamuns.

Ventura Rodrigues e Domingos Rodrigues, criadores de gado vacum e cavalar e moradores da Capitania do Ceará Grande, requereram, conjuntamente, ao capitão-mor Manuel da Fonseca Jaime, e dêle obtiveram, em 4 de junho de 1718, a concessão de trés léguas de comprido, por uma de largo para cada lado do riacho que descobriram entre os sítios Santa Cruz e Santo Antônio. Três anos mais tarde, o capitão Salvador Alves da Silva, atendendo à petição de Lourenço Alves Feitosa, concedeu-lhe, em 21 de agôsto de 1721, uma légua de terra no rio Jaguaribe, chamada Santa Cruz de Baixo, entre os sítios Cameleões e Santa Cruz de Cima.

Os posseiros aí estabeleceram fazendas de criar e deram início a algumas plantações indispensáveis à sobrevivência, destacando-se o cultivo da mandioca, milho e feijão.

Segundo a tradição, moravam nestas paragens, vindos do Icó, sete irmãos portuguêses — seis mulheres e um homem. Eram Domingos Sancho de Carvalho, Eugência Gonçalves de Carvalho, Agostinha da Silva Carvalho, Anacleta da Silva de Carvalho, Antônia Franca de Carvalho e uma outra de nome não lembrado.

José de Oliveira Bastos, português, que no labor agropecuário cedo adquiriu fortuna, casou com Antônia Franca de Carvalho, vindo a residir numa fazenda próxima à cidade, possìvelmente no sítio Santa Cruz, ainda hoje existente com o nome de Caracará ou Carcará, daí surgindo numerosa família de influência.

O município, criado por Resolução Imperial de 3 de fevereiro de 1823, teve inicialmente sua sede na povoação de São Mateus, então elevada à categoria de vila. Sòmente 28 anos mais tarde, é que a sede do município se transferiu para a povoação de Saboeiro, antiga Santa Cruz ou Caracará pela Lei provincial n.º 558, de 27 de novembro de 1851.

A freguesia, juntamente com as cadeiras de primeiras letras, foi transferida de São Mateus para a povoação de Saboeiro, na mesma data da transferência da vila. Sòmente em 1857 foi a freguesia provida de Vigário colado — o padre Diogo José de Sousa Lima — apresentado por

Prefeitura Municipal

Agência dos Correios e Telégrafos

Carta Imperial de 28 de janeiro, e empossado em 23 de fevereiro, por seu procurador, padre Antônio José dos Santos Lessa, no palácio da Soledade, em Pernambuco.

Um ano antes, em 24 de dezembro de 1856, o Doutor Manuel Fernandes Vieira e seu pai, Francisco Fernandes Vieira, Visconde do Icó, pediram autorização para que fôsse edificada uma igreja dedicada ao Santíssimo Sacramento, em substituição à capela então existente, no que foram atendidos por despacho do Bispo de Pernambuco, de 4 de janeiro de 1857, realizando-se a bênção da pedra fundamental, solenidade levada a efeito pelo padre Luís do Rêgo Lima, a 9 do mesmo mês. Ao assumir a direção da freguesia, o padre Diogo encontrou a igreja nos alicerces. Ao retirar-se dela, nos meados de 1869, deixou-a pronta exteriormente. Substituiu ao padre Diogo o pró-pároco Manuel Felipe dos Santos, que faleceu em 1871, tendo por substituto o padre Germano Antenor de Araújo. Êste, não resistindo à crise de 1877, retirou-se para o Piauí, sendo substituído por seu irmão, padre Manuel Lima de Araújo, que levantou a capela-mor da igreja nova, caída em 1876. Em junho ou julho de 1886, regia a freguesia o Vigário de Arneirós, padre Antônio de Sousa Rego. O padre Irineu Pinheiro Lobo de Meneses, nomeado em princípios de 1887, tentou reconstruir a igreja nova, cuja tôrre havia caído, organizando uma comissão agenciadora de esmolas subscritas, consoante ficou deliberado em sessão solene realizada em 21 de maio de 1887, sendo êle o tesoureiro. Não obstante essas tentativas, a igreja não chegou a ser reconstruída.

A atual matriz de Saboeiro deve ter sido construída em fins do século XVIII.

Em 19 de abril de 1913, a Lei estadual n.º 1 084 extinguiu o município, anexando-o ao de Tauá, mas a Lei n.º 1 181, de 23 de julho do ano seguinte restaurou-o, para ser novamente extinto pela Lei estadual n.º 2 634, de 6 de outubro de 1928, figurando na divisão administrativa de 1933 como distrito de São Mateus. Saboeiro retomou a condição de município pela Lei n.º 1 591, de 23 de maio de 1935, compondo-se, então, dos distritos da sede e Bebedouro.

A vila de Saboeiro recebeu foros de cidade, em face do Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938.

No quadro territorial fixado pela Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, o município de Saboeiro compõe-se dos distritos da sede, Aiuaba, Catarina e Flamengo.

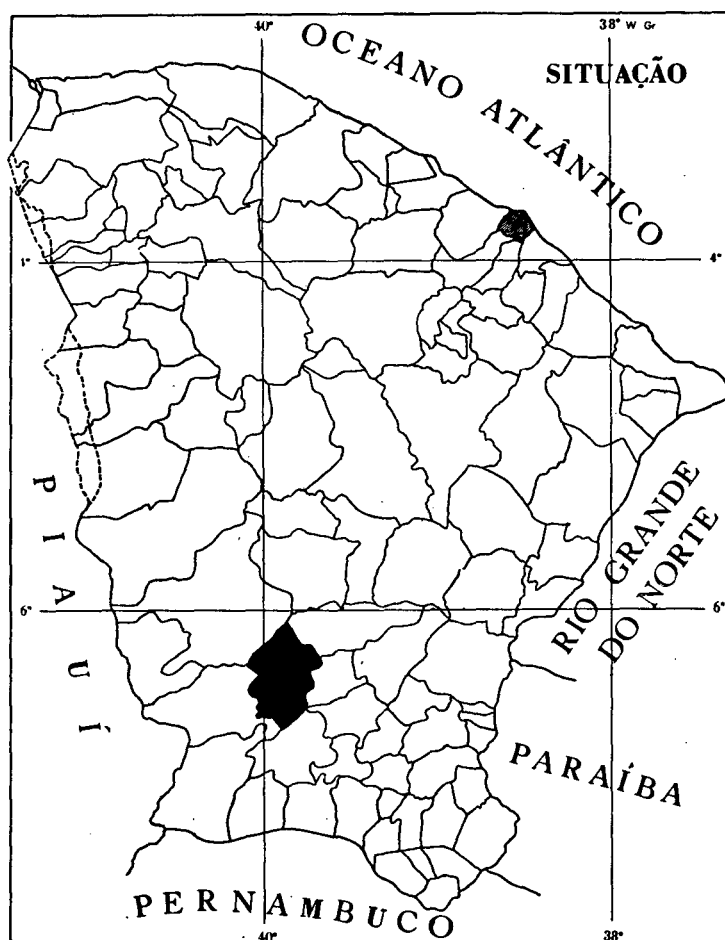
O distrito de Aiuaba, desanexado do município de Saboeiro, pela Lei n.º 3 338, de 15 de setembro de 1956, erigiu-se em nova unidade municipal.

É Prefeito Municipal o Sr. Armando Arrais Feitosa. Compõem a Câmara Municipal 9 vereadores.

A comarca de Saboeiro, desmembrada da de Icó, foi criada pela Lei n.º 757, de 5 de agôsto de 1856, mas a de n.º 1 787, de 28 de dezembro de 1878, transferiu-lhe a sede para o têrmo de Assaré, dando-lhe essa denominação. O têrmo judiciário de Saboeiro foi, então, transferido para a comarca de Iguatu, nos têrmos da Lei n.º 652, de 20 de agôsto de 1901, sendo o mesmo extinto pela de n.º 1 084, de 19 de abril de 1913, ficando o território anexo ao têrmo de Assaré. Restaurado pela Lei n.º 1 181, de 23 de julho de 1914. Em 15 de setembro de 1924, a Lei n.º 2 160 suprimiu o cargo de juiz togado no têrmo de Saboeiro, que, mais uma vez, foi extinto em 1928. Restaurou-o o Decreto estadual n.º 250, de 1931, sob a dependência da comarca de Iguatu.

A Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948, elevou o têrmo judiciário de Saboeiro a comarca de primeira entrância.

O topônimo Saboeiro deriva de uma várzea de árvores regionalmente conhecidas pelo nome de "sabonete". Não se conhece, entretanto, onde existiu tal várzea.

LOCALIZAÇÃO — Município da Zona Fisiográfica do Sertão do Sudoeste, tem o território totalmente incluído no Polígono das Sêcas. A cidade é banhada pelo rio Jaguaribe. Coordenadas geográficas da sede municipal: .... 6º 32' 30" de latitude Sul e 39º 34' 14" de longitude Oeste Greenwich. Distância, em linha reta, da capital do Estado: 343 quilômetros. Limita com os municípios de Tauá, Acopiara, Jucás, Assaré e Aiuaba.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Atinge 290 metros a altitude da sede municipal.

CLIMA — O município apresenta clima de sertão. As temperaturas variam entre 20 e 35 graus centígrados, observando-se a temperatura média de 30 graus.

ÁREA — Antes de ocorrer o desmembramento do distrito de Aiuaba, o município tinha a extensão territorial de 4 306 quilômetros quadrados, sendo o 7.°, no Estado, em ordem decrescente de tamanho.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — As terras do município são banhadas por vários riachos e correntes. O Jaguaribe, o maior rio do Ceará, atravessa o município na direção oeste-leste, descrevendo uma curva para o sul.

O terreno, geralmente ondulado, apresenta algumas serras, entre as quais as da Estrêla, Bois, Emburanas, Macambiras, Flamengo, Mota, Arneiroz e Bastiões, verificando-se elevações da ordem de 500 metros.

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas naturais em maior evidência são os oiticicais, no setor vegetal, e ocorrência de ametistas que afloram a céu aberto — com matizes de turmalina e outras pedras preciosas, além de pedra calcária e caulim.

POPULAÇÃO — A população de Saboeiro, segundo o Recenseamento de 1950, era de 26 597 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 13 359; mulheres — 13 238; brancos — 12 902; pretos — 2 335; pardos — 11 260 e sem côr declarada — 100. Das pessoas de 15 anos e mais em número de 13 654, 4 986 eram solteiras; 7 900 casadas; 2 desquitadas; 738 viúvas e 28 de situação civil não declarada. Com exceção de 2 estrangeiros, todos os habitantes são brasileiros natos. A religião Católica Romana predomina no município. Apenas 121 pessoas se declararam protestantes. A densidade demográfica era de 6 habitantes por quilômetro quadrado e 93% da população pertenciam à zona rural, ou seja, 24 737 habitantes (12 485 homens e 12 252 mulheres). É o 3.° município em população da Zona do Sertão de Sudoeste, dos 5 municípios que a compõem.

Aglomerações urbanas — São 4 as aglomerações urbanas do município — a cidade de Saboeiro, com 772 habitantes (356 homens e 416 mulheres); vila de Aiuaba, com 584 habitantes (267 homens e 317 mulheres) e vila de Catarina, com 504 habitantes (251 homens e 253 mulhe-

Vista parcial de uma rua da cidade

Igreja-Matriz de Nossa Senhora da Purificação

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades fundamentais à economia do município são a agricultura e a pecuária. Em 1956, o município produziu cêrca de 47 milhões de cruzeiros, obtidos, principalmente, entre os produtos seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão	Arrôba	196 722	23 606 640
Milho	Saca de 60 kg	92 000	7 360 000
Feijão	» » » »	74 000	4 800 000
Mandioca-brava	Tonelada	19 000	3 800 000
Cana-de-açúcar	»	20 700	2 070 000
Banana	Cacho	90 000	1 350 000

Os principais centros compradores dos produtos agrícolas são Iguatu, Cariús, Jucás, Campos Sales, Acopiara e Tauá, sendo que Cariús e Jucás mantêm Agência no município para compras de algodão. Tauá e Acopiara adquirem, além do algodão e outros produtos, a rapadura, em face de sua maior proximidade das zonas produtoras do município.

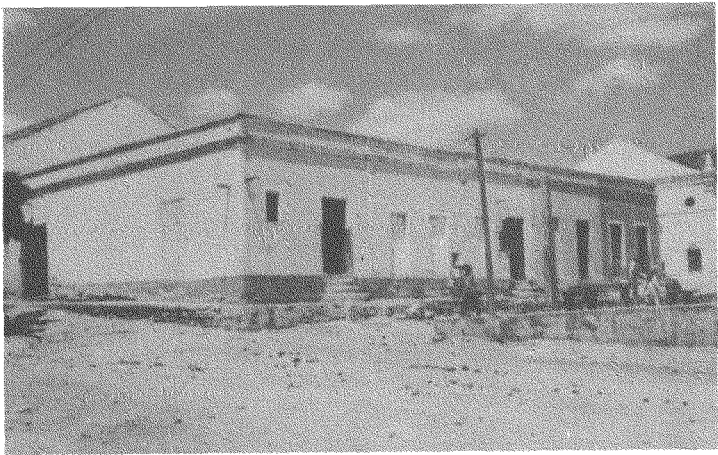
É bem desenvolvida a pecuária, dado que o território do município se presta, grandemente, à criação, e de modo especial, à do gado bovino. O município é um dos maiores criadores na zona dos Inhamuns, onde se acha encravado. Últimamente, os criadores, visando à melhoria dos rebanhos, estão adquirindo reprodutores de raça.

Há exportação de gado para Fortaleza, municípios vizinhos e, também, para outros Estados, cujos compradores visitam sempre o município com êsse objetivo.

No reino vegetal, registra-se a extração da maniçoba e casca de angico, em pequena quantidade, e no mineral, sem grande desenvolvimento há extração da pedra calcária.

A pesca é praticada, principalmente, pelos habitantes da sede municipal, nos poços do rio Jaguaribe, bastante piscosos, donde a população pobre retira sua maior fonte de alimentação. Muito embora haja diversos açudes particulares, em que, uma vez por ano, os proprietários promovem pescarias, cuja renda é bastante animadora, não constitui, essa atividade, fonte econômica, para o município.

A indústria local é representada pela fabricação de rapadura, extração de cal, pequeno fabrico de calçados e algumas padarias modestas.

Há no município 3 usinas elétricas, localizadas nos Distritos de Saboeiro, Flamengo e Catarina, empregadas

Mercado Públi:o Municipal

na produção e fornecimento de energia elétrica à população.

Consoante dados do Censo de 1950, 42% da população ativa (10 anos e mais) trabalhavam no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", sendo esta ocupação a que reunia maior número de pessoas em atividade.

MEIOS DE TRANSPORTE — Conta o município com 1 campo de pouso. Os meios de comunicação com as cidades vizinhas e com a Capital do Estado são: Acopiara — a cavalo (96 quilômetros) ou misto a) rodovia até Iguatu (98 quilômetros) e b) ferrovia R.V.C. (51 quilômetros). Assaré — a cavalo (48 quilômetros) ou rodovia (60 quilômetros). Campos Sales — rodovia (96 quilômetros). Jucás — rodovia (60 quilômetros). Tauá — rodovia (96 quilômetros). Pio IX, PI — rodoviária (114 quilômetros). Capital Estadual — a) rodovia (88 quilômetros) até a Estação de Iguatu — b) ferrovia R.A.C. (416 quilômetros). Funciona na cidade uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

COMÉRCIO — Na sede Municipal 1 estabelecimento atacadista e 21 varejistas comerciam. As transações mercantis se fazem com as praças de Juàzeiro do Norte, Crato, Campina Grande, Recife e Fortaleza. Importam-se, principalmente, tecidos, miudezas, açúcar, café, medicamentos e ferragens.

Segundo revelou o Censo de 1950, os 73 estabelecimentos, então existentes, venderam, em 1949, mais de 3 milhões de cruzeiros.

ASPECTOS URBANOS — A área pavimentada da cidade corresponde a 1% em pedras irregulares.

A cidade é iluminada a luz elétrica, contando-se 76 ligações particulares. Há 1 hotel cobrando a diária de Cr$ 100,00.

Os veículos registrados na Prefeitura são 1 automóvel e 3 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município é inteiramente desassistido neste setor, possuindo, apenas, 1 farmácia.

ALFABETIZAÇÃO — Conforme os resultados do Recenseamento de 1950, das 21 405 pessoas de 5 anos e mais, 20 % sabiam ler e escrever, ou seja, 4 284 (2 228 homens e 2 002 mulheres). Na sede municipal existiam 647 habitantes com a mesma idade escolar, sendo que 352 eram alfabetizados (145 homens e 207 mulheres).

Ensino — Existem em todo o município 38 unidades de ensino fundamental comum, nas quais foram matriculados no início do ano letivo de 1956 nada menos de 893 alunos de ambos os sexos. A quota de crianças matriculadas no início do ano de 1950 foi de 16,31%. No Estado esta atingiu 28%.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	...	678	86	423
1951	...	414	421	100	650
1952	...	428	742	95	445
1953	...	...	748	99	746
1954	...	473	673	118	663
1955	...	492	851	100	709
1956	...	1 462	1 158	243	1 158

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A população de Saboeiro movimenta-se para a celebração da festa em homenagem à Nossa Senhora das Dores, realizada em setembro, que decorre animadíssima, durante a novena e leilões, culminando com tradicional procissão, assistida por inúmeros fiéis que percorrem as ruas da cidade entoando hinos sacros e recitando o têrço.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Na sede municipal realizam-se, semanalmente, feiras em que os rurícolas expõem à venda os produtos locais, e, ao mesmo tempo, se abastecem de mercadorias outras, necessárias ao seu consumo, durante a semana.

Como aspectos naturais citam-se os "Poços dos Caldeirões", no leito do rio Jaguaribe, sendo freqüentados, apenas, pelos habitantes dos municípios vizinhos, quase sempre em objetivo de pescaria.

Com o fito de fomentar a produção agropecuária há a Residência Agrícola Federal, cuja finalidade principal é a revenda de material e implementos agrícolas aos criadores e agricultores, além do Subposto de Revenda Agrícola, ambos funcionando na sede municipal.

O município é beneficiado por 12 açudes com capacidade para 6 581 milhões de metros cúbicos.

Saboeirense é a denominação local dos habitantes.

Açude Raul Barbosa

Em 1954, havia 9 126 eleitores, dos quais 2 390 votaram nas eleições de 3 de outubro daquele ano.

VULTOS ILUSTRES — Saboeiro foi berço de uma das mais ilustres e famosas famílias do Ceará Imperial. Dessa família o mais importante foi, sem dúvida, *Francisco Fernandes Vieira*, Barão e Visconde de Icó, deputado provincial, Oficial da Ordem do Cruzeiro e membro do govêrno provisório. Era o homem mais rico do Ceará, em sua época, pois as suas terras se estendiam de Bombaça até o alto Jaguaribe.

Depois veio *Miguel Fernandes Vieira*, filho do Visconde. Foi Senador do Império e homem de grande projeção na vida política do Ceará. Para perpetuar-lhe a memória há a Praça Fernandes Vieira em Fortaleza.

Os outros Fernandes Vieira foram: *José Fernandes Vieira*, bacharel e antigo deputado provincial; *Dr. Manoel Fernandes Vieira; Aderbal Fernandes Vieira, João Fernandes Vieira* e *Afonso Fernandes Vieira*, todos formados e deputados provinciais.

Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística.

SANTANA DO ACARAÚ — CE

Mapa Municipal na pág. 67 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Frei Cristóvão de Lisboa, quando exercia o cargo de custódio do Maranhão, empreendeu uma viagem ao Fortim de Nossa Senhora do Amparo, em companhia de quatro padres e vinte e cinco homens de armas, tendo passado nas terras do município de Santana do Acaraú, onde se pôs a salvo da perseguição dos tapuias que o acometiam desde a serra da Ibiapaba até o rio Camocim. No dia 26 de agôsto de 1626, num serrote próximo ao rio Acaraú, em local apropriado, de onde surgia um jôrro de água, o frade instalou a imagem de Senhora Santana, a única que se não quebrara na trevessia, tendo prometido ali mesmo erigir uma capela sob a invocação de Senhora Santana do Ôlho-d'Água.

Posteriormente, o padre Antônio dos Santos da Silveira, vindo de Pernambuco, foi nomeado em fins de 1733 escrivão do Cura da povoação de Caiçara, cujas funções eram exercidas pelo padre Elias Pinto de Almeida.

No desempenho de sua missão — afirma Antônio Bezerra — que correspondia a uma coadjutoria, o padre Silveira, tendo comprado uma légua de terra, denominada Ôlho-d'Água, ao coronel Sebastião de Sá, e meia ao sargento-mor Antônio de Sá Barreto, irmão daquele, incorporou-as e veio situar-se na antiga posse de sargento-mor, no lugar Curral Velho, onde hoje se acha situada a cidade de Santana do Acaraú.

De posse das terras, o padre Silveira, cumprindo o voto de Frei Cristóvão de Lisboa, viajou a Caiçara, onde requereu licença para a construção da capela de Senhora Santana, a qual, concedida em 4 de novembro de 1738, possibilitou fôsse a obra iniciada em 9 de novembro e concluída em 31 de julho de 1759.

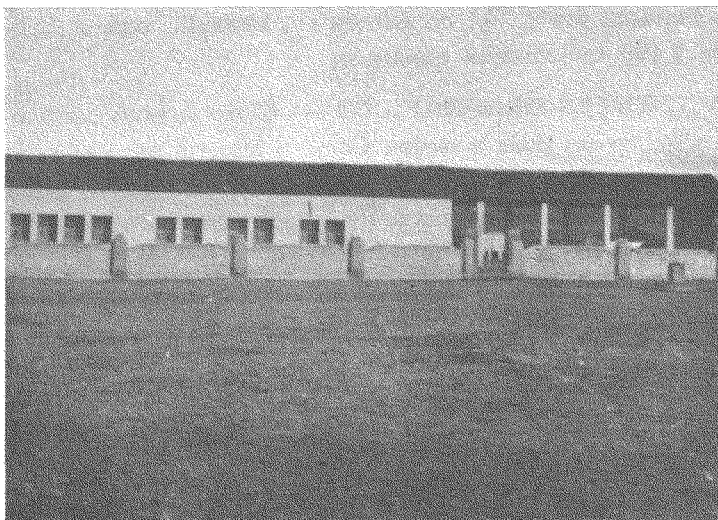
Erguido na solidão, no centro de um círculo de majestosas cercanias a deslumbrar de alvura, com o cisne pousado no meio do lago, tornou-se aquêle singelo e santo

Igreja-Matriz de Nossa Senhora de Santana

edifício o ponto de convergência de vistas dos que habitavam a circunvizinhança. A 19 de agôsto dêsse ano, aquêle piedoso sacerdote, auxiliado pelo padre Dionísio da Cunha Araújo, convenientemente autorizado pelo Reverendo Antônio de Aguiar Pereira, Vigário colado da igreja paroquial de São José do Ribamar, então vigário-geral em tôda a Capitania, benzeu o templo e as imagens de Cristo, Santana, São Joaquim e Santa Rosa, celebrando no outro dia a primeira missa, com assistência dos moradores de todos os cantos do curato, que corriam a essa festa, trazendo nos semblantes sinais da mais viva e mais terna alegria. A religião do Calvário triunfou da selvageria e dessa data em diante desenvolveu-se vida de paz e de progresso.

Decorridos 57 dias dessa solenidade, o padre Silveira, dando cumprimento à legislação em vigor, assinou a escritura de doação, à capela, de meia légua de terras, 50 vacas e 1 touro, perante o tabelião João Lobo de Macedo, sendo testemunhas o padre Miguel Gonçalves Marágoa e Arnaud de Holanda e Vasconcelos. A Capela de Santana pertencia ao Curato de Caiçara. Com a divisão dêste, em 30 de agôsto de 1757, nas freguesias de Nossa Senhora de Amontada, do Coreaú, de São Gonçalo da Serra dos Côcos e de Nossa Senhora da Caiçara, a capela ficou sob a dependência desta última.

Por volta de 1761 habitavam a freguesia, nas proximidades da capela de Santana "desde meia até cinco léguas de distância e dela se diziam fregueses por devoção", entre outros, os seguintes cidadãos: capitão Mateus Mendes de Vasconcelos, Mateus Conde Barreto d'Almeida, ajudante Manuel Carneiro da Costa, capitão Francisco Ferreira da Ponte, Gonçalo Ferreira da Ponte, Pedro Ferreira da Ponte, capitão José de Xerez Furna Uchoa, João de Lima Raposo, João da Silveira Dutra, José Henriques de Araújo, capitão Antônio Henriques de Araújo, Manuel José de Farias e Caetano José Soares, casado com D. Luiza Ferreira, filha de uma índia "aeriu" e do capitão Manuel Ferreira Fonteles. Todos êsses eram casados, tinham famílias e alguns dêles eram portuguêses.

A freguesia foi criada pela Lei provincial n.º 465, de 29 de agôsto de 1848, quando presidia o Ceará o Dr. Fausto Augusto de Aguiar. A gerência espiritual da freguesia coube

Grupo Escolar Estadual

ao Vigário encomendado padre Miguel Francisco da Frota, até que nela foi colado o padre Barreto, do Crato, tomando posse por seu procurador o padre Francisco de Paula Menezes. Êste, por morte do padre Barreto, continuou como Vigário encomendado da freguesia até que, posta a mesma em concurso, nêle foi colado o padre Francisco Xavier Nogueira. No ano seguinte, criado o município de Acaracu, pela Lei n.º 475, de 31 de julho, ficou-lhe subordinado o território da freguesia, até então dependente da de Caiçara.

Pela Lei provincial n.º 1 012, de 3 de novembro de 1862, a Assembléia Provincial criou o município com território desmembrado do de Acaracu, elevando a povoação de Santana do Acaraú à categoria de vila, a qual sòmente se instalou em 27 de junho de 1863, quando tomou posse a primeira câmara eleita. Eram membros desta câmara o coronel Luiz Henriques de Oliveira Magalhães (presidente), capitão Antônio Ferreira Gomes, capitão Antônio Carneiro de Araújo, capitão Raimundo Xavier Nogueira, capitão Joaquim Gomes Carneiro, tenente João Adeodato Ferreira e tenente Vicente Casemiro Cavalcante.

Estabelecido no mesmo ano o têrmo judiciário, foram nomeados: delegado de polícia o tenente-coronel Manuel Joaquim de Sousa Vasconcelos, juízes municipais suplentes: capitão Antônio Ferreira Gomes, major Manuel Carneiro da Costa, tenente José Adeodato Ferreira, tenente-coronel Manuel Joaquim de Vasconcelos; major Florêncio Ferreira da Ponte e José Ferreira do Nascimento de Maria; juízes de paz: Policarpo Francisco Maria de Sousa, Florêncio Ferreira da Ponte, capitão Francisco Ferreira de Vasconcelos e João Bernardino Ferreira Gomes.

Data ainda da mesma época a nomeação das seguintes autoridades: coletor geral, capitão Raimundo Xavier Nogueira; coletor provincial, tenente Francisco Leôncio de Andrade de Matos; professôres: Joaquim Guilhermino Maria da Costa Cisne, nomeado desde 25 de outubro de 1856, e Maria Antônia Ribeiro, no dia 22 de maio de 1864; tabelião, Urcelino Xavier de Castro Magalhães; juiz de direito, Dr. Francisco Urbano da Silva Ribeiro e Promotor público, Dr. José Francisco Jorge de Sousa.

As Leis provinciais n.º 1 236 e n.º 1 237, de 27 de novembro de 1868, referem-se, sòmente, ao nome de Santana, suprimindo o restritivo "de Acaraú", que figurava na lei de criação do município. Esta última lei transferiu a sede da comarca de Acaraú para a vila de Santana.

Em 1875 a população do município era estimada em 13 374 habitantes, sendo 12 346 livres e 1 028 escravos.

Ainda com o nome de Santana, a vila recebeu foros de cidade pela Lei provincial n.º 1 740, de 30 de agôsto de 1876, conservando a localidade essa denominação por efeito da Lei provincial n.º 1 814, de 22 de janeiro de 1878, e pela Lei estadual n.º 107, de 20 de setembro de 1893.

No quadro da divisão administrativa do Brasil referente ao ano de 1911, o município de Santana se compõe dos distritos da sede e São Manuel do Marco.

Os Decretos estaduais n.º 193, de 20 de maio de 1931, e n.º 1 156, de 4 de dezembro de 1933, deram ao município e à cidade a denominação de Santana do Acaraú, que na divisão administrativa referente a êste último ano, se compõe dos distritos da sede, Morrinho, Mutambinho, São Francisco do Estreito, São Manuel do Marco e Tucunduba.

Pelo Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, no govêrno do Dr. Francisco de Menezes Pimentel, o município voltou a denominar-se simplesmente Santana, continuando, no quadro territorial fixado por êsse decreto-lei, com os distritos de Santana, Estreito, Marco (ex-São Manuel do Marco), Morrinho, Mutambeiras (ex-Mutambinhas) e Panacuí (ex-Tucunduba).

Em 30 de dezembro de 1943, pelo Decreto-lei número 1 114, o município passou a denominar-se Licânia, estendendo-se idêntica denominação ao distrito e à cidade. O distrito de Estreito, em virtude do mesmo diploma, teve o topônimo alterado para Parapuí.

Na última divisão territorial do Estado, fixada pela Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, o município de Licânia figura com o primitivo topônimo — Santana do Acaraú, tendo perdido, na mesma divisão, os distritos de Marco e Panacuí, os quais, juntos, se constituíram em nova unidade municipal com sede na vila de Marco, elevada à categoria de cidade.

O município se compõe — nessa divisão — dos seguintes distritos: Santana do Acaraú, Morrinho, Mutambeiras e Parapuí.

A vila de Santana, erigida em têrmo da comarca do Acaracu, pela Lei provincial n.º 1 012, de 3 de novembro de 1862, que criou o município, passou à sede da comarca pela Lei provincial n.º 1 237, de 27 de novembro de 1868, passando a ter a denominação de comarca de Santana, em virtude da Lei n.º 1 980, de 9 de agôsto de 1882. O Decreto n.º 196, de 5 de junho de 1891, suprimiu a comarca de Santana, anexando o têrmo à comarca de Granja; porém a Lei n.º 445, de 8 de agôsto de 1898, restaurou-a com sede na cidade de Acaraú, para onde foi transferido, pela Lei estadual n.º 595, de 30 de julho de 1900, o juizado substituto de Santana.

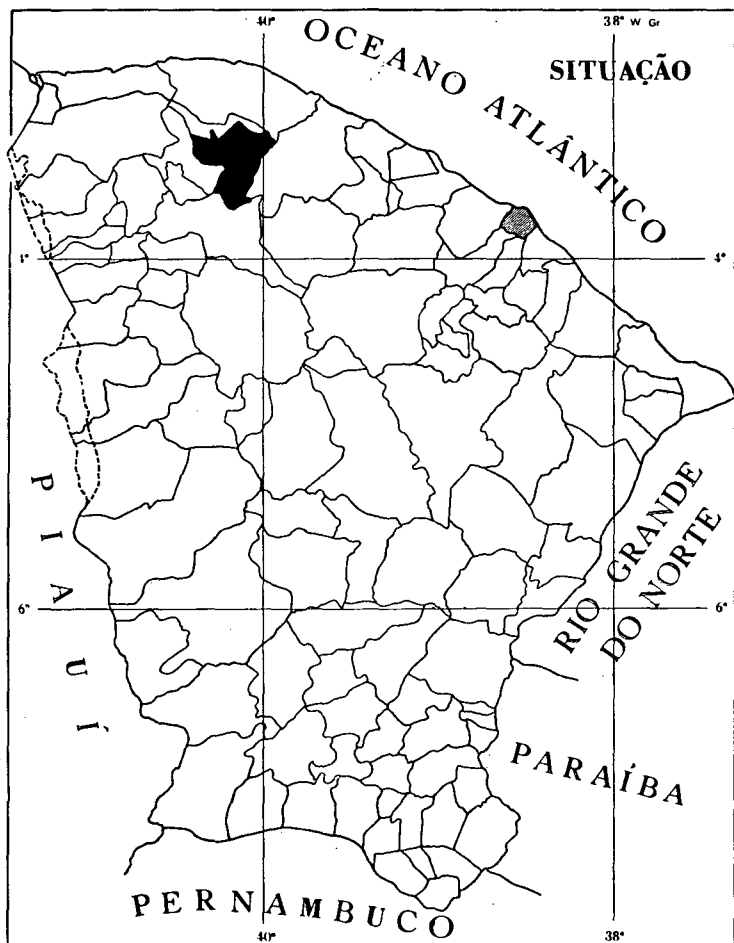
A Lei estadual n.º 1 136, de 19 de setembro de 1913, supriu, novamente, o têrmo judiciário de Santana de Juiz substituto.

Pela Lei n. 1422, de 26 de dezembro de 1934, o município de Santana do Acaraú é têrmo da comarca de

Sobral, assim permanecendo até 9 de junho de 1948, quando foi erigido em sede de comarca de primeira entrância pela Lei n.º 213, da mesma data.

O município é administrado pelo Prefeito, Sr. Gerardo Araújo, eleito nas eleições de 3 de outubro de 1954, juntamente com 9 vereadores que compõem o poder legislativo municipal.

LOCALIZAÇÃO — Município da Zona Fisiográfica do Litoral, está situado nas margens do rio Acaraú. A cidade, que se desenvolveu em terreno baixo, na margem esquerda do Acaraú, está sujeita a enchentes nas épocas invernosas. Dista, em linha reta, da capital do Estado, 191 quilômetros, e tem as seguintes coordenadas geográficas: 3° 27' 39" de latitude Sul e 40° 12' 53" de longitude Oeste Greenwich. Incluído no Polígono das Sêcas.

Limita com os municípios de Massapê, Marco, Itapipoca e Sobral.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 80 metros na sede municipal.

CLIMA — O município apresenta clima ameno, influenciado pelas brisas marinhas. As temperaturas oscilam de 23 a 30 graus centígrados, verificando-se a média de 26 graus. A altura da precipitação pluviométrica, em milímetros, atingiu 567,5 em 1956. As chuvas caem com freqüência nos meses de fevereiro a junho.

ÁREA — O município de Santana do Acaraú, antes de sofrer desmembramento territorial dos distritos de Marco e Panacuí, era o 20.º do Estado em extensão, com a área de 2 155 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O rio Acaraú corta o município em duas metades. Como a maioria dos rios nordestinos, corre nas épocas invernosas engrossado pelas águas das chuvas. Ao norte da cidade encontra-se a serra do Mucuripe, distante 30 quilômetros, com seis léguas de extensão.

RIQUEZAS NATURAIS — As principais riquezas naturais em evidência são: carnaúba, oiticica, cajueiro e pequenas matas de onde se extrai madeira para construção e lenha.

POPULAÇÃO — A população total do município, conforme os resultados do Recenseamento de 1950, era de 30 869 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 15 374; mulheres — 15 495; brancos — 13 062; pardos — 8 857; pretos — 8 888 e 62 sem declaração de côr. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 15 478 (7 619 homens e 7 859 mulheres), 5 295 eram solteiras; 9 436 casadas, 2 desquitadas e 799 viúvas; 46 habitantes não declararam o estado conjugal. População composta inteiramente de brasileiros. Havia 30 769 católicos; 37 protestantes e 1 espírita. Não tinham religião, nem fizeram declaração de culto, 62 pessoas. De 14,32% era a densidade demográfica do município. Existiam na zona rural 24 009 pessoas (12 186 homens e 11 823 mulheres) o que representa 77,77% da população total.

Aglomerações urbanas — Segundo os dados do Censo Demográfico, as 6 aglomerações então existentes possuíam a seguinte população: cidade de Santana do Acaraú, 2 413 habitantes (1 049 homens e 1 364 mulheres); vila de Marco, 1 824 habitantes (867 homens e 957 mulheres); vila de Morrinho, 1 097 habitantes (538 homens e 559 mulheres); vila de Mutambeira, 397 habitantes (186 homens e 211 mulheres); vila de Panacuí, 388 habitantes (192 homens e 196 mulheres) e vila de Parapuí, 741 habitantes (365 homens e 385 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Segundo dados do Censo Demográfico de 1950, 35% das pessoas presentes em idade ativa (10 anos e mais) declararam como ocupação principal o ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

Apesar de possuir excelentes terras situadas na margem do rio Acaraú, a agricultura do município não tem tido grande desenvolvimento. A safra de 1955 valeu apenas 5 milhões de cruzeiros. As principais culturas são banana, milho, feijão, mandioca-brava e algodão. Os dados abaixo evidenciam o volume e o valor dos principais produtos agrícolas do município: (valor em Cr$ 1 000,00) 40 700 cachos de banana — 1 628; 7 980 sacos de 60 quilogramas de milho — 1 101; 960 toneladas de mandioca-brava — 576; 2 450 sacos de 60 quilogramas de feijão — 588; 6 100 arrôbas de algodão — 579.

Há pequeno cultivo de mamona, côco-da-baía e batata-doce. Os produtos são vendidos principalmente para as cidades de Sobral, Fortaleza e Massapê.

A pecuária constitui importante atividade, pois os rebanhos são bem numerosos, permitindo a exportação de gado, para os mercados de Sobral e algumas cidades do Piauí. Em 31 de dezembro de 1955, existia o seguinte efetivo de população pecuária (no valor de mais de 54 milhões de cruzeiros): bovinos — 22 000; eqüinos — 1 060; asininos — 600; muares — 1 000; suínos — 7 200; ovinos — 7 000; e caprinos — 8 000.

Como se vê, há grande predominância do gado bovino (22 000 cabeças) que representam o valor de 44 milhões de cruzeiros.

Os carnaubais e oiticicais espalhados pelas terras do município proporcionam boa fonte de renda à municipalidade. Também tem desenvolvimento a extração do cal de pedra e argila plástica, esta última empregada na fabricação de tijolos e telhas. A produção de cêra de carnaúba é da ordem de 558 toneladas, no valor de 13 milhões de cruzeiros, aproximadamente.

Pratica-se a pesca em pequena escala.

Os principais ramos industriais são a fabricação de cal, tijolos, telhas e panificação. Funcionam no município 3 caieiras, 2 olarias e 3 padarias de proporções modestas.

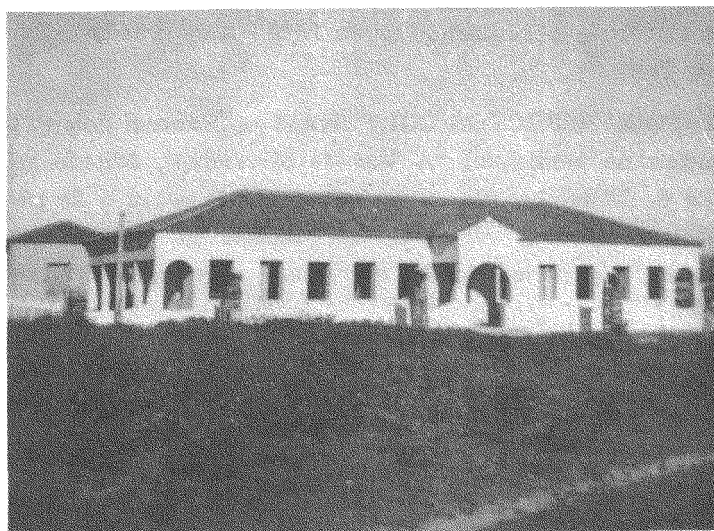
A produção de energia elétrica eleva-se a 10 890 kWh, destinados à iluminação pública e particular.

COMÉRCIO E BANCOS — Operam na sede municipal 5 estabelecimentos atacadistas e 9 varejistas. O comércio local mantém intercâmbio com as praças de Sobral, Fortaleza e Massapê. Os principais artigos importados são tecidos, trigo, milho, feijão, resíduo de caroço de algodão, miudezas, farinha de mandioca, etc. Santana do Acaraú exporta cêra de carnaúba, sementes de oiticica e cal. Consoante o Censo Comercial de 1950, 101 estabelecimentos varejistas estavam em atividade, em todo o município, os quais realizaram vendas, em 1949, avaliadas em mais de 5 milhões de cruzeiros. Nesses estabelecimentos trabalhavam 101 pessoas, das quais 31 eram empregados.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Santana do Acaraú é servido por um campo de pouso, não havendo, porém, linha regular. As ligações com as cidades vizinhas são realizadas por estradas carroçáveis. As distâncias percorridas são as seguintes: Sobral — 36 quilômetros; Itapipoca — 90 quilômetros; Massapê — 24 quilômetros; Marco — 48 quilômetros; e capital Estadual — 229 quilômetros.

As comunicações são feitas por intermédio de uma agência do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A área pavimentada da cidade é de 780 metros quadrados, assim discriminados: 480 metros quadrados de paralelepípedo e 300 metros quadrados de pedra tôsca. A área restante é de terra batida.

A sede municipal é dotada de luz elétrica pública e particular, havendo 300 ligações domiciliárias.

Maternidade Nossa Senhora Santana

Para hospedar os visitantes há sòmente 1 pensão, que cobra a diária de Cr$ 100,00 com alimentação e pousada.

Estão cadastrados na Prefeitura Municipal 8 caminhões e 8 automóveis.

Como meio de comunicação devem ser referidos a agência local do Departamento dos Correios e Telégrafos e o Serviço Radiotelegráfico da Sec. de Polícia e Segurança Pública, êste último de uso privativo.

A Prefeitura mantém serviço de limpeza pública e remoção de lixo, com o qual se beneficiam 2 logradouros, não se verificando, porém, remoção domiciliária.

A cidade de Santana do Acaraú é abastecida de água por intermédio de um poço feito no leito do rio Acaraú cuja água sofre tratamento pelo sistema de cloração. O número de prédios beneficiados eleva-se a 250, havendo 5 logradouros canalizados em tôda sua extensão. O consumo é de 90 metros cúbicos diários.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam assistência médico-sanitária a Maternidade Nossa Senhora de Santana (com 8 leitos disponíveis); o Pôsto de Saúde de Santana; 1 médico; 1 farmacêutico; 1 dentista; e duas farmácias. O Círculo Operário "São José" presta assistência médica e concede outros benefícios aos seus 104 associados. A Maternidade Nossa Senhora de Santana e o Pôsto de Saúde de Santana são muito procurados por doentes de outras localidades dada a sua eficiência médico-sanitária.

ALFABETIZAÇÃO — Conforme os resultados do Recenseamento de 1950, existiam no município 24 581 pessoas de 5 anos e mais, das quais 5 179 sabiam ler e escrever (2 493 homens e 2 686 mulheres), representando 21% das pessoas em idade escolar. Na sede municipal, dos ... 2 015 habitantes de 5 anos e mais, 1 041 eram alfabetizados, ou seja, 441 homens e 600 mulheres.

Ensino — Conta o município com a "Escolas Reunidas de Santana" e 34 unidades isoladas de ensino primário fundamental comum, nas quais foram matriculados 1 265 alunos no início do ano letivo de 1956. Em 1950 a taxa

de matrícula do município foi de 16% e a do Estado alcançou 28%.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem dois (2) jornais no município: "A Voz de Morrinhos", editado na vila de Morrinhos, de natureza puramente social e de periodicidade semestral; "A Crítica", editado na sede do município, de periodicidade quinzenal, de caráter crítico-social.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	522	399	55	400
1951.......	—	616	423	71	423
1952.......	—	745	474	72	474
1953.......	—	657	946	119	930
1954.......	—	634	702	69	719
1955.......	—	953	847	58	848
1956.......	—	1 498	850	59	851

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Há, anualmente, no período de 17 a 26 de julho a tradicional festa da padroeira, que termina com a procissão de Nossa Senhora de Santana, com o comparecimento de grande número de fiéis, procedentes de todos os quadrantes do município.

VULTOS ILUSTRES — *José Maria Albuquerque Cavalcante* — Foi Presidente do Ceará; presidiu as Províncias de Santa Catarina e Sergipe; foi Deputado à Constituinte Imperial. *Dr. José Mendes Pereira de Vasconcelos* — Magistrado, foi Deputado Provincial, Deputado Geral da República, Senador Estadual e grande abolicionista. *Dr. José Ayres de Sousa* — Engenheiro civil e competente técnico da Inspetoria de Obras Contra as Sêcas, da qual foi Inspetor-Geral por 4 vêzes. *Senador João Cordeiro* — Um nome que encheu a história do Ceará; foi Deputado, Senador e Presidente do Estado. Foi o "invicto general da Campanha da Abolição", e republicano histórico.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Situado nas excelentes terras que ficam na margem do rio Acaraú, o município tem amplas possibilidades de desenvolvimento de sua agricultura. Possui extensos carnaubais que lhe garantem vida rural independente. Todavia, Santana do Acaraú ressente-se da falta de meios de comunicação, pois ainda não dispõe de estradas que ligam a cidade às sedes municipais vizinhas, notadamente a Sobral. Apesar disso, a cidade progride de maneira evidente, sendo considerada uma das melhores do norte do Estado. Suas praças são bonitas e bem iluminadas. As ruas são pavimentadas a paralelepípedo e pedra tôsca, notando-se alguns prédios importantes, dentre os quais o edifício da Igreja Matriz, bem amplo e muito bem cuidado; a sede da municipalidade e várias residências em estilo moderno, revelando confôrto e bom gôsto. Em 1954, havia no município 4 154 eleitores, dos quais 2 413 votaram nas eleições daquele ano. Santanenses é a denominação local dos habitantes.

SANTANA DO CARIRI — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Segundo a tradição, os primeiros povoadores do município foram os irmãos João Alves Feitosa e José Alves Cavalcante, cessionários da data de Tapera, que aqui aportaram no último quartel do século XVII, procedentes da Casa da Tôrre. Subindo o curso do rio Cariús, instalaram-se nas margens do riacho Brejo Grande, edificando uma capela sob a invocação da Senhora Santana, no mesmo local onde atualmente se ergue a igreja Matriz. Habitava a região a tribo guerreira dos Buxixés, que dominava a cordilheira do Araripe, nos limites com Pernambuco.

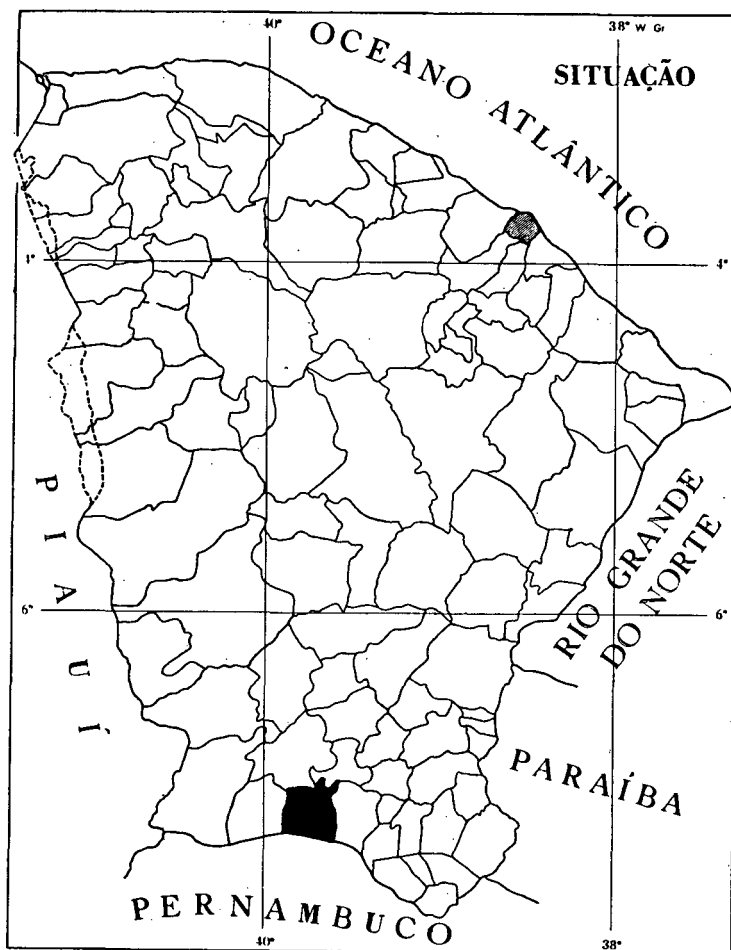
Pela Provisão de 26 de agôsto de 1838, foi criada a freguesia de Santana do Brejo Grande, abrangendo ainda Assaré e Quixará (atualmente Farias Brito). O seu primeiro Vigário, Padre José Galdino Teixeira, foi assassinado, perdendo, por isso mesmo, a povoação a sede da freguesia, que foi transferida para Assaré, sendo, então, nomeado Vigário o Padre José Tavares Teixeira, parente daquele. Depois de alguns anos, o povoado de Santana do Brejo Grande foi elevado à categoria de vila, sede do município do mesmo nome, com território desmembrado do de Assaré, por efeito da Lei provincial n.º 2 096, de 25 de novembro de 1885, tendo-se verificado sua instalação em 11 de janeiro de 1887. Realizada a eleição da Câmara Municipal na vila de Assaré tomaram posse, em 11 de janeiro de 1887, Adrião do Vale Nuvens (presidente), Manuel Tomás de Aquino (vice-Presidente) e demais vereadores José Pereira Lobo de Menezes Jurumenha, Felinto da Cruz Neves, Antônio Alves de Barros Cavalcante, Manuel Moreira Júnior e Francisco Pinto Cidade. A receita e a despesa do município, em 1887, elevaram-se, respectivamente, a 267$910 e .... 148$160, registrando-se o saldo de 119$750.

Quando em visita pastoral a Santana do Brejo Grande, o Bispo D. Joaquim José Vieira recebeu do povo uma representação no sentido de ser restaurada a freguesia. Vendo o Bispo que Santana era a parte mais populosa desta, determinou algum tempo depois que os Vigários ali fizessem sua residência, a cuja capela deu os foros de Matriz. O primeiro Vigário a fixar residência em Santana foi o Padre João Carlos Augusto, ao qual sucedeu o Padre Inácio de Moura, que paroquiou a freguesia de 1893 até 1903. O Padre Inácio demoliu a capela já muito arruinada, iniciou a construção da Matriz, que foi continuada pelo Padre José Medeiros e sòmente concluída pelo Padre Francisco Silvano de Sousa, Vigário de 1909 até 1915. A freguesia foi

Prefeitura Municipal

Vista parcial da Rua Dr. José Augusto

criada definitivamente e independente da de Assaré pela Portaria de 30 de janeiro de 1917 e inaugurada em 4 de fevereiro, tendo como primeiro Vigário nessa nova fase o Padre Manuel Duarte de Queiroz. Desde 1896, pela Lei estadual n.º 287, de 3 de agôsto, o município e a vila passaram a denominar-se Santana do Cariri. No quadro da divisão administrativa do Brasil, relativa a 1911, Santana do Cariri compõe-se apenas do distrito da sede. Ao município de Santana do Cariri pertenceu o distrito de Quixará, que dêle se transferiu para o de Crato pela Lei n.º 2 359, de 26 de julho de 1926. O Decreto estadual n.º 1 156, de 4 de dezembro de 1933, manteve o município, figurando êste na divisão relativa ao ano de 1933 com os distritos da sede, Brejo Grande e Nova Olinda, com os quais permanece nos quadros territoriais datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937 bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 169, de 31 de março de 1938, retificado pelo Decreto estadual n.º 378, de 20 de outubro do mesmo ano. Por fôrça do Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, o município passou a denominar-se Santanópole e a vila recebeu foros de cidade, sendo criado ainda o distrito de Boa Saúde, com território desmembrado do da sede, figurando o município no quadro fixado por êsse Decreto-lei com os seguintes distritos: Santanópole, Boa Saúde, Brejo Grande e Nova Olinda. A vila de Boa Saúde teve o nome alterado para Araporanga em virtude do Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943. A Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, que estabeleceu a divisão territorial do Estado, modificou e deu ao município o antigo nome — Santana do Cariri, figurando no quadro anexo à referida Lei com os distritos da divisão anterior. A Lei n.º 467, de 15 de setembro de 1898, desmembrou o têrmo de Santana do Cariri da comarca de Assaré, e anexou-a à do Crato, sendo o mesmo provido de Juiz togado pela Lei estadual n.º 1 572, de 26 de setembro de 1918. Em razão da Lei estadual n.º 1 735, de 10 de setembro de 1920, o têrmo de Santana do Cariri voltou à jurisdição da comarca de Assaré, mas a de número 2 445, de 30 de outubro de 1926, fê-lo retornar à de Crato. O Decreto n.º 206, de 6 de junho de 1931, transferiu-o, novamente, para a comarca de Assaré, assim permanecendo até 1943, quando, pelo Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro, foi ainda uma vez conduzido à comarca do Crato. Em obediência ao art. 22 da Constituição do Estado (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), a Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948, elevou o têrmo de Santana do Cariri à sede de comarca de primeira entrância. É Prefeito municipal o Sr. Antônio Jeremias Pereira, estando o Legislativo composto de 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Situado na Zona Fisiográfica do Araripe, o município fica no extremo sul do Estado, nos limites com Pernambuco, compreendendo parte da serra do Araripe e parte do sertão. A cidade tem as seguintes coordenadas geográficas: 7º 11' 20" de latitude Sul e 39º 44' 24" de longitude W. Gr. Distância em linra reta da capital do Estado — 402 quilômetros. Está incluído, integralmente, no "Polígono das Sêcas".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O clima do município é saudável e fresco. As temperaturas locais variam de 23 a 28 graus centígrados, registrando-se a média de 25,5 graus.

ALTITUDE — A cidade está localizada no sopé da serra do Araripe, a 480 metros acima do nível do mar.

ÁREA — A área municipal está calculada em 1 082 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A chapada do Araripe abrange tôda a parte sul do município e serve de limite entre Santana do Cariri e Exu; há ainda a serra de São José. Nessas serras cultiva-se principalmente mandioca. Há ocorrência de frutos silvestres, como o pequi, alimento muito procurado durante as sêcas periódicas.

RIQUEZAS NATURAIS — Há, no município, jazidas de gipsita, argila plástica e matas de angico, em exploração.

POPULAÇÃO — Conforme os dados do Recenseamento Geral de 1950, Santana do Cariri (ex-Santanópole) possui a população total de 21 748 habitantes, assim distribuídos: homens — 10 520; mulheres — 11 228; brancos — 2 684; pretos — 1 178; pardos — 17 856 e 30 de côr não declarada. Das 11 333 de 15 anos e mais, 4 110 eram solteiros; 6 524 casados; 1 desquitado; 680 viúvos e 18 sem declaração do estado conjugal. Não existiam estrangeiros no município. Da população recenseada, apenas uma pessoa era espírita e 20 não declararam religião. A densidade demográfica era de 20 habitantes por quilômetro quadrado. A população rural era de 17 932 habitantes (8 788 homens e 9 144 mulheres), 82% sôbre o total da população do município. Santana do Cariri situa-se no 10º lugar em população dentre os 11 municípios da Zona do Cariri.

Aglomerações urbanas — São 4 as aglomerações urbanas do município — cidade de Santana do Cariri, com 1 704 habitantes (762 homens e 942 mulheres); vilas de Araporanga, com 466 (207 homens e 259 mulheres); Brejo Grande, com 566 (266 homens e 300 mulheres), e Nova Olinda, com 1 080 habitantes (497 homens e 583 mulheres), conforme o Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O Recenseamento Geral de 1950 constatou que no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" estavam concentrados 38% da população ativa do município (10 anos e mais).

O município é produtor de cereais, algodão e cana-de-açúcar. Os seus roçados são os mais extensos de tôda a região. Tem grande desenvolvimento a cultura do algodão. Cultivam-se ainda, em menor escala, abacaxi, cana-de-açúcar, arroz, milho, manga, banana, feijão e outros. A safra agrícola de 1955 valeu, aproximadamente, 39 milhões de cruzeiros. Os dados seguintes põem em evidência o volume e o valor dos principais produtos: 174 000 arrôbas de algodão — Cr$ 22 620 000,00; 4 420 000 frutos de abacaxi — Cr$ 4 420 000,00; 15 200 toneladas de cana-de-açúcar — Cr$ 3 040 000,00; 12 000 sacas de 60 kg de arroz — Cr$ 2 160 000,00; 100 000 cachos de banana — .... Cr$ 2 000 000,00; 40 000 centos de manga — .... Cr$ 2 000 000,00; e 20 000 sacas de 60 kg de milho — Cr$ 1 000 000,00. Há, também, pequeno cultivo de limão, laranja, mandioca-brava, fumo, batata-doce e côco-da-baía. Os produtos agrícolas são vendidos nas cidades de Crato e Juàzeiro do Norte.

A atividade pecuária contribui grandemente para o equilíbrio da economia municipal. Os rebanhos são bem numerosos, notadamente o do gado suíno (2 000 cabeças, avaliadas em 12 milhões de cruzeiros), permitindo a exportação para os centros consumidores, principalmente os mercados de Crato e Juàzeiro do Norte. Em 31 de dezembro de 1955, o efetivo da população pecuária era o seguinte: suínos — 20 000; ovinos — 4 000; caprinos — 5 000; bovinos — 9 000; eqüinos — 3 500; asininos — 2 000; e muares — 2 500. O rebanho em aprêço foi estimado em 40 milhões de cruzeiros, aproximadamente.

É bem desenvolvida a indústria extrativa local. Salientam-se a extração de lenha (1,8 milhões de cruzeiros), agave (15 toneladas, no valor de 75 milhares de cruzeiros), extração de gipsita (2,660 toneladas, no valor de 266 milhares de cruzeiros) e de argila plástica, utilizada na fabricação de tijolos e telhas. Há ainda que referir as peles de teiú (1 000 unidades, no valor de 16 milhares de cruzeiros).

Igreja-Matriz de Nossa Senhora de Santana

Os principais ramos industriais são a panificação, fabricação de rapadura e farinha de mandioca e beneficiamento de arroz. A produção de tijolos e telhas é de 600 milheiros, no valor de 180 milhares de cruzeiros. Há produção de energia elétrica destinada a consumo público e particular.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por um campo de pouso construído em caráter provisório, para atender às exigências dos serviços do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, na construção do Açude Latão. Liga-se aos municípios vizinhos e à capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Araripe — rodoviário — 72 km; Assaré — rodoviário — 54 km; Crato — rodoviário — 44 km; Farias Brito — 44 km; Exu, PB — a cavalo — 36 km; e capital do Estado — misto: a) rodoviário — 44 km até Crato; b) ferroviário R.V.C. — 601 km.

As comunicações são realizadas pela Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

COMÉRCIO E BANCOS — Funcionam na sede municipal 34 estabelecimentos varejistas e uma cooperativa de crédito agropecuário que promove a revenda de material agrícola. O comércio local realiza transações com as praças de Crato, Juàzeiro do Norte, no Ceará, Recife, em Pernambuco, e Campina Grande, na Paraíba. O Censo Comercial de 1950 constatou a existência, em todo o município, de 91 estabelecimentos varejistas, os quais realizaram vendas, em 1949, de quase 3 milhões de cruzeiros. Trabalhavam nesses esta-

belecimentos 99 pessoas — 87 na administração e 12 em outras atividades.

ASPECTOS URBANOS — Da área urbana, 50% da cidade são pavimentados a pedras irregulares e outros tipos de pavimentação. A cidade de Santana do Cariri é iluminada a luz elétrica, possuindo 155 ligações domiciliares. Na Prefeitura acham-se registrados 2 automóveis e 15 caminhões. O Serviço de Limpeza Pública e Remoção de Lixo da Prefeitura beneficia 4 logradouros, não se verificando remoção de lixo domiciliário. Recentemente foi instalado o serviço de abastecimento de água.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — No município não há pôsto médico, pelo que os seus habitantes têm necessidade de procurar outras localidades para a cura das doenças. Apenas uma farmácia assiste a população de Santana do Cariri.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — O Círculo Operário presta assistência social aos seus 482 associados. A Congregação de São Vicente de Paulo mantém o Abrigo São Vicente e concede auxílio à pobreza desamparada.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o resultados censitários de 1950, habitavam o município 17 797 pessoas de 5 anos e mais. Dêste total, 3 088 eram alfabetizadas (1 521 homens e 1 567 mulheres). Das 1 410 pessoas da sede municipal, em idade escolar, 618 sabiam ler e escrever, das quais 275 eram homens e 343, mulheres.

Ensino — Funcionam no município 58 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, cuja matrícula inicial foi de 876 alunos no ano de 1956. De 17% era a taxa da matrícula inicial de 1950, no município e de 28% no Estado.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Santana do Cariri possui uma biblioteca — a do Grupo Escolar, fundada pela professôra Ana Feitosa de Oliveira em 1955, com 178 volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	...	286	225	131	250
1951.......	...	389	246	...	353
1952.......	...	352	408	164	114
1953.......	...	414	531	169	529
1954.......	...	547	330	218	519
1955.......	...	874	429	223	518
1956 (1)....	...	—	1 626	301	1 626

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — O município promove um único festejo popular — é a festa da padroeira Senhora Santana. A cerimônia é comemorada com brilhantismo, iniciando-se 9 dias antes do último domingo do mês de julho de cada ano, com cunho tradicional. No 1.º dia há o hasteamento da Bandeira, seguindo-se a novena patrocinada pelas principais famílias da cidade. Estas festividades repercutem nos municípios circunvizinhos, como seja, Crato, Juàzeiro do Norte, Assaré, Araripe, de onde convergem várias pessoas ligadas por vínculos sociais a Santana do Cariri, a fim de tomar parte nessas solenidades, as quais são consideradas entre as maiores do sul do Estado.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A cidade de Santanópole fica situada no sopé da serra do Araripe. Possui duas ruas, uma travessa e uma praça, totalmente calçadas, e uma parcialmente; a pavimentação é feita em pedras irregulares. A cidade é bem iluminada; nota-se-lhe regular progresso. As vilas estão ligadas por estradas à sede municipal e nelas já foram introduzidos alguns melhoramentos. A Prefeitura local dispõe de máquinas apropriadas para o seu serviço de contabilidade, o que é raro nas comunas do interior.

As terras, férteis e produtivas, garantem maiores possibilidades à agricultura, desde que devidamente estimuladas por organizações de fomento. Há, em construção, uma Escola de Iniciação Agrícola, no distrito de Brejo Grande, cujos trabalhos já se encontram bem adiantados, além de uma Associação Rural, em organização, que abriga em seu prédio-sede o Grupo Escolar local. Obra de vulto, de iniciativa do Govêrno Federal, é a construção do Açude de Latão. Em 1954 havia 6 412 eleitores, dos quais 4 110 votaram no pleito de 3 de outubro daquele ano.

SANTA QUITÉRIA — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

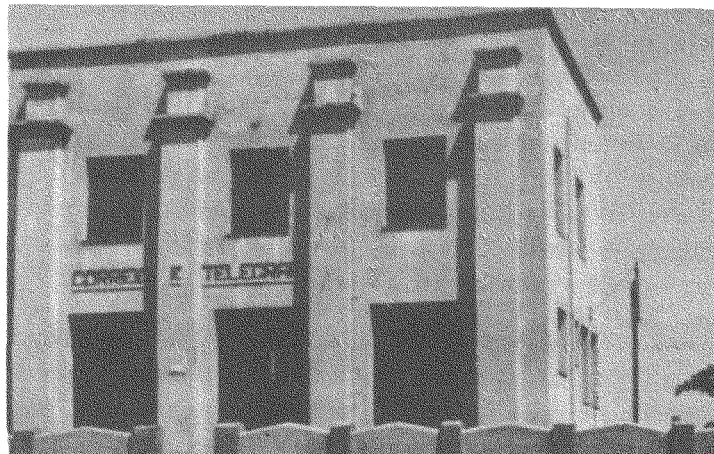
HISTÓRICO — Ignora-se quando se deram ao certo as primeiras penetrações na região em que se localiza atualmente o município de Santa Quitéria. Sabe-se, todavia, que na primeira década do século XVIII o português Miguel Machado Freire, juntamente com seu irmão José Machado Freire, adquiriu seis léguas de terra de comprido no riacho das Groaíras e uma légua de largo para cada lado do dito riacho, com o fim de nela melhor poderem criar seus rebanhos. Em 31 de outubro de 1731, Domingos Machado Freire, irmão dos citados sesmeiros, requereu ao capitão Leonel de Abreu Lima, e dêle obteve duas léguas de terra no riacho das Groaíras e uma no riacho do Batoque. Outras sesmarias foram concedidas, em 1814, pelo Governador Manuel Inácio de Sampaio a Antônio Pinto de Macedo, às margens do rio Jacurutu.

Santa Quitéria — afirma Antônio Bezerra — deve seu começo ao português João Pinto de Mesquita e Sousa, que veio fixar residência e situar-se com fazenda de gados no lugar em que se acha a cidade, e que se chamava Cascavel, nome de um riacho que deságua no Jacurutu. Desejando formar o povoado, o mesmo Pinto fêz doação do terreno encravado na curva que faz o rio, estabelecendo a condição de terem seus filhos direito ao local necessário às respectivas habitações. Para patrimônio da capela, o capitão-mor Antônio Pinto ofereceu as terras, onde se situou a Fazenda Santa Clara. Completando o patrimônio, diversos moradores fizeram doação de gado, sendo o coronel Vicente Alves da Fonseca o que mais contribuiu para a edificação do templo dedicado a Santa Quitéria. A denominação Cascavel perdurou até a construção do templo. Daí, então, tomou o nome da Santa, não sofrendo alteração até nossos dias.

Prefeitura e Cadeia Pública

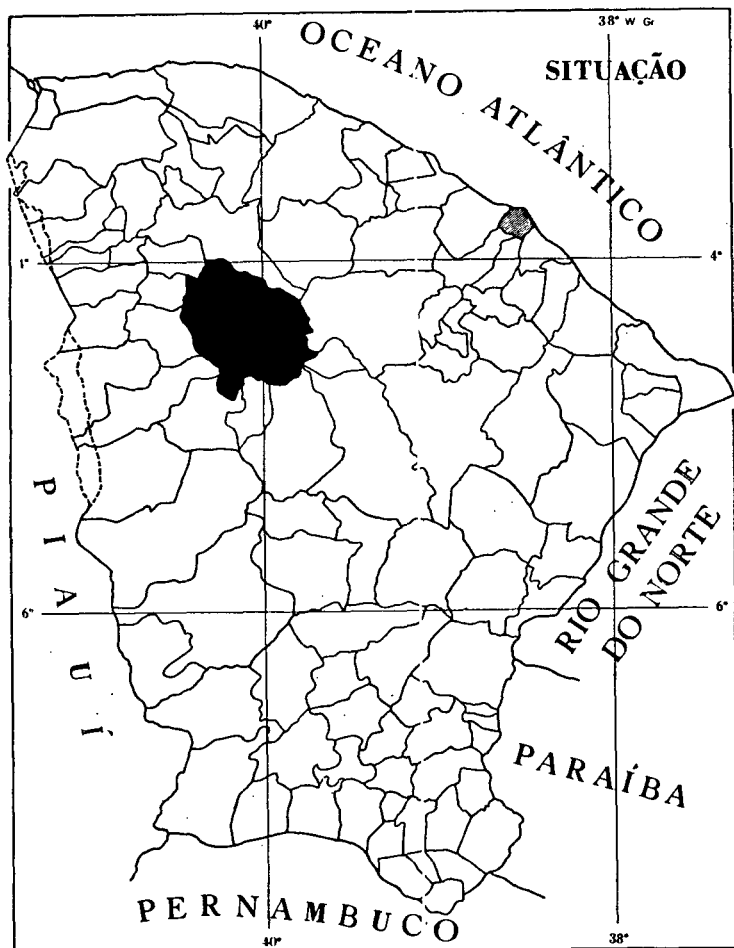
Os moradores da povoação de Santa Quitéria, então pertencente à freguesia da vila de Sobral, requereram, em 1816, por seu procurador Manuel do Vale Pôrto, a ereção da capela em matriz, alegando a distância de 18 a 20 léguas que separava a povoação da vila de Sobral, o que, no tempo das chuvas, tornava-se ainda mais difícil com a travessia dos rios Jacurutu, Groaíras e Acaraú. Sabendo do requerimento, o Vigário da Freguesia de São Gonçalo da Serra dos Côcos, Padre Manuel Pacheco Pimentel, representou que aquêles moradores incluíram na divisão os seus fregueses dos riachos Macaco e Feitosa, roubando assim a preciosa porção do povo que fazia a riqueza e lustre da sua freguesia. A questão durou perto de sete anos, sendo decidida, finalmente, pelo Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, que, em Alvará datado de 22 de março de 1823, erigiu em freguesia colada a capela de Santa Quitéria, desmembrada da de Sobral, compreendendo três ribeiros: Groaíras, Jacurutu e Pires, da citada freguesia, bem assim os ribeiros Macacos e Subeba, pela parte do norte, da de São Gonçalo da Serra dos Côcos, sendo seu primeiro Vigário o Padre Francisco Gomes Parente.

Em 27 de agôsto de 1856, contando com 130 casas, uma praça onde está localizada a igreja Matriz e algumas ruas, a povoação foi elevada à categoria de vila, criando-se o município, com sede no núcleo de Santa Quitéria, com território desmembrado do município de Sobral, pela Lei n.º 782. Sua instalação ocorreu em 5 de outubro de 1857. Nessa data foi empossado, Presidente da Câmara, o capitão Lúcio Pinto de Mesquita. Em 1860 a população do município que tinha os mesmos limites da freguesia era de 9 380 habitantes, sendo 4 680 homens e 4 600 mulheres, entre livres e escravos. Os escravos somavam 980, sendo 470 homens e 510 mulheres. Pelo Ato provincial de 18 de julho de 1882, criou-se, em Santa Quitéria, o distrito Policial.

Avenida Central

Agência dos Correios e Telégrafos

No quadro da divisão administrativa do Brasil, relativa ao ano de 1911, o município de Santa Quitéria compõe-se de um distrito único — o da sede. Em 1933, o número de distritos era bem maior, pois, além, da sede, constavam na divisão administrativa dêsse ano os distritos de Arraial do Vidéu, Cajàzeiras, Entre Rios, Madalena, Santa Cruz, Sinimbu e Trapiá. Pelo Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, a sede municipal recebeu foros de cidade e o município se dividia nos distritos de Santa Quitéria, Cajàzeiras, Catunda (ex-Madalena), Entre Rios e Trapiá, verificando-se que o distrito de Vidéu foi extinto e seu território anexado ao de Catunda. Promovida a alteração toponímica determinada pelo Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943, os distritos de Cajàzeiras e Entre Rios passaram a denominar-se, respectivamente, Matoque e Macaraú. De acôrdo com o quadro da divisão territorial vigente em 1.º de junho de 1955, o município compõe-se dos distritos de Santa Quitéria, Batoque, Catunda, Macaraú e Trapiá. O Poder Executivo municipal é exercido pelo Sr. Edson Lobo de Mesquita, eleito em 3 de outubro de 1954. Constituem o Legislativo municipal 9 vereadores. O têrmo judiciário de Santa Quitéria foi criado pela mesma Lei provincial que criou o município, passando a fazer parte da comarca de Tamboril, instituída por fôrça da Lei n.º 1 551, de 4 de setembro de 1873. Em 1879 a comarca foi transferida para Santa Quitéria, mas 17 anos após a sede retornou a Tamboril, ficando o têrmo de Santa Quitéria sob a jurisdição da comarca de Tamboril. Em 1917 o têrmo judiciário foi provido de Juiz togado e em 1920 o seu território foi acrescido do extinto têrmo de Entre Rios. Em 1924 foi-lhe suprimido a cargo de Juiz letrado. A Lei n.º 2 677, de 2 de agôsto de 1929, restaurou a comarca de Santa Quitéria, sendo mais uma vez suprimida em 1931, ficando o têrmo sob a dependência da comarca de Sobral, passando, pelo Decreto n.º 1 422, de 26 de setembro de 1934, para a comarca de Ipu. A Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948, restaurou a comarca de Santa Quitéria, classificando-a como de primeira entrância.

LOCALIZAÇÃO — Localizado na Zona Fisiográfica do Sertão Centro-Norte, inteiramente abrangido pelo "Polígono das Sêcas", o município ocupa parte dos afamados sertões do Crateús, propícios à criação de gado. A cidade, ba-

nhada pelo rio Jacurutu, numa planície formada no lado ocidental do rio, tem as seguintes coordenadas geográficas: 4º 19' 45" de latitude Sul e 40º 10' 12" de longitude W. Gr. Dista, em linha reta, da capital do Estado, 193 quilômetros. Santa Quitéria limita-se com os municípios de Nova Russas, Ipu, Reriutaba, Cariré, Sobral, Canindé, Boa Viagem, Monsenhor Tabosa e Itatira.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A cidade está situada em terreno de 175 metros de altitude.

CLIMA — Como a maioria dos municípios sertanejos, o clima é salubre e agradável. Ocorrem temperaturas médias da ordem de 25 a 30 graus centígrados, com precipitação pluviométrica anual de 306 milímetros. As chuvas, geralmente, começam a cair em fevereiro, prolongando-se até junho.

ÁREA — O município de Santa Quitéria é o 5.º em extensão territorial do Estado, com 4 841 quilômetros quadrados, sendo o maior da Zona de que faz parte, apenas seguido de Canindé, com 4 470.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Há várias serras que circulam o município, algumas notáveis como as serras das Matas do Machado, Corrente, Feijão, Pagé e Veada. Próximo à cidade encontram-se o serrote dos Picos, elevação que se avista da distância de mais de 100 quilômetros, e a serra das Cobras, onde, além de uns olhos-d'água, há uma importante gruta denominada "Gruta da Serra das Cobras". Citam-se ainda 18 açudes, com capacidade para 14 milhões de metros cúbicos de água. Inúmeros rios e riachos banham o município, sendo de notar, por sua importância, os rios Groaíras, Jacurutu e Macacos.

RIQUEZAS NATURAIS — Há algumas matas de onde se extraem madeiras para construção e lenha.

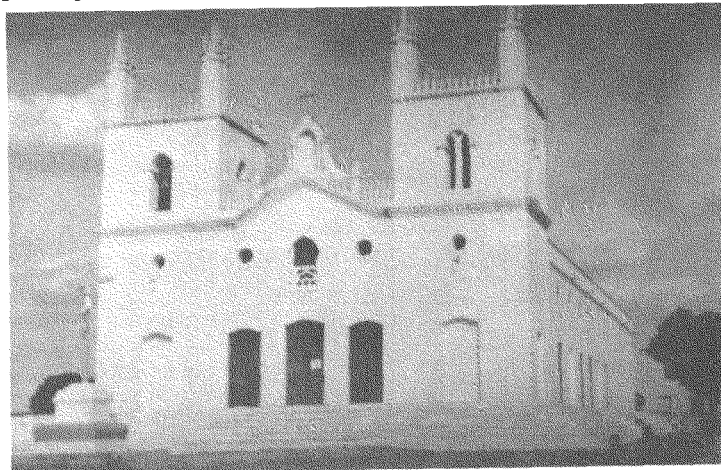
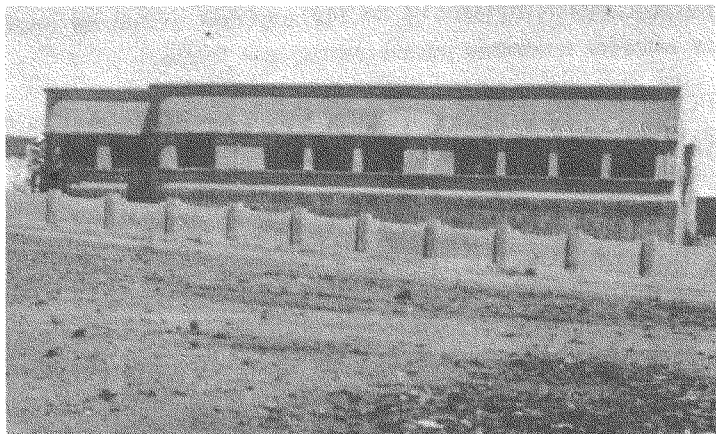
POPULAÇÃO — A população de Santa Quitéria era, à data do último Recenseamento (1.º-VII-1950), de 28 222 pessoas — 14 150 homens e 14 072 mulheres, assim distribuídos, segundo a zona de localização: quadro urbano — 2 344; quadro suburbano — 486; quadro rural — 25 392. Como se vê, o município é preponderantemente rural, com 90% de sua população localizada nessa zona.

A população de Santa Quitéria apresentava ainda as seguintes características: 17 865 pessoas de côr parda; ... 7 718 brancos; 2 581 pretos e 58 sem declaração de côr. Apenas 1 estrangeiro do sexo feminino existia à época do Censo. Segundo o estado civil, das pessoas de 15 anos e mais (7 418 homens e 7 675 mulheres), 6 008 eram solteiras, 8 335 casadas, 2 desquitadas, 715 viúvas e 33 de situação não declarada.

Dos 28 222 habitantes recenseados 28 194 eram católicos apostólicos romanos, 6 protestantes, 2 espíritas e 1 maometano; 6 não tinham religião e 13 não declararam a religião que professavam. Densidade demográfica: 6 habitantes por quilômetro quadrado.

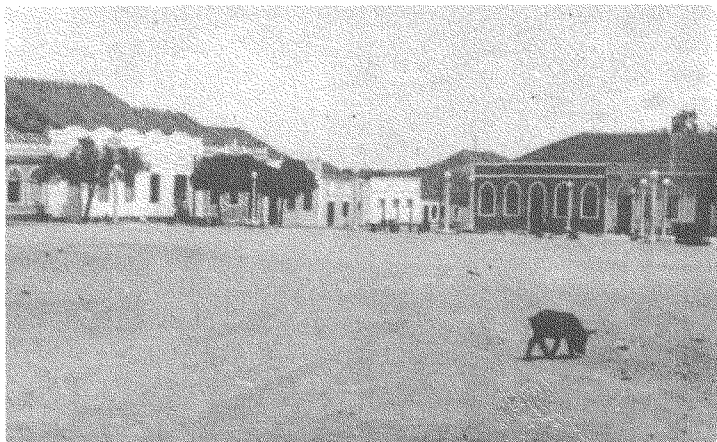
Aglomerações urbanas — Havia no município 6 aglomerações urbanas: a da cidade de Santa Quitéria, com 1 623 habitantes (748 homens e 875 mulheres); a da vila de Macaraú, com 496 (219 homens e 277 mulheres); a da vila de Batoque, com 353 (168 homens e 185 mulheres); a da vila de Catunda, com 251 (125 homens e 126 mulheres); e a da vila de Trapiá, com 107 (51 homens e 56 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" é o que congrega mais vasto contingente de pessoas ativas de Santa Quitéria, numa percentagem de 90 % da população de 10 anos e mais.

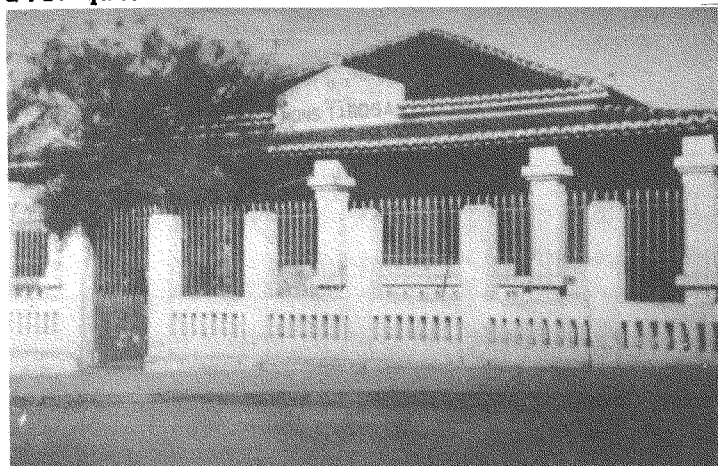
Constitui a pecuária a maior fonte de riqueza do município. Possuindo excelentes pastagens, que possibilitaram a formação de grandes rebanhos, Santa Quitéria tem posição de destaque no Estado nesse setor. Em 1953, foi o primeiro município criador do Estado em número de cabeças de gado bovino (101 700). Em 31 de dezembro de 1955 a população pecuária (no valor de pouco mais de 87 milhões de cruzeiros) era a seguinte: 104 950 bovinos; 668 eqüinos; 5 800 asininos; 3 120 muares; 18 540 suínos; .... 27 450 ovinos; 31 640 caprinos. Como se verá adiante, a produção de origem animal é relativamente pequena, al-

Igreja-Matriz de Santa Quitéria

Grupo Escolar Professôra D. Júlia Catunda

cançando, apenas, 1 443 milhares de cruzeiros. Intenso, porém, é o comércio de gado bovino. Seu principal mercado consumidor é a capital do Estado, e em menor escala os municípios de Sobral, Guaraciaba do Norte, São Benedito e Ipu.

A agricultura é modesta. Em 1955, a produção foi pouco mais de 9 milhões de cruzeiros, assim especificada (valor em Cr$ 1 000): algodão — 4 755; mamona — 1 406; feijão — 1 394; milho — 1 364; outros — 157. Na última parcela, "outros", estão incluídas as produções de arroz, banana, batata-doce, cana-de-açúcar, fumo, mandioca-brava e manga.

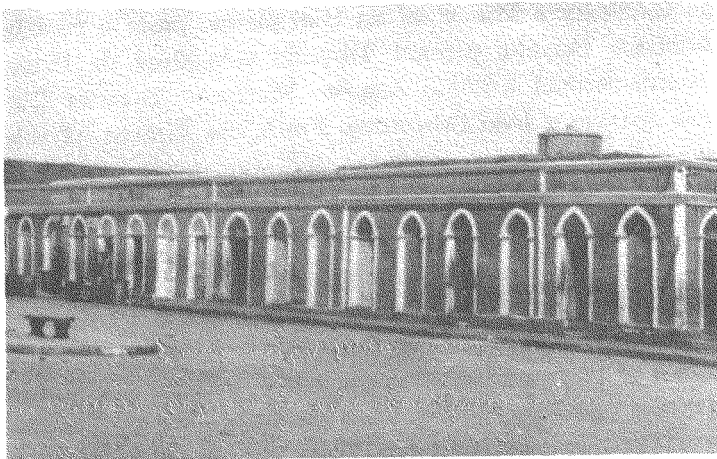
A área total dos 1 284 estabelecimentos recenseados em 1950 — 411 987 — representava 21% da área total dos estabelecimentos agropecuários da Zona do Sertão Centro-Norte. Assim, Santa Quitéria era o município que possuía maior área agropastoril na referida zona. Segundo a utilização das terras, a área estava assim distribuída: 15 869 — lavouras; 201 379 — pastagens; 82 632 — matas; 81 793 — terras incultas; 30 316 — terras improdutivas. As terras destinadas a pastagens representavam 49% da área total dos estabelecimentos recenseados: quanto às destinadas às lavouras, apenas 4%. Predominavam no município os estabelecimentos que exploravam a agropecuária em pequena escala: 755; entre os 275 que se dedicavam à agricultura, 216 exerciam-na, também, em pequena escala; quanto à pecuária, predominavam os que exploravam em grande escala: 158 entre 170 existentes. Êsses mesmos estabelecimentos possuíam as seguintes máquinas e instrumentos agrícolas: 4 arados; uma grade; uma semeadeira; 1 pulverizador e uma ceifadeira.

Praça da Matriz

A produção industrial do município decorre das atividades agropecuárias e está representada pelo beneficiamento do algodão e preparação de couros e peles. Em 1950, eram 4 os estabelecimentos industriais. A produção atingiu 825 milhares de cruzeiros, dos quais 641 de beneficiamento de algodão. Em 1954, foram abatidas 2 962 cabeças de ovinos, 2 354 de caprinos, 272 de bovinos e 172 de suínos. Foram preparadas 3 toneladas de couro sêco de boi, vaca e vitelo, uma e meia toneladas de peles sêcas de caprino, no valor total de 79 milhares de cruzeiros. O município de Santa Quitéria é um dos maiores produtores de óleo de oiticica no Estado. Em 1954, segundo dados do Serviço de Estatística da Produção, o montante foi de 2 515 toneladas, no valor de 3 017 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Santa Quitéria liga-se às cidades vizinhas e às capitais Estadual e Federal por intermédio dos seguintes meios de transporte: Canindé — rodoviário — 150 quilômetros; Ipu — rodoviário — 86 quilômetros; Monsenhor Tabosa — rodoviário — 73 quilômetros; Nova Russas — rodoviário — 84 quilômetros; Tamboril — rodoviário — 72 quilômetros: capital do Estado — rodoviário — 257 quilômetros; capital Federal — via Fortaleza, já descrita. Daí ao DF: 1) marítimo — 2 874 quilômetros; 2) aéreo — 2 624 quilômetros; 3) rodoviário, via Feira de Santana, BA — .... 2 710 quilômetros.

Pôsto de Puericultura Monsenhor Tabosa

As comunicações com outros centros são feitas através da Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

COMÉRCIO — Em 1.º de janeiro de 1950, segundo elementos do Censo Comercial, existiam no município 82 estabelecimentos de comércio varejista, onde trabalhavam 114 pessoas, das quais 31 eram empregadas. O valor das vendas dêsses estabelecimentos foi de pouco mais de 4 milhões de cruzeiros. Santa Quitéria enquadra-se no grupo mais modesto dos 31 municípios (dentre os que possui o Estado), onde as vendas em todo o varejo, atingindo nível inferior a 5 milhões de cruzeiros em cada centro, totalizam, no conjunto, 109 milhões de cruzeiros, apenas, contra o total estadual de 1 189 milhões.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Santa Quitéria é iluminada a luz elétrica, possuindo 134 ligações domiciliárias. É servida por duas pensões de nível médio. O número de veículos registrado na Prefeitura é de 14 cami-

Mercado Público

nhões. O Serviço de Limpeza Pública e Remoção de Lixo, mantido pela Prefeitura, beneficia 14 logradouros com 270 prédios. Em 1954, havia 439 prédios, 14 ruas, das quais 4 pavimentadas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A Assistência médico-sanitária é prestada à população local por 1 médico e pelo Pôsto de Puericultura Monsenhor Tabosa.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — A Sociedade de Assistência Particular presta relevantes serviços sociais à infância abandonada e à população pobre de Santa Quitéria.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, do total de 18 854 pessoas em idade escolar (10 anos e mais), apenas 2 875, ou seja, 15% sabiam ler e escrever no município de Santa Quitéria. A percentagem correspondente para todo o Estado era de 31%. Considerando-se as idades de 5 anos e mais, a taxa de alfabetização eleva-se para 33% (do total de 22 723 pessoas, 7 444 eram alfabetizadas).

Ensino — Conta o município de Santa Quitéria com 74 unidades escolares de ensino fundamental comum, nas quais foram matriculados cêrca de 1 110 alunos no início do ano letivo de 1956. A quota de pessoas em idade escolar matriculada em 1950 atingiu 14% em Santa Quitéria e 28% no Estado do Ceará (% da matrícula geral sôbre pessoas de 7 a 14 anos). Em 1955, o número de professôras do ensino primário fundamental comum ascendia a 63 e o número de matrículas a 1 315 alunos de ambos os sexos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	254	451	...	384
1951	197	290	539	149	539
1952	347	551	624	121	614
1953	314	623	935	111	905
1954	427	320	753	91	793
1955	281	1 086	900	...	858
1956	155	1 994	1 196	145	1 105

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — As principais cerimônias populares são os festejos em honra a Santa Quitéria, São Pedro e Nossa Senhora da Conceição, celebradas com muita pompa pelos habitantes do município, as quais têm cunho tradicional.

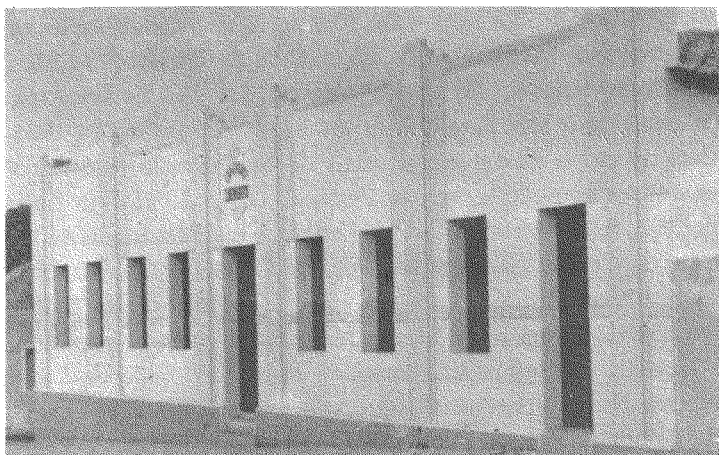
VULTOS ILUSTRES — *Dr. Francisco de Menezes Pimentel,* professor catedrático da Faculdade de Direito do Ceará, deputado federal; foi eleito Governador do Estado, tendo exercido a alta investidura até 11 de novembro de 1937, data do golpe de Estado, a partir da qual dirigiu os destinos cearenses como Interventor Federal. *Dr. João Otávio Lobo.* médico, foi deputado federal, professor da Faculdade de Direito do Ceará. *Senador Joaquim de Oliveira Catunda,* cientista, historiador e grande tribuno; foi professor da Escola Militar do Ceará e do Liceu Cearense; deputado provincial e senador da República. *Senador Tomaz Pompeu de Souza Brasil*; Padre e bacharel em direito; foi o primeiro Diretor do Liceu do Ceará, deputado geral e senador do Império; jornalista, parlamentar, professor, cientista e polígrafo, exerceu a mais notável influência na vida cultural e política do Ceará, prestando-lhe grandes serviços.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Próximo à cidade demora o Açude Caio Prado, público, construído em 1879. A água de Santa Quitéria é considerada uma das melhores águas potáveis do Estado. Conhecida por "casa de oiticica", em virtude de existir nos seus terrenos um pé dessa árvore, há uma casinha de taipa em ruínas, onde nasceu o senador Pompeu. Em 1954, havia 16 000 eleitores inscritos, tendo votado no pleito de 3 de outubro 5 009 pessoas.

SÃO BENEDITO — CE

Mapa Municipal no 5.° Vol.

HISTÓRICO — A penetração no município de São Benedito data do início do século XVII, quando Pero Coêlho, nobre açoriano, residente na Paraíba, obtivera do 8.° Governador-Geral do Brasil — Diogo Botelho — o título de capitão-mor do Ceará, para o fim de tentar a conquista do território da capitania, a êsse tempo completamente abandonado, e por isso mesmo sujeito a sortidas de aventureiros franceses que mantinham comércio com os índios da Ibiapaba. Chegado ao pôrto de Camocim em 19 de janeiro de 1604, continuou a marcha para a serra da Ibiapaba, então ocupada pelos Tabajaras. As tropas de Pero Coêlho foram aí atacadas pelos indígenas, entre os quais havia alguns franceses dirigidos por Adolfo Mambille. Vários encontros se sucederam, resultando a conquista da serra e, em conseqüência, o estabelecimento de paz entre os litigantes. Segundo a tradição, Pero Coêlho chegou com sua tropa até o rio Arabê, tendo nas suas margens erigido o seu arraial. Desistindo de prolongar sua viagem ao Maranhão, como era de seu objetivo, o capitão-mor retrocedeu até a margem do rio Ceará, onde fundou a povoação de Nova Lisboa. Aquêle arraial sòmente começou a florescer nos fins do século XVIII, graças aos esforços do índio Jacó que orientava os Tabajaras no sentido de que suas cabanas fôssem construídas em tôrno daquela em que se venerava São Benedito, a quem o índio Jacó dedicava especial devoção. Em 1841 construiu-se a primeira casa de oração que era assistida pelo Padre Felipe Benício, Vigário em Viçosa.

Pela Lei provincial n.° 527, de 6 de dezembro de 1850, foi criado o distrito de paz de São Benedito da Ibiapaba, subordinado ao município de Viçosa. A povoação foi do-

Ginásio São Benedito

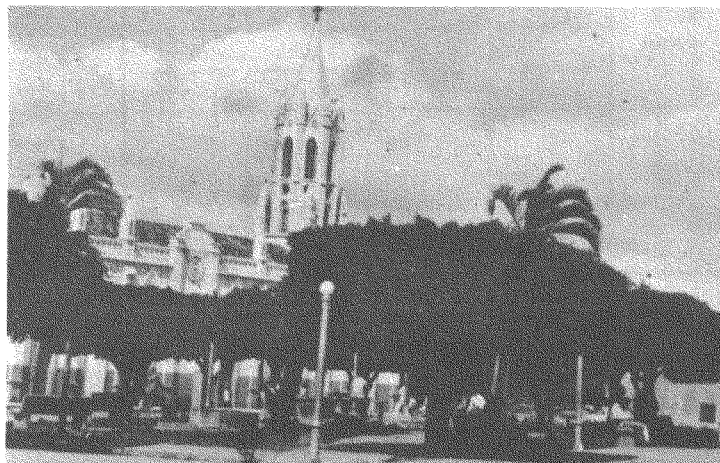
tada em 1854 de sua primeira escola pública para meninos, criada por determinação da Lei n.º 685, de 20 de outubro de 1854. Os serviços religiosos, que já não podiam ser realizados na pequena casa de oração, exigiam fôsse edificado um templo de maiores proporções, cabendo ao Padre João Crisóstomo de Oliveira Freire a construção da atual igreja Matriz em 1859. Em 1872, a Lei provincial n.º 1 470, de 10 de novembro, ergueu o povoado em vila com a denominação de São Benedito, sendo o município inaugurado em 1873, pelo Presidente da Câmara Municipal de Viçosa, major Ignácio José Correia, secretariado por Irineu Marques Viana, por fôrça da Ordem do Presidente da Província, Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, transmitida em Ofício de 8 de outubro do mesmo ano. A Câmara então eleita se compunha dos Senhores Antônio Marques da Assunção, Manuel Vicente de Oliveira Cabral, João Ferreira de Paula, Antônio Alves de Paiva, José Rodrigues Lima, Francisco de Freitas Costa e Henrique Antão de Medeiros, secretariada pelo coronel Tibúrcio Gonçalves de Castro. A nova unidade municipal teve, de início, os seguintes funcionários: tenente Benedito Marques da Costa — Coletor; Francisco Manuel de Oliveira — Escrivão da Coletoria; capitão Antônio Joaquim da Silva Carapeba — Juiz Municipal; capitão Paulo Marques da Assunção — Delegado de Polícia; Vicente Ferreira Souto — Agente do Correio; e Manuel Francisco de Sousa — Tabelião Público.

Fazia-se necessária a criação da freguesia de São Benedito da Ibiapaba, para os fiéis gozarem de melhor assistência nos misteres da religião. Criou-a a Lei provincial n.º 1 600, de 6 de agôsto de 1874, instituindo-a canônicamente a Provisão de 23 de novembro do mesmo ano, tendo como primeiro Vigário o Padre João Rodrigues Alves Mendonça.

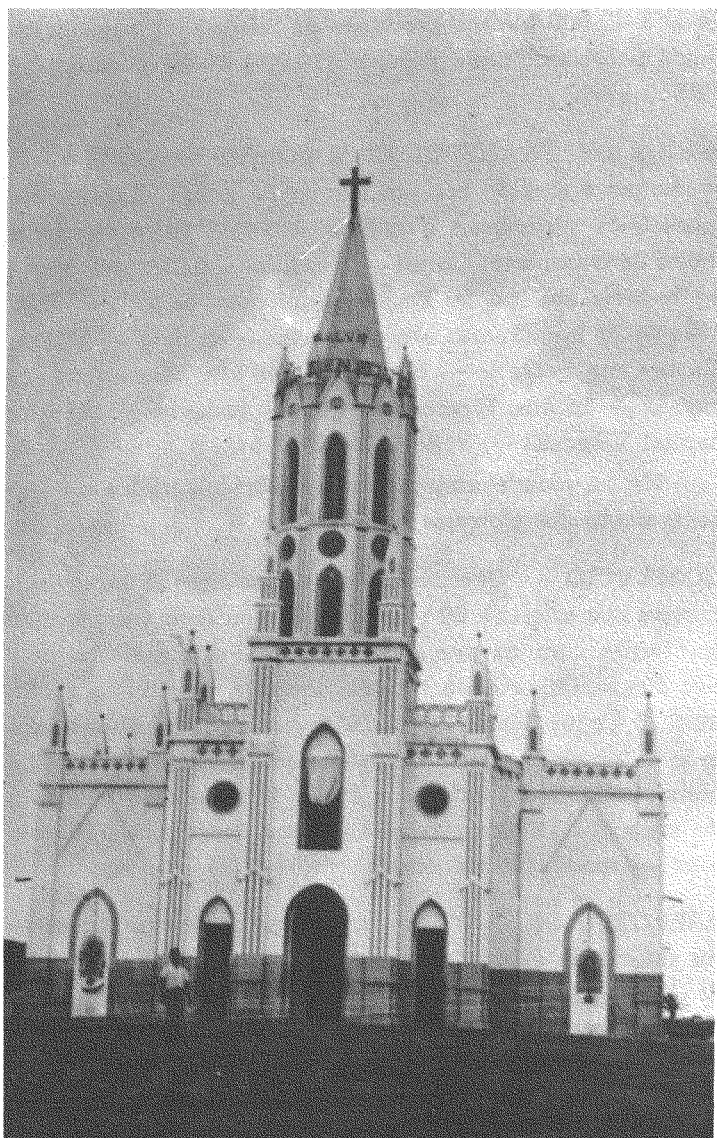
Durante a sêca de 1877, por iniciativa de particulares, construiu-se o antigo mercado.

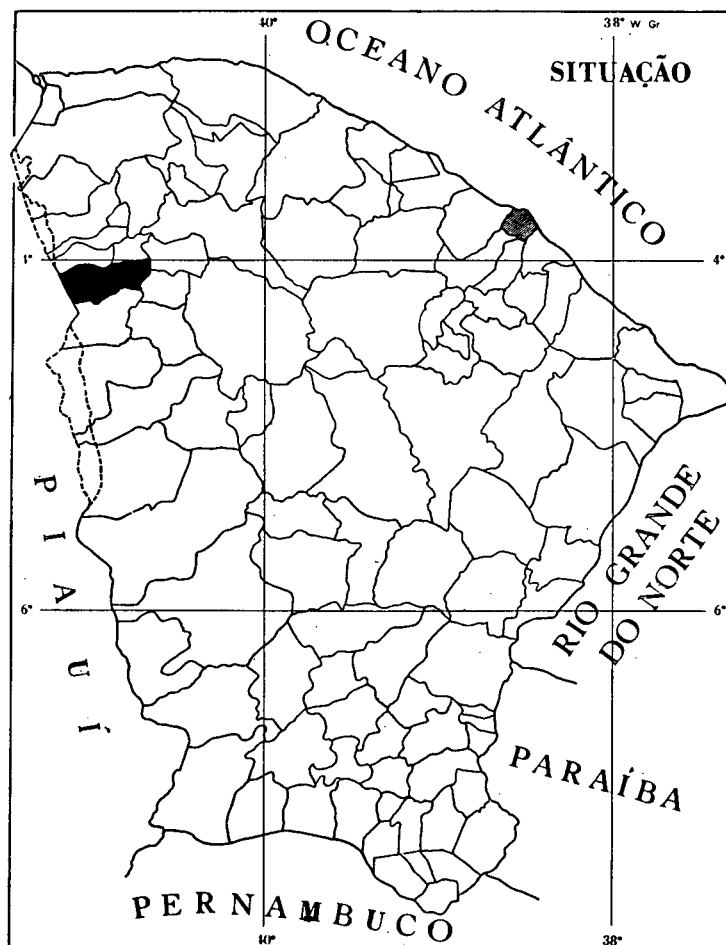
A comarca de São Benedito da Ibiapaba, criada pela Lei provincial n.º 1 814, de 20 de janeiro de 1879, e suprimida pelo Decreto estadual n.º 196, de 5 de junho de 1891, foi entretanto restaurada em 27 de setembro de 1897 (Lei n.º 403), desmembrando-se da de Viçosa e compreendendo os têrmos de São Benedito, Ubajara e Campo Grande. Inaugurada em 24 de fevereiro de 1898, a comarca teve como primeiro Juiz o Dr. Antônio Adolfo Coelho de Arruda, funcionando como Promotor de Justiça o capitão Aristides Barreto. Com o advento do regime republicano foi dissolvida a Câmara, surgindo em seu lugar o Conselho de Intendência Municipal do qual faziam parte o capitão Aristides Barreto, coronel Tibúrcio Gonçalves de Paula, tenente-coronel Antônio Augusto Marrocos, Zacarias Correia Saraiva e João Crisóstomo Freire das Virgens. Todos, sob a presidência do primeiro, tomaram posse em 1.º de fevereiro de 1890.

As comunicações telegráficas foram utilizadas no município a partir de 1902, quando se inaugurou a agência telegráfica. Era telegrafista Francisco Freire Bezerril. Nesse mesmo ano, surgiu "A Lanceta", jornalzinho que primeiro se publicou no município sob a orientação do inteligente e talentoso redator-chefe Leônidas Freire. "O Atheneu", periódico dirigido por Targino Filho apareceu, pela primeira vez, em 18 de novembro de 1907. O gôsto pela imprensa determinaria, mais tarde, a edição de novo jornal de cunho literário, denominado "O Arauto", que obedecia a segura orientação do poeta piauiense Paixão Filho, e que veio a público em 1916. Acontecimento da mais alta importância para a vida municipal foi, sem dúvida, a elevação da vila em cidade, pela Lei estadual n.º 1 850, de 30 de agôsto de 1921, com a denominação de São Benedito da Ibiapaba, no Govêrno do Dr. Justiniano de Serpa, dando-se a inauguração a 25 de novembro do mesmo ano. A cidade já contava com um mercado de ferro, construído em 1919 pelo major Eliazar Gomes da Silva, então Prefeito Municipal. A partir da instalação da cidade, o município experimentou maior progresso, surgindo, em conseqüência, empreendimentos dignos de registro, como a criação do "Correio de São Benedito", em 11 de junho de 1926; a instalação de um colégio sob a direção do educador Dr. Francisco de Lima Botelho, a publicação da "Gazeta Oficial", órgão da municipalidade, em 1928, dirigido por Francisco Coêlho; a inauguração da Caixa Rural de São Benedito da Ibiapaba; o aparecimento, em 1931, do "Correio da Ibiapaba" e do semanário "Libertador"; e a criação do Banco Popular de São Benedito. Em 1932 circulou o primeiro número de um órgão católico, de periodicidade semanal, "A Crença", sob a orientação do Padre Luís Firmino. Ainda nesse ano, foi inaugurada uma Cooperativa Agrícola.

Os Decretos estaduais números 193, de 20 de maio de 1931, e 1 156, de 4 de dezembro de 1933, restabeleceram a antiga denominação do município que, na divisão administrativa referente a êsse último ano, divide-se em quatro distritos: São Benedito, Campo da Cruz, Graça e Pacujá, permanecendo êsses distritos e mais o de Carnaubal nos quadros territoriais datados de 31 de dezembro de 1936

Praça da Matriz

e 1937, bem como no Quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 169, de 31 de março de 1938, retificado pelo de número 378, de 20 de outubro do mesmo ano. Nos quadros fixados pelos Decretos-leis números 448, de 20 de dezembro de 1938, e 1 114, de 30 de dezembro de 1943, o município de São Benedito se compõe dos distritos da sede, Carnaubal, Curunhu, Graça e Pacujá, assim permanecendo, com exceção do distrito de Curunhu, que passou a denominar-se Inhussu, no quadro fixado pela Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951. Recentemente, a Lei n.º 3 692, de 11 de julho de 1957, e a de n.º 3 702, de 22 do mesmo mês, criaram os municípios de Pacujá e Carnaubal, nos quais não foram ainda realizadas as eleições municipais, para a constituição dos podêres dirigentes. É Prefeito Municipal, eleito em 3 de outubro de 1954, o Senhor Vicente Gonçalves de Paula. A Câmara Municipal compõe-se de 9 vereadores.

A comarca de São Benedito foi criada em 1879, pela Lei n.º 1 814, de 27 de janeiro, compreendendo o município de São Pedro de Ibiapaba e o distrito de Graça. Extinta em 1891, foi entretanto restaurada pela Lei n.º 403, de 27 de setembro de 1897, desmembrando-se da de Viçosa e compreendendo os têrmos de Ibiapina e Campo Grande, além do da sede. Nos têrmos da Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948, São Benedito é comarca de terceira entrância.

Igreja Matriz de São Benedito

LOCALIZAÇÃO — Município da Zona Fisiográfica da Ibiapaba, acha-se situado em parte sôbre a serra da Ibiapaba, e, em parte, se estende pelo sertão. Limita-se com os municípios de Ibiapina, ao norte; Cariré e Reriutaba, a leste; Guaraciaba do Norte, ao sul; e a oeste com o Estado do Piauí. A cidade tem as seguintes coordenadas geográficas: 4º 03' de latitude Sul e 40º 53' de longitude Oeste de Greenwich. É a quinta cidade mais ocidental do Estado. Dista, em linha reta, de Fortaleza, 264 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — A cidade está situada numa elevação de 903 metros. É, depois de Guaraciaba do Norte, que se encontra a 930 metros de altura, a cidade de maior altitude do Estado.

CLIMA — De clima ameno, há variações de temperatura que oscilam de 15 a 26 graus centígrados, verificando-se a média compensada de 21 graus. Há ocorrência de chuvas nos meses de janeiro a junho.

ÁREA — A extensão territorial do município era, em 1950, de 1 070 quilômetros quadrados, sendo o quarto na Zona Fisiográfica de que faz parte e o 52.º em relação ao Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A serra da Ibiapaba, onde fica a maior parte do município, é o principal acidente geográfico. Há, ainda, um grupo de pequenas serras conhecidas por serra Alta, Gameleira e Capivara.

POPULAÇÃO — A população total do município, conforme o Recenseamento Geral de 1950, era de 39 185 habitantes, com a seguinte distribuição: homens — 19 242; mulheres — 19 943; brancos — 13 266; pardos — 22 490;

Patronato D. Maria Luíza

pretos — 3 345 e 2 amarelos. Não prestaram declaração de côr 82 indivíduos. Das pessoas de 15 anos e mais, num total de 21 401 (10 198 homens e 11 203 mulheres), 8 119 eram casadas; 12 003 solteiras; 1 214 viúvas e 4 desquitadas, não declarando estado conjugal 61 habitantes. Existiam, apenas, 2 estrangeiros no município. Declararam-se católicos apostólicos romanos 39 023 habitantes; 11 protestantes; 8 espíritas e 69 sem religião. Não fizeram declaração de culto 74 pessoas. A densidade demográfica era de 36,62 habitantes por quilômetro quadrado. Localizavam-se no quadro rural 85,83% da população presente, ou seja, 33 636 habitantes (16 743 homens e 16 893 mulheres).

Aglomerações urbanas — São 5 as aglomerações do município — cidade de São Benedito, com 2 799 habitantes (1 179 homens e 1 620 mulheres), vilas de Carnaubal, com 977 (483 homens e 494 mulheres); Inhuçu, com 595 (264 homens e 331 mulheres); Graça, com 392 (189 homens e 203 mulheres) e Pacujá, com 786 (384 homens e 402 mulheres), conforme registra o Recenseamento Geral de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Por ocasião do Censo de 1950, das pessoas (em idade ativa) do município, 36% se achavam concentradas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

Na agricultura destacam-se as culturas de café, cana-de-açúcar e mandioca. São bem expressivas as culturas de cereais e fumo, além de grande variedade de frutas. O montante da produção agrícola, no ano de 1955 elevou-se a 26 milhões de cruzeiros, aproximadamente. Pela ordem de valor, os principais produtos agrícolas apresentaram a seguinte situação: 25 000 arrôbas de café — .... Cr$ 15 000 000; 2 350 arrôbas de fumo — Cr$ 235 000,00; 8 400 toneladas de mandioca-mansa — Cr$ 4 200 000,00; 18 000 toneladas de cana-de-açúcar — Cr$ 1 800 000,00; 110 mil centos de manga — Cr$ 1 650 000,00; 5 800 sacos de 60 kg de milho — Cr$ 696 000,00; 2 800 sacos de 60 kg de feijão — Cr$ 448 000,00; 50 000 cachos de banana — Cr$ 300 000,00; e ainda abacate, abacaxi, banana, limão, tangerina e tomate. A produção agrícola disponível é exportada para Sobral, Fortaleza e Crateús.

A pecuária não constitui importante atividade, de vez que os rebanhos são pequenos, não permitindo exportação para outros centros consumidores. Em 1955, o efetivo da população pecuária, no valor de 23 milhões de cruzeiros, era o seguinte: 11 314 bovinos; 1 252 eqüinos; 1 309 asininos; 710 muares; 4 493 suínos; 5 840 ovinos e 7 205 caprinos. Conforme se vê, há predominância do gado bovino no município de São Benedito.

Não tem desenvolvimento a indústria extrativa, verificando-se, no reino vegetal, pequena produção de cêra de carnaúba (21 milhares de cruzeiros), caroá (11 milhares de cruzeiros) e tucu (amêndoa), no valor de pouco menos de 3 milhares de cruzeiros.

Os principais ramos de indústria são a fabricação de aguardente, rapadura e farinha de mandioca. Os engenhos do município, em 1955, produziram 25 000 litros de aguardente, no valor de 125 milhares de cruzeiros. No mesmo ano foram produzidos 10 000 sacos de farinha de mandioca, que valeram a quantia de 2 milhões de cruzeiros. Eleva-se a 12 900 kWh a produção de energia elétrica, distribuída para iluminação pública (10 080 kWh) e particular (2 510 kWh).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por um campo de pouso. Liga-se aos municípios vizinhos e à capital estadual pelos seguintes meios de transporte: Cariré — a cavalo — 61 km, ou misto: a) rodovia até Ipu 60 km, e b) ferrovia — 75 km; Ibiapina — 13 km; Guaraciaba do Norte — rodovia — 28 km; Santa Cruz do Norte — a cavalo — 48 km; Mucambo — a cavalo — 36 km; Piracuruca (PI) — rodovia — 115 km; capital Estadual — rodovia — 357 km.

Há na cidade uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

COMÉRCIO — Operam na sede municipal 2 estabelecimentos atacadistas e 60 varejistas. O comércio local realiza transações com as praças de Sobral, Fortaleza, Recife e São Paulo, importando tecidos, chapéus, calçados e perfumes. O Censo Comercial de 1950 verificou a existência, em todo o município, de 186 estabelecimentos varejistas, os quais realizaram vendas, em 1949, de mais de 10 milhões de cruzeiros. Êsses estabelecimentos ocupavam 217 pessoas — sendo 180 na administração e 37 empregados.

ASPECTOS URBANOS — A pavimentação dos logradouros da cidade é feita com pedras irregulares, numa média de 10%. Há iluminação a luz elétrica, com 368 ligações domiciliares. A cidade é servida por uma pensão e 1 hotel, com a diária média de Cr$ 100,00 (alimentação e pousada). Na Prefeitura estão registrados 4 automóveis e 22 caminhões. O Serviço Municipal de Limpeza Pública e Remoção de Lixo beneficia 14 logradouros, com 979 prédios.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada por 2 médicos, 4 farmacêuticos e 1 dentista. Há 4 farmácias e os seguintes serviços: Pôsto de Assistência Social São José, Pôsto de Bouba Dr. Barca Pellon e Pôsto de Tracoma de São Benedito.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — A Associação das Senhoras de Caridade e Associação das Luízas de Marilac prestam assistência à pobreza do município. Também o Círculo Operário de São Benedito assiste os seus 830 associados, proporcionando-lhes auxílios pecuniários e funerários.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 concluiu pela existência de 32 347 pessoas com 5 anos e mais, das quais 4 407, ou seja, 14%, sabiam ler e escrever. Dêsse total, 2 451 eram homens e 1 956, mulheres. Na sede municipal, dos 2 350 habitantes em idade escolar, 821 sabiam ler e escrever, sendo 340 homens e 481 mulheres.

Ensino — Os principais estabelecimentos de ensino são o Ginásio São Benedito, o Ginásio Virgem Poderosa, a Escola Normal Rural e o Grupo Escolar Farias Brito. Conta o município com 94 unidades de ensino primário fundamental comum, onde, no início do ano letivo de 1956, foram matriculados 1 979 alunos de ambos os sexos. A taxa de matrícula inicial de 1950 foi de 18,18% enquanto que a do Estado alcançou 28%.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	416	566	574	167	583
1951	482	861	602	198	463
1952	499	974	668	193	807
1953	492	982	1 032	164	813
1954	416	1 024	868	133	1 040
1955	384	1 241	984	158	881
1956	289	2 053	1 223	219	1 132

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Os festejos populares do município são os Reisados que se realizam durante o mês de janeiro. É uma festividade já em franca decadência, mais apreciada pelas classes proletárias. Quanto às festas religiosas são dignas de menção a do padroeiro São Benedito, promovida a 1.º de janeiro; a de São Sebastião, a 20 de janeiro, e Natal, a 25 de dezembro.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A cidade de São Benedito localiza-se no planalto da serra Grande, numa altitude de 903 metros, com 6 ruas, bem amplas e pavimentadas a pedras irregulares e boas praças. É considerada como a de melhor porte entre as cidades situadas na serrania de Ibiapaba, o que lhe vale a denominação Rainha de Ibiapaba. Contando com 2 ginásios e uma escola Normal Rural, São Benedito atrai levas de estudantes procedentes dos municípios de Ipu, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ubajara, Tianguá, Viçosa do Ceará e Frecheirinha. No sítio Pombal, na sede do município acha-se em funcionamento a Estação de Fruticultura e Pomicultura, com a finalidade de produzir mudas cítricas enxertadas. Em 1954, havia 10 627 eleitores inscritos, dos quais 4 263 votaram no pleito daquele ano.

Vista parcial da feira

VULTOS ILUSTRES — Dr. Raimundo de Farias Brito, professor de Direito e advogado: o maior filósofo do Brasil; foi professor do Colégio Pedro II; faleceu no Rio de Janeiro, deixando obras de grande notoriedade. Dr. Vicente Gonçalves de Araújo, magistrado; Padre Tibúrcio Gonçalves de Paula, que presidiu a Assembléia Constituinte do Estado, eleito, depois, Vice-Presidente do Estado, ocupando, nesta oportunidade, direção suprema do Govêrno, na ausência do então Presidente, Dr. Nogueira Acioli. Álvaro Adolfo da Silveira, jornalista, senador e figura de relêvo da República. Padre Antônio Filizola, coronel Aníbal Barreto, general Dracon Barreto, coronel Adalberto Barreto, os últimos, briosos oficiais do Exército.

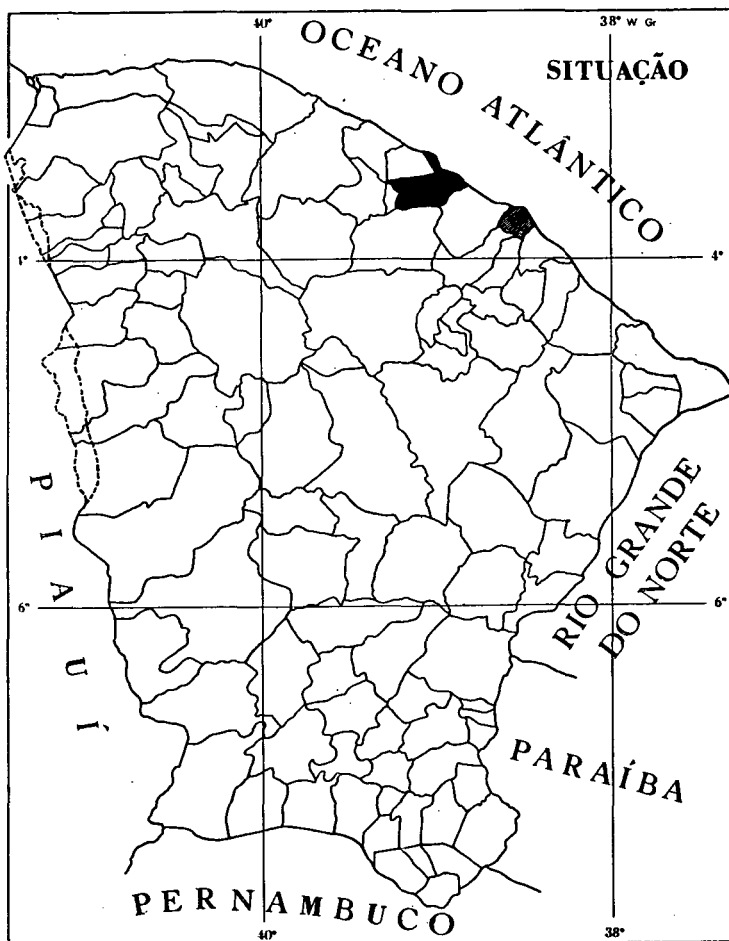
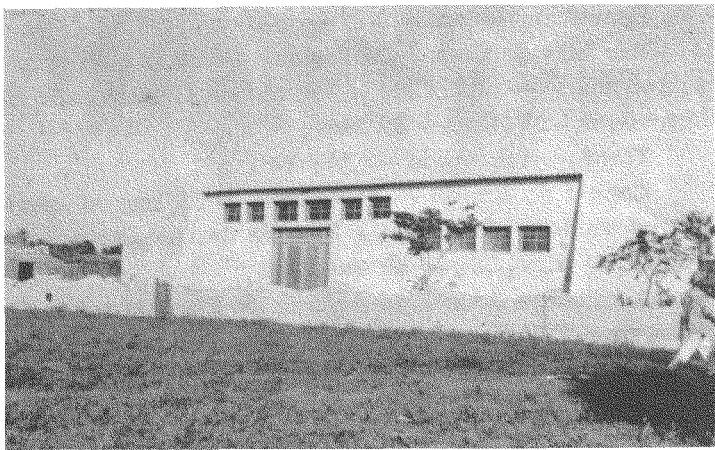
SÃO GONÇALO DO AMARANTE — CE

Mapa Municipal na pág. 79 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Ao tempo das primeiras penetrações no território Cearense, as terras onde hoje se localiza o município eram habitadas por índios de várias nações, principalmente de Anacés, Guanacés, Jaguaruanas, os primeiros, aldeados por Fernão Carrilho em Paramirim e, os últimos, na Uruburetama. As penetrações do homem branco, visando ao povoamento da zona, iniciaram-se quando foram concedidas as primeiras sesmarias a Manuel Barreto da Silva e mais companheiros pelo capitão-mor Bento de Macedo Faria, em 8 de novembro de 1682, entre os rios Pará (atualmente Curu) e Mundaú. Ainda no rio Pará, Jorge Pereira e José Tavares Cabral (1693) e Antônio da Costa Peixoto (1694) requereram e obtiveram terras, os primeiros, por concessão do capitão-mor Thomaz Cabral de Olival, e o último, por Fernão Carrilho. Entre os rios Pará, Siupé e o sítio Peixoto, o Padre João Alves da Rocha, morador na vila de São José do Ribamar, adquiriu três léguas de terra que lhe foram concedidas pelo capitão-mor Gabriel da Silva do Lago, em 8 de março de 1707. Além dessas, ocorreram outras concessões, surgindo dentro em pouco alguns núcleos como o de Paràzinho, Trairi, Siupé e São Gonçalo. Em 1862, o Paràzinho foi transformado em distrito pela Lei n.º 1 020, de 14 de novembro, situação que se manteve por Ato provincial de 6 de julho de 1863. Poucos anos eram decorridos da criação do distrito e já o povoado se transformava em vila, sede de município, com a denominação de Paracuru, pela Lei provincial n.º 1 235, de 27 de novembro de 1868. Pela Lei n.º 1 604, de 14 de

Via de acesso à cidade

agôsto de 1874, o município de Paracuru foi suprimido, transferindo-se a sede para Trairi com a denominação de Nossa Senhora do Livramento. Restaurado, em 1.º de outubro de 1890, pelo Decreto estadual n.º 73, foi instalado em 25 de outubro. No ano seguinte, chegou à povoação de São Gonçalo, que não passava de uma simples fazenda de criar, com modesto arruado de casas de taipa, Manuel Martins de Oliveira, adolescente ainda. Em 1898, ajudado por José Procópio Alcântara, devoto de São Gonçalo, erigiu uma capela dedicada àquele santo, iniciando-se, então, nova fase de vida na localidade. A Senhora Filomena Martins, espôsa de Neco Martins (Manuel Martins de Oliveira), professôra dedicada, cuidou da educação de tôda a gente da terra e, ao lado do espôso, que animou e incentivou o comércio com outras povoações e vilas próximas, muito contribuiu para o desenvolvimento cultural e social de São Gonçalo. As famílias Martins e Alcântara cresceram e se transformaram em grandes proprietárias de fazendas, intensificando-se, por isso mesmo, o povoamento dos lugares próximos ao núcleo de São Gonçalo. A sede do município, entretanto, continuava na vila de Paracuru. Em 17 de agôsto de 1921, esta foi transferida de Paracuru para a povoação de São Gonçalo, então elevada à categoria de vila (Lei estadual n.º 1 841), recebendo o município essa denominação, em obediência à Lei estadual n.º 1 936, de 12 de novembro do mesmo ano. Não durou muito, a vila de São Gonçalo retornou à sua antiga condição, voltando a sede à povoação de Paracuru, que se reergueu em vila, dando igual nome ao município a Lei n.º 2 368, de 30 de julho de 1926. Novamente São Gonçalo passou a sede de município de igual nome, em 15 de setembro de 1928. Assim o determinou a Lei n.º 2 589, que revogou a anterior, restabelecendo o estatuído nas Leis números 1 841 e 1 936, citadas. Na reforma administrativa levada a efeito no quadro territorial do Estado em 1931, no Govêrno do Dr. Manuel do Nascimento Fernandes Távora, a sede do município foi reconduzida para a povoação de Paracuru, assim permanecendo até 1935, quando o Decreto n.º 64, de 7 de agôsto de 1935, mais uma vez fixou a sede do município em São Gonçalo. No quadro anexo ao Decreto-lei n.º 169, de 31 de março de 1938, o município se compõe dos distritos da sede, Mundaú, Paracuru, Passagem do Tigre, Pecém, Serrote, Siupé e Trairi. No mesmo ano, o Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro, anexou a São Gonçalo o distrito de Umarituba, pertencente a Soure (atualmente Caucaia) e simplificou o topônimo Passagem do Tigre para Tigre. A freguesia de São Gonçalo do Amarante foi criada em 22 de julho de 1940, por Ato de D. Manuel da Silva Gomes, Arcebispo metropolitano de Fortaleza, tendo por vigário o Padre Joaquim Alves Ferreira que orientou e dirigiu os destinos da paróquia até 1946. O topônimo São Gonçalo foi mudado para Anacetaba e a vila de Tigre recebeu o designativo de Paraipaba, por fôrça do Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943. Anacetaba significa "aldeia dos Anecés", por terem aí habitado índios dessa tribo. Em 1951, a Lei n.º 1 153, de 22 de novembro, que fixou o quadro territorial para vigorar até 31 de dezembro de 1953, deu ao município a denominação de São Gonçalo do Amarante, e reergueu os distritos de Trairi e Paracuru à situação de municípios. A comarca de São Gonçalo do Amarante foi instituída pela Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948, em obediência ao disposto no art. 22, do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado, que elevou à cabeça de comarca todos os têrmos então existentes. A administração municipal está entregue ao Sr. Maurício Brasileiro Martins, eleito em 3 de outubro de 1954. Compõem a Câmara Municipal 9 vereadores.

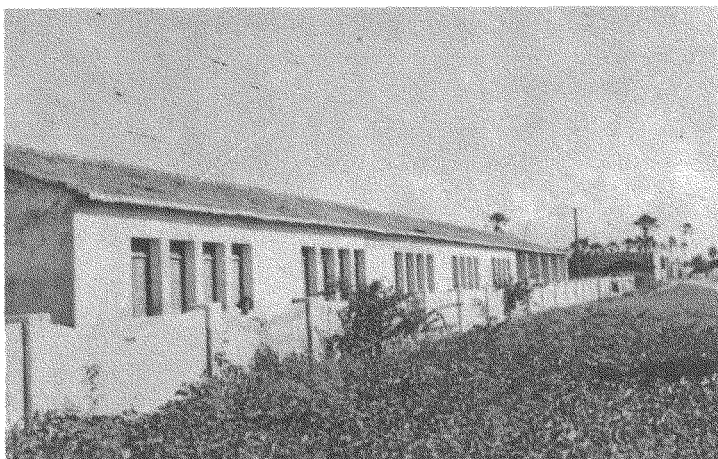
LOCALIZAÇÃO — O município de São Gonçalo do Amarante está localizado na Zona Fisiográfica do Litoral. O território, sem elevações sensíveis, apresenta poucas dunas, que dão às praias uma beleza incomum. Limita-se com os municípios de Trairi, Paracuru, Caucaia, Pentecoste e São Luís do Curu. A cidade que dista, em linha reta, da capital do Estado, 53 quilômetros, tem as seguintes coordenadas geográficas: 3º 36' 24" de latitude Sul e ...... 38º 58' 32" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Pôsto de Saúde Municipal

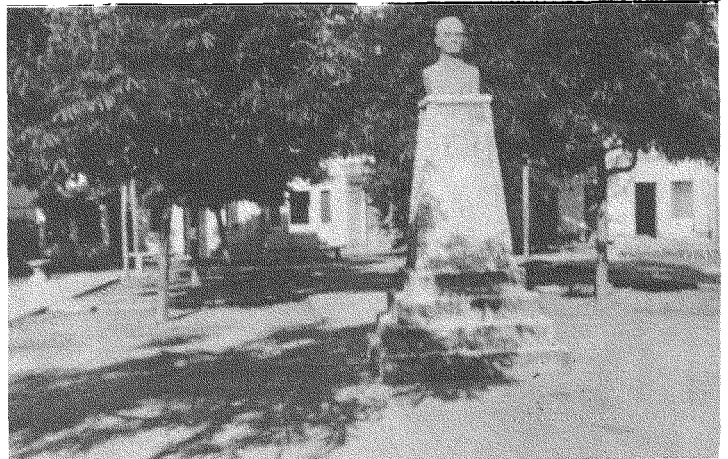
CLIMA — De clima saudável, fresco, algumas vêzes quente, apresenta variações térmicas muito baixas, semelhantes ao clima de Fortaleza, com precipitação anual de 705,3 milímetros.

ALTITUDE — A cidade fica a 60 metros acima do nível do mar, do qual dista mais de 10 quilômetros.

ÁREA — Antes dos desmembramentos ocorridos em 1951, a área do município era de 2 217 quilômetros quadrados, sendo o 25.º em relação às demais comunas cearenses.

RIQUEZAS NATURAIS — Há, em exploração no município, vários carnaubais nativos que constituem uma das maiores fontes de renda do município, além de matas de onde se extrai lenha.

POPULAÇÃO — A população, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 51 399 habitantes e apresentava a seguinte composição: homens — 25 980; mulheres — .... 25 419; brancos — 10 521; pardos — 34 711; pretos — 6 121 e 46 sem declaração de côr. Das 27 095 pessoas (13 595 homens e 13 500 mulheres) de 15 anos e mais, 11 199 eram solteiras; 14 548 casadas; 1 336 viúvas; 4 desquitadas e 8 sem declaração de estado conjugal. Havia 3 estrangeiros e um brasileiro naturalizado. Quanto à religião, 50 449 eram católicos apostólicos romanos; 669 protestantes; 60 espíritas, 8 de outras religiões e 113 sem religião e de religião não declarada. A densidade demográfica era de 23,18 habitantes por quilômetro quadrado. Localizavam-se na zona rural 88,59% da população, ou seja, 45 537 habitantes (23 142 homens e 22 395 mulheres). O município ocupava o 7.º lugar em população dentre os demais do interior do Estado.

Grupo Escolar Dr. Valdemar de Alcântara

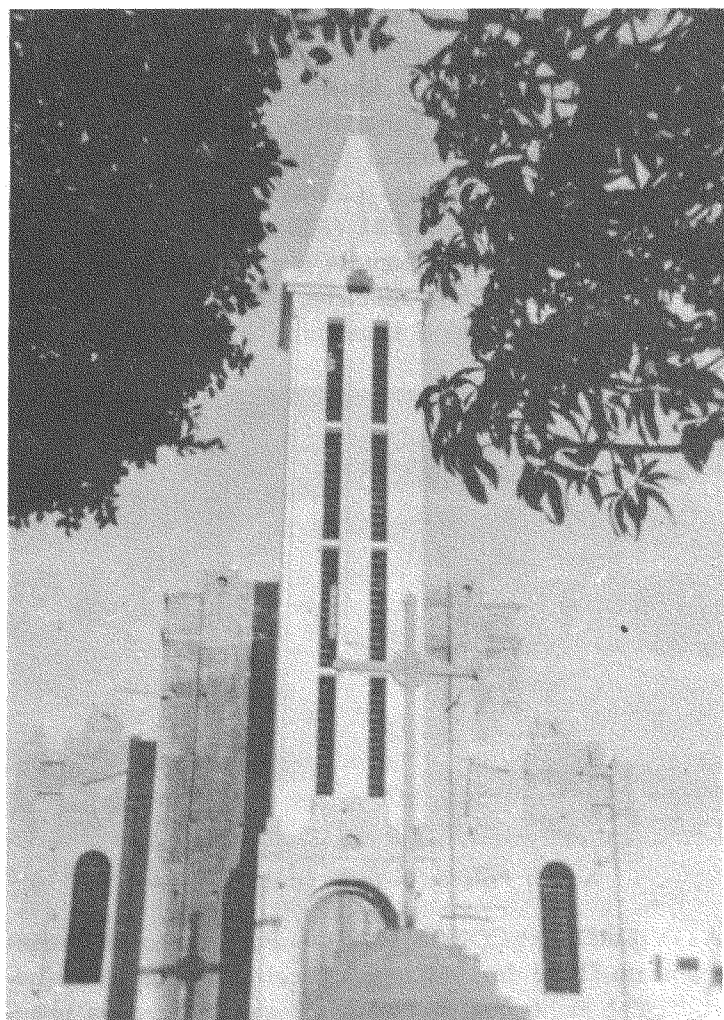
Aglomerações urbanas — Conforme o Censo Demográfico de 1950, havia no município as seguintes aglomerações: cidade de São Gonçalo do Amarante, com 869 habitantes (400 homens e 469 mulheres); vilas de Mundaú, com 1 198 (557 homens e 621 mulheres); Paracuru, 1 007 habitantes (500 homens e 507 mulheres); Paraipaba, 386 (206 homens e 180 mulheres); Pecém, 681 (330 homens e 351 mulheres); Serrote, 518 (261 homens e 257 mulheres); Siupé, 263 (115 homens e 148 mulheres); Trairi, 668 (321 homens e 347 mulheres) e Umarituba, 272 (128 homens e 144 mulheres).

Avenida Professor Domingos Brasileiro Alcântara

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, era "agricultura, pecuária e silvicultura" o ramo que concentrava maior número da população ativa do município (10 anos e mais), numa percentagem de 40% dos habitantes locais. A agricultura não tem significação econômica, tendo valido seu produto, em 1955, pouco mais de 3 milhões de cruzeiros. Há pequeno cultivo de côco-da-baía, algodão, cana-de-açúcar, feijão, arroz, banana e batata-doce. A safra de 1955 apresentou o seguinte resultado:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Côco-da-baía	Cento	3 000	900 000
Algodão	Arrôba	6 500	650 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	3 500	455 000
Mandioca-brava	»	1 380	540 000
Feijão	Saca de 60 kg	1 500	252 000
Mamona	kg	50 000	150 000
Milho	Saca de 60 kg	1 400	140 000
Arroz	» » » »	700	140 000
Manga	Cento	1 800	72 000
Banana	Cacho	3 800	68 400
Batata-doce	Tonelada	36	32 400

Fortaleza é o principal mercado comprador dos produtos agrícolas locais.

O município não é grande criador. O pequeno rebanho, suficiente para abastecer a população local no fornecimento de leite e carne, não comporta exportação. O efetivo pecuário era o seguinte, em 31 de setembro de 1955 (valor de 12 milhões de cruzeiros): 3 600 bovinos, 1 200 eqüinos, 1 300 asininos, 320 muares, 2 500 suínos, 1 200 ovinos e 1 700 caprinos.

É bastante desenvolvida a indústria extrativa. Salienta-se, no reino vegetal, a produção de cêra e palha de carnaúba (8,7 milhões de cruzeiros), madeira para lenha (3 milhões de cruzeiros aproximadamente), e semente de oiticica (36 milhares de cruzeiros). Há, ainda, a extração

Igreja-Matriz

da argila plástica, empregada na fabricação de tijolos e telhas.

Constitui importante atividade a pesca, que é praticada em larga escala por pescadores organizados em Colônia. No distrito de Pecém acha-se localizada a Colônia Z-16, funcionando com pleno rendimento. A produção do pescado eleva-se a 300 toneladas, avaliadas em 4,5 milhões de cruzeiros.

É de 10 425 kWh a produção de energia elétrica no município, assim discriminados: 5 625 kWh para a iluminação pública e 4 800 para a particular.

Os principais ramos industriais são a fabricação de rapadura, aguardente, fabricação de tijolos e telhas, não havendo firmas importantes. Os engenhos do município, em 1955, produziram 15 000 litros de aguardente, no valor de 98 milhares de cruzeiros, e as olarias, em 1956, fabricaram 340 milheiros de tijolos e telhas, estimados em 91 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pela Estrada de Ferro de Sobral (Ramal de Itapipoca), pertencente à R.V.C., localizando-se a Estação na vila de Umarituba, 7 quilômetros distante da cidade. Liga-se aos municípios vizinhos e à Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte:

Caucaia — rodoviário — 45 km, ou misto: a) rodoviário — 7 km até a Estação de Umarituba; b) ferroviário R.V.C. — 38 km.

Paracuru — rodoviário, via Croatá — 56 km, ou carroçável, via Paraipaba — 38 km.

Pentecoste — rodoviário — 53 km.

São Luís do Curu — rodoviário — 36 km, ou misto: a) rodoviário — 7 km até a Estação de Umarituba, e b) ferroviário R.V.C. — 29 km.

Trairi — rodoviário — 103 km.

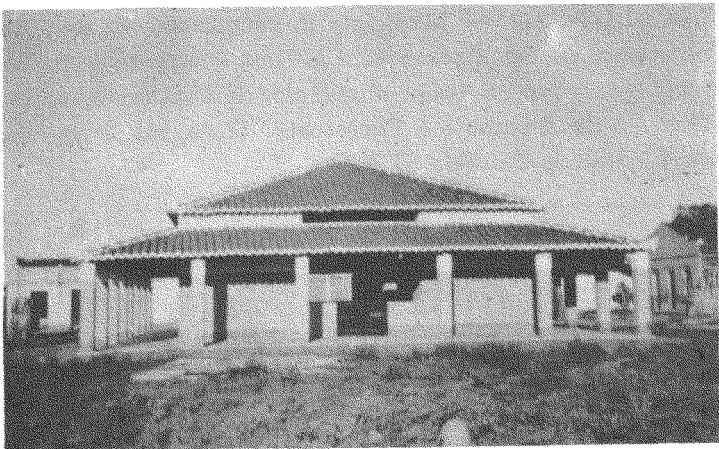
Capital do Estado — rodoviário — 55 km, ou misto: a) rodoviário — 7 km até a Estação de Umarituba, e b) ferroviário R.V.C. — 58 km.

A cidade é dotada de Agência do Departamento dos Correios e Telégrafos e serviço telefônico interdistrital.

COMÉRCIO — Estão em atividade na sede municipal 1 estabelecimento atacadista e 15 varejistas. O comércio local realiza transações com a praça de Fortaleza. Os principais artigos importados são tecidos, açúcar, querosene, café e manteiga. São Gonçalo do Amarante exporta cêra de carnaúba para o município da capital. O Censo Comercial de 1950 arrolou 130 estabelecimentos varejistas, em todo o município, com um movimento de vendas, em 1949, de quase 5 milhões de cruzeiros. Nesses estabelecimentos trabalhavam 180 pessoas, das quais 129 eram empregadas.

ASPECTOS URBANOS — As ruas da cidade não possuem qualquer tipo de pavimentação. A sede municipal é iluminada a luz elétrica, havendo 60 ligações particulares. A única pensão existente cobra Cr$ 60,00 a diária, com direito a alimentação e pousada.

Os veículos registrados na Prefeitura são 2 jipes e 8 caminhões. O Serviço de Limpeza Pública da Prefeitura beneficia 12 logradouros, não se verificando remoção de lixo domiciliário.

Avenida Capitão Procópio Alcântara

Mercado de Cereais

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada pelo Pôsto de Saúde São Gonçalo do Amarante, mantido pelo Govêrno Estadual, e por uma farmácia. A associação de São Vicente de Paulo concede benefícios à pobreza desamparada.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 verificou a existência de 42 062 pessoas de 5 anos e mais em todo o município. Destas, 10 631 sabiam ler e escrever (5 008 homens e 5 623 mulheres), representando 25% sôbre o total de pessoas em idade escolar. Na sede municipal, das 725 pessoas de 5 anos e mais, 408 eram alfabetizadas (195 homens e 213 mulheres).

Ensino — Conta o município com 43 unidades de ensino primário fundamental comum, nas quais estavam matriculadas, no início do ano letivo de 1956, cêrca de 1 062 crianças de ambos os sexos. Há dois estabelecimentos de ensino extraprimário — a Escola Normal Rural e o Curso de Iniciação Profissional. Em 1950, a taxa de alunos matriculados atingiu 21% no município e 28% com relação ao Estado.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	302	218	460	89	556
1951	363	307	501	123	506
1952	399	484	595	118	615
1953	339	646	916	127	920
1954	430	527	796	127	794
1955	377	741	742	72	581
1956	478	1 111	693	122	693

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — A população de São Gonçalo do Amarante movimenta-se durante os festejos realizados em honra ao padroeiro local, São Gonçalo, constantes de novenas, quermesses, leilões e outras atrações, os quais decorrem animadíssimos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A capela da vila de Siupé, considerada um templo histórico, foi erigida em data anterior a 1741. A vila de Mandaú, à foz do rio do mesmo nome, é uma pitoresca praia. Há, também, a praia do Pecém, de onde procede grande parte do peixe consumido em Fortaleza. No pleito de 1954, estavam inscritos 6 639 eleitores, dos quais votaram naquele ano 3 330. A cidade é dotada de bom mercado e de duas praças, numa das quais se encontra a herma do brilhante prof. Domingos Brasileiro de Alcântara.

VULTOS ILUSTRES — Domingos Brasileiro de Alcântara, estimado e conhecido professor de ciências; Dr. Valdemar de Alcântara e Silva, médico, deputado estadual, ex-deputado federal e atual Diretor da Faculdade de Medicina do Ceará; Padre Antônio da Silveira Paixão, grande orador sacro e virtuoso sacerdote; Dr. Valdemar Barroso de Sousa, magistrado.

SÃO LUÍS DO CURU — CE

Mapa Municipal na pág. 81 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Na margem direita do rio Curu, que nasce na Serra do Machado, havia em 1905 um lugar denominado Barracão composto de duas casas apenas: uma destinada ao rancho dos comboieiros e outra que abrigava um pôsto telefônico do Telégrafo Nacional.

Há notícia de que os primeiros exploradores e povoadores do lugar onde está hoje edificada a cidade foram Prudêncio Bezerra de Menezes, João Nunes da Silva, Firmino Ribeiro, José Ignácio Nogueira, José da Silva Alves e Pedro Cipriano Barroso.

Vendo José da Silva Alves que a população do povoado crescia animadoramente com a chegada de novos moradores atraídos pela fertilidade das terras ribeirinhas, teve a idéia de construir uma capelinha, em 1918, sob a invocação de São Luís de Gonzaga, a fim de que todos mais fàcilmente se reunissem na prática da religião. Com efeito, o templo estava concluído em 1920, ocorrendo sua bênção no dia 16 de outubro, sendo oficiante o padre Aureliano Matos, atualmente bispo da diocese de Limoeiro do Norte.

Ainda no início de 1918, criou-se na povoação a primeira escola pública regida pela professôra diplomada Eliza Xavier. No dia 18 de dezembro do mesmo ano, a povoação era alçada à condição de distrito, conforme ato estadual da mesma data.

Pelo Decreto estadual n.º 193, de 20 de maio de 1931, que modificou a Divisão Administrativa do Estado, então vigente, o Distrito de São Luís do Curu foi desanexado do município de Arraial (antigo São João de Uruburetama)

Prefeitura Municipal

e incorporado ao de Paracuru. Dois anos depois, o Decreto estadual n.º 1 156, de 4 de dezembro de 1933, refere-se ao distrito de São Luís do Curu, como pertencente ao município de Arraial, assim figurando nas divisões administrativas referentes aos anos de 1936 e 1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei n.º 169, de 31 de março de 1938, retificado pelo Decreto estadual n.º 378, de 20 de outubro do mesmo ano.

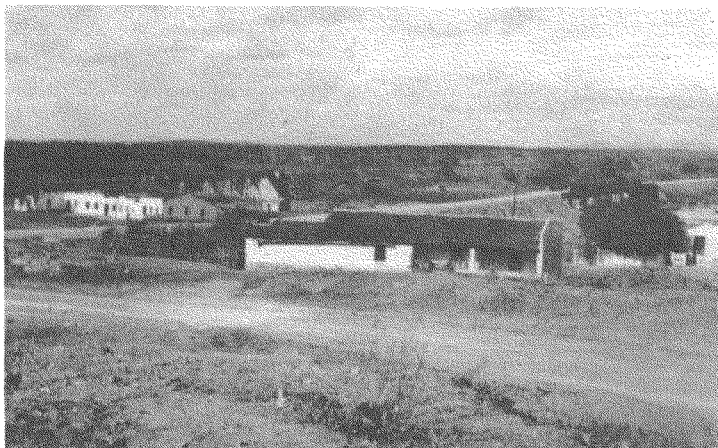
Em virtude do Decreto n. 169, citado, a povoação recebeu foros de vila.

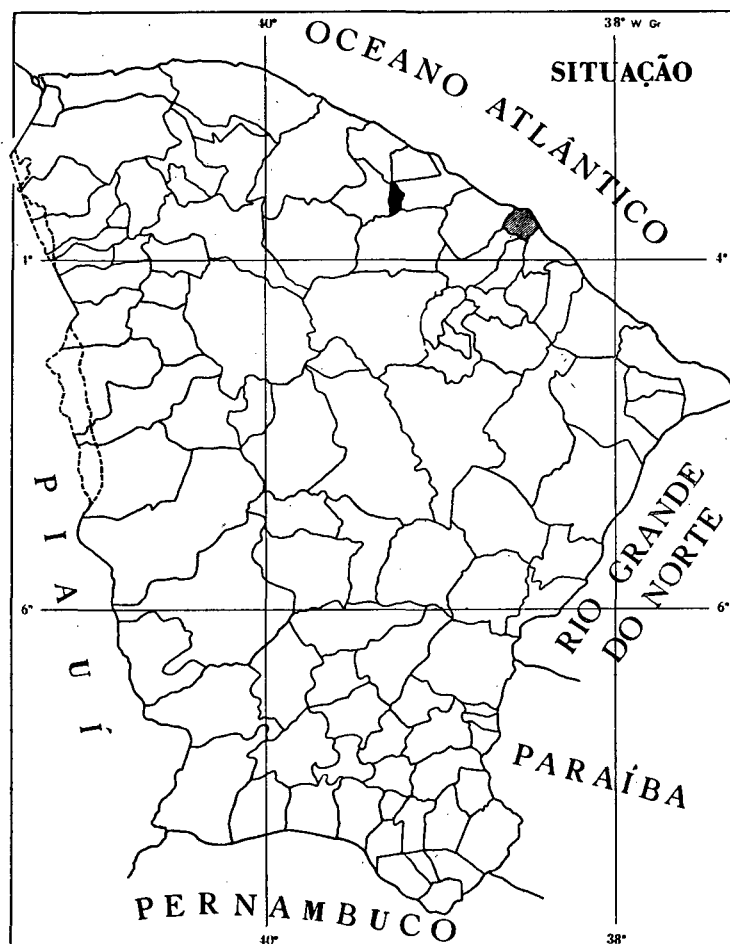
Ainda no mesmo ano sobreveio a reforma administrativa regulamentada pelo Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro, que fixou o quadro territorial para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, tendo o distrito e a vila o antigo topônimo simplificado para Curu.

Nos têrmos do Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943, que fixou o quadro territorial para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, o distrito de Curu permaneceu sem alteração no município de Uruburetama (ex-Arraial), até que a Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951 o elevou à categoria de município, e a vila, à condição de cidade. Em face da mesma lei, o município passou a chamar-se São Luís do Curu — designativo adquirido do padroeiro da cidade — São Luís de Gonzaga — e do rio Curu que quer dizer "lagarto", sáurio encontradiço no Nordeste brasileiro e conhecido por teú, tiú, teju e tejo. Curu quer dizer, ainda, "manto feito de urtiga grande com que se enrolam os índios coroados do Paranã".

No lugar da antiga capela, construiu-se em 1941 o templo onde mais tarde, isto é, em 2 de janeiro de 1952, seria instalada a paróquia de São Luís de Gonzaga, sendo designado Vigário o padre Mauro Gurgel Braga Herbster, posteriormente substituído pelo padre Sinval, Vigário de Pentecoste.

Realizadas as eleições municipais de 3 de outubro de 1954, foram eleitos Francisco Azevedo — Prefeito Municipal — e vereadores Antônio Ribeiro da Silva, Júlio Cipriano Barroso, Francisco Chagas, Leovigildo Brasil Barroso, Francisco Rufino Barroso, Manuel Nunes Chaves e Jaime de Castro Moura, os quais tomaram posse em 25 de março de 1915, data em que se instalou solenemente o município.

O têrmo de São Luís do Curu erigiu-se em sede de comarca de primeira entrância por determinação da Lei n.º 3 508, de 20 de dezembro de 1956. Está provida de Juiz de Direito, Promotor de Justiça e adjunto.

Ponte sôbre o rio Curu

LOCALIZAÇÃO — Município desmembrado do de Uruburetama, pertence como êste à Zona Fisiográfica do Litoral, e tem por limites os municípios de Uruburetama, São Gonçalo do Amarante e Pentecoste. Dista, em linha reta, da Capital do Estado: 81 km.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Atinge 35 metros na sede municipal.

CLIMA — Muito quente durante o dia, torna-se ameno à noite, influenciado pelas brisas marinhas. O período hibernal que vai de janeiro a junho se caracteriza pela queda de chuvas torrenciais, sem regularidade, havendo épocas de estio prolongado.

ÁREA — Mede 134 km². Ocupa o 100.º lugar em relação à área dos demais municípios cearenses.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O rio Curu é o principal acidente geográfico do município. Corta-o no sentido sul-norte, banhando a cidade pela margem direita.

RIQUEZAS NATURAIS — Há no município carnaubais nativos e oiticicais. Pequenas matas proporcionam extração de lenha. Existem ainda jazidas de barro (para o fabrico de telhas e tijolos) e de pedras calcárias.

POPULAÇÃO — Município formado pelo distrito de São Luís do Curu, pertencente a Uruburetama, tinha, na época do Recenseamento Geral de 1950, a população total de 5 523 habitantes, sendo 2 714 homens e 2 809 mulheres. A população do quadro rural que era de 3 708 habitantes, correspondia a 67% das pessoas presentes, média aliás inferior à do Estado, que atingia 71,81%. Verifica-se na zona rural o mesmo equilíbrio constatado com relação à popula-

Agência dos Correios e Telégrafos

ção total, no tocante ao sexo, pois havia 1 848 homens contra 1 860 mulheres, o que ocorre com freqüência em quase todos os municípios do interior cearense.

A população do município de São Luís do Curu, segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística, para 1.º de julho de 1957, é calculada em 6 985 pessoas, registrando-se, em relação ao Censo de 1950, um acréscimo de 1 452 pessoas, ou seja, 26,47%, percentagem superior à do Estado: 18,54%.

Aglomerações urbanas — Conta o município com apenas uma aglomeração urbana, que é a cidade de São Luís do Curu, com a população de 1 815 habitantes — 866 homens e 949 mulheres. Na zona urbana localizam-se 765 pessoas — 353 homens e 412 mulheres — enquanto que na suburbana residem 1 059 sendo 513 homens e 537 mulheres, segundo elementos do Recenseamento Geral de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As principais fontes de riquezas do município são as decorrentes das atividades agrícolas e pastoris, na dependência das quais vive quase tôda a população local.

Na agricultura salienta-se a seguinte produção: 37 000 arrôbas de algodão (Cr$ 4 450 000,00); 2 200 toneladas de mandioca-brava (Cr$ 1 320 000,00); 5 000 sacos de 60 quilogramas de feijão (Cr$ 750 000,00). Cultivam-se em menor escala milho, banana e batata-doce.

O valor total da safra agrícola de 1955 foi da ordem de pouco menos de Cr$ 7 000 000,00.

Os produtos agrícolas locais encontram mercado na praça de Fortaleza, que é o principal comprador do município.

A atividade pecuária ocupa o segundo lugar na ordem de importância econômica municipal, embora não se verifique exportação de gados para outros centos de consumo.

Segundo publicação do Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, em 31 de dezembro de 1955, existia o seguinte efetivo de população pecuária: 12 100 cabeças avaliadas em Cr$ 4 870 000,00, assim discriminadas: 2 000 bovinos (Cr$ 2 400 000,00); 400 eqüinos (Cr$ 360 000,00); 900 asininos (Cr$ 600 000,00); 300 muares (Cr$ 600 000,00); 3 500 suínos (Cr$ 350 000,00); 3 000 ovinos (Cr$ 360 000,00); e 2 000 caprinos ...... (Cr$ 200 000,00).

No que se refere à produção extrativa, têm regular desenvolvimento os produtos de origem vegetal, notadamente a cêra de carnaúba, com a produção de, aproximadamente, 672 milhares de cruzeiros, a lenha, com 4 000 toneladas, no valor de 520 milhares de cruzeiros, a semente de oiticica, com 11 350 quilogramas, avaliados em quase 23 milhares de cruzeiros, e no reino mineral há em exploração a argila (barro), para a fabricação de tijolos e telhas e a pedra calcária, no valor total de 42,5 milhares de cruzeiros. Do reino animal existe sòmente peles de teiú, calculadas em 2 000 unidades, valendo cêrca de oitenta milhares de cruzeiros.

Por ocasião da Campanha do Registro Industrial de 1956, havia em todo o município 3 estabelecimentos fabris ocupando mais de cinco empregados, e três com menos de cinco. Dêstes, dois se dedicavam à indústria de beneficiamento de algodão, um à fabricação de calçados, dois à fabricação de pão de trigo e um à produção de energia elétrica para consumo público e particular.

As principais emprêsas industriais de São Luís do Curu são as seguintes: Usina São José, de José Arimateia & Cia., de beneficiamento de algodão; Usina São Raimundo, de José Peregrino Frota & Cia., de beneficiamento de algodão; Padaria São Luís, de Josino Inácio Nogueira, de fabricação de pão de trigo.

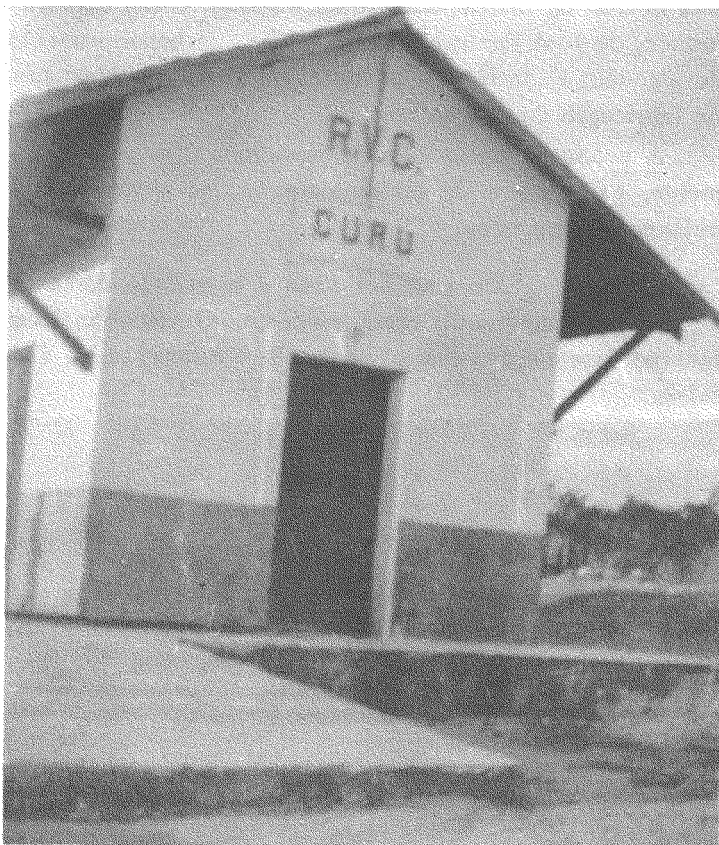
A produção de farinha de mandioca é de, calculadamente, 1 000 sacos de 60 quilogramas, no valor de 120 milhares de cruzeiros.

COMÉRCIO — Existem em todo o município cêrca de 40 estabelecimentos do ramo varejista. O comércio local mantém intercâmbio com as praças de Uruburetama e Fortaleza.

Igreja Matriz de São Luís do Curu

São Luís do Curu importa tecidos, artigos de armarinho, açúcar de cana e outras mercadorias de consumo local, e exporta algodão beneficiado, cêra de carnaúba e semente de oiticica.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — São Luís do Curu é servido por estradas de rodagem e liga-se aos municípios vizinhos e à Capital Estadual por intermédio dos meios de transporte seguintes: a Uruburetama — rodoviário — 32 km ou misto: a) ferroviário — R.V.C. — até à Estação de Umirim — 13 km e b) rodoviário — 19 km; a Pentecoste — rodoviário — 18 km; a São Gonçalo do Amarante — rodoviário — 36 km, ou misto: a) ferroviário — R.V.C. — até à Estação de Umarituba — 29 km e b) rodoviário — 7 km; à Capital Estadual — rodoviário — 77 km, ou ferroviário — R.V.C. — 87 quilômetros.

As comunicações são realizadas através da Agência Postal-telegráfica do Departamento Regional dos Correios e Telégrafos, localizada na cidade.

Estação da Rêde de Viação Cearense

ASPECTOS URBANOS — A cidade de São Luís do Curu, apesar de nova, vez que foi emancipada pela Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, conta com alguns melhoramentos urbanos entre os quais deve ser citado o Serviço Municipal de limpeza pública e remoção de lixo, que beneficia 6 dos seus logradouros. Possui boa iluminação elétrica destinada ao fornecimento público e particular e comércio bem movimentado, sendo ponto de passagem obrigatória de todos os que transitam em demanda da Capital do vizinho Estado do Piauí, pois que a sede do município é cortada ao meio pela estrada de rodagem Fortaleza—Teresina. A sua população é de 1 815 habitantes, sendo 866 homens e 949 mulheres. É servida por várias casas de pasto e por uma pensão com a diária de Cr$ 100,00 tendo direito a alimentação e pousada.

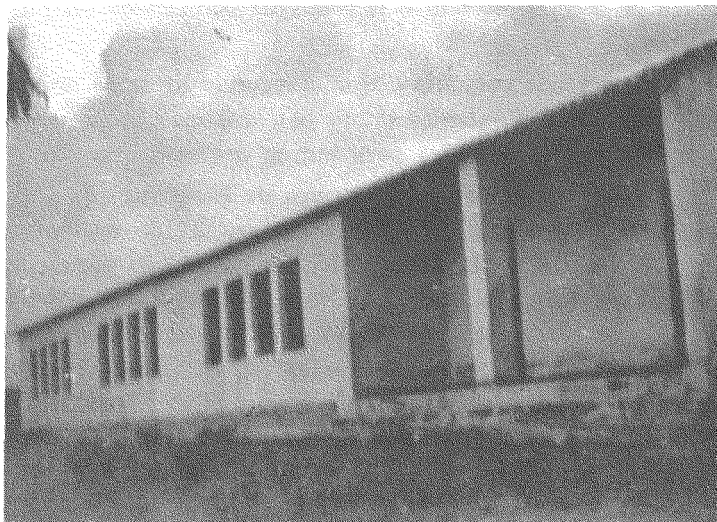
Aspecto da Rua Pedro Cipriano

ASSISTÊNCIA SOCIAL — No tocante à assistência social há que referir a Escola Teresina de Lizieux, que ministra instrução aos pobres desvalidos, inteiramente gratuita; a Conferência de Santa Joana D'Arc, a Conferência de São Luís de Gonzaga e a Conferência de São José, tôdas socorrendo, com numerários e outros benefícios, a pobreza desamparada de São Luís do Curu.

Há, ainda, o Círculo Operário do Curu, que, congregando 196 associados, presta assistência social e dentária aos componentes do seu quadro, além de se incumbir da defesa dos direitos da classe operária que lhe é filiada.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 apurou a existência de 1 056 habitantes, com cinco anos e mais, na sede do município. Dêste total, 629 sabiam ler e escrever em São Luís do Curu, sendo que 290 eram homens e 339, mulheres.

Ensino — Conta o município, no setor do ensino, com um grupo escolar, estadual, uma escola rural, estadual, 20 escolas municipais, 5 escolas supletivas e uma escola normal rural, particular, com os cursos ginasial e normal rural, e a matrícula geral de 65 alunos, sendo 8 do sexo feminino e 57 do masculino.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — São Luís do Curu possui um regular cinema — o Cine São Luís — com capacidade para 150 espectadores, o qual foi inaugurado em 1956, constituindo-se a única diversão popular.

Grupo Escolar Rural

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	482	—	—	—
1951	—	973	—	—	—
1952	—	944	—	—	—
1953	—	643	—	—	—
1954	—	237	—	—	—
1955	—	398	1 045	—	892
1956	—	788	880	68	970

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — A paróquia de São Luís do Curu promove, anualmente, a festa do padroeiro, São Luís de Gonzaga, com novena, leilões e outras atrações populares. No encerramento realiza-se a procissão do referido santo, cuja imagem é conduzida pelas principais ruas da cidade em andor bem ornamentado, para veneração de todos os seus devotos.

De caráter popular são as "Danças de São Gonçalo", muito apreciadas pelo povo de São Luís do Curu.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — São Luís do Curu é município de futuro promissor, pois o seu solo é excelente à agricultura; a sua produção vem aumentando de forma animadora. A paróquia de São Luís de Gonzaga é subordinada à arquidiocese de Fortaleza e possui a Igreja-Matriz e 3 capelas.

Na Paróquia funcionam quatro associações religiosas, sendo três delas na Matriz e uma na capela de Umari.

SENADOR POMPEU — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — As terras hoje compreendidas no município de Senador Pompeu principiaram a ser povoadas quando da concessão de datas e sesmarias aos desbravadores, pioneiros do Ceará-Grande que levantaram casas de fazenda e dominaram os nativos.

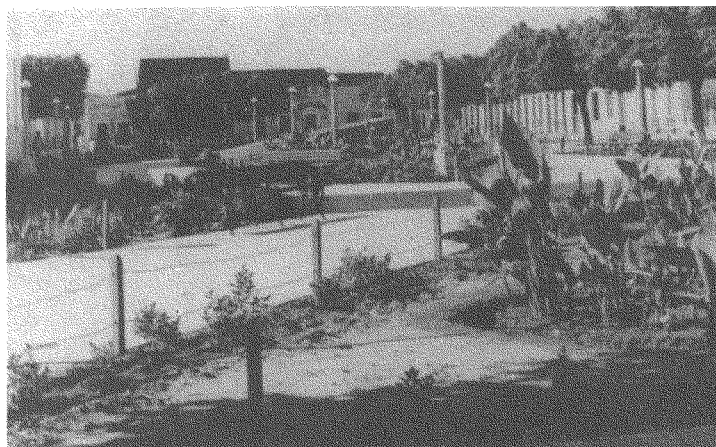
Nos séculos dezessete e dezoito inúmeras foram as concessões de terras das margens dos rios Banabuiú e Codiá, feitas pelos capitães-mores.

Uma das mais importantes foi, sem dúvida, a outorgada aos 27 de março de 1723, pelo então capitão-mor Manuel Francês, aos desbravadores Thomé Callado Galvão e Nicolau de Souza.

Nas terras doadas aos dois pioneiros, três léguas para cada um, nas margens do Codiá, ergue-se a atual cidade de Senador Pompeu.

Junto à Casa Grande de Thomé Callado Galvão surgiram as primeiras residências de agregados, formando-se o pequeno arraial que se denominaria Humaitá.

Deu-lhe alento e teve excepcional importância para o seu atual progresso, a via férrea, inaugurada aos 2 de julho de 1900, a qual fazendo a ligação do alto sertão central do Estado com a Capital, levou o progresso e a civilização a várias comunas do interior.

No govêrno do ilustre Comendador Antônio Pinto Nogueira Acioli é que foi instituído o município. A êsse tempo Humaitá contava com mais de duzentas casas e vivia sob a tutela administrativa do município de Quixeramobim.

Praça Dr. Alcides Barreira

A Lei n.º 332, de 3 de setembro de 1896, que criou o município, cujo território foi desmembrado do de Benjamim Constant, posteriormente Mombaça, criou também o têrmo judiciário, com a denominação de Senador Pompeu; a povoação Humaitá foi elevada à categoria de vila com aquêle topônimo.

Em 1899 o têrmo era elevado a sede de comarca, compreendendo ainda os têrmos de Benjamim Constant e Pedra Branca (Lei estadual n.º 537, de 3 de agôsto). Sua inauguração ocorreu a 7 de junho de 1900.

No govêrno do Dr. Pedro Augusto Borges, Presidente do Estado, a vila é elevada à categoria de cidade (Lei número 659, datada de 22 de agôsto de 1901).

Em 1919, por provisão datada de 2 de junho, Dom Manuel da Silva Gomes criou a freguesia sob a invocação de Nossa Senhora das Dores.

Durante muitos anos o prestigioso padre Lino Aderaldo foi vigário da paróquia, onde, aliás, realizou inúmeras obras de vulto e do maior interêsse para a população local.

A cidade de Senador Pompeu já teve dias agitadíssimos. Durante quase cinco anos, o município viveu horas dramáticas, fervendo, então, o caldeirão político. Dois grandes chefes disputavam a supremacia do eleitorado que corria para as eleições a "bico de pena", comandado pelo coronelismo que dominava os sertões. Certa feita, Zequinha das Contendas, que residia em Miguel Calmon, sofrera amarga decepção em Senador Pompeu. Não se conformando, forma grupo aguerrido, com mais de duzentos cabras armados até os dentes e vem atacar a cidade de Senador Pompeu. O Coronel Ananias Magalhães, homem de mais ação do que palavras, prepara a defensiva, mandando buscar gente até em Maria Pereira, onde dominavam os Benevides. Transformada, de uma hora para outra, em praça de guerra, Senador Pompeu resistiu ao embate de fogo cerrado de Zequinha das Contendas.

O movimento revolucionário, conhecido por "sedição do Juàzeiro", que conflagrou o Cariri, em 1913, visando a deposição do general Franco Rabelo, da Presidência do Estado, culminou com a intervenção federal, decretada a 14 de março de 1913, e conseqüente afastamento do Presidente e posse do coronel Fernando Setembrino de Carvalho. Dentre os mais renhidos combates que se travaram nos sertões do Ceará, destaca-se o de Miguel Calmon, ocorrido a 22 de fevereiro, última resistência das derrotadas tro-

Agência dos Correios e Telégrafos

pas governistas, no qual perdeu a vida o capitão do Exército, José da Penha Alves de Sousa (J. da Penha), comandante das fôrças rebeldes. Prosseguindo na sua marcha vitoriosa para a Capital do Estado, as fôrças rebeldes, comandadas pelo coronel Pedro Firmino de Alencar e Doutor José Barbosa Vasconcelos, entram em Senador Pompeu a 25 de fevereiro.

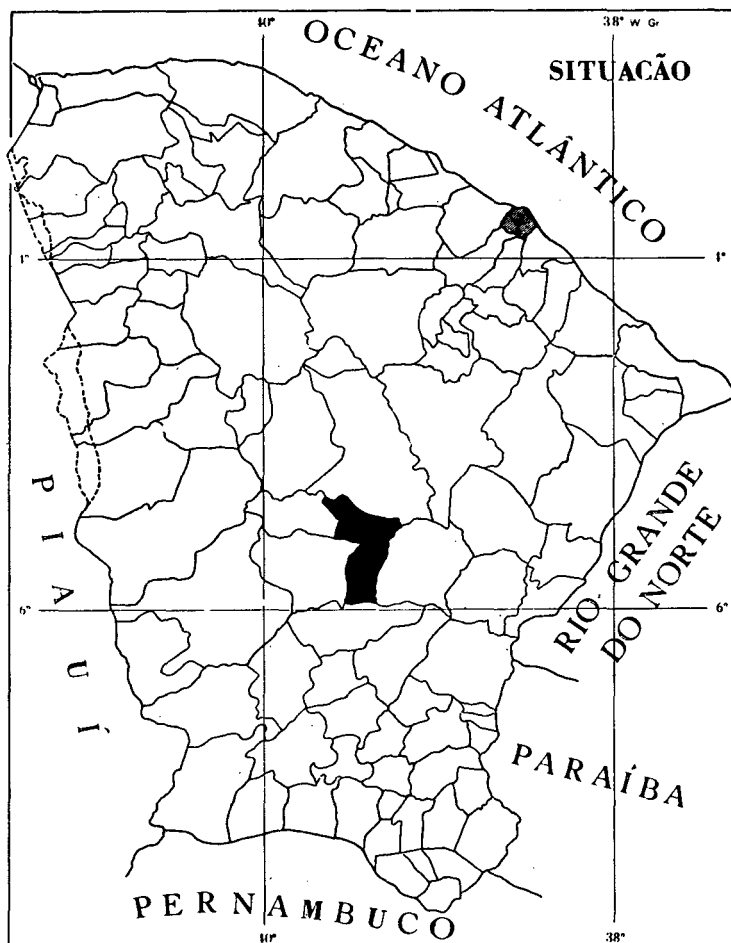
Na divisão administrativa referente ao ano de 1933 (Decreto n.º 1 156, de 4 de dezembro) o município de Senador Pompeu compõe-se dos distritos de Senador Pompeu, Girau, Miguel Calmon, Pedra Branca e Tróia. Os dois últimos foram desanexados, para constituir o município de Pedra Branca (Decreto n.º 1 540, de 3 de maio de 1935). Os distritos de Girau e Miguel Calmon passaram a denominar-se, respectivamente, Piquet Carneiro (Decreto-lei número 448, de 20 de dezembro de 1938) e Ibicuã (Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943).

Senador Pompeu, comarca de segunda entrância desde 1948 (Lei n.º 213, de 9 de junho) passou a ter mais os distritos de Engenheiro José Lopes e São Joaquim do Salgado (ex-povoado de São Joaquim), criados pela Lei número 1 153, de 22 de novembro de 1951, sancionada pelo Governador Raul Barbosa, que estabeleceu a divisão administrativa do Estado para vigorar até 31 de dezembro de 1953.

Recentemente, a Lei n.º 3 685, de 22 de julho de 1957, concedeu autonomia ao distrito de Piquet Carneiro, cujo território abrange, também, o distrito de Ibicuã. O novo município, entretanto, permanecerá sem os seus podêres constituídos até as eleições gerais de 1958.

Rua Getúlio Vargas

Nas eleições realizadas em 1954 foram eleitos: Prefeito — José Benigno Soares; Vereadores — Agaus Barbosa da Costa, Antônio Augusto Castelo de Castro, Antônio Soares do Nascimento Sá, Audísio Vieira do Nascimento, Agostinho Alves Bezerra, Francisco das Chagas Lira, Filemon Araújo Magalhães, João Francisco Teixeira e Joaquim Ferreira Magalhães.

LOCALIZAÇÃO — Senador Pompeu está localizado, fisiogràficamente, na Zona do Sertão Central, e limita com os municípios de Mombaça, Pedra Branca, Quixeramobim, Solonópole e Acopiara. A cidade dista da Capital do Estado, em linha reta, 223 quilômetros. Possui as seguintes coordenadas geográficas: 5º 35' de latitude Sul e 39º 22' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Alcança 173 metros, na sede municipal.

CLIMA — O município apresenta clima quente e sêco, próprio do sertão, com uma temperatura variável entre 23 e 34 graus centígrados, sendo mais freqüente a de 32ºC. A época invernosa, ou das chuvas, começa em janeiro e vai até fins de junho, quando tem início o verão, que se prolonga até dezembro.

ÁREA — Com 1 576 quilômetros quadrados, Senador Pompeu ocupa o 73.º lugar no conjunto dos municípios cearenses.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Senador Pompeu apresenta território menos montanhoso que plano, não havendo, portanto, acidentes geográficos importantes além do rio Banabuiú, que banha o município. Salientam-se, no entanto, os seguintes morros: Fonseca, Zorra, Patu, Murtas e Fundão.

RIQUEZAS NATURAIS — Jazidas calcárias e de argila plástica (barro), no reino mineral; matas e oiticicais, no reino vegetal; e extrações de peixes, mel de abelhas e animais silvestres, no reino animal.

POPULAÇÃO — A população do município de Senador Pompeu, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 25 209 (12 344 homens e 12 865 mulheres), sendo: brancos — 18 860 (9 254 homens e 9 606 mulheres); pretos — 4 083 (2 017 homens e 2 066 mulheres); pardos — 2 182 (1 039 homens e 1 143 mulheres); e sem declaração — 84 (34 homens e 50 mulheres).

Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 13 573 (6 581 homens e 6 992 mulheres), 5 153 eram solteiras (2 577 homens e 2 576 mulheres); casadas — 7 615 (3 781 homens e 3 834 mulheres); desquitadas — 2 (1 homem e 1 mulher); viúvas — 769 (202 homens e 567 mulheres); e sem declaração — 34 (20 homens e 14 mulheres).

Exceto 2 estrangeiros (1 homem e 1 mulher), os demais habitantes eram de nacionalidade brasileira, em número de 25 207 (12 343 homens e 12 864 mulheres).

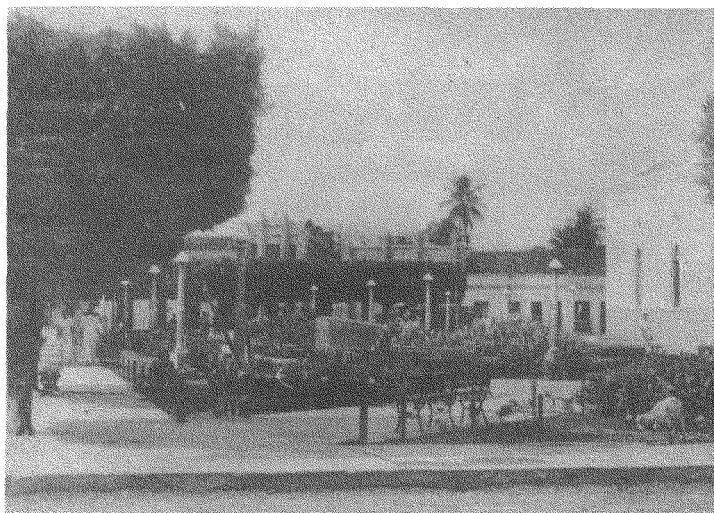
Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dôres

Em religião, predominavam os católicos romanos, em número de 24 895 (12 178 homens e 12 717 mulheres); protestantes — 241 (124 homens e 117 mulheres); espíritas — 18 (12 homens e 6 mulheres); outras religiões — 4 (1 homem e 3 mulheres); sem declaração — 17 (8 homens e 9 mulheres); e sem religião — 34 (21 homens e 13 mulheres).

A densidade era de 15,99 habitantes por km², sendo que 73,66% localizavam-se na zona rural, num total de 18 579 (9 303 homens e 9 266 mulheres).

O município de Senador Pompeu, segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística, para 1.º de julho de 1957, possui o efetivo de 29 520 pessoas. Em relação ao Censo de 1950 êsse contingente está acrescido de 4 311 pessoas, ou seja, 17,10%.

Aglomerações urbanas — Eram 3 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Senador Pompeu, com 5 158 habitantes (2 376 homens e 2 782 mulheres); a vila de Ibicuã, com 721 (308 homens e 413 mulheres); a vila de Piquet Carneiro, com 761 (357 homens e 404 mulheres).

No quadro urbano da cidade e vilas, existiam 3 033 habitantes (1 317 homens e 1 716 mulheres) e no quadro suburbano 3 607 (1 724 homens e 1 883 mulheres).

Praça da Matriz

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Segundo revelação do Recenseamento Geral de 1950, era o ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" que concentrava a maior população ativa do município, numa percentagem de 36% dos habitantes locais.

Na agricultura é de muita importância para a economia local a cultura do algodão, milho, feijão e arroz, constituindo o algodão matéria essencial à indústria de transformação (têxtil), que tem grande desenvolvimento no município. A produção agrícola local, em 1955, alcançou os seguintes índices: 67 350 arrôbas de algodão .... (Cr$ 8 466 750,00); 65 000 sacos de 60 quilogramas de milho (Cr$ 5 850 000,00); 8 350 sacos de 60 kg de arroz (Cr$ 1 503 000,00); 5 400 toneladas de cana-de-açúcar (Cr$ 756 000,00); 3 750 sacos de 60 kg de feijão ...... (Cr$ 412 500,00); 250 toneladas de batata-doce .... (Cr$ 300 000,00); 144 300 kg de mamona .... (Cr$ 217 200,00); e 900 toneladas de mandioca-brava .. (Cr$ 177 000,00).

Há, ainda, pequeno cultivo de manga, laranja, fumo, fava, côco-da-baía e banana.

Os produtos agrícolas disponíveis são vendidos nas praças de Fortaleza, Paraíba, no Rio Grande do Norte e Recife (PE), principais compradores dos produtos locais.

A pecuária é outra grande fonte de riqueza do município, notadamente a criação do gado bovino. Os rebanhos são numerosos, permitindo exportação para outros centros

Ginásio Cristo Redentor

Rua Santos Dumont

consumidores tais como Fortaleza, Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte. Em 1955, existia o seguinte número de cabeças no valor de mais de Cr$ 63 000 000,00: bovinos — 41 006; eqüinos — 8 086; asininos — 2 675; muares — 2 361; suínos — 5 041; e caprinos — 3 872.

No reino vegetal há extração de lenha .... (Cr$ 600 000,00); e semente de oiticica (Cr$ 45 600,00), e no reino mineral existe pequena exploração de pedras calcárias e argila plástica. O município é grande produtor de óleos vegetais, tendo sido preparado, em 1955, 699 769 quilogramas (Cr$ 9 800 000,00).

Na indústria de transformação os principais ramos são: beneficiamento de algodão, fabricação de sabão e resíduos.

Contam-se entre as firmas industriais mais importantes as Indústrias Extrativas Usinas São Geraldo S. A. — fabricação de sabão, óleos, resíduos, beneficiamento de algodão e madeiras; Usina P. Machado S. A., Usina São José, Usina Sical — beneficiamento de algodão. Em 1955, foram produzidos 15 480 sacos de farinha de mandioca, no valor de Cr$ 2 500 000,00, aproximadamente, e 127 500 kg de rapadura, avaliados em mais de Cr$ 320 000,00. Em 1954, havia 10 estabelecimentos industriais com 5 ou mais pessoas, os quais produziram mais de Cr$ 51 000 000,00.

É de 5 997 kWh a produção de energia elétrica no município.

COMÉRCIO E BANCOS — Operam na sede do município 50 estabelecimentos varejistas e 17 atacadistas, e 5 industriais, com mais de 5 pessoas ocupadas. O comércio local realiza transações com as praças de Fortaleza, Recife, em Pernambuco, Campina Grande, na Paraíba, além dos municípios de Tauá, Mombaça, Pedra Branca e Solonópole.

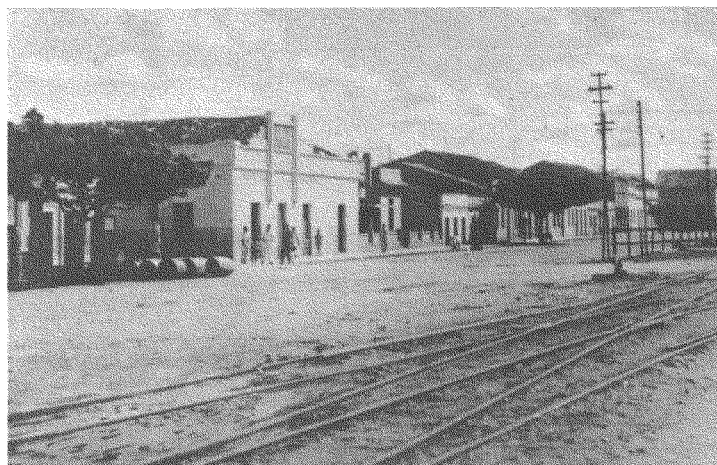
Ginásio Nossa Senhora das Dores

Por ocasião do Censo de 1950, havia 122 estabelecimentos varejistas, com o movimento de vendas, em 1949, de mais de Cr$ 11 000 000,00. Quanto ao comércio atacadista, o volume de vendas dos 20 estabelecimentos então existentes foi de pouco menos de Cr$ 7 000 000,00.

Têm sede no município 1 agência do Banco do Brasil S. A. e 1 do Banco de Crédito Comercial S. A.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Senador Pompeu é servido pela Estrada de Ferro de Baturité (R.V.C.), que mantém no seu território 3 estações ferroviárias e outro ponto de parada. É dotado também de um campo de pouso, não havendo, porém, linha regular. A ligação com os municípios vizinhos e com a Capital Estadual é feita por intermédio dos seguintes meios de transporte: Acopiara — ferroviário R.V.C. — 75 km, ou rodoviário — 76 km; Mombaça — rodoviário — 36 km; a Pedra Branca — rodoviário — 58 km; Quixeramobim — ferroviário — 53 km, ou rodoviário (via Lacerda) — 60 km; Solonópole — rodoviário — 63 km; Capital Estadual — ferroviário R.V.C. — 290 km.

Há uma Agência do D.C.T. para as comunicações postais-telegráficas dos habitantes locais.

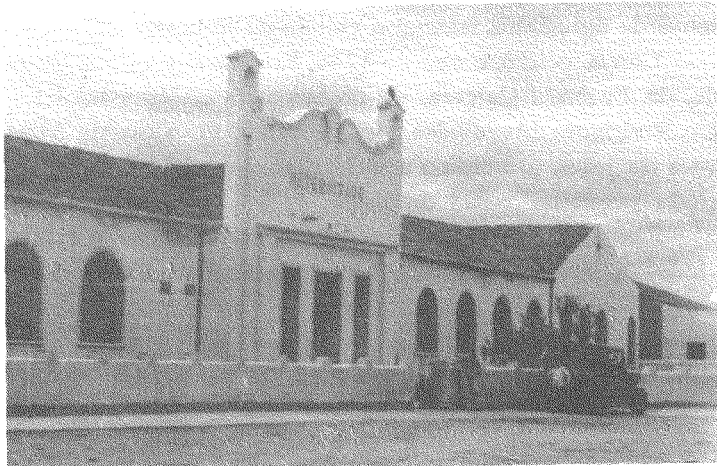
A R.V.C. mantém uma agência telegráfica para as comunicações de uso privativo daquela repartição.

Vista parcial da Avenida Ruy Barbosa

ASPECTOS URBANOS — Em 1954, o número de logradouros existentes na cidade era de 27, dos quais 4 inteiramente pavimentados, 6 parcialmente, 3 arborizados e sòmente 1 ajardinado. A cidade é composta de 973 prédios, dos quais 799 destinavam-se às residências. Existe pavimentação de paralelepípedo numa área de 8 482 m²; em outros tipos de pavimentação 76 622 metros quadrados. A cidade é iluminada a luz elétrica, pública e particularmente, sendo de 807 as ligações domiciliárias. O número de veículos registrados na Prefeitura é de 16 jipes e 32 caminhões. Para hospedar os visitantes existem 6 hotéis e 3 pensões, que cobram a diária de Cr$ 80,00. O Serviço Municipal de Limpeza Pública e Remoção de Lixo beneficia 12 logradouros com 4 464 prédios.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária em Senador Pompeu é prestada por 6 médicos, 2 farmacêuticos e 4 dentistas e pela Maternidade de

Senador Pompeu, que é procurada por pessoas de outras localidades.

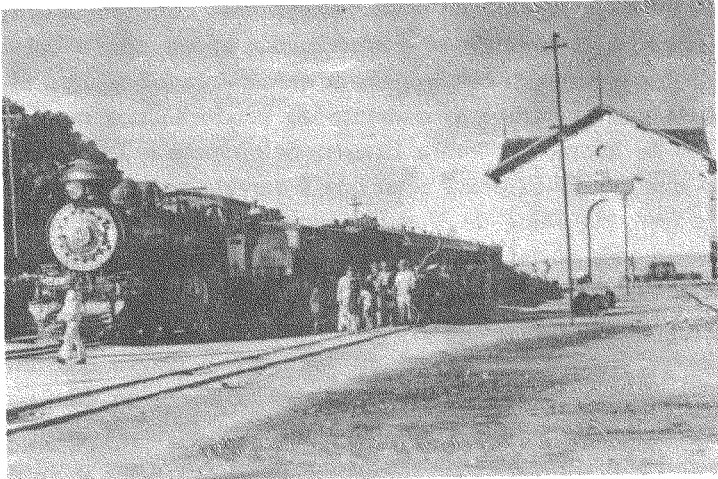
ASSISTÊNCIA SOCIAL — Prestam assistência de ordem moral e material as seguintes entidades: Os Círculos Operários de Senador Pompeu e de Piquet Carneiro, a Associação das Senhoras de Caridade, de Capistrano de Abreu e as Conferências de São Vicente de Paulo e de São Luís de Gonzaga, da cidade de Senador Pompeu.

ALFABETIZAÇÃO — A população com 5 anos e mais do município de Senador Pompeu era de 20 735 pessoas, consoante dados do Recenseamento Geral de 1950. Entre êstes, 6 515, ou seja, 31%, sabiam ler e escrever, sendo 2 848 homens e 3 677 mulheres. A sede municipal contava 4 354 habitantes com a mesma idade escolar, dos quais 2 211 eram alfabetizados (937 homens e 1 274 mulheres).

Maternidade Municipal

Ensino — No município de Senador Pompeu, em 1956, existiam 89 unidades escolares de ensino fundamental comum, com a matrícula inicial de 2 380 alunos (masculinos e femininos). Contava ainda os seguintes estabelecimentos de ensino extraprimário: Escola Normal Renato Braga, Ginásio Cristo Redentor, Ginásio Nossa Senhora das Dores, Escola de Datilografia Nossa Senhora Auxiliadora e Escola de Datilografia e Educandário Getúlio Vargas. A matrícula inicial era de 331 alunos (97 masculinos e 234 femininos). Lograram concluir curso 35 estudantes (12 homens e 23 mulheres). A taxa de matrícula em 1950 atingiu 32,77% no referido município e 24,3% no Estado do Ceará.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funciona um cinema diário na cidade, com boa freqüência. O Grêmio Literário Recreativo D. Lustosa mantém um Cine-teatro que promove duas sessões por semana, inteiramente grátis para as crianças.

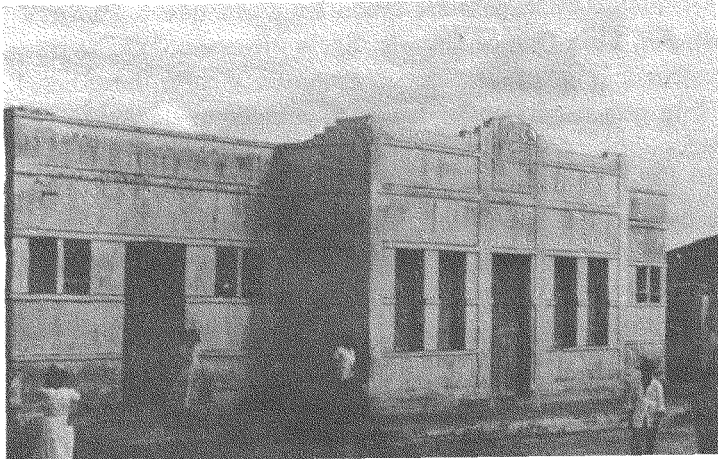
FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	326	1 609	805	342	851
1951	422	1 902	1 109	514	1 070
1952	580	1 926	1 135	561	1 085
1953	536	2 024	1 408	527	1 501
1954	393	2 939	1 551	564	1 350
1955	549	4 008	1 753	769	1 753
1956	—	—	1 626	941	1 394

Estação ferroviária da Rêde de Viação Cearense

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Nas proximidades da vila de Ibicuã, na margem da Estrada de Ferro, no sítio Combate, há um monumento em homenagem ao Comandante José da Penha, Oficial do Exército Brasileiro, que morreu em defesa do Govêrno legal, no combate aos Jagunços do Juàzeiro do Norte, fanáticos do patriarca padre Cícero Romão Batista, em 4 de fevereiro de 1914.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Os folguedos populares são o carnaval e as festas juninas. São tradicionais no município as procissões de Passos, Senhor Morto, "Corpus Christi", e da Padroeira, em 15 de setembro. Aos sábados, na sede do município, realiza-se uma feira-livre, com regular concorrência.

VULTOS ILUSTRES — *Dr. José Maria Moreira Campos* — Conhecido educador em Fortaleza, contista ilustrado e alto funcionário do Estado. *Padre Otávio de Sá Gurgel* — Ilustre sacerdote ordenado em São Paulo, Vigário da Matriz da vila de Aréns, na cidade de Jundiaí, em São Paulo.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município está encravado em largo trecho da zona central sertaneja, cortado pelo alto Banabuiú e numerosos afluentes dêste, entre os quais se destaca o Patu, em cujo leito seria construída uma barragem nas proximidades da cidade, com a qual se prestaria um notável serviço à população adjacente. Possui grandes fazendas agropecuárias, sendo muito desenvolvida a cultura algodoeira. A cidade é sem dúvi-

Matadouro "Modêlo" na Av. Ruy Barbosa

da das mais adiantadas do sertão cearense, com praças amplas, ruas bem calçadas e arborizadas, apresentando belos jardins e com um comércio bem movimentado. É uma cidade-chave para o escoamento da produção dos municípios de Mombaça, Pedra Branca, Solonópole e Tauá, pôsto que é a única dessa zona que é servida pelos caminhos de ferro da Rêde de Viação Cearense. Senador Pompeu possui vida social intensa, contando com vários estabelecimentos de ensino oficial e particular, salientando-se entre êstes, o Grupo Escolar Martins Rodrigues, Ginásio Cristo Redentor, Ginásio Nossa Senhora das Dores e Escola Normal Renato Braga, está última funcionando anexa ao Ginásio Nossa Senhora das Dores. Há, também, diversas escolas isoladas e supletivas disseminadas pelos povoados e vilas distritais. O ensino militar é ministrado no Tiro de Guerra. O comércio local é assistido pelo órgão tradicional da classe que é a Associação Comercial. O Banco de Crédito Comercial notando o vertiginoso progresso de Senador Pompeu, instalou na sede municipal, em 1939, uma agência bancária, que tem contribuído com eficiente ajuda para o desenvolvimento econômico do município. Também funciona ali uma Agência do Banco do Brasil S. A., prestando inestimável serviço à região.

Em 1954 havia em todo o município 7 460 eleitores, dos quais 4 188 votaram nas eleições daquele ano.

SOBRAL — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

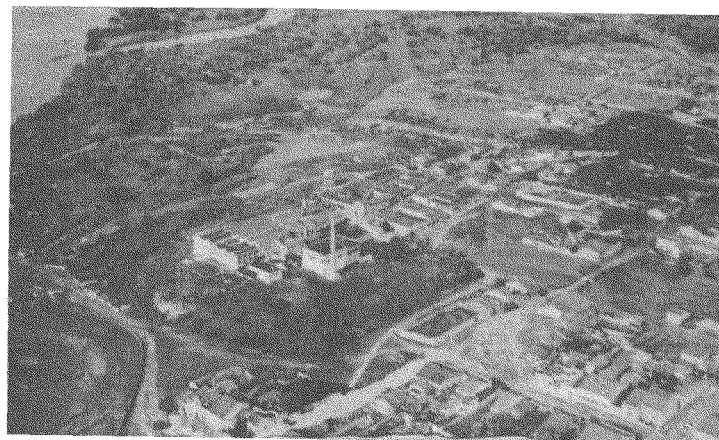
HISTÓRICO — A cidade de Sobral demora nas margens do rio Acaraú, caminho natural das terras sem fim do vale do Acaraú, onde se ergueram, com o correr dos anos, na quadra da conquista do Ceará Grande, arraiais, povoados e vilas, mais tarde transformados em cidades.

Rezam as crônicas assinadas pelos melhores historiadores, à base de documentação irrefutável, que a região foi povoada pelas famílias que vieram ter ao Ceará acossadas pelos atropelos da guerra contra os holandeses. O mesmo fato, aliás, se registrou com referência à fertilíssima zona que margeia as ribeiras do rio Jaguaribe.

Um dos primeiros núcleos, então formados, foi localizado nas proximidades do riacho Guimarães, que em 1712, já possuía capela.

Em 1735, o alferes Lourenço Guimarães de Azevedo, fundador do povoado, doava cem braças de boas terras ao patrimônio da capelinha, tendo em vista que o Padre Visitador, Lino Gomes Correia, havia afirmado: "Ou se daria patrimônio à capela, ou a freguesia ficaria interdicta". Hoje esta região já pertence ao município de Santa Quitéria.

Vale ressaltar que, afora êste povoado, outro arraial, o de São José, se formou nas proximidades do local onde iria surgir a cidade de Sobral. Foi o seu baluarte dos primeiros dias, o bravo sertanista, capitão Félix da Cunha Linhares.

Dêstes dois núcleos partiu, firme, o povoado de todo o vale do Acaraú, através do labor agrícola, do estabelecimento de fazendas de criar e da indústria da carne-de-sol, muito comum nas redondezas, dadas as excelências do gado.

Vista aérea da cidade

De uma das grandes propriedades que se ergueu com cêrca de pau-a-apique, casarão enorme e contando com centenas de agregados, nasceu a cidade de Sobral.

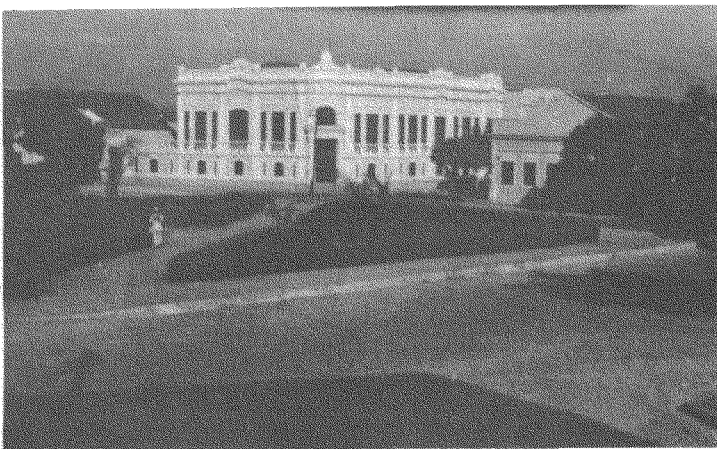
Corria, célere, o ano de 1740. Em tôrno da Casa Grande, da Fazenda Caiçara, de propriedade do capitão Antônio Rodrigues Magalhães e sua mulher, D. Quitéria Marques de Jesus, principiou a se formar o arraial. Foram surgindo pequenas casas de taipa.

Em 1742, o Padre-Visitador, Lino Gomes Correia, vindo da povoação de São José, hoje Patriarca, com destino ao Riacho Guimarães, demorou-se na fazenda Caiçara, e, diante da prosperidade do lugar, resolveu fôsse aí a sede do Curato do Acaracu, por ser mais ou menos o seu centro, edificada uma igreja.

O capitão Antônio Rodrigues Magalhães, contribuindo para o estabelecimento do Curato, cedeu cem braças quadradas de terra para patrimônio da igreja. Em 1746, o virtuoso padre Antônio Carvalho Albuquerque dá início ao novo templo onde iria ser venerada Nossa Senhora da Conceição e que seria a matriz do Curato. Tendo em vista que o curato do Acaracu, por ordem do Bispo de Pernambuco, Dom Francisco Xavier Aranha, foi dividido em quatro freguesias, coube a direção dos negócios de Nossa Senhora da Conceição de Caiçara ao padre Manoel da Fonseca Jaime, natural de Olinda, onde permaneceu até 1762, quando foi substituído pelo Padre Dr. João Ribeiro Pessoa, edificador da Igreja-Matriz, hoje Catedral, que se ergueu ao lado do antigo templo construído em 1746, pelo padre Antônio de Carvalho Albuquerque.

As obras de construção do belo templo foram iniciadas em 1778, e seus operários eram tapuias, enviados de Viçosa e vencendo 40 réis por dia. A capela-mor foi terminada no dia 1.º de fevereiro de 1781 e as imagens foram aí entronizadas em meio de grandes festividades.

Os seus pórticos, segundo os cronistas mais autorizados, vieram de Portugal destinados a Pernambuco. Ao chegarem no Recife verificou-se que não serviam para o local onde deviam figurar. Vieram, então, ter a Sobral por solicitação do dito Vigário, Padre Dr. João Ribeiro.

Já em 1748, o progresso da povoação era tão acentuado que os vereadores da Câmara de Aquiraz, reunidos a 17 de junho, propuseram a transferência da vila de Fortaleza para Caiçara, o que só não se realizou em vista das razões apresentadas ao Rei pelo capitão-general da Capitania de Pernambuco Juiz Joseph Correia de Sá, baseado em informações do sargento-mor Pedro de Morais Magalhães.

Praça da Criança

Em 1776 é expedida uma carta-régia, com data de 22 de julho, ao Governador-Geral de Pernambuco, Manuel da Cunha Menezes, no sentido de que se fizesse mais uma vila no Ceará Grande e que esta fôsse localizada, exatamente, na povoação de Caiçara, que passaria a se chamar de Vila Distinta e Real de Sobral.

Aos 14 de novembro de 1772, o Governador-Geral ordena a João da Costa Carneiro e Sá, Ouvidor-Geral e Corregedor da comarca do Ceará, que erigisse em vila a dita povoação de Caiçara, com a denominação acima citada.

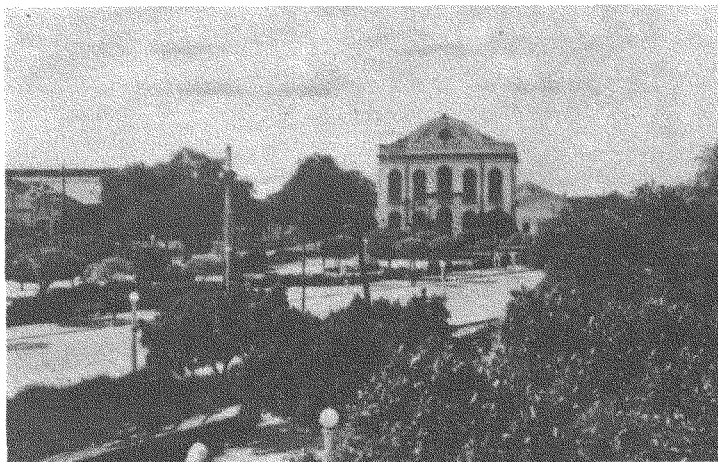
Aos 5 de julho de 1773, dá-se a instalação solene do novo município, criado com território desmembrado do município de Fortaleza.

Ao ato festivo compareceu a nobreza e o povo, destacando-se a presença ilustre do Ouvidor e Corregedor-Geral da Capitania. Levantado o pelourinho, foram eleitos, na oportunidade, os juízes ordinários Sebastião de Albuquerque Melo e Manuel José do Monte, sendo escolhidos vereadores os capitães Vicente Ferreira da Ponte, Manuel Ferreira Torres e Manuel Coelho Ferreira e, para juiz de órfãos, Gregório Pires Chaves.

Na opinião de Bernardo Manoel de Vasconcelos, Governador da Capitania do Ceará-Grande, em carta dirigida a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em 1800, "das vilas e povoações da Capitania, estabelecida pelos europeus e seus descendentes, a que tem a primeira preferência é a vila de Santa Cruz do Aracati, situada nas margens do rio Jaguaribe, aonde a oportunidade da barra estabelece a principal feitoria das carnes sêcas e morrem todos os anos para cima de cinqüenta mil reses, e se embarcaram mais de vinte mil arrôbas de algodão; a segunda grandeza é a de Sobral, as-

Vista parcial da Rua Senador Paulo

sentada nas margens do rio Acaracu, de igual feitoria e comércio para muitas embarcações e especuladores das Capitanias de Pernambuco e Bahia".

Sobral sempre participou dos movimentos cívicos e políticos da maior expressão registrados no Ceará. Em 1817, quando o sul da Província se agitava em tôrno dos ideais republicanos, ressonância do levante pernambucano de 6 de março, a Câmara de Sobral, por seus membros Francisco Joaquim de Sousa Campelo, Antônio José de Faria, Cristóvão Moreira Pontes, Custódio José Correia da Silva e Antônio Januário Linhares, dirigiu ofício ao Governador da Capitania, Manuel Inácio de Sampaio, em que reafirmava "os votos de fiel vassalagem tão antigos como as primeiras gerações portuguêsas, senão mesmo para têrmos lugar de unânimes depositar nas mãos de Vossa Excelência as nossas vidas, e fazendas penhorados pelo mesmo amor e lealdade em defesa de Sua Magestade e El Rei Nosso Senhor, da nossa Religião, da Pátria e da Nossa Honra". A 6 de maio seguinte, o clero, nobreza e povo, convocados por edital, assistiram, depois da sessão da Câmara, ao discurso do coronel Francisco Joaquim de Sousa Campelo, no qual era reafirmada a posição de irrestrita fidelidade a Dom João VI, "legitimamente entronizado no Reino Unido de Portugal, e do Brasil, e dos Algarves". Na ocasião todos os presentes fizeram protesto público de "fiel vassalagem e oferecimento dos próprios bens, da própria vida, até ser derramada a última gota de sangue pela Religião, pelo Rei, e pela Pátria".

Cine-teatro São João e Praça Dr. Antônio Ibiapina

O movimento revolucionário que eclodiu, em Pernambuco, a 2 de julho de 1924, com o nome de Confederação do Equador, já havia lançado suas raízes ao Ceará. Tanto é que em Fortaleza, a 20 de abril, José Pereira Filgueira, comandante das Armas, falando ao povo nos Paços do Conselho, propusera a demissão do Presidente Costa Barros, que se retirou do govêrno, depois de lavrar protesto contra o acontecido; a escolha para seu substituto provisório recaiu na pessoa do tenente-coronel Tristão Gonçalves de Alencar Araripe.

Tristão Gonçalves, através de mensagens às Câmaras do interior, concitava-as a aderir à idéia da formação de um govêrno confederativo das Províncias do Norte. Em Sobral, o Senado da Câmara da vila recusa-se a aprovar o projeto de constituição apresentado pelo Imperador, fazendo-lhe ver, em carta de 3 de agôsto de 1824, que os cida-

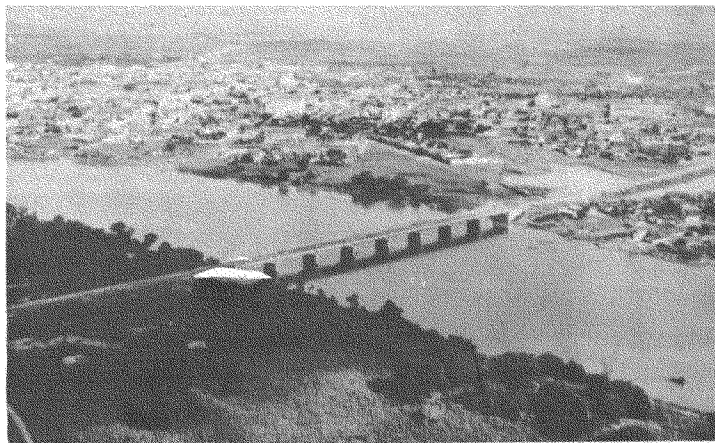
33 — 24 932

dãos de tôdas as classes, reunidos, "unanimemente, decidiram que não aceitavam o projeto por se opor em grande parte aos sagrados direitos e interêsses do Povo Brasileiro". Aceitando a proclamação que Tristão Gonçalves fizera a 22 de agôsto, convidando o Ceará a unir-se a Pernambuco e demais províncias, a Câmara de Sobral a ela aderiu em 27 de agôsto, voltando entretanto a protestar obediência a 23 de outubro ao Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil.

Em 1840, chegou a Sobral, a 1.º de dezembro, o Presidente José Martiniano de Alencar, acompanhado de alguma fôrça, com o objetivo de convencer o tenente-coronel Francisco Xavier Tôrres e entregar o comando da fôrça pública, a fim de evitar uma revolta das tropas ali acantonadas para combater os balaios. Na noite de onze de dezembro, o palacete do Senador Francisco de Paula Pessoa, onde se hospedara o Senador Alencar, foi alvejado pela fuzilaria da tropa de Xavier Tôrres, entrincheirada no sobrado de Domingos José Pinto Braga, na mesma rua, daí visando a casa do Senador. Depois de várias horas de combate, triunfou a tropa governista, entregando-se o chefe do levante, Xavier Tôrres, a 10 de janeiro, nas proximidades de Baturité, ao coronel Antônio Barroso de Sousa que o perseguia com numerosa fôrça.

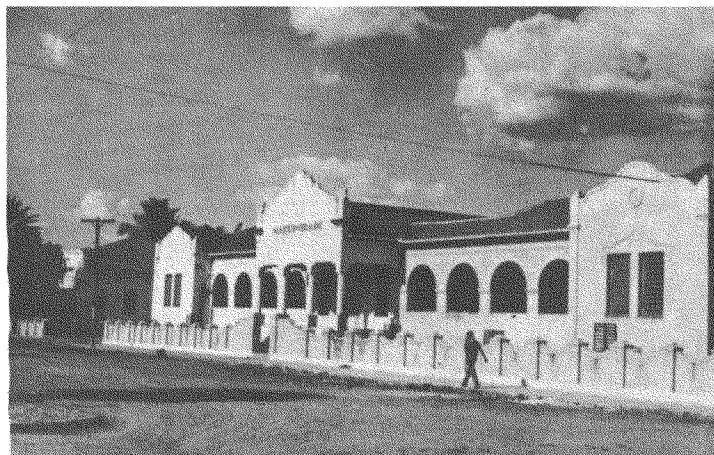
Igreja-Matriz de Nossa Senhora da Conceição

A vila de Sobral elevou-se à categoria de cidade aos 12 de janeiro de 1841, com o título de Fidelíssima Cidade Januária do Acaraú (Lei número 229, da mesma data, sancionada pelo Presidente da Província, Senador José Martiniano de Alencar). O sucessor de Alencar, entretanto, um ano após, mudava essa denominação, fazendo voltar o antigo topônimo Sobral (Lei n.º 244, do Brigadeiro José Joaquim Coelho — Barão da Vitória — datada de 25 de outubro de 1842).

Por volta de 1881, dos 24 193 escravos existentes no Ceará, 1 984 pertenciam ao município de Sobral. Antes, em 1821, chegou ao conhecimento do comandante da vila que os escravos pretendiam sublevar-se, visando a liberdade, pelo que foi encarregado o sargento-mor do Primeiro Batalhão de Milícias, Francisco Inácio da Costa, de os vigiar e cuidar da manutenção da ordem na vila, o que se conseguiu efetivamente, de vez que a tropa organizada para êsse fim era dissolvida em janeiro de 1822.

Ponte sôbre o rio Acaraú

A Sociedade Abolicionista de Sobral, fundada em 1871, muito contribuiu para a extinção da escravatura. Mais tarde surgiu o Clube Abolicionista Sobralense, cuja diretoria era composta do capitão Vicente Ferreira Arruda, João Mendes da Rocha, José Clementino do Monte e José Vicente Franca Cavalcante. A 24 de maio de 1883 foram libertados 28 escravos, e a 2 de janeiro já não havia um só cativo em terras sobralenses.

Antes mesmo de proclamada a República em 1889, Sobral já contava alguns ardorosos adeptos da nova forma de govêrno, entre os quais estavam os liberais Tomaz Barbosa de Paula Pessoa, Manuel Artur da Frota e Miguel Cialdini, que faziam larga propaganda, existindo mesmo até uma coluna no semanário "Gazeta de Sobral", reservada à defesa da República e crítica dos atos imperiais. Fundou-se até o Partido Republicano que lançava manifesto à população verberando a atitude daqueles que defendiam a Monarquia. Depois de 15 de novembro, vitoriosa a República, os sobralenses que viam com indiferença as manifestações adesistas, começaram a engrossar as fileiras dos adeptos da nova ordem. Em janeiro de 1890 foi nomeada a primeira câmara republicana, ou intendência, composta dos membros: Dr. Vicente Cesário Ferreira Gomes, Francisco de Almeida Monte, Vicente Ferreira de Arruda, Domingos Deocleciano de Albuquerque e Cesário Pereira Ibiapina, cuja instalação ocorreu a 1.º de fevereiro seguinte.

Sobral é sede de bispado desde 1915, instituído pela Santa Sé por decreto de 10 de novembro, sendo seu primeiro titular, ainda em exercício, D. José Tupinambá da Frota, sobralense, sagrado na cidade do Salvador, Bahia, a 29 de junho de 1916, por D. Jerônimo Tomé da Silva,

Maternidade Dr. Manuel Marinho de Sabóia e Pôsto de Puericultura Dr. José Sabóia

Patronato Maria Imaculada

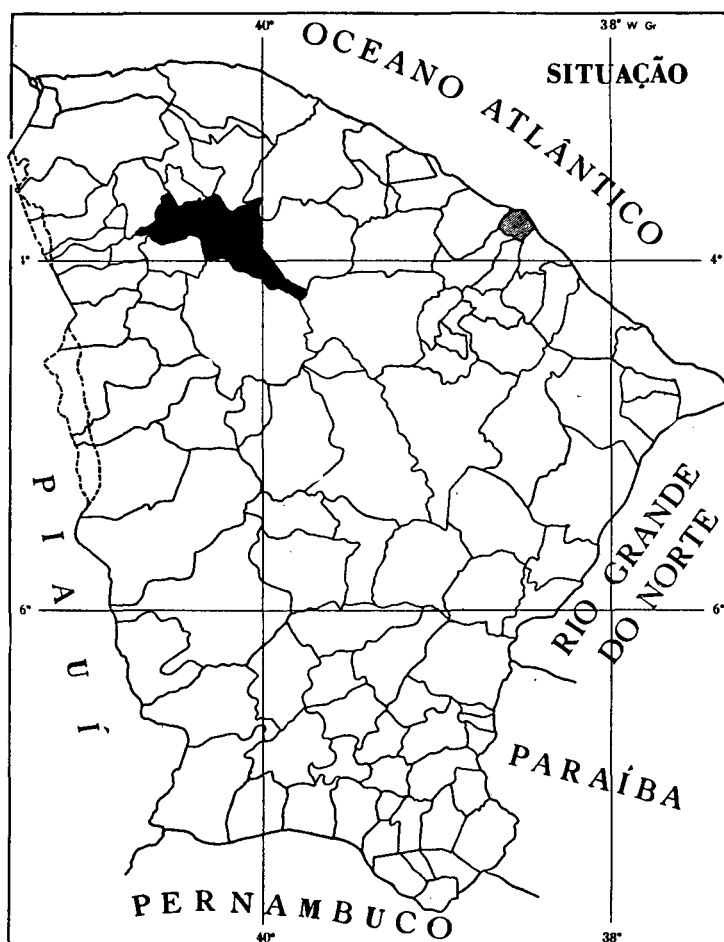
também filho de Sobral, assistido por D. Manuel da Silva Gomes, Bispo de Fortaleza, e D. Manuel Lopes, ex-Bispo Coadjutor do Ceará. D. José Tupinambá da Frota assumiu a Diocese a 22 de julho de 1916.

O território do município abrangia em 1911, além da sede, os distritos de Jordão e Cariré, e, em 1933, os de Caracará, Forquilha, Guimarães, Meruoca, Santa Maria, Santo Antônio do Aracatiaçu e Taquara. Presentemente compõe-se o município dos distritos de Sobral, Patriarca, Forquilha, Jaibaras, Jordão, Caracará, Aracatiaçu e Taperuaba. Essa divisão, determinada pela Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, exclui o distrito de Meruoca que, juntamente, com o de Alcântara, de Massapê, se constituíram em nova unidade municipal, com sede no primeiro.

Resolução de 6 de maio de 1833, do Govêrno Provincial, dividiu o Ceará em seis comarcas, inclusive a de Sobral, que foi mantida pela Lei n.º 52, de 25 de setembro de 1836. Na tabela anexa à Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948, Sobral é comarca de quarta entrância.

Nas eleições de 3 de outubro de 1954 foram eleitos: Prefeito — Paulo de Almeida Sanford. Vereadores — Gerardo Aquiar Ximenes, Gerardo Rodrigues Albuquerque, Ildefonso Holanda Cavalcante, Jerônimo Alves Linhares, João Anastácio Dias, João Germano Pontes Neto, José Martins Viana, José da Mata e Silva, José Parente Albuquerque, Manuel Elisio Feijão e Nilo Donizeth Coelho.

Aeroclube Sobralense e campo de aviação

LOCALIZAÇÃO — O município de Sobral está situado na Zona do Sertão Centro-Norte do Estado. Limita com os municípios de Cariré, Coreaú, Meruoca, Massapê, Santana do Acaraú, Itapipoca, Itapagé, Canindé e Santa Quitéria. A cidade é banhada pelo rio Acaraú e é servida por ferrovia e rodovia, distando da Capital 204 km em linha reta possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 3° 41' 23" de latitude Sul e 40° 21' 27" de longitude W.Gr. Indiscutìvelmente é o município mais importante da zona norte, uma vez que possui tôdas as características geofísicas do sertão, entrecortadas de serras, algumas das quais muito frescas e produtivas, notadamente pela fertilidade exuberante dos sítios que o circundam, amenizando-lhe consideràvelmente o clima.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 75 m na sede municipal.

CLIMA — O município apresenta o clima comum do sertão nordestino: quente e sêco, no verão, e um pouco ameno durante as quadras invernosas, no período de janeiro a junho. A temperatura oscila de 34°C a 22°C, com a maior freqüência em 30°C. Em 1956, a precipitação pluviométrica atingiu 877 mm.

ÁREA — A área do município é de 2 488 km^2, ocupando Sobral o 19.º lugar em extensão territorial, em relação às áreas das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — São seus acidentes mais importantes o rio Acaraú, que banha a sede municipal e corre impetuosamente e em sinuosidade admiráveis por grande extensão do seu território, fertilizando-o; o Açude Forquilha a 18 km da sede, que lhe proporciona variedades

de pescados, e Aires de Sousa, em idênticas condições de produção. Ainda lhe resta uma pequena parte da serra de Meruoca, tão falada pela sua invejável fertilidade.

RIQUEZAS NATURAIS — São várias as suas riquezas, sobressaindo no reino mineral pedras calcárias, argila e pedras comuns; no reino vegetal, enumeram-se carnaubais, oiticicais e madeiras; no animal, peixe e pequenos animais silvestres.

POPULAÇÃO — Segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, a população de Sobral era de 70 011 habitantes, com a seguinte composição: homens — 33 910; mulheres — 36 101; brancos — 25 264 (12 051 homens e 13 213 mulheres); pardos — 34 682 (16 869 homens e 17 813 mulheres); pretos — 9 836 (4 897 homens e 4 939 mulheres); amarelo — 1 homem; e sem declaração de côr — 228 (92 homens e 136 mulheres).

Estação da Rêde de Viação Cearense

Das pessoas de 15 anos e mais, 14 558 eram solteiras (7 012 homens e 7 546 mulheres); 21 401 casadas (10 585 homens e 10 816 mulheres); 2 257 viúvas (446 homens e 1 811 mulheres); 20 desquitadas (7 homens e 13 mulheres); e sem declaração de estado civil — 83 (30 homens e 53 mulheres).

Em matéria de religião, quase que exclusivamente a Católica Romana está representada, pois o seu contingente é da ordem numérica de 69 796 (33 800 homens e 35 996 mulheres). Outras religiões que possuem alguns adeptos no município de Sobral, em face da constituição numérica que apresentam, tendo-se em vista as sete dezenas de milhares que compõem a população municipal, não merecem identificação quantitativa.

Era de 26,54 habitantes por quilômetro quadrado, a densidade demográfica do município, superior à média do Estado, de 18,22.

Da população geral do município, 62,24% habitavam o quadro rural que, traduzidos em números absolutos, são 43 579 (21 791 homens e 21 788 mulheres). Êste índice é inferior à média da população rural do Ceará, que é de 71,81%.

Os números de homens e mulheres, no conjunto total da população se aproximam do equilíbrio, com o de mulheres superando o de homens.

Sobral, no interior do Estado, ocupa o primeiro lugar em população.

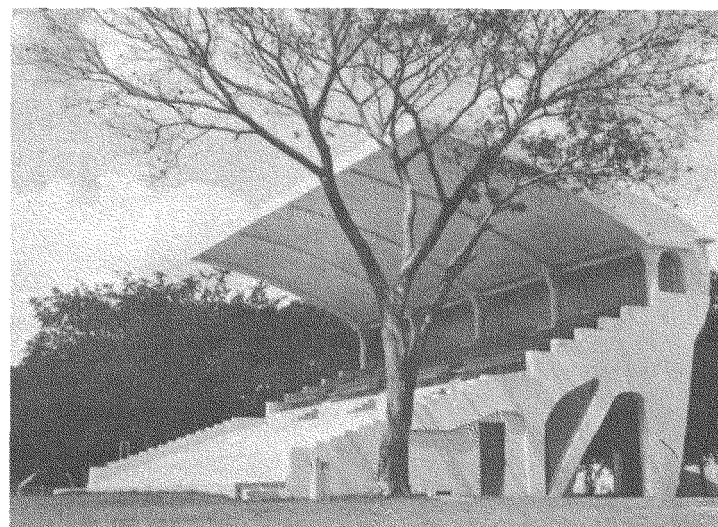
Santa Casa de Misericórdia

A Inspetoria Regional de Estatística estima em 72 972 o efetivo da população humana do município de Sobral. Na ocasião do Censo de 1950 havia 59 017 pessoas, do que se pode concluir ser de 13 955 o aumento verificado nos últimos sete anos, número correspondente a 23,65%, ou seja, 3,37%, em cada ano.

Comparativamente, essa quota é superior à do Estado que, no mesmo período, apresentava-se igual a 18,54%.

Aglomerações urbanas — As 9 aglomerações urbanas de Sobral, demogràficamente, estão divididas da seguinte maneira: cidade de Sobral — 22 628 habitantes (10 255 homens e 12 373 mulheres); vila de Aracatiaçu — 470 (229 homens e 241 mulheres); vila de Caracará — 67 (32 homens e 35 mulheres); vila de Forquilha — 963 (498 homens e 465 mulheres); vila de Jaibaras — 455 (221 homens e 234 mulheres); vila de Jordão — 268 (135 homens e 133 mulheres); vila de Meruoca (desmembrada no período intercensitário para constituir sede do município de igual nome, que foi criado) — 803 (363 homens e 440 mulheres); vila de Patriarca — 291 (143 homens e 148 mulheres); vila de Taperuaba — 487 (243 homens e 244 mulheres).

Das cidades do interior cearense, Sobral é a 2.ª colocada quanto à classificação populacional, ficando aquém apenas de Juàzeiro do Norte. Vale salientar, entretanto, que esta cidade, a mais importante da zona norte do Estado, teve um progresso de 82% no seu crescimento demográfico, no período intercensitário de 1940 a 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica do município reside na indústria extrativa, de beneficiamento

Arquibancada do "Derby Club" Sobralense

Sede da Associação Atlética Banco do Brasil

e transformação, seguida da pecuária, comércio e agricultura.

A produção agrícola do município em 1955 valeu 115 milhões de cruzeiros, aproximadamente. Concorreram com maior parcela as culturas de algodão herbáceo e arbóreo (37 000 arrôbas — Cr$ 3 870 000,00); milho (18 000 sacos de 60 kg — Cr$ 2 430 000,00); feijão (11 160 sacos de 60 kg — Cr$ 2 128 000,00); banana (96 000 cachos — Cr$ 1 680 000,00); e mandioca-brava (2 400 toneladas — Cr$ 1 680 000,00). Em menores proporções houve produção de manga, côco-da-baía, laranja, mandioca-mansa, batata-doce, abóbora, arroz, mamona, cana-de-açúcar, café, tomate, etc.

Parte das terras do município está sendo beneficiada pelos serviços de irrigação dos açudes públicos Forquilha e Aires de Sousa, proporcionando apreciável aumento da produção de frutas, legumes, cana-de-açúcar, mandioca, etc.

O rebanho existente no município, em 31 de dezembro de 1955, com o valor aproximado de 156 milhões de cruzeiros, tinha a seguinte composição: 57 000 bovinos; 8 500 eqüinos; 3 700 asininos; 3 100 muares; 12 000 suínos; 41 000 ovinos e 42 000 caprinos.

Pelos números acima, Sobral se revela um dos maiores municípios criadores de bovinos, caprinos e ovinos. Os principais pecuaristas possuem animais de raça pura, notadamente da espécie vacum. Há exportação de gado, principalmente para o Estado do Piauí.

No ano de 1955, a produção de leite no município atingiu 1 340 000 litros no valor de pouco mais de 4 milhões de cruzeiros e se destinou ao consumo da população local e ao fabrico de queijo e manteiga.

Os agricultores e pecuaristas contam com a assistência do Pôsto Agropecuário de Sobral, 20.ª Região Agrícola, Pôsto de Criação de Sobral, Horto Florestal de Sobral e Pôsto de Vigilância Sanitária Animal. Junto dos açudes públicos Aires de Sousa e Forquilha, funcionam dois serviços agropecuários, que muito vêm influindo no aumento da produção agrícola do município.

Em 1956, os produtos extrativos de Sobral foram estimados em 49 094 milhões de cruzeiros, assim distribuídos: de origem vegetal — Cr$ 40 677 000,00; de origem animal — Cr$ 5 345 000,00; e de origem mineral —...... Cr$ 3 072 000,00. Apresentaram maior rendimento econômico, pela ordem decrescente de valor, a extração de cêra de carnaúba, lenha, madeira para construção, peixes, semente de oiticica e peles de animais silvestres e pedras para construção.

Conforme revela o Recenseamento Geral de 1950, .. 53,95%, das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), trabalhavam na agricultura, pecuária e silvicultura. Foram recenseadas 1 706 propriedades rurais, com uma área de 171 989 hectares.

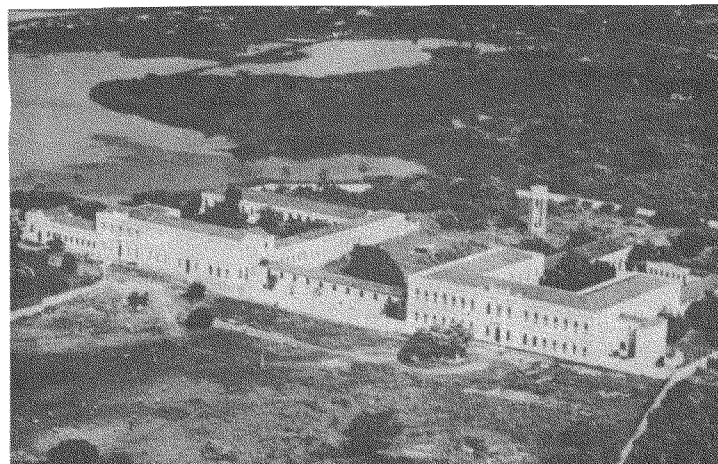
Sobral possui o maior parque industrial do interior do Estado.

O Registro Industrial de 1956 constatou a existência de 507 estabelecimentos, cuja produção se elevou a 332,835 milhões de cruzeiros, assim distribuídos: Cr$ 301 927 000,00 para 49 unidades fabris, com 5 pessoas e mais e .... Cr$ 30 908 000,00 para 458, com menos de 5 pessoas. Estão incluídos nesse último grupo estabelecimentos rotineiros, desprovidos de organização e situados em fazendas e sítios.

Os ramos industriais que apresentaram maior índice de produção foram: indústria têxtil (beneficiamento de algodão e fabricação de tecidos) — Cr$ 134 912 000,00; extração de óleos vegetais — Cr$ 105 805 000,00; panificação e massas alimentícias — Cr$ 13 545 000,00; bebidas e refrigerantes — Cr$ 11 904 000,00; indústrias da madeira — Cr$ 9 000 000,00 e cêra de carnaúba, de que é grande produtor o município.

As indústrias agropecuárias (queijo, manteiga, farinha de mandioca, etc.) contribuíram com mais de 9 milhões de cruzeiros e, com menores parcelas, a produção de sabão, couros e peles curtidas, ladrilhos de cimento (mosaicos), medicamentos populares, perfumes, calçados, tijolos e telhas, vestuário, café moído, doces, vinagre, etc.

No valor total da produção está incluída a importância correspondente a 3 200 milhões de kW, produzidos em em todo o município, como também, Cr$ 29 962 000,00, relativos ao valor total das carnes, banha, couros, etc. de 4 802 bovinos, 3 095 suínos, 485 ovinos e 1 043 caprinos, abatidos para o consumo público, no Matadouro Municipal da cidade.

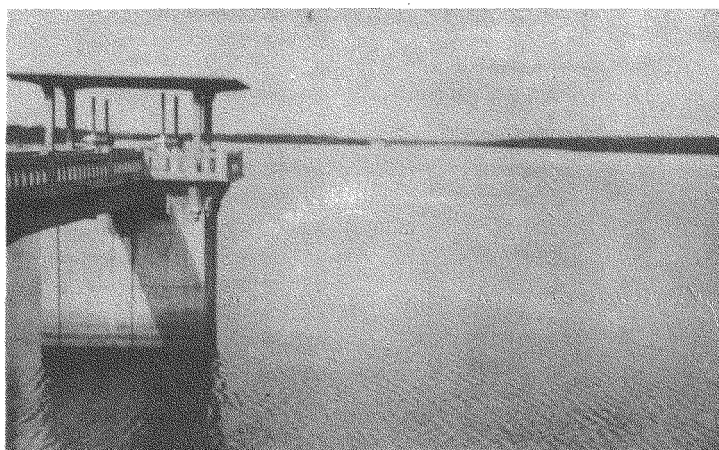
Os estabelecimentos industriais mais importantes são: *Fábrica Sobral* — tecidos de algodão cru, sacos de algodão, rêdes de dormir, fios em novêlo, pluma de algodão, etc. *Usina João Alfredo* — sabão, óleos, pluma de algodão, caixotaria, etc. *Usina São José* — pluma de algodão, arroz pilado, óleos vegetais, etc. *Usina Simplex* — pluma de algo-

Seminário Diocesano

dão, etc. *Usina Santa Luzia* — óleos vegetais, pluma de algodão, etc. *Fábrica Randal* — óleos vegetais, sabão, pluma de algodão, etc. *Usina Cidao* — óleos vegetais e sabão. *Fábrica de Mosaico Sobral* — ladrilho de cimento (mosaico). *Movelaria Fibrala* — móveis de madeira, etc. *Movelaria São José* — móveis de madeira, etc. *Curtume Sobralense* — solas, peles curtidas, etc. *Fábricas Hermano* — bebidas, refrigerantes, vinagre, caixotaria, etc. *Fábrica Santa Catarina* — bebidas, refrigerantes, vinagre, etc. *Fábrica São Francisco* — bebidas. *Fábrica Del Rio* — refrigerantes. *Serraria Sobral* — diversos artigos. *Laboratórios Frota* — medicamentos populares. *Laboratório Rangel* — medicamentos populares. *Usina Dr. José Sabóia* — energia elétrica.

Uma atividade típica do município e digna de nota é a industrialização da palha de carnaúba, que é transformada em vários artigos notadamente nos célebres chapéus de palha de Sobral, exportados em grande escala para outros Estados, sendo os mais perfeitos, comparáveis com os afamados chapéus de chile de Panamá. Várias emprêsas locais exploram o comércio de artigos de palha de carnaúba, cujo volume de negócios é bastante expressivo, com repercussão econômica para a vila do município.

COMÉRCIO E BANCOS — Operam na sede do município 72 estabelecimentos comerciais atacadistas, 430 varejistas. O comércio de Sobral mantém intercâmbio com as praças de Fortaleza, Teresina, Parnaíba, São Luís do Maranhão, Recife, São Paulo, Natal, Curitiba, Rio Grande do Sul, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Belém do Pará. Os principais artigos de importação são tecidos, louças, miudezas, ferragens, bebidas, farinha de trigo, manteiga, arroz, farinha de mandioca, fósforos, couros, peles, medicamentos, madeira beneficiada, peças e acessórios para automóveis, lâmpadas e material elétrico, máquinas, artigos de armarinho e de adôrno, calçados, combustíveis, etc. Sobral exporta: cêra de carnaúba, semente de oiticica, couros e peles, óleos vegetais, plumas de algodão, medicamentos populares, mamona, chapéus de palha, etc.

O Censo Comercial de 1950 apurou a existência de 473 estabelecimentos varejistas e 55 atacadistas em todo o município de Sobral. As vendas realizadas em 1949, pelo comércio varejista foram da ordem aproximada de 27 milhões de cruzeiros, enquanto no comércio atacadista estas atingiram pouco menos de 58 milhões, o que revela ser o município de Sobral uma praça comercial sobremodo ativa

Cadeia Pública

Vista panorâmica do açude Jaibaras

e assaz desenvolvida. Com êsses números, Sobral ocupava o 1.º lugar entre os municípios do interior do Estado quanto ao comércio atacadista e o 2.º, no tocante ao comércio varejista.

O comércio conta com seu órgão de defesa que é a Associação Comercial de Sobral.

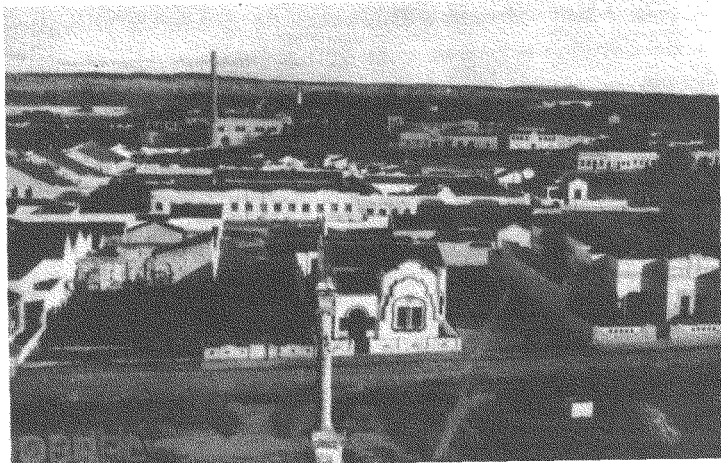
Funcionam na sede municipal 4 estabelecimentos bancários, sendo 1 matriz (Banco de Crédito Popular de Sobral) e 3 agências, inclusive a do Banco do Brasil S. A., cujo movimento financeiro toma lugar de destaque entre as demais organizações bancárias do interior do Estado.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pela Estrada de Ferro de Sobral pertencente à Rêde de Viação Cearense que mantém em seu território duas estações, e por várias rodovias, inclusive a de Fortaleza—Teresina.

A cidade possui um campo de aviação, no qual pousam, diàriamente, 2 aviões comerciais do Consórcio Real-Aerovias. Há linhas regulares de ônibus e caminhões e apreciável movimento ferroviário.

Liga-se com as cidades vizinhas e com a Capital do Estado, pelos seguintes meios de transporte: Canindé — rodoviário, 228 km, via Itapagé e 272 km, via Santa Quitéria; Cariré — ferroviário (R.V.C.), 33 km; rodoviário — 42 km, ou carroçável, 36 km; Coreaú — rodoviário, 60 km; Ibiapina — rodoviário, 96 km; Itapagé — rodoviário, 108 km; Itapipoca — rodoviário, 189 km ou ferroviário (R.V.C.), 96 km; Santana do Acaraú — rodoviário, 36 km; Massapê — ferroviário (R.V.C.), 23 km ou rodoviário, 18 km; Santa Quitéria — rodoviário, 122 km; Meruoca, rodoviário, 25 km; Mucambo — rodoviário, 60 quilômetros; Capital Estadual — rodoviário e ferroviário (R.V.C.), 235 km ou misto: a) Camocim (ferroviário), 129 km; b) marítimo, 317 km; c) aéreo, 200 km.

Dispõe o município dos seguintes meios de comunicação: agência postal-telegráfica-telefônica do D.C.T.; agência telegráfica da Estação Ferroviária da R.V.C.; serviços de Radiocomunicação da Polícia Militar do Estado e do Consórcio Real-Aerovias, sendo as 3 últimas de uso privativo das respectivas entidades, funcionando todos na sede municipal. No interior do município situa-se uma agência telegráfica da R.V.C. e outras postais do D.C.T.

Estão instaladas na cidade de Sobral 4 estações particulares de radioamadores.

Vista panorâmica da cidade

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Sobral, com 22 628 habitantes (Recenseamento de 1950), está situada na margem esquerda do rio Acaraú, no ponto em que se cruzam a Estrada de Ferro de Sobral e a rodovia Fortaleza—Teresina. É ponto-chave do intercâmbio comercial entre os Estados de Piauí e Maranhão, servindo, ainda, de escoadouro à produção de diversos municípios da região.

Possui um admirável desenvolvimento industrial, comercial, bancário, educacional, cultural e urbano. Sobral é, com muita justiça, cognominada "Princesa do Norte".

Formada por 96 logradouros públicos, 47 pavimentados de concreto (15 713 m²), paralelepípedo (78 380 metros quadrados), pedra tôsca (175 500 metros quadrados), num total de 269 593 metros quadrados. Existem 16 logradouros arborizados e 1 ajardinado, em estilo moderno.

Conta 5 860 prédios nas zonas urbana e suburbana, dos quais perto de 4 800 são residenciais. Um conjunto de "Casas Populares", recentemente construído, ocupa um dos seus bairros mais populosos.

Sobral é servida por ótima luz elétrica pública e particular, com 3 870 ligações domiciliárias. O fornecimento de energia para luz e fôrça é feito ininterruptamente. O Serviço Telefônico Municipal registra 300 aparelhos automáticos instalados. Água encanada do Abrigo Sagrado Coração de Jesus, de propriedade da Diocese de Sobral, abastece a cidade. Contam-se 31 logradouros e 450 prédios servidos por êsse melhoramento e, ainda, mais 3 chafarizes públicos. O serviço de limpeza pública e remoção de lixo mantido pela municipalidade, beneficia 84 vias públicas e 4 640 prédios.

Como meio de hospedagem há 2 hotéis e 5 pensões, com diária média de Cr$ 120,00.

Na repartição competente estavam registrados, em 1956, os seguintes veículos: 20 automóveis, 92 caminhões, 20 camionetas, 110 jipes, 92 motocicletas, 235 bicicletas e 64 carroças. Há duas praças de carros de aluguel servindo a população citadina.

Os prédios mais importantes são: Igreja Catedral, Ginásio Santana, Palace Clube, Palácio Episcopal, Santa Casa de Misericórdia, Abrigo Sagrado Coração de Jesus, Colégio Sobralense e Seminário Diocesano.

A Comissão do Vale do Acaraú, entidade federal, recentemente fundada, está procedendo aos necessários estudos para dotar a cidade de Sobral de um serviço de abastecimento de água à altura do seu desenvolvimento.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município é bem servido no campo da assistência médico-sanitária, contando com diversos estabelecimentos hospitalares: Santa Casa de Misericórdia, Casa de Saúde S. José, Maternidade Dr. Manuel Marinho de Saboia e Hospital do Kala-azar, com 205 leitos ao todo. Possui, ainda, 14 estabelecimentos de assistência médica, sem internamento, destacando-se o Pôsto Permanente de Higiene, estadual, Pôsto de Puericultura Dr. José Saboia, Pôsto da L.B.A., Ambulatório da Santa Casa de Misericórdia e Pôsto Médico do D.N.O.C.S. situado na vila de Jaibaras. Encontra-se também localizado na cidade de Sobral o Serviço de Endemias Rurais e o Pôsto do S.A.M.D.U., dispondo de 10 leitos. A população é assistida por 14 médicos, 11 dentistas, 6 farmacêuticos, 9 enfermeiros e 6 parteiras licenciadas.

Há, ainda, 10 farmácias, 4 laboratórios de análise e pesquisas clínicas, sendo 2 particulares e 2 de estabelecimentos oficiais de assistência médica e 8 instalações para diagnósticos e tratamentos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A assistência social é exercida através do Abrigo Sagrado Coração de Jesus (para velhos e crianças); Patronato Maria Imaculada (para môças); Escola Profissional São José (para menores abandonados); Patronato do Ginásio Santana (para môças) e Instituto dos Oblatos Diocesanos (para rapazes). Em 31 de dezembro de 1956 êsses estabelecimentos abrigavam 320 pessoas de ambos os sexos.

Também prestam assistência moral e material à população pobre, as seguintes instituições: 6 sociedades vicentinas; Associação Luíza de Marillac; Liga Sobralense de Proteção à Maternidade e à Infância; Sociedade Sobralense de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra; Associação das Senhoras de Caridade; Missão Rural, Clube das Mães e Núcleo da L.B.A.

A Associação dos Empregados no Comércio de Sobral; União dos Viajantes Comerciais de Sobral; Clube Artístico Sobralense; Sociedade dos Carregadores de Sobral; Associação dos Choferes de Sobral; 3 Círculos e 1 núcleo operário dão assistência diversa aos seus associados, que, em 31 de dezembro de 1956, eram em número de 2 180.

Funciona na sede municipal a Cooperativa Agrícola Mista de Sobral (central), fundada em 1956. Em 31 de dezembro do mesmo ano possuía 449 sócios. Tem o crédito, como principal finalidade.

Bacia hidráulica do açude público Forquilha

ALFABETIZAÇÃO — Conforme o Recenseamento Geral de 1950, possuía o município de Sobral 57 084 habitantes com 5 anos e mais. Dêste total, 27%, ou seja, 15 697, sabiam ler e escrever, sendo 7 735 homens e 7 962 mulheres. A sede do município contava 18 964 pessoas com a mesma idade escolar, das quais 8 280 eram alfabetizadas: 3 799 homens e 4 481 mulheres.

Ensino — Em 1956, havia 301 unidades escolares, de ensino fundamental comum, com a matrícula inicial de 5 006 alunos de ambos os sexos. A taxa de matrícula em 1950 atingiu 37,03% em Sobral e 24,3% no Estado do Ceará. O ensino extraprimário era ministrado por 28 estabelecimentos: Ginásio Sobralense, Ginásio São José, Ginásio Santana, Escola Técnica de Comércio São José, Seminário Diocesano São José (menor), Ginásio Municipal Caiçara, Escola Industrial Doméstica, Aeroclube de Sobral, Escola Profissional São José, Curso de Datilografia professôra Percina B. Dias, Curso de Datilografia professôra Maria Dolores Paula, Curso de Datilografia professôra Umbelina Soares Angelim, Curso de Piano Nossa Senhora das Graças, Curso de Piano da professôra Maria Pompeu Fortuna, Curso de Datilografia da professôra Maria Pompeu Fortuna, Curso de Ação Social de Sobral (bordado), Curso do Abrigo Sagrado Coração de Jesus, Curso do Patronato Ginásio Santana, Curso de Instituto Oblatos Diocesanos, Escola de Aprendizagem do Círculo Operário de Sobral, Curso de Corte e Costura do SESI, Iniciação profissional José Sales Félix, Curso de Iniciação profissional Francisco N. Fonseca, Curso de Iniciação professôra Maria Luciana Lopes, Curso de Iniciação professôra Maria do Livramento Carvalho, Curso de Prendas Domésticas e Curso de Artes e Ofícios. O número de matrículas nos estabelecimentos de ensino médio totalizou 830 alunos: 395 masculinos e 435 femininos. Lograram concluir o curso 35 estudantes: 12 homens e 23 mulheres.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há na na cidade um rico e bem organizado museu, denominado "Museu Diocesano de Sobral", pertencente à Diocese, que constitui uma das grandes realizações de seu Bispo, D. José Tupinambá da Frota. É considerado o terceiro museu mais importante do Brasil.

Funcionando, regularmente, existem na sede municipal 5 bibliotecas semipúblicas, assim denominadas: Biblioteca de Associação dos Empregados no Comércio de Sobral, com 2 052 volumes; Biblioteca do Clube Artístico Sobralense, com 2 930 volumes; Biblioteca Cordeiro de Andrade, com 1 200 volumes; Biblioteca do Seminário Diocesano São José, com 1 100 volumes e Biblioteca da Academia Sobralense de Estudos e Letras, com 960 volumes.

Coluna da Hora, na Praça Dr. José Sabóia

O órgão de publicidade de maior circulação é o "Correio da Semana", bissemanário literário e noticioso, da Diocese de Sobral. São editadas, também, as revistas literárias: Reino de Cristo (mensal); Betânia (trimestral); Revista da Academia Sobralense de Estudos e Letras (semestral); Revista Lux (trimestral), da Associação Atlética Banco do Brasil. Mensalmente circulam os pequenos periódicos: Voz do Povo, Clarim, Fôlha Sobralense, O Idealista e O Município, órgão da administração municipal, êste último.

Existem 8 associações esportivas e culturais, destacando-se a Academia Sobralense de Estudos e Letras, Grêmio Recreativo Sobralense, Tabajara Tênis Clube, Clube Artístico Sobralense e Associação Atlética do Banco do Brasil. Há também uma Loja Maçônica e um Núcleo do Lions Club.

O Derby Clube Sobralense vem desenvolvendo as suas atividades turfistas em concorridas temporadas. O futebol é o esporte preferido em Sobral, existindo vários conjuntos futebolísticos.

Na sede municipal funciona, com repercussão em tôda a zona norte do Estado, a Rádio Iracema de Sobral .... (ZYH-22), de onda média, na freqüência de 1 450 kc. Máxima de freqüência anódica 420 w e na antena 250 w, com 13 horas de funcionamento diário.

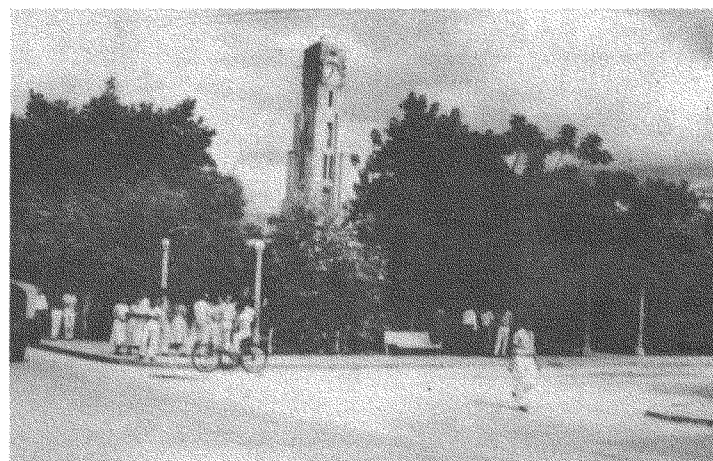
Contam-se na cidade os cines Rangel e São João, com 425 e 470 lugares, respectivamente, e regular movimento de espectadores.

Funcionam na sede municipal 3 livrarias e 6 tipografias regularmente montadas.

O povo de Sobral constitui uma sociedade culta e civilizada, sendo um fecundo celeiro de homens ilustres e eminentes, que se destacam nos altos postos da política, das artes, das letras e das armas.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	2 034	3 796	1 881	1 214	2 349
1951.......	3 664	5 026	2 250	1 523	2 349
1952.......	3 668	7 086	2 730	1 716	2 915
1953.......	4 207	8 164	3 071	1 692	3 677
1954.......	4 532	9 658	3 472	1 759	3 801
1955.......	8 305	14 936	4 519	2 021	4 492
1956.......	9 513	20 477	6 672	1 315	3 213

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Herma do Coronel Joaquim Ribeiro, Coluna Comemorativa da Fundação da cidade de Sobral, Coluna Comemorativa da Passagem do Eclipse em 1919, Coluna Comemorativa da Primeiro Congresso Eucarístico de Sobral, Monumento do Cristo Redentor, Monumento de São Cristóvão, Coluna da Hora, Arco do Triunfo, encimado pela imagem de Nossa Senhora de Fátima, construído em memória de sua passagem pela cidade de Sobral, todos erguidos nos principais logradouros públicos da sede municipal.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As procissões tradicionais que se realizam na cidade são as da Semana Santa, a de Corpus Christi (festa móvel), de São Francisco das Chagas (a 4 de outubro) e da padroeira, Nossa Senhora da Conceição (dia 8 de dezembro), precedidas estas duas últimas de novena.

Os folguedos populares de maior evidência são as festas matutas que se realizam às vésperas de São João e São Pedro, em junho. Chitão, como se denominam estas festas, tem sentido regionalista interessante, atraindo pessoas da Capital do Estado e de outros municípios.

As festas do carnaval se revestem, também, de singular animação, não só nas ruas como nos clubes elegantes e populares da cidade.

VULTOS ILUSTRES — *Dr. Domingos Olímpio Braga Cavalcante* — Jornalista e admirável cronista, romancista consagrado; escreveu, entre outras obras, "Luzia Homem", trabalho de inconfundível valor sôbre os costumes do Nordeste, talvez até hoje não ultrapassado. Falecido. *Doutor Jerônimo Tomé da Silva* — Formado em Filosofia e Teologia pela Universidade Gregoriana em Roma, onde se ordenou. Ocupou os mais altos cargos eclesiásticos, foi bispo do Pará e, por fim, arcebispo-primaz do Brasil. Falecido. *Coronel Francisco Frederico Figueira de Melo* — Brilhante oficial do nosso Exército, morreu heròicamente na Guerra do Paraguai como comandante do 26.º Batalhão de Caçadores. *General Tertuliano de Albuquerque Potiguara* — Ilustre oficial superior do Exército, honrou o Brasil como um bravo e grande estrategista durante a Primeira Guerra Mundial. Falecido. *Conselheiro Antônio Joaquim Rodrigues Júnior* — Notável político de grande prestígio e vasta projeção, foi deputado-geral, vice-presidente da Província do Ceará e Ministro de Estado (Ministério Lafayete). Falecido. Fortaleza cultua sua memória com uma extensa rua ostentando seu glorioso nome. *Francisco Miguel Pereira Ibiapina* — Um dos célebres vultos da Confederação do Equador, tendo representado o Ceará como deputado ao Congresso do Recife. Morreu fuzilado na Praça dos Mártires em Fortaleza, hoje denominada "Passeio Público". *Dr. João Ernesto Viriato de Medeiros* — Formado em Matemática pela antiga Academia Militar e também engenheiro competentíssimo; foi deputado e senador pelo Ceará e era cavaleiro da Ordem de S. Bento de Aviz. Desempenhou importantes missões na Europa e na América do Norte. Autor de avultado número de trabalhos de valor. Falecido. *Dr. João Tomé da Silva* — Bacharel em Direito, político de escol, tendo sido presidente das províncias de Santa Catarina, Alagoas e Espírito Santo; era cavaleiro da Ordem da Rosa e professor ilustre. Falecido. *Dr. João Tomé de Saboia e Silva* — Engenheiro notável, político austero; foi presidente do Ceará e senador da República. Falecido. *Coronel Joaquim Ribeiro da Silva* — Oficial honorário do Exército, pelos relevantes serviços prestados na guerra do Paraguai. Era oficial das Ordens do "Cruzeiro" e de "Cristo". Tomou parte ao lado do Govêrno na Guerra Civil dos Balaios, no Rio Grande do Sul. Falecido. *Dr. José Saboia de Albuquerque* — Político de grande destaque tendo sido magistrado de relêvo; foi promotor e juiz em sua terra e secretário de Estado no Ceará. Falecido. *Dr. José Júlio de Albuquerque Barros* (Barão

Fábrica de Tecidos Ernesto Deocleciano

de Sobral) — Bacharel em Direito, foi promotor público em sua terra; diretor da Instrução Pública, diretor do Liceu do Ceará, deputado, presidente do Ceará e do Rio Grande do Sul. Foi ainda procurador-geral da República. Falecido. *Dr. Vicente Alves de Paula Pessoa* (Conselheiro) — Bacharel em Direito; foi magistrado em várias comarcas do Ceará, em Sergipe e no Rio Grande do Norte; desembargador da Relação do Pará, da qual foi presidente, recebendo o título de conselheiro; aposentado, a pedido, em 1880, com as honras de Ministro do Supremo Tribunal. Presidiu as Províncias do Rio Grande do Norte e Ceará. Foi ainda escolhido senador pelo Ceará. Deixou importantes obras de Direito, notadamente do ramo penal. Falecido. *Dom José Tupinambá da Frota* (bispo-conde de Sobral) — Dr. em Filosofia e Teologia; primeiro bispo da Diocese de Sobral; vulto exponencial do clero cearense, figura de grande influência na zona norte do Estado; culto, operoso, inteligente e humanitário, exerce com tôda justiça destacada ascendência moral sôbre o povo da sua gleba. Sobral deve-lhe uma larga soma de serviços. *Coronel Alcebíades Dracon Barreto* — Ilustre oficial do Exército, em cujas fileiras era figura de realce; exerceu as mais importantes comissões de caráter militar e foi presidente do Departamento Administrativo do Estado. Falecido. *Doutor Álvaro Otoni do Amaral* — Bacharel em Direito, notável jornalista; em Sobral, redatoriou "A Cidade" e em Fortaleza, "A Capital". Falecido. *Des. Antônio Sabino do Monte* — Grande sabedor da ciência jurídica e magistrado de longo tirocínio; foi desembargador da Relação em Fortaleza. Foi também deputado estadual, chefe de polícia e secretário de Estado. Presidiu os destinos da Paraíba. *General Domingos Jesuíno de Albuquerque* — Ilustre oficial superior do nosso Exército; professor da Escola Militar; exerceu em 1908 o cargo de prefeito do Alto-Acre. *Dr. Domingos Sérgio de Sabóia e Silva* — Engenheiro de renome, político de destaque, tendo sido eleito em três legislaturas seguidas, deputado federal. *Des. Esmerino Gomes Parente* — Magistrado no Ceará, no Amazonas e em Pernambuco. Nomeado desembargador do Maranhão, daí foi removido para a Relação do Ceará onde se aposentou. Ocupou os cargos de chefe de polícia do Amazonas, Pará e Ceará. Foi vice-presidente do Ceará, tendo por esta ocasião dirigido os destinos de sua terra natal. Foi, ainda, presidente da Paraíba e deputado em várias legislaturas. Falecido. *Conselheiro Francisco*

Domingues da Silva — Promotor público em Recife; deputado-geral por Pernambuco; chefe de polícia do Ceará e seu representante nas legislaturas de 1850 a 1857 sendo reeleito em 1860 e em 1876. Desembargador da Relação de Pernambuco quando foi nomeado ministro do Supremo Tribunal. Faleceu em 1886. *Francisco Pedro dos Santos* — Foi um bravo voluntário da Pátria, durante a Guerra do Paraguai, de onde voltou com o peito estrelado de condecorações; reformado no pôsto de capitão em reconhecimento da sua brilhante fôlha de serviço prestado. *Doutor João Marinho de Andrade* — Médico de renome, foi deputado estadual pelo Ceará, prefeito de Fortaleza e deputado federal. *Padre João Scaligero Augusto Maravalho* — Professor no Seminário de Fortaleza, Vigário em Quixadá, transferiu-se para o Rio de Janeiro onde se notabilizou como jornalista e escritor. Tradutor de vários livros apologéticos. Falecido. *Dr. José Antônio de Figueredo Rodrigues* — Médico de reputação. Foi chefe do Serviço de Saneamento do Amazonas e deputado federal pelo Ceará. *D. José Lourenço da Costa Aguiar* — Figura de destaque do clero cearense, Cura de Fortaleza e sucessivamente Vigário-geral no Amazonas e Cura da Sé em Belém. Vigário-geral do Bispado do Pará. Enveredou pela política tendo sido eleito em vários períodos, deputado pelo Pará, na Assembléia Geral. Em junho de 1893, foi nomeado bispo do Amazonas. Fazia parte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Geográfico de São Paulo. Falecido. *Des. José Moreira da Rocha* — Magistrado; desembargador da Relação do Ceará; secretário de Estado. Presidiu os destinos da terra cearense no quatriênio de 1924-28. Foi também deputado federal. Falecido. *Padre Dr. Justino Domingues da Silva* — Ordenou-se em Olinda e enveredando pela política foi deputado-geral em sucessivas legislaturas; formou-se em Direito e ocupou por mais de uma vez o cargo de diretor da Instrução Pública. Era lente do Liceu e fiscal da Faculdade de Direito. *Dr. Manoel do Nascimento Alves Linhares* — Fidalgo cavaleiro da Casa Imperial. Formado pela Escola Central de Engenharia no Rio de Janeiro, na qual se matriculou em 1863, membro da Soc. de Geografia do Rio e do Clube de Engenharia. Falecido. *Dr. Massilon Sabóia de Albuquerque* — Médico e cientista; tem ocupado importantes cargos e comissões de relêvo. É autor de vários trabalhos de reconhecido valor científico. *Newton Craveiro* — Jornalista e sociólogo, foi inspetor do Ensino com real proveito para a causa da instrução; publicou vários livros didáticos entre os quais figuram "João Pergunta" e "Quem é o Sertanejo". Falecido. *Paulo Aragão* — Professor de largos recursos, poeta e "compteur" de fina sensibilidade. *Des. Raimundo Furtado de A. Cavalcante* — Magistrado no Estado do Rio e no Paraná, desembargador da Relação do Maranhão, de onde foi removido para a de São Paulo e desta foi presidente durante longos anos; foi também chefe de polícia em Minas Gerais, no Paraná e em São Paulo. Falecido. *Doutor Raimundo Pimentel Gomes* — Formado pela Escola Agrícola Luís de Queirós, de Piracicaba, São Paulo. Foi inspetor do Serviço Estadual do Algodão no Ceará e diretor da Produção Vegetal da Paraíba, repartição que reorganizou modelarmente. Foi diretor da "Escola de Agronomia do Nordeste" em Areias, Paraíba. Infatigável propugnador da agricultura racional, os jornais e revistas estão cheios dos seus judiciosos escritos. *Dr. Rui de Almeida Monte* — Médico de renome; foi professor e diretor do Liceu do Ceará; deputado estadual, secretário de Estado, e presidente do Instituto do Algodão. Foi ainda secretário de Agricultura e Obras Públicas. Falecido. *Comendador Tobias Laureano Figueira de Melo* — Comendador da Ordem da Rosa, Brasil e da Ordem de Cristo, Portugal, e grande filantropo; era sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Dr. Tomaz Antônio de Paula Pessoa* — Formado em Direito pela Faculdade de São Paulo em 1858; foi juiz de Sobral e de São Benedito; homem de gabinete, calmo e desapaixonado, "escreveu memórias e crônicas mui curiosas e de alto valor" e traduziu para o vernáculo diversos livros estrangeiros, inclusive a História da Inglaterra de Macaulay. Falecido. *Dr. Vicente Cândido Figueredo de Sabóia* (Visconde de Sabóia) — Formado em medicina e professor da Faculdade do Rio de Janeiro de que foi Diretor; foi médico do Paço e desempenhou na Europa as mais elevadas comissões; é autor dum grande número de obras importantes sôbre medicina, cirurgia e filosofia. Falecido. *Dr. Virgílio Augusto de Morais* — Advogado de vasta clientela em Fortaleza; professor da Faculdade de Direito e profundo conhecedor da ciência jurídica e especialmente do Direito Comercial. Falecido. *Coronel Ananias Arruda* (comendador) — Figura de real valor, jornalista de renome, político de grande envergadura, e um dos maiores propagadores da doutrina cristã, tendo sido agraciado com o título de comendador. Foi Prefeito de Baturité onde fêz brilhante administração. Ali fundou e dirige o semanário católico "A Verdade". *Padre Pedro Cavalcante Rocha* — Paroquiou Ibiapina e Itapagé. Transferiu-se para Pernambuco e dali demandou para o Rio de Janeiro; em 1896, ingressou na Congregação dos Lazaristas e, ao morrer, em 1927, era o superior das missões na Arquidiocese da Bahia. *General Wicar de Paula Pessoa* — Ilustre oficial superior do nosso Exército e competente professor da Escola Preparatória de Fortaleza. *Deputado Francisco de Almeida Monte* — Figura exponencial da polícia cearense; deputado estadual, e duas vêzes deputado federal pelo nosso Estado. Homem de grande conceito, é líder da zona norte do Estado. Ocupa atualmente uma cadeira na Câmara dos Deputados Federais. *Dom Expedito Lopes* — Figura de realce do clero cearense; foi bispo de Oeiras, Piauí e Garanhuns (PE), onde morreu. *Cônego Antônio de Castro e Silva* — Deputado provincial e membro do Conselho da Província. Aposentado como capelão do cemitério. Pelas suas virtudes e sentimentos, foi figura exponencial do clero cearense.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A fonte denominada "Ôlho-D'Água do Pagé", no serrote do mesmo nome, com água quente e fria, oferece banhos termais, sendo mais visitada por pessoas estudiosas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A Diocese de Sobral é composta de 28 municípios e 38 paróquias, das quais 3 se localizam no município (2 na cidade e 1 no interior). Instalada em 10 de novembro de 1915, o seu primeiro bispo, até nossos dias, é o culto Prelado D. José Tupinambá da Frota.

As paróquias sediadas no município de Sobral têm as seguintes invocações: Paróquias de Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Patrocínio (na Cidade) e Santo Antônio de Pádua (na vila de Aracatiaçu), fundadas, respectivamente, nos anos de 1757, 1916 e 1862. Contam 35 templos, dos quais 29 ficam na cidade, destacando-se dentre os demais a Catedral.

Os ofícios religiosos são celebrados por 27 sacerdotes do clero secular. As 38 associações religiosas, com elevado número de membros, propagam a fé católica.

No ano de 1956, foi observado, nas paróquias do município, o seguinte movimento religioso: 5 957 batizados, 730 casamentos, 3 292 crismas, 326 449 comunhões, 387 extremas-unções, 82 encomendações e 23 procissões.

A Diocese de Sobral, além do Museu Diocesano, mantém o Seminário S. José, a Santa Casa de Misericórdia, a Casa de Saúde São José, o Abrigo Sagrado Coração de Jesus e outros estabelecimentos e instituições de vulto, nos setores da instrução, assistência, social, etc.

É professado o Culto Protestante pelas igrejas Evangélica, Pentecostal e Batista, com reduzido número de adeptos; há também o Culto Espírita.

O município é dividido em duas varas criminais e, administrativamente, em 8 distritos. Funcionam, na cidade, 4 cartórios públicos, inclusive o eleitoral.

Conta a cidade de Sobral um Tiro de Guerra, Batalhão da Polícia Militar, Aeroclube, Polícia Rodoviária, Serviço de Trânsito, Agências do I.A.P.C. e I.A.P.I., de Transporte, de Seguro e Capitalização, etc.

Além das instituições de caridade, de beneficência mutuária, culturais esportivas, etc. existem na cidade 6 associações classistas, dentre as quais 3 sindicatos.

Os veículos que transitam por Sobral são atendidos por 21 oficinas, 8 bombas de gasolina e 1 pôsto.

Militam no município 5 advogados, 6 engenheiros, 5 agrônomos, 4 agrimensores, 1 veterinário, 5 radiotécnicos e 30 mecânicos, além de 14 médicos, 11 dentistas, 6 farmacêuticos, 6 parteiras e 9 enfermeiras.

Existem no município cêrca de 40 açudes com a capacidade aproximada de 190 milhões de metros cúbicos, destacando-se, pelo volume de água e utilização, o Aires de Sousa e o Forquilha, construídos pelo Govêrno Federal.

Dos 17 404 eleitores inscritos, votaram 8 266, nas eleições gerais de 1954.

Sobralenses é como se denominam os filhos do município.

"O nome que substituiu o primitivo Caiçara foi o de Vila Distinta e Real de Sobral, dado pelo ouvidor do Ceará, Carneiro e Sá que, conforme se pensa, era natural do distrito de Sobral, freguesia ou município de Viseu, ao norte de Portugal, nome de origem latina: de suber, souvereiro (árvore), com a terminação portuguêsa *al*, abundância, Souvereiral alterou-se em Sobral — "abundância de souvereiros". A denominação de Januária do Acaraú, imposta pela Lei n.º 229, de 12 de janeiro de 1841, foi uma homenagem à princesa Januária, irmã de d. Pedro II" (O Ceará — 2.ª Edição — 1945 — Raimundo Girão e Antônio Martins Filho).

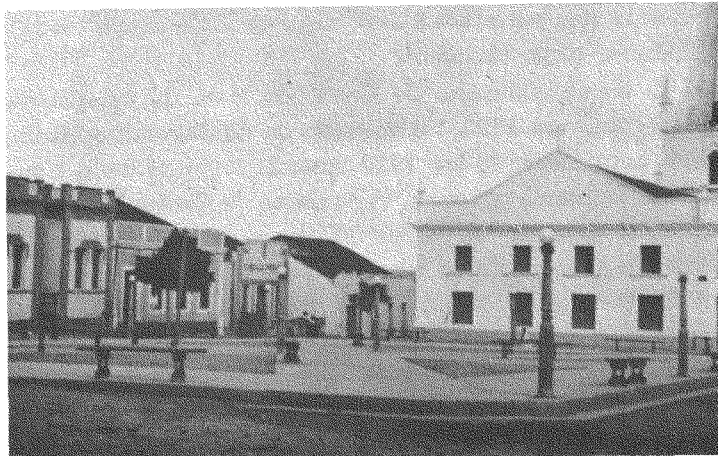
SOLONÓPOLE — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O município de Cachoeira passou a denominar-se Solonópole (Decreto n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943) em homenagem a um de seus mais ilustres filhos — Manoel Solon Rodrigues Pinheiro — bacharel e jornalista famoso que faleceu no Amazonas, depois de haver prestado relevantes serviços à sua terra natal, como político de notável atuação. A antiga denominação (Cachoeira) originou-se da existência de uma poética e encantadora queda de água, formada no leito por onde correm as águas mansas do riacho do Sangue.

O município nasceu da fazenda Umari, onde sentou moradia o bravo colonizador Manoel Pinheiro do Lago, cognominado "o Abraão do Jaguaribe", português, hábil no trato com os colonos, chefe de família numerosa, cujos ramos se estenderam por todo o território nacional e deram ao Brasil vultos de notável relêvo nas letras, na política e no comércio.

Em 1821 os serviços da matriz eram concuídos e, a partir de 19 de dezembro, instituído o seu paroquiato, sendo primeiro Vigário o padre Pedro Pinheiro Landim.

Solonópole é terra de lendas interessantes e tradições revividas com carinho pelo seu laborioso povo. Narrativas impressionantes estão ligadas à vida religiosa do município e ao mui venerado Bom Jesus Aparecido de Cachoeira, padroeiro da freguesia. Contam que, certo dia, ao cair da tarde, um dos escravos apascentava o rebanho do fazendão Cachoeira, do ten.-gen. Manoel Pinheiro do Lago, quando viu reluzir, por entre o matagal escasso, um objeto de metal. Pressuroso, o negro aproximou-se e viu que se tratava de um belo crucifixo, de pouco mais de um palmo. Cheio de alegria, o escravo abandonou as ovelhas e correu à casa-grande para dar a nova aos seus patrões. A espôsa do velho fazendeiro, D. Rita das Dores Pinheiro, ficou a um tempo surprêsa e alegre com o precioso achado, apressando-se em colocá-lo no santuário. Entretanto, às primeiras horas do dia seguinte, era notada a falta do crucifixo que, depois de vasculhadas tôdas as dependências do casarão, veio a ser encontrado no exato local onde fôra achado. D. Rita, confusa, guardou a pequena cruz dentro de um baú de couro, fechando-o com muita segurança. E qual não foi sua surprêsa e de todos os da fazenda quando, no outro dia, o crucifixo não se encontrava no baú, a despeito de não ter sido o mesmo violado. Meio aterrorizada, D. Rita reuniu

Praça Silvino Barreira

Agência dos Correios e Telégrafos

os familiares e fêz a promessa de mandar construir uma capela e nela depositar, caso fôsse encontrada, a imagem do crucifixo. Passada a noite, foi o baú aberto, ali encontrando-se o histórico crucifixo. Construída a capela, foi exposto à veneração dos fiéis o milagroso achado.

Outra narrativa importante é a que se relaciona com o primeiro milagre obtido do santo crucifixo. Conduzido por Maria de São José, muda, filha de Simião Correia Lima Landim e Ana Rosa Pinheiro, restituiu à sua condutora a voz em plena caminhada. A partir de então se iniciou romaria constante à fazenda e sucederam inúmeros milagres atribuídos a Bom Jesus Aparecido da Cachoeira.

O município foi criado pela Lei provincial n.º 1 337, de 22 de outubro de 1870, com território desmembrado de Jaguaribe-Mirim. Com o núcleo elevado à categoria de vila assim se manteve até 1892, quando, por Decreto estadual n.º 20, de 20 de abril, foi suprimido o município, sendo, no entanto, restaurado no ano seguinte (Lei estadual número 67, de 9 de agôsto de 1893).

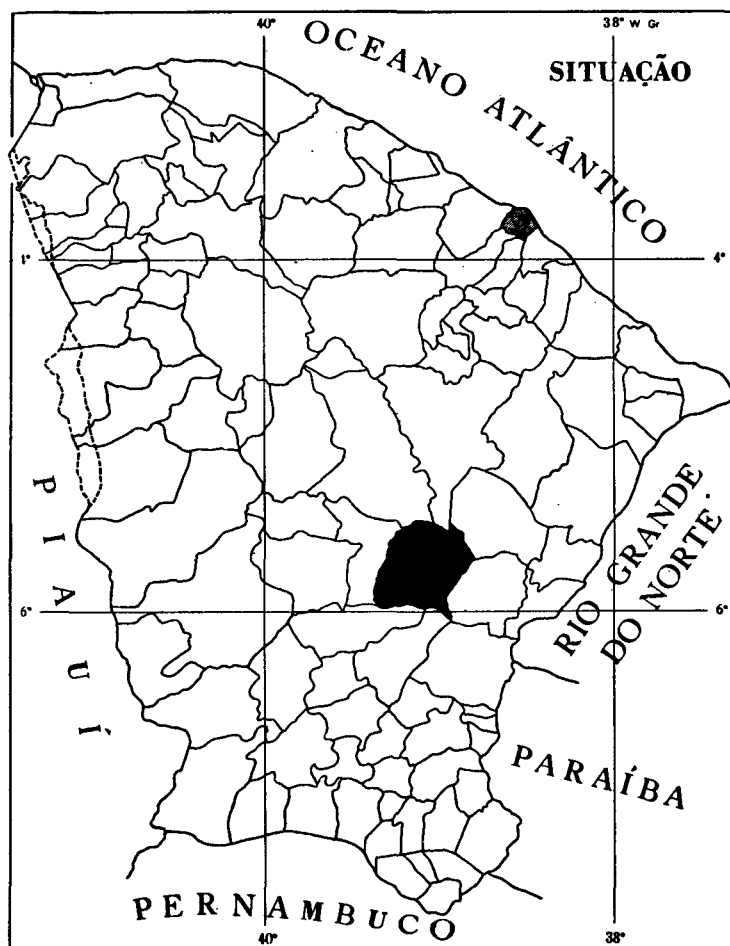
Na divisão territorial do Brasil de 1911, o município figura com os distritos de Cachoeira (sede), São Bernardo e Flôres Novas. Extinto em 1931 (Decreto estadual número 193, de 20 de maio), o município foi restaurado no govêrno do coronel Felipe Moreira Lima (Decreto estadual n.º 1 540, de 3 de maio de 1935), figurando na divisão vigorante em 1936 com os novos distritos de Boqueirão, Cangati, Carnaubinha, Conceição, Pasta e Cachoeira, acrescido de Milhã, em 1937.

Em 1938 a vila adquiriu foros de cidade (Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro).

O Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943, deu nova denominação aos distritos de Cachoeira e São Bernardo, que passaram a denominar-se Solonópole (sede) e Tataíra, respectivamente.

O têrmo judiciário de Cachoeira data da criação da vila; extinto em 1893, foi anexado ao de Jaguaribe-Mirim, assim permanecendo até 1917, quando foi restaurado e subordinado àquela comarca. A comarca de Cachoeira, criada em 1930 (Lei n.º 2 784, de 25 de julho), abrangendo o têrmo de Frade (antigo Riacho do Sangue), foi extinta em 1934 (Decreto n.º 1 271, de 29 de maio), passando, novamente, a simples têrmo da comarca de Jaguaribe e subordinando-se, posteriormente, à de Senador Pompeu. Em 1943, voltou para a comarca de Jaguaribe, situação em que permaneceu até 1948. Atualmente é comarca de primeira entrância (Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948).

Nas eleições realizadas a 3 de outubro de 1954 foram eleitos: Prefeito — José Rabêlo Machado. Vereadores: André Valdetário Pinheiro, Antônio Eliseu Pinheiro, Antônio Sigefredo Pinheiro, Francisco Odorino Pinheiro, Francisco Mozart Nogueira, José Alves Rolim, José Osterne Pinheiro da Silva, Manuel Alfredo Pinheiro Sobrinho e Raimundo Jarbas Rodrigues Pinheiro.

LOCALIZAÇÃO — O município localiza-se, fisiogràficamente, na Zona do Sertão Central, totalmente integrado no Polígono das Sêcas. Limita com os municípios de Senador Pompeu, Quixeramobim, Quixadá, Jaguaretama, Jaguaribe, Iguatu e Acopiara. A cidade dista da Capital do Estado, em linha reta, 224 quilômetros e possui as seguintes coordenadas geográficas: 5º 43' 58" de latitude Sul e 39º 00' 23" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 170 metros na sede municipal.

CLIMA — Quente e sêco. A temperatura oscila de 30 a 36 graus, com a maior freqüência em 32º centígrados. O período hibernal estende-se de janeiro a junho, entremeado de trovoadas.

ÁREA — Com 2 569 quilômetros quadrados, figura em 17.º lugar em relação à área das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território do município é plano na sua maior parte, e acentuadamente entrecortado pelos riachos do Sangue, dos Pedros, Manuel Lopes e Valente, que ali têm as suas nascentes. As principais elevações que o terreno apresenta são as serras do Luna, do Franco, do Chapéu e do Selado e os serrotes dos Tanques, da Porca Magra e do Junco.

RIQUEZAS NATURAIS — Barro (argila), berilo, tantalita, ambrigonita e jazidas calcárias são as principais riquezas minerais. Oiticicais e matas para extração de madeira, de construção e lenha, representam as vegetais. E, apenas pequenos animais silvestres e peixes de açudes e rios, as animais.

POPULAÇÃO — A população do município de Solonópole, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 20 525 habitantes (10 184 homens e 10 341 mulheres), sendo: brancos — 12 760 (6 394 homens e 6 366 mulheres); pretos — 5 073 (2 470 homens e 2 603 mulheres); pardos — 2 590 (1 271 homens e 1 319 mulheres); e sem declaração — 102 (49 homens e 53 mulheres).

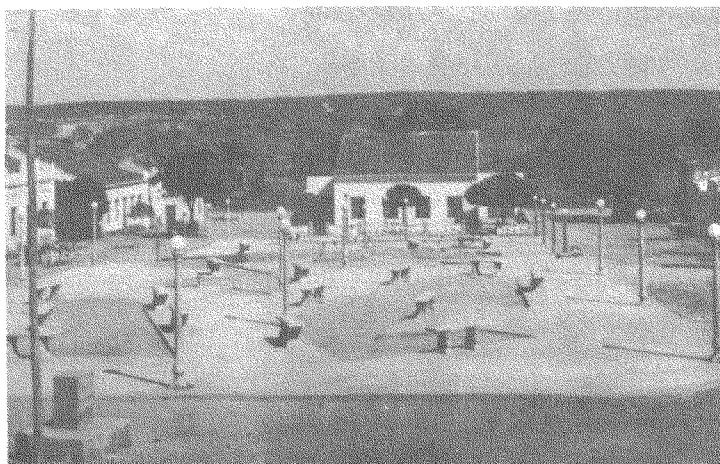
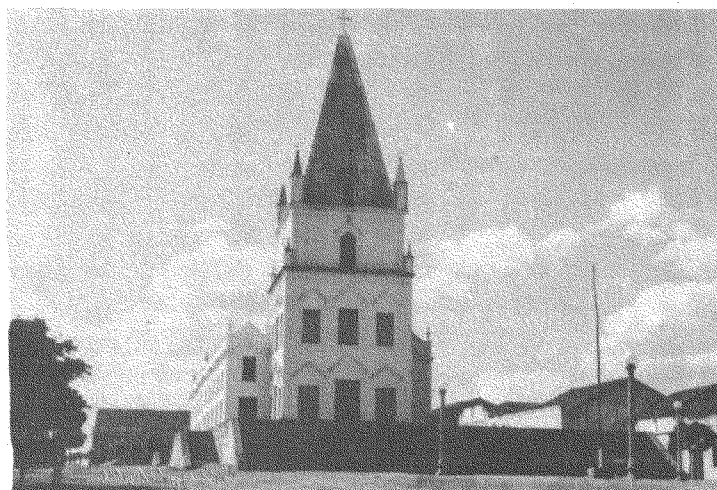
Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 11 043 (5 450 homens e 5 593 mulheres), 4 190 eram solteiras (2 158 homens e 2 032 mulheres); casadas — 6 193 (3 066 homens e 3 127 mulheres); desquitadas — 8 (4 homens e 4 mulheres); viúvas — 616 (210 homens e 406 mulheres); e sem declaração — 36 (12 homens e 24 mulheres).

Exceto 1 homem sem declaração, o restante da população era de nacionalidade brasileira, em número de 20 524 (10 184 homens e 10 340 mulheres).

Em religião, predominavam os católicos romanos, em número de 20 266 (10 054 homens e 10 212 mulheres); protestantes — 219 (110 homens e 109 mulheres); espíritas — 1 homem; sem religião — 1 mulher; e sem declaração — 38 (19 homens e 19 mulheres).

A densidade era de 7,98 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 92,64% se localizavam na zona rural, num total de 19 016 (9 457 homens e 9 559 mulheres).

Segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística, para 1.º de julho de 1957 conta o município de Solonópole o efetivo de 25 273 habitantes, verificando-se em relação ao Censo de 1950 um acréscimo de 4 748 habitantes, ou seja, 23,13%, quota superior à do Estado (18,54%).

Aglomerações urbanas — Eram 7 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Solonópole, com 518 habitantes (247 homens e 271 mulheres); a vila de Cangati, com 107 (49 homens e 58 mulheres); a vila de Carnaubinha, com 116 (50 homens e 66 mulheres); a vila de Flôres Novas, com 33 (19 homens e 14 mulheres); a vila de Milhã, com 278 (135 homens e 143 mulheres); a vila de Pasta, com 164 (85 homens e 79 mulheres); e a vila de Tataíra, com 293 (142 homens e 151 mulheres).

Praça do Comércio

Igreja-Matriz do Senhor Bom Jesus Aparecido

No quadro urbano da cidade e vilas, existiam 1 001 habitantes (466 homens e 535 mulheres) e no suburbano 508 (261 homens e 247 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As principais fontes de riquezas do município têm a sua razão de ser na agricultura e pecuária. Sendo de notar as culturas de algodão arbóreo, milho, batata-doce, arroz, feijão e cana-de-açúcar, produtos em que se baseia a economia local.

O Recenseamento Geral de 1950 revelou que 43% da população ativa — 10 e mais anos — de Solonópole se dedicavam à "agricultura, pecuária e silvicultura".

Dados elaborados pelo Departamento Estadual de Estatística, mostram que a safra agrícola do município elevou-se em 1955 a Cr$ 26 429 000,00, predominando os seguintes produtos: 28 000 sacos de 60 kg de milho ...... (Cr$ 3 360 000,00); 2 400 toneladas de batata-doce .... (Cr$ 2 400 000,00) e 16 200 arrôbas de algodão — .... (Cr$ 18 132 000,00).

Houve, ainda, produção de feijão, cana-de-açúcar, mandioca-brava e banana, porém em pequenas proporções.

Os excedentes agrícolas são exportados para as praças de Senador Pompeu, Iguatu e Orós.

A pecuária é a atividade que mais contribui para a economia municipal, de vez que o criatório é bem desenvolvido, possibilitando a exportação de gado para os mercados de Fortaleza e municípios do Estado do Rio Grande do Norte. O Departamento Estadual de Estatística estima em cêrca de 35 milhões de cruzeiros o valor do rebanho local, cujo efetivo, por espécie, era o seguinte: Bovinos — 18 000; eqüinos — 1 950; asininos — 900; muares — 1 200; suínos — 9 000; ovinos — 23 000 e caprinos — 15 000, por onde se constata que os maiores rebanhos eram os de bovinos, ovinos e caprinos.

A produção de leite foi da ordem de 950 mil litros (Cr$ 2 850 000,00); 120 000 dúzias de ovos .... (Cr$ 888 000,00); 14 000 quilogramas de queijo .... (Cr$ 420 000,00) e 7 000 quilogramas de manteiga .... (Cr$ 140 000,00).

COMÉRCIO — Estão em atividade na sede municipal 3 estabelecimentos varejistas. O comércio local realiza transações com as praças de Fortaleza, Iguatu e Campina Grande. Os principais artigos de importação são: tecidos, miudezas, ferragens, café, açúcar e combustíveis. O Censo Comercial revelou a existência de 31 estabelecimen-

Grupo Escolar Municipal

tos varejistas, em todo o município, os quais realizaram vendas em 1949 de pouco mais de 2 milhões de cruzeiros. Nesses estabelecimentos trabalhavam 37 pessoas, sendo 7 empregados.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município de Solonópole é servido por um campo de pouso. A ligação com os municípios vizinhos e com a Capital Estadual é feita por intermédio dos seguintes meios de transporte: Acopiara — rodoviário, 66 km; Jaguaretama — rodoviário, 42 km; Iguatu — rodoviário, 96 km; Jaguaribe — rodoviário, 72 km; Quixadá — rodoviário, 114 km; Quixeramobim — rodoviário, 109 km ou misto: a) rodoviário via Milhã, 56 km até Senador Pompeu e b) ferroviário (R.V.C.), 53 km; Senador Pompeu — rodoviário, 63 quilômetros; Capital Estadual — rodoviário, 408 km ou misto: a) rodoviário até Senador Pompeu — 63 km e b) ferroviário (R.V.C.) — 360 km.

Conta o município duas agências do Departamento Regional dos Correios e Telégrafos, sendo uma postal-telegráfico-telefônica e outra postal-telefônica, localizadas, respectivamente, na cidade e vila de Pasta, além do Serviço de Radiocomunicação mantido pela Prefeitura Municipal em colaboração com a Secretaria de Polícia e Segurança Pública, situado na sede do município.

ASPECTOS URBANOS — A cidade não dispõe de logradouros pavimentados. É iluminada a luz elétrica, contando-se 120 ligações domiciliárias. As comunicações são realizadas através da agência telegráfica-telefônica do D.C.T., localizada na sede municipal. O número de veículos registrados na Prefeitura é de 2 jipes e 1 caminhão. Para hospedar os visitantes há 2 pensões cobrando a diária média de Cr$ 80,00 com direito a alimentação e pousada.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município é inteiramente desprovido de instituições de assistência médico-sanitária, sendo esta prestada à população local por um médico e uma farmácia. Há uma associação de beneficência mutuária — o Círculo Operário Católico de Solonópole, que presta assistência social aos seus 157 membros. Há uma confraria de São Vicente de Paulo.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Conferência Vicentina e o Círculo Operário Católico de Solonópole, êste último com o efetivo de 157 associados, prestam relevantes serviços assistenciais.

ALFABETIZAÇÃO — A população com 5 anos e mais, do município de Solonópolis, era de 16 859 pessoas, das quais 4 482 eram alfabetizadas, sendo 1 974 homens e 2 508 mulheres, com a percentagem de 27% (Recenseamento Geral de 1950). A cidade possuía 450 habitantes com a mesma idade escolar; dêstes, 240 sabiam ler e escrever (106 homens e 134 mulheres).

Ensino — Existiam no município de Solonópole, no ano de 1956, 118 unidades escolares de ensino fundamental comum, com a matrícula inicial de 4 596 alunos de ambos os sexos. A taxa municipal de matrícula em 1950 foi de 28,21%, sendo 24,3% no Estado do Ceará.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade existe 1 biblioteca, mantida pela Prefeitura e denominada "Biblioteca Municipal" com aproximadamente 300 volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	290	70	50	70
1951	...	350	200	50	190
1952	...	470	80	70	90
1953	...	550	100	50	100
1954	...	590	110	40	110
1955	...	870	240	160	230
1956	...	1 140	240	140	250
1957 (1)	...		750	150	750

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As principais festividades populares são de cunho religioso. A principal manifestação é a festa do padroeiro da Paróquia, Senhor Bom Jesus Aparecido, a qual é precedida de novena que se inicia com o hasteamento da bandeira do santo cultuado e se encerra com missa e solene procissão. Durante os festejos a cidade recebe considerável número de fiéis vindos das localidades vizinhas. São promovidos leilões, quermesses e outras diversões populares como jogos, balanços, etc. Há também anualmente a procissão de Corpus Christi na Matriz da cidade e nas capelas das vilas.

VULTOS ILUSTRES — Solonópole é pátria de homens de grande expressão no cenário das letras e da política. E dêles se destacam: *Dolor Uchoa Barreira* — Homem de notável cultura jurídica e literária, autor de várias obras de merecido valor. É catedrático da Faculdade de Direito do

Prédio da Associação Rural

Ceará. Pertence a várias associações científicas, destacando-se o Instituto do Ceará e a Academia Cearense de Letras. *Doutor Gentil Barreira* — Advogado, orador e político combativo. É deputado federal reeleito. Foi deputado estadual em 1930 e, logo mais, Prefeito de Fortaleza e secretário do Conselho Administrativo do Estado. *Padre Francisco Leopoldo Fernandes* — Sacerdote culto, cognominado o mais perfeito e completo jornalista desta última década. *Edmilson Pinheiro* — Môço culto, de palavra fácil e erudita, profundo conhecedor das línguas latina, francesa e portuguêsa; professor de vários estabelecimentos de ensino. Foi vereador à Câmara Municipal e posteriormente deputado à Assembléia Estadual. *Doutor Manuel Solon Rodrigues Pinheiro* — Bacharel em Direito, político notável e de princípios nobres. Grande jornalista. Foi deputado estadual. O topônimo "Solonópole" é uma homenagem à memória dêste cearense ilustre.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A paróquia de Solonópole foi fundada em 24-11-1864, sendo o seu orago Senhor Bom Jesus Aparecido. Compreende 10 templos e 7 associações religiosas e pertence à arquidiocese de Fortaleza.

Conta o município 12 açudes, com a capacidade de 75 200 000 m³. Em 1956 existiam 118 estabelecimentos de ensino primário, com matrícula de 4 600 alunos.

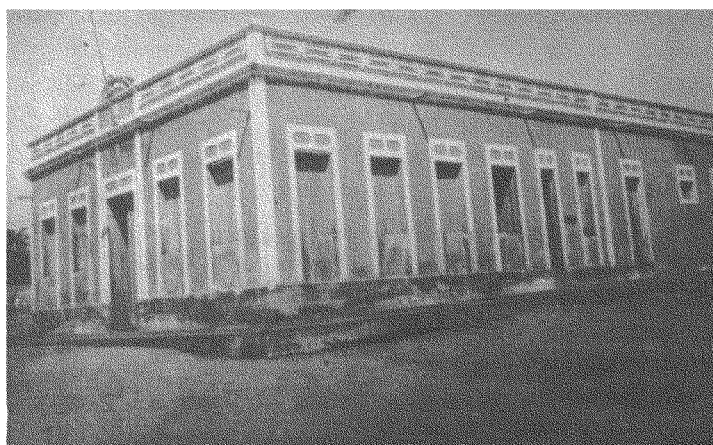
Dos seus 7 700 eleitores inscritos em 1954, votaram 3 870, nas eleições gerais realizadas naquele mesmo ano.

Solonopolense é a denominação dos nascidos no lugar.

TAMBORIL — CE

Mapa Municipal no 5.° Vol.

HISTÓRICO — A história do município de Tamboril recua aos meados do século XVIII, entre 1740 e 1760, quadra da vida colonial em que o capitão Luís Vieira de Sousa, casado com D. Ana Feitosa, organizou uma grande fazenda de criar e constituiu família numerosa. Homem de muita fé, afeito às duras lides do sertão, Luís Vieira logo mandou construir uma capela, sob a invocação de Nossa Senhora Santana, em lugar escolhido e denominado Alto da Malhada Real. Para tanto doou vasta faixa de terras próprias para agricultura e criação e, por isso mesmo, excelentes para o estabelecimento de novos colonos. Iniciada a construção do pequeno templo, o capitão encomendou a imagem da padroeira. Antes, porém, de sua chegada, Luís Vieira faleceu e, algum tempo depois, sua família recebia a imagem de Santo Anastácio, enviada, por engano, em lugar de Santana, que fôra encomendada. Reunidos os membros da casa, ficou deliberado que o padroeiro seria Santo Anastácio e que a igreja passaria a ser construída no local exato onde o extinto pretendia levantar a nova casa da fazenda.

Outra versão há que assegura ter havido uma sêca, ocasionando grandes prejuízos à fazenda, e levando aquêle proprietário a recorrer à proteção de Santana, no que foi atendido, por meio de um sonho, no qual a Santa mandava construir uma barragem no rio Acaraú. No dia imediato, o fazendeiro dava início à recomendada construção, que ainda hoje existe, e que lhe proporcionou recursos para manutenção da fazenda nos anos de estiagem. Prometendo

Prefeitura Municipal

a Santana erigir um templo em sua honra, o fazendeiro encomendou a imagem, que sòmente depois de sua morte aí chegou, juntamente com a imagem de Santo Anastácio que se destinava a Independência. Os volumes foram marcados com as respectivas iniciais (S.A.), sendo enviado o de Santana para Independência e o de Santo Anastácio para Tamboril. Em face do equívoco, a família de Luis Vieira resolveu consultar as autoridades eclesiásticas. Imediatamente, autorizaram o culto a Santo Anastácio e a pleiteada transferência da ereção da capela em lugar mais próximo.

Passados mais alguns meses lá estava levantada a prometida capela, em tôrno da qual se formou, ao correr dos anos, o arraial que viria a ser a cidade de hoje.

A freguesia foi criada aos 17 de dezembro de 1853, de acôrdo com a Lei provincial de n.° 629. Foi o seu primeiro Vigário o virtuoso sacerdote, padre Raimundo Felix Teixeira.

No govêrno de Vicente Pires da Mota, foi a comunidade elevada a município, com território desmembrado de Ipu em data de 4 de outubro de 1854 (Lei Provincial n.° 664). Pelo mesmo diploma legal, a povoação foi elevada à categoria de vila.

No quadro da divisão administrativa do Brasil em 1911, Tamboril figurava apenas com o seu distrito-sede. O Decreto estadual n.° 193, de 20 de maio de 1931, extinguiu o município, quando era Interventor do Ceará o Dr. Manuel do Nascimento Fernandes Távora, provocando calorosos protestos da população. Pouco mais de dois anos eram decorridos quando o capitão Roberto Carneiro de Mendonça, novo Interventor Federal no Ceará, expediu o Decreto n.° 1 156, de 4 de dezembro de 1933, restaurando o município, com território desmembrado de Santa Quitéria. Na divisão territorial vigente no mesmo ano, Tamboril compunha-se, além da sede, dos distritos de Arraial da Telha, Lagoinha, Pinheiro e Timbaúba. Nos quadros territoriais datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.° 169, de 31 de março de 1938, o distrito de Arraial da Telha figura com a denominação Monsenhor Tabosa. Nova alteração se verificou na toponímia distrital, ainda em 1938, por determinação do Decreto-lei estadual n.° 448, de 20 de dezembro, em cujo anexo os distritos de Timbaúba e Lagoinha se denominam, respectivamente, Holanda e Pajeú. Finalmente, o Decreto-lei n.° 1 114, de 30 de dezembro de 1943, expedido, com o anterior, pelo Interventor Federal do Ceará, Dr. Fran-

Rua Coronel Salustiano

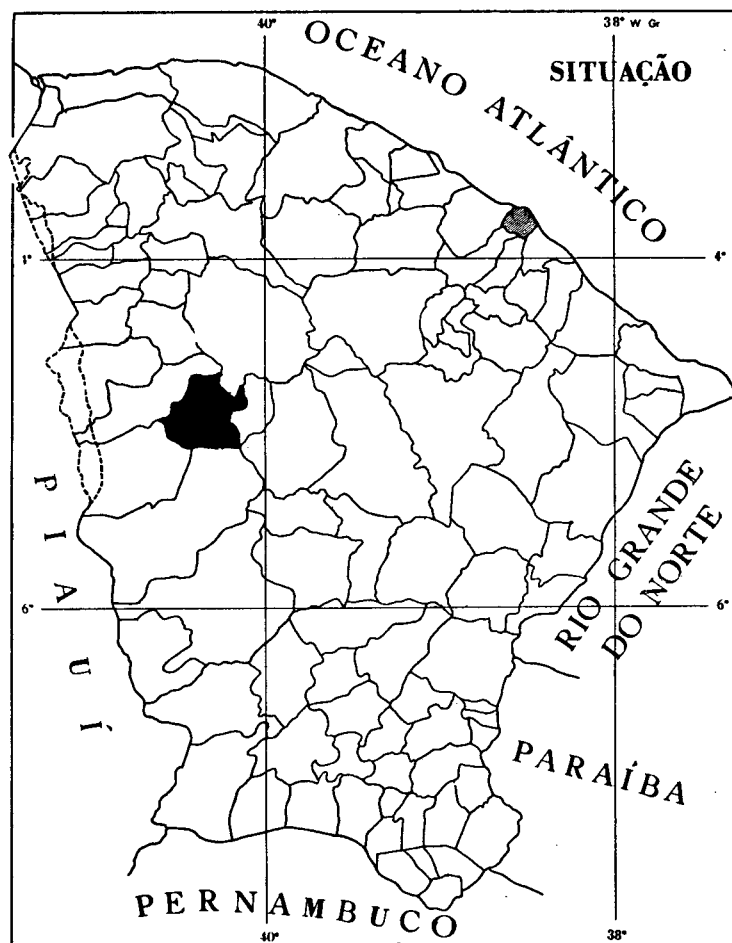
cisco de Menezes Pimentel, modificou a toponímia dos distritos de Pajeú e Pinheiro, que passaram a figurar no quadro da divisão territorial vigente, no quatriênio 1944-1948, com os nomes de Curatis e Sucesso, respectivamente.

Sobrevindo no govêrno do Sr. Raul Barbosa nova reforma administrativa, para vigorar até 31 de dezembro de 1953, o distrito e a vila de Monsenhor Tabosa adquiriram autonomia, instalando-se o novo município e a respectiva cidade a 25 de março de 1955, ocasião em que foram empossados os candidatos eleitos a 3 de outubro de 1954. Desta forma o município compõe-se, atualmente, dos distritos de Tamboril, Curatis, Holanda e Sucesso.

O têrmo judiciário de Tamboril, instituído pela mesma lei provincial que criou o município, transformou-se em sede de comarca, abrangendo o têrmo de Santa Quitéria (Lei provincial n.º 1 551, de 4 de setembro de 1873). Tendo sido extinta a 5 de junho de 1891 (Decreto n.º 196) a comarca de Tamboril foi restaurada cinco anos depois, compreendendo os antigos têrmos (Lei estadual n.º 323, de 1.º de setembro de 1896). De novo suprimida em 1921, ficou o têrmo judiciário anexo à comarca de Crateús, nela permanecendo até novamente ser restaurada (art. 22, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, Const. Est. de 23 de junho de 1947). Na tabela anexa à Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948, Tamboril é comarca de primeira entrância.

Nas eleições realizadas a 3 de outubro de 1954, foram eleitos: Prefeito — Joaquim Macedo Melo Vereadores — Francisco de Araújo Filho, João Pereira Tôrres, Antônio Mota, Alexandre Martins de Holanda, Germano Farias Sales, José Alves Timbó, Alexandre Felício de Oliveira, Antônio de Castro e José Jorge de Sousa.

Grupo Escolar General Sampaio

LOCALIZAÇÃO — Num Estado que faz parte do Polígono das Sêcas, o município de Tamboril situa-se, fisiogràficamente, na Zona do Sertão Centro-Norte. Limita com os municípios de Nova Russas, Santa Quitéria, Monsenhor Tabosa, Independência e Crateús. Localizada no vale do rio Acaraú, a cidade dista da Capital do Estado, em linha reta, 232 quilômetros e possui as seguintes coordenadas geográficas: 4° 49' 58" de latitude Sul e 40° 19' de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 360 metros na sede municipal.

CLIMA — Quente e sêco. A temperatura oscila de 35 a 36,2 graus centígrados, apresentando uma média compensada de 36 graus centígrados. A precipitação pluviométrica é da ordem de 594 milímetros, durante os meses de inverno, que vai de janeiro a abril.

ÁREA — Com a área igual a 1 507 km², figura Tamboril em 34.º lugar em relação à área das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Apresentando-se mais plano que montanhoso, o território do município é acentuadamente irrigado, no período hibernal, pelos rios Acaraú e Pinheiro, que ali têm a sua nascente. Os principais relevos são as serras Branca e Mandu e os serrotes Feiticeiro, Agudo, Arara, Mourão e Pedra d'Água.

RIQUEZAS NATURAIS — Barro (argila) e jazidas calcárias são os únicos minerais industrializados. Oiticicais e matas de angico e outras para extração de madeira de construção representam as riquezas vegetais.

Igreja-Matriz de Santo Antônio

POPULAÇÃO — A população do município de Tamboril, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 21 837 habitantes (10 775 homens e 11 062 mulheres), sendo: brancos — 8 644 (4 134 homens e 4 510 mulheres); pretos — 1 490 (760 homens e 730 mulheres); pardos — 11 690 (5 878 homens e 5 812 mulheres); e sem declaração — 13 (3 homens e 10 mulheres).

Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 11 606 (5 605 homens e 6 001 mulheres), 4 661 eram solteiras (2 284 homens e 2 377 mulheres); casadas — 6 376 (3 178 homens e 3 198 mulheres); desquitado — 1 homem; e viúvas — 568 (142 homens e 426 mulheres).

Tôda a população era de nacionalidade brasileira.

Em religião predominavam os católicos romanos, em número de 21 811 (10 760 homens e 11 051 mulheres); protestantes — 8 (3 homens e 5 mulheres); sem religião — 12 (10 homens e 2 mulheres) e sem declaração — 6 (2 homens e 4 mulheres).

A densidade era de 9,81 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 88,10% localizavam-se na zona rural, num total de 19 240 (9 560 homens e 9 680 mulheres).

Segundo estimativa elaborada pela Inspetoria Regional de Estatística para 1.º de julho de 1957, o município de Tamboril apresenta o efetivo de 20 284 habitantes. Essa estimativa, como é óbvio, exclui o distrito de Monsenhor Tabosa, elevado a município em 1951. O acréscimo nos sete anos posteriores ao Censo de 1950 é da ordem de 3 663 habitantes, ou seja, 22,04%.

Aglomerações urbanas — Eram 5 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Tamboril, com 1 019 habitantes (483 homens e 563 mulheres); a vila de Curatis, com 60 (29 homens e 31 mulheres); a vila de Holanda, com 79 (36 homens e 43 mulheres); a vila de Monsenhor Tabosa. com 999 (461 homens e 538 mulheres); e a vila de Sucesso, com 440 (206 homens e 234 mulheres).

No quadro urbano da cidade e vilas, existiam 2 004 habitantes (919 homens e 1 085 mulheres), no quadro suburbano 593 (296 homens e 297 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Município essencialmente agrícola e pastoril, tem em tôrno dêstes dois ramos de atividade as principais fontes de riqueza da economia municipal, sobressaindo, no que tange à agricultura, as culturas do feijão, milho e algodão, produtos básicos à economia local.

Segundo elementos do Censo Demográfico de 1950, 38% da população ativa (10 anos e mais) se concentravam nos ramos "agricultura, pecuária e silvicultura".

Dados elaborados pelo Departamento Estadual de Estatística revelaram que a safra agrícola de 1955 atingiu as seguintes cifras: 40 000 sacas — 60 quilogramas — de feijão (Cr$ 8 000 000,00); 16 000 sacas — 60 quilogramas — de milho (Cr$ 1 600 000,00); e 1 100 arrôbas de algodão (Cr$ 810 000,00).

Foi constatada, ainda, a produção de mamona, mandioca-brava, banana e côco-da-baía, em pequenas proporções.

Os produtos agrícolas do município são transacionados, de preferência, com as praças de Fortaleza, Crateús e Nova Russas, onde encontram melhor mercado.

A atividade pecuária tem bastante significação para a economia municipal. O Departamento Estadual de Estatística estima em cêrca de 87 800 cabeças, num total de .... Cr$ 56 000 000,00, cujo efetivo é o que se segue: bovinos — 25 000; eqüinos — 3 300; asininos — 4 200; muares — 4 300; suínos — 9 000; ovinos — 20 000; e caprinos — 22 000, por onde se evidencia a preferência dos criadores pelos rebanhos bovinos, caprinos e ovinos, que correspondem às parcelas maiores.

A produção de leite em 1955 foi calculada em 200 mil litros, num montante de Cr$ 400 000,00; queijo — 4 000 kg, somando Cr$ 100 000,00.

O principal centro comprador do município é a Capital do Estado.

A indústria extrativa do município é de proporções modestas. Verificou-se em 1955 a seguinte produção: semente de oiticica — 100 toneladas num total de .... Cr$ 250 000,00. Barro (argila plástica), para fins industriais, em menores proporções.

Os aviamentos existentes no município produziram, em 1955, 2 000 sacas — 60 quilogramas — de farinha de mandioca, estimadas em 360 milhares de cruzeiros; 7 000 litros de aguardente no valor de Cr$ 52 500,00.

Não há, no município, estabelecimento industrial digno de menção. Apenas a emprêsa de energia elétrica, mantida pela municipalidade, para iluminação pública e domiciliária, com uma produção de 6 000 kWh.

COMÉRCIO — Na sede municipal operam 21 estabelecimentos varejistas e 2 atacadistas. Consoante dados apurados no Censo Comercial de 1950, havia em todo o município 79 estabelecimentos varejistas, os quais realizaram vendas no valor de Cr$ 5 000 000,00.

Tamboril exporta algodão, sementes de oiticica, mamona, milho e feijão; importa: tecidos, produtos farmacêuticos, ferragens, miudezas, arroz, açúcar, farinha de trigo, manteiga e conservas.

O comércio local transaciona com as praças de Fortaleza, Crateús e Nova Russas.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município de Tamboril é servido pela rodovia Fortaleza—Crateús e ferrovia mantendo na vila de Sucesso uma estação da Estrada de Ferro de Sobral, da R.V.C., e por um campo de pouso, embora não haja linha regular.

A ligação com os municípios vizinhos e a Capital do Estado é feita pelos seguintes meios de transporte: Boa Via-

34 — 24 932

gem — rodoviário — 84 km; Crateús — rodoviário — 61 km, e misto — 61 km — rodoviário até Sucesso — 30 km e ferroviário 31 km; Independência — rodoviário — 86 km; Monsenhor Tabosa — rodoviário — 42 km; Nova Russas — rodoviário — 44 km; Santa Quitéria — rodoviário — 72 km; Capital Estadual — rodoviário — 328 km; Misto — 321 km via Nova Russas.

A cidade e a vila de Sucesso são dotadas de agências postais-telegráficas e telefônica havendo, ainda, naquela vila uma agência postal-telegráfica da R.V.C., de uso privativo.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Tamboril é cortada pela rodovia Fortaleza—Crateús, sendo ainda um dos seus distritos — Sucesso — servido por uma estação da Estrada de Ferro de Sobral, da R.V.C.

Possui 13 logradouros, um dos quais parcialmente pavimentado a pedras irregulares.

O número de prédios ascende a 366, dos quais 246 exclusivamente residenciais.

Dotada de luz elétrica, pública e particular, ascende a 300 o número de ligações domiciliárias.

A municipalidade mantém um serviço de limpeza das vias públicas e remoção de lixo domiciliar, beneficiando todos os logradouros, com os seus 366 prédios.

Como meio de hospedagem há duas pensões na cidade, que cobram a diária de Cr$ 100,00.

Na Prefeitura Municipal estavam registrados: 4 jipes e 4 caminhões, em 1956.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Não há no município nenhum estabelecimento no gênero. Exercem atividades profissionais 1 dentista, 1 veterinário e 1 farmacêutico, a quem está afeta a venda de medicamentos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Esta assistência é prestada por 2 conferências vicentinas, do Culto Católico Romano, e o Círculo de Operários de Tamboril conta com um efetivo de 1 595 associados.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, existiam, em Tamboril, 17 613 pessoas com 5 anos e mais, das quais 5 263, ou seja, 31%, sabiam ler e escrever. Dêste total, 8 654 eram homens e 8 959 mulheres.

Das 849 pessoas, de 5 e mais anos, residentes na sede municipal, 514 sabiam ler e escrever, sendo 234 homens e 280 mulheres.

Ensino — Em 1956 funcionavam em todo o município de Tamboril 37 unidades de ensino primário, fundamental comum, nas quais estavam matriculadas, no início do ano letivo, 1 264 crianças de ambos os sexos.

A taxa municipal de crianças em idade escolar (7 anos e mais), em 1950, foi de 15%, sendo de 28% em todo o Estado.

O ensino é ministrado no Grupo Escolar e demais escolas disseminadas pelos vários núcleos da zona rural.

Na cidade funciona um estabelecimento extraprimário, a Escola Doméstica Circulista.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	...	170	426	81	381
1951.......	...	152	422	60	399
1952.......	...	219	476	56	450
1953.......	...	191	881	39	668
1954.......	...	185	773	38	714
1955.......	...	370	741	33	634
1956.......	...	556	1 104	57	1 091

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A única cerimônia religiosa promovida, anualmente, é a festa do padroeiro, Santo Anastácio, a qual decorre animadíssima, movimentando tôda a população local.

VULTOS ILUSTRES — *General Antônio de Sampaio* (General Sampaio) — o bravo herói da campanha do Paraguai, uma das glórias nacionais no domínio das armas. Faleceu em conseqüência dos ferimentos recebidos na batalha de Tuiuti, a 6 de de julho de 1866. É o patrono da Infantaria do Exército Nacional. *Padre Francisco Rosa* — Jornalista e apreciável homem de letras. *Antônio Ribeiro Campos* — Foi deputado à 1.ª Constituinte Brasileira como representante de Pernambuco. *Francisco Xavier Guimarães* — Cultor das letras, guarda-livros e jornalista.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do município são denominados tamborilenses.

A cidade tem experimentado algum progresso com o advento da época municipalista, notando-se, já, residências de melhor porte, construções em estilo moderno. Algumas vilas são dotadas de iluminação pública e particular, mercados, matadouro, etc.

A paróquia foi fundada em 17-XII-1853, sob a invocação de Santo Anastácio, contando 11 templos e 10 associações religiosas.

Em 1956 existiam 37 escolas de ensino primário fundamental comum, com uma matrícula de 1 264 alunos.

Existem no município 7 açudes com a capacidade para 4 674 200 metros cúbicos.

Como acontece na maioria das cidades sertanejas, o futebol constitui diversão popular no município de Tamboril.

Dos 4 344 eleitores inscritos em 1954, 2 263 votaram nas eleições gerais realizadas naquele ano.

Em "Notas de Viagens ao Norte do Ceará", explica Antônio Bezerra: Tamboril deriva de uma grande árvore da família das leguminosas (Enterolobium timbouva), "que se acha a pequena distância da primeira casa que se erigiu no local, em meado do século 18".

Registra Paulino Nogueira: "Tamboril é um vocábulo híbrido, significando "tambor pequeno": de *tambora,* corrução indígena da palavra tambor e do diminutivo tupi *mirim*. De *tambora-mirim* ou *tambor-mirim* fizeram os colonos a dicção inteiramente aportuguesada *Tamboril*. A árvore de que faziam os índios êsses tambores, muito apropriada por sua leveza e porosidade, teve também o nome de tamboril, a cuja abundância deve a vila o seu nome" (O Ceará — 1945 — Raimundo Girão e Antônio Martins Filho).

TAUÁ — CE

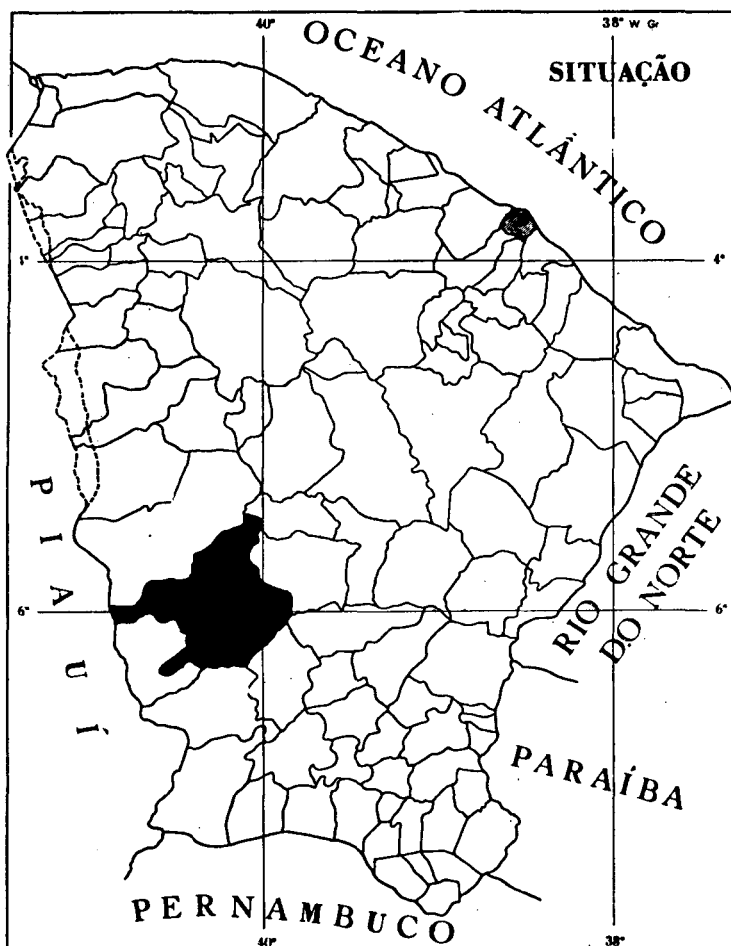
Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O povoamento dos vastos sertões dos Inhamuns data dos princípios do século XVIII. Em 1708, era concedida a Lourenço Alves Feitosa uma sesmaria situada nas ribeiras do rio Jucá, para o estabelecimento de uma fazenda. Dez anos mais tarde, o capitão Luís Coelho Vital recebe data de sesmaria para a conquista e povoamento de larga e extensa faixa de terras nos famosos sertões dos Inhamuns. Aos 13 de março de 1724, o capitão-mor Manuel Francês, então dirigente da Capitania do Ceará-Grande, concede a Lourenço Alves Feitosa, pela segunda vez, mais três léguas de terras situadas no caminho dos Inhamuns. Na mesma época em que essas sesmarias iam sendo concedidas, outras de grande área eram doadas, nas margens do rio Jaguaribe, ao capitão Geraldo Monte. Tornando-se inimigo terrível de Lourenço Alves Feitosa, Monte com êle manteve luta renhida durante vários anos, dela participando muitas localidades, cujas denominações, Riacho do Sangue, Trincheiras, Batalha, Cruzes, Tropas, Emboscadas, são testemunhas daquela fase sanguinolenta da quadra colonial. Passadas as lutas entre Montes e Feitosas, Tauá surge em pleno sertão dos Inhamuns como lugarejo pacato e não valhacouto de facínoras e criminosos. No início do século XIX, governando o Ceará Bernardo Manoel de Vasconcelos, foi determinado, de conformidade com a Ordem régia de 22 de julho de 1766, em Portaria de 14 de dezembro de 1801, que o Ouvidor da Capitania, Gregório José da Silva Coutinho, viajasse até aquela localidade, com o objetivo de estudar suas reais possibilidades de ser elevada à vila. A população prestou festivas homenagens ao iustre visitante que, em cerimônia realizada com a presença da nobreza e do povo, escolheu a data de 3 de maio de 1802 para a instalação solene da nova vila. Nesse dia, levantado o pelourinho e reunido o povo, foi lida, na rua, a Ata que erigia a povoação em vila, com a denominação de São José do Príncipe. A freguesia foi instituída aos 17 de agôsto de 1832, sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário, datando daí a criação do distrito. A comarca de São João dos Inhamuns data de 1836 e foi criada pela Lei provincial n.º 52, de 25 de setembro. Nos primeiros dias da República, eliminando todos os traços que faziam recordar o extinto regime monárquico, o Decreto estadual n.º 1, de 2 de dezembro de 1889, expedido pelo Chefe do Govêrno, tenente-coronel Luís Antônio Ferraz, que substituiu o Presidente deposto Morais Jardim, mudou a denominação da vila para São João dos Inhamuns, nome que veio a ser substituído, no Govêrno do Dr. Antônio Pinto Nogueira Acióli, pelo antigo Tauá, conservado até hoje (Lei n.º 485, de 14 de março de 1898).

Vista parcial da cidade

Em 1911 o município figurava na divisão administrativa do Brasil com os distritos de Tauá, Flores, Marrecas e Mauás. Em 2 de agôsto de 1929 era a vila transformada em cidade (Lei estadual n.º 2 677). Na administração do Dr. Manuel do Nascimento Fernandes Távora, primeiro Interventor Federal no Ceará, após a Revolução de 1930, não ob tante terem sido extintos vários municípios do Ceará, Tauá foi mantido (Decreto n.º 193, de 20 de maio de 1931), situação confirmada em 1933 (Decreto n.º 1 156, de 4 de dezembro), quando figurou na divisão administrativa fixada para êsse ano, com os distritos de Tauá, Arneiroz, Barra Nova, Cococi, Flores, Santa Catarina, Marrecas e São Pedro da Cachoeirinha. No ano seguinte foi incluído em Tauá o distrito de Marruás, nome antes pertencente ao distrito do município de Maria Pereira, atual Mombaça, então substituído pelo de Carnaúbas (Decreto estadual número 1 404, de 12 de dezembro de 1934). Nos quadros territoriais datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, o município foi acrescido do distrito de Santo Antônio das Carrapateiras, restaurado pela Lei n.º 158, de 4 de dezembro de 1936, enquanto o de Santa Catarina se transferiu para Saboeiro. E no quadro territorial fixado pelo Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, o município abrange os distritos de Tauá, Arneiroz, Barra Nova Cachoeirinha (ex-São Pedro da Cachoeirinha), Carrapateiras (ex-Santo Antônio das Carrapateiras), Cococi, Flores, Marrecas, Marruás e Nova Cruz, êste último criado com território desmembrado do distrito de Marruás. Na divisão territorial seguinte (Decreto-lei número 1 114, de 30 de dezembro de 1943), o município conservou os distritos constantes da anterior, verificando-se apenas alteração na toponímia dos distritos de Nova Cruz, Cachoeirinha e Flores que passaram a chamar-se, respectivamente, Inhamuns, Parambu e Trici. No Govêrno do Senhor Paulo Sarasate, a Lei n.º 3 338, de 15 de setembro de 1956, desmembrou do município de Tauá os distritos de Parambu e Cococi, criando nova unidade municipal com sede em Parambu. Igualmente, a Lei n.º 3 554, de 14 de março de 1957, elevou o distrito de Arneiroz à categoria de município. Dêstes, apenas o primeiro tem organizados os podêres constituídos, cujos componentes foram eleitos nas eleições de 4 de agôsto de 1957. Atualmente, Tauá é comarca de primeira entrância (Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948). Nas eleições de 3 de outubro de 1954 foram eleitos: Prefeito, Moacir Pereira Gondim. Vereadores: Expedito de Araújo Feitosa, João Firmino Araújo, Francisco Carvalho Alexandrino, Geraldo Feitosa Sousa, Inácio Ferrer Feitosa, José de Araújo Feitosa, José Perminio Noronha, Júlio Gonçalves Sobrinho, Laurentino Gomes Loiola, Miguel Gomes Freitas e Nelson Zacarias de Noronha.

LOCALIZAÇÃO — O município de Tauá está situado na Zona do Sertão do Sudoeste do Estado. Limita-se com os municípios de Independência, Pedra Branca, Saboeiro, Mombaça, Aiuaba, Parambu e com o Estado do Piauí.

A cidade é servida por via rodoviária e dista 325 km, em linha reta, da capital. Possui as seguintes coordenadas geográficas: 6° 00' 07" de latitude Sul; 40° 25' 19", de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 400 metros na sede municipal.

CLIMA — O município apresenta o clima do alto sertão, bastante quente e sêco, moderado nas épocas invernosas que se prolongam de janeiro a maio, com fortes trovoadas no início dos aguaceiros. A temperatura oscila de 35 a 25 graus, com uma freqüência de 32 graus centígrados.

ÁREA — A área do município é de 5 416 km², ocupando o segundo lugar em extensão territorial, em relação às áreas das outras comunas do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Em sua estrutura fisiográfica, divisamos as soberbas serras de Joaninha, Guaribas e Serra Grande, que se localizam ao norte e ao poente do território; ao sul estende-se a serra dos Bastiões, e a leste sucedem-se outras como as de S. Joaquim, S. Domingos, S. Bernardo, Marruás, etc. Sulcam-lhe as terras os rios Trici e Carrapateiras, formadores do Jaguaribe, e outros afluentes e confluentes. O solo é constituído de terreno sêco, mas de excelentes pastagens nas épocas hibernais.

RIQUEZAS NATURAIS — O município possui grandes áreas de pedras calcárias e amianto, que constituem a sua riqueza mineral; madeiras (cumaru, cedro, aroeira e angico), oiticicais e carnaubais atestam a importância de suas reservas vegetais; a silvicultura oferece uma imensidade de espécimes de pequenos animais e o peixe que é extraído nos açudes, constitui fonte de riqueza.

POPULAÇÃO — A população de Tauá, segundo revelação do Recenseamento Geral de 1950, era de 43 511 habitantes, com a seguinte composição: homens — 21 723; mulheres — 21 788; brancos — 31 103; pretos — 9 021; pardos — 3 303; sem declaração — 84.

Das pessoas de 15 anos e mais em número de 21 944, 8 377 eram solteiras; 12 260 casadas; 10 desquitadas; 1 185 viúvas e 112 sem declaração. Existiam 1 estrangeiro e 2 brasileiros naturalizados.

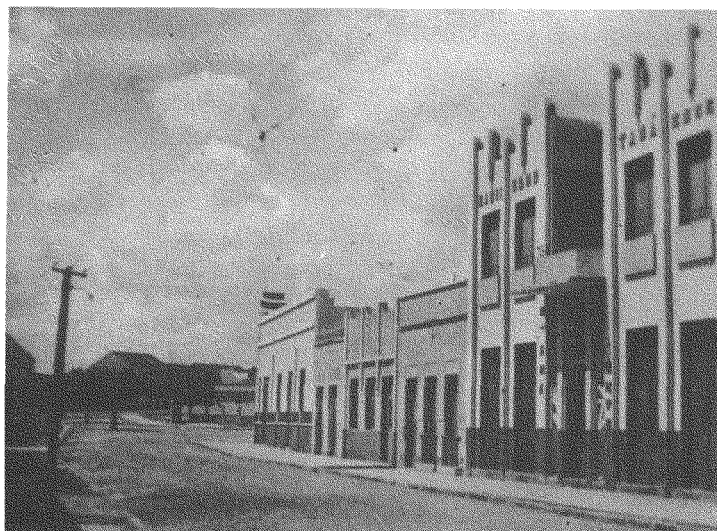
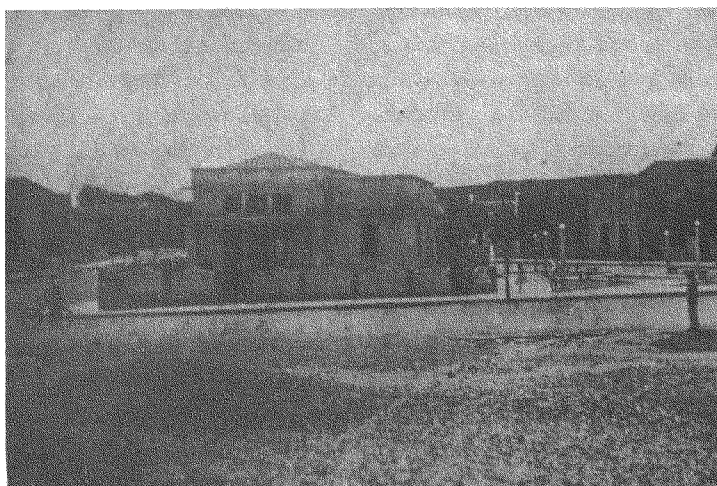
Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos no total de 42 605; havia 784 protestantes, 25 israelitas, 3 espíritas e 7 sem religião.

A densidade demográfica é de 9,81 habitantes por quilômetro quadrado.

Do total da população, localizam-se 88,28% no quadro rural, superando a média da população do Estado, que é de 71,81%.

Segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística para 1.° de julho de 1957, o município de Tauá, que perdeu os distritos de Parambu e Cococi, tem o efetivo de 34 564 habitantes. Excluindo aquêles distritos, a população tauaense, em 1950, era de 28 053, o que atesta o crescimento de 6 511, correspondente a 23,21%. No mesmo período o Estado apresentou quota inferior, ou seja, 18,54%.

Aglomerações urbanas — Contava o município 9 aglomerações urbanas: a cidade de Tauá, com 2 780 habitantes (1 260 homens e 1 520 mulheres) e as vilas de Arneiroz, com 285 habitantes (137 homens e 148 mulheres); Barra, com 59 habitantes (30 homens e 29 mulheres); Carrapateiras, com 155 habitantes (72 homens e 83 mulheres); Cococi (hoje distrito do município de Parambu), com 57 habitantes (30 homens e 27 mulheres); Inhamuns, com 255 habitantes (125 homens e 130 mulheres); Marrecas, com 152 habitantes (89 homens e 63 mulheres); Marruás, com 160 habitantes (77 homens e 83 mulheres); Parambu (hoje município), com 1 096 habitantes (506 homens e 590 mulheres) e Trici, com 100 habitantes (40 homens e 60 mulheres), conforme elementos do Censo Demográfico de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica do município firma-se no labor agropastoril, em tôrno do qual a maioria da população de Tauá exerce a sua atividade. Segundo elementos do Censo Demográfico de 1950, 11 246

Vista da Rua Fausto Barreto

Rua 14 de Dezembro

pessoas, ou seja, 40% da população ativa (10 anos e mais), estavam ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

A atividade pecuária é de grande significação econômica para o município, que é um dos principais criadores, ocupando, juntamente com Granja, o 3.º lugar no Estado, sendo superados, apenas, por Quixadá e Sobral.

Em 31 de dezembro de 1955 possuía expressivo rebanho em número de 323 mil cabeças (no valor de mais de 146 milhões de cruzeiros) assim discriminadas: bovinos — 80 000; eqüinos — 18 500; asininos — 9 500; suínos — 80 000; caprinos — 135 000.

Há exportação de gado, principalmente para corte, sendo a Capital do Estado o seu maior comprador.

A agricultura vem em 2.º lugar na ordem de importância econômica para a vila do município. As principais culturas são: algodão (120 arrôbas, no valor de 9,6 milhões de cruzeiros); 80 000 sacos — 60 kg — de milho (Cr$ 4 000 000,00); 4 000 toneladas de mandioca-mansa (Cr$ 4 000 000,00); 27 000 sacos — 60 kg — de feijão (Cr$ 3 000 000,00); 4 000 toneladas de cana-de-açúcar .. (Cr$ 320 000,00); 4 000 toneladas de mandioca-brava .. (Cr$ 320 000,00); 22 000 cachos de banana .... (Cr$ 154 000,00). Verificam-se pequenos cultivos de arroz, batata-doce, côco-da-baía, fumo, laranja, mamona, manga e melão.

O valor da produção agrícola de 1955 foi estimado em mais de 23 milhões de cruzeiros. Para tanto, algodão, milho, feijão e mandioca-mansa contribuíram com cêrca de 21 milhões. Tôda a produção agrícola disponível é transportada para a Capital do Estado, que é o principal centro comprador do município.

Duas entidades governamentais de fomento funcionam no município: o Pôsto de Monta do Estado, situado no distrito-sede, com a finalidade de melhoria dos rebanhos por processo seletivo, e a Escola-Fazenda Menezes Pimentel, localizada na cidade e destinada a fomentar a produção agropecuária de Tauá.

Na indústria extrativa vegetal verifica-se a extração de madeira (setecentos milhares de cruzeiros), cêra de carnaúba (duzentos milhares de cruzeiros), sementes de oiticica (oitenta milhares de cruzeiros). No reino mineral há, com certa evidência econômica, a extração da cal extinta (duzentas toneladas, no valor de cem milhares de cruzeiros); barro e areia para construção (no valor de cento e dez milhares de cruzeiros); e, no reino animal, peles de animais silvestres e peixe (no valor de duzentos e oitenta e um milhares de cruzeiros).

Segundo o Registro Industrial de 1956, havia no município 12 estabelecimentos industriais, 2 dos quais ocupando mais de 5 pessoas. Dêstes, 3 exploravam a indústria de panificação, 6 a indústria de calçados, 1 a fabricação de móveis, 1 a produção de energia elétrica e 1 o beneficiamento de algodão.

Em 1955, foram produzidos 12 000 sacos de 60 quilogramas de farinha de mandioca (no valor de 1,2 milhões de cruzeiros); 240 mil quilogramas de rapadura (no valor de setecentos e vinte milhares de cruzeiros); 1 milhão de litros de leite (no valor de 1,5 mihões de cruzeiros); 10 mil quilogramas de manteiga (no valor de duzentos milhares de cruzeiros); 35 mil quilogramas de queijo (no valor de setecentos milhares de cruzeiros).

A produção de energia elétrica elevou-se a 28 546 kWh, distribuídos para iluminação pública e particular.

COMÉRCIO — Na sede municipal operam 4 estabelecimentos do ramo atacadista e 102 do varejista. O Censo Comercial de 1950 constatou a existência, em todo o município, de 116 estabelecimentos comerciais, sendo 69 atacadistas e 47 varejistas. As vendas realizadas pelo comércio varejista em 1949 foram da ordem de mais de 6 milhões de cruzeiros, enquanto que, no comércio atacadista, estas alcançaram a cifra de, aproximadamente, 6 milhões, havendo, por conseguinte, um perfeito equilíbrio entre os dois tipos de comércio. O comércio local realiza transações com as praças de Fortaleza, Recife (PE) e Campina Grande (PB). O município de Tauá exporta cêra de carnaúba e semente de oiticica e importa tecidos, ferragens, bebidas, café, açúcar, arroz, sabão e outras mercadorias de consumo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município conta com um campo de pouso, não havendo, porém, linha regular. A ligação com os municípios limítrofes e com a Capital Estadual é feita por intermédio dos seguintes meios de transporte: Independência — rodoviário — 82 km; Pedra Branca — rodoviário — 96 km; Mombaça — rodoviário — 85 km; Saboeiro — rodoviário — 96 km; Pio IX (PI) — rodoviário — 108 km; Berlengas (PI) — rodoviário — 215 km; Capital Estadual — Misto: a) rodoviário até Senador Pompeu — 123 km e b) ferroviário (R.V.C.) — 290 km.

Na cidade acha-se instalada uma agência do Departamento Regional dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A área pavimentada da cidade é 2 549 metros quadrados, de pedras irregulares. É servida de luz elétrica, com 120 ligações domiciliárias. O serviço de limpeza pública municipal beneficia 18 logradouros com 300 prédios. O número de veículos registrados na Prefeitura é de 5 automóveis e 12 caminhões. Na sede municipal funcionam 2 hotéis, com diária média de 60 cruzeiros.

A sede municipal é vasta, possuindo ruas largas, praças bem cuidadas, no centro das quais se acha a matriz, salientando-se boas e modernas residências. O comércio local é um dos mais movimentados do interior cearense. Em 31 de dezembro de 1955 havia 30 logradouros que agrupavam

854 prédios, dos quais 663 eram residenciais e os restantes destinados a outros fins. Dêstes, 3 possuíam 2 pavimentos. No mesmo ano, o número de logradouros pavimentados era de 4, sendo 1 inteiramente e 3 parcialmente calçados. Havia 7 logradouros arborizados.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam assistência à população local dois médicos, três farmacêuticos e três dentistas.

O Pôsto de Higiene de Tauá, do Departamento Estadual de Saúde Pública, presta assistência médica em geral aos habitantes locais.

Na cidade existem 3 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Há, apenas, a Sociedade de São Vicente de Paulo que, através de suas conferências vicentinas, espalhadas por todo o município, presta assistência social à pobreza abandonada.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo elementos do Recenseamento Geral de 1950 havia 34 781 pessoas com 5 anos e mais, sendo que 4 868, ou seja, 24%, sabiam ler e escrever. Dêsse total 4 450 eram homens e 4 018, mulheres. Na sede municipal, das 2 272 pessoas de cinco anos e mais, 1 094 sabiam ler e escrever, sendo 482 homens e 612 mulheres.

Ensino — Funcionam em todo o município 43 unidades de ensino primário fundamental comum (escolas isoladas e grupos escolares), nas quais foram matriculados 1 541 alunos de ambos os sexos, no início do ano letivo de 1956.

Existe na sede do município um estabelecimento de ensino extraprimário, o Ginásio Antônio Araripe, com a matrícula geral de 61 alunos e um corpo docente de 8 professôres.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há que referir apenas o futebol que é praticado, tal como ocorre nas cidades sertanejas, e constitui diversão para o povo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	173	554	275	191	748
1951	270	636	752	303	1 186
1952	363	707	1 010	376	1 602
1953	289	1 015	1 242	293	2 009
1954	284	958	1 252	260	2 192
1955	315	1 332	1 552	368	2 637
1956	312	1 890	1 711	418	3 015

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — São tradicionais a festa de São José, a 19 de março; a de Jesus, Maria e José, na vila de Marrecas, a 25 de abril; a de Nossa Senhora do Rosário, padroeira da Paróquia, a 31 de outubro. Êsses festejos são muito concorridos e movimentam tôda a população do município.

Gozam de popularidade os folguedos denominados "Danças de São Gonçalo", que se realizam na zona rural, de junho a dezembro, constituindo-se uma tradição.

VULTOS ILUSTRES — *Fausto C. Barreto* — Filólogo de projeção nacional, antigo professor do Colégio Pedro II, deputado da Monarquia e que presidiu os destinos do Rio Grande do Norte. *General Antônio Américo Pereira da Silva* — Herói da campanha do Paraguai. *Monsenhor Antero José de Lima* — Antigo presidente da Assembléia e do Senado Estadual. *Professor Joaquim Pimenta* — Escritor festejado da Universidade do Brasil e homem de profunda cultura.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Tauaenses é como são denominados os habitantes locais.

O governador Barba Alardo de Menezes, na sua célebre "Memória", diz que o primitivo nome foi Inhamuns, por ser habitada pelos índios jucás.

Pensamos com Pompeu Sobrinho, que inhamuns é alteração de *J-nham* — *inhoum*, que quer dizer "o sertão alto". A expressão deve ter tido origem entre os índios tupis que acompanhavam os primitivos exploradores. Os índios que habitavam êste interessante planalto chamavam-se jucás e não inhamuns. Tauá significa realmente barro, mas sem indicação de côr. É antes o barreiro, por isto que deve ser a contração do taaucaba ou taguabe, Inhamuns significa "irmão do diabo" e é uma corrutela de *amô*, solitário, *demo* e *mô* irmão, segundo José de Alencar. A palavra Tauá também é indígena e quer dizer "barro vermelho". (O Ceará — 2.ª Edição — 1945 — Raimundo Girão e Antônio Martins Filho).

Tauá é sede de duas paróquias com os oragos de Nossa Senhora do Carmo e Nossa Senhora do Rosário, localizadas, respectivamente, na vila de Trici e na sede municipal.

A Religião Católica conta 11 associações religiosas, possuindo grande número de sócios.

O culto protestante é praticado na Igreja Bíblica (Independente) de Tauá que congrega reduzido número de adeptos.

Nas eleições gerais de 1954, votaram 5 887 eleitores, dos 15 300 então inscritos.

TIANGUÁ — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Diz Antônio Bezerra, em "Notas de Viagem", trabalho publicado, inicialmente, no jornal "Constituição", no período de 1884 a 1885, e enfeixado em livro em 1889, que o povoado de Barrocão (hoje Cidade de Tianguá) "consta de poucas casas em quadro e tem uma pequena capela não concluída". "Se bem não seja ainda freguesia, é local populoso, e sua importância se verifica do número de reses que diàriamente se abatem para o consumo público", afirma o citado historiador. E realça em seguida, as dádivas com que a natureza brindou aquêle núcleo "situado no meio de diversos brejos, com terrenos apropriados ao plantio de cereais e cana; nota-se que dispõe de recursos próprios, e tanto assim é que, durante o flagelo de 1877, que devastou a Província, acolheu e manteve imensa população do sertão que aqui veio pedir agasalho".

Mercê da fertilidade de suas terras e do espírito laborioso de sua gente, aquêle distrito oferecia condições favoráveis ao seu rápido desenvolvimento, sobrepujando outros mais populosos, relevando notar que a sua marcha evolutiva mais se acentuaria, se dispusesse de melhores meios de comunicação.

O distrito de paz, com sede na povoação de Barrocão, foi criado pela Resolução provincial n.º 1 280, de 28 de setembro de 1869, quando presidia aos destinos do Ceará o Desembargador João Antônio Araújo Freitas Henrique. Suprimido pela Lei provincial n.º 1 401, de 22 de julho de 1871, foi no entanto restaurado pela Resolução n.º 1 531, de 30 de julho de 1873. Ocorre salientar, por outro lado, que a Lei n.º 1 978, de 9 de agôsto de 1882, também se refere à criação do distrito de paz com sede em Barrocão.

Mediante provisão de D. José Joaquim Vieira, datada de 27 de novembro de 1886, foi instituído o curato de Santana da Ibiapaba na povoação de Barrocão, do qual foi o seu primeiro Cura o padre José Tomaz de Albuquerque, empossado a 6 de dezembro dêsse ano. A 10 de janeiro de 1891, foi o padre José Tomaz de Albuquerque exonerado, a pedido, e o curato anexado, a 23 do dito mês, à freguesia de São Pedro de Ibiapina. Por provisão de 6 de fevereiro de 1894, foi encarregado de reger o curato, por tempo indeterminado, o cônego Bernardino Lustosa. Em 1895, a começar de 22 de outubro, voltou o curato a ser regido pelo Vigário de São Pedro de Ibiapina, padre Francisco Inácio da Costa Mendes, e assim permaneceu até que a 22 de fevereiro de 1897, quando foi novamente encarregado de administrá-lo o mesmo cônego Bernardino Lustosa, que passou a ser Cura efetivo por Provisão de 21 de julho de 1898, consoante o que se publicou em "O Ceará", edição de 1945, de Raimundo Girão e Antônio Martins Filho.

Ao Decreto estadual n.º 33, de 31 de julho de 1890, que elevou o povoado de Barrocão à categoria de vila, com êsse nome, deve-se a criação do município, cujo território se desmembrou do de Viçosa, atualmente Viçosa do Ceará. O referido município instalou-se em 12 de agôsto de 1890 e tomou a denominação de Tianguá, por efeito do Decreto estadual n.º 62, de 9 de setembro do mesmo ano. Segundo o depoimento de Pedro Ferreira, a primeira câmara municipal de Tianguá era composta dos seguintes membros: coronel Manoel Francisco de Aguiar (Presidente), Antônio de Queiroz, José Machado de Siqueira, Delfino Gregório de Sousa e Ananias Fernandes da Silva, secretariada por Raimundo Ximenes Aragão. A Câmara foi empossada em 12 de agôsto de 1890 pelo presidente da intendência municipal de Viçosa — tenente Domingos Benício da Silveira e pelo secretário da mesma — coronel José Antônio Coelho de Albuquerque, em virtude de ordem do Presidente do Estado, em telegrama de 9 de agôsto do mesmo ano.

Em seguida ficaram assim providos os principais cargos existentes no municípios de Tianguá, com a indicação dos respectivos ocupantes: Coletor — Leôncio de Aguiar; Escrivão da Coletoria — Francisco Quariguasil da Silva; Juiz Municipal — tenente-cronel Teófilo da Silva Ramos; Delegado de Polícia — Antônio Firmino; Intendente — tenente Trajano Altino de Aguiar; Agente do Correio — capitão Luís Antônio de Aguiar; e Tabelião Público — Joaquim Cardoso da Cruz.

A primeira escola para o sexo masculino, criada aos 23 de agôsto de 1899, teve como professôra D. Maria de Carvalho.

No quadro da divisão administrativa do Brasil, referente ao ano de 1911, o município de Tianguá compunha-se de um só distrito — o de igual nome.

Nos quadros da apuração do Recenseamento Geral de 1.º-IX-1920, Tianguá constituía-se de 3 distritos: Tianguá, Olinda e Ipu.

Vitorioso o movimento revolucionário de 1930, instalou-se a nova Câmara de Tianguá, cujos membros eram: Francisco Linhares, Presidente; Inácio Nogueira, Samuel Lima, Manuel Fidelis, Francisco Virgílio, Alberto Teixeira e Cirilo Mouta, vereadores. Exercia o cargo de Prefeito Antônio Humberto de Vasconcelos.

A vila e o município de Tianguá foram suprimidos por Decreto estadual n.º 193, de 20 de maio de 1931; porém o de n.º 1 156, de 4 de dezembro de 1933, restaurou-os, figurando o município, na divisão administrativa dêsse último ano, composto de 6 distritos: Tianguá, Freicheirinhas, Nova Olinda, Riachão, Santa Luzia e Santo Antônio, com os quais permanece no quadro territorial datado de .... 31-XII-1936, notando-se, apenas, que, nessa última data o topônimo Frecheirinha aparece grafado Freicheirinhas.

No quadro territorial datado de 31-XII-1937, e no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 169, de 31 de março de 1938, ratificado pelo Decreto estadual n.º 378, de 20 de outubro do mesmo ano, o município de Tianguá divide-se em 4 distritos: Tianguá, Nova Olinda, Riachão e Santa Luzia.

Pelo Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, o Distrito de Tianguá perdeu parte de seu território para o novo Distrito de Palmeirinha, formando-se o município de Tianguá, no quadro fixado pelo referido Decreto-lei número 448, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, dos distritos de Tianguá, Palmeirinha, Pitanga (ex-Nova Olinda), Santa Luzia e Uberaba (ex-Riachão).

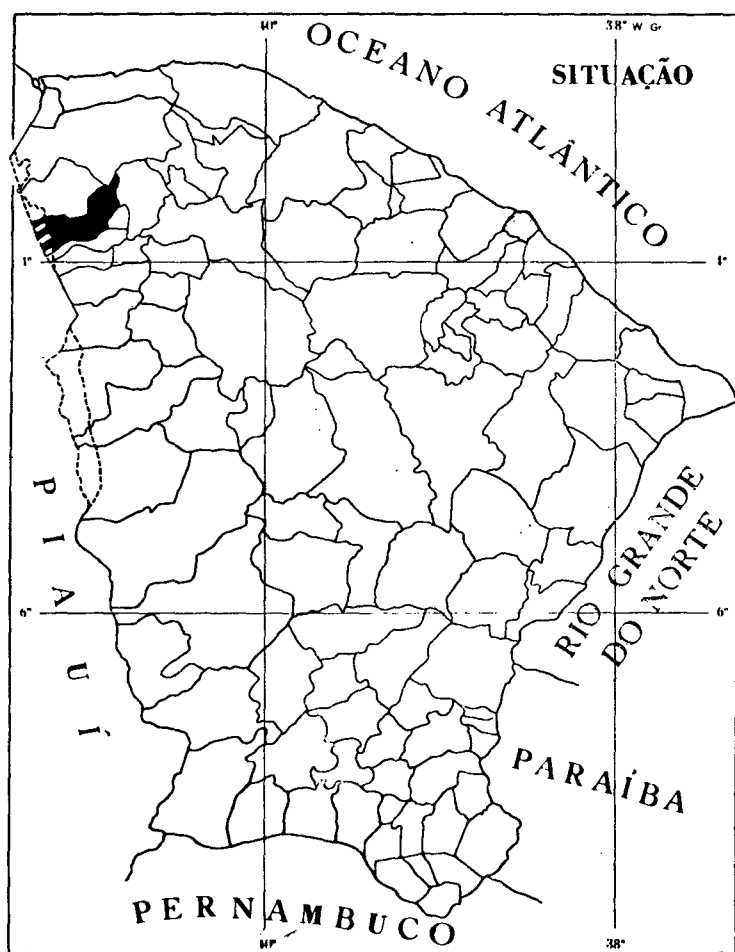
Em virtude do Decreto-lei estadual n.º 1 114, de 30 de dezembro de 1943, que fixou o quadro territorial vigente no qüinqüênio 1944-1948, Tianguá compreende 5 distritos: Tianguá, Arapá (ex-Uberaba), Caroataí (ex-Pitanga), Pindoguaba (ex-Palmeirinha) e Tabainha (ex-Santa Luzia).

Nos têrmos da Lei n.º 1 153, de 2 de novembro de 1951, que estabeleceu o quadro da divisão territorial para vigorar sem alteração até 31-XII-1953, o município de Tianguá figura com os seguintes distritos: Tianguá, Arapá, Caroataí, Pindoguaba e Tabainha.

Por fôrça do Artigo 22 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado de 1947 e da Lei número 213, de 9 de junho de 1948, Tianguá é comarca de primeira entrância.

Nas eleições realizadas a 3 de outubro de 1954, foram eleitos: Prefeito — José de Aguiar. Vereadores — Cláudio Fernandes Gomes, Afonso Lima Fontenele, João Nunes de Menezes, Benedito de Vasconcelos, Raimundo Edson Nunes, Valdemar Ferreira de Aguiar, Afonso Maranguape da Rocha, Francisco Ubaldo de Vasconcelos e Benedito Machado da Silva.

LOCALIZAÇÃO — O município de Tianguá situa-se na Zona Fisiográfica da Ibiapaba, no cimo da serra de igual nome. Limita com os seguintes municípios: Viçosa do Ceará, Granja, Coreaú, Frecheirinha e Ubajara e também com o Estado do Piauí. A cidade dista da Capital, em linha reta,

275 quilômetros e possui as seguintes coordenadas geográficas calculadas: 3° 43' 41" de latitude Sul e 40° 59' 42" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Atinge 795 metros na sede municipal, sòmente excedida pelas cidades de Guaraciaba do Norte, São Benedito, Ibiapina e Ubajara, cujas altitudes são 930, 903, 885 e 870 metros, respectivamente.

CLIMA — Temperado. A temperatura oscila de 18°C a 26°C, compreendendo uma média de 20°C. A precipitação pluviométrica alcançou, durante o ano de 1957, a altura total de 1 030 milímetros.

ÁREA — A área do município é de 927 km², sendo o 56.° colocado em relação à área das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Além da serra Grande, em cujo cimo está situado o município, as principais elevações são as serras da Gameleira, do Taquari e do Simões. A bacia hidrográfica é formada pelos riachos Frecheiras, Ipu, Boqueirão do Trapiá, Extrema, Enjeitado e da Prata.

RIQUEZAS NATURAIS — Barro (argila) e pedra de rocha são as principais riquezas minerais. Babaçual e matas de madeira para construção representam a riqueza vegetal. E pequenos animais silvestres, a riqueza animal.

POPULAÇÃO — A população do município de Tianguá, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 20 989 habitantes (10 290 homens e 10 699 mulheres), sendo: brancos — 8 151 (3 998 homens e 4 153 mulheres); pretos — 2 010 (1 030 homens e 980 mulheres); pardos 10 816 .... (5 254 homens e 5 562 mulheres); e sem declaração — 12 (8 homens e 4 mulheres).

Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 11 326 (5 440 homens e 5 885 mulheres), 4 384 eram solteiras (2 230 homens e 2 154 mulheres); casadas — 6 302 (3 097 homens e 3 205 mulheres); viúvas — 625 (108 homens e 517 mulheres); e sem declaração — 15 (5 homens e 10 mulheres).

Exceto 5 homens estrangeiros, os demais habitantes eram de nacionalidade brasileira, em número de 20 984 (10 285 homens e 10 699 mulheres).

Em religião, predominavam os católicos romanos, em número de 20 902 (10 246 homens e 10 656 mulheres); protestantes — 58 (29 homens e 29 mulheres); espíritas — 3 (2 homens e 1 mulher); outras religiões — 2 homens; sem religião — 11 (7 homens e 4 mulheres); e sem declaração — 13 (4 homens e 9 mulheres).

A densidade era de 22,64 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 80,66% localizavam-se na zona rural, num total de 16 931 (8 316 homens e 8 615 mulheres).

O município de Tianguá, segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística tem o efetivo populacional de 24 580 habitantes, verificando-se, em relação ao Censo de 1950, um acréscimo de 3 591 pessoas, ou seja, 17,11%. A quota do Estado, nesse período, era de 18,54%.

Aglomerações urbanas — Eram 5 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Tianguá, com 2 339 habitantes (1 086 homens e 1 253 mulheres); a vila de Arapá, com 458 (232 homens e 226 mulheres); a vila de Caroataí, com 622 (311 homens e 311 mulheres); a vila de Pindoguaba, com 272 (144 homens e 128 mulheres); a vila de Tabainha, com 367 (201 homens e 166 mulheres).

No quadro urbano da cidade e vilas, existiam 1 974 habitantes (921 homens e 1 053 mulheres); e no suburbano 2 084 (1 053 homens e 1031 mulheres); segundo elementos do Recenseamento Geral de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica do município é a agricultura, cultivando-se em grande escala a cana-de-açúcar, que é transformada em rapadura e aguardente, seguida de café, batata-inglêsa, milho, banana, manga, abacate, mandioca, etc. O total dos produtos agrícolas, em 1955, valeu mais de 11 milhões de cruzeiros: 23 000 toneladas de cana-de-açúcar, ... Cr$ 3 450 000,00, 3 200 arrôbas de café, ... Cr$ 1 536 000,00 — 480 toneladas de batata-inglêsa .... (Cr$ 1 280 000,00) — e o restante para os demais produtos.

Segundo o Censo de 1950, 5 234 pessoas presentes (10 anos e mais) trabalhavam na "agricultura, pecuária e silvicultura", que representavam 37% da população ativa do município.

Os produtos agrícolas disponíveis são vendidos nas praças de Sobral (CE) e Parnaíba (PI).

A pecuária não tem grande significação econômica para o município, em virtude de suas terras não se prestaram ao criatório. Os rebanhos existentes destinam-se ao fornecimento de carne e leite à população.

Em 1955, existia o seguinte efetivo de população pecuária (valor total de Cr$ 8 400 000,00): bovinos, 2 150;

Igreja-Matriz de Nossa Senhora Santana

eqüinos, 740; asininos, 680; muares, 470; suínos 5 490; ovinos, 1 950; caprinos, 2 910

Os principais produtos industriais de origem agrícola são rapadura e farinha de mandioca, obtidos em modestas unidades fabris ocupando menos de 5 pessoas.

Em 1955 o valor total da população industrial atingiu a casa de 10 milhões de cruzeiros, correspondentes a 2 200 toneladas de rapadura, no valor de Cr$ 8 800 000,00 e 432 toneladas de farinha de mandioca, valendo Cr$ 1 124 000,00, cabendo o restante à aguardente de cana, num total de 8 500 litros.

Sendo o município essencialmente agrícola, os produtos de origem animal não representam valor expressivo na sua economia.

Os produtos extrativos de origem mineral, vegetal e animal, em 1956, foram avaliados em 2,6 milhões de cruzeiros. Para tanto, contribuiu a extração de madeira com mais de 1 milhão de cruzeiros e a de pedras irregulares com quase 1,5 milhões de cruzeiros, aproximadamente. A produção animal é representada por peles de maracajá e teiú-açu, sendo de 120 mil cruzeiros o seu valor aproximadamente.

COMÉRCIO — Na cidade operam 28 estabelecimentos comerciais varejistas. Em 1.º de janeiro de 1950, havia em todo o município 132 estabelecimentos, sendo 123 varejistas e 9 atacadistas. As vendas efetuadas pelo comércio varejista foi da ordem de mais de 5 milhões, contra pouco mais de 2 milhões do comércio atacadista. O comércio local realiza transações, principalmente, com as praças de Sobral, Fortaleza, Recife, em Pernambuco, e Parnaíba, no Piauí. Os principais artigos de importação são tecidos, miudezas, ferragens, querosene, armarinhos e medicamentos. Tianguá exporta, em pequena escala, babaçu e rapadura, preferencialmente para os Estados do Piauí e Maranhão.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município de Tianguá é servido por rodovias, salientando-se a de Fortaleza—Teresina. Conta com várias emprêsas e serviços de transporte, inclusive dois que têm sede na cidade. Liga-se com as sedes municipais vizinhas e a capital do Estado, pelos meios de transporte: Viçosa — rodoviário — (31 km); Ubajara — rodoviário — (17 km); Coreaú — rodoviário — (via Aprasível) 102 km ou direto (60 km); Frecheirinha — rodoviário — (36 km); Granja — rodoviário (via Viçosa do Ceará) (106 km); Piracuruca (PI) rodoviário — (94 km) Capital Estadual — rodoviário (327 quilômetros).

Funciona na cidade uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Tianguá está situada em plena chapada da Serra da Ibiapaba. É atravessada pela rodovia Fortaleza-Teresina, verificando-se, desta sorte, notável movimento de veículos, procedentes de vários pontos do Estado e de outras unidades da Federação. É formada por 20 logradouros públicos, constituídos de 520 prédios, dos quais 420 são residências; 9 vias públicas são pavimentadas a pedras irregulares, cuja área representa 10% da do perímetro urbano e suburbano da cidade. Conta com iluminação elétrica pública e particular, com 320 ligações domiciliárias. Há um serviço de limpeza pública que beneficia 5 dos seus principais logradouros. Existem 2 pensões com diária média de Cr$ 80,00. Em 1956 estavam registrados na Prefeitura Municipal 1 automóvel e 14 caminhões.

Os prédios mais importantes são: Igreja-Matriz e Convento da Congregação dos Franciscanos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Tal assistência é prestada à população por 1 dentista e 1 farmacêutico.

O Pôsto Médico da Cooperativa do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e o Ambulatório de Enfermagem de José Evangelista de Vasconcelos servem a população nos tratamentos de emergência. Existe na cidade 1 farmácia.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Círculo Operário de Tianguá, fundado em 1931, presta assistência social aos seus membros. A Pia União de Santo Antônio, também, presta auxílio aos necessitados.

Na sede municipal funciona uma cooperativa "Filiada". denominada "Cooperativa dos Rodoviários Lt.da", que fornece gêneros alimentícios, etc. aos operários do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

ALFABETIZAÇÃO — Conforme os resultados do Recenseamento Geral de 1950, existiam em Tianguá 17 117 pessoas com 5 anos e mais. Dêsse total, 16% sabiam ler e escrever, ou seja, 2 696 habitantes (1 526 homens e 1 170 mulheres). Na sede municipal residiam 1 974 habitantes, com a mesma idade escolar, sendo 778 alfabetizados (399 homens e 379 mulheres).

Ensino — No comêço do ano letivo de 1956, funcionavam em todo o município 50 escolas do ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 1 612 alunos de ambos os sexos. Em 1950 a taxa de matrícula inicial era de 17,82% em Tianguá e 24,3% no Estado.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A cidade de Tianguá possui um cinema falado com 200 lugares, denominado "Cine Santo Antônio".

Como nos demais municípios, o futebol é praticado, sendo a diversão mais apreciada pela população.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	353	67	...	...	...
1951	499	524	...	...	607
1952	542	872	585	116	261
1953	598	1 734	840	113	...
1954	684	1 157	775	91	499
1955	511	2 925	845	96	483
1956	580	3 723	1 098	92	1 100

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Os festejos populares de Tianguá consistem, ùnicamente, nos singulares "Bailes do Chitão", que são promovidos no mês de junho, com caráter regional.

As procissões tradicionais são: a da Padroeira Santa-Ana, em 26 de julho, a de São Francisco, em 4 de outubro e a de "Corpus Christi" em data móvel, salientando-se a que se realiza no Convento dos Frades Franciscanos, quando o seu trajeto é feito pelas cercanias, por entre os matagais, em largas e bem cuidadas pistas, onde são projetados altares, lindos e artísticos, nos pés de imponentes árvores, parando o grande préstito diante delas para aí receber a bênção com o Santíssimo Sacramento.

VULTOS ILUSTRES — *Frederico Kiappe da Costa* — Oficial da Marinha, foi capitão dos Portos do Piauí, Pernambuco e Amazonas. Comandou diversas unidades da nossa Marinha de Guerra e desempenhou as mais honrosas comissões. Autor de várias obras sôbre assuntos navais. Faleceu com o Pôsto de Almirante.

Monsenhor Doutor Agesilau de Aguiar (já falecido) — Ordenou-se e se doutorou em Filosofia em Roma, onde se licenciou em Teologia. Foi Secretário do Bispado do Amazonas, Coadjutor de Lábrea e Cura da Sé de Manaus. Exerceu o cargo de Secretário do Bispado do Ceará, Vigário-Geral da Diocese de Sobral e faleceu como Vigário de Tianguá, sua terra natal.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Na época de Verão, a cidade de Tianguá é procurada por habitantes de outras localidades, principalmente do Estado do Piauí, dada a amenidade do seu clima.

Na sede municipal há uma obra notável, que é o Convento da Congregação dos Franciscanos. Existem, ainda, 9 associações religiosas, na Paróquia de Tianguá, sob a invocação de Santana, fundada em 1890 e subordinada à Diocese de Sobral. Contam-se 5 templos do culto católico romano.

Para abastecer os veículos que transitam diàriamente pela cidade, em elevado número, funcionam 3 bombas de gasolina.

Em 1954, estavam inscritos 7 510 eleitores, dos quais 2 390 exerceram o direito do voto nas eleições gerais então realizadas.

Tianguaenses é como são denominados os nascidos no município.

O nome Tianguá é indígena e deriva do riacho dessa denominação, afluente do Itaculumi. Significa, segundo Pompeu Sobrinho, "o lugar onde costuma aparecer o espectro do córrego (ou água)" e provém de ti (ty) au (aua) guá (guaba).

Itaculumi é palavra tupi, significando "menino de pedra" (O Ceará — 2.ª Edição — 1945 — Raimundo Girão e Antônio Martins Filho).

TRAIRI — CE

Mapa Municipal na pág. 71 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — O município situa-se na margem do rio Trairi e as suas terras que se estendem do rio Mundaú à enseada da Lagoinha foram conquistadas e povoadas por sertanistas e colonizadores famosos, entre os quais, Nicolau Tolentino, Marinheiro Cunha, Manuel Barbosa, Xavier de Sousa, Antônio Barroso de Sousa, e, sobretudo, João Verônica, tido e havido, segundo a crônica, como verdadeiro fundador da cidade do Trairi.

Nos meados do século XVIII, com a concessão de datas e sesmarias, João Verônica, homem progressista e trabalhador, conseguiu fazer fortuna com o labor agrícola e o pastoreio. Cansado já da vida do mato, senta moradia, com casa-grande alpendrada, numa nesga de terras situada nas proximidades da barra do rio Trairi. Com a chegada de colonos, parentes e amigos, João Verônica resolve mandar erguer outras casas para residência de famílias do seu conhecimento e sob sua proteção.

Com pouco tempo estava formado pequeno povoado, onde já se notavam, então, os casarões de Tolentino, Marinheiro, dos Sousas e dos Barbosas, donde, aliás, se originaram famílias numerosas e ilustres.

Um fato de excepcional importância para o florescente povoado praieiro ocorreu com a criação da freguesia. De conformidade com a Lei n.º 1 020, de 14 de novembro de 1862, com território desmembrado da freguesia de Fortaleza, foi instituída a freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, com sede na povoação de Paràzinho, cuja capela ereta em matriz, se localiza no Alto-Alegre. Foi benfeitor desta paróquia o padre João Francisco Nepomuceno Rocha, doador do patrimônio e seu primeiro Vigário. Os habitantes de Trairi movimentaram-se no sentido de que a paróquia fôsse transferida para essa localidade, por ser mais importante do que Paràzinho e ter maior número de fiéis. De início, D. Maria Furtado de Mendonça, mulher de vastos cabedais, prontificou-se a fazer a doação do patrimônio para a nova sede paroquial. Efetivamente, depois de muita luta, de acôrdo com a Lei n.º 1 604, de 14 de agôsto de 1874, a paróquia foi transferida para a vila do Trairi, com a deno-

Prefeitura Municipal

minação de Nossa Senhora do Livramento. A instalação solene deu-se em meio a grande júbilo do povo.

O município de Trairi muito sofreu quanto à conquista da sua maioridade política. Várias vêzes perdeu sua autonomia e várias vêzes a conquistou, graças aos esforços dos movimentos locais em que todos se congregavam independentemente de filiação partidária.

Pela primeira vez o município foi criado de acôrdo com a Lei n.º 1 068, de 12 de novembro de 1863. Mas, extinto aos 10 de novembro do ano seguinte, de conformidade com o Diploma legal n.º 1 110, foi restaurado pela Lei n.º 1 235, de 27 de novembro de 1868, já agora, todavia, com sede na povoação de Paràzinho, elevado à categoria de vila com a denominação de Paracuru.

A Lei n.º 1 604, de 14 de agôsto de 1874, reconduziu a sede municipal para a antiga vila de Trairi, dando-lhe nova denominação: a de vila de Nossa Senhora do Livramento, cuja duração, bastante efêmera, não foi além de um ano, tanto assim que a antiga denominação — Trairi — fôra restabelecida pela Lei n.º 1 669, de 19 de agôsto de 1875.

Novamente, em 1913, de acôrdo com a Lei n.º 1 084, de 19 de abril, o município foi extinto, e, logo mais, restaurado de conformidade com a Lei n.º 1 181, de 23 de julho de 1914, e outra vez suprimido pela Lei n.º 1 794, de 9 de outubro de 1920, para ser restaurado, em 1922 (Lei número 2 002, de 16 de outubro do mesmo ano). No govêrno do primeiro Interventor Federal do Ceará, após os sucessos da Revolução de 1930, o Decreto estadual n.º 193, de 20 de maio de 1931, que extinguiu vários municípios do Estado de uma só vez, reduziu o município de Trairi à simples condição de distrito, o qual, em 1933, juntamente com Mundaú, figurava no município de Paracuru.

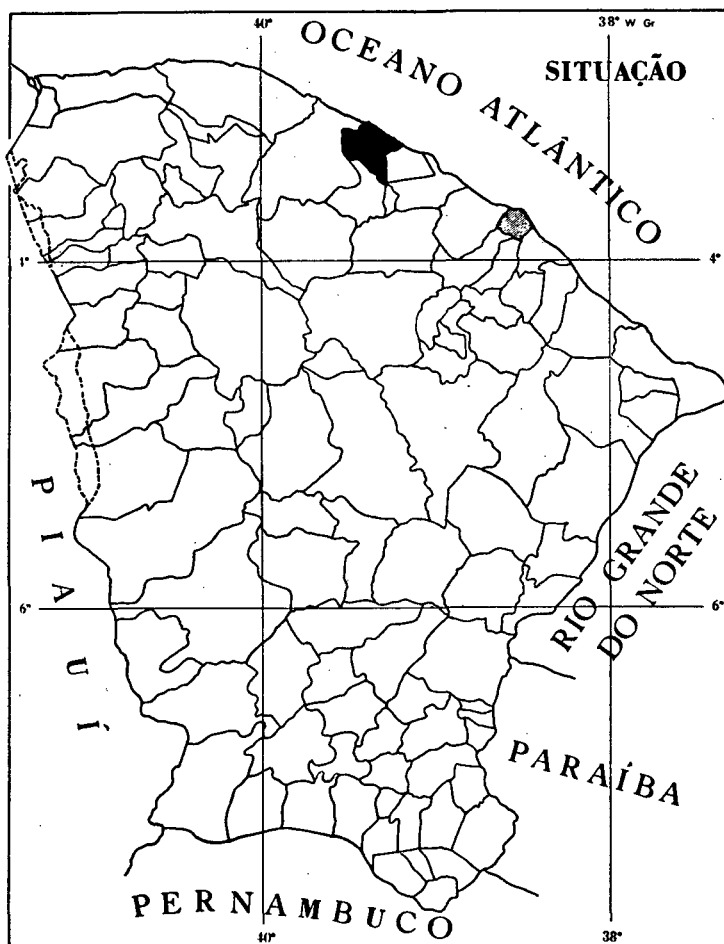
A 31 de março de 1938, entretanto, pelo Decreto-lei n.º 169, do Interventor Federal, Dr. Francisco de Menezes Pimentel, Trairi faz parte do município de São Gonçalo, nêle permanecendo até 22 de novembro de 1951, quando a Lei n.º 1 153, sancionada pelo Governador Raul Barbosa, regulando a divisão administrativa do Estado, restaurou o município de Trairi, desmembrando-o do de São Gonçalo do Amarante.

Sua instalação, todavia, só ocorreu a 25 de março de 1955, quando tomaram posse o Prefeito Municipal e vereadores eleitos a 3 de outubro do ano anterior.

Compõe-se o município, atualmente, dos distritos de Trairi e Mundaú.

O têrmo judiciário, antes pertencente à comarca de São Gonçalo do Amarante, pela Lei n.º 3 508, de 20 de dezembro de 1956, foi transformado em sede de comarca de primeira Entrância, provida de Juiz de Direito e Promotor de Justiça.

É Prefeito Municipal o Sr. José Granja Ribeiro. Formam a Câmara Municipal os Vereadores — Antônio Alves da Silva, Rita Alcira Vasconcelos, Francisco de Almeida Linhares, Mário Sila Rôla, Antônio Joaquim Barbosa, José Nicodemus Cunha e Oséas de Sousa Santos.

LOCALIZAÇÃO — O município de Trairi localiza-se na Zona Fisiográfica do Litoral. Limita com o Oceano Atlântico e com os municípios de Itapipoca, Paracuru, São Gonçalo do Amarante e Uruburetama. A cidade dista da Capital do Estado, em linha reta, 100 km e possui as seguintes coordenadas geográficas (calculadas pela Inspetoria Regional de Estatística): 3º 16' de latitude Sul e 39º 16' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 20 metros na sede municipal, sendo uma das mais baixas do Estado.

CLIMA — O município apresenta um clima constantemente fresco, em face da abundância de vento comum na faixa litorânea. O inverno estende-se de janeiro a junho, sendo que o período mais chuvoso vai de fevereiro a abril.

ÁREA — Com área de 813 km², figura em 63.º lugar em relação à área das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território do município apresenta-se plano e arenoso na sua maior parte, sendo que as pequenas elevações existentes são constituídas por duas, na orla marítima, e morros cobertos de vegetação, na zona do interior. Os principais acidentes geográficos são os rios Mundaú e Trairi, assim como a lagoa das Almécegas, originada de um braço de mar apenas separado do Atlântico, em eras remotas, pelas dunas.

RIQUEZAS NATURAIS — Barro (argila) e salinas são as únicas riquezas do reino mineral. Peixes de água doce e salgada representam as riquezas animais.

POPULAÇÃO — O município é formado pelos distritos de Trairi e Mundaú, desmembrados de São Gonçalo do Amarante, e tinha na época do Recenseamento Geral de 1950 a população total de 17 695 habitantes (8 976 homens e 5 719 mulheres), assim distribuídos: Distrito de Trairi — 10 525 habitantes (5 373 homens e 5 152 mulheres) e distrito de Mundaú — 7 170 (3 603 homens e 3 567 mulheres). A população do quadro rural, que era de 15 829 habitantes, corresponde a 89,4% das pessoas presentes no município.

O município de Trairi, que possui atualmente 22 543 habitantes (estimativa da Inspetoria Regional de Estatística para 1.º de julho de 1957), cresceu de 4 848 pessoas nos últimos sete anos, ou seja, de 27,40%, quota, aliás, superior a do Estado (18,54%).

Aglomerações urbanas — Há no município 2 aglomerações urbanas: a cidade de Trairi com 668 habitantes (321 homens e 347 mulheres) e a vila de Mundaú, com 1 198 habitantes (577 homens e 621 mulheres), conforme elementos do Censo Demográfico de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica do município é a agricultura. As maiores culturas são: 6 000 arrôbas de algodão (Cr$ 600 000,00); 1 440 toneladas de cana-de-açúcar (Cr$ 576 000,00); 2 250 toneladas de côco-da-baía (Cr$ 450 000,00); 1 475 toneladas de mandioca-brava (Cr$ 442 500,00); 62 000 quilogramas de mamona (Cr$ 246 000,00); 920 sacos de 60 quilogramas de feijão (Cr$ 155 000,00); 500 sacos de 60 quilogramas de arroz (Cr$ 100 000,00); 4 500 cachos de banana (Cr$ 90 000,00); 920 sacos de 60 quilogramas de milho (Cr$ 92 000,00). Há, ainda, pequeno cultivo de manga e batata-doce. Fortaleza e Uruburetama são os maiores compradores dos produtos agrícolas do município.

A atividade pecuária não tem significação econômica para o município, pois as terras de Trairi não se prestam bem ao criatório. O rebanho é pequeno, dando, exclusivamente, para o consumo da população, no tocante ao fornecimento de carne e leite.

Em 31 de dezembro de 1955, segundo dados do Serviço de Estatística da Produção, existiam 14 830 cabeças de gado no valor de Cr$ 2 352 000,00, assim discriminados: bovinos — 4 000; eqüinos — 740; asininos — 800; muares — 300; suínos — 5 490; ovinos — 500; e caprinos — 3 000.

Como se evidencia nos números acima, o criatório do gado suíno, bovino e caprino é o mais desenvolvido no município de Trairi.

Coletoria Estadual

A produção extrativa mineral é representada pelo barro (argila), empregado na fabricação de tijolos e telhas, e sal marinho; a animal, pelo peixe. O peixe é extraído do mar por pescadores organizados nas colônias Z-12 e Z-13, ambas localizadas no município, constituindo a pesca importante atividade econômica. A produção do pescado alcançou a expressiva cifra de Cr$ 1 600 000,00, conforme dados estimados da Campanha Estatística de 1956.

Segundo dados do Serviço de Estatística da Produção, foram produzidos no município, em 1955, 120 000 quilogramas de farinha de mandioca (Cr$ 300 000,00). No mesmo ano, os engenhos espalhados no território do município produziram 20 000 quilogramas de rapadura .... (Cr$ 80 000,00).

Dos 8 estabelecimentos que preencheram os boletins do Registro Industrial de 1956, 2 se dedicavam à extração de sal (de que é grande produtor o município), 2 à fabricação de tijolos e telhas, 2 à produção de energia elétrica, 2 ao abate de animais, sendo que dois dêstes ocupavam mais de cinco pessoas.

A produção de energia elétrica é de 10 281 kWh, distribuídos para iluminação pública (5 616 kWh) e para particular (4 665 kWh).

COMÉRCIO — Operam na sede municipal 14 estabelecimentos comerciais do ramo varejista. O comércio local realiza transações, principalmente, com Fortaleza e Uruburetama. Os artigos de importação são tecidos, arroz, açúcar, café, sabão, conservas, querosene e ferragens. Trairi exporta farinha de mandioca e rapadura em pequena escala.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A ligação de Trairi com os municípios limítrofes e com a Capital Estadual é feita por intermédio dos seguintes meios de transporte: Itapipoca — rodoviário — 94 km, ou misto: a) rodoviário até a Estação de Umarituba — 81 km e b) ferroviário (R.V.C.) — 81 km; Paracuru — carroçável — 49 km; Uruburetama — misto: a) a cavalo até a vila de Cemoaba — 39 km e b) rodoviário — 33 km; São Gonçalo do Amarante — rodoviário — 103 km; Capital Estadual — rodoviário (via Paracuru) — 150 km, rodoviário (via São Luís do Curu) — 137 km, ou misto: a) rodo-

Igreja-Matriz de Trairi

viário até São Luís do Curu — 60 km e b) ferroviário (R.V.C.) — 87 km.

Há, na cidade, uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade é servida de luz elétrica, possuindo 36 ligações domiciliárias. A Prefeitura mantém serviço de limpeza pública, que beneficia 5 logradouros na sede municipal.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — Apenas a Sociedade de São Vicente de Paulo presta assistência social à pobreza abandonada do município.

ALFABETIZAÇÃO — Na zona urbana e suburbana da cidade e vila, havia 1 568 pessoas em idade escolar (5 anos e mais), das quais 712 sabiam ler e escrever. Dêste total 316 eram do sexo masculino e 396, do feminino, conforme revelou o Censo Demográfico de 1950.

Ensino — Conta o município 60 unidades escolares de ensino fundamental comum, nas quais estavam matriculados, no início do ano letivo de 1956, 1 512 alunos de ambos os sexos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	—	—	—	—
1951	—	—	—	—	—
1952	—	—	—	—	—
1953	—	—	—	—	—
1954	—	—	—	—	—
1955	—	498	1 089	54	805
1956 (1)	—	796	633	89	633

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal cerimônia religiosa é a celebração dos festejos em honra a Nossa Senhora do Livramento, padroeira da paróquia, a qual decorre bem animada com várias atrações: quermesses, leilões, etc., realizando-se, no último dia, concorrida procissão.

VULTO ILUSTRE — O mais ilustre dos filhos de Trairi é *Álvaro Dias Martins,* poeta, autor de "Pescadores da Taíba", poemeto que é um primor de graça e singeleza. Faleceu a 30 de junho de 1906.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Trairienses é como são chamados os nascidos no município. O progresso de Trairi está se processando lentamente, pôsto que se trata de comuna restaurada pela Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951, possuindo, assim, poucos dias de vida como unidade municipal.

Por ocasião das eleições realizadas em outubro de 1954, estavam alistados 1 240 eleitores aptos a votar.

UBAJARA — CE

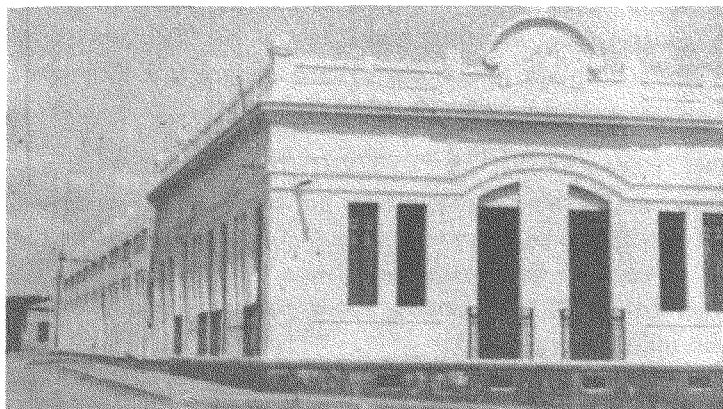
Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Ubajara, município agraciado pela sua privilegiada situação fisiográfica, ergue-se no coração do ubérrimo altiplano da Ibiapaba. A origem do seu primeiro núcleo populacional remonta à quadra calamitosa da "sêca do 77" quando, acossadas pela falta de água e víveres, várias famílias emigraram de Riacho do Sangue, do Rio Grande, do Maranhão e do Apodi em procura do fértil e luxuriante planalto, conhecido como "O Eldorado", a terra da promissão. Seu berço, no entanto, foi Ibiapina, antiga aldeia de índios tabajaras.

Num retrospecto aos tempos coloniais, fatos importantes são rememorados. Em 1604, Pero Coelho de Sousa empreendia dantesca tentativa de conquista da rica e cobiçada região da Ibiapaba. Considerava-se senhor absoluto daquelas terras o valente chefe tabajara "Diabo Grande", que desfechou contra os invasores tôda a sua fôrça e bravura. A habilidade do destemido açoriano e a superioridade de suas armas, entretanto, lograram a vitória e não tardou que, inteligentemente, "Diabo Grande" resolvesse receber em sua taba a Pero Coelho e seus comandados, assumindo com êles compromissos que jamais desrespeitaria. Aliados nativos e brancos, posteriormente auxiliados pelos valorosos jesuítas Francisco Pinto e Luís Filgueira, promoveram o progresso das aldeias que começavam a proliferar às margens do arroio Arabê.

A obra benemérita dos jesuítas interrompeu-se, todavia, com o trucidamento do Padre Francisco Pinto, ocorrido por ocasião de uma cerimônia religiosa, no dia 11 de janeiro de 1608, em local onde hoje se levanta a cidade de Ubajara. Perda infligida pelos tocarijus, menos pelo seu repúdio às missões e despeito a "Diabo Grande" que pela índole sanguinária de sua raça, ensejou ferrenhas contendas entre as tribos, resultando no enfraquecimento dos tabajaras e na quase extinção dos tocarijus.

O trabalho dos inditosos jesuítas, no entanto, frutificou em paz e progresso, permitindo que o padre Mamede Antônio de Lima, ali chegado anos depois, reconquistasse a confiança dos remanescentes tabajaras, e encontrasse, no braço do nativo, forte esteio para o desenvolvimento da agricultura e conseqüente soerguimento dos núcleos populacionais.

Iniciava-se o crítico triênio 1877-1879 e outras famílias chegavam, para se juntarem às que, entre 1841 e 1860,

Prefeitura Municipal

para aí haviam emigrado. As primeiras a se instalarem nos sítios Buriti, Suminaro, Paupitanga e Pavuna, foram as de Bartolomeu Fernandes do Rêgo, Manoel Luiz Pereira, Manoel Soares e Silva e Francisco Soares e Silva. Algumas, abastadas, dedicaram-se à lavoura e ao comércio. Quando a grande sêca as atingiu, procuraram o lado sul de uma lagoa denominada "lagoa do Jacaré", e aí organizaram um arruado composto de mais de 30 casas de barro, cobertas de palha, que se chamou "Jacaré". O núcleo ia em franco progresso, quando, em 1884, no mês de outubro, um descuido caseiro ateou fogo ao aglomerado de moradias. Nada pôde deter as chamas, que, em poucas horas, haviam devorado o arraial, causando aos moradores um grande prejuízo, deixando-os em deplorável estado de abatimento. Reanimaram-se, entretanto, e, conseguindo terras do lado oposto da lagoa, num esfôrço titânico, poucos meses depois haviam reconstruído a povoação, agora composta de casas de barro e cobertas de telha.

Em 1886 construíram a capela em honra de São José, com patrimônio doado por José Lopes Freire, José Rufino Pereira e Joaquim Mulato, benta no ano seguinte, pelo padre Manoel Lima de Araújo, primeiro Vigário da freguesia de São Pedro da Ibiapina, a cuja jurisdição pertenceu durante muitos anos.

O distrito de paz foi criado em 1890 (Decreto número 123, de 24 de dezembro), sendo seu primeiro juiz o Alferes José Inácio Sá. A autonomia do município foi conseguida na gestão do Interventor Fernando Setembrino de Carvalho (Lei n.º 1 279, de 24 de agôsto de 1915), constituindo o fato motivo de orgulho para os ubajarenses, pois é o ponto alto de sua história político-administrativa. Na mesma ocasião foi a povoação de Jacaré elevada à categoria de vila, com o topônimo Ubajara e criado o têrmo judiciário, pertencente à comarca de São Benedito, situação em que permaneceu até 1948, quando foi elevado a comarca de primeira entrância (Art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, regulado pela Lei 213, de 9 de junho de 1948), sendo instalada a 12 de agôsto. Seu primeiro juiz foi o Dr. Júlio de Queiroz Machado.

Na divisão territorial vigorante em 1933, Ubajara figura com os distritos da sede e Araticum. Em 1951 (Lei 1 153, de 22 de novembro de 1951), foi criado o distrito de Jaburuna, sendo a atual composição do município a seguinte: Ubajara, Araticum e Jaburuna.

A vila de Ubajara, topônimo dado ao povoado de Jacaré pelo Dr. Morais Barros, diretor do Distrito Telegráfico do Ceará, na ocasião em que foi instalada sua estação telegráfica, foi elevada à categoria de cidade em 1938, em face do Decreto 448, de 20 de dezembro.

A Lei estadual n.º 1 302, de 31 de agôsto de 1915, determinou que uma junta presidida pelo suplente de juiz substituto de Ibiapina, capitão Sabino Vieira de Santana, desse posse à câmara da nova vila de Ubajara, que ficou constituída dos cidadãos Prudêncio Furtado de Mendonça, José Furtado de Melo, Juvêncio Luís Pereira, Moisés Bispo de Lima, Francisco Baé de Macêdo, Salustiano Ferreira de Almeida, João da Cunha Freire e Antônio José Pereira, o que ocorreu às 12 horas do dia 31 de dezembro daquele ano.

O primeiro poder judiciário do Município foi assim constituído: Pergentino Ferreira da Costa (Prefeito), Matias Rodrigues Gaia (delegado), Manoel Odilon Ribeiro (suplente de juiz substituto), Raimundo Furtado de Mendonça (coletor), Clóvis Furtado de Mendonça (notário), José de Oliveira Vasconcelos (escrivão da coletoria) e Antônio Urano Sobrinho (secretário da câmara).

O município já foi sede do Tiro de Guerra 641, fundado em 22 de novembro de 1918 e incorporado por despacho do Ministro da Guerra de 17 de junho de 1919. Foi sua primeira diretoria constituída dos seguintes cidadãos: João Rubim de Aguiar (presidente), Joaquim da Cunha Freire Parente (vice-presidente), Grijalva Ferreira da Costa (tesoureiro) e Antônio Celso de Jordão (secretário).

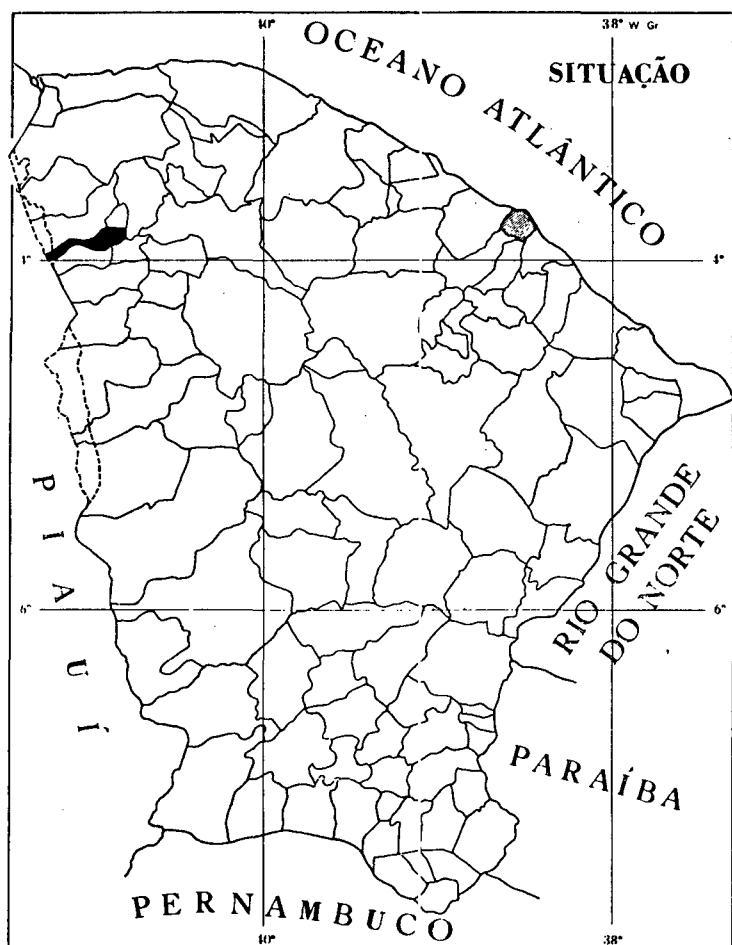
Por portaria de 22 de novembro de 1934 foi criada a freguesia de São José de Ubajara, sendo o seu primeiro Vigário o padre Inácio Nogueira Magalhães, cuja posse se deu a 29 de janeiro do ano seguinte.

A famosa Gruta de Ubajara, que dista da sede pouco mais de seis quilômetros, coloca a cidade em posição de destaque no cenário nacional, fadada que está a ser um dos principais pontos de turismo do país. Tem sido visitada por celebridades nacionais, representantes dos governos, artistas, cientistas e por grande número de turistas.

No setor jornalístico Ubajara muito produziu, editando entre 1904 e 1932 cinco jornais de periodicidade mensal e quinzenal, um panfleto e uma revista, publicações que chegaram, algumas delas, a marcar época no periodismo estadual.

Nas eleições de 3 de outubro de 1954 foram eleitos: Prefeito — Pergentino Ferreira da Costa. Vereadores — Antenor Isaías de Andrade, Cesário Ferreira da Costa, David Andrade da Ponte, Francisco Fernandes de Sousa, Francisco Pinto Henri, José Ferreira da Costa, José Furtado de Mendonça, José Norberto de Azevedo e Manuel Marrocos Portela.

LOCALIZAÇÃO — O município de Ubajara, localizado em quase sua totalidade no cimo da Serra da Ibiapaba, abrange uma extensa zona de grande fertilidade e riqueza natural. Ubérrimas as suas terras, ricas de substâncias nutritivas que lhe proporcionam fartas messes, sem os transtornos das crises climáticas que tanto prejudicam outros municípios cearenses. A cidade está situada entre viçosos pomares que lhe dão aspecto de um jardim em plena florescência. Ubajara limita com os municípios de Tianguá, Frecheirinha, Ibiapina, Mocambo e com o Estado do Piauí. É servido por rodovias. A cidade dista da Capital, em li-

nha reta, 267 km, na direção 87° 86' 50" e possui as seguintes coordenadas geográficas: 3° 51' de latitude Sul; 40° 56' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Está a 870 metros na sede municipal.

CLIMA — O município apresenta um clima saudável durante o verão e frio e úmido no período invernoso que é de janeiro a junho, com fortes trovoadas nos meses de fevereiro e março. A temperatura oscila de 30°C a 20°C, com acentuada freqüência em 25° centígrados. A precipitação pluviométrica atingiu 1 560 mm no ano de 1956.

ÁREA — A área do município é de 295 km², ocupando o 92.° lugar em extensão, relativamente à áreas das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico do município é a serra da Ibiapaba, onde se encontra a decantada Gruta de Ubajara, tão poèticamente falada pelos historiadores, que lhe emprestam, com justiça, os mais variados contrastes do belo, do empolgante e do terrífico.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral existem pedreiras; no vegetal contam-se madeiras diversas, plantações de agave, babaçu, etc.

POPULAÇÃO — A população de Ubajara, segundo revelação do Recenseamento Geral de 1950, era de 16 458 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 8 090; mulheres — 8 368; brancos — 5 481; pretos — 1 296; pardos — 9 667; sem declaração — 14. Das pessoas de 15 anos e mais no total de 8 297, 3 580 eram solteiras; 4 780, casadas; viúvas — 557; sem declaração — 10. Existia apenas 1 estrangeiro. Quanto à religião predominaram os que se declararam católicos romanos em número de 16 438; havia 1 espírita e 2 sem religião; 17 pessoas deixaram de declarar o credo professado. A densidade demográfica era de 55,78 habitantes por quilômetro quadrado, sendo a quarta mais elevada no Estado, superada, apenas, por Fortaleza, Juàzeiro do Norte e Pacoti. Da população, 86,99% localizam-se no quadro rural, ultrapassando a média da população rural do Ceará, que é de 71,81%. Também se observa o mesmo equilíbrio entre homens e mulheres na população da zona rural (7 071 homens e 7 246 mulheres).

O efetivo da população, em Ubajara, segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística, para 1.° de julho de 1957, é de 17 530 habitantes, tendo aumentado, em relação ao Censo de 1950, de 1 072 pessoas, ou seja, de 6,51%, percentagem bastante reduzida comparativamente à do Estado, que em igual período, apresenta cêrca de 18,54%.

Aglomerações urbanas — Duas são as aglomerações urbanas do município: a cidade de Ubajara, com 1 682 habitantes (2 553 homens e 2 896 mulheres) e a vila de Araticum, com 459 (230 homens e 229 mulheres). Na zona urbana da cidade e vila localizavam-se 1 557 pessoas (751 homens e 806 mulheres), e na suburbana, 584 (268 homens e 316 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades fundamentais da economia do município são: o plantio da cana-de-açúcar e café, da mandioca-brava e fumo e o fabrico de aguardente, rapadura e farinha de mandioca, sendo que o comércio dêsses artigos e da madeira contribui grandemente para o equilíbrio da vida econômico-financeira municipal.

Consoante dados do Recenseamento Geral de 1950, no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" estavam ocupados 4 062 pessoas, com 10 anos e mais, as quais correspondiam a 36,6% da população em idade ativa no município.

Em 1955, a safra agrícola foi estimada em quase 5,5 milhões de cruzeiros, salientando-se os seguintes produtos: 10 000 toneladas de cana-de-açúcar (Cr$ 1 500 000,00); 110 000 cachos de banana (Cr$ 1 100 000,00); 2 000 arrôbas de café (Cr$ 800 000,00); 12 000 centos de manga (Cr$ 120 000,00); 965 toneladas de mandioca-brava .... (Cr$ 772 000,00); 12 000 centos de abacate .... (Cr$ 300 000,00); 50 000 quilogramas de agave .... (Cr$ 175 000,00); 9 000 centos de laranja .... (Cr$ 180 000,00); 900 centos de tangerina .... (Cr$ 144 000,00); e 480 arrôbas de fumo .... (Cr$ 86 400,00).

Há, também, pequeno cultivo de algodão, arroz, batata-doce, batata-inglêsa, feijão, mamona, mandioca-mansa e milho.

Os principais mercados compradores dos produtos agrícolas do município são Sobral e Fortaleza, no Ceará, Piracuruca, Campo Maior e Teresina, no Piauí.

A pecuária não tem grande significação econômica para o município, pôsto que o criatório não é desenvolvido, servindo o pequeno rebanho existente exclusivamente para fornecimento de carne e leite à população local.

De conformidade com os dados do Serviço de Estatística da Produção, em 31 de dezembro de 1955, o rebanho

então existente foi estimado em 19 130 cabeças (no valor de mais de 7 milhões de cruzeiros), assim discriminadas: bovinos — 1 600; caprinos — 1 800; eqüinos — 380; asininos — 9 900; muares — 450; suínos — 4 000; e ovinos — 1 000.

No Sítio Buriti, no distrito da sede municipal, funciona uma entidade governamental — o Pôsto de Criação de Ubajara, com a finalidade de fomentar a produção animal do município.

Os principais produtos extrativos de origem vegetal são: a fibra de agave (50 mil quilogramas — .... Cr$ 300 000,00), madeiras para construção e mobiliário (5 120 m³ — Cr$ 230 000,00), e cipós diversos e palha de babaçu. De origem mineral há extração de pedras e areia para construção, estimada em 3 mil metros cúbicos, avaliados em 85 milhares de cruzeiros. De origem animal destaca-se a produção de peles silvestres (5 000 peles — Cr$ 125 000,00); de mel de abelha (3 600 litros — Cr$ 72 000,00), e amêndoas de babaçu (30 000 kg — Cr$ 240 000,00).

Segundo o Registro Industrial de 1956, havia em todo o município 5 estabelecimentos industriais, dois dêles ocupando mais de cinco pessoas. Dêstes, 2 estabelecimentos exploravam a indústria metalúrgica, 2 a fabricação de calçados e 1 a fabricação de pães e biscoitos.

Em 1955, foram produzidos no município 900 mil quilogramas de rapadura (Cr$ 1 800 000,00); 30 mil litros de aguardente de cana (Cr$ 210 000,00), 1 200 sacas de 60 kg de farinha de mandioca (mais de Cr$ 223 000,00), 2 000 kg de polvilho (goma) de mandioca (quase ...... Cr$ 900 500,00), segundo elementos do Serviço de Estatística da Produção.

A produção de energia elétrica é avaliada em 47 000 quilowatts, sendo o consumo particular de 17 000 kWh e o público de 30 000 kWh.

As fábricas mais importantes são: Fábrica Cajueiro, de Domício Pereira — industrialização de agave, fabricação de aguardente, de rapadura e beneficiamento de madeira; Fábrica Matriz, de Valdemar Santos — fabricação de rapadura e beneficiamento de café e arroz; Fábrica de José Lopes de Jordão, fabricação de rapadura, aguardente e beneficiamento de café, milho e arroz; Fábrica Ubajara, de Elpídio Luís Pereira — fabricação de aguardente e rapadura e beneficiamento de café. Fundição Henri, de Francisco Pinto Henri — fabricação de engenhos de ferro para cana-de-açúcar, etc. Fundição São José, de Gabriel Ferreira de Sousa — fabricação de engenho de ferro para cana-de-açúcar, balanças, bombas de sucção, fogareiros, escovões, etc.

COMÉRCIO — Na cidade operam 80 estabelecimentos do ramo varejista, os quais mantêm intercâmbio com as praças de Sobral, Fortaleza, Crateús (no Ceará), Recife (em Pernambuco), Teresina, Parnaíba, Campo Maior e Piracuruca, no Piauí. Ubajara importa açúcar, tecidos, arroz, conservas e carnes, e exporta madeiras, fibras de agave, rapadura, aguardente e farinha de mandioca. Por ocasião do Censo de 1950, havia na cidade e no restante do município 72 estabelecimentos varejistas. As vendas realizadas em 1949 alcançaram quase três milhões de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A ligação de Ubajara com os municípios vizinhos e com a capital estadual é feita por intermédio dos seguintes meios de transporte: Ibiapina — rodoviário (9 km); Mucambo — a cavalo (30 km); Tianguá — rodoviário (17 km); Frecheirinha — rodoviário (53 km); Piracuruca, PI — rodoviário (108 km); Capital Estadual — rodoviário (352 quilômetros) ou misto: a) rodoviário até Sobral (110 km) e b) ferroviário R.V.C. (235 km).

As comunicações locais são realizadas por intermédio da agência postal-telegráfica, do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Ubajara é uma encantadora urbe, habitada por um povo laborioso e progressista e está situada no meio de verdejantes sítios e cafèzais. Compõe-se de 21 ruas, das quais 6 inteiramente pavimentadas, 12 parcialmente e 3 sem pavimentação. Possui 2 praças — uma ajardinada e outra arborizada e ajardinada simultâneamente. A pavimentação é feita de pedras irregulares, numa área de 60% da sede municipal. O seu comércio é bem movimentado, notadamente o de madeira para construção e mobiliário, que é bem desenvolvido. É dotada de luz elétrica, com 148 ligações particulares, e de serviço de limpeza pública e remoção de lixo, que beneficia todos os logradouros. Na Prefeitura Municipal acham-se registrados 11 caminhões.

Brevemente a cidade será servida por um moderno e confortável hotel, para o que já estão em fase de acabamento os serviços do prédio municipal. Também foi iniciada a construção de um colégio misto com capacidade para 300 alunos internos. Funciona na cidade uma pensão de nível médio, cobrando a diária de Cr$ 60,00, com alimentação e pousada. O abastecimento de água à população é feito por um chafariz, de propriedade da Prefeitura.

Pela sua admirável posição geográfica e, especialmente, pela Gruta de Ubajara, ponto de turismo onde afluem, semanalmente, caravanas estudantis e de curiosos, a cidade se constituiu lugar preferido para veraneio.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam assistência médico-sanitária à população local 3 farmacêuticos e 2 dentistas. Na cidade funcionam 3 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — No setor da assistência social há que referir a Associação das Senhoras de Caridade, e a Associação de São Vicente de Paulo, que socorrem à pobreza do município, proporcionando auxílios diversos. Há, ainda, a União Operária São José, com 204 associados, aos quais concede auxílios pecuniários e tratamento médico, além de defender os direito da classe de que é esteio. Já se acha em pleno funcionamento a Cooperativa Agrícola Mista da Serra da Ibiapaba, que muitos benefícios vem prestar aos agricultores.

ALFABETIZAÇÃO — Em 1.º de julho de 1950, por ocasião do último Recenseamento Geral, havia, em todo o município de Ubajara, 13 498 pessoas, com cinco anos e mais, das quais 3 652 (1 922 homens e 1 730 mulheres) eram alfabetizadas, numa percentagem de 27% da população em idade escolar.

Dos 1 429 habitantes da sede municipal, 816 (400 homens e 416 mulheres), com cinco anos e mais, eram alfabetizados.

Ensino — Contava o município, em 1956, com 37 unidades de ensino primário fundamental comum, nas quais se achavam matriculadas, no início do ano letivo, cêrca de 1 226 crianças de ambos os sexos. Em 1950, a quota de crianças em idade escolar, de 7 a 14 anos, era de 21% em Ubajara e 28% no Estado.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe em circulação um jornal — "A Serra Grande", órgão noticioso, de periodicidade mensal, e uma tipografia.

Estão em pleno funcionamento as seguintes bibliotecas: "Biblioteca Paroquial", de formação cristã, com cêrca de 250 volumes e "Biblioteca da Congregação Mariana", de assuntos religiosos, com apenas 60 volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS (1)

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	70	288	391	94	467
1951	76	324	411	109	438
1952	87	395	543	114	466
1953	75	410	791	104	898
1954	70	791	104	70	546
1955	82	427	741	123	763
1956	85	662	1 068	159	772
1957 (2)	—	—	1 000	263	1 000

(1) Exclui os depósitos. — (2) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Realizam-se, anualmente, os seguintes folguedos populares: Reisados, de dezembro a janeiro; São João na Roça, no dia 24 de junho. A principal cerimônia religiosa é a festa de São José, padroeiro, que consta de novena, leilões e procissão de encerramento. A data varia. Nas épocas invernosas essa festividade é transferida para o mês de agôsto.

Há, também, os exercícios do mês de maio, cuja finalidade é a intensificação do culto a Maria Santíssima.

São promovidas feiras semanais aos domingos, para livre oferta dos produtos locais, sem importância regional.

VULTOS ILUSTRES — *Raimundo Magalhães* — Jornalista, panfletário; faleceu no Rio de Janeiro. *Raimundo Magalhães Júnior* — Escritor, dramaturgo, jornalista, eleito recentemente para a Academia Brasileira de Letras, vereador no Distrito Federal e autor de magnífica obra literária. *Hemetério Augusto Pereira* — Poeta e jornalista, autor do livro "História de Ubajara" a ser editado. *Antônio José Pereira* e *Oscar Magalhães* — Poetas. *José de Oliveira Magalhães* — Político e jornalista, falecido. *Dr. Olavo Miranda* — Professor no Rio de Janeiro. *Esmerinio Magalhães* — Poliglota, residente no Rio. *Manoel Miranda* — Escritor e jornalista, autor de várias obras (falecido).

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Há, no município, a 7 quilômetros da cidade, a famosa "Gruta de Ubajara", excelente e belíssimo ponto de turismo, para onde convergem turistas e caravanas, turmas de estudantes, estudiosos e pesquisadores, procedentes de todos os recantos do País. Com extensão impressionante, deslumbrando as suas "salas" e "corredores", feitos pela Natureza, é uma das grandes belezas naturais do Ceará. Dista 359 km da Capital cearense.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Ubajarenses é a denominação local dos habitantes. Em Ubajara desenvolve o plantio de pimenta-do-reino e agave, culturas que estão fadadas a prosperar, dado o gôsto despertado pelos agricultores do lugar, e que, no futuro, poderão pesar na balança econômica municipal.

A produção de mel de abelha está progredindo muito e inúmeros apiários estão produzindo em quantidade satisfatória. A abelha italiana encontrou ali um campo fertilíssimo. É pretensão do Govêrno Federal instalar, no antigo Hôrto Florestal, uma estação experimental-florestal, devidamente aparelhada para o fomento florestal no município.

Próximo à cidade, acha-se em fase de construção um campo de pouso, melhoramento que por certo contribuirá para o maior desenvolvimento comercial e cultural da urbe ubajarense.

O topônimo Ubajara — é indígena, significa "senhor da canoa", de *uba*, canoa e *jara*, senhor — "nome dum cacique vindo do litoral e que por muito tempo habitou a célebre gruta".

Na opinião de Pompeu Sobrinho, ubajara significa: "o senhor das flechas", "o flecheiro exímio", de *iba* (de yba) as flechas, e *yara* o senhor.

UMARI — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Ao findar o século dezoito, o francês Joseph Aleth Douillétte mandou levantar uma capela na então pequena povoação do Umari que demorava nas proximidades da fronteira com a Capitania da Paraíba.

Segundo relata o douto Barão de Studart, provecto historiador cearense, o filho da França longínqua veio ter ao povoado, perseguido do terror implantado pelo Marquês de Pombal e, em ali chegando enamorou-se de uma jovem, constituindo família. Adaptado ao meio, de logo um fato o impressionou: quando morria um doente, o defunto era conduzido estrada afora para ser sepultado nas terras distantes dos Icós. Joseph conclama, então, o povo da localidade para a ereção de uma capela e de um cemitério. Dentro de pouco tempo Umari passa a ter uma capelania, onde se celebravam missas nos grandes dias.

Fatos de excepcional importância, ligados à história do Ceará, ocorreram no seu território muitas vêzes transformado em palco de lutas memoráveis.

O próprio Frei Caneca, figura de realce da malograda Revolução do Equador, conta o drama da famosa Expedição Cazumbá que, nos idos de 1824, percorreu, a pé, mais de duzentos quilômetros de sertão bravio acossado por fôrças fiéis ao Govêrno.

Nas cercanias de Umari, na fazenda de nome Picada, deu-se pavoroso desastre militar aos 17 de outubro de 1824. Ali estavam acontonadas perto de duas centenas de soldados do exército de Filgueiras, comandados pelo valente capitão Maxi (Maximiano Rodrigues dos Santos), os quais estremunhados, cansados de muitas infâmias praticadas em caminho, embriagados na sua totalidade, acharam o mo-

mento propício para um descanso, que a longa travessia estava reclamando. Mal avisados, entretanto, não olhando para o dia de atrás em que tantas ignomínias haviam levado a efeito, sem se aperceberem das inúmeras vítimas de suas torpezas, que haviam ficado na retaguarda, clamando socorro, abrigaram-se no alpendre da fazenda e ali mesmo adormeceram. Nesse estado de inércia foram surpreendidos por uma porção de gente armada — tropas reunidas de Joaquim Pinto Madeira, José Dantas Roteia e de um português de nome Luís José da Cunha.

O Capitão Maxi, confiando na sua disposição e coragem para a luta, não havia municiado suficientemente a tropa, mas deixara-a entregue à bebedeira. Surprêso com o ataque inopinado, Maxi cercado por todos os lados, sem outra alternativa, senão a luta, ofereceu tenaz resistência, empenhando-se bravamente num corpo a corpo desigual, em que a vitória não lhe poderia advir, pois sua tropa desorientada e totalmente ébria mal podia suster-se. O resultado foi a completa dizimação dos adeptos da Confederação do Equador. Nessa batalha, travada no curral da fazenda, em que predominou a arma branca, da tropa de Maxi restaram apenas cinco pessoas.

Outro contingente, também da Expedição Cazumbá, aliás o grosso dêste exército revolucionário, veio a ter a Umari comandado pelo ex-Presidente do govêrno revolucionário da Paraíba, Antônio Félix Ferreira de Albuquerque, que procurava fazer contacto com o restante da soldadesca ao mando direto de Filgueiras. Êste batalhão se compunha de praças da Paraíba e Pernambuco e constituía, pràticamente, fôrça derrotada, visto que vencida a Confederação do Equador, só restavam alguns bravos que preferiam morrer a se entregarem ao terror implantado na região pelos imperialistas extremados.

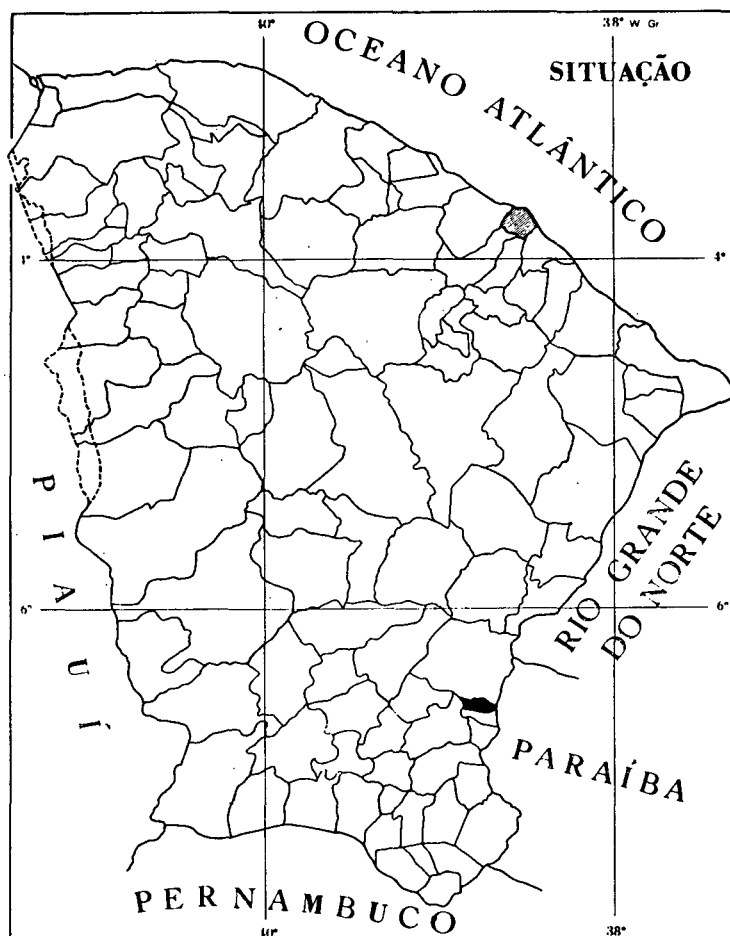
Permanecendo vários dias no próspero povoado do Umari, Antônio Félix resolve levantar acampamento. Na caminhada, em busca do Cariri registravam-se escaramuças ligeiras. Distante, aproximadamente, cêrca de quarenta quilômetros de Missão Velha, dá-se o combate final na fazenda Juiz, no qual se verificou a rendição total, absoluta, dos revolucionários. Foram presos, então, com garantia de vida, Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, major Agostinho Bezerra Cavalcanti e Lázaro de Souza Forte, mais tarde supliciados sem piedade!

Com sede na povoação de Umari, criou-se o distrito policial por Ato provincial datado de 19 de junho de 1860. Anos depois, a Lei provincial n.º 1 686, de 2 de setembro de 1875, instituiu a freguesia, com o orago de São Gonçalo do Amarante, que ainda hoje tem sua sede no tradicional templo, depois de haver passado por algumas reformas, outrora erguido pelo francês Joseph Aleth.

O povoado, por suas reconhecidas condições de progresso, em face da criação do município, foi elevado à categoria de vila, sede dessa unidade municipal com território desmembrado de Lavras (Lei n.º 2 046, de 12 de novembro de 1883).

Em 1911, o município figurava na divisão territorial do Brasil com três distritos: Umari (distrito-sede), Ôlho-d'Água e Alagoinha.

A Lei n.º 1 794, de 9 de outubro de 1920, suprimiu o município e anexou o seu território ao município de Lavras. Com a denominação de Baixio, com sede, todavia, em Umari, o município foi restaurado em 20 de maio de 1931. Em 1923, de acôrdo com o Decreto n.º 650, de 30 de junho, a sede foi transferida para Baixio. Daí por diante, Umari passou a figurar sòmente como simples distrito do município de Baixio, depois Ipaumirim (Lei n.º 2 161, de 12 de setembro de 1953). Recente Lei, de n.º 3 338, de 15 de setembro de 1956, restaurou o município de Umari, com território desmembrado do de Ipaumirim. A vila de Umari, pelo mesmo diploma legal, foi elevada à categoria de cidade. Umari, na tabela anexa à Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948, é distrito judicial de Baixio. Com a transferência da sede dêste município para Ipaumirim (Lei número 2 161, de 12-IX-53), Umari é distrito judicial da comarca de Ipaumirim.

LOCALIZAÇÃO — O município de Umari acha-se localizado, fisiogràficamente, na Zona do Sertão do Salgado e Alto Jaguaribe. Limita com os municípios de Icó, Baixio, Lavras da Mangabeira e com o Estado da Paraíba. A sede municipal dista, em linha reta, da capital do Estado, 322 quilômetros, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 6º 47' de latitude Sul e 38º 43' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 290 metros, na sede municipal.

CLIMA — Quente e sêco. A temperatura é variável entre 22 e 33 graus centígrados, sendo mais freqüente a decorrência de 27 graus. Em geral, a época invernosa tem início em janeiro e vai até maio, escasseando em junho, quando começa o verão ou tempo sêco, que se prolonga até dezembro. A pluviosidade atingiu 890 mm, em 1956.

Prefeitura Municipal

ÁREA — Com 132 quilômetros quadrados, Umari ocupa o 101.° lugar no conjunto dos municípios cearenses.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município de Umari apresenta uma topografia mais ou menos plana, possuindo os seguintes principais acidentes geográficos: Serra do Padre, nos limites com o Estado da Paraíba, riacho Jenipapeiro e Riacho das Pombas, que têm suas nascentes no território municipal.

RIQUEZAS NATURAIS — Jazidas de amianto e argila plástica, no reino mineral; matas e oiticicais, no reino vegetal.

POPULAÇÃO — Por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, Umari era distrito de Ipaumirim (ex-Baixio), tendo então a população de 5 489 habitantes, sendo 2 731 homens e 2 758 mulheres. Município preponderantemente rural, 87,4% das pessoas presentes localizam-se no quadro rural. Nota-se perfeito equilíbrio entre homens e mulheres, não sòmente na população total do município, mas também na sua população rural, que era de 2 406 homens e 2 395 mulheres.

Umari conta atualmente 6 248 habitantes (estimativa da Inspetoria Regional de Estatística, para 1.° de julho). O aumento de 939 pessoas em relação aos resultados censitários corresponde a 17,10%, quota inferior à do Estado, que na mesma data era de 18,54%.

Aglomerações urbanas — Conta o município com apenas uma aglomeração urbana, que é o cidade de Umari, com a população de 698 habitantes, sendo 325 homens e 363 mulheres. Na zona urbana residiam 547 pessoas (262 homens e 285 mulheres) e na suburbana, 141, das quais 63 eram homens e 78, mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Tal como ocorre com a maioria dos municípios cearenses, a base econômica de Umari fundamenta-se nas atividades agrícolas e pastoris, em função das quais labora a maioria da sua população ativa (com 10 anos e mais).

Na agricultura, salienta-se as culturas de algodão, da cana-de-açúcar, milho e feijão.

Os principais mercados compradores dos produtos agrícolas locais são: Fortaleza, no Ceará e Sousa, Cajàzeiras e Campina Grande, na Paraíba.

A atividade pecuária é de muita significação econômica para o município, pôsto que o criatório tem bom desenvolvimento, possibilitando, assim, a exportação de gado destinado ao corte, principalmente para as cidades de Sousa e Cajàzeiras, na Paraíba.

A produção extrativa é pouco desenvolvida no município, sendo os principais produtos em exploração o amianto, no reino mineral, e a semente de oiticica e madeiras para fins industriais e domésticos, no campo vegetal.

A indústria de transformação do município é modesta. Neste setor funcionam alguns engenhos que produzem rapadura; e pequeno fabrico de pães e bolachas.

O motor elétrico da cidade fornece energia para iluminação pública e particular, pelo sistema de vela-mês, cuja produção foi a seguinte: para iluminação pública (6 000 velas-mês) e para iluminação particular (3 000 velas-mês).

COMÉRCIO — Na cidade operam 10 estabelecimentos comerciais do ramo varejista. As principais praças com as quais o comércio local mantém intercâmbio são: Fortaleza (CE) e Sousa, Cajàzeiras e Campina Grande (PB).

Umari importa tecidos, chapéus, bebidas, sal, açúcar, farinha de mandioca e trigo e medicamentos, e exporta semente de oiticica e rapadura.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Umari liga-se com os municípios limítrofes e com a capital estadual por intermédio dos seguintes meios de transporte: Icó — rodoviário, via Amaniutuba — 64 km ou rodoviário, via Baixio, Ipaumirim e Amaniutuba — 89 km; Lavras da Mangabeira — rodoviário, via Amaniutuba — 47 km ou rodoviário, via Baixio e Ipaumirim — 50 km; Ipaumirim — rodoviário, via Baixio — 21 km; Antenor Navarro (PB) — misto: a) rodoviário até Baixio — 12 km e daí, ferroviário R.V.C. — 33 km; à Capital Estadual — misto: a) rodoviário até Baixio — 12 km, e daí, ferroviário R.V.C. — 516 km, ou rodoviário via Baixio, Ipaumirim e outros — 489 km.

Funciona na sede do município uma agência postal-telefônica do Departamento Regional dos Correios e Telégrafos, por meio da qual são feitas as comunicações dos habitantes locais.

ASPECTOS URBANOS — Umari é dotada de luz elétrica, contando-se 55 ligações domiciliares.

Para hospedar os visitantes há uma pensão de nível médio, sendo a diária de Cr$ 70,00 com direito à alimentação e pousada. A cidade é habitada por 698 pessoas: 325 homens e 363 mulheres. Umari ainda não dispõe de ruas pavimentadas, em virtude de possuir poucos dias de vida como cidade, pois, tendo sido restaurado em setembro de 1956, sòmente em setembro de 1957 começou a usufruir a sua autonomia político-administrativa, com a posse do seu Prefeito.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 580 pessoas com cinco anos e mais residindo na sede municipal. Dêste total, 262 sabiam ler e escrever, sendo 127 homens e 135 mulheres.

Ensino — Funcionam no município as Escolas Reunidas Monsenhor Manuel Carlos e 16 unidades de ensino primário fundamental comum, nas quais se vem ministrando instrução pública às crianças em idade escolar, em número de 462, de ambos os sexos.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — O município celebra as festas juninas e natalinas, bem como a tradicional festa religiosa do padroeiro, São Gonçalo do Amarante, que se realiza no dia 10 de janeiro de cada ano, com missa cantada e procissão dos fiéis, que movimenta tôda a população da localidade.

VULTOS ILUSTRES — *Padre Eduardo Gomes de Brito* — Faleceu na Capital Federal. *Dr. Raimundo Vitor dos Santos* — Ilustre professor de humanidades, ex-lente da Escola de Agronomia do Ceará e alto funcionário dos Correios e Telégrafos. *Padre Zacarias Rolim de Moura* — Pertencente ao clero paroquial da diocese paraibana de Cajàzeiras.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Umarienses é a denominação local dos nascidos no município.

URUBURETAMA — CE

Mapa Municipal na pág. 77 do 4.° Vol.

HISTÓRICO — A cidade de Uruburetama situa-se nas terras da antiga sesmaria concedida ao capitão-mor das Entradas, Bento Coelho de Morais, e sua neta, Maria da Assunção, em 19 de novembro de 1720.

Trinta anos depois, o tenente-coronel Manuel Pereira Pinto, genro do capitão Bento Coelho, e sua mulher, Floriana Coelho de Morais, receberam por herança metade das mesmas terras, doando-as ao padre Estêvão Velho Cabral de Melo, para patrimônio sacerdotal. Em 1761 o padre Estêvão reverteu, por escritura pública de 9 de agôsto, as terras aos seus doadores, reservando para si apenas um quarto de légua, no qual havia casa de moradia e engenho de moer cana. É nesse documento que pela primeira vez aparece o nome "Sítio Arraial", que por longos anos denominou o povoado.

Segundo o documento firmado em 23 de junho de 1824, por Pedro José do Monte, êste declara haver feito doação de um terreno de trezentos passos em quadro a fim de ser edificado um nicho para São João Batista, o qual serviu ao culto por muitos anos. Em 31 de agôsto de 1843, o padre Luís Antônio da Rocha Lima, Vigário da freguesia de São Bento de Amontada, deu licença a Manuel Barbosa para angariar esmolas e edificar uma capelinha para o mesmo santo no lugar Arraial já existente, a qual foi realmente construída, no mesmo local do antigo nicho. Em 1870, estando a missionar o padre Guilherme, Lazarista, sentou a primeira pedra da atual matriz e deixou construídos os alicerces, porém o edifício sòmente foi levantado no ano de 1874, graças à iniciativa dos padres João Francisco Dias Nogueira e José Tomaz de Albuquerque e aos auxílios do povo, sendo concluído em 1878. Pertenceu até 1885 à freguesia de Imperatriz, quando se tornou paróquia independente (Lei n.° 2 112, de 15 de dezembro de 1855), com a invocação de São João do Arraial. Sua instituição canônica deu-se pela provisão de 27 de dezembro de 1886, firmada por D. Joaquim José Vieira, tendo ocupado o vicariato o então Pároco de Ipueiras, padre João Dantas Ferreira Lima, que tomou posse do novo cargo a 16 de janeiro do ano seguinte. A criação da freguesia deve-se aos esforços do alferes Manoel Casimiro Soares e do padre Antero José de Lima, então Vigário de Itapipoca. Na quadra difícil em que grassou a varíola, dizimando a população desprovida de recursos médicos, o padre João Francisco Dias Nogueira lançou-se numa benemérita campanha, conseguindo minorar os efeitos da epidemia na aflitiva conjuntura.

A povoação de Arraial, que já era distrito de paz desde 1869 (Lei provincial n.° 1 277, de 5 de setembro), foi elevada à categoria de vila pelo Decreto n.° 34, de 1.° de agôsto de 1890, quando se criou o município, com território desmembrado do de São Francisco. A vila, que se denominou São João do Arraial, foi instalada a 19 de agôsto de 1890. No ano seguinte criou-se o têrmo judiciário, por ato provincial de 7 de fevereiro, o qual foi extinto, juntamente com o município, em 22 de agôsto de 1898 (Lei estadual n.° 453), sendo anexado aos de São Francisco e Itapipoca. Aos 28 de julho de 1899 (Lei n.° 526) o têrmo e o município foram restaurados com a denominação de São João da Uruburetama, reinstalando-se a 14 de setembro do mesmo ano.

Em 1911 compunham o município os distritos da sede, Tururu (criado a 17 de maio de 1892) e Riacho da Sela (criado por Ato provincial de 9 de setembro de 1873).

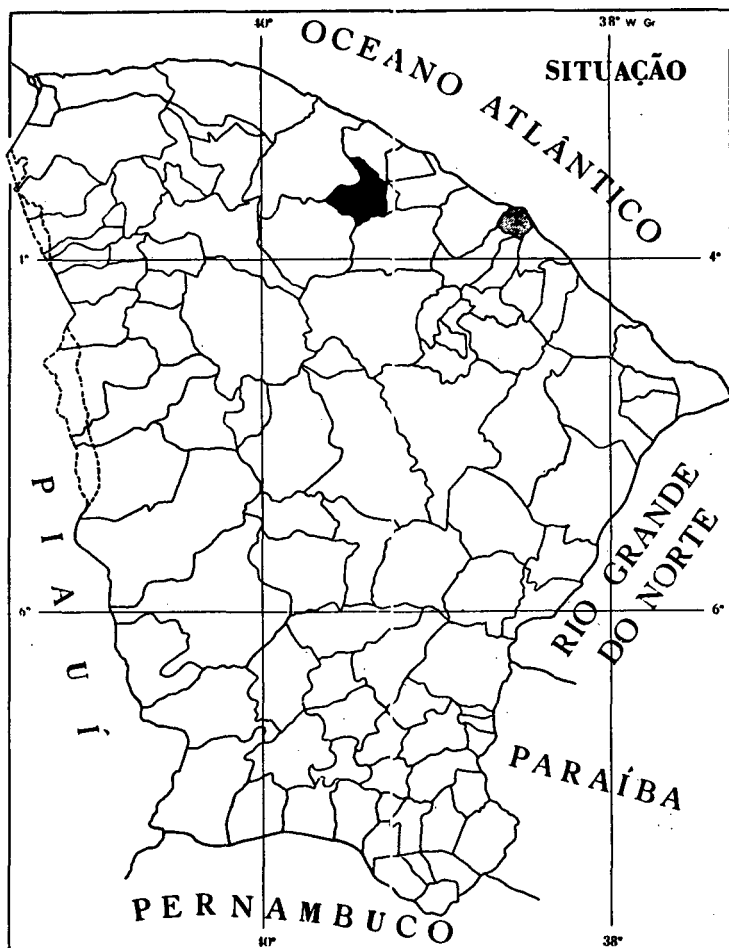
Pertencendo à comarca de São Francisco em 1916, (Lei n.° 1 356, de 30 de agôsto), foi o têrmo provido de juiz togado, ocupando êsse cargo o Dr. Daniel Augusto Lopes, atualmente desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, onde já exerceu o cargo de Presidente. Transferido da comarca de São Francisco para a de Itapipoca pelo Decreto n.° 206, de 6 de junho de 1931, criou-se a comarca constituída dos têrmos de Arraial e São Francisco, pelo Decreto n.° 1 271, de 29 de maio de 1934, com sede na vila de Arraial. No mesmo ano, o Decreto n.° 1 336, de 4 de setembro, fixou a sede em São Francisco e o Decreto 1 337, de 14 do mesmo mês, suspendeu a medida até o pronunciamento da Côrte de Apelação, voltando a sede definitivamente para o têrmo de Arraial, a 27 de fevereiro de 1935 (Decreto n.° 1 497).

A vila e o município tomaram a denominação de Arraial em 1931 (Decreto estadual n.° 193, de 20 de maio), recebendo a primeira foros de cidade em virtude do Decreto estadual n.° 262, de 28 de julho do mesmo ano. Êsse topônimo, no entanto, foi substituído pelo de Uruburetama em 1938 (Decreto-lei n.° 448, de 20 de dezembro). Na divisão territorial vigente no qüinqüênio 1939-1943, o município compõe-se dos distritos de Uruburetama, Curu, Natividade, Riachuelo e Tururu, êste último aumentado com parte do território do extinto distrito de Rajada, do município de Itapipoca. Natividade e Riachuelo vieram a chamar-se, posteriormente, Cemoaba e Umirim (Decreto-lei n.° 1 114, de 30 de dezembro de 1943).

No govêrno do Dr. Raul Barbosa, estabelecida a nova divisão administrativa do Estado, o município perdeu o distrito de Curu, que, com o nome de São Luís do Curu, erigiu-se em nova unidade municipal. Por outro lado, criou-se o distrito de São Joaquim, sediado na povoação de igual nome, então elevada à categoria de vila (Lei n.° 1 153, de 22 de novembro de 1951).

Nas eleições gerais de 1954 foram eleitos: Prefeito — Antônio de Paula Sales; vereadores — Expedito Rodri-

gues Vasconcelos, Valter de Oliveira Sales, José Arimatéia Barbosa, Francisco de Castro Ávila, Raimundo Barroso Bastos, Napoleão Lopes de Castro, Poty de Paula Sales, Vicente Virgínio da Silva e Vicente de Castro Ávila.

LOCALIZAÇÃO — Uruburetama fica situado, fisiogràficamente, na Zona do Litoral, limitando-se com os municípios de Itapagé, Itapipoca, Trairi, São Luís do Curu e Pentecoste. A sede municipal dista, em linha reta, da Capital do Estado, 110 quilômetros, verificando-se as seguintes coordenadas geográficas: 3° 38' de latitude Sul e 39° 31' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Atinge 210 metros, na sede municipal.

CLIMA — O município de Uruburetama apresenta um clima fresco e agradável, variando a temperatura entre 27 e 31 graus centígrados, sendo a mais freqüente a de 29 graus. O período normal do inverno, ou das chuvas, é de fevereiro a maio, escasseando em junho, quando começa o verão, ou tempo sêco, que se prolonga até janeiro. A precipitação pluviométrica de 1956 foi de 852 milímetros.

ÁREA — Com área igual a 706 quilômetros quadrados, ocupa, assim, a Comuna, o 101.º lugar no conjunto dos municípios cearenses.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município de Uruburetama, cujo território se estende parte pela serra do mesmo nome e parte pelo sertão, oferece topografia acidentada, sendo os seguintes seus principais acidentes geográficos: serra Santa Úrsula, pico Santo Antônio, pico Beija-Flor, pico do Itapicu, serrote Rajada, serrote Verde, serrote do Jenipapo, serrote M. Novo, serrote Água Fresca, serrote São Domingos, serrote Maracajá, rio Mundaú, rio Curu, riacho Roncador, riacho Severino, riacho Seriema, riacho Prêto, riacho Maniçoba, riacho Frio, riacho Melancia, riacho Maracajá, riacho Jaguaribe, riacho Tambuatã, riacho Cachoeira e lagoa do Inácio.

RIQUEZAS NATURAIS — Jazidas calcárias, de argila plástica, rutilo e caulim, no reino mineral; carnaubais e matas, no reino vegetal, caça, pesca e extração de mel de abelha em regular escala, no reino animal.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento de 1950, era, àquele ano, de 29 321 habitantes a população do município de Uruburetama, composta de: homens 14 718; mulheres — 14 603; brancos — 17 037; pardos — 11 197; pretos — 1 076; e sem declaração de côr — 11, não havendo amarelos. Das 15 681 pessoas de 15 anos e mais, observa-se que: 6 193 eram solteiras; 8 715 casadas; 756 viúvas; e 6 desquitadas. Acresce salientar que 11 deixaram de declarar o estado civil. No que diz respeito à nacionalidade, apenas 1 dos habitantes recenseados era de origem estrangeira. Quanto à religião, predominaram os que se declararam católicos romanos em número de 28 468; a representação de adeptos de outras religiões no seio da população do município é constituída de um número tão reduzido, que não merece registro. A densidade era de 34,90 habitantes por quilômetro quadrado, aliás uma das que se destacam neste setor do levantamento demográfico, pois a do Estado, em conjunto, era de 18,22. Das pessoas que habitavam o perímetro rural do município, 23 050 constituíam 78,61% da população total, superando a média da população rural do Estado, que era de 71,81%. No cômputo geral da população se verificava uma ligeira ascensão da quantidade de homens sôbre a de mulheres, mas nas áreas urbana e suburbana, estas superavam aquêles, como se vê: 2 993 homens; 3 278 mulheres; observando-se o número de habitantes recenseados no perímetro rural, volta a predominância de homens com 11 725; sôbre mulheres 11 325.

Conta o município, presentemente, 27 403 habitantes, segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística, para 1.º de julho de 1957. Em relação ao Censo de 1950, verifica-se um aumento da ordem de 3 605 pessoas, correspondentes a 15,15%, quota, aliás, inferior à do Estado (18,54%).

Aglomerações urbanas — As cidades da hinterlândia cearense são, de modo geral, pequenas. Daí por que, apesar de abrigar apenas 2 209 habitantes, a sede do município de Uruburetama é uma das cidades médias do Estado do Ceará, no que diz respeito à sua extensão e projeção demográfica. Cinco unidades representam as aglomerações urbanas do município, a começar pela sede, com 189 (94 homens e 95 mulheres), Curu com 1 815 (866 homens e 949 mulheres), Tururu com 1 109 (525 homens e 584 mulheres) e Umirim com 949 (466 homens e 483 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município de Uruburetama tem firmada na agricultura a sua base econômica. Atesta êste fato haver o Recenseamento de 1950 encontrado 76,31% da sua população ativa (pessoas de 10 anos e mais), ocupados no grupo de atividade "agricultura, pecuária e silvicultura", o qual se restringe quase que exclusivamente ao primeiro setor (agricultura).

Prefeitura Municipal

Uruburetama é uma das sedes municipais do Ceará que, não só pela pequena distância que a separa da Capital, mas também pelo volume da sua produção agrícola, concorre acentuadamente para o abastecimento de cereais e frutas da metrópole cearense. Cêrca de 40% da produção de cereais e frutas do município é exportada para Fortaleza, para onde quase uma dezena de caminhões se locomove diàriamente, transportando o excedente da produção local.

A indústria do município, com exceção da extração de cal, caulim e óleo de caroço de algodão, é circunscrita à transformação agrícola.

No setor da pecuária, o município se coloca entre os menos desenvolvidos, característica peculiar aos municípios serranos.

A produção agrícola, em 1955, se caracteriza pelo valor de Cr$ 131 846 600,00, destacando-se: banana, ... Cr$ 48 000 000,00; algodão, Cr$ 33 895 900,00; milho, ... Cr$ 15 000 000,00; arroz, Cr$ 9 291 000,00; feijão, ... Cr$ 6 608 000,00; cana-de-açúcar, Cr$ 6 250 000,00; café, Cr$ 5 250 000,00; mandioca-brava, Cr$ 3 900 000,00; e laranja, Cr$ 1 850 000,00.

A pecuária apresenta os seguintes efetivos: bovinos — 6 800, suínos — 14 000, asininos — 3 800, eqüinos — 580, muares — 900, caprinos — 4 720 e ovinos — 2 800. A produção de origem animal, entretanto, no mesmo ano atinge apenas a Cr$ 3 952 000,00. Êste valor quase se completa com a produção de leite (Cr$ 2 400 000,00) e ovos .... (Cr$ 840 000,00).

A produção industrial, durante o ano de 1956, atingiu o valor total de Cr$ 47 115 756,00, oriunda de 54 estabelecimentos, dos quais se destacam 10 que ocupam 5 e mais pessoas. O valor da produção dêstes se eleva a .... Cr$ 42 528 784,00. A produção extrativa industrial contribuiu com Cr$ 2 930 672,00, destacando-se cal de pedra .... (Cr$ 1 411 200,00) e rutilo (Cr$ 475 072,00), no reino mineral; lenha (Cr$ 364 000,00) e cêra de carnaúba .... (Cr$ 105 000,00), no reino vegetal; e peles silvestres .... (Cr$ 420 000,00) e peixes (Cr$ 71 400,00), no reino animal.

COMÉRCIO E BANCOS — O município de Uruburetama, se bem que exporte quase tôda a sua produção para Fortaleza, não movimenta o comércio exportador. As transações comerciais se limitam ao pequeno comércio varejista, como acontece em quase todos os municípios do interior cearense, mormente quando se trata dêstes que ficam próximos à Capital, sofrendo a influência econômica da metrópole. 50 estabelecimentos varejistas congregam-se em tôrno dêste setor de atividade humana e econômica. Para explicar a deficiência do comércio de Uruburetama, basta citar que êste ainda não atraiu ao meio econômico local um estabelecimento bancário. Embora figurem Itapipoca, Sobral, Itapagé e São Luís do Curu em suas relações comerciais, o município realiza, quase que exclusivamente com Fortaleza, as suas transações neste sentido, sendo esta praça a única fornecedora das utilidades que Uruburetama importa para suprir as necessidades do seu consumo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por estradas de rodagem que o ligam à Capital do Estado e aos municípios vizinhos: Itapagé, 53 quilômetros; Itapipoca, 31 km; Pentecoste, 48 km; São Luís do Curu, 32 km; e Trairi, 72 km. Parte da população utilizava o transporte ferroviário, mas êste se tornou reduzido pelo fato de haverem sido desmembrados os distritos de São Luís do Curu e Tururu (o primeiro elevado à categoria de município com o segundo como distrito do seu território) por onde passa o ramal de Itapipoca da R.V.C. Ônibus, em linha regular para Fortaleza, faz, diàriamente o transporte coletivo de passageiros e 33 caminhões conduzem cargas num atendimento à escoação dos produtos e ao suprimento das utilidades de que o município necessita. Uma agência postal-telegráfica do D.C.T. é o meio de que dispõe Uruburetama para as suas comunicações.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Uruburetama tem um aspecto agradável pela sua localização ao sopé da serra de que se origina o seu topônimo, para suavizar o que de confôrto urbano deixa a desejar, não fugindo à regra do que acontece a quase tôdas as cidades do interior cearense. A sua população, à época do Recenseamento de 1950, era de 2 209 habitantes, integrando o número de unidades da sua categoria de menor aglomeração urbana no Estado. Uruburetama é servida por iluminação pública e domiciliária, por arborização e ajardinamento e por alguns logradouros pavimentados, além de dispor de 30 domicílios abastecidos com água canalizada.

A cidade conta 792 prédios, dos quais 583 residenciais, 14 residenciais e para outros fins, e 195 exclusivamente para outras finalidades.

A sede municipal não dispõe de edifícios importantes, mas, tendo-se em vista as condições do meio, podem ser destacados com esta categoria: o edifício da municipalidade, o prédio do grupo escolar, a igreja-matriz e a sede da emprêsa de luz e fôrça da cidade.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A cidade de Uruburetama dispõe de um pequeno hospital geral com 6 leitos, mas ressentindo-se da falta de médicos, muito pouca assistência pode dar aos que o procuram.

Duas farmácias, a cada uma correspondendo um farmacêutico, integram também êste setor de ordem social, havendo ainda um dentista exercendo a sua profissão na cidade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Círculo Operário e a Sociedade de São Vicente de Paulo vem concorrendo muito para que os habitantes do município sejam assistidos socialmente com inúmeros benefícios, tais como: pecúlio em caso de morte, auxílios financeiros e distribuição de medicamentos e gêneros alimentícios aos mais necessitados.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, eram 25 973 as pessoas existentes no município de Uruburetama com 5 anos e mais. Destas, 4 679 eram alfabetizadas (2 279 homens e 2 400 mulheres), constituindo 19% do total. A quota de crianças em idade escolar, matriculada no início de 1950, era de ordem de 27,85%, sendo uma das mais baixas porquanto inferior à média geral do Estado, que, àquela época, era de 24,3%, tomando-se por idade escolar inicial a que vai de 7 a 14 anos. Na sede municipal, 1 856 pessoas compunham a população presente de 5 anos e mais, das quais 741 alfabetizadas, sendo 309 homens e 432 mulheres.

Ensino — Em todo o município de Uruburetama funcionaram, em 1956, 77 unidades de ensino primário fundamental comum, cuja matrícula inicial se elevou a 2 111 alunos. No setor do ensino extraprimário, foi instalada em 1956, sob o regime de fiscalização prévia, a Escola Normal Rural denominada "José Solon de Oliveira".

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	580	615	153	615
1951	...	618	562	193	580
1952	...	688	...	198	655
1953	...	1 336	916	244	916
1954	...	1 396	810	159	810
1955	...	1 871	1 097	150	1 097
1956 (1)	(*) 314	2 986	1 407	233	1 407

(1) Orçamento.
(*) A Coletoria Federal foi instalada em janeiro de 1956.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — São religiosas as principais manifestações populares, destacando-se a festa de São João Batista, padroeiro da cidade, a qual se realiza no período compreendido entre 13 e 24 de junho. Os festejos que se objetivam com a novena de São João Batista são de grande animação e bastante concorridos, movimentando não só a população de todo o município, como grande parte dos habitantes dos municípios vizinhos. De 23 de outubro a 1.º de novembro, é levada a efeito a popularíssima e tradicional festa de São Gonçalo que, muito embora tenha a denominá-la o nome de um santo, tem caráter folclórico pela apresentação de danças típicas em que se revezam damas constituindo um grupo prèviamente escolhido para êste mister.

VULTOS ILUSTRES — *Aderbal de Paula Sales* — Médico de renome e professor catedrático, aplicando a sua terapêutica na cura dos males da matéria e no saneamento da inteligência para a desenvoltura do intelecto. *Dr. Antônio Drumond de Aguiar* — Magistrado. *Dr. Antônio Ferreira de Menezes* — Engenheiro da Rêde Viação Cearense. *Dr. Autran Nunes* — Do magistério cearense, tendo ocupado o cargo de Secretário da Interventoria Federal do Ceará. *Dr. Francisco Floriano de Paula* — Insigne pedagogo que foi ilustrar nas "Alterosas" a instrução pública, ocupando o cargo de Secretário da Instrução Pública de Minas Gerais. *José Pedro Soares Bulcão* — Uma das mais lídimas expressões da poesia cearense e membro do Instituto do Ceará. Foi deputado estadual. Cantando a sua terra com o poema intitulado "Uruburetama", procurou dar ao leitor uma impressão de beleza da sua gleba, como a projetada pela sua inteligência. *D. Lígia Soares Bulcão de Vasconcelos* — Como expressão aprimorada da intelectualidade feminina, escritora e conferencista, é um orgulho da mulher uruburetamense. *General Manuel Tomé Cordeiro* — Fêz a campanha do Estado Oriental e a Guerra do Paraguai. Cooperando com o govêrno de Prudente de Morais, do qual foi um dos esteios, comandou a Brigada Policial do Rio de Janeiro. Era comendador da Ordem de Aviz e Cavalheiro da Ordem da Rosa e da de Cristo.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Os pontos de destaque com o que de belo a Natureza mimoseou o Ceará têm deixado de receber a divulgação que os faria conhecidos dos que se comprazem em admirar os aspectos naturais que agradam à visão. Escondidos, portanto, através desta falta de divulgação, estão os morros "Paus Altos" e "Urubus". Aquêle, situado ao norte da cidade, serve de base a robustas árvores que entrelaçam no alto os seus galhos como a se felicitarem mùtuamente pelo papel que a Natureza lhes reservou; e êste, que circunda parte do subúrbio da cidade, foi escolhido para localização de um cruzeiro, dado o seu destaque pela elevação que o distingue da parte plana e baixa. À noite, com a iluminação instalada no cruzeiro, o espetáculo apresenta certo deslumbramento que faz esquecer por alguns instantes as iniqüidades humanas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Se bem que não seja um dos municípios mais jovens do Ceará, já com mais de meio século de existência como unidade político-administrativa, Uruburetama não registra um progresso acorde com as suas possibilidades econômicas, devido, provàvelmente, à influência da Capital do Estado que se relaciona com a sua vida. Distando 108 quilômetros de Fortaleza e com intercâmbio diário por meio de transporte rodoviário em linha regular, a cidade-sede do município é atraída ao centro metropolitano para onde convergem os elementos que bem poderiam ser aplicados no progresso local. Os seus filhos ilustres que poderiam desenvolver na terra que lhes serviu de berço o progresso da cultura, demandam à Capital onde admitem encontrar ambiente aos conhecimentos que adquiriram no cultivar a inteligência; os que tiveram multiplicados os bens materiais, quando a potência aumenta, acham estreito o campo de ação na terra onde nasceram e procuram fixar-se, também, na sede da unidade federada, aí integrando, na circulação da riqueza, o seu capital e os trabalhos exigidos para o movimento do mesmo.

A Paróquia, cujo padroeiro é São João Batista, está subordinada eclesiàsticamente à Arquidiocese de Fortaleza, existindo em tôda a freguesia os seguintes templos: 1 Igreja-Matriz, 6 capelas públicas e 2 oratórios. Contam-se 13 associações religiosas espalhadas pelas capelas distritais, es-

tando, porém, a maior quantidade localizada na sede municipal.

Na cidade existe 1 cinema, o "Cine-teatro São João" funcionando regularmente e dispondo de 150 acomodações.

O município de Uruburetama possui 15 açudes com a capacidade total de 9 022 000 metros cúbicos de água.

Foram inscritos no Cartório Eleitoral 5 898 eleitores dos quais apenas 3 347 votaram nas eleições realizadas em 1954.

A Lei n.º 526, de 28 de julho de 1899, conferiu ao município o nome de São João de Uruburetama, nome do padroeiro local acrescido com o da serra em que a cidade se encontra. "*Uruburetama* é indígena e significa "ninho ou pátria de urubus" — *urubu* — ave e *retama*, pátria, região, lugar" (José de Alencar). Conforme o Senador Pompeu, Uruburetama é uma corrutela de *rurubu-reté-taba* — casa de muitos urubus.

VÁRZEA ALEGRE — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — A formação geográfica do município de Várzea Alegre contribuiu de maneira relevante para o seu povoamento. Serranias, como a dos Crioulos, Charneca e Iputi e os vales de terras excelentes para o labor agrícola são de tal fertilidade que poderão produzir trigo em grande quantidade. Cumpre ressaltar que Várzea Alegre é o município que mais produz arroz no Ceará, base de sua economia e que, anualmente, o conduz a celebrar a safra em meio a ruidosas festas que terminam com a eleição da rainha do precioso cereal.

Erigida em vila em 1870, Várzea Alegre é uma das cidades do Ceará que nunca mudou de nome.

Ao terminar o século dezoito, o pequeno arraial contava com algumas casas de beira e bica, capelinha ao centro, onde as missas eram celebradas sòmente nos grandes dias de festa.

Em 1863 era povoado importante da vasta região habitada por gente laboriosa e progressista.

A freguesia de São Raimundo Nonato foi criada pela Resolução provincial de n.º 1 076, datada de 30 de novembro de 1863. À instalação registraram-se grandes festejos, tendo sido o seu primeiro Vigário o virtuoso padre Benedito de Sousa Rêgo.

A Lei Provincial n.º 1 329, de 10 de outubro de 1870, que elevou a povoação à categoria de vila e criou o município, com território desmembrado de Lavras, com o nome de Várzea Alegre, foi executada aos 2 de março de 1872, data de sua instalação. Governava a Província do Ceará Inácio Marcondes Homem de Melo.

Antes, em 1832, a povoação viveu dias dramáticos em face do movimento armado, chefiado pelo famoso caudilho do Cariri, Joaquim Pinto Madeira, que, juntamente com o padre Antônio Manuel de Sousa, vulgo "Benze-cacête", então Vigário de Jardim, pretendia a volta de D. Pedro I, que abdicou a 7 de abril de 1831.

Tal era a gravidade da situação no sul da Província que o Presidente José Mariano Albuquerque Cavalcante envia fôrças chefiadas por Francisco Xavier Tôrres, visando a sufocar a rebelião pintista. A medida presidencial forçou a Pinto Madeira determinar a marcha de sua tropa sôbre a Capital. O encontro das tropas deu-se em Várzea Alegre, onde, a 6 de fevereiro de 1832, travou-se duro combate. Derrotados, os rebeldes retrocederam em completa desordem para Cariri.

Grupo Escolar Municipal

No quadro da divisão administrativa do Brasil, relativa ao ano de 1911, o município de Várzea Alegre figura apenas com o distrito da sede, mas, em 1920, nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1950, aparece com o distrito de Jacu.

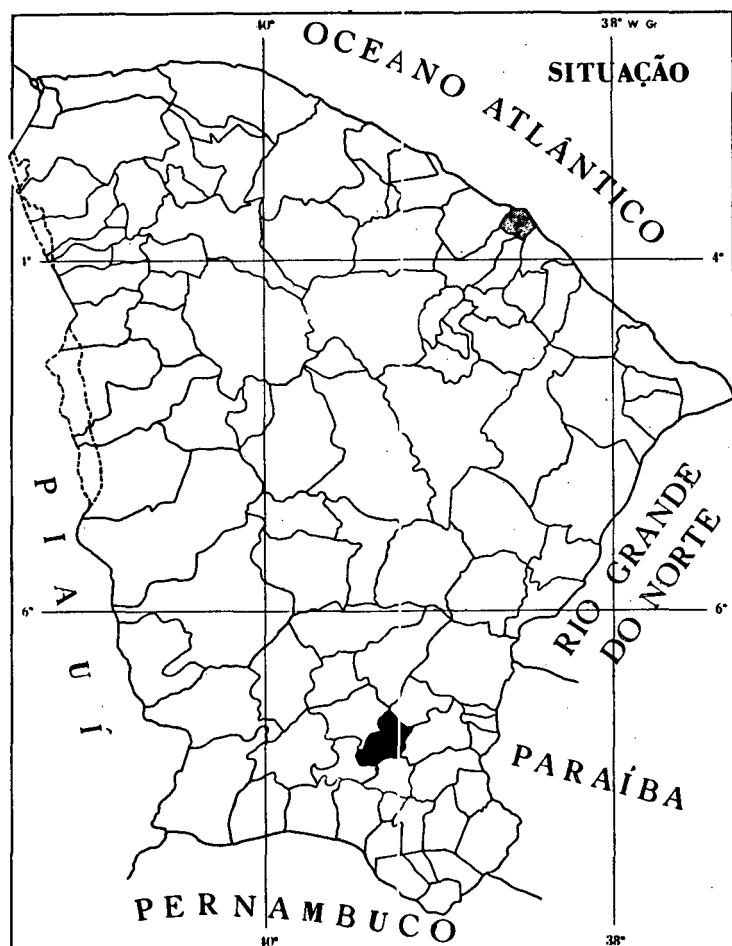
O município foi extinto a 20 de maio de 1931, pelo Decreto n.º 193, do Interventor Federal no Ceará, D. Manuel do Nascimento Fernandes Távora, e restaurado, a 4 de dezembro de 1933 (Decreto n.º 1 156), contando nesta e na divisão vigorante em 1936 com os distritos de Várzea Alegre, Riacho Verde e São Caetano, aos quais se juntaram, em 1938, os de Extrema e Vacaria. Êste último denomina-se Fortuna, no anexo ao Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, que elevou a vila à categoria de cidade, enquanto, na divisão relativa ao qüinqüênio 1944-1948, figura com o nome de Ibicatu (Decreto-lei n.º 1 114, de 30 de dezembro). O topônimo Extrema, nessa divisão, é substituído por Calabaça, e o de São Caetano, por Naraniú.

O têrmo judiciário de Várzea Alegre que desde 1897 pertencia à comarca de Lavras (Lei estadual n.º 403, de 27 de setembro), provido de Juiz togado em 1914 (Lei número 1 235, de 9 de setembro), cargo extinto no ano seguinte (Lei n.º 1 277, de 24 de agôsto), é atualmente comarca de primeira entrância (art. 22 do Ato das Disposições Transitórias, Const. Est. e Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948).

Compõe-se o município, atualmente, dos distritos de Várzea Alegre, Naraniú, Ibicatu, Riacho Verde, Calabaça e Canindèzinho (Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951).

Foram eleitos nas eleições gerais de 3 de outubro de 1954, os seguintes: Prefeito, Francisco Correia Lima. Vereadores, Francisco Alves Bitu, Jesuni Augusto Leite, Joaquim Afonso Diniz, José Alves Bitu, José Carlos de Alencar, Luís Otacílio Correia, Manuel Alves Bezerra, Manuel Tompson Bezerra e Pedro Salviano de Macedo.

LOCALIZAÇÃO — O município de Várzea Alegre está situado, fisiogràficamente, na Zona do Sertão do Salgado e Alto Jaguaribe. Limita com os municípios de Farias Brito, Cariús, Cedro, Lavras da Mangabeira e Caririaçu. A cidade

é servida por rodovia e estradas carroçáveis. Dista da Capital do Estado, em linha reta, 345 km, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 6° 47' 14" de latitude Sul e 39° 17' 52" de longitude W.Gr

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A cidade eleva-se a 320 metros.

CLIMA — O município goza do clima comum do sertão, quente e sêco, no verão, e temperado durante a estação invernosa que é de fevereiro a maio, com fortes trovoadas nos meses de fevereiro a abril. A temperatura varia entre 33°C e 30°C, com maior freqüência em 31°C. A precipitação pluviométrica atingiu 683 mm no ano de 1956.

ÁREA — A área do município é de 765 km², ocupando o 65.° lugar em relação às áreas dos demais municípios do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Sulcam o município o riacho do Machado e outros de menor importância. As lagoas de São Vicente, Iputi e São Raimundo refrescam as suas terras calcinadas pelo sol impiedoso que lhe cresta a vegetação, durante o estio. O solo é bastante montanhoso, e se divisa pontilhando o seu território adusto um rosário de elevações montanhosas como as serras dos Crioulos, Cavalos, Santa Nova, Trigueiro, Irmão, Mendes, Iputi, Charneca, Caminho Velho, Caboclos, Graviel e outros serrotes menos elevados.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral conta o município com argila para construção de tijolos, telhas, etc.; no vegetal, as madeiras circundam suas terras, juncadas de carnaubais e oiticicais; no animal, há algumas espécies de peixe.

POPULAÇÃO — A população de Várzea Alegre, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 24 101 habitantes e tinha a seguinte composição: 11 998 homens e 12 103 mulheres; brancos — 14 531 (7 207 homens e 7 324 mulheres); pardos — 5 363 (2 666 homens e 2 697 mulheres); pretos — 4 183 (2 117 homens e 2 066 mulheres); amarelos — 2 (1 homem e 1 mulher); sem declaração — 22 (7 homens e 15 mulheres). Das pessoas de 15 anos e mais em número de 12 505, 4 344 eram solteiras (2 333 homens e 2 011 mulheres); 7 444 casadas (3 686 homens e 3 758 mulheres); viúvas — 714 (158 homens e 556 mulheres) e sem declaração — 3 (1 homem e 2 mulheres). Quase tôda a população era de nacionalidade brasileira. Apenas 1 homem foi declarado naturalizado. Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos, num total de 23 995, sendo 11 945 homens e 12 050 mulheres; protestantes — 80 (41 homens e 39 mulheres); espíritas — 1 mulher; outras religiões — 15 (7 homens e 8 mulheres); 10 não declararam o credo professado (5 homens e 5 mulheres). A densidade era de 31,5 habitantes por quilômetro quadrado. Do total da população, 74,21% localizam-se no quadro rural, num total de 17 887 habitantes, sendo 9 009 homens e 8 878 mulheres.

Aglomerações urbanas — São 5 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Várzea Alegre, com 3 271 habitantes (1 510 homens e 1 761 mulheres); a vila de Calabaça, com 1 239 habitantes (625 homens e 587 mulheres); a vila de Ibicatu, com 84 (48 homens e 36 mulheres); a vila de Naraniú, com 837 (406 homens e 431 mulheres) e a vila de Riacho Verde, com 783 habitantes (373 homens e 410 mulheres). Na zona urbana e vilas existiam 3 040 habitantes, sendo 1 418 homens e 1 622 mulheres; e na zona suburbana, 3 174 pessoas (1 571 homens e 1 603 mulheres), segundo revelação do Recenseamento Geral de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária constituem as principais fontes de riqueza do município, notadamente a cultura do arroz e do algodão, produtos básicos à economia local.

Segundo revelação do Recenseamento Geral de 1950, no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" estavam concentrados 44% do total da população ativa de Várzea Alegre, considerados os habitantes com 10 anos e mais.

A safra agrícola de 1955, segundo elementos do Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, foi estimada em mais de 68 milhões de cruzeiros, salientando-se os seguintes produtos: algodão — 150 000 arrôbas, no valor de 24 milhões de cruzeiros; arroz — 200 000 sacos de 60 quilogramas, avaliados em 36 milhões de cruzeiros; cana-de-açúcar — 18 000 toneladas, valendo 5,4 milhões de cruzeiros; feijão — 20 000 sacos de 60 quilogramas, no valor de 1,8 milhões de cruzeiros, e milho — 5 000 sacos de 60 quilogramas, no montante de 1 milhão de cruzeiros.

Registram-se pequenos cultivos de banana, batata-doce, côco-da-baía, fumo, mandioca-brava e mandioca-mansa.

A produção agrícola local em excesso é transportada para as cidades de Crato, Missão Velha, Juàzeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Russas, Cedro e Iguatu, no Ceará; Cajàzeiras e Campina Grande, na Paraíba e Recife, em Pernambuco, que são os principais compradores do município.

Pôsto de Saúde Estadual

A atividade pecuária, conquanto não seja das mais desenvolvidas, não deixa de ter importância econômica, pois serve a população local no tocante ao fornecimento de carne e leite, não havendo, porém, exportação para outros centros consumidores.

Ainda conforme apuração do Serviço de Estatística da Produção, em 31 de dezembro de 1955, existia um rebanho avaliado em Cr$ 32 125 000,00, assim discriminado: 9 000 bovinos, valendo Cr$ 14 400 000,00; 3 000 eqüinos, no valor de Cr$ 4 200 000,00; 3 300 asininos, no montante de .. Cr$ 1 980 000,00; 2 000 muares, na importância de ...... Cr$ 4 000 000,00; 18 000 suínos, avaliados em .... Cr$ 6 300 000,00; 3 500 ovinos, no valor de .... Cr$ 525 000,00; e 4 800 caprinos, valendo Cr$ 720 000,00.

Como se conclui da leitura dos números acima citados, os rebanhos mais numerosos são os de suínos e bovinos, evidenciando-se a preferência dos criadores locais por essas duas espécies pecuárias.

A produção extrativa não tem expressão econômica para o município, estando em exploração no reino vegetal a cêra de carnaúba (500 quilogramas, no valor de 30 milhares de cruzeiros), semente de oiticica (16 000 kg, no valor de 22,4 milhares de cruzeiros) e madeira para fins industriais e domésticos (54,5 milhares de cruzeiros), e, no reino mineral há, apenas, a extração de barro (argila), para fabricação de tijolos e telhas.

A produção de leite é da ordem dos 200 000 litros, no valor de 750 milhares de cruzeiros e a de queijo atinge 18 000 quilogramas, no montante de 504 milhares de cruzeiros.

Os engenhos espalhados no território do município produzem cêrca de 810 000 quilogramas de rapadura, avaliados em 2,835 milhões de cruzeiros.

Do total de 13 estabelecimentos fabris que preencheram os boletins do Registro Industrial de 1956, 2 se dedicam ao beneficiamento de algodão, 2 ao beneficiamento de arroz, 2 ao fabrico de pão e bolachas, 6 ao abate de animais e 1 à produção de energia elétrica; dois dêsses estabelecimentos ocupavam mais de cinco pessoas.

São as seguintes as principais emprêsas industriais de Várzea Alegre: Algodoeira Várzea Alegre, de Roldão Mangueira de Figueiredo, de beneficiamento de algodão; Usina Diniz, de Josué Diniz & Cia., de beneficiamento de algodão; Raimundo Leandro Correia, usina de beneficiamento de arroz; José Alves de Lima, usina de beneficiamento de arroz; Durval Soares, indústria de panificação; José Alves Lima, indústria de panificação.

A produção de energia elétrica é de 21 860 kWh assim distribuídos: iluminação pública — 5 200 kWh e particular — 16 660.

COMÉRCIO E BANCOS — Na sede municipal estão em atividade 3 estabelecimentos do ramo atacadista, 42 varejistas e 1 agência bancária. Segundo os dados do Censo Econômico de 1950 havia, em todo o município, 86 estabelecimentos que exploravam o ramo varejista, os quais venderam 3,847 milhões de cruzeiros em 1949. Das 112 pessoas que trabalhavam nesses estabelecimentos, 27 o faziam como empregados.

O comércio mantém transações com as praças de Crato, Iguatu, Fortaleza, no Ceará, e Recife em Pernambuco.

Várzea Alegre importa tecidos, perfumaria, sal, café, açúcar, fumo, medicamentos, e exporta em alta escala arroz beneficiado e algodão em pluma e, em menor proporção, semente de oiticica, cêra de carnaúba e madeira.

As vendas efetuadas pelo comércio atacadista em 1949 foram da ordem de 843 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Várzea Alegre liga-se com os municípios e com a Capital Estadual por intermédio dos seguintes meios de transporte: Cariús, a cavalo — 50 km; Farias Brito, rodoviário — 50 quilômetros; Caririaçu, a cavalo — 50 km; Lavras da Mangabeira, rodoviário — 48 km; Cedro, rodoviário — 52 km; Capital Estadual, rodoviário — 517 km; ou misto: a) rodoviário até Lavras da Mangabeira — 48 km e b) ferroviário R.V.C. — 491 km.

Na cidade acha-se instalada uma agência postal-telegráfica do Departamento Regional dos Correios e Telégrafos, através da qual são realizadas as comunicações locais com outros centros populosos.

ASPECTOS URBANOS — Várzea Alegre é uma cidade que se vai modernizando e tomando aspecto progressista. Possui 876 prédios, sendo 675 exclusivamente residenciais e o restante para outros fins. Sua área é pavimentada de paralelepípedo numa proporção de 3%. É dotada de luz elétrica possuindo 190 ligações domiciliárias. Para hospedar os visitantes existe um hotel e uma pensão cobrando a diária de Cr$ 100,00 com alimentação e pousada. Encontram-se cadastrados na Prefeitura Municipal uma camioneta, 3 jipes e 3 caminhões. É mantido pela Prefeitura o serviço de limpeza pública e remoção de lixo com o qual se beneficiam 11 logradouros. Em 1954 a sede do município se compunha de 35 logradouros, dos quais, 3 pavimentados inteiramente de concreto e 4 parcialmente de paralelepípedo e pedras irregulares.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A sede municipal possui um Pôsto de Saúde que presta assistência médica em geral à população local. Há no município 1 médico, 1 dentista e 2 farmacêuticos. Acham-se em funcionamento na localidade 2 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Neste setor, deve ser referido o Pôsto de Saúde, do Departamento Estadual de Saúde, que presta, também, assistência social às pesoas pobres do município, e Sociedade de São Vicente

de Paula, que socorre a pobreza abandonada de Várzea Alegre. Há em funcionamento a Cooperativa de Crédito Agropecuário de Várzea Alegre, com a finalidade de conceder empréstimos aos 176 agricultores e criadores integrantes do seu quadro social.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral realizado em 1.º de julho de 1950 constatou a existência de 19 585 habitantes com cinco anos e mais. Dêste total, 4 105 (2 087 homens e 2 018 mulheres), ou seja, 21% da população em idade escolar, sabiam ler e escrever. Das pessoas presentes na sede municipal, com cinco anos e mais, em número de 2 728, havia 950 alfabetizadas — 425 homens e 525 mulheres.

Ensino — Conta o município 64 unidades de ensino primário fundamental comum (grupo escolar e escolas isoladas), nas quais estava matriculado, no início do ano letivo de 1956, um total de 1 346 alunos de ambos os sexos.

A percentagem de crianças em idade escolar matriculadas foi de 11,31% em Várzea Alegre e 28% no Estado do Ceará (% da matrícula geral sôbre as pessoas de 7 a 14 anos).

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	656	409	155	406
1951	—	787	519	167	735
1952	—	1 356	586	231	423
1953	—	886	913	209	912
1954	—	1 186	737	161	715
1955	—	1 422	934	183	919
1956	142	2 208	1 047	210	935

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As principais festas religiosas são a de São Sebastião, a 20 de janeiro; do mês mariano, em maio; a de São Francisco, a 4 de outubro, e a do padroeiro, São Raimundo Nonato, a 30 de agôsto, obedecendo tôdas ao seguinte programa: novena ou tríduo, e levantamento da bandeira que fica hasteada em frente à matriz durante todo o período festivo. Após as novenas são realizadas diversões: quermesses, leilões, olas, jogos, etc. A festa do padroeiro, que é a principal, acorre incomputável número de pessoas não só do lugar, mas dos municípios vizinhos e até de outros Estados, para prestarem homenagem ao milagroso santo, tornando-se, por isso mesmo, desde remotos tempos, tradicional a festa de São Raimundo Nonato.

No último dia há missa cantada e, à tarde, a procissão, quando, além do padroeiro, várias outras imagens, em andores artìsticamente ornamentados, saem a percorrer os principais logradouros da cidade, tomando parte, além das associações pias, com seus distintivos e uniformes, o povo em geral, rezando o têrço ou entoando hinos sacros. Ao regressarem à matriz, recebem a bênção do Santíssimo.

Ùltimamente se vem introduzindo, com grande aceitação por parte do povo de tôda a região, a "Festa do Arroz" que, realizada pela segunda vez em 1956, de 11 a 17 de junho, obteve retumbante repercussão. A festa não tem data fixada, porque está subordinada à fôrça de colheita daquele produto e tem obedecido, por iniciativa do Centro Varzalegrense, com sede na Capital do Estado, o seguinte programa: com a presença da Rádio Iracema, de Juàzeiro do Norte, e grande número de jornalistas do Cariri e da Capital, para uma perfeita cobertura dos principais acontecimentos, comparecem também convidados de honra; altas autoridades políticas e administrativas, para ter início com a celebração de missa congratulatória, seguida de sessão solene. À noite efetua-se o baile oferecido às candidatas ao título "Rainha do Arroz". Nos dias subseqüentes se realizam visitas às principais culturas de arroz, procedendo-se aí a palestras educativas através de uma amplificadora; almôço típico é oferecido às autoridades, seguindo-se demonstrações de apanha de arroz, sendo conferidos prêmios aos mais hábeis, denominados campeões.

No último dia da festa se realiza a coroação da Rainha do Arroz por ocasião de um grande e animado baile de encerramento.

VULTOS ILUSTRES — *Dom Alberto Gonçalves Ferreira* (monge beneditino) — Ordenado na Alemanha; professor do Ginásio São Bento no Rio de Janeiro. *Capitão Antônio Alves Bezerra* — Engenheiro militar, lente da Escola Militar e vulto de destaque no Exército. *Antônio Duarte* — Professor de renome e jornalista; segundo o Barão de Studart, foi um dos mais acreditados professôres das ciências matemáticas em nosso Estado. *Capitão Benesito Asclepíades de Pontes* — Herói da campanha de Canudos, onde se destacou revelando muita bravura. *Virgílio, Joaquim* e *Gustavo Correia Lima* (irmãos) — Vultos de destaque ligados à história cearense; foram por muito tempo verdadeiros líderes na cidade de Iguatu que muito lhes deve. *Dr. Joaquim de Figuerêdo Correia* — Advogado de mérito, político de grande envergadura, já tendo sido eleito deputado estadual em 3 legislaturas sucessivas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — No município há uma paróquia, sob a invocação de São Raimundo Nonato, contando 14 templos inclusive a Igreja-Matriz. As associações religiosas, em número de 5, prestam relevantes serviços à propagação da doutrina católica.

Em 1919 foram iniciadas as obras do grande açude denominado São Vicente, suspensas lamentàvelmente no ano seguinte, fato que desapontou os habitantes da comuna que viam na construção dêsse grande reservatório a esperança de melhor desenvolvimento na lavoura. A capacidade de armazenagem de água dêsse açude será suficiente para irrigar 5 000 hectares de terras e permitirá ampliar a produção de arroz que por sinal já é a maior do Ceará. Considerando-se a excelência das terras do vale do Machado onde se localiza o mencionado açude, terreno apropriado ao plantio de arroz, é de prever-se uma produção abundante capaz de exportar para todo o Estado.

Atualmente o município é beneficiado por cinco pequenos açudes que armazenam pouco menos de dois milhões de metros cúbicos.

Em 1954, existiam no município 7 740 eleitores dos quais votaram 3 755 nas eleições daquele ano.

A denominação local dos habitantes do município é varzalegrense.

VIÇOSA DO CEARÁ — CE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O núcleo, donde se originou o município de Viçosa do Ceará, foi outrora grande aldeamento dos índios camocins, anacés e arariús, tribos tapuias que rendiam vassalagem aos tabajaras, nome que, consoante a bela etimologia indígena, significa "Senhor das Aldeias".

Segundo o valioso depoimento de Pedro Ferreira, estudioso da história cearense, "aquêle aldeamento, que era conhecido por "Tabainha", foi desbravado, provàvelmente, no ocaso do século XVI pelos franceses vindos do Maranhão, os quais, chefiados por Bombille, contavam, por certo firmar ali para todo o sempre — o seu domínio".

Judiciosamente pondera Raimundo Girão: "sòmente em 1603 pôde vir aos climas cearenses uma bandeira ou *entrada* expedicionária, chefiada pelo açoriano Pero Coelho de Sousa, residente na Paraíba, antigo comandante de uma galé real e homem afeito às aventuras guerreiras". Pero Coelho de Sousa, no propósito de ressarcir prejuízos que anteriormente havia sofrido, propôs, seduzido pela notícia de riquezas nas regiões além do Rio Grande, ao Governador-Geral do Brasil, Diogo Botelho, organizar uma "bandeira, manifestando o desejo de expulsar os franceses e tomar posse das terras conquistadas".

Depois de realizados todos os preparativos, inclusive obter o título de capitão-mor, empreendeu o cometimento que o empolgava. Acompanhado de 65 soldados e 200 índios frecheiros, tabajaras e potiguaras, entre os primeiros dos quais o rapaz Martim Soares Moreno, o língua-mor Pedro Cangatan, e os cabos da tropa Manuel Miranda, Simeão Nunes Correia, João Tataperica e João Cide e, em meio aos últimos, os principais tabajaras Batatã, Caraguatim e Mandiocapuba e o potiguara Guaratinguirá.

Após tocar em vários pontos do território cearense, alcançou, em janeiro de 1604 (no dia 19, segundo Raimundo Girão, e no dia 18, conforme opina Pedro Ferreira), o rio da Cruz ou Camocim. A essa altura, foi pressentido pelos índios de Mel Redondo, prosseguindo sua penosa caminhada em demanda da serra da Ibiapaba, em meio a duras privações, passando fome e sêde. Foi atacado a tiros de mosquete pelos compatriotas de Bombille e, a seta, pelos tabajaras que, na opinião de Pedro Ferreira, lutavam, com denôdo, na mais legítima e hierática defesa do seu querido quão cobiçado torrão pátrio.

Pero Coelho de Sousa e seus companheiros alcançaram surpreendente vitória sôbre os inimigos, malgrado a terrível refrega por que passaram. Rendeu-se a taba de Mel Redondo (hoje Viçosa do Ceará).

O capitão-mor partiu, depois, para a famosa taba do Diabo Grande, o Principal mais valente da altaneira serra, sob cuja chefia viviam todos os tabajaras, consoante afirma Pedro Ferreira, com fundamento na Relação da Missão da Serra da Ibiapaba, narrada pelo padre Antônio Vieira, o conhecido orador sacro. Nesse reduto foram aprisionados dez franceses e derrotados os tabajaras.

A entrega de Ubaúna (cana preta) — o mais estimado dos pioneiros entre os naturais — acentua Pedro Ferreira — foi o primeiro traço de união dos tabajaras com os portuguêses.

Em 1607, quando os padres Francisco Pinto e Luís Figueira, vindos de Pernambuco, chegaram a Ibiapaba, com o fim de pregar a civilização entre os silvícolas, encontraram traços de amizade entre portuguêses e chefes índios. Acolhidos na aldeia de Irapuã — que era situada, provàvelmente em Viçosa, por ser "mais junto ao mar", consoante o dizer do próprio padre Figueira em a sua "Relação do Maranhão", os mesmos levitas da boa-nova se demoram, satisfeitos, cêrca de quinze dias. Êstes dois apóstolos sertanistas, depois de permanecerem alguns meses na Ibiapaba, foram de imprevisto atacados impiedosamente pelos índios tocarijus, perdendo a vida o padre Francisco Pinto. O trucidamento ocorreu nos domínios do Diabo Grande, em local hoje pertencente ao município de Ubajara.

Hugo Catunda, em interessante trabalho publicado no Almanaque do Ceará, edição de 1954, sustenta que remonta aos longes de 1700 o estabelecimento definitivo da missão jesuítica da Ibiapaba no sítio que hoje é ocupado pela cidade serrana de Viçosa do Ceará, e acrescenta: "Na história das missões catequistas do Norte, o aldeamento da Ibiapaba, pela sua situação geográfica — ponto fronteiro e único de acesso aos que vinham das bandas do mar em busca das províncias missionárias do Maranhão e do Grão Pará — representou, sem dúvida, um papel de relêvo, destacando-se como traço de união entre o litoral e o sertão longínquo dos rumos ocidentais, por onde, depois da expulsão dos franceses de La Ravardière, também se estendeu a obra inaciana de conquista espiritual da terra. Daí afirmar o padre Serafim Leite, autor da preciosa História da Companhia de Jesus no Brasil, ter sido a aldeia da Ibiapaba, depois de 1700, quando adquiriu caráter definitivo e estável, a maior do Brasil e a mais importante de quantas se fundaram nas regiões do norte. No velho chão da Viçosa — revela-nos o padre Serafim Leite — os jesuítas organizaram o núcleo tabajara dividindo-o em três aldeias distintas, vez que não lhes fôra possível vencer a emulação e o preconceito ainda existente entre os chefes da indiada, querendo, todos êles, embora vivendo, agora, em comunidade, continuar na direção do seu grupo, sem subordinação ou dependência de uns a outros chefes. Ficaram, assim, separadamente, com os seus bairros de palhoças, vizinhos e comunicáveis, mas cada um com a sua gente, sob a preeminência irrenunciável do seu morubixaba. Construída sob a forma de quadras, ligadas entre si por becos e ruas onde viviam para mais de seis mil índios, na grande aldeia da Ibiapaba situavam-se, ao nascente, as habitações do principal *Dom Jacobo de Sousa e seus vassalos*, ao norte, as da gente do chefe *Salvador Saraiva* e ao sul, as de *Dom Simão Taminhobá*. Assim nucleados os silvícolas, os padres da Missão, por autorização régia, trataram da organização civil e militar da aldeia, do que nos informa, num pormenor interessante, a Carta Ânua do padre *Ascenso Gago* ao *Provincial da Província do Brasil*: "Dividimos os índios todos em companhias, nomeando-os por capitães e cabos a alguns mais beneméritos e de mais autoridade e séquito entre êles, aos quais fizemos fazer suas caixas de guerra, mandando-os seus principais passar mostra em algumas ocasiões, para os ter exercitados e prontos não só para a defesa contra os tapuios, se oferecer ocasião, mas também para socorrerem e ajudarem aos brancos, se o pedir a necessidade". Cinqüenta anos depois, ou

seja, em 1757, anotava o autor dos Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco que a milícia da aldeia serrana se constituía de doze companhias "que se achavam sempre prontas para tudo que é do serviço de Deus, de El-Rei e do Estado".

A Carta Régia de 22 de outubro de 1735 encarregou os Jesuítas da direção de seis aldeias de índios existentes no Ceará, figurando entre elas a da Ibiapaba, origem do atual município.

Em cumprimento à ordem, datada de 14 de setembro de 1758, do Govêrno Português, ao Ouvidor de Pernambuco, para seqüestrar os bens dos Jesuítas e elevar à vila ou lugares as aldeias de índios que fôssem retiradas à administração daqueles religiosos, a aldeia da Ibiapaba, em 1759, foi ereta em vila, com o nome de Vila Viçosa Real da América, cuja instalação se verificou a 7 de julho do mesmo ano "no largo da Matriz de Nossa Senhora da Assunção, defronte das casas que interinamente hão de servir de Passos do Conselho, e na presença de todo o povo convocado a toque de sino. Gama Casco, Ouvidor Geral de Pernambuco, mandou erigir um pelourinho, "alto, de madeira, com seus braços, por não haver pedra com suficiência".

A criação do Distrito, em outra fonte, é atribuída à Provisão de 1759.

Foram então juízes da nova vila o sargento-mor Antônio da Rocha Franco, Baltazar de Amorim da Câmara e Dom Felipe de Sousa e Castro, ocupando, no campo da instrução, o cargo de mestre-escola Albano de Freitas, ali chegado desde 23 de agôsto de 1759.

A freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora da Assunção, foi criada por provisão de 7 de julho de 1757, com sede na referida aldeia.

A antiga Missão da Ibiapaba, informa o padre José de Almeida Machado ("Notícia das Freguesias do Ceará") foi elevada à vigairaria amovível em 1759.

Pedro Ferreira ("Dicionário Histórico e Geográfico da Ibiapaba") menciona importantes fatos posteriores à criação da vila de Viçosa.

Exerceu o cargo de Vigário interino da paróquia, o padre Bonifácio Manuel Antônio Lelou, de 8 de abril de 1779 a 28 de novembro de 1800, quando foi designado em caráter efetivo, sendo nomeado seu coadjutor o padre David Machado Portela aos 6 de julho de 1801. Ao padre Maximiano José Valcacer, vítima da arma assassina do perverso jovem José Quirino da Rocha e do mandatário José Alexandre Teixeira, em 1842, sucedeu, dois anos após, o ilustre padre José Beviláqua, colado Pároco da freguesia em 11 de maio de 1844. José Alexandre Teixeira, apesar da proteção de que desfrutava, foi despronunciado sòmente em 1851 ("Dicionário Hist. e Geog. da Ibiapaba").

A Lei provincial n.º 907, de 20 de agôsto de 1859, criou a comarca desmembrada da de Granja; suprimida em 1864 (Lei n.º 1 115, de 27 de outubro) e restaurada em 1872 (Lei n.º 1 476, de 3 de dezembro) foi inaugurada no ano seguinte, a 26 de junho, tendo como primeiro juiz de direito o Dr. Fernando Maranhense da Cunha e promotor de justiça o Dr. Pedro Afonso de Melo.

Em 1882, a Vila Viçosa da América, aprovado o projeto apresentado pelo deputado provincial Lamartine Nogueira, elevou-se à categoria de cidade (Lei n.º 1 994, de 14 de agôsto de 1882), com o topônimo simplificado para Viçosa.

No ano seguinte ao de sua elevação a cidade, aboliu-se a escravidão no município em 29 de setembro.

Em 1890 surgiu pela primeira vez em Viçosa um jornal puramente literário intitulado "A Idéia", impresso em prelo de madeira, construído por seu ilustre redator Artur Teófilo. "A Taba" surgiu no ano seguinte e obedecia à direção de Lamartine Nogueira.

Acontecimento de sua importância para a vila local seria, quase ao findar o século XIX, a inauguração do telégrafo (1894), cujo primeiro operador foi José Gomes Cerqueira.

Em 1909 inaugurou-se o teatro "Pedro II", construído sob a direção do major Valdevino Elias de Alencar e do coronel Felizardo de Pinho Pessoa.

No quadro da divisão administrativa do Brasil, relativa ao ano de 1911, o município de Viçosa compreende apenas o distrito de igual nome.

Os Decretos estaduais números 193, de 20 de maio de 1931, e 1 156, de 4 de dezembro de 1933, mantiveram o município de Viçosa, que, na divisão administrativa fixada por êsse último decreto se compõe dos distritos de Viçosa, Lambedor, Quatiguaba e Tubarão, com os quais permanece no quadro territorial datado de 31 de dezembro de 1936.

No quadro da divisão territorial do Estado, de 31 de dezembro de 1937, e no anexo ao Decreto-lei estadual número 169, de 31 de março de 1938, retificado pelo Decreto n.º 378, de 20 de outubro dêste último ano, o município de Viçosa se constitui dos distritos da sede, Lambedouro, General Tibúrcio e Quatiguaba. Ainda em 1938, o Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro, que fixou o quadro territorial do Estado para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, criou o Distrito de Padre Vieira, formado com parte do território do distrito de Viçosa.

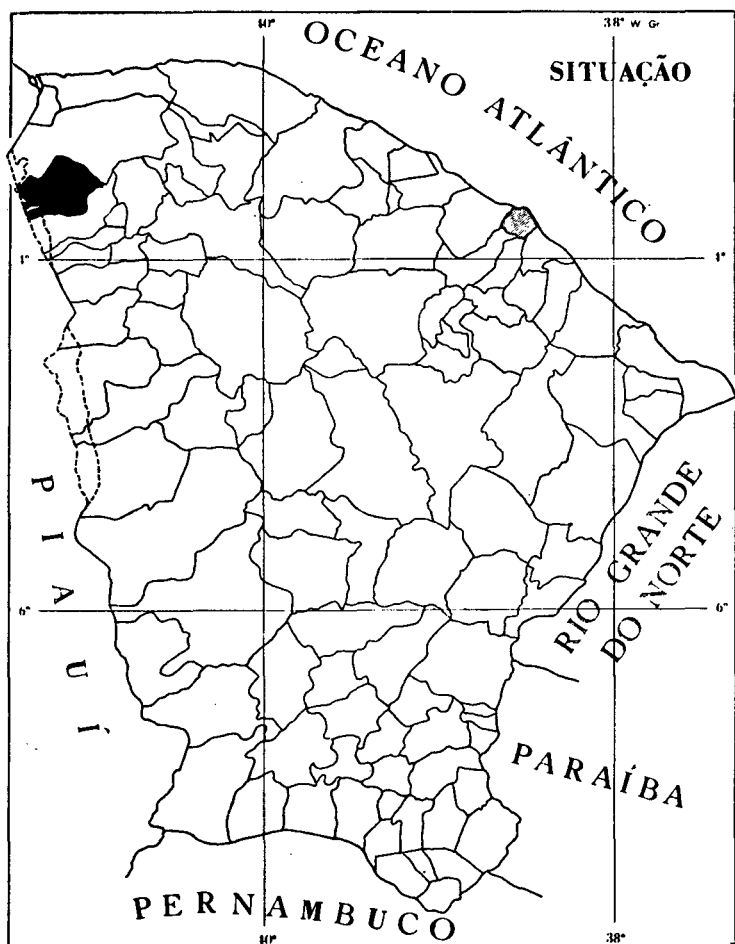
A partir de 30 de dezembro de 1943 o município passou a denominar-se Viçosa do Ceará (Decreto-lei número 1 114).

A comarca, extinta desde 1931 (Decreto n.º 206, de 6 de junho) voltou à jurisdição de Granja, onde permaneceu até que, por determinação do art. 22 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual de 1947, foi elevada à comarca de primeira entrância, figurando, assim, na tabela anexa à Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948.

No govêrno Raul Barbosa, a divisão anterior foi mantida (Lei n.º 1 153, de 22 de novembro de 1951), conservando, por conseguinte, os distritos de Viçosa do Ceará, General Tibúrcio, Lambedouro e Padre Vieira.

Nas eleições de 3 de outubro de 1954, foram eleitos: Prefeito — Vicente Miranda Filho. Vereadores — Felizardo de Pinho Pessoa Filho, Gerardo Pindaira Pacheco, Francisco das Chagas Sirio, Geminiano de Pinho Pessoa, Clovis Carneiro Mapuranga, Antônio Lisboa Tavares, Joaquim Viana de Arruda, José Loiola e Cláudio Carneiro da Cunha.

LOCALIZAÇÃO — O município de Viçosa do Ceará está situado na Zona da Ibiapaba, ocupando a região norte desta maravilhosa cordilheira, sempre falada pelos historiadores que rememoram os fatos históricos que aí se passaram nos

primórdios do povoamento do Ceará, embelezada pela feracidade de suas terras que proporcionam ao viajor um panorama surpreendente e luxuriante. Limita com os municípios de Granja, Tianguá e com o Estado do Piauí. Dista da Capital do Estado 287 km, em linha reta, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 3° 33' 46", de latitude Sul e 41° 05' 42", de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sua elevação é de 700 metros na sede municipal.

CLIMA — O município goza de um clima delicioso: temperado durante o verão e frio na época invernosa, de janeiro a maio, com freqüentes trovoadas durante a estação hibernal. A temperatura oscila da máxima que é 32°C à mínima que é 17° centígrados. A precipitação pluviométrica atingiu 849,5 mm no ano de 1956.

ÁREA — A área do município é de 1 213 km², entretanto, na nova configuração dos municípios deverá apresentar-se menor, em vista do desmembramento sofrido recentemente com a emancipação do distrito de General Tibúrcio.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Seus principais acidentes geográficos estão nas serras de São Joaquim, Timbaúba, Ubatuba, Sítio, Juá e outras menores, que formam um conjunto altaneiro, sulcado por vales profundos que emprestam ao panorama uma beleza estonteante e animadora projetada em todos os sentidos. No seu território correm os rios Timonha e Pirangi que se precipitam nas terras do município prodigalizando-lhe farta messe. O solo é muito montanhoso e argiloso em tôda a extensão do município.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral, o município possui a maior jazida de cobre da América do Sul, inexplorada; madeiras representam as riquezas vegetais e os inúmeros animais silvestres, a animal.

POPULAÇÃO — A população de Viçosa do Ceará, segundo o Recenseamento de 1950, era de 30 471 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 15 137; mulheres — 15 334; brancos — 7 106 (3 544 homens e 3 562 mulheres); pardos — 22 218 (11 015 homens e 11 203 mulheres); pretos — 1 070 (543 homens e 527 mulheres); sem declaração — 77 (35 homens e 42 mulheres). Das pessoas de 15 anos e mais em número de 16 547, 6 711 eram solteiros (3 447 homens e 3 264 mulheres); 8 828 casados (4 350 homens e 4 478 mulheres); 1 homem desquitado; 972 viúvos (202 homens e 770 mulheres); e sem declaração — 35 (15 homens e 20 mulheres. Quase tôda a população era de nacionalidade brasileira em um total de 30 468 habitantes (15 135 homens e 15 333 mulheres); naturalizado — 1 homem; e 2 homens estrangeiros. Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos, num total de 30 445 (15 123 homens e 15 322 mulheres); protestante — 1 homem; sem religião — 4 homens; 21 não declararam o credo professado (9 homens e 12 mulheres). A densidade da população era de 25,12 habitantes por quilômetro quadrado. 84,61% da população localizam-se no quadro rural, num total de 25 783 habitantes (12 975 homens e 12 808 mulheres).

A 1.° de julho de 1957, contava o município de Viçosa do Ceará 37 189 habitantes (estimativa da Inspetoria Regional de Estatística), verificando-se em relação ao Censo de 1950 um acréscimo de 6 178, correspondente a 22,04%; para o Estado, no mesmo período, o aumento corresponde a 18,54%.

Aglomerações urbanas — São 5 as aglomerações urbanas do município — a cidade de Viçosa do Ceará, com 2 534 habitantes (1 138 homens e 1 396 mulheres); a vila de General Tibúrcio, com 598 habitantes (296 homens e 302 mulheres); a vila de Padre Vieira, com 180 habitantes (85 homens e 95 mulheres); a vila de Lambedouro, com 582 habitantes (274 homens e 308 mulheres); e a vila de Quatiguaba, com 794 habitantes (369 homens e 425 mulheres). Na zona urbana da cidade existiam 2 261 habitantes (1 015 homens e 1 246 mulheres) e na zona suburbana 2 427 pessoas (1 147 homens e 1 280 mulheres), segundo revelação do Recenseamento Geral do Brasil de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura é o que constitui o fundamento da riqueza de Viçosa do Ceará, notadamente as culturas de café, cana-de-açúcar, mandioca-brava, milho, feijão, arroz e pimenta-da-índia, produtos essenciais à economia local.

Conforme apurou o Recenseamento Geral de 1950, no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" achavam-se concentrados 90,48% da população ativa do município, constituída dos habitantes de 10 anos e mais.

A safra agrícola de 1955 foi estimada pelo Departamento Estadual de Estatística em Cr$ 7 487 720,00, colhida em 2 271 hectares, salientando-se os seguintes produtos: 4 100 arrôbas de café (Cr$ 1 943 400,00); 5 814 toneladas

de mandioca-brava (Cr$ 1 337 220,00); 6 850 toneladas de cana-de-açúcar (Cr$ 1 027 500,00); 95 000 cachos de banana (Cr$ 950 000,00); 6 500 sacos de 60 quilogramas de milho (Cr$ 650 000,00); 75 000 centos de manga .... (Cr$ 375 000,00); 14 100 centos de laranja .... (Cr$ 282 000,00); 1 600 sacos de 60 quilogramas de feijão (Cr$ 240 000,00); 994 sacos de 60 quilogramas de bata-inglêsa (Cr$ 159 050,00); e 780 sacos de 60 quilogramas de arroz (Cr$ 156 000,00). Foram ainda registradas pequenas quantidades de abacate, algodão herbáceo, amendoim, côco-da-baía, mamona e tangerina.

Os produtos agrícolas que excedem do consumo local são exportados para a Capital do Estado, Sobral e Parnaíba, principais mercados compradores do município.

Ao lado das atividades agrícolas desenvolve-se a pecuária, que aliás é pouco desenvolvida, não permitindo a exportação para outros centros consumidores. O D.E.E. avaliou o rebanho existente em 31-XII-1955 em 20 518 cabeças (Cr$ 19 657 100,00) composto de 6 685 bovinos, 1 115 eqüinos, 1 128 asininos, 1 150 muares, 6 500 suínos, 1 140 ovinos e 2 800 caprinos.

A preferência dos criadores de Viçosa do Ceará é pelas espécies bovina e suína, conforme se conclui da leitura dos números acima, cujas parcelas mais avultadas são as relativas àquelas espécies.

Em 1955 foram produzidos 7 000 litros de leite .... (Cr$ 21 000,00) e 10 000 quilogramas de banha .... (Cr$ 250 000,00), não se verificando produção de queijo nem de manteiga.

Tem real expressão econômica para o município a produção extrativa. Tôda a produção extrativa de 1956 foi estimada em Cr$ 2 783 800,00, destacando-se as extrações de madeiras para construção, fins industriais e domésticos, pedras para construção e cêra de carnaúba. Em menores proporções, vêm argila plástica (barro), côco babaçu, sementes de oiticica e peles.

Os aviamentos, alambiques e engenhos espalhados pelo território municipal produziram, em 1955, conforme apuração do D.E.E., 95 000 sacos de 60 quilogramas de farinha de mandioca (Cr$ 11 875 000,00); 3 700 quilogramas de polvilho ou goma (Cr$ 18 500,00); 350 000 litros de aguardente de cana (Cr$ 1 400 000,00) e 470 000 quilogramas de rapadura (Cr$ 940 000,00).

A energia elétrica produzida no município é consumida na iluminação pública e domiciliária.

Do total de 40 estabelecimentos fabris que, em 1956, preencheram os boletins do Registro Industrial, 29 se dedicavam à fabricação de rapadura, 9 à de aguardente e 2 à panificação, nenhum dêles chegando a ocupar 5 pessoas.

COMÉRCIO — Tendo-se em vista os resultados do Recenseamento Geral de 1950, funcionavam em todo o município 117 estabelecimentos comerciais, sendo 114 varejistas e 3 atacadistas, cujas vendas realizadas em 1949, foram de Cr$ 5 980 000,00 e Cr$ 502 000,00, respectivamente.

São de 77 o número de estabelecimentos comerciais em atividade, na sede municipal, atualmente, todos do ramo retalhista.

Os principais produtos exportados são: cereais, rapadura, farinha de mandioca, pimenta da índia, frutas, couros, peles e aguardente de cana.

O município, além de outros artigos, importa: tecidos, ferragens, louças, miudezas, medicamentos, combustíveis, sabão, etc.

As transações comerciais são mantidas com as praças de Fortaleza, Sobral, Parnaíba (PI), Recife (PE) e Rio de Janeiro.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Viçosa do Ceará é servida por estradas de rodagem. A cêrca de 10 quilômetros da cidade há um campo de pouso, onde aterrissam aviões do Correio Aéreo Nacional, uma vez por semana, e, esporàdicamente, aviões de passageiros. Funcionam 2 emprêsas de transporte rodoviário e misto.

Liga-se com as cidades vizinhas e com a Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Granja — rodoviário — 72 km; Tianguá — rodoviário — 31 km; Piracuruca — rodoviário (via Itapagé) — 150 km; Capital do Estado — rodoviário — 480 km, ou misto: a) rodoviário até Granja — 72 km e b) ferroviário — R.V.C. — 24 km (até Camocim) e c) marítimo — 317 km.

A cidade conta com uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A antiga e tradicional Viçosa do Ceará está situada na chapada da serra da Ibiapaba; entre excelentes sítios com fruteiras e cafèzais. É muito procurada para veraneio, em virtude do clima excepcionalmente agradável. Formam-na 24 logradouros públicos, dos quais 12 pavimentados de pedras irregulares, 3 ajardinados e 1 arborizado. Possui 620 edificações, das quais 490 são residenciais. É dotada de iluminação elétrica pública e particular, sendo de 206 o número de prédios iluminados. Há uma pensão com diária de Cr$ 60,00. Na Prefeitura Municipal, em 1956, estavam registrados 9 caminhões e 2 jipes.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Acha-se instalado na cidade um Pôsto de Endemias Rurais, mantido pela União.

A população de Viçosa do Ceará é assistida por 1 médico, 2 farmacêuticos e 3 dentistas; 2 farmácias desenvolvem atividades na sede municipal.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — O Círculo Operário São José, fundado em 1954, presta assistência social aos seus componentes. No mesmo setor, as associações de caridade, como a Conferência de São Vicente de Paulo e Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, prestam relevantes serviços à população menos afortunada do município.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 25 045 pessoas de 5 anos e mais em todo o município, sendo que dêste total 13% sabiam ler e escrever, ou seja, 3 260 pessoas (1 854 homens e 1 406 mulheres). Na sede municipal, das 2 148 pessoas em idade escolar, 868 eram alfabetizadas (403 homens e 465 mulheres).

Ensino — Em 1956, no início do ano letivo, 624 alunos de ambos os sexos estavam matriculados nos 23 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum em funcionamento no município. De 14% era a taxa da matrícula inicial de 1950 em Viçosa do Ceará. Quanto ao Estado, esta foi de 24,3%.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O "Gabinete Viçosense de Leitura", associação de natureza lítero-recreativa, forma com a "Biblioteca Pública Dr. Clóvis Beviláqua", o principal esteio de ordem cultural da cidade de Viçosa do Ceará. Congregando os viçosenses que, através das páginas dos 850 volumes ali catalogados, dão asas ao intelecto, vai a biblioteca em referência fomentando o desenvolvimento da cultura.

Funcionando na sede do município há o "Cine-Teatro Pedro II", com 300 lugares, exibindo filmes semanalmente e, esporàdicamente, espetáculos de outros gêneros. As exibições fora do gênero cinematográfico só ocorrem quando pessoas ou companhias estranhas à cidade ali comparecem com a finalidade de apresentar espetáculos.

FINANÇAS PÚBLICAS — O município de Viçosa do Ceará, apesar da sua secular existência e da uberdade do seu solo, tem tido estanque a sua progressão financeira, fazendo crer que sua produção vai causar circulação de riqueza em outras paragens.

Pelo quadro abaixo se vê a lentidão do crescimento das finanças públicas no município de Viçosa do Ceará.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	338	498	434	107	466
1951	458	608	487	127	330
1952	513	688	614	—	495
1953	480	805	912	131	879
1954	398	685	716	123	775
1955	486	888	901	177	901
1956	551	1 071	1 207	230	1 146

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — A Igreja-Matriz da Paróquia de Nossa Senhora da Assunção, localizada na sede do município de Viçosa do Ceará, constitui um dos monumentos que enriquecem os fastos da história cearense, porque construído pelos Jesuítas que catequizaram os gentios da "Ibiapaba". Tanto isto é verdade, que sôbre esta edificação de tão grande valor histórico, homens de letras como Serafim Leite, Antônio Bezerra de Menezes e Antônio Alves Gurgel de Alencar, escreveram o que de imprescindível julgaram para conservar indelével o século XVI, ligando-o à construção de um dos edifícios que serviram de base à civilização da província cearense.

Comemorando o 1.º centenário de nascimento do General Antônio Tibúrcio de Sousa, os viçosenses inauguraram, na praça que tem o nome do insigne cabo-de-guerra, uma estátua dêste eminente vulto nacional cuja memória é reverenciada com orgulho pelo povo de Viçosa do Ceará, e por todos os cearenses.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As principais manifestações populares em Viçosa do Ceará têm por base as festas religiosas que, atraindo grande afluência humana, apresentam bastante animação. Durante os períodos festivos, tôda a população do município se movimenta e a expansão de euforia toma conta das diversas classes sociais. Três festas se destacam pelo que de animação produzem no povo. São: festa da Padroeira — Nossa Senhora da Assunção — que vai de 6 a 15 de agôsto; a de São Francisco, cujo período é de 25 de setembro a 4 de outubro; e a do Menino Jesus, compreendida entre 23 de dezembro e 1.º de janeiro. Esta última é uma condensação de três acontecimentos que dão à cidade um ambiente excepcionalmente festivo, porque envolve também as passagens do Natal e Ano Novo.

VULTOS ILUSTRES — *Clóvis Beviláqua* — Pontífice do Direito no Brasil; profundo filósofo e crítico; o maior civilista da América do Sul. *Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa* (General Tibúrcio) — Patrono da Infantaria, herói da Guerra do Paraguai e um dos maiores soldados do Brasil. *Antônio Felipe Camarão* — O bravo índio a quem muito deve a formação histórica do Brasil. *Marechal José Freire Bezerril Fontenele* — Foi Governador do Ceará, deputado federal e senador da República. Figura de relêvo na história do Ceará. *Marechal José Beviláqua* — Engenheiro militar e deputado federal pelo Ceará. *Dr. Alberto Lamartine Nogueira* — Poeta, advogado e jornalista no Pará. *Feliciano Eleutério do Horizonte Brasileiro* — Exerceu o magistério no Ceará, em Recife e em Belém; autor de diversos livros sôbre ensino e política. *Coronel João Martiniano Fontenele* — Foi deputado em várias legislaturas no Piauí, onde exerceu diversos cargos públicos. *Coronel Tibúrcio Gonçalves de Paula* — Político influente; foi deputado estadual durante 30 anos e presidiu a Assembléia do Estado por um lustro; como vice-presidente, governou o Ceará.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Podem figurar como atrações de turismo: a "Gruta do Itagurussu", o "Morro do Céu", a "Pedra do Machado" e a "Fonte do Caranguejo", como presentes que a Natureza reservou para agradar à visão dos que procuram os recantos bucólicos de Viçosa do Ceará; a "Igreja-Matriz de Nossa Senhora da Assunção" pelas características históricas que a envolvem.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Viçosa do Ceará possui uma mina de cobre considerada a maior da América do Sul, embora ainda não explorada. É conhecida vulgarmente por "Mina da Pedra Verde" e fica situada no lugar Buiriba.

Possui um solo muito fértil e cursos de água perenes. O seu povo é trabalhador e hospitaleiro.

A sua secular Paróquia vem do ano de 1654 e tem a invocação de "Nossa Senhora da Assunção". Conta 13 templos, destacando-se a Igreja-Matriz, edificada pelos Jesuítas.

Contava o município, em 1954, com 4 750 eleitores inscritos, dos quais 3 002 votaram nas eleições gerais daquele ano.

Viçosenses é como se denominam os habitantes do município.

Bibliografia

"Datas de Sesmarias" – Estado do Ceará (14 volumes).
"O Ceará no Centenário da Independência do Brasil" – 1926 – Organizado pelo Dr. Thomaz Pompeu de Sousa Brasil.
"Dicionário Geográfico Histórico e Descritivo do Estado do Ceará" – 1939 – Des. Álvaro Gurgel de Alencar.
"Diocese de Sobral" – 1.º volume – 1944 – Mons. Vicente Martins.
"História de Sobral" – 1953 – D. José Tupinambá da Frota.
"Anuário do Ceará" – 1953-1954 – 1.º e 2.º volumes – Waldery Uchoa.
"Anuário do Ceará" – 1955-1956 – Waldery Uchoa.
"Almanaque do Ceará" – 1954 – J. Batista Fontenele e Leopoldo C. Fontenele.
"O Ceará" – Edições de 1939 e 1945 – Raimundo Girão e Antônio Martins Filho.
"Algumas Origens do Ceará" – Antônio Bezerra.
"Notas de Viagem" – Antônio Bezerra.
"O Ceará, Homens e Fatos" – João Brígido.
"Geografia do Ceará" – Barão de Studart.
"Datas e Fatos Para a História do Ceará" – Guilherme Studart (Barão).
"Pequena História do Ceará" – Raimundo Girão.
"História Militar do Ceará" – Eusébio de Sousa.
"Antologia Cearense" – 1.ª série – 1957.
"Notas a Lápis" – D. Antônio de Almeida Lustosa.
"O Município" – 1955 – Ano I, n.º 1 – Conselho de Assistência Técnica aos Municípios.
Revista do Instituto do Ceará – Anos de 1887 a 1954.
"História do Ceará" (1.º tomo) – Thomaz Pompeu Sobrinho.
"A Cidade de Frei Carlos" – Padre Antônio Gomes de Araújo.
"Raízes Sergipanas" – Padre Antônio Gomes de Araújo.
Sinopse Estatística do Estado do Ceará – n.º 4 – I.B.G.E. – 1942.

Sinopses estatísticas dos municípios de Acaraú, Acopiara, Anacetaba, Aquiraz, Aracati, Aracoiaba, Araripe, Assaré, Aurora, Baixio, Barbalha, Baturité, Boa Viagem, Brejo Santo, Camocim, Campos Sales, Canindé, Cariré, Cariríaçu, Cascavel, Caucaia, Cedro, Coreaú, Crateús, Crato, Fortaleza, Frade, Granja, Ibiapina, Icó, Iguatu, Independência, Inhuçu, Ipu, Ipueiras, Itapagé, Itapipoca, Jaguaribe, Jaguaruana, Jardim, Juàzeiro do Norte, Jucás, Lavras da Mangabeira, Licânia, Limoeiro do Norte, Maranguape, Massapê, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Mombaça, Morada Nova, Nova Russas, Pacajus, Pacatuba, Pacoti, Pedra Branca, Pentecoste, Pereiro, Quixadá, Quixará, Quixeramobim, Redenção, Reriutaba, Russas, Saboeiro, Santanópole, Santa Quitéria, São Benedito, Senador Pompeu, Sobral, Solonópole, Tamboril, Tauá, Tianguá, Ubajara, Uruburetama, Várzea Alegre e Viçosa do Ceará (I.B.G.E. – C.N.E. – 1948 – Rio de Janeiro).

"Baturité" – I.B.G.E. – C.N.E. – 1956. "Aracati" – I.B.G.E. – C.N.E. – 1955. "Crato" – I.B.G.E. – C.N.E. – 1956. "Juàzeiro do Norte" – I.B.G.E. – – C.N.E. – 1957. "Quixadá" – I.B.G.E. – C.N.E. – 1956. "Quixeramobim" – I.B.G.E. – C.N.E. – 1956. "Russas" – I.B.G.E. – C.N.E. – 1957. "Santa Quitéria" – I.B.G.E. – C.N.E. – 1956. "O Vale do Cariri" – I.B.G.E. – C.N.E. – 1957.

"Cidade do Crato" – Irineu Pinheiro Filho e J. Figueiredo Filho.
"Município de Acaraú" – Nicodemos Araújo.
"Confederação do Equador" – Abelardo Costa Lima.
"Memorial Histórico da Cidade de Camocim" – 1908 – Antônio Philadelpho Pessoa.
"Boletim Eleitoral" – n.º 4 – Tribunal Regional Eleitoral.
"O Município de Santana" – 1926.
"Dicionário Histórico e Geográfico da Ibiapaba" – 1935 – Pedro Ferreira.
Censo Demográfico de 1940 – Estado do Ceará – I.B.G.E. – 1950.
Censo Demográfico de 1950 – Estado do Ceará – I.B.G.E. – 1955.
Censos Econômicos de 1950 – Estado do Ceará – I.B.G.E. – 1956.
"Registro Industrial" – 1954 – I.B.G.E.
Boletim Geográfico – n.º 116 – C.N.G.
Mapa do Estado do Ceará – 1955 – Instituto do Nordeste.
"Coordenadas Geográficas", determinadas pelo C.N.G. – 1952.
Fichas Toponímicas do Estado do Ceará – 1947 – I.B.G.E. – S.E.M. – Secção de Documentação Municipal.
Documentação das Agências Municipais de Estatística.
Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística.
Quadros de Apuração das Campanhas Estatísticas – D.E.E.

24 932

Índice Geral

Índice dos Municípios

CONFECÇÃO GRÁFICA

Sob a direção de:

Antônio Maria Coelho,
Petrônio Cezar Coutinho,
Acácio da Cunha Figueiredo,
Mário Batista de Abreu,
José Corrêa Neves e
Elio Ricaldône.

Com a colaboração de:

Antônio Buss, Seno Eyng, Nerval Dutra, Ovídio Rodrigues Costa, Francisco A. M. Bessa, Walkyrio W. Morgado, Heinzelman Almeida, João Brand, Venício Coutinho, Valdemiro Joaquim Fernandes, Luiz Borges da Silva, Antônio Bernardino da Silva, Joaquim Soares Moreira, Manoel Pereira de Melo, Vicente Basile, José Paixão Filho, Jussieu Leite, Acrisio Lopes, Francisco Lopes, Pedro Murga, Carlos Alfred, Manoel Neto Araújo, Hilton Fróis Ribeiro, Eudes Vieira, Sílvio Brand, Lourival Fernandes, Sebastião Cassia, Armindo Fiães, Walter Schöpke, Manoel Ferreira de Figueiredo, Zenir Ferreira Lopes, Walter Freitas Nunes, Pedro de Castro Biancovilli, Laudo de Oliveira, José Fagundes do Amaral, Arnaldo V. Reis, Luiz C. Campos, Antônio Gama, José Batista de Abreu, Waldir Rangel, Jayme Santiago Maphêo, Antônio Ferreira Gabri, Marcílio Mazzola, Manoel Gomes Neto, Reginaldo de Sousa Leal, Valdemar Lopes, Manoel Cordilha, Florisvaldo Araújo, Laurentino de Oliveira, José Maria da Silva, Raimundo Pires Seixas, Levy de Menezes, Álvaro F. Órphão, Ivo José Ferreira, Geraldo Gonçalves de Souza, Maria Yára Branco, Leonardo Eyng, Darcy Vieira Cardoso, Edjalme Perret de Souza, Miguel Paixão, Eduardo Dias, João de Almeida Guimarães, Armando W. Cruz, Joaquim G. M. Gonçalves e José Cândido de Araújo.